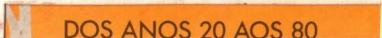
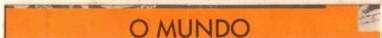


TEMPOS MODERNOS

PAUL JOHNSON

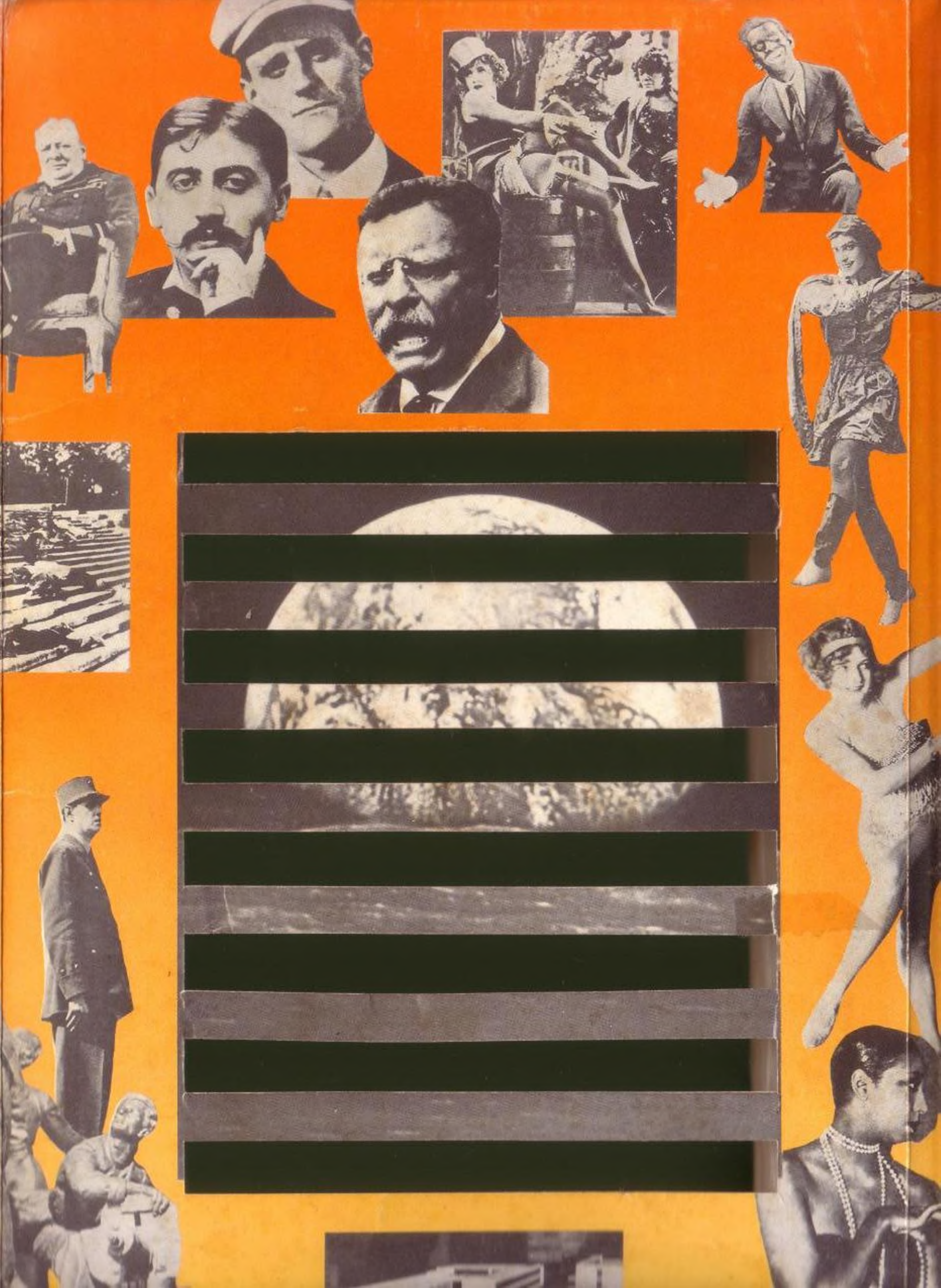




O MUNDO

DOS ANOS 20 AOS 80





Título do original em inglês:

A HISTORY OF THE MODERN WORLD FROM 1917 TO THE 1980's

Copyright © 1983, Paul Johnson

Published by arrangement with George Weindfeld and Nicolson Limited
91 Clapham High Street, London SW4

Direitos reservados para a língua portuguesa no Brasil:

INSTITUTO LIBERAL

Rua Professor Alfredo Gomes, 28

CEP 22251 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Printed in Brazil / Impresso no Brasil

ISBN 85-85054-19-0 (Edição original ISBN 0-297-78475-7)

Revisão de originais

ALEXANDRE GUASTI

CELIA NEVES DOURADO

RONALDO DA SILVA LEGEY

Digitação

SANDRA GUASTI DE A. CASTRO

Revisão tipográfica

DULCE RABELO

CARMEN CENIRA OLIVEIRA

Programação visual

EDUARDO MUNIZ DE CARVALHO

O título desta edição em português foi traduzido da edição americana:

Modern Times, The World from the Twenties to the Eighties, Nova Iorque, Harper & Row, 1985.

Ficha catalográfica elaborada pela

Biblioteca Ludwig von Mises do Instituto Liberal

J62

Johnson, Paul.

Tempos modernos: o mundo dos anos 20 aos 80 / Paul Johnson; tradução de Gilda de Brito Mac-Dowell e Sérgio Maranhão da Matta. — Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

667 p.

Notas: p. 621-667

ISBN 85-85054-19-0

1. História contemporânea. 2. Guerra. 3. Sistemas socioculturais. 4. Totalitarismo. 5. Terrorismo. I. Mac-Dowell, Gilda de, tradutora. II. Matta, Sérgio Maranhão da, tradutor. III. Instituto Liberal, Rio de Janeiro. IV. Título.

CDD - 909.82

SUMÁRIO

1. UM MUNDO RELATIVISTA	1
2. AS PRIMEIRAS UTOPIAS DESPÓTICAS	39
3. 'À ESPERA DE HITLER	85
4. LEGITIMIDADE EM DECADÊNCIA	113
5. UMA TEOCRACIA INFERNAL, UM CAOS CELESTIAL	145
6. A ÚLTIMA ARCÁDIA	167
7. DEGRINGOLADA	191
8. OS DEMÔNIOS	219
9. O CLÍMAX DA AGRESSÃO	259
10. O FIM DA VELHA EUROPA	285
11. O ANO DIVISOR DE ÁGUAS	311
12. SUPERPOTÊNCIA E GENOCÍDIO	333
13. A PAZ PELO TERROR	363
14. A GERAÇÃO BANDUNG	393
15. OS REINADOS DE CALIBAN	427
16. EXPERIMENTANDO COM A METADE DA HUMANIDADE	459
17. O LÁZARO EUROPEU	485
18. A TENTATIVA DE SUICÍDIO DA EUROPA	517
19. OS COLETIVISTAS ANOS 70	555
20. OS PALIMPSESTOS DA LIBERDADE	589
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E NOTAS	621

*Com vara de ferro governarás
e os despedaçarás como a um vaso de oleiro.*

*Agora, ó reis, sede prudentes;
deixai-vos instruir, vós que julgais a Terra.*

SALMO, 2:9-10

1

UM MUNDO RELATIVISTA

O mundo moderno começou em 29 de maio de 1919, quando fotografias de um eclipse solar, obtidas da ilha de Príncipe, na costa oeste africana, e em Sobral, no Brasil, confirmaram a veracidade de uma nova teoria do universo. Por meio século tinha-se tornado evidente que a cosmologia newtoniana, baseada nas linhas retas da geometria euclidiana e nas noções de tempo absoluto de Galileu, necessitava de sérias modificações. Ela havia permanecido incólume por mais de duzentos anos, tendo servido como pano de fundo para o Iluminismo europeu, a Revolução Industrial, a vasta expansão do conhecimento humano, a liberdade e a prosperidade que caracterizaram o século XIX. Mas o crescente desenvolvimento de telescópios possantes estavam revelando anomalias. Especialmente o movimento do planeta Mercúrio, que desviava 43 segundos de arco por século com relação ao comportamento que seria esperado pelas leis newtonianas da física. Por quê?

Em 1905, Albert Einstein, um judeu alemão de 26 anos de idade que trabalhava no departamento de patentes da Suíça, em Berna, publicou um trabalho, “Sobre a eletrodinâmica dos corpos em movimento”, que passou a ser conhecido como a Teoria da Relatividade Restrita¹. As observações de Einstein sobre como, em certas circunstâncias, distâncias parecem se contrair e relógios atrasar são análogas aos efeitos de perspectiva na pintura. De fato, a descoberta de que o espaço e o tempo são relativos, em vez de serem termos absolutos de medida, é comparável, no seu efeito da nossa percepção do mundo, ao primeiro uso da perspectiva na arte, ocorrida na Grécia nas décadas 500-480 aC².

A originalidade de Einstein, evidenciando o gênio, e a curiosa elegância de sua argumentação, comparada por seus colegas a uma forma de arte, despertaram um crescente interesse pelo mundo afora. Em 1917 ele publicou a demonstração de que toda massa pode ser transformada em energia pela equação $E = mc^2$, que gerações à frente viriam a encarar como ponto de partida da corrida para a bomba-A³. Nem sequer o início da guerra na Europa impediu os cientistas de acompanhar sua busca da Teoria da Relatividade Geral, esta mais abrangente e que cobriria campos gravitacionais e ofereceria uma revisão ampla da física newtoniana. Em 1915, chegou a Londres a notícia de que ele havia conseguido. Na primavera seguinte, quando os ingleses estavam preparando sua ofensiva catastrófica no Somme, o

de certo e errado. Sua vida profissional era devotada à busca não só da verdade, mas também da certeza. Defendia a divisão do mundo em esferas subjetivas e objetivas, e a idéia de que o homem deveria saber fazer afirmações precisas sobre a parte objetiva. No sentido científico (não no filosófico), era um determinista. Nos anos 20 considerou o princípio da indeterminação quântica não apenas inaceitável, mas abominável. Pelo resto de sua vida, até a morte em 1955, buscou refutá-lo, ao tentar fundamentar a física numa teoria de campo unificado. Escreveu a Born: “Você acredita num Deus que joga dados; e eu, numa lei e numa ordem completas em um mundo que existe objetivamente e que estou tentando capturar de maneira especulativa. *Creio* profundamente nisso, e tenho esperança de que alguém venha a descobri-lo de uma forma mais realista ou talvez com uma base mais tangível do que a mim foi dado encontrar”¹¹. Mas Einstein não conseguiu produzir uma teoria unificada, quer nos anos 20 ou depois. Viveu para presenciar a transformação do relativismo moral — para ele uma doença — em uma pandemia social, assim como para ver a sua equação fatal dar à luz o conflito nuclear. Houve vezes, no final de sua vida, em que afirmou desejar ter sido um simples relojoeiro.

O aparecimento de Einstein como proeminente figura mundial em 1919 é uma ilustração surpreendente do impacto duplo causado por grandes inovadores científicos na humanidade. Eles mudam nossa percepção do mundo físico e aumentam nosso domínio sobre ele. Mas também mudam nossas idéias. O segundo efeito é freqüentemente mais radical do que o primeiro. O gênio científico impõe-se sobre a humanidade, para o bem ou para o mal, muito mais do que qualquer estadista ou déspota. O empirismo de Galileu criou o fermento da filosofia natural no século XVII, que produziu as revoluções científica e industrial. A física newtoniana formou a estrutura do Iluminismo do século XVIII e ajudou o nascimento do nacionalismo moderno e da política revolucionária. A noção de Darwin relativa à sobrevivência do mais adaptável foi um elemento-chave tanto para o conceito marxista da luta de classes quanto para as filosofias raciais que deram forma ao hitlerismo. Na verdade, as conseqüências políticas e sociais das idéias darwinianas ainda terão que ser desenvolvidas, como veremos no decorrer deste livro. Também a reação do público à relatividade foi uma das principais influências formativas no curso da história do século XX. Essa teoria se transformou numa faca, brandida inadvertidamente pelo seu autor, que serviu para arrancar a sociedade de suas amarras tradicionais da fé e da moral da cultura judaico-cristã.

O impacto da relatividade foi particularmente poderoso porque coincidiu com a receptividade do público ao freudianismo. Quando Eddington comprovou a Teoria Geral de Einstein, Sigmund Freud já estava em seus avançados cinquenta anos. Parte de seu trabalho realmente mais original já tinha sido feita no princípio do século. *The Interpretation of Dreams* já tinha sido publicado em 1900. Freud era uma figura famosa e polêmica em círculos especializados médicos e psiquiátricos. Já tinha fundado sua própria escola e entrado numa espetacular disputa teológica com seu principal discípulo, Carl Jung, antes do início da Grande Guerra. Mas foi somente no final da guerra que suas idéias começaram a circular como moeda corrente.

A luta prolongada nas trincheiras chamou a atenção para casos de distúrbios mentais causados por estresse: “*shell-shock*”¹² foi o termo popular. Herdeiros de proeminentes famílias militares, que se tinham voluntariado para a guerra, lutaram com notável bravura, foram condecorados várias vezes e subitamente romperam a linha do equilíbrio mental. Não se podia chamá-los de covardes nem de loucos. Freud,

com a psicanálise, já tinha há muito oferecido o que parecia ser uma alternativa sofisticada aos métodos “heróicos” da cura da doença mental, tais como drogas, crueldades ou tratamentos de eletrochoque. Tais métodos tinham sido usados em profusão, em doses cada vez maiores durante o decorrer da guerra, e as “curas” se tornavam progressivamente mais ineficientes. Quando os homens recebiam a corrente elétrica mais alta, morriam durante o tratamento ou preferiam se suicidar a ter de passar por aquilo de novo, como as vítimas da Inquisição. A indignação dos familiares no pós-guerra com relação às crueldades infligidas em hospitais militares, especialmente na divisão psiquiátrica do Hospital Geral de Viena, levou o governo austríaco a criar em 1920 uma comissão de inquérito que acabou por convocar Freud¹³. A controvérsia resultante, embora inconcludente, deu a Freud a publicidade internacional que lhe faltava. Para ele, 1920 foi profissionalmente o ano das aberturas, quando a primeira policlínica psiquiátrica se inaugurou em Berlim e seu pupilo e futuro biógrafo, Ernest Jones, lançou o *International Journal of Psycho-Analysis*.

Porém, muito mais espetacular, e a longo prazo ainda mais importante, foi a súbita descoberta das idéias e dos trabalhos de Freud por artistas e intelectuais. Como Havelock Ellis costumava dizer, para a indignação do mestre, Freud não era um cientista, mas um grande artista¹⁴. Depois de oitenta anos de experiência, seus métodos de terapia provaram, numa análise geral, fracassos custosos mais apropriados a afagar o carente do que a curar o doente¹⁵. Agora sabemos que muitas das idéias centrais da psicanálise não têm base na biologia. Na verdade, elas foram formuladas por Freud antes da descoberta das leis de Mendel, a teoria cromossômica da hereditariedade, a identificação de erros metabólicos inatos, a existência de hormônios e o mecanismo do impulso nervoso, o que, em conjunto, invalida aquelas idéias. Como colocou *sir* Peter Medawar, a psicanálise é aparentada com o mesmerismo e a frenologia: contém núcleos isolados de verdade, mas é falsa na teoria geral¹⁶. Além disso, conforme o jovem Karl Popper corretamente observou na época, a atitude de Freud diante de provas científicas era muito diferente da de Einstein e mais semelhante à de Marx. Longe de formular suas teorias com um alto grau de conteúdo específico que convidasse à refutação e ao teste empírico, Freud as fez multiabrangentes e de difícil comprovação. E, como os seguidores de Marx, quando apareciam provas passíveis de serem refutadas, ele modificava as teorias para acomodá-las. Assim, o conjunto freudiano de crenças foi sujeito a contínuas expansão e osmose, como um sistema religioso no seu período de formação. Como era de se esperar, críticos pertencentes ao grupo, como Jung, foram tratados como heréticos; os de fora, como Havelock Ellis, foram tratados como infiéis. Freud manifestou-se como um ideólogo messiânico do século XX em sua pior maneira — isto é, com uma tendência persistente de considerar aqueles que divergiam dele como desequilibrados e necessitados de tratamento. Assim, a depreciação de Ellis de seu *status* científico foi dada a público como “uma forma de resistência altamente sublimada”¹⁷. “Minha inclinação — escreveu para Jung antes do rompimento deles — é tratar aqueles colegas que oferecem resistência exatamente como tratamos pacientes na mesma situação.”¹⁸ Duas décadas mais tarde, a dissensão, enquanto doença mental própria para hospitalização compulsória, começava a florescer como nova força de repressão política na União Soviética.

Mas se o trabalho de Freud tinha pouco conteúdo verdadeiramente científico, por outro lado possuía altas qualidades literárias e imaginativas. Seu estilo em alemão era magnético e lhe angariou o mais alto prêmio literário do país, o prêmio Goethe

da cidade de Frankfurt. Seu trabalho foi muito traduzido; a anglicização dos textos freudianos se tornou uma indústria nos anos 20. Mas sua nova produção literária também aumentava, já que Freud permitia que suas idéias abrangessem um incomensurável campo de experiências e atividades humanas. Freud era um gnóstico. Acreditava na existência de uma estrutura oculta do conhecimento que, com o uso das técnicas que ele estava delineando, poderia ser discernida sob a superfície das coisas. O sonho era seu ponto de partida. Não era, escreveu ele, “construído diferentemente do sintoma neurótico. Como este, pode parecer estranho e sem sentido, mas, quando examinado por meio de uma técnica que difere ligeiramente do método de livre associação usado na psicanálise, chega-se do seu *conteúdo manifesto* ao seu *significado oculto*, ou a seus pensamentos latentes”¹⁹.

O gnosticismo sempre atraiu intelectuais. Dele ofereceu Freud uma variedade particularmente apetitosa. Ele tinha uma queda brilhante para alusões e imagens clássicas, numa época em que todas as pessoas cultas se orgulhavam de seus conhecimentos de grego e latim. Ele apreendeu rapidamente a importância atribuída ao mito pela nova geração de antropólogos sociais, tais como *sir* James Frazer, cujo *The Golden Bough* apareceu em 1890. Nessa poderosa infusão — o significado dos sonhos, a função do mito — Freud adicionou uma poção impregnante de sexo, que ele encontrou na base de quase todas as formas do comportamento humano. A guerra propiciou a fala livre sobre o sexo. O período de pós-guerra levou o hábito da discussão sexual para a imprensa. Tinha chegado a hora de Freud. Além de seus dotes literários, ele possuía a habilidade de um jornalista sensacionalista. Era um neologista competente; podia fabricar *slogans* fantásticos. Quase tão freqüentemente quanto seu contemporâneo mais jovem, Rudyard Kipling, inventava palavras e expressões: “o inconsciente”, “sexualidade infantil”, “complexo de Édipo”, “complexo de inferioridade”, “complexo de culpa”, o ego, o id e o superego, “sublimação”, “psicologia profunda”. Algumas de suas idéias mais destacadas, como a interpretação sexual dos sonhos ou o que se tornou conhecido como o “ato falho freudiano”, tinham o charme dos novos jogos intelectuais de salão. Freud conhecia o valor da topicalidade. Em 1920, no rastro do suicídio da Europa, ele publicou *Beyond the Pleasure Principle*, que introduziu a idéia do “instinto de morte”, logo vulgarmente chamado de “desejo de morte”. Durante um bom período dos anos 20 — que testemunhou o declínio abrupto da crença religiosa, especialmente entre as pessoas cultas — Freud estava preocupado em dissecar a religião, que ele encarava como um constructo puramente humano. Em *The Future of an Illusion* (1927), falava das tentativas inconscientes do homem para mitigar a infelicidade. “A tentativa de conseguir — disse ele — uma proteção contra o sofrimento através de uma remodelação delirante da realidade é feita ao mesmo tempo por um grande número de pessoas. As religiões devem ser classificadas como um dos delírios de massa. É necessário dizer que quem partilha de um delírio jamais o reconhece como tal.”²⁰

Isso parecia a voz da nova era. Não era a primeira vez que um profeta em seus cinquenta anos, tanto tempo pregando no deserto, encontrava de repente uma platéia embevecida, formada por uma juventude dourada. O que era tão impressionante no freudianismo era a sua qualidade multiforme e sua ubiquidade. Parecia ter uma explicação nova e excitante para tudo. E graças à habilidade de Freud em encapsular tendências emergentes num espectro amplo de disciplinas acadêmicas, o freudianismo parecia apresentar, com uma brilhante ostentação e magistral confiança, idéias que já tinham sido semiformuladas na mente da elite. “Isto é o que eu sempre pensei!”

— escreveu André Gide, com admiração, em seu diário. No início dos anos 20, muitos intelectuais descobriram que tinham sido freudianos por anos, sem sabê-lo. O apelido era fortíssimo entre os escritores, desde o jovem Aldous Huxley, cujo estonteante *Crome Yellow* foi escrito em 1921, até o conservador sombrio Thomas Mann, para quem Freud era “um oráculo”.

O impacto que os intelectuais e os artistas criativos sofreram com Einstein e Freud cresceu ainda mais com a chegada da paz, que os tornou conscientes de que uma revolução fundamental acontecera e ainda acontecia no mundo da cultura, na qual os conceitos de relatividade e freudianismo pareciam tanto presságios quanto ecos. Essa revolução tinha raízes profundas no pré-guerra. Já havia começado em 1905, quando adequadamente alardeada num discurso público pelo empresário Sergei Diaghilev, do *Ballets Russes*:

Nós somos testemunhas do maior momento de síntese na história, em nome de uma nova e desconhecida cultura, que será criada por nós e que nos levará de roldão. É por isso que, sem medo ou apreensão, faço um brinde às arruinadas paredes dos magníficos palácios, assim como aos novos mandamentos de uma nova estética. O único desejo que posso expressar, como um sensualista incorrigível, é que a luta que está por vir não destrua as amenidades da vida e que a morte seja tão magnífica e tão iluminada como a ressurreição²¹.

Enquanto Diaghilev falava, a primeira exibição dos *fauves* podia ser vista em Paris. Em 1913, ele dirigiu o *Sacre du printemps*, de Stravinsky; Schoenberg publicou o atonal *Drei Klavierstücke*, e Alban Berg, o seu *Quarteto de cordas* (opus 3); e Matisse inventou o termo “cubismo”. Foi em 1909 que os futuristas publicaram seu manifesto e Kurt Hiller fundou o Neue Club em Berlim, sede do movimento artístico rotulado de expressionismo em 1911²². Quase todas as grandes personalidades criativas dos anos 20 já tinham sido publicadas, exibidas ou interpretadas antes de 1914 e, neste sentido, o Movimento Moderno foi um fenômeno pré-guerra. Mas ele precisava das convulsões desesperadas do grande conflito e do choque de regimes que o precipitou, para dar ao modernismo a dimensão política radical que até então lhe faltava e o sentido de um mundo em ruínas sobre o qual um novo seria construído. A nota elegíaca expressa por Diaghilev em 1905, embora apreensiva, era de uma acuidade notável. As linhas de mudança política e cultural não podiam ser separadas mais do que já tinham sido durante a turbulência da revolução e do romantismo de 1790-1830. Sabia-se que James Joyce, Tristan Tzara e Lênin eram todos residentes exilados em Zurique em 1916, cada um esperando a sua chance²³.

Com o término da guerra, o modernismo tomou de assalto, com uma publicidade resplandecente, o que até então parecia um palco vazio. Um Conselho Expressionista de Intelectuais reuniu-se no Reichstag em Berlim, na noite de 9 de novembro de 1918, exigindo a nacionalização dos teatros, subsídio estatal para todas as profissões artísticas e a eliminação de todas as academias. O surrealismo, cujas origens foram bastante independentes e que poderia ter sido concebido para dar uma expressão visual às idéias freudianas, tinha seu próprio programa de ação, assim como o futurismo e o dadaísmo. Mas tudo isso era espuma. Mais profundamente, o que havia era desorientação espacial e temporal induzida pela relatividade e o gnosticismo sexual de Freud, que pareciam estar caracterizados nos novos modelos. Em 23 de junho de 1919, Marcel Proust publica *À l'ombre des jeunes filles*, dando início

a um vasto experimento sobre o deslocamento do tempo e sobre as emoções sexuais subterrâneas que sintetizaram as novas preocupações. Seis meses mais tarde, em 10 de dezembro, Proust foi agraciado com o Prix Goncourt, e o centro da gravidade do mundo das letras na França teve um deslocamento decisivo, abandonando os sobreviventes do século XIX²⁴. É óbvio que tais obras só circulavam entre algumas poucas pessoas realmente influentes. Proust teve de publicar seu primeiro volume às suas próprias custas e o vendeu a um terço do custo de produção (mesmo bem mais tarde, em 1956, o conjunto que formava *À la recherche du temps perdu* ainda estava vendendo menos de dez mil exemplares por ano)²⁵. James Joyce, também trabalhando em Paris, não conseguia publicar seus trabalhos nas Ilhas Britânicas. *Ulysses*, que ele completou em 1922, atravessou as fronteiras clandestinamente, depois de publicado por uma editora particular. Mas sua importância não passou despercebida. Nenhum romance ilustrou mais claramente o quanto os conceitos de Freud tinham permeado a literatura. No mesmo ano, 1922, o poeta T.S. Eliot, recém-identificado como um profeta de sua época, escreveu que *Ulysses* “tinha demolido o século XIX”²⁶. Proust e Joyce, os dois grandes precursores e causadores da grande mudança, não conseguiam viver em consonância com o *Weltanschauung*²⁷ de que eles inadvertidamente partilhavam. Encontraram-se em Paris, a 18 de maio de 1922, após a estréia de *Renard* de Stravinsky, numa recepção oferecida a Diaghilev e elenco, à qual também compareceram o compositor e seu cenógrafo Pablo Picasso. Proust, que já havia insultado Stravinsky, imprudentemente deu uma carona a Joyce no seu táxi. O irlandês bêbado assegurou-lhe que jamais havia lido uma sílaba de seus escritos e Proust, espicaçado, retribuiu o “elogio”, antes de seguir para o Ritz, onde era atendido a qualquer hora da noite²⁸. Ele morreria seis meses mais tarde, mas não sem ter sido aclamado como o intérprete literário de Einstein, num ensaio escrito pelo famoso matemático Camille Veltard²⁹. Por Joyce, entretanto, em *Finnegans Wake*, ele foi menosprezado com um jogo de palavras: *Prost bitte*³⁰.

A noção de que escritores como Proust e Joyce estavam “destruindo” o século XIX, tanto quanto o estavam fazendo Einstein e Freud com suas idéias, não é tão extravagante quanto parece. O século XIX presenciou o clímax da filosofia da responsabilidade pessoal — a noção de que cada um de nós é individualmente responsável pelas próprias ações — que foi herança conjunta do judaísmo-cristianismo e do mundo clássico. Como salientaria Lionel Trilling ao analisar o veredicto de Eliot sobre *Ulysses*, era possível durante o século XIX a um esteta da qualidade de Walter Pater, em *The Renaissance*, classificar a capacidade de “inflamar-se como se numa chama ardente” na mesma categoria de “sucesso na vida”. Trilling também escreveu que, “no século XIX, até uma mente excepcional e imparcial como a de Pater podia admitir que um indivíduo pudesse ser julgado em termos de sucesso ou fracasso”³¹. O romance do século XIX tinha se preocupado essencialmente com o sucesso moral ou espiritual do indivíduo. *A la recherche* e *Ulysses* marcaram não somente o aparecimento do anti-herói, mas também a destruição do heroísmo individual como elemento central na criação imaginativa e uma falta de consideração desdenhosa pelos veredictos morais. O exercício do livre arbítrio individual deixaria de ser o interesse supremo do comportamento humano.

Isso estava de pleno acordo com as novas forças que moldavam os tempos. O marxismo, agora pela primeira vez sentindo-se à vontade no poder, era uma outra forma de gnosticismo que reivindicava penetrar na verdade subjacente das coisas através de uma camada superficial, empiricamente percebida. Em palavras que

surpreendentemente previam as de Freud já citadas por mim, Marx se pronunciou: “(O) padrão final das relações econômicas como vistas na superfície... é muito diferente, para não dizer o oposto, do seu padrão essencial interno e oculto”³². À primeira vista, os seres humanos parecem estar exercendo o livre arbítrio para tomar decisões e determinar acontecimentos. Para os familiarizados com os métodos do materialismo dialético, aqueles indivíduos, embora poderosos, não passavam de simples lixo, levados a esmo pelas correntes irresistíveis das forças econômicas. O comportamento ostensivo das pessoas meramente escondia os padrões de classe que elas desconheciam e que, portanto, se sentiam impotentes para desafiar.

Igualmente na análise freudiana, a consciência individual, que se localizava bem no centro da ética judaico-cristã e que era a mola propulsora principal das conquistas individualistas, foi descartada como mero mecanismo de defesa, criado coletivamente para proteger a ordem civilizada da agressividade dos seres humanos. O freudianismo podia ser muitas coisas, mas se tivesse uma essência, esta seria a descrição da culpa. “A tensão entre o superego severo e o ego a ele subjugado — escreveu Freud em 1920 — é por nós chamada de sentimento de culpa... A civilização consegue dominar os desejos perigosos de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o e desmantelando-o ao criar uma agência policiadora dentro dele, como uma guarnição numa cidade conquistada.” Sentimentos de culpa eram assim um sinal não de vício, mas de virtude. O superego ou consciência era o preço drástico que o indivíduo pagava para preservar a civilização, e seu custo em tormentos aumentaria inexoravelmente à proporção que a civilização se desenvolvesse: “Uma ameaça de infelicidade externa... foi substituída por uma infelicidade interna permanente, pela tensão do sentimento de culpa”. Freud dizia que tencionava mostrar que sentimentos de culpa, não justificados por qualquer fraqueza humana, eram “o problema mais importante no desenvolvimento da civilização”³³. Como os sociólogos já estavam sugerindo, era possível que a sociedade fosse culpada coletivamente pela criação de condições propícias ao crime e aos vícios. Mas os sentimentos de culpa eram uma ilusão a ser dissipada. Nenhum de nós era individualmente culpado; nós éramos todos culpados.

Marx, Freud, Einstein, todos transmitiram a mesma mensagem para a década de 20: o mundo não era o que parecia ser. Os sentidos, cujas percepções empíricas moldaram nossas idéias de tempo e distância, certo e errado, lei e justiça, e a natureza do comportamento do homem em sociedade, não eram confiáveis. Além disso, a análise marxista e freudiana se juntaram para minar, cada uma à sua maneira, o sentimento de responsabilidade pessoal e de dever para com o código da verdadeira moral, que era o centro da civilização européia do século XIX. A impressão que as pessoas tiravam dos ensinamentos de Einstein, de um universo em que todas as medidas de valor eram relativas, servia para confirmar essa visão — ao mesmo tempo desanimadora e estimulante — de anarquia moral.

E, como colocou W.B. Yeats em 1916, se “uma mera anarquia” não tivesse sido “lançada sobre o mundo”? Para muitos, a guerra foi a maior calamidade desde a queda de Roma. A Alemanha, por medo e ambição, e a Áustria, por resignação e desespero, desejaram a guerra de maneira diversa de seus oponentes. Foi o ponto culminante da onda de pessimismo da filosofia germânica, e esse pessimismo foi a característica principal no período pré-guerra. O pessimismo germânico, fortemente contrastado com o otimismo baseado na reforma e mudança política em marcha nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e mesmo na Rússia na década anterior a 1914,

não pertencia aos intelectuais e sim a todos os níveis da sociedade germânica, especialmente à classe alta. Semanas antes da deflagração do Armageddon, Kurt Riezler, secretário e confidente de Bethmann Hollweg, registrou a satisfação sombria com que seu mestre conduziu a Alemanha e a Europa para o abismo. Dia 7 de julho de 1914: “(O) chanceler acha que uma guerra, qualquer que seja o resultado, terá como consequência o extermínio de tudo o que existe: o mundo que nos cerca, antiquado e sem idéias”. Dia 27 de julho: “Terrível catástrofe, mais forte que o poder humano, paira sobre a Europa e o nosso povo”³⁴. Bethmann Hollweg tinha nascido no mesmo ano que Freud e era como se ele personificasse o conceito de “instinto de morte” cunhado por Freud ao terminar essa década apavorante. Como a maioria dos alemães cultos, ele tinha lido *Degeneration*, de Max Nordau, publicado em 1895, e conhecia as teorias degenerativas do criminologista italiano Cesare Lombroso. Com guerra ou sem guerra, o homem decaía inevitavelmente; a civilização caminhava para a destruição. Tais idéias eram lugar-comum na Europa Central, preparando o caminho para a ânsia de aprovação que acolheu o *Decline of the West* de Oswald Spengler, cuidadosamente planejado para publicação em 1918, quando o previsto suicídio já havia acontecido.

Na Grã-Bretanha, Joseph Conrad, um europeu do leste, foi o único dentre os grandes escritores que transmitiu esse pessimismo, trabalhando-o numa série de romances surpreendentes como *Nostramo* (1904), *The Secret Agent* (1907), *Under Western Eyes* (1911), *Victory* (1915). Esses sermões políticos desalentadores, sob forma de ficção, apregoavam a mensagem que Thomas Mann daria à Europa Central em 1924, em *The Magic Mountain*, e que ele mesmo reconheceria dois anos depois no prefácio da tradução alemã de *The Secret Agent*. Para Conrad, a guerra apenas confirmava a natureza irremediável do homem. Conrad provou ser o único escritor substancialmente claro e verdadeiro em todos os detalhes, se visto sob a perspectiva dos sessenta anos posteriores. Ele descartou o Marxismo como uma tolice maléfica, pronta a gerar uma tirania monstruosa; as idéias de Freud nada mais eram do que “uma espécie de mágica”. A guerra tinha demonstrado a fragilidade humana, mas em contrapartida nada resolveria e nada produziria. Planos gigantescos de reforma, panacéias, todas as “soluções” eram ilusórias. Ao escrever para Bertrand Russel em 23 de outubro de 1922 (Russel estava no momento oferecendo “soluções” em *The Problem of China*, seu mais recente livro até então), Conrad insistia: “Nunca consegui encontrar em nenhum livro e em nenhuma conversa algo convincente o bastante que desafiasse, por um momento que fosse, a minha noção de profundo senso da fatalidade que governa este mundo habitado por homens... A única solução para os chineses e para o resto da humanidade seria uma transformação da natureza humana. Mas, observando dois mil anos de história passados, não se pode esperar que isso aconteça, mesmo que o homem se disponha a voar... O homem não voa como uma águia, mas como um besouro”³⁵.

No início da guerra, era raro encontrar um cepticismo como o de Conrad no mundo anglo-saxão. A própria guerra era vista por alguns como manifestação do progresso, sendo um bom exemplo o livro capcioso de H.G. Wells, intitulado *The War that Will End War*. Quando chegou o armistício, o progresso, como era entendido pelos vitorianos, ou seja, algo contínuo e inexorável, não existia mais. Em 1920, J.B. Bury, o grande erudito clássico, publicou *The Idea of Progress*, declarando o seu término. “Uma nova idéia usurpará o seu lugar e se constituirá na idéia diretriz da humanidade... Não é o próprio conceito de progresso que sugere ser o seu valor como

doutrina apenas relativo, correspondendo a um estágio não muito adiantado da civilização?”³⁶

() que matou a idéia de um progresso ordenado, em oposição a um anárquico, foi uma enorme quantidade de arbitrariedades perpetradas por uma Europa civilizada durante os quatro anos anteriores. Não havia dúvidas de que tivesse havido uma degeneração moral inimaginável e sem precedentes para quem quer que analisasse os fatos. Uma vez, quando ministro da Guerra (1919-21), Winston Churchill rabiscou num papel oficial a seguinte nota:

‘Todos o horrores de todas as épocas foram reunidos, e não somente os exércitos, mas populações inteiras foram neles lançados. Os poderosos Estados envolvidos perceberam — não sem razão — que a sua própria existência estava por um fio. Nem os povos nem os governantes mediam seus atos, desde que fosse para vencer. A Alemanha, abrindo as portas do inferno, manteve a dianteira do terror; mas as nações atacadas, desesperadas e vingativas, seguiram-na passo a passo. Cada ultraje feito contra a humanidade e o direito internacional foi devolvido com represálias — muitas vezes numa escala maior e de duração mais longa. Nem a trégua nem a negociação apaziguaram o antagonismo dos exércitos. Os feridos morriam nas linhas de combate: os mortos desfaziam-se no solo. Os navios mercantes, os navios neutros e os navios-hospitais eram afundados, e os sobreviventes abandonados à sua sorte ou assassinados ao tentarem se salvar. Todos os esforços foram feitos para subjugar nações inteiras pela fome, sem se considerar idade ou sexo de seus habitantes. Cidades e monumentos eram esfaqueados pela artilharia. Bombas eram lançadas indiscriminadamente. Gás venenoso asfixiava os soldados. Seus corpos eram queimados por lança-chamas. Homens caíam do céu em labaredas ou eram lentamente afogados nas profundezas dos mares. A força de combate dos exércitos era limitada apenas pelo contingente masculino de seus países. A Europa e grande parte da Ásia e da África se tornaram um imenso campo de batalha, nos quais, depois de anos de luta, as nações, e não mais os exércitos, se despedaçaram e se dispersaram. Tortura e canibalismo foram os dois únicos expedientes que os Estados cristãos, civilizados e científicos, se abstiveram de usar ao final de tudo: eram práticas de utilidade duvidosa’³⁷.

Como Churchill colocou corretamente, os horrores que citou eram perpetrados pelos “Estados mais civilizados”. Na verdade, embora maléficos, tais horrores estavam além do poder dos indivíduos. É mais do que sabido que a excessiva crueldade e impiedade humanas não resultam de uma malignidade escancarada, mas sim da integridade ultrajada. Quão mais verdadeiro é isso nestes Estados legalmente constituídos, investidos de uma suposta autoridade moral de parlamentos, congressos e cortes de justiça! A capacidade destrutiva do indivíduo, embora perversa, é insignificante; a do Estado, embora bem-intencionada, é infinita. Aumente o Estado e essa capacidade destrutiva se expandirá também, *pari passu*. Na véspera da intervenção, em 1917, o pacifista americano Randolph Bourne rosnava: “A guerra é a saúde do Estado”³⁸. Além disso, a história demonstra dolorosamente que a integridade coletiva é muito mais ingovernável do que a necessidade individual de vingança. Esse foi um ponto bem assimilado por Woodrow Wilson, reeleito em 1916 numa plataforma pacifista, que avisava: “Conduza este povo à guerra e ele se esquecerá de que jamais

existiu tolerância... O espírito de brutalidade impiedosa penetrará em cada fibra de nossa vida nacional”³⁹.

O efeito da Grande Guerra foi o de aumentar significativamente o tamanho do Estado e, em consequência, a sua capacidade de destruição e a sua tendência à opressão. Antes de 1914, todos os setores estatais eram pequenos, embora a maioria estivesse crescendo, alguns até rapidamente. A área da verdadeira atividade do Estado variava entre 5 e 10% do Produto Nacional Bruto⁴⁰. A receita total do Estado em 1913 (incluindo o governo local) como percentagem do PNB era de apenas 9% na América. Na Alemanha, onde desde o tempo de Bismarck tinha-se começado a construir um aparato respeitável de previdência social, era o dobro, 18%; e na Grã-Bretanha, que acompanhara o despertar da Alemanha desde 1906, era de 13%⁴¹. Uma larga fatia do PNB tinha sempre sido absorvida pelo Estado na França. Mas era no Japão e sobretudo na Rússia imperial que o Estado estava assumindo um papel inteiramente novo na vida da nação, ao penetrar em todos os setores da economia industrial.

Com propósitos de imperialismo militar, em ambos os países, o Estado estava forçando o ritmo da industrialização, para alcançar as economias mais adiantadas. Mas, na Rússia, a predominância do Estado em todas as áreas da vida econômica estava se tornando uma realidade. O Estado possuía campos de petróleo, minas de carvão e de ouro, dois terços do complexo ferroviário e milhares de fábricas. Havia “trabalhadores rurais estatais” nos Novos Territórios do leste⁴². A indústria russa, mesmo quando não era estatal, tinha uma alta dependência, no que se refere a tarifas aduaneiras, de subsídios, subvenções e empréstimos, ou era interdependente do setor público. Os elos entre o Ministério da Fazenda e os grandes bancos eram estreitos, com funcionários públicos nomeados para seus respectivos conselhos⁴³. Além disso, o Banco do Estado, um departamento do Ministério da Fazenda, controlava associações de crédito e poupança, administrava as finanças das ferrovias, financiava incursões na política externa, agia como árbitro em toda a economia e estava sempre procurando maneiras de aumentar seu poder e expandir suas atividades⁴⁴. O Ministério do Comércio supervisionava os sindicatos privados dos comerciantes, regulava preços, lucros, o uso de matérias-primas e fretes de cargas, colocando seus agentes nas diretorias de todas as companhias de capital misto⁴⁵. A Rússia Imperial, na sua fase final de paz, era em si uma experiência em larga escala de capitalismo estatal coletivo e, ao que tudo indica, bastante bem-sucedida. Isso impressionou e assustou os alemães: o medo do rápido crescimento da capacidade econômica russa (e conseqüentemente militar) foi o maior fator isolado na decisão da Alemanha de declarar guerra em 1914. Como Bethmann Hollweg declarou a Riezler, “o futuro pertence à Rússia”⁴⁶.

No começo da guerra, cada beligerante perscrutava seus oponentes e aliados, com a esperança de poder imitar certos aspectos da administração governamental e da intervenção na economia de guerra. Os setores capitalistas não fizeram nenhuma objeção a isso, tranquilizados por lucros altíssimos e também inspirados, sem dúvida, pelo sentimento de patriotismo. O resultado foi uma expansão qualitativa e quantitativa do papel do Estado, que nunca foi revertida totalmente — porque, embora disposições de guerra fossem algumas vezes abandonadas no período de paz, em quase todos os casos elas eram adotadas novamente, às vezes para sempre. A Alemanha deu o exemplo adotando prontamente quase todos os métodos estatais russos que tanto a assustaram no período de paz, e passou a operá-los com uma

eficiência tão mais aperfeiçoada que, quando Lênin herdou a máquina capitalista-estatal russa em 1917-18, ele se inspirou, por sua vez, nos controles da economia de guerra alemã⁴⁷. Com o prolongamento da guerra e o aumento das perdas e do desespero, os Estados beligerantes foram se tornando mais totalitários, especialmente depois do inverno de 1916-17. O fim do governo civil na Alemanha aconteceu em 9 de janeiro de 1917, com Bethmann Hollweg sendo forçado a se curvar diante da exigência de uma campanha submarina irrestrita. Ele perdeu completamente o poder em julho, deixando o Estado a cargo do general Ludendorff e dos almirantes, episódio que marcou o fim da monarquia constitucional no momento em que, sob pressão dos militares, o *kaiser* tomou a si a prerrogativa de nomear e de demitir o chanceler. Quando ainda no poder, Hollweg descobriu que seu telefone estava grampeado e, segundo Riezler, toda vez que ele ouvia um ruído peculiar, gritava: “que *Schweinhund*⁴⁸ está me ouvindo?” Mas o grampeamento de telefone era legal sob a legislação de “Estado de sítio”, que outorgava aos comandos militares o poder de censurar ou suprimir jornais. Ludendorff estava também autorizado a arrebanhar quatrocentos mil trabalhadores belgas, trazendo-os para a Alemanha, já dessa maneira prenunciando os métodos de trabalho escravo nazistas e soviéticos⁴⁹. Nos últimos 18 meses de hostilidades, a elite germânica praticou o que foi chamado de “Socialismo de Guerra”, numa tentativa desesperada de mobilizar cada grama de esforço produtivo para a vitória.

A independência do setor privado no Ocidente foi gananciosamente engolida pelo Estado. O espírito corporativista, sempre presente na França, assumiu a indústria e houve um ressurgimento da intolerância patriótica de espírito jacobino. Em contraposição, Georges Clemenceau conseguiu, depois de muito esforço, obter alguma liberdade de imprensa e, quando chegou ao topo do poder, na agonia de novembro de 1917, permitiu uma certa dose de crítica a si mesmo. Mas políticos como Malvy e Caillaux foram presos, e longas listas de subversivos foram compiladas (o famoso *Carnet B*), para averiguações imediatas, prisões e até execuções. As democracias liberais anglo-saxônicas não estavam imunes a essas pressões. Após Lloyd George assumir o poder, na crise de dezembro de 1916, os rigores da conscrição e o opressor *Defense of the Realm Act* (Decreto da Defesa do Reino) foram fortalecidos, ao mesmo tempo em que o transporte, a indústria e os suprimentos foram mobilizados sob conselhos corporativistas de guerra.

Muito mais dramática foi a avidez com que a administração de Wilson lançou, cinco meses mais tarde, os Estados Unidos no corporativismo de guerra. Já havia evidências de que isso aconteceria. Herbert Croly em seu *The Promise of American Life*, 1909, tinha previsto que aquele corporativismo só poderia ser cumprido pela intervenção deliberada do Estado, a fim de promover “uma democracia mais altamente socializada”. Três anos mais tarde, *Concentration and Control: a Solution of the Trust Problem in the United States*, de Charles Van Hise, defendeu o corporativismo. Essas idéias estavam por trás do *New Nationalism* de Theodore Roosevelt, e delas se apropriou Wilson, desenvolvendo-as, para ganhar a guerra⁵⁰. Havia uma *Fuel Administration* (Administração de Combustível) que reforçava os “domingos sem gasolina”, um *War Labor Policies Board* (Conselho para um Programa de Trabalho de Guerra) que intervinha em disputas industriais, uma *Food Administration* (Administração da Alimentação), sob a direção de Herbert Hoover, que estabelecia preços para produtos de base, e um *Shipping Board* (Conselho de Transporte Marítimo) que lançou cem novos navios em 4 de julho de 1918 (e que já tinha

açambarcado nove milhões de toneladas sob seu controle operacional)⁵¹. O órgão central era o *War Industries Board* (Conselho das Indústrias de Guerra), cujo primeiro ato foi eliminar o *Sherman Anti-Trust Act* (Lei Sherman Anti-Trustes), um ídex do corporativismo, cujos membros (Bernard Baruch, Hugh Johnson, Gerard Swope e outros) fomentaram o berço do intervencionismo da década de 20 e do *New Deal*, que por sua vez inspirou o *New Frontier* e a *Great Society*. O corporativismo de guerra de 1917 iniciou um dos períodos de maior continuidade da história moderna americana, às vezes encoberto e às vezes aparente, que culminou no *welfare state* (Estado previdenciário) criado por Lyndon Johnson no final da década de 60. John Dewey percebeu, na época, que a guerra tinha minado as até então irresistíveis reivindicações da propriedade privada: “Não importa quantas entre as agências especiais para controle público se enfraqueçam com o fim da tensão de guerra, o movimento nunca retrocederá”⁵². Isso se provou correto. Ao mesmo tempo, novas leis restritivas como o *Espionage Act* (Lei de Espionagem) de 1917 e o *Sedition Act* (Lei de Sedição) de 1918 eram muitas vezes usadas com rigor: o socialista Eugene Debs pegou dez anos de prisão graças a um discurso antibélico, e um outro homem que dificultou o recrutamento pegou quarenta anos⁵³. Em todas as nações beligerantes, e não apenas na Rússia, o ano crucial de 1917 demonstrou que a liberdade e a propriedade privadas tendiam a permanecer ou a cair juntas. A velocidade impressionante com que o Estado moderno podia se expandir, o apetite inesgotável que, conseqüentemente, desenvolveu, não só para a destruição dos inimigos mas também para o exercício do poder despótico sobre seus cidadãos, foram evidenciados pela guerra. Com o término desta, havia um grande número de homens sensíveis que compreendera a gravidade desses acontecimentos. Mas poder-se-ia atrasar o relógio para julho de 1914? Será que alguém gostaria de fazê-lo? A Europa já tinha, por duas vezes, experimentado períodos de recuperação após guerras longas e destruidoras. Em 1648, os tratados conhecidos como a Paz de Westphalia tinham evitado a tarefa impossível de restaurar o *status quo ante* e tinham em grande parte aceitado as fronteiras políticas e religiosas que uma guerra de exaustão havia criado. Esse acordo não durou, embora a religião tivesse deixado de ser um *casus belli*. O acordo imposto pelo Congresso de Viena em 1814-15, depois das Guerras Napoleônicas, tinha sido mais ambicioso e muito mais bem-sucedido. Seu objetivo tinha sido o de restaurar tanto quanto possível o sistema de monarquias pelo direito divino, de maior ou menor porte, que existira antes da Revolução Francesa, como a única forma de as fronteiras européias serem aceitas como legítimas e duráveis⁵⁴. Isso funcionou porque estávamos a 99 anos antes de que um outro conflito geral na Europa estourasse, e pode-se dizer que o século XIX foi o mais equilibrado e produtivo de toda a história da humanidade. Os pacifistas de 1814-15 formavam um grupo bizarro: reacionários, entre os quais *lord* Castlereagh parecia um archote revolucionário e o duque de Wellington, um egrégio progressista. Suas plataformas de trabalho se apoiavam na negação brutal de todas as noções políticas inovadoras do último quarto de século. Em especial, eles compartilhavam das mesmas opiniões, quase sem vestígios de cinismo, no tocante ao poder e às esferas de interesse comum, casamentos dinásticos, entendimentos particulares entre soberanos e cavaleiros, sujeitos a um código comum (exceto *in extremis*) e no tocante à propriedade privada de territórios por descendência legítima. Um imperador ou rei despojado de seus bens numa parte da Europa poderia ser “compensado”, como ditava o acordo, em qualquer outro lugar, independentemente da nacionalidade, língua ou cultura dos habitantes. A isso se chamava de “transferência de almas”,

parodiando a expressão russa usada para a venda de uma propriedade com seus servos, *glebae adscripti*⁵⁵.

De tais opções não dispunham os pacifistas de 1919. Era impensável uma paz por exaustão como a de Westphalia, baseada em linhas divisórias militares. Ambos os lados estavam exaustos, mas um deles, em virtude do armistício, obteve uma vantagem militar esmagadora. Os franceses tinham ocupado todas as cabeças-de-ponte no Reno até 6 de dezembro de 1918. Os britânicos efetuaram um bloqueio na costa, já que os alemães tinham capitulado, entregando sua frota naval e seus campos minados até 21 de novembro. A paz foi assim possível por *diktat*.

Isso, entretanto, não queria dizer que os Aliados poderiam restaurar o Velho Mundo, mesmo que o quisessem. Ele já estava em decomposição antes de a guerra começar. Os anticlericais na França já estavam no poder há uma década e a última eleição antes da guerra mostrara uma mudança mais acentuada para a esquerda. Já a eleição de 1912 na Alemanha, pela primeira vez, fez dos socialistas o maior partido. O governo de Giolitti foi o mais radical na história da Itália desde a unificação. O líder conservador A.J. Balfour, na Grã-Bretanha, descreveu sua derrota catastrófica em 1906 como “um pálido reflexo do mesmo movimento que gerou massacres em São Petersburgo, levantes em Viena, passeatas socialistas em Berlim”. Mesmo a autocracia russa estava tentando se liberalizar. Os Habsburgos, aflitos, buscaram um novo apoio constitucional que os protegesse. A Europa, na véspera da guerra, foi dirigida pelos pseudoprogressistas preocupados em atender às crescentes expectativas e, acima de tudo, ansiosos por aplacar a juventude.

Não passa de um mito a afirmação de que a juventude européia foi cruelmente sacrificada por uma era cínica e egoísta. Os discursos dos políticos do pré-guerra eram abarrotados de apelos aos jovens. Movimentos de juventude eram um fenômeno europeu, especialmente na Alemanha, onde 25.000 membros dos clubes *Wandervögel* tomavam as estradas, tocavam violões, protestavam contra a poluição e o crescimento das cidades, maldiziam os mais velhos. Formadores de opinião como Max Weber e Arthur Moeller van den Bruck exigiam que os jovens fossem conquistados para o governo. A nação, escreveu Bruck, “precisa de sangue novo, de uma insurreição de filhos contra pais, de uma substituição do velho pelo novo”⁵⁶. O que a juventude pensava e queria era a grande preocupação dos sociólogos em toda a Europa.

E, na verdade, o que a juventude queria era a guerra. A primeira “geração jovem” mimada dirigiu-se cheia de entusiasmo para uma guerra aceita com horror ou com desespero fatalista pelos seus pais. Entre a juventude articulada da classe média, essa era a guerra mais popular da história, pelo menos no princípio. Os jovens trocaram os violões pelos rifles. Charles Péguy escreveu que foi “avidamente” para o *front* (e para a morte). Henri de Montherlant relatou que “ele amava a vida no *front*, o mergulho no elementar, na aniquilação do racional e do emocional”. Pierre Drieu la Rochelle chamava a guerra de “uma surpresa magnífica”. Walter Flex, Ernst Wurche e Ernst Jünger, jovens escritores alemães, exaltaram o que Jünger chamou de “momento sagrado” de agosto de 1914. O romancista Fritz von Unger descrevia a guerra como “catártica”, o início de um “novo entusiasmo pela vida”. Rupert Brooke achava-a a “única vida... uma excitação extraordinária, única no mundo”. Para Robert Nichols era um “privilégio”. “Estará morto aquele que não lutar — escreveu Julian Grenfell (*Into Battle*) — e aquele que morre se engrandece.” Os jovens italianos que entraram na guerra mais tarde foram ainda mais líricos a respeito dela. “Esta é a hora do triunfo dos valores superiores”, como escreveu um poeta italiano,

“esta é a Hora da Juventude”. Outro continuou: “Só os medíocres e os velhos de vinte anos perderiam esta oportunidade”⁵⁷.

Mas já no inverno de 1916-17, a volúpia da guerra havia se esgotado. Como a luta se prolongasse indefinidamente, a juventude ensangüentada e desiludida virou-se contra os mais velhos com desprezo e ódio. Em todas as trincheiras se falava em acertar as contas com “políticos culpados”, com a “velha gangue”. Em 1917 e mais ainda em 1918 todos os regimes beligerantes (exceto somente os Estados Unidos) sentiram-se encurralados quase à destruição, o que explica o crescente desespero e a selvageria com que combateram. As monarquias italiana e belga e talvez a britânica não teriam sobrevivido à derrota, tanto quanto a Terceira República na França. Tão logo a vitória foi proclamada, elas logicamente pareciam fora de perigo. Mas, por outro lado, quem alguma vez pareceu mais seguro quanto os Hohenzollerns em Berlim? O *kaiser* Guilherme II foi expulso, sem hesitação, no dia 9 de novembro de 1918, assim que se percebeu que uma república obteria melhores condições de paz. O último dos Habsburgos, Carlos, abdicou três dias mais tarde, pondo fim a um milênio de casamentos judiciosos e arquitetadas maquiavélicas. Os Romanovs tinham sido assassinados em 16 de julho e enterrados em túmulo desconhecido. Desta forma, as três monarquias imperiais da Europa Central e Oriental, o tripé da legitimidade, no qual se apoiava o *ancien régime*, desapareceram em um ano. No fim de 1918 havia pouca chance de restaurar qualquer uma delas, muito menos as três. O sultão turco foi derrubado também (embora uma república turca não tenha sido proclamada até 1º de novembro de 1922).

De um golpe, a dissolução desses impérios dinásticos desagrupou povos heterogêneos que tinham sido cuidadosamente reunidos durante séculos. O último censo do império dos Habsburgos mostrou que ele consistia de doze nações: 12 milhões de alemães, 10 milhões de magiares, 8,5 milhões de tchecos, 1,3 milhões de eslovacos, 5 milhões de poloneses, 4 milhões de rutenos, 3,3 milhões de romenos, 5,7 milhões de sérvios e croatas e 800 mil de ladinos e italianos⁵⁸. De acordo com o censo imperial russo de 1897, os russos formavam apenas 43% da população total⁵⁹; os restantes 57% eram povos dominados, variando desde suecos a alemães luteranos, passando por letões ortodoxos, bielorrussos e ucranianos, poloneses católicos, ucranianos uniatas, muçulmanos xiitas, sunitas e curdos muçulmanos de uma dúzia de nacionalidades, uma variedade incontável de budistas, taoístas e animistas. Além do Império Britânico, nenhum outro possuía um conglomerado de raças tão diferentes. Mesmo quando do censo de 1926, quando muitos dos grupos ocidentais tinham sido estimados, ainda havia aí aproximadamente duzentos povos e línguas⁶⁰. Em comparação, os domínios dos Hohenzollerns eram homogêneos e monoglotas, ainda que contivessem muitas minorias de poloneses, dinamarqueses, alsacianos e franceses.

A verdade é que, do século IV ao XV, durante o processo de povoamento da Europa Central e Oriental, e do princípio do século XVIII em diante, quando uma intensa fase de urbanização aconteceu, cerca de um quarto do território europeu tinha sido ocupado por uma mistura de raças (incluindo mais de dez milhões de judeus) cuja lealdade tinha, até então, sido religiosa e dinástica mais do que nacionalista. As monarquias eram o único princípio unificador dessas sociedades multirraciais, a única garantia (embora muitas vezes tênue) de que todos seriam iguais perante a lei. Uma vez eliminado esse princípio, o que poderia substituí-lo? O único possível era o nacionalismo e o irredentismo, seu subproduto tão em voga, um termo retirado do *Risorgimento* italiano, que significa a união de um grupo étnico inteiro

sob a tutela de um Estado. A isso se somou o novo termo “autodeterminação”, que implicava a demarcação de fronteiras por plebiscito, obedecendo a preferências étnicas.

Os dois principais aliados ocidentais, a Grã-Bretanha e a França, não tinham a princípio o menor interesse em promover a paz baseada em nacionalidades. Muito pelo contrário. Ambas possuíam impérios além-mar, multirraciais e políglotas. Além disso, a Grã-Bretanha tinha um problema irredentista crescente na Irlanda. Em 1918, ambas, Grã-Bretanha e França, eram governadas por ex-progressistas, Lloyd George e Clemenceau, que sob a agonia da guerra tinham aprendido a *Realpolitik* e um respeito arraigado pelas velhas noções de “equilíbrio”, “compensação” e assim por diante. Durante as conversações de paz, quando o jovem diplomata britânico, Harold Nicolson, insistia no fato de que era mais lógico que a Grã-Bretanha concedesse a autodeterminação aos gregos em Chipre, ele foi repreendido por *sir* Eyre Crowe, o ministro do Exterior: “Ridículo, caro Nicolson... Você aplicaria o princípio da autodeterminação na Índia, no Egito, em Malta e em Gibraltar? Se você *não* está preparado para fazê-lo, então não tenha a pretensão (sic) de se achar lógico. Mas se você *estiver* preparado para ir tão longe, neste caso é melhor que retorne a Londres imediatamente”⁶¹. (Ele poderia ter acrescentado que Chipre tinha uma numerosa minoria turca e que, por este motivo, ainda não tinha conseguido autodeterminação na década de 1980. Lloyd George adoraria ter mantido o Império Austro-Húngaro até 1917 ou princípio de 1918, em troca de uma paz em separado. O objetivo principal de Clemenceau, por sua vez, era a segurança da França e, para isso, ele queria reaver não apenas a Alsácia-Lorena (cuja maioria falava alemão), mas também o Sarre e ainda separar a Renânia da Alemanha, transformando-a num Estado títere orientado pela França.

Durante a guerra, a Grã-Bretanha, a França e a Rússia haviam assinado acordos secretos para induzir outras potências a se juntarem a elas, o que contrariava diretamente os princípios nacionalistas. Os franceses garantiram a aprovação da Rússia em seus projetos de dominação da Renânia, deixando em troca a Rússia livre para oprimir a Polônia, num tratado assinado em 11 de março de 1917⁶². Pelo Acordo Sykes-Picot de 1916, a Grã-Bretanha e a França concordaram em arrancar as províncias árabes da Turquia e dividi-las entre si. A Itália se vendeu ao lance mais alto: pelo Tratado Secreto de Londres, de 26 de abril de 1915, a Itália receberia a soberania sobre milhões de tirolezes germânicos e de sérvios e croatas na Dalmácia. Um tratado com a Romênia, assinado a 17 de agosto de 1916, deu-lhe toda a Transilvânia e a maior parte do Banat de Temesvar e a Bukovina, cuja maioria dos habitantes não falava romeno. Outro tratado secreto assinado em 16 de fevereiro de 1917 agraciava o Japão com a província chinesa de Shantung, até então dentro do âmbito comercial alemão⁶³.

Com o colapso do regime czarista e da recusa dos Habsburgos de fazerem a paz em separado, a Grã-Bretanha e a França começaram a encorajar o nacionalismo e a fazer da autodeterminação o “objetivo da guerra”. O governo provisório de Kerensky na Rússia reconheceu, em 4 de junho de 1917, a independência da Polônia; a França começou a organizar um exército de poloneses e, a 3 de junho de 1918, proclamou como objetivo básico a criação de um poderoso Estado polonês⁶⁴. Enquanto isso, na Grã-Bretanha, o *lobby* pró-eslavo presidido por R.W. Seton-Watson e seu periódico *The New Europe* incentivavam com bastante sucesso a fragmentação austro-húngara e a criação de novos Estados étnicos⁶⁵. Políticos eslavos e balcânicos

exilados receberam garantias e promessas em troca da resistência ao “imperialismo alemão”. No Oriente Médio, o coronel pró-árabe T.E. Lawrence foi autorizado a prometer aos emires Feisal e Hussein reinos independentes como prêmio pela luta contra os turcos. Em 1917, a chamada “Declaração Balfour” prometia aos judeus uma pátria na Palestina, a fim de encorajá-los a abandonar os Poderes Centrais. Muitas dessas promessas eram incompatíveis mutuamente, além de contradizerem os tratados secretos ainda em vigor. Durante os dois últimos anos de luta desesperada, os britânicos e os franceses, inconseqüentemente, doaram propriedades que ultrapassavam suas disponibilidades, e essas doações não poderiam de maneira alguma ser honradas na hora da paz. Alguns desses cheques pré-datados foram escandalosamente devolvidos por falta de fundos.

Para complicar as coisas, Lênin e seus bolcheviques tomaram o poder na Rússia em 25 de outubro de 1917 e imediatamente se apossaram dos arquivos diplomáticos czaristas. Eles passaram cópias de tratados secretos para as mãos de correspondentes ocidentais e, a 12 de dezembro, o *Manchester Guardian* começou a publicá-los. Isso era acompanhado de vigorosa propaganda bolchevique destinada a encorajar revoluções comunistas pela Europa, prometendo autodeterminação a todos os povos.

As manobras de Lênin provocaram um efeito decisivo no presidente americano. Woodrow Wilson vem sendo ridicularizado por meio século sob a acusação de que sua busca de ideais impossíveis tornara inatingível uma paz sensata. Isso é uma meia verdade. Wilson era um personagem ilustre, um cientista político, um ex-reitor da Universidade de Princeton. Tinha consciência de sua ignorância em política internacional. Pouco antes de sua posse em 1913, ele diria a amigos: “Seria uma ironia do destino se minha administração tivesse de lidar principalmente com política internacional”⁶⁶. Os democratas tinham estado fora do poder por 53 anos e Wilson encarava os diplomatas americanos como republicanos. Quando a guerra estourou, ele insistiu para que os americanos permanecessem “neutros de fato e de direito”. Foi reeleito em 1916 com o *slogan* “Ele nos manteve fora da guerra”. Ele não queria romper o velho sistema europeu tampouco: defendia a “paz sem vitória”.

Ao se iniciar o ano de 1917, Wilson tinha chegado à conclusão de que a América teria uma influência maior no acordo como nação beligerante e não como neutra. E estabeleceu uma distinção tênue legal e moral entre a Grã-Bretanha e a Alemanha: o uso de “*U-boats*” (submarinos alemães) pela Alemanha violava os “direitos humanos”, enquanto que os bloqueios britânicos violavam apenas os “direitos de propriedade”, uma ofensa menor⁶⁷. Uma vez na guerra, combateu com vigor, mas não encarava a América como um combatente comum. A América entrou na guerra, disse ele em sua mensagem ao Congresso em abril de 1917, “para defender os princípios de paz e justiça” e para estabelecer “uma harmonia de paz e ação que asseguraria, por conseguinte, a observância desses princípios”. Querendo estar bem preparado para as negociações de paz em setembro de 1917, ele criou, sob a direção de seu assistente, o coronel Edward House, e do Dr. S.E. Mezes, uma organização de 150 peritos acadêmicos que ficou conhecida como “*the Inquiry*”, e que funcionava no edifício da *American Geographical Society* em Nova Iorque⁶⁸. A delegação americana, durante o processo de negociação da paz, era de longe a mais bem informada e documentada e, talvez, em muitos pontos, a única fonte de informações precisas. Segundo Harold Nicolson, “tivesse o Tratado de Paz sido esboçado somente pelos peritos americanos, teria sido um dos mais criteriosos, assim como o documento mais

científico já concebido”⁶⁹.

Entretanto, o *Inquiry* baseava-se no reconhecimento de que a paz seria um compromisso negociado e de que a melhor maneira de fazê-la durar seria adaptá-la à justiça natural, tornando-a, portanto, aceitável por todos os povos envolvidos. A abordagem era empírica, não ideológica. Nessa altura, Wilson não estava interessado na Liga das Nações, uma idéia britânica, criada em 20 de março de 1917. Ele pensou que isso lhe traria dificuldades no Congresso. Mas a publicação bolchevique dos tratados secretos levou Wilson a uma consternação profunda, por ter colocado os aliados da América na pior situação possível. O chamado de Lênin para a autodeterminação geral também pesou sobre Wilson, pois ele sentiu que a América, como guardiã da liberdade democrática, não podia ser sobrepujada por um regime que tomara o poder ilegalmente. Por isso, rapidamente compôs e levou a público os famosos ‘*Fourteen Points*’ (Quatorze Pontos) no dia 8 de janeiro de 1918. O primeiro ponto repudiava os tratados secretos. O último estabelecia a criação de uma Liga. A maioria dos outros pontos versava sobre garantias específicas, como, por exemplo, conquistas que seriam devolvidas, vencidos que não perderiam suas populações, sendo a nacionalidade o fator determinante. No dia 11 de fevereiro, Wilson acrescentou os ‘*Four Principles*’ (Quatro Princípios), que reforçaram o último ponto, e, em 27 de setembro, ele terminou os ‘*Five Particulars*’ (Cinco Particulares), sendo o primeiro a promessa de justiça igualmente para amigos e inimigos⁷⁰. O conjunto das 23 asserções foi produzido por Wilson sem interferência da Grã-Bretanha ou da França.

Chegamos agora ao cerne do mal-entendido que impediu o sucesso de qualquer chance de acordo de paz e preparou o caminho para um segundo conflito global. Até setembro de 1918, era evidente que a Alemanha, tendo ganho a guerra no leste, estava por perdê-la no oeste. Mas o Exército de nove milhões de soldados alemães ainda estava forte, intacto e conduzindo uma retirada ordenada dos territórios franceses e belgas conquistados. Dois dias depois da publicação dos ‘*Five Particulars*’ de Wilson, o todo-poderoso general Ludendorff assombrou os membros de seu governo ao lhes dizer que “a condição do exército exige um armistício imediato para evitar uma catástrofe”. Um governo popular deveria ser organizado para um possível contacto com Wilson⁷¹. O motivo de Ludendorff era impor aos partidos democratas a desonra de entregar os ganhos territoriais da Alemanha. Mas também era claro para ele que os 23 pronunciamentos de Wilson formavam num todo a garantia de que a Alemanha não seria desmembrada ou punida, mas sim de que manteria intactos a integridade e o poder. Nessas circunstâncias, isso era tudo o que ele poderia esperar; na verdade, mais, já que o segundo dos ‘*Fourteen Points*’, o que se referia à liberdade dos mares, implicava na suspensão do bloqueio britânico. As autoridades civis tinham o mesmo ponto de vista e, no dia 4 de outubro, o chanceler, príncipe Max de Baden, iniciou as negociações para um armistício com Wilson, baseado em seus pronunciamentos. Três dias mais tarde, os austríacos o seguiram, numa expectativa mais otimista⁷². A resposta de Wilson foi favorável, já que ele tinha um exército de quatro milhões de homens e era universalmente tido como todo-poderoso, tendo a Grã-Bretanha e a França sob seu controle econômico e financeiro. Logo depois de uma troca de notas, no dia 5 de novembro, ele ofereceu um armistício aos alemães, tendo por base os ‘*Fourteen Points*’ e sujeito apenas a dois requisitos dos Aliados: a liberdade dos mares (onde a Grã-Bretanha se reservava direitos de interpretação) e a compensação pelos danos de guerra. Os alemães concordaram em deixar as armas sob essas condições.

O que os alemães e os austríacos não sabiam era que, a 29 de outubro, o coronel House, enviado especial de Wilson e representante dos Estados Unidos no Conselho Supremo de Guerra Aliado, tinha tido uma reunião secreta e longa com Clemenceau e Lloyd George. Os líderes francês e britânico expressaram as dúvidas e reservas que tinham em relação aos pronunciamentos de Wilson. Aceitas por House, foram transmitidas sob a forma de um “Comentário” telegrafado para Wilson em Washington. Esse “Comentário”, jamais comunicado aos alemães e austríacos, efetivamente afastou todas as vantagens dos pontos de Wilson no que se referia aos Poderes Centrais. Isso já esboçava as formas do subsequente Tratado de Versalhes, fortemente objetadas por eles, e que incluíam o desmembramento da Áustria-Hungria, a perda das colônias alemãs, a separação da Prússia por um corredor polonês, e as reparações⁷³. O que ainda é mais interessante é que o tratado não foi baseado na premissa da “culpa de guerra” germânica (que estava implícita nos 23 pontos de Wilson), mas girava em torno do princípio de “recompensas” para os vitoriosos e “castigo” para os vencidos, repudiado por Wilson. É verdade que durante as negociações de outubro, Wilson, que nunca tinha de fato lidado com os alemães, os hostilizava cada vez mais. Ele estava particularmente enfurecido pelo torpedeamento do barco civil irlandês *Leinster*, a 12 de outubro, com a perda de 450 vidas, incluindo muitas mulheres e crianças, uma semana depois de os alemães terem pedido o armistício. Apesar de tudo isso, é estranho que ele tenha aceitado o “Comentário” e muito surpreendente que não tenha feito nenhuma alusão sobre esse assunto aos alemães. Por sua vez, os alemães foram incompetentes em não pedir esclarecimentos sobre alguns pontos, já que o estilo de Wilson, como disse o ministro do Exterior britânico A.J. Balfour ao gabinete, “é muito impreciso. Ele é um retórico de primeira, mas um péssimo redator”⁷⁴. Wilson foi o principal responsável por esse fracasso total de comunicação. E não foi um erro por idealismo.

O segundo erro crasso, que, junto com o primeiro, virou uma catástrofe, foi de organização. A conferência da paz não recebeu a devida estrutura. Apenas aconteceu, adquirindo uma forma e um momento próprios, desenvolvendo um comportamento anti-germânico no processo, tanto em substância como na forma. No começo, pensava-se que os termos seriam estabelecidos pelos Aliados entre si e que, depois, os alemães e seus parceiros apareceriam e o tratado de paz seria definitivamente negociado. Isso é o que tinha acontecido no Congresso de Viena. Um projeto de conferência nessa linha foi estabelecido pela lógica dos franceses e entregue a Wilson pelo embaixador francês no dia 29 de novembro de 1918. Esse documento teve o mérito de cancelar imediatamente todos os tratados secretos. Mas a maneira com que foi redigido irritou Wilson e nada mais foi dito sobre o assunto. Como se vê, a conferência começou sem um programa e nunca conseguiu tê-lo⁷⁵. O *modus operandi* se tornou ainda mais imperfeito pela determinação de Wilson de cruzar o Atlântico e participar dela. Isso significou que o suposto “homem mais poderoso do mundo” não podia ser mantido na reserva, como um *deus ex machina*, para se pronunciar das alturas sempre que os Aliados se encontrassem num impasse. Pelo fato de vir a Paris, ele se tornou um primeiro-ministro como os outros, e venceu tantas discussões quanto perdeu. Mas isso se deveu, em parte, ao fato de o interesse de Wilson, enquanto as negociações se realizavam, ter-se desviado decisivamente dos seus 23 pontos e dos atuais termos do tratado, para concentrar-se quase que exclusivamente na Liga e em seu Pacto. Para ele, a proposta de organização do novo mundo tornou-se objeto central da conferência, assunto sobre o qual ele era até então

cético. O seu funcionamento redimiria qualquer falha no próprio tratado. Isso teve duas consequências terríveis. Primeira: os franceses conseguiram a anuência para seus termos, incluindo uma “grande” Polônia que dividiria a Prússia e que privaria a Alemanha do cinto industrial da Silésia, uma ocupação de 15 anos na Renânia pelos Aliados e indenizações vultosas. Segunda: desistiu-se de um conjunto de exigências preliminares. Wilson estava decidido a inserir no documento preliminar o Pacto da Liga. Seu ministro do Exterior, Robert Lansing, preveniu-o de que um acordo putativo constituía legalmente um tratado e, portanto, precisava da ratificação do Congresso. Temendo ter problemas no Senado, Wilson decidiu ir direto ao tratado final⁷⁶. É lógico que havia outros fatores. O marechal Foch, o generalíssimo francês, receava que o anúncio desses termos preliminares acelerassem a desmobilização dos aliados da França, fortalecendo assim a Alemanha na fase final. Um acordo entre os próprios aliados estava tão difícil que todos temiam o aparecimento de novos participantes hostis, cujas atividades pudessem complicar o que tinha sido obtido até então. Por isso foi descartada a idéia de termos preliminares⁷⁷.

Quando foi finalmente permitido aos alemães que viessem a Paris, eles descobriram, abatidos, que não negociariam a paz, mas que esta lhes seria imposta, tendo eles já capitulado ao concordar com o armistício, que para eles não passava agora de um embuste. Clemenceau, para quem o medo e o ódio aos alemães era uma lei da natureza, encenou a imposição do *diktat*. Ele fracassou num acordo que garantisse uma Alemanha federativa, invertendo o trabalho de Bismarck, assim como uma fronteira militar francesa no Reno. Mas a 7 de maio de 1919, pôde presidir uma cerimônia em Versalhes, onde a Prússia tinha humilhado a França em 1871, à qual a delegação alemã apareceu não no papel de parte interessada, mas como prisioneira a ser condenada. Dirigindo-se ao enviado plenipotenciário alemão, a essa altura o mal-humorado conde von Brockdorff-Rantzau, Clemenceau escolheu suas palavras:

Diante do senhor estão os representantes acreditados dos poderes aliados e associados, grandes e pequenos, que guerrearam sem parar por mais de quatro anos numa campanha impiedosa sobre eles imposta. Chegou a hora de acertarmos as nossas contas. Vocês nos pediram a paz. Estamos dispostos a concedê-la⁷⁸.

Um tempo limite foi então estabelecido para uma aceitação ou rejeição totais. O conde leu a sua amarga resposta sentado, uma descortesia que enfureceu muitos dos presentes, sobretudo Wilson, que tinha se tornado cada vez mais anti-germânico no desenrolar da conferência: “Que maneiras abomináveis... Os alemães são realmente um povo néscio. Sempre fazem a coisa errada... Este é o discurso mais sem tato que eu já ouvi. O mundo inteiro ficará contra eles”. Na verdade, isso não aconteceu. A.J. Balfour não se incomodou que Brockdorff permanecesse sentado. Ele até disse a Nicolson: “Eu nem notei. Faço questão de jamais encarar pessoas que estão na mais óbvia desgraça”⁷⁹. Houve movimentos pró-Alemanha entre os ingleses, e daí por diante, até 28 de junho, quando os alemães finalmente assinaram o acordo, Lloyd George fez esforços extenuantes para diminuir a severidade dos termos, especialmente com relação à fronteira alemã-polonesa. Ele temia que uma futura guerra fosse provocada — como realmente aconteceu. Mas tudo o que ele obteve de um Wilson e de um Clemenceau hostis foi um plebiscito para a Silésia Superior⁸⁰. Assim, os alemães assinaram, como eles mesmos disseram, “cedendo a forças esma-

gadoras”. Lansing escreveu: “Era como se estivessem sendo chamados para assinar suas próprias sentenças de morte... Pálidos e de mãos trêmulas, eles assinaram seus nomes rapidamente e foram então levados de volta a seus lugares”⁸¹.

A maneira com que esses termos foram cravados nos alemães teria um efeito calamitoso na sua nova República, como veremos. A intervenção de última hora de Lloyd George em defesa dos alemães colocou um ponto final na *entente cordiale*, continuando a envenenar as relações francesas pela década de 40: um ato de perfídia que o general de Gaulle jogou rancorosamente na cara de Winston Churchill na Segunda Grande Guerra⁸². Na época, muitos franceses achavam que Clemenceau tinha cedido demais e ele era o único político no país que poderia ter conduzido aquilo que os franceses viam como um acordo muito moderado e até perigoso⁸³. Os americanos estavam divididos. Dentro da sua ilustre delegação, alguns partilhavam do antigermanismo de Wilson⁸⁴. John Foster Dulles falava da “enormidade dos crimes cometidos pela Alemanha”. O astucioso coronel House foi o instrumento de instigação para que Wilson anulasse seus “pontos”. O conselheiro principal de Wilson em assuntos da Polônia, Robert H. Lord, junto com Clemenceau, era o mais forte advogado da “grande Polônia”⁸⁵. Lansing reconheceu imediatamente que o fato de não permitir que os alemães negociassem era, além de um erro capital, uma traição de Wilson a seus princípios, tanto na forma como em substância⁸⁶. Suas críticas foram a razão principal de ter sido demitido por Wilson no início de 1920⁸⁷.

Havia crítica acirrada entre os jovens americanos. William Bullitt escreveu uma carta desaforada a Wilson: “Lamento muito que o senhor não tenha lutado a nossa luta até o fim e que o senhor tenha tido tão pouca fé nos milhões de homens que, como eu, em cada nação, tinham fé no senhor... Nosso governo consentiu em entregar os povos já sofrendores a novas opressões, humilhações de desmembramentos — um novo século de guerra”⁸⁸. Samuel Eliot Morrison, Christian Herter e Adolf Berle compartilhavam da mesma idéia. Walter Lippmann escreveu: “Para mim, esse Tratado não é somente intolerante e de má-fé, mas é imprudente no mais alto grau”⁸⁹. Muitos desses jovens seriam influentes mais tarde. Mas foram ofuscados por um crítico, da delegação britânica, ainda mais veemente e que estava numa posição de desferir um golpe arrasador nesse acordo. John Maynard Keynes era um brilhante membro graduado de Cambridge, funcionário público durante a guerra, representante do Tesouro na conferência. Ele não estava interessado na segurança militar, fronteiras ou transferências de povos, cuja importância intrínseca e emocional menosprezava. Por outro lado, tinha uma compreensão aguda dos aspectos econômicos da estabilidade européia, ignorados pela maioria dos delegados. Para ele, uma paz duradoura iria depender da agilidade com que o acordo permitisse que o comércio e a indústria se reerguessem e o índice de empregos crescesse. Nesse aspecto, o tratado deveria ser dinâmico e não revanchista⁹⁰. Num memorando do Tesouro em 1916, ele argumentou que a indenização imposta pela Alemanha à França em 1871 destruíra ambas e fora responsável pela grande recessão econômica da década de 1870 que afetara o mundo inteiro⁹¹. Ele achava que não deveria haver reparações em absoluto ou, se as houvesse, que a máxima penalidade imposta à Alemanha deveria ser de dois bilhões de libras. “Se a Alemanha tiver de ser ‘sugada’ — argumentou num trabalho preparatório para a conferência — que não seja, antes de tudo, arruinada”⁹². Quanto aos débitos — nos quais todos os aliados estavam enredados, e que supunham ressarcir com o que pudessem arrancar da Alemanha —, Keynes achava mais sensato a Grã-Bretanha perdoar seus devedores. Tal gene-

rosidade encorajaria os americanos a procederem da mesma forma com a Grã-Bretanha, visto que esta seria paga em papel pelos Continentais, ao passo que teria de pagar aos Estados Unidos em dinheiro vivo; portanto, uma anulação geral a beneficiaria⁹³.

Além de limitar as reparações e perdoar as dívidas de guerra, Keynes queria que Wilson usasse a sua autoridade e os recursos dos Estados Unidos para lançar um vasto programa de crédito que revitalizasse a indústria europeia — um esquema que em 1947-8 tomaria a forma do Plano Marshall. Keynes o chamou de “um grande esquema para a reabilitação da Europa”⁹⁴. Sua idéia foi comprada pelo seu chefe, Austen Chamberlain, ministro da Fazenda, e, em abril de 1919, fez as minutas de duas cartas que foram enviadas para Wilson por Lloyd George. A primeira argumentava “que o mecanismo econômico europeu está emperrado” e a proposta era liberá-lo; a segunda dizia que “quanto mais aniquilado e mais próximo do bolchevismo estiver um país, obviamente mais necessidade terá de assistência. Mas é menos provável que a empresa privada venha a fazê-lo”⁹⁵. Na opinião de Keynes, a América estava vivendo um “momento” singular nos assuntos internacionais e Wilson deveria evitar estabelecer fronteiras pós-guerra e a configuração da Liga; em vez disso, deveria usar os suprimentos alimentícios dos Estados Unidos e o seu poderio econômico para ajudar na recuperação da Europa a longo prazo. Uma Europa próspera tenderia a esquecer mais rapidamente as memórias amargas de um passado recente e colocar em perspectiva os ajustes de fronteira que estavam agora carregados de paixão.

Como alguns historiadores americanos agora reconhecem, havia muita sabedoria e alguma justiça na ótica de Keynes, e certamente ele tinha razão sobre o papel da América⁹⁶. Mas Wilson, obcecado pela Liga e sem interesse em reabilitar a economia, ignorou as súplicas de Lloyd George; o Tesouro americano ficou chocado com as idéias de Keynes. Seus representantes estavam “formalmente impedidos” de “debater esses tópicos conosco, mesmo em particular”, reclamou Keynes⁹⁷. Não haveria possibilidade de perdoar as dívidas de guerra. A antipatia de Keynes pela posição americana chegou ao seu limite: “Eles tiveram a oportunidade de ter uma visão ampla e humana do mundo, mas não hesitaram em recusá-la”. Wilson era “a maior fraude da terra”⁹⁸. Ainda ficou mais horrorizado quando leu o Tratado inteiro e compreendeu o efeito cumulativo estarrecedor de suas cláusulas, particularmente as de reparação. O “maldito Tratado”, assim ele o chamou, era uma fórmula para um desastre econômico e futura guerra. A 26 de maio de 1919, Keynes se demitiu da delegação britânica. Escreveu para Chamberlain: “Como o senhor pode ainda esperar que eu assista a esta farsa trágica que é a base *d’une guerre juste et durable*? como disse um francês”. E para Lloyd George: “Estou escapulindo desse pesadelo”⁹⁹.

A saída de Keynes era perfeitamente compreensível, uma vez que o acordo que sua sagacidade e eloquência tentaram evitar já era um *fait accompli*. Mas o que ele fez a seguir tornaram infinitamente mais sérios os erros de julgamento que ele havia diagnosticado tão corretamente. Keynes era um homem de dois mundos. Ele se comprazia no mundo das finanças e no da política, brilhando sempre em ambos. Ele também era um acadêmico, um esteta, um homossexual e um membro da sociedade secreta de Cambridge, *The Apostles*, e de sua cria direta, o *Bloomsbury Group*. A maioria de seus amigos era pacifista: Lytton Strachey, o líder não-oficial dos bloomsberianos, James, o irmão de Strachey, David Garnett, Clive Bell, Adrian Stephen, Gerald Shove, Harry Norton e Duncan Grant¹⁰⁰. Quando o recrutamento começou, alguns deles preferiram ser arrastados aos tribunais como contestadores conscientes, a ter que servir na guerra; Lytton Strachey, por exemplo, personagem

de um desses episódios, considerou-se um herói. Eles não aprovaram o engajamento de Keynes no Ministério da Fazenda, mesmo que ele alegasse ser um “serviço de guerra”, contudo não beligerante. Em fevereiro de 1916, Keynes achou na sua correspondência uma nota insidiosa de Strachey: “Caro Maynard, por que você ainda está no Ministério da Fazenda? Afetuosamente, Lytton”. Quando Duncan Grant, com quem Keynes estava tendo um caso, apresentou-se ao tribunal de Ipswich, Keynes defendeu-o, exibindo a pasta do Ministério com o selo real, a fim de intimidar os membros do tribunal que não passavam de peixinhos do interior. Mas ele se envergonhava de sua posição, quando com seus amigos. Em dezembro de 1917, escreveu para Grant: “Eu trabalho para um governo desprezível por razões que acho criminosas”¹⁰¹.

Keynes continuou no Ministério da Fazenda por um resquício de patriotismo, embora suas tensões internas aumentassem. Quando a guerra que ele odiava culminou numa paz para ele ultrajante, voltou para Cambridge, à beira de um colapso nervoso. Ao se recuperar, começou a escrever um ataque cintilante e feroz à conduta da conferência. Era uma mistura de verdades, meias verdades, concepções errôneas, *insights* brilhantes, realçados por caricaturas sardônicas dos principais atores do drama. Publicado antes do final do ano, *The Economic Consequences of the Peace* causou uma sensação mundial. O trabalho é mais uma ilustração clássica da lei de conseqüências involuntárias. O motivo público dessa obra de Keynes era alertar o mundo para os efeitos de se impor uma paz cartaginesa à Alemanha. Seu motivo íntimo era recuperar a confiança de seus amigos, arrasando com o sistema político que eles o acusavam de servir. Ele atingiu seus objetivos, além de seu livro provar ser um dos mais destrutivos do século e contribuir indiretamente para a guerra futura que Keynes tanto queria evitar. Quando essa guerra aconteceu, Etienne Mantoux, um jovem historiador francês, acusou a filípica de Keynes num tratado chamado *The Carthaginian Peace: or the Economic Consequences of Mr. Keynes*, publicado em Londres em 1946, um ano depois que Mantoux tinha sido assassinado barbaramente e no ano em que Keynes morreu de câncer.

O efeito desse trabalho de Keynes na Alemanha e na Grã-Bretanha foi cumulativo, como veremos. Na América, apresentou-se de imediato. Como já se disse, a Liga das Nações não foi idéia de Wilson. Ela partiu da Grã-Bretanha. Ou melhor ainda, foi a criação de dois excêntricos aristocratas ingleses, cujo impacto bem-intencionado, porém nocivo à política internacional, demonstra que proposições de caráter religioso são péssimas conselheiras políticas. Walter Phillimore, que presidia, aos 72 anos, o comitê de Relações Exteriores cujo relatório formulou a proposta (20 de março de 1918), era um jurista internacional, autor de *Three Centuries of Treaties of Peace* (1917). Ele era também um famoso advogado eclesiástico, uma figura trolopiana¹⁰², proeminente da Assembléia das Igrejas, um perito na legitimidade, ritual, paramentos e mobiliário de igreja, além de prefeito da frondosa Kensington. Como juiz, tinha sido muito criticado pela severidade excessiva nos casos sexuais, mas não em outros tipos de crime. Difícil imaginar um homem menos adequado para redigir regras que lidassem com a *Realpolitik*, não fosse pelo seu aliado político, *lord* Robert Cecil, membro do Parlamento, do Partido Conservador e sub-secretário do Ministério das Relações Exteriores. Cecil reagiu ao cinismo e ao cepticismo de seu pai, primeiro-ministro, *lord* Salisbury, que enfrentou Bismarck, abordando a política internacional com uma forte dose de religiosidade. Segundo sua mãe, ele era advogado desde a infância, “sempre com duas Quixas e um Direito”. Tentou organizar

uma resistência aos maus tratos em Eton. Como ministro responsável pelo bloqueio, odiou ter de forçar os alemães a se render pela fome, e abraçou com entusiasmo a idéia da Liga. Escreveu para a sua mulher em agosto de 1918: "Se eu não tivesse a esperança de que (a Liga) estabeleceria um sistema internacional melhor, eu me tornaria um pacifista"¹⁰³. Deve-se dizer que os dois homens mais responsáveis por moldar a Liga eram quase pacifistas que a viam não como um instrumento de resistência à agressão através da força coletiva, mas como uma substituta dessa força, atuando principalmente pela "autoridade moral".

Os peritos militares e diplomáticos, de início, não gostaram da idéia. O coronel Maurice Hankey, secretário do Gabinete e coordenador militar mais experiente, minudou: "...qualquer esquema como esse é perigoso para nós, porque vai causar um sentido de segurança fictício... Isso só resultará em fracasso e, quanto mais este fracasso for adiado, mais este país cairá em torpor. Os idealistas bem-intencionados terão uma alavanca forte em suas mãos, idealistas esses que são encontrados em quase todo governo que desaprova despesas com armamentos; e, com o passar do tempo, este país será colocado em desvantagem". Eyre Crowe observou com mordacidade que "uma liga e um pacto solenes" seriam como qualquer outro tratado. "O que nos garante que eles não serão rompidos como os outros?" A única resposta, logicamente, era a força. Mas Phillimore não tinha consultado as Forças Armadas e, quando o Almirante soube do projeto, declarou que a eficácia dessa Liga dependeria de um maior número de navios de guerra¹⁰⁴. Todas essas advertências feitas no momento da concepção da Liga das Nações seriam justificadas plenamente pela sua história melancólica.

Infelizmente, uma vez que o presidente Wilson, cansado das negociações do Tratado e dos ares amorais da *Realpolitik*, fez da Liga o veículo para o seu fervor religioso, dúvidas foram postas de lado. O seu patrocínio serviu para privar o projeto de qualidades práticas, que lhe seriam úteis. Havia um mito histórico segundo o qual as potências européias estavam desesperadamente ansiosas para ter a Liga como meio de enredar os Estados Unidos num compromisso permanente da manutenção da paz; dizia-se também que Wilson compartilhava dessa opinião; e que isso foi frustrado pelo isolacionismo republicano. Não é bem assim. Clemenceau e Foch, depois de hesitações e no último ano da guerra, queriam uma aliança de segurança mútua, com seu próprio pessoal de planejamento, do tipo que finalmente se organizou no QG dos Aliados. Em suma, queriam alguma coisa semelhante ao que surgiu em 1948-49, sob a forma da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Perceberam que era inútil um sistema universal que englobasse todas as potências (incluindo a Alemanha), sem levar em consideração seu passado, garantindo-lhes todas as fronteiras, independentemente de seus méritos. Estavam mais bem-informados do que Wilson da posição do Congresso, e sabiam que tal monstruosidade teria pouca chance de ser aceita. Seus objetivos eram limitados e procuraram envolver a América por etapas, assim como a França tinha, anteriormente, envolvido a Grã-Bretanha. Queriam que a América aceitasse mais a garantia do Tratado do que a mera participação em qualquer Liga¹⁰⁵.

Isso era mais ou menos a posição do senador Cabot Lodge, o líder republicano do Senado. Ele compartilhava do cepticismo tanto dos ingleses como dos franceses. Longe de ser um isolacionista, era um pró-Europa e um defensor da segurança mútua. Mas achava que as superpotências não aceitariam na prática a obrigação de ir à guerra para cumprir as decisões da Liga, já que as nações fugiam da guerra, exceto

quando seus interesses vitais estavam em jogo. Como se poderiam garantir indefinidamente as fronteiras? Elas eram o reflexo das forças reais e mutantes. Será que os Estados Unidos entrariam em guerra para defender as fronteiras britânicas na Índia, ou as do Japão em Shantung? Claro que não. Qualquer acordo feito pela América com a Grã-Bretanha e a França deveria basear-se num ajuste mútuo de interesses vitais. Aí sim, teria algum significado. Até setembro de 1919, Lodge e seus partidários, conhecidos como *Strong Reservationists*, tinham deixado clara a sua posição: eles ratificariam o Tratado, exceto no que se relacionasse à Liga; eles até aceitariam a participação dos Estados Unidos na Liga, desde que o Congresso tivesse o direito de avaliar cada crise que envolvesse o uso das forças americanas¹⁰⁶.

Foi nessa conjuntura que as falhas de caráter e de julgamento de Wilson, e até de sua saúde mental, se tornaram evidentes. Ele perderia as eleições de 1918 e, com elas, o controle do Congresso, incluindo o Senado. Era uma razão adicional para não ir pessoalmente a Paris e sim enviar uma delegação bipartidária; ou, se fosse, levar Lodge e outros republicanos com ele. Ao contrário, resolveu ir sozinho. Ao levar a América à guerra, disse no seu discurso ao Congresso em 2 de abril de 1917: "O mundo deve ser protegido pela democracia". Seu livro *History of the American People*, bastante popular, apresentava a democracia como uma força quase religiosa, *vox populi, vox dei*. O velho mundo, disse ele ao Congresso, estava sofrendo de uma "rejeição arbitrária" de democracia e de uma rejeição de "pureza e poder espiritual". Foi aí que a América entrou: "É certamente o destino manifesto dos Estados Unidos liderar a tentativa de fazer prevalecer esse espírito"¹⁰⁷. Naquele livro, a Liga era um instrumento e o próprio Wilson o agente, a personificação da vontade geral.

Não ficou claro como Wilson, um ultrademocrata, veio a se considerar o beneficiário da *volonté générale* de Rousseau, um conceito que em breve seria explorado vorazmente pela nova geração de ditadores europeus. Talvez fosse a sua condição física. Em abril de 1919, ele teve seu primeiro ataque em Paris. Esse fato foi abafado. A saúde precária parece ter fortalecido a crença de Wilson na honestidade de seu empreendimento e a sua determinação em não transigir com seus críticos republicanos. Em setembro de 1919, ele retirou os documentos da Liga do Congresso e os levou para o campo, viajando oito mil milhas de trem por três semanas. O esforço provocou um segundo ataque, ainda no trem, a 25 de setembro¹⁰⁸. Isso foi outra vez ocultado. No dia 10 de outubro aconteceu um terceiro, dessa vez tão forte que deixou seu lado esquerdo totalmente paralisado. Seu clínico, almirante Gary Grayson, admitiria alguns meses mais tarde: "Ele está gravemente doente, sem possibilidades de recuperação, com um enfraquecimento gradual da mente"¹⁰⁹. Mas Grayson se recusava a declarar o presidente incapacitado. O vice-presidente, Thomas Marshall, um homem inseguro e só conhecido na história pela sua afirmação "Do que este país precisa é de um bom charuto de cinco centavos", absteve-se de forçar a situação. Joseph Tumulty, secretário particular de Wilson, conspirou com seu chefe e sua mulher Edith sobre a possibilidade de fazê-la presidente, intento esse conseguido por 17 meses.

Durante esse episódio bizarro da história americana, enquanto rumores circulavam de que Wilson sofria de sífilis terciária e mantinha-se como um prisioneiro raivoso encarcerado em seu quarto, a Sra Wilson, que só tinha cursado dois anos de escola, escrevia ordens a ministros com as suas garatujas ("O Presidente diz..."), demitia-os e nomeava-os, falsificando, em decretos, a assinatura do marido. Ela, tanto quanto Wilson, foi responsável pela demissão de Lansing, ministro do Exterior ("Eu

detesto Lansing", ela declarou), e pela nomeação de um advogado aparvalhado, sem nenhuma experiência, Bainbridge Colby, para substituí-lo. Wilson só podia se concentrar por cinco a dez minutos de cada vez e até conseguiu enganar seu principal crítico no Congresso, senador Albert Fall, que se queixava: "Nós temos um governo de anáguas! A Sra. Wilson é presidente!" Chamado à Casa Branca, Fall encontrou Wilson com uma barba longa e branca, embora aparentemente lúcido (Fall ficou com ele somente dois minutos). Quando Fall disse "Nós, senhor presidente, nós temos rezado pelo senhor", Wilson rebateu: "De que maneira, senador?". Esta resposta foi interpretada como prova de seu raciocínio ainda aguçado¹¹⁰.

Assim, a América estava sendo governada, num momento crucial, como a Alemanha o seria em 1932-33, por um titã enfermo e mentalmente deteriorado, no limiar da eternidade. Se Wilson tivesse sido declarado incapaz, não haveria dúvida de que um tratado com emendas teria sido aprovado pelo Senado. Mas do jeito que aconteceu, com pertinácia doente ou senil, ele insistiu em que o tratado deveria ser aceito na sua totalidade ou abandonado absolutamente: "Ou nós nos juntamos à Liga sem receios — dizia sua última mensagem sobre o assunto — aceitando a responsabilidade e não temendo o papel de liderança que no momento desfrutamos... ou elegantemente nos retiramos deste grande concerto de poderes pelo qual o mundo foi salvo"¹¹¹.

Nesse momento delicado de luta no cenário político nacional, com as desvantagens aumentando contra Wilson, o livro de Keynes chegou na hora certa. Ele confirmava todos os preconceitos dos irreconciliáveis e reforçava as dúvidas dos isolacionistas. Pressentimentos apossaram-se dos partidários de Wilson. O tratado que foi apresentado ao Senado em março necessitava de dois terços do total de votos para ser ratificado. A proposta de Wilson foi derrotada de maneira inequívoca: 38 votos a favor e 53 contra. Ainda havia uma chance de que o próprio texto de Lodge fosse aceito, transformando-se assim numa sólida base para a política internacional das três administrações republicanas que se seguiriam. Mas, com prazer destrutivo, Wilson, de seu leito, escreveu aos seus seguidores cartas assinadas com uma letra tremida, quase ilegível, suplicando-lhes que votassem contra o texto de Lodge. Este teve uma votação de 49 a favor e 35 contra, sete votos a menos dos dois terços exigidos. Dos 35 contra, 23 eram democratas agindo a mando de Wilson. Assim, Wilson matou seu próprio primogênito, afrouxando os laços com a Europa e até com os republicanos simpatizantes. Desapontado, Lodge declarou que a Liga estava "tão morta quanto o fantasma de Marley". "Tão morta quanto Heitor", disse o senador James Reed. Warren Harding, o candidato presidencial republicano, com um sorriso sarcástico em relação ao passado dos democratas, acrescentou: "Tão morta quanto a escravidão". Quando os democratas foram fragorosamente derrotados no outono de 1929, esse veredicto foi visto como um repúdio à política europeia de Wilson em sua totalidade. Eugene Debs escreveu da penitenciária de Atlanta, onde Wilson o havia encarcerado: "Nenhum homem retirou-se da vida pública na história americana tão completamente desacreditado, tão contundentemente rejeitado, tão escandalosamente contestado como Woodrow Wilson"¹¹².

Desta forma, a Grã-Bretanha e a França herdaram uma Liga sob uma forma indesejada, e o homem que a havia moldado foi desmoralizado em seu próprio país. França e Grã-Bretanha obtiveram o pior mundo possível. A associação americana, seguindo os moldes propostos por Lodge, teria transformado a Liga numa organização muito mais realista em geral. Mas, no caso particular da Alemanha, esta teria tido

uma vantagem decisiva. Lodge e os internacionalistas republicanos achavam que o Tratado era tão injusto, especialmente para a Alemanha, que seria necessária uma revisão mais cedo ou mais tarde. O Pacto da Liga continha um dispositivo para essa contingência. O artigo 19, muitas vezes negligenciado e finalmente posto de lado, permitia que a Liga, “de tempos em tempos”, reconsiderasse “tratados que se tornassem inviáveis” e cuja “permanência pudesse colocar em perigo a paz mundial”¹¹³. Uma presença americana na Liga teria dado a possibilidade à Alemanha, durante a década de 20, de assegurar ajustes por um processo legal. Tais ajustes, buscados pela força na década de 30, foram-lhe concedidos por covardia.

A decisão de Wilson de buscar uma solução internacional jurídica para os problemas do pós-guerra na Europa, ao invés de buscar uma solução econômica, e o total colapso posterior de sua política deixaram o continente com um legado de inflação, endividamento e reivindicações financeiras conflitantes. O século XIX tinha sido, de uma maneira geral, um período de grande estabilidade de preços, apesar da enorme expansão industrial em todos os países desenvolvidos. Os preços de varejo baixaram, com o aumento da produtividade ultrapassando a demanda crescente. Mas, em 1908, a inflação readquiriu novas forças, acelerada ainda mais pela guerra. Quando o tratado de paz foi assinado, os preços no atacado, com base em número-índice de 100 em 1913, chegaram a 212 nos EE.UU., a 242 na Grã-Bretanha, a 357 na França e a 364 na Itália. Em 1920, chegaram a duas vezes e meia da média durante o pré-guerra nos EE.UU., a três vezes na Grã-Bretanha, a cinco vezes na França e a seis vezes na Itália; na Alemanha, foram a 1.965, quase vinte vezes mais¹¹⁴. O mundo civilizado não tinha vivido essa hiperinflação desde o século XVI ou, pelo menos, numa escala tão assustadora, desde o século III dC¹¹⁵.

Todos estavam endividados, com exceção dos Estados Unidos. Aí residia o problema. Em 1923, incluindo juros, os EE.UU. eram credores de US\$11,8 bilhões. A Grã-Bretanha, sozinha, devia aos EE.UU. US\$4,66 bilhões. Mas, em contrapartida, a Grã-Bretanha era credora de US\$6,5 bilhões, principalmente da França, da Itália e da Rússia. A última estava agora fora do jogo e a única oportunidade que a França e a Itália tinham de pagar tanto à Grã-Bretanha quanto aos Estados Unidos era cobrando da Alemanha. Por que os Estados Unidos insistiram em tentar receber esses débitos? Mais tarde o presidente Coolidge responderia laconicamente: “Eles pediram o dinheiro, não foi?”. Nenhuma explicação mais sofisticada voltou a ocorrer. Num ensaio, *Inter-Allied Debts*, publicado em 1924, Bernard Baruch, o mandachuva do Conselho das Indústrias de Guerra e depois o conselheiro econômico para a Delegação da Paz dos EE.UU., argumentava que “os EE.UU. se recusaram a considerar o cancelamento de qualquer dívida, sentindo que, se o fizessem — por qualquer razão que fosse —, o custo maior dessa ou de qualquer outra futura guerra recairia sobre eles e os colocaria numa situação tal que seriam induzidos a ser patrocinadores forçados de todas as guerras por vir, já que haviam subsidiado uma”¹¹⁶. Logicamente Baruch não acreditava nessa defesa ridícula. A verdade é que a insistência na dívida de guerra não fazia o menor sentido econômico, mas era parte do preço político pago ao wilsonismo sossobstante, que nada deixava em seu lugar, a não ser o vácuo. Na Conferência de Washington, em 1923, a Grã-Bretanha, entre tanta acrimônia, concordou em pagar aos EE.UU. 24 milhões de libras por ano durante dez anos e 40 milhões de libras por ano daí por diante. Quando os débitos foram efetivamente cancelados depois do *Great Slump*¹¹⁷, a Grã-Bretanha tinha pago aos EE.UU. ligeiramente mais do que ela recebeu dos aliados mais pobres, que, por

sua vez, tinham recebido mais ou menos um bilhão de libras da Alemanha¹¹⁸. Mas a maior parte dessa quantia tinha sido levantada em empréstimos nos EE.UU. e se perdeu na recessão. Isso fazia com que o processo fosse circular, e nenhum país, muito menos qualquer indivíduo, estava numa posição melhor do que o outro.

Nesse meio tempo, o coro estridente de reivindicações e contra-reivindicações tinha destruído o pouco que sobrara do espírito de guerra dos Aliados. E a tentativa de fazer com que a Alemanha acertasse as contas nacionais de todos simplesmente empurrou a sua moeda para o abismo. A indenização que a Alemanha arrecadou da França em 1871 tinha sido o equivalente a 4 bilhões de marcos-ouro. Essa era a quantia que a Comissão de Reparações exigia da Alemanha pelas perdas de guerra da Bélgica, além de computar o débito da Alemanha em 132 bilhões de marcos alemães, dos quais a França perceberia 52%. Ainda haveria pagamentos em bens, incluindo dois milhões de toneladas de carvão mensalmente. A Alemanha tinha de depositar vinte bilhões de marcos até o dia 1º de maio de 1921. O que a Alemanha realmente pagou é questionado, já que a maior parte das remessas era em bens, não em espécie. Os alemães afirmaram ter pago 45 bilhões de marcos alemães. John Foster Dulles, membro americano da Comissão de Reparações, corrige esse dado para 20 a 25 milhões de marcos¹¹⁹. Depois de repetidas reduções e suspensões, a Alemanha foi declarada (26 de dezembro de 1922) infratora do Tratado, nos termos dos parágrafos 17 e 18 do anexo II do Tratado, os quais se referiam a represálias não específicas. No dia 11 de janeiro de 1923, sob protestos britânicos, tropas francesas e belgas atravessaram o Reno e ocuparam o Ruhr. Os alemães, então, interromperam tudo. Os franceses impuseram a lei marcial na área e suspenderam as comunicações postais, telegráficas e telefônicas. O número-índice de preço do varejo na Alemanha (sendo 100 em 1913) subiu para 16,170 milhões. As conseqüências políticas para os alemães e, em última análise, também para a França foram dolorosas ao extremo.

Será que o Tratado de Versalhes foi um completo fracasso? Muitos intelectuais assim o pensaram na época; a maioria deles passou a adotar esse ponto de vista. Os intelectuais estavam, portanto, na origem do problema — nacionalismo étnico violento — que ditou a natureza do acordo de Versalhes e garantiu a sua inviabilidade. Todos os movimentos nacionalistas europeus, que proliferavam às dúzias em 1919, tinham sido criados, conduzidos e estimulados pelos acadêmicos e escritores, realçando as diferenças culturais e lingüísticas entre os povos, às custas dos laços tradicionais e interesses econômicos contínuos que os levavam a viver juntos. Em 1919 quase todos os intelectuais europeus da geração mais jovem, sem falar nos mais velhos, defendiam a proposição segundo a qual o direito à autodeterminação nacional era um princípio moral fundamental. Havia poucas exceções, como Karl Popper¹²⁰. Estes poucos argumentavam que autodeterminação era um princípio de autoderrota, pois povos “libertados” e minorias davam origem a simplesmente mais minorias. Mas, em geral, a autodeterminação era aceita cegamente na Europa, assim como nos anos 50 e 60 ela seria adotada para a África.

Em 1919 não havia mais dúvidas quanto ao fato de salvar os velhos acordos na Europa Central e Oriental. Os nacionalistas já os haviam destruído. De uma distância de setenta anos, é comum olhar para os últimos anos da Áustria-Hungria como um tranquilo exercício de multirracismo. Tratava-se, na verdade, de um pesadelo de crescente animosidade racial. Cada reforma criava mais problemas do que resolvia. A Hungria adquiriu um *status* dentro do Império como um Estado separado em 1867. Imediatamente começou a oprimir suas próprias minorias, prin-

principalmente os eslovacos e romenos, com engenhosidade e ferocidade maiores do que tinha sofrido sob a opressão da Áustria. Eleições eram suspeitas, os sistemas bancários e de ferrovias e os princípios de comércio interno livre eram brutalmente interrompidos em favor de uma vantagem racial, tão logo alguma reforma tornasse essa ação possível. Tchecos e outros grupos eslavos seguiram o exemplo dos húngaros. Nenhum grupo étnico se comportou coerentemente. O que os alemães exigiram e os tchecos recusaram na Bohemia foi o que os alemães recusaram e os italianos e eslovenos do sul pediram no sul do Tirol e na Estíria. As várias Dietas e Parlamentos em Budapeste, Praga, Graz e Innsbruck eram arenas de discórdia racial sem piedade. Na Galícia, a minoria rutena lutava contra a maioria polonesa. Na Dalmácia, a minoria italiana lutava contra a maioria eslava do sul. Resultava disso a impossibilidade de formar um governo parlamentar eficaz. Todos os 12 governos centrais entre 1900 e 1918 tinham de ser compostos quase que inteiramente de funcionários públicos. Cada governo local, dos quais estavam excluídas as minorias, protegiam suas indústrias domésticas. Tinham poder legal para agir assim e, se não lhes fosse permitido fazê-lo, organizavam boicotes às mercadorias produzidas por outros grupos raciais. Não havia normalidade no velho Império.

Mas pelo menos havia algum respeito pela lei. Na Rússia imperial, havia ocasionalmente *pogroms*¹²¹ anti-semitas e outros exemplos de conflito racial violento. Mas os dois impérios germânicos eram excepcionalmente respeitadores da lei até 1914; reclamavam até do fato de que seus povos fossem dóceis em demasia. A guerra mudou tudo isso pela vingança. Há verdade no que diz o historiador Fritz Stern, quando afirma que a Grande Guerra introduziu um período de violência sem precedentes e começou de fato uma Guerra dos Trinta Anos, em que 1919 significa a continuação da guerra por meios diferentes¹²². De uma certa maneira, as calamidades da época eram mais globais do que continentais. Em 1918-19, o vírus da influenza, uma pandemia responsável pela morte de quarenta milhões de pessoas na Europa, Ásia e América, não estava confinado às áreas de guerra, embora as tivesse atingido com maior força¹²³. Novos tipos de erupções de violência seriam encontradas praticamente em todos os lugares imediatamente após o término formal da guerra. Do dia 27 de julho a 1º de agosto, em Chicago, os EE.UU. tiveram sua primeira grande demonstração racial nortista, durante a qual trinta e seis pessoas morreram e 563 foram feridas. Outras manifestações se seguiram: em Tulsa, Oklahoma, a 30 de maio de 1921, quarenta brancos e duzentos negros foram assassinados¹²⁴. No Canadá, em 17 de junho de 1919, os líderes da greve geral de Winnipeg foram presos depois de acusados de uma conspiração para destruir pela força a autoridade constitucional e estabelecer um soviete¹²⁵. Na Grã-Bretanha, houve uma revolução putativa em Glasgoe, em 31 de janeiro de 1919; e a guerra civil ou guerra de classe era uma possibilidade periódica entre 1919 e o final de 1921, conforme relatórios arrepiantes das reuniões de gabinete que, taquigrafadas *verbatim* por Thomas Jones, sobrevivem como testemunho. Assim, no dia 4 de abril de 1921, o gabinete debateu o retorno de quatro batalhões da Silésia, onde mantinham sob controle poloneses e alemães frenéticos, visando a "manter a ordem em Londres", como foi observado por *lord Chancellor*: "Nós temos que decidir sem demora a que forças os legalistas vão aderir. Afinal de contas, não podemos morrer sem lutar"¹²⁶.

Entretanto, foi na Europa Central e Oriental que a violência e o antagonismo racial que a provocava foram mais profundos, prolongados e disseminados. Um número de guerras menores aconteceu nos anos 1919-22. Elas foram parcamente

registradas na história ocidental, apesar de terem deixado terríveis cicatrizes que, em alguns casos, ainda eram dolorosas na década de 60 e que contribuíram diretamente para a instabilidade crônica da Europa no período entreguerras. O Tratado de Versalhes, procurando englobar os princípios de autodeterminação, na verdade criou mais minorias inflamadas (muitas eram de alemães ou húngaros), equipadas com mágoas genuínas. Os novos regimes nacionalistas pensavam que poderiam ser muito menos tolerantes do que os velhos impérios. E, uma vez que as mudanças danificaram a infra-estrutura econômica (especialmente na Silésia, Polônia do Sul, Áustria, Hungria e Iugoslávia do Norte), todos tenderam a se tornar mais pobres do que antes.

Todos os países foram aquinhoados com uma angustiada mágoa ou com um problema interno insuperável. A Alemanha, com a Prússia dividida e a Silésia perdida, bradava aos céus por vingança. A Áustria manteve-se relativamente homogênea — ela até tirou a Burgenlândia alemã da Hungria —, mas foi destituída de todas as suas possessões anteriores e ficou com um terço de sua população na faminta Viena. Além disso, o tratado proibia qualquer tentativa de união com a Alemanha, o que fez a *Anschluss*¹²⁷ parecer mais atraente do que realmente era. A população da Hungria foi reduzida de vinte para oito milhões, sua economia industrial, cuidadosamente integrada, foi despedaçada e três milhões de húngaros foram passados para as mãos dos tchecos e dos romenos¹²⁸.

Dos beneficiários de Versalhes, a Polônia foi a mais ambiciosa e a mais belicosa, surgindo em 1921, após três anos de luta, duas vezes maior do que se esperava na Conferência de Paz. Ela atacou os ucranianos, obtendo deles a Galícia oriental e sua capital Lwow. Lutou com os tchecos pela posse de Teschen (Cieszyn), perdendo-a, razão pela qual não foi solidária com os tchecos em 1938, passando na verdade a ajudar a Rússia a invadir a Tchecoslováquia em 1968, embora, em ambos os casos, seu interesse, a longo prazo, fosse o de apoiar a independência tcheca. Ela impôs seus “direitos” à Alemanha pela força, tanto no Báltico quanto na Silésia. Invadiu a recém-liberada Lituânia, ocupando Vilno e incorporando-a depois de um “plebiscito”. Desencadeou uma guerra total de aquisição contra a Rússia e persuadiu as potências ocidentais a ratificar suas novas fronteiras em 1923. Ao se expandir pela força, a Polônia habilidosamente atizou o medo britânico do bolchevismo e o desejo da França de ter um poderoso aliado no Leste, já que sua velha aliança czarista estava morta. Mas é lógico que, quando chegou a hora, a França e a Grã-Bretanha estavam impotentes para dar assistência à Polônia, que havia ofendido implacavelmente todos os seus vizinhos, prontos a atacá-la no momento em que surgisse a oportunidade.

Enquanto isso, a Polônia, além da própria Rússia, tinha adquirido o maior problema de minorias na Europa. De sua população de 27 milhões de habitantes, um terço era de minorias: ucranianos do oeste (rutenos), bielorrussos, alemães, lituanos, todos eles em áreas concentradas, e ainda três milhões de judeus. Os judeus tendiam a se alinhar com os alemães e ucranianos, tinham um grupo de uns trinta deputados no parlamento e formavam a maioria em algumas cidades do leste, com o absoluto monopólio do comércio. Em Versalhes, a Polônia foi obrigada a assinar um tratado especial garantindo direitos às suas minorias. Mas ela não conseguiu manter esse equilíbrio na década de 20, muito menos na de 30, quando a sua política em relação às minorias deteriorou-se sob a ditadura militar. Com um terço de sua população tratado como verdadeiros alienígenas, o país tinha de manter uma força policial enorme, além de um numeroso exército mal equipado para defender suas vastas fronteiras. Havia uma certa dose de previsão no que disse um nobre polonês ao

embaixador alemão em 1918: "Se a Polônia pudesse ser livre, eu doaria a metade de meus bens. Mas com a outra metade eu emigraria"¹²⁹.

A Tchecoslováquia era ainda uma espécie de artefato, já que na verdade se constituía de um grupo de minorias sob o controle dos tchecos. O censo de 1921 revelou 8.760.000 tchecoslovacos, 3.123.448 alemães, 747.000 magiares e 461.000 rutenos. Mas os alemães alegavam que os números eram deliberadamente imprecisos e que havia muito menos habitantes, no grupo dominante. Em todo caso, até os eslovacos se sentiram perseguidos pelos tchecos, sendo uma característica da Tchecoslováquia o fato de que a nova capital eslovaca, Bratislava, fosse principalmente habitada não por eslovacos, mas por alemães e magiares¹³⁰. Na década de 20, os tchecos, ao contrário dos poloneses, fizeram sérios esforços para operar uma política justa para as minorias. Mas a Grande Depressão atingiu os alemães de uma maneira muito mais violenta do que os tchecos — ou por acaso ou por desígnio — e, depois disso, o relacionamento tornou-se irremediavelmente impossível.

A Iugoslávia se parecia com a Tchecoslováquia naquilo que ela tinha de um império em miniatura, governado pelos sérvios, usando de uma brutalidade maior sobre suas minorias do que os tchecos usavam sobre as deles. Em certos lugares da Iugoslávia houve luta contínua desde 1912, sem que fronteiras fossem estabelecidas (se essa é a palavra) até 1926. Os sérvios ortodoxos dirigiam o Exército e a Administração, mas os croatas e os eslovenos católicos, de um nível cultural e econômico muito mais alto, falavam de seu dever de europeizar os Balkans (isto é, os sérvios) e de seus receios de serem por sua vez "balcanizados". R. W. Seton-Watson, que tinha sido um instrumento na criação do novo país, rapidamente se desiludiu com a maneira de os sérvios o governar: "A situação na Iugoslávia — escreveu ele em 1921 — reduz-me ao desespero... Não tenho confiança na nova constituição, com sua centralização absurda". Os oficiais sérvios eram piores do que os Habsburgos, reclamava ele, e a opressão sérvia mais selvagem do que a alemã. E escreveu em 1928: "Minha inclinação é deixar os sérvios e os croatas cozinhando no seu próprio caldo! Acho que ambos são loucos e não podem enxergar além da ponta de seus narizes"¹³¹. Os membros do Parlamento atiravam uns nos outros com pistolas; esse processo acarretou a morte do líder do Partido Rural Croata, Stepan Radíc. O país manteve-se unido, se tanto, não graças à política dos sérvios, mas graças ao ódio reprimido por seus vizinhos italianos, romenos, búlgaros, húngaros e albanos, com os quais tinha agravos a resolver.¹³²

A Europa Central e Oriental se uniam numa colheita pavorosa de nacionalismos irreconciliáveis que tinham sido semeados durante todo o século XIX. Ou, para variar a metáfora, Versalhes destampou o caldeirão fervilhante e barulhento, deixando o mau cheiro tomar conta da Europa até que, primeiro, Hitler, depois, Stálin, o fechassem com toda a força. Sem dúvida, quando isso aconteceu, os mais idosos lamentaram os dias benfazejos dos impérios dinásticos perdidos. Em 1919, a noção de um monarca, pelo direito divino e tradição, governando um grupo de povos europeus disparatados, já parecia um absurdo. Mas, se por outro lado o imperialismo dentro da Europa era anacrônico, quanto tempo ele ainda seria defendido fora dela? A autodeterminação não era um princípio continental; era, ou logo seria, global. A reprimenda de Eyre Crowe a Harold Nicolson na Conferência de Paris foi uma repetição da de Maurice Hankey a *lord* Robert Cecil, quando este último trabalhava no embrião do projeto da Liga das Nações. Hankey suplicou-lhe que não insistisse numa declaração geral de autodeterminação. Escreveu em seu diário: "Eu mostrei a

ele que isso logicamente conduziria à autodeterminação de Gibraltar à Espanha, Malta aos malteses, Chipre aos gregos, Egito aos egípcios, Aden aos árabes ou aos somalis, Índia ao caos, HongKong aos chineses, África do Sul aos cafres, Índias Ocidentais aos negros, etc. E onde ficaria o Império Britânico?"¹³³

Na verdade, o princípio já estava sendo admitido. Durante os desesperados dias de guerra, os aliados assinaram cheques pré-datados não somente para árabes, judeus, romenos, italianos, japoneses e eslavos, mas também para seus próprios súditos. Com o acúmulo de baixas, o efetivo colonial lentamente preencheu as lacunas. Foram os batalhões franco-marroquinos que salvaram a catedral de Reims. Os franceses os chamaram de *la force noire* e, realmente, eles o eram em mais de um sentido. Os britânicos arrebanharam 1.440.437 soldados na Índia; 877.068 eram combatentes; e 621.224 oficiais e subordinados serviam além-mar¹³⁴. Achava-se que de alguma forma a Índia deveria ser recompensada; e a maneira mais barata foi uma reforma política.

O ponto alto do domínio britânico na Índia foi quando Disraeli fez de Victoria a imperatriz, em 1876. A hierarquia era autocrática: ela ia do *district officer* ao *provincial commissioner*, ao *governor*, ao *governor general*, ao *viceroi*. Esse princípio tinha sido mantido nas reformas Morley-Minto do pré-guerra, já que *lord* Morley, embora liberal progressista, não acreditava que a democracia funcionasse na Índia. Mas seu subsecretário, Edwin Montagu, pensava diferentemente. Montagu era um outro judeu com desejos orientais, se bem que originais: o desejo de ser amado. Ele sofria daquele vício corrosivo dos civilizados durante o século XX, e que nós veremos sob várias formas: culpa. Seu avô tinha sido ourives, seu pai fez milhões como banqueiro de câmbio internacional, adquirindo para si o luxo da filantropia. Montagu herdou tudo isso, além de um sentimento de que ele devia alguma coisa à sociedade. Era um homem altamente emotivo; a sua maneira de abordar os assuntos públicos era considerada "bobinha". Recusando o secretariado da Irlanda em 1916, escreveu: "Eu tremo de horror de ser responsável pela punição de alguém". Quando morreu, um amigo escreveu ao *The Times*: "Ele nunca se cansou de sentir pena das pessoas"¹³⁵.

Lloyd George devia ter outras coisas em mente quando deu a Índia a Montagu em junho de 1917. O objetivo de Montagu era lançar a Índia no caminho irrevogável da independência. Imediatamente começou a rascunhar uma declaração das intenções pós-guerra da Grã-Bretanha. Essa declaração foi apreciada pelo gabinete no dia 14 de agosto, num dos períodos mais negros da guerra. Na agenda constava a rápida desintegração de todo o *front* russo, assim como os primeiros grandes ataques aéreos da Alemanha sobre a Grã-Bretanha: os homens em volta da mesa estavam atormentados pelas perdas na ofensiva de Passchendaele, que encerrava sua segunda semana sangüinária e inútil. Elgar estava escrevendo os compassos finais de seu *Cello Concerto*, seu último grande trabalho, que traduz melhor do que qualquer palavra a tristeza incessante daqueles dias. Montagu foi infeliz na seguinte frase incluída em sua declaração: "... o desenvolvimento de instituições livres na Índia deve ser gradual com vistas a um governo definitivamente independente"¹³⁶. *Lord* Curzon ficou alerta. Ele era um imperialista arquetípico da Idade da Prata, um ex-vice-rei, que teria dito: "Enquanto dominarmos a Índia, seremos a maior potência do mundo. Se a perdermos, nos tornaremos uma potência de terceira categoria"¹³⁷. Salientou que, para os homens ao redor daquela mesa, a frase "um governo definitivamente independente" talvez significasse quinhentos anos, mas, para os indianos excitáveis,

significaria uma única geração. Confiante na mágica de sua escrita diplomática, insistiu na mudança da declaração para “o desenvolvimento gradual de instituições autogovernantes com vistas à realização progressiva de um governo responsável na Índia, como parte integrante do Império Britânico”. A mudança da frase não fez a menor diferença: Montagu queria dizer governo independente e como tal foi compreendido na Índia.

Naquele novembro e dezembro, enquanto Lênin tomava as rédeas do governo na Rússia, Montagu partiu para a Índia em busca da “opinião hindu”. No seu relatório subsequente, escreveu: “Se falamos de uma ‘opinião hindu’, deveríamos ser compreendidos como se nos referíssemos à maioria daqueles que tiveram ou são capazes de ter uma opinião sobre o assunto com o qual estamos lidando”¹³⁸. Em outras palavras, ele estava apenas interessado na “nação política”, naqueles como Jinnah, Gandhi e Mrs. Besant, que ele chamava de “os verdadeiros gigantes do mundo político indiano”, e que compartilhavam de seu discurso político. Assim como Lênin, que não fez qualquer esforço para consultar os trabalhadores rurais russos em nome de quem ele estava virando a nação de cabeça para baixo, também Montagu ignorou os quatrocentos milhões de indianos comuns, a “verdadeira nação”, exceto enquanto cobaias de seu experimento filantrópico. Ele mesmo escreveu que sua ação em “perturbar deliberadamente” o que chamava de “divertimento plácido e patético das massas” seria “trabalhar para o mais alto bem (da Índia)”¹³⁹. Seu relatório conseguiu a aprovação do gabinete entre 24 de maio e 7 de junho de 1918, num período em que a atenção dos ministros estava totalmente concentrada nos esforços para impedir a invasão da França pela Alemanha. Portanto, ele foi publicado (1918), sancionado (1919) e implementado (1921). Ao criar legislaturas provinciais, instituições logicamente eleitas e compostas pela “nação política”, Montagu desrespeitou a hierarquia. Parecia não haver mais retorno.

Se bem que previsível, a progressiva desintegração do Império Britânico não era supostamente inevitável em 1919. Não existe inevitabilidade na história¹⁴⁰. Este será um dos temas principais deste volume. Para a maioria das pessoas, o Império Britânico, em 1919, parecia ser não apenas o maior, mas também o mais sólido da Terra. A Grã-Bretanha era sem dúvida uma superpotência. Sua Marinha era de longe a maior do mundo, incluindo 61 couraçados, mais do que a soma dos americanos e franceses, mais do que o dobro dos japoneses adicionados aos italianos (a Marinha alemã estava nessa época retida em Scapa Flow); 120 cruzadores e 466 destróieres¹⁴¹. Além disso, a Grã-Bretanha tinha a maior Força Aérea e, surpreendentemente do ponto de vista de sua história, o terceiro maior Exército do mundo.

Pelo menos em teoria, o Império Britânico tinha ganho enormemente com a guerra. Isso não foi accidental. Em dezembro de 1916, a destruição do frágil governo de Asquith e a formação da coalizão de Lloyd George introduziram os “Imperialistas de Balliol”: *lord* Curzon e mais ainda *lord* Milner e os membros do “*Kindergarten*” que ele havia formado na África do Sul. Imediatamente o Gabinete Imperial de Guerra organizou um grupo sob as ordens de Curzon, secretariado por Leo Amery (do *Kindergarten*), chamado de “Comitê Territorial Desiderata”, cuja função era planejar a divisão dos espólios de guerra que ficariam não só com a Grã-Bretanha mas também com as outras unidades do Império. Ao mesmo tempo que Montagu estava tentando se livrar da Índia, esse grupo mostrou-se muito poderoso e garantiu a maioria de seus propósitos. O general Smuts, da África do Sul, destinou a África do Sudoeste para o seu país; William Massey, da Nova Zelândia, um bom pedaço do

Pacífico para os seus domínios antípodas. A Grã-Bretanha recebeu um número de prêmios importante, incluindo a Tanganica, a Palestina e, ainda mais importante, a Jordânia e o Iraque (incluindo os campos de petróleo de Kirkuk-Mosul), que fizeram dela o poder supremo no mundo árabe do Oriente Médio. É verdade que, por insistência de Wilson, esses ganhos não eram colônias e sim mandatos da Liga das Nações. Na verdade, isso fazia pouca diferença na prática.

Os espólios da Grã-Bretanha, que ampliaram o Império à sua grande extensão — mais do que um quarto da superfície da Terra —, deveriam consolidá-lo econômica e estrategicamente. Smuts, o mais imaginativo imperialista da Idade da Prata, era a figura central tanto na criação da Comunidade Britânica moderna quanto na Liga. Ele as via não como um mecanismo de autodeterminação, mas como um meio por onde a raça branca continuaria sua missão civilizadora no mundo. Para ele não era arbitrária a aquisição da África do Sudoeste e da Tanganica, mas tal aquisição significava degraus num processo a ser terminado com a final absorção ou compra do Moçambique português, o que eventualmente produziria o que ele batizou de Domínio Africano Britânico. Esse conglomerado territorial de imensas proporções se estendendo em linha reta de Windhoek direto até Nairobi, se arredondando com propósitos estratégicos, englobaria praticamente todas as riquezas minerais da África fora do Congo, e cerca de três quartos de sua melhor terra cultivável, incluindo todas as áreas mais apropriadas para a instalação dos brancos. Essa criação de um domínio gigantesco subindo pela costa leste da África era por si só parte de um plano geopolítico ainda maior, cuja peça-chave era o estabelecimento da hegemonia britânica no Oriente Médio, destinada a transformar todo o Oceano Índico num “Lago Britânico”. Essa linha de bases aéreas e navais de apoio mútuo, que formava um colar indo do Suez a Perth, de Simonstown a Cingapura, de Mombasa a Aden, a Bahrein, a Trincomalee e Rangoon, com acesso seguro aos suprimentos infundáveis de petróleo do golfo Pérsico e à inexaurível força de trabalho da Índia, a longo prazo resolveria aqueles problemas de segurança que tinham afligido Chatham e seu filho Castlereagh, Cunning, Palmerston e Salisbury. Esse foi o maior prêmio permanente que a guerra trouxe para o Império Britânico. Tudo parecia magnífico enquanto no mapa.

Mas será que a Grã-Bretanha ainda tinha vontade de manter essa estrutura elaborada em funcionamento com eficiência, a impiedade e mais ainda a convicção necessárias para conservar o Império intacto? Quem era a figura mais característica da época, Smuts e Milner — ou Montagu? É interessante a observação que diz: “Uma vez que o Império Britânico se estendia de horizonte a horizonte, o sol nunca se punha sobre seus problemas”¹⁴². Quando os *problemas* chegassem, não em gotas, mas em ondas, seriam eles enfrentados com firmeza? Se 1919 marcou o ponto no qual a nova Guerra dos Trinta Anos na Europa transformou em violência regional o que era um conflito entre as Grandes Potências, no Oriente este mesmo ano testemunhou o começo do que alguns historiadores estão agora chamando de “a crise geral da Ásia”, um período de convulsão fundamental do tipo da que a Europa tinha vivido na primeira metade do século XVII.

Em fevereiro de 1919, enquanto os estadistas estavam debatendo, em Paris, a parte crucial da demarcação das fronteiras, a política de Montagu de “deliberadamente perturbar o contentamento patético” das massas indianas começou a produzir seus frutos duvidosos, haja vista a primeira campanha da *satyagraha* (resistência passiva) de Mahatma Gandhi, que resultou em perturbações de vulto. A 10 de março houve um levante antibritânico no Egito. A 9 de abril estourou o primeiro motim

realmente sério no Punjab. A 3 de maio havia guerra entre a Índia britânica e os rebeldes afgãos. No dia seguinte, estudantes em Pequim fizeram demonstrações contra o Japão e seus aliados do Ocidente, que lhe tinham concedido o Shantung chinês. Mais à frente, em maio, Kemal Ataturk, na Anatólia, e Reza Pahlevi, na Pérsia, mostraram seus ressentimentos contra o Ocidente em relação a uma grande extensão de terra no Oriente Médio. Em julho houve outro levante antibritânico no Iraque. Esses acontecimentos não estavam conectados diretamente, mas todos eles testemunhavam um crescente nacionalismo, todos envolviam interesses britânicos e todos testavam o poderio e o desejo britânicos de protegê-los. Com o desarmamento do país acontecendo tão rapidamente, o chefe do Estado-Maior Imperial, *sir* Henry Wilson, se queixava em seu diário: "... em nenhuma praça de guerra nós estamos fortes o suficiente, nem na Irlanda, Inglaterra, Reno, Constantinopla, Batoum, Egito, Palestina, Mesopotâmia, Pérsia ou Índia"¹⁴³.

Índia: lá estava a zona de atrito. Em 1919 havia tropas de apenas 77.000 soldados britânicos em todo o subcontinente e Lloyd George achava esse número "estorrecedor": ele precisava de mais homens em seu país para controlar as jazidas de carvão¹⁴⁴. Na Índia, os oficiais tinham sido adestrados para pensar e agir com rapidez, já que dispunham de pouco pessoal. Qualquer hesitação em frente à multidão era sinônimo de massacre. Eles sempre teriam respaldo, mesmo que cometessem erros¹⁴⁵. Como era previsível, a reforma de Montagu e a campanha de Gandhi tendiam a incitar todos, não apenas a "nação política", a exigir seus direitos. Havia excesso de gente na Índia e falta de direitos. Os fundamentalistas muçulmanos, hindus e sikhs juntaram-se à agitação. Um dos resultados foi o episódio em Amritsar em 9-10 de abril de 1919. Havia em Amritsar, no Punjab, cem policiais desarmados e 75 reservistas armados. Isso deveria ser suficiente para manter a ordem. Mas a política era manipulada de maneira pusilânime; alguns nem sequer eram chamados — um sinal dos tempos. Como resultado, perderam o controle da turba. Dois bancos foram atacados, seus gerentes e um assistente surrados à morte, um eletricista britânico e um guarda de estrada de ferro assassinados e uma professora dada como morta. O general Dyer, que comandava a brigada do exército mais próxima, foi chamado, e três dias mais tarde abriu fogo contra o povo num espaço restrito chamado Jalianwala Bagh. Ele havia percorrido a cidade no mesmo dia mais cedo, avisando ao som de tambores que qualquer multidão que se juntasse levaria chumbo. Naquele mesmo mês, outras 36 ordens de atirar foram dadas na província. No caso de Dyer, o tiroteio durou dez minutos porque a ordem de cessar fogo não podia ser ouvida. Isso não era tão raro, seja naquela época, seja agora. A 20 de setembro de 1981, novamente em Amritsar, a política do governo da Índia abriu fogo por vinte minutos contra um grupo de sikhs armados de espadas¹⁴⁶. O erro cometido por Dyer, acostumado que estava a lutas de fronteira, foi deixar seus cinquenta homens armar seus rifles e carregá-los com cartuchos sobressalentes. Como resultado, 1.650 disparos foram feitos e 379 pessoas foram mortas. Dyer aumentou seu erro açoitando seis homens e ordenando que todos os nativos rastejassem ao passar pelo local onde a missionária fora atacada¹⁴⁷.

Algumas pessoas elogiaram Dyer: os sikhs, para quem Amritsar é o santuário nacional e que temiam vê-lo saqueado pela multidão, fizeram de Dyer um sikh honorário. As autoridades britânicas indianas o mandaram de volta à fronteira (a terceira guerra afgã irromperia no mês seguinte) e juraram em segredo nunca mais deixá-lo se aproximar de uma multidão. Essa era a maneira tradicional de se agir

numa situação dessas. Os nacionalistas indianos levantaram um protesto e Montagu ordenou um inquérito coordenado por um juiz britânico, *lord* Hunter. Esse foi o primeiro equívoco. Quando Dyer foi interrogado no inquérito em Lahore, foi ofendido pela gritaria dos hindustanis — impossível de ser controlada pelo juiz, que não os entendia — e disse uma série de tolices. Hunter censurou sua conduta, o que causou a expulsão de Dyer do exército. Esse foi o segundo equívoco. A comunidade britânica e o exército enfureceram-se, achando que Dyer não tinha tido um julgamento apropriado, com uma defesa legítima. Os nacionalistas não se satisfizeram, porque a punição foi muito leve para o que eles encaravam como um massacre. O *Morning Post*, jornal de direita, recolheu donativos num total de 26.000 libras para Dyer. Os nacionalistas responderam com a arrecadação de uma quantia que possibilitou a compra de Bagh¹⁴⁸, logo transformado num santuário público de ódio racial.

Sir Edward Carson, o líder dos conservadores de Ulster, organizou uma moção de censura a Montagu, que defendera a punição de Dyer num discurso histérico: “Vocês vão manter domínio sobre a Índia pelo terrorismo, pela humilhação racial, pela subordinação, pelo pavor, ou vocês vão depender da boa vontade, da crescente boa vontade do povo de seu Império Indiano?” O secretário de Lloyd George relatou-lhe que, sob interrupções ruidosas, Montagu “aparentava ser mais característico de sua raça, mais ídiche em gestos e tons estridentes”; e muitos conservadores “poderiam tê-lo atacado fisicamente, tão furiosos estavam”. Winston Churchill salvou o governo de uma derrota certa com um brilhante discurso que ele mais tarde lamentaria profundamente. Disse que o uso da força por Dyer propiciou “um episódio que lhe parecia sem precedentes ou paralelos na história moderna do Império Britânico... um acontecimento monstruoso”. “O terror”, ele disse usando uma palavra de código corrente que significava atrocidades germânicas, “não é um remédio conhecido na farmacopéia britânica... temos que esclarecer de uma maneira ou de outra que esta não é a forma britânica de fazer as coisas”. Ele habilidosamente utilizou a frase de Macaulay, “o mais aterrorizante de todos os espetáculos, a força da civilização sem piedade”¹⁴⁹. Mas se tudo isso era verdade, por que Dyer não foi levado a julgamento para uma possível sentença de morte? Isso era o que a “nação política” achava. Esse episódio, que poderia ter sido logo esquecido, foi transformado pela publicidade que o governo britânico lhe conferiu num cavalo de batalha nas relações anglo-indianas.

Jawaharlal Nehru, um ex-aluno do colégio de Harrow, já nos seus trinta anos, trabalhando para Gandhi como agitador entre os camponeses, viajou na cabine-leito ao lado de Dyer, quando o general seguia para dar seu testemunho no inquérito de Hunter. Ele ouviu Dyer dizer para os outros oficiais britânicos que tinha tido vontade de reduzir Amritsar a um “monte de cinzas”, mas “apiedou-se dela a tempo”. De manhã, Dyer “desceu à plataforma de Delhi num pijama de listras rosa brilhante, sob um roupão”. O que Nehru nunca pôde esquecer foi a resposta dos britânicos: “A aprovação daquele feito, a sangue frio, me chocou imensamente. A mim me parecia imoral, indecente; usando uma linguagem de colégio particular inglês, era o auge de péssimas maneiras. Então eu me conscientizei de quão brutal e imoral era o imperialismo e de como ele tinha corroído o espírito das elites britânicas”¹⁵⁰. Quanto ao inquérito e ao debate da Câmara dos Comuns, os liberais britânicos poderiam ter-se poupado o trabalho. Tudo o que eles afinal conseguiram foi transformar Dyer e Amritsar em símbolos indelévels de ódio, em torno dos quais os nacionalistas podiam cerrar fileiras.

Esse episódio também tornou-se um problema para a segurança interna da Índia. “Daí em diante — como disse um historiador da Índia britânica — a manutenção da ordem não será o objetivo principal.”¹⁵¹ Oficiais de segurança, tanto britânicos como indianos, agora pensavam duas vezes antes de intervir em assembleias inflamadas. Em 1921, quando os *moplahs* muçulmanos se organizaram contra os hindus de Madras, o governo provinciano, com Amritsar ainda fresca na memória, relutou em impor a lei marcial. Por causa disso, mais de quinhentas pessoas foram assassinadas e demorou um ano e custou uma quantidade imensa de soldados para restaurar a ordem. Quando isso ocorreu, oitenta mil pessoas já tinham sido presas, colocadas em celas especiais; seis mil foram sentenciadas ao desterro, quatrocentas à prisão perpétua e 175 executadas. Ataques às tropas de segurança tornaram-se freqüentes e audaciosos. A 4 de fevereiro de 1922, nas Províncias Unidas, uma multidão cercou a delegacia de polícia, que não ousava abrir fogo; seus 22 homens foram esfaqueados ou queimados vivos. Deste ponto em diante, a violência em larga escala, racial, sectária e anti-governamental instalou-se na vida indiana¹⁵². Além disso, na maior e mais dócil colônia da história humana, o modelo do século XIX tinha sido destruído.

Eram de se esperar as perturbações na Europa e no mundo após o choque sísmico da Grande Guerra e de sua paz insatisfatória. A antiga ordem desapareceu. E não poderia ser restaurada, talvez jamais. Uma nova ordem teria de surgir. Mas seria uma “ordem” no sentido compreendido pelo pré-1914? Havia, como já falamos, correntes de pensamentos inquietantes que apresentavam a idéia de um mundo à deriva, desvencilhado das leis e moralidade tradicionais. Havia uma nova relutância da parte da autoridade legítima e estabelecida em controlar o mundo pelos métodos já conhecidos, ou qualquer outro. Havia um convite involuntário e não expresso, mas no entanto implícito, para que outros o dirigissem. Do grande trio germânico de eruditos imaginativos que teceram explicações sobre o comportamento humano no século XIX e cujo conjunto de pensamentos o mundo pós-1918 herdou, só dois foram mencionados até agora. Marx descreveu o mundo cuja dinâmica central era o interesse econômico. Para Freud, o estímulo principal era o sexo. Para ambos, o antigo impulso que movia homens e massas, a religião, era como se fora sempre uma fantasia. Friedrich Nietzsche, o terceiro componente do trio, também era um ateu. Porém, ele encarava Deus não como uma invenção, mas como uma casualidade, e seu desaparecimento como um acontecimento de conseqüências dramáticas. Escreveu em 1886: “O maior acontecimento dos últimos tempos — o de que ‘Deus está morto’, de que a crença no Deus cristão não é mais sustentável — está começando a projetar suas primeiras sombras sobre a Europa”¹⁵³. Entre as raças mais adiantadas, o declínio e, em última análise, o colapso do impulso religioso deixaria um vácuo de grandes proporções. A história dos tempos modernos é, em grande parte, a história de como aquele vácuo foi preenchido. Nietzsche notou com razão que o candidato mais apropriado seria aquele ao qual chamou de “Vontade de Poder”, e que oferecia uma explicação muito mais plausível e infinitamente mais ampla do comportamento humano do que as de Marx e Freud. No lugar da crença religiosa, haveria ideologia secular. Aqueles que se tinham filiado ao totalitarismo clerical tornar-se-iam políticos totalitários. E, sobretudo, a Vontade de Poder produziria um novo tipo de Messias, livre de qualquer sanção religiosa e com um insaciável apetite pelo controle da humanidade. O fim da antiga ordem, com um mundo à deriva num universo relativista, era um apelo a que estadistas gângsteres emergissem. E eles não demorariam a fazê-lo.

2

AS PRIMEIRAS UTOPIAS DESPÓTICAS

Lênin partiu de Zurique para retornar à Rússia, no dia 8 de abril de 1917. Alguns de seus camaradas no exílio o acompanharam à estação, cheios de temores. Ele atravessaria a Alemanha a convite do general Ludendorff, que lhe garantiria passagem livre, desde que não entrasse em contacto com algum sindicalista alemão no caminho. A guerra gera revoluções, e gerar revoluções é uma velha forma de guerra. Os alemães chamavam isso de *Revolutionierungspolitik*¹. Se os Aliados podiam incitar os poloneses, os tchecos, os croatas, os árabes, os judeus a se levantarem contra os Poderes Centrais e os seus parceiros, então os alemães, por sua vez, podiam incitar os irlandeses e os russos, e realmente o fizeram. Se os alemães usaram Lênin, como Churchill diria mais tarde, “como se fosse um bacilo da tifóide”, não lhe deram, no entanto, a menor importância, confundindo-o com outros trinta exilados e descontentes. A apreensão dos camaradas era de que Lênin se compromettesse, ao aceitar a ajuda alemã. Tentaram, então, dissuadi-lo da empreitada. Ele os ignorou e sem uma palavra subiu no trem. Era um homenzinho impetuoso de 46 anos, quase careca, mas (de acordo com o filho da proprietária de sua casa em Zurique) “com um pescoço de touro”. Ao entrar em seu vagão, imediatamente identificou um camarada suspeito. “De repente, nós vimos Lênin agarrá-lo pelo colarinho e... atirá-lo à plataforma”².

Em Estocolmo, o camarada Karl Radek lhe trouxe um par de sapatos, mas ele recusou qualquer outro tipo de roupa, replicando rabujento: “Eu não vou para a Rússia abrir uma alfaiataria”. Ao chegar em Beloostrov, já em solo russo, no amanhecer de 16 de abril, foi recebido por sua irmã Maria, por Kamenev e por Stálin, que estava encarregado do *Pravda*, o jornal bolchevique. Não tomou conhecimento da irmã, ignorou Stálin, que ele não conhecia, e não cumprimentou seu velho camarada Kamenev, que há cinco anos não via. Em vez disso, gritou: “O que é isso que você tem escrito no *Pravda*? Nós lemos alguns de seus artigos e o injuriamos sem papas na língua”. Mais tarde, à noite, chegou à estação Finlândia em Petrogrado. Foi-lhe oferecido um buquê de rosas e o levaram para a sala de espera do czar. Lá ele proferiu o primeiro de uma série de discursos, um deles feito, ainda agarrando as rosas, do topo de um carro blindado. O último desses discursos demorou duas horas e “provocou terror e agitação na platéia”. A aurora raiava, quando terminou. Foi para

a cama sem emitir um som, segundo sua mulher, Krupskaya³. A sinistra falta de humanidade com que ele retornou à Rússia e ao seu trabalho revolucionário foi uma característica deste homem obstinado. Vladimir Ilich Ulyanov nasceu em 1870, em Simbirsk, no Volga, filho de um inspetor de escolas primárias. Quando tinha 16 anos, seu irmão mais velho, Alexandre, foi enforcado por ter conspirado contra o czar com uma bomba feita por ele mesmo. Sua suposta reação à morte do irmão – “Nós nunca chegaremos lá por aquele caminho” – é provavelmente apócrifa, já que ele só se tornou um marxista (o que significava repudiar o terrorismo) muito mais tarde, quando foi expulso da Universidade de Kazan por “atividades revolucionárias”. Sua irmã Anna diz que ele “endureceu” após a execução do irmão⁴. Certamente a política, agora e para sempre, seria para ele uma obsessão, e seu comportamento seria sempre mais cerebral do que emocional. Seus contemporâneos se referem à sua “falta de sociabilidade”, à sua “excessiva reserva” e a suas “maneiras distantes”. Aos 22 anos, dissuadiu seus amigos de recolher dinheiro para as vítimas da fome, alegando que esta “exerce uma função progressiva” que “levaria os camponeses a refletirem sobre os fatos fundamentais da sociedade capitalista”⁵. Em um ano ou dois, ele havia conseguido uma valise com um compartimento secreto para importar livros subversivos; a descoberta desta mala valeu-lhe uma sentença de três anos na Sibéria. Os poucos dias anteriores ao seu exílio, ele os passou na Biblioteca de Moscou, recolhendo daqui e dali dados e estatísticas que iriam fundamentar suas teorias. Na Sibéria, casou-se com Krupskaya, outra subversiva.

Homens que levam adiante revoluções políticas parecem ser de dois tipos principais, o clerical e o romântico. Lênin (ele adotou esse pseudônimo em 1901) pertencia à primeira categoria. Seus pais eram cristãos. A religião era importante para ele, no sentido de que a odiava. Diferentemente de Marx, que a desprezava e a tratava de coisa marginal, Lênin a via como uma inimiga poderosa e ubíqua. Deixou claro em seus escritos (sendo sua carta a Gorky, em 13 de janeiro de 1913, um exemplo marcante) que tinha uma aversão pessoal profunda por tudo que era religioso. “Não pode haver nada mais abominável que a religião”, escreveu. Desde o princípio, O Estado por ele criado estabeleceu e mantém ativa até hoje uma enorme máquina de propaganda acadêmica contra a religião⁶. Ele não era apenas anti-clerical, como Stálin, que odiava os padres porque eram corruptos. Ao contrário, Lênin não se importava com os padres corruptos, porque eles eram facilmente elimináveis. Os homens que ele realmente temia e odiava, e que mais tarde perseguiu, eram os santos. Quanto mais pura a religião, mais perigosa. Um clérigo devoto, argumentava Lênin, é muito mais influente do que um clérigo imoral e egoísta. O clero que mais precisava ser suprimido não era aquele engajado na defesa da exploração, mas sim o que expressava sua solidariedade ao proletariado e aos camponeses. Era como se ele reconhecesse no verdadeiro homem de Deus o mesmo zelo e espírito que o animavam, e desejasse expropriá-lo e trazê-lo para sua própria causa⁷. Nenhum homem personifica melhor a substituição do impulso religioso pelo desejo de poder. Numa outra época, ele certamente teria sido um líder religioso. Com sua extraordinária paixão pela força, poderia ter participado das legiões de Maomé. Aproximava-se talvez mais de Calvino, com sua crença na estrutura organizacional, sua habilidade em criá-la e dominá-la completamente, seu puritanismo, sua honestidade pessoal e, sobretudo, sua intolerância.

Krupskaya testemunha seu ascetismo e nos conta como ele desistiu de tudo de que gostava – patinar, ler latim, jogar xadrez, ouvir música – para se concentrar

basicamente no seu trabalho político⁸. Um camarada disse: "Ele é o único de nós que vive revolução vinte e quatro horas por dia". Ele contou a Gorky que se recusava a ouvir música com frequência, porque "ela faz com que você queira dizer coisas bonitas e bobas e acariciar as cabeças das pessoas que puderam criar tal beleza, mesmo vivendo neste inferno vil. E agora você não deve mais acariciar a cabeça de ninguém: você pode ter a sua mão arrancada por uma mordida"⁹. Temos de nos conscientizar de que Lênin fez o que fez por um humanitarismo ardente, semelhante ao amor dos santos por Deus, já que ele não tinha os defeitos comuns aos politicamente ambiciosos: nenhuma vaidade, nenhum egocentrismo, nenhum prazer óbvio pelo exercício da autoridade. Seu humanitarismo era, no entanto, uma paixão muito abstrata: abrangia a humanidade em geral, mas parecia ter pouco amor ou sequer interesse por ela. Encarava as pessoas com quem lidava, seus camaradas, não como indivíduos, mas como receptáculos para as suas idéias. Assim eles eram julgados. Amizade para ele não tinha hierarquia; na verdade, ele não tinha amizades, somente alianças ideológicas. Não julgava os homens por suas qualidades morais, mas por suas opiniões ou, melhor ainda, pelo grau de aceitação que tinham da opinião dele. Não guardava rancores. Por exemplo, um homem como Trotsky, com quem brigou acirradamente nos anos que precederam a Grande Guerra e com quem trocou os piores insultos, foi recebido cordialmente quando passou a aceitar o ponto de vista de Lênin. Da mesma forma, nenhum colega, por mais próximo que fosse, merecia a menor afeição de Lênin.

Lênin foi o primeiro de uma nova espécie: o organizador profissional de políticas totalitárias. Parece que nunca lhe ocorrera, desde a juventude, que qualquer outra atividade humana valesse a pena. Como um anacoreta, virou as costas ao mundo. Rejeitou com escárnio as sugestões de sua mãe, no sentido de que se dedicasse ao cultivo da terra. Por umas poucas semanas trabalhou como advogado e detestou. Depois disso, nunca mais teve qualquer tipo de emprego ou ocupação, e praticava o jornalismo exclusivamente em função de sua carreira política. Sua política era hierática e não demótica. Lênin se cercou de publicações oficiais, de livros de história e de economia. Não fez esforço para conhecer diretamente as opiniões e as condições das massas. A noção de angariar votos de porta em porta era um anátema para ele: "não científico". Nunca visitou uma fábrica ou pisou numa fazenda. Não tinha o menor interesse em saber de que maneira se originava a riqueza. Jamais seria visto nos bairros de classe operária em qualquer cidade onde tenha residido. Sua vida inteira passou-se entre os membros de sua subclasse, a *intelligentsia* burguesa, que ele via como um sacerdócio privilegiado, dotado de uma gnose especial e escolhido pela História para um papel decisivo. Citando Karl Kautsky, ele escreveu: o socialismo foi o produto de um "conhecimento científico profundo... Essa ciência não se difundiu pelo proletariado, mas sim pela *intelligentsia* burguesa: o socialismo contemporâneo nasceu na mente de indivíduos membros dessa classe"¹⁰.

Indivíduos membros — ou um indivíduo membro? Na prática, predominou a última situação. Nos vinte anos que antecederam a sua Revolução, Lênin criou a sua própria facção dentro dos social-democratas, os bolcheviques, separando-os da minoria menchevique, fazendo-se então senhor absoluto dela. Esse processo, a vontade de poder em ação, é bem documentado pelos seus camaradas mais críticos. Plekhanov, o verdadeiro criador do marxismo russo e da organização *Iskra*, através da qual Lênin chegou à proeminência, acusou-o de "adotar um espírito sectário de exclusividade". Ele "confundia a ditadura do proletariado com a ditadura sobre o

proletariado” e estava buscando criar um “bonapartismo ou mesmo uma monarquia absoluta, no velho estilo pré-revolucionário”¹¹. Vera Zasulich comentou que logo depois que Lênin aderiu ao *Iskra*, este mudou, da família amigável que era, para uma ditadura personalizada. A idéia que Lênin tinha do partido, disse ela, era a mesma de Luís XIV com o seu *l’Etat, c’est moi!*¹² No mesmo ano, 1904, Trotsky chamou Lênin de um Robespierre e de um ditador terrorista que tenta transformar a liderança do partido em um comitê de segurança pública. Os métodos de Lênin, escreveu Trotsky em seu panfleto *Our Political Tasks*, eram “uma caricatura massante da intransigência trágica do jacobinismo... O partido é substituído pela organização do partido, a organização do partido pelo comitê central e, finalmente, o comitê central pelo ditador”¹³. Seis anos mais tarde, em 1910, *madame* Krzhizhanovskaya escreveu: “Ele é um só homem contra o partido inteiro. Ele está arruinando o partido”¹⁴. Em 1914, Charles Rappaport, enquanto glorificava Lênin como um “organizador incomparável”, acrescentou: “Mas ele considera que só ele é um socialista... Guerra é declarada a quem quer que discorde dele. Em vez de combater seus opositores no Partido Social Democrata, através de métodos socialistas, isto é, por argumentação, Lênin usa apenas um método cirúrgico, aquele de ‘deixar sangrar’. Nenhum partido poderia existir sob o regime desse czar social-democrata que se considera um supermarxista, mas que na verdade nada mais é do que um aventureiro do mais alto grau”. O veredicto de Rappaport: “A vitória de Lênin seria a maior ameaça para a Revolução Russa... ele vai sufocá-la”¹⁵. Dois anos mais tarde, na véspera da revolução, Viacheslav Menzhinsky descreveu-o como um “jesuíta político... esse filho bastardo do absolutismo russo... o sucessor natural ao trono russo”¹⁶.

A unanimidade impressionante desta análise crítica de Lênin feita por homens e mulheres, por um período de vinte anos, atesta uma coerência espantosa no caráter de Lênin. Ele ignorou os ataques que, aparentemente, nunca fizeram com que ele parasse e refletisse por um segundo. Não havia uma fenda sequer em sua couraça. Autoritário? Lógico: “Classes são conduzidas por partidos e partidos são conduzidos por indivíduos que são chamados líderes... Esse é o ABC. A aspiração de uma classe é, às vezes, realizada por um ditador”¹⁷. O importante era que o indivíduo ungido, o homem escolhido pela história para possuir a gnose no momento preciso, compreendesse e, portanto, fosse capaz de interpretar os textos sagrados. Lênin sempre insistia no fato de que o marxismo era absolutamente idêntico à verdade objetiva. Ele escreveu que “do ponto de vista da filosofia marxista, fundida como uma peça única de aço, é impossível eliminar uma única premissa básica, uma única parte essencial, sem que ela seja desviada da verdade objetiva”¹⁸. Disse a Valentinov: “O marxismo ortodoxo não necessita de revisão de espécie alguma, seja no campo da filosofia, seja na sua teoria de economia política ou na teoria de desenvolvimento histórico”¹⁹. Acreditando nisso e se acreditando o intérprete designado, assim como Calvino interpretou as Escrituras em sua *Instituição da religião cristã*, Lênin estava determinado a encarar a heresia com uma ferocidade maior do que Calvino usou contra o infiel. Daí a virulência espantosa das ofensas que ele lançava aos seus oponentes dentro do partido, atribuindo-lhes os mais torpes defeitos e tentando destruí-los como seres morais, mesmo quando os pontos de vista de menor importância da doutrina estavam em jogo. O tipo de linguagem utilizado por Lênin, com suas metáforas grosseiras e sua recusa brutal de fazer o menor esforço de compreensão humana, lembra o *odium theologicum* que envenenava as disputas cristãs sobre a Santíssima Trindade nos séculos VI e VII, ou a Eucaristia no século XVI. É claro que, uma vez

o ódio verbal chegando a esse nível, o sangue tinha de correr mais cedo ou mais tarde. Como Erasmo tristemente observou sobre os papistas e luteranos, “a longa guerra de palavras e escritos terminará em socos” — o que de fato aconteceu por um século inteiro. Lênin não se intimidava nem um pouco diante dessa perspectiva. Assim como os teólogos antagônicos achavam que estavam lidando com assuntos que, por mais triviais que parecessem aos não iniciados, determinariam se milhões de almas iriam ou não arder no inferno por toda a eternidade, também Lênin sabia que a necessidade de uma grande tomada de posição se aproximava, na qual o destino futuro da humanidade seria decidido pela história, tendo ele como seu profeta. Valeria a pena um pouco de sangue; na verdade, muito sangue.

Não obstante, o curioso é que, apesar da sua ortodoxia alardeada, Lênin estava muito longe de ser um marxista ortodoxo. Na essência ele não era um marxista. Quase sempre usava a metodologia de Marx e explorava a dialética para justificar conclusões a que já tinha chegado por intuição. Mas ignorava completamente o cerne da ideologia marxista, o determinismo histórico da revolução. Lênin não era um determinista de coração, mas um voluntarista: o papel decisivo foi exercido pela vontade humana: a dele. Para um homem que pretendia ter um conhecimento “científico” especial de como as leis da história funcionavam, ele invariavelmente parece ter sido surpreendido pelo verdadeiro rumo dos acontecimentos. A eclosão malograda da revolução de 1905 na Rússia chocou-o. O início da guerra de 1914 atingiu-o como um trovão em céu claro. Aliás, isto aconteceu a outros que, no entanto, não reivindicavam um papel de destaque na história. Ele ficou ainda mais abalado pelo fracasso total do movimento internacional socialista em sua tentativa de se unir contra a guerra. A queda do czar aturdiu-o. Ele ficou desconcertado com o convite dos alemães de levá-lo de volta à Rússia. Ao chegar, vaticinou que seria preso no mesmo instante; mas, em vez disso, lá estava ele apertando aquelas rosas. Mais uma vez se surpreendeu com o sucesso de sua própria revolução. Porém o levante internacional, que ele cheio de certeza previu, não se concretizou. Até o fim de seus dias, como os primeiros cristãos aguardando a Segunda Vinda, ele aguardava o Apocalipse a qualquer momento. O que fez de Lênin um grande ator no palco da história não foi sua compreensão dos processos históricos, mas a rapidez e a energia com que ele agarrava as oportunidades que lhe eram oferecidas. Ele era, em poucas palavras, o que acusava seus oponentes de ser: um oportunista.

Lênin era também um revolucionário até a raiz dos cabelos, mas de uma maneira muito antiquada. Ele acreditava que as revoluções eram feitas não por forças históricas inexoráveis (elas tinham de estar presentes, é claro), mas por pequenos grupos de homens altamente disciplinados seguindo a vontade de um líder resoluto. Nesse aspecto, ele tinha muito mais em comum com a tradição revolucionária dos jacobinos franceses de 1789-95 e até com seus mais recentes expoentes, como Georges Sorel, do que com os marxistas intuitivos, a maioria dos quais era alemã e encarava o triunfo do proletariado quase como um processo darwiniano de evolução. Lênin foi cortante quando declarou: “Teoria, meu amigo, é cinza; mas verde é a árvore eterna da vida”. E mais: “A prática é cem vezes mais importante do que a teoria”²⁰. Se todo o pensamento de Marx transparece em sua obra, escreveu Trotsky, “todo o pensamento de Lênin, ao contrário, aparece na ação revolucionária. Seus trabalhos científicos são apenas a preparação para a atividade revolucionária”²¹. Lênin era um ativista; na verdade, um hiperativista, e foi isso que o transformou numa figura tão violenta. Ele não era um sindicalista como Sorel. Mas ambos compartilhavam do

mesmo apetite de soluções violentas, como Sorel reconheceu mais tarde, quando definiu a violência revolucionária como uma “doutrina intelectual, a força de mentes poderosas que sabem aonde vão, a implacável decisão de chegar aos objetivos finais do marxismo através do sindicalismo. Lênin nos forneceu um exemplo brilhante daquela violência psicológica”²². Lênin era obcecado pela força, quase a ponto de ter água na boca. “As revoluções são os festins das classes oprimidas”. Uma classe oprimida que não luta para obter o conhecimento de armas, para ser treinada no uso de armas, para possuir armas, uma classe desse tipo só merece ser oprimida, maltratada e escravizada”. Seus escritos transbordam em metáforas militares: estado de sítio, círculos de ferro, lâminas de aço, marchas, campos, barricadas, fortes, ofensivas, unidades móveis, guerrilhas, pelotões de fuzilamento. São dominados por verbos violentamente ativistas: flamejar, arder, inflamar, incitar, atirar, sacudir, agarrar, atacar, incendiar, repelir, compelir, purgar, exterminar.

A verdade é que Lênin era muito impaciente para ser um marxista ortodoxo. Temia a previsão de Engels, quando este escreveu: “A pior coisa que pode se abater sobre um líder de um partido extremista é ser ele compelido a tomar o governo numa época ainda não madura para a dominação da classe que ele representa... ele é compelido a representar não seu partido ou sua classe, mas a classe que tem condições de assumir o domínio da situação”²³. A Rússia era um país semi-industrializado, com uma burguesia fraca e um proletariado insignificante, sem condições objetivas maduras o suficiente para a revolução. Foi esse o dilema que levou Lênin à heresia. Se ainda não tinha sido criada a “consciência do proletariado”, não seria a tarefa de intelectuais marxistas como ele apressar esse processo? Em 1902, em *What Is To Be Done?*, pela primeira vez ele usou o termo “lutadores de vanguarda” para descrever o novo papel de uma pequena elite revolucionária²⁴. Estabeleceu uma diferença inteiramente nova entre uma revolução criada por “uma organização de trabalhadores” amadurecida, nos países capitalistas avançados como a Alemanha e a Grã-Bretanha, e “uma organização de revolucionários” adequada às condições da Rússia. A primeira era profissional, ampla e popular: encurtando, um partido proletário de massa. A segunda era bem diferente: “uma organização de revolucionários deve ser basicamente constituída de pessoas cuja ocupação seja a atividade revolucionária... Essa organização não deve ser necessariamente muito ampla, mas tão secreta quanto possível”. Como tal, ela tinha de abrir mão do “princípio democrático”, do qual faziam parte o “conhecimento público” e “eleições para todos os cargos”. Trabalhando dentro de uma estrutura autocrata como a Rússia, isso era impossível: “O único princípio organizacional sério para os trabalhadores no nosso movimento deve estar baseado no mais estrito sigilo, uma escolha restrita dos membros e o treinamento de profissionais revolucionários. Uma vez que essas qualidades existam, algo mais do que a democracia está garantido: uma confiança completa e camaradesca entre os revolucionários”. Na mesma passagem ele salienta que os revolucionários sabem, “por experiência, que, para se livrar de um membro indesejável, uma organização de revolucionários genuínos não recua diante de nada”²⁵. Se os camaradas tiverem de, caso seja necessário, matar um ao outro, como — no exemplo dado por Dostoiévski em *The Devils* — não seria então uma fantasia essa “confiança camaradesca”? Será que isso não foi mal interpretado pela organização, quando Lênin a ela se juntou e, mais ainda, quando ele a dirigiu?²⁶

Rosa Luxemburg, a mais bem-dotada e a mais ortodoxa dos marxistas alemães, reconheceu a heresia de Lênin e a julgou tão grave que poderia destruir

todo o propósito e idealismo do marxismo. Ela atribuiu essa heresia a defeitos de caráter de Lênin, tanto no plano individual como no cultural: “O ‘ego’ esmagado e pulverizado pelo absolutismo russo — disse ela — reapareceu na forma do ‘ego’ do revolucionário russo” que “continua teimosamente a se proclamar de novo o mais absorvente consumidor de história”. Lênin, acrescenta ela, estava exigindo poderes absolutos para a liderança do partido e isso “intensificaria perigosamente o conservadorismo que naturalmente é inerente a tais entidades”. Uma vez concedidos, esses poderes nunca seriam abandonados²⁷. Quando Lênin insistiu na idéia de que a “conscientização” tinha de ser levada ao proletariado por “elementos de vanguarda” e de que a revolução tinha de ser forçada antes do tempo por “lutadores de vanguarda”, ele estava contradizendo toda a “base científica” da teoria marxista. Rosa Luxemburg denunciou a idéia como elitista e não marxista, dizendo que ela conduziria inevitavelmente ao “ultracentralismo militar”²⁸.

O leninismo não era apenas uma heresia; era exatamente a mesma heresia que criara o fascismo. A Itália também era um país semi-industrializado, onde o marxismo buscava formas de apressar a chegada da revolução. Também os marxistas italianos foram atraídos pelas noções de violência revolucionária de Sorel. Em 1903, um ano depois de Lênin ter usado o termo “lutadores de vanguarda”, Roberto Michels, na sua introdução da tradução para o italiano de *Saggi di critica del marxismo*²⁹, de Sorel, instigava a criação de uma “elite revolucionária” que apressasse o milênio socialista do proletariado. Tal elite, continuou seu colega Angelo Olivetti, era essencial para um país subindustrializado³⁰. Essas idéias foram aproveitadas por um terceiro marxista italiano, Benito Mussolini, que era 13 anos mais jovem do que Lênin e recém-entrado na política. Seu pai, um alveitar e pequeno proprietário, era um socialista anarquista; sua mãe, uma professora. Eles lhe transmitiram conhecimentos variados de filosofia política, inclusive Nietzsche — que sabia tudo sobre “a vontade de poder” e era muito mais culto do que Lênin. Mas a formação política de Lênin era fundamentalmente marxista. Marx era “o pai e professor”, escreveu ele; “o magnífico filósofo da violência da classe trabalhadora”³¹. Como Lênin, ele defendeu a formação de “minorias de vanguarda” que pudessem “engajar o sentimento, a fé e a vontade de massas irresolutas”. Essas vanguardas tinham de ser compostas de pessoas dedicadas, especialmente treinadas, elites. Tal liderança revolucionária devia preocupar-se com a psicologia das classes e das técnicas de mobilização de massa e, através do uso do mito e da invocação simbólica, acordar a consciência do proletariado³². Outra vez, da mesma forma que Lênin, ele achou que a violência seria necessária: “Em vez de iludir o proletariado quanto à possibilidade de eliminar todas as causas dos derramamentos de sangue, nós queremos prepará-lo e acostumá-lo a lutar pelo dia do ‘maior derramamento de sangue de todos os tempos’, quando as duas classes hostis se entrechocarem num embate decisivo”³³. Novamente, a infundável repetição de verbos ativistas, da imagística militar.

Nos anos que antecederam 1914, de seu exílio impotente na Suíça, Lênin observou o progresso de Mussolini com aprovação e inveja. Mussolini transformou a província de Forlì numa ilha de socialismo — a primeira de muitas na Itália — apoiando os diaristas *braccianti*³⁴ contra os proprietários³⁵. Ele se tornou um dos jornalistas socialistas mais lidos na Europa. Em 1912, aos 29 anos, esbelto, empertigado, com grandes olhos profundos, luminosos, tomou o poder do Partido Socialista Italiano no Congresso de Reggio Emilia, insistindo em que o socialismo fosse marxista, perfeito, internacionalista e inflexível. Lênin, escrevendo sobre o Congresso

para o *Pravda* (15 de julho de 1912), regozijava-se: “O partido do proletariado socialista italiano tomou o rumo certo”. Lênin concordou quando Mussolini impediu os socialistas de participar do governo “reformista burguês” de Giolitti, assim presagiando a emergência do Partido Comunista Italiano³⁶. E endossou com vigor a profecia de Mussolini na véspera da guerra: “Com o desencadeamento de um confronto assustador de povos, a burguesia está jogando a sua última cartada e provocando o que Karl Marx chamou de o sexto poder: a revolução socialista”³⁷.

Assim como os marxistas heréticos e os revolucionários ativistas violentos, Lênin e Mussolini tinham seis pontos importantes em comum. Ambos eram totalmente opostos aos parlamentos burgueses ou a qualquer espécie de “reformismo”. Ambos encaravam o partido como uma agência ferozmente disciplinada, estritamente hierárquica, altamente centralizada para fomentar os objetivos socialistas. Ambos queriam a liderança de revolucionários profissionais. Nenhum dos dois tinha confiança na capacidade do proletariado de organizar-se. Ambos achavam que a consciência revolucionária poderia ser levada às massas por uma elite revolucionária autodesignada. Por fim, ambos acreditavam que, na luta futura entre as classes, o árbitro final seria a violência organizada³⁸.

A Grande Guerra presenciou a bifurcação do leninismo e do protofascismo de Mussolini. Era uma questão não de mero intelecto ou circunstâncias, mas de caráter. Mussolini tinha a humanidade, incluindo a vaidade e a necessidade de ser amado, coisas que não existiam em Lênin. Ele era compreensivo e sensível à opinião da massa. Quando a guerra começou e os exércitos marcharam, ele farejou o nacionalismo no ar e o aspirou profundamente. Foi intoxicante: mudou de direção abruptamente. Lênin, por outro lado, era impermeável a tais aromas. Seu isolamento das pessoas, sua indiferença a elas lhe deram integridade sólida e consistência. De uma certa maneira, era uma fraqueza: ele nunca sabia o que as pessoas iriam fazer — por isso estava sempre surpreso, tanto antes quanto depois de chegar ao poder. Mas isso também era a sua força. Sua autoconfiança absoluta e seu autoritarismo nunca foram nem por um momento corroídos por cálculos táticos de como as outras pessoas poderiam reagir. Além disso, buscava o poder num país onde, por tradição, o povo nada valia; não era mais do que pó sob os pés do governante.

Quando Lênin retornou a Petrogrado, não tinha sido afetado por qualquer sentimentalismo de guerra; sempre tinha dito que a guerra era uma aventura burguesa. A queda do czar era o “menor dos males”. O Exército deveria ser minado pela propaganda, os soldados encorajados a “apontar suas armas para os seus oficiais” e qualquer desastre explorado para “apressar a destruição... da classe capitalista”. Deveria haver “luta impiedosa contra o chauvinismo e o patriotismo da burguesia de todos os países, sem exceção”³⁹. Lênin estava assustado pelo fracasso dos socialistas em esmagar a guerra e, como ela se prolongava, perdeu a esperança de que o milênio viesse logo. Em janeiro de 1917, teve dúvidas se viveria para ver as batalhas decisivas da revolução vindoura⁴⁰. Quando o czar teve de fugir, seis semanas mais tarde, ele ficou surpreso, como de hábito. Para seu prazer, o novo regime parlamentar optou pela continuação da guerra, enquanto libertava prisioneiros políticos, permitindo assim que seus próprios homens o subvertissem. Os bolcheviques iriam derrubar o novo governo e tomar o poder por sua oposição à guerra. O *Pravda* voltou a funcionar no dia 5 de março. Kamenev e Stálin voltaram correndo da Sibéria para assumir o jornal oito dias mais tarde. Então, para consternação de Lênin, os dois idiotas prontamente mudaram a orientação do jornal, comprometendo-o com o apoio à

guerra! Essa foi a razão pela qual Lênin, no minuto em que viu Kamenev, no dia 3 de abril, esbravejou, expulsando-o. A orientação do *Pravda* voltou a ser o que era antes. Lênin sentou-se para escrever um conjunto de “teses” para explicar por que se deveria resistir e terminar a guerra. Stálin, mais tarde, se confessaria numa “posição errônea”, que “compartilhei com outros camaradas de partido e à qual renunciei... quando aderi às teses de Lênin”⁴¹. A maioria dos outros bolcheviques fizeram o mesmo. Eles ficaram fascinados pela certeza de Lênin. A guerra não tinha a menor importância. Ela já tinha atingido o seu propósito, ao destruir a autocracia. Agora eles tinham de explorar o cansaço de guerra para expulsar os parlamentaristas. Ele era indiferente à extensão territorial perdida pela Rússia, desde que um núcleo fosse preservado para instalar o bolchevismo. Então poder-se-iam aguardar os acontecimentos com confiança. Uma vitória alemã era irrelevante, porque seus camaradas alemães logo chegariam ao poder — e também na Grã-Bretanha e na França — e o dia da revolução socialista internacional finalmente amanheceria⁴².

Ao delinear essa fantasia continental, Lênin quase que por acaso tocou na linha política que o levaria ao poder. Ele não tinha uma base concreta de poder na Rússia. Nunca tentou criar uma. Concentrara-se exclusivamente em construir uma pequena organização de rufiões intelectuais e subintelectuais que ele pudesse dominar. Não havia seguidores entre os camponeses. Apenas um, entre a elite bolchevique, tinha uma ascendência camponesa. Havia alguns seguidores entre os trabalhadores não especializados. Mas os especializados e quase todos que eram sindicalizados estavam ligados — na medida em que algum tivesse qualquer filiação política — aos mencheviques⁴³. Isso não era surpresa. A intransigência de Lênin havia levado os socialistas mais capazes para o campo menchevique. Isso lhe convinha: seria mais fácil treinar os restantes para segui-lo como carneirinhos quando chegasse o momento do golpe. Como um deles registrou, “antes da chegada de Lênin, todos os camaradas vagavam na escuridão”⁴⁴. O outro bolchevique com idéias claras e próprias era Trotsky. Ele chegou a Petrogrado em maio, proveniente da América. Rapidamente compreendeu que Lênin era o único homem de ação entre eles, tornando-se logo seu principal lugar-tenente. Daí para a frente, esses dois homens comandavam talvez vinte mil seguidores numa nação de mais de 160 milhões de habitantes.

A Revolução Russa de 1917, tanto na sua fase de “fevereiro” como na de “outubro”, foi feita por camponeses que haviam crescido em número de 56 milhões em 1867 para 103,2 milhões até 1913⁴⁵. Na Rússia da pré-guerra, havia menos de 3,5 milhões de operários e mineiros e, mesmo pela definição mais vaga, o *proletariat* chegava a apenas 15 milhões. Muitos dos 25 milhões de habitantes das grandes cidades eram extensão de famílias camponesas; trabalhavam na cidade, mas estavam ainda ligadas às aldeias. Essa conexão ajudou a transmitir idéias radicais aos camponeses. Mas, em essência, essas idéias já existiam. Havia uma tradição russa de coletivismo camponês, baseado na comuna (*obshchina*) e na cooperativa dos artesãos (*artel*), sob a sanção da Igreja Ortodoxa. O enriquecimento individual ia de encontro ao interesse da comuna. Era visto como pecaminoso. O camponês ganancioso, o *kulak*⁴⁶ (“punho”), era um mau camponês: os *kulaks* não eram uma classe (isso foi invenção bolchevique posterior). A maioria dos camponeses cultivava tanto a hierarquia como o espírito igualitário, este passível de aflorar em momentos de crise, quando idéias de liberdade (*volya*) os levavam a invadir e a confiscar. Mas os camponeses jamais evidenciaram o menor desejo de “nacionalização” ou “socializa-

ção”: eles nem sequer possuíam palavras para tais conceitos. O que muitos desejavam era naturalmente pedaços de terra independentes. As medidas tomadas, desde 1861, para fazer dos camponeses proprietários, apenas aguçaram-lhes o apetite. Daí a agitação rural de 1905. A partir de 1906, um arguto ministro czarista, P.A. Stolypin, acelerou o processo, em parte para apaziguar os camponeses e em parte para aumentar o suprimento de comida para as cidades, ajudando assim a rápida industrialização da Rússia. Ele também ajudou os camponeses a abandonar as comunas. Até meados de 1915, quase dois milhões deles obtiveram títulos de propriedade e, mais tarde, outros 1,7 milhões obtiveram o mesmo, depois da destruição voluntária das comunas. Disso resultou, na década que precedeu à guerra, o rápido crescimento da produtividade agrícola da Rússia, com os camponeses já mais bem preparados e pela primeira vez investindo na tecnologia⁴⁷.

A guerra desferiu um golpe devastador nesse desenvolvimento — talvez o mais promissor da história russa — que acenava com a criação de um campesinato mais próspero e relativamente mais satisfeito, como na França e na Europa Central, ao mesmo tempo que produzia alimentos suficientes para tornar a industrialização menos penosa. A guerra recrutou milhões de camponeses, enquanto exigia daqueles que permaneceram uma produção maior de alimentos para satisfazer os exércitos sempre crescentes e as fábricas de armamentos em contínua expansão. Havia maciças compras compulsórias. Mas os preços dos alimentos não paravam de subir. Daí o crescimento da tensão entre a cidade e o campo, cada um culpando o outro pela sua miséria. Os bolcheviques mais tarde vieram a explorar esse ódio. Com a continuação da guerra, os esforços do governo de arrancar comida das aldeias se tornaram ainda mais brutais. Com isso as revoltas agrárias aumentaram, havendo 577 demonstrações registradas até dezembro de 1916. Mas a falta de alimentos continuava aumentando na rapidez da subida dos preços. Em consequência, houve um aumento sem precedentes de greves nas fábricas em 1916, apesar de muitas áreas industriais estarem sob lei marcial ou “segurança reforçada”. As greves chegaram ao auge no fim de fevereiro de 1917, e teriam sido esmagadas, não estivessem também os camponeses irados e desesperados. Quase todos os soldados eram camponeses e, quando a guarnição de Petrogrado foi enviada para coibir os operários, ela se amotinou. Mais ou menos um terço, ou seja, cerca de 66.000 soldados, desafiaram seus oficiais. Como estavam armados, o regime entrou em colapso. Portanto, o primeiro estágio da revolução foi obra de camponeses.

A destruição da autocracia inevitavelmente levou consigo a hierarquia rural. Os camponeses sem terra começaram a se apossar e a lotear as grandes propriedades. Isso poderia não ter tido importância. O Governo Provisório estava fadado a fazer uma reforma agrária de qualquer maneira, assim que se organizasse. Mas enquanto isso não ocorria, ele estava comprometido com o desenvolvimento da guerra, que ia de mal a pior. A ofensiva galega fracassou; Lwov tinha caído em julho. Houve uma mudança no ministério e Kerensky foi nomeado primeiro-ministro. Ele decidiu continuar a guerra e para isso tinha de obter suprimentos dos camponeses. Foi aí que a política antiguerra de Lênin, por pura sorte, mostrou-se inspirada. Ele nada sabia sobre camponeses; não tinha a menor idéia do que acontecia no campo. Mas, ao se opor à guerra, ele também se opunha a uma política fadada ao fracasso e alinhava seu grupo às forças populares camponesas, tanto nas aldeias como, mais importante ainda, dentro do exército. Os bolcheviques, pela primeira vez, conseguiram uma base no campo: lá pelo final de 1917 eles tinham cerca de 2.400 trabalhadores rurais em

203 centros. Enquanto isso, a tentativa de reforçar a política de guerra destruiu o Governo Provisório. Um decreto promulgado em 25 de março obrigava os camponeses a entregar sua colheita inteira, exceto uma pequena quantidade destinada à semeadura, forragem e subsistência. Antes da guerra, 75% dos grãos eram vendidos no mercado local e 40% exportados. Agora, com o campo em revolta, não havia a menor chance de Kerensky recolher o de que precisava para manter a guerra. Pela primeira vez na história russa moderna a maior parte da colheita permaneceu nas fazendas. Kerensky ficou com menos de um sexto dela⁴⁸. A tentativa de se apoderar de maior quantidade levou os camponeses a uma revolta aberta e a autoridade do Governo Provisório no campo entrou em colapso. Ao mesmo tempo, o fracasso em conseguir grãos para as cidades provocou a aceleração no preço da comida em setembro, falta de pão em vários lugares, motins no Exército e na Marinha e greves nas fábricas. No início de outubro, a revolta dos camponeses já tinha estourado as entranhas do governo de Kerensky⁴⁹.

Havia chegado o momento para que Lênin tomasse o poder com a *vanguarda* *elite* que ele havia treinado precisamente com esse propósito. Ele não tinha, logicamente, um mandato para destruir o governo parlamentar. Não tinha mandato para coisa alguma, nem mesmo um mandato imaginário marxista. Não era líder dos camponeses e nem do proletariado. De qualquer maneira, o proletariado russo era muito pequeno. E não queria o leninismo. Das centenas de petições apresentadas pelos trabalhadores industriais às autoridades centrais, em março de 1917, quase nenhuma mencionava o socialismo. Cerca de 51% exigia menos horas de trabalho; 18%, maiores salários; 15%, melhores condições de trabalho; 12%, direitos para os comitês dos trabalhadores. Não havia apoio de massa para uma “revolução do proletariado”; para falar a verdade, nenhum apoio para qualquer coisa que remotamente lembrasse o que Lênin se propunha a fazer⁵⁰. Essa foi a única ocasião, desde aquela época até hoje, que os operários russos tiveram para dizer o que realmente queriam. E o que eles queriam era melhorar bastante as condições de vida, e não subverter o mundo. O que queriam dizer com “comitês de trabalhadores” era: Sovietes. Esses apareceram em 1905, espontaneamente. Lênin ficou frustrado com eles: de acordo com os textos marxistas, não deveriam existir. Entretanto, reapareceram na “revolução de fevereiro” e quando Lênin retornou à Rússia, em abril de 1917, decidiu que os Sovietes poderiam oferecer uma saída alternativa para o sistema parlamentarista que ele tanto odiava. Lênin achava, e nesse ponto estava certo, que pelo menos alguns dos Sovietes de fábricas poderiam ser infiltrados e, portanto, manipulados por seus homens. Daí o fato de suas “Teses de abril” defenderem “não uma república parlamentarista... mas uma república de Sovietes com representantes de camponeses, pequenos camponeses e trabalhadores, em toda a extensão do país, crescendo de baixo para cima”⁵¹. Sempre um oportunista habilidoso, Lênin começou a ver os Sovietes como uma versão moderna da Comuna de Paris de 1870: eles podiam ser manobrados por um determinado grupo, por exemplo, pelo seu próprio, e tornar-se o instrumento da “Ditadura do Proletariado”. Quando os bolcheviques, mais tarde em abril, reuniram-se numa conferência, Lênin conseguiu que eles verbalizassem a necessidade de que os “proletários da cidade e do campo” provocassem “a rápida transferência de todo o poder do Estado para as mãos dos Sovietes”⁵². Quando Trotsky, que já tinha trabalhado num Soviete em 1905, chegou, em maio, foi encarregado de atrair um dos mais importantes Sovietes municipais, em Petrogrado.

Ao começar junho de 1917, o primeiro Congresso de Sovietes de Toda a

Rússia se reuniu com a presença de 822 delegados. As cidades estavam absurdamente super-representadas. Os revolucionários socialistas que respondiam pelos camponeses eram em número de 285. Os mencheviques, representantes dos trabalhadores organizados, eram 248. Havia grupos menores totalizando 150 e havia 45 independentes. Os bolcheviques eram 105⁵³. Os anarquistas tentaram demonstrar sua força em 3 de julho, incitando grandes demonstrações de rua contra a guerra. Mas foram dispersados pelas tropas leais. O *Pravda* foi fechado e alguns bolcheviques, incluindo Kamenev e Trotsky, mandados para a prisão. Lênin conseguiu escapar para a Finlândia. Ele ainda não era considerado um inimigo fatal⁵⁴. A mudança decisiva chegou durante o verão e o princípio do outono. Os *fronts* de guerra começaram a cair. Em agosto, Kerensky presidiu uma “Conferência de Estado” para todos os partidos em Moscou, à qual compareceram cerca de dois mil delegados. Nada resultou daí. No final do mês, um general czarista, Kornilov, fomentou uma revolta militar que terminou em fiasco. Todos esses acontecimentos favoreceram Lênin, especialmente o último, que lhe permitiu criar uma atmosfera de terror, graças à qual pôde persuadir as pessoas de que era necessário desafiar a lei para “preservar” a nova república. Mas foi, acima de tudo, o fracasso de Kerensky em obter comida dos camponeses que solapou a ordem legal. As tropas estavam se desmobilizando e se dirigindo às cidades, onde nem pão havia. Lá chegando, ou aderiram a Sovietes já existentes ou formaram novos Sovietes, e foram logo elegendo representantes bolcheviques que prometeram um fim imediato da guerra e a distribuição de todas as propriedades aos camponeses. No início de setembro, os bolcheviques tinham a maioria, tanto no Soviete de Petrogrado como no de Moscou, os dois que realmente importavam; e, no dia 14 de setembro, Lênin, ainda escondido, sentiu-se forte o bastante para lançar o *slogan* “Todo o poder para os Sovietes”⁵⁵. Trotsky, recém-saído da prisão, logo tornou-se presidente do Soviete de Petrogrado, o foco do levante que se aproximava.

Trotsky era o agente ativo da revolução. Mas Lênin era o mentor que tomava todas as decisões principais e fornecia a “vontade de poder” necessária. A Revolução Bolchevique, para não mencionar a criação do Estado comunista, não teria sido possível sem ele. Lênin retornou a Petrogrado, sob um disfarce, no dia 9 de outubro e, numa reunião do Comitê Central, no dia seguinte, conseguiu a votação de 10/2 favorável a um levante armado. O *Bureau* Político ou *Politburo* — a primeira vez que se ouviu falar dele — foi criado para organizar o levante. Mas as verdadeiras preparações militares foram feitas por um “Comitê Revolucionário Militar”, formado por Trotsky a partir do Soviete de Petrogrado. O levante foi calculado para usar o Segundo Congresso de Sovietes de Toda a Rússia, realizado em 25 de outubro. Na noite anterior, Lênin formou um governo embrião e, pela manhã, os homens de Trotsky começaram a agir e a se apoderar dos pontos-chave em toda a cidade. Os membros do Governo Provisório foram presos ou fugiram. Houve muito pouco derramamento de sangue. Na tarde daquele dia, os bolcheviques conseguiram, do Congresso dos Sovietes, a aprovação para a transferência do poder. No dia seguinte, antes de se dispersarem, foi aprovado um decreto de paz, outro que abolia os latifúndios, e um terceiro que sancionava a criação do Conselho de Comissários do Povo, ou, abreviando, *Sovnarkom*, o primeiro Governo de Camponeses e Trabalhadores⁵⁶. Mas, como Stálin mais tarde apontaria, foi o Comitê Revolucionário Militar que tomou o poder, e o Congresso de Sovietes “apenas *recebeu* o poder das mãos do Soviete de Petrogrado”⁵⁷. Seu objetivo, ao fazer essa distinção, era preservar

a idéia de uma revolução proletária marxista. Certamente não havia nada legal na maneira como Lênin chegou ao poder. Mas não foi um levante revolucionário também. Foi um *coup* no velho estilo ou, como os alemães logo viriam a chamá-lo, um *putsch*. Não havia nada marxista nisso.

Na época, entretanto, Lênin, de maneira astuta, fez o melhor uso da legitimidade espúria conferida ao seu regime pelos Sovietes. Nos dois meses que se seguiram, ele cuidadosamente agiu em dois níveis que correspondiam curiosamente à percepção marxista do mundo. Num nível mais aparente viam-se os arranjos constitucionais e a legalidade formal. Mas isso era um disfarce para satisfazer o público e o mundo exterior. Num nível mais abaixo estavam as estruturas profundas do poder real: polícia, exército, comunicação, armamentos. Isso era para valer. No nível aparente, Lênin descreveu seu governo como “provisório”, até a “Assembléia Constituinte”, cuja eleição o governo de Kerensky tinha marcado para o dia 12 de novembro. As eleições ocorreram, com os bolcheviques sendo apenas um dos grupos participantes. Foi a primeira e a última eleição parlamentar a acontecer na Rússia. Como se esperava, ela elegeu uma maioria de revolucionários socialistas pró-camponeses, 410 entre 707. Os bolcheviques obtiveram 175 cadeiras, os mencheviques baixaram para 16, os burgueses Kadets⁵⁸ tiveram 17 e “grupos nacionais” compuseram os membros restantes. Lênin fixou a data do primeiro encontro da Assembléia para 5 de janeiro de 1918. Para continuar a farsa, convidou três membros da ala esquerda da SR⁵⁹ para participar do seu *Sovnarkom*. Essa manobra teve uma vantagem a mais: dividir os SRs para que ele tivesse a maioria no Congresso dos Sovietes, convocado três dias depois que a Assembléia já tinha sido devidamente manipulada. Lênin pretendia que a Assembléia continuasse a ser o instrumento dócil da sua legitimidade. Tranquilizada, talvez por essas manobras constitucionais, a grande cidade de Petrogrado retomou seus negócios e sua vida normal. Mesmo no dia em que Kerensky foi derrubado, todas as lojas permaneceram abertas, os bondes transitando, os cinemas cheios. O Exército da Salvação, que a república tinha admitido pela primeira vez, tocava nas esquinas. Karsavina dançava no Mariinsky. Chaliapin se apresentava em concertos. Havia conferências para platéias repletas. A sociedade se reunia no restaurante *Contant's*. A jogatina continuava desenfreada⁶⁰.

No meio tempo, sub-repticiamente, Lênin trabalhava com rapidez. É surpreendente que, com tantas coisas por fazer, ele desse prioridade ao controle da imprensa. Em setembro, logo antes do *putsch*, publicamente pediu uma liberdade de imprensa “muito mais democrática” e “incomparavelmente mais completa”. Realmente, na República, a imprensa tornara-se tão livre quanto na Grã-Bretanha ou na França. Dois dias depois de tomar o poder, Lênin, por um decreto, acabou com essa liberdade. Como parte de “certas medidas extraordinárias e temporárias”, qualquer jornal que “incitasse à resistência ou insubordinação ao governo dos camponeses e trabalhadores” ou que “semeasse a sedição através de distorções caluniosas dos fatos” seria suprimido e seus editores julgados. No dia seguinte, o governo tinha fechado dez jornais em Petrogrado; mais dez na semana seguinte⁶¹. O controle do noticiário foi confiado ao jornal do Partido Bolchevique, o *Pravda*, e o jornal dos Sovietes, *Izvestia*, entregue ao *Sovnarkom*.

Enquanto isso, com grande rapidez, mas com uma certa confusão, o aparato físico do poder estava sendo ocupado pelos ativistas bolcheviques. O método era corporativista. Toda a organização, desde as fábricas até os bondes, tinha eleições no estilo soviético. Essa era a maneira mais fácil de garantir que delegados escolhidos

fossem amplamente aceitos pelo regime. Mais tarde, Boris Pasternak apresentaria uma vinheta do processo:

Por toda a parte havia novas eleições: para a direção de habitação, comércio, indústria e serviços municipais. Comissários eram nomeados para cada cargo-homens em jaquetas de couro negro, que pouco se barbeavam e dormiam menos ainda, com poderes ilimitados e uma vontade de ferro, intimidantes com sua postura e seus revólveres. Típicos portadores de ações baratas do governo, conheciam a natureza amedrontada dos burgueses e, quando a estes se dirigiam, faziam-no sem a menor piedade e com sorrisos mefistofélicos, como se a ladrões insignificantes pegados em flagrante. Essas eram as pessoas que reorganizavam tudo de acordo com o plano e, de empresa a empresa, de companhia a companhia, implantavam o bolchevismo⁶².

A esse controle físico do poder foi dada uma infra-estrutura de decreto-lei. 10 de novembro: o Código de Hierarquia de Pedro o Grande foi abolido. 22 de novembro: buscas nas casas foram autorizadas; casacos de pele confiscados. 11 de dezembro: todas as escolas passaram do controle da Igreja para o do Estado. 14 de dezembro: monopólio estatal de todas as atividades bancárias; todas as indústrias submetidas ao "controle dos trabalhadores". 16 de dezembro: toda a hierarquia do Exército abolida. 21 de dezembro: novo código de lei para as "cortes revolucionárias". 24 de dezembro: nacionalização imediata de todas as fábricas. 29 de dezembro: suspensão de todos os pagamentos de juros e dividendos; retiradas bancárias estritamente limitadas. Como disse o romancista Ilya Ehrenburg: "Toda manhã os habitantes estudavam com cuidado os novos decretos ainda molhados, amassados, colados aos muros: queriam saber o que era permitido e o que era proibido"⁶³.

Mas, mesmo nesse estágio, algumas dessas manobras-chave para a consolidação do poder não se refletiam nos decretos-lei públicos. Nos estágios iniciais da sua tomada do poder, Lênin dependia inteiramente dos grupos armados que Trotsky tinha organizado através do Soviete de Petrogrado. Eles eram compostos em parte por jovens rufiões motivados politicamente, os "homens em jaqueta de couro negro", em parte por desertores, em sua maioria cossacos. Uma testemunha ocular descreveu a cena nas dependências do Instituto Smolny, onde inicialmente os bolcheviques operaram: "O *Bureau* estava abarrotado de casacões caucasianos, gorros de pele, pelerines de feltro, galões, punhais, bigodes negros brilhantes, olhos grandes e surpresos, e odor de cavalos. Essa era a *élite* de talvez quinhentos homens dirigida por oficiais 'ativos'. De gorro na mão, professavam sua lealdade à revolução"⁶⁴. Esses homens eram eficientes na ação de intimidar a república desmoronante. Mas, para reforçar a nova ordem, algo mais sofisticado e mais cruel deveria ser adotado. Lênin precisava de uma polícia política.

Acreditando, como acreditava, que a violência era um elemento essencial à revolução, Lênin nunca se intimidou diante da utilização do terror. Herdou duas tradições que justificavam o terror. Da Revolução Francesa, ele podia citar Robespierre: "O atributo do governo popular na revolução é ao mesmo tempo *virtude e terror*, virtude sem a qual o terror é fatal, terror sem o qual a virtude é impotente. O terror nada mais é do que justiça imediata, severa, inflexível; esta é, assim, uma emanção da virtude"⁶⁵. Desvencilhando-se da desastrosa história do poder revolucionário, Marx tinha dado seu apoio específico e não qualificado ao método. Havia,

como ele disse, “somente um meio de restringir, simplificar e localizar a agonia sangrenta da velha sociedade e as dores de parto sangrentas da nova, somente um meio — o terror revolucionário”⁶⁶. Mas Marx disse coisas diferentes em tempos diferentes. Os marxistas ortodoxos alemães não aceitavam que o terror fosse indispensável. Um ano depois da tomada do poder por Lênin, Rosa Luxemburg, no seu programa do Partido Comunista Alemão de dezembro de 1918, declarou: “A revolução proletária não precisa de terror para cumprir seus propósitos, ela detesta e abomina o assassinato”⁶⁷. Uma das razões pelas quais ela se opôs a que a *vanguarda* de Lênin tentasse apressar o processo histórico da revolução proletária foi precisamente porque ela achava que ele seria tentado a usar o terror — como sugeria o texto marxista — como um atalho cujo pano de fundo era a autocracia czarista, a barbárie russa generalizada e o desprezo russo pela vida.

A verdadeira tragédia da revolução leninista, ou melhor, uma das suas muitas tragédias, foi o fato de que ela reviveu o método selvagem nacional do governo que estava praticamente desaparecendo. Nos oitenta anos que precederam 1917, a média do número de pessoas executadas no Império Russo era de 17 por ano, e o grande volume dessas execuções ocorreu no início desse período⁶⁸. A Rússia do tempo da guerra nos últimos anos dos czares era, em algumas maneiras, mais liberal do que a Grã-Bretanha e a França na mesma situação. A República aboliu a pena de morte, embora Kerensky a tivesse restaurado no *front* em setembro de 1917. A maioria dos camaradas de Lênin se opunha a isso. A maioria dos assassinatos do início da era bolchevique foi obra de marinheiros que mataram dois ex-ministros no dia 7 de janeiro de 1918 e executaram um massacre de três dias no mês seguinte, em Sebastopol; ou eram matanças indiscriminadas de camponeses em localidades remotas⁶⁹.

Custa-se a acreditar que Lênin não tenha decidido utilizar logo no início o terror e o poder da polícia opressiva; que não tenha sido endossado pelo seu principal agente militar, Trotsky; e que era como Rosa de Luxemburgo receava: uma parte inevitável do seu enfoque ideológico da tomada e manutenção da autoridade e o tipo de estado centralizado que ele estava decidido a criar. E isso, por sua vez, era parte do caráter de Lênin: aquela vontade de poder que ele tinha em abundância absolutamente extraordinária. Em 1901, Lênin avisou: “Em princípio, nós nunca renunciamos ao terror e não podemos a ele renunciar”⁷⁰. De outra vez: “Perguntaremos ao homem: que posição você toma na revolução? Você é a favor ou é contra? Se ele é contra, nós o colocaremos no paredão”. Logo depois de chegar ao poder, ele perguntou: “Será impossível encontrar entre nós um Fouquier-Tinville para domar nossos selvagens contra-revolucionários?”⁷¹ O número de vezes que Lênin, como chefe de governo, começou a usar tais expressões como “fuzile-os”, “pelotão de fuzilamento”, “contra o paredão”, sugere um apetite temperamental crescente por métodos extremistas.

Também havia uma dissimulação reveladora, ou melhor, uma duplicidade deliberada na maneira como Lênin criou um instrumento a ser usado, caso necessário, no terror contra-revolucionário. A força armada original bolchevique, como já foi explicado, era o Comitê Revolucionário Militar de Trotsky, do Soviete de Petrogrado. Trotsky não tinha escrúpulos quanto a continuar usando a força, mesmo depois do sucesso da revolução: “Nós não entraremos no reinado do socialismo com luvas brancas e sobre um chão polido”⁷². Logo depois de 25-26 de outubro de 1917, esse comitê tornou-se um subcomitê do Executivo Central que recebeu encargos de segurança que incluíam o combate à “contra-revolução”, definida como “sabotagem,

escamoteamento de suprimentos, assaltos deliberados a cargas, etc.” A constituição desse comitê tornou-se pública num decreto do *Sovnarkom* de 12 de novembro de 1917⁷³. Como uma de suas funções era interrogar os suspeitos, foi criada uma seção especial sob o comando de Felix Dzerzhinsky, um polonês fanático encarregado da segurança em Smolny. Mas quando, em 7 de dezembro de 1917, o Comitê Militar foi finalmente dissolvido por um outro decreto do *Sovnarkom*, a seção de Dzerzhinsky permaneceu, tornando-se a “Comissão Extraordinária de toda a Rússia” (Cheka), encarregada de combater “contra-revolução e sabotagem”. O decreto que criou a Cheka não veio a público até mais de dez anos depois (*Pravda*, 18 de dezembro de 1927); portanto, a força de segurança permaneceu uma polícia secreta no sentido mais puro, já que sua verdadeira existência não foi oficialmente reconhecida⁷⁴.

Não havia dúvidas de que, desde o início, a Cheka estava destinada a usar de crueldade absoluta e em grande escala. Uma semana antes de sua existência oficial, embora secreta, Trotsky foi questionado sobre o crescente número de prisões e buscas. Ele as defendia diante do Congresso de Deputados de Camponeses de Toda a Rússia, insistindo na idéia de que “exigências de suprimir todas as repressões em tempo de guerra civil são exigências de abandonar a guerra civil”⁷⁵. A Cheka tinha um comitê de oito pessoas subalternas a Dzerzhinsky, e Trotsky rapidamente preencheu com fanáticos esses cargos e também os quadros de inspetores mais categorizados e ativos. Muitos deles eram indivíduos poloneses ou letões, tais como o sinistro Latsis, ou “Peters”, irmão de Peter, o Pintor do Cerco da rua Sidney, autor de uma série de assassinatos em Houndsditch e Kedrov, um sádico que repentinamente enlouquecia. A velocidade com que a força se expandiu era aterrorizante. Ela recrutou pessoal com incrível rapidez, de dezembro de 1917 a janeiro de 1918, e um de seus primeiros atos foi criar um serviço de inteligência em todo o território nacional, pedindo a todos os soviets locais “informações sobre organizações e pessoas cuja atividade estivesse diretamente voltada contra a revolução e autoridade popular”. O decreto insinuava que os Soviets locais deveriam por si mesmos criar comitês de segurança que submetessem relatórios aos agentes profissionais, e desde o início a Cheka foi ajudada por uma horda crescente de informantes, trabalhando como amadores ou sob o regime de meio expediente. Mas os quadros dos informantes de tempo integral cresceram inexoravelmente. A polícia secreta do czar, a Okhrana, havia chegado a 15.000 homens, o que a tornara, de longe, a maior corporação dessa natureza no Velho Mundo. Em contraste, a Cheka, em três anos de existência, tinha uma força de 250.000 agentes permanentes⁷⁶. Suas atividades eram de ampla escala. Enquanto os últimos czares tinham executado uma média de 17 pessoas por ano (por todo o tipo de crime), até 1918-19 a Cheka já tinha chegado à média de mil execuções por mês, apenas por razões políticas⁷⁷.

Esse número é certamente um cálculo subestimado — por uma razão intrínseca à iniquidade do sistema criado por Lênin. Quase imediatamente após o nascimento da Cheka, um decreto criou um novo tipo de “tribunal revolucionário” para julgar aqueles que “organizassem levantes contra a autoridade do Governo dos Trabalhadores e dos Camponeses, ou que a ele se opusessem ou desobedecessem ou incitassem outros a desobedecê-lo ou a ele se opor” e os funcionários públicos culpados de sabotagem ou omissão. O tribunal estava autorizado a estabelecer penalidades de acordo com as “circunstâncias do caso e os ditames da consciência revolucionária”⁷⁸. Esse decreto marcou o fim da supremacia da lei no novo estado de Lênin, então com duas semanas de vida, e que passou a se encaixar no sistema da

Cheka. No regime dos czares, a Okhrana tinha o poder de prender, mas também tinha de entregar o prisioneiro às cortes para um julgamento público, e as sentenças eram proferidas pela autoridade civil comum. Sob o regime de Lênin, a Cheka controlava as cortes especiais (que se reuniam secretamente) e emitia seus veredictos. Uma vez que um homem caísse nas mãos da Cheka, sua única garantia eram os “ditames da consciência revolucionária”. Quando a Cheka prendia, julgava, condenava e punia suas vítimas, o número delas não era registrado numa lista confiável. A poucas semanas de sua criação, a Cheka estava operando seus primeiros campos de concentração ou de trabalhos forçados. Esses surgiram de um decreto da *Sovnarkom* que arrebanhava “homens e mulheres burgueses”, enviando-os para cavar trincheiras defensivas em Petrogrado⁷⁹. Os campos eram construídos para abrigá-los e vigiá-los. Uma vez que a Cheka passou a supervisionar os programas de trabalhos forçados, seus campos-prisão começaram a proliferar, ou nas periferias das cidades ou perdidos no interior do país — o núcleo do que viria a ser o gigantesco “Arquipélago Gulag”. Lá pelos fins de 1917, quando Lênin estava no poder, há apenas nove ou dez semanas, seria correto dizer que a Cheka já era um “Estado dentro do Estado”; em alguns casos, ela era inclusive o próprio Estado.

Podemos descartar a noção de que suas origens e crescimento fossem contrários ao desejo de Lênin. Todas as provas que possuímos apontam na direção oposta⁸⁰. Foi Lênin quem esboçou todos os decretos-chave, e Dzerzhinsky nunca deixou de ser uma criação sua. Na verdade foi Lênin quem, pessoalmente, infundiu o espírito de terror na Cheka e também foi ele quem, de janeiro de 1918 em diante, constantemente forçou a Cheka a ignorar as dúvidas e os sentimentos humanitários de outros bolcheviques, incluindo vários membros do *Sovnarkom*. Quando Lênin transferiu, por motivos de segurança, o governo de Petrogrado para Moscou e colocou o *Sovnarkom* dentro do Kremlin, ele deu força a Dzerzhinsky para criar seu próprio Órgão independente do *Sovnarkom*. Um grande edifício de uma companhia de seguros foi ocupado na Praça Lubyanka; dentro dele, uma “prisão secreta” foi construída para suspeitos políticos; daí em diante a Cheka tornou-se um departamento independente, reportando-se diretamente a Lênin. Ele deixou bem clara a sua vontade aos funcionários da Cheka. Em janeiro de 1918, três meses antes de a guerra civil ter começado, ele defendia a idéia de “atirar para matar *in loco* um entre cada dez julgados culpados de vadiagem”. Uma semana mais tarde, exortou a Cheka publicamente: “Até que apliquemos o terror — aos especuladores — matando-os *in loco* — não conseguiremos nada”. Poucas semanas depois ele exigiu “a prisão e o fuzilamento dos subornáveis, dos escroques, etc.”. Qualquer infração dos decretos-lei teria de receber “a mais severa punição”⁸¹. Em 22 de fevereiro, ele autorizou a Cheka a proclamar uma ordem aos soviets locais segundo a qual estes deveriam “buscar, prender e fuzilar imediatamente” uma série de categorias de “inimigos, especuladores, etc.”⁸². Acrescentou a esse decreto geral suas instruções pessoais. Assim, em agosto de 1918, Lênin telegrafou ao Soviete de Nizhni-Novogorod: “Vocês devem empregar todos os esforços, formar uma *troika* de ditadores... introduzir imediatamente um terror de massa, fuzilar e deportar ex-oficiais, centenas de prostitutas que fazem dos soldados uns bêbados, etc. Não se deve perder um minuto”⁸³. Seu exemplo inspirou outros. No mês seguinte, o jornal do exército proclamou: “Sem piedade, sem hesitação, erradicaremos nossos inimigos às centenas, que sejam aos milhares, que se afoquem em seu próprio sangue... que haja enchentes de sangue dos burgueses”⁸⁴. As incitações de Lênin trouxeram seus resultados. Nos primeiros seis

meses de 1918, de acordo com os registros oficiais, a Cheka executou somente 22 prisioneiros. Na segunda metade do ano ocorreram seis mil execuções e nos 12 meses de 1919, mais ou menos dez mil. W.H. Chamberlain, o primeiro historiador da Revolução, uma testemunha ocular, calculou que por volta de 1920 a Cheka tinha aplicado cinquenta mil sentenças de morte⁸⁵.

Entretanto, do ponto de vista histórico, a mais importante e perturbadora característica do terror de Lênin não foi a quantidade de vítimas, mas o princípio usado para selecioná-las. Alguns meses após ter tomado o poder, Lênin tinha abandonado a idéia de culpa individual e também toda a ética judaico-cristã de responsabilidade pessoal. Ele estava deixando de se interessar pelo que um homem fazia ou tivesse feito — sem falar no *porquê* — e passou inicialmente a encorajar e depois a ordenar ao seu aparato repressivo de caça às pessoas que as destruísse, não com base em crimes, reais ou imaginários, mas com base em generalizações, boatos, rumores. As primeiras categorias a ser condenadas: “prostitutas”, “vagabundos”, “caixeiros-viajantes”, “especuladores”, “monopolizadores”, todos aqueles que se poderiam vagamente chamar de criminosos. Logo em seguida foram incluídas outras categorias. O ponto crucial foi atingido com o decreto de Lênin, em janeiro de 1918, conclamando as agências do Estado a “purgar a terra russa de todos os tipos de insetos danosos”. Isto não foi um ato judicial: foi um convite ao assassinato em massa. Muitos anos depois, Alexander Solzhenitsyn fez uma lista de alguns dos grupos condenados à destruição como “insetos”. Incluía “ex-membros da *zemstvo*”⁸⁶, pessoas dos movimentos Cooper, proprietários de imóveis, professores de ginásio, conselhos paroquiais e coros, padres, monges e freiras, pacifistas tolstoinianos, funcionários de sindicatos — todos classificados como “pessoas ultrapassadas”⁸⁷. Bem logo os decretos-lei de grupos condenados se estendeu a classes inteiras, e a idéia de eliminar pessoas coletivamente, e não individualmente, foi aceita com entusiasmo pelos profissionais da Cheka. Provavelmente o oficial da Cheka mais importante, depois de Dzerzhinsky, era o feroz letão M.Y. Latsis. Ele é o que mais se aproximou da verdadeira definição de Lênin:

A Comissão Extraordinária não é uma comissão de investigação nem um tribunal. É um órgão de luta atuando na frente de batalha de uma guerra civil. Não julga o inimigo: abate-o... Nós não estamos lutando contra indivíduos. Estamos exterminando a burguesia como uma classe. Nós não estamos procurando evidências ou testemunhas que revelem feitos ou palavras contra o poder soviético. A nossa primeira pergunta é: a que classe o indivíduo pertence, quais são suas origens, criação, educação ou profissão? Estas perguntas definem o destino do acusado. Esta é a essência do Terror Vermelho⁸⁸.

Uma vez que Lênin tinha abolido a idéia de culpa pessoal e começado a “exterminar” (uma palavra freqüentemente usada) classes inteiras, meramente em função da profissão ou parentesco, não havia limites para que seus princípios mortais não fossem levados adiante. Não poderiam categorias inteiras de pessoas ser classificadas como “inimigas” e condenadas à prisão ou ao massacre simplesmente graças à cor de suas peles, ou a suas origens raciais ou até a suas nacionalidades? Não há qualquer diferença moral essencial entre a luta de classes e a luta de raças, entre destruir uma classe e destruir uma raça. Assim nasceu a prática moderna do genocídio.

Enquanto a Cheka se organizava, Lênin continuava a liquidar o legado democrático da República. A Assembléia Constituinte tinha sido eleita em 12 de novembro de 1917. Lênin deixou clara a sua posição, no dia 1º de dezembro: "Solicitaram-nos que reuníssemos a Assembléia Constituinte como concebida originalmente. Não, muito obrigado! Ela foi concebida contra o povo e nós fizemos o levante para ter a certeza de que ela não será usada contra o povo"⁸⁹. Em sua "Tese sobre a Assembléia Constituinte", publicada anonimamente no *Pravda*, em 13 de dezembro, ele contrastava um parlamento que, "numa república burguesa... é a mais alta forma do princípio democrático", com um Soviete, que "é uma forma ainda mais alta do princípio democrático". Daí a dedução de que "qualquer tentativa... de focar... a Assembléia Constituinte de um ponto de vista jurídico e formal dentro de uma estrutura democrática burguesa" era traição ao proletariado. A menos que a Assembléia fizesse "uma declaração incondicional de aceitação do poder do Soviete", ela enfrentaria uma crise que seria "resolvida apenas por meios revolucionários"⁹⁰. Isso não era apenas um argumento, mas uma declaração grosseira de Lênin, segundo a qual o seu regime não aceitaria qualquer forma de controle democrático por um parlamento. Quatro dias passados, com o objetivo de fortalecer seu propósito, ele prendeu o líder da ala direita dos Revolucionários Sociais, Avksientiev e seus seguidores, alegando a "organização de uma conspiração contra-revolucionária"⁹¹.

Quando a Assembléia se reuniu em 5 de janeiro de 1918, Lênin já tinha organizado os pontos essenciais de um regime repressivo, embora ainda numa pequena escala (a Cheka tinha apenas 120 agentes em tempo integral) e, portanto, em posição de tratar o Parlamento com o desprezo de que ele o achava merecedor. Lênin nada demonstrou, embora tivesse o *script* pronto até a última linha. O local estava "vigiado" pelos marinheiros da Armada do Báltico, o mais extremista dos grupos armados à disposição de Lênin. O *Izvestia*⁹² tinha avisado aos deputados, no dia anterior à reunião, que "todo o poder da república russa pertence aos Sovietes e às instituições soviéticas", e que, se eles tentassem "usurpar esta ou aquela função do poder estatal", seriam tratados como contra-revolucionários e "esmagados por qualquer meio à disposição do poder soviético, incluindo o uso da força armada"⁹³. Tão logo os deputados se reuniram, o capanga de Lênin, Sverdlov, expulsou da tribuna seu membro mais antigo, que por uma tradição russa deveria abrir a cerimônia, e tomou-lhe o lugar. Seguiu-se um longo debate, que culminou com a votação, após a meia-noite, de 237 a 138 votos negativos aos bolcheviques e seus aliados. Os bolcheviques então se retiraram, seguidos uma hora depois pelos seus partidários, os SRs de esquerda. Às cinco horas da manhã do dia 6 de janeiro, obedecendo a instruções diretas de Lênin, o marinheiro encarregado da guarda dirigiu-se à Assembléia para avisar que a reunião deveria se encerrar "porque a guarda estava cansada". Ela foi suspensa por 12 horas e nunca mais voltou a se realizar já que, mais tarde, naquele mesmo dia, depois de um discurso de Lênin, o Comitê Executivo Central dissolveu formalmente a Assembléia e colocou uma guarda na entrada, a fim de avisar aos deputados que voltassem para as suas casas. Uma demonstração pacífica a favor do Parlamento foi dispersada, tendo vários de seus participantes sido assassinados⁹⁴. Assim, rápida e brutalmente, Lênin destruiu a democracia parlamentar na Rússia. Três dias depois, no mesmo local e sob a presidência de Sverdlov, os Sovietes se reuniram para sancionar as decisões do regime.

No fim de janeiro de 1918, depois de 12 semanas no poder, Lênin já tinha estabelecido sua ditadura, tão bem solidificada que nada, senão uma intervenção

externa, poderia destruí-la. Claro que nesse momento os alemães estavam numa posição de derrubá-lo sem a menor dificuldade. Eles estavam avançando rapidamente em todos os *fronts*, sem encontrar muita resistência. Mas no dia 3 de março, depois de derrotar Trotsky e outros colegas numa discussão sobre a postura de “nem guerra nem paz” até que a revolução dos trabalhadores alemães eclodisse, Lênin assinou um termo de paz imposto pelos alemães. Daí por diante, pelo resto da guerra, os alemães mantiveram o interesse de apoiar Lênin. Como disse o almirante Paul von Hintze, ministro do Exterior, em julho de 1918: “Os bolcheviques são a melhor arma para manter a Rússia no caos, facilitando assim a Alemanha em sua determinação de arrancar tantas províncias quantas quizer do antigo Império Russo e governar o resto através de um controle econômico”⁹⁵.

Por razões ao mesmo tempo semelhantes e opostas, os Aliados estavam ansiosos para derrubar Lênin e trazer a Rússia de volta para a guerra. Entretanto, Lênin estava claramente disposto a entrar em acordo com os alemães, cuja ameaça era para ele próxima e imediata, muito mais do que a dos Aliados, que era distante e dividida em seus objetivos. Já em 14 de dezembro de 1917, o gabinete de guerra britânico decidira bancar os antibolcheviques, “com o propósito de manter viva a resistência aos Poderes Centrais na Rússia do sudeste”. A 26 de dezembro, a Grã-Bretanha e a França dividiram a Rússia em esferas de influência com essa finalidade, ficando o sul com a França e o norte com a Grã-Bretanha⁹⁶. Em março de 1918, as primeiras tropas britânicas dirigiram-se para Archangel e Murmansk, com o objetivo inicial de proteger seus depósitos de guerra lá situados. Após o armistício alemão, os Aliados continuaram com suas intervenções, pois Lênin tinha assinado uma paz em separado com o inimigo, enquanto Winston Churchill tinha esperança de persuadir o Conselho dos Dez, em Paris, a declarar guerra formalmente ao regime bolchevique⁹⁷. No final de 1918, havia 180.000 soldados aliados no território russo — britânicos, franceses, americanos, japoneses, italianos e gregos, assim como servos e contingentes tchecos — mais trezentos mil homens de várias forças russas antibolcheviques mantidas com dinheiro, armas e consultores técnicos aliados. Pode-se perguntar: gozando de um apoio popular frágil, quase inexistente na Rússia, como o regime de Lênin conseguiu sobreviver?

Uma resposta curta é a de que o regime foi quase extinto no final do verão e princípio do outono de 1919. Não havia nada de inevitável em sua resistência. Um número de fatores, os mais variados, trabalhou a seu favor. Em primeiro lugar, com uma exceção, nenhum dos estadistas aliados envolvidos conseguiu apreender o enorme significado da criação desse novo tipo de ditadura totalitária ou o efeito a longo prazo da sua implantação no coração do maior poderio territorial do mundo. A exceção era Winston Churchill. Com seu forte sentido histórico, percebeu que algum tipo de rachadura fatal estava se aproximando. O que o fez chegar a essa conclusão não foi somente o assassinato de toda a família real russa a 16 de julho de 1918, sem nenhum tipo de julgamento ou justificativa, mas também a audácia de Lênin ao orientar seus homens a invadirem a Embaixada Britânica e assassinar o adido naval, capitão Crombie, em 31 de agosto do mesmo ano. Para Churchill, um novo tipo de barbarismo tinha surgido, indiferente a qualquer padrão de lei, costumes, diplomacia ou honra até então observado pelo mundo civilizado. Ele disse ao gabinete que Lênin e Trotsky deveriam ser capturados e enforcados, “como objetos da ação direta da justiça, por mais tempo que isso levasse, e deveriam sentir que esse castigo tornar-se-ia uma meta importante da política britânica”⁹⁸. Ao dirigir-se a seus

eleitores em Dundee, a 26 de novembro de 1918, ele disse que os bolcheviques estavam reduzindo a Rússia a “um barbarismo animal”, mantido através de “carnificinas sangrentas e generalizadas, assassinatos em larga escala sob torturas chinesas, e carros blindados... A civilização se extingue aos poucos em áreas gigantescas, enquanto os bolcheviques saltam e cambalhotam como babuínos ferozes entre as ruínas de cidades e cadáveres de suas vítimas”. “De todas as tiranias na história”, registrou ele em 11 de abril de 1919, “a tirania bolchevique é a pior, a mais destrutiva, a mais degradante”. As atrocidades de Lênin eram “incomparavelmente mais hediondas, numa escala muito maior e numerosa do que qualquer outra sob a responsabilidade do *kaiser*”. Suas observações, para seus colegas em particular, eram de igual veemência. Para Lloyd George: “Você poderia tanto legalizar a sodomia como reconhecer os bolcheviques”. Para H.A.L. Fisher: “Depois de conquistar todos os hunos — os tigres do mundo — eu não me submeterei a ser vencido pelos babuínos”. Uma vez o regime consolidado, ele se tornará muito mais expansionista do que a Rússia czarista e, como Churchill avisou ao marechal de campo Wilson, “altamente militarista”⁹⁹. Churchill nunca duvidou de que o objetivo principal da política das grandes potências democráticas e pacíficas deveria ser a destruição desse novo tipo de ameaça enquanto ainda fosse possível.

Mas mesmo Churchill estava confuso sobre que medidas tomar. Ele se ressentia das informações fornecidas à imprensa por seus colegas, segundo as quais ele tinha algum grande plano para erradicar o bolchevismo do mundo. Escreveu a Lloyd George (21 de fevereiro de 1919): “Eu não tenho uma política russa. Eu não conheço nenhuma política russa. Eu fui a Paris em busca de uma política russa! Eu deploro a falta de uma política russa”. Ele admitia que não era função do Ocidente destronar Lênin: “A Rússia deve ser salva pela ação russa”¹⁰⁰. Todos os outros líderes ocidentais, em graus variados, estavam reticentes sobre o assunto. Em 14 de fevereiro de 1919, Wilson disse que era a favor da retirada: “Nossas tropas não faziam nenhum bem à Rússia. Elas não sabiam por quem, nem por que estavam lutando”. Os franceses estavam mais interessados em transformar seu novo aliado, a Polônia, numa grande potência. Lloyd George pensava em termos de política interna: “A única maneira de espalhar o bolchevismo era tentar suprimi-lo. Enviar nossos soldados para matar os bolcheviques seria o mesmo que importar o bolchevismo”. Sir David Shackleton, do Ministério do Trabalho, preveniu o Gabinete, em junho de 1919, de que a intervenção britânica era a causa central da inquietação industrial. O Ministério da Guerra foi avisado do “falatório revolucionário da Brigada da Guarda” e o general Iroside, encarregado de Archangel, telegrafou para Inglaterra fornecendo notícias de motins “muito persistentes e obstinados” entre suas próprias tropas¹⁰¹.

Nada disso teria muita importância, se Lloyd George, em especial, tivesse encarado o leninismo como o mal supremo. Mas ele não o fez. O leninismo ficou como uma autodeterminação e estava preparado para perder; já tinha inclusive perdido todas as pequenas nações ao seu redor: Finlândia, os Estados Bálticos, a Polônia, possivelmente a Ucrânia, a Criméia e as Repúblicas de Geórgia. O marechal Foch, em nome dos franceses, falava em fundir esses novos estados democráticos em um *cordon sanitaire* que impedisse o avanço do bolchevismo na Europa civilizada. Diferentemente de Churchill, a maioria das opiniões ocidentais via os bolcheviques como não-expansionistas, ajustados a uma Rússia menos poderosa, observando as leis internacionais. Para eles, os comandantes antibolcheviques, almirante Kolchak e o general Denikin eram os representantes do imperialismo czarista, a velha imagem

amedrontadora do “Urso”, o “Rolo Compressor Russo”, e assim por diante. Este ponto de vista não era de todo infundado. Kolchak, persistentemente, recusou-se a dar aos Aliados a certeza que eles queriam sobre a confirmação da independência da Finlândia e dos Estados Bálticos, depois que ele, Kolchak, tivesse derrubado Lênin. Ele nem sequer prometeria a permissão de eleições democráticas na Rússia. Denikin mostrou-se fortemente antipolonês e se opunha veementemente à liberdade para os ucranianos, para o Cáucaso e outras pequenas nações. Parecia que queria restabelecer o império czarista em toda a sua plenitude e, ainda pior, com toda a sua ferocidade tradicional. O que denegriu a imagem dos Russos Brancos no Ocidente, mais do que qualquer coisa, foi a identificação feita por Denikin do bolchevismo com o povo judeu e as atrocidades anti-semitas de seus soldados: durante 1919, mais de cem mil judeus parecem ter sido assassinados no sul da Rússia, sem que todos eles tivessem sido vítimas de *pogroms* camponeses.

Os comandantes antibolcheviques, na verdade, nunca se ajustaram aos Aliados ou às nacionalidades oprimidas. Daí o fato de que, quando Denikin tomou Kiev, em 31 de agosto de 1919, e começou sua marcha em direção a Moscou, as forças aliadas já estavam sendo evacuadas no norte, permitindo que quantidades de soldados de Lênin se dirigissem para o sul. Outra vez, em 16 de outubro de 1919, as tropas do general Yudenich estavam apenas a 25 milhas de Petrogrado, encontrando-se Denikin perto de Tula, a oeste de Moscou: em uma semana seus cossacos tinham desertado, havia manifestações nacionalistas na Ucrânia e uma rebelião geral no Cáucaso. A partir daquele momento, a maré dos Russos Brancos começou a retroceder e, no final do ano, a sua causa havia terminado.

A única maior vantagem de Lênin era sua vontade de distribuir cheques pré-datados, não apenas para os nacionalistas, mas sobretudo para os camponeses. Ninguém sabia então que nenhum deles seria honrado. Os líderes Brancos sentiram que não podiam competir com essas promessas. O general *sir* Henry Rawlinson, o último comandante britânico no local, achou que a vitória se devia ao caráter e à determinação dos líderes bolcheviques: “Eles sabem o que querem e trabalham duro para consegui-lo”¹⁰². Havia apenas poucos milhares de quadros bolcheviques, mas Lênin os impregnou com sua vontade de poder e lhes deu uma visão clara daquilo por que teriam de lutar. Eles ainda não tinham começado a se assassinar mutuamente. Eram absolutamente impiedosos — muito mais do que seus oponentes — em eliminar comandantes faltosos, desertores, covardes, sabotadores e qualquer um que discutisse ou criasse problemas. Tal ferocidade, é lamentável registrar, quase sempre funcionou entre os russos; e, sem dúvida, foram os russos que compuseram o grosso da sustentação de Lênin. Os elementos realmente intransigentes, as minorias e as nacionalidades raciais estavam por trás dos Brancos, que não foram capazes de fazer qualquer concessão a elas. A conjunção foi fatal.

Lênin, entretanto, tinha seus amigos secretos no exterior. As ligações de interesse próprio, estabelecido entre seu regime e o militar alemão, em novembro de 1917, parecem ter sido mantidas, embora algumas vezes de uma forma discreta, mesmo após o armistício. A ajuda militar alemã aos bolcheviques foi frequentemente comentada pelos oficiais britânicos que assessoravam Denikin e outros comandantes Brancos¹⁰³. Essa ajuda logo se traduziu em oficiais do *Freikorps*, munições e, no devido tempo, tecnologia industrial na construção de novas fábricas de guerra. Esse último item foi vital para os alemães, que, sob o Tratado de Versalhes, tiveram de desmantelar sua indústria armamentista. Ao ajudarem secretamente os bolcheviques

em tecnologia de armamentos e ao desenvolverem novas armas na Rússia, eles mantinham uma continuidade das técnicas para quando chegasse o momento certo, ou seja, retomá-las abertamente na Alemanha. Assim se formou uma aliança secreta e estranha, que vinha à tona ocasionalmente, como na Conferência de Rapallo em 1922 ou, ainda mais sensacionalmente, em agosto de 1939, mas que na maior parte do tempo se mantinha oculta: um relacionamento de trabalho de generais, de especialistas em armas, da polícia secreta que continuaria de uma forma ou de outra até 22 de janeiro de 1941. Uma das ironias da História é a de que os especialistas alemães foram os primeiros a ensinar ao comunismo soviético como fazer tanques excelentes, uma arma usada para vencer a Alemanha em 1943-45. Uma ironia ainda maior é a de que isto foi um casamento de classes inimigas: o que poderia ser mais diferente do que generais prussianos e bolcheviques? Mesmo assim, na crise final e nas consequências da guerra, ambos os grupos se viram e certamente foram vistos como bandidos. Havia um espírito de fraternização de gângsteres nos seus acordos, o primeiro de muitos que a Europa vivenciaria nos próximos vinte anos.

O primeiro dentre os cheques pré-datados de Lênin a ser desonrado foi o que ele emitiu para as maiorias nacionais. Aqui, a metodologia era de Lênin, mas o agente que ele usou foi um ex-seminarista, Josef Djugashvili, ou Stálin, nomeado Comissário do Povo do Comissariado de Nacionalidades do Povo (*Narkomnats*). Pela sua carreira afora Lênin mostrou um gênio brilhante, senão sinistro, para dotar palavras e expressões de significados especiais que serviam a seus propósitos políticos — uma habilidade que o século XX usaria de maneira deprimente. Assim como, para Lênin, um parlamento que ele não podia controlar era uma “democracia burguesa”, ao passo que um soviete que ele podia manipular era uma “democracia proletária”, a autodeterminação passou a ter distinções de classe. A Finlândia, os Estados Bálticos, a Polônia foram perdidos pela Rússia. Esses países foram chamados de “repúblicas burguesas”, feita a ressalva de que, num futuro conveniente, quando o poder soviético fosse maior, eles pudessem ser transformados em “repúblicas proletárias”, restabelecendo-se uma relação mais próxima com a União Soviética. A Ucrânia, cujo suprimento de grãos era essencial à sobrevivência do regime, não foi permitido optar por uma “autodeterminação burguesa” e, em 1921-22, depois de terríveis lutas, esse país foi obrigado a aceitar a “autodeterminação proletária”, isto é, tornar-se membro integrante da União Soviética¹⁰⁴.

Stálin aplicou essa técnica para o Cáucaso e para a Rússia Asiática, onde quer que o poder militar bolchevique a tornasse possível. Se a autodeterminação erguesse sua cabeça, era rotulada de “burguesa” e logo sufocada. Esses movimentos dissidentes, como disse ele, eram simples tentativas de “mascarar numa fantasia nacional a luta contra o poder das classes trabalhadoras”. A autodeterminação era um direito “não da burguesia, mas das massas trabalhadoras”, e deveria ser usado somente como um instrumento na “luta pelo socialismo”¹⁰⁵. A verdadeira autodeterminação, isto é, proletária, não podia se manifestar até que alguns Sovietes ou outras instituições proletárias autênticas tivessem sido formadas. Então, cada nacionalidade poderia exercer seus “direitos”. Usando os *Narkomnats*, Stálin criou um sistema para implantar, em cada nacionalidade, funcionários cuja lealdade partidária fosse mais forte do que suas afiliações locais. Esse método foi descrito mais tarde pelo seu deputado Pestkovsky como “apoio às velhas tradições de russificação”¹⁰⁶. Quando, após a derrota de Denikin, um novo Conselho das Nacionalidades foi formado, era apenas o porta-voz das políticas do *Narkomnats* e servia para levar os Sovietes locais e os

órgãos representativos a renunciar “ao direito de se separar” em favor do “direito de se unificar”, outro exemplo dos estratagemas verbais de Lênin¹⁰⁷.

Lá pelo fim de 1920, o ano crucial, todas as nacionalidades que não tinham conseguido escapar foram cuidadosamente trancafiadas dentro do Estado soviético. Veio a vez da Ucrânia, logo que o Exército Vermelho conseguiu o controle nesse território. A chave era o conceito de Lênin sobre a “união voluntária”, com o partido local fornecendo o elemento necessário de “volição” nas ordens vindas da central do partido em Moscou. Graças ao princípio do “centralismo democrático” dentro do partido, Lênin e mais tarde Stálin conseguiram reconstruir o império czarista, cabendo a Stálin expandi-lo. A assim chamada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas criou uma estrutura externa de propaganda que era e ainda é um disfarce do imperialismo da Grande Rússia. Para a constituição da URSS, o primeiro Congresso de Soviotes de Toda a União, em 10 de janeiro de 1923, nomeou uma comissão de 25, incluindo três oriundos da república da Bielorrússia e três da Transcaucasiana, cinco da Ucrânia e cinco das repúblicas autônomas. Mas como cada um deles era um funcionário do partido sob ordens severas superiores, a constituição acabou sendo redigida em Moscou, exatamente pela cúpula (mais precisamente por Stálin). Era uma Constituição federal somente na nomenclatura superficial; apenas deu uma forma legal a uma autocracia supercentralizada, onde todo o poder real saía das mãos de um pequeno grupo governante¹⁰⁸.

As etapas percorridas por Lênin para criar essa autocracia merecem uma descrição mais detalhada por se ter tornado, na sua essência, o modelo sinistro para outros regimes nas seis décadas seguintes. Seus objetivos se desdobravam em quatro. Primeiro, destruir toda a oposição fora do partido; segundo, colocar todo o poder, incluindo o governo, nas mãos do partido; terceiro, destruir toda a oposição dentro do partido; quarto, concentrar todo o poder no partido e em si mesmo e naqueles escolhidos para se associarem a ele. Assim como acontecera com a redação da Constituição e a criação da URSS, todos os quatro objetivos foram perseguidos simultaneamente, embora alguns tivessem sido obtidos com mais rapidez do que outros.

A eliminação de toda a oposição não partidária não era um problema, uma vez que Lênin tinha conseguido organizar a Cheka. A Constituição de 1918, elaborada por Stálin sob a tutela de Lênin, incorporava a “ditadura do proletariado” descrita por Lênin como “um exemplo especial do uso da força, nada mais”¹⁰⁹. Não continha salvaguardas constitucionais e a ninguém dava qualquer direito contra o Estado. O poder do Estado era ilimitado, indivisível e absoluto — nenhuma separação entre legislativo e executivo, nem a independência do judiciário. Lênin menosprezava a antítese entre o indivíduo e o Estado como uma heresia da sociedade de classes. Numa sociedade sem classes, o indivíduo *era* o Estado. Portanto, como poderiam estar em conflito? A não ser que o indivíduo fosse um inimigo do Estado. Por conseguinte, não havia o que se chama de igualdade de direitos ou um homem, um voto. Votar no Congresso de Soviotes de Toda a Rússia implicava uma divisão arbitrária de zonas eleitorais nas quais os soviotes municipais elegiam um representante para cada grupo de 25.000 eleitores, enquanto que nos soviotes rurais, (onde os bolcheviques eram mais fracos), havia um deputado para cada 125.000 habitantes. Categorias inteiras de pessoas, assim como inúmeros indivíduos, estavam proibidos de votar (e de todos os outros “privilégios” civis) e a Constituição incluía entre “seus princípios gerais”, a observação lacônica: “No interesse geral da classe trabalhadora,

[o Estado] priva os seus indivíduos ou grupos separados de quaisquer privilégios que por eles possam ser usados em detrimento da revolução socialista”¹¹⁰.

Embora os bolcheviques controlassem todos os órgãos “representativos” desde as primeiras semanas de 1918, alguns políticos opositores permaneceram por um tempo, embora milhares tivessem sido fuzilados durante a guerra civil. Em maio de 1920, membros de uma delegação do Partido Trabalhista britânico que visitava Moscou conseguiram, de acordo com Bertrand Russell, “completa liberdade para visitar políticos de partidos da oposição”¹¹¹. Seis meses depois, o oitavo Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia foi o último a admitir delegados auto-intitulados ou mencheviques ou revolucionários sociais, e mesmo esses tinham há muito perdido o direito de voto. Nessa época, Martov, o único importante social-democrata remanescente, tinha abandonado a Rússia e denunciado o bolchevismo no congresso de Halle, de socialistas alemães independentes.

O último desafio verdadeiro ao regime, oriundo de fora do partido, veio do motim de Kronstadt, no dia 28 de fevereiro de 1921, iniciado no couraçado *Petropavlovsk*. Marinheiros sempre foram revolucionários impetuosos. Eles realmente acreditavam em liberdade e igualdade. Ingenuamente supunham que Lênin também acreditava nisso. Tivessem eles obedecido ao conselho dos poucos ex-oficiais imperiais que permaneceram na Marinha, teriam estabelecido uma cabeça-de-ponte para o continente (Petrogrado estava a 17 milhas de distância) e levado a revolta à capital, exigindo seus direitos pela força. Isso poderia ter sido o fim do regime, já que no início de 1921 o bolchevismo era universalmente antipatizado, como demonstrou o descontentamento dos marinheiros que o condenavam. Eles pediram eleições nos Sovietes por escrutínio secreto, em vez de “levantar as mãos” em “comícios de massa”, e pediram livre campanha eleitoral para os candidatos da oposição. Denunciaram todos os Sovietes existentes como não representativos. Pediram liberdade de expressão e de imprensa para “trabalhadores, camponeses, anarquistas e partidos socialistas de esquerda”, sindicatos livres, liberdade para assembléias, formação de sindicatos rurais, libertação de “todos os prisioneiros políticos socialistas” e qualquer outro preso “ligado a movimentos de trabalhadores e camponeses”, a criação de uma comissão para rever os processos de todos aqueles prisioneiros de campos de concentração, a abolição de “departamentos políticos” na Marinha, Exército e Transporte Público, já que “um único partido não poderia desfrutar do privilégio de propagar suas idéias e receber ajuda financeira do Estado para essa finalidade”, e, por último, o direito dos camponeses de “fazer o que quisessem com a terra”. Eles se opunham a tudo o que Lênin tinha feito desde que tomou o poder. Eram ingênuos, para dizer o mínimo, ao presumir que qualquer uma de suas reivindicações pudesse ser aceita sem a força armada ou, talvez, sem que passassem sobre o cadáver de Lênin.

O fracasso sofrido pelos marinheiros ao tentarem espalhar a revolta no continente deu tempo ao governo de se organizar. A fortaleza foi tomada de assalto, em 18 de março, por forças bolcheviques sob o comando de Tukhachevsky, que cruzou o gelo usando jovens cadetes das escolas militares do Exército, jovens esses que tiveram de ser levados à força por um destacamento de duzentos bolcheviques recrutados do X Congresso do Partido. A opinião do regime era de que o motim tinha sido organizado de fora pelos Guardas Brancos e liderado por ex-oficiais czaristas. Nenhum julgamento público foi feito, mas Lênin cuidadosamente selecionou uma lista de 13 “líderes” a ser publicada, lista que incluía um ex-padre, cinco ex-oficiais e sete camponeses. Centenas, talvez milhares de indivíduos foram assassinados depois

que o motim foi esmagado, embora os detalhes jamais venham a ser conhecidos: o episódio foi enterrado pela historiografia oficial soviética debaixo de uma pirâmide maciça de mentiras¹¹².

Uma vez o motim derrotado, Lênin determinou que não mais toleraria qualquer forma de atividade política fora do partido. Todos aqueles que não pertencessem ao partido eram “nada mais que mencheviques e revolucionários sociais vestindo uma roupa moderna, Kronstadt, não partidária”. Tais monstros, ele acrescentou, “ou serão mantidos na prisão ou enviados para Martov em Berlim, para que desfrutem das amenidades da democracia livre”¹¹³. Depois dessa declaração, em maio de 1921, a Cheka interrompeu qualquer atividade social-democrática; aquele verão marcou a extinção de uma oposição política visível no Estado de Lênin. Este havia dado aos não-comunistas a escolha, ainda hoje existente, sessenta anos passados: silêncio aquiescente ou prisão e exílio.

Ao mesmo tempo que o processo começou, a filiação ao partido tornou-se essencial para a ocupação de qualquer posição importante no Estado e nos seus infinitos órgãos proliferantes. “Como partido governante”, escreveu Lênin em 1921, “nós não podíamos impedir a fusão das ‘autoridades’ soviéticas com as ‘autoridades’ do partido — a nós se fundiram e assim permanecerão”¹¹⁴. E Kamenev: “Nós administramos a Rússia e é somente através dos comunistas que nós podemos administrá-la”. Membros do partido foram instruídos para se apossar “da rede de administração estatal (estradas-de-ferro, mantimentos, controle, exército, cortes de justiça, etc)”, sindicatos e todas as fábricas e oficinas de trabalho, e até os banhos públicos, refeitórios e outros órgãos de bem-estar social, como escolas e comitês de habitação. Em todas as esferas eles iriam constituir “compartimentos organizados” e “voto solidamente unido”¹¹⁵. A filiação ao Partido Comunista era agora essencial; o partido tinha inflado de 23.600 afiliados, em 1917, para 585.000, no início de 1921. Esta data marca o primeiro esforço sistemático para selecionar membros do partido (um “comitê de averiguação central” foi criado em outubro), para expulsar aqueles que não tinham dedicação total, subserviência ou conexões, e para transformar a carteira do partido num privilégio de grande valor a ser conquistado¹¹⁶.

Surgiu então o que é, talvez, a mais importante característica do Estado totalitário comunista: a hierarquia de órgãos do partido na cidade, no distrito, na região e na república, nivelada pela autoridade correspondente no órgão governamental do Estado. O “vanguardismo” da revolução foi agora transformado no “vanguardismo” do governo perpétuo, com o partido tornando-se e permanecendo o que Lênin chamava de “força que lidera e conduz” a sociedade soviética. Em nenhum lugar era o controle do partido mais acentuado que no governo central, principalmente no Sovnarkom, que em teoria deveria responder aos Sovietes. S. Liebermann, um dos experts contratados por Lênin, testemunhou que, em 1921-22, os dois departamentos-chave do governo, os Comissionários do Conselho do Povo e o Conselho do Trabalho e da Defesa, já eram meros sancionadores das decisões tomadas pelo partido¹¹⁷. Lydia Bach, que estudou o processo na época, escreveu em 1923 que o Sovnarkom, “ao deixar de ser um órgão com vontade própria, não faz nada além do que registrar automaticamente decisões tomadas em outros lugares e sancioná-las”¹¹⁸.

Lênin, então, trocou uma classe dominante por outra: o partido. A “nova classe”, denunciada em 1950 pelo dissidente comunista iugoslavo, Milovan Djilas, já existia em 1921-22. Mas se a *vanguard elite*, agora com a força de meio milhão,

chegando num futuro a atingir 15 milhões, desfrutava de privilégios e até de autoridade administrativa, não participava do verdadeiro poder. Isso era apenas usufruído pela vanguarda interna, a elite secreta. Uma das facetas mais deprimentes do regime de Lênin, como temia Rosa Luxemburg, era a reprodução quase que consciente das piores características do czarismo. Os czares também tinham periodicamente feito experiências com um “governo responsável”, um sistema de gabinete semelhante ao Sovnarkom. Pedro, o Grande, tinha tido o seu “Senado”; Alexandre I, o seu “Comitê de Ministros” em 1802; Alexandre II, o seu “Conselho de Ministros” em 1857, e ainda houve um outro tipo de instituição semelhante em 1905¹¹⁹. Em cada um dos casos, a combinação de autocracia com burocracia destruiu o sistema, pois o czar lidava em particular com um ministro de cada vez, ao invés de permitir o funcionamento pleno do gabinete. O sopro do Direito Divino era forte demais para as narinas do czar, como agora o sopro da história e a sua herança, a Ditadura do Proletariado, o eram para Lênin¹²⁰. Na hora da verdade, Lênin não quis um “governo responsável”, nem mesmo qualquer tipo de limitações democráticas, constitucionais ou legais às suas decisões.

Isso queria dizer esmagar toda a oposição dentro do partido, a terceira etapa na construção da autocracia de Lênin. Há que se fazer justiça a Lênin, que sempre disse acreditar num partido pequeno, centralizado, com decisões importantes tomadas por muito poucos. Ele escreveu tudo isso numa carta dirigida aos trabalhadores do partido e datada de setembro de 1902¹²¹. Suas idéias de “centralismo democrático” eram claras e bem conhecidas, embora não definidas oficialmente até uma década após sua morte, em 1934: “(1) aplicação do princípio eletivo a todos os órgãos principais do partido, do mais alto ao mais baixo; (2) prestação de contas periódicas dos órgãos do partido às suas respectivas organizações partidárias; (3) disciplina partidária estrita e subordinação da minoria à maioria; (4) o caráter absolutamente vinculado da decisão dos órgãos superiores sobre os inferiores e sobre todos os membros do partido”¹²². O mais óbvio sobre essa lista é que (3) e especialmente (4) anulam (1) e (2). Na verdade, essa era a prática de Lênin. O Congresso do Partido, soberano pelo menos em teoria, e com reuniões anuais entre 1917 e 1924, realmente não exerceu nenhuma liderança depois de ter ratificado o Tratado de Brest-Litvsk, em março de 1918. Tornou-se mera formalidade, como o Congresso dos Soviotes de Toda a Rússia. O Comitê Central substituiu sua autoridade.

Lênin aproveitou-se do clima de terror dentro do partido, criado pelo motim de Kronstadt, para terminar com qualquer noção restante de democracia. No décimo Congresso do Partido, que aconteceu enquanto os amotinados ainda se rebelavam, ele disse aos delegados (9 de março de 1921) que o momento tinha chegado para tornar o partido monolítico: “Camaradas, não precisamos de nenhuma oposição agora. Agora não é o momento. Ou ficam do lado de cá, ou do lado de lá — com um rifle e não com a oposição! Não mais oposição, camaradas! Chegou a hora de pôr um fim à oposição, de asfixiá-la. Nós já tivemos oposição em demasia!” Eles precisavam acabar com o “luxo de discussões e disputas”. Era “muito melhor ‘discutir com rifles’ do que com as teses da oposição”¹²³.

Sob a influência desse discurso e com a sensação, talvez, de que seriam todos enforcados em breve, se o motim tivesse levado a melhor, os camaradas se concentraram e tomaram uma série de resoluções que deram a Lênin tudo o que ele queria. Incluíram uma cláusula secreta, conhecida como “Ponto Sete”, que dava ao Comitê Central “poderes plenos... de aplicar todas as medidas de sanções do partido,

incluindo a expulsão do mesmo”, quando qualquer “quebra de disciplina ou restauração ou tolerância de divisão” acontecesse. Tal expulsão seria aplicada até a membros do CC¹²⁴, por uma maioria de dois terços dos votos, sem que ele precisasse sequer levar o assunto ao Congresso, o qual abdicou. Além disso, “separatismo” tornou-se uma ofensa do mesmo nível da “contra-revolução”, fazendo com que todas as medidas de repressão recém-criadas, até então reservadas aos inimigos do partido, pudessem ser usadas contra os membros do mesmo, que seriam julgados e condenados secretamente. Alguns daqueles presentes estavam bastante conscientes dos riscos. Karl Radek, que havia comprado um par de sapatos para Lênin, disse ao Congresso: “Ao votar nessa resolução, eu acho que ela pode ser usada contra nós. E, no entanto, eu a apoio... Deixemos o Comitê Central, num momento de perigo, tomar as mais severas medidas contra os melhores camaradas do partido, se ele achar necessário... Deixemos até que o Comitê Central erre! Isso é menos perigoso do que as hesitações que se vêem”¹²⁵. Ele sabia que a democracia partidária estava assinando sua sentença de morte. O que ele (e muitos, muitos outros presentes) não percebeu é que estava assinando a sua própria sentença de morte.

Isso era indubitável porque, até onde o Comitê Central tinha confiscado o poder dos pequenos grupos dentro dele, inclusive de sua própria burocracia, ainda não tinha sido totalmente percebido. sequer nos altos escalões do partido. A burocracia do partido foi uma criação deliberada de Lênin. Ele não tinha somente uma desconfiança, mas um desprezo pela velha burocracia imperial, sobretudo porque ele se sentiu obrigado a usá-la. Ele queria seu próprio quadro de funcionários, mais ou menos como os czares (novamente o paralelo sinistro) tinham desenvolvido a “Chancelaria Pessoal” para driblar o sistema de gabinete e o “governo responsável”¹²⁶. Em 9 de abril de 1919, para lutar contra os “males” da velha burocracia, Lênin publicou um decreto criando o Comissariado de Controle Estatal do Povo, a fim de vigiar os funcionários estatais e substituí-los, quando necessário, por pessoas confiáveis. Como Comissário deste *bureau*, ele nomeou Stálin — na verdade, foi o primeiro cargo de importância de Stálin.

O que Lênin apreciava em Stálin era sua enorme capacidade de incansável trabalho burocrático atrás de uma mesa. Um homem como Trotsky se realizava quando em ação violenta, ou em polêmicas violentas, tanto impressas quanto faladas. O que lhe faltava era a vontade de aceitar a rotina dura, dia após dia, mês após mês, e dirigir a máquina estatal ou partidária. Para isso Stálin tinha um apetite insaciável e, como parece que ele não possuía idéias próprias, ou melhor, que adotava as de Lênin no momento em que lhe eram explicadas, Lênin empilhava mais e mais trabalho sobre a mesa desse ansioso e paciente burro de carga. No oitavo Congresso do Partido, na primavera de 1919, três novas instituições de grande importância surgiram. Essas eram um Comitê Central de seis membros do Secretariado, um *Bureau* de Organização (Orgburo) para dirigir o partido em sua rotina diária, e um *Bureau* Político ou Politburo de cinco, para “tomar decisões em questões urgentes”. Para evitar os perigos de um atrito entre esses três organismos, foi planejado um quadro de membros interligados. O nome de Stálin apareceu tanto na lista do Politburo como na do Orgburo.

Mantendo essa multiplicidade de postos (que incluía participação em diversos outros comitês importantes) e exercendo totalmente a sua capacidade de trabalho, Stálin, nos anos de 1919-21, claramente a mando de Lênin e por ele apoiado, começou a manobrar os homens dentro do labirinto de hierarquias dos órgãos do partido, do

governo e dos Sovietes, com o objetivo de assegurar uma máquina mais homogênea, disciplinada e dócil, totalmente sensível à vontade de Lênin. Stálin adquiriu um conhecimento enorme e detalhado de personalidades na Rússia inteira assim como na capital. No momento em que ficou conhecido como o mais importante distribuidor de empregos, passou a ter seus próprios seguidores. Durante todo esse tempo, foi o instrumento de Lênin. Era um perfeito burocrata, com uma força de vontade imensa, um absoluto senso de direção e que tinha encontrado o seu mestre ideal.

É significativo o fato de que o trabalho de Stálin nos bastidores do partido tenha se tornado visível pela primeira vez no décimo Congresso do Partido, em 1921, quando Lênin obrigou o partido a abdicar do poder. Essa medida, que deu ao Comitê Central o direito efetivo de assinar sentenças de morte para qualquer membro, inclusive os seus próprios, prova que Lênin tinha uma maioria absoluta de dois terços no CC. Stálin se encarregou disso. O novo Comitê Central eleito incluía pessoas a ele intimamente ligadas: Komarov, Mikhailov, Yaroslavsky, Ordzhonikidze, Voroshilov, Puzinze, Molotov, Petrovsky, Tuntal e membros-candidatos como Kirov, Kuibyshev, Chubar e Gusev. Essa era a legião moldável que Stálin tinha recrutado em nome de Lênin. Ele também atuava na nova “Chancelaria Pessoal”, ou Secretariado do Partido, que começou a crescer quase tão rapidamente quanto a Cheka, por razões similares. Em maio de 1919, a equipe era de trinta pessoas; havia aumentado para 150 em março de 1920, por ocasião do IX Congresso do Partido, e, no ano seguinte, quando Lênin matou a democracia no partido, tinha chegado a 602, além de seus 104 guardas e mensageiros¹²⁷. Por fim, no XI Congresso do Partido, Lênin deu a Stálin a posse formal de seu pequeno império particular — que ele havia reunido com tanto amor —, quando o fez secretário-geral do Partido, com seus capangas Molotov e Kuibyshev como assistentes. Isso foi decidido em segredo e anunciado numa estorinha que passou despercebida no *Pravda* de 4 de abril de 1922. Um dos bolcheviques, Pricobrazhensky, protestou contra tal concentração de poder na mão de Stálin. Seria “razoável”, perguntou ele, “que um único homem devesse responder pelo trabalho de dois comissariados, assim como pelo trabalho do Politburo, do Orgburo e de uma dúzia de comitês do partido?”¹²⁸ O protesto parece ter sido ignorado.

Dois meses depois, Lênin teve o seu primeiro ataque cerebral. Mas ele já havia concluído seu trabalho. Tinha construído sistematicamente, em toda a sua essência, o aparato mais bem engendrado de tirania estatal. No mundo antigo, autocracias pessoais, exceto talvez por períodos curtos, tinham sido limitadas, ou pelo menos moderadas, por outras forças na sociedade: uma igreja, uma aristocracia, uma burguesia urbana, antigas cartas constitucionais, cortes e assembleias. E havia também a noção de uma força externa coibidora, na forma de uma Divindade ou Lei Natural, ou algum sistema absoluto de moralidade. A nova utopia despótica de Lênin não tinha tais contrapesos ou restrições. Igreja, aristocracia, burguesia, tudo isso tinha sido varrido. O que sobrou pertencia ou era controlado pelo Estado. O Estado se investiu de todos e quaisquer direitos. E dentro daquele Estado, enorme e em expansão crescente, cada filamento do poder remontaria às mãos de um grupo minúsculo de homens — em última análise, a um único homem. Havia realmente uma estrutura elaborada e pretensiosa de representação. Entretanto, em 1922, isso não significava nada. Poder-se-ia procurar em vão pelos corredores ecoantes uma fagulha de vida democrática. De que outra maneira poderia ser? Lênin odiava a essência da democracia e encarava seus contornos apenas como um meio de legitimar a violência e a opressão. Em 1917, ano em que tomou o poder, definiu o Estado democrático

como “uma organização para o uso sistemático da violência de uma classe contra a outra, de uma parte da população contra a outra”¹²⁹. *Quem para quem?* era o seu critério supremo. Quem estava fazendo o que a quem? Quem estava oprimindo quem; explorando ou matando quem? Um homem que pensava assim e que não imaginava que se pudesse pensar de outra forma, como conseguiria vislumbrar um conjunto de medidas políticas que não fosse o despotismo, conduzido por uma autocracia e governado pela violência?

No último Congresso do Partido de Lênin, suas metáforas mais do que nunca eram militaristas: rifles, metralhadoras, pelotões de fuzilamento. “É indispensável — disse ele — punir estritamente, severamente, impiedosamente, a menor quebra de disciplina”. Em outra ocasião: “Nossas cortes revolucionárias devem atirar”¹³⁰. Não é “desejável”, mas *indispensável*. Não “podem”, mas *devem*. Foi ele mesmo, nessa época, que compôs o parágrafo que até hoje permanece como a base do despotismo na lei criminal soviética:

Propaganda ou agitação ou participação em uma organização ou cooperação com organizações que consigam... ajudar da maneira mais remota que seja aquela parte da burguesia internacional que não reconhece os direitos igualitários do sistema comunista que substituirá o capitalismo, e que se empenha em derrubá-lo pela força — seja por intervenção ou bloqueio ou por espionagem ou por financiamento da imprensa ou por qualquer outro meio — são passíveis de punição por morte ou prisão¹³¹.

O que mais era esse parágrafo, tão abrangente quanto as palavras que o compunham, senão uma permissão irrestrita para o terror? Na verdade, esse era o propósito de Lênin, como explicou numa carta para o comissário de Justiça, Kursky, escrita a 17 de maio de 1922, na véspera de seu ataque: “O parágrafo sobre o terror deve ser formulado da maneira mais ampla possível, já que só a percepção revolucionária de justiça e a consciência revolucionária podem determinar as condições de sua aplicação na prática”¹³². Aqui Lênin estava condensando seu eterno desprezo por qualquer sistema de lei moral. Assim como, poucos anos mais tarde, Adolf Hitler justificaria suas ações de acordo com o que ele chamou “a mais alta lei do partido”, Lênin estipulou que a “consciência revolucionária” seria o único guia moral para o uso da vasta máquina de massacre e crueldade que ele tinha instituído.

Pode ser que Lênin acreditasse que tal coisa pudesse existir: uma “consciência revolucionária”. Sem dúvida ele pensava que possuía uma. Até o fim de 1918, de vez em quando, intervinha para salvar a vida de alguém que conhecia pessoalmente. Porém, tudo o mais que disse ou fez, em discursos e escritos, em pronunciamentos públicos ou em cartas particulares, era para instigar seus subordinados a uma selvageria ainda maior. Não há dúvida de que Lênin foi corrompido pelo poder absoluto que forjou para si mesmo. Como o foram seus colegas. O próprio processo de revolução e autopreservação violentas que se seguiu destruiu inevitavelmente a consciência e todos os outros elementos de idealismo. Isso já tinha sido deixado claro, uma década antes, pelo sábio e triste velho polonês, Joseph Conrad, em seu romance sobre a revolução, *Under Western Eyes* (1911):

Numa verdadeira revolução, os melhores personagens não ficam na linha de frente. Uma revolução violenta no princípio cai nas mãos de fanáticos bitolados e de hipócritas tirânicos. Depois é a vez de todos os fracassados intelectuais pretensiosos da época. Tais são os chefes e os líderes. Você vai notar que não mencionei os meros patifes. O escrupuloso e o justo, o nobre, as naturezas dedicadas e humanas, o altruísta e o inteligente podem começar um movimento que logo se distancia deles. Eles não são os líderes de uma revolução. Eles são as vítimas: as vítimas da repugnância, do desencanto — e geralmente do remorso. Esperanças traídas de forma grotesca, ideais caricaturados — essa é a definição do sucesso revolucionário.

Somente a curiosa miopia de Lênin com relação às pessoas, oriunda da sua falta de interesse por elas enquanto indivíduos, evitava que ele aceitasse a guerra civil como destruidora dos últimos vestígios do que um dia poderia ter sido a “conferência revolucionária”. Mas nessa época, lógico, ele já tinha sido consumido pelo câncer orgânico do poder. O processo tinha sido descrito num romance que ele seguramente deve ter lido um dia, *House of the Dead* de Dostoievski:

Quem já provou do poder, da capacidade sem limites de humilhar um outro ser humano... automaticamente perde o controle de suas próprias sensações. A tirania é um hábito, tem sua própria vida orgânica que finalmente se transforma numa doença. O hábito pode matar e rebaixar o melhor dos homens ao nível de uma besta. O sangue e o poder intoxicam... O homem e o cidadão desaparecem com o tirano para sempre; a volta à dignidade humana, ao arrependimento, à regeneração torna-se quase impossível.

Certamente Lênin nunca demonstrou o menor arrependimento com relação a sua obra, embora nos últimos dois anos e meio de sua vida ele fosse uma criatura doente, ranzinza, frustrada e impotente. É questionável se, mais para o fim, quando procurou firmar a influência de Trotsky como uma força neutralizadora, ele teria reconhecido em Stálin o monstro emergente que sem dúvida era. Gostaríamos de pensar que Lênin se tornara a vítima de seu próprio despotismo. Mas os fatos não são muito claros. Há, entretanto, um elemento sugestivo e sinistro. Como parte de seu processo desumanizante, Lênin tinha insistido, desde o início de seu governo, para que os órgãos do partido se interessassem pela saúde dos membros mais idosos e lhes dessem (a conselho médico) licença, hospitalização e repouso. Nos meados de 1921, Lênin começou a sentir dores de cabeça terríveis. A 4 de junho, o Orgburo ordenou-lhe que se ausentasse; ele desobedeceu. Tirou uma licença de um mês, em julho, e daí por diante começou a trabalhar menos. Mais determinações se seguiram em agosto, dessa vez do Politburo. Ele recomeçou a trabalhar normalmente no dia 13 de setembro, por quase três meses; mas no início de dezembro sua saúde piorou e ele passou a ficar mais tempo em sua casa de campo, em Gorky, nos arredores de Moscou. Nas primeiras semanas de 1922, chegaram mais imposições no sentido de que fizesse pouco ou nenhum trabalho e de que só viesse a Moscou com a permissão do Secretariado do Partido. Ele deixou sua marca em todo o X Congresso do Partido, mas só presidiu uns poucos comitês. Tinha acabado de deixar Moscou para um descanso mais prolongado, quando seu primeiro ataque ocorreu, em 25 de maio de 1922. Ficou, então, inteiramente impossibilitado de agir durante meses e, quando

retornou ao trabalho a 2 de outubro, o Secretariado, em nome do Comitê Central, determinou que ele não tivesse acesso a documentos. Não há dúvida nenhuma de que Stálin era o mais ativo dos agentes dessa restrição médica e, a 18 de dezembro, ele conseguiu ser nomeado formalmente supervisor da saúde de Lênin¹³³.

Isso provocou o rompimento entre Lênin e Stálin. Stálin descobriu que Lênin tinha estado trabalhando secretamente, contrariando as ordens do partido, e que vinha ditando cartas para a sua mulher. Agrediu Krupskaya pelo telefone e ameaçou-a de investigação pela Comissão de Controle Central¹³⁴. No dia 24 de dezembro, Lênin ditou o seu chamado "testamento", no qual analisava os nomes de seis líderes soviéticos. Dizia que Stálin tinha muito poder e que ele o exerceria com pouca cautela. Trotsky era descrito como "superpreocupado com o lado puramente administrativo das coisas" ("administrativo" era o eufemismo de Lênin para a força e terror). Na noite de 30 de dezembro, Lênin ditou uma outra nota, mostrando crescente hostilidade a Stálin. Seus últimos dois artigos já eram ataques à Comissão de Controle de Stálin. No dia 4 de janeiro de 1923, Lênin ditou um *post-scriptum* ao seu "testamento": "Stálin é muito grosseiro... intolerável numa Secretaria Geral. Proponho, portanto, aos nossos camaradas que considerem um meio de remover Stálin desse posto"¹³⁵. Na noite do dia 5 de março, Lênin escreveu a Stálin descompondo-o por ter agredido sua mulher pelo telefone e exigindo que se desculpasse ou encarasse "a ruptura de relações entre nós". Quatro dias mais tarde, veio o segundo ataque, que o debilitou ainda mais e que lhe tirou a palavra, o movimento e a razão. Um derrame fatal matou-o em janeiro de 1924, mas já nessa época ele não contava mais.

Lênin transmitiu ao seu sucessor todos os elementos de um despotismo pessoal, de uma disciplina furiosa. O que nesse meio tempo tinha acontecido à Utopia? Em 1919, um jornalista americano, Lincoln Steffens, acompanhou uma missão americana oficial enviada por Wilson à Rússia para descobrir o que estava acontecendo por lá. Na sua volta, Bernard Baruch lhe perguntou como era a Rússia de Lênin, ao que Steffens respondeu: "Eu estive no futuro — e ele funciona!"¹³⁶ Este foi um dos primeiros comentários de um liberal ocidental sobre o novo tipo de totalitarismo que estabeleceria o padrão para muito do que estava por vir. O que será que Steffens viu? Todo o objetivo da revolução da *vanguard elite* era apressar a industrialização do país e, conseqüentemente, a vitória do proletariado. Entretanto, uma vez tendo Lênin tomado o poder, aconteceu o oposto. Antes da guerra, a produção industrial russa crescia rapidamente: 62% entre 1900-1913¹³⁷. Até o fim de 1916 ela continuou a se expandir a qualquer preço em algumas direções. Mas quando os camponeses se recusaram a entregar a colheita de 1917 (para delícia e lucro de Lênin) e os víveres desapareceram das cidades, os operários, muitos deles camponeses de nascimento, começaram a debandar para suas aldeias natais. A revolução de Lênin transformou essa debandada num estampido. Começando no inverno de 1917-18, a população de Petrogrado caiu de 2,4 para 1,5 milhões; em 1920 já era uma cidade fantasma, tendo perdido 71.5% de sua população; Moscou perdeu 44.5%. No ano em que Steffens "fora ao futuro", a força de trabalho industrial russa tinha caído para 76% de seu total de 1917, e as perdas foram maiores entre os trabalhadores qualificados. A produção de minério de ferro e de ferro fundido baixou para apenas 1.6 e 2.4% de seus totais em 1913, e a produção total de bens manufaturados até 1920 era de apenas 12.9% em relação ao pré-guerra¹³⁸. Em 1922, ano em que Lênin teve sua primeira crise, os membros mais abertos do regime falavam da desindustrialização da Rússia. Maxim Gorky contou a um visitante francês:

Até aqui os trabalhadores eram senhores, agora são apenas uma pequena minoria... os camponeses são uma legião... O proletariado urbano tem diminuído constantemente há quatro anos... A enorme maré de camponeses vai acabar engolindo tudo... O camponês se tornará senhor da Rússia, já que ele representa números. E isso será terrível para o nosso futuro¹³⁹.

() que teria acontecido? A verdade é que, embora Lênin compreendesse muito bem como criar um despotismo, ele não tinha uma visão prática da Utopia. Marx não deixara nenhuma pista. Ele havia descrito a economia capitalista; nada disse sobre a economia socialista. Esta seria, Marx declarou vagamente, organizada pela "sociedade". Tudo de que tinha certeza era apenas o fato de que, uma vez que "todos os elementos de produção" estivessem "nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como uma classe dominante", então "as forças produtivas chegariam ao auge e as fontes de riqueza transbordariam abundância"¹⁴⁰. Lênin não tinha opiniões sobre esse assunto também. Deduziu de Marx que o "Estado" tinha de gerenciar a economia industrial. Assim como a *vanguard elite* tinha de substituir o proletariado entrando à força através da revolução, numa economia industrial subdesenvolvida; também teria de representá-lo dirigindo "todos os elementos de produção". E já que Lênin acreditava no ultracentralismo em assuntos políticos, e havia criado uma máquina com este fim preciso, teria, então, que existir um controle central da indústria, exercido pelo partido (isto é, ele mesmo e seus associados mais próximos). Essa linha primária de pensamento sustentava suas "teses de Abril" e seus dois outros escritos do período de guerra, *Will the Bolsheviks Retain State Power?* e *State and Revolution*. Ela inspirou sua decisão em dezembro de 1917 de criar um organismo chamado Vesenkha (Conselho Supremo da Economia Nacional) e, durante as 12 semanas seguintes, ministérios separados para controlar as indústrias maiores, todos ocupados por burocratas.

Desta forma a União Soviética adquiriu, quase por acaso, uma economia "planejada" centralizada, do tipo que ela ainda mantém e que exportou para um terço do mundo. Para variar, Lênin só pensava em termos de controle, não de produção. Achava que, uma vez que tivesse o sistema de controle correto (com o Politburo tomando todas as decisões principais), os resultados fluiriam inevitavelmente. Ignorava por completo o processo que gerava riqueza. Gostava de números: toda a sua vida teve um apetite insaciável por relatórios governamentais. Suspeita-se que havia dentro de Lênin um contabilista genial, lutando para sair e bombardear o mundo com livros contábeis. Em todas as suas opiniões sobre assuntos econômicos, a expressão que mais aparece é "prestação de contas estrita e controle". Para ele, estatística era sinônimo de sucesso. Daí por diante, os novos ministérios e as fábricas, agora estatais, produziam estatísticas copiosas. A produção de estatísticas se tornou, e ainda hoje o é, uma das características mais impressionantes da indústria soviética. Mas a produção de bens era um outro assunto.

A forma da economia soviética foi também determinada por um outro fator accidental que deu a Lênin uma visão prática. Foi a máquina alemã de produção de guerra. Deve-se lembrar que durante o período formativo do estado leninista, seus primeiros 12 meses, a Rússia foi primeiramente um sócio negociador, depois um fantoche econômico da Alemanha. Em 1917, como já vimos, os alemães se apossaram do modelo capitalista estatal da Rússia de pré-guerra e o casaram ao seu próprio Estado, agora governado por militares. Eles o chamaram de "socialismo de guerra".

Impressionava; na verdade era muito impressionante e certamente impressionou Lênin. Daí por diante, suas idéias industriais eram todas calcadas na prática alemã. Sua primeira autoridade industrial, o ex-menchevique Larin, também era um expoente entusiasta dos métodos alemães, que logicamente se adequavam às noções de controle central de Lênin. Larin começou a contratar peritos alemães, outro exemplo da relação especial que havia entre os elementos antidemocráticos em ambos os países. Quando outros bolcheviques se opuseram a essas contratações, Lênin retrucou com seu panfleto *On "Left" Infantilism and the Petty Bourgeois Spirit*:

Sim: aprendam com os alemães! a história caminha em ziguezagues e por vias tortuosas. Acontece que são os alemães quem, agora, lado a lado com o imperialismo bestial, incorpora o princípio da disciplina, da organização, do trabalho sólido, conjunto, com base na maquinaria mais moderna, na mais estrita prestação de contas e controle. E isso é exatamente o que nos falta¹⁴¹.

O "capitalismo estatal" alemão, disse ele, era um "passo à frente" para o socialismo. A história pregou uma "peça estranha". Ela tinha acabado de dar à luz "as duas metades separadas do socialismo, lado a lado, com dois pintinhos numa só casca": a revolução política na Rússia e a organização econômica na Alemanha. Ambas eram essenciais ao socialismo. Portanto, a nova Rússia tem de estudar o "capitalismo estatal dos alemães" e "adotá-lo *com todo o vigor possível*, sem poupar métodos *ditatoriais* para apressar sua adoção, ainda mais rapidamente do que Pedro [o Grande] o fez na adoção de ocidentalismos pela Rússia bárbara, sem evitar o uso das armas bárbaras para combater o barbarismo"¹⁴².

Por isso pode-se dizer que o homem que realmente inspirou o planejamento da economia soviética foi Ludendorff. Seu "socialismo de guerra" certamente não se acovardou diante do barbarismo. Mão-de-obra escrava foi empregada. Em janeiro de 1918, Ludendorff interrompeu uma greve de quatrocentos mil operários berlineses ao recrutar dezenas de milhares deles para o *front*, em "batalhões de trabalho". Muitos dos seus métodos foram mais tarde revividos e intensificados pelos nazistas. Seria difícil pensar num modelo mais maléfico para um Estado de trabalhadores. Mas eram essas precisamente as feições do "socialismo de guerra" alemão que Lênin mais valorizava. O que os alemães tinham, o que ele queria, era uma força de trabalho dócil. E tratou de obtê-la. A primeira ilusão que ele disseminou foi a de que cabia aos Soviéticos dos trabalhadores que se tinham apossado das fábricas gerenciá-las. Seu porta-voz no sindicato, Lozovsky, avisou: "Os trabalhadores em cada empresa não devem ter a impressão de que ela lhes pertence"¹⁴³. Não há o que temer com Lênin no controle! "Tais perturbações da disciplina — disse ainda — deveriam ser eliminados"¹⁴⁴. Até janeiro de 1918, o regime bolchevique já tinha dominado os sindicatos e os absorvido no governo. De qualquer forma, eles eram fracos. O único mais poderoso era o dos ferroviários, que ofereceu alguma resistência e conseguiu não ser esmagado até 1920-1. Os outros líderes sindicais conseguiram empregos, repartições, salários, e se tornaram funcionários públicos dóceis. Como disse Zinoviev, os sindicatos se tornaram "órgãos do poder socialista" e "órgãos do Estado socialista", e, para todos os trabalhadores, "a participação nos sindicatos fará parte de suas obrigações para com o Estado". Então, o sistema de estabelecimentos que só admite empregados sindicalizados foi universalmente imposto e, em troca, funcionários sindicais (que logo teriam de ser membros do partido sob a mesma disciplina)

trabalharam junto com os burocratas dos ministérios e gerentes das fábricas, com o objetivo de “erguer a produção socialista”. Em resumo, criaram organizações trabalhistas de empresa do tipo mais enfraquecido, sendo a “empresa” o Estado. Nesse sistema corporativista, sua principal tarefa se tornou a “disciplina do trabalho”, e eles se descobriram agindo como uma força policial e industrial¹⁴⁵.

Tal policiamento tornou-se necessário quando Lênin aplicou seus princípios de “serviço de trabalho universal” analogamente ao alistamento militar¹⁴⁶. O VII Congresso do Partido exigiu “as medidas mais enérgicas, decisivas, draconianas, que elevassem a autodisciplina e a disciplina dos trabalhadores”. A partir de abril de 1918, os sindicatos foram postos para trabalhar produzindo “regulamentos” e “fixando normas de produtividade”. Os trabalhadores que se rebelavam eram expulsos, com a perda conseqüente do emprego e das rações de alimentos. Nas linhas da resolução de Lênin, “aquele que não trabalha, não come”¹⁴⁷. As greves se tornaram ilegais. “Nenhuma greve pode acontecer na União Soviética”, disse o chefe da confederação dos sindicatos, Tomsky, em janeiro de 1919; “vamos pôr os pingos nos is”. Os fundos para as greves foram confiscados e enviados para promover greves nos “países burgueses”. Em junho de 1919, “carteiras de trabalho”, calcadas nos passes impostos aos nativos pelos governos coloniais, foram introduzidas nas grandes cidades. Mais ou menos na mesma época, os primeiros campos de trabalho organizado começaram a existir: “trabalhadores indisciplinados”, “arruaceiros” e outros desocupados ou insatisfeitos poderiam para lá ser mandados pela Cheka, pelos tribunais revolucionários ou pelo Narkomtrud, o órgão responsável pela mobilização de trabalho. A partir de janeiro de 1920, qualquer pessoa poderia ser recrutada para uma *corvée*¹⁴⁸ compulsória: construção de estradas, edifícios, transporte, carregamentos etc. Como um porta-voz do Narkomtrud colocou: “Nós fornecíamos mão-de-obra para o trabalho obedecendo a um programa e não, logicamente, levando em consideração as qualificações ou as peculiaridades individuais ou o desejo do trabalhador de executar esta ou aquela tarefa”¹⁴⁹. As Chekas da província dirigiam os campos, cuja administração estava nas mãos de uma sessão especial do Comissariado do Povo para Assuntos Internos, o NKVD. Havia um segundo tipo de campos com um regime mais severo e com trabalho “difícil e desagradável” (isto é, no Ártico), supostamente só para contra-revolucionários, mas logo repleto de trabalhadores comuns¹⁵⁰.

O fim da guerra civil não extinguiu os trabalhos forçados. Como todas as instituições de “emergência” de Lênin, esses trabalhos acabaram tornando-se permanentes. O Terceiro Exército nos Urais viu-se logo transformado no “Primeiro Exército Revolucionário do Trabalho”, por um decreto do dia 15 de janeiro de 1920, sendo que a maioria dos seus “soldados” jamais retornou a seus lares. Trotsky exultou com o que chamou de “a militarização da classe trabalhadora”. Radek denunciou “o preconceito burguês da ‘liberdade de trabalho’”. O IX Congresso do Partido, em 1920, ordenou que os trabalhadores que abandonassem suas ocupações fossem tachados de “desertores do trabalho” e punidos com “confinamento em campos de concentração”¹⁵¹. A nova anti-sociedade foi batizada num floreado vocabulário leninista: “Nós conhecemos a mão-de-obra escrava — disse Trotsky no terceiro Congresso dos Sindicatos —, nós conhecemos o trabalho de servos. Nós conhecemos o trabalho forçado e disciplinado das corporações medievais, nós conhecemos a mão-de-obra paga chamada de ‘livre’ pela burguesia. Agora nos aproximamos de um tipo regulamentado socialmente, com base num planejamento econômico, obrigatório em todo o país... Esse é o alicerce do socialismo”. Trabalhos forçados num regime

capitalista, escreveu Bukharin, era o oposto do trabalho forçado numa ditadura do proletariado: o primeiro era “a escravização da classe trabalhadora”; o segundo, “a auto-organização da classe trabalhadora”¹⁵². Esses dois homens seriam assassinados mais tarde pelas mesmas ficções verbais.

Como vimos, a classe trabalhadora estava se organizando nas aldeias, numa velocidade impressionante. Lênin, como os czares e como Kerensky antes dele, teve de arrancar à força os alimentos dos camponeses. Como fazê-lo: através do mercado ou por baionetas? Primeiramente ele tentou com as baionetas. Em 1917, havia incitado os camponeses a se apossarem da terra. Em 1918, tentou apoderar-se da terra para o Estado. Sua lei “Sobre a Socialização da Terra”, de 19 de fevereiro de 1918, dizia que o objetivo da política era “desenvolver o sistema coletivo de agricultura”, às “expensas de propriedades individuais”, para chegar a “uma economia socialista”¹⁵³. Entretanto, na prática, como disse um funcionário do Narkomzen, o Ministério da Agricultura estatal, “os camponeses locais simplesmente se apossaram da terra”. Eles se apossaram de 86% da terra confiscada e apenas 14% foram entregues às recém-estabelecidas fazendas e comunas estatais. Para a colheita do outono de 1918, Lênin enviou para o campo destacamentos armados de operários para apreender os alimentos que pudessem, tentando encorajar “os comitês de pequenos camponeses” a tiranizar os que ele chamava de “*kulaks* e camponeses ricos”, que tinham “juntado quantidades enormes de dinheiro”¹⁵⁴. Mais tarde, Lênin agrupou esses dispositivos em 25 grupos de “trabalhadores e pequenos camponeses”, para que pudessem roubar qualquer comida que conseguissem. Mas, disse Tsuryupa, comissário para a Agricultura, assim que eles chegavam aos campos, começavam “a se rebelar e se embriagar”. Mais tarde ainda, Lênin inventou uma nova categoria de “camponeses médios”, numa tentativa de colocá-los contra os *kulaks*. Como essas classes só existiam na sua cabeça e não tinham nenhum vínculo com os verdadeiros camponeses em aldeias verdadeiras, essa tática não funcionou também.

Na primavera de 1921, quando do motim de Kronstadt, toda a política econômica de Lênin, tal como estava, jazia em ruínas. A indústria nada produzia, praticamente. Não havia víveres nas cidades. Como Lênin mesmo admitia, “dezenas de centenas de milhares de soldados desgarrados” estavam se tornando bandidos¹⁵⁵. A única coisa que havia era o rublo, papel emitido sem parar e que agora tinha caído para um valor pouco acima de 1% do que valia em novembro de 1917. Alguns dos bolcheviques tentaram transformar essa necessidade em virtude e alardeavam que a inflação fora criada deliberadamente para esmagar o velho regime do dinheiro. Descreviam-se as impressoras da Casa da Moeda como “aquela metralhadora do Comissariado de Finanças cuspidando fogo no traseiro do sistema burguês”. Zinoviev disse aos sociais-democratas alemães: “Estamos nos aproximando da *eliminação total do dinheiro*”. Isso tinha um fundo de verdade: o dinheiro nunca recuperou sua antiga importância na União Soviética. Mas o preço pago foi a falta permanente de produtos nas lojas.

De qualquer maneira, os camponeses não davam importância ao rublo de Lênin, que, em maio de 1921, resolveu intervir. Em outras palavras, se ele não conseguisse alimentos para as cidades, seu regime entraria em colapso. Faltavam-lhe idéias econômicas verdadeiras, mas nunca lhe faltaram as verbais. Ele agora inventou a expressão “Novo Planejamento Econômico”. NPE era, na realidade, uma capitulação aos camponeses e uma volta a um sistema de mercado baseado na permuta. Os esquadrões foram chamados de volta e os camponeses conseguiam vender seus

produtos pelo preço que quisessem. Fábricas de pequeno porte e oficinas de trabalho começaram a funcionar, fora do controle do Estado, na produção de bens que os camponeses aceitavam em troca de grãos. Infelizmente, a capitulação bolchevique chegou muito tarde para influir na semeadura de 1921. Isso somado a um verão muito seco trouxe a fome, a primeira na história da Rússia, criada basicamente pela política do governo. De acordo com Kalinin, a fome afetou cerca de 27 milhões de pessoas. Um número tão grande quanto três milhões pode ter morrido no inverno de 1921-22. Em desespero, o governo pediu ajuda à *American Relief Administration*, organizada por Herbert Hoover. Pela primeira vez a Rússia, até então um dos maiores países exportadores de alimentos, teve de se voltar para a agricultura capitalista americana, no sentido de se salvar das consequências desastrosas de suas experiências de coletivismo. Sessenta anos mais tarde, o mesmo modelo estaria se repetindo. Os camponeses tinham destruído o czarismo, tornando possível o leninismo. Lênin falhara em recompensá-los, como prometera. Eles estipularam um preço. Ainda está sendo pago¹⁵⁶.

Assim terminou, em completo fracasso, o primeiro maior experimento do que agora é moda chamar de engenharia social. Lênin o chamou de “uma derrota e um recuo para um novo ataque”¹⁵⁷. Mas ele logo estaria morto e o “novo ataque” aos camponeses seria deixado ao monstro burocrático que o sucederia. Lênin acreditava em planejamento, porque era uma coisa “científica”. Mas ele não sabia como fazê-lo. Pensava que havia algum truque de mágica, que em seu caso transformou-se em “eletrificação”. Fascinado, como sempre, pela “meticulosidade” germânica, Lênin era um admirador de Karl Ballod, em sua obra *Der Zukunftsstaat*, publicada em 1919. Foi a inspiradora do *slogan*: “O comunismo é a força soviética somada à eletrificação do país inteiro”. A eletricidade resolveria tudo! Era a última palavra na ciência moderna!¹⁵⁸ Transformaria a teimosa agricultura russa. Seria muito melhor tentar aplicar a eletricidade a tudo, do que montar um complicado plano geral, que nada mais era do que “papo furado”, “pedantismo maçante”, “presunção ignorante”¹⁵⁹. Lênin pouco se interessou pelo Gosplan (1921), o novo planejamento de maquinaria, até que esse passou a dar prioridade à eletrificação. Em suas últimas semanas de atividade, estava entusiasmado: iria construir inúmeras usinas elétricas! Assim começou um culto curioso, que ainda perdura na União Soviética e que fez da figura dos engenheiros elétricos a mais valorizada na sociedade soviética (junto com a dos projetistas de armas). O legado de Lênin foi uma política estatal solidamente equipada, cercada de ruínas econômicas. Mas ele passou para a eternidade sonhando com a eletricidade.

As expectativas confiantes de Lênin com relação aos levantes marxistas nos países industriais desenvolvidos há muito tinham sido enterradas. Como poderiam ter sucesso? A própria revolução de Lênin só foi possível graças a um movimento pragmático, não dirigido e rudimentar, de grandes proporções entre os camponeses, e que ele não compreendeu e nem sequer se preocupou em analisar. Seus companheiros revolucionários marxistas na Europa industrializada não tiveram tal sorte. Além disso, em novembro de 1918, quando a oportunidade para uma mudança revolucionária na Europa Central surgiu, as experiências melancólicas da engenharia social de Lênin — o colapso econômico, a fome, a guerra civil e o terror em grande escala — já constituíam um aviso terrível, não apenas para os socialistas mais moderados. Os extremistas fizeram tentativas, mas saíram queimados no fogo que acenderam. No dia 4 de novembro de 1918, os marinheiros e soldados alemães se

apossaram de Kiel e formaram conselhos de trabalhadores. Três dias mais tarde, o socialista de esquerda Kurt Eisner conduziu um motim na guarnição em Munique e derrubou o governo da Baviera. Mas os social-democratas que chegaram ao poder na Alemanha, quando o *kaiser* fugiu, não fizeram os mesmos erros de Kerensky. Gustav Noske, seu perito militar, recorreu ao exército que providenciou um *Freikorps*¹⁶⁰ de ex-oficiais e NCOs. A recusa dos leninistas em obter o poder através do parlamentarismo lhe foi oportuna. Em 6 de janeiro de 1919, os leninistas de Berlim (que se denominavam espartacistas)¹⁶¹ tomaram a cidade. Noske marchou, então, sobre Berlim, à frente de dois mil homens. Três dias após a retomada da cidade, Rosa Luxemburg e seu amigo Karl Liebknecht foram assassinados pelos ex-oficiais encarregados de levá-los para a prisão. Eisner também foi assassinado no dia 21 de fevereiro. Seus seguidores conseguiram obter somente três cadeiras nas eleições da Baviera. Quando, apesar disso, eles criaram uma República Comunista, no dia 7 de abril, essa durou menos que um mês e foi destruída pelo *Freikorps*, sem dificuldades. O mesmo aconteceu em Halle, Hamburgo, Bremen, Leipzig, Thuringia, Brunswick. Os comunistas não conseguiram nem vencer as eleições nem ser bem-sucedidos na prática da violência.

O vento da mudança soprava numa direção bem diferente. Na segunda metade de 1919, novos tipos de *vanguard elite* estavam surgindo na Europa. Também eles eram socialistas. Marx era seu *pantheon*. Mas eles apelavam para algo muito maior do que um “proletariado” abstrato que misteriosamente se recusava a lhes responder — pelo menos como força eleitoral ou de luta —, e sua dinâmica coletiva não era tanto de classe como de nação, ou mesmo de raça. Tinham em comum uma queixa imediata e poderosa: insatisfação com o Tratado de Versalhes. Na Áustria, um dos grandes países perdedores, eles eram chamados de *Heimwehren*. Na Hungria, a maior perdedora de todos, o humor nacional não tinha melhorado com uma suposta república comunista, criada em março de 1919 pelo discípulo de Lênin, Béla Kun. Em agosto, essa república foi derrubada por fogo e sangue, e o espírito que a sucedeu parecia-se cada vez mais com o do líder anti-semita Julius Gömbös que se denominava um nacional-socialista e clamava apaixonadamente por justiça, vingança e um expurgo de “membros estranhos”¹⁶². Na Turquia, que havia perdido seu império árabe e que parecia estar perdendo seu litoral ocidental, Mustafa Kemal Pasha, que logo seria chamado “Ataturk”, igualmente oferecia um nacional-socialismo provando que um acordo determinado em Paris não era exeqüível *in loco*. A Itália, embora uma ganhadora de porte, ainda tinha queixas contra Versalhes: não havia conseguido a costa da Dalmácia. No dia 11 de setembro, o poeta e herói de guerra Gabriele d’Annunzio comandou uma força de desertores maltrapilhos do Exército em direção ao porto de Fiume. Foi um blefe descarado: mas a Grã-Bretanha e a França, que tinham a custódia do acordo, voltaram atrás — um presságio agourento. D’Annunzio também era um nacional-socialista.

De Milão, Mussolini sentiu no ar essa nova brisa e gostou, assim como cinco anos antes ele havia sentido o sopro da excitação da guerra. A aproximação da guerra e a própria determinação de Mussolini de fazer com que a Itália nela entrasse, levaram-no a sair do partido socialista oficial. Isso o tornou um nacionalista não apenas na tradição esquerdo-romântica de Mazzini, mas na tradição gananciosa dos antigos romanos, cujas *fascas* transformadas em insígnia radical na Revolução Francesa passaram a ser, segundo ele achava, um símbolo útil, assim como Lênin havia escolhido a foice e o martelo dos antigos sociais-democratas. Mussolini passou a odiar

Então, por este ter tirado a Rússia da guerra e posto em perigo as vantagens prometidas à Itália. Ele incentivou os japoneses a marchar contra a Rússia, ao comando: "*Avanti, il Mikado!*" Em 1919, o fracasso econômico de Lênin tinha afastado Mussolini da expropriação cabal da indústria. Ele agora queria usar e explorar o capitalismo muito mais do que destruí-lo. Mas seria, no entanto, uma revolução radical a que ele faria, baseada na *vanguard elite* do pré-guerra do marxismo e do sindicalismo (o governo dos trabalhadores) que permaneceria até a sua morte como o mais importante elemento na sua política. Muitos outros jovens ex-socialistas compartilhavam do seu radicalismo, ao mesmo tempo em que abandonavam o internacionalismo¹⁶³. O internacionalismo não tinha funcionado nem em 1914, quando fracassou em sua tentativa de interromper a guerra, nem em 1917, quando deixou de vir em auxílio ao apelo de Lênin para uma revolução universal. Mas o desejo de estabelecer uma nova Utopia permaneceu.

Em 23 de março de 1919, Mussolini e seus amigos sindicalistas fundaram um novo partido. O programa era uma tomada parcial do capital financeiro, o controle do resto da economia por conselhos econômicos corporativos, confisco de terras da igreja, reforma agrária e a abolição da monarquia e do senado. Ao compilar essa lista, Mussolini freqüentemente citava Kurt Einsner como modelo¹⁶⁴. Os esquadrões de luta bávaros, já uma imitação dos "homens de jaqueta de couro negro" de Lênin, serviram para inspirar os *Fasci di Combattimento* de Mussolini¹⁶⁵. Este nunca deixou transparecer uma certa queda pelo ativismo violento, que compartilhava com Lênin. Parafraseando Marx, ele se empenhou em "fazer história e não tolerá-la". Uma outra de suas citações favoritas era *vivre, ce n'est pas calculer, c'est agir*¹⁶⁶. Esse vocabulário era semelhante ao de Lênin, abundante em imagística militar e verbos fortes e violentos. Como Lênin, Mussolini ficava aflito para que a história acontecesse rapidamente — *velocizzare l'Italia*, diziam os futuristas como Marinetti. Realmente, ele irradiava impaciência, olhando seu relógio a toda hora, enfurecido com os que o atrasavam. Mas Mussolini estava mudando. Sua aparência magra e esguia tinha desaparecido juntamente com o seu cabelo. Um cisto imenso surgira na sua careca, e no seu queixo protuberante, agora gordo, havia uma mancha oval escura. Seus dentes tinham a cor de marfim velho e eram muito separados, o que na Itália era considerado de bom agouro¹⁶⁷. Ele era bonitão, vigoroso, bem iniciado numa carreira sexual que lhe traria 169 amantes¹⁶⁸. Era muito ambicioso e vaidoso. Queria o poder e o queria agora. O sucesso de d'Annunzio o persuadiu de que o radicalismo, mesmo o nacionalismo radical, não era suficiente. Para que o fascismo fosse bem-sucedido, ele teria de invocar a poesia, o drama, o mistério. Isso sempre foi uma crítica dos marxistas italianos a Marx: ele não compreendia os seres humanos suficientemente. Havia omitido a potência do mito, especialmente do mito nacional. Agora que Freud tinha demonstrado — também cientificamente — o poder das forças ocultas e obscuras que movem os indivíduos, não era chegada a hora de analisar o impacto delas sobre o homem comum? D'Annunzio escreveu sobre "as terríveis energias, o sentido do poder, o instinto pela batalha e pela dominação, a abundância de forças produtivas e frutificantes, todas virtudes do homem dionisíaco, do vencedor, do destruidor, do criador"¹⁶⁹. E não eram poucos os mitos poéticos da Itália. Havia um mito nacionalista do século XIX, de Garibaldi e Mazzini, ainda muito poderoso, o mito da *Realpolitik* de Maquiavel (outros dos autores favoritos de Mussolini), e ainda o mito mais remoto de Roma e seu império, que esperava ser despertado de seu longo sono para marchar com suas novas legiões. Além disso, havia um novo mito futurista

que inspirou em Mussolini a visão de uma Itália socialista, nada diferente da Rússia eletrificada de Lênin, na qual a “vida se tornaria mais intensa e frenética, dirigida pelo ritmo da máquina”. Mussolini misturou todos esses elementos voláteis para produzir a sua infusão fascista, aromatizando-a com um salpico de violência vívida: “Não há vida sem derramamento de sangue”, segundo suas palavras¹⁷⁰.

Mas sangue de quem? Mussolini era um homem complexo e em muitos sentidos ambivalente. Diferente de Lênin, ele raramente agia, por vontade própria, com maldade; teria de ser tentado pelo mal, até que longos anos de poder e bajulação atrofiassem quase que completamente seu senso de moral. Não era capaz de participar de atos de violência gratuitos. Em 1919-20, buscava desesperadamente uma causa pela qual lutar. Referia-se ao fascismo, meio desesperançado, como “o refúgio dos heréticos, a igreja das heresias”¹⁷¹. Os socialistas, lançando mão da violência, deram-lhe o que ele queria. O mentor deles era um jovem e frágil marxista chamado Antonio Gramsci, que vinha da mesma tradição intelectual de Mussolini: marxismo, Sorel, sindicalismo, repúdio ao determinismo histórico, privilégio ao voluntarismo, necessidade de empurrar a história para frente, por ênfase ou luta, violência e mito, além de um pragmatismo maquiavélico¹⁷². Mas Gramsci, embora muito mais original do que Mussolini, não possuía o seu *aplomb* e autoconfiança. Descendia de uma família pobre da Sardenha. Seu pai tinha sido preso, e Gramsci, que já sofria do mal de Pott nos pulmões, começara a trabalhar aos 11 anos de idade, numa média de dez horas por dia. Ficou fascinado quando a sua futura mulher se apaixonou por ele (mandou para ela surpreendentes cartas de amor). Incapaz de se ver no papel de líder, tirou de Maquiavel não a idéia de um príncipe individual, como Mussolini o fez, mas sim a de um coletivo: “o príncipe moderno, o príncipe mito, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto — ele só pode ser uma organização”.

Dessa maneira, Gramsci ateve-se ao sindicalismo, enquanto Mussolini voltou-se para o romance e o drama; pregava a tomada das fábricas. Em 1920, os socialistas começaram a seguir seu conselho e logo a Bandeira Vermelha tremulava sobre oficinas de trabalho e repartições espalhadas por todo o país. Não havia um esforço específico de tomar o Estado. Os socialistas divergiam em relação às táticas e se separaram em janeiro de 1921, com o Partido Comunista (PCI) se formando mais para a esquerda. O que eles obtiveram com isso foi nada mais do que aterrorizar a classe média. Como Errico Malatesta avisou aos moderados: “se nós não seguirmos até o fim, pagaremos com lágrimas de sangue o terror que agora causamos à burguesia”¹⁷³. Não havia muita violência, mas a suficiente para dar a Mussolini a desculpa de se servir dela. Como na Alemanha, fizeram o erro catastrófico de usá-la¹⁷⁴. Mussolini se vangloriava de que o leopardo fascista podia facilmente se encarregar do “gado preguiçoso” das massas socialistas¹⁷⁵.

Os esquadrões de ação fascista formavam-se principalmente de ex-soldados, mas freqüentemente estudantes e formandos também eram recrutados. Esses esquadrões eram muito mais disciplinados e sistemáticos do que os socialistas, e se coordenavam por telefone. Quase sempre tinham o apoio passivo ou mesmo ativo das autoridades locais e dos *carabinieri*, que vasculhariam a *casa del popolo* socialista em busca de armas, para então dar o sinal verde aos esquadrões que a incendiariam. Os socialistas afirmavam que o fascismo era um partido de classe e que o seu terror era a *jacquerie borghese*. Não era bem assim: havia milhares de fascistas da classe operária, especialmente em áreas como Trieste, onde se podia invocar um elemento racial (os socialistas aí eram, em sua maioria, eslovenos). Foi nessas áreas periféricas

que o fascismo primeiro arrebanhou as massas, gradualmente se espalhando terra a dentro para a Bolonha, para o vale do Pó e para o interior de Veneza. Mussolini, sempre sensível às pessoas, logo entendeu que a Itália era um aglomerado de cidades, uma diferente da outra, e por isso deveriam ser tratadas individualmente. Ao se aproximar do interior, o elemento de classe média tornou-se predominante. O fascismo passou a exercer um fascínio poderoso sobre os jovens ricos. Uma das adesões mais importantes e perigosas foi a de Italo Balbo, que aos 25 anos entregou a Mussolini sua cidade natal, Ferrara, e logo se tornou o cabeça da milícia fascista e de longe o mais cruel, se bem que eficiente, dos *condottieri*¹⁷⁶. Em 1921, atravessou a Itália Central como se fosse um dos Borgias, deixando no seu rastro cadáveres e ruínas fumegantes das centrais de sindicatos. Foi Balbo quem primeiro aterrorizou a Itália *bien-pensant*, levando-a a acreditar ser o fascismo uma força irresistível.

Ele até amedrontou Mussolini, que sempre desaprovou a violência gratuita e chegou a discursar e escrever contra o seu uso¹⁷⁷. Entretanto, a expansão do fascismo empurrou Mussolini ao parlamento em maio de 1921, junto com outros 35 deputados, e também o colocou, com outros socialistas, numa minoria dentro do movimento. No Congresso fascista de Roma, naquele mesmo ano, ele foi forçado a transigir. Em troca de ser feito *duce*, ele teve de concordar com a violência, sendo 1922 o ano do terror fascista. Com efeito, as autoridades foram coniventes, enquanto um exército particular do partido iniciou uma conquista interna. De cidade em cidade as prefeituras foram tomadas de assalto, conselhos socialistas expulsos das repartições à força, enquanto os prefeitos locais eram demitidos por usarem a polícia para resistir à ilegalidade fascista. Os parlamentaristas não podiam concordar em formar um governo forte sob Giolitti, que eclipsaria Mussolini — o *duce* não teria lutado contra o Estado —, graças ao fato de o Vaticano ter impedido que partidos influenciados pela Igreja e os socialistas moderados participassem de coalizões. O novo Partido Comunista (como também mais tarde na Alemanha) de fato esperava por um regime fascista, acreditando que assim precipitaria uma revolução marxista¹⁷⁸. Quando Balbo se apoderou de Ravena, em julho de 1922, os socialistas prontamente recorreram a uma greve geral que foi um estrondoso fracasso.

A Itália não era um país tranquilo, nem bem governado. A pobreza era chocante, o mais alto índice de natalidade na Europa e, depois da Alemanha, uma das maiores taxas de inflação. O *risorgimento* provocou uma decepção, ao invés da terra prometida. A guerra e suas vitórias dividiram muito mais a Itália do que a unificaram. O regime parlamentar era lamentavelmente corrupto. A monarquia era malvista. O Estado se digladiava com a Igreja desde 1871 e era denunciado todos os domingos, de todos os púlpitos. Os serviços públicos estavam entrando em colapso. Havia um medo genuíno do Terror Vermelho, já que os jornais católicos só publicavam as atrocidades de Lênin e alardeavam a fome na Rússia. Mussolini não era identificado com a violência. Pelo contrário: para muitos, ele poria um fim nisso. Havia se tornado um magnífico orador. Aprendera com d'Annunzio o dom de conduzir um diálogo quase operístico com a multidão (*"A chi l'Italia?" "A noi!"*). Não era apenas um demagogo. Seus discursos eram especializados em reflexões filosóficas abrangentes, de que os italianos tanto gostavam. Liberais como Benedetto Croce, entre outros, compareciam aos seus comícios. No princípio do outono de 1922, sua oratória tinha adquirido um tom confiante de estadista. Mantinha agora contactos secretos com o palácio, com o Vaticano, com o Exército, a Polícia e os empresários. O que ele queria? Perguntavam-se todos. Ele respondeu a essa pergunta em Udine,

durante o último de uma série de discursos importantes feitos em todo o país: "Nosso programa é simples: queremos governar a Itália"¹⁷⁹. E ele governaria a Itália como ela nunca tinha sido governada desde os tempos dos romanos: firmemente, com justiça, honestamente e, acima de tudo, com eficiência.

Em 16 de outubro de 1922, Mussolini decidiu impor sua posição acreditando que, se esperasse, Giolitti, o único homem que ele temia, poderia roubar o seu papel. Organizou uma marcha sobre Roma para o fim do mês, englobando quatro divisões de quarenta mil homens de camisas pretas. Muitos dos comandantes da Polícia e do Exército concordaram em não atirar neles e o seu jornal *Il Popolo d'Italia* agitava a bandeira: *I grigioverdi fraternizzano con le Camicie Nere!* Mussolini tinha uma capacidade sem limites de vacilar entre *grandeur et farce*. Quando o seu Exército mal alimentado, mal vestido e mal equipado deteve-se na entrada de Roma, sob uma chuva torrencial, o espetáculo apresentado não tinha nada de temível naquela noite de 28 de outubro. O governo, apesar de fraco, tinha uma guarnição de 28.000 homens em Roma, sob um comando seguro que concordou em decretar estado de emergência. Roma fervia com boatos e rumores mal informados. O pequeno rei Victor Emanuel, aconchegado no seu Palácio Quirinal, foi informado de que seis mil soldados indisciplinados enfrentavam uma horda de cem mil fascistas resolutos. Entrou em pânico e se recusou a assinar o decreto, que teve de ser arrancado dos muros onde acabara de ser pregado. Nesse exato minuto o governo perdeu as rédeas.

Mussolini, apesar de impaciente, deu as cartas com muita habilidade. Quando, em Milão, ele recebeu um telefonema do ajudante-de-ordens do rei, general Cittadini, oferecendo-lhe poder parcial num novo ministério, simplesmente desligou o telefone. No dia seguinte, 29 de outubro, consentiu graciosamente em compor seu próprio governo, contanto que o convite feito por telefone fosse confirmado por telegrama. O telegrama chegou prontamente e, naquela mesma noite, ele se dirigiu à Estação Milão uniformizado, com sua camisa negra, a fim de pegar o noturno para Roma. Lady Sybil Graham, mulher do embaixador britânico, também se encontrava no trem e viu Mussolini, cercado de funcionários, consultar impientemente o relógio e dizer rispidamente ao chefe-de-estação: "De agora em diante, tudo tem que funcionar à perfeição"¹⁸⁰. Assim nasceram um regime e uma lenda.

Na última década de sua vida, Mussolini transformou-se numa criatura cada vez mais trágica e até grotesca. Olhando-se para trás, a partir desta perspectiva, é difícil de se entender que, do final de 1922 até meados da década de 30, ele figurasse como uma peça temível no tabuleiro de xadrez da Europa. Uma vez empossado, não incorreu nos erros óbvios de Lênin. Não criou uma política secreta nem aboliu o parlamento. A imprensa permaneceu livre e os líderes da oposição em liberdade. Houve alguns assassinatos, mas muito menos do que antes do *coup*. O Grande Conselho Fascista transformou-se num órgão do Estado, e os Camisas-Negras foram legalizados, trazendo um ar de ameaça para as eleições de abril de 1924, que resultaram numa grande maioria fascista. Mussolini se via como líder nacional muito mais do que como um líder do partido. Dizia que governava não só pelo consenso, como pela força¹⁸¹. Parecia que não tinha tanta vontade de poder, como vontade de poder governar. Queria permanecer no poder e ser reverenciado; queria ser amado.

Em 1924, o assassinato de Giacomo Matteotti, o mais intransigente dos deputados da oposição, colocou um fim a essas ilusões. Creditava-se a Mussolini a responsabilidade desse ato¹⁸². Já tinha havido assassinatos de deputados anteriormente, mas é interessante notar que esse crime em particular tivesse provocado tanta

tura na Itália e preocupações no exterior. Foi um grande prejuízo para Mussolini, de uma certa maneira um prejuízo permanente que se transformou numa espécie de itubiação¹⁸³, separando-o de quaisquer laços com os socialistas e liberais, levando-o para os braços de seus extremistas. Numa mistura característica de arrogância e desespero fatalista, ele anunciou o início do fascismo num famoso discurso em 3 de janeiro de 1925. Os jornais de oposição foram banidos. Os líderes de oposição foram enviados em *confino* numa ilha. Como disse Mussolini, oposição a uma nação monolítica era supérflua — ele poderia encontrá-la dentro de si mesmo e na resistência a forças objetivas —, um pouco de prestidigitação verbal de que até Lênin teria morrido de inveja¹⁸⁴. Fabricou uma fórmula totalitária retumbante, desde então muito citada, admirada ou ridicularizada: “Tudo para o Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado”. Toda uma série de “leis fascistas” foram adotadas, algumas constitucionais, algumas punitivas, outras positivas, sendo as últimas, as *Leggi di riforma sociale*, que expressavam a existência do Estado corporativo.

Mas sempre algo nebuloso pairava sobre o fascismo italiano. Suas instituições, como a Carta do Trabalho, o Conselho Nacional de Corporações e a Câmara de Fases e Corporações, não tinham muito a ver com a realidade italiana. Mussolini se vangloriava: “Nós controlamos as forças políticas, nós controlamos as forças morais, nós controlamos as forças econômicas. Assim, estamos em pleno Estado fascista corporativista”¹⁸⁵. Mas era um Estado construído sobre palavras e não sobre realizações. Se a definição totalitária de Mussolini representava a realidade, como é que ele podia entrar em entendimento com a Igreja, certamente “fora do Estado”, ou até assinar uma Concordata com o Vaticano, algo nunca feito por nenhum de seus predecessores parlamentares? Certa vez, ele definiu o fascismo como “uma democracia autoritária, concentrada, organizada de forma nacional”¹⁸⁶. Sim: mas *para que* servia toda essa autoridade? Percebe-se que Mussolini era um fascista relutante porque, no fundo, permanecia um marxista apesar de herético. A “revolução” para ele não tinha sentido sem uma expropriação em larga escala, coisa que a maioria de seus seguidores e correligionários não queria. Assim, a Utopia fascista estava fadada ao desaparecimento, deixando em seu lugar apenas o despotismo. Por volta de 1943, um pouco antes da *débâcle*, um artigo escrito pelo jovem militante Vito Panunzio na *Critica fascista* declarava que o regime ainda poderia vencer, desde que fizesse a “revolução fascista”¹⁸⁷. Nessa época, Mussolini já estava aparentemente exercendo o poder ditatorial por mais de duas décadas.

Mas se Mussolini não praticava o fascismo e nem sequer o conseguia definir com precisão, o fascismo era igualmente desorientador para os seus oponentes, especialmente para os marxistas. Os liberais anglo-saxões sofisticados o descartavam como um novo tipo de charlatanismo, menos sanguinário do que o leninismo e representando muito menos perigo para a propriedade. Mas, para os marxistas, o fascismo era muito mais sério. Em meados da década de 20, movimentos fascistas ocorriam em toda a Europa. Uma coisa que todos tinham em comum era o anticomunismo do tipo mais ativo. Combatiam a revolução com meios revolucionários e iam de encontro aos comunistas nas ruas, usando as mesmas armas do oponente. Já em 1923, o regime camponês búlgaro de Aleksandr Stamboliski, praticante do “comunismo agrário”, foi derrubado por um *putsch* fascista. O novo *bureau* internacional criado pelo governo soviético para disseminar e coordenar as atividades comunistas, o Comintern, conclamou os “trabalhadores do mundo” a protestar contra a “facção fascista vitoriosa búlgara”, reconhecendo pela primeira vez o

fascismo como um fenômeno internacional. Mas o que exatamente era o fascismo? Não havia nada específico sobre ele em Marx. Ele aconteceu tarde demais para que Lênin pudesse emitir qualquer opinião sobre sua marcha na história. Era impensável reconhecê-lo pelo que representava, ou seja, uma heresia marxista; para falar a verdade, uma modificação da heresia leninista em si. Por outro lado, tinha de ser enquadrado junto com a historiografia marxista-leninista e, portanto, provar-se não como um presságio do futuro, mas como uma chama perniciosa da era burguesa moribunda. Depois de muitas elocubrações, uma definição soviética oficial foi emitida em 1933: o fascismo era “uma ditadura terrorista sem disfarce de elementos do capital financeiro dos mais reacionários, chauvinistas e imperialistas”¹⁸⁸. Essa bobagem explícita tornou-se necessária pelo fracasso do marxismo “científico”, ao prever qual era o desenvolvimento político mais marcante do período entreguerras.

Enquanto isso, a Itália de Mussolini era agora um fato empírico, exatamente como a Rússia de Lênin, convidando o mundo a estudá-la com vistas à imitação ou ao repúdio. O historiador moderno constantemente tem que se conscientizar da interação incessante e rápida dos acontecimentos políticos a grandes distâncias. Era como se o desenvolvimento do rádio, do sistema de telefonia internacional, jornais de grande circulação e maneiras rápidas de viajar, produzissem uma nova concepção de sistema social e político, correspondendo às novas percepções científicas do universo e da matéria. De acordo com o Princípio de Mach¹⁸⁹, formulado pela primeira vez na virada do século, e então reformulado como parte da cosmologia de Einstein, o universo como um todo não só influencia acontecimentos terrestres e locais, como também é influenciado por eles, por menores que sejam. A mecânica quântica, desenvolvida na década de 20, demonstrou que o mesmo princípio se aplicava em nível de microquantidade. Não havia nada independente brotando dentro do universo¹⁹⁰. O “isolacionismo esplêndido” não era mais uma política viável, como os Estados Unidos o admitiram em 1917. Muitos acolheram de bom grado essa mudança e, para eles, a Liga das Nações era uma resposta a essa nova concepção de vida. Mas as implicações de um amálgama de idéias políticas globais eram tanto assustadoras quanto estimulantes. A metáfora da doença torna-se adequada. A peste negra, nos meados do século XIV, estendeu-se por mais de cinquenta anos, sem conseguir atingir algumas regiões. O vírus da influenza, em 1918, envolveu o mundo por semanas e se infiltrou em quase todas as partes. O vírus da força, do terror e do totalitarismo provou-se igualmente rápido e ubíquo. Tinha se implantado profundamente na Rússia. Agora chegara à Itália.

Se Lincoln Steffens podia pressentir um futuro promissor na Moscou de Lênin, o que não se poderia esperar da Roma totalitária? Mussolini não iria nem poderia fazer aparecer uma nova civilização fascista de dentro de suas fórmulas verbais nebulosas. Mas o que ele mais gostava de fazer e o que se sentia apto a fazer — era bem-dotado para fazê-lo — eram grandes projetos de construção. Atacou a malária, na época o grande flagelo que debilitava o centro e o sul da Itália¹⁹¹. A dragagem dos alagados de Pontines foi uma conquista prática de grande porte, além de símbolo da energia fascista. Mussolini encorajou Balbo, um piloto muito capaz, a construir uma grande indústria de aviação, detentora de muitos prêmios internacionais. Um outro chefe fascista, o financista veneziano Giuseppe Volpi, criou um cinturão industrial espetacular em Mughera e Mestre, no continente. Também Volpi, como ministro das Finanças, revalorizou a lira, tornando-a uma moeda relativamente forte¹⁹². Os serviços postais, telefônicos e ferroviários melhoraram consideravel-

mente. As greves cessaram. A corrupção continuou, talvez maior, mas era menos espalhafatosa e menos percebida. Na Sicília, a Máfia não foi destruída, mas a sua ação foi relegada a um plano menos notório. Sobretudo a violência não grassava nas ruas. Algumas dessas conquistas eram enganadoras, outras maléficas a longo prazo. Mas olhadas como um conjunto, elas impressionavam os estrangeiros, turistas e muitos Italianos também. Nenhuma Utopia estava surgindo na Itália, mas o contraste com a Rússia faminta e aterrorizada era chocante. Para aqueles que, ao norte dos Alpes, não aceitavam nem o bolchevismo do leste, nem o liberalismo do oeste, uma terceira opção nascia com a renascença italiana.

3

À ESPERA DE HITLER

No dia 10 de novembro de 1918, o capelão luterano do Hospital Militar de Pasewalk, na Pomerânia, convocou os pacientes para lhes dizer que a Casa dos Hohenzollern tinha caído: a Alemanha era agora uma república. A notícia atingiu os soldados feridos como um raio. Um deles era Adolf Hitler, um cabo de 29 anos, que tinha lutado no *front* ocidental durante toda a guerra e, por duas vezes, distinguira-se em ação; no início daquele ano, havia recebido o prêmio Primeira Classe da Cruz de Ferro. Um mês antes, no dia 13 de outubro, ao sul de Ypres, ficara temporariamente cego em função de um ataque de gás de mostarda. Não conseguia ler os jornais e não acreditou nos boatos de colapso e de revolução, chamando-os de “assuntos menores” inventados por alguns “jovens judeus” que “não tinham estado no *front*”, mas sim no “hospital de doenças venéreas”. Agora, o pastor idoso, com as lágrimas rolando pelas faces, contava aos soldados que o *kaiser* havia fugido, que a guerra estava perdida e que o *Reich* estava se colocando incondicionalmente à mercê de seus inimigos. As notícias da rendição, segundo Hitler escreveu mais tarde, eram “a certeza mais terrível de minha vida. Tudo ficou preto diante de mim. Eu tateei, procurando meu caminho de volta para o dormitório, onde me atirei no beliche e afundei minha cabeça fervente entre as cobertas e o travesseiro. Desde o dia em que estive diante do túmulo de minha mãe, nunca mais tinha chorado... Mas agora eu não podia evitar”¹.

O choque da derrota para a maioria dos alemães, especialmente para os soldados, foi enorme. Foi algo que ninguém no Ocidente compreendeu. Os alemães sabiam que estavam recuando no *front* ocidental. Mas a retirada foi feita ordenadamente. O exército estava intacto. E não era no Ocidente onde as principais ansiedades e ambições da Alemanha residiam. O país tinha ido à guerra principalmente por medo do crescente poderio militar e industrial da Rússia, sua vizinha tirânica, bárbara, autoritária e, mais do que tudo, imensa, bem à sua porta, ameaçando dominá-lo. Em meados de 1918, a Alemanha, apesar da luta desesperada no *front* ocidental, tinha exorcizado seu principal fantasma. A Rússia czarista havia sido derrotada e destruída. Sua sucessora tinha assinado uma paz imposta. O Tratado de Brest-Litvosk deu à Alemanha toda a segurança de que ela sempre precisou. A Rússia foi privada de 70% de sua capacidade de ferro e de aço, 40% de sua indústria total. Foi dado à Alemanha o que, na Rússia Européia, ela considerava de algum valor. São notórias as palavras

de regozijo de um membro do governo alemão: “É no Leste que recolheremos os juro de nossos bônus de guerra”². Na verdade, esse tratado foi mais dádioso por ter reaberto a perspectiva de um vasto império econômico no Leste europeu: a colonização das grandes planícies, que era o objetivo da civilização expansionista alemã da Idade Média. Esse “esforço para o Leste”, para um grande número de alemães, tinha um significado muito maior do que as incursões de colonização na África ou mesmo as jogadas do *kaiser* por uma supremacia comercial e marítima. Foi a Grande Rússia czarista que bloqueara o “destino manifesto” da Alemanha para o Leste. Agora, aquele despotismo monstruoso finalmente agonizava. O projeto dos Cavaleiros Teutônicos poderia ser novamente retomado.

No dia 1º de março de 1918, Kiev caiu e a Ucrânia foi ocupada por Ludendorff, que lá estabeleceu uma república de “Proprietários de Terra” sob a supervisão alemã e lançou os alicerces para uma colônia satélite do *Reich*. O *kaiser* tornou-se duque de Couland, abrangendo a Livônia e a Estônia, que seriam governadas pelas suas minorias alemãs sob a tutela da economia alemã. Em abril, tropas alemãs pisaram na Finlândia, um outro satélite em potencial. No dia 7 de maio, a Alemanha forçou uma paz ditada à Romênia, causando uma rápida colonização econômica. Ludendorff colocou tropas na Criméia, destinada a ser uma colônia alemã e, em setembro, ele já tinha chegado até os campos de petróleo de Baku, exercício preparatório para tomar de assalto o Transcáucaso, obtendo, dessa forma, uma posição estratégica na orla da Ásia Central. Mesmo os boatos sobre a queda dos Habsburgos e o desmantelamento da Turquia foram vistos pelos geopolíticos alemães como oportunidades para futuros saques e penetração econômica, tanto na Europa Central como no Oriente Médio. No princípio do outono de 1918, parecia a eles que a guerra, longe de estar perdida, tinha, em seus fundamentos, sido ganha — e ganha avassaladoramente. Na verdade, a Alemanha poderia emergir do acordo como uma terceira superpotência em nível de igualdade, tanto no potencial militar como no econômico, com os Estados Unidos e o Império Britânico.

Algumas ilusões sobreviveram até o primeiro choque esmagador da derrota. Deixando de lado o fato de que Wilson e o coronel House já tinham aceitado secretamente a interpretação anglo-francesa dos “Quatorze Pontos”, a postura otimista dos alemães era injustificada. Uma cidade do sul da Alemanha recebeu seus soldados desmobilizados com a bandeira “Bem-vindos, bravos soldados, seu trabalho foi feito, Deus e Wilson o continuarão”³. A verdade chegou à Alemanha somente quando os termos do Tratado foram publicados em maio de 1919. Versalhes, para a Alemanha, realmente não foi uma “paz cartaginesa”. Keynes se equivocara a esse respeito. A Áustria e a Hungria ficaram muito pior. Versalhes permitiu à Alemanha preservar o essencial do trabalho de Bismark. Tivesse ela optado pela paz, ter-se-ia inevitavelmente tornado, nas duas décadas seguintes, a força econômica dominante em toda a Europa Central e do Leste.

Mas as perdas da Alemanha têm de ser encaradas sob a perspectiva dos ganhos colossais que ela pensou ter conseguido muito pouco tempo antes. A idéia de que a Rússia czarista teria imposto à Alemanha termos infinitamente piores (muito parecidos, sem dúvida, com aqueles impostos em 1945) parece não ter ocorrido aos alemães. De qualquer maneira, a Rússia czarista tinha sido destruída por armas alemãs! Por que, então, estava a Alemanha sendo forçada no Leste a entregar comunidades alemãs inteiras aos eslavos bárbaros, tanto no corredor polonês, na Prússia do leste e, sobretudo, na Silésia, rica em carvão, ferro e indústria? Foram

essas perdas que causaram mais dor e ódio aos alemães, pois feriram seu orgulho: para eles, era contra a natureza viver sob o domínio eslavo. Mesmo o plebiscito da Silésia, uma importante concessão conseguida para a Alemanha por Lloyd George, tornou-se uma outra fonte de ódio, já que o governo nunca explicou ao público alemão o fato de que, pelo Tratado de Versalhes, a divisão da província era válida segundo os resultados locais. O plebiscito de 21 de março de 1921 deu à Alemanha uma maioria de 60%. Mas a Liga deu à Polônia 40% do território que continha uma maioria polonesa, porção essa que incluía a área industrial mais valorizada. Os alemães novamente acharam que tinham sido ludibriados; dessa vez, sua revolta foi contra a Liga⁴.

Num certo sentido, os alemães tinham sido ludibriados por muitos anos, mas principalmente pelos seus próprios governos, que jamais revelaram à população seus objetivos e métodos de política externa. A verdade completa só começou a aparecer em 1961, quando o grande historiador alemão Fritz Fischer publicou o seu *Griff nach der Weltmacht*, no qual traçou a continuidade agressiva na política expansionista militar e externa da Alemanha⁵. Uma controvérsia acirrada e longa se seguiu entre os historiadores alemães, culminando com a reunião, em Berlim, da Associação Histórica Alemã, em 1964.⁶ Durante esse debate, as causas essenciais da culpa de guerra alemã foram esclarecidas definitivamente e, com o passar do tempo, aceitas até pelos seus críticos mais severos. Vale a pena citá-las rapidamente.

Na segunda metade do século XIX, a Alemanha se tornara uma potência industrial muitíssimo bem-sucedida. Isso incluía o surgimento de um vasto proletariado industrial que não podia ser manobrado como camponeses e com quem a classe dominante de proprietários de terra e militares não estava propensa a dividir o poder. Uma solução dualista para esse problema foi dada por Bismark. Por um lado, por volta de 1880, ele expandiu os serviços tradicionais de bem-estar social da monarquia prussiana, criando, pela primeira vez no mundo, a noção de Estado previdenciário⁷. Por outro lado, após o término de suas guerras expansionistas, ele procurou deliberadamente preservar a unidade interna, inventando ameaças estrangeiras imaginárias de “certos militares”, e dessa maneira envolvendo a nação numa mentalidade homogênea de estado de sítio. Bismark sabia como manipular esse pesadelo artificial, coisa que não aconteceu com seus sucessores. Eles próprios chegaram inclusive a acreditar nesse pesadelo, vítimas do medo e do crescente irracionalismo. No mais tardar até 1911, o grupo dominante da Alemanha tinha liberado um novo nacionalismo étnico: “o objetivo era consolidar a posição das classes dominantes através de uma política externa bem-sucedida; esperava-se que uma guerra resolvesse as crescentes tensões sociais. Ao engajar as massas numa grande luta, as partes da nação que tinham ficado separadas até esse momento seriam integradas no Estado monárquico”⁸. O objetivo da guerra de 1914 era criar uma nova ordem européia, na qual a Alemanha teria um papel predominante. A maneira como Riezler, secretário da Bethmann Hollweg, descreveu a sugestão de uma união econômica européia era “o disfarce europeu da nossa vontade de poder”⁹. Bethmann Hollweg reconhecia que a Grã-Bretanha não poderia absolutamente aceitar o domínio germânico total na Europa. Daí o fato de a Grã-Bretanha (assim como a França e a Rússia) ter de ser derrotada, o que significava a Alemanha exercer o papel de superpotência mundial. Como disse Riezler, repetindo o pensamento de Bethmann Hollweg: “O erro trágico da Inglaterra pode ser o de nos compelir a arregimentar forças, de explorar todas as nossas potencialidades, de nos levar a problemas mundiais, de nos impor — contra a nossa

vontade — um desejo de dominar o mundo”¹⁰. Essa última formulação era muito característica do desejo alemão de transferir a responsabilidade moral de agressão a outrem.

Se a responsabilidade de ter começado a guerra era compartilhada tanto pelos setores civis como pelos militares do sistema governante alemão, a magnitude da derrota foi culpa dos generais e dos almirantes. A Alemanha deixou de ser um império civil em todos os sentidos, no dia 9 de janeiro de 1917, quando Bethmann Hollweg se curvou diante da exigência, à qual ele resistira por três anos, de travar a guerra submarina irrestrita. Portanto, os almirantes e Ludendorff tomaram as rédeas. Era a guerra deles. Eles aumentaram as apostas na mesa de jogo, assegurando assim que, quando o desastre inevitável chegasse, a Alemanha não seria apenas derrotada, mas destruída, falida, envergonhada e humilhada. Como disse Riezler: “Nós simplesmente teremos que aceitar o *Diktat*”¹¹. Escravidão por cem anos. O sonho do mundo terminado para sempre. O fim de todo o orgulho nacional. A dispersão dos alemães pelo mundo. O mesmo destino dos judeus”¹².

É uma pena que Keynes não tenha podido estar a par desses pensamentos desesperados de um homem que estava no ponto mais central da máquina alemã de tomar decisões. Ele poderia, então, ter avaliado que a chamada “paz cartaginesa” era na verdade muito mais generosa do que os governantes alemães secretamente esperavam. Mas é lógico que a esmagadora maioria dos alemães era muito mais desinformada do que Keynes. Ela tinha aprendido e acreditava que a guerra havia sido causada principalmente pelo expansionismo russo e pela inveja comercial britânica. Para a Alemanha, tratara-se de uma guerra defensiva de sobrevivência. A tragédia é que, quando veio o colapso em 1918, perdeu-se a oportunidade de dizer a verdade ao povo alemão. Mesmo entre os socialistas alemães, os únicos a admitir a culpa de guerra alemã foram Kurt Eisner, assassinado em 1919, Karl Kautsky, que tinha a função de colocar em ordem os documentos diplomáticos do pré-guerra, e Eduard David, que tinha visto os documentos-chave quando era sub-secretário do Ministério do Exterior, logo após a queda da monarquia¹³. Entretanto, nenhum dos documentos de real importância foi publicado ou tornado acessível. Historiadores alemães, os melhores do mundo, traíram sua profissão e se iludiram. Igualmente importantes, os principais atores da tragédia mentiram ou esconderam os fatos. Bethmann Hollweg poderia ter dito a verdade sobre as origens da guerra e o papel dos militares em perdê-la. Apesar de instigado, não cedeu. Tanto Tirpitz como Ludendorff atacaram-no em suas memórias. Mas o relato de Bethmann pouco diz sobre isso: ele temia aprofundar as já tão grandes dissensões da sociedade alemã¹⁴.

A verdade não foi só omitida: ela foi deliberadamente ocultada com o mito de que a máquina de guerra alemã tinha sido “apunhalada pelas costas” pela covardia e derrotismo civis. É difícil de acreditar que esse mito tenha sido aceito. Nenhuma força na Alemanha dos Guilhermes era capaz de desafiar os militares, muito menos atacá-los pelas costas. A Alemanha era a mais militarizada sociedade da Terra. Mesmo a nova indústria era organizada de maneira militar. As cidades-fábricas cresceram ao redor das cidades-casernas dos reis-soldados Hohenzollern. O exercício militar contínuo afetou as classes empresariais e até os primeiros movimentos sindicalistas dos sociais-democratas, com ênfase exagerada na disciplina. Havia uniformes por toda a parte. O *kaiser* se referia com desprezo aos ministros, políticos e diplomatas, chamando-os de “civis imbecis”. Para aumentar seu prestígio, membros do governo faziam uso do traje militar. Bismark usava um uniforme de general de

cavalaria. Quando Bethmann Hollweg surgiu como chanceler no Reichstag, envergava um uniforme de major. O próprio *kaiser* sentava-se em sua mesa de trabalho empoleirado numa sela militar, em vez de numa cadeira¹⁵. A idéia de que civis de alguma maneira derrubassem essa enorme estrutura militar onipresente, principalmente no meio da maior guerra da história, era absurda.

Mas era justamente o contrário. Foi Ludendorff quem, de repente, percebendo o fim do jogo e determinado a preservar o Exército intacto enquanto ainda havia tempo, insistiu num armistício. Foi seu sucessor, o general Wilhelm Groener, quem informou ao *kaiser* de que o Exército estava retornando ordenadamente, “mas não sob o comando de Vossa Majestade, porque ele não mais obedece a Vossa Majestade”¹⁶. E foi o Exército que, tendo ajudado a maquinar a guerra, aumentado as apostas e assegurado que a derrota seria calamitosa, justamente esse Exército foi que escapuliu de suas responsabilidades e entregou a autoridade de volta aos civis. A esses foi deixada a tarefa e a ignomínia de providenciar o armistício e assinar a paz, enquanto os generais preparavam a sua absolvição traiçoeira.

Dessa forma, graças a uma curiosa miopia nacional que continha elementos de auto-engodo, os alemães perdoaram aqueles que levaram o país a um caos pavoroso. Os Aliados desistiram de sua idéia de tribunais de crime de guerra. Até voltaram atrás com relação à extradição de oficiais alemães que haviam transgredido a Convenção de Haia. Esses homens foram liberados para comparecer às cortes alemãs, onde lhes foram dadas sentenças insignificantes, sendo-lhes então permitido fugir e voltar às suas casas como heróis.

No lugar deles, foram os socialistas e os políticos do centro que levaram a culpa pelos problemas da Alemanha. Os socialistas tinham sido o maior partido no *Reichstag* antes da guerra. Mas nunca foram admitidos no governo; e em face de o parlamento ter um controle financeiro inadequado — a maior fraqueza da “democracia” alemã do pré-guerra —, eles não tinham a possibilidade de qualquer ação eficaz que reprimisse o imperialismo alemão, mesmo havendo votado contra esse expansionismo. Foram o único partido a se opor às anexações alemãs na Rússia no início de 1918. Com o final da guerra, detiveram o poder, finalmente, por um curto espaço de tempo, mas apenas como depositários legais de um império falido, cujos pecados deveriam carregar. Quando os políticos do centro assumiram, como logo o fizeram, também foram atingidos pela derrota, pela capitulação, pelo fato de serem os “homens dos Aliados”.

A um grau maior ou menor, o estigma de Versalhes ficou ligado a todos os políticos da nova República e até à idéia da República em si, e também a toda a idéia da democracia parlamentar. Pela primeira vez os alemães tiveram a oportunidade de se autogovernar. Todas as pessoas acima de vinte anos, homens e mulheres, tinham o direito de voto. Eleições para todos os órgãos públicos seriam iguais daí para a frente, bem como seriam secretas, diretas e obedecendo a uma representação proporcional. A censura foi abolida. Os direitos de assembleia, garantidos. Os sindicatos, reconhecidos pelos empregadores. A jornada de oito horas tornou-se obrigatória¹⁷. Quando as primeiras eleições foram realizadas, em janeiro de 1919, a República foi favorecida por três quartos dos 80% que tomaram parte na votação.

A nova Constituição de Weimar foi elaborada sob a supervisão do grande sociólogo Max Weber. O Parlamento recebeu soberania financeira total pela primeira vez. Ele deveria supostamente incorporar todos os melhores aspectos da Constituição americana. Mas deixava um flanco aberto. O presidente, eleito por um

período de sete anos, não era o chefe do governo: esta função cabia ao chanceler, uma figura de partido responsável perante o parlamento. Mas o presidente, pelo artigo 48, tinha poderes de emergência, quando o Parlamento não estava em sessão. A partir de 1923, esse artigo era invocado perversamente, toda vez que havia um impasse no Parlamento. E este estava sempre num impasse, pelo fato de a representação proporcional impedir o desenvolvimento de um sistema bipartidário e de maiorias absolutas. Para muitos alemães — que tinham sido educados com a idéia de que a Alemanha e os alemães constituíam uma unidade orgânica e metafísica — o espetáculo de um parlamento dividido e emperrado era a coisa mais antinatural. O raciocínio segundo o qual o Parlamento se definia como o fórum em que conflitos de interesses, verdadeiros e inevitáveis, se resolviam pacificamente era estranho e inaceitável para eles. Entretanto, o *Reichstag* era visto como um mero teatro para a encenação da “dança dos partidos”, enquanto que a honrosa, orgânica, eterna e real Alemanha estava personificada pelo presidente e pelo artigo 48. Essa fenda constitucional se mostrou apenas aparente sob o primeiro presidente, o socialista Friedrich Ebert. Ele preferia usar o seu poder, ao invés de induzir os parlamentares ao hábito de resolver suas diferenças. Isso piorou muito com o marechal-de-campo Hindenburg, que o substituiu.

Embora Ludendorff tivesse conduzido a guerra, Hindenburg tinha sido o comandante nominal e herói público. Uma gigantesca estátua de madeira, representando-o, foi erigida em 1916 para simbolizar a determinação alemã de vencer. Se um cidadão comprasse um bônus de guerra, teria a permissão de martelar um prego na estátua de Hindenburg. Cerca de cem mil pregos foram então cravados nesse colosso. Imediatamente após o término da guerra, a estátua foi esfaqueada para virar lenha, como se para simbolizar o desaparecimento dos militares e o reinado dos civis. Foram eles — Weimar e, especialmente, o Parlamento — que foram identificados com o Tratado e todas as dificuldades e vergonha do pós-guerra. Quando esse titã de madeira reapareceu como presidente, ele personificou não apenas o heroísmo da guerra e a unidade alemã, em oposição à desunião dos partidos, mas também o contraprincípio anti-republicano incrustado na própria Constituição de Weimar. E foi sob Hindenburg que a prerrogativa presidencial foi usada para nomear e demitir chanceleres e dissolver o *Reichstag*, culminando com a suspensão virtual do governo parlamentar nos últimos anos. O processo chegou a seu clímax com Hitler, quando este explorou o artigo para lançar os alicerces de sua ditadura antes do desaparecimento do Parlamento, em abril de 1933.

A fissura dentro da Constituição não teria a menor importância, não tivesse ela espelhado uma divisão muito mais profunda na sociedade alemã, mais precisamente nas mentes dos alemães. A isto eu chamo de divisão Este-Oeste. E este é um dos temas centrais dos tempos modernos, no que foram influenciados pelo destino da Alemanha. O iliberalismo era a principal característica do regime dos príncipes, generais, proprietários de terras, juristas da Alemanha da pré-guerra, que o dotaram de uma legitimidade acadêmica, e dos pastores luteranos, que o dotaram de uma autoridade moral. Essa casta governante odiava o Ocidente e o desprezava, não só por suas idéias liberais, mas sobretudo pelo materialismo bruto e pela falta de espiritualidade que (na opinião deles) tais idéias representavam. Eles queriam manter a Alemanha “intocada” pelo Ocidente, e essa foi uma das razões pelas quais planejavam retomar a conquista medieval e a colonização do Leste, cavando um império continental para a Alemanha, que se faria independente do sistema do

~~o~~ mundo anglo-saxão. Esses alemães ultragermânicos estabeleceram uma distinção fundamental entre “civilização” — que definiram como desarraigada, cosmopolita, imoral, antigermânica, ocidental, materialista e corrompida racialmente — e “cultura” — definida como pura, nacional, germânica, espiritual e autêntica¹⁸. A civilização empurrou a Alemanha para o Ocidente, a cultura a empurrou para o Leste. A Alemanha verdadeira não fazia parte de uma civilização internacional, mas sim de uma cultura racial nacional independente. Quando o apelo do Ocidente foi aceito, aconteceu um desastre; quando a Alemanha foi em busca do seu destino no Leste, realizou-se completamente.

Para falar a verdade, foram os alemães ultragermânicos que governaram a Alemanha sempre, foram eles que criaram o anseio de guerra, que levaram a Alemanha à guerra e, depois, perderam. Para a maioria dos alemães, entretanto, a mitologia do “apunhalar pelas costas” desmentia essa análise factual, porque atribuía a perda da guerra ao derrotismo e à traição dos alemães mais ocidentalizados, que tinham assinado o armistício, aceitado a paz desastrosa, introduzido a república e entronado o “governo dos partidos”. Dessa forma, os mais ocidentalizados foram responsabilizados por todos os infortúnios da Alemanha no mundo do pós-guerra, como era de se prever, já que eles eram os fantoches, ou agentes remunerados, dos políticos ocidentais em Paris e Londres e da comunidade financeira internacional de Wall Street e da City. O posto avançado que mantinham na Alemanha era o Parlamento em Weimar. Mas a cultura alemã autêntica ainda tinha o seu baluarte dentro da república, na figura do presidente Hindenburg, um ultra-germânico *par excellence*, e na autoridade do artigo 48. No devido tempo, essa cabeça-de-ponte poderia ser ampliada.

Por enquanto, os mais ocidentalizados estavam triunfantes. Weimar era uma república “ocidental”. Representava a civilização mais do que a cultura: a civilização estava no poder, a cultura na oposição. Não é coincidência, por outro lado, o fato de a civilização alemã ter atingido seu florescimento mais ostentoso durante a década de 20, quando a Alemanha, por um curto período, tornou-se o centro mundial das artes e das idéias. Esse triunfo vinha sendo construído por muito tempo. A Alemanha era de longe o país com o melhor índice de população educada do mundo: já no final do século XVIII ultrapassava a marca de 50% de alfabetizados. Durante o século XIX, havia progressivamente estabelecido um sistema de educação superior que, por sua diversificação e profundidade, era incomparável em erudição. Havia universidades internacionalmente famosas que se situavam em Munique, Berlim, Hamburgo, Göttingen, Marburgo, Friburgo, Heidelberg e Frankfurt. A *intelligentsia* liberal alemã abandonou a vida pública e política por volta de 1860, deixando o campo aberto para Bismark e seus sucessores. Mas ele não emigrou. Na verdade essa *intelligentsia* se espalhou e, quando começou a voltar à tona, logo antes da Grande Guerra, chegando ao comando em 1918, o mais surpreendente era a sua força policentral.

Logicamente, Berlim, com a sua população de quatro milhões de habitantes, mantinha a primazia. Mas, diferentemente de Paris, não sugou todas as energias artísticas e intelectuais do país. Enquanto Berlim tinha sua Alexanderplatz e a Kurfürstendamm, havia muitos outros ímãs culturais: o Bruehl, em Dresden, o Jungfernstieg, em Hamburgo, a Schweidnitzterstrasse, em Breslau ou ainda a Kaisers-
trasse, em Frankfurt. O centro das experiências arquitetônicas, a famosa Bauhaus, estava localizada em Weimar, mais tarde se transferindo para Dessau. O centro de estudos artísticos mais importante, o Instituto Warburg, situava-se em Hamburgo.

Dresden tinha uma das mais belas galerias de arte do mundo, assim como, sob a direção de Fritz Busch, um dos principais teatros líricos da Europa, no qual estrearam duas óperas de Richard Strauss. Munique possuía uma grande quantidade de teatros, e também uma não menos famosa galeria; era a sede da *Simplicissimus*, a principal revista satírica, e a cidade onde Thomas Mann, o maior romancista, habitava. O *Frankfurter Zeitung* era o melhor jornal alemão e Frankfurt era um magnífico centro teatral e operístico (como o era Munique). E outras cidades como Nuremberg, Darmstadt, Leipzig e Düsseldorf testemunharam as estréias de muitas das mais importantes peças teatrais dos anos 20.¹⁹

O que distinguia Berlim era o seu teatro, o mais rico do mundo na década de 20, com uma forte linguagem política. Sua fama tinha começado antes da guerra, com o reinado de Max Reinhardt, no Deutsche Theater, mas, em 1918, o republicanismo assumiu o poder. Alguns teatrólogos eram revolucionários engajados, como Friedrich Wolf e Ernst Toller, que trabalharam para o “Teatro Proletário” de Erwin Piscator e para o qual George Groz desenhava cenários. Bertold Brecht já escrevia alegorias políticas em 1922, aos 24 anos de idade, quando sua peça *Drums in the Night* foi encenada pela primeira vez em Berlim. Era a violência o que o atraía no comunismo; o gangsterismo, na cultura americana, tanto quanto o fascismo atraía seu amigo Arnolt Bronnen. Brecht desenhou seu próprio “uniforme”, a primeira das roupas esquerdistas – boné de couro, óculos de armação de metal, casaco de couro. Quando *The Threepenny Opera*, que ele escreveu com o compositor Kurt Weill, foi levada à cena, em 1928, ela alcançou um recorde definitivo para uma ópera: quatro mil apresentações pela Europa em um único ano²⁰. Mas o volume maior dos sucessos em Berlim foi escrito por liberais sofisticados, muito mais famosos por serem “ousados”, pessimistas, problemáticos e, sobretudo, “perturbadores”, do que por serem políticos: homens como Georg Kaiser, Carl Sternheim, Arthur Schnitzler, Walter Hasenclever, Ferdinand Bruckner e Ferenc Molnar²¹. Algumas vezes a “direita cultural” investia contra uma peça em particular, como quando tentou perturbar a estréia de *Der Fröhliche Weinberg*, de Carl Zuckmayer (que também escreveu o *script* para *The Blue Angel*). Mas, na realidade, era o teatro como um todo que os conservadores desaprovavam, pelo fato de nenhuma peça de direita ou nacionalista nunca ter sido encenada em Berlim. Depois de assistir a uma peça de Gerhart Hauptmann, um chefe de polícia alemão resumiu a reação da Alemanha-Kultur: “Toda essa corrente deveria ser liquidada”²².

Berlim também era a capital mundial nos campos da ópera e do cinema. Possuía um número grande de diretores de primeira linha, empresários, maestros e produtores: Reinhardt, Leopold Jessner, Max Ophuls, Victor Barnowsky, Otto Klemperer, Bruno Walter, Leo Blech, Joseph von Sternberg (*The Blue Angel*), Ernst Lubitsch, Billy Wilder (*Emil and the Detectives*), Fritz Lang (*Metropolis*). Também nos projetos e na confecção de cenários e guarda-roupas, na iluminação, nos altos padrões de orquestra e coro, na mais pura atenção aos detalhes, Berlim não tinha rival. Quando *Wozzeck*, uma nova ópera escrita por Alban Berg, o mais bem-dotado dos alunos de Arnold Schoenberg, teve sua *première* na Ópera Estatal de Berlim, em 1925, o maestro Erich Kleiber insistiu em fazer nada menos do que 130 ensaios²³. O Festival de Música de Berlim, em 1929, apresentou Richard Strauss, Bruno Walter, Furtwängler, George Szell, Klemperer, Toscanini, Gigli, Casals, Cortot e Thibaud²⁴. Neste cenário de talento, habilidade e perícia artísticas, a Alemanha conseguiu desenvolver a principal indústria cinematográfica do mundo, produzindo mais filmes

■ década de 20 do que os outros países da Europa somados: 646 só no ano de 1922.²⁵

Ainda mais notável foi o sucesso da Alemanha nas artes visuais. Em 1918, Walter Gropius passou a dirigir a Escola de Artes e Ofícios de Weimar, e começou a colocar em prática sua teoria de *Gesamtkunstwerk* ou o trabalho total de arte. Este termo, usado primeiramente por Wagner, foi reutilizado por Gropius, por analogia com uma catedral gótica, que apresenta o uso integrado da pintura, arquitetura, mobiliário, trabalho em vidro e metal, escultura, jóia e tecido. A idéia foi tirada do renascimento gótico, mas o clima adotado na Bauhaus era dado pelo uso funcional dos mais recentes materiais e técnicas de construção. Lothar Schreyer, um dos professores, disse a propósito: "Nós sentíamos que estávamos literalmente construindo um mundo novo". Muitos talentos requintados foram atraídos: Klee, Kandinsky, Mies van der Rohe, Oskar Schlemmer, Hannes Meyer. E artistas visitantes como: Bartók, Hindemith, Stravinsky²⁶.

Foi a institucionalização do modernismo, que parecia tão fresco em Weimar, que lhe deu uma força tão peculiar. Sobretudo em todos os campos das artes, Weimar foi menos hostil ao modernismo do que qualquer outra sociedade ou sistema político. Os principais museus alemães começaram a comprar esculturas e pinturas modernas, da mesma forma como os teatros líricos passaram a patrocinar a atonalidade. Otto Dix tornou-se catedrático de arte em Berlim, assim como Klee, em Düsseldorf e Kokoschka, em Dresden. Igualmente importante no processo de aceitação do modernismo foi o trabalho de historiadores e teóricos da arte, como Carl Einstein, W.R. Worringer e Max Dvorák, que trouxeram o abstracionismo e o expressionismo para o contexto da tradição artística da Europa. Como resultado, Berlim rivalizou com Paris, suplantando-a até como centro de exposições de pintura moderna. A galeria dirigida por Herwath Walden e sua mulher, Else Lasker-Schüler, que também publicava a revista *Der Sturm*, era mais empreendedora de que qualquer uma, na Rive Gauche, que expusesse Léger, Chagall, Klee, Kurt Schwitters, Moholy-Nagy e Campendonck. O *Neue Sachlichkeit*, ou o Novo Realismo, que desbancou o expressionismo moribundo em 1923, atraiu mais interesse do que os movimentos de Paris²⁷.

Havia, de fato, uma supremacia cultural modernista na Alemanha de Weimar. Isso era altamente provocador para os ultra-germânicos, que a denominavam de *Kulturbolschewismus*. Durante toda a guerra, a imprensa ultrapatriótica alemã tinha avisado que a derrota faria triunfar a filosofia e a literatura "decadentes" ocidentais, como se Lloyd George e Clemenceau não agüentassem esperar chegar a Berlim para enfiar o cubismo pela goela abaixo dos alemães. Mas agora isso finalmente acontecia! Weimar era o grande campo de batalha no qual o modernismo e o tradicionalismo lutaram pela supremacia na Europa e no mundo, porque em Weimar o novo tinha a seu lado as instituições, ou algumas delas. Também tinha a lei: a lei de censura de Weimar, embora ainda severa, era provavelmente a menos repressora da Europa. Filmes como *The Blue Angel* não podiam ser exibidos em Paris. *Shows* de boates e espetáculos em Berlim eram os menos inibidos de todas as maiores capitais. Peças, romances e até pinturas abordavam temas como a homossexualidade, o travestismo e o incesto. Foi na Alemanha onde os escritos de Freud foram mais absorvidos pela *intelligentsia* e tiveram penetração numa variedade mais abrangente da expressão artística.

A *intelligentsia* da esquerda sempre tentou, deliberadamente, levar os "pensadores de direita" da Alemanha à loucura. Durante muito tempo havia sido sufocada por uma sabedoria convencional do exército, da Igreja, da corte, da academia. Agora

era a vez daqueles que estavam de fora, de uma maneira curiosa e sem precedentes, se transformarem nos de dentro da sociedade de Weimar. No *Weltbühne*, o mais inteligente e significativo dos novos periódicos, a liberdade sexual e o pacifismo eram exaltados, ao passo que o exército, a universidade, a Igreja e, principalmente, a classe média confortável e laboriosa eram atacados ferozmente e ridicularizados. O periódico publicava trabalhos de Kurt Tucholsky, um satirista que muitos comparavam a Heine e cuja pena mordaz, mais do que a de qualquer outro escritor, espetava com frequência e sucesso os ultragermânicos. Seria o equivalente verbal das caricaturas terríveis de George Grosz. Certa vez escreveu: "Não há segredo do Exército alemão que eu não entregasse prontamente a uma potência estrangeira"²⁸. Tucholsky era muito bem-dotado. Sua intenção era provocar dor, ódio e fúria. E conseguiu.

Essa guerra de trincheira cultural, travada sem o menor respeito a qualquer Convenção de Genebra, sem piedade na sua malignidade, animosidade e crueldade, foi calculada para despertar o atavismo dos ultragermânicos. O enfoque que estes tinham do domínio público havia sido, até certo ponto, deliberadamente manufaturado por Bismark. Mas muito antes de 1914, tal enfoque tinha-se tornado instintivo e rotineiro, sendo o *Reich* o objeto de conspirações mundiais, políticas, econômicas e militares. A catástrofe da guerra, longe de exorcizar os fantasmas, parecia confirmá-los. E aqui estava a Alemanha, nobre, desamparada e sofrida, arrebatada pela derrota, escarnecidamente atormentada pela gentilha cosmopolita, que parecia controlar todos os acessos à arte e, por uma conspiração secreta, estar substituindo a *Kultur* alemã pela sua própria, a amaldiçoada *Zivilisation*. As queixas aumentaram na década de 20 e foram brilhantemente resumidas num livro chamado *Kurfürstendamm*, escrito por Friedrich Hussong e publicado poucas semanas depois da tomada do poder pelos nazistas:

Um milagre aconteceu. Eles não mais se encontram... Alegaram ser o *Geist* alemão, a cultura alemã, o presente e o futuro dos alemães. Para o mundo, eles representavam a Alemanha, falavam em seu nome... Tudo o mais era um *kitsch* lamentável, inferior e equivocado, um filistinismo odioso... Eles sempre se sentaram na primeira fila. Conferiam títulos de nobreza, em espírito, ao europeísmo. O que não aceitavam, não existia... Eles se inventaram e aos outros. Quem quer que os servisse, teria sucesso. Apareceriam nos seus palcos, escreveriam em seus periódicos, teriam publicidade no mundo inteiro; suas mercadorias seriam recomendadas, mesmo que fossem queijos ou relatividade, pólvora ou *Zeittheater*, patentes de remédios ou direitos humanos, democracia ou bolchevismo, defesa do aborto ou crítica ao sistema legal, música negra infecta ou dança sem roupa. Resumindo, nunca houve uma ditadura mais despudorada do que a da *intelligentsia* democrática e a *Zivilisations-literaten*²⁹.

É claro que, fundamentando e reforçando a paranóia, estava a crença de que a cultura de Weimar tinha sido inspirada e controlada pelos judeus. Não terá sido todo o regime uma *Judenrepublik*? Havia pouca base para esta última doxologia, apoiada nas teorias contraditórias de que os judeus dominavam tanto o bolchevismo quanto a rede capitalista internacional. Os judeus, de fato, tinham se destacado nos primeiros movimentos comunistas. Mas eles perderam terreno na Rússia quando os bolcheviques tomaram o poder; o regime já era anti-semita em 1925. Também na

Alemanha, os judeus, embora um instrumento na criação do Partido Comunista (KPD), foram rapidamente erradicados, uma vez que um partido de massa se organizou. Nas eleições de 1932, quando quinhentos candidatos se elegeram, nenhum deles era judeu³⁰. Nem sequer, do outro lado do espectro, eram os judeus particularmente importantes nas finanças e na indústria alemãs. Acreditava-se na conexão misteriosa entre Bismark e seu conselheiro financeiro Gerson von Bleichröder, um judeu que organizou os Rothchilds e outras casas bancárias para financiar as guerras da Alemanha³¹. Mas, por volta da década de 20, os judeus raramente se envolviam com as finanças do governo. Os empresários judeus ficavam fora da política. Os grandes negócios eram representados por Alfred Hugenberg e o Partido Nacionalista Alemão do Povo, que era anti-semita. Os judeus tiveram uma participação muito ativa na fundação de Weimar, mas, depois de 1920, um dos poucos judeus que ocupavam cargos importantes foi Walther Rathenau, assassinado dois anos mais tarde.

Na cultura, entretanto, foi um outro assunto. Não havia nada mais azedo do que uma tirania cultural, real ou imaginária, e na cultura de Weimar “eles” podiam facilmente ser identificados com os judeus. O mais odiado de todos, Tucholsky, era judeu. Como também o eram outros críticos importantes e formadores de opinião, como Maximilian Harden, Theodor Wolff, Theodor Lessing, Ernst Bloch e Felix Salten. Quase todos os melhores diretores de cinema eram judeus e cerca de metade dos teatrólogos mais bem-sucedidos, tais como Sternheim e Schnitzler. Os judeus eram predominantes no mundo dos espetáculos e mais ainda na crítica teatral, um ponto muito delicado entre os ultragermânicos. Havia muitos atores judeus brilhantes e muito conhecidos, como p. ex.: Elisabeth Bergner, Erna Sack, Peter Lorre, Richard Tauber, Conrad Veidt e Fritz Kortner. Os jornais mais importantes pertenciam a judeus, como o *Zeitung*, de Frankfurt, o *Berliner Tageblatt* e o *Vossische Zeitung*. Os judeus também dirigiam as mais influentes galerias de arte. Eram especialmente bons em editoras, que (logo depois das lojas de departamento) eram provavelmente a área de comércio em que os judeus mais se aproximavam da predominância. As editoras mais liberais, tais como Malik Verlag, Kurt Wolff, os Cassirers, Georg Bondi, Erich Reiss e S. Fischer, eram de propriedade de judeus. Havia um grande número de escritores judeus proeminentes e bem-sucedidos: Hermann Broch, Alfred Döblin, Franz Werfel, Arnold Zweig, Vicki Baum, Lion Feuchtwanger, Bruno Frank, Alfred Neumann e Ernst Weiss, assim como Franz Kafka, que a *intelligentsia* colocava no mesmo nível de Proust e Joyce e que era objeto de aversão dos ultragermânicos. Em cada setor das artes, seja em arquitetura, escultura, pintura ou música, em que as mudanças tinham sido rápidas e repugnantes para gostos conservadores, os judeus tinham participado da transformação, embora raramente tivessem o controle. Uma exceção, talvez, tenha sido a música, em que Schoenberg foi acusado de “assassinar” a tradição alemã. Mas, mesmo nessa área, o seu pupilo mais bem-sucedido e inovador, Berg, era um católico ariano. Convém dizer que a cultura de Weimar teria sido bem diferente e muito mais pobre sem o elemento judeu, o que certamente era prova suficiente para tornar plausível a teoria de uma conspiração cultural judia³².

Esse foi o motivo principal para o fato de o anti-semitismo ter feito um avanço tão surpreendente na Alemanha de Weimar. Até a república, o anti-semitismo não era uma doença que se pensava de fácil contágio na Alemanha. A Rússia era a terra do *pogrom*. Paris era a cidade da *intelligentsia* anti-semita. O anti-semitismo parece ter surgido na Alemanha por volta de 1870 e 1880, numa época em que os filósofos sociais do tipo determinista usavam os princípios da seleção natural de Darwin para

desenvolver “leis” que explicassem as mudanças colossais causadas pelo industrialismo, pelo surgimento de megalópolis e pela alienação dos imensos proletariados sem raízes. O cristianismo estava satisfeito, tendo apenas uma figura solitária que explicasse o mal: Satã. Mas as fés seculares modernas precisavam de demônios humanos, categorias inteiras deles. Para ser plausível, o inimigo tinha de ser toda uma classe ou raça.

A burguesia, enquanto uma invenção de Marx, era a mais compreensível como motivadora dessas teorias do ódio e não parou de fornecer bases para todos os movimentos revolucionários paranóicos, fossem eles fascistas, nacionalistas ou comunista-internacionalistas. O anti-semitismo moderno teórico derivava-se do marxismo e abrangia uma seleção (por razões de conveniência econômica, política e nacional) de uma parte determinada da burguesia passível de agressão. Era mais uma questão obviamente emocional do que uma pura análise de classe, razão do *slogan* usado por Lênin segundo o qual o “anti-semitismo é o socialismo dos bobos”. Mas, em termos de racionalismo, pouco se podia escolher entre os dois. O que Lênin dizia era que toda a burguesia, não apenas a sociedade judia, deveria ser responsabilizada pelos males da humanidade. É significativo o fato de que todos os regimes marxistas, por se apoiarem em explicações paranóicas do comportamento humano, degeneraram, mais cedo ou mais tarde, para o anti-semitismo. Em poucas palavras, o novo anti-semitismo era o desvio desastroso do rateio de responsabilidades individuais com relação à idéia de culpa coletiva — o renascimento, sob uma máscara moderna, de um dos instintos mais primitivos e bárbaros, talvez até bestiais. O curioso é que, quando o novo anti-semitismo apareceu na Alemanha, dentre aqueles que o atacaram se encontrava Nietzsche, sempre alerta em busca de substitutivos seculares pseudo-nacionais para o verdadeiro impulso religioso. Ele denunciou “estes últimos especuladores do idealismo, os anti-semitas... que se empenham em revolver os elementos bovinos da nação através do uso errado daqueles truques mais baratos de propaganda, uma atitude moral”³³.

Mas, se por um lado, o anti-semitismo moderno não era absolutamente um fenômeno específico alemão, havia forças poderosas que favoreciam o seu crescimento na Alemanha. A moderna nação alemã era, de uma certa maneira, a criação do militarismo prussiano. Por outro lado, era a expressão nacional do movimento romântico alemão, com sua ênfase no *Volk*, com sua mitologia e seu cenário cultural na paisagem alemã, especialmente nas florestas escuras e misteriosas. O movimento *Volk* alemão já vinha desde os tempos napoleônicos e já queimava livros “estranhos e estrangeiros”, que corrompiam a “cultura *Volk*” desde os idos de 1817. Foi do movimento *Volk* que Marx extraiu o seu conceito de “alienação” do capitalismo industrial. Um *Volk* tinha uma alma que emanava de seu hábitat natural. Como o romancista histórico Otto Gemlin disse, no artigo publicado no *Die Tat*, órgão do movimento romântico *Volk*, “para cada povo e raça, o campo se torna a sua paisagem peculiar”³⁴. Se a paisagem fosse destruída, ou o *Volk* dela se divorciasse, a alma morreria. Os judeus não eram *Volk*, porque tinham perdido suas almas: faltava-lhes “enraizamento”. Este contraste foi elaborado com grande engenhosidade por um professor bávaro de antigüidades, Wilhelm Heinrich Riehl, numa série de volumes chamada *Land und Leute* (Lugares e povos), publicada por volta de 1850-1860.³⁵ A verdadeira base do *Volk* era o camponês. Poderia haver trabalhadores, mas estes teriam de ser “artesãos”, organizados em corporações. O proletariado era a criação dos judeus. Não possuindo paisagem própria, destruíam a dos outros, desenraizando

milhões de pessoas, levadas em rebanhos para o grande centro: a idéia mais próxima de “paisagem” própria que podiam possuir. “A predominância da cidade grande”, escreveu Riehl, “será o equivalente à predominância do proletariado”; além do mais, as grandes cidades se dariam as mãos pelo mundo afora, formando um “mundo burguês” e um “mundo proletário”, conspirando pela destruição de tudo que tivesse alma, que fosse “natural”, especialmente a paisagem alemã e seu campesinato³⁶.

O movimento *Volk* gerou uma safra de romances “camponeses” anti-semitas, cujo mais notável foi *Der Wehrwolf*, de Herman Löns (1910), passado na Guerra dos Trinta Anos e que mostrava os camponeses revoltados contra os seus opressores das cidades, a quem chamavam de lobos: “Que significado possui a civilização? Uma camada muito fina de verniz sob a qual a natureza corre, na esperança de que surja uma rachadura para que ela possa irromper e chegar à superfície”. “As cidades são o túmulo do germanismo”. “Berlim é o reino dos judeus”. A função dos judeus junto aos camponeses era a agiotagem, a venda de gado e a intermediação. O primeiro anti-semitismo político organizado surgiu nos partidos camponeses ou no *Bund der Landwirte*, isto é, sindicatos dos fazendeiros. Hitler era um leitor ávido de “romances camponeses”, especialmente os trabalhos de Dieter Eckhart, que adaptara *Peer Gynt* para o alemão, e os de Wilhelm von Polenz, que também associava os judeus com a crueldade e a alienação da moderna sociedade industrial.

O anti-semitismo alemão era em grande parte um movimento de “volta ao campo”. Havia escolas *Volk* especiais que davam prioridade à vida ao ar livre. “Teatros de montanha”, que tiravam partido de anfiteatros naturais, foram construídos nas montanhas Harz e em outros lugares, para dramatizações de “ritos *Volk*” e outros espetáculos, uma atividade retomada em grande escala e com grande *panache* pelos nazistas. Os primeiros movimentos de jovens — particularmente o *Wandervögel*, de grande sucesso, no qual tocavam guitarras e caminhavam pelos campos — tomaram uma coloração anti-semita, mais precisamente quando invadiram universidades e escolas. O movimento de “cidade-jardim”, na Alemanha, foi liderado por um anti-semita violento chamado Theodor Fritsch, que publicou o *Antisemitic Catechism*, o qual teve quarenta edições de 1887 a 1963 e a quem os nazistas se referiam como *Der Altmeister*, o professor-mestre. O movimento de banho de sol, impulsionado por símbolos arianos e nórdicos, adquiriu também um sabor anti-semita³⁷. Na Alemanha dos anos 20 havia dois tipos distintos de nudismo: o nudismo “judeu”, cujo símbolo era a dançarina negra Josephine Baker, um movimento heterossexual, comercial, cosmopolita, erótico e imoral; e o nudismo anti-semita, que era germânico, *Völkisch*, nórdico, assexuado (algumas vezes homossexual), puro e virtuoso³⁸.

É impossível arrolar todas as variedades de ingredientes que, de 1880-1890 em diante, foram fervidos nessa poção venenosa do anti-semitismo alemão. Diferentemente do marxismo, que se caracterizava como um movimento quase religioso, o anti-semitismo alemão era um fenômeno artístico e cultural, uma forma de romantismo. Foi Eugen Diederichs, o editor de *Die Tat*, desde 1921, quem cunhou a expressão “o novo romantismo”, a resposta ao expressionismo judeu. Ele publicou *Der Wehrwolf* e, cercado por intelectuais do Movimento Jovem, em sua casa em Jena, usava calças com listras de zebra e um turbante, criando o ditado: “A democracia é uma civilização, enquanto que a aristocracia se equipara à cultura”. Ele também deu um jeito de transformar Nietzsche em herói anti-semita. Outros roubos literários audaciosos foram perpetrados. A *Germania* de Tácito foi transformada num texto

embrionário *Völkisch*; os trabalhos de Darwin foram desvirtuados numa justificação “científica” das “leis” raciais, assim como Marx os roubou para transformá-los em “leis” de classe. Mas havia muitos mentores com boas intenções também. Paul de Lagarde pregava uma religião germanista despida de cristandade, pelo fato de ter sido judaizada por São Paulo, “o Rabino”. Julius Langbehn ensinava que os judeus assimilados eram “uma peste e uma cólera”, que envenenavam a criatividade artística do *Volk*: eles deveriam ser exterminados ou reduzidos à condição de escravos junto com outras classes também “inferiores”³⁹. Tanto Houston Stewart Chamberlain como Eugen Dühring ressaltaram o “barbarismo” necessário ou o elemento gótico na autodefesa alemã contra a decadência judaica e a importância da “pureza” e idealismo do panteão nórdico. Chamberlain, a quem Hitler visitaria no seu leito de morte para lhe beijar as mãos, em 1927, alegava que Deus florescera na raça germânica e que o Diabo havia florescido na judaica, as polaridades do Bem e do Mal. Os teutônicos tinham herdado os ideais aristocráticos gregos e o amor pela justiça dos romanos, acrescentando-lhes seu próprio heroísmo e valor. O papel deles, então, era combater e destruir a única outra raça que tinha semelhante pureza e vontade de poder: os judeus. O judeu não era um personagem de comédia barata, mas um inimigo mortal implacável: os alemães extorquiriam todo o poder da indústria e da tecnologia modernas dos judeus para destruí-los totalmente⁴⁰. Alguns dos teóricos raciais alemães eram marxistas, como Ludwig Woltmann, que transformou a luta de classe marxista numa luta de raça mundial, defendendo o despertar das massas pela oratória e pela propaganda, a fim de mobilizar os alemães na conquista necessária para lhes assegurar a sobrevivência e a proliferação como uma raça: “A raça alemã foi selecionada para dominar a Terra”.

Durante a década de 20, na Alemanha, qualquer líder político que desejasse fazer do anti-semitismo um agente em sua “vontade de poder” podia montar a sua campanha com uma enorme seleção de *slogans*, idéias e fantasias acumuladas por mais de meio século. O Tratado de Versalhes por si só deu nova vida a tal controvérsia, ao levar para a Alemanha uma grande onda de judeus amedrontados provenientes da Rússia, da Polônia e dos territórios rendidos alemães. Isso logo se tornou um “problema” urgente, exigindo “soluções”. Os judeus não eram necessários. Havia propostas de tributação dupla para eles; isolamento ou *apartheid*; volta ao sistema de guetos; leis especiais, com pena de enforcamento para os que as desobedecessem; proibição drástica de casamentos mistos entre alemães arianos e judeus. Um sucesso de vendas de 1918 foi *Die Sünde wider das Blut* (Pecados contra o sangue), que descrevia como os judeus ricos violavam a pureza racial da mulher ariana. Clamores pelo extermínio dos judeus tornaram-se freqüentes e comuns, assim como circulavam aos milhões panfletos anti-semitas. Houve muitos incidentes violentos, mas, quando, em 1919, a polícia bávara pediu auxílio para poder lidar com o anti-semitismo, Berlim retrucou que não havia como, já que “ele tinha suas raízes na diferença da raça que separa a tribo israelita do nosso *Volk*”⁴¹.

Os judeus tentaram de tudo para combater o veneno. Alguns educaram seus filhos para serem artesãos ou fazendeiros. Eles se alistaram no exército. Tentaram uma ultra-assimilação. Um poeta judeu, Ernst Lissauer, escreveu o notório hino “*Hate England*”. Foram para outro extremo e tentaram o sionismo. Ou formaram organizações militantes judaicas, ligas estudantis, clubes de competições. Mas cada atitude política provocava mais dificuldades do que as eliminava, pois o anti-semitismo era multiforme, com cabeça de Hidra e impermeável à lógica ou à evidência.

Como disse Jakob Wassermann: "Inútil procurar a obscuridade. Eles dizem: o judeu está se rastejando para o esconderijo, guiado pela sua consciência maléfica. Inútil chegar perto deles e oferecer-lhes a mão. Eles dizem: por que ele é tão comprometido? Em vão comprometer-se com eles, como camaradas de armas ou como cidadãos. Eles dizem: ele é um proteu, pode assumir qualquer forma ou figura. Em vão ajudá-los a se livrar de correntes da escravidão. Eles dizem: sem dúvida ele achou isso lucrativo. Em vão combater o veneno"⁴². Mortitz Goldstein dizia que era inútil expor a falta de base da "evidência" do anti-semitismo: "O que se ganharia? O conhecimento de que seu ódio é genuíno. Mesmo que todas as calúnias tivessem sido refutadas, todas as distorções retificadas, todas as falsas noções sobre nós rebatidas, o antagonismo permaneceria como algo irrefutável"⁴³.

A derrota da Alemanha, em 1918, iria provocar a busca de odes expiatórios, traição estrangeira no seio do *Volk*. Mesmo sem provas colaterais, os judeus, a personificação da "civilização" ocidentalizante, acabaram, automaticamente, sendo essas últimas. Mas também havia provas! O influxo de judeus no período de pós-guerra era um novo enfraquecimento do *Volk*, pressagiando uma destruição maior de sua cultura martirizada. E mesmo Weimar, fosse no Parlamento, no palco, nos novos cinemas, nas livrarias, nas revistas e jornais e galerias de arte ou para qualquer lado que um alemão comum, estupefato, se virasse, não fornecia provas quotidianas de que essa conspiração onipresente, corrupta e cosmopolita estava tomando conta do Reich? Que dúvida poderia haver de que uma crise estava a caminho, exigindo soluções extremas?

Foi nesse ponto que a idéia de uma solução violenta para o conflito entre civilização e cultura começou a se apoderar das mentes de alguns alemães. Mais uma vez o ato fatal de Lênin, ao começar um ciclo de violência política em 1917, deu a sua contribuição mórbida. O anti-semitismo se tinha sempre apresentado na defensiva. Agora, sua proposta de usar a violência, mesmo numa escala gigante, poderia ser justificada como defensiva. O que normalmente se acreditava, não apenas na Alemanha, mas em toda a Europa Central e Ocidental, era que os judeus tinham o controle dos partidos comunistas e que eram os responsáveis por revoluções e levantes vermelhos, onde quer que estes ocorressem. Trotsky, o mais feroz dos bolcheviques e quem realmente comandou o *putsch* de Petrogrado, era, sem dúvida, judeu; como o eram alguns outros líderes russos. Os judeus tinham se destacado no levante espartacista, em Berlim, no governo soviético de Munique e nos levantes frustrados em outras cidades alemãs. A imaginação substituiu a falta de fatos. Assim, o verdadeiro nome de Lênin era Issachar Zederblum. A Revolução Vermelha húngara foi conduzida não por Béla Kun, mas por um judeu chamado Cohn. O Terror Vermelho de Lênin era um presente incalculável para os extremistas anti-semitas, já que a maioria de suas inúmeras vítimas era de camponeses, e o mais raivoso e extremado terrorista da Cheka era o judeu letão Latsis. A capital anti-semita da Alemanha era agora Munique, por ter esta cidade suportado o terror judeu bolchevista de Kurt Eisner e sua gangue. O *Münchener Beobachter*, do qual nasceria o nazista *Völkische Beobachter*, especializava-se em histórias de atrocidades vermelhas tais como a crucificação de padres e freiras por Kun ou Cohn, o uso de uma "guilhotina móvel", e assim por diante. E muitas das notícias enviadas da Rússia eram, logicamente, a mais pura verdade. Elas formavam uma base sólida sobre a qual um monumento flamejante de fantasia poderia ser erguido. Hitler logo faria o uso eficaz do medo ao Terror Vermelho, insistindo sempre que os comunistas já tinham matado trinta milhões de

peçoas. O fato de ele ter adicionado um zero de maneira alguma eliminava a realidade daquele primeiro e terrível número. Sua militância nacional-socialista era uma reação protetora e um golpe preventivo. Estava “preparada para se opor a todo tipo de terrorismo marxista com um terrorismo dez vezes maior”⁴⁴. E, naquele “terrorismo maior”, os judeus seriam caçados, não como vítimas inocentes, mas como terroristas em potencial.

A sífilis do anti-semitismo que estava chegando a seu estágio terciário na época de Weimar não era a única fraqueza do corpo político alemão. O Estado alemão era uma criatura gigantesca, com um cérebro pequeno e limitado. Os ultragermânicos, seguindo o exemplo de Bismark, instalaram no Estado militar prussiano um Estado previdenciário (*welfare state*) de trabalhadores, com seguro social e cuidados médicos garantidos por lei. Em oposição à idéia liberal ocidental de liberdade de escolha e provisões privadas baseadas em salários altos, ela impunha a alternativa paternalista de proteção universal e compulsória. O Estado era a babá, assim como um sargento-ajudante. Era uma sombra que se estendia sobre as vidas do povo, e o relacionamento deste com o Estado era de dependência e docilidade. Os industriais alemães aprovavam fortemente essa noção do Estado como guardião, observando a vida dos cidadãos com solicitude firme, embora benevolente⁴⁵. A filosofia era platônica, o resultado corporativista. Os social-democratas alemães nada fizeram para impedir essa mudança totalitária quando chegaram, por pouco tempo, ao poder em 1918. Deu-se exatamente o contrário: eles a reforçaram. A República de Weimar abriu as janelas, mas não encorajou os cidadãos a se aventurarem para fora da penumbra da custódia do Estado.

Quem estaria encarregado deste aparelhamento grande e poderoso, agora que os ultragermânicos encontravam-se em oposição? A resposta era: ninguém. Os burocratas haviam sido treinados de acordo com os princípios prussianos. Eles seguiam as regras e, quando em dúvida, aguardavam ordens. Os arquitetos de Weimar não tentaram mudar esse modelo e encorajar os funcionários públicos a desenvolver um senso de autonomia moral. Temiam, certamente, que os funcionários do novo regime pudessem ser tentados a desobedecer seus novos mestres parlamentaristas. Em todo o caso, eles eram exortados a considerar a obediência como a virtude suprema. Em uma famosa conferência feita em 1919, Max Weber insistia: “A honra do funcionário público consiste na sua habilidade de executar conscienciosamente as ordens das autoridades superiores”. Somente o político tinha o direito e o dever de exercer responsabilidade pessoal⁴⁶. Seria difícil conceber conselho pior a ser dado aos mandarins germânicos. Esse conselho foi seguido, naturalmente, até o amargo fim em 1945.

A abdicação moral dos burocratas poderia não ter influído tanto, se os políticos houvessem seguido a outra metade do conselho de Weber. Os parlamentares, porém, jamais forneceram liderança vigorosa e confiante, necessária para tornar Weimar um sucesso. Quando em dúvida, voltavam sempre para o artigo 48, que havia sido primeiramente usado em agosto de 1921 para proibir as reuniões anti-republicanas. Era como se estivessem conscientes, todo o tempo, de que a maioria da nação tinha reservas sobre Weimar, de que considerava suas elites como lacaios dos Aliados, *Erfüllungspolitiker*, homens que se haviam comprometido a cumprir o tratado odioso. Muitas vezes davam a impressão de compartilhar, eles mesmos, dessas dúvidas. Os socialistas haviam estabelecido esse modelo desde o princípio. Chamados ao poder pela primeira vez em 1918, não fizeram uma tentativa

mal de mudar as estruturas básicas de um país absorventemente autoritário. Os líderes do SPD eram homens dignos e esforçados: Ebert, um seleiro; Noske, um costeiro; Wels, um estofador; Severing, um ferreiro; Scheidemann, um gráfico. Eram maçantes, sem imaginação, ridicularizados pela *intelligentsia* de esquerda, desprezados pelos acadêmicos. Entregaram seu controle político de maneira demasiadamente fácil, tão logo a centro-direita recobrou suas forças. A eles faltava a vontade de poder.

Foram, além disso, desequilibrados desde o princípio pela decisão da extrema esquerda de seguir o exemplo de Lênin e optar pela violência contra o parlamentarismo no inverno de 1918-19. Vêem-se aí, mais uma vez, as conseqüências desastrosas que surgem, quando os homens usam a política da força por estarem impacientes demais pela política de argumentos. O *putsch* da esquerda empurrou os social-democratas para um erro fatal. Temerosos de usar as unidades regulares do exército, que poderiam se tornar revoltosas, Gustav Noske pediu ao velho Alto Comando que lhe fornecesse um *Freikorps* de oficiais desmobilizados. Estes foram, naturalmente, despachados com prontidão. Os ministros do SPD deram, assim, legitimidade a um movimento que já se espalhava pelo Leste, onde as comunidades colonizadas alemãs combatiam os poloneses e eram, desde o começo, violenta e incorrigivelmente anti-Weimar. Havia 86 dessas comunidades, às vezes chamadas *Bunds* ou *Ordens*, que tinham finalidades sociais e políticas desabrochantes e um prazer pelas brigas de rua. Uma delas, o *Bund Wehrwolf*, lutou contra os franceses — e os socialistas — no Ruhr. Uma outra, a *Jungdeutscher*, tinha 130.000 membros por volta de 1925.⁴⁷ Foi dessa *Orden*, dirigida por Karl Harrer, que emergiram os nazistas: Hitler a transformara num partido de massas, com a S.A.⁴⁸, ou Camisas Marrons, como uma lembrança de suas origens no *Freikorps*⁴⁹.

Quase inevitavelmente os levantes abortivos da esquerda que levaram à legalização do *Freikorps* e à recuperação da confiança da direita produziram, por seu lado, um *putsch* do exército em março de 1920, sob o comando de Wolfgang Kapp, um velho amigo de Tirpitz e com ele co-fundador do Partido da Mãe Pátria, em 1917. Quase metade do Exército apoiou Kapp; os políticos da direita, assim como os funcionários civis, porém, recusaram-se a se juntar a ele e, após quatro dias, Kapp fugiu para a Suécia. Infelizmente, a extrema esquerda havia de novo optado pela violência, ao invés de apoiar as novas instituições republicanas. No Ruhr, eles reuniram um “Exército Vermelho” de 50.000 mil trabalhadores, único momento na história inteira de Weimar em que os marxistas puderam colocar em campo uma força considerável. Quando esse regimento surgiu, deu ao comando do Exército uma oportunidade não convencional de recuperar sua reputação de guardião da lei e da ordem. Em abril, o Exército marchou em direção ao Ruhr e o reconquistou dos marxistas, após terríveis brutalidades de ambos os lados. Como resultado, o controle do Exército passou das mãos do general republicano confiável, Walther Reinhardt, para as de um reacionário *Junker*⁵⁰, general Hans von Seeckt, que se havia determinado à destruição do Tratado de Versalhes. Seeckt pôs-se imediatamente a reforçar a “Aliança Russa”, evitando as cláusulas de limitação armamentista do Tratado, ao construir fábricas secretas de armamentos na Rússia, um processo acelerado pela assinatura do Tratado de Rapallo em 1922. Ele também extirpou do Exército seus elementos republicanos, rebaixando os oficiais subalternos e os soldados rasos que se tinham oposto ao *putsch* de Kapp por “quebra de disciplina”⁵¹. Transformou o Exército, a partir de um instrumento politicamente neutro, na matriz de um Estado

novo anti-republicano, que implementaria o velho programa pertencente aos ultragermânicos. Desse modo, o Exército escapuliu do controle de Weimar e se mudou para a oposição. Quando o presidente Ebert perguntou a Seeckt, em 1923, onde se encontrava o Exército, ele respondeu: “*O Reichwehr* mantém-se atrás de mim”⁵².

A ressurreição da direita refletiu-se logo na política. Nas eleições de junho de 1920, o voto social democrata caiu em colapso e a velha coalizão de Weimar perdeu poder. Daí por diante, os homens que haviam criado a república não mais a controlaram. Mais séria era a erosão das regras da lei. O judiciário, que jamais apreciaria a república, decidiu, tal como o exército, ir para a oposição. Os perpetradores do *putsch* de Kapp jamais foram levados aos tribunais. Além disso, os acontecimentos da primavera de 1920 aumentaram sensivelmente a tendência, já observada no ano anterior, de que os juízes tratassem a violência política, que se havia tornado endêmica na Alemanha, a partir de uma base política seletiva. Argumentavam que, já que a violência se havia originado na esquerda, uma resposta violenta da direita estava, de certo modo, destinada a proteger a ordem pública e era, portanto, justificada. Graças ao terror de Lênin, esse ponto de vista era amplamente compartilhado na Alemanha, de modo que os júris propendiam a apoiar os juízes. Foi o mesmo argumento que permitiu a apresentação do anti-semitismo como “defensivo”. Naturalmente, essa política fez o jogo direto dos rufiões da ala direita do *Freikorps* e das *Bunds* e *Ordens*, e ajudou a transformação da Alemanha, de uma sociedade excepcionalmente respeitadora da lei, em uma sociedade excepcionalmente violenta. As estatísticas compiladas em 1922, durante um período de quatro anos (1919-22), indicam que 354 assassinios haviam sido cometidos pela direita e 22, pela esquerda. Os responsáveis pelos assassinatos perpetrados pela esquerda foram levados a julgamento; 10 foram executados e os outros 28 receberam sentenças de, em média, 15 anos de prisão. Dos assassinatos da direita, 326 nunca foram solucionados; 50 assassinos confessaram, mas, destes, mais da metade foi absolvida, a despeito de suas confissões, e 24 receberam sentenças de 4 meses em média⁵³.

A direita, em resumo, podia praticar a violência sem medo de ser punida. Os juízes e os júris achavam que estavam participando da batalha entre a cultura germânica e a civilização estrangeira: era certo reconhecer que a violência poderia ser uma resposta legítima à provocação cultural. Quando o grande jornalista liberal, Maximilian Harden, que também era judeu, foi espancado quase até a morte por bandidos, em 1922, os quase-assassinos receberam apenas sentença nominal. A defesa argumentou que Harden provocara o ataque por seus “artigos impatrióticos” e o júri descobriu “circunstâncias atenuantes”.

Por que razão os júris, que representavam a classe média comum na Alemanha, se inclinavam para o lado dos ultragermânicos contra os ocidentalizantes? Uma das principais razões era o que haviam aprendido nas escolas, as quais refletiam a tendência política das universidades. A tragédia da Alemanha moderna é uma lição objetiva sobre o perigo de se permitir que a vida acadêmica se torne politizada e que os professores declarem seu “engajamento”. Se o preconceito político for para a direita ou para esquerda, os resultados são igualmente desastrosos, pois em qualquer dos casos os poços da verdade encontram-se envenenados. As universidades, especialmente os corpos docentes, estavam esmagadoramente do lado da *Kultur*. Os juristas e os professores de literatura e línguas germânicas eram nacionalistas acirrados. Os historiadores eram os piores de todos. Heinrich von Treitschke havia escrito sobre o encontro da Alemanha com o destino, e avisado aos judeus para não se

terem no caminho da “jovem nação”. Sua *History of Germany in the Nineteenth Century*, de imensa influência, um clássico da era dos Guilhermes, teve uma nova edição muito popular em 1920. Os historiadores contemporâneos, como Erich Marcks, Georg von Below e Dietrich Schäfer, ainda celebravam os feitos de Bismark (as datas comemorativas de Sedan e da fundação do império eram ambas feriados nas universidades) e as lições que tiraram da Grande Guerra concentravam-se na falta de “implacabilidade” da Alemanha. Forneceram respaldo acadêmico para o mito de “apunhalar pelas costas”. A comunidade acadêmica, como um todo, era como a casa de força para o mito nacionalista. Ao invés de encorajar a autocritica e o ceticismo, os professores conclamavam o “despertar do fervor espiritual” e ofereciam panacéias⁵⁴.

Por pura falta de sorte, o livro mais lido e mais influente na Alemanha da década de 20 foi *The Decline of the West*, de Oswald Spengler, um tolo e pedante professor de escola, que concebeu seu livro em 1911 como um aviso contra o otimismo excessivo dos alemães. Ele o escreveu durante a guerra, antecipando uma vitória alemã. O primeiro volume apareceu realmente em 1918, quando a derrota lhe emprestou relevância espantosa e atualidade, tornando-se, assim, um sucesso de vendas. A essência do livro era o darwinismo social, no qual o autor definia oito culturas históricas e argumentava que as “leis de morfologia” a elas se aplicavam. A última delas, a cultura ocidental, já mostrava sinais de decadência tais como democracia, plutocracia e tecnologia, indicando que a “civilização” estava se apossando da “cultura”. Parecia explicar por que a Alemanha havia sido derrotada, anunciando uma era futura de guerra cruel, na qual surgiriam novos césores. Democratas e humanitários teriam de ser substituídos por novas elites e por heróis de tẽmpera de aço que não visariam ao lucro pessoal, mas ao serviço à comunidade⁵⁵. Seguiu-se um ensaio sensacional em 1920, *Prussianism and Socialism*, que reclamava um socialismo nacional, sem distinção de classe, no qual toda a nação trabalharia unida sob um ditador. Era, exatamente, o mesmo tipo de argumento que Mussolini estava começando a trazer à baila na Itália.

Complementando claramente a análise de Spengler, encontrava-se o trabalho de mais dois outros germãnicos. Carl Schmitt, o principal filósofo legalista da Alemanha, que fez jorrar um dilúvio de livros e artigos durante esses anos, enfatizava constantemente o argumento de que a ordem só poderia ser restaurada quando as exigências do Estado fossem julgadas prioritárias contra a busca da “liberdade” ilusória. O *Reich* não ficaria seguro até que Weimar fosse remodelada como Estado autoritário baseado no princípio personificado no artigo 48.⁵⁶ Esse ponto foi reforçado em perspectiva histórica pelo historiador cultural Arthur Moeller van den Bruck, em um brilhante livro publicado em 1923. Ele argumentava que os alemães eram os principais criadores europeus. O primeiro *Reich* alemão, o império medieval, havia formado a Europa. A segunda criação dos alemães, a de Bismark, era artificial, porque admitia a corrupção do liberalismo: isso foi, naturalmente, a razão pela qual o *Reich*, posto à prova, ruiu. Weimar constituiu um mero interlúdio no caos. Nesse momento, os alemães tiveram uma outra oportunidade: eliminando da sociedade o liberalismo e o capitalismo, poderiam construir o terceiro e último Estado que englobaria todos os valores alemães e duraria mil anos. Ele intitulou esse notável exercício em profecia histórica de *The third Reich*⁵⁷.

Incitados pelos seus professores, os estudantes alemães, que eram em média de cem mil durante o período de Weimar, receberam com entusiasmo essas filosofias

germânicas. A idéia de que o corpo estudantil é, de alguma maneira constitucional, o depositário do idealismo altruístico, não sobreviverá a um estudo da época de Weimar. Depois dos ex-recrutas, os estudantes foram o principal estoque de potencial humano para os extremistas violentos, especialmente da direita. A política estudantil era dominada pelo movimento de direita *Hochschulring*, através dos anos 20, até que foi substituído pelos nazistas⁵⁸. Os extremistas da direita prosseguiram, convertendo uma meia dúzia de estudantes no campus em agitadores permanentes, pagos para não estudar. Os agitadores podiam, então, manipular por trás a massa estudantil. Os nazistas portaram-se bem melhor entre os estudantes do que entre a totalidade da população, e seus lucros eleitorais eram sempre precedidos por vantagens no campus, provando os estudantes serem seus melhores proselitistas. Os estudantes viam o nazismo como um movimento radical e apreciavam seu igualitarismo e também seu anti-semitismo. Na verdade, os estudantes eram mais anti-semitas do que a classe operária ou a burguesia. A maioria das sociedades estudantis alemãs havia excluído os judeus mesmo antes de 1914. Em 1919, as fraternidades aderiam à “Eisenach Resolution”, que declarava ser a objeção racial aos judeus insuperável e não poder ser removida pelo batismo. No ano seguinte, privaram os estudantes judeus da “honra” de duelar. Em 1922, as autoridades da Universidade de Berlim cancelaram um serviço comemorativo em honra do assassinado Walther Rathenau, preferindo não arriscar uma demonstração violenta dos estudantes. Essa política de apaziguamento da violência estudantil tornou-se um modelo nos anos 20; reitores e faculdades capitulavam sempre diante das ultrajantes exigências dos líderes estudantis, a fim de evitarem aborrecimentos. Por volta de 1929, as universidades haviam passado quase que inteiramente para o lado dos ultragermânicos.

Contra essa disposição de forças sociais de bases profundas, o que teriam os mais ocidentalizantes para se manter? Pouca gente estava preparada para morrer por Weimar ou mesmo para defendê-la. Os liberais, como um deles disse, haviam-se “casado com a república sem amá-la”. Para eles, ela simplesmente preenchia o vazio deixado pelo desaparecimento da monarquia e a iminência do aparecimento de algo melhor. Mesmo Max Weber, antes de sua morte em 1929, admitia que teria preferido a democracia sob plebiscito, governada por um homem forte, a uma democracia parlamentar que ele considerava poder vir a ser corrupta ou fraca, ou ambas as coisas. Como se manifestou o advogado liberal de Munique, professor Hans Nawiasky, a república era uma criança nascida na desgraça e de cuja chegada ninguém se orgulharia⁵⁹. Ela jamais podia se separar, nos espíritos das pessoas, de suas origens trágicas e detestáveis.

A esquerda tinha mais a perder se Weimar falhasse — na verdade, eles tinham mais a ganhar se ela funcionasse —, mas a extrema esquerda, pelo menos, nunca pôde ser persuadida a considerar esse fato. As feridas de 1919 não se cicatrizaram e o elemento leninista odiava os social-democratas, aos quais começaram a chamar, de 1923 em diante, de “fascistas sociais”, mais apaixonadamente do que a qualquer outro à sua direita. Não somente deixaram de reconhecer o fascismo como um fenômeno novo e altamente perigoso, como também se recusaram a estabelecer qualquer distinção entre os conservadores da classe média que estavam preparados a trabalhar dentro da lei e os selvagens políticos que estavam completamente fora dela. Os marxistas jamais compreenderam o significado do anti-semitismo. Nesse ponto, também, suas mentes tinham sido anestesiadas pelo sistema narcótico de Marx. Ele havia aceito grande parte da mitologia anti-semita na proporção em que descartava

o judaísmo como um reflexo do período de agiotagem do capitalismo. Quando a revolução acontecesse, esse período estava fadado a desaparecer: não mais haveria tal pessoa, o “judeu”⁶⁰. Como resultado dessa absurda linha de raciocínio, os marxistas judeus — Trotsky, Luxemburgo, Paul Axelrod, Otto Bauer, Julius Martov — sentiram-se forçados a rejeitar a autodeterminação nacional para os judeus, conquanto a defendessem para todos os outros⁶¹. Havia uma perversidade dolorosa nessa negação crassa da natureza, como declarou o historiador judeu Simon Dubnow: “Quanto um judeu deve odiar a si mesmo para chegar a reconhecer em cada idioma e nacionalidade o direito de autodeterminação, duvidando desta e restringindo-a para seu próprio povo, cuja ‘autodeterminação’ começou há 3.000 anos atrás”⁶². Encarando os judeus como um problema não-existente, o marxismo descartou o anti-semitismo como problema também não existente. Entraram, portanto, na maior crise ideológica da história européia, atirando sua própria inteligência pela janela. Foi um caso de desarmamento intelectual em base unilateral.

A destruição da república não era inevitável. Poderia quase ter sobrevivido, não tivesse a direita produzido um gênio político. A tragédia central da história universal moderna consiste no fato de que ambas as repúblicas, russa e alemã, cada uma a seu turno, encontraram em Lênin e Hitler adversários de capacidade excepcional, que personificavam a vontade de poder a um nível singular em nossos tempos. Certamente a chegada de tal figura não veio de surpresa aos *exaltés* da direita alemã. Todos os discípulos de Nietzsche concordavam em que um *Führer* seria necessário e apareceria como um Messias. Seria considerado como um cavaleiro saído da famosa gravura de Dürer, *Knight, Death and the Devil*. Wilhelm Stapel, em *The Christian Statesman*, representou-o como dirigente, guerreiro e sacerdote, numa só pessoa dotada de qualidades carismáticas⁶³.

A realidade se mostrava bem diferente: Hitler era totalmente sem religião, não tinha qualquer interesse em honra ou ética. Acreditava no determinismo biológico, assim como Lênin acreditava no determinismo histórico. Julgava que a raça, não a classe, era o verdadeiro princípio revolucionário do século XX, assim como o nacionalismo o havia sido no século XIX. A ascendência de Hitler era semelhante à de Lênin: seu pai também era um burocrata sem importância, funcionário da alfândega austríaca na fronteira da Baviera. Como Lênin, Hitler foi produto de uma época cada vez mais obcecada pela política. Ele jamais tentou seriamente ganhar a vida por qualquer outro meio, e só se sentia bem, como Lênin, em um mundo onde a busca do poder pela conspiração, agitação e força fosse o objetivo principal e a satisfação da existência. Nesse mundo estéril e sem alegria, ele, como Lênin, era um mestre: tinha o mesmo egoísmo intelectual, falta de autocrítica, brutalidade em suas relações pessoais, preferência pela força em oposição ao debate e, mais importante, capacidade para unir fidelidade absoluta a um objetivo a longo prazo com um hábil oportunismo. Os dois homens chegaram a compartilhar de certo puritanismo: Hitler, como Lênin (e diferente de Mussolini), tinha pouca vaidade pessoal e não se deixava corromper pelos aspectos mais enganosos do poder.

Sob um ponto essencial eram diferentes um do outro: Lênin era o revolucionário do tipo religioso, Hitler era mais romântico. Na verdade, um artista. Os intelectuais liberais ficaram horrorizados em 1939, quando Thomas Mann, em um ensaio brilhante chamado *Brother Hitler*, o comparou ao arquétipo do artista romântico (como descrito por Henri Murger em *Vie de bohème*), e perguntou: “Devemos nós, mesmo contra nossa vontade, reconhecer nesse fenômeno um aspecto do caráter

do artista?”⁶⁴ Ainda assim a comparação é válida e esclarecedora: explica bastante sobre o hitlerismo, o qual, de outra maneira, permaneceria com aspectos obscuros. Hitler pintava sofrivelmente e sem sucesso. Seu talento não estava nisso. Mas suas manifestações eram, em geral, as de um artista, tanto nas ações como nas reações. Levado ao local de trabalho de seu pai, sentiu-se cheio de “repugnância e ódio”; era “uma jaula governamental” onde “homens velhos acocoravam-se uns sobre os outros, como se fossem macacos”⁶⁵. Ele compreendeu que tinha uma missão pública quando ouviu em um dos primeiros sucessos de Wagner, *Rienzi*, a respeito de um homem comum que se torna um tribuno do povo na Roma do século XIV e é destruído pelos nobres invejosos num capitólio em chamas. “Tudo começou naquele momento”, disse ele mais tarde⁶⁶. Parece que ele concebeu a “solução final” para os judeus no cenário fantástico do castelo gótico em Werfenstein, na Austria, onde um monge destituído das ordens, Jörg Lanz von Liebenfels, trabalhava num programa sistemático de depuração e exterminação de raça, “a fim de extirpar o homem-animal e propagar o grande novo-homem”. Hitler travou então a luta racial até “o punho da faca castradora”. É significativo que Lanz tivesse considerado tanto Lênin como Hitler entre seus discípulos, percebendo uma analogia entre a exterminação de classes “jogadas na lixeira da história” e raças eliminadas por programas de procriação, duas formas do darwinismo social⁶⁷. Hitler também estava interessado nas diferenças de classe, muito esperto que era em explorá-las a seu favor. Classe, porém, não se localizava no centro de seu sonho político, porque não era um conceito visual. Raça o era.

Hitler parece ter sempre focado a política em termos de imagens visuais. Como Lênin e ainda mais como Stálin, ele era um praticante notável do vício mais radical do século: engenharia social — a idéia de que os seres humanos podiam ser misturados como o concreto. Mas, no caso de Hitler, havia sempre uma dimensão artística nesses esquemas satânicos. Planejar um império mundial, irradiado de Berlim, era o capitel dessa estrutura gigantesca estatal, que primeiro surgia na mente para depois ser formulada nos menores detalhes⁶⁸. Quando Hitler deu as diretrizes durante a guerra para a transformação econômica, demográfica e política de dezenas de milhões de milhas quadradas na Europa, indo até os Urais, ele falava de termos elaborados sobre jardins babilônicos que adornariam as cidades da raça superior⁶⁹. Era muito característico o fato de ter colocado um arquiteto à frente da produção de guerra. Na verdade, ele mesmo deveria ter sido um arquiteto. Quando falava do seu desejo de “mudar o mundo completamente e em todos os seus detalhes”, estava pensando visualmente e de forma concreta, derivado do seu eterno anseio de reconstruir sua cidade “natal”, Linz. Tudo o que ele realmente conseguiu construir aí foi uma ponte: mas, até quase o último dia no *bunker*, ele ainda fazia planos para transformar Linz. Periodicamente, considerava a hipótese de aposentadoria, “depois da guerra”, quando, já tendo cumprido a sua missão principal, iria replanejar cidades e supervisionar projetos de construção de edifícios públicos.

A abordagem artística de Hitler era fundamental para o seu sucesso. O fanatismo do tipo religioso de Lênin nunca teria funcionado na Alemanha, a nação mais culta do mundo. Conquistar a mente dos alemães era muito difícil. Seu coração e sua sensibilidade eram alvos fáceis. A força de Hitler consistia na devoção — compartilhada por muitos outros alemães — a imagens nacionais, novas ou antigas: florestas úmidas procriando titãs louros; aldeias de camponeses sorridentes à sombra de castelos ancestrais; cidades-jardim surgindo de favelas-gueto; Valquírias cavalgantes, Valhalas⁷⁰ em chamas, novos nascimentos e crepúsculos nos quais estruturas

milhares cintilantes se ergueriam das cinzas do passado e permaneceriam por séculos. Hitler tinha em comum com o alemão médio o gosto pelas imagens veneradas que foram implantadas por quase um século de propaganda nacionalista.

É justo dizer que os trunfos culturais de Hitler eram a fonte de seus atrativos. O ódio popular pela cultura de Weimar foi uma fonte imensa de energia política, na qual ele sorvia com prazer. A idéia de Lênin de desistir da música para se concentrar na política teria sido incompreensível para Hitler. Na Alemanha, a música era política, especialmente música-drama. Hitler exemplifica a verdade segundo a qual habilidades arquitetônicas e teatrais estão intimamente ligadas. Seus instintos artístico-românticos o conduziram a redescobrir uma verdade quase tão antiga como a própria *pólis*, que certamente remonta aos faraós: que a imagem do líder carismático seja a de um monarca renascentista ou de um político democrático moderno é pelo menos tão importante quanto o seu conteúdo. Uma das razões por que Hitler tanto admirava Wagner era a de que este lhe ensinara muito, especialmente através de *Parsifal*, que se tornou o modelo para seus espetáculos políticos. A lição por ele tirada do *front* ocidental era a de que guerras podiam ser ganhas ou perdidas pela propaganda: um pensamento que inspirou seu famoso sexto capítulo de *Mein Kampf*. O objetivo de qualquer propaganda, escreveu, seria “uma intromissão na liberdade de querer do homem”⁷¹. Isso poderia ser alcançado pela “mágica misteriosa” de Bayreuth, pela “penumbra artificial das igrejas católicas góticas”, ambos efeitos por ele usados. Ele também surrupiou as artimanhas de Reinhardt e de outros desprezados produtores de Weimar e do cinema de Fritz Lang. O cenário de sua oratória foi desenhado e montado com invejável capacidade profissional; a atenção aos detalhes chegava às raias do fanatismo. Hitler foi o primeiro a valorizar o poder de amplificação e da perversidade dos holofotes: parece até que havia inventado o *son et lumi'ere*, que usou nos seus comícios noturnos com devastador efeito. Importou as vestimentas e as insígnias da Itália de Mussolini, aperfeiçoando-as para que os uniformes hitleristas permanecessem o padrão de excelência no suntuário totalitário. Tanto o stalinismo como o maoísmo imitaram a teatralidade de Hitler, excedendo-a em escala, não em estilo.

Sendo estrela dos dramas musicais, Hitler ensaiou com igual profissionalismo. O mito do “orador louco” era infundado. Hitler tinha sempre o controle total sobre si mesmo. Achava essa idéia útil quando lidava com estrangeiros, conquanto pessoas como Neville Chamberlain ficassem aliviadas ao encontrá-lo capaz de manter uma conversação razoável e sã. Todos os efeitos de “loucura” foram cuidadosamente planejados. Em agosto de 1920, disse que seu objetivo era usar de uma “compreensão calma” para “vergar e incitar... o instintivo”⁷². Sempre estudou a acústica dos locais onde deveria falar. Confiava seus discursos à sua excelente memória (apesar de carregar consigo anotações completas). Praticava diante de um espelho e chamava o fotógrafo oficial para fotografá-lo em ação, a fim de que pudesse estudar as fotos. A imaginação enlouquece, ao se pensar o que ele poderia ter feito com o uso da televisão, e é estranho que ele não tenha forçado o seu desenvolvimento: a *Berlin-Witzleben* mostrou um *show* de TV já em 8 de março de 1929. Hitler usava gestos oratórios, até então raros na Alemanha, e que ele copiava de Ferdl Weiss, um comediante de Munique, especializado em platéias de cervejarias. Hitler se cronometrava para chegar tarde, mas não muito tarde. Nos primeiros tempos, lidava brilhantemente com importunos e usava muito o humor mordaz⁷³. Mais tarde, visou a imagem do profeta inspirado e reduziu fortemente o conteúdo político específico

nos seus discursos. Elizabeth, a irmã de Nietzsche, que visitou em Weimar, disse que ele a havia impressionado mais como um líder espiritual do que como um político⁷⁴. Seu estilo não era o de um teólogo, mas o de um evangelizador: o jornalista americano H.R. Knickerbocker o comparou a “Billy Sunday”⁷⁵. Um observador escreveu na época: “Hitler nunca faz realmente um discurso político, somente filosófico”⁷⁶. Ele nem mesmo esboçou um programa ou fez promessas, como exigiria um compromisso. Via a política como mobilizadora de vontades. O ouvinte entregava a sua vontade ao líder, que a restaurava e a fortalecia. Como colocou: “A vontade, o anseio e também o poder de milhares se acumulam em cada indivíduo. O homem que entra em um comício duvidando e hesitando sai dele fortalecido internamente: ele se transformou em um elo da comunidade”.

Mencionamos aqui um ponto importante. Hitler, como Lênin, sentia desprezo pela democracia parlamentar ou qualquer outro aspecto do liberalismo. Mas enquanto Lênin insistia no fato de que uma elite ou mesmo um único indivíduo representava a vontade do proletariado em virtude de suas respectivas *gnosias*, Hitler não era avesso à voz democrática que se expressava numa forma menos metafísica. Em um certo sentido, ele acreditava numa democracia participante e a praticou por algum tempo. Não tinha alternativa senão ir ao encalço do poder, até certo modo, por meios democráticos. Certa vez, em um raro momento de franqueza, Lênin disse que somente um país como a Rússia poderia ter sido tomado tão facilmente como ele o fez. A Alemanha era uma proposição diferente. Ela não podia ser violada. Teria de ser seduzida.

Hitler levou algum tempo para descobrir esse fato. Vale a pena estudar em detalhe sua educação política. Na Viena do pré-1914, ele aprendeu o socialismo e o anti-semitismo. O socialismo, ele o obteve através do famoso prefeito social-cristão, Karl Lueger, que imitou e aperfeiçoou a política social de Bismark para criar um Estado provedor em miniatura: em 15 anos, deu a Viena um transporte esplêndido, um sistema de seguro social e educacional, cinturões-verdes e um milhão de novos empregos. O todo da política interna de Hitler, até 1939, foi esboçado seguindo esses padrões: usar o imenso Estado paternalista para persuadir as massas a abrir mão da liberdade em troca da segurança. Lueger também era anti-semita; mas foi outro político vienense, o pan-germânico Georg von Schönerer, que ensinou a Hitler como colocar a “solução” para o “problema judeu” no cerne da política: Schönerer exigiu leis anti-semitas e seus seguidores usavam nas correntes dos relógios de bolso a insígnia de um judeu enforcado.

O terceiro elemento, que transformou Hitler no arquétipo do ultra-germânico, foi adicionado durante a guerra. Ludendorff acreditava firmemente na educação política das tropas. Ele as doutrinava com a idéia de uma enorme expansão para o Leste, que o Tratado de Brest-Litovsk havia mostrado ser possível. Hitler se tornou um expoente entusiasta dessa visão, expandindo-a e adaptando-a para incluir na sua realização a “solução final” para o “problema judeu”. Foi a única coisa importante que sobrou do seu inteiro programa de ação, o eixo de ataque em volta do qual tudo o mais se movia. O projeto de Ludendorff de um exército politizado foi uma das várias idéias que Lênin adotou entusiasticamente, nomeando comissários políticos até o nível de batalhão. Por sua vez, o Exército alemão readotou o princípio de politização, depois que os levantes vermelhos do início de 1919 tinham sido debelados. O comando do distrito de Munique do Departamento Político nomeou Hitler um dos seus primeiros “oficiais de instrução política”, depois que o Soviete de Munique tinha

ido esmagado. Ernst Roehm era um dos seus colegas. Esses dois homens tiraram a maior vantagem do medo genuíno antivermelho em Munique, para tornar esta cidade a capital do extremismo germânico.

Em setembro de 1919, Hitler se apossou de um pequeno grupo proletário chamado Partido dos Trabalhadores Alemães. Em abril de 1920, quando deixou o Exército para começar uma carreira política de dedicação exclusiva, ele o transformou no núcleo de um partido de massa, atribuindo-lhe o poder de conduzir uma política externa (ab-rogação do Tratado de Versalhes, uma Grande Alemanha, expansão para o leste, exclusão da cidadania aos judeus), e reorganizou seus objetivos econômicos em um programa radical de 25 pontos: confisco dos lucros de guerra; abolição de rendas imerecidas; apropriação de monopólios e lucros acionários da indústria pelo Estado; desapropriação de terra sem compensação, de acordo com as necessidades nacionais. Acrescentou as palavras "Nacional Socialista" ao nome do partido. Apesar de usar algumas vezes as palavras nacionalismo e socialismo, como se fossem permutáveis, o elemento radical e socialista sempre permaneceu forte no seu programa. Nunca foi, em qualquer sentido, um político burguês ou conservador, ou um expoente, ou defensor do capitalismo. Nem o Partido Nazista foi predominantemente da baixa classe média. Os historiadores modernos têm debatido calorosamente sobre o ponto até o qual o nazismo atraía a classe operária⁷⁷. A verdade parece ser que os nazistas emergiram do descontentamento de todas as classes, com exceção dos camponeses e fazendeiros. De um total de 4.800 membros em 1923, 34,5% eram da classe operária, 31% da classe média baixa, 6,2% de funcionários de menor importância, 11,1% de escriturários, 13,6% de pequenos empresários e comerciantes⁷⁸.

A política de Hitler, ao criar um partido de elite de vanguarda, numa base de massa, foi, é lógico, copiada da experiência de Lênin. Em aspectos importantes, ele permaneceu um leninista até o fim, particularmente na sua crença de que um partido altamente disciplinado e centralizado, culminando em um ápice autocrático, era o único instrumento capaz de levar a cabo uma revolução fundamental. Uma vez no poder, colocou em funcionamento a tomada sistemática de todos os órgãos da sociedade pelo partido, exatamente como Lênin o havia feito. De início, planejava tomar o poder da mesma forma que Lênin o fizera em 1917, através de um *putsch* paramilitar. Tomou coragem para essa decisão depois do sucesso da marcha de Mussolini em direção a Roma, no outono de 1922. Um ano mais tarde, achou que era chegada a hora para a Alemanha.

Em 1923, a moeda alemã, há muito oscilando na beira do caos, finalmente despencou. Em 1913, o marco alemão valia 2,38 dólares. Em 1918, caiu para sete centavos e, nos meados de 1922, um centavo de dólar americano podia comprar cem marcos. As autoridades financeiras alemãs culpavam as cláusulas de indenização do Tratado de Versalhes por essa queda. Na verdade, as reparações não tinham nada a ver com isso diretamente. As finanças públicas alemãs estavam em mau estado desde o tempo de Bismark, quando este teve que pedir empréstimo para financiar suas guerras, pagando depois a dívida com o produto da pilhagem. A mesma técnica foi usada em 1914-18, mas dessa vez não havia o que saquear e a Alemanha saiu da guerra com uma montanha de dívidas públicas em bônus do governo e uma quantidade incrível de papel-moeda em circulação. A inflação começou bem antes de que se ouvisse falar de indenizações e chegou ao nível de hiperinflação em 1921, quando os primeiros pagamentos deviam ser feitos. A crise se deveu inteiramente à maneira

irresponsável com que o ministro das Finanças, apoiado pelo *Reichbank*, permitiu que o crédito e a oferta de dinheiro se expandissem. Ninguém do sistema financeiro e empresarial dava a mínima importância ao “marco republicano”. Especulava-se e se garantia contra ele, faziam-se remessas de capital para o exterior e, no caso dos industriais, investia-se em capital fixo, tão rapidamente quanto se podia, pedindo-se dinheiro emprestado. No outono de 1922, quando Keynes foi chamado para consultas, propôs um remédio forte, que uma geração posterior chamaria de “monetarismo” — o governo, disse ele, precisa equilibrar o orçamento a qualquer custo e diminuir a oferta de dinheiro. Esse excelente conselho foi rejeitado e as impressoras da Casa da Moeda aumentaram a velocidade⁷⁹.

O colapso final da moeda começou em janeiro de 1923, quando os franceses ocuparam o Ruhr, a população parou de trabalhar, e o governo alemão aceitou a responsabilidade financeira de continuar pagando seus salários. No verão de 1923, um representante do congresso americano, A.P. Andrew, visitando a Alemanha, registrou o fato de ter trocado quatro bilhões de marcos por sete dólares, e que uma refeição para duas pessoas em um restaurante custava 1.500 milhões, acrescida de uma gorjeta de quatrocentos milhões. Em 30 de novembro, a emissão diária atingiu a cifra de quatro mil quintilhões. Os bancos cobravam 35% de juros ao dia sobre empréstimos, enquanto pagavam apenas 18% ao ano aos depositantes. Como resultado, uma camponesa que depositasse o valor de uma vaca e o retirasse seis meses mais tarde, verificaria que esse dinheiro valia menos do que um arenque. Os pequenos depositantes e os portadores de bônus perderam tudo. Os grandes ganhadores, afora o próprio governo, eram os proprietários de terra, que resgataram todas as suas hipotecas, e os industriais, que pagaram suas dívidas com papel sem valor e se tornaram proprietários absolutos de todo o seu capital fixo. Foi uma das maiores e mais abruptas transferências de riqueza da história. As responsabilidades eram claras; os beneficiários da fraude eram facilmente identificáveis. Contudo, é uma indicação deprimente de obtusidade em assuntos financeiros a de que o público alemão, acima de tudo os perdedores, longe de “desenvolver uma consciência proletária” — como Marx previu para uma situação dessas —, tivesse culpado o Tratado de Versalhes e os “especuladores judeus”.

Naturalmente, tal convulsão teve resultados políticos. A 13 de agosto, Gustav Stresemann, o único político popular em Weimar, formou uma “Grande Coalizão”, a partir dos social-democratas até a respeitável direita. Durou somente cem dias. Um estado de emergência foi declarado e o poder colocado nas mãos do ministro da Defesa. Falava-se de uma “marcha sobre Berlim”. Mas foram os comunistas, para variar, que começaram o ciclo da violência, com um levante na Saxônia. Hitler, então, decidiu que havia chegado a hora de tomar a Baviera. Em 8 de novembro, seus homens cercaram uma cervejaria onde o governo local estava reunido, prenderam os líderes, formaram com eles um governo ditatorial, tendo Hitler como chefe político e Ludendorff como o cabeça do exército, e marcharam sobre a cidade com três mil homens. Mas a polícia abriu fogo, a marcha se dispersou, Hitler foi preso e no devido tempo condenado a cinco anos na prisão-fortaleza de Landsberg⁸⁰.

As autoridades, entretanto, não tinham a intenção de deixá-lo cumprir a pena até o fim. Ele se beneficiou do duplo critério que favorecia todos os criminosos “ultragermânicos”. “O prisioneiro de Landsberg” era um interno popular e mimado. Em vez do uniforme da prisão, usava a *Lederhosen*⁸¹, um paletó típico do camponês da Baviera e um chapéu de caça verde com uma pena. Recebia um fluxo constante

de visitas, que duravam até seis horas por dia e incluíam admiradoras e políticos bajuladores. No seu 35º aniversário, flores e pacotes encheram várias dependências da fortaleza, e sua cela, de acordo com uma testemunha ocular, “mais parecia uma loja de comestíveis”⁸². Os meses que ele aí passou foram suficientes para escrever *Mein Kampf*, batendo em uma “velha máquina, com dois dedos”, como testemunhou mais tarde a mulher de Hess, Ilse⁸³.

Enquanto Hitler permanecia em Landsberg, uma grande mudança aconteceu na Alemanha. A curto prazo, os acontecimentos estavam contra ele. O novo presidente do *Reichbank*, Dr. Hjalmar Schacht, estabilizou a moeda, introduziu um novo *Reichmark*, baseado no ouro e negociável no exterior, parou a impressão de papel-moeda, e atacou com eficácia os gastos do governo — ele fez, na verdade, o que Keynes havia aconselhado 18 meses antes. A economia alemã, como a economia mundial, movia-se em águas serenas. Os cinco anos seguintes conheceram uma expansão econômica estável e, conseqüentemente, um nível mais alto de estabilidade política: foram os melhores anos da vida de Weimar. Hitler compreendeu, em Landsberg, que não poderia tomar o poder à maneira de Lênin. Teria de se tornar um político demótico. *Mein Kampf* reconheceu esse fato e mostrou exatamente como ele o faria. Ele percebeu que 1923 havia sido um ano bifurcador que, a longo prazo, favoreceria o seu esforço. Para milhões de suas vítimas, o legado da Grande Inflação seria um ódio ardente inextinguível por Weimar e seus dirigentes, pelo sistema “ocidentalizante”, pelo Tratado e pelos Aliados, e por aqueles que, na Alemanha, a eles haviam-se associado. A classe média alemã havia alterado o seu eixo. Daí para a frente, a causa ocidental estava condenada; a “cultura” prevaleceria sobre a “civilização”. Hitler registrou essa reorientação sísmica no seu extraordinário quarto capítulo de *Mein Kampf*, no qual descreve a “guerra de espaço para a sobrevivência” travada contra a Rússia. “Nós paramos o movimento alemão infundável em direção ao sul e ao oeste — escreveu ele — e dirigimos o nosso olhar para a terra do leste. Finalmente, rompemos com a política comercial e colonial do período pré-guerra e nos desviamos para a política do solo futuro”⁸⁴.

Quase no momento exato em que Hitler escrevia isso, um inglês, intuitivo e estranho, estava chegando à mesma conclusão. Em 19 de fevereiro de 1924, D.H. Lawrence escreveu *Letter from Germany*⁸⁵. Era, disse ele, “como se a vida germânica estivesse aos poucos refluindo do contacto com a Europa Ocidental, fluindo para os desertos do Leste”. Na sua última visita em 1921, a Alemanha “ainda estava aberta para a Europa. Ela ainda buscava na Europa Ocidental uma reunião... uma reconciliação. Agora tudo está acabado... o espírito positivo de nossa civilização foi rompido. As influências que chegam vêm invisivelmente da Tartária... Voltando outra vez ao fascínio do Leste destrutivo que produziu Átila”. E continuou:

... de noite, sentem-se coisas estranhas mexendo-se na escuridão... Há um sentido de perigo... um sentimento *arrepiaante*, bizarro, de perigo sinistro... A esperança na paz-e-produção está perdida. O velho fluxo, a velha adesão está rompida. Um fluxo ainda mais antigo se estabeleceu. A volta: volta à polaridade selvagem da Tartária e distância da popularidade da Europa cristã civilizada. Isso, parece-me, já aconteceu. E é um acontecimento muito mais profundo do que qualquer outro *evento* concreto. E a fonte de uma nova fase de acontecimentos.

Determinado a explorar essa nova polaridade e seu papel como político populista, Hitler — que fora de dúvida possuía um veio de imaginação criativa — passou suas últimas semanas na prisão elaborando o conceito de estradas que aparecessem como cenários espetaculares, construídas especialmente para automóveis, as futuras *autobahnen*⁸⁶, e o projeto de um “carro do povo ou o *Volkswagen*, que transportaria a nação por essas estradas⁸⁷. Ele foi solto em 20 de dezembro de 1924 e, padecendo de uma “fome” de Wagner, foi diretamente para a casa do pianista Ernst Hanfstaengel, onde lhe ordenou: “Toque a *Liebestod*”. Na manhã seguinte, comprou um Mercedes Benz por 26.000 marcos e, daí para frente, até chegar a chanceler, insistia em ultrapassar todos os carros na estrada⁸⁸.

4

LEGITIMIDADE EM DECADÊNCIA

Enquanto os ventos do Leste sopravam outra vez na Alemanha, a aliança anglo-francesa se despedaçava. Em 22 de setembro de 1922, aconteceu uma cena espantosa no *Hôtel Matignon*, em Paris, entre o primeiro-ministro francês, Raymond Poincaré, e o ministro do Exterior inglês, *lord* Curzon. Três dias antes, os franceses haviam retirado suas tropas de Chanak, deixando o diminuto contingente britânico exposto à fúria total dos nacionalistas de Atatürk, o que tornava inevitável a humilhação. Curzon tinha vindo protestar.

Os dois homens se odiavam. Poincaré era o porta-voz dos *rentiers*¹ franceses, um advogado forsythiano, esperto, prudente, parcimonioso, que gostava de citar o conselho de Guizot aos franceses: “*Enrichissez-vous!*”². *L’Avocat de France*, assim era chamado: havia herdado o nacionalismo de Thiers, cuja biografia estava escrevendo. Seu motivo de orgulho era a incorruptibilidade: insistia em escrever todas as suas cartas à mão e, quando mandava um mensageiro oficial para assuntos particulares, pagava de seu bolso³. Também Curzon escrevia suas próprias cartas, milhares e milhares delas, ficando acordado até tarde da noite, incapaz de dormir: resultado de uma lesão nas costas, na infância. Tinha também uma queda para a parcimônia, esmiuçava rigorosamente as contas domésticas de *lady* Curzon, mantendo os empregados na linha, não ao ponto de dizer a uma arrumadeira como espanar a mobília ou a um lacaio como servir o chá. Mas Poincaré mostrava todo o seu desprezo pela vulgaridade da classe média e pela auto-indulgência emocional francesa. Enquanto os dois homens discutiam, Poincaré “perdeu o controle do seu sangue-frio e por um quarto de hora urrava e vociferava no máximo de sua voz”. *Lord* Hardinge, o embaixador britânico, teve de conduzir Curzon em estado de choque para outra sala, onde caiu prostrado em um sofá escalarte, as mãos tremendo violentamente. “Charley — disse ele — eu não posso suportar esse homenzinho desagradável. Eu não posso suportá-lo”. E *lord* Curzon chorou⁴.

A causa subjacente da divisão anglo-francesa era precisamente a diferente avaliação da possibilidade de um restabelecimento militar alemão. A maioria dos britânicos encarava os estadistas franceses como paranóicos em relação à Alemanha. “Eu lhe digo — ouviu *sir* Austen Chamberlain, de Edouard Herriot —, olho para frente aterrorizado com a idéia de que a Alemanha provoque outra guerra dentro de

dez anos”⁵. Essa visão francesa era compartilhada pelos membros da Comissão Interaliada de Controle, cuja tarefa era supervisionar os artigos 168-9 do Tratado de Versalhes, que regulavam o desarmamento da Alemanha. O general-de-brigada J.H. Morgan relatou, em particular, que a Alemanha tinha conservado suas características do pré-guerra, principalmente o seu militarismo, mais do que qualquer outro país da Europa⁶. Os franceses afirmavam que cada vez que analisavam uma declaração do ministro da Guerra de Weimar, descobriam que era falsa. Mas os relatórios da Comissão de Controle, registrando violações impudentes, nunca foram publicados; eram, à vista de alguns, deliberadamente suprimidos para ajudar a causa geral do desarmamento e cortar os gastos com a defesa. O embaixador britânico na Alemanha, *lord D'Abernon*, um abastado militante determinado, era um pró-germânico apaixonado, o primeiro dos apaziguadores; ele acreditava em cada palavra do livro de Keynes e relatava que era impossível para a Alemanha esconder as evasões do Tratado⁷. Ele nada tinha a dizer nos seus relatórios sobre as *holding companies* estabelecidas por firmas alemãs para fabricar armas na Turquia, Finlândia, Rotterdam, Barcelona, Bilbao e Cádiz, e acordos feitos pelos Krupps para incrementar tanques e armas de fogo na Suécia⁸.

O ressentimento francês causado pela indiferença britânica aos riscos do restabelecimento alemão foi estimulado ainda mais quando a Alemanha assinou o Tratado de Rapallo com a Rússia, em 16 de abril de 1922. Um dos objetivos secretos desse tratado, como os franceses suspeitavam, era expandir os acordos para a manufatura conjunta de armas na Rússia e até mesmo treinar pilotos e tripulações de tanques. Era também uma mensagem sinistra para o aliado francês do Leste, a Polônia, pois sugeria uma transação germano-soviética contra ele, o que finalmente veio a acontecer no Pacto Nazista-Soviético em agosto de 1939. Rapallo fortaleceu a determinação de Poincaré de cobrar indenizações da Alemanha pela força, se necessário. E, de fato, não foi muito depois do rompimento com a Grã-Bretanha, por causa de Chanak, que Poincaré enviou tropas para o Ruhr, em 11 de janeiro de 1923. Algumas dessas tropas vieram da África francesa, e um dos motivos de orgulho de Poincaré era dizer que a França não constituía “um país de quarenta milhões, mas sim de cem milhões de habitantes”. O sistema ferroviário francês, na África, tinha como objetivo principal o transporte rápido das tropas para o teatro europeu. O fato de os alemães terem um ódio particular pelos árabes e pelos negros com o uniforme militar francês era, para os franceses, um motivo a mais para enviá-los ao Ruhr. A linha dura da França produziu resultados a curto prazo, em 26 de setembro de 1923, quando o governo alemão capitulou frente às exigências de Poincaré. O feroz pequeno advogado, que manteve o poder (com uma interrupção) até 1929, foi a figura dominante na política européia na quase totalidade da década de 20, e parecia a muitos (inclusive a alguns britânicos e americanos) a personificação da agressividade francesa, que era a maior ameaça para a estabilidade européia e mundial, mais do que qualquer coisa que pudesse emergir da Alemanha.

O resultado da política de Poincaré foi um gigantesco ressentimento alemão, que certamente apareceria no minuto em que o poder da França declinasse e houvesse um fortalecimento das próprias forças alemãs que estavam determinadas a fazer reviver o poderio militar. Mas é claro que a imagem da França, de um galo de briga, retomando o papel dominante na Europa — papel que ela havia ocupado da época de Luís XIV até Napoleão I — era uma ilusão. Versalhes não fragmentou a Alemanha de Bismark. Ela era inevitavelmente a única superpotência na Europa,

agora que a Rússia tinha virtualmente cessado — pelo menos temporariamente — de ser uma potência européia. Mais cedo ou mais tarde, a superioridade alemã em números, força industrial, organização e espírito nacional estava destinada a afirmar-se outra vez. A única interrogação era se ela o faria de uma maneira generosa ou hostil.

Em comparação, os franceses eram fracos. Igualmente importante, o fato de eles se sentirem mais fracos do que o eram na verdade. A consciência dessa debilidade, marcada nos anos 20 — a vociferação de Poincaré era uma tentativa de escondê-la — tornou-se obsessiva nos anos 30. No século XVII, a população francesa era quase o dobro da de qualquer outra na Europa. A segunda maior população, bastante significativa, havia sido a da Polônia⁹. Os franceses tinham uma percepção melancólica do declínio do novo aliado do Leste. Esperavam torná-lo grande outra vez, para equilibrar seu próprio declínio. Estava gravado nos corações dos franceses o fato de que, até 1800, eles haviam sido a nação mais numerosa na Europa, excetuando a Rússia. Desde então, vinham sofrendo um declínio relativamente alarmante, refletido nos riscos preocupantes dos aparelhos demográficos, e que vinha aparecendo desde os anos de 1840. Foram alcançados pelos austríacos em 1860, pelos alemães em 1870, pelos britânicos em 1900, e os italianos os seguiriam em 1933. A França se tornaria um mero quinto lugar na Europa. Em 1800, ela possuía 28 milhões de habitantes. Entre 1800 e 1940, sua população aumentou de apenas 50%, enquanto que a da Alemanha quadriplicou e a da Grã-Bretanha triplicou¹⁰.

A Primeira Grande Guerra — que, na opinião dos franceses, a Alemanha impusera à França com a finalidade de destruí-la totalmente enquanto grande potência — havia aumentado tragicamente a fraqueza demográfica da França. O país perdeu 1.400.000 homens — 17.6% do exército, 10.5% da inteira população masculina ativa. Em consequência, mesmo com a Alsácia e a Lorena trazidas de volta ao rebanho, a população francesa havia decrescido de 39,6 milhões para 39,12 milhões, enquanto a Grã-Bretanha, por exemplo, teve a população aumentada de 2,5 milhões durante os anos da guerra. Mais ou menos 1,1 milhão de franceses haviam-se tornado *mutilés de guerre*, incapacitados para sempre. Os alemães haviam matado 673.000 camponeses, ferido seriamente mais meio milhão, ocupado dez *départements*¹¹ com uma população de 6,5 milhões, tornado um quarto deles refugiados, arrasado construções necessárias ao funcionamento de fazendas, chacinado o gado e carregado a maquinaria quando se retiraram, assim como transformado os franceses em operários-escravos nas fábricas do “socialismo de guerra” de Ludendorff, onde a taxa de mortalidade foi tão alta quanto os 10% ao ano que atingira sob a dominação nazista na Segunda Guerra Mundial. Os franceses remoíam esses números aterradores, que o brilhantismo de sua própria propaganda de guerra fez parecer ainda mais terríveis¹².

Os franceses que sofreram danos de guerra foram bem recompensados mais tarde, mas, apesar de todos os esforços de Poincaré, a maneira como isso foi financiado produziu uma inflação que, a despeito de menos espetacular que a da Alemanha, durou muito mais e foi, em última análise, de efeito mais corrosivo sobre o moral nacional. Entre 1912 e 1948, os preços de atacado na França multiplicaram-se 105 vezes, e o preço do ouro, 174 vezes. Em relação ao dólar, o franco, em 1939, valia apenas 1/70 do seu valor em 1913.¹³ Para os turistas americanos e britânicos e para os expatriados, a França do período entreguerras era uma barganha e um paraíso; mas era pesada para os franceses, que consideravam a erosão constante de suas

rendas e poupanças como um motivo adicional para não terem menos filhos. Entre 1906 e 1931, o número de famílias francesas com três ou mais filhos caiu drasticamente e, durante a década de 30, era mais comum encontrar famílias de filho único. Por volta de 1936, a França tinha uma proporção maior de pessoas acima dos sessenta anos do que qualquer outro país — 147 em mil, comparada a 129 na Grã-Bretanha, 119 na Alemanha, 91 nos Estados Unidos e 74 no Japão¹⁴.

A França esperava se fortalecer com a recuperação da Alsácia e da Lorena, esta última possuidora de um grande cinturão industrial. Mas a economia das duas províncias tinha sido integrada à do Ruhr e, claro, muito danificada pela separação. Na Alsácia, densamente católica, os franceses alienaram o clero ao condenar o alemão, a língua de instrução religiosa. Eles tinham a tendência de cometer o mesmo erro dos alemães e se comportar como colonizadores. Na verdade, tinham menos a oferecer, pois o seguro social francês era muito inferior ao alemão¹⁵. A França era um mercado pobre para a indústria, embora protegido. Um controle severo de aluguéis, imposto em 1914 e nunca suspenso, acabou com o mercado de habitação francês. A oferta de habitações, 9,5 milhões antes da guerra, era ainda de apenas 9,75 milhões em 1939, um terço delas inadequadas para moradia humana. A agricultura estava terrivelmente atrasada. Na década de 30, havia ainda três milhões de cavalos nas fazendas, o mesmo número que em 1950. A França, como a Itália, era um país semi-industrializado e sua taxa de crescimento na pré-guerra não foi completamente mantida na década de 20, menos ainda na de 30, quando a produção industrial nunca voltou ao nível da de 1929. Entre 1880 e 1904, a França era o maior produtor de automóveis. Na década de 20, ela ainda fabricava mais carros que a Itália ou a Alemanha. Mas não conseguiu produzir um carro barato para venda em série. Nos meados de 1930, 68% dos carros vendidos na França eram de segunda mão e ainda havia 1.352.000 carruagens puxadas a cavalo nas ruas, exatamente tantas quanto em 1891.¹⁶

A raiz do problema estava no baixo investimento. A inflação também tinha culpa. O Estado era um substituto pobre do investidor privado. Ele era o maior empregador, mesmo antes de 1914, e a guerra dera novo ímpeto ao setor estatal. Etienne Clémentel, ministro do Comércio entre 1915-19, queria um plano nacional e uma união econômica da Europa Ocidental; contava entre seus *protégés* Jean Monnet e outros futuros “eurocratas”. Mas essas idéias não surtiram efeito na época. O Estado comprou parte das ferrovias, frotas mercantes, companhias de eletricidade, petróleo e gás, para mantê-las em funcionamento e garantir empregos; mas havia pouco dinheiro disponível para investimentos¹⁷. Os industriais franceses tinham várias idéias, mas eram frustrados pela falta de grandes oportunidades e passavam muito do seu tempo em rixas uns contra os outros — daí a guerra entre Ernest Mercier, o cabeça das indústrias petrolíferas e de eletricidade, e François de Wendel, o chefe da metalurgia¹⁸. A falta de oportunidades para homens talentosos, numa escala abaixo, era ainda pior (para mulheres era inexistente). Entre as guerras, os salários reais dos engenheiros na França caíram de um terço. Educação superior, especialmente para técnicos, era tragicamente inadequada, confusa pelas brigas sectárias e falta de fundos. A maior parte do dinheiro era destinada às famosas, mas antiquadas, “*Grandes Ecoles*”, em Paris: Herriot chamava a *Polytechnique*, de onde saíam os tecnocratas, “a única faculdade teológica que não tinha sido abolida”. Um *Centre National de la Recherche Scientifique*¹⁹ foi criado, mas com um orçamento exíguo. O novo edifício da Faculdade de Medicina de Paris, encomendado nos anos

20. não foi terminado até os anos 50 (a França não teve um Ministério da Saúde até 1922) e, por volta de 1939, tinha apenas dois médicos em sua equipe. Uma estatística surpreendente resume tudo isso: em 1927, a França dispendeu menos com a educação superior do que com a alimentação dos cavalos do Exército²⁰.

Além do mais, a França estava tão dividida quanto a Alemanha. Não havia conflito entre civilização e cultura. Justo o contrário. Os franceses estavam de acordo quanto à civilização: ela era de sua propriedade. Eles relutaram bastante, em Versa-
lhes, para aceitar o inglês como língua oficial alternativa. Viam a França como a geradora, o centro e a depositária da civilização — uma palavra que eles mesmos ganharam em 1766. Eles invejavam, antipatizavam e desprezavam os anglo-saxões. François Mauriac, seu melhor romancista jovem, escreveu em 1937: “Eu não compreendo e não gosto dos ingleses, exceto quando estão mortos”. Entre os livros populares desse período, contava-se o *Faut-il réduire l'Angleterre en esclavage?* (1935), de Henri Béraud, e *Le cancer américain* (1931), de Robert Aron e André Dandieu. Nos anos 30, jovens romancistas como Malraux e Camus liam Nietzsche, e jovens filósofos como Sartre eram atraídos por Heidegger. Mas o modelo oficial para a França era Descartes, cuja metodologia dominava as aulas de filosofia nas escolas, o que era uma das facetas mais notáveis do sistema educacional francês²¹. As escolas eram destinadas a produzir uma liderança nacional altamente inteligente. O que elas produziram não foi exatamente isto; foram intelectuais. E os intelectuais estavam divididos não apenas pelos seus pontos de vista, mas sobre a função que exerceriam. Emile Chartier (“Alain”), o mais influente professor de filosofia, pregava o “compromisso”. Mas o tratado mais lido nesse meio tempo foi *La trahison des clercs* (1927), de Julien Benda, que pregava o descomprometimento²². Havia algo a ser dito sobre a razão pela qual os intelectuais franceses se mantinham acima das rixas: eles se odiavam muito uns aos outros. Marx havia presumido, no *Manifesto comunista*, que os intelectuais eram um setor da burguesia que se identificava com os interesses da classe operária. Essa análise parece ter sido confirmada nos estágios iniciais do caso Dreyfus (o oficial judeu condenado falsamente por traição), quando o novo termo da moda, *intelligentsia*, foi identificado com a esquerda clerical. Mas a longa luta da causa de Dreyfus fez surgir uma categoria inteiramente nova de intelectuais franceses da ala direita, que anunciou um cessar-fogo relutante em 1914, para emergir espumando de raiva em 1918 e ajudar a direita política, no ano seguinte, a ganhar as primeiras eleições gerais de uma geração. Excluindo os anos 1924-25, 1930-31 e 1936-38, a direita e o centro franceses dominaram a Câmara dos Deputados (e o Senado do princípio ao fim) e os intelectuais da direita conduziam as iniciativas nos salões e nos bulevares.

Os intelectuais estavam de acordo sobre a civilização; a discórdia dizia respeito à cultura. Seria ela secular ou confessional, positivista ou matéria de metafísica? A batalha foi amarga e destrutiva, dividindo ferozmente o sistema educacional, os negócios, o governo local, a sociedade. Os franco-maçons, o braço militante da secularidade, estavam ainda elevando seus números, de quarenta mil em 1928 para sessenta mil em 1936.²³ Sua ramificação secundária era composta pelos desprezados, mal pagos professores primários do Estado, pró-republicanos, pacifistas, anticlericais, que se opunham ao *curé*²⁴ em cada aldeia. Eles usavam um conjunto de livros de texto completamente diferente, especialmente de história, nas escolas “livres” de catolicismo. Mas os católicos estavam ganhando terreno nas escolas. Entre as duas guerras, o número de escolas secundárias do Estado baixou de 561 para 552; as

católicas mais do que dobraram: de 632, em 1920, foram para 1.420, em 1936. As associações de *Anciens élèves* (Ex-alunos) desses colégios católicos eram excepcionalmente bem organizadas e militantes, sedentas de reverter o veredicto dos anos de Dreyfus²⁵. A bifurcação nas escolas francesas tendeu a produzir dois tipos distintos de franceses, que tinham heróis históricos diferentes (e vilões também), vocabulários políticos diferentes, suposições fundamentalmente diferentes sobre política e, fato não menos importante, duas imagens completamente diferentes da França.

Havia na França dois tipos rivais de nacionalismo. Os secularistas e os republicanos, que rejeitavam a paternidade de Deus e do rei, que haviam cunhado o termo *la patrie* no século XVIII para assinalar a sua mais alta lealdade para com o país. Quando Dr. Johnson declarou, nessa época, que “o patriotismo é o último refúgio de um canalha”, ele estava denunciando uma espécie de demagogia subversiva. O patriotismo francês adquiriu um sabor jacobino sob a Revolução e esse tipo de nacionalismo progressista foi perpetuado por Gambetta e Clemenceau. Ele poderia ser tão chauvinista e impiedoso quanto qualquer outro gênero — talvez mais, visto que tendia a não admitir nenhuma lei mais importante do que o interesse da república, considerada a encarnação da virtude — mas tendia a evaporar-se em derrotismo e pacifismo no momento em que se pensava estar a França sob o controle de homens que não serviam aos interesses de *la patrie*. Considerava o Exército ativo, que era esmagadoramente católico e em parte monarquista, com suspeita e mesmo hostilidade.

Em oposição à “França patriótica” havia a “França nacionalista”, o equivalente gaulês à divisão entre ultragermânicos e mais ocidentalizantes, na Alemanha. É um erro descrever os nacionalistas franceses do entreguerras como fascistas — embora alguns deles tenham-se tornado fascistas do tipo mais horripilante — porque a tradição era muito mais antiga. Remontava aos *émigrés*²⁶ da época revolucionária, a reação cultural ao Iluminismo de Voltaire, Rousseau e Diderot, e que primeiro adquiriu um conteúdo intelectual nos escritos de Joseph de Maistre, cuja obra-prima, *Les soirées de Saint-Petersbourg*, foi publicada em 1821. Essa obra oferecia uma combinação de irracionalismo e romantismo, e uma ênfase jansenista no pecado original. A razão humana é uma “luz trêmula”, muito fraca para disciplinar uma raça desregrada: “Aquilo que o nosso século miserável chama de superstição, fanatismo, intolerância etc. era um ingrediente necessário para a grandeza francesa”. “O homem é muito perverso para ser livre.” Ele é “um centauro monstruoso... o resultado de alguma ofensa desconhecida, alguma miscigenação abominável”²⁷. A tudo isso, de Maistre adicionou a importante idéia de uma vasta conspiração que, com o objetivo ostensivo de “libertar” o homem, na verdade libertaria o demônio dentro dele.

Nas duas décadas que conduziram ao caso Dreyfus nos anos 1890, a teoria da conspiração se tornou o instrumento necessário para os anti-semitas franceses como Edouard Drumont, em cuja obra *La France juive* (1886) exagerou grosseiramente o poder, a influência e, acima de tudo, o número de judeus que habitavam a França. Quando Drumont escreveu seu livro, havia apenas 35.000 judeus na França. Mas esse número estava crescendo: havia mais de cem mil por volta de 1920. Outros “imigrantes” chegavam aos borbotões. A França, sob a Terceira República, e especialmente entre as guerras, era o país mais agradável do mundo para se viver, e, de várias maneiras, o mais tolerante em relação aos estrangeiros, contanto que eles não perturbassem a ordem²⁸. Entre 1889 e 1940, quase 2.300.000 pessoas receberam a cidadania francesa, e havia, além disso, outros 2.613.000 residentes estrangeiros em

1931, uma cifra que aumentava rapidamente diante da chegada de refugiados de Hitler, Stálin, Mussolini e da Guerra Civil espanhola²⁹. Os franceses não eram racistas no sentido alemão, já que um certo cosmopolitanismo era um corolário de seus direitos de propriedade sobre a civilização. Mas eram extraordinariamente suscetíveis a uma série de teorias raciais bizarras, que produziam em abundância. Dessa maneira, em 1915, o Dr. Edgar Bérillon “descobriu” que os alemães tinham os intestinos nove pés mais longos do que os outros seres humanos, o que os tornava propensos à “polychesia” e à bromidose (defecação e cheiros de corpo excessivos)³⁰. Se Paris era a capital mundial da razão cartesiana, também foi a capital da astrologia, medicina marginal e religiosidade pseudocientífica. Havia (e ainda há) uma forte cultura anti-racionalista na França.

Daí o sucesso da *Action Française*, o jornal dos nacionalistas extremados. Esse sucesso começou em 1899, num pequeno grupo de intelectuais que se reunia no Café Flore, no boulevard Saint-Germain —, que seria “liberado” pelos existencialistas em 1944 —, e floresceu através do talento de Charles Maurras. Este propalou a idéia de uma conspiração múltipla: “*Quatre états confédérés: juifs, protestants, franc-maçons, métèques* (estrangeiros)”. Isso não era muito diferente da linha oficial do Vaticano durante o caso Dreyfus, mesmo substituindo “ateístas” por “estrangeiros”. Embora, tanto Maurras quanto a *Action Française* fossem ateístas, muitos de seus pontos de vista eram fortemente aprovados pela Igreja Católica. O último dos Papas reacionários, Pio X, disse à mãe de Maurras: “Eu abençôo o trabalho dele”; e, ainda que o Papa tivesse assinado um decreto da Cúria Romana condenando os seus livros, recusou-se a permitir que o decreto entrasse em vigência — os livros eram *Damnabiles, non damnandus*³¹. A condenação do Vaticano veio finalmente em 20 de dezembro de 1926, graças ao fato de Pio XI já ter então tido a experiência do fascismo no poder. Mas havia uma grande quantidade de grupos inter-relacionados, aos quais católicos fervorosos podiam pertencer, e o movimento nacionalista nunca perdeu sua respeitabilidade na classe média e na classe mais alta. O jornal *Action Française*, editado por Léon Daudet, era brilhantemente bem escrito, tendo conseguido atingir uma grande tiragem: essa foi a razão por que Proust, embora judeu, defendeu-o justificando-o como uma “cura pela elevação do espírito”³². Muitos escritores proeminentes estavam ligados ao movimento da *Action Française*. Esse grupo, por exemplo, incluía o mais importante historiador da França, Jacques Bainville, cuja *Histoire de France* (1924) teve uma tiragem acima de trezentas mil cópias e cujo *Napoléon* (1931) e *La Troisième République* também se tornaram sucessos de venda.

Na verdade, a fraqueza do nacionalismo francês residia em seu extremo intelectualismo. Faltava-lhe um líder que possuísse a vontade de poder. Ao fim de 1933, com o fascismo triunfando na maior parte da Europa, o escândalo Stavisky, na França, deu aos extremistas precisamente a revelação da corrupção republicana de que eles tanto necessitavam para justificar um *coup*. Algum tipo de Estado protofascista teria quase que certamente surgido no dia 6 de fevereiro de 1934, tivesse Maurras dado o sinal de partida. Mas ele tinha então 65 anos, era muito surdo e, por temperamento, um sedentário inventor de frases: passou aquele dia crítico escrevendo um editorial. Os dons que o fizeram tão perigoso para agitar a paixão dos franceses cultos foram precisamente os mesmos que o incapacitaram de liderá-los na batalha. Portanto, não havia um ponto de convergência que segurasse o movimento fascista à sua volta. Ao contrário, havia uma proliferação de grupos, cada qual com uma ideologia ligeiramente diferente e um grau de tolerância para com a violência que

variava constantemente. Esses grupos apresentavam a imagem exata do desprezado *régime des partis* na *Chambre des Députés*. As facções Bourbon, como *Les Camelots du Roi*, se acotovelaram com as *Jeunesses Patriotes* bonapartistas, os *Etudiants d'Action Française* e os grupos “meramente” fascistas como o *Parti Populaire Français*, *Le Faisceau* e o *Phalanges Universitaires*, além de movimentos mais tradicionais como a *Croix de Feu*. Aventureiros do tipo nazista, que mais tarde floresceriam sob Vichy, parasitavam por aí à procura de uma barganha melhor. Foi necessária uma catástrofe externa para trazê-los ao poder.

No entanto, essa catástrofe tornou-se mais possível devido a Maurras e seus seguidores. A Terceira República tinha mais simpatizantes na França do que Weimar na Alemanha. Maurras declarou que também ele tinha uma horda de inimigos. Sua citação favorita era Anatole France, o enfadonho acadêmico vencedor do Prêmio Nobel: “*La République n'est pas destructible, elle est la destruction. Elle est la dispersion, elle est la discontinuité, elle est la diversité, elle est le mal*”³³. A república, ele escreveu, era uma mulher que não possuía “o princípio masculino da iniciativa e da ação”. “A democracia é um mal, a democracia é morte”. “A democracia é olvidável”. Sua lei fundamental era: “os povos que são governados por seus homens de ação e seus líderes militares derrotam os outros povos que são governados por seus intelectuais e advogados”. Se o republicanismo era a morte, como é que valeria a pena morrer por ele? O Tratado de Versalhes era a criação de “uma combinação de finanças anglo-saxônicas e finanças judaico-germânicas”. A teoria da conspiração podia ser reformulada — anarquismo, alemães, judeus: “Os bárbaros das profundezas, os bárbaros do Leste, nosso *Demos* flanqueado pelos seus dois amigos, o alemão e o judeu”³⁴. Os ultranacionalistas, embora ciumentos dos interesses franceses como eles os concebiam, não estavam desejosos de preservar a Europa de Versalhes nem de apoiar a agressão fascista. Os diários de Bainville atestam que ele acolheu com prazer os sucessos fascistas na Itália e na Alemanha³⁵. Maurras aplaudiu a invasão da Etiópia por Mussolini e a luta da civilização contra o barbarismo³⁶. “O que você pode fazer pela Polônia?” perguntou ele a seus leitores, um grito proveniente do devastador “*Mourir pour Dantzig?*” de Marcel Déat.

Com efeito, as duas tendências do nacionalismo na França, os jacobinos e os anti-republicanos, guardavam reservas quanto aos sacrifícios que eles teriam que fazer. Não era o caso do meu país certo ou errado, do meu país esquerda ou direita, mas o caso de a quem pertenceria o país — a mim ou a eles? A divisão dentro da França já era aparente no início de 1920, enfraquecendo os ânimos e afetando a própria política em si. A postura de defesa no período de pós-guerra na França estava apoiada na supremacia militar absoluta a oeste do Reno, que refreava a Alemanha de um lado, enquanto que, do outro lado, esse país era refreado por uma aliança militar dos novos estados. A Polônia, a Tchecoslováquia, a Romênia, a Iugoslávia, todas elas tinham complicados acordos militares com a França, indo até o suprimento de armas e o treinamento de técnicos. A ocupação do Ruhr por Poincaré, em 1923, testemunhou a política ocidental em ação. Mas prejudicou tanto os interesses da França na Grã-Bretanha e na América, que a muitos políticos franceses pareceu ser impossível de se repetir; e a solução americana adotada no Plano Dawes para reparar os embaraços criados pela necessidade de indenização eliminou largamente a possibilidade de se vir a usar novamente a força. Nesse momento, os alemães propuseram que a fronteira franco-germânica fosse garantida e a Grã-Bretanha apoiou esse pedido. Os franceses responderam que, nesse caso, a Grã-Bretanha também deveria

concordar em garantir as fronteiras da Alemanha no Leste com os Aliados da França, Polónia e Tchecoslováquia. Mas o ministro do Exterior, *sir* Austen Chamberlain, recusou, escrevendo ao seu secretário-geral, *sir* Eyre Crowe (16 de fevereiro de 1925), que a Grã-Bretanha não poderia em absoluto garantir o corredor polonês “pelo qual nenhum governo britânico arriscará ou jamais poderá arriscar a pele de um grandede britânico”³⁷. Também aí não havia *mourir pour Dantzig!*

Conseqüentemente o Tratado de Locarno (1925), enquanto negava à França o direito de deter a Alemanha pela força, não apoiou seus sistemas de alianças defensivas. Tudo o que ele fez foi desmilitarizar a Renânia e dar à Grã-Bretanha e à França o direito de intervir pela força, caso a Alemanha procurasse restaurar sua soberania total. Isso, entretanto, foi um blefe. Embora Chamberlain apregoasse, na Conferência Imperial de 1926, que “a verdadeira defesa do nosso país... não é mais agora sobre o Canal... mas é sobre o Reno”, os chefes britânicos do Estado-Maior salientaram, em particular, que não possuíam os meios militares para respaldar essa garantia³⁸. Dois anos mais tarde, o chefe do Estado-Maior Geral Imperial emitiu um memorando de gabinete mostrando que a força total da Alemanha, incluindo reservas, não era o Exército de cem mil permitido por Versalhes, mas sim uma força de milhões³⁹. O Ministério da Guerra francês fez a mesma estimativa. Em 1928, Poincaré tinha desistido da noção de uma fronteira estratégica “avançada” no Reno e revertido a uma política puramente defensiva: peritos já estavam trabalhando em um projeto que seria conhecido como a Linha Maginot.

O que aconteceu então ao “país dos cem milhões” de Poincaré, a visão imperial que H.G. Wells chamou de “o desenvolvimento da ‘França negra?’”⁴⁰ Poderia um império ser invocado para compensar o equilíbrio da debilidade da França na Europa? Maurice Barrès, um intelectual que contribuiu para organizar a coalizão de direita que chegaria à vitória devastadoramente nas eleições de 1919, escreveu: “Somos tentados a agradecer aos alemães por abrirem os olhos do mundo para a questão colonial”. O Parlamento de 1919 era conhecido como “*Chambre blue horizon*”, devido às cores dos uniformes do Exército e suas aspirações imperialistas. Albert Sarraut, o ministro para as Colônias, concebeu um plano grandioso, em abril de 1921, para transformar a *France d’Outre-mer*⁴¹ no calço econômico da *Mère-patrie*⁴². Para concretizar essa visão havia um ou talvez dois pré-requisitos. O primeiro e mais importante era dinheiro para investimento. Os franceses esperavam conseguirlo através do acordo secreto Sykes-Picot dos espólios de guerra: “uma Síria maior” que incluísse os campos de petróleo de Mosul. Mas na salada, depois do término da guerra, isso lhe foi negado pela Grã-Bretanha e seus protegidos hachemitas árabes. Tudo o que a França obteve foi o Líbano, onde ela era a protetora tradicional da comunidade cristã maronita, além da Síria Ocidental, onde não havia petróleo, mas com muitos nacionalistas árabes ferozes. Ela se teria dado muito melhor só com o Líbano. O mandato da Síria foi um fracasso total, o que provocou uma rebelião em larga escala, debelada às expensas de um enorme gasto militar e que culminou com o bombardeio de Damasco pelo Alto Comissariado francês, em 1925, com artilharia pesada⁴³. Esse enclave no Oriente Médio permaneceu uma fonte pustulenta de discórdia entre a França e a sua aliada principal, a Grã-Bretanha, levando-as a um conflito real entre 1940-41. A França nunca teve um tostão de lucro nessa área.

Como resultado, não havia dinheiro para o plano de Sarraut. As colônias francesas da África negra tinham sido adquiridas depois de 1870, mais por prestígio do que por razões econômicas, para manter o exército ocupado e para pintar o mapa

de azul. A lei de 1900 dizia que cada colônia devia pagar pela sua própria manutenção. Federações foram organizadas na África Ocidental (1904) e Equatorial (1910), sendo que a população somada dessas duas imensas áreas era menor do que a Nigéria britânica. Para fazer sentido econômico, todos concordaram que elas tinham de ser ligadas aos territórios franceses do norte da África. Em 1923, o Quai d'Orsay⁴⁴ e os Ministérios da Guerra e das Colônias concordaram que a construção da companhia ferroviária do Trans-Saara era absolutamente "indispensável". Mas não havia dinheiro. Nenhum levantamento técnico foi feito até 1928. A estrada de ferro nunca foi construída. Porém, mais dinheiro ainda foi remetido para os territórios franceses de ultramar; os investimentos quadruplicaram entre 1914 e 1940, a participação global do investimento francês no império subiu de 9 para 45%. Mas quase tudo isso acabou indo para os territórios árabes da França, ficando a Argélia com a parte do leão. O comércio exterior, em 1937, nos territórios árabes, chegou a 15 bilhões de francos, quatro vezes o da África Ocidental e Equatorial⁴⁵.

O segundo pré-requisito era algum tipo de transferência de poder, a fim de que os habitantes do "país de cem milhões" pudessem gozar dos mesmos direitos. Mas não havia possibilidades para que tal acontecesse. Nas conversações do Tratado de Paris de 1919, Ho Chi Minh apresentou em nome dos anamitas da Indochina um programa de oito itens, não sobre autodeterminação, mas sobre direitos civis, tais como existiam para os habitantes da França metropolitana e para os expatriados. Ele nada conseguiu. A Indochina tinha um dos piores sistemas de trabalho forçado do mundo e o seu sistema opressor de impostos locais incluía a velha *gabelle* ou imposto do sal. Como bem colocou Ho Chi Minh, a França não tinha trazido para a Indochina qualquer progresso, mas um medievalismo que era simbolizado pela *gabelle*: "Impostos, trabalho forçado, exploração — disse ele em 1924 — esse é o resumo de sua civilização"⁴⁶. Havia tantos oficiais franceses na Indochina (cinco mil), trabalhando lado a lado com os plantadores franceses *colon*, quanto em toda a Índia britânica, com uma população 15 vezes maior. Nenhum deles toleraria transferências ou reformas. Quando, em 1927, Alexandre Varenne, um governador-geral francês, tentou terminar a *corvée*, eles uniram esforços para mandá-lo de volta. Em 1930, só na Indochina houve quase setecentas execuções sumárias. Se Gandhi tivesse tentado sua resistência pacífica lá, escreveu Ho Chi Minh, "ele há muito já teria subido aos céus"⁴⁷.

As coisas, de uma certa maneira, eram até muito piores na África do Norte. Teoricamente, a Argélia era governada como a França metropolitana, mas, no entanto, tinha colégios eleitorais separados para franceses e árabes. Isso arruinou as reformas do pós-guerra de Clemenceau, em 1919, e também todas as outras subsequentes. Os colonizadores franceses enviaram representantes para o Parlamento em Paris, o que deu a eles um poder que era desconhecido no Império Britânico. Em 1936, os deputados *colons* anularam um projeto de lei da Frente Popular que teria dado cidadania completa a vinte mil muçulmanos. O grande governador-geral francês no Marrocos, marechal Lyautey, descreveu os *colons* como "tão ruins quanto os boches"⁴⁸, imbuídos da mesma crença na existência de raças inferiores, cujo destino é serem exploradas"⁴⁹. No Marrocos, ele fez o melhor que pôde para mantê-los afastados. Mas foi muito difícil. Lá, um fazendeiro francês podia gozar do mesmo padrão de vida de um americano do Meio-Oeste. Todos os europeus tinham uma renda real um terço acima da que tinham na França e oito vezes superior à dos muçulmanos. Além disso, o despotismo benevolente de Lyautey, que era destinado

a proteger os muçulmanos da corrupção francesa, na verdade os expôs a uma corrupção nativa bem pior. Ele governava através dos caides, que, ao comprarem os cargos de fiscal de impostos e de magistrados, endividavam-se e eram obrigados a espremer seus súditos para pagar os juros. O sistema degenerou rapidamente depois da morte de Lyautey em 1934. O mais importante dos caides foi o notório El Gilawi, o paxá de Marrakech, que governava, tanto na montanha quanto no deserto, um império de comércio escuso, muito bem organizado e monopolístico, incluindo o controle de 27.000 prostitutas que satisfaziam as necessidades de todo o Saara Ocidental⁵⁰. No setor de educação, ou seja, o mais importante, conseguiu-se pouco. Havia um excesso de franceses: 15.000 funcionários, três vezes mais que a administração indiana, e todos ansiosos para perpetuar e, se possível, tornar hereditários seus cargos. Em 1940, dessa maneira, havia somente 3% de marroquinos que iam à escola e, mesmo em 1958, apenas 1.500 conseguiram ter acesso ao ensino secundário. Em 1952, só havia 25 médicos marroquinos, 14 dos quais da comunidade judaica.

Não é que os franceses tivessem preconceito de cor. Paris sempre recebeu bem os *évolués*. Em 1919, as “Quatro Comunas” da África ocidental, já há muito estabelecidas, mandaram o deputado negro Blaise Diagne para a Câmara. Dois anos mais tarde, o livro *Batouala* de René Maran, expondo o ponto de vista do homem negro em relação ao colonialismo, ganhou o prêmio Goncourt. Mas o livro foi banido em todos os territórios franceses da África. Os negros talentosos aprenderam a escrever um francês soberbo, mas, uma vez chegando a Paris, de lá não queriam mais sair. Na década de 30, o futuro presidente do Senegal, Léopold Senghor, sentiu-se tão à vontade nos círculos católicos de direita que se tornou um monarquista⁵¹. Parecia não haver futuro para ele na África. Em 1936, apenas dois mil negros possuíam cidadania francesa. À exceção dos veteranos de guerra, funcionários do governo, a maioria dos africanos negros estava sob o *indigénat*⁵² — justiça sumária, multas coletivas e, sobretudo, trabalho forçado. Houphouët-Boigny, futuro presidente da Costa do Marfim, descreveu as turmas de trabalhadores como “esqueletos cobertos de feridas”. O governador da África Equatorial Francesa, Antonelli, admitiu, em 1926, que a construção da estrada de ferro que ligaria o Congo ao oceano “necessitaria de dez mil mortes”. Na realidade, muitos mais morreram durante a sua construção⁵³. Os africanos negros votavam com seus pés, ao fugirem para as colônias britânicas para evitar os cercos.

Certos franceses, com longa experiência em assuntos coloniais, tiveram alguns presságios. Lyautey advertiu em 1920: “Chegou o tempo de uma mudança radical na política nativa e na participação muçulmana em assuntos públicos”⁵⁴. Sarraut argumentou que a “guerra civil” européia de 1914-18 tinha enfraquecido a posição dos brancos. “Segundo a opinião de outras raças — escreveu ele em 1931 — a guerra desferiu um golpe terrível na civilização tida orgulhosamente pelos europeus como superior; mas, mesmo assim, em nome dela gastaram mais de quatro anos matando-se uns aos outros selvagemmente”. Pensando no Japão, ele acrescentou: “Há muito que se tornou lugar comum contrastar a grandeza da Europa com a decadência da Ásia. O contraste agora parece ter sido revertido”⁵⁵. Entretanto, nada foi feito para fortalecer os alicerces do governo francês. Quando o governo da Frente Popular de Léon Blum introduziu seu plano de reformas para dar a cidadania a 25.000 argelinos, o líder dos argelinos moderados, Ferhat Abbas, exultou: “*La France, c'est moi!*”. Maurice Viollette, um governador-geral liberal da Argélia, que mais tarde, como deputado, foi um dos responsáveis pela reforma, alertou a Câmara: “Quando os

muçulmanos protestam, os senhores ficam indignados. Quando eles aprovam, os senhores suspeitam. Quando silenciam, os senhores se apavoram. *Messieurs*, esses homens não têm pátria política. Eles nem sequer exigem uma pátria religiosa. Tudo o que pedem é que sejam aceitos na dos senhores. Se os senhores recusarem, cuidem-se para que eles não criem uma para eles mesmos.”⁵⁶. Mas a reforma foi suprimida.

A verdade é que o colonialismo, para ser uma fonte de força, encerrava infinitas contradições não resolvidas. Algumas vezes era encarado como a expressão do governo europeu. Assim, na década de 30, Sarraut, aterrorizado pelo aumento da subversão comunista na África, propôs uma frente unida européia, que incluísse os italianos e até os alemães, para que obtivessem suas colônias de volta. Mas, com a aproximação da guerra, os franceses viram outra vez o seu império como um meio de lutar contra os inimigos europeus, reativando o *slogan* “com 110 milhões a França pode enfrentar a Alemanha!” Em setembro de 1939, o ex-secretário de Clemenceau, Georges Mandel, que já tinha sido anticolonialista e agora era ministro para as Colônias, se vangloriava de ser capaz de levantar dois milhões de soldados negros e árabes. As duas vertentes de pensamento se tornariam incompatíveis a longo prazo. Se a Europa usasse pessoas de cor para combater nas suas guerras civis, ela não poderia manter a superioridade da raça continental.

Mas esse era apenas um exemplo das contradições que — aliás, persistindo até hoje — cercavam o assunto imperialismo e impérios coloniais. A que propósito serviam? *Cui bono*? Quem se beneficiava, quem se prejudicava? Citando a frase de Lênin, quem fazia o quê a quem? Nunca houve um acordo. Lord Shelburne, o estadista do século XVIII que mais examinou a questão, traçou a política segundo a qual a “Inglaterra deveria preferir negociar, onde fosse possível sem dominar, mas deveria aceitar o comércio, quando necessário, dominando.”⁵⁷ Os economistas clássicos, como Adam Smith, Bentham e Ricardo, encaravam as colônias como uma desculpa pífida para se exercer o monopólio e, portanto, uma atitude contrária aos interesses econômicos gerais⁵⁸. Edward Gibbon Wakefield, no seu *View of the Art of Colonization* (1849), concluiu que o objetivo era providenciar espaço habitável para as superpopulações européias. Esse era exatamente o ponto de vista do maior de todos os colonizadores, Cecil Rhodes — sem esse espaço, o desempregado destruiria a ordem social: “O império... é uma questão de pão e manteiga: para evitar a guerra civil, é preciso tornar-se imperialista”⁵⁹. Por outro lado, protecionistas, como Joe Chamberlain, argumentavam que as colônias existiam para oferecer mercados seguros para exportação, uma volta ao mercantilismo pré-industrial.

Foi Roberto Torrens, em *The Colonization of South Australia* (1835), quem primeiro defendeu a idéia de que as colônias deviam ser vistas basicamente como um lugar para investimento de capital. A idéia de capital excedente foi desenvolvida por John Stuart Mill: “A colonização no estado atual do mundo é o melhor investimento para o capital de um velho e rico país”⁶⁰. Essa também era a visão de colonizadores franceses práticos, como Jules Ferry, e de teóricos, como Paul Leroy-Beaulieu, apesar de seu último livro *De la colonization* (1874) estabelecer as categorias *colonie de peuplement* (emigração e capital combinados), *colonie d'exploitation* (capital de exportação somente) e *colonies mixtes*. O teórico alemão Gustav Schmoller defendeu que a emigração em larga escala da Europa era inevitável; defendeu ainda que a colonização, diferentemente do que ocorria nos povoamentos transatlânticos, era de longe preferível, pois não envolvia o capital que escapasse ao controle da mãe-pátria.

Todos esses escritores e profissionais encaravam o processo como deliberado, sistemático e racional acima de tudo. A maioria o via como benevolente e beneficiador para com todos os envolvidos, inclusive os povos nativos. Lord Lugard, o criador da África Ocidental Britânica, achava que a Europa não tinha apenas um interesse, mas um mandato moral para tornar suas fontes financeiras acessíveis a todo o mundo.

Em 1902, entretanto, o tópico sobre exportação de capital virou uma teoria de conspiração defendida por J.A. Hobson, um intelectual de Hampstead, professor clássico e jornalista do *Manchester Guardian*. As idéias de Hobson teriam uma grande ressonância no século XX. Em 1899, ele desenvolveu uma teoria de subconsumo: a indústria produzia em excesso, os ricos não podiam consumir tudo, os pobres nada podiam adquirir e, portanto, o capital tinha de ser exportado. Mais tarde, Keynes reconheceu que a teoria de Hobson teve uma influência decisiva no seu *General Theory of Employment, Interest and Money* (1936) e as soluções de Hobson — uma alta tributação progressiva, amplos serviços de bem-estar social e nacionalização — tornaram-se sabedoria convencional dos democratas sociais da Europa Ocidental. Mas Hobson também era um anti-semita e, em 1890, estava tão enraivecido com a “luta desordenada” pela África, com a extração forçada de concessões da China e sobretudo com os acontecimentos que resultariam na Guerra dos Boers, que produziu um livro apaixonado chamado *Imperialism* (1902), no qual o processo era apresentado como um ato deliberado e orquestrado de maldade pelo “capital financeiro”, quase sempre judeu. O imperialismo foi a consequência direta do subconsumo e da necessidade de exportar o capital para assegurar lucros mais altos. Em dois capítulos cruciais, “The Parasites” e “The Economic Taproot of Imperialism”, Hobson analisou essa teoria de conspiração em termos supermoralísticos e emocionais, demonstrando que as únicas pessoas a ganhar alguma coisa dos impérios seriam os “capitalistas financeiros”: os nativos sofriam, as nações colonizadoras como um todo também sofriam e, assim como a guerra dos Boers tinha sido um plano para tomar o controle das minas de ouro de Rand, também a prática do imperialismo, e particularmente do imperialismo competitivo, fatalmente levaria à guerra⁶¹.

A verdadeira idéia de imperialismo só tinha entrado no vocabulário sócio-econômico por volta de 1900. O livro de Hobson que definia o conceito como “o uso da maquinaria do governo por interesses particulares, principalmente capitalistas, para lhes assegurar ganhos econômicos fora do país”⁶², imediatamente transformou a conspiração diabólica num aspecto imensamente atraente para os marxistas e outros deterministas⁶³. Os economistas austríacos, Otto Bauer e Rudolf Hilferding, disseram que o imperialismo tornou a guerra absolutamente inevitável. Em 1916, Lenin colocou o telhado neste edifício abalado ao produzir o seu *Imperialism: the Highest Stage of Capitalism*, que encaixava claramente o conceito na estrutura básica da teoria marxista. Até então, os impérios coloniais tinham sido enfocados com um espírito empírico, as colônias julgadas pelos seus méritos. As potências coloniais eram benevolentes ou exploradoras, ou uma mistura de ambas. O processo era visto como vantajoso e desvantajoso para todos os partidos envolvidos, e era, sobretudo, complicado e mutante. Agora tudo estava reduzido a *slogans*, simplificado tanto em termos econômicos quanto morais e taxado de intrinsecamente malévolos em todos os lugares, para sempre. O processo pelo qual essa teoria implausível e crua tornou-se a sabedoria convencional, pelo mundo afora, por mais de cinquenta anos depois do Tratado de Versalhes, é um dos temas principais dos tempos modernos, só perdendo em importância para a disseminação da violência política.

A realidade econômica e histórica não se enquadrava em nenhuma dessas teorias, muito menos na de Hobson-Lênin. Se os impérios foram criados por causa de uma superpoupança e de um subconsumo, se eles representavam o último estágio do capitalismo, como então explicar os impérios da Antigüidade? Joseph Schumpeter, cuja *Zur Soziologie des Imperialismus* (Imperialismo e classes sociais) aparecera na Alemanha em 1919, estava mais próximo da verdade, quando mostrou que o imperialismo moderno era "atávico". O capitalismo, disse ele, normalmente florescia na paz e no livre comércio, muito mais do que na guerra e no protecionismo. As colônias freqüentemente representavam "uma propensão sem objetivos... para uma expansão de fronteiras desmedida". Parece que as colônias eram adquiridas em um certo estágio crítico de desenvolvimento nacional e social, refletindo os interesses imaginários ou verdadeiros de uma classe dominante⁶⁴. Mas isso também não passava de palavrório. A ascensão do império japonês, como veremos, foi a que chegou mais perto do modelo de expansão deliberadamente desejada por um sistema governante todo-poderoso. Mas o modelo japonês quase nunca era levado em conta pelos teóricos europeus. De qualquer maneira, a expansão japonesa era sempre imposta *in loco* por comandantes militares peremptórios, que se excediam e até desobedeciam às determinações do grupo governante. Esse também era o padrão francês. A Argélia foi adquirida como resultado de uma insubordinação do exército; a Indochina tinha sido invadida por comandantes navais arrogantes; foram os fuzileiros navais que envolveram a França na África Ocidental⁶⁵. Em um certo sentido, o Império Francês pode ser visto como um sistema gigantesco para acalmar os oficiais do exército fora de casa. Era destinado a lhes ocupar o tempo. O que eles realmente faziam tinha pouca relação com o que a maioria do governo queria ou decidia. O gabinete francês nunca foi consultado sobre Fashoda, o protetorado do Marrocos, ou a crise de 1911. O Parlamento jamais controlou o império em qualquer estágio de sua existência. Jules Ferry quase chegou perto da verdade quando descreveu a confusão do império como "uma gigantesca corrida de obstáculos em direção ao desconhecido"⁶⁶. Dizia-se que Bismark tinha encorajado a França a liderar essa corrida para esquecer que ele anexara a Alsácia e a Lorena. Se isso realmente aconteceu, ele se equivocou e muito. Fora do exército, poucos franceses se importavam com a África negra. Como disse Déroulede: "Eu perdi duas irmãs — e você me oferece vinte mucamas"⁶⁷.

Havia muitas outras anomalias que não se encaixavam em Hobson-Lênin. Por que será que, na América Latina, a fase do investimento capitalista veio depois, em vez de preceder ou acompanhar o colonialismo espanhol? Por que, nessa grande área, os capitalistas compactuavam com os liberadores políticos? Aqui, outra vez, alguns dos países colonizados ou "explorados" eram, eles próprios, impérios residuais. A China foi o resultado de toda uma série de dinastias imperiais, criada sem a ajuda do "capital financeiro". A Índia foi o produto do imperialismo Mughal. A Turquia tinha se expandido a partir da Anatólia otomana. O Egito era uma antiga potência imperial que, depois da separação da Turquia, procurou reaver seu poderio no Sudão. Havia meia dúzia de impérios nativos ao sul do Saara governados por grupos e movimentos tais como os Ashanti, Fulani, Bornu, Al-Haji Umar, Futa Toro. A Etiópia era um império competindo com os impérios europeus no Horn da África antes de sucumbir a um deles em 1935. Burma foi uma espécie de império. A Pérsia, como a China, foi um sobrevivente imperial da Antigüidade. O próprio colonialismo criou impérios desse tipo anômalo. O Congo (mais tarde Zaire) foi formado através da Conferência de Berlim de 1884-85 e sobreviveu à descolonização sem as vantagens de algum dos

tadores que se atribuem à teoria da criação dos impérios. Assim ocorreu com a Indonésia, um produto da organização mental holandesa, reunida a partir de pedaços dos mais diversos territórios. A teoria da conspiração não lançou qualquer luz sobre esses casos⁶⁸.

Decisivo, entretanto, é que a teoria se desmontou no seu próprio cerne: a necessidade de as colônias fornecerem áreas de ocupação de alto retorno para o capital. Quanto mais se analisam os verdadeiros fatos, mais clara fica a idéia de que é ridícula a noção de o “capital financeiro” procurar desesperadamente investir seu excedente nas colônias. Capital “excedente” é algo que nunca houve. Era difícil obter capital para investimento, especialmente nas colônias. Os trópicos não conheceram altos retornos até o finzinho da era colonial. Houve algumas histórias de grande sucesso. Na África Ocidental, os Lever Brothers fizeram investimentos de porte em comunicação, serviços sociais e plantações que, por volta de 1950, empregaram quarenta mil africanos: a companhia possuía 350.000 hectares, dos quais 60.000 foram ativamente utilizados⁶⁹. Houve também investimentos pesados e altos lucros ocasionais (mas, por outro lado, alguns fracassos em larga escala) na Malásia, cuja borracha e estanho fizeram dela, provavelmente, a mais rica colônia no período entreguerras. O capital não era fiel à bandeira. Os britânicos tanto investiam em suas colônias, como em estados independentes da América Latina. Frequentemente perdiam. A Argentina, que atraía mais dinheiro inglês do que qualquer outro território “em desenvolvimento”, ensinou aos seus investidores uma lição terrível durante a crise financeira de 1890-91. Analisando o século XIX como um todo, os investidores britânicos na Argentina experimentaram uma perda real⁷⁰. Os alemães e os italianos estavam mais interessados do que quaisquer outros em possuir colônias, mas relutavam em enterrar dinheiro nelas. Os franceses preferiram a Rússia — ou as Índias Orientais Holandesas — às suas “vinte mucamas”. Os ingleses também favoreceram Java e Sumatra, em detrimento de seus inúmeros territórios africanos⁷¹. A teoria da conspiração exige que um pequeno grupo de pessoas muito inteligentes faça uma apreciação altamente racional e coordene seus esforços. O número de investidores, apenas na França e na Grã-Bretanha, era muito significativo e seu comportamento era emocional, inconsistente, desinformado e preconceituoso. A City de Londres era incapaz de planejar o que quer que fosse, muito menos uma conspiração mundial; ela simplesmente seguia o que imaginava (quase sempre erroneamente) ser seu interesse a curto prazo, em bases diárias⁷². A característica mais consistente dos investidores europeus em todo o período colonial foi a ignorância, oriunda da preguiça.

Se os investidores não concordavam e nem se uniam, muito menos o faziam os administradores das colônias. No século XIX, de acordo com o espírito das reformas educacionais de Macaulay, na Índia, pensava-se que o objetivo do governo colonial era quase sempre produzir europeus de imitação. No período entreguerras, essa visão desapareceu rapidamente, deixando somente confusão. A chamada política do “Mandato Dual”, exercida por *lord* Lugard, na década de 20, não tão diferente dos objetivos de Lyautey, no Marrocos, tentou preservar os padrões nativos de administração e dar preferência aos interesses deles. Lugard escreveu que a tarefa britânica era “promover o progresso industrial e comercial da África, sem um exame cuidadoso dos nossos ganhos materiais”⁷³. Esse elemento de altruísmo gradualmente se fortaleceu, mas coexistia com outros objetivos tais como: estratégia militar, emigração, defesa dos interesses dos colonos, prestígio nacional, política econômica

nacional (incluindo tarifas), que variavam de acordo com a natureza da colônia e seus sistemas, e eram quase sempre incompatíveis com os interesses dos nativos e com os das demais pessoas. Não havia uma colônia típica. Muitos territórios coloniais, em termos legais, nem sequer eram colônias, mas protetorados, mandatos, territórios sob custódia, federações de reinos e principados, ou quase soberanias, como o Egito e os Estados do golfo Pérsico (incluindo a própria Pérsia). Havia uma dúzia de protótipos variados. Algumas colônias, especialmente na África Ocidental, tinham duas ou mais entidades legais bem diferentes, representando as sucessivas camadas arqueológicas da penetração ocidental. Nessas circunstâncias, era impossível buscar uma política colonial compatível com objetivos bem definidos a longo prazo. Nenhum império fez isso.

Não se fez um balanço do colonialismo no período entreguerras ou em qualquer outra época. Falando de uma maneira geral, a política forneceria a infraestrutura básica para defesa externa, segurança internacional, estradas básicas e saúde pública, deixando o resto para a iniciativa privada. O objetivo do governo era ser eficiente, imparcial, incorruptível e não-intervencionista. Às vezes o governo se sentia obrigado a dirigir a economia, como fez a Itália na Somália e na Líbia, com uma falta de sucesso patente⁷⁴. Em geral, era necessário manter um setor público mais amplo do que na matriz. Assim, a Grã-Bretanha, por exemplo, agilizou a modernização e a expansão da agricultura e dirigiu os serviços de saúde pública em todas as suas colônias, administrou o sistema rodoviário em todos os territórios africanos ao sul do Saara (exceto na Rodésia e na Niasalândia). Mas tudo isso conduziu à escassez, não ao excesso de capital. O governo fazia tais coisas não porque o desejasse, mas por um sentido de dever; assim, estava-se aumentando o débito no livro-razão.

Os governos coloniais pouco fizeram para promover a indústria, mas também não a restringiram deliberadamente. Em geral, havia pouco incentivo para investir, sendo os maiores obstáculos a falta de mão-de-obra especializada e a ausência de bons mercados locais. Nos locais em que as condições eram favoráveis, como no Congo Belga, a indústria surgiu no período entreguerras, embora o dinheiro viesse basicamente de fontes e subsidiárias estrangeiras e não da Bélgica — outro golpe para a teoria da conspiração. Dakar, na África Ocidental Francesa, foi um local de progresso pelas mesmas razões. A idéia de que o colonialismo como tal impedia o desenvolvimento da indústria local se desmorona sob o simples fato de que o comércio livre inglês, belga e holandês seguiu políticas diametralmente opostas às do protecionismo francês, espanhol, italiano, português e americano.

De 1923 em diante, especialmente depois de 1932, os britânicos quebraram suas próprias regras sobre comércio livre para promover a indústria na Índia. Foi o vice-rei, *lord Curzon*, que persuadiu o persa J.N. Tata, magnata do algodão, a criar uma indústria indiana de aço e de ferro, tendo a Inglaterra como fornecedora de tarifas protecionistas. Por volta de 1945, a Índia produzia anualmente 1,15 milhões de toneladas e os produtores indianos praticamente monopolizavam o mercado. Da mesma maneira, onde as condições industriais eram propícias, os indianos puderam gerar o seu próprio capital para a produção do algodão e da juta sob a proteção britânica. Na época da independência, a Índia tinha um grande parque industrial, com firmas manipulando 83% das transações bancárias, 60% das exportações-importações, e fornecendo 60% dos bens de consumo⁷⁵. Mas é improvável que a criação de indústrias locais por trás de barreiras tarifárias trabalhasse a favor da população

peral da colônia. Como era de se esperar, os habitantes dos impérios de comércio livre gozavam de um padrão de vida muito mais alto do que os outros. A Índia e o Paquistão mantiveram políticas ultraprotecionistas depois da independência, com níveis de proteção de 313 e 271% respectivamente, sendo esta uma das razões por que seu padrão de vida subiu tão mais vagarosamente do que as economias de mercado da Ásia Oriental⁷⁶.

De uma maneira geral, as potências coloniais serviam melhor aos interesses do habitante local quando permitiam que as forças do mercado prevalecessem sobre as políticas restritivas, mesmo que estas fossem bem-intencionadas. Isso frequentemente significava sair de uma agricultura de subsistência para uma agricultura extensiva para exportação. Essa chamada "distorsão" de economias coloniais a serviço da mãe-pátria ou dos mercados mundiais formam a base da acusação de que esses territórios eram apenas "explorados". É debatível se as colônias se tornaram mais pobres do que antes, se suas economias "naturais" foram destruídas e se elas entraram numa fase crítica chamada "subdesenvolvimento"⁷⁷. Infelizmente, a evidência estatística para provar ou refutar essa teoria não existe. *Travels in the Interior Districts of Africa* (1799), de Mungo Park, não dá a impressão de uma Arcádia rural onde a busca da riqueza era evitada: bem ao contrário. Os chefes independentes não eram apenas imperialistas, em sua maneira acanhada, mas excepcionalmente gananciosos. Eles optaram pela agricultura extensiva onde quer que encontrassem um mercado. Não havia alternativa, uma vez que os aumentos populacionais tornavam a agricultura de subsistência um beco sem saída.

A idéia de que a industrialização, em oposição à produção primária, é a única saída para altos padrões de vida é desmentida pela experiência de ex-colônias como a Austrália, Nova Zelândia, grande parte do Canadá e do Meio-Oeste americano, onde as exportações de carne, lã, trigo, laticínios e minerais produziram os mais prósperos países no mundo. É importante notar que, talvez durante o período pós-colonial, nenhum dos Estados recém-independentes com economias de agricultura bem implantadas tentou substituí-las por outro tipo de cultivo. Aconteceu exatamente o contrário: todos tentaram melhorar seu potencial de ganhos com a exportação, geralmente para financiar o desenvolvimento industrial, exatamente o que a maior parte dos governos industriais estava tentando fazer mais para o final dessa era. Não havia lucros, nem grandes nem fáceis, numa agricultura tropical de larga escala. Uma análise de preços de exportação de café, cacau, amendoim e congêneres, algodão, azeite de dendê, arroz, goma arábica, grãos de cereais e paina nos territórios da África Ocidental Francesa, na última fase do domínio colonial (1953), mostra que os lucros eram pequenos e dependentes do sistema de transporte. A noção de que economias avançadas provocavam a deterioração progressiva dos termos de intercâmbio para baixar os preços básicos não se coaduna com as provas estatísticas e é apenas um outro aspecto da teoria da conspiração.

Os piores aspectos do colonialismo de entreguerras foram o trabalho forçado e a apropriação da terra em bases a partir de critérios raciais. Sua origem é como se segue. Se houvesse mão-de-obra adequada, trabalhando um número regular de horas no estilo europeu, seria possível tornar produtiva a terra da África e se conseguir um salto na agricultura de subsistência. Na África pré-colonial, a escravidão tinha sido a resposta. As potências coloniais mais progressistas, a Grã-Bretanha e, em menor escala a França, estavam determinadas a aboli-la. Os britânicos preferiram lançar mão de impostos para forçar os africanos a trabalhar ou, então,

importavam mão-de-obra contratada. Essa foi uma saída fácil. Governando um império mundial, onde tanto a mão-de-obra como as mercadorias podiam viajar livremente, eles induziram os indianos a trabalhar em Burma, na Malásia, no Pacífico, no Ceilão, na África Central, Oriental e do Sul, e até na América do Sul e na América Central: e os chineses a trabalhar no sudeste asiático, no Pacífico, na África do Sul e na Austrália. Os ingleses também provocaram grandes migrações internas na África, assim como os holandeses, na Indonésia, induziram os javaneses a trabalhar nas outras ilhas⁷⁹. O objetivo era criar um grande número de problemas intratáveis no nível comunitário e racial (ou, no caso da Indonésia, criar o imperialismo javanês), os quais ainda existem. Os holandeses também adotaram o tal “sistema de cultura”, que forçou os habitantes a produzir, exigindo o pagamento em gêneros, sendo o Estado o principal agente das plantações⁸⁰. Esse sistema de cultura foi adotado por Leopoldo II, o criador do Congo Belga, e se tornou a base da economia daquele país, com os belgas pressionando os chefes para fornecer “voluntários” que assinavam contratos de longa duração. Os franceses e os portugueses levaram às últimas consequências as *corvées* em substituição aos impostos. Os piores casos de opressão ocorreram na África portuguesa e no Congo. Os trabalhos forçados já tinham sido suprimidos em 1914, depois de denunciados por jornalistas britânicos e funcionários consulares. Entretanto, continuaram de alguma forma até o final da década de 40, numa escala menor⁸¹. Até recentemente, a grande maioria dos africanos permaneceu à margem da economia salarial. Mesmo na década de 50, apenas 8 milhões, entre 170 milhões de africanos ao sul do Saara, conseguiram trabalho assalariado em caráter permanente⁸². Quando os salários eram altos, os africanos trabalhavam com prazer: a mina de ouro de Rand nunca teve problemas em conseguir mão-de-obra. Nos outros lugares, era sempre a mesma velha história: baixos retornos, baixos investimentos, baixa produtividade, baixos salários. Ninguém que realmente tivesse trabalhado na África, branco ou negro, concordaria com as fantasias sobre capital excedente. Isso só existia em Hampstead e nos cafés da *Rive Gauche*.

O maior erro perpetrado pelas potências coloniais — com consequências políticas e morais, assim como econômicas — foi o de recusar a permissão para que o sistema de mercado operasse nos territórios. Neste caso, eles copiaram os procedimentos que funcionaram primeiro nas colônias britânicas da América, no século XVII, elaborados para desenvolver o Meio-Oeste e o Oeste americanos (até a destruição dos índios nativos) e que foram aperfeiçoados em bases puramente raciais na África do Sul. Implicava engenharia humana e era, portanto, destruidor do princípio individualista que reside no coração da ética judaico-cristã. Na África do Sul, por volta de 1931, mais ou menos 1,8 milhões de europeus tinham “reservas” de 440.000 milhas quadradas, enquanto seis milhões de africanos receberam apenas 34.000 milhas quadradas. No sul da Rodésia, o Ato de Apropriação da Terra de 1930 deu aos europeus, já de posse de trinta milhões de acres, o direito de comprar mais 34 milhões de acres de terras da Coroa, enquanto os africanos, com reservas de 21 milhões de acres, tiveram acesso a só mais sete milhões. No norte da Rodésia, os brancos já tinham posse exclusiva de nove milhões de acres. No Quênia, essa “distorsão” deliberada do mercado livre de terra foi particularmente desastrosa, desde que, em 1923, o duque de Devonshire, como secretário para as Colônias, assentou a “Declaração de Devonshire”: “Basicamente o Quênia é um território africano... os interesses dos nativos africanos são prioritários”. Apesar disso, num

exercício deliberado de engenharia social, os habitantes Kikuyu, das White Highlands, foram evacuados para se abrir espaço para os fazendeiros brancos. Na década de 30, havia 53.000 milhas quadradas de reservas africanas no Quênia, das quais 16.700 estavam reservadas para os europeus e 99.000 milhas de terras da Coroa que o governo podia utilizar, de acordo com critérios políticos os mais arbitrários. O sistema era indefensável. Na verdade, só podia ser defendido sob a alegação de que estabelecer parâmetros raciais era essencial para a boa agricultura. O argumento era falso (como os acontecimentos subsequentes no Quênia vieram a demonstrar) e contradizia os princípios gerais de mercado livre, com base nos quais tinha sido criado o Império Britânico.

Ao buscarem a engenharia social com base na apropriação da terra determinada pela raça, os colonizadores estavam tendo uma reação grosseira ao que, para eles, era um fato definitivo: o desenvolvimento desigual das sociedades humanas. Esse é um problema fundamental das espécies, e que já existia de forma marcante na Idade do Ferro. Os impérios capitalistas europeus arquetípicos, que existiram entre os anos de 1870 e 1945, fizeram uma série de tentativas espasmódicas e descoordenadas, frequentemente contraditórias, para resolver o problema provocado pela existência de sociedades avançadas e atrasadas em um mundo que encolhia, onde o contacto entre elas era inevitável, especialmente porque as populações aumentavam — e as expectativas também.

O sistema, se é que se podia chamar assim, demorou a se organizar: mesmo a França não teve um ministério para as Colônias até 1894, a Alemanha, até 1906, a Itália, até 1907, a Bélgica, até 1910, Portugal, até 1911.⁸³ A “era clássica” entre as guerras já era uma espécie de crepúsculo. Sua existência foi curta demais para apresentar resultados. O desenvolvimento de recursos humanos e naturais é um negócio lento, laborioso e quase sempre sangrento, como ensina a história. Homens como Rhodes, Ferry, Lugard, Lyautey e Sarraut compartilhavam do otimismo meio injustificado de que o processo poderia ser apressado e indolor. As mesmas ilusões foram absorvidas por seus sucessores, na qualidade de governantes independentes: Sukarno, Nasser, Nkrumah, Nehru e vários outros mais, como veremos. A maioria desses países pobres permaneceu nessa mesma condição em relação aos ricos, nos anos de 1980, como tinham sido nos anos de 1870, o início da grande era do colonialismo.

Isso nos leva a um ponto muito importante. O colonialismo era um fenômeno altamente visual. Excedia em bandeiras, uniformes exóticos, cerimônias fantásticas, *durbars*⁸⁴, salvas-de-tiro no fim do dia, exposições comerciais no Olympia e no Grand Palais, selos postais e, principalmente, mapas coloridos. Em sua essência, o colonialismo era uma entidade cartográfica, a ser notada clara e vividamente nas páginas de um atlas. Visto nos mapas, parecia que o colonialismo tinha mudado o mundo. *In loco*, parecia um fenômeno espúrio, que mudou pouca coisa. Chegou e saiu de mansinho. Por seu surgimento e desaparecimento poucos morreram. Ele tanto acelerou quanto atrasou o nascimento de um sistema econômico mundial, que teria aparecido na mesma velocidade, caso os europeus nunca tivessem anexado um único hectare da Ásia ou da África. O “colonialismo” englobava uma multiplicidade tão variada de combinações humanas, que se duvida signifique ele alguma coisa específica.

O colonialismo foi importante não pelo que representou, mas pelo que não representou. Criou ilusões grandiosas e queixas injustificadas. As primeiras tiveram

um grande impacto nos acontecimentos até 1945; as outras exerceram seu impacto daí para frente. Se o Império Francês parecia transformar uma decadente e exausta França em um Sansão vigoroso, de cem milhões de pessoas, a Comunidade Britânica parecia transformar a Grã-Bretanha numa superpotência — uma idéia que Hitler, por exemplo, carregou consigo para o seu *bunker*⁸⁵. Novamente, foi o aspecto visual que determinou tais percepções. Nos anos 20, as grandes estradas militares, os edifícios públicos, os quartéis europeus que Lyautey havia encomendado para o Marrocos estavam tomando forma: gigantescos, duradouros, magnificamente austeros, como ainda o são. Ao mesmo tempo, os edifícios governamentais de *sir* Edwin Lutyens, em Delhi, a mais bela concepção em grande escala do século XX, estavam sendo terminados. Curiosamente, tais construções tinham sido concebidas em tempos eduardianos, mas só se concretizaram depois que as primeiras guerras civis européias já tinham minado os impérios que adornavam. A arquitetura é ao mesmo tempo a mais concreta e a mais emblemática das artes. Os edifícios públicos falam às vezes em tom falso. Os magníficos domos e cúpulas de Lutyens tinham duas vozes. Para a maioria dos britânicos, para a maioria dos estrangeiros, principalmente para a maioria dos indianos, eles anunciavam durabilidade. Mas, para os militares e os economistas, eles cada vez mais sussurravam dúvidas.

Um caso ilustrativo era o sistema monetário imperial. Desde 1912, a Grã-Bretanha dividia seu império em áreas de moeda regionais, regulamentadas por um Conselho Britânico da Moeda, correspondente ao *Colonial Sterling Exchange Standard*. A partir de 1920, as colônias tinham que manter uma reserva de 100% de lastro (em metais ou títulos garantidos) na Grã-Bretanha, para terem assegurada a emissão monetária. Isso causou uma série de protestos entre os nacionalistas, especialmente na Índia. Mas era um sistema sensato, que deu a bênção da estabilidade monetária à maior parte da Comunidade Britânica. Esse sistema funcionou bastante bem até depois de 1939, quando as exigências das finanças de guerra da Grã-Bretanha e seu rápido declínio para uma total insolvência tornaram todo o sistema opressivo⁸⁶. Há uma moral vital aqui. A Grã-Bretanha podia ser justa para os seus súditos coloniais, na medida em que ela era uma nação comparativamente rica. Uma potência rica podia governar um império próspero e bem organizado. As nações pobres, como Espanha e Portugal, não podiam se dar o luxo de abrir mão da exploração e de exercer a justiça. Mas decorre daí, como muitos estadistas britânicos declararam no século XIX, que as colônias não eram uma fonte de força, e sim de fraqueza. Elas eram um luxo, mantidas para o prestígio e pagas pelo desvio de recursos verdadeiros. O conceito de uma superpotência colonial era muito fraudulento. Como um colosso econômico e militar, o Império Britânico era feito de ripas e gesso, pinturas e dourações.

Disso decorre o sentido curioso, tanto de crueldade quanto de extravagância e também de fragilidade e temporaneidade, que o império entreguerras evocava no observador. Malcolm Muggeridge, em Simla, no início dos anos 20, notou que só o vice-rei e dois outros funcionários podiam ter carros e que as estradas eram tão íngremes que os cules de riquixás morriam ainda jovens de ataque cardíaco. Observando um gordão sendo carregado num riquixá, ele ouviu alguém dizer: “Olha lá um homem puxando um outro. E eles dizem que existe um Deus!”⁸⁷ Em 1930, no Quênia, Evelyn Waugh encontrou “uma adorável americana chamada Kiki”, a quem um rico colonizador inglês tinha dado “duas ou três milhas de terras de frente para o lago Navaisha, nas White Highlands, como presente de Natal”⁸⁸. Entretanto, Leo Amery,

o mais ambicioso dos secretários para as Colônias no entreguerras, foi frustrado no seu projeto de criar um setor separado relativo aos Domínios, porque o Tesouro não estava disposto a gastar mais 800 libras anuais em salários⁸⁹. Quando *lord* Reading tornou-se vice-rei, em 1921, as manobras políticas que cercaram a sua nomeação tornaram claro que, aos olhos do governo britânico, a necessidade de manter *sir* Gordon Hewart, um bom polemista, na primeira fila do Parlamento, como procurador-geral, era muito mais importante do que manter as pessoas que governavam a Índia⁹⁰. Três anos depois, o grande editor imperialista do *Observer*, J.L. Garvin, "achou bastante possível que dentro de cinco anos nós possamos perder a Índia e, com ela, adeus ao Império Britânico"⁹¹. O mesmo pensamento elegíaco ocorreu a um jovem oficial de polícia, em Burma, que foi chamado naquele mesmo momento para atirar num elefante para impressionar "os nativos": "Foi naquele momento", escreveu George Orwell, "que eu primeiro entendi o vazio, a futilidade do domínio do homem branco no Oriente. Aqui estava eu, o homem branco com sua espingarda, em frente a uma multidão de nativos desarmados — parecendo o ator principal dessa função. Mas, na verdade, eu era apenas um fantoche absurdo, empurrado para um lado e para o outro, pela vontade daqueles rostos amarelos atrás de mim"⁹².

Governar um império era, em grande parte, um simples problema de determinação. Anos mais tarde, em 1962, *sir* Roy Welensky, o primeiro-ministro da Federação da Rodésia, diria: "a Grã-Bretanha perdeu a vontade de governar na África". Ela ainda não a tinha perdido na década de 20 ou na de 30, ou melhor, não a tinha perdido completamente. Mas estava em processo de erosão. A Grande Guerra tinha sacudido a autoconfiança da classe governante britânica. As perdas do Reino Unido não eram tão alarmantes: 702.410 mortos. Eram comparáveis às da Itália, que estava cheia de vitalidade nos anos 20. Mas claro que a população da Itália continuava crescendo rapidamente. Além disso, ainda se acreditava que os frutos de Oxford e Cambridge e das escolas particulares tinham sido atingidos fortemente. Cerca de 37.452 oficiais britânicos tinham sido mortos no *front* ocidental, sendo que 2.438 tinham sido mortos, feridos ou haviam desaparecido somente no primeiro dia da Batalha do Somme (1º de julho de 1916)⁹³. Daí surgiu o mito da "geração perdida", segundo a qual paladinos trucidados, como Raymond Asquith, Julian Grenfell e Rupert Brooke, muitos deles desajustados ou fracassados, eram lembrados como insubstituíveis⁹⁴. O mito foi, em parte, uma criação literária. Os poetas eram numerosos e de alta qualidade: Wilfred Owen, Edmundo Blunden, Siegfried Sassoon, Herbert Read, Robert Graves, Isaac Rosenberg, Maurice Baring, Richard Aldington, Robert Nichols, Wilfred Gibson e vários outros. Nos últimos anos da guerra, tornaram-se obcecados com a idéia da morte, futilidade e desperdício de guerra⁹⁵. Seus poemas assombravam o início dos anos 20. Mais tarde, veio a prosa: a peça de R.C. Sherriff, *Journey's end*, *Undertones of War*, de Blunden, *Memoirs of a Fox-Hunting Man*, de Sasson, todos em 1928. *Death of a Hero*, de Aldington, apareceu no ano seguinte. Era uma literatura que, se não exatamente derrotista, apresentava-se anti-heróica e enfatizava o preço de se defender a grandeza nacional.

Para a classe alta, a idéia da perda da vida, que eles exageravam, estava diretamente ligada à crise do velho sistema de propriedades da agricultura tradicional da aristocracia rural, que ficara submersa em problemas, desde a chegada de grãos do ultramar, por volta de 1870, e estava agora nas últimas. A legislação pré-guerra tinha sido planejada para proteger os arrendatários dos proprietários. Lloyd George, que odiava a aristocracia rural, acabou com o sistema através de uma Lei da

Agricultura (em 1920), que concedia direitos ao arrendatário; e de uma outra Lei, em 1923, que destruía os acordos restritivos de arrendamento e legalizava a “liberdade de plantio”. O resultado foi um esfacelamento de milhares de propriedades, grandes e pequenas. “A Inglaterra está mudando de dono”, escreveu *The Times*, em 19 de maio de 1920. “A partir de 1910”, registrou H.J. Massingham, “uma legislação puramente urbana, demagógica e vingativa aleijou [o proprietário] bom, mau ou indiferente, responsável ou irresponsável”⁹⁶. Em fevereiro de 1922, o *Quarterly Circular*, publicado pela *Central Landowners’ Association*, estimou que setecentos mil acres de terras produtivas estavam mudando de mãos anualmente. No ano anterior, uma única firma de leiloeiros colocou à venda uma área tão grande quanto a de um condado inglês médio. O ex-ministro liberal C.F.G. Masterman, em um livro muito popular, publicado em 1923, reclamava: “No inútil massacre da Guarda Real, no Somme, ou da Brigada de Fuzileiros, em Hooze Wood, metade das grandes famílias da Inglaterra e herdeiros de grandes propriedades e riquezas pereceram sem um gemido... Está acontecendo a maior mudança já ocorrida na história da terra inglesa, desde os dias da conquista normanda”⁹⁷. O preço da terra inglesa continuou a cair, o débito agrícola a aumentar e milhões de acres se tornaram improdutivos. O cartunista Strube, do *Daily Express*, desenhou a figura de um perdulário faminto e magricela, sob o título de “Acres ociosos”. J. Robertson Scott, editor de *The Countryman*, apresentou um quadro marcante da desolação rural através de uma série de artigos publicada no *Nation* de Massingham e que se tornou um sucesso lúgubre sob o título irônico de *England’s Green and Pleasant Land* (1925). Em Norfolk, no ano de 1932, o escritor fazendeiro Henry Williamson registrava: “uma fazenda de quase uma milha quadrada, com uma casa elisabetana em bom estado e dez ou 12 chalés, podia ser comprada por 1.000 libras”⁹⁸. É difícil exagerar o efeito dessa decadência ubíqua no coração do antigo sistema de governo da Inglaterra.

A evidência da decadência industrial também se fazia onipresente. Após uma breve recuperação pós-guerra, a fraqueza fundamental das indústrias tradicionais de exportação — carvão, algodão e têxteis, construção naval, engenharia — todas com equipamentos antiquados, antigas animosidades e métodos de trabalho defasados (boa combinação para uma baixa produtividade), se refletiu num alto desemprego crônico. Isso em grande parte foi atribuído à decisão de Winston Churchill, como ministro da Fazenda, de fazer a Grã-Bretanha retomar o seu padrão-ouro de 1925. Keynes se colocou contra tal decisão, por ser uma forma de “mercantilismo contemporâneo”. Nós estávamos “nos agrilhoando ao ouro”. Churchill replicou que nós estávamos “nos agrilhoando à realidade”, o que era verdade: a realidade da economia industrial antiquada da Grã-Bretanha⁹⁹. Os efeitos da mudança se desequilibraram: preços de exportação mais altos, alimentos e matérias-primas mais baratos. Como disse Churchill, era basicamente um jogo político, planejado para restaurar o prestígio financeiro da Grã-Bretanha no nível do pré-guerra. Era necessariamente deflacionário e, portanto, teve o efeito imprevisto de facilitar ao governo a vitória sobre a greve geral, última arma dos sorelianos, discutida desde 1902 e que finalmente ocorreu em maio de 1926. Tentativas gerais vinham acontecendo em 1920 e 1922, com as quais o Partido Conservador havia lucrado mais do que os líderes sindicais. Quando a greve se tornou inevitável, Stanley Baldwin manobrou habilidosamente os líderes dos sindicatos de transporte, de ferrovias e de minas para que lutassem no fim, ao invés de no princípio do inverno. A greve ruiu vergonhosamente depois de uma semana. “Era como se uma fera, há muito famosa por sua ferocidade, tivesse

angido por uma hora, farejasse o perigo e voltasse correndo para seu covil"¹⁰⁰. Nem a volta ao ouro nem a destruição da arma da greve geral causaram efeito algum nos índices de desemprego, que (apresentados como percentagem de força de trabalho) permaneceram em nível lamentável mesmo antes do fim do *boom* da década de 20. De 1921 a 1929, os números percentuais eram os seguintes: 17.0; 14.3; 11.7; 10.3; 11.3; 12.5; 9.7; 10.8; 10.4.¹⁰¹

O problema para os trabalhadores não era o de uma "geração desaparecida". Nenhuma lacuna foi observada nas suas fileiras. Não havia poucos deles; na verdade, havia muitos. Ainda assim suas súplicas ajudaram a aumentar a erosão da vontade no sistema governante, pela radicalização do clero anglicano. A Igreja da Inglaterra tinha experimentado uma guerra desastrosa. Soara uma incerta trombeta patriótica. Tinha sido apresentada pelo clero católico como amadora no seu sacerdócio de trincheiras. Não tinha sido melhor sucedida nas fábricas de munições¹⁰². Tinha perdido terreno no momento supremo e estava pouco à vontade. Durante os anos 20 seus membros mais avançados desenvolveram um novo evangelhismo de paz e "compaixão". Alguns se viraram bem para a esquerda. Conrad Noel, o vigário de Thaxted, a grandiosa igreja do século XIV, em Essex, recusou-se a hastear a bandeira do Reino Unido em seu interior, alegando ser ela o "símbolo do Império Britânico com toda a exploração cruel que representava". Hasteou, ao invés, a Bandeira Vermelha, citando uma autoridade bíblica: "Ele fez todas as nações de um único sangue". Todos os domingos, turbas de estudantes de direita vinham de Cambridge para rasgá-la e enfrentavam a resistência dos *Lansbury Lambs*¹⁰³, uma força de ex-policiais radicais que haviam sido postos no olho da rua por terem entrado em greve em 1919.¹⁰⁴ Essa batalha das bandeiras abalou a ordem do *establishment*, tornando-se uma chocante nova forma de diversão.

O mais representativo dessa radicalização foi William Temple, bispo de Manchester a partir de 1920 e mais tarde arcebispo de York e Canterbury, sem dúvida o mais influente clérigo cristão da Grã-Bretanha de entreguerra. Foi o primeiro do clero anglo-saxão a optar pela política progressista como um substituto do dogma evangelizador, fazendo assim parte do grande movimento que, como Nietzsche havia previsto, iria transformar a energia religiosa em Utopia secular. Temple era uma figura jovial, tipo Oliver Hardy, com apetite voraz não apenas por carboidratos, mas também por martírio social. Em 1918, juntou-se com alarde ao Partido Trabalhista. Nos anos 20, criou a COPEC — Conferência de Cidadania, Economia e Política Cristã — protótipo de muitos organismos desde então, através da qual anunciou, em Birmingham, em 1924: "Com a certeza crescente de que a estadística maquiavélica está falida, há uma necessidade premente de se considerar as palavras de Cristo de que Ele é o Caminho, a Verdade e a Vida"¹⁰⁵. Suas intervenções concretas na política social foram mócuas. Assim, a greve geral o pegou de surpresa, em Aix-les-Bains, onde se curava de gota e obesidade. Voltou arfante para casa e passou a coordenar uma interferência de eclesiásticos que, persuadindo os líderes das minas de que tinham toda a cristandade a seu lado, conseguiu prolongar a greve do carvão de julho até dezembro de 1926, quando os mineiros e suas famílias já estavam na penúria e mortos de fome¹⁰⁶. Nada o intimidava. Assim, Temple continuou a batalhar pela causa progressista. Para George Bernard Shaw, um bispo social em pessoa, como ele alegremente exclamou, "era uma possibilidade concretizada". Temple era um portento dos muitos a surgir; e era um sinal dos tempos o fato de que suas opiniões ajudassem, muito mais do que impedissem, seu imponente progresso ao trono de Santo Agostinho.

A filosofia de Temple cultuava a crença, tão característica do século XX, de que a moralidade cristã estava refletida na busca de “soluções” seculares econômicas. A noção cristã da culpa, representada pelo incômodo do conforto dos bem alimentados dignatários anglicanos, reforçou o sentimento de responsabilidade que as classes privilegiadas e as nações ricas começaram a desenvolver com relação aos desprovidos, tanto em seu próprio território como fora. A economia não tratava de criação de riqueza, mas de dever e honestidade. Obviamente, Temple encontrou aliados ávidos do lado agnóstico do espectro progressista. Keynes lhe escreveu uma carta notável, na qual negava calorosamente que a economia fosse uma ciência moralmente neutra: “... a economia, melhor dita a economia política, é um aspecto da ética”¹⁰⁷. Isso é o que o prelado queria ouvir e o que o professor do King’s¹⁰⁸ queria ensinar.

Como tal, Keynes falava em nome do anti-institucionalismo insidioso que, em 1920, emergiu da intimidade de Cambridge e Bloomsbury para causar uma reversão decisiva e gradual, embora cumulativa, no comportamento da classe governante britânica. Até então, os axiomas da política interna britânica e da política externa imperialista britânica tinham refletido o clima moral do Balliol College de Oxford, sob a liderança de Benjamin Jowett. Seu tom era judicial: o papel da Grã-Bretanha no mundo era espalhar a justiça, à força se necessário, da maneira mais firme possível. Isso foi resumido na pessoa de *lord* Curzon, fastidiosa, esperta, urbana, altamente culta, mas relutante em sustentar os interesses britânicos, que ele equacionava com a moralidade. “O governo britânico — sumariou ele ao gabinete em 1923 — nunca é inverídico em suas palavras, nunca é desleal aos seus colegas e aliados, nunca faz algo fraudulento ou mesquinho... essa é a base verdadeira da autoridade moral que o Império Britânico sempre exerceu”¹⁰⁹. Naturalmente, quando a necessidade surgia, aquela autoridade moral teve de ser fortalecida por tanques, aviões e navios de guerra acionados da fieira de bases britânicas mantidas pelo mundo afora.

Em Cambridge, uma tradição bem diferente tinha-se desenvolvido. Enquanto Oxford enviava suas estrelas para o Parlamento, onde se tornavam ministros e representavam no palco público, Cambridge desenvolvia grupos privados e trabalhava por influência e suggestionamento. Em 1820, uma sociedade literária tinha sido formada, contendo 12 membros conhecidos como os Apóstolos, que propagavam as primeiras heterodoxias de Wordsworth e Coleridge. Seus recrutas, escolhidos coletivamente e eleitos secretamente — nem mesmo a mera existência da sociedade era reconhecida — eram professores e críticos do mais alto calibre, mais do que criadores importantes; um talento de maior peso, Alfred Tennyson, rapidamente escapuliu do grupo em 1830.¹¹⁰ A imagem dos Apóstolos era tímida, reservada, não agressiva, agnóstica, altamente crítica de pretensões e projetos grandiosos, humanitária e, acima de tudo, mais preocupada com os deveres pessoais do que com os públicos. Cultivava a introspecção, reverenciava a amizade. Era homossexual no jeito, mas nem sempre na prática. Tennyson captou esse clima no seu poema “The Lotus Eaters”.

Em 1902, os Apóstolos elegeram um jovem estudante de Trinity, chamado Lytton Strachey. Seu pai tinha sido general na Índia por trinta anos — na realidade o mundo de Curzon — mas sua formação moral e intelectual vinha de sua mãe, adepta intransigente agnóstica do Movimento Progressista da Mulher e professora republicana francesa livre-pensadora, chamada Marie Silvestre¹¹¹. Dois anos antes de ser eleito para a sociedade dos Apóstolos, ele havia formado, com Clive Bell e Leonard Woolf, a “*Midnight Society*”, que depois veio a ser o Grupo Bloomsbury. Tanto os

Apóstolos, uma sociedade secreta e informal, como o Grupo Bloomsbury, informal e admitindo que umas poucas mulheres dele participasse, giraram por trinta anos em torno de Strachey. Inicialmente, ele não era o filósofo da seita. Esse era o papel de G.E. Moore, membro graduado de Trinity e um dos Apóstolos, cujo principal trabalho, *Principia Ethica*, tinha sido publicado no outono posterior à eleição de Strachey. Seus dois últimos capítulos, "Ethics in Relation to Conduct" e "The Ideal", eram, por implicação, um ataque frontal à doutrina judaico-cristã de prestação de contas pessoal a um código de moral absoluto e ao conceito de dever público, e a substituíam por uma forma não responsável de hedonismo, baseada em relacionamentos pessoais. "As coisas mais valiosas que nós conhecemos ou podemos imaginar escreveu Moore — são de longe certos estados de consciência que podem ser descritos aproximadamente como os prazeres da relação humana e o deleite com objetos pessoais. Ninguém, provavelmente, que tenha parado para pensar, jamais duvidou que o afeto pessoal e a apreciação do belo na arte e na natureza sejam bens em si mesmos"¹¹².

Strachey, que era um propagador de gênio mais do que um criador, empolgou-se por esse livro discreto, com o mesmo entusiasmo que Lênin mostrou pelo *Imperialism* de Hobson, publicado um ano antes. Era justamente o argumento que ele queria e que poderia pregar. Escreveu para Keynes, outro membro dos Apóstolos, sobre a urgência de introduzir o moorismo no mundo. O livro era a ideologia da amizade, não no sentido deplorável do dever vitoriano, mas no de um tipo muito especial de amizade, como ele confidenciou a Keynes, com quem já competia pela eleição de rapazes atraentes: "Não nos podemos contentar apenas em contar a verdade — devemos contar a verdade inteira: e a verdade inteira é o Demônio... É loucura sonharmos que viúvas nobres compreendam que os sentimentos são bons, quando nós dizemos no mesmo fôlego que os melhores são os sodomíticos... nosso tempo só chegará daqui a cem anos"¹¹³. A amizade não tinha apenas apelos maiores do que a moral convencional, mas era eticamente superior a qualquer lealdade mais ampla. E.M. Forster, outro membro dos Apóstolos, chegou ao ponto da questão: "Se eu tivesse que escolher entre trair o meu *país* ou trair o meu *amigo*, espero ter a coragem de trair o meu país"¹¹⁴.

A doutrina de Moore, na aparência tão apolítica, quase quietista, era, na prática, uma excelente fórmula para uma conquista intelectual. Fornecia justificção ética não apenas para uma sociedade de admiradores mútuos, como tinham sido os Apóstolos no passado, mas também para a formação de uma franco-maçonaria mais positiva e pragamática, quase uma máfia. O sistema dos Apóstolos conquistou algumas das maiores inteligências de Cambridge: Bertrand Russel, Roger Fry, Ludwig Wittgenstein, por exemplo. Uma rede gerada por laços de amizade e de casamento produziu endereços urbanos de convívio — Fitzroy Square 21, Brunswick Square 38, Great Ormond Street 10, Gower Street 3, Gordon Square 46, Tavistock Square 52 — assim como os hospitaleiros Trinity e King's e casas de campo como a de Garsington, de lady Ottoline Morrell, que apareceu no livro *Crome Yellow*. Os Apóstolos (ou suas relações) ocupavam cargos estratégicos: o tio de Strachey controlava o *Spectator*; Leonard Woolf, as páginas literárias do *Nation*; Desmond MacCarthy (e mais tarde Raymond Mortimer) as do *New Statesman*¹¹⁵. Havia várias editoras pertencentes a amigos.

Não era à toa que Strachey era filho de um general. Ele tinha um pendor pelo elitismo narcisista e dirigia a *coterie* com mão de ferro, apesar de aparentemente

lânguida. Aprendeu dos Apóstolos o princípio do poder de grupo; a habilidade não apenas de excluir, mas de ser visto excluindo. Aperfeiçoou a arte da inacessibilidade e da rejeição: um mandarim de Bloomsbury podia arrasar alguém com um olhar ou um tom de voz. A exclusividade dentro do seu círculo mágico se tornou uma espécie de sistema mútuo de apoio de vida. Ele e Woolf chamaram isso de “o Método”¹¹⁶.

Strachey, de mais a mais, não teve de esperar “cem anos” antes que seu tempo fosse chegado. A guerra trouxe esse momento, pois lhe permitiu tornar pública a sua filosofia contra-institucional, na forma de evitar o serviço militar. Seu método de fazê-lo foi sutil e característico. Com outros bloomsburianos, ele pertencia à Sociedade Anticircunscrição e ao Conselho Nacional contra a Circunscrição. Não desempenhou parte ativa nas campanhas dessas entidades, pois lhe poderia ser legalmente prejudicial. Deixou essa tarefa aos espíritos mais enérgicos, como Russell¹¹⁷. Mas fez uma aparição sensacional diante do tribunal da prefeitura de Hampstead, em março de 1916: fortalecido por vitaminas especiais e ginástica sueca, entrou flanqueado por suas três irmãs que o adoravam. “Diga-me, Sr. Strachey — indagou-lhe o magistrado — o que o senhor faria se visse um soldado alemão tentando estuprar sua irmã?” “Eu tentaria me colocar entre eles”. Esse gracejo foi saboreado com muito prazer; sua voz alta e estridente foi imitada por toda a parte; ninguém havia petrificado um tribunal dessa maneira desde a época de Oscar Wilde. Strachey não defendeu até o fim os seus princípios pacifistas, mas conseguiu dispensa graças a “pilhas de certificados médicos e a um inventário de seus sintomas”¹¹⁸. Passou a guerra inteira escrevendo o seu quarteto de ensaios biográficos, *Eminent Victorians*, que, por expor ao ridículo e ao desprezo Thomas Arnold, Florence Nightingale, o cardeal Manning e o general Gordon, era precisamente uma condenação indiscriminada das virtudes e dos princípios pelos quais os homens nas trincheiras estavam morrendo. Terminou seu trabalho em dezembro de 1917, exatamente quando a calamitosa batalha de Passchendaele acabava num mar de sangue e de lama. O quarteto foi publicado no ano seguinte, com uma consagração imediata, e exerceu influência duradoura. Poucas vezes na história, a hora de lançar um livro foi tão bem escolhida.

Mais tarde, Cyril Connolly disse que os *Eminent Victorians* era “o primeiro livro dos anos 20... que, no seu tom de ridículo, se apresentava como o que toda a geração exausta da guerra queria ouvir... A obra surgira para os jovens do pós-guerra como uma luz no fim do túnel”. Os mais argutos membros da velha-guarda viram esse livro imediatamente pelo que ele era — “francamente perverso no seu cerne”, como escreveu Rudyard Kipling em uma carta particular¹¹⁹. Todos os outros adoraram a obra, a maioria por essa mesma razão. Mesmo entre os partidários mais complacentes do *establishment* houve uma receptividade auto-indulgente. H. H. Asquith, que havia sido uma estrela do Balliol¹²⁰ de Jowett¹²¹, agora rechonchudo, rosado e passento, destituído por Lloyd George do cargo de primeiro-ministro por falta de energia, deu ao livro, no correr da sua *Romanes Lecture*, o que Strachey chamou de “a baforada mais nobre e a mais bombástica”. Parecia que a última ofensiva de Ludendorff havia arrasado o Quinto Exército Britânico; novas edições ainda jorravam um bom tempo depois que os alemães haviam começado sua retirada final, e a obra se provou muito mais destrutiva dos velhos valores britânicos do que qualquer legião de inimigos. Foi o instrumento que Strachey usou para “apresentar ao mundo o moorismo”, tornando-se no processo o escritor mais influente dos anos 20. Como o biógrafo de Keynes, Roy Harrod, escreveu mais tarde: “A veneração que os jovens admiradores pres-

tavam a Strachey chegava bem perto daquela devida a um santo"¹²². Strachey se transformou no mandarim preponderante da época e os bloomsburianos tornaram-se a sua corte — porque, como foi bem observado, “o desinteresse mundano deles era na verdade um disfarce para o envolvimento total com o mundo em voga”¹²³.

Contudo, via de regra, o poder deles não era exercido diretamente sobre uma política pública. Keynes dizia que Strachey olhava a política como um “substituto razoável do bridge”. Mesmo Keynes nunca procurou uma carreira política. Eles se moviam nos bastidores ou na imprensa e procuravam criar climas intelectuais, em vez de moldar políticas específicas. O *Economic Consequences of the Peace*, de Keynes, confirmou a mensagem de *Eminent Victorians*, assim como fez um uso brilhante das novas técnicas de Strachey. Em 1924, E.M. Forster publicou *A Passage to India*, um magnífico ataque insidioso ao princípio do *Raj*¹²⁴, e que balançava claramente a fé na superioridade e na maturidade britânicas como a principal justificativa para o Império Indiano. Dois anos mais tarde, Goldsworthy Lowes Dickinson, o mentor apostólico de Forster, que inventou a expressão “Uma Liga das Nações” e fundou a União da Liga das Nações, publicou o *International Anarchy 1904-14*, um relato grotescamente enganador das origens da Grande Guerra, e reforçou de modo soberbo a moral política do tratado de Keynes¹²⁵. No que se refere à política exterior, a idéia de Bloomsbury era de que a Alemanha e a Grã-Bretanha estavam exatamente no mesmo plano moral até 1918 e, desde então, a Grã-Bretanha tinha estado em desvantagem moral por conta da paz iníqua, de um imperialismo contínuo e de armamentos que, em si, eram a causa direta da guerra. Para uma grande quantidade de opiniões cultas na Grã-Bretanha, isso pouco a pouco se tornou a sabedoria prevalecente.

Também em um sentido mais profundo, Bloomsbury representava um aspecto da nação que agora se tornava predominante. Como à classe espatifada da velha pequena nobreza, como às terras ociosas, como às filas de desempregados, faltava a Bloomsbury o princípio energizante. É curioso como Strachey aparece em fotografias, muitas vezes, como letárgico e entorpecido, afundado numa espreguiçadeira. Frank Swinnerton registrou que, quando se encontraram pela primeira vez, “ele vergava ao ficar em pé e murchava ao se sentar. Parecia não ter a menor vitalidade”¹²⁶. Ele “arrastava suas pernas de palito de sala em sala — escreveu Wyndham Lewis — como uma cegonha drogada”. O próprio Strachey admitiu para seu irmão: “Nós somos fracos demais para servir para alguma coisa”¹²⁷. Poucos bloomsburianos se casaram; e, mesmo àqueles não viciados no que se chamava de “sodomia maior”, faltava a premência procriadora. O grupo se sentiu traído, quando Keynes, por razões ainda desconhecidas, se casou com a saltitante bailarina russa Lydia Lopokova.

O que é mais surpreendente é a baixa produtividade de Bloomsbury, tão curiosamente parecida com as indústrias exauridas. Strachey produziu somente sete livros, sendo dois deles uma coletânea de artigos. A obra-prima de MacCarthy nunca se materializou: havia vários trabalhos, mas nenhum que fosse fundamental. Raymond Mortimer seguiu o mesmo modelo. Forster, conhecido como a *Taupe* (a Toupeira), era outro escritor de baixa voltagem: cinco romances somente (além de sua ficção homossexual, *Maurice*, publicado postumamente). Ele se tornou um membro do King's em 1946 e, daí em diante, não escreveu mais nada, levando uma existência improdutiva por um quarto de século, só aparecendo para receber títulos honoríficos. Outro membro, o filósofo do grupo, J.E. McTaggart, conseguia trabalhar somente duas ou três horas por dia e passava o resto de seu tempo devorando

novelinhas triviais numa média de trinta por semana. Ele “caminhava de maneira estranha, como um caranguejo, sempre com o traseiro para a parede”¹²⁸. Lowe Dickinson era também uma figura etílica e letárgica, sob um chapéu de mandarim chinês. Virginia Woolf escreveu sobre ele: “Que delicado assovio de ar quente Goldie solta pelos seus dentes da frente!”¹²⁹ Moore tornou-se praticamente estéril depois de ter publicado seus *Principia*. Tudo o que se seguiu a essa obra foi uma versão popular da mesma, uma coleção de ensaios, um grupo de anotações de várias conferências — depois o silêncio por quarenta anos. “Receio não ter nada a dizer — escreveu ele para Woolf — que seja de algum interesse; ou se por acaso o tenho, não posso expressá-lo”¹³⁰. Ele finalizou um trabalho apostólico com esta máxima, característica de Bloomsbury: “Dentre todos os bons hábitos que nós cultivaremos, certamente não deveremos negligenciar o hábito da indecisão”¹³¹.

Muito significativo dentre todos os Apóstolos de Cambridge daquela geração, figura proeminente e criativa, exuberantemente vital, foi Bertrand Russell, que nunca realmente participou do Grupo de Bloomsbury. Embora compartilhasse de seu pacifismo, ateísmo, anti-imperialismo e das idéias gerais progressistas, desprezava a sua apatia pegajosa; o Grupo, por sua vez, o rejeitou. Ele achava que Strachey tinha pervertido os *Principia* de Moore para justificar a homossexualidade. De toda a maneira, ele o considerava um ensaio menor. “Você não gosta de mim, não é Moore?”, perguntou ele. A resposta de Moore, após uma reflexão longa e conscienciosa: “Não”¹³². O surpreendente é que Russell, diferente de Strachey, realmente lutou pelo pacifismo na Grande Guerra e por isso foi preso. Ele leu o *Eminent Victorians* na prisão de Brixton e riu tanto e “tão alto que o guarda veio a minha cela dizendo que eu não me esquecesse de que prisão era um lugar de castigo”. Mas o seu veredicto foi o de que o livro era superficial, “imbuído de um sentimentalismo de colégio de meninas preconceituosas”¹³³. Com os seus quatro casamentos, seu apetite insaciável por mulheres, seus 56 livros, que versam sobre a mais vasta seleção de tópicos já coberta por um único escritor, seu prazer incurável por experiências ativas, Russell era feito de uma matéria mais dura do que Bloomsbury. Ele também não compartilhava da fraqueza pelo totalitarismo. Na noite do armistício, Bloomsbury juntou forças com o novo firmamento dos Sitwells, o que foi chamado por Wyndham Lewis de “Bolchevismo Dourado”. Eles estavam celebrando não especialmente a vitória dos Aliados, mas a sabedoria de Lênin em assinar a paz em separado para “criar e modelar um novo deus”, como disse Osbert Sitwell. Strachey seria visto no Adelphi dançando, “sacudindo-se com a debilidade de alguém que acorda de um transe” — sob o olhar mal-humorado de D.H. Lawrence¹³⁴. Russell não queria aceitar nada disso. Ele foi sozinho para a Rússia, em 1920, encontrou-se com Lênin e denunciou o seu regime como “uma burocracia tirânica fechada, com um sistema de espionagem mais sofisticado e terrível do que o do Czar e com uma aristocracia tão insolente e insensível quanto”¹³⁵. Um ano depois, estava na China. Ao pesquisar o total caos político e administrativo daquele país, escreveu a um amigo: “Imagine só... Lytton mandado para governar o Império e você terá uma idéia de como a China tem sido governada por dois mil anos”¹³⁶.

Curiosamente foram as atividades de Russell e suas supostas observações subversivas que o Ministério do Exterior classificou de perigosas. Ninguém, com autoridade, havia-se interessado pelos Apóstolos, que já produziam extremistas do calibre de Nathaniel Wedd, mentor de E.M. Forster, estudante de King's e descrito por Lionel Trilling como “uma personalidade mefistofélica, agressiva, cínica, dada

ao uso de gravatas vermelhas e blasfêmias"¹³⁷. Durante os anos 30, os Apóstolos produziram três agentes soviéticos: Guy Burgess, Anthony Blunt e Leo Long. Na inocência daquela época, entretanto, foi o antinominalismo público de Russell — digno da franqueza de Oxford — que fascinou Whitehall. Até mesmo suas conversas a bordo do navio eram monitoradas e houve mesmo uma vez em que se considerou a possibilidade de invocar o *War-Powers Order-in-Council* (ainda não abolido) para prendê-lo e deportá-lo de Shangai¹³⁸.

Esses sintomas de paranóia do Ministério do Exterior refletiam uma preocupação genuína por parte daqueles que conheciam os fatos e pensavam com seriedade sobre a futura segurança da Grã-Bretanha. Havia uma grande parte do Império a ser defendida e muito pouco com o que defendê-la. Essa era uma das razões pelas quais o Ministério do Exterior odiava a Liga, com seus compromissos universais adicionais. Sucessivos ministros do Exterior conservadores negaram a Robert Cecil, ministro para os Assuntos da Liga, uma sala no ministério e, quando esta lhe foi concedida pelo governo trabalhista, em 1924, funcionários o impediram de ter acesso aos telegramas importantes¹³⁹. Os responsáveis mais graduados pela política britânica estavam incomodamente conscientes de que manter o Império unido, como uma gigantesca entidade, era, no fundo, um blefe que exigia um malabarismo profissional. Eles acreditavam que conseguiriam mantê-lo — ainda não eram derrotistas —, mas se ressentiam de qualquer “sabotagem” do “nosso lado”. Daí o seu ressentimento contra pessoas como Russell e Cecil, que vinham de antigas famílias de governantes (o primeiro era neto, o segundo era filho de primeiros-ministros) e, portanto, deveriam se conhecer melhor no assunto¹⁴⁰.

O que preocupava os planejadores britânicos, em particular, era o declínio absoluto e rápido, embora relativo, da força da Marinha Real e da sua posição de poderio esmagador no final de 1918. A Grã-Bretanha sempre conservou seu exército reduzido. Mas desde os dias da Rainha Ana, manteve a maior marinha do mundo, sem se preocupar com os custos, como pré-requisito para salvaguardar o império. Pela maior parte do século XIX, insistiu no “padrão de duas potências”, isto é, uma marinha igual ou superior à de duas potências somadas. Ao final de tudo, isso se provou inviável, mas ela se tinha empenhado em mitigar qualquer deterioração do padrão de duas potências através de acordos diplomáticos. Conseqüentemente, em 1902, ela finalmente abandonou seu “isolacionismo esplêndido” ao assinar o tratado de aliança com o Japão, tendo como principal objetivo ser-lhe possível concentrar mais forças navais em águas européias. A marinha japonesa tinha sido criada com a supervisão e a ajuda britânicas. O Japão, com suas imensas possessões e interesses na Ásia, e poucos meios para protegê-los, era um aliado muito importante para a Grã-Bretanha. Durante a guerra, a grande Marinha do Japão tinha acompanhado as forças da Nova Zelândia e Austrália até a zona de guerra: o primeiro-ministro australiano, W.M. Hughes, achava que, se o Japão “tivesse escolhido lutar ao lado da Alemanha, nós, certamente, teríamos sido derrotados”¹⁴¹.

A entrada da América na guerra adicionou uma complicação no mínimo assustadora. A América e o Japão se olhavam com hostilidade crescente. A Califórnia exercia leis raciais visando aos imigrantes japoneses e, a partir de 1906-08, a migração em massa do Japão tinha sido interrompida. Portanto, os japoneses se viraram para a China e tentaram, em 1915, transformá-la em protetorado. Os americanos se empenharam para interromper esse plano: consideravam-se os verdadeiros protetores da China. Em Versalhes, Wilson enraiveceu os japoneses ao se recusar a redigir

a condenação do racismo no Pacto da Liga¹⁴². Daí por diante, a América passou a dar prioridade ao Pacífico na sua política naval. Como resultado disso, perguntou à Grã-Bretanha à queima-roupa: quem você prefere como amigo, nós ou os japoneses?

O dilema foi profundo para a Grã-Bretanha. A América era um aliado incerto. Para falar a verdade, não era absolutamente um aliado. Lógico que havia laços de sangue. Mas até 1900, a proporção de brancos americanos de ascendência anglo-saxônica tinha caído para um terço: os germano-americanos, somando 18.400.000 dentre os 67 milhões, eram quase tão numerosos também¹⁴³. A decisão original americana de construir uma grande frota naval parece ter sido um desafio à Grã-Bretanha, mais do que a qualquer outra potência. Já por volta de 1931, os Estados Unidos tinham um plano de guerra montado contra o Império Britânico, "*Navy Basic Plan Red (WPL-22)*, datado de 15 de fevereiro de 1931"¹⁴⁴. Por outro lado, havia toda uma rede de instituições nos dois lados do Atlântico, unindo as duas nações, e uma identidade de pontos de vista e interesses que constituíram o fato fundamental nas políticas externas de ambos.

O Tratado Anglo-Japonês foi renovado em 1922. Os americanos queriam jogar esse tratado no lixo. O gabinete britânico estava dividido. Curzon achava o Japão "uma potência inquieta e agressiva... como os alemães em mentalidade"; "em absoluto uma potência altruísta". Lloyd George achava que os japoneses não tinham "consciência". Mas ambos concordavam com a renovação da aliança. Assim também achavam o Ministério do Exterior e o Estado-Maior. Também os holandeses e os franceses, preocupados com as suas colônias. Na Conferência da Comunidade Britânica, em 1921, os australianos e os neozelandeses se colocaram a favor da renovação. Resumindo, todas as potências envolvidas na área — exceto a América — e aquelas envolvidas na formação militar e externa da Grã-Bretanha estavam inflexíveis quanto ao fato de a aliança anglo-japonesa ser um fator "apaziguador" e estabilizador: portanto, deveria ser mantida¹⁴⁵.

Mas Smuts, da África do Sul, estava contra, por razões raciais. Do mesmo modo, Mackenzie King, do Canadá, um liberal que dependia do voto antibritânico em Quebec e que era assessorado pelo anglófono O.D. Skelton, chefe permanente do Ministério das Relações Exteriores do Canadá¹⁴⁶. Isso parece ter desequilibrado a balança. Em vez de renovar o tratado, foi adotada a proposta americana para uma conferência em Washington, com o objetivo de limitar as marinhas. Hughes, da Austrália, ficou enlouquecido: "Os senhores propõem que se substitua a aliança anglo-japonesa e o poder esmagador da marinha britânica por uma conferência em Washington?" Foi pior do que isso. Na própria conferência, em 1922, os americanos propuseram um "feriado" naval, cortes maciços, nenhum grande navio acima de 35.000 toneladas (o que significava o fim dos supertanques britânicos), uma proporção de 5:5:3 de grandes navios essenciais para a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e o Japão. Quando o almirante Beatty, o primeiro lorde do Almirantado, ouviu os detalhes pela primeira vez, uma testemunha ocular disse que ele se projetou da cadeira "igual a um bulldogue, que dorme refestelado ao sol e que levou um pontapé no estômago dado por um vendedor ambulante"¹⁴⁷. Os japoneses também odiaram a proposta, percebendo-a como um golpe anglo-saxão contra eles. Mesmo assim, o projeto passou. A pressão para o desarmamento a qualquer preço e o medo de afastar a América ainda mais da Europa se mostraram muito fortes. Por sua vez o Japão exigiu e conseguiu concessões, o que só piorou as coisas. Ele insistiu para que a Grã-Bretanha e a América não construíssem mais bases navais ao norte de Cingapura

ou oeste do Havaí. Isso tornava impossível o apoio imediato da marinha americana a qualquer possessão holandesa, francesa ou britânica, caso fossem atacadas. Mas, muito mais importante, do ponto de vista da Grã-Bretanha: o fato de o Japão exigir tais concessões simbolizava sua transição de amigo ativo para inimigo em potencial.

Isso não foi compreendido na época. Um dos que falharam nessa previsão foi Winston Churchill. Embora alerta ao perigo na Índia, ele se mostrava sempre cego diante dos riscos mais ao oriente. Em agosto de 1919, como ministro da Guerra, ele foi pessoa imprescindível na redação da *"Ten Year Rule"*, sob a qual o planejamento de defesa foi conduzido na suposição de que nenhuma guerra aconteceria dentro de pelo menos dez anos. Nos anos 20, essa foi a diretriz seguida, só abolida em 1932. Como ministro da Fazenda, Churchill exerceu grande pressão para reduzir os gastos navais, e principalmente para estender a proporção 5:5:3 aos cruzadores, o sistema básico de apoio naval do Império: "Nós não podemos ter uma porção de cruzadore-zinhos", disse ele ao secretário assistente do Gabinete, Tom Jones, "pois não seriam de nenhuma utilidade"¹⁴⁸. Na conferência de 1927, o Almirantado repeliu esse ataque. Mas em 1930, com os trabalhistas de volta ao poder, o ponto de vista de Churchill foi admitido — na verdade, extensivo aos destróieres e submarinos. No início dos anos 30, a Grã-Bretanha era uma potência naval mais enfraquecida, em termos relativos, do que em qualquer época, desde os obscuros tempos de Carlos II. Nem podia ela olhar pelo seu Império. A Índia não era uma fonte de força, mas sim de fraqueza, que absorvia um contingente regular de sessenta mil homens oriundo do minúsculo exército da Grã-Bretanha. Os domínios ricos eram ainda mais parcimoniosos do que a Grã-Bretanha, sob a tutela severa de Churchill. Suas forças armadas eram diminutas e irremediavelmente mal equipadas. O *Defence White Paper* de 1925-26 mostrou que, enquanto a Grã-Bretanha dispndia anualmente somente 51 shillings *per capita* com as forças armadas, a Austrália não gastava nem a metade (25 shillings), a Nova Zelândia, 12 shillings e 11 pences e o Canadá, apenas 5 shillings e 10 pences. No início dos anos 30, as três potências "ricas", com tanta coisa para proteger contra homens de aparência faminta e esquelética, tinham executado um programa unilateral de desarmamento. A Austrália tinha apenas três cruzadores, três destróieres e uma força aérea de setenta aviões. A Nova Zelândia tinha dois cruzadores e nenhuma força aérea. O Canadá tinha quatro destróieres, um Exército de 3.600 homens e uma única aeronave militar — emprestada pela RAF¹⁴⁹. A Grã-Bretanha não foi muito previdente com relação ao Extremo Oriente. A construção de uma base naval moderna em Cingapura tinha sido adiada, por cinco anos, sob pressão de Churchill.

A história nos mostra o quanto homens resolutos, bem informados e inteligentes, na busca da economia ou na paixão altruísta pelo desarmamento, se afastam da realidade. No dia 15 de dezembro de 1924, Churchill escreveu uma carta memorável ao primeiro-ministro, repelindo qualquer possibilidade de ameaça por parte do Japão. Páginas e páginas se seguiam cheias de artifícios de estatística e retórica para convencer Baldwin — já bastante pacífico e complacente por natureza — da extrema impossibilidade de guerra com o Japão: "Eu não acredito que haja a menor chance de uma guerra na nossa época. Os japoneses são nossos aliados. O Pacífico está dominado pelo acordo de Washington... O Japão está do outro lado do mundo. Ele não pode ameaçar a nossa segurança vital de nenhuma maneira. Não tem motivos para entrar em choque conosco". Invadir a Austrália? "Isso eu tenho a certeza de que jamais acontecerá, em qualquer época, mesmo a mais remota que nós ou nossos

Alfred Rosenberg, former German Minister of Culture, and a leading member of the German Nationalist Movement, is the author of "The Myth of the 21st Century," a book which is a study of the German people and their history. It is a study of the German people and their history, and it is a study of the German people and their history.

5

UMA TEOCRACIA INFERNAL UM CAOS CELESTIAL

Ao mesmo tempo em que Winston Churchill assegurava ao apático Baldwin que o Japão não queria causar dano, a economia japonesa estava crescendo mais rapidamente do que a de qualquer outra nação, sua população aumentava à proporção de um milhão por ano e o seu governante era um rei-deus, além do mais demente. O velho imperador Meiji, que introduzira o Japão no mundo moderno, tinha escolhido suas mulheres cuidadosamente pela saúde e também pela beleza, e a cada noite ele deixava cair um lenço de seda aos pés daquela que ocuparia sua cama. A maioria das crianças geradas desses atos nasciam invariavelmente doentes e nenhum médico jamais podia sequer tocar seus corpos divinos. Seu herdeiro, Yoshihito, que reinou em teoria até 1926, era obviamente desequilibrado e, embora seu nome real, Taisho, significasse a “Grande Integridade”, ele oscilava entre tempestades de fúria — durante as quais chicoteava com seu rebenque os que o cercavam — e espasmos de terror, apavorado com a idéia de assassinato. Usava um bigode cruel e parafinado, imitando o seu ídolo, o *kaiser* Guilherme II. Caía do cavalo nos desfiles e, ao inspecionar seus soldados, às vezes os esbofeteava ou os abraçava. Na sua última aparição diante da Dieta, ele enrolou o papel do seu discurso, usando-o como uma luneta, para observar as “vacas de presépio” parlamentares. Depois disso, “caiu fora” em favor de seu filho Hiroito, conhecido como Showa (“Paz Iluminada”), uma criatura tímida, interessada em biologia marinha. Este também temia os assassinos, como todos os membros masculinos proeminentes da família. O estadista príncipe Ito, prudentemente, se casara com uma parruda garçone de casa-de-chá, que o protegeu dos samurais assassinos, escondendo-o num buraco de lixo em sua casa, e acocorando-se em cima (mas eles o pegaram no fim)¹.

Nenhum estudioso ocidental interessado no Japão moderno pode resistir à sensação de que este país tenha sido uma vítima do princípio holístico, através do qual os acontecimentos políticos e as tendências morais deixam marcas pelo mundo afora. O Japão foi contaminado pelo relativismo ocidental, que induziu suas fraquezas comportamentais a uma hipertrofia sinistra, atirando-o assim no poço do horror do século XX. No início dos tempos modernos, o Japão era um país muito remoto, mais próximo da sociedade do antigo Egito do que da Europa pós-Renascença. O imperador, ou Tenno, era considerado o *ara-hito-gami*, “humano, uma pessoa do

presente que governa a nação e seu povo e é ao mesmo tempo deus”². O primeiro Tenno tinha começado o seu reinado em 660 a.C., na época da 25ª dinastia egípcia, e a linhagem tinha continuado, às vezes pelo uso da adoção, por dois milênios e meio. Era de longe a mais antiga casa reinante do mundo, levando consigo estranhas continuidades arcaicas aprisionadas em seu âmbar dinástico. No século XVI, Francisco Xavier, o “apóstolo das Índias”, havia considerado os japoneses os cristãos convertidos ideais, em virtude de sua tenacidade e força moral. Mas as disputas internas dos missionários levaram o Japão a rejeitar o cristianismo. No segundo quarto do século XVII, o país se isolou do mundo europeu. Não conseguiu absorver as noções de responsabilidade moral individual que eram os dons da tradição judaico-cristã e manteve fortes vestígios de responsabilidade coletiva, tão característica do mundo antigo. No período de 1850, o Ocidente abriu caminho à força nessa sociedade auto-suficiente. Uma década mais tarde, uma grande parte da classe governante japonesa, temendo a colonização ou o destino da China, assumiu a decisão coletiva de executar uma revolução de cima para baixo, adotar métodos ocidentais necessários à sobrevivência independente, e se transformar numa poderosa nação “moderna”. A chamada Restauração Meiji, de 3 de janeiro de 1868, que aboliu o shogunato, ou o domínio pelo mordomo do palácio, fez do Imperador o indiscutível soberano e foi imposta com o objetivo deliberado de fazer do Japão *fukoku-kyohei*, “país rico, exército forte”.

É importante compreender que essa decisão do Japão de entrar no mundo moderno continha, desde o início, um elemento de ameaça determinada, ditada tanto por xenofobia, quanto por admiração. Os japoneses sempre foram adeptos da assimilação imitativa, mas em um nível puramente utilitário que, do ponto de vista cultural, era superficial. O Japão tinha adquirido da sua grande vizinha inovadora, a China, o cerimonial, a música, os clássicos confucianos, os ditados taoístas, as diferentes especulações budistas, os mistérios tântricos, a pintura Sung, a arte de fazer calendários e versos. Do Ocidente, o Japão agora começava a absorver a tecnologia, a medicina, os procedimentos administrativos e empresariais, além do vestuário apropriado a essas novas práticas. Mas a estrutura social e o alicerce ético da civilização chinesa foram amplamente rejeitados. E enquanto o Japão exibia uma voracidade pragmática de absorver maneiras ocidentais, mostrava pouco interesse pelos objetivos do Ocidente: os ideais da antigüidade clássica ou o humanismo renascentista exerceram pouca influência³.

É surpreendente que o Japão fosse atraído pelas novidades modernas, e não pela verdade antiga. Em um certo sentido, os japoneses sempre foram um povo de idéias avançadas: “modernos desde a pré-história”⁴. Importaram macetes e bugiganças, o técnico e o vulgar, como se fosse uma mulher de sociedade adotando o que está na moda. Mas a matriz cultural deles permanecia intacta: as criações culturais mais características do Japão não têm antecedentes chineses. Da mesma forma, as importações ocidentais da metade do século XIX para a frente deixaram a cultura do Japão intocada⁵.

Nem o longo isolacionismo do Japão significava serenidade. Pelo contrário. O Japão nada tinha da passividade e nem da decadência fatalista chinesas. China e Japão eram países muito diferentes, com povos completamente diferentes. Sempre se disse que os chineses vivem no reino do espaço e os japoneses no reino do tempo. A China se desenvolveu na grande planície do norte, onde sua civilização tinha raízes, uma cosmologia ordenada e majestosa, e estava satisfeita com o ritmo lento de sua

evolução. Para ela, a vida eram círculos repetitivos como na maioria das culturas orientais. O Japão era uma teia de aranha de ilhas formando uma coluna vertebral, bem parecido com a antiga Grécia, e era quase ocidental na conscientização de desenvolvimento linear, apressando-se em todos os níveis com rapidez deliberada. O Japão tinha um conceito de tempo e uma urgência quase singulares dentre as culturas não ocidentais, além de uma sólida ênfase social no dinamismo⁶. Havia uma inquietude no clima do Japão, tão cambiável e imprevisível como o da Grã-Bretanha, mas muito mais violento. As ilhas se estendem do subtropical até o subártico. Monções orientais e ciclones ocidentais brincam com elas simultaneamente. Como disse o estudioso alemão Kurt Singer, “de uma maneira implacável este arquipélago é sacudido por choques sísmicos, invadido por tempestades, encharcado pelas chuvas, envolvido por nuvens e névoas... Não é o espaço que domina essa forma de existência, mas sim o tempo, a duração, as mudanças espontâneas, a continuidade do movimento”. A rápida sucessão de extremos climáticos ajuda a explicar, como acreditam os japoneses, as oscilações violentas na conduta nacional⁷.

Esses atributos nacionais e o fato de a industrialização ter sido imposta de cima por suas elites, como resultado de decisões intencionais, auxiliam a compreensão da surpreendente rapidez do progresso do Japão. O movimento não foi de reação espontânea às forças do mercado, mas de extraordinário consenso nacional, levado adiante sem nenhuma dissensão aparente. Assim, o país tinha mais em comum com o capitalismo estatal da Rússia pré-1914 do que com o capitalismo liberal do Ocidente, embora os conflitos de classe que destroçaram a Rússia czarista não existissem. Sob Tenno e sua corte, os *gumbatsu*, chefes militares, e os *zaibatsu*, empresários, trabalharam em perfeita harmonia, de acordo com o programa “país rico, exército forte”. No período de duas gerações surgiram gigantescos grupos industriais, Mitsui, Mitsubishi, Yasuda, Sumitomo, todos intimamente ligados ao governo Meiji e às forças armadas, através de subsídios e contratos. A guerra de 1914-18, que privou o Japão dos fornecedores tradicionais europeus, e que lhe abriu novos mercados, empurrou o seu desenvolvimento para a auto-suficiência e a maturidade industrial. A tonelagem de energia a vapor cresceu de 1,5 para mais de três milhões de toneladas. O índice de produção de manufaturados saiu de uma média de 160, em 1915-19, para 313, em 1925-29, e no ramo do comércio exterior, o índice de (100 em 1913) subiu para 126, em 1919, e 199, em 1929, com as exportações aumentando de 127 para 205 durante a década de 20. Por volta de 1930, o Japão tinha uma população de 64 milhões de habitantes, exatamente o dobro das maiores potências industriais⁸.

Comparando o desenvolvimento revolucionário do Japão com, por exemplo, o da Turquia — também imposto de cima a partir de 1908 —, é fácil ver as vantagens do que é ser um reinado insular, com fronteiras naturais, uma composição racial, religiosa e lingüística homogênea e, não menos importante, uma tradição de unidade forte e antiga com relação aos de fora: nada que a Turquia possuísse⁹. O Japão também tinha uma importante vantagem econômica, que era sempre negligenciada na época (e desde então): uma tecnologia intermediária altamente desenvolvida, com centenas de milhares de artesãos especializados e uma tradição de disciplina nas oficinas de trabalho, que remontavam a muitos séculos. Entretanto, o Japão tinha algumas fraquezas fundamentais, que refletiam o seu arcaísmo. Até 1945, os japoneses não tinham um código de leis. Tinham máximas, códigos comportamentais, conceitos de justiça expressos em ideogramas — exatamente como no antigo Egito.

Mas não possuíam um código penal adequado, nenhum sistema de lei estatutária, e tampouco um código de lei consuetudinária controlado por magistrados. O relacionamento entre a autoridade e aqueles a ela sujeitos era subentendido, muitas vezes em pontos importantes. A Constituição em si era dúbia. Não impunha um sistema explícito de deveres e obrigações. O príncipe Ito, que redigiu a Constituição Meiji, escreveu um comentário sobre o seu significado: mas esse livro virou uma questão de debate, geralmente sem o apoio oficial. A lei não era soberana. Como poderia sê-lo, numa teocracia? Mas, então, era o Japão uma teocracia? Ito achava que havia sido no passado, não no presente. Outros tinham um ponto de vista distinto. A questão ficou ambígua, como eram muitos outros assuntos legais e constitucionais no Japão, até 1946, quando o imperador anunciou publicamente que não era um deus. Havia algo vago e improvisado em todo o sistema de ordem no Japão. A honra, por exemplo, era mais importante que a hierarquia. Às vezes, poderia parecer correto ignorar a lei (tal como ela era) e desobedecer a um superior. Mas não se podia dizer nada até que a ocasião se apresentasse. Então um consenso surgiria e uma consciência coletiva julgaria. Disto decorre o fato de que as minorias ativistas, especialmente nas forças armadas, quase sempre conseguiam desafiar seus comandantes, mesmo o imperador, e receber o endosso da opinião pública¹⁰.

Essa ausência de regras absolutas entre certo e errado, legalidade e ilegalidade, lei e desordem, tornou o Japão particularmente vulnerável ao relativismo criado no Ocidente depois da Primeira Grande Guerra. Mas a fraqueza vinha de muito mais tempo. Quando, em 1868, o Japão pediu à Europa uma orientação pragmática, ele procurava normas de conduta internacionais, bem como de tecnologia. O que ele encontrou? A *Realpolitik* bismarquiana. Depois disso, surgiu a confusão na África, a corrida armamentista, a ferocidade da máquina de guerra de Ludendorff e o culto do poder através da violência, culminando com o *putsch* triunfante de Lênin.

Os japoneses observaram o comportamento da Europa, que, embora atroz, era sempre internamente justificado por alguma referência a um credo. Então, para se fortalecer num mundo competitivo e duro, ele tinha que renovar suas próprias ideologias de acordo com o que achava ser os princípios europeus de utilidade. Isso implicava a criação de uma religião estatal e de uma moralidade-padrão conhecidas como xintó e bushido. Até então, havia uma espécie de sincretismo religioso no Japão: pegavam elementos de cultos estrangeiros e os usavam para os seus propósitos específicos — budismo, taoísmo, confucionismo e mesmo cristianismo — sem preocupação com lógica ou coerência. É verdade que o xintó já tinha sido mencionado pela primeira vez nos anais japoneses desde o reinado de Yomei Tenno (585-587 d.C.). Significava deus, num sentido pagão, remontando aos ancestrais deuses-sol e deusas-sol, objeto da adoração primitiva dos antepassados e governantes divinos. Como tal, era muito menos sofisticado do que o budismo e outras religiões imperiais do Oriente, além de ser apenas um dos muitos elementos da cultura religiosa japonesa. Mas era específico e inteiramente japonês; portanto, capaz de acoplar-se às aspirações nacionais. A partir da Revolução Meiji, uma decisão consciente foi tomada no sentido de transformá-lo em religião do Estado. Em 1875, foi oficialmente separado do budismo e codificado. Em 1900, os santuários xintó foram colocados sob a responsabilidade do Ministério do Interior. Uma adoração constante ao imperador foi instituída, especialmente nas forças armadas, e a partir de 1920 um código nacional de ética, *kokumin dotoku*, passou a ser ensinado em todas as escolas. Após cada vitória militar japonesa ou o avanço imperial (a derrota da Rússia em 1904-5 era um

exemplo), a religião estatal era consolidada; e é relevante que o processo tenha culminado em 1941, quando o Japão entrou na Segunda Guerra Mundial e instituiu cerimônias religiosas privadas, populares e públicas, para todo o país. O xintó, em resumo, foi transformado de culto de minoria, obsolescente, primitivo, em religião de um Estado totalitário e moderno, com a função de resistir aos horrores seculares da época e, por uma detestável ironia, foi usado para santificá-los.

Isso não era tudo. O xintó, como religião do nacionalismo expansionista, foi deliberadamente calçado por uma versão renovada e militarizada do velho código de uma fidalguia de cavaleiros, o bushido. Nos primeiros anos do século, o bushido foi definido pelo professor samurai, Dr. Inazo Nitobe, como “estar em paz com o seu lugar na vida, o *status* irreversível pelo nascimento, e se cultivar dentro da posição que coube a cada um, ser leal ao chefe da família, valorizar seus ancestrais, treinar-se nas artes militares através do aperfeiçoamento e da disciplina do corpo e do espírito”¹¹. Mas, até o século XX, havia poucas referências ao bushido. Alguns duvidavam da sua própria existência. O professor Hall Chamberlain, no ensaio *The Invention of a New Religion*, publicado em 1912, escreveu: “O bushido, como uma instituição ou um código de leis, nunca existiu. Os relatos feitos sobre ele foram inventados principalmente para consumo externo... O bushido era desconhecido até mais ou menos uma década atrás”¹². Pode ter sido uma série de exercícios religiosos, acessíveis a muito poucos. Mesmo assim, nos anos 20, tornou-se popular como código de honra militar, identificado com o nacionalismo e o militarismo extremados, tornando-se a justificativa de práticas as mais horripilantes, primeiro o assassinato de indivíduos, depois chacina e crueldade em massa. Os “cavaleiros do bushido” eram os líderes militares do xintoísmo totalitário, o equivalente, no cenário oriental, das elites de vanguarda de Lênin e Mussolini, os camisas-negras, os camisas-marrons e a Cheka¹³ europeus. Eles incorporavam “a força moral dominante desse país... a totalidade dos instintos morais da raça japonesa”, de acordo com Nitobe¹⁴. Aqui se encontra um conceito de tom superficialmente moralista e, de fato, completamente relativista, perigosamente relacionado ao que Lênin chamou de “consciência revolucionária” e Hitler, de “a mais alta moralidade do partido”.

Essa nova metafísica de militarismo e violência, que certamente, como uma entidade organizada, não encontrava precedentes na história japonesa, deveria ser acompanhada pelo desenvolvimento sistemático de instituições políticas ocidentais. Em 1876, os samurais foram dispersados como classe, perdendo seu estipêndio e o direito de portar a espada; a última revolta feudal foi sufocada no ano seguinte. Os partidos de estilo ocidental e os jornais foram introduzidos no ano de 1870. Uma nova aristocracia no estilo britânico, com barões, viscondes e marqueses foi instituída em 1884 e um sistema de gabinete, no ano seguinte. Apenas 400.000 em 40 milhões de pessoas puderam votar para a Dieta de 1890. Em 1918, a “qualificação de três iens de imposto” elevou o número de votantes para 3,5 milhões em 60 milhões. Em 1925, o Japão obteve o “Lei de sufrágio para a população masculina”, que deu o direito de voto a todos os homens acima de 25 anos, aumentando o eleitorado para 13 milhões.

Mas as instituições autoritárias avançavam *pari passu* com a democracia. Havia uma lei de imprensa restritiva em 1875. Uma supervisão policial dos partidos políticos foi iniciada em 1880. A Constituição de 1889 foi intencionalmente limitativa, a fim de produzir, segundo seu autor, o príncipe Ito, “uma organização de solidez compacta e a eficiência de sua atividade administrativa”¹⁵. A Dieta era equilibrada por uma Câmara de Pares do Reino; e o gabinete, pela instituição do *genro*, um grupo

de ex-primeiros ministros e estadistas que assessoravam diretamente o Tenno. Talvez o mais importante de tudo tenha sido uma legislação elaborada em 1894 e sancionada em 1911, segundo a qual os ministros do Exército e da Marinha deveriam ser oficiais da ativa nomeados pelo respectivo corpo de auxiliares. Isso não apenas implicou no fato de que o Exército e a Marinha tenham ficado independentes do controle político (os chefes do Estado-Maior tinham acesso direto ao Tenno), mas também no de que cada força armada podia vetar um gabinete civil ao recusar a nomeação do seu próprio ministro. Esse poder foi usado com muita frequência e estava sempre presente. Por isso, o governo só era responsável por assuntos civis, a Marinha e o Exército regendo os seus próprios assuntos, o que, frequentemente, a partir de 1920, chocava-se cada vez mais com a política externa. Já que a Marinha e o Exército não estavam sob o controle civil e os oficiais em campanha não mais necessariamente se sentiam obrigados a honrar com obediência a seus superiores nominais em Tóquio, houve épocas em que o Japão chegou muito próximo da anarquia militar, mais do que de qualquer outro tipo de sistema.

O problema é que o Japão só conseguiu desenvolver muito vagarosamente um modelo de conscientização cívica, o que na Europa tinha sido resultado da vida urbana e da noção burguesa de direitos. A cidade em si foi uma idéia importada. Mesmo Tóquio era, e até muito recentemente, um gigantesco conglomerado de aldeias. Seus cidadãos tinham reflexos e vínculos rurais e não urbanos. Embora exterminado pela Revolução Meiji, o feudalismo conseguiu sobreviver numa versão espúria. Todas as pessoas, do mais alto ao mais baixo nível, só se sentiam seguras como parte de um clã ou *batsu*. Era e continua sendo comum aos japoneses estender padrões de comportamento familiar a situações mais amplas. O termo *habatsu*, que quer dizer “facção permanente”, foi aplicado a cada nova atividade, à proporção que apareciam: escolas de pintura, de luta-livre, de arranjo de flores; a partir de 1868, ele foi aplicado a firmas industriais; e, após 1890, à política. O termo japonês *oyabun-kobun*, que quer dizer a relação pai-filho ou patrão-empregado, tornou-se a argamassa desse feudalismo espúrio na política: um homem prestando serviço ou lealdade em troca de vantagens. De fato, os japoneses não distinguiam muito claramente agrupamentos familiares de não-familiares, já que a perpetuação da linha familiar por adoção era considerada como muito mais importante do que a perpetuação pelo sangue¹⁶. Ozaki Yukio, o mais duradouro dos políticos japoneses, que participou da primeira eleição geral de 1890 e que viveu para tomar assento na primeira Dieta pós-1945, escreveu, em 1918, que no Japão “partidos políticos que somente deveriam estar baseados em princípios e intuítos políticos e ser dissolvidos pela mesma razão são, na verdade, assuntos de sentimentos e de conexões pessoais; as relações entre o líder e o partido aparecem como idênticas àquelas que se mantinham entre o senhor feudal e seus vassalos”¹⁷. Partidos de massa de esquerda, fundamentados em interesses econômicos universais, poderiam ter mudado esse modelo. Mas a Lei de Preservação da Paz, de 1925, o mesmo ano em que o Japão conseguiu o sufrágio masculino, deu à polícia um imenso poder, não só para combater a subversão marxista, como para inibir seu desenvolvimento. Nenhum partido de esquerda conseguiu mais do que quinhentos mil votos até depois de 1945.

Como resultado, os partidos políticos japoneses eram máfias legalizadas, inspirando pouco respeito e oferecendo nenhuma moral alternativa às instituições tradicionais renovadas em forma totalitária. O suborno grassava, já que as eleições eram muito dispendiosas (US\$25.000 por cadeira no período entre-guerra) e o

salário, irrisório. A corrupção ia da venda de títulos de nobreza a especulação de terra na nova zona de meretrício de Osaka. Dos dois partidos principais, Seiyukai foi financiado pelo lucro da ferrovia da Manchúria, Keiseikai, pela Mitsubishi — em ambos os casos ilegalmente. Três dos líderes políticos mais proeminentes, Hara (o primeiro plebeu a se tornar primeiro-ministro), Yamamoto e Tanaka foram acusados de corrupção escandalosa¹⁸. Os políticos não eram pessoas tão atraentes, se comparados aos militares do bushido. Brigavam freqüentemente em escaramuças indecorosas na Dieta, às vezes com a ajuda de arruaceiros profissionais. Como uma testemunha ocular atestou em 1928, “senhores apopléticos, envergando sobrecasacas e aquecidos por copiosas talagadas de saquê, rosnavam e mugiam, as brigas quase sempre culminando numa corrida para a tribuna, onde o orador do momento era arrastado para fora em plena luta-livre”¹⁹.

Além disso, se o feudalismo espúrio permaneceu na Dieta, floresceu também fora dela, sob a forma de sociedades secretas que constituíram uma alternativa para a atividade política: não-democrática, inconstitucional, fazendo uso da ação direta e empregando armas ao invés de argumentos. Uma vez que os samurais tinham perdido seus soldos, eram obrigados ou a encontrar trabalho, ou a se agrupar, oferecendo-se à mais alta oferta. Em 1881, um grupo deles formou a Genyosha, a primeira das sociedades secretas, que logo entrou na política indiretamente, fornecendo capangas para manipular fraudulentamente as eleições da Dieta ou então para assassinar os candidatos rivais. Em 1901, um membro da Genyosha, Mitsuru Toyama, fundou o notório Kokuryukai, ou o Dragão Negro, protótipo de muitas seitas violentas e ultranacionalistas. A verdadeira expansão das gangues políticas, entretanto, ocorreu depois do final da guerra de 1914-18, o que parece ter apressado o início de uma era de violência política quase generalizada.

Se os japoneses seguiram o exemplo da Alemanha de Weimar e da Itália de Mussolini, não ficou muito claro. Certamente, como os fascistas europeus, eles usaram a violência leninista como desculpa para a contraviolência. O que se revelava perturbador era a superposição dessas sociedades e das políticas constitucionais e, o que era mais funesto ainda, da política militar. Assim, a Dai Nihon Kokusuikai, ou seja, Sociedade de Essência Nacional do Japão — usando os conceitos das formas agora totalitárias do xintó e do bushido — fundada em 1919, incluía entre os seus membros três futuros primeiros-ministros e diversos generais. Comparativamente essa sociedade era respeitável. Outras não passavam de meras gangues de bandidos. Algumas eram radicais, exatamente como os sindicalistas revolucionários na Itália ou como os primeiros nazistas na Alemanha. A Yuzonsha, fundada por Kita Ikki, em 1919, propôs um plano nacional-socialista de nacionalização da indústria e a divisão das grandes propriedades, a fim de preparar o Japão para a “liderança da Ásia”, sua expansão feita às expensas da Grã-Bretanha (“a milionária”) e da Rússia (“a grande proprietária de terras”), e o país se colocando à frente do “proletariado das nações”. Outras sociedades radicais incluía os nacionalistas agrários, que desejavam destruir a indústria completamente, e a Ketsumedian, liderada por Inoue Nissho, que se dedicava ao assassinato de industriais e financistas²⁰.

Virtualmente, todas essas sociedades praticavam o assassinato ou mostravam extraordinária tolerância com relação ao fato. Poder-se-ia dizer que, embora a idéia da revolta feudal tenha morrido por volta de 1870, o assassinio foi a sua continuidade por outros meios. Os samurais não mais podiam impor a sua vontade como uma classe. Mas grupos deles se davam o direito de registrar suas objeções políticas, não através

das urnas, mas através da espada e do punhal e, depois que ela se popularizou nos anos 20, também através da metralhadora portátil Thomson. Os samurais tinham sempre usado trabalhadores braçais como gângsteres de aluguel para aterrorizar seus camponeses. Agora, as suas *kais*, ou gangues, eram alugadas aos *gumbatsu* ou *zaibatsu* para impor sua vontade aos ministros. Muito mais perturbador era o fato de que, em 1894, as *kais* estavam trabalhando junto com o Kempei-Tai, a polícia especial para a segurança do Estado. Esses homens, que se reportavam diretamente às Centrais Imperiais e não ao governo, podiam manter prisioneiros por 121 dias, sem acusação formal ou mandato judicial, e podiam utilizar a tortura para extrair confissões. Pessoas eram freqüentemente presas pela Kempei-Tai, após denúncias secretas pelas *kais*²¹.

As *kais* representavam um papel multiforme na sociedade japonesa, às vezes mantendo a segurança do Estado, às vezes reforçando a proteção de negócios escusos, como, por exemplo, a nova indústria cinematográfica, na qual batalhas sangüinárias, disputadas com espadas manejadas com duas mãos, faziam um contraponto oriental com episódios tais como o massacre do dia de São Valentino, na Chicago moderna²². Mitsuro Toyama, o mais famoso líder de gangue, fundador do Dragão Negro, ocupava uma posição curiosa e ambivalente na sociedade japonesa. Nascido em 1895, tinha as maneiras e a afetação de um cavalheiro e de um cavaleiro do bushido. De acordo com o correspondente do *New York Times*, Hugh Byas, ele parecia “com um dos Irmãos Cheeryble, transpirando bondade e fazendo grande alarde do fato de que seu credo não lhe permitia matar sequer um mosquito”. Mas, quanto a matar políticos, era outro assunto. Ele não apenas organizava assassinatos, como também protegia homens muito conhecidos na sua própria casa, onde a polícia não ousava pôr os pés. Esse grupo incluía Rash Behare Bose, procurado pelos britânicos pelo atentado a *lord* Hardinge, o vice-rei, em 1912. Quando Mitsuro Toyama finalmente morreu, já nos seus noventa e tantos anos cheios de maldade, o *Tokyo Times* publicou um suplemento em sua homenagem²³. Isso era característico da tolerância japonesa, mesmo para com o mais flagrante e vergonhoso infrator que exigisse credenciais de honra. As próprias vítimas ajudavam a perpetuar o sistema. Assim, o grande estadista liberal Ozaki Yukio, embora sempre ameaçado de morte, escreveu um poema que continha as seguintes linhas derrotistas: “Louvores aos homens que atentam contra a minha vida / Se seus motivos forem morrer pela pátria”.

Por essa razão, assassinatos políticos não eram necessariamente punidos com severidade no Japão; algumas vezes, nem mesmo punidos. E, até muito mais importante, não eram sequer reprovados pela sociedade. Como resultado, tornaram-se algo extremamente comum. Do governo original da Restauração Meiji, um membro foi assassinado, outro levado ao *hara-kiri*; o príncipe Ito, arquiteto da Constituição, foi assassinado, apesar dos esforços de sua mulher, a garçone de casa de chá. Dos primeiros-ministros de Taisho Tenno, durante os anos 1912-26, foram assassinados o conde Okuma, o visconde Takahashi e o Sr. Hara; no governo de Hiroito de 1926 a 45, mais três primeiros-ministros morreram: Sr. Hamaguchi, Sr. Inukai e o almirante Saito, além de uma dúzia de ministros do gabinete²⁵. Alguns políticos aceitavam os riscos de sua profissão mais estoicamente do que outros. Mas o terror de ser assassinado indiscutivelmente impedia os ministros de levar a cabo a reforma da legislação. Quando o escritor David James perguntou ao primeiro-ministro Hara, em 1920, por que ele não revogava o regulamento da polícia que estipulava seis meses de prisão para quem fomentasse uma greve, Hara respondeu: “Eu não tenho intenção de cometer o *hara-kiri* neste momento”. Quando Hara foi apunhalado no ano

seguinte, na estação de Shimbashi, em Tóquio, seu “crime” foi o de, como um mero civil, ter tomado o controle do Ministério da Marinha, enquanto o ministro, almirante Kato, estava na Conferência Naval de Washington²⁶. O próprio Tenno não era imune às acusações de falta de patriotismo. Em 1923, houve um atentado à vida de Hiroito, homem de natureza tímida, que foi dissuadido, por medo de seus próprios oficiais, de dar apoio aos primeiros-ministros civis, apoio esse que eles tinham o direito de esperar, de acordo com a Constituição.

O estado de coisas deteriorou-se após 1924-5, quando as reformas no exército introduziram um novo tipo de oficial, proveniente das camadas de oficiais de nível social inferior, de funcionários do comércio e de pequenos proprietários. Esses homens tinham pouco respeito pela autoridade tradicional — ou por seus próprios comandantes — e estavam imbuídos de idéias leninistas e fascistas de violência política. Acima de tudo, estavam imbuídos de uma nova versão totalitária do *bushido*. Embora bastante capaz de ameaçar Hiroito de morte, discorriam sobre como “restaurá-lo” no poder: o que eles queriam era uma ditadura militar disfarçada em governo imperial. A palavra-chave era *kokutai* ou “política nacional”, e qualquer político culpado da menor deslealdade ao *kokutai* podia-se considerar morto²⁷. A maioria desses oficiais veio de áreas rurais, onde o padrão de vida estava caindo durante os anos 20 e mocinhas tinham que sair para trabalhar apenas pelo alimento, já que nenhum salário lhes podia ser pago. Os irmãos de exército desses homens ardiam de fervor e de ódio e a violência que os caracterizava gozava de grande apoio popular²⁸.

Debaixo dessas circunstâncias, o governo de partido civil aos poucos entrou em colapso e as eleições tornaram-se sem sentido. Em 1927, e outra vez em 1928, os primeiros-ministros foram destituídos pelo Exército. Em 1930, o primeiro-ministro, Hamaguchi Yuko, que recebeu determinações para reduzir as forças armadas, foi metralhado imediatamente após ter tentado reduzi-las. O seu sucessor foi derrubado pelo mesmo motivo. O primeiro-ministro seguinte, Inukai Ki, que novamente tentou enfrentar as forças armadas, foi assassinado em meados de 1932 por um grupo de oficiais do Exército e da Marinha. Na verdade, planejavam matá-lo junto com Charlie Chaplin, que visitava Tóquio e que deveria tomar chá com o primeiro-ministro. Mas o líder da conspiração disse ao juiz: “Chaplin é uma figura popular nos Estados Unidos e querido da classe capitalista. Acreditamos que, se o matássemos, provocaríamos uma guerra com a América”. Quando os assassinos foram a julgamento, a defesa argumentou que, estando a honra e o futuro deles em jogo, o homicídio era apenas uma forma de autodefesa. Ela trouxe à presença do juiz 110.000 cartas, muitas escritas com sangue, suplicando clemência. Em Niigata, nove jovens deceparam seus dedos mínimos, como prova de sinceridade, e os mandaram para o ministro da Guerra, preservados num pote de álcool²⁹. As sentenças leves que foram dadas nesse julgamento e em muitos outros lembravam os julgamentos ridículos envolvendo homicidas de direita, nos primeiros tempos da Alemanha de Weimar³⁰.

O colapso do governo constitucional do Japão não podia ser encarado como um assunto de caráter interno, já que estava intrinsecamente vinculado a objetivos de política externa. A maioria dos japoneses achava que a expansão territorial era essencial para a entrada no mundo moderno. Todas as outras potências industriais não possuíam um império? Isto era tão necessário quanto fornos de aço ou couraçados. No caso do Japão, havia razões adicionais e imperiosas: a pobreza do país, sua falta quase total de recursos naturais e o aumento rápido e irresistível de sua população.

Em 1894-5, o Japão atacou a China, tirando-lhe a Coreia, Formosa (Taiwan) e Porto Artur. O Japão foi forçado a entregar este último após a tríplice intervenção da Rússia, Alemanha e França. Sua reação foi dobrar o tamanho de seus exércitos e fazer-se auto-suficiente em armamentos, o que eventualmente conseguiu em 1904. Enviou, então, um ultimato à Rússia, retomou Porto Artur e ganhou a devastadora batalha naval de Tsushima, em maio de 1905, assegurando a supremacia comercial na Manchúria e tomando as ilhas Sakhalin (Karafuto) como parte do acordo. Em 1914, entrou na guerra somente para ocupar portos e propriedades da Alemanha na China. No ano seguinte, apresentou uma série de exigências ao governo chinês ("As Vinte e Uma Exigências"), o que o transformou na potência comercial e colonial preponderante na região. A supremacia foi confirmada pelo Tratado de Versalhes, que lhe deu Shantung e toda uma seqüência de ilhas no Pacífico como mandatos.

Ao Japão deparava-se um dilema. Estava determinado a se expandir, mas sob que cores? Sua Revolução Meiji era, no fundo, uma jogada anticolonial com o objetivo de preservar a si próprio. Sua intenção original, ao se apossar da Coreia, era tirá-la do circuito europeu e lá se firmar como chefe militar, político e comercial de uma "Liga Asiática Oriental", uma aliança defensiva que modernizaria a Ásia Oriental e evitaria uma penetração ocidental mais extensa. Dessa forma, o Japão se teria tornado a primeira grande potência anticolonialista, posição ocupada pela Rússia após 1945 e, nesse processo, passaria a conquistar para si mesmo (como o fez a Rússia) uma família de aliados e países satélites dependentes. A China, porém, cuja cooperação era essencial, jamais demonstrou o menor desejo de oferecê-la. Considerava o Japão um Estado soberano de menor importância, além de um predador feroz, que deveria ser mais temido do que qualquer potência européia, em função de sua proximidade. O Japão nunca desistiu inteiramente de seu plano. Isso se refletiu na exigência de uma cláusula de igualdade racial feita no pacto da Liga, na insistência humilde na idéia de que todas as suas atividades no continente chinês eram do interesse dos próprios chineses e, durante a guerra de 1941-45, na criação de governos fantoches em territórios por ele ocupados, unidos na Esfera de Co-prosperidade para uma Ásia Oriental Maior. Isso não era pura ficção; mas também não se podia tornar fato concreto, considerando-se que o Japão era obrigado a lutar e a conquistar a China para fazê-la sua "parceira"³¹.

Com esse canal interrompido, seria o Japão uma potência colonial como as demais? Essa era a concepção do Ministério do Exterior japonês, da corte de Hiroito, das instituições políticas liberais. Mas isso queria dizer ter um aliado, sobretudo a Grã-Bretanha, o maior e o mais respeitável dos impérios existentes. A Grã-Bretanha ansiava por estabilidade e, sem dúvida, poder-se-iam encontrar meios para fazer com que o Japão tivesse interesses e possessões suficientes que o atassem a um sistema estável. E enquanto a Grã-Bretanha continuasse a ser uma aliada do Japão, este último tinha um interesse especial em preservar a sua própria respeitabilidade interna, sua integridade constitucional e o exercício da lei, tudo o que a Grã-Bretanha lhe havia ensinado.

Essa foi a razão pela qual a destruição da aliança anglo-japonesa levada a efeito pelos Estados Unidos e Canadá, em 1921-22, foi tão fatal à paz no Extremo Oriente. A idéia de que a aliança poderia ser substituída pelo Tratado Naval de Washington e o ulterior Tratado das Nove Potências em fevereiro de 1922 (também assinado pela Bélgica, Itália, Holanda e Portugal, e que garantia a integridade da China) era pura fantasia, porque o segundo acordo não estipulava nenhum item de

cumprimento da lei, sequer em teoria, e o primeiro tornou esse cumprimento impossível na prática. O resultado final foi a colocação do Japão no papel de predador em potencial e sua expulsão do círculo encantado das respeitáveis potências “ricas”. A influência da Grã-Bretanha sobre o Japão desapareceu. A América, surgindo como protetora da China, assumiu a forma de inimiga irreconciliável do Japão³². Internamente, a consequência foi retirar o poder do Ministério do Exterior. Os amigos estrangeiros tendo abandonado o Japão, favoreceram os militares, especialmente os oficiais mais jovens, imbuídos apenas de fervor fanático, uma coisa que já estava implícita no xintó totalitário.

Havia, entretanto, razões mais prosaicas que forçavam um desespero nacional. O Japão não podia se alimentar. Em 1868, com uma população de 32 milhões, consumindo por ano uma média de quatro *bushels*³³ de arroz por cabeça, o Japão se agüentou com o cultivo de milhões de acres, cada um produzindo vinte *bushels*. Até 1949, com esforço e habilidade, conseguiu subir a produção para quarenta *bushels* por acre e, aproveitando cada polegada de terra abandonada, tinha aumentado o espaço produtivo de arroz para oito milhões de acres. Mas, enquanto isso, o consumo médio tinha subido para 5 3/4 *bushels* por ano — nada exagerado — e a população atingira 73 milhões. Faltavam, portanto, ao Japão 65 milhões de *bushels* de arroz por ano. A produtividade agrícola já tinha atingido seu nível máximo no início dos anos 20, e não havia como aumentá-la ainda mais. Entre o período pré-guerra, 1910-14, e o final dos anos 20, a importação de arroz triplicou³⁴. Ela tinha que ser paga com a exportação de materiais têxteis, predominantes no Japão, mas que já encontrava uma competição e tarifas ferrenhas no mercado.

A emigração não era, na verdade, uma opção para os japoneses. Sua entrada nos Estados Unidos fora limitada desde 1894. Aliás, foram o primeiro grupo de emigrantes estrangeiros a ter a entrada controlada por aquele país. Até 1920, havia cem mil japoneses nos Estados Unidos (principalmente na Califórnia) e mais de cem mil no Havaí. Quatro anos mais tarde, o medo americano do “perigo amarelo” deu ensejo a uma legislação que impedia os japoneses de receber cidadania americana. Por essa nova lei de imigração excluía-se-lhes automaticamente até mesmo a possibilidade de entrar no país. A lei de imigração australiana era igualmente restritiva, visando ao que dizia respeito especificamente ao Japão. A atitude dos governos da América e da Austrália (que obviamente refletiam um poderoso sentimento público) causou rancor entre a comunidade comercial japonesa que tinha *status* europeu na Ásia. Em meados da década de 20, mesmo alguns dos políticos “respeitáveis” começaram a sentir que não havia uma saída pacífica para esse dilema. No seu livro *Addresses to Young Men*, Hashimoto Kingoro escreveu:

... só há três saídas para o Japão escapar das pressões de uma população excedente... emigração, avanços nos mercados internacionais e expansão de território. A primeira porta, emigração, nos foi barrada pelas políticas de imigração antijaponesa de outros países. A segunda porta... estão tentando fechá-la com barreiras tarifárias e ab-rogação de tratados comerciais. O que deverá fazer o Japão quando duas das três portas tiverem sido fechadas para ele³⁵?

O mesmo argumento foi desenvolvido mais profundamente na propaganda disseminada pelas *kais* e pelas “caixinhas” de fundos do Exército e da Marinha. Esse

tema se transformou no cavalo de batalha de Sadao Araki que, em 1926, era o líder do grupo de jovens oficiais e evangelistas do *Kodo*, “a maneira imperial”, a nova forma militante de expansionismo xintó. Por que — perguntou ele — precisa o Japão, com mais de sessenta milhões de bocas para alimentar, de se contentar com 142.270 milhas quadradas (a maior parte estéril)? A Austrália e o Canadá, com 6,5 milhões de pessoas cada, tinham 3 milhões de milhas quadradas respectivamente; a América tinha 3 milhões de milhas quadradas; a Grã-Bretanha (mesmo sem os Domínios e a Índia) tinha 2,2 milhões; a Bélgica, 900 mil milhas quadradas; Portugal, 800 mil. A América, salientou, além de seu gigantesco território nacional, tinha 700 mil milhas quadradas em colônias. Onde está a justiça natural nessas imensas discrepâncias? Não que os japoneses fossem ambiciosos. Eles viviam de peixe e arroz, e não muito de cada. Eram engenhosamente econômicos no aproveitamento de todos os materiais. Em meados da década de 20, estavam no limite de suas fontes naturais e, uma década depois, tinham ultrapassado esse limite. Por trás do atavismo romântico das gangues militares, com suas atitudes e bravatas mortais, havia um sentido genuíno de ressentimento nacional compartilhado por praticamente todos os japoneses, milhões dos quais — diferentemente dos alemães — realmente com fome.

E a ironia estava no fato de que o Japão, pelo menos num primeiro momento, não procurou corrigir a balança da justiça, atacando as poderosas potências ocidentais ricas, cujas políticas raciais somavam insulto à iniquidade, mas impôs uma dose adicional de opressão sobre aquilo a que *lord* Curzon chamou de “a grande massa inerte, desesperançada e impotente da China”. É lógico que neste caso, mais uma vez, as potências européias deram o exemplo. Elas fundamentavam de todas as maneiras possíveis a injunção de tratados impostos à China e a ocupação de seus portos fluviais. No entanto, a única justificativa real era a força superior dessas potências. Às vezes, elas se faziam extremamente explícitas. A mensagem do *Kaiser*, em 1900, instruindo os soldados alemães a irem em auxílio das legações em Pequim, dizia: “Não dêem guarita. Não façam prisioneiros. Lutem de tal forma que daqui a mil anos nenhum chinês ouse sequer olhar de soslaio para um alemão”³⁶. As outras potências se comportaram de maneira parecida sem, entretanto, terem usado tal retórica. Se o governo pela força era a lei utilizada pelos países na China, por que só o Japão não tinha o direito de usufruir dela? O Japão não podia aceitar que a Grande Guerra tivesse posto um ponto final na era do colonialismo. Para ele, estava apenas começando. A China era o destino natural do Japão. Seu banqueiro mais importante, Hirozo Mori, escreveu: “A expansão em direção ao continente é o destino do povo japonês, decretado pelos céus, fato que nem o mundo nem nós, os japoneses, podemos impedir ou alterar”³⁷.

Mas havia outra razão para atacar a China, e que se prendia às raízes do impulso dinâmico japonês. “Eles são especialmente sensíveis — escreveu Kurt Singer — ao cheiro da decadência, por melhor disfarçado que esse cheiro esteja; e eles vão golpear qualquer inimigo cuja essência pareça trair a falta de firmeza... Sua presteza, em face de acontecimentos imprevisíveis, em atacar onde quer que o cheiro da decomposição apareça torna-os dignos sucessores dos hunos, ávaros, mongóis e outros *flagelos de Deus*”³⁸. Esse instinto, semelhante ao do tubarão ao abocanhar feridos, mostrou-se efetivo no ataque à Rússia czarista e seria a fonte de sua jogada extraordinária para a supremacia da Ásia e do Pacífico em 1941. Agora, nos anos 20, tal instinto os levaria irresistivelmente à China, onde exalava um odor inconfundível de gangrena social nacional.

A situação difícil da China resultava de uma crença otimista comum aos intelectuais de esquerda, segundo a qual as revoluções resolvem mais os problemas do que os criam. No século XIX, as grandes potências tentaram invadir e modernizar a China; ou, como pensaram os chineses, saqueá-la. Eles haviam imposto “tratados injustos” que a dinastia Manchu teve de aceitar por falta de alternativa. O sistema imperial de governo, que havia durado três milênios, podia ser analisado de duas maneiras. Representava o princípio da unidade — não facilmente substituível em um país tão grande com pequenos focos de unidades naturais —, já que seus povos falavam línguas diferentes (embora, graças ao serviço civil imperial, homens escolarizados possuísem os mesmos ideogramas escritos). O sistema também podia ser visto como o princípio da fraqueza que tornara a penetração estrangeira possível. Incapaz de se reformular ou de se modernizar, permitiu que acontecesse o que os governantes japoneses tinham evitado com tanto sucesso. Se a China não podia ter uma revolução de cima, então que a tivesse de baixo.

Essa era a opinião dos intelectuais radicais, cujo líder era Sun Yat-sen, educado no Ocidente. Como Lênin, ele tinha passado grande parte de sua vida no exílio. Em 1896, fora raptado pelo corpo de funcionários da Missão Diplomática da China Imperial em Londres. Eles planejavam embarcá-lo de volta como um demente, num vapor especialmente fretado para a ocasião, para que, uma vez em Pequim, ele fosse torturado até morrer, castigo tradicionalmente reservado aos que tramassem contra o Trono do Dragão. Entretanto, de sua cela, situada no último andar do edifício onde se instalara a Missão, na esquina de Portland Place e Weymouth Street, Sun conseguiu atirar mensagens em pedaços de papel que levavam moedas como peso. Uma delas foi recolhida por um porteiro negro, que a levou à polícia. O primeiro-ministro, *lord* Salisbury, conseguiu libertar Sun³⁹, que teria eventualmente voltado para a China. No exato momento em que Lênin promovia sua teoria de “elite de vanguarda” para justificar o fato de intelectuais da classe média estarem levando um imenso proletariado inexistente à revolução, e em que mentores de Mussolini estavam testando “sindicalismos revolucionários”, Sun fundava uma sociedade secreta, a Hsing Chung Hui. Esta se baseava, em parte, em modelos europeus e, em parte, em modelos japoneses, e seu objetivo, como o de Lênin, era o de destronar a autocracia imperial pela força. Aproveitou-se da fome e dos fracassos das colheitas de arroz, do assassinato de funcionários provinciais, de cidades ocasionalmente capturadas, ou se engajou em revoltas mais generalizadas em 1904 e 1906. A oportunidade que faltava a esta sociedade chegou quando a morte da imperatriz viúva, Tzu Hsi, em 1908, elevou ao trono uma criança de dois anos de idade, Pu Yi. Uma assembléia nacional foi convocada. Havia a possibilidade de se instituir uma monarquia constitucional, baseada no princípio democrático, embora conservando o princípio unificador da monarquia e podando os abusos desta. Mas o Dr. Sun não queria saber disso. No dia 29 de dezembro de 1911, seis semanas depois que a última das dinastias da China, a Manchu, abdicou, ele criou a república em Nanquim, nomeando a si mesmo presidente.

Desta forma foi destruído o princípio da legitimidade, ficando em seu lugar um vácuo que só poderia ser preenchido pela força. Esse fato foi percebido em 1910 por um jovem camponês, de 17 anos de idade, Mao Tse-Tung, ao ouvir na sua aldeia, Hunan, as notícias da morte da imperatriz, dois anos após a sua ocorrência. Quando a revolução começou, Mao se livrou do seu rabinó e entrou para o exército, descobrindo que, na China, era necessário ter-se um exército para se conseguir alguma

coisa, fato de que ele nunca se esqueceu⁴⁰. O sábio Dr. Sun, ao chegar à mesma conclusão bem depois, entregou a presidência ao último comandante das tropas imperiais, general Yuan Shih-kai. O general Yuan certamente quase se teria feito imperador, fundando uma nova dinastia — como muitos chineses decididos o fizeram no passado. Mas ele morreu em 1916. A causa da monarquia perdeu-se e a China embarcou no que Charles de Gaulle chamou de *les délices de l'anarchie*.

O propósito da derrubada da monarquia estava na restauração das possessões da China de acordo com as fronteiras de 1840, na unificação do país e no ato de se coibir a presença dos estrangeiros. O que aconteceu foi o oposto. Na Mongólia Exterior, o Hutuktu de Urga⁴¹ se declarou independente e fez um tratado secreto com a Rússia (1912), um alinhamento nunca mais desfeito. Em 1916, outras cinco províncias optaram por um governo próprio. O Japão invadiu a Manchúria, o Norte e muitas áreas costeiras. As outras grandes potências estabeleceram suas “esferas de influência” em reuniões das quais a China era excluída. A única fonte segura de receita que possuía o governo da República Chinesa (quando teve alguma) foi a que restou da antiga Alfândega Marítima Imperial, criada pelo irlandês *sir* Robert Hart e operada por europeus, principalmente do Reino Unido, que controlava a costa e os rios navegáveis, conservava as bóias, os faróis, as cartas marítimas e recolhia os impostos. O resto do sistema fiscal do governo se dissolveu num emaranhado de corrupção. Como não havia dinheiro, não podia haver um exército central.

A destruição da monarquia aplicou um golpe fatal na velha aristocracia rural chinesa. Esta perdeu seus privilégios legais e imediatamente tentou erigir um sistema de feudalismo espúrio (como no Japão) para restaurá-los de fato. Até então, suas facções e clãs tinham agido de acordo com as leis da corte. Sem a corte, não havia coisa alguma. A cosmologia tradicional tinha desaparecido junto com o trono, como também a religião, já que o confucionismo girava em torno da monarquia. Um culto privativo como o taoísmo não era substituto para um credo de princípios morais públicos. Alguns se refugiaram no budismo, outros no cristianismo. Mas a maioria da pequena nobreza se alinhou com qualquer fonte local de autoridade militar que pudesse encontrar, tornando-se assim sua cliente, junto com seus dependentes. Confrontados com o estado de dissolução, descrito tão pitorescamente por Hobbes, os membros dessa aristocracia escolheram o Leviatã, sob a forma de um general. No entanto, não havia somente um monstro, mas muitos. Até 1920, quatro principais comandantes militares governavam e mantinham o controle de tudo. A China iniciava um período de existência terrível, que faz lembrar o da Guerra dos Trinta Anos na Europa⁴².

O Dr. Sun, um aprendiz de feiticeiro, conseguiu reeleger-se presidente e, em 1921, ser transformado em generalíssimo. Mas não tinha exército e nem dinheiro para formar um. Escreveu livros: *San-min chu-i* (Os três princípios do povo) e *Chien-kuo fang-lueh* (Planos para a construção do reino). Tudo era muito fácil no papel. Primeiro, viria a fase de luta contra o antigo sistema; depois, a fase educacional; finalmente, uma fase de autêntico governo democrático. Transformou a sua organização revolucionária num Kuonmintang (KMT) ou Partido do Povo. Esta se baseava nos chamados três princípios: liberdade nacional, governo democrático, economia socialista. Na condição de mestre-escola, Sun costumava desenhar um grande círculo no quadro-negro com círculos menores por dentro: conservadorismo, liberalismo, socialismo e comunismo — o KMT extraiu o melhor de cada, combinando-os. A realidade era bem diferente. O Dr. Sun reconheceu: “Países bem organizados contam

os votos que saem das urnas. Países mal organizados contam cadáveres nos campos de batalha". A seu guarda-costas principal, o famoso canadense judeu apelidado Cohen "Duas Pistolas", ele confessou que seu verdadeiro objetivo político era modesto: "Quero uma China onde não haja necessidade de fechar o portão à noite"⁴³.

Dentro das circunstâncias, esse propósito era muito ambicioso. Portões continuavam essenciais; como também os seguranças. Entrincheirado em Cantão, o Dr. Sun requisitou seiscentos homens para protegê-lo. Às vezes nem sequer podia pagá-los. Então acontecia que eles se amotinavam e davam uma batida no Tesouro para ver o que podiam encontrar. Quando Sun e outros líderes civis se locomoviam, faziam-no em grandes automóveis *Packards* americanos, com seguranças parrudos e armados, pendurados nos estribos. Algumas vezes, Sun era forçado a se esconder sob estranhos disfarces. Houve uma vez em que fugiu para Hong-Kong numa canhoneira britânica. Ele adoraria ter tido a ajuda da Inglaterra enquanto potência protetora — e dane-se a independência da China —, mas *lord* Curzon vetou. Sun, então, virou-se para a América e insistiu junto a Jacob Gould Schurman, o ministro americano em Cantão, numa intervenção americana de cinco anos, com poder para ocupar todos os entroncamentos ferroviários e as capitais das províncias, com autoridade sobre o exército, a polícia, o saneamento, o controle das enchentes e o direito de nomear os principais técnicos administrativos. Mas isso também lhe foi negado em 1923 e novamente em 1925.⁴⁴

Perplexo, Sun se virou para o governo soviético em 1923. Um partido Comunista Chinês tinha sido formado em 1920-21, e uma associação PCC e KMT foi admitida tanto pela China quanto pela URSS. O regime soviético insistiu nessa aliança, e forçou o PCC, no seu terceiro Congresso, a declarar: "O KMT tem que ser a força central da revolução nacional, assumindo a sua liderança"⁴⁵. Portanto Moscou (leia-se Stálin) deu as boas-vindas ao pedido de Sun e em outubro de 1923 enviou-lhe Mikhail Borodin, também conhecido como "Berg" e "Grisenberg", para reorganizar o KMT em bases leninistas de centralismo democrático. Além dele, enviou também o perito militar chamado "Galen", conhecido como "general Blucher", para a criação de um exército. Eles trouxeram muitos "assessores", o primeiro exemplo de uma nova forma soviética de imperialismo político. Galen vendeu rifles soviéticos a Sun ao preço de US\$65 cada, dando o dinheiro a Borodin, que o colocou na organização do PCC. Galen também fundou uma academia militar em Whampoa, cuja direção foi entregue ao ambicioso cunhado de Sun, chamado Chiang Kai-shek, um ex-empregado de escritório encarregado de faturas (eles tinham-se casado com as irmãs do banqueiro de esquerda, T.V. Soong).

O acordo funcionou, mas à sua moda. A academia formou quinhentos oficiais treinados, que Chiang transformou na elite do primeiro exército adequado da KMT. Por sua vez, ele decidiu por conta própria se transformar em general. O problema com os exércitos chineses foi disciplina. Generais, aliás exércitos inteiros, muitas vezes fugiam. Em 1925, promovido a chefe do Estado-Maior do generalíssimo Sun, Chiang emitiu suas primeiras ordens: "Se uma companhia dos meus soldados entrar em ação e depois recuar sem ordens, o comandante do pelotão será fuzilado. Esta decisão também se aplica a batalhões, regimentos, divisões e unidades do exército. No caso de uma retirada geral, se o comandante da unidade do exército mantiver sua posição e, portanto, for morto, todos os comandantes de divisão serão fuzilados". E era assim por diante. Isso foi seguido de cortes marciais pomposas e fuzilamentos em massa⁴⁶.

Em 1924, Sun presidiu o primeiro Congresso do KMT, que emergiu como um partido de massa organizado nas linhas do PC, com mais de seiscientos mil filiados. Mas, ao morrer em março de 1925, Sun lamentava a forma que os militantes do PC estavam usando para assumir o controle e deplorava o fracasso da Grã-Bretanha ou da América em ajudá-lo a salvar a China do comunismo. Nessas circunstâncias, o próprio general do KMT, Chiang, estava destinado a tomar o poder, como o fez. Na ocasião, seguiu-se um daqueles momentos decisivos que, embora muito claros em retrospecto, eram complicados e confusos na época. Como se podia levar adiante a revolução, agora que o Dr. Sun estava morto? O KMT controlava somente a região do Cantão. Os comunistas estavam divididos. Alguns acreditavam que a revolução deveria ser efetuada através da frágil base do inexpressivo proletariado chinês concentrado em Shangai e arredores. Outros, liderados por Li Ta-chao, um bibliotecário da Universidade de Pequim (cujo assistente veio a ser Mao Tse-tung), achavam que a revolução deveria se basear nos camponeses que formavam a massa esmagadora da população chinesa. A doutrina comunista ortodoxa repelia esse parecer. Como disse Ch'en Tu-hsiu, co-fundador do partido chinês, "mais da metade dos camponeses são pequenos burgueses proprietários de terras, e defendem firmemente a idéia da propriedade privada. Como podem aceitar o comunismo?"⁴⁷ Stálin concordava com isso. Os camponeses russos tinham derrotado Lênin, que ainda não se tinha dado por vencido. Ele achava que, nessa situação, o PC chinês não tinha alternativa, a não ser a de respaldar o KMT e trabalhar junto com o nacionalismo chinês.

Nesse imenso caos da China, todos eram oportunistas. Chiang mais do que todos. Na Academia de Whampoa, que tinha como objetivo formar oficiais de alta dedicação, ele trabalhou lado a lado com um comunista jovem, Chou en-Lai, chefe de seu departamento político. Não havia diferença entre a doutrinação política do KMT e do PC. A essa altura, o KMT podia facilmente ter assumido a forma de comunismo nacional que Mao Tse-tung eventualmente desenvolveria. Foi Chiang, não os comunistas, quem primeiro entendeu que o ódio aos estrangeiros e ao imperialismo podia ser combinado com o ódio aos tirânicos militares, para mobilizar as forças das massas camponesas. Mao Tse-tung, que era um membro do *bureau* do KMT, em Shangai, achou essa idéia muito atraente e foi nomeado chefe do Instituto de Treinamento do Movimento Camponês, dando ênfase extraordinária à disciplina militar (128 horas do total de um curso de 380 horas). Suas opiniões e as de Chiang eram muito parecidas nessa época. Em muitos pontos, eles estavam muito mais à vontade no KMT, com sua ênfase no nacionalismo, do que no PCC, com seu dogmatismo dirigido para as cidades. A colaboração de Mao com o KMT durou mais do que a de qualquer outro comunista proeminente, o que quis dizer que, após a sua chegada ao poder, no final da década de 40, ele teve de "perder" um ano de sua vida (1925-26) nas suas biografias oficiais⁴⁸. Um artigo que Mao escreveu, em fevereiro de 1926, e que forma o primeiro item dos Cânones maoístas oficiais, é surpreendentemente parecido com a declaração de Chiang, em Changsha, no mesmo ano: "Só após a derrubada do imperialismo — disse Chiang — pode a China obter liberdade... Se nós quisermos que a nossa revolução tenha êxito, temos de nos juntar à Rússia para derrubar o imperialismo... A revolução chinesa é parte da revolução do mundo"⁴⁹.

A possibilidade de uma união do KMT ao PCC para formar um partido comunista nacional, sob a liderança de Chiang e Mao, foi frustrada pela realidade chinesa. Em 1925-26, Chiang controlava somente uma parte do Sul da China. O

O centro e o Norte estavam nas mãos dos militares. O marechal Sun Chuan-fang controlava Shanghai e governava cinco províncias a partir de Nanquim. Ao norte do Yangtze, o marechal Wu Pei-fu governava Hankow. O general Yen Hsi-shan controlava a província de Shansi. O marechal Chang Tso-lin ocupava Mukden, dominando as três províncias da Manchúria. O marechal Chang Tsung-chang era o militar em Shantung e Chu Yu-pu, na área de Pequim – Tientsin.

No princípio da primavera de 1926, essa disposição foi quebrada, quando o marechal Feng Yu-hsiang, o mais capaz dos comandantes do KMT, fez marchar sua força de trezentos mil homens (conhecida como Kuominchun ou Exército do Povo) por sete mil milhas, cercando a Mongólia pelo sul, depois pelo leste, através de Shensu e Hunan, para atacar Pequim pelo sul. Esse estupendo feito físico e militar (que se tornou o modelo para “a grande marcha” de Mao na década seguinte) tornou possível a Chiang conquistar o norte em 1926-27.⁵⁰ Como resultado, quatro dos principais generais reconheceram a supremacia de Chiang e surgiu a possibilidade de unir a China sob uma república pacífica. A campanha do Norte foi assustadoramente custosa em termos de vidas, especialmente dos camponeses. Não era preferível buscar um acordo através de um compromisso ideológico, mais do que depender de uma lenta carnificina de atrito revolucionário? Nesse caso, em vez de expulsar “os capitalistas estrangeiros”, Chiang deveria buscar a ajuda deles; e ser o cunhado de um banqueiro proeminente era uma vantagem. Mas tal atitude custaria o rompimento com os elementos comunistas dentro do KMT e a demonstração pública de que um Estado de trabalhadores não estava tão próximo assim. E, em abril de 1927, quando ele tomou Shanghai, Chiang virou-se contra os operários organizados que se tinham levantado para apoiá-lo e ordenou às suas tropas que os fuzilassem. A comunidade empresarial de Shanghai aplaudiu esse ato e os bancos levantaram capital para manter o exército do KMT.

Stálin, a esse tempo, resolveu inverter a sua política. Ele se tinha recentemente desvencilhado de Trotsky e, seguindo seus hábitos costumeiros, adotou a política de seus opositores derrotados. Ordenou ao Partido Comunista Chinês que rompesse com o KMT e tomasse o poder pela força. Foi a única vez que Stálin seguiu a linha revolucionária de Trotsky e foi um desastre⁵¹. Os quadros comunistas se levantaram em Cantão, mas os cidadãos não os acompanhariam; na luta que se seguiu, várias pessoas foram massacradas e um terço da cidade foi destruído pelo fogo. O KMT atacou com toda a força em 14 de dezembro de 1927, os comunistas se dispersaram e foram perseguidos brutalmente nas ruas pelos próprios cantoneses. A maior parte dos funcionários do consulado soviético foi assassinada. Borodin voltou desgostoso para Moscou e contou a Stálin: “A próxima vez em que os chineses gritarem ‘Salve a Revolução Internacional!’, pode enviar a OGPU”⁵². Stálin nada disse; no devido tempo mandou executar Borodin⁵³.

Assim, Chiang e Mao tomaram caminhos diferentes. Chiang se tornou o chefe militar supremo; o KMT foi reorganizado como um partido militar, contando entre seus membros (em 1929) 172.796 oficiais e homens de várias unidades, 201.321 civis e 47.906 “chineses de além-mar”, que forneciam grande parte do dinheiro a alguns de seus piores gângsteres. À medida que o partido ganhava terreno entre a comunidade empresarial e interesses estrangeiros, perdia entre os camponeses. A viúva do Dr. Sun deixou o KMT, exilou-se na Europa e acusou os sucessores de seu marido de “haver organizado o KMT como instrumento para os ricos se tornarem mais ricos e chupar o sangue de milhões de chineses famintos... Os militaristas e os oficiais, que

ha poucos anos atrás eram pobres, estão de repente ostentando limusines de alta qualidade e comprando mansões nos bairros dos estrangeiros para as suas recentes concumbinas”. Chiang era um exemplo disso. Em junho de 1929, um correspondente do *New York Times* registrou que ele pagara uma conta de hotel em Pequim de US\$17.000 para sua mulher, guarda-costas e secretários, por uma estada de 15 dias, e ainda dera mais US\$1.500 de gorjeta e US\$1.000 de suborno à polícia local⁵⁴.

A moral que Mao tirou da mudança de política de Chiang foi prática e não ideológica. Para impressionar politicamente a China, um homem teria de apresentar um exército. Ele teria que se tornar um chefe militar por conta própria. Mao era extremamente qualificado para essa atividade. Ele tinha 34 anos em 1927; era alto, de complexão vigorosa, o filho de um camponês cruel e autoritário que lutou e trabalhou até chegar a ser um fazendeiro e um comerciante de grãos bastante próspero, em resumo — um verdadeiro *kulak*. Um contemporâneo de Mao, no Colégio Tungshan, descreveu-o como “arrogante, brutal e obstinado”⁵⁵. Ele não era um revolucionário do tipo religioso e milenário, como o era Lênin, mas um romântico apaixonado e arrebatado, com gosto pelo drama cruel e violento; um artista sofrível, moldado da mesma forma que Hitler e igualmente impaciente. Como Hitler, era primeiro e antes de mais nada um nacionalista, que acreditava na cultura nacional. Do filósofo Yen Fu, tirou a idéia de que o “culturalismo”, a busca da “maneira chinesa”, era o meio de mobilizar seu povo numa força irresistível⁵⁶. Ele leu e usou o marxismo-leninismo, mas sua crença fundamental estava mais perto do axioma de seu professor de ética em Pequim, Yan Chang-chi, cuja filha se tornou a sua primeira mulher: “Cada país tem o seu espírito nacional próprio, assim como cada pessoa tem a sua própria personalidade... Um país é um todo orgânico, assim como o corpo humano é um todo orgânico. Não é como uma máquina que pode ser desmontada e de novo montada. Se você desmontá-lo, ele morre”⁵⁷.

Para Mao, assumir uma forma de patriotismo radical era fundamental. Nunca teve que fazer a passagem do internacionalismo para o nacionalismo, como ocorreu com Mussolini, em 1914: ele era um nacionalista *ab initio* como Atatürk. E seu nacionalismo cultural não surgiu de uma sensação de opressão, e sim de uma conscientização ultrajada da sua superioridade desrespeitada. Como podia a China, a mãe da cultura, ser tratada pelos novos-ricos europeus como uma criança caprichosa — uma metáfora frequentemente usada pela imprensa ocidental dos anos 20. Assim, a *Far Eastern Review*, comentando em 1923 sobre as tentativas de se tributar na China o monopólio do tabaco anglo-americano, declarou: “A solução do problema, claro, é uma ação articulada das potências para esclarecer a esses jovens políticos que artimanhas nunca conseguiram nada para um país, que mais cedo ou mais tarde as potências ficam cansadas dessas diabruras e desses truques infantis, colocam a casa em ordem e dão uma surra nessa criança”⁵⁸. Em 1924, Mao levou um amigo chinês, recém-chegado da Europa, para ver o vergonhoso aviso no parque de Shangai: “Chineses e cachorros proibidos”. Ele interrompeu um jogo de futebol (contra o time de Yale) com um *slogan* característico: “Derrotem os capachos dos estrangeiros!”, e usando também uma metáfora peculiar disse: “Se um dos nossos senhores estrangeiros peidar, o perfume é uma delícia!” “Será que os chineses só aprenderam a odiar os japoneses e não aprenderam a odiar à Inglaterra?”⁵⁹

Mao não se abatia com a dificuldade de transformar a China, um paquiderme prostrado e impotente, em um fulgurante dragão outra vez. Esse homem seguro, grande, com orelhas achatadas e o rosto largo e pálido — “um típico chinês grandão”,

como diriam os birmaneses; ou “um elefante marinho”, como diriam os tailandeses era um otimista incurável que perscrutava o mistério da China em busca de sinais favoráveis. Dr. Sun achava que a China estava numa posição muito pior do que a de uma colônia comum: “Nós estamos sendo esmagados pela força econômica das potências numa proporção maior do que se fôssemos declaradamente uma colônia. A China não é uma colônia de um país, mas de todos, e nós não somos escravos de um país, mas de todos. Acho que deveríamos ser chamados de hipocolônia”. Essa era também a opinião de Stálin⁶⁰. Porém, Mao achava que a multiplicidade de exploradores da China podia ser uma vantagem, já que se poderia jogar uma potência contra a outra; ele não acreditava na teoria leninista do colonialismo. Argumentava que a “desunião entre as potências imperialistas levava à desunião entre os grupos governantes na China”, daí não poder haver “um poder estatal unificado”⁶¹.

Mas essa análise não passaria de palavras ao vento, se não houvesse um exército. Mao foi receptivo à idéia original de Chiang de que a chave para o sucesso revolucionário estava no fato de se conseguir inflamar os camponeses. Mas os camponeses eram tão impotentes quanto a própria China, pelo menos até que fossem armados e treinados, forjados como uma arma, tal como havia feito Gengis Khan. Não era Gengis um herói legítimo de uma cultura chinesa ressuscitada? Fazia parte do nacionalismo romântico de Mao, tão semelhante ao de Hitler, procurar no passado exemplos, especialmente os que compartilhassem da sua idolatria pela pujança e força física⁶². Mao declarou no seu primeiro artigo: “Nossa nação está carente de força. O espírito militar não tem sido encorajado... Se nossos corpos não estiverem fortes, nós trememos de medo ao ver os soldados inimigos e, então, como poderemos atingir nossos objetivos e nos fazer respeitados?” “O principal objetivo da educação física — acrescentou — é o heroísmo militar.” As virtudes marciais eram completamente fundamentais para o seu socialismo nacional⁶³.

Em setembro de 1927, logo depois da ruptura com o KMT, a liderança comunista ordenou a Mao que organizasse um levante armado entre os camponeses de Hunan. Essa foi a sua oportunidade de se transformar num comandante militar e, rapidamente depois, numa força independente na política chinesa. A revolta em si fracassou, mas Mao preservou o núcleo de uma tropa e a conduziu para as montanhas de Chinghanshan, nas fronteiras de Hunan e Kiangsi. Era uma força pequena, mas suficiente; depois disso, ele nunca mais ficou sem seus próprios soldados. Seu apelo era tosco, mas efetivo, sistematizando a apropriação espontânea de terras que (embora ele talvez não estivesse ciente do fato) havia destruído Kerensky, tornando possível o *putsch* de Lênin. Seu “Regulamento para a repressão de desordeiros locais e a má nobreza rural” e sua “Resolução primeira sobre a questão da terra” condenavam os inimigos tradicionais dos camponeses pobres — “desordeiros locais e má nobreza rural, funcionários corruptos, militaristas e todos os elementos contra-revolucionários nas aldeias”. Ele classificava como “uniformemente contra-revolucionários” todos os grupos que tentassem se opor ao seu exército camponês: “Todos os camponeses de direita e proprietários de pequeno, médio ou grande porte, classificados como “aqueles que possuem acima de 30 *mou* (4 1/2 acres)”. O que acontecia é que ele estava se colocando contra todos os elementos estáveis da sociedade rural, formando um bando de guerreiros que eram o oposto social daqueles comandados pelos militares da nobreza rural e seus “desordeiros locais”.

Não se mostrou mais competente do que Chiang ao apelar para o patriotismo dos camponeses, como mostrariam os arquivos de guerra japoneses mais tarde⁶⁴.

Mas, no início, ele não conseguiu recrutar mais do que mil camponeses pobres. Suplementou essa força com seiscientos bandidos, recrutando-os deliberadamente do lixo de uma sociedade em plena guerra civil, a quem ele chamou de seus “cinco elementos *déclassés*”: desertores, bandidos, assaltantes, mendigos e prostitutas⁶⁵. Como aconteceu com outros comandantes, seu exército flutuava entre menos de três mil a mais de vinte mil homens. E ele era tão cruel ao matar seus inimigos como qualquer outro comandante militar. Em dezembro de 1930, tinha entre dois mil e três mil oficiais e seus soldados atiravam nos que pertencessem à AB (Liga Antibolchevique), uma organização secreta do KMT infiltrada nas forças comunistas. Cinco meses antes, sua mulher e sua irmã mais moça tinham sido executadas pelo KMT e havia outras mortes a serem vingadas — Chiang tinha matado dezenas de milhares de comunistas em 1927-8. Mao, entretanto, nunca hesitou em tomar a iniciativa do uso da força. No final de 1930, ele já tinha montado a sua própria polícia secreta (como seu expurgo revelou) e, quando a necessidade surgiu, ele agiu na mais completa desumanidade e com uma crueldade atroz. A comparação de seu bando selvagem e maltrapilho com a horda de Gengis não era imprópria e, para a maioria daqueles cujos campos esse bando atravessou, Mao deve ter lembrado qualquer outro chefe militar⁶⁶.

Portanto, no final dos anos 20, a China estava entregue a exércitos rivais, motivados por uma variedade de ideologias ou por pura ganância — o que importava isso para as suas vítimas? Depois da campanha de Chiang, no Norte, e a reunião da cúpula militar, em Pequim, em 1928, um dos comandantes do KMT, o marechal Li Tsung-jen, declarou: “Algo de novo aconteceu na China imutável... o nascimento do patriotismo e do espírito público”. Em poucos meses essas palavras se mostraram ilusórias, quando os chefes militares se engalfinharam e se desentenderam com o governo de Nanquim. Todos os partidos acharam conveniente hastear as bandeiras do KMT e do governo, sem prestar muita atenção às aspirações delas. A receita do governo caiu, a dos chefes militares subiu. Com o aumento da destruição das cidades e vilarejos, um número maior de destituídos tornou-se marginal ou serviçal dos militares, grandes ou pequenos, apenas pela comida. Além de meia dúzia de grandes chefes militares, muitos generais de posição inferior controlavam uma única província ou uma dúzia de condados com exércitos que variavam de vinte mil a cem mil homens. O de Mao estava entre os menores. Na Conferência Econômica Nacional, no dia 30 de junho de 1928, o cunhado de Chiang, T.V. Soong, agora já ministro das Finanças, disse que, se em 1911, sob a monarquia, a China tinha um exército de quatrocentos mil homens, mais ou menos sob um único controle, em 1928 ela já tinha 84 exércitos, 18 divisões e 21 brigadas independentes, perfazendo um total superior a dois milhões de homens. A receita total do país, US\$450 milhões, caía para US\$300 milhões depois do pagamento das dívidas. O Exército custava US\$360 milhões por ano. E se os soldados fossem pagos regularmente, US\$642 milhões — daí a inevitabilidade do banditismo. Entretanto, uma conferência sobre desarmamento, ocorrida em janeiro do ano seguinte, planejada para reduzir o número de soldados para 715.000, foi um fracasso completo. Soong declarou na conferência que, no ano anterior, havia sido gasto, só com o exército, o dobro das despesas totais do governo⁶⁷.

Na prática, o angustiado povo da China quase não podia saber a diferença entre bandidos e soldados do governo. O número daqueles que foram mortos ou que morriam de fome ou por falta de abrigo era incalculável. A província de Hu-peí apresentou uma perda real de quatro milhões de pessoas nos anos 1925-30, embora

nao tivesse havido nenhuma epidemia de fome e nem muita emigração. A província mais atingida foi a de Ho-nan em 1929-30, tendo quatrocentos mil bandidos (a maioria soldados não pagos) numa população total de 25 milhões. Durante cinco meses, no inverno de 1929-30, a cidade, um dia próspera, de Yiang, em Ho-nan ocidental, passou 72 vezes pelas mãos de vários exércitos de bandidos. Um relatório oficial do governo sobre a província dizia que só no distrito de Miench'ih mil cidades e vilarejos tinham sido saqueados e dez mil pessoas capturadas como reféns: "Quando eles capturam uma pessoa para resgate, perfuram primeiro suas pernas com um arame grosso e as amarram como peixes pendurados numa linha. Quando voltam para seus covis, os prisioneiros são interrogados e cortados com foices para que revelem onde ocultaram seus bens. Qualquer um que hesite é imediatamente cortado ao meio na altura da cintura, como um aviso aos outros". O relatório dizia que as famílias estavam vendendo seus filhos e os homens suas mulheres. Ou os homens "alugavam" suas mulheres por dois ou três anos, sendo que qualquer criança nascida nesse período era da propriedade do homem que a alugara. "Em muitos casos, somente oito ou dez casas permanecem em pé em cidades que, um ano antes, tinham 400 ou 450 casas"⁶⁸.

Em desespero, os camponeses construíram torres de pedra com seteiras e guarnições de crenas como pontos de observação e refúgio para seres humanos e gado — muito semelhantes às pequenas torres quadradas das fronteiras da Grã-Bretanha no século XV. Mas mesmo essas cidades, fortemente muradas, eram sitiadas e invadidas. Choctow, apenas a trinta milhas de Pequim, foi sitiada por oitenta dias e seus cem mil habitantes morreram de fome; as mães estrangularam seus bebês recém-nascidos e as moças eram vendidas pela irrisória quantia de cinco dólares chineses e enviadas para toda a Ásia no mercado da prostituição. Liyang, no centro da área controlada pelo governo de Nanquim, foi invadida por uma força de três mil bandidos que pilhou três milhões de dólares chineses e incendiou mais de dez milhões em propriedades. Seis cidades importantes na área de Shangai foram tomadas de assalto e saqueadas. Em Nigkang, o juiz supremo foi amarrado pelos pés e pelas mãos e assassinado com água fervendo. Práticas estranhas do passado foram retomadas: "Gaiolas de ignomínia" feitas de bambu eram içadas a vinte pés do chão e penduradas nas muralhas das cidades, os condenados tendo que ficar na ponta dos pés, com suas cabeças entaladas num orifício no topo. Em Fushun, em Shantung, um comandante derrotado recuou para dentro da cidade com 4.500 soldados, levando dez mil reféns com ele. Durante o cerco de 13 dias levado a efeito por unidades da KMT, mais de quatrocentas mulheres e crianças foram atadas a postes em muralhas da cidade, enquanto os defensores atiravam por trás delas.

Mao e outros militares comunistas, que dominavam cerca de trinta milhões de pessoas em cinco províncias em 1929-30, não violentaram, nem saquearam ou suprimiram o jogo, a prostituição e a plantação de papoulas para ópio. Por outro lado, eles maltrataram e assassinaram membros da classe média, destruíram documentos oficiais, títulos e contratos de propriedade, queimaram igrejas, templos e outros lugares de adoração, trucidando padres e missionários. Uma cidade podia cair sucessivamente tanto nas mãos de um bando do PCC ou de bandidos comuns, de um chefe militar independente ou de uma força do governo, cada um extorquindo o que cismasse. Uma petição da província de Szechuan alegava que o general do governo era apenas "o líder dos lobos e dos tigres" e que ele tinha "devastado" a "região inteira", a tal ponto que "por dezenas de li"⁶⁹ para o leste e para o oeste não mais se

ouvia o latido de um cachorro ou o cantar de um galo. As pessoas suspiravam pelo desaparecimento do sol e da lua para que pudessem com eles desaparecer". Da capital da província, Chengtu, os mercadores se lamentavam: "Não temos mais nada a não ser o sebo entre os ossos"⁷⁰.

Em duas décadas, a busca de uma reforma radical pela força provocou a morte de milhões de inocentes e reduziu grandes áreas da China à miséria e ao mesmo tipo de desgoverno que a Alemanha tinha conhecido nas guerras religiosas ou a França, na Guerra dos Cem Anos. Os esforços bem-intencionados do Dr. Sun para criar uma moderna Utopia tinham-se transformado num pesadelo medieval. O problema era que todos acreditavam numa reforma radical. Chiang era por uma reforma radical. Mao era por uma reforma radical. Muitos dos chefes militares independentes eram por uma reforma radical. O marechal Feng era conhecido como "o general cristão". O general Yen Hsi-shan era "o governador modelo". Todos esses nobres cavalheiros protestavam que estavam trabalhando e matando pelo bem da China e do seu povo. A tragédia da China no período interguerra ilustra o princípio segundo o qual, quando a legitimidade cede à força e os absolutos morais ao relativismo, uma grande escuridão baixa e não mais se distinguem os anjos dos demônios.

Os chineses não estavam sozinhos nessa necessidade urgente de reformas radicais. Como já foi dito antes, a gangrena da China atraiu os instintos predatórios dos japoneses. E estes, por sua vez, também eram favoráveis a reformas radicais. Como um jornalista estrangeiro declarou, a Coréia tinha conseguido mais progresso em trinta anos de domínio japonês do que em três mil anos de domínio chinês⁷¹. Porto Artur, os portos de Shantung e outras áreas ocupadas pelo Japão eram paraísos de ordem e prosperidade. Os jovens oficiais da força conhecida como o exército Kwantung assistiam com repugnância e horror ao interminável sofrimento da China. No início de 1928, dois deles, o tenente-coronel Kanji Ishihara e o coronel Seishiro Itagaki, decidiram forçar o seu governo relutante a intervir. Eles ponderavam que, enquanto os capitalistas japoneses e os chefes militares chineses se beneficiavam da presente anarquia, eles nada ofereciam ao povo chinês, que necessitava de ordem, e ao povo japonês, que necessitava de espaço. Itagaki escreveu: "Do ponto de vista do proletariado, que acha necessária uma distribuição justa da riqueza nacional, nenhuma solução básica, que assegure a sobrevivência do povo a longo prazo, pode ser encontrada dentro das fronteiras de um Japão naturalmente pobre". Esse raciocínio era semelhante à exploração soviética no seu império asiático, em nome do proletariado da Grande Rússia. A Manchúria seria libertada dos seus chefes militares feudais e dos capitalistas burgueses e transformada numa colônia proletária do Japão. Mas o instrumento dessa mudança não seria um *putsch* revolucionário, e sim o exército de Kwantung⁷². A 4 de junho de 1928, os dois coronéis deram o primeiro passo para uma ocupação japonesa, ao assassinar o marechal Chang Tso-lin, o principal chefe militar da Manchúria, dinamitando o seu trem particular, mandando-o pelos ares para a eternidade, enquanto dormia. Isso foi o ato inicial do que se tornaria uma grande guerra internacional no Oriente. Curiosamente, nos Estados Unidos, que se tinham automeado protetores da China e admonitores do Japão, esse episódio pouco interesse despertou. O *Philadelphia Record* publicou: "O povo americano não dá a menor importância a quem governa ou não o norte da China"⁷³. A América estava muito ocupada tecendo o seu próprio melodrama.

6

A ÚLTIMA ARCÁDIA

A comentada indiferença da América com relação aos acontecimentos no norte da China era um blefe, uma elaborada autotapeação. Um país que somava 106 “grupos étnicos”, que já era um microcosmo substancial de uma sociedade mundial, não podia estar cego aos grandes acontecimentos, onde quer que eles estivessem¹. A política antijaponesa da América partia de sua ansiedade e ambivalência sobre a sua minoria japonesa, que era apenas um aspecto do grande debate que ocorria a respeito da natureza e propósito da sociedade americana. Quem era um americano? Para que servia a América? Muitos, talvez a maioria dos americanos, achavam e desejavam que o seu país fosse como a última Arcádia, um refúgio quase utópico e inocente das loucuras cumulativas e das maldades de um mundo corrupto além de suas costas banhadas por oceanos. Mas como preservar a Arcádia? Isso, em si, exigia uma política externa global. E como gerar o verdadeiro homem da Arcádia? Já isso exigia uma política racial. E as duas estavam intrinsecamente interligadas.

A idéia de uma fusão de raças na América era tão antiga quanto Hector Crèvecoeur e Thomas Jefferson. Ela foi dramatizada com efeito sensacional na peça de Israel Zangwill, *The meltingpot*, que foi o maior sucesso de Nova Iorque em 1908. A nova indústria cinematográfica, que desde o início foi a síntese do multirracismo, era obcecada por esta idéia, como testemunharam muitos de seus primeiros épicos, tais como *Birth of a Nation* (1915) e *Intolerance* (1916), de D.W. Griffith. Mas qual a proporção dos ingredientes que se poriam na panela? Na época da Grande Guerra, a imigração irrestrita já parecia uma causa perdida. Em 1915, um pastor itinerante georgiano, chamado William Simmons, fundou a Ku Klux Klan, uma organização para controlar minorias que ela identificava com um não-conformismo político e moral. Seus objetivos foram fortemente apoiados pela publicação, no ano seguinte, da apresentação de Madison Grant, num contexto americano, da teoria européia de “raça superior”, *The Passing of the Great Race*. Esse *best-seller* semicientífico defendia a idéia de que a América, através da imigração irrestrita, já tinha quase “conseguido destruir o privilégio de nascimento, isto é, as vantagens morais e intelectuais que um homem de boa cepa traz consigo ao mundo”. O resultado da “mistura de raças” podia ser visto no México, onde “a absorção do sangue dos conquistadores espanhóis originais pela população índia nativa” tinha produzido uma mistura degenerada,

“agora obrigada a demonstrar a sua incapacidade de autogovernar-se”. As virtudes das “raças superiores” eram “altamente instáveis” e desapareciam facilmente “quando misturadas a tipos primitivos ou indefinidos”. Assim, “o cruzamento entre um branco e um negro é um negro” e o “cruzamento entre qualquer das três raças européias e um judeu é um judeu”².

O medo da “degeneração” foi usado por Hiram Wesley Evans, um dentista de Dallas e um dos mais ativos líderes da Klan, para transformá-la num movimento de supremacia da cultura anglo-saxônica, que chegou a ter quatro milhões de filiados no Leste e no Centro-Oeste. Evans, que se dizia “o mais comum dos homens americanos”, confirmou que a Klan falava “pela grande massa de americanos da velha cepa do pioneirismo... e pela chamada raça nórdica que, mesmo com todos os seus defeitos, deu ao mundo quase toda a civilização moderna”³. A hierarquia social racial foi quase universalmente aceita em campanhas políticas, embora com variações significativas, de acordo com o eleitorado local. Assim, o senador Henry Cabot Lodge, na sua intimidade um supremacista anglo-saxão incondicional, sempre usava o eufemismo “pessoas de língua inglesa” quando em campanha. Will Hays, coordenador da campanha de Warren Harding, abrangentemente resumiu a linhagem do candidato como “o melhor do sangue pioneiro anglo-saxão, alemão, escocês-irlandês e holandês”⁴.

A entrada da América na Grande Guerra deu novo ímpeto à xenofobia patriótica que era uma justificativa para várias formas de racismo e uma tendência contra o não-conformismo. Wilson havia temido e vaticinado esse espasmo emocional — muito mais violento e destrutivo do que o macarthismo depois da Segunda Guerra Mundial — mas, mesmo assim, ele assinou a Lei de Espionagem, de 1917, e a Lei de Sedição, de 1918. Essa última Lei punia expressões de opinião que, independentemente de suas prováveis conseqüências, fossem “desleais, profanas, obscenas e ofensivas” ao uniforme, à bandeira e à forma de governo americanos. Sob essa alegação, os americanos foram processados por criticar a Cruz Vermelha, a Associação Cristã de Moços e até o orçamento da União⁵. Dois juízes da Corte Suprema, os meritíssimos Louis Brandeis e Oliver Wendell Holmes, tentaram resistir a essa onda de intolerância. No caso *Schenk x Estados Unidos* (1919), Holmes salientou que a falta de liberdade de expressão só era legal quando as palavras suscitasse “um perigo claro e imediato”; e, discordando de *Abrams x Estados Unidos*, que sustentou a condenação por sedição, ele argumentou que “o melhor teste da verdade é o poder do pensamento fazer-se aceito na concorrência de mercado”, uma reformulação do pensamento de Milton na *Areopagitica*⁶. Mas eram vozes isoladas naqueles tempos. Organizações patrióticas como a Liga de Segurança Nacional e a Federação Civil Nacional continuaram suas atividades para promover a paz. O lema, em 1919, era “americanização”.

Desde o outono de 1919, com Wilson incapacitado, não havia praticamente governo nos Estados Unidos, seja para evitar que o breve *boom* do pós-guerra entrasse em colapso com a recessão dos anos 20, seja para controlar a fúria xenofóbica que foi uma de suas conseqüências. Quem estava no comando era o secretário de Justiça, Mitchell Palmer. Ele havia se tornado extremamente impopular durante a guerra como Fiscal da Propriedade Estrangeira e, na primavera de 1919, esteve próximo de ser assassinado, quando um anarquista explodiu uma bomba em frente à sua casa. Daí por diante, passou a dirigir uma campanha nacional contra os “agitadores e subversivos de origem estrangeira”. No dia 4 de novembro de 1919, ele

apresentou ao Congresso um relatório por ele intitulado "Como o Departamento de Justiça descobriu mais de sessenta mil desses agitadores organizados trotskistas nos Estados Unidos... informação confidencial na qual o governo se baseia para varrer a Nação dessa imundície estrangeira". Ele descreveu Trotsky como "um estrangeiro reles... do tipo mais baixo que se pode encontrar em Nova Iorque, que consegue dormir na cama do czar, enquanto centenas de milhares de pessoas na Rússia não têm comida nem teto". As "línguas afiadas dos cabeças da Revolução — disse ele — estavam lambendo os altares das igrejas, subindo pelos campanários das escolas, alastrando-se pelos recantos dos lares americanos" e "tentando substituir votos sagrados do matrimônio por leis libertinas"⁷. No Ano Novo de 1920, numa série de batidas policiais planejadas, seus agentes do Departamento de Justiça recolheram mais de seis mil estrangeiros, a maioria dos quais foi banida do país. No "Perigo Vermelho" que se seguiu, cinco membros da Assembléia de Nova Iorque foram expulsos, sob a alegação de serem socialistas; um congressista foi posto para fora da Câmara duas vezes, e dois italianos, Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti, anarquistas que tinham escapado ao serviço militar, foram condenados pelo assassinato de um funcionário responsável pelo pagamento dos servidores públicos, em Massachusetts, num caso extremamente preconceituoso que se arrastou até 1927.

Uma consequência permanente foi a Lei da Quota de 1921, que limitava a imigração, em qualquer ano, a 3% do número de cada grupo étnico nos Estados Unidos, de acordo com o censo de 1910. Esse dispositivo, cuja finalidade era congelar a balança racial tanto quanto possível, foi piorado pela Lei Johnson-Reed, de 1924, que limitava qualquer nacionalidade residente nos Estados Unidos à quota de 2% do número existente em 1890. Ela barrava completamente a imigração de japoneses (os canadenses e os mexicanos estavam isentos) e não somente reduzia a quota inicial, mas deliberadamente favorecia a Europa Ocidental e do Norte, às custas da Europa do Sul e do Leste. Com mais um aperto no parafuso, em 1929, baseado na análise racial da população dos Estados Unidos nessa mesma década, a legislação trouxe um fim à imigração em massa para a América. A Arcádia estava repleta, suas pontes suspensas, sua composição agora demarcada e devendo ser assim perpetuada.

Havia muitos que criticavam essa nova xenofobia. No dia 23 de julho, Walter Lippmann escreveu ao seu antigo chefe, o secretário da Guerra, Newton Baker: "...é inacreditável que uma administração que propaga os mais amplos ideais na nossa história tenha feito mais para ameaçar as liberdades fundamentais americanas do que qualquer outro conjunto de homens em cem anos... Instituiu-se um reino de terror, onde o pensamento honesto é impossível, onde a moderação é desaprovada e onde o pânico suplanta a razão"⁸. H.L. Mencken, o publicista de Baltimore (de origem germânica), e que era talvez o mais influente jornalista americano na década de 20, chamou Palmer, no *Baltimore Evening Sun*, a 13 de setembro de 1920, de "talvez o mais importante expoente vivo da crueldade, da desonestidade e da injustiça". Quinze dias depois ele acusou o Departamento de Justiça de manter "um sistema de espionagem sem nenhum precedente na história americana e sequer talvez na história da Rússia, da Áustria e da Itália. Esse sistema tinha como rotina diária acosar pessoas numa violação cínica de seus direitos constitucionais, invadir o santuário do domicílio, fabricar provas contra inocentes, inundar o país com *agents provocateurs*, colocar vizinho contra vizinho, encher a imprensa de mentiras candentes e proteger todas as piores pusilanimidades de caráter malicioso e dissimulado"⁹. O sociólogo Horace Kellen, da *New School for Social Research*, defendia a idéia de que a

"americanização" era apenas um recrudescimento do "Know-Nothingism"¹⁰ dos anos de 1850, uma forma de fundamentalismo protestante do qual foram manifestações a Lei de 1924, "a caça às bruxas feita pelo secretário de Justiça *quaker*, Palmer, a perseguição aos judeus, inspirada no czarismo, feita pelo fabricante de automóveis batista Ford, os malévolos cerimoniais ridículos da Ku Klux Klan, os resmungos raciais do Sr. Madeson Grant", ao lado de inocentes manifestações de patriotismo caseiro, como os romances da Sra Gertrude Atherton e o *Saturday Evening Post*¹¹.

Havia nisso um ponto importante a considerar: a América, quando não mais, era uma civilização religiosa do tipo protestante e a xenofobia de um Palmer tornava-se meramente a expressão distorcida e extremada de tudo o que havia de mais precioso na ética americana. Daí para a frente, os *highbrows* — termo muito mais apropriado do que o francês *intellectuel* ou *intelligentsia*, que foi criado pelo crítico Van Wyck Brooks em 1915 — tinham que encarar o dilema de que, ao atacar a distorção, eles corriam o perigo de destruir a realidade do "americanismo", que emanava da democracia jeffersoniana; e se isso fosse perdido, a cultura americana não seria nada mais que um exílio da Europa. Enquanto Palmer perseguia os estrangeiros, os intelectuais da costa Leste liam *The Education of Henry Adams*, a autobiografia póstuma do arquetípico mandarim de Boston, publicada pela Sociedade Histórica de Massachusetts, em outubro de 1918. Dessa época até a primavera de 1920, foi o livro de não-ficção mais popular da América, expressando à perfeição o clima de desilusão dos eruditos. Era o equivalente americano dos *Eminent Victorians* de Strachey, rejeitando a idéia de uma cultura nacional — em especial a imposta pela repressão brutal — em favor da que Adams chamou de "multiversidade", porém enfatizando de modo pessimista que, na América emergente, os mais bem-educados eram os mais impotentes.

Para falar a verdade, os intelectuais da costa Leste não eram em absoluto impotentes. Nos sessenta anos seguintes eles exerceriam uma influência na política americana (e mundial) fora de qualquer proporção em número e valor. Mas eles eram ambivalentes em relação à América. Na primavera de 1917, Van Wyck Brooks escreveu no *Seven Arts*, um periódico que ajudou a fundar, "Towards a National Culture", no qual argumentava que, até então, a América tinha tirado o "melhor" das outras culturas: agora ela precisava criar a sua própria, através da experiência elementar de viver, a única experiência que poderia produzir a verdadeira cultura. A América, ao vivenciar seus próprios dramas, através do que ele chamou de "a Cultura do Industrialismo", "deixaria de ser um povo cego, egoísta e confuso; nós nos tornaremos um povo luminoso, vivendo na luz e compartilhando de nossa luz"¹². Ele endossou as palavras de seu amigo Randolph Bourne, segundo as quais a teoria do *melting-pot* era infundada, pois transformava os imigrantes em imitações anglo-saxônicas e dizia que a América deveria ter não um nacionalismo europeu acanhado, mas "um ideal mais ousado" do cosmopolitismo, a fim de se tornar "a primeira nação internacional"¹³. Mas o que isso queria dizer? D.W. Lawrence observou corretamente que a América não era, ou ainda não era, "uma pátria consangüínea". Jung, colocando isso de outra maneira, disse que os americanos "ainda não estavam à vontade com o seu inconsciente". Brooks, que se estabeleceu propositalmente em Westport, Connecticut, para encontrar o seu cosmopolitismo americano junto com outros intelectuais dos anos 20, que ele claramente definira como "aqueles que se preocupam mais com o estado de suas mentes do que com o estado de suas fortunas", sentia, apesar de tudo, uma grande atração pela velha cultura. Ele confessou na sua

autobiografia “uma freqüente e profunda saudade do cenário europeu”. Só “uma longa imersão na vida americana”, escreveu ele, “o curaria completamente de algum medo remanescente da expatriação; mas essa ambivalência caracterizou minha perspectiva nos anos 20”¹⁴. Em maio de 1919, sabendo que um amigo, Waldo Frank, planejava estabelecer-se no Centro-Oeste, mandou-lhe uma carta dizendo: “Toda a nossa vontade de viver como escritores chega a nós, ou melhor, permanece conosco, através do nosso relacionamento com a Europa. Nunca acredite nas pessoas que lhe falam sobre o Oeste, Waldo; nunca se esqueça de que somos nós, os nova-iorquinos e os habitantes da Nova Inglaterra, que temos o monopólio de qualquer oxigênio que haja no continente americano”¹⁵.

Essa era um postura arrogante, não sempre declarada, que viria a ecoar pelas décadas do século XX. Mas sem o Centro-Oeste, o que era a América? Apenas uma orla costeira, como tantos dos Estados litorâneos hispânicos da América do Sul. A figura catalizadora do ódio dos intelectuais da costa Leste dos anos 20 era William Jennings Bryan. Tratava-se de um democrata de Illinois, que havia denunciado o poder do dinheiro (“Você vai crucificar a humanidade sobre uma cruz de ouro”), e que se opusera ao imperialismo e renunciara ao cargo de secretário de Estado em 1915, num protesto contra a corrente pró-guerra. Em sua velhice, lutou na retaguarda numa batalha contra a evolução darwiniana no julgamento de Scopes, em 1925. Basicamente, os objetivos de Bryan eram democráticos e progressistas: ele defendeu o sufrágio das mulheres, um imposto de renda federal, um banco central, eleições populares para o Senado, a divulgação das contribuições para as campanhas, a liberdade das Filipinas e uma representação trabalhista no gabinete. Entretanto, seus valores eram populares ou, para usar o novo termo depreciativo, “populistas”; ele falava a língua do antiintelectualismo. Os diários de sua mulher dão um testemunho da amargura do casal pela maneira como o trabalho de Bryan foi desvirtuado ou completamente ignorado pela “imprensa do Leste”¹⁶. No julgamento de Scopes, ele não estava procurando banir o ensino do evolucionismo, mas evitar que as escolas do Estado minassem a crença religiosa: ele dizia que a evolução deveria ser ensinada como teoria e não como fato; pais e contribuintes deveriam ter voz no que acontecia nas escolas e os professores deveriam submeter-se à lei do país. Ele se via como um baluarte da resistência a uma ditadura agressiva por parte da elite escolástica automeada que estava reivindicando o monopólio do autêntico saber¹⁷.

O filósofo John Dewey, enquanto opositor da cruzada antievolução de Bryan, avisou à *intelligentsia* da costa Leste que as forças englobadas pela cruzada “não seriam tão perigosas, não fossem elas vinculadas a tantas coisas necessárias e boas”. Ele temia a idéia de uma fissura, que já podia vislumbrar surgindo entre a liderança da opinião culta da costa Leste e daquilo que uma geração posterior chamaria de “a classe média americana” ou “a maioria silenciosa”. A evolução era um simples exemplo de hábitos antagônicos do pensamento. Num artigo notável, “*The American Intellectual Frontier*”, que publicou em 1922, ele advertia aos leitores do *New Republic* que Bryan não podia ser dispensado como um simples obscurantista, porque ele “é uma figura típica democrática — não havia nenhuma contradição nesta proposição”. Lógico que ele era medíocre, mas, “por sua natureza, a democracia estimulava a mediocridade”. Além disso, ele falava em nome dos elementos mais essenciais e melhores da sociedade americana, aquelas

... classes religiosas praticantes, as que estão sob a influência da cristandade evangélica. Essas pessoas são o arcabouço do interesse social filantrópico, da reforma social pela ação política, do pacifismo, da educação popular. Elas personificam e expressam o espírito da boa vontade em relação às classes que estão em desvantagem econômica e em relação a outros países, especialmente quando esses últimos mostram qualquer inclinação para uma forma republicana de governo. O Centro-Oeste, a região da pradaria, tem sido o celeiro da filantropia ativa social e do progressismo político, por ser a terra essencial desse povo... por acreditar em educação e em melhores oportunidades para seus próprios filhos... Tem sido sensível aos apelos da lisura e oportunidades iguais para todos... O Centro-Oeste ficou ao lado de Lincoln na abolição da escravidão e ao lado de Roosevelt na denúncia de corporações “desonestas” e agregações de riqueza... Ele tem estado no centro em todo o sentido da palavra e em todos os movimentos¹⁸.

Se havia uma cultura americana inata, essa era ela. O cosmopolitismo da costa Leste estava ameaçado de se tornar uma contracultura e envolver a América no mesmo tipo de conflito interno entre “cultura” e “civilização” que estava arrasando a Alemanha de Weimar e abrindo os portões ao totalitarismo. De fato, o conflito já existia, manifestando-se de forma amargurada na questão da Lei Seca. Bryan recebeu uma enorme taça de prata como penhor por seus esforços prodigiosos para assegurar a ratificação da décima oitava emenda da Constituição, a da “Lei Seca Nacional”, que legalizou a Lei Volstead tornando a América seca. A Lei foi implementada no mesmo mês (janeiro de 1920) em que Mitchell Palmer atacou os anarquistas estrangeiros; esses dois acontecimentos estavam estreitamente relacionados. A Lei Seca, com suas implicações repressivas, era parte de uma tentativa de “americanizar” a América: os reformistas proclamavam abertamente que ela era dirigida principalmente aos “notórios hábitos de beber” dos “trabalhadores imigrantes”¹⁹. Tal como o novo sistema de quota, essa era uma tentativa de preservar a Arcádia, de manter puros os arcadianos. A América tinha sido fundada como uma sociedade utópica e habitada pelo que Lincoln havia chamado, meio fervorosamente, meio obliquamente, de “povo quase escolhido”; a décima oitava emenda foi o último esforço sincero para o milenarismo.

Mas, se sincero na intenção, não o foi na prática. Era mais um testemunho da ambivalência da sociedade americana. A América visou aos fins, ao ratificar a décima oitava emenda, mas falhou nos meios, por ser a Lei Volstead um acordo ineficaz. Se ele tivesse estipulado meios implacáveis para o seu cumprimento, nunca se teria tornado lei. O *Bureau* da Lei Seca estava ligado ao Tesouro; os esforços para transferi-lo ao Departamento de Justiça foram em vão. Sucessivos presidentes se recusaram a recomendar as medidas necessárias para assegurar a eficácia da vigência da Lei²⁰. Ademais, a Utopia inerente à Lei Seca, embora com raízes profundas na sociedade americana, chocava-se com o forte princípio americano de liberdade irrestrita de empreendimento, igualmente com raízes profundas. A América era uma das sociedades menos totalitárias da Terra; ela não usava praticamente nenhum aparato para manter as forças do mercado sob controle, quando isso se fazia necessário.

Em vista disso os gângsteres do álcool e seus financiadores podiam sempre dispor de mais recursos físicos e financeiros que a lei. Na verdade, de uma maneira

geral, eram muito mais bem organizados. A Lei Seca ilustrou a lei dos resultados não premeditados. Longe de forçar as minorias estrangeiras à conformidade anglo-saxônica, permitiu que se consolidassem. Em Nova Iorque, a fabricação ilícita e o contrabando de bebidas alcóolicas pertenciam metade aos judeus, um quarto aos italianos, um oitavo aos poloneses e outro oitavo aos irlandeses²¹. Em Chicago, metade era dos italianos, metade dos irlandeses. Os italianos eram especialmente eficientes na distribuição de bebidas alcóolicas de uma maneira barata e ordenada; tiravam a sua experiência organizacional das sociedades secretas napolitanas, sardas e sicilianas, e também do "elitismo de vanguarda" do sindicalismo revolucionário. A Lei Seca ofereceu oportunidades incomparáveis para a subversão da sociedade, especialmente em Chicago, na época da prefeitura corrupta de "Big Bill" Thompson. John Torrio, que comandava o contrabando e a fabricação em larga escala de bebidas alcóolicas em Chicago, em 1920-24, e que voltou para a Itália em 1925 com uma fortuna de trinta milhões de dólares, praticava o princípio do controle total: todos os funcionários públicos eram subornados, nos vários níveis, e todas as eleições eram fraudulentas²². Ele podia entregar uma cerveja de alta qualidade ao preço irrisório de US\$50 o barril, sendo o seu sucesso baseado na substituição da violência pela diplomacia — acordos bem amarrados entre os gângsteres para a designação disciplinada do território²³. Seu lugar-tenente e sucessor, Al Capone, era menos arguto politicamente e, em consequência, menos bem-sucedido. Os especuladores irlandeses, por sua vez, já pensavam a curto prazo e optavam por soluções violentas. Quando isso acontecia, o resultado era a guerra entre as gangues; a população se indignava e as autoridades eram obrigadas a intervir.

De uma maneira geral, entretanto, os contraventores agiam com aprovação pública, pelo menos nas cidades. A maioria dos homens urbanos (não as mulheres) concordava com a opinião de Mencken de que a Lei Seca era obra de "caipiras ignorantes do interior que se ressentiam do fato de terem que se embriagar com álcool bruto de milho, enquanto os espertalhões da cidade tinham o seu bom vinho e uísque". "Havia pouca verdade nisso, filosoficamente falando, a não ser a inveja que o palerma do campo tinha do homem da cidade, o qual se divertia muito mais neste mundo."²⁴ O controle do cumprimento da lei nas cidades era impossível, mesmo com prefeitos reformistas. O general Smedley Butler, do corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, colocado à frente da polícia de Filadélfia durante uma nova administração "impoluta", em 1924, foi obrigado a se demitir em menos de dois anos. O cargo, segundo suas palavras, era "uma perda de tempo". Políticos de ambos os partidos pouco ajudavam as autoridades. Na Convenção Democrática de 1920, em São Francisco, eles despreocupadamente beberam uísque da melhor qualidade, oferecido pelo prefeito, e os republicanos se ressentiram amargamente do fato de, em sua Convenção de Cleveland, em 1924, os agentes da Lei Seca "terem arrochado a cidade", segundo Mencken, "na maior violência". A Lei foi quase sempre desafiada nas grandes áreas. Mencken chegou a acrescentar: "mesmo nas regiões mais remotas, não existe um só lugar onde um homem desejoso de beber álcool não o consiga"²⁵.

O mesmo tipo de impossibilidade de controle do cumprimento da lei se deu na Noruega, que havia proibido bebidas destiladas e vinhos fortes, em outubro de 1919, após um referendo cujo resultado foi favorável num escore de 5 a 3. Mas a Noruega teve o bom senso de descartar a Lei num segundo referendo, em 1926.²⁶ A América manteve a Lei Seca por um período duas vezes mais longo, com resultados muito mais desastrosos. O jornalista Walter Ligget, talvez a maior autoridade no

assunto, testemunhou perante o Comitê Judiciário da Câmara, em fevereiro de 1939, que tinha “um caminhão de detalhes de fatos explícitos” e que havia “muito mais álcool sendo bebido do que nos dias que antecederam a Lei Seca e... ainda por cima sendo consumido em ambientes nocivos”. A capital do país, Washington, tinha trezentos bares licenciados antes da Lei Seca: agora havia setecentos bares clandestinos, supridos por quatro mil fornecedores. Os relatórios policiais mostravam que as prisões por embriaguez se multiplicaram no correr da década. Massachusetts saltou de mil bares licenciados para quatro mil clandestinos, e Boston, por sua vez, para mais de quatro mil: “há pelo menos 15.000 pessoas que não se ocupam de mais nada hoje a não ser abastecer ilegalmente a cidade de Boston de bebidas alcóolicas”. Kansas foi o primeiro estado a se tornar seco. Já estava seco há meio século. Entretanto, “não existe uma única cidade em Kansas onde eu não possa ir sem conseguir um drinque, e da melhor qualidade, dentro dos 15 minutos após a minha chegada”. Tudo isso era possível em função da corrupção total em todos os níveis. Assim, em Detroit, havia vinte mil bares clandestinos. E Walter Ligget continua:

Chamou a minha atenção na cidade de Detroit — e isso aconteceu em novembro passado — uma festa louca que acontecia num restaurante de beira de estrada; uma festa muito louca durante a qual bebidas alcóolicas eram oferecidas por um dos principais jogadores profissionais de Detroit — Denny Murphym, se você quiser saber o nome dele. E havia naquele bacanal... o governador de Michigan, o chefe de Polícia de Detroit, o secretário de Segurança estadual, políticos, homens de sociedade, jogadores, criminosos, contraventores, todos se confraternizando, no mais perfeito clima de igualdade, sob o deus Baco; e eu ainda direi que havia quatro juízes da região de Michigan naquela bebedeira, em que coristas nuas apareceram mais tarde... Pode-se encontrar hoje esse tipo de hipocrisia no país inteiro²⁷.

Como Ligget salientou, o drible da Lei Seca gerou enormes quantidades de dinheiro que foram reinvestidas em outras modalidades de crime, tais como a prostituição e, acima de tudo, a jogatina, as quais, pela primeira vez, foram organizadas em bases sistemáticas quase legítimas. Estudos mais recentes confirmam a sua afirmação de que a Lei Seca provocou uma mudança permanente e qualitativa — como realmente aconteceu — no nível de sofisticação do crime organizado na América. A gerência de imensos comboios de cerveja requeria um alto poder de organização que foi copiado e utilizado em outros lugares. No início dos anos 20, pela primeira vez, os sindicatos de jogo colocavam corretores junto ao telefone para aceitar apostas vindas do país inteiro. Meyer Lansky e Benjamin Siegel adaptaram as técnicas da contravenção de bebidas alcóolicas para organizar imensos impérios nacionais de jogo. A Lei Seca foi “o ponto de partida” para o mundo do crime na América; este obviamente continuou depois de sancionada a vigésima primeira emenda, que terminava com a Lei Seca, e que fora ratificada em dezembro de 1933. Ao longo dos anos 30, o crime organizado amadureceu; assim, a partir de 1944, a pequena cidade de Las Vegas, no deserto, transformou-se na capital mundial do jogo. A Lei Seca, longe de “americanizar” minorias, tendeu a reforçar as características dessas minorias através de padrões específicos de crime entre os italianos, judeus, irlandeses, sem esquecer dos negros. Entre esses últimos, os antilhanos introduziram, desde o início da década de 20, as “loterias” e outros jogos de azar, formando

poderosas cidadelas de crime nos guetos negros de Nova Iorque, Chicago, Filadélfia e Detroit²⁸. A pesquisa feita pela Administração de Assistência ao Controle de Cumprimento da Lei do Departamento de Justiça, na década de 70, mostra que o início da Lei Seca em 1920 foi o primeiro da formação das mais conhecidas famílias imigrantes do crime organizado, as quais continuam a florescer até hoje²⁹.

A verdade é que a Lei Seca era um exemplo de engenharia social desajeitado e frio, projetado para produzir uma homogeneidade legal numa comunidade mista. Claro que isso não implicava a crueldade da engenharia social de Lênin, na Rússia, ou a débil imitação dela por Mussolini, na Itália. Mas, à sua maneira, infligiu os mesmos males à moral social e à coesão civilizada da comunidade. A tragédia está no fato de que se tratava de uma coisa desnecessária. O sistema de mercado empresarial da América, por si só, era um homogeneizador eficiente, reunindo e julgando grupos étnicos e raciais, sem se importar com a cor ou as origens. A maneira como a enorme emigração polonesa e alemã fora absorvida dentro de uma estrutura anglo-saxônica era, por exemplo, surpreendente: o mercado havia se encarregado disso. Mitchell Palmer estava equivocado, quando pensou que os estrangeiros como um todo trouxessem políticas radicais. Ao contrário: eles estavam fugindo dos sistemas opressivos em busca da liberdade. No fundo, sem o saber, votavam por uma economia empresarial.

Enquanto Palmer esperava que a revolução se manifestasse espontaneamente, o radicalismo americano, principalmente do tipo coletivista, atravessava um período de declínio. Na verdade, esse radicalismo nunca fora muito forte. Marx, no fim de sua vida, foi incapaz de explicar por que a América, que se tinha tornado a economia capitalista mais poderosa e inventiva, não produzia as condições para uma revolução do proletariado, que ele dizia ser inevitável no capitalismo amadurecido. Engels procurou enfrentar essa dificuldade, argumentando que o socialismo ali era fraco “porque a América é tão basicamente burguesa, tão sem passado feudal, que se torna conseqüentemente orgulhosa de sua organização puramente burguesa”. Lênin (1908) achava que, nos Estados Unidos, “modelo ideal de nossa civilização burguesa”, o socialismo tinha que conviver com “o mais firmemente estabelecido dos sistemas democráticos, que põe lado a lado o proletariado e tarefas meramente socialistas”. Antonio Gramsci censurava o “americanismo”, que ele definiu como “puro racionalismo, sem nenhum dos valores de classe derivados do feudalismo”. H.G. Wells, em *The Future of America* (1906), atribuiu a ausência de um partido socialista poderoso à ausência simétrica de um partido conservador: “Todos os americanos são, do ponto de vista dos ingleses, liberais de uma maneira ou de outra”³⁰.

Até a década de 20, havia alguma razão para se pensar que uma esquerda americana podia eventualmente vir a exercer um papel significativo na política. Nos anos que antecederam 1914, o Partido Socialista tinha cerca de 125.000 membros, figurando entre eles líderes dos mineiros, operários de cervejaria, carpinteiros e ferreiros. O Partido elegeu mais de mil funcionários públicos, incluindo prefeitos de cidades importantes e dois congressistas. Em 1912, seu candidato, Eugene Debs, obteve 6% do voto popular. Mas daí para a frente o declínio foi ininterrupto. O Partido dos Trabalhadores teve algum sucesso em algumas cidades nos anos 20 e no início dos anos 30. Mas as correntes mais fortes dos partidos socialistas fracassaram. O Partido Socialista sofreu uma derrocada e atribuiu-se tal fato à sua inabilidade em decidir se era um partido político de massa, um grupo de pressão, uma seita

revolucionária ou uma força educacional, tentando ser os quatro ao mesmo tempo³¹. Sua contagem de pontos mais alta foi em 1932, quando Norman Thomas obteve somente 2% do voto presidencial. Por sua vez o Partido Comunista também fracassou ao tentar se tornar uma nova expressão do radicalismo americano; virou apenas um mero apêndice da política soviética³². Seu mais alto escore foi 1.150.000, que ele ajudou a angariar para Henry Wallace, o candidato progressista, em 1948. Durante os trinta anos seguintes, o declínio continuou. Na eleição de 1976, os socialistas e cinco outros partidos radicais apresentaram candidatos; nenhum deles obteve nem cem mil votos de um total de oitenta milhões: todos somados registraram menos de 1% dos votos contabilizados. No início de 1980, os Estados Unidos eram a única nação industrializada democrática em que nenhum socialista independente ou representante de partido trabalhista tivesse sido eleito para qualquer cargo.

A política dos anos 20 adumbrou esse padrão. Enquanto na Grã-Bretanha, Áustria, França, Alemanha, Espanha e nos países escandinavos os partidos sociais democráticos se tornaram os principais partidos de oposição e até formaram ou participaram de governos, nos Estados Unidos a década foi predominantemente republicana. O Partido Republicano era logicamente o partido de Lincoln, que havia libertado os escravos e vencido a Guerra Civil. Os negros que chegavam aos borbotoes às cidades do Norte, durante e depois da Primeira Guerra Mundial, ainda votavam nos republicanos de maneira esmagadora. Havia sido também o partido de Theodore Roosevelt e do empresariado progressista. Mas era ao mesmo tempo um partido defensor do conservadorismo social e da economia de mercado livre. Na década de 20, sua supremacia era avassaladora. Entre 1920 e 1932, os republicanos controlaram a Casa Branca e o Senado por todo o tempo, bem como a Câmara, exceto no período de 1930 a 32.³³ Warren Harding, em 1920, obteve 60,2% dos votos, a maioria popular mais significativa até então alcançada (16.152.000 contra 9.137.000), conquistando a preferência de todos os estados, exceto os do Sul. Os republicanos ganharam a maioria na Câmara por 303 a 131, além de dez cadeiras no Senado, que lhes deram a maioria de 22.³⁴ Em 1924, Calvin Coolidge venceu o seu rival democrata John W. Davis por 15.725.000 votos contra meros 8.386.000. Em 1928, Herbert Hoover ganhou de Al Smith de 21.391.000 votos contra 15.016.000, além de ter tido uma vitória esmagadora no colégio eleitoral de 444 a 87; ele conquistou todos os estados, exceto dois do Norte e cinco do "Sólido Sul". Os socialistas somaram menos de cinquenta mil votos³⁵.

Esses sucessos repetidos indicavam o que Coolidge chamou de "um estado de contentamento raramente visto antes", pois o casamento entre um povo democrático e seu governo e a aceitação do sistema econômico que o partido governante mantinha e sustentava era fato raro de acontecer na história, merecendo uma análise mais acurada. E para se realizar tal análise eficazmente, é necessário fazer-se uma sondagem para além da historiografia convencional do período, especialmente em torno de duas figuras-chave, Harding e Coolidge.

Harding ganhou a eleição no dia do seu quinquagésimo quinto aniversário, que ele celebrou jogando uma partida de golfe. Ele não acreditava que a política fosse muito importante, ou que as pessoas se excitassem com ela ou permitissem que ela penetrasse fundo no cotidiano de suas vidas. Em poucas palavras, ele era o oposto total de Lênin, Mussolini, Hitler e dos políticos social-democratas profissionais da Europa. Ele veio de Ohio, terra natal política dos republicanos, que já havia produzido seis dos dez presidentes desde 1865. Surgira da miséria para criar um jornalzinho

de sucesso numa pequena cidade, o *Marion Star*. Depois, tornou-se diretor de um banco, de uma companhia telefônica, de uma firma madeireira e de uma firma de construção. Era honesto, e personificava o ideal de homem de uma cidadezinha americana do interior: bonito, sempre cordial, amigável e digno. Não se importava em abrir pessoalmente a porta principal da Casa Branca e sempre andava a cavalo aos domingos. Confessou a uma multidão que o aplaudiu em Boston, em maio de 1920: "A América, agora, precisa não de heroísmo, mas de cura, não de remédios, mas de normalidade, não de revolução, mas de restauração... não de cirurgia, mas de serenidade"³⁶. A América, como a Arcádia, era uma realidade para ele, que queria preservá-la de algum modo. Para se eleger, fincou o mastro da bandeira do velho presidente McKinley na frente de sua casa e conduziu sua campanha da "varanda". Muitas pessoas famosas fizeram peregrinação a Marion só para ouvir seus discursos: Al Jolson, Ethel Barrymore, Lilian Gish, Pearl White, entre outros, e ainda seiscentas mil pessoas comuns, milhares delas formadas de negros, o que deu origem ao boato democrata de que Harding tinha sangue negro. Todos gostavam de Harding. A pior coisa que ele tinha era a sua mulher, de rosto anguloso, chamada Flossie, conhecida como "a Duquesa", de quem Harding falava (longe dos ouvidos dela, é claro): "A Sra Harding quer ser o tambor principal de toda banda que passa"³⁷.

Harding acreditava que a incomparável sociedade da América era a criação do voluntarismo e que só o governo podia prejudicá-la. Se ele pudesse instalar um Rotary Club em cada cidade, em cada vilarejo, "poderia descansar em paz, sabendo que seus ideais de liberdade estariam protegidos e que a civilização progrediria". Aliás, essa era uma visão generalizada. "Há apenas uma civilização de primeira classe no mundo: é bem aqui nos Estados Unidos", publicou o *Ladies' Home Journal*. Essa era também a opinião da maioria dos intelectuais americanos, a julgar-se não pelas nacionalizações, que se seguiram aos anos 30, mas pelo que eles realmente escreveram na época. No mesmo mês em que Harding assinou a Lei de Imigração, em 1921, Scott Fitzgerald escrevia de Londres para Edmund Wilson:

Maldita seja a Europa. Só interessa como uma mera casa de antigüidade. Roma está apenas alguns anos atrás de Tiro e da Babilônia. O traço negróide desliza para o Norte e macula a raça nórdica. Os italianos já têm as almas dos norte-africanos. Ergam a barreira da imigração e só permitam que entrem escandinavos, teutões, anglo-saxões e celtas. A França me enojou. Essa postura idiota de se achar a única coisa que o mundo tem a preservar... Eu acredito finalmente no fardo que o homem branco tem que carregar. Nós estamos tão acima dos franceses modernos quanto eles estão acima do negro. Até na arte! A Itália não tem nenhuma... Eles estão acabados. Você deve ter zombado da idéia de Nova Iorque ser a capital da cultura, mas dentro de 25 anos ela será igual a Londres de hoje. A cultura acompanha o dinheiro... Nós seremos os romanos nas próximas gerações, exatamente como os ingleses o são agora³⁸.

Harding acreditava que a supremacia cultural surgiria inevitavelmente, desde que o governo permitisse que as engrenagens da livre iniciativa funcionassem. Em vez de escolher seus companheiros de Ohio (como foi mais tarde asseverado), formou um ministério de homens fortes: Charles Evans Hughes, como secretário de Estado, Andrew Mellon, para o Tesouro, e Hoover, para o Comércio. Entregou rapidamente ao Senado a lista de ministros. Escolheu, para o Departamento do Interior, Albert

Fall, senador pelo Novo México, que ostentava um bigode de pontas viradas e usava uma esvoaçante capa preta e um chapéu de abas largas — nada mais normal! Essa figura era muito popular e seu nome foi imediatamente confirmado por aclamação (a única vez na história da América que um membro do ministério recebeu tal voto de confiança)³⁹. A lista do ministério era um apanhado de americanos bem-sucedidos: um fabricante de carros, dois banqueiros, um administrador de hotel, um editor de um periódico rural, um advogado de causas internacionais, um fazendeiro, um engenheiro e somente dois políticos profissionais.

Harding herdou uma presidência absenteísta e uma das recessões mais agudas da história americana. Em julho de 1921, tudo se havia normalizado e a economia crescia novamente. Harding não fez nada mais do que cortar os gastos do governo, sendo essa a última vez em que uma superpotência industrial tratou de uma recessão pelos clássicos métodos do *laissez-faire*, deixando inclusive que os salários chegassem ao seu nível natural. Benjamin Anderson, do Chase Manhattan, referiu-se a esse fato como sendo “nossa última recuperação espontânea de um índice de pleno emprego”⁴⁰. Mas os cortes eram importantes. Harding pode ser analisado como o único presidente na história americana que realmente provocou cortes maciços nos gastos do governo, economizando quase 40% em relação aos gastos de Wilson no período de paz⁴¹. A adoção dessa linha de governo não se caracterizava como uma atitude impensada. Era parte de um plano ponderado que, na Lei de Orçamento e Contabilidade datada de 1921, incluía a criação de um Setor de Orçamento, para que as sanções ficassem sob vigilância e controle centrais sistemáticos. O primeiro diretor desse Setor, Charles Dawes, comentava, em 1922, que antes de Harding “todos faziam o que lhes desse na telha”; membros do ministério eram “comanches”, o Congresso, “um ninho de covardes”. E aí surgiu Harding, que “pegou um machado e disse que quem não cooperasse teria a cabeça cortada”; o resultado foi “sopa no mel para o contribuinte”⁴².

O regime de Harding era convenientemente liberal. Contra a opinião de seus ministros e de sua mulher, Harding insistiu em liberar, na noite de Natal de 1921, o líder socialista Eugene Debs, que Wilson havia aprisionado: “Quero que ele tenha a ceia de Natal com a sua mulher”. Libertou outros 23 prisioneiros políticos, comutou a pena de morte dos “*Wobblies*” (Operários Industriais do Mundo) e, antes do final de seu mandato, já tinha esvaziado as prisões de condenados políticos⁴³. Conseguiu a confiança da imprensa ao chamar os repórteres pelos seus primeiros nomes. Quando se locomovia, gostava de levar uma grande “família”, muitos convidados à última hora, ocupando totalmente dez vagões de seu trem presidencial. Mascava tabaco em companhia de Thomas Edison, que comentou: “Harding é um bom sujeito. Qualquer homem que masca tabaco é um bom sujeito”. Era também um bom bebedor; convidava freqüentemente as pessoas para um trago no seu quarto, e era sabido que mandava servir uísque na Casa Branca. Duas vezes por semana, convidava seus íntimos para “comida e ação” (“ação” como sinônimo de jogo de pôquer). O secretário de Comércio, Hoover, um pretensioso, era o único que recusava o convite: “Incomoda-me presenciar isso na Casa Branca”⁴⁴.

O instinto de Hoover estava certo: para um presidente, todo cuidado é pouco, como se presenciou em quase todos os mandatos presidenciais desde então. Não há provas de que Harding não tenha sido sempre um homem generoso e insuspeito. A única acusação objetiva de desonestidade levantada contra ele foi com relação à venda do periódico *Marion Star*: alegou-se que foi fraudulenta. Tal acusação, porém,

decisivamente desmentida no tribunal. Os dois homens que compraram o jornal receberam US\$100.000 por perdas e danos. Harding, contudo, cometeu dois enganos de julgamento em seu governo: nomeou o espalhafatoso senador Fall, que se descobriu ser um canalha, e acreditou que o seu coordenador de campanha de Ohio, Henry Daugherty, que ele transformara no secretário de Justiça, iria protegê-lo e preservá-lo dos traficantes de influência que abundavam em seu estado natal. “Conheço de longe os salafrários e quero me postar entre Harding e eles”, disse Daugherty. Ficou provado que isso era uma basófia⁴⁵.

Após esses fatos, uma série de reveses se sucederam rapidamente a partir do início de 1923. Em fevereiro, Harding descobriu que Charles Forbes, diretor do *Bureau* de Veteranos, vinha vendendo suprimentos médicos do governo a preços baixos. Convocou-o, então, à Casa Branca, sacudiu-o como “um cachorro faria com um rato” e gritou: “Seu patife, traidor!”. Forbes fugiu para a Europa e pediu demissão no dia 15 de fevereiro⁴⁶. No dia 4 de março, Albert Fall demitiu-se. Havia ficado claro que ele recebera um total de US\$400.000 em troca de arrendamentos vantajosos dos campos de petróleo do governo em Elk Hills, na Califórnia, e em South Creek (Teapot Dome), no Wyoming. Fall foi finalmente condenado a um ano de prisão em 1929, embora, mais tarde, seus arrendamentos se apresentassem como benéficos para a América, já que incluíam a construção de oleodutos e instalações importantes em Pearl Harbour⁴⁷. Mas isso não estava claro na época e a partida de Fall foi um desastre para Harding, ainda mais porque Charles Cramer, consultor do *Bureau* de Veteranos, suicidou-se poucos dias depois.

Para culminar os fatos, no dia 29 de maio, Harding forçou-se a receber um amigo de Daugherty, Jess Smith, que, junto com outros de Ohio, havia negociado favores do governo no local que veio a ser conhecido como “a casinha verde nº 1625 da rua K”. A “gangue de Ohio”, como logo esse grupo passou a ser chamado, não tinha nada a ver com Harding e nunca ficou provado que sequer Daugherty tenha participado de seus lucros (ele foi inocentado, quando julgado em 1926-27, embora se tenha recusado a depor). Mas, depois que Harding confrontou Smith com seus crimes, em 29 de maio, o infeliz se matou com um tiro no dia seguinte; esse segundo suicídio teve um efeito devastador no estado de ânimo do presidente. De acordo com William Allen White (uma testemunha não muito confiável), Harding lhe teria dito: “Eu posso lidar muito bem com os meus inimigos. Mas são os meus amigos, essas drogas de amigos, White, são eles que me fazem perder o sono”. Com o devido tempo, Harding certamente conseguiria estabilizar a situação e refutar os rumores de culpa por associação — como vários presidentes que o antecederam haviam feito — já que suas mãos estavam limpas até onde as últimas pesquisas históricas conseguiram chegar. Mas, no mês seguinte, ele partiu para uma viagem ao Alasca e à costa Oeste, onde morreu de uma hemorragia cerebral no Palace Hotel de São Francisco, no início de agosto. Sua mulher morreu quase em seguida, em novembro de 1924, após ter destruído (como se acreditava então) todos os documentos de Harding, o que contribuiu para provas conclusivas de culpa secreta⁴⁸.

A falsa historiografia que apresentava Harding e sua administração como a mais corrupta na história da América começou quase que imediatamente com a publicação, no *New Republic*, em 1924, de uma série de artigos pelo editor, Bruce Bliven, violentamente antiempresarial. Isso gerou a base de toda a mitologia da “Gangue de Ohio”, dirigida por Daugherty, que havia deliberadamente recrutado Harding como testa de ferro, já desde 1912, fazendo parte de uma longa conspiração

que visava a entregar o país inteiro a Andrew Mellon e ao mundo dos altos negócios. Daí por diante, Harding foi um prato cheio para os sensacionalistas. Em 1927, Nan Britton, filha de um médico de Marion, publicou *The President's Daughter*, alegando ter tido uma filha de Harding, em 1919. Em 1928, William Allen White repetiu a teoria da conspiração em *Masks in a Pageant* e, novamente dez anos mais tarde, na sua biografia de Coolidge, *A Puritan in Babylon*. E, em 1930, um ex-agente do FBI, Gaston Means, publicou um *best-seller*, *The Strange Death of President Harding*, descrevendo bacanais totalmente imaginários, com a presença de coristas, na casinha da rua K, tendo Harding à frente da “ação”. Igualmente destruidoras foram as memórias da filha de Theodore Roosevelt, Alice Roosevelt Longworth, publicadas em 1933 e intituladas *Crowded Hours*, em que ela apresentava o escritório de Harding, na Casa Branca, como um bar clandestino: “O ar pesado de fumaça, bandejas de garrafas com todas as marcas imagináveis de uísque se espalhavam por toda a sala, cartas e fichas ao alcance da mão — uma atmosfera de coletes desabotoados, pés sobre as mesas e a cuspidreira ao lado... Harding não era um homem ruim, ele era apenas um palerma”⁴⁹. Para coroar tudo isso, surgiu um trabalho de aparente profundidade, feito por um escritor do *New York Sun*, Samuel Hopkins Adams, chamado *Incredible Era: The Life and Times of Warren Gamaliel Harding* (1939) e que reunia todas as invenções e mitos numa sólida ortodoxia. Já nessa época, a idéia de apresentar Harding como um rei criminoso da era do Bezerro de Ouro tinha-se tornado a versão aceita dos fatos, não apenas em livros populares como *Only Yesterday...*, de Frederick Lewis Allen (1931), mas também nos estudos históricos acadêmicos. Quando, em 1964, os documentos de Harding (que não tinham sido queimados) foram mostrados a estudiosos, nenhuma verdade foi encontrada sobre qualquer desses mitos. Embora Harding tivesse surgido como um homem pateticamente tímido com as mulheres, ele teve uma amizade triste e comovente com a mulher de um comerciante de Marion antes de seu mandato presidencial. A imagem babilônica era uma fantasia e Harding tinha sido fundamentalmente um presidente honesto e perspicaz. Mas era tarde demais. Uma pesquisa de opinião do *New York Times*, entre 75 historiadores, em 1962, mostrou que ele foi classificado como “um total fracasso” com “muito pouca divergência”⁵⁰.

A análise de Harding merece um prolongamento, porque, feita em associação com a igual difamação de seu vice-presidente e sucessor, Calvin Coolidge, um homem de temperamento totalmente diferente, chega-se a uma sistemática descrição enganosa de uma política pública por toda uma era. Coolidge era o mais consistente e coerente dos presidentes modernos americanos. Se Harding prezou a América como uma Arcádia, Coolidge era muito mais bem preparado para preservá-la como tal. Ele veio das austeras montanhas de Vermont, de uma família de puritanos originários da Nova Inglaterra, tendo nascido no andar de cima da loja de seu pai. Nenhum homem público trouxe, para os tempos modernos, de uma maneira mais abrangente, os princípios fundamentais do americanismo: trabalho duro, frugalidade, liberdade de consciência, independência da intervenção do Estado, respeito pela cultura séria (ele frequentou Amherst e era muito versado em literatura clássica e estrangeira e também em história). Era arguto, de rosto fino e comprido, “tinha conhecido a vida pelo lado duro” (Alice Longworth), “um nanico arredo, com a voz anasalada... não dava tapinhas nas costas de ninguém, não segurava o ombro de ninguém, não apertava a mão de ninguém” (William Allen White)⁵¹. Casou-se com uma professora chamada Grace, uma linda mulher de cabelos negros e brilhantes, de quem jamais se falou uma palavra contra. Durante o namoro deles, Coolidge traduziu o *Inferno* de Dante para

o inglês, mas, logo depois da cerimônia do casamento, entregou a ela um saco com 22 pares de meia para cerzir. Ele economizava cada tostão. Como vice-presidente de Harding, viveu em quatro aposentos do hotel Willard e, com prazer, aceitou o papel de representante oficial da Administração nos banquetes: "Preciso comer em algum lugar". Dirigiu a Casa Branca nos menores detalhes (mais ou menos como Curzon, só que com mais eficiência), examinando e rubricando todas as contas da casa e imiscuindo-se inclusive nos excessos da cozinha. Aplicava o seu salário e, em 1928, tinha US\$250.000⁵² investidos. Recolhia-se às dez horas da noite. Groucho Marx immortalizou esse fato numa cena de *Animal Crackers*: "Já não passou da sua hora de dormir, Calvin?" Mas era falsa a idéia propagada por Mencken, quando dizia: "Ele dormia mais do que qualquer outro presidente, seja de dia ou de noite. Nero dedilhava a harpa, mas Coolidge só roncava"⁵³. Nenhum presidente teve mais e melhores informações sobre qualquer assunto importante do que ele, e os acontecimentos ou ações de sua equipe nunca o pegaram desprevenido.

Era do interesse de Coolidge levar as pessoas a acreditarem que ele era menos sofisticado e ativo do que realmente o era (uma manobra mais tarde imitada por Dwight Eisenhower). "Um autêntico encarregado de igreja numa paróquia rural "que de repente se encontrou no meio dos grandes negócios"⁵⁴, escreveu Laski. Essa era exatamente a impressão que Coolidge queria passar. Realmente, poucos homens foram tão bem preparados para a presidência, tendo galgado todos os degraus de uma carreira pública: conselheiro paroquial, vereador, prefeito, deputado estadual, senador estadual, presidente do senado estadual, vice-governador, governador, vice-presidente. Em cada estágio, ele insistiu no fato de que o governo deveria fazer o mínimo necessário ("Ele não fez nada", disse o comediante político Will Rogers, "mas isso era exatamente o que o povo queria que fosse feito")⁵⁵. Mas ele também insistia no fato de que, quando agia, era absolutamente decisivo. Construiu a sua reputação nacional em 1919, ao esmagar a greve da polícia de Boston: "Não existe o direito de greve, no que concerne à segurança pública, em hora nenhuma, em lugar nenhum, para ninguém". Foi eleito vice-presidente com o *slogan* "Lei e ordem" e, presidente, com as mensagens "Fique frio com Coolidge"⁵⁶, "Coolidge ou caos" e "O principal negócio do povo americano são os negócios". Fez com que se acreditasse ser basicamente função do governo criar um ambiente propício para que a agricultura, a indústria e o comércio pudessem desfrutar das oportunidades oferecidas por Deus e pela natureza. No clímax de sua campanha para a presidência, em 1924, uma delegação dos empresários mais bem-sucedidos da América, liderados por Henry Ford, Harvey Firestone e Thomas Edison, visitou-o em sua casa. Edison, o inventor mais famoso do mundo, fez as vezes de porta-voz e se dirigiu à multidão do lado de fora: "Os Estados Unidos têm sorte de ter um Calvin Coolidge"⁵⁷. Ele ganhou esta e todas as outras disputas de uma maneira elegante, a maioria das vezes arrasadoramente.

Coolidge refletia o separatismo arcadiano da América durante os anos 20, ao mostrar que, em contraste com o ativismo estridente que se espalhava pela Europa, e levado pela idéia de que o movimento político tinha substituído o fervor religioso como a forma óbvia do valor moral, era ainda possível pôr em prática a arcaica virtude da *stasis*⁵⁸ com sucesso. Coolidge acreditava que toda a atividade — sobretudo a do governo — não imposta pela necessidade premente, provavelmente produziria resultados indesejáveis e certamente imprevisíveis. Seu minimalismo se estendia inclusive ao discurso. Dizia-se que ele e seu pai, o coronel Coolidge, se comunicavam "com

pouco mais do que os uh! uh! dos índios”⁵⁹. Ele adorou o apelido que lhe deram de “Silent Cal”⁶⁰. “Os Coolidges nunca se extravasam”, vangloriava-se ele. Seu conselho como presidente do Senado Estadual de Massachusetts foi: “Seja breve. Acima de tudo, seja breve”. Ao receber a Casa Branca, ele acabou com os escândalos da “Gangue de Ohio”, agindo rapidamente, nomeando um conselho especial e falando o mínimo possível. Na campanha de 1924, afirmou: “Não me lembro de nenhum candidato a presidente que se tenha prejudicado por não falar”⁶¹. “As coisas que eu nunca digo nunca me causam problemas”, comentou. Na sua *Autobiografia*, escreveu que sua regra de vida mais importante “consiste em nunca fazer nada que alguém possa fazer por você”. Nove entre dez visitantes do presidente na Casa Branca, enfatizava ele, “querem alguma coisa que não têm que ter. Se você ficar mudo e estático, eles irão embora em três ou quatro minutos”⁶².

Coolidge foi tão bem-sucedido ao lidar com a imprensa quanto Harding, mas por razões bem diferentes. Ele não só se negava a ter um secretário de imprensa, como se recusava a dar entrevista coletivas; aborrecia-se se um jornalista lhe dirigisse qualquer palavra, mesmo um “bom-dia”. Mas, se perguntas escritas fossem entregues ao seu factótum intimidante, C. Bascom Slemph, ele mesmo escreveria as respostas: curtas, secas, mas informativas e verdadeiras⁶³. A imprensa apreciava a sua confiabilidade, temperada por hábitos excêntricos. Ele costumava fazer com que seu valete passasse brilhantina no seu cabelo e, na Sala Oval, convocava às vezes sua equipe ao som de um sino, que ele logo escondia sob a mesa, observando a perplexidade das pessoas com um curioso distanciamento austero. Os jornalistas também pressentiam que ele seria totalmente incorruptível pelo poder. No dia 2 de agosto de 1927, reuniu trinta deles e lhes disse: “A fila começa à esquerda”; e entregou a cada um pedaço de papel de 2 x 9 polegadas, no qual havia escrito à máquina: “Eu optei por não concorrer à presidência de 1928”. Sua partida definitiva da Casa Branca foi típica. “Talvez uma das realizações mais importantes da minha administração — disse ele de estalo à imprensa — foi cuidar da minha vida”⁶⁴.

Mesmo assim, se Coolidge poupava palavras, o que ele dizia era sempre enérgico e claro, mostrando que refletia profundamente sobre a história e que desenvolvera uma filosofia pública ponderada, embora sombria. Ninguém, no século XX, nem mesmo o seu contemporâneo eloqüente F.E. Smith, conde de Birkenhead, definiu mais elegantemente as limitações de um governo e a necessidade de um esforço individual, que necessariamente implicava em desigualdades, para desenvolver a felicidade humana. “O governo não pode atenuar o trabalho duro”, disse ele ao Senado de Massachusetts, em 1914. “O homem comum deve cuidar de si mesmo. Autogoverno quer dizer auto-sustento... Em última instância, os direitos de propriedade e os direitos individuais são a mesma coisa... A história não mostra nenhum povo civilizado entre o qual não houvesse uma classe altamente educada, além de grandes acumulações de riqueza. Altos lucros querem dizer altos salários. A inspiração sempre veio de cima”⁶⁵. A moralidade política, insistia ele, não deve ser julgada pelas intenções, mas pelos efeitos. “A economia é o idealismo na sua forma mais clássica”, foi a sua frase mestra, pronunciada na cerimônia de posse em 1925. Num discurso à Câmara de Comércio de Nova Iorque, no dia 19 de novembro do mesmo ano, ele apresentou conceitos emitidos de forma lúcida e lapidar, que se constituíram talvez na última declaração clássica da filosofia do *laissez-faire*. Por esse discurso, governo e empresariado deveriam permanecer independentes e separados. Seria até muito desejável que um fosse dirigido de Washington e o outro, de Nova

torque. Homens de sabedoria e prudência devem sempre evitar a usurpação mútua que os insensatos ou gananciosos buscam nos campos opostos. Os negócios simbolizavam a busca do lucro, mas também tinham uma finalidade moral: “O esforço mútuo e organizado da sociedade para servir às exigências econômicas da civilização...” E acrescentava: “Os negócios se apóiam basicamente na lei de serviço. Têm como esteios principais a verdade, a fé e a justiça. E, num sentido mais amplo, são uma das forças que mais contribuem para o desenvolvimento espiritual e moral da raça”. Eis a razão pela qual o governo tinha autoridade para garantir o sucesso dos negócios, provendo condições para a competição, amparadas por uma estrutura sólida. A função do governo era suprimir os privilégios onde quer que se apresentassem e preservar o legítimo direito de propriedade, fornecendo as soluções legais contra todas as injustiças: “O elemento essencial no valor de toda propriedade é a certeza de que o gozo pacífico da mesma será publicamente defendido”. Sem essa defesa pública e legal, “o valor dos vossos altos prédios encolherá até o preço de uma propriedade de frente para o mar na velha Cartago ou terrenos de esquina na antiga Babilônia”. Quanto mais os negócios fossem ajustados, menos o governo precisaria interferir para assegurar a competição. Ele poderia então se concentrar na sua dupla tarefa de economizar e de melhorar a estrutura nacional, a fim de que os negócios pudessem aumentar os lucros e os investimentos, elevar os salários e fornecer bens e serviços melhores aos preços mais baixos possíveis⁶⁶.

Essa filosofia da coisa pública parecia possuir um grau de concordância com os fatos reais da vida, grau esse raro ao longo da experiência de vida humana. No governo de Harding e, mais ainda, no de Coolidge, os Estados Unidos gozaram de uma ampla prosperidade, historicamente ímpar em qualquer sociedade. Quando a década terminou e a prosperidade, pelo menos naquele momento, se eclipsou, os escritores e intelectuais fizeram uma análise retrospectiva dessa década, considerando-a como brutalmente materialista, febril, filistina. Consideraram-na também sem substância, efêmera, portanto não merecedora de ser qualificada como de sólidas conquistas humanas. As imagens usadas pelos intelectuais nesse julgamento eram bíblicas: as de um grotesco banquete de Belshazzar antes da catástrofe. “A Nova Geração amadureceu — escreveu Scott Fitzgerald em 1931 — e encontrou todos os deuses mortos, todas as guerras levadas a cabo, todas as crenças no homem desequilibradas; tudo o que se sabia era que a América estava tendo a sua maior e mais espalhafatosa farra na história”⁶⁷. Edmundo Wilson via os anos 20 como uma aberração na seriedade fundamental da consciência americana: “Os arrebatamentos dos anos 20 tinham um clima de uma orgia de bêbados”⁶⁸. No *The Epic of America*, publicado em 1931, James Truslow Adams resumiu: abrindo mão do idealismo, em troca da prosperidade, os “homens práticos nos arruinaram tanto no idealismo como na prosperidade”⁶⁹. Havia de fato alguns intelectuais que achavam que a tentativa global de estender a prosperidade tinha sido mal concebida e resultaria em destruição. Michael Rostovtzeff, na época terminando a sua monumental história da economia da Antigüidade, perguntava: “Será possível fazer uma civilização adiantada chegar até as classes mais baixas sem que seus padrões diminuam e se dilua a sua qualidade a ponto de fazê-la desaparecer? Não estará toda a civilização destinada a sofrer um declínio assim que começar a atingir as massas?”⁷⁰

Mas essa visão de que os anos 20 eram uma farra destrutiva dos valores civilizados só pode ser comprovada pela distorção sistemática ou a negação da documentação histórica. A prosperidade era um fato comum e muito concreto. Claro

que não era universal; apresentava-se desigualmente na comunidade rural e excluía certas comunidades industriais mais antigas, tais como o comércio têxtil da Nova Inglaterra⁷¹. Entretanto, distribuía-se mais amplamente do que havia sido possível anteriormente em qualquer comunidade dessa envergadura e implicava na aquisição, a preço altíssimo, dos elementos geradores da segurança econômica, que até então tinham sido negados a esses consumidores ao longo de toda a história. O crescimento dessa prosperidade foi espetacular. Tomando-se o índice 100 em 1933-38, em 1921 já foi de 58, e chegou a 110, em 1929. Isso significava um aumento da renda nacional de US\$59,4 para US\$87,2 bilhões em oito anos, com uma renda *per capita* real subindo de US\$522 até atingir US\$716: nenhum luxo babilônico, mas um conforto modesto nunca possível até então⁷². Essa expansão se expressou não apenas em gastos e créditos. Pela primeira vez, milhões de trabalhadores conseguiram seguro (apólices de seguro de vida e seguro industrial ultrapassaram a marca de cem milhões nos anos 20), poupança, que quaduplicou durante a década, e uma participação na indústria. Fazendo-se uma análise das pessoas que compraram ações num total de cinquenta ou mais nas grandes ofertas públicas de ações de importantes companhias de utilidade pública na década de 20, verifica-se que os maiores grupos eram (em ordem): empregados domésticos, escreventes, operários, pequenos comerciantes, motoristas em geral, eletricitas, mecânicos, mestres-de-obras⁷³. Os anos 20 também se caracterizaram pelo maior e mais longo *boom* da construção civil: já no início de 1924, cerca de 11 milhões de famílias já tinham conseguido comprar as suas casas próprias.

O centro do *boom* consumista estava no transporte individual, que, num país tão grande, onde algumas das novas cidades já tinham um diâmetro de trinta milhas, não era considerado um luxo. No princípio de 1914, já tinham sido registrados nos Estados Unidos 1.258.062 carros, dentro de uma produção nacional de 569.054 por ano. A produção subiu para 5.561.715 em 1929, quando o registro de carros totalizava 26.501.443, cinco sextos da produção mundial e o equivalente a um carro por cada cinco pessoas no país. Isso dá uma idéia do domínio industrial global da América. Em 1924, os quatro líderes europeus produtores de carro só fabricaram 11% dos veículos manufaturados nos Estados Unidos. Mesmo no final da década, os registros europeus atingiram só 20% do nível dos Estados Unidos, com uma simples produção de 13%.⁷⁴ Tais números significavam que a classe operária como um todo estava adquirindo a liberdade individual de movimentar-se à média e à longa distância, o que, até então, estava restrito a uma fatia da classe média. Enquanto isso, embora os transportes rodoviários estivessem em declínio (os números caíram de 1.269 milhões, em 1920, para 786 milhões, em 1929), a classe média estava mudando para o transporte aéreo: o número de passageiros aéreos subiu de 49.713, em 1928, para 417.505, em 1930 (em 1940 os números eram 3.185.278, chegando a quase oito milhões em 1945)⁷⁵. O que a década de 20 demonstrou foi a relativa velocidade com que a produtividade industrial podia transformar o luxo em necessidade e espalhá-lo pela pirâmide de classes.

E assim, numa proporção crescente, dissolviam-se classes e outras barreiras. Logo depois dos carros, foi a nova indústria elétrica que abasteceu a prosperidade dos anos 20. Gastos com rádios subiram dos meros US\$10.648.000, em 1920, para US\$411.637.000, em 1929, e produtos elétricos triplicaram na década para US\$2,4 bilhões⁷⁶. Primeiro foi a audiência maciça de rádio, comprovada pelo novo fenômeno de “correspondência de fãs”. No outono de 1923, logo depois, deu-se o comparecimento regular, especialmente dos jovens, aos cinemas (a partir de 1927 ao cinema

lulado), provocando a americanização das comunidades imigrantes. Com isso surgiu uma nova igualdade na maneira de vestir, de falar e de agir, que a política de governo de Wilson jamais conseguiu e da qual a política de Harding e Coolidge abriu mão sensatamente. Sinclair Lewis, revisitando *Main Street*⁷⁷ para o *Nation*, em 1924, descreveu duas garotas do interior, da classe média, usando “saías bem cortadas, meias de seda, sapatos que não podiam ser comprados em lugar nenhum da Europa, blusas elegantes, cabelos curtos, chapéus de palha encantadores e expressões facilmente cínicas que aterrorizavam um homem tímido”. Uma delas oferecia haxixe. “Os pais de ambas eram da Boêmia, velhos antiquados, caras durões com costeletas, que não conseguiam falar inglês melhor do que um rato almiscarado. Entretanto, em apenas uma geração, eis aqui seus rebentos: verdadeiras rainhas”⁷⁸.

Os jovens se identificavam com os astros do cinema. Para eles o cinema era uma fonte de liberação: os filhos libertando-se dos pais, as mulheres, dos maridos. Uma pesquisa de mercado sobre o cinema citou uma jovem de 17 anos que dizia: “O cinema foi uma dádiva de Deus e, para expressar meus sentimentos, que ele viva para todo o sempre e fique para todo o sempre na terra dos liberados e dos bravos”. Outra: “Eu comecei a fumar depois de ver Dolores Costello”⁷⁹. Fumar era visto então como uma atitude progressista e liberada, saudável especialmente para as mulheres. “Pegue um Lucky em vez de um doce”, “emagreça de uma maneira sensata”. A propaganda também foi uma janela para a liberação, principalmente para as mulheres de famílias emigrantes. Ela lhes ensinava as possibilidades de vida. A década de 20 na América marcou mais conquistas para as mulheres do que qualquer outra década, antes ou depois. Em 1930 havia 10.546.000 mulheres “muito bem empregadas”, trabalhando fora. O maior número, como sempre, encontrava-se no serviço doméstico ou pessoal (3.483.000), mas já havia agora perto de dois milhões em serviços de escritório, 1.860.000 nas fábricas e, mais estimulante do que tudo, 1.226.000 em variadas profissões⁸⁰. Igualmente significativas, e culturalmente mais importantes, eram as donas-de-casa liberadas, as chamadas *Blondies*, para quem os eletro-domésticos, carros e altos salários dos maridos trouxeram, pela primeira vez, a boa vida. Escrevendo em “The New Status of Women”, em 1931, Mary Rosso resumiu as *Blondies* como “elevadas... acima da necessidade de trabalho remunerado”:

Elas criam seus filhos — um, dois, às vezes três ou quatro — com um cuidado não conhecido em qualquer geração passada. São elas que fundaram o grande movimento de cultura de clube... elas que gastam a maior parte da renda americana, sustentam a indústria cinematográfica, compram e fazem empréstimo de romances, mantêm a moda e a indústria de cosméticos, mantêm o bridge, as viagens e os cuidados médicos em altos níveis de atividades e concorrem para aumentar o padrão de uma família com dois carros. Muitas coisas interessantes surgiram dessa súbita explosão do lazer feminino, como, por exemplo, grande parte das bases da filantropia americana⁸¹.

O advento da riqueza familiar foi um fator de declínio da política radical e de sua base sindical. Uma pesquisa feita em 1929 citou um organizador sindical: “O carro Ford prejudicou enormemente os sindicatos aqui ou em qualquer outro lugar. Enquanto os homens tiverem dinheiro suficiente para comprar um Ford de segunda mão, pneus e gasolina, eles estarão rodando por aí, não ligando a mínima para as reuniões sindicais”⁸². Em 1915, 1921 e 1922 os sindicatos perderam três ações vitais

no Supremo Tribunal e suas greves de 1919 foram fracassos estrondosos. A filiação à Federação Americana do Trabalho caiu de 4.078.740 em 1920 para 2.532.261 em 1932. “O capitalismo do bem-estar social” fornecia locais para esporte, férias pagas, seguros e pensões, de modo que, em 1927, 4.700.000 trabalhadores estavam cobertos por seguro de grupo e 1.400.000 eram membros de organizações trabalhistas de empresas particulares⁸³. O operário americano parecia estar na porta de uma até então inimaginável existência burguesa de provisão e responsabilidade pessoal que tornava a ação coletiva cada vez mais supérflua.

Isso estava, como se poderia esperar, ligado a uma liberação cultural que negava as acusações de filistinismo proferidas com veemência (mais tarde, não na época) contra a era de Coolidge. Talvez o mais importante desenvolvimento da época foi o educacional. Entre 1910 e 1930, o gasto total com a educação quadruplicou, passando de US\$ 426,25 milhões a US\$2,3 bilhões; o gasto com a educação superior também quadruplicou, chegando a quase um bilhão por ano. O analfabetismo caiu de 7,7 para 4,3%. Os anos 20 foram a época do Clube do Livro do Mês e do *Literary Guild*; compraram-se mais livros contemporâneos do que antes, mas havia uma devoção persistente pelos clássicos. Através da década, o romance favorito da América foi *David Copperfield* e, entre os mais votados como “os dez homens mais importantes da história”, estavam incluídos Shakespeare, Dickens, Tennyson e Longfellow⁸⁴. Pode ser que tenha sido a Era do Jazz, mas, no final da década, havia 35.000 orquestras de jovens no país. A década foi marcada tanto pelo movimento conservacionista histórico que restaurou a colonial Williamsburg, como pela coleção de pintura contemporânea que deu origem ao Museu de Arte Moderna em 1929.⁸⁵

A verdade é que a década de 20 foi a mais afortunada na história da América, mais ainda do que a igualmente próspera década de 50, porque, nos anos 20, a coesão nacional causada pela riqueza relativa, a densidade cultural súbita e a originalidade expressiva do “Americanismo” eram novas e excitantes. Em 1927, André Siegfried, o acadêmico francês, publicou *America Comes of Age*, no qual ele argumentava que “como resultado de mudanças revolucionárias ocasionadas pelos métodos modernos de produção... o povo americano passou a criar, em grande escala, uma estrutura social inteiramente original”. Essa questão poderia ter estimulado uma resposta arrevesada de Henry James, que morrera 11 anos antes, quando, em 1878, escreveu uma pequena biografia de Hawthorne. Tal biografia continha uma passagem famosa — e altamente ofensiva para os americanos — que enumerava todos os “itens de uma civilização avançada, como existem em outros países, e denunciava que tais itens são alheios à tessitura da vida americana”; argumentava ainda que esses itens é que proporcionavam o contexto social necessário à produção de uma literatura imaginativa. A América, conforme James enumerou, não possuía

soberano, corte, lealdade pessoal, aristocracia, igreja, clero, exército, serviço diplomático, aristocracia rural, palácios, castelos, solares, velhas casas de campo, presbitérios, chalés com telhado de sapé, ruínas cobertas de hera, catedrais ou abadias ou igrejas normandas; grandes universidades ou escolas privadas — Oxford ou Eton ou Harrow; literatura, romances, museus, quadros, sociedade política, classe desportiva — Epsom ou Ascot!⁸⁶

No final dos anos 20, a América tinha conseguido a profundidade social e a complexidade cuja ausência James lamentava e, acima de tudo, conseguira o que

Hawthorne rejeitava como a “prosperidade banal” da vida americana⁸⁷. Mas foi a prosperidade, numa escala sem precedentes e monumental, que constituía um fenómeno por si mesma e que trouxe consigo, pela primeira vez, seu próprio universo literário nacional. A década iniciou com *This Side of Paradise*, de Scott Fitzgerald (1918), e finalizou com *A Farewell to Arms*, de Ernest Hemingway (1929), que viria a ser o escritor de ficção em inglês mais influente no período entreguerras. A década incluía *Main Street*, de Sinclair Lewis (1920), *There Soldiers*, de John dos Passos (1921), *An American Tragedy*, de Theodore Dreiser (1926), *Soldier's Pay* de William Faulkner (1926), *Boston*, de Upton Sinclair (1928) e *Look Homeward, Angel*, de Thomas Wolfe (1929). O surgimento dessa galáxia de romances, de autores teatrais como Eugene O'Neill e Thornton Wilder, era a prova de que, como disse Lionel Trilling, a “vida na América se adensou desde o século XIX”, produzindo não somente a “crítica social”, que James exigia dos romances, mas também uma “percepção social intensa”, ao ponto de se chegar a afirmar “a nossa definição atual de um livro sério é a que nos apresenta uma imagem de uma sociedade a considerar e condenar”⁸⁸.

Essa crescente tendência americana de dispensar sua fonte umbilical européia começou nos anos 20 a produzir formas de expressão que eram *sui generis*, não apenas no cinema ou nas transmissões radiofônicas, em que as contribuições estavam presentes na criação, mas também no teatro. O amadurecimento mais espetacular da década foi o musical de Nova Iorque. Descendia, sem dúvida, da opereta vienense, do teatro de *boulevard* francês, das óperas cômicas inglesas de Gilbert e Sullivan e do *music-hall* inglês (suas origens podendo ser remetidas, talvez, a *The Beggar's Opera*, de 1728); mas os ingredientes do espetáculo de variedades, com atores e cantores caracterizados de negros, do teatro burlesco de variedades, do jazz e do *vaudeville* transformaram o musical numa nova forma de arte popular. Houve compositores prolíferos nesse protogênero, notadamente Irving Berlin e Jerome Kern. Mas o trabalho deles, então, parecia tão marginal e transitório que algumas das primeiras canções de Kern desapareceram sem deixar vestígios⁸⁹. Foi no início dos anos 20 que a nova prosperidade espetacular dos teatros da Broadway, em combinação com os novos talentos — George Gershwin, Richard Rodgers, Howard Dietz, Cole Porter, Vincent Youmans, Oscar Hammerstein, Lorenz Hart e E.Y. Harburg —, fizeram o musical americano desabrochar inteiramente. No dia 12 de fevereiro de 1924, a *Rhapsody in Blue* de Gershwin foi executada pela orquestra de Paul Whiteman no Aeolian Hall. Foi o evento mais criativo da década. Nessa temporada, logo após Coolidge ter sido eleito, *Lady, Be Good!* de Gershwin, o primeiro musical americano de peso, estreou no dia 1º de dezembro no Liberty Theatre, tendo Fred Astaire e sua irmã Adele como astros principais⁹⁰. Foi o acontecimento mais fulgurante de uma temporada na Broadway que incluía *Lollypop* de Youmans, *Sitting Pretty* de Kern, *The Student Prince* de Rudolph Friml e Sigmund Romberg, *Music Box Revue* de Irving Berlin e *Chocolate Dandies* de Sissie e Blake — entre mais ou menos quarenta musicais —, assim como *Green Pastures* de Marc Connelly, além da *Primeira Sinfonia* de Aaron Copland e a chegada de Serge Koussevitsky, na Sinfônica de Boston. Com a possível exceção da Alemanha de Weimar, a prosperidade da América de Coolidge se traduzia no teatro mais importante da cultura ocidental na época, o lugar onde o autor nativo teve o maior leque de oportunidades e onde o artista expatriado encontrou a liberdade, os meios e a segurança para se expressar.

() problema da expansão dos anos 20 não é que ela fosse filistina ou social-

mente imoral. O problema é que ela foi passageira. Se tivesse resistido, carregando consigo as economias européias menos robustas, mas que ainda lutavam (naquele tempo), uma transformação política global se seguiria, o que teria impedido o avanço das novas forças de compulsão totalitária, com suas crenças catastróficas na engenharia social. Essas forças seriam substituídas por um relacionamento entre governo e empresa mais parecido com o que Coolidge delineou para os paladinos empresariais de Nova Iorque. Em 1929, os Estados Unidos tinham conseguido uma posição de supremacia na produção mundial total até nunca conseguida durante um período de prosperidade por nenhum Estado: 34,4% do total, comparado com 10,4% da Grã-Bretanha, 10,3% da Alemanha, 9,9% da Rússia, 5% da França, 4% do Japão, 2,5% da Itália, 2,2% do Canadá e 1,7% da Polônia. A possibilidade de que o continente europeu pudesse escorar-se na “estrutura social original” da América, como classificou Siegfried, aumentava em cada ano que a economia mundial permanecia flutuante. Se tivesse havido outra década de prosperidade de tal escala, nossa história do mundo moderno teria sido muito diferente e, sem comparação, muito mais feliz.

No dia 4 de dezembro de 1928, Coolidge transmitiu sua última mensagem ao Congresso:

Nenhum Congresso do Estados Unidos, alguma vez já reunido, examinando o estado da União, se deparou com uma perspectiva mais agradável... A grande riqueza gerada pelo nosso empreendimento e esforço e protegida pela nossa economia tem sido vastamente distribuída entre o nosso próprio povo e tem fluído numa corrente contínua a serviço da caridade e dos negócios do mundo inteiro. Os requisitos da vida passaram além dos padrões da necessidade para atingir o luxo. A expansão da produção é consumida por uma demanda interna e pelo comércio externo, cada vez mais intensos. O país pode encarar o presente com satisfação e antecipar o futuro com otimismo⁹¹.

Essa visão não era uma autocongratulação pretensiosa de um político de sucesso. Também não era apenas a visão da comunidade empresarial. Ela era compartilhada por intelectuais através de todo o espectro. *The Rise of American Civilization* de Charles Beard, publicado em 1927, via o país “partindo de um triunfo tecnológico para outro, vencendo a falta de recursos e energias naturais, efetuando uma distribuição cada vez mais extensa dos benefícios da civilização — saúde, segurança, bens materiais, conhecimento, lazer e apreciação estética...”⁹² Escrevendo no mesmo ano, Walter Lippmann ponderou: “As atividades não planejadas e mais ou menos inconscientes dos empresários são mais uma vez singulares, mais ousadas e, em um sentido, mais revolucionárias do que as teorias dos progressistas”⁹³. John Dewey, em 1929, achou que o problema não estava em como prolongar a prosperidade — ele julgava isso natural —, mas em como transformar a “Grande Sociedade” na “Grande Comunidade”⁹⁴. Mesmo na esquerda, a impressão era de que talvez os negócios, afinal de contas, tivessem dado certo. Lincoln Steffens, escrevendo em fevereiro de 1929, achava que ambos os sistemas, o americano e o soviético, podiam ser justificados: “A raça está salva de uma maneira ou de outra e, eu creio, de ambas as maneiras”⁹⁵. Em 1929, o *Nation* começou um seriado de três meses sobre a permanência da prosperidade, chamando a atenção para os bolsos americanos que ainda não tinham compartilhado dela; o artigo apareceu em 23 de

outubro, coincidindo com a primeira grande quebra do mercado.

Pode ser que Coolidge, um homem desconfiado por temperamento, que não acreditava facilmente que o contentamento permanente pudesse ser encontrado desse lado da eternidade, estivesse mais cético do que qualquer outra pessoa e, certamente, menos emotivo do que ele achava seu dever ao aparecer em público. É curioso que ele se tenha recusado a ser presidente de novo, em 1928, quando todos os augúrios estavam a seu favor — e ele tinha apenas 56 anos. Ele disse ao presidente do Supremo Tribunal, Harlan Stone: “É uma ótima idéia sair, quando eles ainda querem você”. Havia limites muito rigorosos para as suas ambições políticas, exatamente como (no seu ponto de vista) deveria haver limites muito rigorosos para qualquer atividade política. Stone avisou-o de problemas econômicos por vir. Coolidge também achava que o mercado iria quebrar. Sua mulher Grace foi citada dizendo: “Papai diz que a depressão está se aproximando”. Mas Coolidge presumiu que seria na mesma proporção da de 1920, a ser resolvida numa fase semelhante de magistral inatividade. Se fosse necessário fazer alguma coisa a mais, ele, Coolidge, não era o homem indicado. Grace Coolidge relatou as palavras proferidas pelo marido a um membro do ministério: “Eu sei como economizar dinheiro. Todo o meu treino foi nessa direção. O país está numa situação financeira estável. Talvez tenha chegado o momento em que devêssemos gastar dinheiro. Eu não me sinto qualificado para fazê-lo”. Na sua opinião, Hoover era o Grande Gastador; não o último deles, o primeiro deles. Ele via a entrada de Hoover na presidência sem entusiasmo: “Esse homem vem me oferecendo, por seis anos, conselhos não solicitados, todos eles maus”. Coolidge seria o último homem da terra a retribuí-los. Quando lhe foi perguntado, no interregno do princípio de 1929, sobre uma decisão de política a longo prazo, ele retrucou: “Nós deixaremos isso para o Rapaz Maravilha”. Saiu de cena sem uma palavra, puxando a cortina sobre a Arcádia.

7

DEGRINGOLADA

Na sexta-feira, 3 de outubro de 1929, um empregado recém-contratado para a função de carregador de carabinas tomou parte na sua primeira caça aos faisões na propriedade do duque de Westminster, perto de Chester. No dia anterior, havia sido realizada, na sala de armas principal, uma conferência de membros graduados do governo. Ao romper da aurora, o jovem carregador vestiu seu uniforme e se apresentou ao encarregado-chefe, que “impressionava, com seu paletó e um colete de veludo verde, calções brancos, perneiras de vaqueta e um chapéu duro cheio de galões dourados em volta”. Havia oitenta encarregados de libré: “um chapéu de abas largas vermelho com uma faixa de couro e um guarda-pó de um tecido muito grosso no estilo ‘Farmer Giles’, apertado na cintura por um cinto largo de couro com uma enorme fivela de latão”. Os batedores se reuniram e foram inspecionados. Depois chegaram os estojos de couro das “armas de fogo”, com placas de bronze gravadas com os nomes e os brasões. Depois foi a vez dos hóspedes que chegavam nas suas Rolls-Royces e Daimlers dirigidas por motoristas. E, finalmente, o próprio duque, a quem foi destinado o novo empregado para carregar sua carabina de caça. Logo que Sua Graça tomou seu lugar, o encarregado-chefe apitou, os batedores largaram e a caçada começou. “Estava tudo organizado primorosamente, o essencial para o esporte desejado e esperado por Sua Graça”. Na hora do almoço, os zeladores beberam cerveja, servida em jarros de chifre e, à tarde, o trem particular de bitola estreita do duque, com “os vagões de passageiros todos pintados vivamente com as cores do distrito de Grosvenor”, trouxe as damas para se juntarem ao divertimento. O produto da caçada chegava a perto de dois mil faisões¹.

Quinze dias antes de ter sido encenado esse quadro medieval, o grande amigo do duque, Winston Churchill, que até o início daquele ano havia sido o ministro da Fazenda da Grã-Bretanha por cinco anos, escreveu da América para a sua mulher:

Agora, minha querida, eu quero lhe contar sobre a grande e extraordinária boa sorte que tive nas finanças nesses últimos tempos. Sir Harry McGowan me perguntou seriamente, antes do meu embarque, se ele poderia, caso aparecesse uma oportunidade, comprar ações em meu nome sem consulta prévia. Respondi-lhe que poderia sempre dispor de 2 ou 3 mil libras. Eu tencionava

com isso limitar o investimento, isto é, a compra da totalidade das ações. Ele, evidentemente, entendeu que era a quantia que eu destinava a uma compra especulativa. Assim, operou numa escala dez vezes maior do que a minha habitual... O resultado é que obtivemos uma pequena fortuna em poucas semanas... É um alívio para mim saber que podemos contar com alguma coisa¹.

É interessante que Churchill estivesse especulando com margens até a beira do desastre financeiro. Ele era uma das mais ou menos 600 mil pessoas que estavam negociando com margens entre os 1.548.707 clientes que, em 1929, tinham contas em corretoras pertencentes às 29 Bolsas de Valores da América. No auge da loucura, havia perto de um milhão de especuladores operantes e, de uma população americana de 120 milhões, mais ou menos 29-30 milhões de famílias tinham ligação ativa com o mercado³. Churchill, apesar de sua experiência e de seus contactos mundiais, não estava mais bem informado do que qualquer especulador da esquina. A economia americana parou de se expandir em junho. Levou algum tempo para que surtissem os efeitos, mas o mercado de ações em alta realmente chegou ao fim em 3 de setembro, uns 15 dias antes da carta animada de Churchill. As últimas subidas foram meros estertores numa derrocada inflexível. Os ecos dos tiros do duque tinham apenas desaparecido quando a queda precipitada começou. Na segunda-feira, 21 de outubro, pela primeira vez, a fita teleimpressora não podia acompanhar as notícias das quedas e nunca mais acertou o passo; na confusão, o pânico se intensificou (os primeiros telegramas de cobrança de margens haviam sido expedidos no sábado anterior) e os especuladores começaram a compreender que eles poderiam perder suas economias e até mesmo as suas casas. Na quinta-feira, 24 de outubro, as ações caíram verticalmente, sem que houvesse um só comprador; os especuladores foram liquidados, pois não puderam atender às cobranças de margem; multidões se reuniram na Broad Street, do lado de fora da Bolsa de Nova Iorque e, no fim do dia, 11 personalidades conhecidas em Wall Street haviam-se suicidado. Naquele dia, um dos visitantes na galeria do pregão foi o próprio Churchill, que viu seu ouro encantado desaparecer. Na semana seguinte, dia 29, aconteceu a Terça-Feira Negra, com a venda de ações de primeira ordem, a fim de propiciar a liquidez desesperadamente necessária⁴.

As grandes crises da Bolsa, com suas espetaculares inversões de fortuna e seus dramas humanos, tornam viva a frieza da história econômica. Essas crises, porém, não ajudam a esclarecer as causas e as conseqüências dos acontecimentos, muito pelo contrário: aumentam enormemente a mitologia, que é um forte elemento na explicação econômica. A natureza da prosperidade dos anos 20, a razão pela qual ela acabou, a razão do Grande *Crack* e da Grande Depressão que a ele se seguiu e, não menos importante, a maneira e os meios pelos quais as sociedades industriais daí emergiram são temas para muitos debates. O relato convencional é altamente moralista: *hubris* seguido de *nemesis*, a ganância perversa seguida da represália salutar. É facilmente adaptável ao determinismo marxista que, evidentemente, é uma forma de análise moral e não econômica. Esse relato pode-se tornar um conto edificante, mas não nos explica o que na verdade aconteceu e muito menos por que aconteceu. A interpretação dada pelos seguidores de Keynes, que foi a opinião adotada nos anos 50 e 60, não mais convence, porque parece ter sido refutada pelos acontecimentos econômicos catastróficos dos anos 70 e do início dos anos 80, os quais colocaram a Grande Depressão numa perspectiva inteiramente nova. Os dois episódios não podem mais ser estudados de maneira útil separadamente, e é provável que os futuros his-

tomadores venham a analisá-los em conjunto. Mas é bastante improvável que uma explanação de consenso universal acerca de um deles, ou de ambos, apareça num futuro próximo. A história da economia está intimamente ligada a teorias e práticas econômicas correntes, o que não permite a existência de concordância geral sobre o assunto. Aqui oferece-se tão somente um possível relato que procura remover certos equívocos.

A primeira falácia a ser mostrada é a que afirma que a América seguia uma política externa isolacionista nos anos 20. Isso não é verdade⁵. Enquanto os governantes da América não assinassem formalmente o acordo de paz de Versalhes e, ainda menos, a proposta de Keynes para um programa de ajuda objetivando a recuperação da Europa patrocinado pela América, o governo americano aceitaria parte da responsabilidade de manter, reservadamente e sem alarde, a economia mundial equilibrada. Decidiu partilhar com a Grã-Bretanha um acordo para a criação de um padrão monetário através do qual o comércio mundial pudesse ser conduzido — um fardo carregado pela “City” de Londres, virtualmente sozinha, até 1914. Eles também se encarregaram de promover, através da diplomacia informal e comercial, a expansão do comércio mundial⁶. Infelizmente, os meios empregados foram sinuosos e, em última instância, desonestos. Exceto durante os anos de 1857 a 1861, a América havia sido sempre uma nação de tarifas altas: as tarifas americanas, que foram imitadas na Europa continental, eram a negação principal da afirmação de que os Estados Unidos conduziam seus negócios dentro dos princípios verdadeiramente capitalistas do *laissez-faire*. Se Harding, Coolidge e Hoover tivessem agido pelos princípios empresariais, dos quais orgulhosamente se vangloriavam, teriam retomado a malograda política de Wilson, de 1913, de redução de tarifas americanas. Na verdade, eles fizeram o oposto. A Lei de Tarifa Fordney-MacCumber, de 1922, e, ainda mais, a Lei de Hawley-Smoot, de 1930, que Hoover se recusou a vetar, foram golpes devastadores no comércio mundial e, na realidade, um golpe no próprio comércio americano⁷. O fato é que faltava aos presidentes americanos e aos seus líderes no Congresso a coragem política de enfrentar a Associação Nacional da Indústria, a Federação Americana de Trabalho e as pressões locais para assim adotar o internacionalismo da maneira mais eficiente que lhes era oferecida, e adotar também o que mais intimamente se aproximasse dos pontos de vista econômicos que eles afirmavam conservar.

Ao invés disso, eles procuravam manter o mundo próspero através da inflação deliberada ocasionada pela oferta de moeda. Isso foi possível pela fundação, no período pré-guerra, de um Banco Central, no qual essa oferta podia ser feita secretamente, sem controle ou decreto do legislativo e sem a preocupação ou o conhecimento públicos. Isso não resultou na impressão de moeda: a moeda em circulação nos Estados Unidos perfazia um total de US\$3,68 bilhões no início dos anos 20 e US\$3,64 bilhões quando acabou o *boom* em 1929. Mas a expansão da oferta total de moeda em ativos não-monetários e créditos foi enorme: de US\$45,3 bilhões, em 30 de junho de 1921, para mais de US\$73 bilhões, em julho de 1929, um aumento de 61,8% em oito anos⁸. A Casa Branca, o Tesouro (sob Andrew Mellon), o Congresso, o Banco Central e, claro, também os bancos particulares foram coniventes em expandir o crédito inflacionariamente. Em seu *Annual Report* de 1923, o Banco Central descreveu a política com um realismo franco: “Os Bancos Centrais são... o manancial ao qual os bancos membros recorrem quando a demanda da comunidade empresarial ultrapassa a disponibilidade de seus próprios recursos. Em época de

expansão, o Banco Central acompanha o crescimento da demanda por crédito e, na recessão, por um período, mantém a expansão”⁹. Essa política de contínua expansão de crédito inflacionário, uma forma de keynesianismo grosseiro, antes mesmo que o próprio Keynes tivesse formulado sua versão sofisticada, poderia ser justificada se as taxas de juros pudessem encontrar seu nível próprio, isto é, se os industriais, agricultores e pecuaristas que houvessem feito empréstimos e pago os juros na mesma taxa que os poupadores estivessem preparados para emprestar. Mas novamente a Casa Branca, o Tesouro, o Congresso e os bancos se associaram para manter as taxas de juros e do desconto artificialmente baixas. A política do Banco Central era de não apenas “aumentar a disponibilidade”, mas também de “fazê-lo com taxas de juros suficientemente baixas para estimular, proteger e fazer prosperar todas as modalidades de negócios legítimos”¹⁰.

Essa interferência deliberada na oferta e custo da moeda foi usada nos anos 20 não somente para promover seu objetivo original, a expansão dos negócios americanos, mas também para seguir uma política internacional supostamente benevolente. Enquanto o governo exigia o pagamento dos empréstimos de guerra, ele ajudava ativamente os governos e os negócios estrangeiros a levantar dinheiro em Nova Iorque, tanto através de política de dinheiro barato, como de interferência ativa e constante no mercado internacional de títulos. O governo deixava bem claro que favorecia certos empréstimos mais do que outros. Assim, a política externa de empréstimos era um prenúncio, em nível de empresa privada, do programa de ajuda externa do pós-1947. Os objetivos eram os mesmos: manter a economia internacional bem encaminhada, sustentar certos regimes de seu agrado e, não menos importante, promover as indústrias de exportação americanas. A condição para que o governo concedesse empréstimos específicos era que parte deles fossem gastos nos Estados Unidos. O *boom* do empréstimo externo começou em 1921, em seguida a uma decisão do ministério, a 20 de maio de 1921, e a uma reunião entre Harding, Hoover e os bancos de investimento americanos, cinco dias mais tarde; esse *boom* terminou em fins de 1928, coincidindo precisamente com a expansão da oferta de moeda que apoiava o *boom*. Os dirigentes americanos, na verdade, rejeitavam a escolha racional do *laissez-faire*, da livre empresa e de taxas de juros compatíveis, e optavam pela política fácil de tarifas protecionistas e inflação. As indústrias internas protegidas pelas tarifas, as indústrias de exportação subsidiadas por empréstimos antieconômicos e, naturalmente, os bancos de investimento que faziam oscilar as ações, todos se beneficiaram. O grande perdedor foi o grosso da população, à qual foram negados os preços competitivos produzidos por importações baratas, e que sofreu com a inflação resultante e foi a vítima universal da degringolada definitiva¹¹.

Além disso, ao se envolver nos empréstimos externos, o governo incorreu na perda de seus direitos morais para condenar a especulação na Bolsa. Hoover, que era secretário de Comércio durante os anos 20, até se tornar presidente, considerava Wall Street um cassino deplorável — era, no entanto, o mais assíduo promotor do mercado internacional de ações. Mesmo os maus empréstimos, argumentava ele, ajudavam as exportações americanas e, desse modo, geravam empregos¹². Algumas das emissões de ações estrangeiras eram, entretanto, tão escandalosas quanto as piores transações da Bolsa. Desse modo, em 1927, Victor Schoeperle, vice-presidente da National City Company (filiada ao National City Bank) para os empréstimos à América Latina, relatou sobre o Peru: “Péssimos antecedentes, riscos adversos morais e políticos, má situação de dívida interna, situação comercial tão satisfatória

quanto a do Chile nos últimos três anos. Recursos nacionais mais variados. Em desempenho econômico, o Peru deveria progredir rapidamente nos próximos dez anos". Entretanto o National City ofertou um empréstimo de US\$15 milhões para o Peru, seguido, logo após, de outro empréstimo de US\$50 milhões e uma emissão de US\$25 milhões. A investigação do Congresso, em 1933-34, provou que Juan Leguia, filho do presidente do Peru, havia recebido US\$450.000 do National e de seus associados em conexão com o empréstimo. Quando seu pai foi derrubado, o Peru ficou inadimplente. Este foi um exemplo entre muitos. A instabilidade básica de muitos mercados de empréstimo internacional foi um dos principais elementos da perda da confiança e da recessão na Europa. A instabilidade foi a consequência não do *laissez-faire* do governo, mas da sua persistente ingerência.

O intervencionismo, pela criação de crédito artificial e barato, não foi uma invenção americana: foi britânica. Os britânicos o chamavam de "estabilização". Apesar de a Grã-Bretanha ser nominalmente um país de *laissez-faire* até 1914, mais do que a América o era, em alguns aspectos, desde que começou a praticar o comércio livre, os filósofos da economia britânica não se sentiam felizes com as oscilações cíclicas da economia que eles acreditavam poder ser atenuadas por esforços deliberados e combinados para conseguir a estabilização dos preços. Não se deve pensar que Keynes tivesse surgido de um claro céu não intervencionista: ele era somente um "progresso" marginal sobre os visionários ortodoxos britânicos. Desde antes da guerra, *sir* Ralph Hawtrey, encarregado dos estudos financeiros do Tesouro, havia argumentado que os bancos centrais, ao criar crédito internacional (isto é, inflação), poderiam conseguir um nível estável de preços e melhorar enormemente a aceitação passiva dos ciclos econômicos do século XIX, que ele considerava imoral. Depois de 1918, os pontos de vista de Hawtrey tornaram-se a sabedoria convencional na Grã-Bretanha e chegaram até a América, via Versalhes. Na recessão de 1920, fundou-se a Liga de Moeda Estável (mais tarde a Associação Monetária Nacional), atraindo as instituições financeiras americanas e, no estrangeiro, homens como Emile Moreau, presidente do Banco de França, Edouard Benes, *lord* Melchett, criador do ICI, Louis Rothschild, chefe do ramo austríaco, A.J. Balfour e economistas britânicos tais como A.C. Pigou, Otto Khan, *sir* Arthur Salter e o próprio Keynes.

Keynes, em seu *Tract on Monetary Reform* (1923), chamou a atenção para "a administração da política monetária" e um nível de preço estabilizado. A essa época, a estabilização não era simplesmente aceita, mas praticada. Hawtrey havia inspirado as resoluções sobre estabilização na Conferência de Gênova, em 1922; a Comissão Financeira da Liga das Nações era estabilizacionista e, mais do que todos, o Banco da Inglaterra o era também. Montagu Norman, seu presidente, e o seu principal conselheiro, *sir* Charles Addis, eram ambos ardentes apóstolos desse credo. O principal discípulo deles foi Benjamin Strong, presidente do Banco Central de Nova Iorque, o qual, até sua morte, em 1928, era todo-poderoso na formação da política financeira americana. Hoover chamava Strong, com justiça, de "um anexo mental para a Europa". Strong era o agente efetivo na política externa secreta da América que fora adotada para administrar a política econômica. Não é, na verdade, exagero dizer que, durante a maior parte dos anos 20, o sistema econômico internacional foi supervisionado conjuntamente por Norman e Strong¹⁵. Foi Strong que possibilitou a volta da Grã-Bretanha ao padrão-ouro, em 1925, ao oferecer linhas de crédito do Banco Central de Nova Iorque e conseguir que J.P. Morgan fizesse o mesmo. O *bunker*, de Londres, escreveu: "não existe melhor amigo da Inglaterra". Linhas de

crédito similares foram abertas mais tarde para a Bélgica, Polônia, Itália e outros países que correspondiam aos padrões de retidão financeira de Strong-Norman¹⁶.

É lógico que o “padrão-ouro” não era verdadeiro. Ele desapareceu para sempre em 1914. Um cliente não podia entrar no Banco da Inglaterra e solicitar uma moeda de ouro em troca de sua nota de uma libra. E o mesmo acontecia em outros países europeus de padrão-ouro. O termo correto seria “padrão-lingote de ouro”: os bancos centrais conservavam o ouro em grandes barras, mas o povo comum não era considerado suficientemente responsável para lidar com o ouro (apesar de que os americanos podiam, em teoria, solicitar dólares de ouro até 1933). Realmente, quando, em 1926, surgiu um plano para dar à Índia um verdadeiro padrão-ouro, Strong e Norman se uniram para destruí-lo, sob a alegação de que haveria então um escoamento mundial de ouro para dentro dos colchões indianos. Em resumo, o movimento do padrão-ouro dos anos 20 não foi absolutamente um genuíno *laissez-faire*, mas um *laissez-faire* do tipo “não na frente dos criados”¹⁷. Foi um despotismo benevolente, levado a efeito em segredo por uma diminuta parte da elite. Strong considerava sua teoria da expansão creditícia e da política de dinheiro barato como uma alternativa ao respaldo americano à Liga, e estava perfeitamente seguro de que a opinião pública americana a repudiaria, se os fatos viessem à tona. Por isso insistia em que as reuniões fossem estritamente fechadas. Uma política financeira que não resiste ao julgamento do povo é em si mesma suspeita; é duplamente suspeita se, conquanto fazendo do ouro a medida do valor, não confia no povo — o juiz decisivo do valor — para que esse mesmo povo aplique essa medida. Por que temiam os banqueiros que, se a chance lhes fosse dada, o homem e a mulher comuns correriam para o ouro — que não traz qualquer retorno — quando eles poderiam investir numa economia sadia com lucro? Havia nisso algo de errado. O banqueiro alemão, Hjalmar Schacht, repetidamente clamava por um verdadeiro padrão-ouro, como o único meio de assegurar que a expansão fosse financiada por genuínas poupanças voluntárias, em vez de ser feita por crédito bancário determinado por uma ínfima oligarquia de Júpiteres financeiros¹⁸.

Mas os estabilizadores levaram tudo de roldão. Interna e internacionalmente, bombeavam de maneira constante mais crédito para dentro do sistema e, quando a economia mostrava sinais de debilidade, aumentavam a dose. As ocasiões mais notórias foram julho de 1927, quando Strong e Norman fizeram uma reunião secreta de banqueiros na propriedade de Ogden Mills, em Long Island, com o sub-secretário do Tesouro americano e com a Sra Ruth Pratt, herdeira da Standard Oil. Strong manteve Washington sem informações e recusou-se a deixar que mesmo os seus colegas mais antigos tomassem parte nessa reunião. Ele e Norman decidiram sobre uma nova explosão de inflação, pondo de lado os protestos de Schacht e de Charles Rist, diretor-presidente do Banco de França. O Banco Central de Nova Iorque reduziu sua taxa em mais de 1/2%, chegando a 3,5%. Confronte-se o que Strong disse a Rist: “Eu darei mais um pequeno *coup de whiskey* à Bolsa de Valores” — e, como resultado, pôs em movimento a última onda culminante de especulação. Adolph Miller, membro do Conselho do Banco Central, posteriormente descreveu tal decisão, ao testemunhar perante o Senado, como sendo “a maior e mais ousada operação jamais empreendida pelo Banco Central e que resultou em um dos mais caros erros cometidos por esse sistema ou por qualquer outro sistema bancário nos últimos 75 anos”¹⁹.

A objeção alemã, influenciada pelos monetaristas da Escola Austríaca, L. von

Mises e F.A. Hayek, era de que a política inflacionária inteira era corrupta. A objeção francesa era de que ela refletia os objetivos da política econômica externa britânica, tendo os americanos como cúmplices voluntários. Foi o que Moreau colocou no seu diário secreto:

A Inglaterra, tendo sido o primeiro país europeu a restabelecer uma moeda estável e segura, usou dessa vantagem para estabelecer uma base que colocasse a Europa sob um verdadeiro jugo financeiro... As moedas serão divididas em duas classes: as de primeira classe, o dólar e a libra esterlina, baseadas no ouro, e as de segunda classe, baseadas na libra e no dólar. Com parte de suas reservas de ouro retidas pelo Banco da Inglaterra e pelo Banco Central de Nova Iorque, as moedas locais perderão a sua independência²⁰.

Moreau insistia no fato de que as políticas econômicas moldadas para fins políticos, como o era sem dúvida a administração monetária anglo-americana, mostravam-se incapazes de atingir, a longo prazo, os objetivos econômicos. Isso era inquestionavelmente verdadeiro e se aplicava tanto no campo interno quanto no internacional. Internamente, quer na América, quer na Grã-Bretanha, o objetivo da estabilização era conservar os preços estáveis e evitar assim que os salários caíssem, o que provocaria descontentamento social. Internacionalmente, a moeda barata e os empréstimos fáceis conservavam o fluxo de comércio, a despeito do protecionismo dos Estados Unidos e da libra artificialmente forte da Grã-Bretanha. A finalidade era evitar problemas e escapar da necessidade de resolver dilemas politicamente dolorosos.

A política adotada parecia dar resultado. Na segunda metade da década, a política de crédito barato de Strong-Norman trouxe para a economia mundial um comércio vigoroso, que havia deixado de atingir seu nível do pré-guerra. Enquanto que, em 1921-25, a taxa de crescimento do comércio mundial, comparada com 1911-14, era realmente menos 1,42, durante os quatro anos de 1926-29 ela alcançou um crescimento de 6,74, desempenho esse que não seria excedido até fins da década de 50.²¹ Os preços continuavam estáveis: o Instituto de Índices de Estatísticas do Trabalho dos Atacadistas, tomando o ano de 1926 como o ano de referência, mostra que, em números percentuais, a flutuação nos Estados Unidos foi apenas de 93,4% em junho de 1921, até o máximo de 104,5% em novembro de 1925, e que depois descia para 95,2% em junho de 1929. Então a idéia de crescimento de controle deliberado dentro de uma estrutura de estabilidade de preços havia se tornado uma realidade. Isso era, finalmente, a administração econômica genuína! Keynes descreveu "o sucesso da administração do dólar feita pelo Conselho do Banco Central de 1923-28" como "um triunfo". A opinião da Hawtrey foi a seguinte: "A experiência americana em estabilização, de 1922 a 1928, mostrou que o tratamento precoce poderia evitar uma tendência ou de inflação ou de depressão... A experiência americana foi um grande avanço sobre a prática do século XIX"²².

A inflação de fato estava lá e crescendo o tempo todo. O que ninguém parece ter reparado foi o significado do crescimento fenomenal da produtividade dos Estados Unidos entre 1919 e 1929: a produção por trabalhador na indústria manufatureira subiu de 43%. Isso tornou-se possível por um espantoso crescimento no investimento de capital, que se elevou numa taxa anual de 6,4%.²³ O aumento da produtividade deveria refletir-se em preços mais baixos. Na medida em que isso não

aconteceu, ficou claro o grau de inflação produzido pela administração econômica com o objetivo de estabilização. É verdade que, se os preços não tivessem sido gerenciados, os salários também teriam despencado. Mas a queda dos preços deveria ter sido mais vertiginosa; e, por esse motivo, os salários reais — o poder aquisitivo — teriam subido estavelmente, *pari passu* com a produtividade. Os trabalhadores teriam podido usufruir mais dos bens que, graças ao seu desempenho mais aperfeiçoado, estavam saindo das fábricas. Como as coisas estavam, as famílias da classe operária tinham que fazer um esforço violento para acompanhar a nova prosperidade. Elas podiam-se permitir carros — não mais do que isso. Mas era uma luta para adquirir um mais novo. O *boom* dos anos 20 foi baseado essencialmente no automóvel. A América estava produzindo quase tantos carros no fim da década de 20 como na de 50 (5.358.000 em 1929; 5.700.000 em 1953). O crescimento realmente grande e absolutamente genuíno da década de 20 foi da General Motors: qualquer pessoa que tivesse comprado, em 1921, US\$25.000 de ações ordinárias da GM, seria um milionário em 1929, quando a GM estava tendo um lucro de US\$200 milhões ao ano²⁴. A dificuldade na expansão de um negócio cuja base principal são os automóveis é que, quando o dinheiro está curto, a duração de um carro pode ser arbitrariamente prolongada por cinco ou dez anos. Em dezembro de 1927, Coolidge e Hoover declararam com orgulho que a média dos salários industriais tinha atingido a quantia de US\$4 diários, ou seja, US\$1.200 por ano. Mas suas próprias agências governamentais calculavam que seriam necessários US\$2.000 para sustentar uma família de cinco pessoas com “saúde e decência”. Há algumas provas de que o número crescente de mulheres empregadas exprimia um declínio na renda real, especialmente entre a classe média²⁵. Enquanto o *boom* continuava e os preços não baixavam, tornou-se mais difícil para o consumidor manter a continuidade do *boom*. Os banqueiros, por sua vez, tinham de se esforçar mais para inflacionar a economia: “O pequeno *coup de whiskey*” de Strong foi o último grande empurrão; no ano seguinte ele estava morto, não deixando ninguém ou com o mesmo nível de audácia ou com a mesma autoridade.

O último empurrão de Strong, na verdade, pouco ajudou a “verdadeira” economia: só alimentou a especulação. Muito pouco do novo crédito chegou às mãos do consumidor comum. Tal como era, o lado consumista da economia dos Estados Unidos estava desequilibrado. Os 5% da população de alta renda representavam um terço de toda a renda individual — e esses 5% não compravam Fords ou Chevrolets. A proporção da renda oriunda de juros, dividendos e aluguéis, em oposição à oriunda dos salários, era de mais ou menos o dobro dos níveis pós-1945.²⁶ O *coup de whiskey* de Strong beneficiou quase que somente os que não viviam de salários: a última fase do *boom* foi altamente especulativa. Até 1928, os preços da Bolsa simplesmente haviam acompanhado o desempenho industrial real. Desde o princípio de 1928, o elemento de irrealidade, de fantasia mesmo, começou a crescer. Como bem colocou Bagehot, “as pessoas são mais crédulas quando estão mais felizes”²⁷. O número de ações que mudaram de mãos (em 1927 o recorde foi de 567.990.875) chegou a 920.550.032.

Emergiram, então, dois novos e sinistros elementos: um vasto aumento no mercado operado com margem e uma explosão de corretoras formadas de qualquer maneira. Tradicionalmente, o valor de uma ação correspondia a dez vezes o seu dividendo. Com o mercado de margens, os dividendos das ações, somente 1 ou 2%, eram muito menores do que os juros de 10-12% dos empréstimos feitos para comprá-las. Isso significava que quaisquer lucros eram apenas ganhos de capital.

Assim, a *Radio Corporation of America*, que absolutamente jamais pagou qualquer dividendo, subiu de 85 para 420 pontos em 1928. Em 1929, algumas ações estavam sendo vendidas por cinquenta vezes mais do que seus dividendos. Como um técnico observou, o mercado “estava operando não somente no futuro, mas também no além”²⁸. O *boom* do mercado baseado em ganhos de capital é simplesmente uma forma de vender pirâmides. As novas corretoras que, em fins de 1928, estavam surgindo no ritmo de uma por dia, eram o arquétipo de pirâmides invertidas. Elas eram, como se dizia, “impulsionadas” pelos seus próprios supostos astutos investimentos e asseguravam um crescimento fenomenal numa base muito frágil de crescimento real. Assim, a *United Founders Corporation* foi transformada numa companhia, com recursos nominais de US\$686.165.000, a partir de um investimento original (por uma falência) de meros US\$500. Em 1929, o valor de mercado de uma outra corretora era de mais de US\$1 bilhão, sendo seu ativo principal uma companhia elétrica que valia apenas US\$6 milhões em 1921.²⁹ As corretoras deveriam possibilitar ao “pequeno investidor” “tomar parte nessa função”. Na verdade, elas apenas apresentavam uma superestrutura adicional resultante quase que de pura especulação, e o “impulso” que se dizia existir trabalhou ao inverso quando o mercado quebrou.

É surpreendente que, logo que o mercado de margens e os fundos de participação assumiram o controle da situação, os bancos federais foram incapazes de aumentar as taxas de juros e persistiram no dinheiro barato. Mas muitos banqueiros perderam seu senso de realidade no início de 1929. Na verdade, eles próprios estavam especulando, muitas vezes com suas próprias ações. Um dos maiores infratores foi Charles Mitchell (finalmente indiciado por roubo de quantia vultosa em 1938), o presidente do National City Bank que, em 1º de janeiro de 1929, tornou-se diretor do Banco Central de Nova Iorque. Mitchell preencheu o lugar de Strong, num nível menor, e manteve o *boom* durante grande parte de 1929. É claro que muitas práticas que contribuíram para o *crack* e que se tornaram ilegais através do Congresso e da nova Comissão de Títulos e Câmbio eram consideradas como aceitáveis em 1929. A feroz caça às bruxas, iniciada em 1932 pela Comissão do Senado para Transações Bancárias e Moeda, e que serviu de protótipo para as caças às bruxas dos anos 40 e início dos 50, trouxe à baila poucas transgressões da lei. Mitchell foi a única vítima de porte e seu caso revelou mais sobre os costumes sociais do mundo das altas finanças do que sobre um verdadeiro caso de corrupção³⁰. Henry James não se queixaria, mas os fanáticos marxistas ficaram desapontados. “Cada grande crise — comentou Bagehot — revela a especulação excessiva de várias firmas das quais ninguém suspeitava antes”³¹. Além disso, o *crack* de 1929 desmascarou a ingenuidade e ignorância dos banqueiros, dos homens de negócio, dos especialistas de Wall Street e dos economistas acadêmicos, pequenos e grandes, e mostrou que eles não compreendiam o sistema que estavam manipulando com tanta confiança. Eles tentaram substituir suas próprias políticas bem-intencionadas pelo que Adam Smith chamou de “a mão invisível do mercado”: isso só trouxe o desastre. Longe de demonstrar os perigos de uma economia auto-regulada, como Keynes e sua escola mais tarde argumentariam — Keynes, na época, não conseguiu prever nem o *crack*, nem a dimensão, nem a duração da Depressão —, a degradingolada indicou o oposto: os riscos da ingerência mal-informada.

A expansão do crédito inflacionário foi baixando aos poucos no fim de 1928. Como consequência, a economia entrou em declínio seis meses mais tarde. O colapso

do mercado aconteceu depois de uma demora de três meses. Tudo isso era de se esperar; era salutar; deveria ter sido bem-vindo. Era o padrão do século XIX e do século XX até 1920-1: a “normalidade” capitalista. Uma recessão e uma queda na Bolsa de Valores não eram apenas costumeiras, mas também partes necessárias do ciclo de crescimento: elas separavam o joio do trigo, liquidavam os elementos malsãos da economia e repeliavam os parasitas. Como J.K. Galbraith disse: “Um dos benefícios da depressão é expor o que os auditores não conseguiram encontrar”³². As reviravoltas nos negócios servem a propósitos essenciais: têm que ser incisivas. Mas não precisam durar muito, porque são auto-ajustáveis. Tudo o que é necessário da parte dos governos, da comunidade empresarial e do público é a paciência. A recessão de 1920 se auto-ajustou em um ano. Não havia razão para a de 1929 se prolongar mais, já que a economia da América era fundamentalmente sólida, como disse Coolidge. Como vimos, a queda da Bolsa começou em setembro e virou pânico em outubro. A 13 de novembro, quando o pânico acabou, o índice era de 224, tendo caído de 452. Nada havia de errado nisso. O índice tinha sido de apenas 245 em dezembro de 1928, depois de um ano de subidas vertiginosas. O pânico simplesmente eliminou o elemento especulativo, deixando as ações de primeira ordem no seu justo valor em relação aos dividendos. Se tivesse sido permitido o auto-ajuste na recessão, o que deveria ter acontecido em fins de 1930, por analogia ao que se conhecia anteriormente, a confiança retornaria e o *crack* mundial não precisaria ter ocorrido. Ao contrário, o mercado caiu, devagar, mas inexoravelmente, deixando de refletir a realidade econômica — sua verdadeira função —, transformando-se numa máquina de ruína, levando à destruição a nação inteira e, no seu curso, o mundo todo. Segundo o *New York Times* de 8 de julho de 1932, as ações das indústrias tinham caído de 224, no fim do pânico, para 58. A *US Steel*, vendendo a 262 antes da quebra do mercado, chegou a 22. A GM, uma das mais bem dirigidas e bem-sucedidas indústrias do mundo, caiu de 73 para 8.³³ Nessa época, a perspectiva inteira do mundo tinha mudado — para pior. Como isso aconteceu? Por que a recuperação normal não se deu?

Para achar a resposta, precisamos analisar a visão convencional sobre Herbert Hoover e sobre seu sucessor como presidente, Franklin Roosevelt. A opinião geral é de que Hoover, por causa da sua ligação ideológica com o *laissez-faire*, recusou-se a usar o dinheiro do governo para reerguer a economia. Por isso prolongou e agravou a Depressão até a eleição de Roosevelt, que prontamente inverteu a política oficial, introduzindo o *New Deal*, uma forma de Keynesianismo, e tirou a América do fundo do poço. Hoover é apresentado como o símbolo do passado desacreditado e morto; Roosevelt, como o arauto do futuro; e 1932-33 como o divisor de águas entre o velho estilo da economia de mercado livre e a nova e benevolente economia gerenciada e do bem-estar social de Keynes. Essa nova versão dos acontecimentos começou com a propaganda de característica jornalística dos colegas e admiradores de Roosevelt e foi elaborada numa matriz histórica sólida por duas gerações inteiras de historiadores liberais democratas³⁴.

Esse mito histórico dos mais duradouros contém pouca verdade. A realidade é muito mais complexa e interessante. Hoover é uma das figuras trágicas dos tempos modernos. Ninguém além dele ilustrou melhor o julgamento de Tácito sobre Galba: *omnium consensu capax imperii nisi imperasset* (na opinião de todos adequado para governar, não tivesse ele governado). Como vimos, a Primeira Guerra Mundial introduziu a era da engenharia social. Alguns sábios quiseram ir além e fazer do

próprio engenheiro o rei. Thorstein Veblen, o escritor progressista mais influente da América no primeiro quarto do século XX, argumentou, tanto em *The Theory for the Leisure Class* (1899) como em *The Engineers and the Price System* (1921), que o engenheiro, considerado por ele como uma figura desinteressada e benevolente, deveria substituir o empresário, eliminando assim tanto os valores da classe ociosa como os motivos de lucro, e deveria dirigir a economia no interesse dos consumidores³⁵. Na União Soviética, que adotou a engenharia social de forma mais abrangente e por um período bastante mais longo do que qualquer outra sociedade, isso foi mais ou menos o que aconteceu: os engenheiros tornavam-se o elemento supremo da classe governante (apesar de ainda não terem trazido muita vantagem para o consumidor).

Hoover, nascido em 1874, não somente acreditava numa forma de engenharia social, mas era também engenheiro. Órfão, originário de uma família de agricultores paupérrimos de Iowa, ele ilustrava a estória típica americana do homem que chegou ao sucesso. Trabalhou para se manter na Universidade de Stanford até se graduar em engenharia e, a partir daí, de 1900 até 1915, juntou US\$4 milhões trabalhando em mineração pelo mundo todo³⁶. Recrutado para a equipe de guerra de Wilson, tornou-se o membro mais ilustre dessa equipe, e absorveu a filosofia de direção e planejamento de um governo forte. Depois veio a ser o chefe da Comissão de Auxílio da América do pós-guerra (um prenúncio do que seria o Plano Marshall e o programa do Ponto Quatro), adquirindo reputação internacional graças a um intervencionismo benevolente. Máximo Gorky escreveu-lhe: “O senhor salvou da morte 3.500.000 crianças, assim como 5.500.000 adultos”³⁷. Hoover usou a diplomacia da ajuda alimentícia seletivamente, tanto para derrotar o regime comunista de Béla Kun, na Hungria, como para possibilitar a volta dos Habsburgos na Áustria, enquanto apoiava os regimes que as potências anglo-saxônicas favoreciam³⁸. Keynes escreveu sobre ele, apontando-o como “o único homem que saiu da experiência penosa de Paris com renome... [e como aquele que] levava aos Conselhos de Paris, quando deles tomava parte, precisamente a atmosfera de realidade, conhecimento, magnanimidade e desprendimento, coisas que, se fossem encontradas em outros locais, nos teriam dado a Paz Duradoura”³⁹. Franklin Roosevelt, que, como sub-secretário da Marinha, também havia participado da administração durante a guerra e que compartilhava dos pontos de vista de Hoover, escreveu a um amigo: “Ele é sem dúvida fantástico e meu desejo seria torná-lo presidente dos Estados Unidos. Não poderia haver ninguém melhor”⁴⁰.

Como secretário de Comércio, por oito anos, Hoover se mostrou um corporativista, um ativista e um intervencionista, remando contra a corrente geral, ou melhor, a não-corrente, nas administrações de Harding e Coolidge. Seu predecessor, Oscar Straus, havia-lhe dito que precisava trabalhar somente duas horas por dia, “fazendo os peixes dormir à noite e acendendo as luzes ao longo da costa”. O seu Ministério foi o único que aumentou o número de funcionários, de 13.005 para 15.850, e cujos custos passaram de US\$24,5 milhões para US\$37,6 milhões⁴¹. Ele recebeu o cargo bem ao final da Depressão de 1920 e imediatamente começou a trabalhar formando comissões e conselhos de comércio, patrocinando programas de pesquisa, estimulando o consumo, persuadindo os empregadores a manter os salários e a “fazer turnos de trabalho” para aumentar a oferta de empregos e, acima de tudo, forçando a “cooperação entre os poderes federais, estaduais e municipais para o aumento de trabalhos públicos”⁴². Por toda parte formava comissões e grupos de estudo, incen-

tivando debates e trabalhos de equipe, gerando uma atmosfera de borborinho e de negócios. Não houve um só setor da política pública em que Hoover não tivesse tomado parte ativa pessoalmente: saúde infantil, política dos índios, petróleo, preservação, educação pública, habitação, lixo, agricultura — como Presidente, ele foi seu próprio secretário de Agricultura e a Lei de Mercado da Agricultura de 1929 foi obra inteiramente sua⁴³. Harding não gostava dessa hiperatividade, mas ficava pasmo com a inteligência e o prestígio de Hoover — “O cara mais dinâmico que conheço”⁴⁴. Coolidge não o apreciava muito, mas nessa época Hoover já quase que fazia parte da mobília do governo republicano e não mais podia ser removido.

Além disso, o corporativismo de Hoover — caracterizado pela idéia de que o Estado, os negócios, os sindicatos e outros *Big Brothers* deveriam trabalhar em conjunto, numa manipulação suave, mas persistente e contínua, para tornar a vida melhor — era opinião geral da época entre capitalistas esclarecidos, republicanos da ala esquerda e intelectuais não-socialistas. O corporativismo do tipo ianque era a resposta americana a novas formas de corporativismo surgidos na Europa, especialmente ao fascismo de Mussolini; era tão importante para as pessoas de pensamento equilibrado na década de 20, como foi o stalinismo na década de 30.⁴⁵ Hoover era o eminente empresário e ideólogo. (Um dos seus admiradores era Jean Monnet que, mais tarde, deu novo nome à abordagem de Hoover, chamando-a de “planejamento indicativo” e tornando-a a base seja para o sistema de planejamento pós-guerra da França seja para a Comunidade Econômica Européia). Contudo, Hoover não era um estatista. Ele se dizia contra qualquer tentativa de “contrabandear o fascismo para a América pela porta dos fundos”⁴⁶. Em vários aspectos era um liberal. Queria que a ajuda americana fluísse para os países subdesenvolvidos. Lamentava a exclusão dos japoneses das cotas de imigração de 1924. Sua mulher convidava as senhoras dos deputados negros. Ele não fazia piadas anti-semitas como Woodrow Wilson e sua mulher, ou Franklin Roosevelt⁴⁷. Era considerado, por um vasto espectro da opinião culta americana, o principal homem público americano, bem antes de entrar na Casa Branca.

Nasceu daí a crença generalizada de que Hoover, como presidente, seria um taumaturgo. O *Philadelphia Record* dizia ser ele “de longe a figura mais marcante da moderna ciência de ‘engenharia da arte de governar’”. O *Boston Globe* disse que a nação sabia que teria na Casa Branca uma pessoa que acreditava na “dinâmica do comando”⁴⁸. Ele era o “Grande Engenheiro”. Hoover dizia preocupar-se com “a idéia exagerada que as pessoas fazem de mim. Elas estão convictas de que sou uma espécie de super-homem, que não há nenhum problema que esteja acima da minha capacidade”⁴⁹. Mas ele não estava realmente perturbado: sabia exatamente o que fazer. Conduziu a administração como um ditador; ignorava ou provocava o Congresso; censurava as leis como se fosse um personagem de Dickens; gostava de dizer aos subordinados: “Quando vocês me conhecerem melhor, vão ver que, quando digo que uma coisa é um fato, é um fato”⁵⁰.

Quando Hoover se tornou presidente, em março de 1929, o mecanismo que levaria à Depressão já estava em marcha. O único passo útil que ele poderia ter dado seria permitir que as taxas de juros, artificialmente baixas, subissem ao seu nível natural — nível alto nas circunstâncias —, o que acabaria com o *boom* da Bolsa de Valores muito mais cedo e evitaria o drama prejudicial do outono de 1929. Mas ele não fez isso: o crédito barato induzido pelo governo foi o alicerce da sua política. Quando a magnitude da crise se tornou aparente, Andrew Mellon, o secretário do

Tesouro, finalmente repudiou sua filosofia intervencionista e voltou ao estrito *laissez-faire*. Disse a Hoover que a política da administração deveria ser a de “liquidar o trabalho, liquidar as ações, liquidar os agricultores e pecuaristas, liquidar os bens imobiliários” e, assim, “purgar a podridão da economia”⁵¹. Foi o único conselho sensato que Hoover recebeu em todo o seu mandato presidencial. Ao permitir que a Depressão agisse, os negócios em mau estado iriam rapidamente à falência e os negócios sólidos sobreviveriam. Os salários caíam a seus níveis naturais, o que para Hoover tornou-se um problema, pois acreditava que os salários altos eram imprescindíveis à prosperidade; mantê-los como tal era o que havia de mais importante na política para conter e superar as depressões⁵².

Como consequência, desde o início Hoover concordou em assumir o ciclo de negócios e marcá-lo com todos os recursos do governo. “Nenhum presidente jamais acreditou que, em tais casos, houvesse uma responsabilidade do governo”, escreveu ele. E continuou: “... nisso tivemos que agir como pioneiros num novo campo”⁵³. Ele retomou a expansão do crédito inflacionário, o Banco Central oferecendo quase US\$300 milhões somente na última semana de outubro de 1929. Em novembro, ele realizou uma série de conferências com líderes industriais, arrancando deles a promessa solene de não diminuir os salários; se possível, até os aumentaria. Essa promessa foi mantida até 1932. O periódico da Federação Americana do Trabalho louvou tal política: os empregadores americanos nunca tinham sido comandados para agir em conjunto; essa decisão marcou uma “época na marcha da civilização — salários altos”⁵⁴. Keynes, num memorando ao primeiro-ministro britânico, do Partido Trabalhista, Ramsay MacDonald, elogiou a postura de Hoover de manter os níveis de salários e considerou a expansão do crédito federal “inteiramente satisfatória”⁵⁵.

Em sua essência, as ações de Hoover incorporavam o que mais tarde seria chamado de uma política “keynesiana”. Ele cortou os impostos drasticamente. Os impostos de um pai de família com uma renda de US\$4.000 caíram em dois terços⁵⁶. Aumentou a despesa do governo, chegando a um déficit deliberado de US\$2,2 bilhões em 1931, tanto que a fatia do governo no Produto Nacional Bruto subiu de 16,4% em 1930 para 21,5% em 1931. Esse aumento nas despesas do governo, de longe o maior na história americana em tempos de paz, chegando a US\$1,3 bilhões em 1931, foi a decorrência (US\$1 bilhão) da transferência de pagamentos⁵⁷. É verdade que Hoover excluiu a ajuda direta e onde fosse possível ele canalizava o dinheiro do governo para os bancos e não diretamente para negócios ou indivíduos. Mas fica fora de dúvida que ele tenha usado moeda sonante para reerguer a economia. O conselho de Coolidge a delegações de irados fazendeiros havia sido gelado: “Dediquem-se à religião”. Agora, a nova Lei de Mercado da Agricultura dava a eles US\$500 milhões no início de 1930. Em 1931, Hoover estendeu isso à economia em geral, com sua *Reconstruction Finance Corporation* (RFC), como parte de um programa de intervenção governamental de nove pontos que ele introduziu em dezembro. Nos quatro anos de Hoover, iniciaram-se mais trabalhos públicos do que nos trinta anos anteriores, incluindo-se dentre esses trabalhos a ponte sobre a baía de São Francisco, o aqueduto de Los Angeles e a represa Hoover; o fracasso da aprovação do projeto para a construção de um canal no rio São Lourenço foi causado pela recusa do Congresso e não pela Casa Branca. Em Julho de 1932, o capital da RFC tinha quase que dobrado para US\$3,8 bilhões e a nova Lei de Construção e Auxílio de Emergência tornou o seu papel mais positivo: somente em 1932 ofereceu créditos de US\$2,3 bilhões e US\$1,6 bilhões em dinheiro vivo. Infelizmente, como havia então acordo unânime

sobre o fato de que o orçamento tinha de ser equilibrado depois de dois anos de déficit, a Lei de Imposto de Renda de 1932 presenciou o maior aumento de impostos na história americana em tempo de paz, com as alíquotas sobre rendas altas pulando de 25% para 63%. Isso tornou os cortes anteriores nos impostos, feitos por Hoover, uma tolice, mas a esse tempo Hoover já havia perdido o controle do Congresso e não estava mais em posição de seguir uma política fiscal coerente.

O intervencionismo de Hoover foi acompanhado por incessante retórica ativista. Ele foi, talvez, o primeiro membro daquele que se tornaria um grande exército de estadistas democráticos a usar metáforas militares em um contexto de política econômica: "A luta para pôr a nossa máquina econômica em movimento nesta emergência toma novas formas e requer novas táticas de tempos em tempos. Nós usamos tais poderes de emergência para vencer a guerra; podemos usá-los para combater a Depressão..." (maio, 1932). "Se houver retirada, se o ataque continuar como ele está agora organizado, então esta batalha está ganha..." (agosto de 1932). "Nós não poderíamos ter feito coisa alguma. Teria sido a completa ruína. Em vez disso, encaramos a situação com propostas, feitas às empresas privadas e ao Congresso, de programas os mais gigantescos de defesa econômica e de contra-ataque jamais desenvolvidos na história da República... Pela primeira vez na história da Depressão, os dividendos, os lucros e o custo de vida foram reduzidos antes que os salários tivessem sido alterados... Eles foram mantidos até que... os lucros houvessem praticamente desaparecido. São hoje os salários mais altos do mundo... Alguns dos economistas reacionários pediram com urgência que nós permitíssemos que a falência chegasse a seu termo até que tivéssemos encontrado o equilíbrio... Determinamos que não seguiríamos o conselho desses derrotistas impiedosos na sua tentativa de ver a totalidade dos devededores americanos levados à falência e as poupanças de nosso povo levadas à destruição..." (outubro de 1932)⁵⁸.

Hoover, o engenheiro dinâmico, pensava em termos de ferramentas e armas. Ferramentas e armas foram feitas para ser usadas e ele as usou. Seus incessantes ataques às bolsas de valores, que ele odiava como a parasitas, e suas exigências de que elas fossem investigadas fizeram cair mais ainda as ações e desencorajaram os investimentos privados. Sua política de investimento público impediu as falências necessárias. Os negócios que, deste modo, ele esperava salvar, ou foram à bancarrota no final, depois de terríveis agonias, ou foram sobrecarregados, através dos anos 30, por um esmagador peso de dívidas. Hoover prejudicou o direito de propriedade ao enfraquecer as leis de falência e ao encorajar os estados a pararem com os leilões organizados para os pagamentos das dívidas, a banirem as cobranças executivas ou imporem a moratória da dívida. Isso, em si, impediu a possibilidade, por parte dos bancos, de preservarem a confiança. Hoover deliberadamente ofereceu crédito aos bancos, levando-os à inflação e aumentando assim a precariedade da posição dos mesmos.

A crise final chegou quando a política protecionista da América voltou-se contra ela própria. A tarifa cruel de Smoot-Hawley, em 1930, que aumentou violentamente os impostos de importação, levou a Depressão até a Europa. No verão de 1931, o colapso do principal banco da Áustria, o Credit Anstalt, foi a primeira pedra do dominó europeu a cair, tirando a Grã-Bretanha e outros países do sistema de padrão-ouro e começando uma série de não-reconhecimentos de dívidas. O que restava das exportações americanas para a Europa desapareceu e a política de empréstimos externos como substituto para o mercado livre entrou em colapso. Os

estrangeiros perderam a confiança no dólar e, uma vez que os Estados Unidos ainda estavam no padrão-ouro, começaram a retirar seus investimentos em ouro, um hábito que se espalhou entre os clientes americanos. Em um ano "normal", mais ou menos setecentos bancos americanos faliram. Em 1931-32, houve 5.096 outras falências, com retiradas de depósitos que totalizavam bem mais do que US\$3 bilhões, e o processo de falência chegou ao auge em princípios de 1933, quando o sistema bancário dos Estados Unidos praticamente paralisou nas últimas semanas do mandato de Hoover, colocando a última pedra no monumento ao fracasso do presidente⁵⁹.

Nesse momento, a Depressão já estava no seu quarto ano, prolongada pelo intervencionismo de Hoover. A crise bancária cumulativa teve, ao que tudo indica, o efeito deflacionário contra o qual Hoover lutara tanto e tão fortemente e, de tal maneira que, no final de 1932, o pior da Depressão já havia passado. Mas a profundidade do cataclisma no qual a economia afundara nesse meio tempo tinha um sentido: a recuperação seria lenta e fraca. Os prejuízos foram enormes, embora desiguais e muitas vezes contraditórios. A produção industrial, que tinha sido de 114 em agosto de 1929, era de 54 em março de 1933. A construção civil, que havia atingido a marca de US\$8,7 bilhões em 1929, caiu para apenas US\$1,4 bilhões em 1933. Houve um declínio de 77% dos produtos manufaturados nessa mesma época. Graças a Hoover, a média dos salários reais aumentou durante a Depressão; as vítimas, é lógico, foram aqueles que não tinham salário de espécie alguma⁶⁰. O desemprego, que tinha sido de apenas 3,2% da força de trabalho total em 1929, subiu para 24,9% em 1933 e 26,7% em 1934.⁶¹ Num certo momento, calculou-se que (excluindo as famílias que habitavam no campo) mais ou menos 34 milhões de homens, mulheres e crianças não tinham renda alguma: tratava-se de 28% da população⁶². Os proprietários não conseguiam receber os aluguéis e, conseqüentemente, não podiam pagar os impostos; as receitas nas cidades desabaram, acabando com o sistema de assistência social (tal como era) e com os serviços. Chicago devia aos seus professores US\$20 milhões. Em algumas áreas, as escolas fecharam durante a maior parte do ano. Em Nova Iorque, em 1932, mais de trezentas mil crianças ficaram sem escola por falta de recurso e, entre aquelas que eram socorridas pelo Departamento de Saúde, 20% mostraram casos de desnutrição⁶³. Em 1933, o Ministério da Educação americano calculou que 1.500 instituições de educação superior tinham ido à falência ou fechado, e as inscrições nas universidades diminuíram de 25%.⁶⁴ Poucos compraram livros. Nenhuma das bibliotecas públicas, em Chicago, podia comprar um simples livro novo durante os 12 meses do ano. A venda total de livros caiu em 50% e a editora *Little Brown*, de Chicago, considerou o ano de 1932-33 como o pior desde que eles haviam começado a publicar em 1837.⁶⁵ John Steinbeck se queixava: "Quando as pessoas estão quebradas, a primeira coisa de que elas desistem é de comprar livros"⁶⁶.

Os intelectuais se ressentiam amargamente de sua difícil situação e da miséria que se refletia à sua volta. Mas reagiam de modos diferentes. Alguns apenas descreviam o que viam. Num dos melhores artigos sobre Depressão, "New York in the Third Winter", James Thurber registrou os contrastes e ironias. Dos 86 teatros da cidade, apenas 28 estavam funcionando; mas a peça de O'Neill, *Mourning Becomes Electra*, teve lotação esgotada, mesmo com as entradas a US\$6. Aproximadamente 1.600 dos vinte mil táxis tinham "saído de circulação"; mas os que permaneceram eram muito mais vistosos e limpos, como resultado de uma competição intensa. Tanto o Ritz como o Pierre tiveram que oferecer quartos mais baratos, ao preço humilhante de US\$6, mas o novo Waldorf, cobrando o mesmo que antes, estava repleto. O novo Empire

State, o último produto do fantástico *boom* da construção dos anos 20, tinha conseguido alugar apenas um terço de suas salas: "Muitos andares não estavam nem terminados, eram apenas espaços rebocados", mas 550.000 pessoas já haviam pago US\$1 para ir ao ponto mais alto do edifício. Os grandes transatlânticos estavam diminuindo os preços dos camarotes em um terço; mas os "cruzeiros do oba-oba", que iam além das 12 milhas onde era permitido o jogo, eram um sucesso estrondoso. Também o era o bridge, com Elly Culbertson vendendo quatrocentos mil manuais por ano e a indústria acumulando um retorno de US\$100 milhões. Nos novos shows de *strip-tease*, havia artistas que ganhavam US\$475 por semana. Acima de tudo, James Thurber registrou barganhas nas grandes lojas, que reduziam drasticamente seus preços e assim mantinham seus negócios. É significativo o fato de que o comércio varejista, reagindo diretamente às condições do mercado, fosse o setor da economia menos atingido; a indústria, num beco sem saída, por causa das leis férreas de Hoover sobre salários altos, estava derrotada⁶⁷. A reportagem de Thurber enfatizou que, para aqueles que conseguem ganhar dinheiro, as depressões são as melhores ocasiões.

A maioria dos intelectuais se bandeou bruscamente para a esquerda ou, melhor dizendo, para a política, apresentando a realidade de seu país sem disfarces e num enfoque marcado pelas cores de suas ideologias pela primeira vez. Thomas Wolfe, o fenômeno literário barroco dos anos 30, descreveu a seguinte cena presenciada nos lavatórios públicos localizados do lado de fora da Prefeitura de Nova Iorque, onde uma proporção assombrosa de dois milhões de desgraçados da América se reuniam

... atraídos por uma mistura de descanso e aconchego e uma pequena pausa em seus desesperos... O quadro era revoltante, repugnante, suficiente para deixar um homem para sempre sem palavras por pura piedade. [Perto estavam] os espigões gigantescos de Manhattan, brilhando impassivelmente numa luminosidade cruel de uma noite de inverno. O edifício da Woolworth não se encontrava a mais de cinquenta jardas de distância e um pouco mais além estavam as torres com suas agulhas prateadas de Wall Street, as grandes fortalezas de pedra e aço que abrigavam os enormes bancos... Sob o luar frio, apenas a uns poucos quarteirões de distância desse abismo de desolação e miséria humana, resplandeciam os pináculos do poder, onde uma grande parte de toda a riqueza do mundo estava trancada nos poderosos cofres⁶⁸.

Edmund Wilson, cujos artigos sobre a Depressão foram coletados em *The American Jitters* (1932), absteve-se da retórica, mas retratou, de maneira muito forte, o sentimento crescente antiempresarial que estava dominando o país. Era possível que não se comprassem livros, mas cada vez mais as pessoas liam livros sérios. Ele reconheceu perspicazmente que uma boa época — ou melhor, uma época influente — havia chegado para os intelectuais: especialmente para os mais jovens, "que tinham crescido na era dos grandes negócios e sempre se haviam ressentido do seu barbarismo e da exclusão de tudo o que lhes era importante". Para eles, "esses anos não foram deprimentes, porém, estimulantes. Não se podia evitar a alegria pelo colapso repentino e inesperado da estúpida e gigantesca fraude. Foi-nos dado um novo sentido de liberdade e um novo sentido de poder"⁶⁹.

É um fato curioso o de que escritores — as pessoas menos organizadas da vida — instintivamente apoiaram a idéia de planejamento no domínio público. E no

começo dos anos 30, o planejamento se tornou a nova *Weltanschauung*. Em 1932, o tema dominou as listas de livros: Stuart Chase, tão embaraçosamente errado sobre a "continuidade do boom" em outubro de 1929, agora publicava *A New Deal*, título tão oportuno quanto *The Third Reich* de Bruck. George Soule exigia programas de trabalho hooverescos em *A Planned Society*. O planejamento corporativo atingiu a sua apoteose no *Modern Corporation and Private Property*, de Adolf Berle e Gardiner Means, que teve vinte edições quando a Depressão chegou ao auge e previu que a "lei das corporações" seria a "lei constitucional em potencial para o novo Estado econômico".

Todo mundo queria o planejamento. O historiador mais lido da América, Charles Beard, advogava "um plano de cinco anos para a América"⁷⁰. Empresários como Gerard Swope, o presidente da General Electric, apresentaram os seus. Henry Harriman, presidente da New England Power Company, declarou: "Nós abandonamos um período de extremo individualismo... A prosperidade nos negócios e nos empregos será melhor mantida por uma estrutura de negócios inteligentemente planejada". Os capitalistas que discordavam seriam "tratados como qualquer animal sem marca..., laçado, marcado e enviado ao rebanho". Charles Abbott, do Instituto Americano de Construção de Aço, declarou que o país não podia mais agüentar "o individualismo não cooperativo, obstinado, mal informado e irresponsável". O *Business Week*, sob o título sarcástico "*Do You Still Believe in Lazy-Fairies?*" perguntou: "Planejar ou não planejar não é mais a questão. A verdadeira questão é: quem vai fazê-lo?"⁷¹

Quem, com lógica e justiça, senão o Grande Engenheiro e o Rapaz Maravilha? Não havia, com lógica e justiça, chegado o seu tempo? Mas não há lógica e justiça na história: é tudo uma questão de cronologia. A hora de Hoover tinha chegado e partido. Ele tinha estado no poder por quatro anos, agindo e planejando freneticamente; e qual foi o resultado? Em 1932, seus conselheiros diziam-lhe que "evitasse as manchetes", porque seus atos públicos estavam desacreditando a idéia de que o governo poderia intervir eficazmente⁷². Ele próprio já se havia prevenido, em 1929: "Se qualquer calamidade sem precedentes se abater sobre esta nação, eu serei sacrificado à desilusão irracional de um povo que esperou demais". Esse medo — descartado confiantemente na época — mostrou-se altamente justificado. Em 1907, Theodore Roosevelt ponderou que, "quando o homem comum perde o seu dinheiro, ele simplesmente fica como uma cobra ferida que ataca por todos os lados qualquer coisa, que se mostre inocente, culpada, ou conspícua em sua mente"⁷³. Essa máxima, também, estava agora confirmada retumbantemente, sendo Hoover sua vítima impotente, um coelho petrificado numa camisa engomada. Ele sempre havia sido um homem melancólico; agora, imperceptivelmente, se tornava o Grande Depressivo. O mais capaz de seus colegas de governo, Henry Stimson, disse que ele evitava a Casa Branca para fugir "ao sentimento sempre presente de tristeza que envolve tudo o que está ligado a essa administração". E continuou: "Não me lembro de jamais ter ouvido uma pilhéria em qualquer reunião no último ano e meio". Como seu partido e seus colegas de gabinete se distanciassem dessa figura de vodu, Hoover começou a fazer uma "lista de inimigos" desleais⁷⁴. Ao visitar esse homem sitiado que era Hoover, H.G. Wells achou-o "doentio, estafado e assoberbado"⁷⁵.

E, como normalmente acontece nessas ocasiões, a pura sorte abandona as causas perdidas e se torna a fonte de mitos mais duradouros. Em 1924, um projeto de lei sobre o bônus deu aos veteranos de guerra certificados de serviço e o direito

de fazer empréstimos de 22,5% de seu valor vencido. Em 1931, passando por cima do veto de Hoover, o Congresso elevou essa percentagem para 50%. Muitos veteranos não se contentaram e a esquerda, tomando uma posição ativa pela primeira vez desde 1919, organizou uma “força expedicionária em prol do bônus”, com vinte mil veteranos que armaram um “acampamento” de barracas no meio de Washington, em 1932. O Congresso se recusou a fazer nova concessão e, em 28 de julho, Hoover (cuja posição sobre essa questão foi idêntica à adotada por Roosevelt, que enfrentou o mesmo problema em 1936) ordenou a dispersão do acampamento. Tendo a polícia se mostrado ineficaz, algumas tropas foram usadas sob as ordens do major (mais tarde general) Patton, da Cavalaria dos Estados Unidos. Tanto o general Mac Arthur, nesse momento chefe do Estado-Maior, como seu ajudante-de-ordens, major Eisenhower, desempenharam papéis secundários na confusa operação que se seguiu.

Nenhum episódio da história americana deu margem a tantas falsidades, muitas delas intencionais. Os comunistas não foram os responsáveis pelo “acampamento”, mas organizaram a propaganda subsequente com grande habilidade. Corriam histórias de cargas de cavalaria; de uso de tanques e de gás venenoso; de um garotinho morto à baioneta enquanto tentava salvar seu coelho; de tendas e abrigos incendiados com as pessoas encurraladas dentro. Isso tudo era publicado em trabalhos como *BEF: the Whole Story of Bonus Army* (1933), de W.W. Walters, e *Veteran on the March* (1934), de Jack Douglas, ambos de completa ficção. Um dos livros, *Ballads of the BEF* (1934), apareceu contendo uma seleção de itens como “O regime de Hoover é o gás” e “Eu vi os sabres brilhando, enquanto eles decepavam as orelhas dos veteranos”. Um tratado comunista característico de Bruce Minton e John Stuart, de 1940, *The Fat Years and the Lean*, concluiu: “Os veteranos começaram a deixar a capital. Mas o presidente Hoover não deixou que se dispersassem pacificamente... Sem aviso prévio, ordenou ao Exército que expulsasse os veteranos de Washington. Os soldados atacaram a baionetas caladas, atirando na multidão de homens, mulheres e crianças desarmados”. Enquanto o acampamento ardia, dizia-se, Hoover e sua mulher, que tiveram o melhor passadio na história da Casa Branca, jantavam a sós, vestidos a rigor, uma refeição de sete pratos. Algumas dessas ficções ainda eram repetidas em trabalhos de história respeitáveis, mesmo nos anos 70.⁷⁶

O que mais importou na época foi a maneira inepta pela qual a Administração encaminhou o inquérito que se seguiu a todo esse episódio do acampamento, levando à deflagração de uma violenta discordância, tornada pública, entre o ministro da Justiça e o superintendente da Polícia de Washington. Tal feito se passou nos estágios finais da campanha eleitoral. Hoover, apoiando lealmente seu ministro, aparentou ser um mentiroso e um monstro: “Não havia dúvidas de que o presidente estava irremediavelmente derrotado”, escreveu um membro de sua equipe⁷⁷. Não apenas a sua credibilidade estava sendo contestada, mas o apoio de muitas igrejas que tinham até então feito oposição ao Roosevelt “Molhado”⁷⁸ estava irremediavelmente perdido porquanto a Lei Seca era a outra grande controvérsia da campanha — talvez, para a maioria dos eleitores, a mais importante.

Assim, uma combinação de mito e álcool, além da imagem do fracasso de Hoover, levaram o Rapaz Maravilha para o esquecimento, numa eleição divisora de águas. Revertendo as imensas margens republicanas dos anos 20, Roosevelt conquistou 22.833.000 votos contra 15.762.000 de Hoover, e uma maioria no colégio eleitoral de 472 votos contra 59, eleito por todos os estados, com exceção de seis. O novo modelo de eleição adotado em 1932 previu a emergência da “coalizão das minorias”

democráticas, baseada no Nordeste industrial, a qual duraria quase meio século e tornaria o Congresso, por quase uma legislatura, dominado por um partido único. Esse modelo foi pressagiado pelo bom desempenho de Al Smith, o candidato democrático, na eleição presidencial de 1928 e, mais ainda, nas eleições intermediárias para o Congresso, em 1930. Mas foi somente em 1932 que os republicanos finalmente perderam a imagem progressista de que haviam desfrutado desde os dias de Lincoln e viram seus inimigos apoderarem-se dela triunfalmente, com tudo o que tal espécie de transferência traz consigo de apoio da mídia, de aprovação do mundo acadêmico, de patrocínio da *intelligentsia* e, não menos importante, de produção da ortodoxia histórica.

Paradoxalmente, pelo que hoje é visto como a saída principal para que se pudesse livrar a América da Depressão, não havia diferença — pelo menos até então — entre os partidos. Tanto Hoover quanto Roosevelt eram intervencionistas. Ambos eram, de algum modo, planejadores. Ambos eram inflacionistas. É verdade que Roosevelt tendia a favorecer alguma espécie de ajuda direta, na qual Hoover ainda não confiava; por outro lado, ele era (nesse estágio) até mais insistente do que Hoover sobre a necessidade contraditória de um orçamento estritamente equilibrado. A verdadeira plataforma democrática nessa campanha foi rigorosamente ortodoxa. Roosevelt era visto como um peso leve instável em assuntos econômicos. Ele parecia um peso leve quando era comparado ao seu primo em quinto grau, Theodore. Era um aristocrata, filho único de um proprietário rural de Hudson River, descendente de holandeses do século XVII e da melhor cepa anglo-saxã; o orgulhoso dono da magnífica propriedade Hyde Park, no meio do caminho entre Nova Iorque e Albany, a capital do estado. Foi educado por governantas até a idade de 14 anos; em seguida, partiu para Grotton⁷⁹, a Eton americana, onde adquiriu um ligeiro sotaque inglês e aprendeu latim, grego e história européia. Passou quatro anos em Harvard, na “Gold Coast” (dormitórios e clubes caríssimos), desenvolvendo uma visão que, segundo seu melhor biógrafo, era “uma mistura de conservadorismo político, ortodoxia econômica e antiimperialismo, impregnado de vago altruísmo e de uma vasta ignorância” — uma beberagem da qual ele nunca foi desmamado⁸⁰.

Em 1932, Roosevelt já era um administrador tarimbado, com mais de sete anos no Ministério da Marinha e um governo relativamente bem-sucedido em Nova Iorque. Mas ninguém o encarava como um Garoto Maravilha. No começo de 1932, Lippmann o descreveu como “uma pessoa altamente impressionável, sem controle firme dos interesses públicos e sem convicções muito fortes... um inimigo perigoso de nada. Ele está sempre ansioso por agradar... nenhum defensor de causas... nenhum tribuno do povo... nenhum inimigo dos privilégios usurpados. Ele é um homem agradável que, sem nenhuma qualificação importante para o cargo, gostaria muito de ser presidente”⁸¹. O *Time* chamou-o de “um cavalheiro bem-intencionado e vigoroso, de berço e de boa educação”.

Roosevelt não era, de maneira alguma, o alvo da admiração da *intelligentsia* de esquerda. *Common Sense*, um dos periódicos favoritos dessa facção, achava que a eleição era uma não-escolha entre o “rapaz risonho de Hyde Park” e o “grande engenheiro taciturno de Palo Alto”. Theodore Dreiser, Sherwood Anderson, Erskine Caldwell, Edmund Wilson, John Dos Passos, Lincoln Steffens, Malcolm Cowley, Sidney Hook, Clifton Fadiman e Upton Sinclair apoiaram o candidato comunista William Z. Foster. Eles assinaram uma carta conjunta insistindo no seguinte: “É o capitalismo que destrói toda a cultura e é o comunismo que deseja salvar a civilização

e sua herança cultural do abismo para o qual a crise a está levando". Outros intelectuais, como Reinhold Niebuhr, Stuart Chase, Van Wyck Brooks, Alexander Woolcott, Edna St Vincent Millay e Paul Douglas votaram no candidato socialista, Norman Thomas⁸². Mesmo depois de Roosevelt estar bem instalado na Casa Branca, muitos deles continuaram a notar nele uma falta de seriedade específica que nunca o deixou completamente. "Washington parece muito mais inteligente e animado do que sob qualquer outra administração recente — escreveu Edmund Wilson — mas, como me foi dito por uma senhora, é 'puro Tchekhov'. Onde a Gangue de Ohio jogava pôquer, os depositários da inteligência se reúnem e conversam. Nada faz realmente muito sentido, porque Roosevelt não tem política definida"⁸³.

Havia um elemento de verdade nesse comentário. Foi essencialmente a retórica da campanha de Hoover que abriu uma lacuna ideológica entre ambos, Roosevelt e Hoover. A admiração de Roosevelt por Hoover nunca foi recíproca; Hoover achava-o uma pessoa frívola, que poderia facilmente se transformar numa pessoa perigosa. Durante a campanha, sentindo que estava perdendo, Hoover chegou à banalidade sobre divergências irrelevantes na ajuda direta (que Roosevelt havia praticado em Nova Iorque) e propôs uma ingerência nos serviços públicos. "Meus compatriotas", dizia ele aos brados, "as propostas de nossos oponentes representam uma mudança profunda na vida americana... um desvio radical na direção dos fundamentos de 150 anos que fizeram desta a maior nação do mundo. Esta eleição não é uma mera virada de dentro para fora. Significa decidir quais serão as diretrizes do nosso país nos próximos cem anos". "Esta campanha", preveniu ele, "é mais do que uma disputa entre dois homens. É mais do que uma disputa entre dois partidos. É uma disputa entre duas filosofias de governo"⁸⁴. Roosevelt, encantado de ver alguma coisa picante atribuída ao programa que o *New York Times* achava que não continha "nenhum plano insensato ou propostas perturbadoras no seu todo" e que o *New Republic* descartava como "uma resposta insignificante ao desafio dos tempos", assumiu a mesma linha belicosa: "Nunca antes na história moderna, as diferenças essenciais entre os dois maiores partidos americanos se destacaram em contraste tão marcante, como está acontecendo hoje"⁸⁵. Era tudo conversa fiada. Isso ilustra a que grau a oratória engendra mitos, e a que grau mitos, por sua vez, criam realidades.

E não apenas a oratória: personalidades também criam mitos. Hoover, que fizera fortuna através de um trabalho duro e honesto e se tornara severo ao longo da vida, primeiro desprezava, depois odiava o *Whig* sorridente e enganador que simplesmente tinha herdado a sua fortuna e depois usou-a como plataforma para atacar os esforçados. Ele se aborrecera severamente com um comentário de Roosevelt, feito em 1928 — e que nunca pôde esquecer — de que ele estava "cercado por conselheiros interesseiros e materialistas"⁸⁶. Por sua vez, Roosevelt tinha um forte ressentimento contra Hoover. Como resultado de uma poliomielite, ele tinha ficado aleijado desde o início dos anos 20 e, numa recepção para os governadores na Casa Branca, na primavera de 1932, teve que esperar meia hora por Hoover. Recusou-se a pedir uma cadeira, achando que o incidente era um teste de força e acreditando — é espantoso como os políticos podem se tornar paranóicos no ano da eleição — que Hoover tinha planejado a demora propositalmente. Na realidade, a luta de Roosevelt contra sua incapacidade física era o aspecto de seu caráter que Hoover admirava; é inconcebível que ele tenha tirado vantagens justamente disso⁸⁷. Mas Roosevelt e sua mulher se lembravam dessa meia hora com ódio.

Essa antipatia mútua mostrou-se de grande importância histórica. Roosevelt

parece não ter percebido que Hoover o encarava como uma ameaça pública; ele próprio, por não levar a política muito a sério, descartava os gritos de Cassandra de Hoover como verborragia partidária, do tipo que ele próprio poderia empregar. Houve então um grande hiato entre a eleição e a posse, do princípio de novembro até março. Ambos concordavam que era urgente uma tomada de posição. Exceto por alguns detalhes, eles concordavam no que isso deveria ser — não modificar coisa alguma. Roosevelt concebeu a idéia fantástica de que deveria ser nomeado secretário de Estado imediatamente, para que Hoover e seu vice-presidente pudessem renunciar e ele, Roosevelt, pudesse constitucionalmente assumir a Casa Branca. Hoover, igualmente otimista, achou que Roosevelt poderia ser persuadido a repudiar algumas das promessas e afirmações que fizera durante a campanha, pois elas haviam tornado ainda piores as más situações criadas. Achou também que, talvez, Roosevelt pudesse humildemente endossar em público as medidas que o presidente se propunha a tomar, restaurando então a confiança e assegurando a continuidade da política (de Hoover). Admitidos esses equívocos, não é surpreendente que seus contactos durante o interregno fossem limitados a cartas geladas e a uma visita de mera cortesia por parte de Roosevelt, em 3 de março de 1933, na véspera da transmissão do cargo, e que terminou numa troca de palavras tão frias que teriam aquecido o coração de Henry James. Quando Roosevelt, que estava hospedado no Mayflower, disse que Hoover estava obviamente muito ocupado para retribuir a visita, o Júpiter golpeado lançou seu último raio: “Sr. Roosevelt, quando o senhor houver permanecido em Washington tanto tempo quanto eu, o senhor aprenderá que o presidente dos Estados Unidos não faz visitas”⁸⁸. Roosevelt se vingou ao se recusar a dar ao presidente que partia e cuja vida estava continuamente em perigo um guarda-costas do Serviço Secreto para acompanhá-lo de volta a Palo Alto⁸⁹.

A falta de cooperação pública entre os dois homens durante o longo interregno favoreceu decisivamente a política de Roosevelt, de delinear uma distinção profunda, embora completamente falsa, entre os dois regimes. Roosevelt era uma cara nova, exatamente na hora certa, e uma cara sorridente. Daí ter tido todo o crédito da recuperação, que já estava a caminho durante o último semestre de Hoover e que se tornou visível na primavera, sob a forma do que foi prontamente apelidado de “o Mercado de Roosevelt”. O historiador odeia admiti-lo, mas o fator sorte é muito importante. Hoover havia pedido a Rudy Vallee, em 1932, que compusesse uma canção anti-Depressão; o compositor produziu “*Brother, Can You Spare a Dime?*” (Meu irmão, você pode me arranjar um trocado?). A canção da campanha de Roosevelt, na verdade escrita para o *Chasing Rainbows* da MGM na véspera do grande *crack* da Bolsa, bateu na porta certa: “*Happy Days Are Here Again*” (Os dias felizes estão de volta). Roosevelt tinha muito das habilidades intuitivas de Lloyd George, um político com quem ele muito se parecia. Ele podia inventar uma frase, ou conseguir que outros inventassem para ele, como mostrou seu discurso de posse (“Deixem-me declarar minha firme crença de que a única coisa que temos a temer é o próprio medo”)⁹⁰. Ao final de sua primeira semana no cargo, mostrou seu domínio sobre o rádio, o novo veículo de comunicação, ao inaugurar seus “bate-papos ao pé do fogo”. Em termos de espetáculos políticos, poucos se compararam a ele, que possuía uma queda invejável para transformar os problemas em soluções. Assim, defrontado com os bancos fechados, ele os declarou fechados em nome da lei (usando uma velha lei de 1917) e chamou a isso de “feriado dos banqueiros”. Mas ele também tinha a sólida vantagem de contar com um Congresso esmagadoramente democrata

e excessivamente subserviente. Seu primeiro projeto de lei, o *Emergency Banking Act*, foi aprovado em menos de um dia, depois de um debate de menos de 45 minutos, interrompido por gritos de “Votem! Votem!”. A partir de 6 de abril, depois de um mês de empossado, a América podia beber legalmente — uma grande ajuda para o moral. Seu programa passou pelo Congresso em tempo recorde e foi batizado de “(O) Cem Dias” pelo mundo do espetáculo político.

Apesar de dar uma impressão de atividade furiosa — o que seu secretário do Tesouro, William Woodin, chamava de “ação rápida de *staccato*” —, não havia uma política econômica concreta por trás do programa⁹¹. Raymond Moley, o intelectual que ajudou Roosevelt a escolher o seu ministério, disse que os futuros historiadores poderiam encontrar algum princípio por trás dessa seleção, mas ele não poderia fazê-lo⁹². Essa falta de intenções objetivas foi refletida nas medidas tomadas. Nas excitantes conferências de imprensa de Roosevelt, ele se vangloriava de tocar de ouvido e se comparava a um zagueiro que “solicitava uma nova jogada quando via como a última tinha se desenrolado”⁹³. Enquanto aumentava os gastos federais em algumas direções, cortava-os em outras, diminuindo as pensões dos veteranos de guerra totalmente incapacitados, por exemplo, de US\$40 para US\$20 por mês, e pressionando os estados a reduzirem os salários dos professores, que ele achava “muito altos”. Ele permanecia firme no propósito de um orçamento equilibrado; sua primeira mensagem ao Congresso solicitava cortes importantes na despesa e um dos seus primeiros projetos de lei foi uma medida para equilibrar o orçamento intitulada “*To Maintain the Credit of the United States Government*”. Longe de ser um protokeynesiano, nada o deixava mais irritado do que as sugestões jornalísticas de que as suas finanças estavam em mau estado⁹⁴. A idéia de que Roosevelt foi o primeiro a usar o crédito financeiro para reerguer a economia é falsa. Keynes insistiu que ele usasse esse caminho numa famosa carta ao *New York Times*, no final de 1933: “Considero que a ênfase deva ser dada, acima de tudo, ao aumento do poder aquisitivo nacional que resulte da despesa do governo financiada por empréstimos”⁹⁵. Mas essa não era a verdadeira política de Roosevelt, exceto por acidente. Quando os dois homens se encontraram no verão seguinte, eles não se deram bem e não há provas de que Roosevelt jamais tenha lido os trabalhos de Keynes — “Durante todo o tempo em que eu estive associado a ele”, escreveu Morley, “jamais soube que tivesse lido um livro sério” — ou que tivesse sido levemente influenciado pelas idéias de Keynes⁹⁶. O Banco Central era certamente inflacionário sob Roosevelt, o que já vinha acontecendo na década anterior.

A legislação de Roosevelt, na sua grande parte, prosseguia ou remendava a política de Hoover. O *Emergency Banking Act* (lei de emergência bancária) e o *Loans to Industry Act* (lei de empréstimos à indústria), de junho de 1934, dilataram a RFC de Hoover. O *Home Owners' Loan Act* (lei de empréstimos para a casa própria), de 1932, levou mais longe uma lei similar do ano anterior. O *Sale of Securities Act* (lei de venda de títulos de crédito), de 1938, os *Banking Acts* (leis bancárias), de 1933 a 1935, e o *Securities and Exchange Act* (leis de títulos de crédito e intercâmbio), de 1934, apenas continuaram as tentativas de Hoover de reformar os métodos das transações. O *National Labour Relations Act* (lei nacional das relações do trabalho), de 1935, chamada Lei Wagner, que tornou mais fácil organizar os sindicatos e que conseguiu trabalho organizado para os democratas por uma geração, simplesmente ampliou e fortaleceu a Lei Norris-La Guardia, aprovada no governo de Hoover. O *First Agricultural Adjustment Act* (lei de ajustamento agrícola), de 1933, de fato minou os

aspectos reflacionários da política governamental, reduziu a produção de gêneros alimentícios e pagou aos fazendeiros para tornar a terra improdutiva. Constituiu-se numa contradição clara com outras medidas tomadas pelo governo para fazer face à seca e às tempestades de areia em 1934-35, tais como o Serviço de Erosão do Solo, o *Soil Erosion Act* (lei da erosão do solo), de 1935, e o *Soil Conservation and Domestic Allotment Act* (lei da conservação e distribuição do solo), de 1936.⁹⁷ A política agrícola de Roosevelt, na medida em que ele tinha alguma, era estatizante, dirigida para angariar votos e aumentar a receita da agricultura. Mas também elevava os preços dos alimentos para o consumidor, adiando, assim, a recuperação geral. O *National Industrial Recovery Act* (lei nacional de recuperação industrial), de 1933, que criou um órgão corporativo sob o general Hugh Johnson, foi, em sua essência, uma tentativa de “planejamento indicativo” *à la* Hoover. Mas sobrepondo-se à experiência de Roosevelt da Grande Guerra — a única fonte de idéias novas que ele teve — havia nessa lei um sabor de compulsoriedade, uma vez que Johnson avisara aos empresários que se se recusassem a subscrever o sistema de leis “voluntariamente”, levariam um soco direto no nariz. Foi o que levou Hoover a denunciar essa lei como “totalitária”⁹⁸. A provocação de Johnson tornou o esquema contraprodutivo e não houve qualquer sentimento de pesar, quando o Supremo Tribunal declarou-o inconstitucional⁹⁹.

O ponto em que Roosevelt realmente desviou-se do hooverismo foi ao ressuscitar e expandir um projeto de Wilson da época da Grande Guerra, para fornecer energia barata para o Vale do Tennessee. Mas esse foi um item isolado de improvisação, um “arranjo” para manter o Sul estável. Quando lhe foi perguntado como explicaria essa filosofia para o Congresso, Roosevelt replicou caracteristicamente: “Eu direi a eles que não é nem peixe nem faisão, mas, seja o que for, é gostosíssimo para o povo do vale do Tennessee”¹⁰⁰. Roosevelt também gastou muito dinheiro em obras públicas, US\$10,5 bilhões, mais US\$2,7 bilhões em projetos patrocinados, empregando em diversos momentos 8,5 milhões de pessoas e construindo 122.000 edifícios públicos, 77.000 pontes novas, 285 aeroportos, 664.000 milhas de estradas, 24.000 milhas de canalização de água pluvial e esgotos e, ainda, parques, *playgrounds* e reservatórios¹⁰¹. Mas outra vez isso era uma velha política de Hoover, numa escala de algum modo maior. Em todos os fundamentos, o *New Deal* continuou o corporativismo inovador de Hoover. Foi o que Walter Lippmann, escrevendo em 1935, chamou de “o *New Deal* permanente”. “A política iniciada pelo presidente Hoover, no outono de 1929, era algo completamente sem precedentes na história da América.” E continuou: “O governo nacional incumbiu-se de fazer funcionar a ordem econômica prosperamente... as medidas de Roosevelt são uma evolução contínua das medidas de Hoover”¹⁰².

O intervencionismo Hoover-Roosevelt era, assim, uma continuidade. Ele funcionou? Os historiadores pró-Roosevelt argumentam que os elementos adicionais do *New Deal* trouxeram a recuperação. Os historiadores pró-Hoover dizem o contrário, que as leis de Roosevelt retardaram os efeitos das iniciativas de Hoover¹⁰³. Visto dos anos 80, parece provável que ambos os homens impediram uma recuperação natural produzida pela deflação. Essa recuperação foi, certamente, vagarosa e fraca. O ano de 1937 foi o único ano razoavelmente bom: o desemprego, na marca de 14,3%, baixou para menos de oito milhões; mas no fim desse mesmo ano a economia estava outra vez em franca decadência — a mais rápida até então registrada — e o desemprego já atingia 19% no ano seguinte. A produção de 1937, por um curto

período, ultrapassou os níveis de 1929, para imediatamente cair outra vez. A verdadeira recuperação, dentro do clima do *boom* dos anos 20, só chegou na segunda-feira, depois do feriado do Dia do Trabalho, em setembro de 1939, quando as notícias da guerra na Europa lançaram a Bolsa de Nova Iorque numa confusão alegre que finalmente apagou a lembrança de outubro de 1929. Dois anos mais tarde, o valor da produção em dólar ultrapassou enfim os níveis de 1929.¹⁰⁴ O próprio Keynes, reconhecendo que a guerra era crucial para a recuperação econômica, dirigiu-se aos americanos dizendo-lhes: “Os preparativos de guerra, longe de pedir sacrifício a vocês, são um estímulo que nem a vitória nem a derrota do *New Deal* pode-lhes dar: consumo individual maior e nível de vida mais alto”¹⁰⁵. Se o intervencionismo funcionou, foram necessários nove anos e uma guerra mundial para demonstrar o fato.

O sucesso político de Roosevelt se deveu a outros fatores e não à eficácia de suas medidas econômicas, que não passavam de aparências e que, com o tempo, se tornaram o mito de ouro. Demonstrava o talento curioso do liberal *rentier* aristocrata (em oposição aos plebeus bem-sucedidos pelo seu próprio esforço, como Harding, Coolidge e Hoover) que angariava a lealdade e mesmo o afeto das pessoas cultas. Os proprietários de jornais se opunham a Roosevelt, mas os jornalistas o adoravam, perdoando suas mentiras freqüentes, escondendo o fato de que ele lhes tirava dinheiro no pôquer (o que acabou com Harding), obedecendo a suas injunções maliciosas para dar “duro” nos seus colegas da administração¹⁰⁶. Havia cantos obscuros na Casa Branca de Roosevelt: suas próprias infidelidades, a apaixonada ligação de sua mulher com outra mulher, a maneira inescrupulosa, às vezes perversa, com que ele usava o poder executivo¹⁰⁷. Nada disso foi relevado durante a sua vida e nem mesmo muito tempo depois. Mais importante ainda era a atração que ele exercia sobre os intelectuais, depois que se espalhou a notícia de que empregava um “grupo de especialistas”¹⁰⁸. Na verdade, no círculo de Roosevelt, apenas Harry Hopkins, um assistente social e não um intelectual, Rexford Tugwell e Felix Frankfurter eram radicais e também influentes; os dois últimos discordavam violentamente, sendo Tugwell um estatista em alto grau, do tipo stalinista; Frankfurter, um funcionário antiempresarial encarregado da eliminação de cartéis, simbolizava tanto o primeiro *New Deal* (1933-36) quanto o segundo *New Deal* (1937-38), que eram categoricamente contraditórios¹⁰⁹. Não havia coerência intelectual na administração de Roosevelt, mas parecia ser um lugar onde a classe culta se sentia à vontade. Entre os jovens capazes que foram para Washington, estavam Dean Acheson, Hubert Humphrey, Lyndon Johnson, Adlai Stevenson, William Fulbright, Abe Fortas, Henry Fowler e, não menos importante, Alger Hiss, que se reunia, num estúdio de música na Connecticut Avenue, com quatro outros membros do *New Deal*, também pertencentes a uma célula comunista¹¹⁰.

Os ataques lançados sobre Roosevelt serviram só para aumentar a atração que a *intelligentsia* tinha por ele. Um caso curioso foi o de Mencken. Em 1926, o *New York Times* descreveu-o como “o mais poderoso cidadão privado na América”. Walter Lippmann chamava-o de “a mais poderosa influência pessoal sobre toda essa geração de nível superior”¹¹¹. Grande parte de sua atração se devia a seus ataques ferozes aos presidentes. Theodore Roosevelt era “espalhafatoso, grosseiro, excessivamente reservado, tortuoso, tirânico, vaidoso e algumas vezes bastante infantil”. A característica de Taft era “a preguiça inata e o desequilíbrio”. Wilson era “o perfeito modelo do cafajeste cristão” que queria impor “um despotismo cossaco”. Harding

era “um cabeça-dura”; Coolidge, “mesquinho, sórdido e cacete... uma pessoa vulgar e ordinária... quase desprovido de qualquer sentimento de honra... um cafajestezinho terrível”. Hoover tinha “um instinto natural por manipuladores fraudulentos, dissimulados e baixos”¹¹². Essas saraivadas fascinavam a *intelligentsia* e concorreram para denegrir permanentemente a reputação dos homens a quem eram dirigidas. Mencken superou-se nos ataques a Roosevelt, cujo bafo de coletivismo fraudulento o deixava genuinamente injuriado. Ele era o “Führer”, “o charlatão”, cercado por “uma surpreendente ralé de João-ninguéns desavergonhados”, “uma gangue de pedagogos de pouco estudo, e advogados não constitucionais, de cavadores sociais deslumbrados e outros espertalhões deploráveis”. Acusava o *New Deal* de ser “um plano político desonesto”, “uma série de assombrosos milagres fictícios”, com suas “constantes apelações para o ódio e a inveja de classe”, tratando o governo como uma “vaca leiteira com 125 milhões de tetas” e marcado por “freqüentes repúdios aos compromissos categóricos”¹¹³. A única consequência dessas invectivas foi que Mencken perdeu sua influência sobre qualquer pessoa abaixo dos trinta anos.

Os intelectuais se deliciavam com a paranóia dos ricos e dos convencionais, a vcmência extraordinária e a fertilidade de invenções com que Roosevelt era criticado. Seu vizinho mais próximo em Hyde Park, Howland Spencer, chamava-o de “um frustrado queridinho”, um “pateta de cabeça inchada com complexo de messias e a inteligência de um escoteiro”; para o senador Thomas Schall, de Minnesota, ele era “um Luís XIV débil mental”; Owen Young, presidente da General Electric, pretendia que ele “balbuciava para si mesmo”; o senador William Borah, de Idaho, que ele passava seu tempo no gabinete cortando bonecas de papel. De acordo com boatos (que muitas vezes apareciam em panfletos), ele era louco, débil mental, um toxicômano incorrigível que desatava a rir histericamente em conferências de imprensa, um impostor (o Roosevelt verdadeiro estava num hospício), um louco, tratado por um psiquiatra disfarçado de laçao da Casa Branca e tinha de ser mantido numa camisa-de-força a maior parte do tempo. Dizia-se que tinham sido colocadas grades nas janelas para impedi-lo de se atirar para fora (o mesmo boato correu na última fase de Wilson; as grades, na verdade, foram colocadas para proteger as crianças de Theodore Roosevelt). Dizia-se que ele sofria de complexo de Édipo, de “complexo de Silver Cord”, de problemas cardíacos, de lepra, de sífilis, de incontinência, de impotência, de câncer, de estupro, e que a sua pólio estava inexoravelmente “subindo para a cabeça”. Ele era chamado de Svengali, de Pequeno Lorde Fauntleroy, de simplório, de moderna Julieta política “namorando o povo do balcão da Casa Branca”, de quebrador de promessas, de comunista, de tirano, de quebrador de juramentos, de fascista, de socialista, de depravador, de proxeneta, de violador, de peculatório, petulante, insolente, imprudente, impiedoso, disparatado, de enfeitador, de impostor, de novo-rico imaturo, de autocrata superficial, de homem que encorajava palavrões e de “subjugador do espírito humano”¹¹⁴. Thomas Wolfe, ao atravessar o Atlântico, no “Europa”, justo antes das eleições de 1939, registrou que, quando ele afirmou que votaria no Monstro,

... camisas engomadas começaram a se enrolar pelas costas como persianas; pescoços virginais, que momentos antes eram brancos e graciosos como os dos cisnes, tornaram-se imediatamente dilatados pelas energias da raiva patriótica, e os colares de diamantes e pérolas arrebatavam-se e voavam pelo ar em muitos pedaços de fios. Disseram-me que, se eu votasse naquele comunista vil,

naquele fascista sinistro, naquele socialista maquinador e ardiloso e sua gangue de conspiradores, eu não mais teria o direito de me considerar um cidadão americano¹¹⁵.

Foi contra esse ambiente que Roosevelt teve a maior das vitórias eleitorais em 1936, por 27.477.000 votos contra 16.680.000, eleito por todos os estados com exceção de dois (Maine e Vermont) e juntando uma enorme maioria democrática em ambas as casas do Congresso. A atração que Roosevelt exercia sobre a juventude, os progressistas e os intelectuais sobreviveu mesmo depois que abandonou as inovações do *New Deal*, em 1938, e que caiu nas mãos dos donos das máquinas partidárias democráticas das cidades grandes, os quais asseguraram sua reeleição em 1940 e 1944.

A verdade é que Roosevelt parecia estar em sintonia com o espírito dos anos 30, que havia repudiado as virtudes da empresa capitalista e abraçado as do coletivismo. Os heróis dos anos 20 tinham sido os empresários, espécie de titãs dirigida por Thomas Edison, que tinha apoiado Harding e Coolidge. O *crack* de 1929 e suas consequências enfraqueceram a fé nesse *pantheon*. Em 1931, Felix Frankfurter escrevia a Bruce Bliven, editor do *New Republic*: “Nada, eu creio, sustenta mais o atual sistema do que a adoração envolvente do sucesso e a fé tocante que temos nos messias empresariais e financeiros... Eu creio ser profundamente importante destruir gradualmente essa crença... Destruir aos poucos a confiança na sua grandeza, e já se terá percorrido um longo caminho em direção à remoção de alguns obstáculos básicos à investigação dos problemas sociais e econômicos”¹¹⁶. Em 1932, esse processo já estava completo com a ajuda de revelações de que J. P. Morgan, por exemplo, não vinha pagando imposto de renda por três anos e de que Andrew Mellon tinha sido instruído na arte de sonegar impostos por um técnico de seu próprio Departamento do Tesouro.

A perda da fé nos líderes empresariais americanos coincidiu com a súbita e esmagadora descoberta de que a União Soviética existia e de que oferecia uma alternativa surpreendente e altamente relevante para a agonia da América. A *New Deal*, de Stuart Chase, terminava com a pergunta: “Por que os russos teriam que ter toda a alegria em refazer o mundo?”¹¹⁷ O primeiro “Plano de Cinco Anos” soviético tinha sido anunciado em 1928, mas foi somente quatro anos mais tarde que os escritores americanos apreenderam sua importância. Conseqüentemente, apareceu uma enxurrada de livros elogiando o planejamento de estilo soviético, mostrando-o como o modelo para a América. Joseph Freeman: *The Soviet Worker*; Waldo Frank: *Dawn in Russia*; William Z. Foster: *Towards Soviet America*; Kirby Page: *A New Economic Order*; Harry Laidler: *Socialist Planning*; Sherwood Eddy: *Russia Today: What Can We Learn From It?*. Todos eles, publicados em 1932, reforçaram a autobiografia pró-soviética de Lincoln Steffens, um *best-seller* que aparecera no ano anterior, e introduziram um tratado ainda mais influente, *The Coming Struggle for Power*, do comunista britânico John Strachey, publicado em 1933.¹¹⁸

A América era e continua sendo uma sociedade milenária, onde esperanças presunçosas podem facilmente oscilar para uma catastrófica perda de fé. No início dos anos 30, houve muita emigração. Quando a Amtorg, a agência comercial soviética, colocou um anúncio pedindo seis mil trabalhadores especializados, mais de cem mil americanos se inscreveram. O comediante Will Rogers diria: “Esses tratantes da Rússia, com seus assuntos tolos, têm algumas idéias ótimas... Pense em toda uma

população de um país indo trabalhar". Steffens proclamava: "Em nossos dias, todas as estradas levam a Moscou". E Strachey continuava: "Viajar do mundo capitalista para o território soviético é como passar da morte para o nascimento". Exploreemos agora a ironia inconsciente e horripilante contida nesses comentários.

8

OS DEMÔNIOS

No exato momento em que a *intelligentsia* americana se voltou para a Europa totalitária em busca de apoio e liderança espirituais em matéria de planejamento sistemático, os americanos estavam de fato iniciando duas décadas de devastação e desolação sem precedentes, caracterizadas por um relativismo moral que se apresentava como uma monstruosidade. Stálin havia celebrado seu quinquagésimo aniversário em 21 de dezembro de 1929, como senhor absoluto de uma autocracia, no que se refere à selvageria, sem paralelo em toda a história. Algumas semanas antes, enquanto a Bolsa de Nova Iorque entrava em colapso, ele obrigara os camponeses russos a entrarem num processo de coletivização forçada. Tal operação implicava perdas materiais muito grandes, bem maiores do que qualquer outra perda que pudesse acontecer no âmbito da ação de Wall Street. Era como uma carnificina humana, em proporções tais que nenhum governo tirano de que se tem notícia jamais conseguiu realizar. Na época em que John Strachey escreveu sobre como fugir da morte capitalista para encontrar a vida no mundo soviético, já tinha sido concluída a horripilante obra de engenharia social perpetrada pelos soviéticos. Cinco milhões de camponeses estavam mortos, e o dobro disso em campos de trabalhos forçados. Nessa época, também Stálin tinha conseguido, na figura de Hitler, um discípulo admirador e rival, que controlava uma autocracia semelhante e planejava como sacrificar seres humanos à ideologia, em proporções ainda maiores do que as adotadas por Stálin. Para os americanos, então, essa idéia de voltar-se para a Europa totalitária era como deixar uma Arcádia ferida e se mudar para o pandemônio. Os demônios haviam assumido o controle.

Quando Lênin morreu, em 1924, a autocracia que ele criara havia sido completada e Stálin, na qualidade de secretário-geral do partido, já a havia herdado. Tudo o que restava fazer era eliminar os rivais em potencial para deter o poder exclusivo. E Stálin estava bem equipado para isso. Esse ex-seminarista e bandido revolucionário era meio gângster, meio burocrata. Não tinha ideais e nem posições ideológicas firmadas. Segundo o compositor Shostakovich, Stálin queria ser alto, com mãos vigorosas. Nalbandian, o pintor da corte, satisfez esse desejo: fez-lhe um retrato de maneira a que o ângulo de visão fosse fixado de baixo para cima e fez com que o seu senhor aparecesse com as mãos cruzadas sobre o estômago; criou assim uma ilusão de ótica. Vários outros retratistas foram fuzilados¹. Stálin media 1,62 m, era

magro, moreno e tinha o rosto cheio de marcas de varíola. Uma descrição da polícia czarista sobre ele, feita quando estava com 22 anos, registrou que os seus segundo e terceiro dedos do pé esquerdo eram grudados. Além disso, um acidente, quando ele era menino, deixou o seu ombro esquerdo sem mobilidade, causando-lhe ainda o encurtamento do braço. Sua mão esquerda era visivelmente mais volumosa do que a direita. Como disse Shostakovich, Stálin escondia todo o tempo a mão direita. Bukharin, dois anos antes de ser assassinado, externou sua opinião, dizendo que Stálin sofria amargamente por causa de suas deficiências físicas e de sua incapacidade intelectual, real ou imaginária. “Esse sofrimento é talvez o sentimento mais humano que ele possui”, mas o leva a se vingar de qualquer pessoa que mostre maior capacidade intelectual do que ele: “Há algo de diabólico e desumano em sua compulsão de se vingar de todo o mundo por esses mesmos sofrimentos... Trata-se de um homem pequeno e maléfico; não, não é um homem, mas um demônio”². Stálin não tinha a paixão ideológica de Lênin pela violência. Era, contudo, capaz de violência sem limites para atingir seus objetivos, ou então por nenhuma razão especial. Algumas vezes, podia nutrir sentimentos de vingança contra indivíduos, anos antes de executá-los. Assim, passou o tempo de aprendizado da violência em grandes proporções como presidente do Distrito Militar do Norte do Cáucaso, em 1918, até ter decidido agir contra os “burgueses técnicos militares”, que ele suspeitava terem falta de entusiasmo para matar. O chefe do Estado-Maior do distrito, coronel Nosovich, testemunhou: “A ordem de Stálin era breve: ‘Fuzile-os!’... Oficiais em grande número eram aprisionados pela Cheka e imediatamente fuzilados sem julgamento”³. Na mesma época, Stálin também se queixava dos três comandantes do Exército Vermelho da região, enviados por Trotsky, fato que mais tarde veio a ser a causa do rancor que Stálin nutria por ele. Todos foram assassinados entre 1937 e 39.⁴

Entretanto, imediatamente após a incapacitação de Lênin, Stálin, cômico das críticas feitas a Lênin, procurou o poder, fingindo-se de moderado e de homem de centro. Seu objetivo era o seguinte: controlar o secretariado, que se expandia rapidamente, para assumir o controle virtual da máquina do partido e preencher os cargos do Comitê Central com pessoas de sua confiança. No Politburo, entretanto, quatro figuras importantes se colocavam entre ele e seu espírito de autocrata: Trotsky, o mais famoso e feroz dos bolcheviques, que tinha o controle do Exército; Zinoviev, que dirigia o partido em Leningrado — e pelo qual Stálin alimentava um ódio particular —; Kamenev, que controlava o partido em Moscou, agora o mais importante; e Bukharin, o principal teórico do partido. Os três primeiros se inclinavam para a esquerda, o último para a direita, e a maneira como Stálin os dividiu e os usou para que se destruíssem mutuamente, apropriando-se depois de suas políticas quando necessário — parece que ele não teve nenhuma política própria —, é um clássico exercício em política de poder.

É importante compreender que, assim como Lênin foi o criador da nova autocracia e de seus instrumentos e da prática do terror em grande escala, também não havia inocentes entre seus herdeiros. Todos eram matadores perversos. Mesmo Bukharin, que Lênin dizia ser “mole como cera” e que tinha sido apresentado como o iniciador do “socialismo com um rosto humano”⁵, era um denunciador inveterado dos outros, “um carcereiro dos melhores comunistas”, como foi amargamente chamado⁶. Zinoviev e Kamenev eram chefões completamente inescrupulosos. Trotsky — que depois de sua queda se mostrou um adepto da democracia partidária e foi glorificado pelo seu discípulo e hagiógrafo, Isaac Deutscher, como a síntese de tudo

o que era mais nobre no movimento bolchevique — não passava de um gângster político sofisticado⁷. Ele levou a cabo o *putsch* original de outubro de 1917 e daí em diante chacinou os oponentes do regime com a maior tranquilidade. Foi ele quem primeiro manteve como reféns as mulheres e os filhos dos oficiais czaristas, ameaçando fuzilá-los por não-submissão às ordens soviéticas, técnica logo absorvida pelo sistema. Ele era igualmente cruel com os que estavam do seu lado, e fuzilava os comissários e comandantes do Exército Vermelho que “davam sinais de covardia” (isto é, recuavam), o que se tornou mais tarde uma outra prática universal stalinista; os soldados rasos eram dizimados⁸. Trotsky sempre adotou a linha mais cruel. Defendeu a militarização do trabalho e destruiu os sindicatos independentes. Usou de brutalidade inenarrável para debelar o motim de Kronstadt, organizado por marinheiros comuns, e estava mesmo disposto a usar gás venenoso quando o levante foi apaziguado⁹. Da mesma forma que Lênin, identificava-se com a história e argumentava que a história estava acima de toda e qualquer restrição moral.

Trotsky permaneceu até o fim um relativista moral da mais perigosa espécie. “Problemas de moralidade revolucionária — escreveu ele em seu último e póstumo livro — estão entrelaçados com problemas de estratégia e tática revolucionárias”¹⁰. Não podem existir tais coisas como critério moral; somente o critério de eficácia política conta. Dizia ser correto assassinar os filhos do czar — como ele de fato o fez — porque era útil politicamente, e aqueles que o fizessem representavam o proletariado. Stálin, por sua vez, não representava o proletariado — ele tinha-se tornado um “exagero burocrático” — e, conseqüentemente, era errado da parte dele assassinar os filhos de Trotsky¹¹. Os seguidores de Trotsky são, é lógico, notórios pela sua ligação a esse código de ética subjetivamente definido e por seu desprezo pela moralidade objetiva.

O termo “trotskista”, usado primeiramente por Zinoviev como um termo ofensivo, foi definido, mais tarde, por Stálin, que inventou a distinção entre “revolução permanente” (Trotsky) e “revolução num só país” (Stálin). Para começar, todos eles acreditavam numa revolução mundial imediata e todos se voltaram para a consolidação do regime, uma vez que a revolução mundial não aconteceu. Trotsky queria avançar o processo de industrialização com mais urgência do que Stálin, mas ambos eram, do princípio ao fim, oportunistas. Formaram-se no mesmo abatedouro e suas querelas eram essencialmente sobre quem seria o novo sumo sacerdote. Se Trotsky tivesse saído vencedor, provavelmente teria sido mais sangüinário do que Stálin. Mas ele não duraria: faltava-lhe a habilidade para sobreviver.

Para Stálin foi fácil destruí-lo. As lutas internas soviéticas, mais do que por razões políticas, foram sempre motivadas por ambição e medo. Embora Kamenev e Zinoviev estivessem de acordo com a linha de esquerda de Trotsky, Stálin formou com eles um triunvirato para impedir a Trotsky de usar o Exército Vermelho com o objetivo de organizar um *putsch* pessoal. Ele usou os dois esquerdistas para abater Trotsky e depois os apresentou como violentamente impetuosos e a si próprio como o servidor da moderação. Todas essas artimanhas aconteceram em 1923, enquanto Lênin ainda estava em coma. Stálin começou a mostrar suas garras no verão, ao fazer a OGPU prender um certo número de membros do partido por “indisciplina” e ao persuadir seus dois aliados esquerdistas a endossar a prisão da primeira maior vítima bolchevique, Sultan-Galiyev (Stálin não o matou senão seis anos mais tarde)¹². Por todo o tempo ele esteve formando equipes de seguidores de suas idéias nas organizações locais e no CC.

Trotsky fez todos os erros possíveis. Durante uma visita à Rússia em 1920, Bertrand Russell notou perspicazmente o contraste entre a vaidade de Trotsky e a ausência de tal fraqueza em Lênin. Um relato de uma testemunha ocular, nas reuniões de 1923-24 do Politburo, diz que Trotsky nunca se incomodou de esconder seu desprezo por seus companheiros, muitas vezes retirando-se impetuosamente do recinto, outras, dando as costas ostensivamente para ler um livro¹³. Desdenhava a idéia de intriga política e, mais ainda, a do aviltante rebaixamento a que essa intriga leva. Nunca tentou usar o Exército, uma vez que, para ele, o partido vinha na frente; mas, por outro lado, não preparou um grupo de seguidores no partido. Ele deve ter ficado assustado, quando, pela primeira vez, atacou Stálin e verificou quão bem entrincheirado este estava. Trotsky queria a vitória sem sujeira, erro fatal para um gângster que não podia apelar da máfia para o público. Ele estava sempre doente ou ausente, nunca no lugar certo, na hora certa. Perdeu até as exéquias de Lênin, um erro sério, porque Stálin aproveitou-as para reintroduzir na vida russa o culto da personalidade, o que vinha fazendo muita falta desde a destruição do trono e da Igreja¹⁴. Em breve Stálin estaria ressuscitando a velha rixa Trotsky-Lênin. No XIII Congresso do Partido, em maio de 1924, ele estigmatizou Trotsky com o termo leninista de “fracionalista”. Trotsky se recusou a retirar suas críticas sobre o fato de Stálin estar se tornando poderoso demais. Mas não podia questionar a condenação de Lênin a qualquer oposição dentro do partido e, assim como um homem acusado de heresia pela Inquisição, ele foi desarmado pela sua própria crença religiosa. “Camaradas — admitiu ele — nenhum de nós deseja estar certo contra o partido... eu sei que ninguém pode estar certo contra o partido. Somente pode-se estar certo com o partido e através do partido, já que a história não criou outros caminhos para a realização do que é certo”¹⁵. Uma vez Stálin instalado no controle do partido, as palavras de Trotsky moldaram o furador de gelo que csmigalhou seu crânio 16 anos mais tarde.

No fim de 1924, Stálin, tendo Kamenev Zinoviev para fazer o trabalho sujo, criou a heresia do “trotskismo” e relacionou-a às primeiras disputas entre Trotsky e Lênin, que havia sido embalsamado e colocado numa tumba apoteótica cinco meses antes. Em janeiro de 1925, Stálin estava assim capacitado a tirar Trotsky do controle do Exército com o pleno consentimento do partido. Os figurões do partido foram então informados de que a atuação de Trotsky na Revolução foi menos importante do que ele pretendia, e sua imagem já estava sendo apagada das fotografias relevantes — o primeiro passo da revisão da história stalinista¹⁶. O primeiro substituto de Trotsky como chefe do Exército, Frunze, mostrou-se desastrado; tanto que, pelo que parece, Stálin mandou assassiná-lo em outubro de 1925, durante uma intervenção cirúrgica a que os médicos tinham sido contrários¹⁷. Seu sucessor, uma criatura mais tarde conhecida como marechal Voroshilov, mostrou-se inteiramente obediente e aceitou que a OGPU, agora controlada por Stálin, se infiltrasse rapidamente no Exército.

Com Trotsky destruído (ele foi expulso do Politburo em outubro de 1926, do partido, no mês seguinte, enviado em exílio interno em 1928 e exilado da Rússia em 1929, assassinado, sob as ordens de Stálin, no México, em 1940), Stálin se voltou então contra os seus outros aliados esquerdistas. No princípio de 1925, roubou de Kamenev, nas suas barbas, o partido de Moscou, subornando seu adjunto, Uglanov. Em setembro, chamou Bukharin e a direita para ajudá-lo num ataque frontal a Zinoviev-Kamenev e os derrotou decisivamente no Congresso do Partido, em dezembro.

Imediatamente depois, Stálin mandou Molotov, seu capanga mais confiável e cruel, para Leningrado, com um esquadrão poderoso de “brutamontes”, a fim de esstraçalhar a máquina do partido de lá e assumir o controle — essencialmente os mesmos métodos, mas numa escala maior, nos moldes da que Al Capone estava usando para expandir seu território em Chicago e exatamente no mesmo momento¹⁸. Assustado, Zinoviev juntou forças com Trotsky, o homem que ele ajudara a derrubar. Mas era muito tarde: ambos foram imediatamente expulsos do partido e no XV Congresso do Partido, em dezembro de 1926, o protesto de Kamenev foi abafado pelos gritos das fileiras cerradas de stalinistas, cuidadosamente escolhidos, que agora enchiam o partido. Repetindo Lênin conscientemente, Stálin pôs as cartas na mesa contra seus antigos aliados: “Basta, camaradas, este jogo tem que ter um fim... O discurso de Kamenev é o mais mentiroso, farisaico, canalha e velhaco de todos os discursos da oposição que jamais foram feitos nessa tribuna”¹⁹.

No momento em que a esquerda foi vencida e desarmada, Stálin começou a adotar sua política de pressão sobre os camponeses, com o objetivo de apressar a industrialização, e preparar, assim, os meios para destruir Bukharin e a direita. O grande embate aconteceu a 10 de julho de 1928, durante uma reunião do Comitê Central, após o argumento de Bukharin de que, enquanto o *kulak* em si não apresentava qualquer ameaça — “nós podemos fuzilá-los com metralhadoras” —, a coletivização forçada uniria todos os camponeses contra o governo. Stálin interrompeu-o e num tom de piedade sinistra disse: “Um sonho assustador, mas Deus é misericordioso!”²⁰ Deus poderia sê-lo, mas não o secretário-geral. No dia seguinte, um Bukharin apavorado, falando em nome de seus aliados Rykov, o chefe nominal do governo, e Tomsky, o líder de aluguel dos “sindicatos”, teve uma reunião secreta com Kamenev e se ofereceu para formar uma frente unida para deter Stálin. Ele agora compreendia, segundo afirmou, que Stálin não estava primordialmente interessado em política, mas unicamente no poder: “Ele nos estrangulará. Ele é um intrigante sem princípios, que condiciona tudo ao seu apetite de poder. A qualquer momento, mudará suas teorias com a finalidade de se livrar de alguém... Ele é Genghis Khan!”. Bukharin parecia haver pensado que Yagoda, da OGPU, se juntaria a eles e aos que se opunham a Stálin, mas estava mal informado²¹. Nenhum desses homens nervosos tinha o apoio numérico para derrubar Stálin pelo voto; ou os meios, na forma de homens treinados em armas, para derrubá-lo pela força; ou a habilidade e a resolução — as quais Stálin mostrou ter em abundância — para destruí-lo pela intriga. Em 1929, o destino de todos já estava traçado: Rykov, destituído do cargo de primeiro-ministro; Tomsky, da liderança dos sindicatos e, ambos, mais Bukharin, forçados a confessar publicamente seus erros (Kamenev e Zinoviev já o tinham feito). Eles poderiam ser agora julgados e assassinados com calma.

Stálin já havia começado a aperfeiçoar a dramaturgia do terror. Com base em suas lembranças monacais, ele organizava reuniões do partido para um diálogo antifonário bem ensaiado entre ele e sua claqué. Sugeria moderação ao lidar com os “inimigos” do partido e a claqué insistia na severidade. Assim, ao pedir relutantemente a expulsão de Trotsky e Zinoviev, Stálin disse que se opusera anteriormente à idéia dessa expulsão e que tinha sido “amaldiçoado” pelos “bolcheviques honestos”, por ser muito indulgente. A claqué: “Sim — e nós ainda o amaldiçoamos por isso”²². Em maio-julho de 1929, Stálin encenou o primeiro de seus julgamentos-farsas contra um grupo de engenheiros das minas de Donbass, acusados de “sabotagem”. O texto da farsa foi escrito pelo funcionário Y.G. Yevdokimov, da OGPU, um dos monstros

de Stálin; no julgamento apresentava-se o filho de 12 anos de idade de um dos acusados, denunciando seu pai e pedindo a sua execução²³. O verdadeiro chefe da OGPU, Menzhinsky, se opôs a esse julgamento, como o fizeram alguns membros do Politburo²⁴. Mas essa foi a última vez que Stálin enfrentou uma oposição genuína por parte da polícia secreta ou do aparato de segurança. Mais para o fim do ano, ordenou o fuzilamento do funcionário graduado da OGPU, Yakov Blyumkin, o primeiro membro do partido a ser executado por um crime intrapartidário²⁵.

Daí por diante, os julgamentos aconteciam exatamente como Stálin os planejava, até a última cena, com a multidão indignada, nos moldes de uma gigantesca produção do cineasta soviético Sergei Eisenstein. Assim, por ocasião do julgamento do "Partido Industrial", no ano seguinte, o corpo do tribunal gritava, em intervalos cuidadosamente marcados: "Morte aos destruidores!". E, do lado de fora, nas ruas, milhares de trabalhadores passavam marchando e gritando: "Morte, morte, morte!"²⁶. Em 1929, Stálin se apropriou do termo de conotações múltiplas *Stakhtyites* (destruidores) para usá-lo contra qualquer pessoa que ele quisesse destruir. Como ele colocou, "*Stakhtyites* estão agora ocultos em todos os ramos da nossa indústria. Muitos, mas nem todos, têm sido apanhados... Destruir é tudo o que há de mais perigoso, porque está ligado ao capital internacional. A destruição burguesa é um sinal indubitável de que elementos capitalistas... estão unindo forças para novos ataques à União Soviética"²⁷. Ele estava rapidamente chegando ao ponto em que lhe bastava mencionar uma lista de nomes ao Comitê Central e receberia instruções instantâneas: "Prenha, julgue, fuzile!"²⁸.

Enquanto incitava a caça às bruxas e criava a paranóia e a histeria, Stálin planejava sua própria apoteose como herdeiro do deificado Lênin. Já em 1924-25, as cidades de Yuzovka, Yusovo e Tsaritsyn tornaram-se Stalino, Stalinsky e Stalingrad; mas foi a celebração de seu quinquagésimo aniversário, no fim de 1929, que marcou o verdadeiro começo não só do livre domínio pessoal de Stálin, mas também do culto a Stálin na sua plenitude horripilante; nomes como Stalinabad, Stalin-Aul, Staliniri, Stalinissi, Stalino, Stalinogorsk, Stalinsk, monte Stálin brotavam em todo o Império Soviético; apareceram as primeiras litâneas stalinistas: o Homem de Aço, o Bolchevique de Granito, o Leninista Duro como o Bronze, o Soldado de Ferro, o Gênio Universal²⁹, uma forma de adoração ao governante que remontava aos faraós do Egito. Enquanto o governo soviético se tornava mais hierático e litúrgico na sua forma externa e mais terrorista na sua essência, a "ciência" soviética chegava ao irracional, com grupos quase religiosos de "principais pensadores", conhecidos variadamente como geneticistas, teologistas, mecanicistas e dialéticos — havia muitos outros — lutando para obter a aprovação de Stálin para as suas teorias as mais abrangentes de progresso no campo da física³⁰. Alguns dos especialistas da corte de Stálin estavam prontos para argumentar que, com o "Homem de Aço" à frente, a vontade humana poderia superar qualquer coisa e o que até então tinha sido visto como as leis da natureza ou da economia poderia ser suspenso. S.G. Shumilin, um de seus economistas, colocou: "Nossa tarefa não é estudar economia, porém, mudá-la. Nós não estamos atados a nenhuma lei"³¹.

Foi contra esse fundo de irracionalidade, e portanto emancipado de qualquer sistema de economia ou moralidade, que Stálin conduziu seu colossal exercício de engenharia social: a destruição do campesinato independente russo. Como já vimos, foram os camponeses que tornaram possível o *putsch* de Lênin; e que depois, desafiando-o, impuseram-lhe uma capitulação que ele escondeu pelo eufemismo

Novo Planejamento Econômico (NEP). Foi em nome da continuidade do leninismo e do NEP que Stálin destruiu a Esquerda nos anos 1924-28. Mas havia chegado a hora de clamar vingança contra as multidões rurais que humilharam o poder soviético.

Não havia nenhuma base teórica no marxismo, ou em qualquer outra coisa, que permitisse a Stálin fazer o que fez... Mas havia nisso certa lógica monstruosa. Não há estabilidade num Estado que está no processo de socialização e que deve ou ir adiante ou retroceder. Se não for adiante, o poder do sistema de mercado — que se expressa em certos instintos humanos básicos de permuta ou acumulação — é tal, que sempre se reafirmará, a ponto de o capitalismo ressurgir. Então, o Estado embrionário socialista entrará em colapso. Se for adiante, deverá promover a industrialização em larga escala. Isso significa produtos alimentícios excedentes para os trabalhadores e para a exportação, visando a levantar capital para investimentos. Resumindo, os camponeses devem pagar o preço do progresso socialista. E caso relutem em pagar esse preço voluntariamente, a força deverá ser usada em intensidade crescente, até dobrar a vontade de todos e fazê-los entregar o que lhes é exigido. Essa é a amarga lógica do poder socialista que Stálin compreendeu nos anos 20: não havia um ponto de equilíbrio estável entre uma volta ao capitalismo e o uso ilimitado da força³².

Essa lógica formava um contraponto sinistro com os estágios sucessivos da destruição de seus opositores da direita e da esquerda, levada avante por Stálin. Trotsky, Zinoviev e Kamenev tinham sempre argumentado que os camponeses jamais entregariam alimentos em quantidades suficientes voluntariamente; para isso, deveriam ser coagidos ou, se necessário, esmagados. Stálin eliminou os três usando o argumento de que eles planejavam “espoliar o campesinato”, que era “o aliado da classe operária” e que não deveria ser sujeito a “pressões crescentes”³³. Mas a colheita de 1927 foi escassa, e a lógica do socialismo encontrou nisso campo para começar a operar. Os camponeses esconderam todo o alimento de que dispunham; não queriam receber papel-moeda do governo, pois, de tão desvalorizado não comprava nada do que necessitavam. Assim, foi derrubado o acordo de Lênin, baseado na teoria de apoio aos 76,6 milhões de “médios camponeses” e aos 22,4 milhões de “pequenos camponeses” contra os cinco milhões de *kulaks* ou camponeses ricos (na verdade era impossível fazer essas distinções, exceto no papel: todos os camponeses odiavam o governo)³⁴.

Em janeiro de 1928, sem gêneros alimentícios nas cidades, sem qualquer exportação de grãos e desprovido de moeda estrangeira, Stálin desencadeou seu primeiro ataque aos camponeses, enviando trinta mil trabalhadores do partido armados ao campo, uma repetição do processo de extorsão usado em 1918. Logo chegaram relatos de atrocidades disfarçados em frases como “competição entre organizações coletivas de grãos”, “um esquecimento lamentável das leis soviéticas”, “um descuido nos métodos do Comunismo de Guerra”, “erros administrativos” e assim por diante. Mais sinistra era a tendência crescente dos porta-vozes de Stálin em misturar indiscriminadamente todos os camponeses. Molotov falava em forçar “o camponês médio a submeter-se aos regulamentos”; Mikoyan acusava os “pequenos camponeses” de estar “sob a influência dos *kulaks*”. Foram registrados, em 1928, 1.400 “atos terroristas” cometidos pelos camponeses (isto é, resistência ao confisco de alimentos pela força armada). Um *kulak*, apanhado portando um fuzil, zombou: “Isto é o que é a guerra de classe”. Os arquivos da região de Smolensk, capturados pelos nazistas e mais tarde publicados, nos dão a única luz, através de documentos

oficiais não censurados, desse caldeirão fervente da agonia campesina. Pela primeira vez, Stálin usou a palavra “liquidar”, referindo-se “à primeira campanha séria de elementos capitalistas no campo... contra o poder soviético”. Qualquer pessoa, observou ele cinicamente, que pensa que a política pode ser levada adiante sem dissabores “não é um marxista e sim um idiota”³⁵.

Roubar, porém, alimentos aos camponeses teve uma consequência: fez com que eles plantassem menos; assim a colheita de 1928 foi ainda pior. No outono de 1928, Stálin necessitava desesperadamente conseguir moeda estrangeira; testemunha tal fato um acontecimento bastante isolado: as vendas secretas, em grandes proporções, de obras de arte russa para o Ocidente. Foi em novembro de 1928, segundo um dos curadores do museu Hermitage, em Leningrado, Tatiana Chernavin, que “recebemos ordens para reorganizar, no menor espaço de tempo possível, a coleção inteira do Hermitage ‘de acordo com princípios ditados por disposições sociológicas’... e para desmembrar uma coleção que levou mais de cem anos para se juntar”³⁶. Os quadros foram adquiridos por milionários do mundo inteiro. O maior foi Andrew Mellon que, em 1930-31, obteve, por US\$6.654.053, 21 quadros, incluindo cinco Rembrandt, um Van Eyck, dois Franz Hals, um Rubens, quatro Van Dyck, dois Rafael, um Velásquez, um Botticelli, um Veronese, um Chardin, um Ticiano e um Perugino — provavelmente o tesouro da melhor qualidade jamais transferido numa única tacada e tão barato. Todas essas obras foram para a Washington National Gallery, criada virtualmente por Mellon. Essa foi uma das muitas ironias desse período. Assim, é espantoso que Mellon estivesse secretamente explorando as necessidades frenéticas dos líderes soviéticos com o objetivo de formar a base de uma das mais brilhantes coleções de arte pública da América³⁷. E tudo isso se passava no momento em que Mellon estava sendo violentamente denunciado pela *intelligentsia* por sonegação de impostos e que o colapso da economia americana estava sendo contrastado com a boa desenvoltura da planejada economia soviética. Somente nessas aquisições o valor do dólar chegou a um terço de todas as exportações soviéticas para a América oficialmente registradas em 1930.

Outra ironia, que se pode qualificar de espantosa, foi o exemplo dado a Stálin por um empreendimento bem-sucedido na América. Com base nesse exemplo, ele decidiu abandonar sua debilitada política de extorção de grãos aos camponeses independentes e passou a usar métodos que utilizavam a força para arrancar esses grãos de organizações coletivistas. Até então, Stálin havia sempre negado a idéia de que cooperativas e organizações coletivistas fossem diferentes; ele achava que uma fazenda coletiva era meramente “um tipo mais consistente de cooperativa produtora”³⁸. Como tal, era uma instituição voluntária. Mas, em 1928, Stálin ouviu falar da grande fazenda Campbell, em Montana, que se estendia por trinta mil hectares, a maior produtora individual de grãos no mundo³⁹. Ele decidiu montar tais “fábricas de grão” na Rússia, numa escala gigantesca. Uma de 150.000 hectares foi montada nesse mesmo ano no Cáucaso. Essa unidade estava equipada com trezentos tratores, e o trator (em oposição ao arado de madeira) tornou-se para Stálin um símbolo do futuro, como a eletricidade o foi para Lênin. Stálin fez seus homens acusarem os *kulaks* de estarem organizando uma campanha contra os tratores; ele dizia que os *kulaks* espalhavam boatos de que o “anti-cristo estava chegando à terra num cavalo de aço”, que os vapores da gasolina emanados dos tratores estavam “envenenando” o solo; além disso, era voz corrente no Volga que “o trator escava fundo e o solo então seca completamente”. Na verdade, eram os camponeses mais ricos que estavam

comprando tratores, tão rapidamente quanto podiam pagar. Ao trazer a força para as organizações coletivistas, o que ele chamava de “colunas de tratores” e “estações de tratores”, Stálin provocou o que um dos poucos observadores independentes descreveu como “a utilização irresponsável da maquinaria em todas as terras socializadas” e como “frotas de tratores inutilizados pontilhando o cenário russo”⁴⁰. Mas isso era consequência da ignorância de Stálin sobre o que realmente acontecia no campo russo — uma ignorância, é evidente, da qual Lênin havia compartilhado. Segundo Khruchtchev, “Stálin se alienou do povo e não foi a lugar algum... A última vez que visitou uma aldeia foi em janeiro de 1928”⁴¹. Toda a gigantesca operação de coletivização dos camponeses, envolvendo mais ou menos 105 milhões de pessoas, foi conduzida de seu gabinete, no Kremlin.

Não que tivesse havido um planejamento racional e deliberativo. Muito pelo contrário. A idéia de não se usar a força para trazer os camponeses para as fazendas estatais foi sempre vista como incontestável. Foi baseado na máxima de Engels, no seu *The Peasant Question in France and Germany* (1894): “Quando nós adquirirmos o poder do Estado, não pensaremos em nos apoderar dos pequenos camponeses pela força”. Muitas vezes, Lênin citava essa passagem. Mesmo Trotsky havia falado de “acordo”, “conciliação” e “transição gradual”. Mesmo em 2 de junho de 1929, o *Pravda* ainda insistia: “Nem terror nem ‘deskulakização’, mas uma ofensiva socialista nos caminhos do NEP”⁴². A decisão de coletivizar pela força foi tomada repentinamente, sem nenhuma espécie de debate público, nas últimas semanas de 1929. Era típico da maneira como a busca da Utopia leva um pequeno punhado de homens no poder a atacar abruptamente uma sociedade de séculos, a tratar os homens como formigas e pisotear no seu ninho. Sem aviso, Stálin clamou por uma “ofensiva exaustiva contra os *kulaks*... Nós temos que destruir os *kulaks*, eliminá-los enquanto classe. Nós temos que golpear forte os *kulaks* para impedi-los de se pôr em pé outra vez... Nós temos que quebrar a resistência dessa classe em batalha aberta”. Em 27 de dezembro de 1929, festa de São João Apóstolo, ele declarou guerra com o *slogan* “Liquidar os *kulaks* como classe!”⁴³. Foi o sinal verde para a política de extermínio, mais de três anos antes de Hitler chegar ao poder, 12 anos antes da “Solução Final”.

A coletivização foi uma calamidade não conhecida por qualquer habitante do campo desde a Guerra dos Trinta Anos na Alemanha. A agência organizadora dessa coletivização foi a OGPU, mas qualquer instrumento que estivesse à mão foi usado. Os camponeses mais pobres foram encorajados a saquear as casas dos *kulaks* espoliados e a persegui-los pelos campos. E logo *kulak* passou a significar qualquer camponês que se opusesse ativamente ao sistema de ordens. Mesmo assim, comunidades inteiras de camponeses resistiram desesperadamente. Elas foram cercadas por unidades militares e policiais, que usavam métodos que Hitler imitou com todos os detalhes quando recolheu os judeus; essas unidades militares ou fuzilaram os camponeses ou os deportaram à força em caminhões. Deutscher, viajando pela Rússia, encontrou um coronel da OGPU que soluçava, dizendo: “Eu sou um velho bolchevique. Trabalhei na clandestinidade contra o czar e depois lutei na guerra civil. Será que fiz tudo isso para agora cercar aldeias com metralhadoras e ordenar aos meus homens que atirem indiscriminadamente sobre multidões de camponeses? Ah, não, não, não!”⁴⁴. A violência em grande escala começou no fim de 1929 e continuou até o fim de fevereiro de 1930, quando o número de famílias coletivizadas aumentou para mais ou menos 30% do total já alcançado. Perturbado pelo nível de resistência, Stálin subitamente inverteu sua política, expondo-a num artigo no *Pravda*, em 2 de março

de 1930. "Não se podem implantar fazendas coletivas pela violência — isso seria estúpido e reacionário". Mas, em poucas semanas, metade das organizações coletivas votaram pela desnacionalização; então, no início do verão, Stálin retomou sua política de força "imbecil e reacionária", e dessa vez levou-a até o seu amargo fim⁴⁵.

O resultado foi o que o grande erudito marxista Leszek Kolakowski chamou de "provavelmente a mais maciça operação militar jamais conduzida por um Estado contra seus próprios cidadãos"⁴⁶. O número de camponeses fuzilados pelo regime não é ainda conhecido e pode nunca ser descoberto, mesmo quando e se estudiosos tiverem acesso aos arquivos soviéticos. Churchill disse que, em Moscou, em agosto de 1942, Stálin contou-lhe friamente que "dez milhões" de camponeses tinham sido "despachados"⁴⁷. Segundo uma estimativa de estudiosos, além daqueles camponeses executados pela OGPU ou mortos em batalha, um número entre dez e onze milhões foi transportado para o norte da Rússia européia, para a Sibéria e para a Ásia Central; desses, um terço foi para campos de concentração, um terço para o exílio interno e outro terço foi executado ou morreu em trânsito⁴⁸.

Os camponeses que permaneceram foram arrancados de suas propriedades, mesmo que pequenas, e conduzidos para as "fábricas de grãos". Para impedi-los de fugir para as cidades, um sistema de passaportes internos foi introduzido e qualquer mudança de domicílio sem permissão oficial era punida com encarceramento. Aos camponeses não era permitido em hipótese nenhuma o porte desse documento. Assim, eles estavam amarrados ao solo, *glebae adscripti*, como nas fases finais do Império Romano ou durante a era da servidão feudal. O sistema era mais rígido do que nos períodos mais negros da autocracia czarista e não foi afrouxado até os anos 70.⁴⁹

O resultado era previsível e corresponde ao que se pode chamar de "talvez o único caso na história de fome criada exclusivamente pelo homem"⁵⁰. Em vez de entregar seus grãos, os camponeses preferiram queimá-los. Destruíram seus implementos agrícolas. Abateram 18 milhões de cavalos, 30 milhões de cabeças de gado (45% do total existente no país), 100 milhões de carneiros e cabritos (2/3 do total). Mesmo segundo esses números da história oficial soviética, a criação de gado, em 1933, era de apenas 65% do nível atingido em 1913, a quantidade de animais tendo caído de mais de 50% e a quantidade total de energia, incluindo tratores, não ultrapassando os níveis de 1928-1935.⁵¹ Apesar da penúria de 1932-33, Stálin conseguiu exportar certa quantidade de cereais para pagar a maquinaria importada, incluindo os instrumentos para as suas novas fábricas de guerra. O custo, em vidas russas, foi atordoador. O estudo demográfico de Iosif Dyadkin, "Avaliação de mortes antinaturais da população da URSS em 1927-58", que circulou sob a forma de *samizdat* (boletim informativo clandestino) no fim dos anos 70, calcula que durante o período de coletivização e "eliminação de classes", 1929-36, dez milhões de homens, mulheres e crianças tiveram morte antinatural⁵².

A refeudalização do campesinato soviético, que então compunha três quartos da população, teve um efeito calamitoso no moral do soldado raso comunista que a efetuiu. Como afirmou Kolakowski: "O partido inteiro se tornou uma organização de torturadores e opressores. Ninguém era inocente, e todos os comunistas eram cúmplices na coação da sociedade. Assim o partido adquiriu uma nova espécie de unidade moral e embarcou num caminho sem volta"⁵³. Exatamente a mesma coisa aconteceria aos nacional-socialistas da Alemanha alguns anos depois: foi Stálin quem mostrou o caminho a Hitler. Todas as pessoas do partido sabiam o que estava acontecendo. Bukharin resmungava em particular que a "aniquilação em massa de

homens, mulheres e crianças completamente indefesos" estava aclimatando os membros do partido na violência e obediência cruel, transformando-os "em peças da engrenagem de uma máquina infernal"⁵⁴. Apenas uma única pessoa protestou frente a Stálin. Sua segunda mulher, Nadezhda, o havia deixado em 1926, com seus dois filhos ainda pequenos, Vasily e Svetlana. Stálin persuadiu-a a voltar, mas a mantinha sob vigilância da OGPU. Quando ela se queixou, ele localizou os informantes dela e os mandou prender. A 7 de novembro de 1932, diante de testemunhas, ela protestou violentamente contra o tratamento que ele dispensava aos camponeses, foi para casa e se suicidou com um tiro. Esse foi o segundo drama familiar — seu primeiro filho, Yakov, tentou suicídio por desespero em 1928 — e Svetlana escreveu mais tarde: "Acredito que a morte de minha mãe, que ele tomou como traição pessoal, despojou a sua alma dos últimos vestígios de calor humano"⁵⁵.

A resposta de Stálin foi fazer com que a OGPU assumisse o controle de sua casa. Ela contratava e treinava os empregados, supervisionava sua comida e fiscalizava o acesso a sua pessoa⁵⁶. Stálin governava agora através de seu secretariado pessoal e não mais através dos canais de governo normais ou dos órgãos do partido. Através de seu secretariado pessoal criou uma polícia secreta própria dentro da polícia oficial, chamada Departamento Político Secreto Especial de Segurança do Estado⁵⁷. Encasulado dessa maneira, ele se sentia invulnerável; certamente, os outros o percebiam como tal. Apesar de o estado da Rússia ser tão desesperador em 1932, a ponto de o regime de Stálin ter chegado à beira do naufrágio, como aconteceu com Lênin no início de 1921, ninguém chegou perto para matar Stálin.

Quanto ao planejamento, tido como modelo para o mundo, era, em sua essência, um exercício escrito. Nenhum de seus números jamais foi verificado independentemente, de 1928 até os nossos dias. Os controles de auditoria não-governamentais, que são parte indispensável a cada Estado constitucional sob o império da lei, não existem na União Soviética. Havia, desde o princípio, qualquer coisa suspeita sobre o seu primeiro plano quinquenal. Foi aprovado pelo Comitê Central em novembro de 1928, adotado formalmente em maio de 1929 e depois declarado em vigor retroativamente, desde outubro de 1928! Desde o final de 1929 o país inteiro estava revirado de cabeça para baixo em função da decisão repentina de coletivizar a agricultura; o Plano de 1928, então (presumindo que ele tenha de fato existido), tornou-se totalmente irrelevante. Contudo, em janeiro de 1933, o mês em que Hitler assumiu o poder, Stálin subitamente anunciou que o plano havia sido completado em quatro anos e com "a máxima satisfação" em vários aspectos⁵⁸.

O plano, tido pela sofisticada sociedade ocidental como modelo de processo civilizado, foi na verdade uma fantasia bárbara. A Rússia é um país rico, com uma opulência e uma variedade de matérias-primas sem paralelo em qualquer outro lugar do mundo. O regime soviético herdou uma população em expansão e uma base industrial em rápido crescimento. Como a Alemanha dos Guilhermes havia pressuposto, nada poderia impedir a Rússia de se tornar uma das grandes potências, em breve tempo talvez a maior potência industrial sobre a terra. A política de Lênin e, mais ainda, a de Stálin — ou melhor, a série de expedientes apressados que passavam por política — teve o efeito preciso de diminuir a velocidade dessa inevitável expansão, assim como danificou enormemente, e nesse caso para sempre, a agricultura florescente da Rússia. Entretanto, houve progresso. Grandes projetos foram completados, como a represa do Dnieper em 1932, a fábrica de tratores de Stalingrado, a usina de aço em Magnitogorsk, nos Urais, as minas da bacia de

Kuznetsk, na Sibéria, o canal que une o Báltico ao mar Branco e muitos outros projetos. Algumas construções, tais como a do canal, utilizaram inteiramente, ou em parte, o trabalho escravo. Como já vimos, o uso de escravos políticos fizera parte do regime de Lênin desde o início, mas, inicialmente, só um pequeno contingente dessa mão-de-obra fora utilizado. O sistema expandiu-se sob Stálin, a princípio lentamente, depois com terrível velocidade. Uma vez iniciada a coletivização forçada, em 1930-33, a população dos campos de concentração subiu para dez milhões e, depois do começo de 1933, ela nunca caiu abaixo desse número, até bastante tempo depois da morte de Stálin. Entre as indústrias que empregavam regularmente o trabalho escravo em grande escala estavam as minas de ouro, a silvicultura, o carvão, a agro-indústria e o transporte — especialmente a construção de canais, estradas de ferro, aeroportos e estradas de rodagem. A OGPU fazia as transações de trabalho escravo para várias agências do governo, exatamente da mesma maneira que os S.S. nazistas alugariam mais tarde esse tipo de trabalhadores para os Krupps, a I.G. Farben e outras firmas alemãs. Para o imenso canal Báltico-mar Branco, uma das obras que Stálin exibiu, foram usados trezentos mil escravos⁵⁹. O trabalho escravo deixou de ser marginal, como no tempo de Lênin, e se tornou uma parte integrante e importante da economia stalinista, com a OGPU administrando imensas áreas da Sibéria e da Ásia Central⁶⁰.

No caso alemão, a taxa de mortalidade nos campos totalitários de trabalho escravo parece ter sido de 10% ao ano⁶¹. Na Rússia, pode ter sido mais alta porque muitos dos campos estavam localizados dentro das regiões árticas e subárticas. De qualquer maneira, a necessidade de manter o suprimento de víveres para a força de trabalho escravo era, indubitavelmente, uma das principais razões das inúmeras prisões de trabalhadores não pertencentes ao partido durante os anos 1929-33. Periodicamente eram feitos julgamentos com grande encenação teatral, tais como o de Menshevik, em março de 1931, ou o dos engenheiros da Metro-Vickers, em abril de 1933. Esses acontecimentos, altamente divulgados, revelavam nos mínimos detalhes a existência de uma série de conspirações diabólicas, que supostamente fariam parte de uma gigantesca conspiração contra o regime e o povo da Rússia. Sem tais encenações não se podia criar o clima de xenofobia e histeria necessário à manutenção da união do Estado stalinista. Mas, obviamente, esses eventos constituíam uma fração mínima do processo, a explicação pública das prisões e desaparecimentos que aconteciam em todo o país, numa escala sem precedentes.

A maioria dos “julgamentos” não era registrada, apesar de muitas vezes grandes grupos de pessoas estarem envolvidos, classificados de acordo com a profissão. Muitos nem foram julgados. A natureza arbitrária das detenções era primordial para criar o clima de medo que, ao lado da necessidade de mão-de-obra, era o principal motivo do terror dos não-pertencentes ao partido. Um membro da OGPU admitiu ao correspondente do *Manchester Guardian* em Moscou que pessoas inocentes eram aprisionadas naturalmente — caso contrário ninguém teria medo. Se as pessoas, disse ele, fossem presas apenas por contravenções específicas, todas as outras se sentiriam seguras e, assim, estariam prontas para a traição⁶². Este argumento parecia carecer de qualquer padrão de lógica ou de sentido em várias circunstâncias. Um velho bolchevique relatou o caso de um técnico em energia que, no período de 18 meses, foi preso, condenado à morte, perdoado, enviado a um campo, posto em liberdade, reabilitado e finalmente condecorado, tudo sem razão aparente⁶³. Mas a maioria esmagadora dos prisioneiros passou o resto de suas vidas nos campos.

No mundo exterior, a magnitude da tirania de Stálin — ou a sua própria existência — era absolutamente mal compreendida. A maioria dos que viajavam para a Rússia era ou de homens de negócio, ansiosos para fazer comércio e sem a menor vontade de investigar ou criticar o que não lhes dizia respeito, ou de intelectuais que iam para admirar e, mais ainda, para acreditar. Se o declínio do cristianismo criou o político moderno fanático e seus crimes, também a volatilização da fé religiosa entre as pessoas cultas deixou um vácuo no espírito dos intelectuais ocidentais, facilmente preenchido pela superstição secular. Não há outra explicação para a credulidade com que cientistas, acostumados a avaliar as evidências, e escritores, cuja única função era estudar e criticar a sociedade, aceitaram, sem espírito crítico, a mais grosseira propaganda stalinista. Eles precisavam acreditar, eles queriam ser enganados⁶⁴. Amabel Williams-Ellis, por exemplo, escreveu uma introdução a um livro sobre a construção do canal do mar Branco, mais tarde descrito com tanta angústia por Alexander Solzhenitsyn, contendo a seguinte frase: “Essa estória sobre a construção de uma obra arriscada, no meio de florestas antigas, levada a efeito por dezenas de milhares de inimigos do Estado, ajudados — ou seria vigiados? — por apenas 37 oficiais da OGPU, é uma das mais excitantes que já se publicaram”. Sidney e Beatrice Webb disseram do mesmo projeto: “É gradável pensar que manifestações de apreço calorosas foram expressas oficialmente sobre o sucesso do feito da OGPU, não apenas pelo desempenho de um grande feito de engenharia, mas pela conquista de um triunfo em regeneração humana”. Harold Laski elogiava as prisões soviéticas por darem oportunidade aos condenados de levar “uma vida plena e com dignidade”; Anna Louise Strong registrou: “Os campos de trabalho na União Soviética angariaram a grande reputação de locais onde dezenas de milhares de homens foram recuperados”. “Os métodos soviéticos de recuperar os seres humanos são tão conhecidos e eficientes — acrescentou ela — que os criminosos, ocasionalmente, pedem para ser admitidos nos campos de trabalho.” Enquanto que na Grã-Bretanha, segundo George Bernard Shaw, um homem entra na prisão como um ser humano e sai como criminoso, na Rússia ele entrava “como um tipo criminoso e sairia como um ser humano, não fosse a grande dificuldade de convencê-lo a sair da prisão. Pelo que eu depreendi, os criminosos poderiam permancer na prisão tanto tempo quanto desejassem”⁶⁵.

A fome de 1932, a pior da história russa, não foi praticamente divulgada. No seu auge, Julian Huxley, biólogo que visitava o país, achou a população “num nível de saúde geral muito acima daquele que se podia encontrar na Inglaterra”. Shaw atirou suas reservas de alimentos para fora da janela do trem, justamente antes de cruzar a fronteira russa, “convencido de que não havia escassez na Rússia”. “Onde você vê escassez de comida?”, perguntou ele lançando o olhar sobre os pratos existentes no restaurante reservado a estrangeiros na metrópole de Moscou⁶⁶. Em um de seus artigos, Shaw diz o seguinte: “Stálin vem distribuindo bens numa quantidade que parecia impossível há dez anos atrás, e eu tiro o meu chapéu para ele”. Mas Shaw e sua companheira de viagem, *lady* Astor, tinham conhecimento da existência de prisioneiros políticos, já que *lady* Astor havia pedido clemência a Stálin em nome de uma mulher que queria juntar-se ao marido na América (Stálin prontamente entregou-a à OGPU). E *lady* Astor perguntou a Stálin: “Por quanto tempo o senhor continuará matando pessoas?” Diante da resposta de Stálin — “Enquanto for necessário” — ela mudou de assunto e pediu-lhe para arranjar uma babá russa para seus filhos⁶⁷.

As apreciações sobre Stálin escritas nos anos 1929-34 são leitura curiosa. H.G. Wells disse que “nunca havia encontrado homem mais cândido, justo e honesto... ninguém tem medo dele e todos confiam nele”. Os Webbs argumentavam que ele tinha menos poder do que um presidente americano e estava apenas agindo sob as ordens do Comitê Central e do *Presidium*. Hewlett Johnson, o deão de Canterbury, descreveu-o como aquele que conduz “seu povo por novas e desconhecidas avenidas da democracia”. O embaixador americano, Joseph E. Davies, por sua vez, referia-se a Stálin dizendo que ele havia “insistido na liberalização da Constituição” e “elaborado o projeto do verdadeiro sufrágio secreto e universal”; disse ainda que “seus olhos castanhos são extraordinariamente criteriosos e suaves” e “uma criança gostaria de sentar-se no seu colo e um cachorro caminharia a seu lado”. Emil Ludwig, o famoso biógrafo, achou-o um homem “aos cuidados de quem eu confiaria, sem hesitação, a educação de meus filhos”. O físico J.D. Bernal rendeu-lhe tributo tanto pela sua “capacidade de abordar cientificamente todos os problemas” como pela sua “capacidade de intuição”. Ele era, disse o escritor chileno Pablo Neruda, “um homem de princípios e de boa índole”; “um homem de bondosa afabilidade”, ecoou o deão⁶⁸.

Alguns desses elogios podem ser explicados de várias formas: corrupção, vaidade ou pura loucura. Davies, por exemplo, deturpou de forma bem consistente a natureza da Rússia de Stálin nas informações para o governo de seu país; para isso era subornado pelo regime soviético, que lhe permitia comprar ícones e cálices para a sua coleção particular a preços abaixo do mercado⁶⁹. Quanto a Anna Louise Strong, Malcolm Muggeridge a descreve como “uma mulher enorme, com um rosto muito vermelho, muitos cabelos brancos, uma expressão de imbecilidade tão assustadora que equivalia a uma beleza estranha”⁷⁰. A ilusão era obviamente o fator maior que existia na apresentação de um despotismo mal sucedido como uma Utopia em desenvolvimento. Mas havia também, por outro lado, a fraude consciente por parte de homens e mulheres que se diziam idealistas. Acreditavam honestamente, na época, que, ao deturpar e mentir sistematicamente, estavam a serviço de um objetivo humano mais alto. Se a Grande Guerra, com sua violência sem precedentes, brutalizou o mundo, a Grande Depressão o corrompeu, limitando as opções que se ofereciam à humanidade e apresentando-as em termos ostentadamente contrastantes. Os ativistas políticos achavam que deveriam fazer escolhas terríveis e, uma vez feitas, ater-se a elas desesperadamente. Os anos 30 foram uma época de mentiras heróicas. A mentira santa era a virtude mais apreciada. A Rússia torturada de Stálin era a principal beneficiária dessa falsificação santificada. A competição para enganar tornou-se mais acirrada quando o stalinismo adquiriu um rival mortal na Alemanha de Hitler.

Havia um elemento de ilusão no centro da rivalidade, entre as formas comunistas e fascistas de totalitarismo. Elas se ligavam organicamente ao processo de evolução histórica. Então, assim como a guerra havia tornado possível a violenta tomada de poder por parte de Lênin, e o “Socialismo de Guerra” alemão lhe havia inspirado uma política econômica, da mesma forma a própria existência do Estado leninista, com seu controle unipartidário sobre todos os aspectos da vida pública e seu relativismo moral sistemático, servia de modelo para todos aqueles que odiavam a sociedade liberal, a democracia parlamentar e o Estado de direito. Ele inspirou a imitação e gerou o medo; aqueles que mais o temiam eram os que mais propendiam a imitar seus métodos ao tentarem construir contramodelos defensivos próprios. O totalitarismo da esquerda criou o totalitarismo da direita, o comunismo e o fascismo eram o martelo e a bigorna pelos quais o liberalismo foi despedaçado. O aparecimen-

to da autocracia de Stálin mudou a dinâmica da corrupção, não em forma, mas em nível. Isto se deu porque Stálin “encarnava o pensamento do velho Lênin, porém numa dimensão muito maior”. As prisões, os campos de concentração, o alcance, a brutalidade e a violência da engenharia social — nada disto tinha sido visto antes, nem mesmo imaginado até então. O contramodelo se tornou, assim, mais monstruosamente ambicioso, e o medo, que ativou sua construção, foi mais intenso. Se o leninismo gerou o fascismo de Mussolini, foi o stalinismo que tornou possível o leviatã nazista.

Hitler saiu da prisão de Landsberg no fim de 1924, quase no exato momento em que Stálin completava a destruição política de Trotsky e se estabelecia numa posição de comando, como chefe do Estado leninista. Os dois acontecimentos estavam ligados, porque Hitler então compreendeu que não poderia tomar o Estado de Weimar pela força, mas teria de infiltrá-lo, criando um partido de massa; a grande sombra de Stálin era uma aliada essencial nessa tarefa. Foi o Estado comunista de 1919 que primeiro deu a Hitler sua base na Baviera, unindo pelo medo os católicos separatistas “negros” e os radicais nacionalistas “marrons” do exército particular do capitão Roehm. O cerne do partido era bávaro, assim como um grupo importante de refugiados do Báltico que escaparam do leninismo e que moravam na Baviera⁷¹. Mas, para tomar o poder, Hitler tinha que sair do encrave da Baviera e se instalar no norte industrial. Em 1925, ele formou uma aliança com Gregor Strasser, um demagogo radical que, com seu talentoso lugar-tenente Joseph Goebbels, pregava seu próprio modelo de revolução socialista para a classe operária. Hitler persuadiu Strasser a transformar sua idéia de uma “revolução alemã” específica, com seus objetivos nacionalistas e anticapitalistas, numa “revolução anti-semita”, pois exerceria uma atração mais ampla sobre a classe média⁷². Strasser e Goebbels foram os primeiros a assegurar ao nazismo a característica de um movimento de grandes proporções no norte. Mas, na Conferência de Bamberg, em 1926, Hitler conseguiu afirmar a sua supremacia no partido e Goebbels transferiu para ele seu compromisso de fidelidade.

Durante os anos de 1925-29, os melhores de Weimar, quando a Alemanha desfrutava de um renascimento industrial que chegou perto dos níveis do pré-guerra e não havia fatores econômicos a seu favor, Hitler firmou-se como um brilhante orador, um diligente organizador do partido e um líder autoritário com uma terrível força de vontade. Como aconteceu com o leninismo, a organização tinha de se tornar a base de todo o controle, logo que o poder fosse tomado. Hitler dividiu o país em 34 distritos (*Gaue*), baseado nos distritos eleitorais, cada um com um chefe (*Gauleiter*) — os quais ele escolheu pessoalmente — e mais sete *Gaue* adicionais em Danzig, Sarre, Áustria e os Sudetos, o que se constituiu na primeira onda do movimento de futura expansão que marcou o seu governo. Seu partido, como o de Lênin, era altamente centralizado — na verdade nele mesmo —, mas era também “participatório”, como seria seu futuro regime: havia assim a Juventude Nazista, a Liga de Escolares Nazistas, a União de Advogados Nazistas, a Liga de Estudantes, a Ordem de Mulheres Alemãs, a Liga de Médicos Nazistas e pilhas de outras sociedades. O método de Hitler foi sempre o de negar aos seus seguidores qualquer participação concreta nas decisões, dando-lhes somente liberdade de ação, e nesse caso quase infinita, para atividades marcadas pelo ímpeto, incluindo a violência.

A violência surgiu em proporções crescentes, na medida em que o stalinismo se introduzia no movimento comunista internacional. Assim, o que tinha sido o partido intelectual de Rosa Luxemburg deixou a teoria e se lançou nas ruas. Lá,

jubilantemente, as S.A. Camisas-Marrons de Rohm se juntaram aos comunistas em batalhas sangrentas, das quais ambos tiraram partido. Os comunistas usaram da violência para desgastar os social-democratas (a quem chamavam de “social-fascistas” e tratavam como os verdadeiros inimigos), apresentados por eles como “reformistas” muito fracos para fazer face ao poder desarmado da direita. Mas os nazistas estavam fadados a serem os vitoriosos definitivos porque, enquanto usassem de violência, faziam-se passar por defensores da “ordem ariana”, visto que Weimar era muito insegura para manter a ordem de maneira eficaz e eles, os nazistas, eram a única força na Alemanha capaz de exorcizar o “Terror Vermelho” e dar aos cidadãos inocentes a paz da verdadeira autoridade. Foram os constantes conflitos armados de rua que impediram os republicanos de Weimar de se beneficiarem dos anos de progresso. Aqueles que rejeitavam tanto a tirania do tipo stalinista quanto um Estado liberal-capitalista que não propiciasse amor-próprio nacional ou segurança elementar estavam sempre procurando um “terceiro caminho”. Esse caminho, significativamente, estava no título original do livro de Bruck, *The Third Reich*. No fim dos anos 20, o grupo de homens do “terceiro caminho” incluía personalidades influentes, tais como Carl Schmitt, o principal jurista da Alemanha, que não era de maneira alguma um nazista, mas que argumentava e pleiteava numa longa série de livros bastante lidos que a Alemanha deveria ter uma constituição e um sistema de governo mais firmes⁷³. Outro foi Oswald Spengler, cujo “terceiro caminho” incorporava o *Führerprinzip* de autoridade, no qual o *Führer* era o membro representativo da raça do *Volk*, em vista de sua liderança carismática⁷⁴. E uma vez Hitler estabelecido como a principal figura pública, ele e seu partido se moldaram a esse papel de forma perfeita, nunca vista em qualquer outro líder, especialmente depois da ascensão de Stálin. Spengler havia prevenido sobre a nova época: “Seria uma época de guerras cruéis em que novos césores surgiriam e em que uma elite de homens de aço, que não buscavam ganhos pessoais e felicidade, mas o cumprimento dos deveres para com a comunidade, tomaria o lugar dos democratas e dos humanitários”⁷⁵. A hora tinha chegado: o próprio nome “Stálin” não significava aço?; onde estava o “homem de aço da Alemanha”?

A Alemanha de Weimar era uma sociedade muito insegura; necessitava de um estadista que inspirasse confiança nacional, mas nunca o havia conseguido. Bismark havia ensinado, astutamente, aos partidos a não visar ao apelo nacional, mas a representar interesses individuais. Sob a República, eles permaneceram partidos de classe ou grupos de pressão regionais. Isso foi fatal porque fez o sistema partidário, e com ele o parlamentarismo democrático, parecer mais um fator divisório do que unificador. Pior ainda: dava a impressão de que os partidos nunca produziram um líder cuja ação empolgasse além dos estreitos limites de seus próprios seguidores. Os maiores culpados foram os social-democratas, um grupo digno, porém obtuso e obstinado. Eles poderiam ter criado um bloco de centro-esquerda inexpugnável, abandonando seus projetos de nacionalização e de tributação; mas recusaram-se a isso, temendo perder terreno na esquerda para os comunistas.

Apenas dois políticos de Weimar tinham apelo multipartidário. Um deles era Gustav Stresemann, ministro do Exterior, de 1923 a 29, e cuja morte com a idade de 51 anos foi o marco para a vitória de Hitler. O outro era Konrad Adenauer, prefeito de Colônia. Por uma ironia trágica, Stresemann destruiu as chances de Adenauer. A administração urbana, modelando-se nas sólidas tradições burguesas do passado medieval, era a única instituição política de sucesso na Alemanha. Adenauer dirigiu

a mais apreciada administração municipal no país, com a ajuda dos socialistas. Em 1926, quando tinha cinquenta anos, foi convidado a formar um governo de coalizão em linhas similares. Mais tarde, mostrou-se um dos mais capazes e dos mais firmes estadistas democráticos do século XX, misturando habilmente baixa astúcia e altos princípios. É mais do que provável que ele faria funcionar o sistema de Weimar, especialmente porque assumiria o controle no melhor momento possível, do ponto de vista econômico. Mas era um forte “ocidentalizante”; alguns diziam que era um separatista da Renânia e que desejava vincular a Alemanha às democracias civilizadas da Europa Ocidental, efetuando, em particular, o que ele secretamente descrevia como “uma paz duradoura entre a França e a Alemanha... através da criação de uma comunidade de interesses econômicos”. Stresemann, entretanto, era um “pró-germânico”, fiel à crença alemã predominante no *Primat des Aussenpolitik*. Trabalhando com Ernst Scholtz, líder do Partido do Povo, e muito ajudado pela criação de uma feroz ditadura militar na Polônia, sob o marechal Pilsudski, Stresemann torpedeou com sucesso o convite para que Adenauer formasse uma coalizão, na qual incluía os socialistas. Desta forma, a oportunidade de Adenauer, que poderia ter mudado radicalmente o curso inteiro da história, foi perdida; e Hitler, o mais “germânico” de todos, foi o beneficiário⁷⁶.

A prosperidade de Weimar, 1924-29, não foi tão impressionante como parecia a muitos. O CIGS (chefe do Estado-Maior imperial) britânico, a julgar pelos seus relatórios, estava assustado com a crescente força industrial da Alemanha⁷⁷. A inflação havia aliviado a indústria alemã da carga de dívidas, e durante a segunda metade dos anos 20 a oferta de crédito inflacionário de Benjamin Strong supriu o Ruhr com uma imensa quantidade de investimentos financeiros americanos. As exportações alemãs dobraram nos cinco anos depois de 1924. A produção ultrapassou o nível existente no período de pré-guerra em 1927 e, em 1929, era 12% maior *per capita*. A Alemanha estava investindo 12% líquidos de sua renda⁷⁸. Mas, mesmo nos melhores anos, a renda, em termos reais, era 6% menor do que os níveis do pré-guerra. O desemprego também era alto: de 18,1% em 1926, caiu para 8,8% e 8,4% nos dois anos seguintes; depois passou a marca de três milhões de desempregados outra vez, no inverno de 1928-29, alcançando mais de 13% bem antes que a queda de Wall Street fizesse acabar o dinheiro barato americano. Depois da lei tarifária Smoot-Hawley, o desemprego rapidamente pulou para bem mais de 20%: foi de 33,7% em 1931 e atingiu um consternador índice de 43,7% num certo momento em 1932. Naquele inverno, havia mais de seis milhões de desempregados permanentes⁷⁹.

Hitler foi colocado no poder pelo medo. Nas eleições de 1928, o número de deputados nazistas caiu de 14 para 12 e ele conseguiu apenas 2,8% dos votos. Contudo, essa eleição marcou o momento decisivo para ele, porque trouxe um imenso impulso à esquerda, especialmente aos comunistas, criando um clima de medo, no qual Hitler encontraria sem dúvida campo para “vicejar”. Em 1929, seu partido possuía 120.000 membros; no verão de 1930, possuía 300.000 e, no início de 1932, quase 800.000. A S.A. também cresceu, chegando à cifra de meio milhão no fim de 1932.⁸⁰ A cada estágio, o primeiro apoio que Hitler recebia vinha da classe estudantil e acadêmica; depois, recebia o das demais. Em 1930, ele havia conquistado o movimento estudantil; o recrutamento dos diplomados vinha em função do desemprego — as universidades formavam 25.000 alunos por ano, perfazendo um total de 400.000. Porém, desse total, 60.000 alunos estavam registrados oficialmente como desempregados. Em 1933, um em cada três *Akademiker* não tinha emprego⁸¹.

Em 1929, Hitler já era respeitado o suficiente para ser admitido como sócio de Alfred Hugenberg, o industrial e líder da Direita Nacionalista, que pensava usar os nazistas na caminhada para o poder. O resultado foi que Hitler teve acesso às finanças empresariais e daí para frente nunca mais lhe faltou dinheiro. O sistema partidário estava fracassando visivelmente. Depois da eleição de 1928, foi necessário um ano para formar o governo. Em 1930, o líder do Partido do Centro, Heinrich Brüning, tentou invocar o artigo 48 da Constituição para governar por decreto presidencial e, quando o *Reichstag* foi contrário, ele o dissolveu. Como consequência, os nazistas, com 107 cadeiras, e os comunistas, com 77, tornaram-se o segundo e o terceiro maiores partidos no *Reichstag*. Brüning, aterrorizado com a inflação, deflacionou vigorosamente, ajudando assim tanto os nazistas quanto os comunistas, e, na segunda metade de 1931, o sistema monetário internacional e a era da cooperação econômica chegaram a um ponto surpreendente. A Grã-Bretanha, seguida de 16 outros países, saiu do padrão-ouro. As barreiras tarifárias subiram por toda parte. Agora, era cada país por si. A América se tornou, pela primeira vez, completamente isolacionista. A Grã-Bretanha recuou para o protecionismo e para a preferência por seu Império. A Alemanha optou por uma estranha posição de cortes violentos nos gastos do governo, a fim de manter o valor do marco, editando decretos-lei que fixavam os salários e os preços, e entregando ao governo o controle da política dos bancos e, conseqüentemente, o controle da indústria. Como resultado, Brüning perdeu a confiança dos industriais alemães. Desde então começaram entendimentos sérios para trazer Hitler ao poder, a partir de alguma forma de coalizão de direita. Röhm manteve conversações secretas com o general Kurt von Schleicher, o chefe político do Exército. Hitler encontrou Hindenburg pela primeira vez; após esse encontro, o presidente disse que, enquanto ele não fizesse “desse cabo boêmio” o chanceler, ele o empregaria como diretor geral dos Correios⁸².

Tanto a esquerda quanto a direita subestimaram totalmente Hitler, até o minuto em que este entrou na Chancelaria. Como vimos, a esquerda era dependente do antiquado sistema de análise marxista-leninista — que era pré-fascista — e, portanto, nunca se preparou para enfrentar posições adversas. Os comunistas achavam que Hitler era uma mera excrescência do capitalismo e, conseqüentemente, um fantoche de Hugenberg e Schleicher, os quais, por sua vez, eram manipulados por Krupp e Thyssen⁸³. Sob a influência de Stálin, o Partido Comunista alemão, nessa época, não fazia distinção concreta entre os social-democratas (“Fascistas Sociais”) e Hitler. Seu líder, Ernst Thälmann, disse ao *Reichstag*, em 11 de fevereiro de 1930, que o fascismo já estava no poder na Alemanha, quando o chefe do governo era um social-democrata. O principal órgão intelectual do Partido, o *Linkskurve*, ignorou completamente os nazistas, como o fez o único filme genuinamente comunista, *Kuhle Wampe* (1932). Os comunistas só reparavam nos nazistas para combatê-los nas ruas, exatamente o que Hitler queria. Havia algo de falso e ritualístico nesses encontros, como Christopher Isherwood notou: “No meio de uma rua apinhada de gente, o jovem seria atacado, desnudado, surrado e deixado sangrando na calçada; em 15 segundos tudo estava terminado e os assaltantes desaparecidos”⁸⁴. No *Reichstag*, Thälmann e Goering combinavam transformar os debates em tumultos. Algumas vezes essa combinação ia mais longe. Durante a greve de transporte em Berlim, em novembro de 1932, profissionais da Frente Vermelha e os Camisas-Marrons trabalhavam juntos para formar piquetes, espancar os que se apresentavam ao trabalho e destroçar as linhas de bonde⁸⁵. Uma das razões por que o Exército recomendava aos nazistas

participarem do governo era por achar que não podia lidar com as forças paramilitares comunistas e nazistas ao mesmo tempo. Cegos por essa análise política absurda, os comunistas queriam de fato o governo de Hitler, pois acreditavam que seria uma farsa e que prenunciaria a tomada do poder pelos comunistas.

A direita compartilhava também da ilusão de que Hitler era um peso leve, um demagogo austríaco ridículo, cujos dons oratórios ela poderia explorar, enquanto o “manobra” e o “continha” — e 1932 foi o *annus mirabilis* de Hitler, quando ele fez seus melhores discursos. “Se os nazistas não existissem — afirmava Schleicher em 1932 — seria necessário inventá-los”⁸⁶. Na verdade, a exploração veio do outro lado. Os acontecimentos que precederam imediatamente a ascensão de Hitler ao poder lembram curiosamente a subida de Lênin — embora o primeiro tenha usado a lei e o segundo a tenha derrubado —, pois ambos mostram o quão irresistível é a clareza do objetivo, combinada com uma imensa e cruel vontade de poder. Schleicher, tentando separar Hitler de sua turma de bandidos, proibiu a S.A. Em maio de 1932, ele conseguiu afastar Brüning e o substituiu pelo seu próprio candidato, o ardiloso diplomata Franz von Papen. Esperando obter a cooperação de Hitler, Papen levantou a proibição da S.A. e convocou novas eleições. Hitler não lhe deu nada em troca e chamou seu governo de “o gabinete dos barões”. Em 17 de julho, Hitler provocou um motim em Altona, que foi usado por Papen como desculpa para assumir o controle, com a força policial do Estado prussiano, o último reduto dos restantes social-democratas. Papen achou que por esse ato fortaleceria o governo central, mas o que aconteceu de fato foi o fim da República de Weimar. O caminho estava aberto para um governo de ilegalidade.

Nas eleições, Hitler dobrou seu número de votos para 37,2%; ele e os comunistas conseguiram, então, mais da metade das cadeiras do *Reichstag*. Quando Hindenburg recusou fazê-lo chanceler, Hitler mandou seus homens para a rua e, a 10 de agosto, cinco membros da tropa de assalto espancaram à morte um trabalhador do Partido Comunista diante da família. Hitler escreveu um artigo justificando o assassinato e tornando perfeitamente claras as intenções do governo nazista. Ainda numa outra eleição, em novembro, o voto nazista caiu para 33%, sendo os grandes vencedores os comunistas, que então asseguravam 100 cadeiras (os nazistas, 196) no *Reichstag*. O resultado, paradoxalmente, foi ter tornado a direita ainda mais ansiosa para colocar Hitler no governo. Schleicher substituiu Papen como chanceler, na esperança de subjugar os nazistas ao separar a ala de Strasser (nesse momento sem importância) de Hitler. Tal manobra acabou por incitar Papen a conspirar com Hindenburg para formar uma coalizão Papen-Hitler, trazendo o general Werner von Blomberg para o Ministério da Defesa como uma forma de “refreamento”. Os detalhes dessa operação são excessivamente complicados — uma *totentanz* ou “dança da morte” —, mas a essência é simples: de um lado, objetivos inseguros e divididos, e uma incapacidade em focalizar a verdadeira essência do poder; do outro lado, um objetivo firme e uma compreensão clara da realidade.

Após dois dias de negociações bizantinas, Hitler surgiu como chanceler em 30 de janeiro de 1933. Havia apenas três nazistas num gabinete de 12 e acreditava-se que Hitler poderia ser encurralado por Blomberg, de um lado, e por seu “manipulador”, Hugenberg, de outro. Mas Hitler, Goering e Frick, os três ministros nazistas, tinham os três cargos que importavam: a Chancelaria, com a permissão de usar o artigo 48, o Ministério do Interior da Prússia e o Ministério do Interior Nacional. Fora o Exército, a única força no país capaz de lidar com meio milhão de Camisas-Marrons era a polícia

da Prússia. Isso havia sido tirado das mãos dos social-democratas e entregue a Goering! Não se podia esperar que Blomberg pudesse lutar contra ambos. Hugenberg, por sua vez, foi secretamente traído por Papen. Este concordou com a idéia de Hitler poder convocar novas eleições (que agora ele podia administrar), certo de que Hugenberg poderia ser reduzido à posição que lhe cabia⁸⁷.

O dia 30 de janeiro de 1933 foi um ponto sem volta para a Alemanha e para o resto do mundo. Como disse Goebbels: "Se nós tivermos o poder, nunca desistiremos dele, a não ser que sejamos tirados mortos dos nossos cargos"⁸⁸. No momento em que Hitler pôs os pés na Chancelaria, ele agiu com a mesma rapidez que Lênin em outubro de 1917. Imediatamente colocou 25.000 homens no quartelão dos ministérios em Berlim. Nessa noite foi realizada uma parada maciça de seus homens à luz de archotes, marchando através da Porta de Brandemburgo e diante da Chancelaria, por seis horas, enquanto os "especiais" da polícia de Hitler mantinham a ordem entre uma imensa multidão delirante. De uma das janelas iluminadas, podia ser visto o vulto excitado de Hitler. De outra, a forma impassível de Hindenburg, o Titã de Madeira, marcando o tempo, com sua bengala, ao ritmo da banda militar⁸⁹.

A multidão estava alegre porque a política era impopular para a maioria dos alemães e Hitler havia prometido terminar com ela, substituindo-a por um Estado unipartidário. O grande tema de seus discursos, durante todos os anos anteriores, tinha sido o de que "os políticos haviam arruinado o *Reich*". Agora, ele usaria a política para desencadear uma guerra contra os políticos e dizia ainda que a sua eleição seria para terminar com todas as eleições e que seu partido acabaria com todos os partidos. "Eu digo a todos esses tristes políticos que a Alemanha se tornará um único partido, o partido da grande nação heróica". O que ele estava propondo era uma revolução pela estabilidade, uma revolta contra o caos, um *putsch* legal pela unidade. Como tal, estava dentro da poderosa tradição alemã. Wagner havia apresentado a política como uma atividade imoral e não-germânica. Thomas Mann havia denunciado "o terrorismo da política"⁹⁰. Hitler oferecia o que o escritor marxista Walter Benjamin chamava de "a estetização da política", a arte sem a substância. Em 1919, os surrealistas tinham pedido "um governo de artistas". Agora eles tinham um. Entre os chefes nazistas, Hitler não era o único "boêmio", como colocou Hindenburg. Funk escrevia música, Baldar von Schirach e Hans Frank, poesia, Goebbels, romances; Rosenberg era um arquiteto, Dietrich Eckart, um pintor. Hitler mostrou aos alemães o lado unificador da vida pública: espetáculos, paradas, discursos e cerimônias; o lado divisório — debates, votação e tomada de decisões —, foi abolido completamente ou conduzido por uma minúscula elite em segredo. A parada de 30 de janeiro foi uma antecipação do que seria o referido lado unificador da política, coisa que Hitler fazia melhor do que qualquer um. Esse foi o primeiro aspecto do seu regime de governo a ser imitado por Stálin.

O outro aspecto, o lado divisório da política propriamente dita, começou na manhã seguinte, com a tomada da máquina estatal prussiana por Goering, caracterizando-se por mudanças radicais no quadro de pessoal, especialmente nos oficiais de polícia mais graduados e por expedição de ordens para uma rápida expansão da *Geheime Staats Polizei* (Gestapo), sob o controle de oficiais nazistas. Quatro dias mais tarde, Hitler promulgou um decreto "Para a Proteção do Povo Alemão", usando poderes que encontravam base legal no Artigo 48. Esse artigo dava ao governo o pleno arbítrio de banir reuniões públicas e jornais. No dia 22 de fevereiro, Goering

criou uma "polícia auxiliar" adicional, composta de 50.000 homens, todos de unidades nazistas. A idéia era destruir qualquer organização não-nazista que ousasse resistir. Como ele mesmo disse: "Minhas medidas não serão limitadas por escrúpulos legais ou por burocracia. Não cabe a mim fazer justiça. Meu negócio é aniquilar e exterminar é só!". Ele disse a sua polícia: "Quem quer que tenha cumprido o seu dever a serviço do Estado, quem quer que tenha obedecido às minhas ordens e tomado medidas severas contra o inimigo do Estado, quem quer que tenha usado a sua arma cruelmente quando atacado pode ter certeza de proteção... Se isso for chamado de assassinato, então eu sou um assassino"⁹¹.

O trabalho de Goering ficou muito mais fácil com o incêndio do *Reichstag*, no dia 28 de fevereiro, abertamente atribuído ao débil mental Martinus van der Lubbe e altamente conveniente ao novo regime. No mesmo dia, Hitler promulgou o Decreto de Emergência de 28 de fevereiro de 1933: "Para a Proteção do Povo e do Estado", suplementado por um outro, "Contra a Traição ao Povo Alemão e Planos de Alta Traição". Esses decretos formavam a base concreta do domínio nazista, já que possibilitavam à polícia atropelar a justiça completamente⁹². O texto-chave dizia:

Os artigos 114-18, 123-4 e 153 da Constituição do *Reich* alemão estão no momento sendo anulados. Conseqüentemente, restrições à liberdade pessoal, ao direito à liberdade de expressão, incluindo a liberdade de imprensa, de associações, de assembléias, censura a cartas, telegramas e comunicações telefônicas, buscas em residências e confisco, assim como restrições à propriedade estão permitidos doravante e isentos, portanto, dos limites estabelecidos pela lei.

Esse decreto, que permaneceu em vigor até 1945, deu a Hitler o suficiente para criar um Estado totalitário e foi de fato o que estruturou o seu governo. Mas após as eleições de 5 de março, que deram aos nazistas 43,9% dos votos (288 cadeiras), Hitler introduziu a Lei de Autorização que, no dia 23 de março, foi debatida e aceita pelo *Reichstag* (que se reunia temporariamente no Teatro Lírico Kroll, cercado por unidades da S.A. e da S.S.). O primeiro artigo dessa lei transferia o direito de legislar do *Reichstag* para a Administração; o segundo dava à Administração o poder de fazer mudanças constitucionais; o terceiro transferia, do presidente para o chanceler, o direito de criar projetos de lei; o quarto estendia a Lei de Autorização aos tratados e o quinto a limitava a quatro anos (ela foi prorrogada em 1937, 1941 e novamente em 1943). De fato foi uma lei que objetivava abolir a constituição e o governo legal — e Hitler nunca viu necessidade ou se importou em substituir a antiga Constituição de Weimar por uma de sua autoria. Na verdade, nada foi acrescentado ao decreto de 28 de fevereiro, exceto num sentido metafísico. Ele foi analisado e debatido, o único debate político que Hitler jamais permitiu como governante, exatamente como Lênin, na única reunião da Assembléia Provisória. Os paralelos são quase sinistros, exceto pelo fato de ter Hitler, diferentemente de Lênin, tomado parte no debate, respondendo furiosamente ao discurso que foi feito em defesa dos social-democratas que se opunham ao decreto (26 deles e 81 comunistas já estavam presos ou em fuga). Mas os partidos da direita e do centro votaram a favor do decreto numa contagem de 441 a 94, marcando assim a morte moral de uma república que já tinha morrido legalmente no dia 28 de fevereiro.

A resistência foi fraca ou quase inexistente. Alguns dos líderes comunistas que, havia apenas poucas semanas, tinham acreditado que a chegada de Hitler ao cargo seria um prelúdio efêmero para o triunfo deles, foram simplesmente assassinados. Outros fugiram para a Rússia, onde o mesmo destino os aguardava. A grande massa da plebe comunista humildemente se curvou e nunca mais se teve notícia dela. Os sindicatos se entregaram sem o menor sinal de luta. No dia 10 de maio, os social-democratas, insistindo no fato de que os nazistas eram apenas “o último reduto dos reacionários”, permitiram que todas as suas propriedades e publicações fossem confiscadas. Uma semana mais tarde, seus deputados realmente votaram a favor da política externa de Hitler, fazendo com que Goering declarasse: “O mundo viu que o povo alemão permanece unido quando o seu destino está em jogo”. Em junho, todos os partidos não-nazistas da direita, esquerda e centro, junto com seus paramilitares, foram dissolvidos. No fim do mesmo mês, Hugenberg, o grande “refreador” de Hitler, foi ignominiosamente chutado de seu cargo. Finalmente, em julho, os nacional-socialistas foram declarados o único partido legal. Hitler precisou de menos de cinco meses para destruir completamente a democracia alemã — mais ou menos o mesmo tempo que Lênin. Ninguém se opôs a nada. Como disse Robert Musil: “As únicas pessoas que dão a impressão de recusar tudo aquilo — embora não digam nada — são as empregadinhas”⁹³.

Com o modelo soviético já maduro para guiá-lo, Hitler criou um aparato de terror e uma engrenagem de polícia estatal muito mais rapidamente do que Lênin — e que logo atingiram uma escala quase tão grande quanto a de Stálin. O agente inicial desse esforço foi Goering, que se utilizou da polícia prussiana e de sua recém-criada Gestapo de homens da S.A. e da S.S., operando de seu quartel-general na Printz Albrechtstrasse, em Berlim. Foi Goering quem destruiu o Partido Comunista no espaço de poucas semanas, através de uma política de assassinato de seus membros — “Uma bala atirada do tambor de uma pistola da polícia é minha bala” foi o apoio que ele deu a seus homens — ou através da internação em campos de concentração, que ele começou a montar em março. A asfixiante brutalidade da campanha de Goering, conduzida sem o menor respeito pela legalidade, explica em grande medida o silêncio ou a cumplicidade daqueles grupos que poderiam se opor ao novo regime. Tais grupos simplesmente tinham medo. Sabia-se que as pessoas com quem os nazistas implicavam desapareciam sem rastro: assassinadas, torturadas até a morte, enterradas num campo qualquer. Toda a oposição foi encoberta por um manto de medo, e esse foi precisamente o efeito que Goering queria criar. Hitler elogiava o seu trabalho, qualificando-o de “brutal e duro como gelo”⁹⁴.

Era hábito de Hitler duplicar todas suas agências para que pudesse jogar uma contra a outra, se fosse necessário, e governar pela divisão. Ele nunca confiou muito na S.A., criação de Roehm, agora com um milhão de homens. Depois que ele saiu de Landsberg, criou, retirando membros da S.A., uma guarda de segurança pessoal de *Schutztaffel* (S.S.) ou unidade de segurança. Em 1929, quando os Camisas-Negras da S.S. chegaram a 290, Hitler os entregou ao comando de Heinrich Himmler, então com vinte e nove anos de idade, o filho bem-relacionado de um antigo tutor da família real da Baviera. Apesar de sua aparência e de seus hábitos afetados (seus diários registram até a hora em que fazia a barba, tomava banho ou cortava o cabelo; ele guardava todos os canhotos de *tickets* e todos os recibos), Himmler era um bandido do *Freikorps* e um violento anti-semita, que usava seu *pince-nez* mesmo quando

duelava. Ele havia sido supervisor dos depósitos secretos de armas, localizados na zona rural, para enganar a Comissão de Controle Aliada, e suas conexões sociais e militares lhe permitiram levantar o *status* da S.S. acima da S.A. Alguns de seus comandantes de unidades eram nobres. Incluíam-se nesse grupo muitos médicos. Funcionários civis mais graduados e industriais estavam entre seus membros honorários. Diferente de Roehm, Himmler nunca recrutaria um desempregado⁹⁵.

Com o encorajamento de Hitler, Himmler expandiu a S.S. rapidamente, logo atingindo o número de 52.000 homens. A guarda pessoal de Hitler, que integrava a S.S. e se chamava *Leibstandarte*, era uma divisão completa. Himmler nunca foi íntimo de Hitler. Ele era tratado como um funcionário cuja lealdade estava imbuída de admiração e de terror; é um fato curioso o de que Himmler, o único homem que poderia ter destruído Hitler, o temesse mais do que a tudo. Hitler encarava a S.S. como seu próprio instrumento de poder e lhe entregou tarefas especiais. A partir de 1931, ela foi encarregada do Ministério da Raça e Colonização, responsável pela elaboração das leis raciais e pelas aplicações práticas da teoria racial nazista e manutenção de livros sobre procedências genealógicas dos membros do partido. A S.S., assim, tornou-se o instrumento natural para levar adiante, por parte de Hitler, o gigantesco extermínio do Leste e a política de colonização, quando chegasse a hora. Ao mesmo tempo, Himmler recrutou um ex-oficial da Marinha, Reinhard Heydrich, que ele considerava um tipo ariano ideal, para que se ocupasse de um novo serviço de inteligência e segurança, o *Sicherheitsdienst* (S.D.), o qual foi instruído por Hitler para vigiar a S.A. de Roehm.

Resulta disso que, quando Hitler tomou o poder, Himmler foi capaz de rapidamente expandir a sua organização, transformando-a num sistema de segurança completo, com suas próprias unidades militares (o *Waffen S.S.*) e uma organização chamada *Totenkopfverbände* (Unidades de Comandos da Morte) para dirigir campos de concentração e outras tarefas especiais. Essas últimas incluíam muitos criminosos, tais como Adolf Eichmann e Rudolf Hess, que já tinham sido condenados por assassinatos⁹⁶. A função inicial de Himmler foi meramente a de chefe de Polícia de Munique; pediu permissão ao primeiro-ministro católico da Baviera, Heinrich Held, para construir seu primeiro campo de concentração em Dachau, o que foi devidamente noticiado pela imprensa:

Na quarta-feira, 22 de março de 1933, o primeiro campo de concentração será aberto perto de Dachau. Acomodará cinco mil prisioneiros. Planejando em tal escala, recusamo-nos a ser influenciados por qualquer objeção sem importância, já que estamos convencidos de que isso tranquilizará e servirá aos interesses de todos aqueles que se preocupam com a nação.

Heinrich Himmler
Chefe de Polícia Interino da Cidade de Munique⁹⁷.

As primeiras ordens de “custódia protetora” continham os seguintes dizeres: “Com base no artigo 1º do Decreto do presidente do *Reich* para a Proteção do Povo e do Estado, datado de 28 de fevereiro de 1933, você está sujeito à custódia protetora, de acordo com o interesse da segurança e da ordem públicas. Razão: suspeita de atividades hostis ao Estado”. Diferentemente de Goering, Himmler, nesse estágio, mostrou-se cuidadoso em observar as formalidades do Estado nazista. Mas os

regulamentos do campo, que Himmler compilara, indicavam, desde o início, a abrangência horripilante dos poderes que ele e seus homens retinham, além de um irrestrito uso do terror:

O termo “internamento em campo de concentração” é para ser anunciado abertamente “até segunda ordem”... Em certos casos, a S.S. do *Reichsführer* e o chefe da Polícia alemã poderão ordenar espancamento... Não há objeção quanto a espalhar o boato desse aumento de punições... para aumentar o efeito de intimidação. Os seguintes infratores, considerados agitadores, serão enforcados, a saber: quem... fizer discursos provocadores em reuniões, formar facções, perder tempo à toa com outros; quem, com o objetivo de fornecer propaganda para a oposição através de histórias de atrocidades, reunir informações falsas ou verdadeiras sobre os campos de concentração⁹⁸.

O trabalho burocrático impecável de Himmler e seu zelo pela observância formal da legalidade (quando ele mandava os pais, já idosos, para passeios em seu carro oficial, sempre anotava os custos e os deduzia do seu salário)⁹⁹ eram fraudulentos, como também o era a estrutura pseudo-legal semelhante à da OGPU utilizada na Rússia Soviética. Hans Gisevius, um oficial da Gestapo, testemunharia mais tarde: “Foi sempre uma tática favorita da S.S. aparecer disfarçada de respeitável e condenar todos os excessos, mentiras ou infrações da lei. Himmler.. falava como o mais corajoso defensor da decência, correção e justiça”¹⁰⁰. Ele queria afastar seus homens dos arruaceiros rufiões da S.A. e da Gestapo de Goering. Entretanto, dentro dos campos, não havia nenhuma diferença: uma crueldade inenarrável, um sadismo constante e a negação total da lei.

Um caso típico entre milhares foi o do poeta judeu Erich Muhsam. Ele havia participado da inconseqüente República Socialista da Baviera de Eisner e, por isso, passou seis anos na prisão, sendo anistiado em 1924. Logo depois do incêndio do *Reichstag*, temendo ser preso, ele comprou uma passagem para Praga, mas resolveu entregá-la a outro intelectual muito mais apavorado do que ele. Foi então apanhado e levado para o campo de Sonnenburg. Lá, começaram por esmagar seus óculos, arreventaram-lhe os dentes e arrancaram-lhe chumaços de cabelos. Teve seus polegares quebrados para que não pudesse escrever e o ensurdeceram com brutais tapas nos ouvidos. Foi então transferido, em fevereiro de 1934, para o campo de Cranienburg, onde os guardas conservavam um chimpanzé encontrado na casa de um cientista judeu também aprisionado. Pensando que o animal fosse violento, atiraram-no sobre Muhsam, mas, para ódio deles, o chimpanzé simplesmente pendurou-se no pescoço dele. Eles então torturaram o animal até a morte na presença de Muhsam. O objetivo era levar Muhsam ao suicídio. Mas o poeta não cedia. E, numa certa noite, foi espancado até a morte e pendurado numa viga no teto, com a cabeça dentro da latrina. Muhsam conhecia os mecanismos do totalitarismo e pouco antes de sua prisão entregara todos os seus documentos à mulher, dando-lhe instruções expressas para que, de forma alguma, fosse a Moscou. Infelizmente ela o desobedeceu e levou consigo os documentos; assim que as autoridades soviéticas puseram as mãos nos documentos, prenderam a Sra Muhsam. Ela passou os vinte anos seguintes nos campos soviéticos como uma “agente trotskista”, e os documentos permanecem até hoje trancafiados no chamado “Instituto Gorky de Literatura Mundial”, em Moscou¹⁰¹.

Na Alemanha de Hitler, embora sob uma tênue camada de legalidade, a ausência de lei era absoluta. Como disse Goering, “a lei e a vontade do *Führer* são uma só coisa”. E Hans Frank acrescentou: “Nossa constituição é a vontade do *Führer*”. Hitler trabalhava somente através de decretos e ordens, em oposição à lei, assemelhando-se mais uma vez a Lênin, que nunca mostrou o menor interesse pela elaboração de uma constituição¹⁰². O Ministério da Justiça não interferia em qualquer assunto que fosse do interesse dos nazistas. Seu chefe, Franz Guertner, que como ministro da Justiça da Baviera, em 1924, tinha concedido o livramento precoce de Hitler, era uma nulidade que dizia ter permanecido para combater o hitlerismo, mas que, na verdade, nunca teve permissão para se dirigir a Hitler, a não ser para conversar sobre literatura. Pouco antes de sua morte, em 1941, Guertner disse a Frank: “Hitler ama a crueldade. Ela o agrada... principalmente quando ele pode atormentar alguém. Seu espírito é dotado de um sadismo diabólico. Se assim não fosse, como poderia agüentar Himmler e Heydrich?”¹⁰³. O próprio Hitler disse: “Foi com imensa dificuldade que consegui persuadir o Dr. Guertner... da necessidade absoluta de aplicar penas de maior severidade em casos de traição”¹⁰⁴. Contudo, Hitler afirmava isso apenas da boca para fora. Frequentemente modificava o que na opinião dele eram sentenças “lenientes”, impondo, ao invés, a pena de morte. Ele modificou a Lei do Funcionalismo Público, de 1933, acrescentando o parágrafo 71, que lhe dava poder de exonerar um juiz se “seu comportamento nas atividades oficiais, particularmente em suas decisões, ...mostrasse que ele não se compatibilizava com o *Weltanschauung* do Nacional Socialismo” (um exemplo citado foi o de se dar uma sentença mínima para “profanação racial”)¹⁰⁵.

Hitler sequer simpatizava com juizes que ele pudesse remover ou que fossem subservientes. Como Marx e Lênin, ele detestava advogados — “um advogado deve ser visto como um homem deficiente por natureza ou deformado pela experiência” — e eventualmente sobrepunha as “Cortês do Povo” nazistas ao sistema jurídico comum, um mecanismo leninista que atingiu seu apogeu sombrio sob o atroz Roland Freisler, em 1944-45.¹⁰⁶ O ministro do Interior, Wilhelm Frick, também nazista, jamais ofereceu qualquer proteção contra as transgressões nazistas ao cumprimento da lei ou às liberdades civis. Em 1930-32, Frick era considerado pelos de fora como o segundo homem mais importante depois de Hitler; na verdade, era um fraco e, a partir do momento em que seu Ministério perdeu o controle real da Polícia, nem ele nem o Ministério valiam alguma coisa. A única contribuição importante feita pelo Ministério ao governo de Hitler foi a redação (sob o Dr. Hans Globke, mais tarde a serviço do Dr. Adenauer) das Leis de Nuremberg para os judeus, em 1935. Até hoje se debate se o Código teve o efeito de diminuir os chocantes atos de violência perpetrados contra os judeus por nazistas locais, como dizia Globke, ou se concedeu autoridade moral à perseguição sistemática¹⁰⁷.

A maneira pela qual Hitler conduzia a segurança interna era característica: usava três sistemas competitivos (S.S., S.A. e a polícia de Goering juntamente com a Gestapo) e dois ministérios que só funcionavam para assuntos sem importância. Como não havia constituição no Estado (além da Constituição anestesiada de Weimar), ele não tinha nenhum sistema de governo, ou melhor, tinha vários. Havia um sistema de partidos de quarenta ou mais *Gauleiters*, um poderoso colegiado, que o próprio Hitler podia nomear ou demitir, mas que ele não ousava desafiar como grupo. O *Gauleiter* de Düsseldorf, Florian, alegava nunca ter convidado Himmler para o seu *Gaue* e tinha proibido seus homens de cooperar com a Gestapo. O verdadeiro líder

do partido era Rudolph Hess, como representante de Hitler. Porém Hess era um místico inocuo. Mais importante era Martin Bormann, um assassino convicto e um trabalhador assíduo, um burocrata diligente, *à la* Stálin, que travava constantes batalhas contra os *Gauleiters*, de um lado, e contra Goering e Goebbels, de outro¹⁰⁸.

Hitler não fazia objeções a essas batalhas internas; pelo contrário, incentivava-as. “Deve-se permitir que as pessoas entrem em atrito mútuo”, dizia ele. “O atrito produz calor e calor é energia.” Ele chamava a isso de “darwinismo institucionalizado”. Se Hitler encontrava resistência por parte de algum ministério, criava um outro com as mesmas atribuições. Qualificou o Ministério do Exterior, ainda repleto de aristocratas, de “uma pilha de lixo intelectual” e, a partir de 1933, criou uma organização rival, sob a direção de Joachim von Ribbentrop, que frequentemente roubava a correspondência do Ministério e a respondia¹⁰⁹. O Ministério do Trabalho, chefiado por Franz Seldte, era o que, especialmente, obstruía mais a sua atuação. Hitler nomeou então um dos seus *Gauleiters*, Fritz Sauckel, como Ministro Plenipotenciário para Assuntos do Trabalho¹¹⁰. E, sendo mais uma vez frustrado na área de política econômica e financeira, criou um novo Ministério da Economia, em situação dúplice, chamando-o de Plano de Quatro Anos, sob a direção de Goering. Em 1942, além da cota de ministérios que herdara de Weimar, Hitler já tinha criado 58 Conselhos Supremos do *Reich*, além de outras agências extragovernamentais. A superposição era geral e deliberada. Convinha a Hitler que Ribbentrop e Goebbels, por exemplo, brigassem pelo controle da propaganda externa, a tal ponto que seus subalternos chegaram a batalhas campais por causa de equipamentos de rádio. Então, ambos se voltavam para Hitler para solicitar-lhe o arbítrio.

Qualquer sistema autoritário que abandona os procedimentos constitucionais e o exercício da lei está destinado a conter o gérmen da anarquia. O regime de Stálin não era diferente, embora Stálin fosse mais metódico do que Hitler. O termo “boêmio”, que Hindenburg aplicou a Hitler, era perfeito. Este odiava horas marcadas. Depois da morte de Hindenburg, acumulou os cargos de chanceler e presidente e usou isso como uma desculpa para terminar com o trabalho formal de um e de outro. Um funcionário público antiquado, Dr. Hans Lammers, mantinha uma aparência de ordem no escritório da Chancelaria, onde ele e sua equipe de dez ou doze *Beamten* respondiam a correspondência de Hitler de cerca de seiscentas cartas por dia. Parece que Hitler nunca escreveu uma carta ou assinou um documento oficial. Assim que ele chegou ao poder, fez o máximo para destruir todos os documentos que se referiam a ele (inclusive impostos), donde sua relutância em emitir qualquer diretriz por escrito. O único hológrafo documentário de Hitler que possuímos data de antes da Primeira Guerra Mundial.

Quando Hitler se tornou chanceler, passou a sentar-se à mesa de trabalho às dez horas da manhã, mas logo se cansou da rotina e, gradualmente, passou a trabalhar à noite. Viajava sem cessar pelo país, como um monarca medieval, e, mesmo quando estava em Berlim, recusava-se a tomar decisões, alegando não ser um ditador¹¹¹. Detestava reuniões de gabinete, precisamente porque eram um procedimento de tomada de decisão. Realizava tais reuniões com intervalos cada vez maiores. Mesmo quando elas aconteciam, as decisões realmente importantes eram tomadas em outros lugares. Assim, quando Hitler despediu Hjalmar Schacht, nomeou Walter Funk ministro da Economia durante um intervalo na ópera, apresentando-o sem nenhum aviso prévio na reunião seguinte (4 de fevereiro de 1938), a última a que ele presidiu¹¹². Não há sombra de dúvida de que as decisões importantes eram tomadas

por Hitler pessoalmente, via de regra em reuniões bilaterais com ministros ou chefes individualmente; mas tais reuniões nunca foram registradas, exceto indiretamente. As ordens de Hitler sempre foram orais, muitas vezes emergindo incidentalmente durante discussões intermináveis e, às vezes, dadas no local a quem por acaso estivesse por perto¹¹³.

O Estado de Hitler não era corporativista, porque corporativismo implica uma distribuição de poder entre organismos diferentes. E Hitler não dividiria o poder com ninguém. Ele não se importava com o fato de que os membros mais graduados da gangue governassem pequenos impérios particulares, uma vez que estavam sujeitos ao seu poder total de destruí-los. Mas Lammers testemunhou em Nuremberg que Hitler não permitiria que eles se reunissem sequer informalmente. Portanto, não lhes foi possível resolver suas diferenças num colegiado. O regime de Hitler foi caracterizado por lutas bilaterais e multilaterais constantes entre as suas partes componentes, o que Hobbes chamava de “um desejo incansável e perpétuo por poder e mais poder, que só cessa com a morte”¹¹⁴. Goering grampeou os telefones de seus colegas a partir do seu “escritório de investigações” e conseguiu tesouros tão úteis como uma coleção de cartas de amor de Alfred Rosenberg a uma graciosa judia¹¹⁵. Bormann espionava tudo. Assim como o fizeram Himmler e Heydrich. Todos estavam numa posição de chantagear todos e, como todos procuravam ganhar a simpatia de Hitler entregando o que sabiam dos outros, o *Führer* se mantinha bem-informado.

Nenhum governo, conduzido dessa maneira, podia esperar manter políticas coerentes e bem planejadas. Hitler falhou nesse campo e mesmo em outros pelos quais se interessava tão apaixonadamente. Ele prometera ajudar as pequenas empresas, os camponeses, o setor agrícola, diminuir o porte das cidades, tirar as mulheres das fábricas e devolvê-las ao lar, tomar a indústria dos capitalistas, a terra dos *junkers*, o exército dos “*vöns*”, a administração dos “*doktors*”. Não fez nada disso. Ao contrário: as cidades, as grandes empresas e a indústria floresceram e os camponeses e as mulheres continuavam a afluir às oficinas de trabalho¹¹⁶. O exército, os negócios, o funcionalismo público permaneciam exatamente os mesmos.

E até em assuntos como a política dos judeus, que para Hitler era o mais importante de todos, havia incoerência e hesitação. Na primeira onda de triunfo dos nazistas, muitos judeus foram assassinados ou enviados para campos de concentração ou, então, despojados de suas propriedades pela S.A., que lhes permitia, assim, fugirem. Alguns líderes nazistas queriam que se estabelecesse uma política mais reforçada de emigração. Mas nenhuma medida sistemática e efetiva foi tomada para que isso acontecesse. Hitler também não destruiu as grandes lojas de departamento dos judeus, uma coisa que ele tinha prometido fazer inúmeras vezes: Schacht o convenceu de que assim se perderiam noventa mil empregos¹¹⁷. O Ministério da Economia se opunha a atacar os negócios dos judeus, principalmente porque acreditava que daí surgiriam outros ataques a grandes negócios em geral, e criou um órgão especial para impedir a perseguição nazista¹¹⁸. As Leis de Nuremberg foram elaboradas apressadamente. Hitler as anunciou como “o acordo final relativo à situação dos judeus”. Muitas ambigüidades ainda permaneceram, mesmo no seu próprio pensamento. Ele autorizou cartazes com os dizeres “Judeus não são bem-vindos” na entrada das cidades, uma coisa teoricamente ilegal; mas os judeus que conseguiam passar não podiam ser proibidos de entrar nessas cidades. O Ministério do Interior chegou até a debater, em 1936, o banimento de *Der Stürmer*, um jornal nazista anti-semita. O anti-semitismo tornou-se mais violento em 1938, talvez porque Hitler

estivesse adotando uma política econômica mais isolacionista. O Ministério do Interior produziu um “decreto de nome”, obrigando todos os judeus a adotar Israel ou Sara como segundo nome¹¹⁹. Logo após seguiu-se a aterrorizante violência da *Kristallnacht*, incitada por Goebbels, em 9 de novembro de 1938. Não se sabe se Goebbels agiu por iniciativa própria ou, como é mais provável, sob ordens quase casuais de Hitler¹²⁰. Somente quando a guerra se aproximou, Hitler se fixou na definitiva “solução final”: ele tinha isso sempre em mente, mas precisava da guerra para torná-la possível. Nos seus objetivos em relação ao mundo, ele era sempre claro, consistente e resoluto, como veremos, mas o mesmo não se dava no tocante à sua política interna.

Hitler não tinha política econômica. Mas teve uma política nacional muito específica. Queria rearmar o país o mais rapidamente possível, a fim de evitar um golpe antecipado por parte dos Aliados. Ele simplesmente deu suas ordens à indústria alemã e deixou seus diretores executá-las. Antes de Hitler chegar ao poder, Otto Strasser lhe perguntou o que faria com Krupp e ouviu: “Claro que eu o deixaria em paz, você acha que eu seria tão louco ao ponto de destruir a economia da Alemanha?”¹²¹. Hitler achava que o maior erro econômico de Lênin tinha sido determinar que os membros do partido controlassem a indústria, além de matar e expulsar os diretores capitalistas. Ele havia decidido que os camisas-marrons e outros elementos do partido não se aproximariam dos negócios e avisou ao major Walter Buch, juiz da Corte do Partido, em 1933: “É sua tarefa, como principal juiz dentro do partido, frear o elemento revolucionário”. A falta de empenho em pôr em prática tal atribuição já levou outras revoluções à destruição, disse ele¹²².

Não há provas de que Hitler fosse, mesmo num grau mínimo, influenciado pela filosofia dos grandes negócios. Ele só se curvava diante do conselho dos grandes homens de negócio quando estava convencido de que, agindo assim, agilizaria seus objetivos militares e externos. Considerava-se um socialista e a essência de seu socialismo estava na idéia de que todo indivíduo ou grupo deveria trabalhar, sem hesitação, para a política nacional. Portanto, não importava quem fosse o verdadeiro proprietário de uma fábrica, desde que aqueles que a gerenciavam obedecessem. O socialismo alemão, disse ele a Hermann Rauchsning, não estava baseado em nacionalização: “Nosso socialismo atinge camadas muito mais profundas. Não muda a ordem externa das coisas, ordena apenas a relação do homem com o Estado... De que serviriam renda e propriedade? Por que precisaríamos socializar os bancos e as fábricas? Nós estamos socializando o povo”¹²³. Ao enunciar o seu Plano de Quatro Anos (que, como o de Stálin, era um mero exercício de propaganda), disse que o trabalho do Ministério da Economia era apenas o de “apresentar as tarefas da economia nacional”; depois, “a economia privada as realizaria”. Se a economia privada se furtasse de suas obrigações, então o Estado nacional socialista saberia como lidar com o problema¹²⁴.

Dessa maneira, Hitler conduzia a classe empresarial da Alemanha e a fazia trabalhar para ele. As empresas podiam desenvolver-se ou não, dependendo de como executassem as ordens de Hitler. É óbvio que ele extorquia dinheiro delas: tratava-se de uma relação chantagem-vítima, e não benfeitor-cliente. Um caso a ser citado foi o da empresa química I.G. Farben, originalmente caricaturada pelos nazistas como “Isidore Farben”, por causa de seus diretores, executivos e cientistas judeus. Ela ganhou a simpatia de Hitler pelo simples fato de ter-se livrado dos judeus (por exemplo, Fritz Haber, o vencedor do prêmio Nobel) e por concordar em dar

prioridade absoluta ao programa de desenvolvimento de sintéticos, ponto principal do esquema de preparação para a guerra, segundo tratado secreto assinado a 14 de dezembro de 1933. Daí por diante, a Farben estava livre, mas às custas de uma total submissão a Hitler. Não eram os negócios que corrompiam o socialismo de Hitler, era justamente o contrário. A corrupção da I.G. Farben pelos nazistas é uma das mais surpreendentes tragédias individuais dentro da tragédia global da nação alemã¹²⁵.

Não ter uma política econômica era uma vantagem. Hitler teve sorte. Ele assumiu o poder um mês antes de Roosevelt e, como este, beneficiou-se de uma recuperação que começara pouco antes. Diferente de Roosevelt, ele não adequava a economia aos programas sistemáticos de obras públicas, apesar de estas existirem. Numa reunião, a 8 de fevereiro de 1933, disse que rejeitava qualquer programa que não estivesse relacionado ao rearmamento. Começou a construção de auto-estradas em setembro de 1933, principalmente porque queria estradas rápidas e achou que tinha encontrado na pessoa de Fritz Todt um gênio organizador para construí-las; e de fato ele o era¹²⁶. Brüning havia trilhado uma política excessivamente deflacionária, por temer a inflação. Hitler acabou com isso. Destituíu o Dr. Hans Luther, presidente do Banco do *Reich*, substituindo-o por Hjalmar Schacht, a quem também tornou ministro da Economia. Schacht era de longe o ministro de assuntos financeiros mais arguto já visto em algum país no período entreguerras. Era um economista de mercado, apesar de agir empiricamente, não acreditando em teoria alguma e seguindo apenas sua intuição.

Hitler detestava taxas de juros altas e crédito arrojado, não por ser ele um pró-keynesiano, mas porque os associava aos judeus. Disse a Schacht que levantasse dinheiro para o rearmamento, o que foi feito com a desobediência aos regulamentos do Banco do *Reich*. A inflação foi evitada pelo rígido controle exercido por Brüning sobre o câmbio (controle que Hitler, em sua busca da autocracia, tornou ainda mais feroz), pelo aumento de tributação (os impostos triplicaram em 1933-38) e por um aperto de cintos geral. O nível de vida alemão não estava certamente mais alto em 1938 do que na década anterior. Os alemães não se importavam, porque estavam de volta ao trabalho. Mais de oito milhões tinham ficado desempregados, quando Hitler assumiu o poder. O número começou a cair rapidamente na segunda metade de 1933 e, em 1934, já havia falta de mão-de-obra especializada em certas categorias, embora três milhões ainda estivessem desempregados. Em 1936, entretanto, havia pleno emprego e, em 1938, as empresas estavam desesperadas atrás de mão-de-obra, numa época em que a Grã-Bretanha e os Estados Unidos estavam novamente em recessão.

A Alemanha foi, assim, o único país industrial de grande porte a se recuperar completa e rapidamente da Grande Depressão. A razão repousa na grande força intrínseca da indústria alemã, que teve um desempenho fenomenal desde 1860 até hoje, não sendo mutilada pela guerra ou atormentada pela incerteza política. Weimar havia fornecido uma desastrosa estrutura política para os negócios, o que exigia uma base fiscal consistente e estável como pré-condição para o investimento eficiente. Weimar sempre teve dificuldades em conseguir a aprovação de seu orçamento pelo *Reichstag* e sempre teve de administrar sua política financeira por decretos de emergência. Sua instabilidade política inerente piorou, em vez de melhorar. Depois da eleição de 1928, tornou-se cada vez mais difícil formar um governo estável e, em março de 1930, estava claro que o regime não ia durar, correndo o risco de um sistema marxista vir substituí-lo. Portanto, a chegada de Hitler ao poder forneceu à indústria

alema exatamente o de que ela precisava para desenvolver-se: estabilidade governamental, o fim do sistema político e um objetivo nacional. O resto ela podia fazer por si mesma. Hitler era sagaz o suficiente para saber disso. Enquanto permitia que o partido invadisse todas as outras esferas do governo e da política pública, manteve-o longe da indústria e do exército, os quais ele exigia que tivessem um funcionamento da maior eficiência e fossem o mais ágeis possível¹²⁷.

Em meados de 1930, Hitler estava conduzindo um regime brutal, seguro, sem escrúpulos e, para a maioria dos alemães, bem-sucedido e popular. Os trabalhadores alemães, em sua maioria, preferiam ter a segurança de um trabalho a direitos civis, os quais, para eles, tinham até então significado muito pouco¹²⁸. O que se tornou importante para os trabalhadores foram as organizações sociais que Hitler criava em números assustadores, dentro de uma política que ele chamou de “participante”. Desenvolvia também uma política de coordenação, que enfatizava a unidade do Estado (sob a égide do partido, é claro). O Terceiro *Reich* era um Estado “coordenado”, do qual os alemães comuns “participavam”. Esse conceito de vida pública atraía mais os alemães do que a política partidária de Weimar. Esse sentimento podia não durar indefinidamente, mas ainda se mantinha forte quando Hitler destruiu sua popularidade, levando a Alemanha à guerra novamente. A popularidade de Hitler era provavelmente mais forte entre os mais humildes e os mais pobres (embora não ocorresse entre alguns camponeses católicos, que se recusavam a usar a saudação nazista e que se ressentiam amargamente dos ataques ao cristianismo).

Hitler também fascinava a natureza moralista de muitos alemães, isto é, daqueles que tinham um profundo desejo de comportamento “moral”, mas que não possuíam um código de moral absoluta com raízes na fé cristã. Himmler, o consciencioso assassino de massa, o torturador escrupuloso, era o arquétipo dos homens que melhor serviram a Hitler. Ele definia as virtudes da S.S., a personificação da “moralidade” nazista, como sendo a lealdade, honestidade, obediência, dureza, decência, pobreza e bravura. A noção de obediência às “leis de ferro” ou a “uma lei superior”, mais do que à moralidade absoluta e tradicional ensinada nas igrejas, era hegeliana. Marx e Lênin a traduziram para um conceito de classe; Hitler a traduziu para um conceito de raça. Assim como os quadros soviéticos foram treinados para justificar os crimes mais repulsivos em nome de uma guerra de classe moralista, também a S.S. agia em nome da raça — que Hitler insistia ser uma motivação humana muito mais central e poderosa do que a classe. Em oposição ao proletariado marxista, a base do puritanismo nazista estava na prestação de serviço à raça, caracterizada pelo que Rudolph Hess, no comando de Auschwitz, chamou de atitude “fria” e “pétrea” do ideal nazista, que “havia cessado de ter sentimentos humanos” no exercício do dever¹²⁹.

No início de 1933, entretanto, as duas maiores e mais fortes nações da Europa estavam inteiramente entregues a regimes totalitários. Tais regimes pregavam, praticavam e incorporavam um relativismo moral com todas as suas potencialidades horripilantes. Cada sistema agia de forma a estimular no outro comportamentos repreensíveis. Um dos aspectos mais perturbadores do socialismo totalitário, seja leninista ou hitlerista (e ambos os regimes políticos agiam tanto como movimentos em busca do poder quanto como regimes que já o desfrutavam), era a maneira pela qual esses regimes eram movidos: guiavam-se pela Lei de Gresham, aplicada ao campo da moralidade política. Assim, o medo afastou-os dos instintos humanitários e um perverteu o outro, levando-se mutuamente para as profundezas do mal.

Hitler aprendeu com Lênin e Stálin a criar um regime de terror em larga escala. Mas ele também tinha muito a ensinar. Como Lênin, desejava concentrar todo o poder na sua vontade própria. Como Lênin, era um gnóstico e, assim como Lênin, achava que sozinho era o autêntico intérprete da história como a personificação do determinismo proletário. Também Hitler só confiava em si mesmo como o expoente da vontade da raça do povo alemão. O regime que ele inaugurou em janeiro de 1933 apresentava uma anomalia evidente: a S.A., que Hitler não controlava totalmente, e as idéias de Roehm não se encaixavam em seus planos. A S.A., já bastante numerosa antes da tomada de poder, expandiu-se rapidamente após. Lá pelo outono de 1933, contava com um milhão de membros pagantes e ativos, além de reservas de mais de 3,5 milhões. O objetivo de Roehm era transformar a S.A. num futuro exército alemão que iria derrubar o acordo de Versalhes e assegurar os desejos expansionistas da Alemanha. O antigo Exército, com sua classe de oficiais profissionais, seria apenas uma organização de treinamento para um exército radical e revolucionário, o qual o próprio Roehm conduziria numa empreitada de conquista. Hitler estava determinado a rejeitar esse esquema napoleônico. Ele tinha o Exército regular em alta consideração e acreditava que este se rearmaria rapidamente e em segredo, a fim de defender o país em qualquer período de grande perigo, tal como quando os franceses e seus aliados se dispuseram a invadir a Alemanha e destruir seu regime. Mais importante do que isso era o fato de não ter a menor intenção de dividir o poder com Roehm e muito menos submeter-se a ele.

A partir de março de 1933, quando Hitler começou a ajudar a escalada de Himmler, com quem mantinha uma linha telefônica secreta, ficou claro que ele tinha em mente uma trama gigantesca para solucionar o dilema a ele apresentado pela S.A. de Roehm. Ele preparou essa trama com grande cuidado e atenção. A partir de outubro de 1933, Himmler foi autorizado por Hitler a obter uma multiplicidade de cargos relativos à chefia da polícia política em todos os estados alemães, além da cidade de Munique. Esse processo, naturalmente visto pelos inimigos de Himmler como a construção de um império, exigiu a ajuda ativa de Hitler em cada estágio, não só porque era ilegal (Frick não poderia estar a par), mas também porque envolvia negociações com os *Gauleiters* em cada *Gaue*, os quais só Hitler controlava. O processo foi completado a 20 de abril de 1934, quando a S.D. de Heydrich revelou um "complô" para assassinar Goering. A própria Gestapo não conseguira descobrir esse complô! Hitler, então, ordenou que Himmler dirigisse a polícia de Goering (oficialmente como seu representante). A organização S.S., grande por si mesma, agora controlava toda a polícia política da Alemanha e estava numa posição de atacar até a gigantesca e bem armada S.A.

Os motivos de Hitler para destruir a independência e a liderança da S.A. vinham crescendo nesse meio tempo. A brutal violência da S.A. nas ruas alienou os partidários de Hitler na Alemanha do controle desse processo de violência e foi a fonte principal de críticas ao seu regime no exterior. Quando *sir* John Simon e Anthony Eden o visitaram, em 21 de fevereiro de 1934, Hitler prometera desmobilizar dois terços da S.A. e permitir a inspeção do restante: "A não ser a verdadeira dissolução da força — escreveu Eden — ...ele seguramente não poderia ter ido mais longe"¹³⁰. De igual importância foi a hostilidade do Exército. Na primavera de 1934, o envelhecido Hindenburg claramente chegava ao fim. Hitler queria sucedê-lo, unindo Presidência e Chancelaria numa coisa só. Os comandantes do Exército e da Marinha concordaram com a idéia, desde que ele enfraquecesse a S.A. e destruísse

as pretensões desta. Era típico da ingenuidade daqueles que negociavam com Hitler dar-lhe alguma coisa vital em troca de uma “concessão” (que ele precisava fazer de qualquer maneira) e para a qual a cooperação do Exército era essencial.

Hitler continuou com o expurgo, um ato de puro gangsterismo, tão logo Himmler conseguiu o monopólio da polícia política. Resolveu assassinar todos os seus inimigos políticos mais próximos num só golpe (incluindo nesse rol antigos desafetos); fez com que as “provas” da conspiração, forjadas pelo departamento de inteligência de Heydrich, produzissem conjunções improváveis, dignas de um julgamento à maneira de Stálin. Himmler e Heydrich prepararam a lista final. Hitler apenas sublinhava a lápis os nomes daqueles que deveriam ser mortos. Heydrich assinou as sentenças, que diziam: “Por ordem do *Führer* e do chanceler do *Reich* está condenado à morte por fuzilamento por alta traição”. Num estágio bem mais adiantado, Goering foi introduzido na trama. O ministro da Defesa, Blomberg, junto com seu auxiliar político, general von Reichenau, tornaram-se cúmplices, colocando unidades do Exército de prontidão, caso as unidades da S.A. resistissem. Em 30 de junho de 1934, o próprio Hitler internou Roehm no sanatório de Tegernsee, retirando-se então para a *Brownhouse* de Munique. O ministro da Justiça bávaro não estava preparado para comandar fuzilamentos em massa, baseando-se numa mera lista datilografada. Roehm e seus associados não foram assassinados até 2 de julho, o que aconteceu pelas mãos da polícia política. Enquanto isso, em Berlim, de acordo com o relato da testemunha ocular do vice-chanceler, von Papen, os acusados foram levados à casa particular de Goering, em Lepzigerplatz, onde ele e Himmler os identificaram, conferiram seus nomes na lista e ordenaram que fossem fuzilados imediatamente. Os pelotões de fuzilamento foram providenciados pela polícia particular de Goering. Dois dias mais tarde, Hitler chegava a Templehof, vindo de Munique. Himmler e Goering foram recebê-lo na pista, sob um céu vermelho-sangue, aí analisando a lista daqueles já liquidados ou a ser liquidados, uma cena wagneriana descrita pelo oficial Hans Gisevius. Frick, o ministro do Interior, foi mandado de volta para casa: o assunto não lhe dizia respeito. De acordo com Gisevius, Frick disse: “Meu *Führer*, se o senhor não agir imediatamente contra Himmler e sua S.S., como fez contra Roehm e sua S.A., tudo o que o senhor vai fazer não passará de um convite a Belzebu para expulsar o diabo”¹³¹. Isso mostra quão pouco ele compreendia seu chefe.

Muitos dos assassinados nada tinham a ver com a S.A. A lista incluía o ex-primeiro-ministro bávaro, Gustav von Kahr, que se tinha recusado a tomar parte no *putsch* de 1923; o antigo companheiro de Hitler e rival de partido, Gregor Strasser; o ardiloso oficial de alta patente que iria “contê-lo”, general von Schleicher, além de sua mulher e seu íntimo associado, general von Bredow; o líder católico berlinense, Ernst Klausener e muitas outras pessoas inconvenientes e perigosas, provavelmente umas 150 no total¹³².

Esse assassinato em grande escala feito pelo governo e pela Polícia foi uma catástrofe moral para a Alemanha. O código de honra dos generais alemães foi estilhaçado, porque eles foram coniventes com o assassinato de dois de seus amigos e colegas. A justiça foi ridicularizada por ter passado uma lei, em 3 de julho, autorizando os feitos *ex post facto*. Hitler foi recebido com honras de Estado diante do leito de morte de Hindenburg, onde o perturbado ancião, que uma vez o dispensara como o “cabo boêmio”, recebeu-o com as palavras “Sua Majestade”. Depois que o “Titã de Madeira” morreu, no dia 2 de agosto, Hitler assumiu a sucessão graças

a uma lei promulgada no dia anterior, e que o tornava “líder e chanceler do *Reich*”. No mesmo dia, todos os oficiais e soldados prestaram-lhe um juramento sagrado que começava com as seguintes palavras: “Eu devotarei obediência incondicional ao *Führer* e ao *Reich* alemão e ao povo”. Esse “arranjo” foi levado a plebiscito e, em agosto, o povo alemão premiou o assassino-chefe com um veredicto de 84,6%.¹³³ Não menos significativa, nesse momento de decisão, foi a apresentação de adagas de honra para os homens da S.S. que tinham perpetrado os assassinatos. Aqui estava o simbolismo desavergonhado do relativismo moral. A S.S., então, iniciou a sua monstruosa carreira de crimes legalizados. O caso Roehm, com o Estado abertamente empenhado em assassinatos em massa, tendo a conivência de sua antiga elite militar e o endosso do seu eleitorado, prenunciou os programas de extermínio que estavam por vir.

A audácia que caracterizou o extermínio de Roehm e a maneira pela qual Hitler se houve nessa história, com a opinião do mundo, da Alemanha e dos seus próprios colegas e seguidores a seu favor, encorajariam Stálin a consolidar sua ditadura pessoal de maneira semelhante. Até então, a elite do partido tinha permitido que ele assassinasse apenas russos comuns. Mesmo para expulsar um membro graduado do partido, eram necessárias muitas diligências. Em 1930, Stálin havia sido abertamente criticado por Syrtsov, um candidato do Politburo, e por Lominadze, um membro do Comitê Central. Ele os queria mortos, mas o máximo que conseguiu foi expulsá-los do CC. Dois anos mais tarde, pediu o fuzilamento de Ryutin, que fizera circular em segredo um documento de duzentas páginas criticando a ditadura. Sergei Kirov, que substituíra Zinoviev como chefe de Leningrado, tinha insistido para que Ryutin fosse poupado e mandado a uma “solitária” ou prisão especial para homens proeminentes do partido¹³⁴. No verão de 1934, a influência de Kirov ainda era crescente e ele parecia ser o homem mais provável na sucessão de Stálin ou na sua derrubada do poder. O sucesso da eliminação de Roehm inspirou Stálin a fazer desaparecerem as restrições internas do partido de uma vez por todas e da maneira mais engenhosa: assassinando Kirov e usando o crime como desculpa para acabar com todos os seus inimigos¹³⁵.

Kirov foi morto em circunstâncias misteriosas, em 1º de dezembro de 1934, em pleno Instituto Smolny, o antigo colégio de moças onde Lênin havia iniciado o seu *putsch* e que havia permanecido o quartel-general do partido em Leningrado desde então. Era um lugar altamente guardado e nunca foi explicado como o assassino, Leonid Nikolaev, atravessou os cordões de segurança. O fato suspeito é que, poucos dias antes, o guarda-costas de Kirov fora removido sob as ordens de Yagoda, o chefe da NKVD. Em 1956 e outra vez em 1961, Khruchchev insinuou energicamente que Stálin era o responsável por esse assassinato e as provas circunstanciais parecem indiscutíveis¹³⁶.

Stálin reagiu à notícia do assassinato com grande violência, mas de uma maneira que sugeria premeditação. Tomou o trem noturno para Leningrado e, ao romper da aurora, foi recebido na estação de Moscou por Medved, chefe de Polícia de Leningrado. Stálin, sem uma palavra, esbofeteou-o. Requisitou a seguir um andar inteiro do Instituto Smolny e, pessoalmente, encarregou-se das investigações. Sentou-se atrás de uma mesa, protegido pelos seus guarda-costas: Molotov, Voroshilov, Zhdanov e outros, tendo os funcionários do partido de Leningrado de um lado e os seguranças do outro. Quando Nikolaev foi introduzido e Stálin lhe perguntou por que ele matara Kirov, a criatura caiu de joelhos e gritou, apontando para os seguranças:

“Mas eles me obrigaram a fazê-lo”. Os seguranças correram em sua direção e o espancaram com a coronha de seus revólveres até a inconsciência. Depois, carregaram-no para fora e o reanimaram com banhos alternados de água quente e fria. Stálin mandou que Borisov, o chefe da segurança de Kirov, fosse espancado até a morte com pés-de-cabra; Medved foi mandado para um campo e assassinado três anos depois; Nikolaev foi executado no dia 29 de dezembro, depois de um julgamento secreto. Mais de cem dos chamados “Branços” foram mortos; quarenta mil leningradenses foram enviados para os campos. E, daí por diante, qualquer pessoa que conhecesse os fatos do caso Kirov seria morta ou perdida para sempre no Arquipélago Gulag¹³⁷.

Isso era apenas o começo. Duas semanas após o assassinato de Kirov, Stálin mandou prender Zinoviev e Kamenev. Ele elaborou as acusações contra os dois nos menores detalhes e revisou, vírgula por vírgula, o testemunho que eles dariam. Demorou meses para ensaiá-los, Stálin ameaçando que nada seria poupado “até que eles viessem rastejando com a confissão na ponta da língua”¹³⁸. Eles se apresentaram para o julgamento em 1936, obedecendo a um acordo pelo qual confessariam qualquer coisa, desde que suas famílias não fossem molestadas e eles mesmos fossem poupados. Na verdade, foram fuzilados no dia seguinte, ao término do julgamento. A maneira pela qual Zinoviev suplicou por piedade tornou-se assunto de uma imitação grotesca, com fortes entonações anti-semitas feitas por K.V. Pauker nas festinhas íntimas de Stálin. Pauker era um ex-camareiro de teatro elevado à posição de chefe da guarda pessoal (NKVD) de Stálin, além de ser a única pessoa que tinha permissão de barbeá-lo. Pauker representou esse papel regularmente, até ser morto como “espião alemão”¹³⁹.

Imediatamente após a morte de Zinoviev e Kamenev, Stálin ordenou que Yagoda executasse mais de cinco mil membros do partido já aprisionados. Isso foi o início do Grande Terror. Logo depois deste acontecimento, Stálin enviou de Soshi, onde estava em férias, um telegrama sinistro, em 25 de setembro de 1936: “Nós consideramos absolutamente necessário e urgente que o camarada Yezhov seja nomeado Comissário do Povo para Assuntos Internos. Yagoda provou-se incapaz de desmascarar o bloco trotskysta-zinovievista. A OGPU está atrasada quatro anos nesse assunto”¹⁴⁰. Seguiu-se um expurgo sistemático da polícia secreta, a cargo de duzentos ou trezentos fanáticos do partido, secretamente recrutados por Yezhov¹⁴¹. Logo depois, Stálin eliminou seu velho amigo da Geórgia, Ordzhonikidze, o último membro do Politburo que tinha permissão de chamá-lo pelo seu apelido “Koba” ou mesmo de discutir com ele: a esse amigo foi dada a escolha de se suicidar ou morrer na prisão. Depois de fevereiro de 1937, Stálin podia matar quem quer que fosse, da maneira que desejasse. Durante o plenário do CC, no final do mês, Stálin “instruiu” para que prendessem Bukharin e Rykov. Bukharin suplicou em lágrimas por sua vida. Stálin disse: “Se você é inocente, pode prová-lo na prisão!”. O CC gritava: “Mate o traidor!”. Os dois homens foram levados diretamente para a prisão e para a morte. Ouviu-se Yagoda resmungar: “Que pena não ter prendido todos vocês antes, quando eu tinha poder”¹⁴². (Não fez diferença: das 140 pessoas presentes, quase dois terços seriam assassinados em breve).

Do final de 1936 ao segundo semestre de 1938, Stálin golpeou cada grupo dentro do regime. Só em 1937, ele matou três mil oficiais graduados da polícia secreta e 90% dos promotores públicos das províncias. Ele tinha estado em negociações secretas com Hitler, desde 1935. No ano seguinte, persuadiu o governo nazista para

que preparasse provas forjadas dos encontros secretos entre o comandante do Exército soviético, marechal Tukhachevsky, e os generais de Hitler. Isso foi feito pela Gestapo e transmitido por um de seus agentes, general Skoblin, que também trabalhava para a NKVD¹⁴³. A primeira vítima militar de Stálin foi o general de Cavalaria Dmitry Shmidt que, aparentemente, o tinha ofendido em 1927; Shmidt foi preso em 1936, torturado e assassinado. Tukhachevsky e sete outros generais graduados seguiram a mesma trilha, em 11 de junho de 1937, e, logo após, trinta mil oficiais, cerca de metade do total, incluindo 80% dos generais e coronéis¹⁴⁴. A maioria dos oficiais foi executada nas vinte quatro horas que se seguiram à sua prisão. Em qualquer grupo, o objetivo era matar os mais graduados, especialmente aqueles que tinham lutado na revolução ou conhecido o partido antes da ascensão de Stálin. O expurgo do partido em si foi o mais prolongado e severo. Em Leningrado, apenas dois dos 150 representantes do XVII Congresso do Partido sobreviveram. As perdas no partido em Moscou foram igualmente grandes. Cerca de um milhão de membros foi morto¹⁴⁵.

Os crimes cometidos nesses anos nunca foram expiados, investigados adequadamente ou punidos (exceto por acaso), porquanto as gerações sucessivas de líderes do partido que governaram depois de Stálin estavam envolvidas. O principal assassino, Yezhov, foi morto por Stálin depois que o expurgo terminou. Seu sucessor como chefe da polícia secreta, Lavrenti Beria, foi morto a tiros pelos seus colegas do Politburo, logo após a morte de Stálin. Georgi Malenkov, que governou a Rússia em 1953-56, foi o principal expurgador na Bielo-Rússia e na Armênia. Kruchchev, que o sucedeu e governou de 1956 a 1964, estava encarregado do expurgo tanto em Moscou (junto com Yezhov e Molotov) quanto na Ucrânia. O expurgo de Leningrado ficou aos cuidados de Zhdanov, sendo que um de seus assistentes (e um dos poucos sobreviventes) foi Aleksei Kossiguin, primeiro-ministro nos anos 70. Kaganovich, que ocupou cargos importantes até os anos 60, foi o destruidor do partido na região de Smolensky. Leonid Brejnev, um cúmplice e sobrevivente do expurgo da Ucrânia, governou a Rússia de 1964 até sua morte, em 1982.

Todos esses homens, que governaram a Rússia nos trinta anos que se seguiram à morte de Stálin, trabalharam numa mescla de auto-engrandecimento e medo, sob as instruções detalhadas e diretas de Stálin. Um homem da NKVD, que tinha estado na guarda de segurança de Stálin, testemunhou que Yezhov vinha a Stálin quase que diariamente nos anos 1937-39, sempre portando uma pilha de documentos. Stálin daria ordens de prisão, de tortura e sentenças (a última ordem era dada antes do julgamento). Stálin conduzia alguns interrogatórios. Classificava os documentos sob os títulos "prender", "prender todos", "não é necessário averiguar: prenda-os". No XXII Congresso do Partido, em 1961, Z.T. Serdiuk leu uma carta em voz alta, escrita por Yezhov: "Camarada Stálin: estou enviando para confirmação quatro listas de pessoas cujos casos estão nas mãos de um Colegiado Militar. Lista um, geral; lista dois, ex-pessoal militar; lista três, ex-pessoal da NKVD; lista quatro, esposas de ex-inimigos do povo. Peço a aprovação da condenação em primeiro grau (*pervaia kategoriia*, isto é, fuzilamento)". A lista foi assinada "Aprovado, J. Stálin, V. Molotov". A assinatura de Stálin está ligada a mais de quatrocentas listas, de 1937 a 1939, que contêm os nomes de 44.000 pessoas, membros graduados do partido, funcionários do governo, oficiais e personalidades culturais¹⁴⁶.

Comunistas estrangeiros, que buscaram asilo em Moscou, também foram mortos em grande número. Entre eles, Béla Kun e a maioria dos líderes comunistas húngaros; quase toda a elite comunista polonesa; todas as altas patentes do partido

ingoslavo, exceto Tito, os famosos bulgaros Popov e Tanev, heróis do julgamento de Leipzig junto com Dimitrov (que escapou por pura sorte: Stálin o tinha fichado); todos os coreanos; muitos indianos e chineses; líderes comunistas da Letônia, da Lituânia, da Estônia, da Bessarábia, do Irã, da Itália, da Finlândia, da Áustria, da França, da Romênia, da Holanda, da Tchecoslováquia, dos Estados Unidos e do Brasil. Particularmente atingidos foram os alemães que fugiam de Hitler. Temos conhecimento de 842 nomes de refugiados que foram presos; mas, na verdade, havia muitos mais, incluindo esposas e filhos dos líderes, como a família de Karl Liebknecht. Alguns dos alemães que sobreviveram puderam mais tarde mostrar as marcas das torturas, tanto da Gestapo como da NKVD, e se transformaram assim em símbolos vivos dos contactos furtivos mantidos entre a Alemanha nazista e a Rússia soviética nesse período. De uma maneira geral, os comunistas europeus estavam mais protegidos em suas próprias nações fascistas do que na “mãe-pátria” socialista. Roy Medvedev, o independente historiador marxista soviético, escreveu: “É um paradoxo terrível que a maioria dos líderes e ativistas comunistas europeus que viveram na Rússia tenham perecido, enquanto que todos os que estavam na prisão em seus próprios países em 1937-38 tenham sobrevivido”¹⁴⁷. É certo que Stálin tenha trocado listas de ativistas “procurados” com os nazistas e que tenha feito o mesmo com outros regimes totalitários que eram atacados pelo seu feroz mecanismo de propaganda. Ele se interessou pessoalmente pelo destino dos comunistas estrangeiros com quem lidou. Mas o fato é que ele se interessava intimamente por todos os aspectos do seu terror. À certa altura do julgamento de seu velho camarada e vítima Bukharin, um rápido foco de luz revelou aos visitantes o rosto de Stálin olhando através de uma janelinha escura junto ao teto do tribunal¹⁴⁸.

O brilhante romance de Arthur Koestler, *Darkness at Noon* (1940), deu a impressão de que as principais vítimas de Stálin, presas na armadilha de sua própria teologia marxista e na relativa moralidade que elas compartilhavam com Stálin, foram induzidas a colaborar em seus próprios falsos testemunhos — chegando até a acreditar neles. Nada podia estar mais distante da verdade. Os “conspiradores” principais, cujo testemunho era necessário para montar a estrutura básica da fantasia, foram levados a confessar através de um misto de ameaças de morte e tortura às suas mulheres e aos seus filhos; atos de violência física eram praticados ou se inventavam promessas de clemência para a maioria esmagadora daqueles que eram enredados; os métodos de Stálin diferiam pouco dos de Pedro o Grande, exceto, logicamente, em escala, já que não permitiam a menor sutileza.

Durante esses anos, cerca de 10% da vasta população da Rússia foi triturada pela máquina penitenciária de Stálin. As famosas prisões czaristas, como a de Lefortovskaia, que tinham sido transformadas em museus e povoadas com bonecos de cera, voltaram a funcionar, sendo a cera substituída por carne e sangue. Igrejas, hotéis, casas de banho e estábulos transformaram-se em prisões; dúzias de novas prisões foram construídas. Dentro desses estabelecimentos, a tortura era usada numa escala que até os nazistas mais tarde achariam difícil igualar. Homens e mulheres eram mutilados, olhos arrancados, tímpanos perfurados; as pessoas eram enfiadas em caixas com pregos espetados e outros dispositivos perversos. As vítimas eram muitas vezes torturadas diante de suas famílias. A mulher de Nestor Lakoba, de estonteante beleza, preferiu morrer sob tortura, mesmo diante de seu filho de 14 anos em prantos, a acusar seu marido. Muitos enfrentaram uma morte horrível com semelhante estoicismo. O plano da NKVD de encenar um julgamento do Movimento

da Juventude foi frustrado pelo fato de que S.V. Kovarev e outros líderes do Comitê Central do Komsomol preferiram morrer sob tortura a confessar uma mentira. Grande número de oficiais do exército eram mortos da seguinte maneira: podiam assinar suas próprias “confissões” *in extremis*, mas não comprometeriam outros. De acordo com Medvedev, os recrutas da NKVD, com a idade de 18 anos, “eram levados às câmaras de tortura da mesma forma como estudantes de medicina são levados a laboratórios para presenciar dissecações”¹⁴⁹.

Está claro que o exemplo de Hitler ajudou a incitar Stálin a desenvolver seus planos de terror e que seus agentes estavam sempre alertas para aprender qualquer coisa que a Gestapo e a S.S. tivessem para ensinar. Mas a instrução era mútua. O sistema de campos foi importado da Rússia pelos nazistas. Himmler os criou com grande rapidez; havia quase cem campos nazistas antes do final de 1933. Mas em todos os estágios, mesmo no auge do programa de extermínio da S.S. em 1942-45, havia muito mais campos soviéticos, quase todos maiores do que os dos nazistas e com capacidade de abrigar muito mais pessoas. Os campos soviéticos, como Solzhénitsyn e outros mostraram, constituíam uma série de ilhas territoriais substanciais dentro da União Soviética, cobrindo muitos milhares de milhas quadradas. Como os campos nazistas, que se distribuíam para o sul de Dachau, o “Eton” ou o “Groton” do sistema, os campos soviéticos eram muito variados. Havia, por exemplo, um campo especial para as viúvas, órfãos e outros parentes de oficiais do exército trucidados; havia orfanatos-prisão para os filhos dos “inimigos do povo”, que eram passíveis de ser julgados e sentenciados — como foi a filha do marechal Tukhachevsky, Svetlana — assim que atingissem a idade para tal¹⁵⁰.

A maioria dos campos, entretanto, servia a um propósito econômico definido e foi esse exemplo que inspirou Himmler, a partir de 1941, a procurar criar um “setor socializado” substancial na economia alemã. A União Soviética não se empenhou numa política de genocídio sistemática e deliberada, embora Stálin tenha-se aproximado disso ao lidar com as “nacionalidades” soviéticas na Segunda Guerra Mundial. Mas os campos soviéticos não deixavam de ser (e são) “campos de morte”. Na placa em letras de ferro encimando os campos da região de Kolyma, campos esses entre os piores, podia-se ler a inscrição “Trabalho é uma questão de honra, valor e heroísmo”; tal inscrição era tão equivocada como a sua imitação nazista pendurada sobre o portão de entrada de Auschwitz: *Arbeit Macht Frei* (O trabalho gera liberdade). Nos campos russos, a NKVD freqüentemente realizava execuções em massa, usando metralhadoras. Assim, quarenta mil homens, mulheres e crianças foram mortos apenas nos campos de Kolyma, em 1938. Os campos de mineração de ouro e de “castigos especiais” estavam entre os maiores matadores. Lênin e, mais tarde, Stálin construíram a segunda maior indústria de ouro do mundo (depois da África do Sul) e acumularam imensas reservas do metal às custas de homens que trabalhavam 16 horas por dia, sem dia de descanso, usando trapos, dormindo em tendas rasgadas sob temperaturas que iam até sessenta graus abaixo de zero e recebendo mínimas quantidades de alimento. Testemunhas, mais tarde, disseram que, nesses campos, bastavam vinte a trinta dias para transformar um homem saudável numa ruína física; e alguns atestavam que essas condições eram planejadas deliberadamente, a fim de se conseguir uma alta taxa de mortalidade. Espancamentos brutais eram administrados pelos guardas e também por criminosos profissionais, a quem eram dadas tarefas de supervisão sobre as massas de “politizados” — tudo isso era imitado pelos nazistas. Nessas circunstâncias, o índice de mortalidade atingiu um nível quase

inimaginável pelo homem civilizado. Medvedev coloca o número das vítimas sumariamente fuziladas pelo grande terror entre quatrocentas e quinhentas mil. Ele acha que o número total de vítimas nos anos 1936-39 foi de mais ou menos 4,5 milhões. Homens e mulheres morreram nos campos numa média de um milhão por ano, durante esse período e os períodos futuros, e o total de mortes causadas pela política de Stálin situa-se perto de dez milhões¹⁵¹. Assim como o expurgo de Roehm levou Stálin à imitação, por sua vez a escala de atrocidades em massa cometidos por Stálin encorajou Hitler, em seus esquemas de guerra, a mudar toda a demografia da Europa Oriental. Na engenharia social, assassinatos em massa, numa escala industrial, é sempre a última arma a ser usada: a “solução final” de Hitler para os judeus teve suas origens não só em sua mente febril, mas também na coletivização do campesinato soviético.

Apesar de serem sem precedentes, as atrocidades cometidas pelos regimes totalitários soviético e nazista, na década de 30, causaram muito pouco impacto no mundo, e a capacidade de violência de ambos os regimes (sem mencionar o seu grau de intensidade), especialmente a dos nazistas, era razoavelmente bem conhecida na época. Os crimes de Hitler chamavam mais a atenção, seja porque aconteciam mais perto do Ocidente, seja porque eram mais alardeados e, principalmente, porque eram divulgados por uma crescente população emigrante de intelectuais. Como inimigo autoproclamado da civilização, em oposição à *Kultur*, Hitler, mesmo antes de se tornar chanceler, era um alvo natural para os escritores do mundo livre; uma vez no poder, ele confirmou sua imagem como inimigo mortal da *intelligentsia*. As queimas públicas de livros que promovia começaram em março de 1933 e atingiram o clímax no mês de maio, sob a direção de Goebbels, que citava as palavras de Ulrich von Hutten: “Oh século, oh ciências, é uma alegria estar vivo!”. Exposições de “arte degenerada” aconteceram em Nuremberg (1935) e em Munique (1937). Os museus foram forçados a dispor de alguns de seus quadros. Assim, numa venda em Lucerna, em junho de 1939, trabalhos de Gauguin e Van Gogh saíram a preços irrisórios; o *Absinthe-Drinker*, de Picasso, não encontrou comprador. Listas regulares de emigrantes privados da cidadania alemã eram publicadas. Elas incluíam Leon Feuchtwanger, Helmut von Gerlach, Alfred Kerr, Heinrich Mann, Kurt Tucholsky, Ernst Toller (agosto 1934), Robert Becher, Einstein, Theodor Plievier (março 1934), Bruno Frank, Klaus Mann, Piscator (novembro 1934), Friedrich Wolf, Bertold Brecht, Paul Bekker, Arnold Zweig, Thomas Mann (1935-36) e outras figuras famosas¹⁵². Estes homens e milhares de jornalistas e professores universitários judeus e antinazistas, que foram impedidos de ganhar a vida na Alemanha e virtualmente obrigados a emigrar, engrossaram o coro daqueles que procuravam expor as condições de vida no *Reich* de Hitler.

Mesmo assim, Hitler tinha seus admiradores verbais. Entre eles, Lloyd George, o duque de Windsor e *lord* Rothermere, dono do *Daily Mail*. O major Yeats-Brown, autor do famoso *Lives of a Bengal Lancer*, testemunhou que era sua “opinião honesta a de que havia mais cristianismo na Alemanha de hoje do que jamais houve na República de Weimar”. Entre os que expressaram apoio representativo ao fascismo, em suas várias formas, se encontram Benedetto Croce, Jean Cocteau, Luigi Pirandello, Giovanni Gentili, James Burnham, W.B. Yeats, T.S. Eliot e Filippo Marinetti, assim como os verdadeiros intelectuais pró-fascistas, como Charles Maurras, Louis-Ferdinand Céline, Ezra Pound, Oswald Spengler e Martin Heidegger¹⁵³.

A imensa maioria de intelectuais, entretanto, deu uma guinada para a esquerda. Eles encaravam o nazismo como um perigo muito maior, tanto para o seu próprio sistema como para todas as formas de liberdade. Em meados dos anos 30, muitas pessoas inteligentes acreditavam que o fascismo provavelmente se transformaria no sistema de governo predominante na Europa e talvez no mundo todo. Havia regimes quase-fascistas na Alemanha, na Itália, na Espanha, em Portugal, na Polônia, na Hungria, na Áustria, na Turquia, na Grécia, na Romênia, no Japão e em muitos outros Estados; além de partidos fascistas que brotavam praticamente por toda parte. Para esses intelectuais a União Soviética parecia ser a única grande potência totalmente antagônica ao fascismo, pronta a ir à luta se necessário. Por isso, muitos desses intelectuais de esquerda estavam não só preparados para defender as aparentes virtudes do regime de Stálin como também para justificar sua crueldade manifesta. Poucos deles, pelo menos naquele estágio, tinham conhecimento da verdadeira natureza do regime. Escritores judeus, em particular, sabiam pouco ou nada do violento anti-semitismo de Stálin. Não se sabia que ele havia enviado mais de seiscentos escritores para os campos, muitos (incluindo Isaac Babel e Osip Mandelstam) para a morte; que ele quase certamente assassinou Máximo Gorki; e que ele, como Hitler, tirou milhares de livros de circulação e os queimou, embora não publicamente¹⁵⁴.

Contudo, os intelectuais ocidentais sabiam o suficiente sobre a inclemência soviética, daí terem que adotar outros critérios para defendê-la. Lincoln Steffens, por exemplo, deu o tom: "A traição ao czar não era um pecado, a traição ao comunismo é"¹⁵⁵. Shaw argumentou: "Não podemos nos dar ao luxo de posar com ares de moralistas, quando o nosso vizinho mais empreendedor... humana e judiciosamente liquida um punhado de exploradores e especuladores para tornar o mundo seguro para os homens de bem"¹⁵⁶. André Malraux argumentou: "Assim como a Inquisição não afetou a dignidade fundamental do cristianismo, também os julgamentos de Moscou não diminuíram a dignidade fundamental do comunismo"¹⁵⁷. Muitos intelectuais, inclusive aqueles que sabiam o que a justiça totalitária significava, defenderam os julgamentos. Brecht escreveu: "Mesmo na opinião dos inimigos mais implacáveis da União Soviética e de seu governo, os julgamentos demonstraram claramente a existência de conspirações ativas contra o regime", um "lamaçal de crimes infames", cometidos por "toda a escória, nacional e internacional, toda a gentinha, os criminosos profissionais e informantes... essa rale... Eu estou convencido de que isso é verdade"¹⁵⁸. Feuchtwanger estava presente no julgamento de Pyatakov em 1937 (que preparou o terreno para o julgamento de Bukharin e outros) e escreveu imediatamente um livro a respeito, chamado *Moscow 1937*, no qual declarava: "Não há justificativa para que se possa imaginar que houvesse qualquer manipulação ou artificialidade no procedimento dos julgamentos". Stálin apressou-se em mandar traduzir e publicar esse livro em Moscou (novembro de 1937) e o desgraçado Bukharin, para seu desespero, foi forçado a lê-lo na véspera de seu próprio julgamento¹⁵⁹.

A NKVD fazia uso freqüente dos panfletos pró-Stálin escritos por intelectuais ocidentais, com o objetivo de quebrar a resistência de seus prisioneiros. Ela também era auxiliada por elementos pró-Stálin das embaixadas e da imprensa sediadas em Moscou. O embaixador Davies relatou ao seu governo que os julgamentos eram absolutamente genuínos, repetindo sua opinião num livro mentiroso, *Mission to Moscow*, publicado em 1941. Harold Denny, do *New York Times*, escreveu o seguinte

sobre os julgamentos: "Num sentido amplo, eles não são farsas" (14 de março de 1938). Seu colega, Walter Duranty, o correspondente permanente desse jornal em Moscou, foi o maior dos apologistas de Stálin. Como escreveu Malcolm Muggeridge: "Havia alguma coisa vigorosa, vivaz, despropositada com relação à sua inescrupulosidade, o que tornava empolgantes as suas mentiras constantes". Sua expressão favorita era: "Eu aposto em Stálin"¹⁶⁰. Sobre o julgamento de Pyatakov, escreveu: "É impensável que Stálin, Voroshilov, Budyonny e a corte marcial possam ter sentenciado seus amigos à morte, a menos que as provas fossem irrefutáveis"¹⁶¹. Sugerir que as provas fossem fraudulentas, completou o embaixador Davies, "seria imaginar o gênio criativo de Shakespeare"¹⁶².

A tentativa de intelectuais ocidentais de defender o stalinismo os envolveu num processo de autocorrupção; transferiu para eles e, conseqüentemente, para seus países, ajudados pelos seus escritos, parte da decadência moral inerente ao próprio totalitarismo; em especial, sua negação da responsabilidade individual, seja para o bem, seja para o mal. Lionel Trilling astutamente observou que os stalinistas do Ocidente repudiavam a política, pelo menos a política de "vigilância e esforço":

Num governo monolítico imposto, eles viram a promessa de trégua dos atos de vontade específicos que são necessários para fazer face às muitas exigências, às vezes conflitantes, da sociedade democrática... eles acalentaram a idéia da revolução como um ato de vontade final e abrangente, que terminaria para sempre com os esforços de nossas vontades individuais¹⁶³.

Para a América, esse processo foi particularmente sério, porque os stalinistas formavam então o setor mais importante do novo movimento radical. Como Trilling salientou,

sob qualquer ângulo que se analise a situação cultural da América, a importância do movimento radical dos anos 30 não pode ser superestimada. Diz-se que esse movimento teria criado a classe intelectual americana tal como nós a conhecemos agora, em tamanho e influência. Tal movimento fixou o caráter dessa classe que, independentemente das mudanças de opinião, ficou sendo predominantemente de esquerda¹⁶⁴.

Essa foi a classe que esculpiu o pensamento do sistema político democrático-liberal que manteria o poder da nação mais poderosa da terra até praticamente o final dos anos 70.

A influência do terror totalitarista dos anos 30 foi, portanto, imensa em tempo e espaço. Naquela época, as extremas conseqüências dos atos de Hitler e Stálin pareciam sem importância. O que importava era o que o regime deles faria num futuro próximo, não apenas aos seus cidadãos impotentes, mas também aos seus vizinhos próximos ou afastados. O advento de Stálin e Hitler ao poder absoluto foi um golpe decisivo numa estrutura mundial que já era instável e frágil. Ambos tinham objetivos territoriais ilimitados, já que eram a favor de escatologias iminentes, um de classe, outro de raça, durante as quais seus sistemas rivais de poder se tornariam globalmente dominantes. A chegada desses dois homens à cena introduziu o que pode ser chamado de o clímax da agressão.

9

O CLÍMAX DA AGRESSÃO

Durante a década de 20, as democracias civilizadas do Ocidente mantiveram algum tipo de ordem mundial, ainda que frágil. Essa ordem era assegurada, por um lado, através da Liga, e por outro, através da diplomacia financeira anglo-americana. No princípio dos anos 30, o sistema — se é que se poderia chamar de sistema — entrou em colapso, inaugurando uma era internacional de banditismo, durante a qual os Estados totalitários se comportavam somente de acordo com seus recursos militares. As potências respeitadoras da lei foram arruinadas economicamente e desarmadas unilateralmente. A economia francesa atingiu o auge em 1929 e, daí para a frente, entrou em declínio, sem conseguir, até o início dos anos 50, recuperar o nível que alcançara em 29. O índice de desemprego permaneceu comparativamente baixo, pelo simples motivo de os migrantes terem sido expulsos e os trabalhadores dispensados terem voltado às fazendas onde haviam nascido. A França entrou num período de isolacionismo e começou a construir a sua Linha Maginot, em si mesma um símbolo de derrota. Os americanos e os ingleses estavam obcecados pela economia. No início dos anos 30, o Exército americano, com um contingente de 132.069 homens, entre oficiais e soldados, era apenas o 16º no mundo, perdendo para a Tchecoslováquia, a Polônia, a Turquia, a Espanha e a Romênia¹. O chefe do Estado-Maior, MacArthur, possuía a única limusine do exército. Ramsay MacDonald, primeiro-ministro trabalhista da Grã-Bretanha, não tinha carro próprio nem oficial, sendo obrigado a caminhar até o fim da Downing Street para pegar um ônibus ou um táxi, quando saía a serviço de seu país². Em 1930, os americanos persuadiram o governo trabalhista semipacifista a assinar o Tratado Naval de Londres, que reduziu a Marinha Real a um estado de impotência não conhecido desde o século XVII. O secretário do Exterior, Arthur Henderson, um metodista utópico que falava em “mobilizar uma democracia de diplomacia”, defendeu a decisão de encerrar os trabalhos da base projetada para Cingapura e reduzir os cruzadores britânicos a apenas cinquenta, alegando que o Japão “tinha definitivamente se comprometido a resolver suas disputas de forma pacífica”³.

Ironicamente, foi o Tratado Naval de Londres de 1930, assinado de forma relutante, que finalmente persuadiu os japoneses a romperem com o Ocidente e desenvolverem seus próprios interesses. A Lei de Tarifa Smoot-Hawley, de 1930, que

destruiu o comércio com a América (15% das exportações japonesas), e as outras tarifas que foram criadas em represália pareciam aos japoneses razão moral suficiente para voltar à lei da selva. No dia 10 de setembro de 1931, marinheiros na base naval britânica de Invergordon, irritados por um corte de 10% nos seus salários, amotinaram-se e imobilizaram algumas das mais importantes unidades da esquadra britânica. Oito dias mais tarde, o Alto Comando do Exército japonês maquinou uma crise na Manchúria, abrindo caminho para uma invasão, contra as ordens expressas do Gabinete Civil em Tóquio⁴. O Gabinete se rendeu e endossou o *coup* do exército, declarando Manchukuo um novo Estado fantoche.

A Grã-Bretanha nada fez e nem podia. O seu embaixador em Tóquio, *sir* Francis Lindley, declarou encontrar-se “na desagradável posição de alguém que buscava apoio de um governo que não tinha possibilidade de dá-lo”⁵. A Grã-Bretanha solicitou a abertura de uma comissão de inquérito na Liga das Nações, comandada por *lord* Lytton, que, no devido tempo, elaborou um relatório com críticas ao Japão. A única consequência foi o fato de o Japão ter abandonado a Liga em 27 de março de 1933. Os entusiastas da Liga, como *lord* Robert Cecil, pressionaram por uma “ação” contra o Japão. Mas tratava-se dos mesmos homens que haviam insistido no desarmamento. Em 29 de fevereiro de 1932, *sir* Frederick Field, o primeiro lorde do Almirantado, disse que a Inglaterra era “impotente” no Extremo Oriente; Cingapura estava “indefesa”. Os dez anos de governo foram tranqüilamente reduzidos a zero, mas já era tarde⁶. Como disse Stanley Baldwin: “Se um boicote econômico for imposto, ter-se-á a guerra declarada pelo Japão, que tomará Cingapura e Hong-Kong, e nós não podemos, dada a nossa situação, impedi-lo. Não se conseguirá nada de Washington além de palavras, muitas palavras, mas somente palavras”⁷.

A Grã-Bretanha e a América, em conjunto, mesmo com as forças que possuíam, podiam ter detido e imobilizado o Japão. Somente pela força naval se defenderia Pearl Harbor. Fortalecida pelas unidades britânicas, a esquadra americana do Pacífico tinha possibilidades de tornar a base segura. O porto de Cingapura só poderia ser defendido por uma força aérea adequada. Com os reforços americanos, também esse porto se tornaria defensável⁸. Uma forte linha divisória com o Japão poderia então ser exequível. Mas tal atuação conjunta foi impossibilitada pelo crescente isolacionismo da América — uma característica muito mais dos anos 30 do que dos anos 20. A América caminhava em direção à Lei de Neutralidade de 1935. Quando Roosevelt foi empossado, seguindo a Hoover, as coisas tornaram-se piores. Hoover havia ajudado a planejar uma conferência econômica mundial, a ser realizada em Londres em junho-julho de 1933. Isso poderia ter persuadido as potências “empobrecidas” de que havia alternativas para lutar pela vida. Roosevelt torpedeou a idéia da conferência a 3 de julho. Daí em diante, nenhum esforço concreto foi feito para criar uma estrutura financeira estável, na qual disputas pudessem ser resolvidas pela diplomacia. Na década de 20, o mundo tinha sido dirigido pela força do dinheiro. Na de 30, estava sujeito ao arbítrio da espada.

Um estudo cronológico cuidadoso do período revela em que extensão as potências totalitárias, embora agindo independentemente ou às vezes em hostilidade aberta umas contra as outras, tiraram vantagens do número de sua população e de seu poderio crescente, para desafiar e afrontar os parcos recursos desgastados da ordem democrática. A Itália, o Japão, a Rússia e a Alemanha procederam, juntos, a um jogo geopolítico cujo objetivo era substituir leis e tratados internacionais por uma nova *Realpolitik*, em que cada um acreditava na possibilidade de realização de seu

sonho milenar. Nenhum desses Estados predadores confiava nos outros; cada um enganava quando podia; mas cada um se aproveitava das depredações dos outros para se enriquecer e fortalecer sua posição. Havia, portanto, uma conspiração no crime, instável e mutável, às vezes escancarada, mas geralmente encoberta. Havia também competição nos crimes: o processo pelo qual o Estado totalitário corrompia o outro internamente agora se estendia às negociações externas, de modo que a Lei de Gresham também funcionava nesse caso, afastando a diplomacia e substituindo-a pela força.

Esses Estados predadores praticavam a *Realpolitik* de maneiras diferentes e em ritmos diferentes. A Rússia de Stálin foi a mais bismarkiana, satisfeita em poder aproveitar a oportunidade somente quando esta lhe fosse oferecida e bastante paciente para caminhar dentro das escalas de tempo geológicas, convencida de que, no fim, tudo seria seu. A Alemanha era a mais dinâmica, com uma escatologia iminente que, segundo Hitler, tinha de ser ultimada ainda em seu período de vida. A Itália de Mussolini era o chacal, seguindo a trilha das feras maiores e abocanhando qualquer pedaço deixado para trás. O Japão era o mais instável, perseguido pelo pesadelo da fome. A recessão mundial baixara os preços de seu principal produto de exportação, a seda crua, em 50%, e o país estava sem reservas cambiais para a aquisição do arroz. Entretanto, por volta de 1934, gastava 937 milhões de ienes, quase a metade de um orçamento de 2.112 milhões, só com o exército e a marinha. Todos esses regimes totalitários também sofreram predações internas — o conceito hobbesiano de “guerra de cada homem contra cada homem”. Mas a Alemanha, a Rússia e a Itália, pelo menos, tinham ditaduras de gângsteres. No Japão, ninguém governava. Em 1931, a conspiração da Manchúria mostrou que os militares podiam usurpar as decisões e permanecer impunes. Em 1932, os assassinos do primeiro-ministro, do ministro das Finanças e dos principais industriais marcaram o término efetivo do governo parlamentar. Em dezembro de 1933, o próprio imperador Tenno quase foi assassinado, e daí por diante vivia aterrorizado. A figura mais influente no Japão no período do 1931-34 foi o ministro da Guerra, general Sadao Araki, um feroz ideólogo *bushido*¹⁰, que liderou um movimento jovem no estilo de Hitler e era um dos principais expoentes do novo xintó¹¹ totalitário. Num país europeu, quase certamente, ele se teria tornado um ditador, centralizando a tomada de decisões e as responsabilidades. Mas num país governado, em teoria, por um homem-deus vivo, a liderança individual era desaprovada e punida com a morte. Mesmo os mais autoritários dos japoneses — especialmente os mais autoritários — concordavam com as regras de grupo ou clã, pequenas oligarquias que se reuniam e debatiam secretamente, tomando decisões coletivas que encobriam responsabilidades individuais¹². Era um sistema que encorajava ao mesmo tempo tanto a ousadia física quanto a covardia moral, e que camuflava a consciência de cada um. Isso fez com que a elite governante japonesa se tornasse muito susceptível ao coletivismo apregoado por Stálin, Mussolini e Hitler, embora com diferentes matizes. Era também especialmente susceptível à proposição central (que tinha a unanimidade dos três) que pregava deverem os direitos do indivíduo estarem subordinados aos direitos do Estado — estes totais e incondicionais. Desde 1860, os ingleses e os americanos tinham envidado esforços para inculcar uma tradição diferente — e com algum sucesso. Esta foi apoiada e personificada pelo professor Tatsukichi Minobe, autoridade em lei constitucional da Universidade Imperial desde 1902, e par do Japão por nomeação imperial. Seus três maiores trabalhos na constituição japonesa o fizeram

mentor do liberalismo parlamentar japonês e foram objeto de um ódio especial por parte dos *dévots* do xintó totalitário. Os ataques ao velho professor — segundo quem a lei existia tão somente para proteger o indivíduo na sociedade e, portanto, suplantava o Estado — cresceram na proporção em que o próprio fato da inexistência de lei no Japão seguia impune e, mais ainda, na medida em que Hitler emergiu triunfalmente na Alemanha para governar sem lei constitucional e para desafiar acordos internacionais. No dia 19 de dezembro de 1934, o Japão denunciou o Tratado Naval de Londres e seguiu Hitler no rearmamento irrestrito. No dia 16 de março de 1935, Hitler repudiou o Tratado de Versalhes. Em 25 de abril, figuras proeminentes das forças armadas japonesas levaram os livros de Tatsukichi para o telhado do Clube Militar de Tóquio e os queimaram publicamente.

Esse repúdio simbólico ao Estado de direito foi imediatamente seguido pela adoção do que poderia ser chamado de uma tosca forma japonesa de hegelianismo, que se tornou doutrina governamental e foi ensinada nas repartições e nas escolas. Ela foi resumida oficialmente pelo ministro da Justiça:

Para a maneira de pensar dos japoneses, nunca se concebeu indivíduo em oposição a Estado... Realçando alguns tipos de idéias ocidentais, existe uma opinião individualista da vida que encara os indivíduos como absolutos, como entidades independentes... como o padrão de todos os valores, e que encara os próprios indivíduos como o mais alto de todos os valores. [Contudo] os seres humanos, enquanto possuem existência e vida independentes, num sentido mais profundo, dependem de um todo e vivem num relacionamento coordenado uns com os outros. Eles nascem do Estado, são mantidos pelo Estado, e educados na história e tradições do Estado. Os indivíduos só podem existir como elos numa cadeia de vida imensa e infinita chamada Estado; são elos através dos quais a herança dos antepassados é transmitida à posteridade... Os indivíduos participam do mais alto e maior valor quando servem ao Estado como parte integrante dele¹³.

Esta declaração é falsa, porque esse tipo de filosofia foi importado da Europa, e é uma filosofia enganadora, porque aqueles no Japão que a defenderam mais enfaticamente foram os primeiros a desobedecê-la e a tomar de assalto o Estado, quando a política não estava completamente sob o controle deles. De toda forma, o Estado não era uma entidade, mas uma coleção de facções rivais, tendo o crime como árbitro. A colocação de militares à frente de ministérios não resolveu qualquer problema: eles podiam ser assassinados tanto quanto os civis. As decisões, sendo tomadas coletivamente, também não representavam proteção: os pistoleiros desenvolveram uma técnica de assassinatos coletivos. Além disso, os militares eram tão desunidos quanto os partidos civis. A Marinha queria uma política “sulista” que se expandisse pelas colônias e ilhas holandesas, francesas e britânicas do Extremo Oriente, ricas em matérias-primas, especialmente petróleo, que faltava ao Japão. O exército queria se expandir para o interior da Ásia. Mas também se dividia em “nortistas”, que queriam construir a Manchúria e atacar a Rússia, e “sulistas”, que queriam se apossar das cidades chinesas e desenvolver suas grandes redes fluviais. Nenhum desses homens, ou políticos civis que os apoiassem, analisou tais planos às últimas conseqüências. Eram táticos brilhantes; nenhum era estrategista. Todos tinham idéias surpreendentes sobre como começar a guerra, mas, do princípio ao fim,

de 1931 à hora da amarga derrota em 1945, nenhum japonês, civil ou militar, calculou realisticamente como a guerra provavelmente terminaria. Por que isso? Quem levantasse a questão de que em certas circunstâncias a derrota seria possível estava desafiando a morte. Quando os debates foram inibidos pelo medo físico e mudanças de direção política ocasionaram o massacre de pessoas, as avaliações a sangue frio — essência da *Realpolitik* — tornaram-se impossíveis. A verdade é que, à proporção que a década de 30 progredia, o Japão foi governado e sua política determinada não por um sistema concreto de governo e sim por uma anarquia de terror.

O divisor de águas se deu em 1935-36. A 12 de agosto de 1935, a luta de facções chegou às forças armadas, quando o general Tetsuzan Nagata, chefe do Departamento de Assuntos Militares, foi retalhado à morte pelo coronel radical Saburo Aizawa. Aizawa declarou no seu julgamento: “Eu não consegui liquidar Nagata com apenas um golpe de minha espada; como instrutor de esgrima, só posso estar profundamente envergonhado”¹⁴. Na realidade, ele não se envergonhava de nada mais e usou seu demorado julgamento para fazer uma violenta propaganda de guerra contra o sistema. O julgamento ainda perdurava quando o liberalismo parlamentar recuperou-se nas eleições de 20 de fevereiro de 1936. Cinco dias mais tarde, houve uma festa na casa do embaixador americano, Joseph Grew. Grew era surdo e, durante as audiências com o Tenno, não ouvia sequer uma palavra dita pelo intérprete, já que era uma ofensa imperdoável elevar a voz acima de um sussurro na presença do imperador — um exemplo das dificuldades de servir no Japão¹⁵. Mas a mulher de Grew, neta do famoso comandante Perry, falava um perfeito japonês, o que fazia de sua casa um ponto de encontro dos adeptos do constitucionalismo nipônico. Naquela noite, a lista de convidados incluía o almirante Makoto Saito, membro do Conselho Privado do imperador, e o almirante Kantaro Suzuki, o tesoureiro. Depois do jantar, Grew os presenteou com a exibição do filme *Naughty Marietta*, com Nelson Eddy e Jeanette Mac Donald. O filme foi muito apreciado, fazendo com que as mulheres dos japoneses chorassem copiosamente de tanta emoção¹⁶.

Bem cedinho na manhã seguinte, 1.500 homens da guarnição de Tóquio, incluindo a guarda, dois regimentos de infantaria e unidades de artilharia, encenaram um *putsch*. Apossaram-se das cortes de justiça, do prédio da Dieta, do quartel-general do Exército, Marinha e Polícia, além de terem cercado o Palácio Imperial. Esquadrões da morte, armados com espadas (pela honra) e metralhadoras portáteis Thomson (pela eficiência) foram mandados às residências dos membros dirigentes do governo. Saito foi assassinado, assim como o diretor de Educação Militar e o ministro das Finanças. Suzuki, embora ferido, foi salvo pelo heroísmo de sua mulher. O primeiro-ministro, almirante Osaka, o principal alvo desde que tinha anunciado que as eleições significavam uma volta às regras constitucionais, também foi salvo pela sua mulher, que o trancou num armário, fazendo com que o esquadrão atirasse no seu irmão por engano. O objetivo final do complô era eliminar e substituir o imperador; mas este também sobreviveu. A Marinha e a Guarda Imperial forçaram os amotinados a se render quatro dias depois. Treze líderes rebeldes foram julgados às pressas e executados em segredo — somente dois cometeram o *harakiri*, embora a todos tivesse sido dada essa mesma oportunidade. Vale a pena notar que, em todo esse episódio espantoso, nenhum dos envolvidos — as vítimas, seus colegas, o imperador, os oficiais graduados do Exército e da Marinha, a Polícia, os guarda-costas e principalmente os assassinados — se comportou a não ser com covardia e pusilanimidade. As únicas exceções foram as menosprezadas mulheres: as esposas e

as empregadas dos ministros mostraram extraordinária coragem e presença de espírito¹⁷.

A tentativa do *putsch* foi amplamente interpretada como uma atitude pró-nazista, mas é provável que seus autores estivessem a serviço da política soviética, em alguns casos conscientemente e em outros nem tanto. Seu manifesto denunciava que “muitas pessoas cujo propósito principal fora acumular riquezas materiais não levaram em consideração o bem-estar geral e a prosperidade do povo japonês... O *Genro*, os estadistas mais antigos, as facções militares, os plutocratas, os burocratas e os partidos políticos são todos traidores que estão destruindo a essência nacional”¹⁸. Os jovens oficiais envolvidos estavam bastante preparados para introduzir uma forma de comunismo no Japão, através de uma mescla de marxismo e *kodo* (a “Maneira Imperial”), tendo um imperador-fantoches comunista. Essa era a opinião do agente soviético Richard Sorge, que operava de dentro da embaixada nazista. Ele supôs e logo informou a seus chefes em Moscou que o motim favoreceria a política soviética, uma vez que marcaria o afastamento da tática de confronto “nortista” com a Rússia, ao longo da fronteira da Manchukuo, em direção a uma maior penetração na China. Isso agradava duplamente a Stálin, já que uma guerra total entre a China e o Japão não somente impossibilitaria um ataque às suas vulneráveis bases orientais, mas provavelmente forçaria Chiang e o Kuonmintang a deixar de lado as suas diferenças com os comunistas chineses, a formar uma frente popular e assim apressar o momento em que toda a China se juntaria ao bloco soviético¹⁹.

E tal foi o que aconteceu. Os amotinados desejavam uma política militar japonesa mais ativa e favoreciam uma saída “nortista” para ela. O sistema militar japonês, tendo enforcado os amotinados, pronta e covardemente adotou o ativismo deles, mas — como Sorge havia intuído — imprimiram a esse ativismo um caráter “sulista”. Não há provas, no entanto, de que o Japão tenha jamais desejado uma guerra total com a China. Ao contrário. Sua política era de se mostrar o amigo oriental “protetor” e irmão, conseguindo assim seus objetivos pelo comércio, diplomacia, pressão e propaganda. A única grande potência interessada numa guerra sino-japonesa era a Rússia soviética. E o único elemento interno na China que ganharia com isso seria o PCC.

A cronologia dos fatos é bem sugestiva. No verão de 1934, os exércitos comunistas na China, dos quais Chou En-lai era o comissário político, estavam a ponto de ser destruídos pelas mãos do KMT de Chiang e de seus conselheiros alemães, von Seeckt e von Falkenhausen. No outono, os comandantes comunistas decidiram começar o que mais tarde seria conhecido como a “Longa Marcha”, ostensivamente para combater os japoneses no norte; na verdade, era para fugir do cerco dos fortins e dos arames farpados de Chiang. Os detalhes da Marcha, que começou em outubro de 1934 e terminou no Yenan em dezembro de 1936, são lendas maoístas e nelas se pode acreditar ou não, de acordo com o gosto de cada um²⁰. Um ponto a salientar é que, durante o curso da Marcha, Mao, pela primeira vez, tomou o controle das principais forças comunistas. O comandante designado, Chang Kuo Tao, se afastou e levou consigo seus homens para Sikiang. Acabou sendo acusado de haver “debandado”. Daí para a frente, como supremo comandante comunista (tendo Chou como seu Merlin-político), Mao podia acusar qualquer competidor comunista de “belicosidade” e concentrar todo o poder, militar e político, em si mesmo²¹.

No momento em que esse processo de concentração de poder comunista se completou e a Marcha havia terminado, lá pelos fins de 1936, Stálin estava forçando

a sua política de "Frente Popular" para conseguir que o PCC e o KMT se unissem numa guerra contra o Japão. Mao estava relutante a princípio: achava que Chiang deveria ser morto. Mas durante a visita ao *front* do norte, no final de 1936, Chiang foi preso num episódio misterioso, conhecido como o "incidente de Sião". Seus papéis foram vasculhados e Chou En-lai teve acesso aos seus diários, que revelavam a fúria de seus sentimentos antijaponeses²². Como resultado disso, Mao se permitiu ser persuadido e, por volta de 1º de março de 1937, tinha voltado ao seu antigo nacionalismo, dizendo a uma visitante, Agnes Smedley: "Os comunistas não vinculam seus pontos de vista aos interesses de uma única classe, numa única época, mas estão apaixonadamente preocupados com o destino da nação chinesa"²³.

Para ser bem-sucedida, uma linha nacionalista necessitaria de uma "guerra patriótica" em escala total. No dia 5 de julho de 1937, os comunistas chineses e o KMT assinaram um acordo de ajuda mútua. Dois dias mais tarde, na noite de 7 de julho, aconteceu o primeiro "incidente" entre o KMT e as forças japonesas na ponte Marco Polo, nos arredores de Pequim, vindo os primeiros tiros do lado chinês. Foi esse episódio provocador que gerou a guerra total. É importante salientar que os comandantes inimigos, o comandante-em-chefe do KMT no norte da China, Sung Chi-yuen, e o comandante-em-chefe japonês, o general Gun Hashimoto, mantinham relações amigáveis e tudo fizeram, ao seu alcance, para abafar o incidente. Mas os atos de violência inexplicáveis e repetidos tornam claro que alguém, deliberadamente, procurava um conflito total. O general Ho Ying-chin, ministro da Guerra do KMT em 1937, acreditou até o seu último dia que aquilo foi obra dos militares radicais japoneses, o mesmo grupo que encenara o motim de Tóquio um ano antes. Mas os oficiais japoneses presentes no incidente da Ponte achavam, naquela época, que a violência era obra de elementos subversivos das forças chinesas, e só após o triunfo pós-guerra de Mao é que se convenceram de que seus agentes, operando sob instrução soviética, provocaram a guerra. O especialista japonês em assuntos soviéticos, general Akio Doi, disse em 1967: "Nós éramos então muito ingênuos para perceber que tudo não passava de um complô comunista". O que fica bem claro é que o caso da ponte Marco Polo não foi uma repetição do incidente da Manchúria de 1931. Não havia conspiração no Exército japonês. Uma vez acontecido o incidente, os chineses se comportaram com uma intransigência e uma arrogância muito maiores do que os japoneses, e a eles coube a iniciativa de espalhar a guerra²⁴.

O que também fica igualmente claro é que foi a Rússia a grande beneficiária da guerra sino-japonesa. Os japoneses foram os últimos a abandonar a tentativa de esmagar o regime bolchevique pela força. Suas fronteiras com os soviéticos permaneceram tensas e, no final da década de 30, houve vários confrontos militares sérios: em 1937, no rio Amur; em 1938, em Changkufeng, a setenta milhas de Vladivostok; e em maio-junho de 1939, na fronteira da Mongólia e Manchukuo, sendo o último um confronto armado em grande escala, prenunciando as grandes batalhas de tanques da Segunda Guerra Mundial. Sem a guerra da China, o Japão teria sido, sem dúvida, capaz de envolver os russos num conflito total e expulsá-los do Extremo Oriente. Mas da maneira como se deu, o Japão não podia desviar forças suficientes e a batalha de 1939, na qual o general Zukhov construiu a sua reputação, constituiu-se na vitória soviética e na primeira derrota que as forças japonesas tinham sofrido nos tempos modernos²⁵.

O outro ganhador foi Mao. No outono de 1937, com a guerra rolando sem controle, ele disse aos seus generais:

O conflito sino japonês dá a nós, comunistas chineses, uma excelente oportunidade para expansão. Nossa política é dedicar 70% do nosso esforço para esse fim, 20% para enfrentar o governo, 10% para lutar contra os japoneses. Essa política deve ser conduzida em três etapas. Durante a primeira etapa, deveremos trabalhar com o KMT para assegurar a nossa existência e crescimento. Durante a segunda etapa, deveremos conseguir paridade em força com o KMT. Durante a terceira, deveremos penetrar fundo na China, a fim de estabelecermos as bases para um contra-ataque ao KMT²⁶.

Essa política foi executada ao pé da letra. Chiang se retirou para Chung-king, local perdido no interior. Mao permaneceu no noroeste, evitando confrontos de ampla escala com os japoneses, mas mantendo uma guerrilha discreta e criando um império político e militar entre os camponeses. Para o Japão, a guerra era um desastre moral e político e, em última análise, militar e econômico. Os americanos tinham sempre sido basicamente pró-chineses. O “lobby da China” já existia. Roosevelt era violentamente antijaponês. No dia 5 de outubro de 1937, num discurso em Chicago, ele comparou os japoneses aos nazistas e aos fascistas e assinalou o isolamento moral do Japão: “Quando uma epidemia de doença física começa a se espalhar, a comunidade aprova e providencia uma quarentena para os pacientes”²⁷. Na condução da política japonesa, os militares estavam agora a cavaleiro, os ministros civis não mais sendo consultados ou sequer informados das decisões. O controle militar estava abalado, quando a doutrina enfraquecida do xintó e do *bushido* totalitários se apossaram do Exército. A capital chinesa, Nanquim, tombou em dezembro de 1937. O comandante japonês, general Iwane Marsui, entrara na China declarando: “Não vou para o *front* combater um inimigo, mas com o ânimo de quem parte para apaziguar um irmão”. Ele ordenou aos seus homens que “protegessem e tratassem com condescendência os oficiais chineses e as pessoas, tanto quanto possível”. Com o Exército invadindo Nanquim, os oficiais radicais tomaram conta de tudo. Por quatro semanas, as ruas da cidade foram palco de um dos maiores massacres da história. Homens, mulheres e crianças, disse uma testemunha ocular, “foram caçados como se fossem coelhos. Quem se movesse era morto”. Cerca de vinte mil homens civis chineses em idade militar foram conduzidos para o campo e mortos a baionetas e metralhadoras — prenunciando os massacres dos poloneses pelos soviéticos no ano de 1941, em Katyn e outros lugares. A matança continuou até 6 de fevereiro de 1938, quando duzentos ou trezentos mil chineses já tinham sido mortos. Até um relatório oficial da embaixada nazista descreveu as cenas como “o trabalho de uma maquinaria bestial”. As atrocidades conseguiram ampla cobertura nos jornais internacionais. O imperador e os civis no governo alegaram mais tarde que nada souberam, até depois da guerra, sobre esses acontecimentos²⁸.

Nesse momento, o Japão estava sob total censura. Em março de 1938, a Dieta abdicou, e uma lei militar aprovada transferiu todo o poder para as mãos dos generais e almirantes. Mas não havia muito terror policial: não era necessário. Os japoneses pareciam unidos por trás de uma política de guerra. De qualquer maneira, não existia uma oposição aberta. O embaixador britânico, *sir* George Sansom, relatou: “A diferença entre os extremistas moderados não é a meta, mas o caminho pelo qual esta meta pode ser alcançada e a velocidade com a qual se fará este percurso.”²⁹ Já no início de 1938, o Japão vivia uma completa economia de guerra, incluindo o controle

do trabalho, dos preços e salários, além de todas as maiores decisões industriais. Muitas empresas eram dirigidas por conselhos estatais, frequentemente compostos de militares. Quando o Exército ocupou as grandes cidades chinesas e subiu os rios, apropriando-se rapidamente de toda a China industrial, um conselho, composto principalmente por oficiais do Exército, foi formado para dirigir a economia chinesa. Mas esses homens não sabiam como terminar ou vencer a guerra — ou sequer para que servia a guerra. Era para trazer prosperidade ao Japão? Pois ela fez o inverso. O correspondente do *New York Times* em Tóquio, Hugh Byas, relatou (31 de julho de 1938): “O Japão chegou a um ponto em que tanto o comprimento do palito de fósforo quanto a pele de um rato representam fatores econômicos importantes para a continuação da guerra contra a China”. O racionamento e a escassez eram agora, segundo ele, mais severos do que na Alemanha de 1918. As peles de ratos estavam sendo curtidas a fim de servirem de substituto ao couro. Os produtos de base mais importantes, tais como algodão cru, tecidos, agentes químicos, couro, metais, gasolina, lã e aço tinham sido retirados do mercado. Era impossível comprar pasta de dente, chocolate, goma de mascar, bolas de golfe e frigideiras. Qualquer coisa feita de ferro, escreveu ele, “é mais raro do que ouro”³⁰. Muito antes de a guerra européia explodir, o Japão era um país tenso, desnutrido e cada vez mais desesperadamente totalitário, que tinha alienado todos os seus vizinhos, abolido o sistema democrático e constitucional, abandonado o Estado de direito; além disso, não possuía mais uma estratégia a longo prazo que fizesse qualquer sentido; tinha adotado o expediente de usar a força para esmagar todas as dificuldades no seu caminho, as quais eram, cada vez mais, criadas por ele mesmo. E aí estava um bom exemplo de moralidade relativa posta em prática nos fins dos anos 30.

O outro exemplo era a Itália. Vemos aí, mais uma vez, o processo de corrupção mútua em funcionamento. O *putsch* de Mussolini tinha sido inspirado no de Lênin. Desde seus primeiros dias como ativista político, Hitler havia citado Mussolini como um precedente. Um grande busto de Mussolini decorava o gabinete de trabalho de Hitler na *Brown House* de Munique. Num panfleto publicado em 1935, Goebbels reconhecia, em detalhes elaborados, a dívida dos nazistas ao fascismo italiano³¹. Tais elogios não eram recíprocos — no princípio. Mussolini se via, e com certa justiça, como um homem culto e civilizado, e encarava Hitler como um charlatão vulgar e um gângster perigoso. A Itália tinha uma pequena comunidade judia, bem integrada e respeitada. Mussolini devia muito mais aos judeus, especialmente a um de seus mentores socialistas, Angelica Balabanov, a Enrico Rocca, fundador do fascismo romano, e a Gino Arias, um teórico do corporativismo italiano³². Sendo assim, o racismo de Hitler era a princípio repugnante a Mussolini, que percebeu os perigos em potencial do regime nazista, mais cedo ainda que os franceses, para não mencionar os britânicos. Em 1934, ele o descrevia como “racismo a 100%. Contra tudo e contra todos: ontem, contra a civilização cristã; hoje, contra a civilização latina; amanhã, quem sabe, contra a civilização do mundo inteiro”³³. A Itália sempre temeu uma invasão pelo norte teutônico. Seu inimigo hereditário era a Áustria: e a política da *Anschluss* de Hitler deveria implicar no apoio alemão às tentativas austríacas para recuperar os ganhos da Itália em Versalhes. A Itália tinha tanto a perder com o desmembramento do Tratado quanto qualquer outro país; e quando Hitler repudiou Versalhes, em 16 de março de 1935, Mussolini concordou em se reunir com a Grã-Bretanha e a França em Stresa (11-14 de abril) para formar uma “frente” contra a agressão nazista.

Mas, nesse ponto, Mussolini já estava em processo de corrupção. A audácia do expurgo de Röhm e a inexistência de resposta a esse crime de Estado o impressionaram muito, assim como o sucesso de Hitler na tentativa de elevar a taxa de natalidade alemã. Mussolini observou que a conquista da Manchúria pelo Japão permaneceu impune e que o repúdio japonês ao Tratado Naval de Londres de 1930, que significava estar o Japão construindo encouraçados e porta-aviões tão rapidamente quanto possível, não produziu nenhuma reação imediata por parte da Grã-Bretanha. O que ele não sabia, mas que podia ter suposto, era que o gabinete britânico, em 19 de março de 1934, havia decidido que a Alemanha deveria ser tratada como o “maior inimigo em potencial contra quem nossa política de defesa de ‘longo alcance’ deve ser dirigida”. Como resultado, em desespero, foi considerada a possibilidade de um reatamento com os japoneses; mas a idéia foi abandonada como inútil, graças à hostilidade implacável dos americanos³⁴. Mussolini não sabia disso. Mas poderia olhar um mapa; poderia fazer contas. Sabia que era inconcebível que a Grã-Bretanha pudesse manter uma adequada força naval e aérea em seu país para deter a Alemanha, no Extremo Oriente para deter o Japão e, ainda, no Mediterrâneo. Achava que a Grã-Bretanha e a França teriam de pagar algum preço para premiar a continuação de sua amizade. No espírito da *Realpolitik* totalitária, ele queria o campo livre para lidar com a Abissínia, onde haviam ocorrido incidentes nas fronteiras da Somália italiana e da Eritreia, a 5 de dezembro de 1934. Ele havia retirado as tropas dois meses antes de se formar a Frente de Stresa. E havia um problema. A Abissínia era um império que governava seus súditos e populações migratórias através da força e do terror, por trás de fronteiras indeterminadas e mutáveis. Muitas das questões locais de 1935 seriam ressuscitadas no período pós-colonial, no fim dos anos 70 — embora nessa época a Abissínia tivesse encontrado um aliado mais resolutivo, apesar de sinistro, na União Soviética, o que lhe permitiu manter sua independência e o império. Em 1935, a crise não girava em torno de questões locais, mas em torno da credibilidade da Liga, da qual a Abissínia era membro e para a qual apelou de modo veemente, quando a Itália atacou a 3 de outubro de 1935. Cinco dias depois, a Liga declarou a Itália como agressora, e a 19 de outubro impôs “sanções”.

A maneira como foi tratada a crise da Abissínia, efetivamente a cargo da Grã-Bretanha, é um exemplo notável de como conseguir o pior dos mundos possíveis. A Abissínia era uma monarquia africana primitiva que explorava a escravidão; não era em nada um Estado moderno. Não deveria pertencer à Liga. A idéia de que a Liga tinha de garantir as suas fronteiras era um exemplo surpreendente do absurdo do pacto, o que levou o senador Lodge e seus amigos a rejeitá-la. A Liga deveria ter sido desfeita depois do fiasco da Manchúria em 1931. Entretanto, se o sentimento era o de preservá-la e se a integridade da Abissínia era uma questão vital, então a Grã-Bretanha e a França deveriam estar preparadas para ir à guerra; nesse caso, a Itália teria de recuar. As duas potências ocidentais teriam perdido a sua amizade, despertado a sua inimizade; mas a Liga teria mostrado que tinha garras e que poderia usá-las; os efeitos seriam sentidos em outros lugares, particularmente na Europa Central. Mas impor as sanções era uma loucura. Sanções raramente funcionam: prejudicam, enfurecem e exasperam, mas não desencorajam ou frustram um ato de agressão. Nesse caso, as sanções não faziam sentido, porque a França não concordaria com as sanções ao petróleo (o único produto passível de causar algum impacto nos acontecimentos) e a América, o maior produtor de petróleo do mundo, não imporiam qualquer sanção. A Grã-Bretanha não concordaria em fechar o canal de Suez

ou impor uma quarentena naval: o primeiro lorde do Almirantado, Chatfield, informou que somente sete encouraçados estavam disponíveis³⁵. Enquanto o gabinete debatia se tentaria ou não impor sanções ao petróleo, Hitler remilitarizava a Renânia em 7 de março, tornando uma bobagem tanto Versalhes como o pacto de Locarno. Nessa data, a Grã-Bretanha tinha apenas três navios de guerra em suas águas territoriais, insuficientes para neutralizar os "couraçados de bolso" da Alemanha. Mussolini tomou Adis Abeba a 5 de maio e anexou o país quatro dias depois. A 10 de junho, o ministro das Finanças, Neville Chamberlain, descreveu a política de sanções como "a própria loucura de verão" e, uma semana mais tarde, o gabinete as eliminou³⁶.

O único efeito da política de sanções foi tornar Mussolini um inimigo. A partir da metade de 1936, os alemães começaram a cortejá-lo. Frank, Goering, Himmler e Baldar von Shirach visitavam Roma. Em 1º de novembro, Mussolini falou do "Eixo Roma-Berlim". Em 22 de fevereiro de 1937, uma inspeção realizada pelos chefes de Estado-Maior britânicos ensejou o segundo registro: "Já se foram os dias em que podíamos contar automaticamente com uma Itália amigável e dócil"³⁷. Isso significava que os planos existentes para a frota do Extremo Oriente no caso de uma crise com o Japão, através do Mediterrâneo e do Suez, eram impraticáveis. A Grã-Bretanha tinha agora três importantes inimigos navais em potencial: em águas territoriais, no Mediterrâneo e no cenário dos oceanos Pacífico e Índico. Havia também a possibilidade de que eles pudessem operar em comum acordo. Três semanas depois de Mussolini ter-se referido ao Eixo, o Japão e a Alemanha assinaram o Pacto Anti-Comintern, dirigido à Rússia, mas assinalando a possibilidade de ação de grupos de potências totalitárias em alcatéias predatórias. Em 27 de setembro de 1937, Mussolini foi a Berlim. Não resistiu à admiração de Hitler que o chamara de "o principal estadista do mundo, a quem ninguém, nem mesmo remotamente, poderia se comparar"³⁸. Não mais satisfeito com a Abissínia, Mussolini começou a imitar Hitler na busca de alvos para a expansão, elaborando reivindicações em relação a Nice, Córsega, Túnis e Albânia. Inverteu sua prévia oposição à política racial e, em novembro de 1938, produziu sua própria versão das Leis de Nurembeg nazistas³⁹. Já havia entrado no Pacto Anti-Comintern (6 de novembro de 1937) e se retirado da Liga (11 de dezembro). Em abril de 1939, começou uma carreira de agressão européia, invadindo e anexando a Albânia. O processo de corrupção culminou no mês seguinte (22 de maio), quando assinou o "Pacto de Aço" com o homem que havia considerado, apenas cinco anos antes, um potencial "inimigo da civilização".

Por essa época, Hitler e Mussolini haviam colaborado na primeira das guerras por procuração. O "inimigo" deles nesse ritual cínico era Stálin. O cenário escolhido para tal atuação devastadora foi a Espanha, que tinha estado virtualmente fora do sistema de poder europeu desde o início do século XIX e que, agora, se tornara um foco agonizante. Isso era, em si, extraordinário: a Espanha era arredia, autocontida, xenófoba, o país europeu mais resistente ao princípio holístico, o mesmo vulnerável vírus estrangeiro do totalitarismo, seja de Direita, seja de Esquerda, da engenharia social e da moralidade relativa. É isso que torna a Guerra Civil espanhola tão peculiarmente trágica. O processo infeccioso entrou através do Partido Socialista (PSOE) e depois se espalhou. Como disse Salvador de Madariaga, "o que fez a Guerra Civil inevitável foi a guerra civil dentro do Partido Socialista"⁴⁰. Na década de 20, os socialistas espanhóis haviam sido sensatos reformistas pragmáticos. Sua personalidade mais importante, o líder sindical Francino Largo Caballero, operava

dentro da tradição republicana espanhola. Se ele por acaso procurasse algum modelo no exterior, causaria admiração aos membros da Sociedade Fabiana britânica. Ele achou que a formação do primeiro governo trabalhista em 1924 foi “o acontecimento mais importante em toda a história do socialismo internacional”⁴¹. Ele também trabalhava numa base de concessões mútuas com a ditadura morna e sonolenta de Primo de Rivera (1923-30). Argumentava que regimes e ditaduras podiam ir e vir, mas que o objetivo do socialismo era melhorar as condições materiais e morais dos trabalhadores dentro do capitalismo⁴². A moderação socialista tornou possível acabar com a ditadura sem derramamento de sangue e, no ano seguinte, efetuar uma transição pacífica da monarquia para a república.

Para começar, Caballero serviu à República bastante bem. A violência ou a ilegalidade por parte da esquerda, insistia ele, provocaria o Exército e levaria a outra ditadura militar. Ele impediu seus seguidores de incendiarem a casa do general Mola, a estrela-guia da direita militante. Ajudou a dar forma à constituição reformista, que permitiu a nacionalização, desde que sob uma severa estrutura de lei e sujeita a compensações apropriadas. Seu grande orgulho era construir escolas. Enquanto apenas 505 foram construídas, em média, no período entre 1908 e 1930, no primeiro ano da República surgiram mais de sete mil⁴³. Era para isso que serviam os ministros socialistas. Caballero afirmava que as greves políticas incitadas pelos anarquistas e pelo pequeno Partido Comunista, assim como as violentas agitações rurais, deveriam ser debeladas, se necessário pelo uso da artilharia⁴⁴. Por conseguinte, o golpe militar da direita dado em agosto de 1932 foi um verdadeiro fiasco. Aprovou-se uma modesta lei de reforma agrária. Por um breve e promissor período, parecia que a Espanha poderia atingir a estabilidade republicana baseada firmemente na modernização gradual e humana.

Neste ponto a ilusão evaporou-se. Caballero foi a primeira vítima da “invasão” — a penetração furtiva nos quadros sindicais e partidários dos organizados ultra-esquerdistas. Ele perdeu o controle da principal federação sindical (UGT) e, com o objetivo de recuperá-lo, começou a tender para a esquerda. Analogias estrangeiras começaram a exercer um papel sinistro. O triunfo de Hitler e a facilidade com que os democratas sociais alemães foram destruídos mostraram que a moderação não valia a pena: por volta de julho de 1933, Caballero declarou que os socialistas prefeririam antes tomar o poder a aceitar o fascismo. No princípio de 1934, o chanceler católico austríaco, Dollfuss, esmagou o Partido Socialista local, bombardeando o seu reduto, o Karl Marx Hof, com peças de artilharia. Foram feitas comparações com a Espanha. A imprensa socialista espanhola estava repleta de avisos dos socialistas da Europa Central, tais como Otto Bauer e Julius Deutsch⁴⁵. O extremismo contaminou profundamente a Juventude Socialista e deu início à formação de arruaceiros e ao uso da violência sistemática. Caballero foi incensado por essa juventude, que passou a chamá-lo de “o Lênin espanhol”. O velho reformista, rejuvenescido por tal adulação, permitiu aos militantes que o induzissem ao caminho da violência, encantado pelo termo atribuído à nova tendência, *caballerismo*⁴⁶. Se Mussolini foi corrompido em direção à direita, Caballero o foi em direção à esquerda.

O processo se acelerou pelo acúmulo de crises no país: fim da emigração (cem mil foram forçados a voltar em 1933), queda dos preços e controvérsia sobre a reforma agrária, julgada revolucionária pelos proprietários, uma fraude pelos anarquistas, e que acabou não podendo ser posta em vigor. No campo, “os pobres estavam enlouquecidos pela fome e os ricos, pelo medo”⁴⁷. O *slogan* dos proprietários para a fome

era *Comed Republica!*, ou “Deixe a República alimentá-lo!”. Os guardas civis usavam o que era chamado de “brutalidade preventiva” para debelar os levantes camponeses dirigidos pelos anarquistas. Em novembro de 1933, os socialistas perderam a eleição, saíram do governo e embarcaram na ação direta.

Essa mudança de tática não podia ser bem-sucedida e certamente destruiria o sistema republicano. Significava a rejeição de tudo o que Caballero uma vez representara. Em maio de 1934, ele encorajou os trabalhadores rurais a entrar em greve. Não funcionou: o Ministério do Interior deportou milhares de camponeses, sob a mira de armas, e os descarregou a centenas de milhas longe de suas casas. Em outubro, Caballero decretou uma parada geral. Em Madri, houve uma greve desanimada. Em Barcelona, uma “República Catalã Independente” durou exatamente dez horas. Nas Astúrias, uma comuna de trabalhadores, com o apoio socialista, sobreviveu 15 dias, com os mineiros resistindo ferozmente, à base de dinamite. Mas, diante da recusa de levante por parte dos trabalhadores de Barcelona e Madri, a supressão do movimento foi inevitável. Foi levada a cabo pelo mais capaz general da Espanha, Francisco Franco, usando quatro colunas de soldados das tropas regulares e coloniais.

Franco tinha se oposto, até esse momento, a levantes militares, e assim continuava. Mas agora via a Espanha ameaçada por uma doença estrangeira: “As frentes são socialistas, comunistas e outras fórmulas que atacam a civilização para introduzir o barbarismo”⁴⁸. Em 1935, descobriu que 25% dos soldados alistados no Exército pertenciam aos partidos da esquerda e que a organização e a panfletagem eram a tarefa primordial dos quadros da esquerda. Em agosto de 1935, no sétimo encontro do Comintern, Dimitrov introduziu a concepção de “Frente Popular” com as palavras: “Camaradas, vocês se lembrarão da antiga lenda da tomada de Tróia... O Exército atacante foi incapaz de alcançar a vitória até ter conseguido, com a ajuda do famoso cavalo, penetrar no coração do campo inimigo”⁴⁹. Franco temia que, uma vez o Exército dividido ou neutralizado, não houvesse nada que impedisse a extrema-esquerda de tomar o poder, acarretando assim todos os horrores da Rússia de Lênin e ainda uma coletivização stalinista forçada dos camponeses. Em princípios de fevereiro de 1936, com a Frente Popular formada e em vésperas de eleições, ele disse ao adido militar espanhol, em Paris, que o Exército deveria estar preparado para agir, “se o pior acontecesse”. Mas achava que a crise iria dissipar-se, e nenhuma intervenção militar foi planejada⁵⁰. Mesmo depois da vitória da Frente Popular, em 16 de fevereiro, ele pensava que o Exército, sem um apoio civil respeitável, não teria a “unidade moral necessária para empreender tal tarefa”⁵¹.

O fato de que o Exército tenha tido esse apoio foi obra dos socialistas e outros extremistas da esquerda. A esquerda tinha sido a primeira a abandonar a democracia em favor da violência, em 1934.⁵² Isso acabou criando um medo delirante no principal agrupamento democrático de direita, a CEDA (Confederación Española de Derechas Autónomas), liderada por Gil Robles. Robles era um republicano genuíno, odiado tanto pelos monarquistas e fascistas quanto pelos socialistas⁵³. Seu partido era um movimento de massa da classe média, que não precisou usar a força para obter o que obteria através das urnas — segurança. Entretanto, a corrupção totalitária também estava presente na CEDA. Seu movimento de jovens, ou Juventudes de Acción Popular (JAP), reagia avidamente à violência das organizações de juventude esquerdista. Ela saudava Robles com gritos de “*Jefe, Jefe, Jefe!*” e com o slogan “O *Jefe* está sempre certo”. Chamava a esquerda de “anti-Espanha”. Proclamava: “Ou a

Acción Popular esmaga o marxismo ou o marxismo destruirá a Espanha. Com o *Jefe* ou contra o *Jefe*! Vamos aniquilar o marxismo, a maçonaria e o separatismo, para que a Espanha possa continuar seu caminho imortal!”. Alguns dos seguidores de Robles lutaram nas eleições de 1936 com um programa-pânico: a vitória para a esquerda seria “armar a ralé; queimar as empresas privadas e bancos; distribuir os bens particulares e propriedades, saquear selvagememente e estuprar as mulheres”⁵⁴.

Quando a esquerda tomou posse depois das eleições, ela confirmou a maioria desses receios. Embora os partidos da Frente Popular tivessem ganho, na verdade conseguiram menos do que os 50% dos votos. A esquerda melhorou a sua posição ao obter um milhão de votos a mais; mas a direita somou uma quantidade extra de 750.000 votos também⁵⁵. Esses números exigiam cautela. Em vez disso, a esquerda se livrou de minúcias constitucionais, tais como o segundo turno, e formou um governo no dia seguinte ao do resultado do primeiro escrutínio. Naquela noite, os primeiros incêndios de igrejas e conventos aconteceram. Em Orvieto, as portas da prisão foram abertas. No Parlamento, a esquerda começou de imediato uma campanha com a finalidade de privar os deputados da CEDA de suas cadeiras, alegando “irregularidades”, e de atacar o presidente, Alcalá Zamora, um republicano perfeitamente decente.

O acontecimento mais alarmante foi o crescimento rápido da influência dos comunistas. Eles haviam conseguido eleger apenas 17 deputados — incluindo Dolores Ibarruri, “*La Pasionaria*”, que, segundo se dizia, teria cortado a garganta de um padre com os próprios dentes — mas, a 5 de abril, encenaram um golpe. Graças aos esforços de um habilidoso agente do Comintern, Vittorio Codovilla, e à traição do jovem líder socialista Santiago Carrillo (que já vinha assistindo a reuniões do Comitê Central do Partido Comunista), os Movimentos da Juventude Comunista e Socialista foram amalgamados, o que significou a absorção de quarenta mil militantes pelos comunistas⁵⁶. Dez dias mais tarde, um programa pletório da Frente Popular foi anunciado, não fazendo qualquer concessão à pequena margem da vitória eleitoral ou à divisão equilibrada do país. Quando Robles ouviu esses termos, advertiu as Cortes: “Metade da nação não se resignará a morrer. Se ela não puder defender-se por um caminho, defender-se-á por outro... A guerra civil está sendo trazida por aqueles que buscam a conquista revolucionária do poder... as armas foram carregadas por... um governo que não tem sido capaz de cumprir o seu dever em relação a grupos que permanecem dentro da mais estrita legalidade”⁵⁷.

A imposição de um programa revolucionário através das Cortes não iria por si mesma provocar um levante militar. O fator determinante foi o fracasso da Frente Popular em controlar seus próprios militantes ou mesmo em estabelecer qualquer tipo de governo estável. Os socialistas estavam irremediavelmente divididos quanto ao caminho a seguir. O líder dos moderados, Indalecio Prieto, odiava Caballero e se recusava, inclusive, a estar no mesmo ambiente que ele: “Que Caballero vá para o inferno!”. Quando Prieto avisou que a violência socialista provocaria os militares, foi acusado de ter “arroubos da menopausa”⁵⁸. O resultado foi o pior de todos os mundos: a combinação de um governo fraco com forte retórica, suprido por Caballero. As atividades do movimento da juventude da Frente Popular, nas ruas das cidades, as dos anarquistas organizando as invasões camponesas e as greves antigovernamentais nas fábricas fizeram com que a retórica parecesse séria às já assustadas classes média e artesanal, além de aos oficiais do Exército e policiais comuns. A esquerda militante, isso quer dizer as gangues de rua do movimento da juventude, os

anarquistas, o recém-formado partido marxista revolucionário, *Partido Obrero de Unificación Marxista* (P.O.U.M.), e os “*Syndicos libres*” lideraram a violência, que foi respondida com entusiasmo pelas gangues fascistas emergentes. As tentativas feitas mais tarde para atribuir a violência da esquerda aos *agents provocateurs* fascistas não são plausíveis⁵⁹. As gangues da juventude da Frente Popular, sem dúvida, geravam assassinos sádicos, que mais tarde se tornaram os piores agentes do terror stalinista durante a Guerra Civil.

Em maio, com a invasão das fábricas pelos anarquistas e grevistas do P.O.U.M. e a ocupação das grandes propriedades (especialmente em Extremadura e Andaluzia) pelos camponeses com o objetivo de dividirem a terra, a Guarda Civil foi confinada às casernas. A maior parte do Exército estava de licença. A nova polícia de choque republicana — os guardas de choque — algumas vezes aderiu à violência, outras ficava assistindo à queima das colheitas. Em junho, a violência piorou. A 16 de junho, Robles, num último aviso, leu em voz alta para as Cortes uma lista de ultrajes e atrocidades: 160 igrejas queimadas, 269 assassinatos (a maioria políticos), 1.287 casos de agressão, 69 destruições de escritórios políticos, 113 “greves gerais”, 228 greves parciais, 10 sedes de jornal saqueadas. E concluiu: “Um país pode viver sob a monarquia ou a república, com um sistema parlamentar ou presidencial, sob o comunismo ou o fascismo. Mas não pode viver na anarquia!”⁶⁰ Foi o fracasso do governo em atender a essa súplica que deu aos líderes conservadores do Exército o “respeitável apoio civil” que tinham como pré-condição para assumirem o poder. O elemento que faltava aconteceu no dia 11 de julho, quando o corpo de um parlamentar de direita, Calvo Sotelo, foi descoberto: ele havia sido assassinado pelos guardas de choque, em represália ao assassinato de dois deles por uma gangue de direita⁶¹. Dois dias depois, Robles acusava publicamente o governo de responsabilidade pelo ato. A Guerra Civil estourou no dia 17 de julho e Robles, não querendo fazer parte do *putsch*, foi para a França⁶².

A Guerra Civil aconteceu porque as indecisas eleições de fevereiro refletiram a imagem perfeita de um país que estava igualmente dividido. A intervenção estrangeira prolongou a guerra por dois anos e meio. Nenhum episódio na década de 30 foi mais escamoteado do que este, e somente em anos mais recentes os historiadores começaram a escavá-lo na montanha de mentiras sob a qual ele ficara enterrado durante toda uma geração. O que surge não é a luta entre o bem e o mal, mas uma tragédia geral. Os generais insurgentes rapidamente estabeleceram o controle no sul e no oeste. Mas não conseguiram tomar Madri, e o governo continuou a controlar a maior parte do norte e do leste ao longo de 1938. Por trás das linhas assim estabelecidas, cada lado cometia atrocidades estarrecedoras contra seus inimigos, fossem eles reais ou imaginários.

A Igreja Católica era o principal alvo do ódio dos republicanos. Isso é curioso. O clero era antiliberal e anti-socialista; mas não era fascista. A maioria dele era monarquista, caso fosse alguma coisa. O cardeal primaz, o arcebispo Pedro Segura de Toledo, era antifascista e também pró-britânico. É verdade que havia um clero muito numeroso: 20.000 monges, 60.000 freiras, 35.000 padres, numa população de 24,5 milhões de pessoas. Mas o clero havia perdido suas propriedades em 1937, sendo compensado em moeda sonante. Apesar de a Igreja ser supostamente rica, o pároco comum certamente não o era. Era raríssimo um camponês matar seu próprio padre, mas até podia matar um de outra aldeia. Os camponeses eram anticlericais em geral, mas não em particular. Da mesma maneira, a *intelligentsia* de esquerda das cidades

era humanitária em geral, mas não em particular. O arcebispo de Valladolid disse sobre os camponeses: "Essa gente estaria pronta para morrer por sua Virgem local, mas queimaria a dos vizinhos à menor provocação"⁶³.

A maioria das atrocidades republicanas era praticada por gangues de assassinos, formadas por militantes sindicais, jovens, quadros políticos que se autodenominavam os "Linces da República", os "Leões Vermelhos", "Fúrias", "Spartacus", "Força e Liberdade", etc. Eles afirmavam que os insurgentes atiravam de torres de igrejas, mas isso não era verdade, com exceção da Igreja Carmelita na rua Lauría, em Barcelona⁶⁴. Para falar a verdade, a Igreja não participou do levante e a ajuda que parte do clero subsequentemente deu aos nacionalistas foi o resultado de atrocidades, não a causa. Onze bispos, um quinto do total, foram assassinados, 12% dos monges, 13% dos padres também⁶⁵. Os chacinados foram reverenciados no famoso poema de Paul Claudel, "Aux martyrs espagnols":

*Soeur Espagne, sainte Espagne, tu as choisi!
Onze évêques, seize mille prêtres massacrés et pas une apostasie!*

Cerca de 283 freiras foram mortas, algumas estupradas antes da execução, embora ataques a mulheres fossem raros na Espanha republicana. Na província de Ciudad Real, a mãe de dois jesuítas foi assassinada com um crucifixo empurrado garganta abaixo. O pároco de Torrijos foi açoitado, coroado de espinhos, forçado a beber vinagre; colocaram-lhe um pedaço de madeira amarrado às costas e foi então fuzilado, mas não crucificado. O bispo de Jaén foi assassinado juntamente com sua irmã, na frente de duas mil pessoas; seu carrasco era uma mulher da milícia, a feroz *La Pecosá* (a Sardenta). Alguns padres foram queimados vivos, outros enterrados também vivos; alguns tiveram suas orelhas decepadas⁶⁶.

Os republicanos também mataram os leigos nacionalistas, principalmente a Falange. Em Ronda, 512 pessoas foram atiradas num desfiladeiro que divide dramaticamente a cidade, episódio esse usado por Ernest Hemingway em *For Whom the Bell Tolls*. Lênin era o mentor. As gangues assassinas da esquerda eram conhecidas como *checas*. Mas elas usavam uma gíria de Hollywood: *dar un paseo* era *taking for a ride* (levar para uma volta). Só em Madri havia dúzias dessas gangues. A pior, dirigida pelo chefe da juventude comunista, García Attadell, era a temida "patrulha da madrugada", que assassinou grande quantidade de pessoas. Attadell morava num palácio e acumulava grandes quantidades de produtos de pilhagens, com os quais tentou fugir para a América Latina. Mas foi capturado e garroteado na prisão de Sevilha, depois de ser recebido de volta pela Madre Igreja⁶⁷. Muitos desses assassinos se graduaram na organização da polícia secreta impingida pelos soviéticos a Barcelona. No total, a esquerda parece ter assassinado cerca de 55.000 civis (o Santuário Nacional, em Valladolid, possui uma lista de 54.594), incluindo cerca de quatro mil mulheres e várias centenas de crianças⁶⁸.

As matanças dos nacionalistas por trás das linhas de combate foram em proporção semelhantes, mas as próprias unidades do Exército se encarregaram das execuções. O método era leninista: destruir o adversário (no caso, a esquerda) como uma força política organizada, através do extermínio de todos os seus ativistas, e impor um medo humilhante aos seus seguidores. Como disse o general Mola, em Pamplona (19 de julho de 1926): "É necessário espalhar uma atmosfera de terror. Temos de criar essa impressão de superioridade... Quem quer que seja, aberta ou

secretamente, um seguidor do PR deve ser fuzilado"⁶⁹. As prisões aconteciam à noite e os tiros no escuro, geralmente depois de torturas. A Igreja insistia no fato de que todos deveriam se confessar antes da morte (10% se recusavam), o que tornou difíceis os assassinatos secretos. Mas havia algumas atrocidades blasfemas: um homem foi esticado em forma de cruz, tendo seus braços e pernas decepados, enquanto sua mulher, que enlouqueceu, foi forçada a presenciar tudo. Os padres que tentaram intervir foram mortos⁷⁰. Os assassinatos em Majorca foram descritos por Georges Bernanos em seu romance *Les grands cimetières sous la lune*. Mas Arthur Koestler, em seu *The Invisible Writing*, também descreveu como as atrocidades fascistas foram produzidas na fábrica de mentiras dirigida por Otto Katz, a partir de seu escritório do Comintern, em Paris⁷¹.

A vítima nacionalista mais famosa foi o poeta García Lorca, cujo cunhado era o prefeito socialista de Granada. Ele foi fuzilado provavelmente em 18 de agosto de 1936, mas seu túmulo nunca foi encontrado. Mais 571 nacionalistas foram mortos na cidade no mesmo mês. A respeitada estimativa moderna de assassinatos de nacionalistas relaciona oito mil na província de Granada, sete a oito mil em Navarra, nove mil em Sevilha, nove mil em Valladolid, dois mil em Saragossa e três mil nas Baleares. Nos primeiros seis meses da guerra, os nacionalistas mataram seis generais e um almirante, virtualmente todos os deputados da Frente Popular que foram capturados, governadores, doutores e professores de escolas — cerca de cinquenta mil ao todo⁷². Portanto, as matanças em ambos os lados foram mais ou menos iguais, ambas de natureza totalitária — isto é, as punições eram medidas pela classe, *status* e ocupação, não pela culpa individual.

A intervenção estrangeira foi importante desde o início. Sem ela, o *putsch* militar teria fracassado. O levante foi um fiasco em cinco ou seis das maiores cidades. O governo tinha uma grande superioridade numérica em terra, logo aumentada pelas milícias políticas. A Marinha assassinou seus oficiais: seus dois cruzadores e dois destróieres impediram o Exército da África de atravessar o estreito por mar. Os nacionalistas contaram, a princípio, com uma superioridade aérea, mas havia muito poucos aviões para transportar mais de duzentos homens por dia para a Espanha. O general Mola, que comandou o levante de Burgos, não tinha munição em quantidade suficiente e considerou seriamente a possibilidade de desistir e fugir⁷³. O primeiro ato de Franco, quando chegou a Tetuán, vindo das Canárias, no domingo 19 de julho de 1936, foi requisitar de Roma o envio de uma dúzia de bombardeiros. Três dias mais tarde, solicitou aos alemães que mandassem transportes aéreos. Os aviões alemães chegaram a Tetuán no dia 28 de julho; os italianos, dois dias mais tarde. No princípio de agosto, Franco transportou pelo ar seiscentas mil cargas de munição para Mola e conseguiu atravessar três mil homens pelo estreito num só dia. Isso mudou o rumo das coisas. Os exércitos do norte e do sul se juntaram a 11 de agosto e, um mês depois, Franco, que tinha conseguido um surpreendente sucesso de propaganda por ter libertado a academia de oficiais cadetes no Alcázar de Toledo, foi nomeado chefe de Estado e Generalíssimo, "com todos os poderes no novo Estado"⁷⁴. Ele esperava que a moral republicana entrasse agora em colapso; então, tomaria Madri. Mas a chegada dos aviões franceses e russos deram ao governo o controle aéreo sobre a maior parte do *front* — a grande lição da guerra foi a importância do apoio aéreo tático — e o aparecimento de tanques russos em Madri impediu a sua capitulação. Assim, a ajuda estrangeira inviabilizou uma decisão rápida para qualquer um dos lados.

O resultado da guerra, entretanto, não foi determinado pela intervenção das grandes potências, que se neutralizaram mutuamente, nem pela política de não-intervenção da Grã-Bretanha e da França, já que armas sempre poderiam ser adquiridas por ouro ou moeda forte. Os alemães forneceram um total de 10.000 homens, incluindo 5.000 na Legião do Condor, uma unidade experimental de tanques e aviões, e tiveram uma baixa de 300 homens. Eles também forneceram instrutores, que prestaram serviços valiosos no treino rápido de oficiais do Exército e pilotos, 200 tanques, 600 aviões e excelentes metralhadoras antiaéreas de 88 milímetros, que neutralizaram a superioridade aérea republicana em princípios de 1937. A contribuição italiana foi muito maior: 30 a 50 mil homens de uma vez (dos quais quatro mil foram mortos), 150 tanques, 660 aviões, 800 peças de artilharia, algumas delas de muito boa qualidade, um grande número de metralhadoras, rifles e outras armas. Afirmavam ter derrubado 903 aviões e afundado 72.800 toneladas de navios republicanos. Os nacionalistas também tiveram a ajuda de vários milhares de portugueses, 600 irlandeses, sob o comando do general O'Duffy, e alguns franceses, russos brancos, britânicos, americanos e latino-americanos, além de, é claro, 75.000 soldados marroquinos classificados de "voluntários"⁷⁵.

Os russos forneceram à República 1.000 aviões, 900 tanques e 300 carros blindados, 1.550 peças de artilharia e imensas quantidades de equipamento militar de vários tipos. Os franceses forneceram cerca de 300 aviões. Quantitativamente, a República recebeu tanto material de fora quanto os nacionalistas; mas, qualitativamente, esse material foi usado de maneira muito menos eficiente. Grande quantidade desse material foi deixada nos campos de batalha quando as unidades republicanas bateram em retirada. Os tanques russos eram mais pesados, melhor armados, mais rápidos e, sob muitos aspectos, superiores aos modelos alemães e italianos — como os japoneses verificariam em 1939 e Hitler, em 1941-42 —, mas esses modelos alemães e italianos não foram devidamente explorados e acabaram abandonados; lá pelo fim da guerra, os nacionalistas tinham um regimento inteiro equipado com blindados russos⁷⁶.

Os russos também enviaram 1.000 pilotos e cerca de 2.000 outros especialistas, mas nenhuma grande unidade. Eles viam a Espanha principalmente como um exercício de propaganda internacional e concentraram seus esforços na organização de brigadas internacionais. Ao todo, 40.000 estrangeiros lutaram pela República, 35.000 nas brigadas, embora nunca mais de 18.000 de uma só vez. Contaram ainda com 10.000 médicos, enfermeiras e especialistas civis. O maior contingente, cerca de 10.000 pessoas, veio da França, seguido de 5.000 alemães e austríacos, 5.000 poloneses, 3.350 italianos, cerca de 2.500 da Grã-Bretanha como dos Estados Unidos, 1.500 da Iugoslávia como da Checoslováquia, 1.000 da Escandinávia como do Canadá e da Hungria, e contingentes menores provenientes de mais de quarenta países. As perdas foram muito altas, embora todos os números ainda sejam debatidos. Um cálculo, por exemplo, atesta que a contribuição da Grã-Bretanha foi de 21.762 homens, dos quais 1.762 foram feridos e 543 mortos. Cerca de 900 americanos morreram⁷⁷.

A ajuda externa e a intervenção não fez pender a balança militar para qualquer lado. Os nacionalistas venceram primeiramente graças à capacidade de Franco e ao seu poder de discernimento. Apesar de ele ser um homem malquisto, e é provável que jamais ganhe a estima dos historiadores, tem que ser considerado um dos homens públicos de maior sucesso do século. Era dotado de coração frio, cabeça calma,

grande inteligência e reservas gigantescas de coragem e de vontade. Seu pai era um alcoólatra, oficial da Marinha, seu irmão mais jovem era piloto recordista, além de brigão. Franco incorporou toda a autodisciplina da família. Ele não estava interessado em mulheres, bebidas ou jogo. Sua paixão eram os mapas. Aos 22 anos, era o mais jovem capitão do Exército; aos 33, o mais jovem general da Europa. Presenciou combates violentos no Marrocos, especialmente nos anos 20, durante a guerra das montanhas Rif, e, em 1925, conduziu um dos maiores desembarques anfíbios realizados até hoje. Sua visão militar era muito adiantada para a época. Ele acreditava, como de Gaulle, na “guerra de movimento”. Em 1928, reorganizou a Academia Militar espanhola e transformou-a no que o ministro da Guerra francês, André Maginot, chamou de “o centro mais moderno do mundo ... a última palavra em técnica militar e instrução”⁷⁸.

Vale a pena examinar a filosofia de Franco sucintamente, porque ela estava bem distante de todas as correntes predominantes da época, tanto liberais quanto totalitárias. O estadista-soldado com quem ele mais se parecia era Wellington, uma figura muito admirada na Espanha. Franco achava a guerra uma coisa odiosa, que vinha sempre acompanhada de crueldade bruta, mas que poderia, às vezes, ser necessária para fazer avançar a civilização. Ele seguia a tradição dos romanos, dos cruzados, dos conquistadores, dos *tercios* de Parma. Na África, os seus legionários mutilavam os corpos dos inimigos, decepando-lhes as cabeças. Mas eles estavam sob disciplina rígida: Franco era um comandante duro, porém justo e, portanto, popular. Ele via a cultura hispânica cristã como indiscutivelmente superior. Achava “inexplicável” a “resistência à civilização” do Marrocos. Mais tarde, ao sufocar o levante dos mineiros das Astúrias, ficou perplexo porque, embora “não sendo claramente monstros ou selvagens”, a eles faltava “aquele respeito pelo patriotismo ou hierarquia necessários aos homens decentes”⁷⁹. Ele descrevia invariavelmente sua própria motivação como “dever, amor ao país”.

Para Franco, o Exército era a única instituição verdadeiramente nacional, antiga, sem diferença de classes, não-regional, apolítica, incorruptível, desinteressada. Se oprimido, ele se amotinava como tinha feito no século XVI e, mais recentemente, em 1917; caso contrário, estava pronto para servir. Tudo o mais na Espanha era suspeito. A Igreja era indulgente. Franco era *croyant* — obrigou o cético Mola a rezar pedindo por suprimentos de munição — e deliberadamente buscou a aprovação da hierarquia ao criar uma “família eclesiástica”; mas ele não era de modo algum um clericalista e jamais prestou a menor atenção aos conselhos eclesiásticos em assuntos não espirituais⁸⁰. Detestava a política sob qualquer forma. Os conservadores eram proprietários de terra, reacionários e egoístas. Os liberais eram empresários corruptos e egoístas. Os socialistas eram iludidos, ou talvez pior. Aproveitou-se dos dois movimentos insurrecionais, as Falanges e os Carlistas, os quais tinham um papel subserviente e até servil, e os amalgamou sob sua liderança. Franco nunca foi fascista ou sequer acreditou em qualquer tipo de Utopia ou sistema. Em seu quartel-general, apenas um político exercia alguma influência: seu cunhado Ramón Serrano Suñer, que era funcionário do governo. Certa vez Franco disse: “Os espanhóis estão cansados de política e de políticos”. E de outra vez afirmou: “Só os que vivem de política deveriam temer nosso movimento”. Ele passou sua carreira política inteira tentando exterminar a política⁸¹.

Franco usou melhor seus recursos humanos e materiais, porque fizera uma guerra militar, enquanto republicanos se bateram numa guerra política. Ele era

senhor dos detalhes práticos em seus planos belicos: topografia, tremamento, infraestrutura, logística, sinalização, controle aéreo. Não era um gênio, mas muito minucioso e calmo. Nunca recaía nos mesmos erros e deles sempre tirava alguma lição. Sem ser atormentado pela política, não tinha quem o aborrecesse e mantinha virtualmente inteira sua unidade de comando. Seu maior triunfo psicológico era talvez o de poder, rapidamente, estabelecer uma independência total em relação a seus aliados estrangeiros. E há ainda um aspecto geralmente negligenciado: embora o idealismo fosse um elemento de peso na guerra para aqueles que dela participavam, era inconcebível do ponto de vista das nações. Hitler, Mussolini, Stálin e todos os outros governos que forneciam armas e serviços esperavam por pagamento. Num certo sentido, as finanças eram a chave para a guerra, e Franco, juntamente com seus conselheiros, manejava esse assunto com sagacidade. A maior façanha deles foi manter o papel-moeda respeitável, sem o auxílio das reservas de ouro da nação e de um banco central. A peseta nacionalista estava estabilizada num valor entre 70 e 80 para uma libra esterlina. Em contraste, a peseta republicana, que em junho de 1936 estava na relação de 34 pesetas para 1 libra esterlina, em dezembro de 1937 caiu para 226 pesetas para 1 libra esterlina, entrando logo depois em colapso. Num primeiro estágio, Franco mordeu a monarquia, os negócios britânicos e outros negócios estrangeiros na Espanha, magnatas como Juan March e Juan Ventosa. Fez esforços prodigiosos e sempre bem-sucedidos para manter a exploração. Como resultado, foi capaz de estabilizar a moeda, levantar empréstimos dentro da Espanha e, mais importante de tudo, obter praticamente todas as armas estrangeiras a crédito. Por conseguinte, tanto a Alemanha, a quem eram devidos US\$225 milhões, quanto a Itália, cuja conta final foi acertada em US\$273 milhões, em 1940 tinham um forte interesse prático em assegurar a vitória de Franco e, portanto, contribuir para que ele sobrevivesse e lhes pagasse — como ele o fez.

Em contrapartida, os republicanos manejavam suas finanças com loucura consumada. Começaram com uma das maiores reservas de ouro do mundo: setecentas toneladas valendo 162 milhões de libras (ou US\$788 milhões). Em vez de usarem esses recursos para levantar empréstimos ou para pagar à vista armas “pesadas” compradas aos países capitalistas do Ocidente, preferiram comprar armas a crédito da Rússia. Com isso, estariam entregando mais de dois terços do ouro que possuíam a Stálin. E este, em troca de armas de qualidade duvidosa, que bem poderia ter fornecido a crédito ou mediante pagamento em espécie, engoliu US\$500 milhões em ouro e mais outros US\$100 milhões recebidos em produtos de exportação. No final de tudo, ainda se queixava de que lhe deviam US\$50 milhões. No final de 1938, disse tranqüilamente ao negociador republicano que seu crédito estava “esgotado”. Em nenhuma época foram devidas a Stálin quantias grandes; portanto, ele nunca teve interesse em esforçar-se para que a República sobrevivesse para lhe pagar⁸².

Ainda mais desastroso, do ponto de vista da República, era a insistência de Stálin em estabelecer um preço político para o fornecimento de armas, apesar de ser pago em ouro no ato da compra. No momento em que a luta começou e que a necessidade por armamentos tornou-se desesperada, a influência do PC espanhol cresceu dramaticamente. Isso poderia ter sido de nenhuma importância, caso o partido tivesse tido uma existência independente. Na verdade, ele era controlado pela Embaixada russa, pelas unidades da NKVD e da OGPU, sob Alexander Orlov — que vivia ele próprio sob terror mortal de Yezhov — e por figuras do Comintern, tais como o caçador de bruxas francês André Marty, cujo rosto, segundo Hemingway,

“aparentava decadência como se modelado de restos achados sob as patas de um leão muito velho”⁸³. Até hoje ainda não ficou esclarecido o quão ansioso Stálin estava por vencer a guerra — mas de qualquer maneira ele se dispusera a controlar o lado republicano.

Caballero, que se tornou primeiro-ministro em setembro de 1936, embora tolo e facilmente enganável, fez alguma resistência ao controle stalinista. Recusou-se a permitir que os comunistas absorvessem o Partido Socialista, como tinha acontecido com o Movimento de Juventude. Em janeiro de 1937, tendo recebido uma carta ameaçadora de Stálin, com a exigência de exonerar seu melhor general, irritou-se e expulsou o embaixador soviético, Marcel Rosenberg, gritando “Fora! Fora!”, num tom de voz tão alto que podia ser ouvido do lado de fora. A Espanha pode ser pobre, disse ele, mas não toleraria que “um embaixador estrangeiro tentasse impor sua vontade ao chefe de governo espanhol”⁸⁴. Tal incidente marcou o fim de Caballero (e o de Rosenberg também, que foi imediatamente chamado de volta a Moscou e assassinado por Stálin), embora as autoridades soviéticas tenham levado algum tempo para montar um golpe. Este foi decidido por Marty, por Orlov e por outros funcionários da polícia secreta, numa reunião da executiva do PC que contou com a presença do encarregado dos Negócios Soviéticos. É notável o fato de o secretário-geral do PC, José Díaz, ter-se oposto à expulsão de Caballero, sob instruções de Stálin, gritando para Marty num certo momento: “Você é um convidado nas reuniões do Partido Comunista espanhol. Se nossa maneira de proceder não lhe agrada, lá está a porta!”. Mas, no meio da gritaria que se estabeleceu na reunião, seguiu-se uma votação na qual só Díaz e Jesús Hernández, o ministro da Educação e a pessoa que se constituiu em nossa fonte de informação sobre essa reunião, votaram contra o golpe; os outros comunistas espanhóis estavam aterrorizados pelos homens de Orlov⁸⁵.

O sucessor de Caballero, Juan Negrín, havia sido escolhido pelo agente de Stálin, Arthur Stashevsky, no mês de novembro anterior, como o fantoche ideal: um professor da classe média alta, apolítico, sem influência nos sindicatos e na classe operária, sem filiações comunistas e, portanto, “respeitável” aos olhos da imprensa estrangeira, com torpes hábitos pessoais e, por conseguinte, facilmente chantageável. Em vez de comprar armas, ele atravessou a França num veloz carro esporte correndo atrás de garotas. Sua voracidade era fantástica: às vezes ele jantava três vezes na mesma noite. Ao seu protesto diante da afirmação de que não era popular o suficiente para ser *premier*, Hernández cinicamente retorquia: “Popularidade pode ser criada” — a propaganda era uma atividade na qual os comunistas não tinham rival⁸⁶. Por trás da ignorância complacente de Negrín, os comunistas — isto é, a polícia secreta de Stálin — se apossaram da Espanha republicana. O resultado disso foi uma das maiores tragédias políticas do século.

É claro que, se o Exército não tivesse encenado um *putsch* em julho de 1936, mais cedo ou mais tarde a Espanha teria de suportar uma guerra civil entre os da esquerda. Esta guerra explodiu em Barcelona, na primavera de 1937, com os comunistas combatendo o P.O.U.M. e os anarquistas. O pretexto imediato, como na Guerra Civil total, foi o assassinato político de um comunista importante, Roldán Cortada, possivelmente por “uma patrulha de controle” anarquista, e mais possivelmente ainda pelo agente Ernő Gerő, do Comintern. Ambos os lados tinham exércitos particulares, forças da polícia secreta, gangues de bandidos assassinos. O *slogan* do P.O.U.M. era “Antes de renunciar à revolução, nós morreremos nas barricadas”. Os comunistas entoavam: “Antes de capturar Saragossa, nós temos que tomar Barcelona”. Em maio,

houve lutas em grande escala, seguidas da intervenção da Marinha e de 4.000 guardas de choque⁸⁷. A recusa de Caballero de dispersar as milícias do P.O.U.M. foi o pretexto imediato para sua derrubada. No momento em que Negrín foi empossado como *premier*, os comunistas se apossaram do Ministério do Interior e de todos os postos-chave paramilitares e da polícia, e avançaram em direção a um *règlement de comptes*.

O expurgo coincidiu com o massacre efetuado por Stálin dentro de seu próprio partido, na Rússia, e continha todas as marcas de seus métodos. A polícia de Madri, controlada pelo PC, forçou dois falangistas capturados a prepararem um plano fraudulento para um levante na cidade pela muito alardeada “Quinta Coluna” de Franco; e esses dois falangistas forjaram uma carta para Franco, no verso desse plano, com a assinatura de Andrés Nin, o líder do P.O.U.M.. Uma grande quantidade de documentos forjados, implicando o P.O.U.M. numa traição fascista, foi colocada numa mala deixada em Gerona, e depois “descoberta” pela polícia. A 14 de junho, Orlov, como chefe da NKVD espanhola, provavelmente agindo sob instruções diretas de Stálin, ordenou a prisão de todos os líderes do P.O.U.M.. Isso aconteceu a despeito dos protestos dos membros comunistas do gabinete (os membros não-comunistas e muito menos Negrín não foram nem mesmo informados)⁸⁸. O comandante da 29ª divisão do P.O.U.M. foi chamado de volta do *front* para “consultas” e também foi preso. Os homens detidos eram levados diretamente para centros de interrogatório e câmaras de tortura, a maioria destes subterrâneos, embora também funcionassem no ex-convento de Santa Úrsula, em Barcelona, conhecido como o “Dachau da Espanha republicana”. Os esforços do gabinete para assegurar a libertação de Andrés Nin foram inúteis. Mas os planos de Stálin de torná-lo o centro de um julgamento espanhol encenado foram frustrados, porque Nin, o modelo do herói Goldstein do livro de Orwell, *Nineteen Eighty-Four*, preferiu morrer sob tortura a confessar. (Ele teria sido eventualmente assassinado por Orlov, no parque de El Pardo, mais tarde o palácio de Franco). Durante o resto do ano de 1937 e ao longo de 1938, vários milhares de membros do P.O.U.M. e outros esquerdistas de diversas denominações foram executados ou torturados até a morte nas prisões comunistas. Incluía-se aí um grande número de estrangeiros, tais como o ex-secretário de Trotsky, Erwin Wolff, o socialista austríaco Kurt Landau, o jornalista britânico “Bob” Smilie e um ex-professor da Universidade John Hopkins, José Robles. Entre aqueles que conseguiram escapar estavam Orwell e Willy Brandt, o futuro chanceler alemão⁸⁹.

Foi um dos muitos infortúnios da Espanha, nessa época, o fato de a Guerra Civil ter coincidido com o auge do terror de Stálin. Vários dos assassinatos de Barcelona tinham pouco a ver com a política interna da Espanha, e eram, antes de mais nada, o reflexo dos acontecimentos em Moscou e Leningrado. Assim, Robles foi executado porque, como intérprete do general Jan Antonovich Berzin, chefe da missão militar russa na Espanha, ele sabia demais sobre a ordem dada a Berzin de retornar a Moscou, e a conseqüente liquidação que lhe aplicavam como parte do expurgo militar promovido por Stálin. Em 1937-38, Stálin estava mandando matar seus principais agentes em todo o mundo. E, como aconteceu na Rússia, praticamente todas as pessoas que o ajudaram na tomada da Espanha em nome da esquerda e que, depois, instituíram o terror, foram assassinadas por sua vez. O chefe do departamento externo da NKVD foi encurralado no seu próprio escritório, em Paris, em fevereiro de 1938, e forçado a tomar cianureto. Entre os que organizaram o fornecimento de armas para a Espanha, estava Evhen Konovalek, que foi morto em Rotterdam, em

maio de 1938; um cadáver sem cabeça, Rudolf Clement, foi encontrado no Sena e Walter Krivitsky, chefe do serviço de inteligência militar soviético na Europa Ocidental, foi perseguido por três anos pelos pistoleiros de Stálin, até ser atingido em Washington, em 10 de fevereiro de 1941.⁹⁰ Além do general Berzin, Stálin matou Michael Koltzov, o famoso correspondente espanhol do *Pravda*, Arthur Stashevky, chefe da missão econômica na Espanha, e Antonov Ovseenko, cônsul-geral em Barcelona, a quem foi dito que estava sendo chamado de volta a Moscou para ser o ministro da Justiça, uma piada característica do humor negro de Stálin⁹¹. O único homem que escapou de Stálin foi o arquiassassino Orlov, que desertou, escreveu um relato de tudo o que sabia e informou a Stálin que estava tudo montado para que, caso ele morresse violentamente, o manuscrito fosse publicado em seguida. Por isso ele foi deixado em paz, e só publicou sua estória depois da morte de Stálin⁹².

Pode-se perguntar: como foi que as atrocidades contra a esquerda, em Barcelona, não causaram uma onda de revolta contra o stalinismo através do mundo? Um fator foi a sorte. Em 26 de abril, o dia que se seguiu ao assassinato de Cortada, foi detonada a crise interna; 43 aviões da Legião Condor bombardearam a cidade histórica basca, Guernica, cujo famoso carvalho sombreava o primeiro parlamento basco. Cerca de mil pessoas foram mortas e 70% dos edifícios destruídos. Não foi o primeiro bombardeio de uma cidade feito por qualquer das facções em luta, e Guernica era um alvo legítimo, embora o objetivo do ataque tenha sido o terror. Foi o coronel Wolfgang von Richthofen, o comandante da Legião, em consulta com o coronel Juan Vigón, chefe do Estado-Maior de Mola, quem decidiu pelo ataque. Não há provas de que Mola o tivesse sabido com antecedência; Franco certamente não o sabia, e os alemães desconheciam a significação histórica da cidade⁹³. Para os propagandistas do Comintern — os melhores do mundo — foi um golpe de sorte surpreendente, e eles transformaram esse episódio no mais celebrado de toda a guerra. Picasso, a quem já tinham encomendado um grande painel para o Pavilhão da Espanha, na Feira Mundial de Paris, se aproveitou do episódio: o resultado, mais tarde, foi levado para o *Metropolitan* de Nova Iorque. *Guernica* ajudou a levar todo um segmento da opinião ocidental, inclusive as revistas *Time* e *Newsweek*, para o lado dos republicanos⁹⁴. Seguiu-se uma confusão cujos ecos ainda puderam ser ouvidos nos anos 80, mas quando o quadro foi solenemente pendurado no Prado, os sons das chacinas de Barcelona passaram despercebidos.

A maneira como usaram Guernica para encobrir a destruição do P.O.U.M. era típica do brilhantismo da propaganda do Comintern, conduzida por dois inspirados mentirosos profissionais, Willi Muenzenberg e Otto Katz, ambos assassinados, mais tarde, por ordem de Stálin⁹⁵. Durante toda a guerra espanhola, o stalinismo foi ajudado não apenas pelo alto padrão de relações públicas, mas também pela ingenuidade, credulidade e, vale dizer, pela falsidade e corrupção dos intelectuais ocidentais, especialmente pela vontade que eles tinham de tolerar o que W.H. Auden chamou de “o assassinato necessário”. Quando Orwell escapou e tentou publicar um relato do escândalo P.O.U.M., “*Spilling the Spanish Beans*”, no *New Statesman*, seu editor, Kingsley Martin, recusou-se, alegando que danificaria o apoio ocidental para a causa republicana; mais tarde ele argumentou que Negrín teria rompido com os comunistas por causa do caso P.O.U.M., se o Ocidente estivesse a fim de fornecer-lhe armas. Mas quando a revelação de Orwell apareceu no *New English Weekly*, atraiu pouca atenção⁹⁶. Os intelectuais da esquerda não queriam saber da verdade objetiva, não queriam destruir suas ilusões. Estavam fascinados pelo *glamour* e excitação da

causa, e poucos tinham a corajosa determinação de Orwell de manter padrões absolutos de moralidade ou a experiência dos horrores que ocorreram, e preferiam ficar com os padrões relativos. Muitos deles se entendiam com “o partido” com subserviência abjeta. Assim, o poeta Cecil Day-Lewis, que aderiu em 1936, desculpou-se por não o ter feito antes; confessou que um refinamento de subjetivismo burguês o impedia de aderir ao partido; esperava o dia em que estivesse fazendo bastante dinheiro e que fosse capaz de se assegurar de que estava se filiando por motivos desinteressados e não como alguém, magro e faminto, que fosse tirar lucro da revolução. Ele achava que tinha de pedir permissão ao partido, mesmo antes de aceitar um convite para participar do Comitê de Seleção da Sociedade do Livro⁹⁷.

Por outro lado, os comunistas controlavam o acesso à Espanha republicana. Para que um escritor inglês chegasse até lá, por exemplo, necessitava de uma carta do chefe da direção do PC, Harry Pollit, que trabalhava estreitamente com Victor Gollancz, o principal editor da esquerda, cujo Clube do Livro da Esquerda dominava o mercado. O poeta W.H. Auden, quando preso num parque em Barcelona, por indecência⁹⁸, salvou-se de permanecer na prisão graças a sua “carta Pollitt”. Uma visita à “nossa” Espanha era essencial ao auto-respeito de um intelectual progressista. Os alemães, russos e italianos usaram a Espanha para testar seus novos equipamentos militares — poderíamos chamar hoje em dia de exploração por *hardware*. Da mesma forma, os escritores foram àquele país conseguir material para seus próprios romances ou poemas — o que se pode chamar de exploração por *software*. André Malraux, que ficara mundialmente famoso graças ao romance *La condition humaine* (1932), sobre a revolução chinesa, foi à Espanha esperando uma seqüência a seu romance, o que devidamente aconteceu com *L'Espoir* (1938). Levou com ele um esquadrão de bombardeiros lentos Potex, que causaram furor nos jornais, mas poucos danos nos nacionalistas, e que, em todo caso, tinham de ser pilotados por espanhóis. O comandante republicano dos caças, García Lacalle, escreveu que o pessoal de Malraux era composto de “escritores, artistas, fotógrafos, mulheres, crianças e sabe-se lá mais quem — qualquer coisa, menos aviadores”⁹⁹. Hemingway também foi à Espanha, “pesquisar” para seu livro *For Whom The Bell Tolls*. Imaginando-se calejado e experimentado no cinismo da guerra, “Papa” foi facilmente ludibriado. Assim, quando Dos Passos mostrou-se preocupado com o desaparecimento de Robles, a quem Hemingway conhecia muito bem (na verdade, Robles já havia sido assassinado), Hemingway procurou informar-se do seu paradeiro através de um “amigo” do serviço de contra-espionagem, o sinistro Pepe Quintanilla. Soube que Robles era espião e, imediatamente, convenceu-se de que se tratava de um culpado. Hemingway, então, atribuiu a contínua crença de Dos Passos na lealdade de Robles à boa índole ingênua de uma “típica atitude liberal americana” — mas é lógico que quem se mostrou ingênuo foi Hemingway¹⁰⁰.

Para manter os intelectuais a seu favor, o mestre-de-cerimônias do circo do Comintern encenou reuniões internacionais com todas as despesas pagas. Houve a Campanha Internacional para a Paz, em 1937, em Bruxelas, dirigida pelo líder do PC francês, Marcel Cachin, que inventou um Dia da Paz, uma Feira da Paz, um Níquel da Paz e um Juramento da Paz. Kingsley Martin descreveu essa campanha — embora não na época, mas trinta anos depois — como “o assassinato da honestidade, do entusiasmo e da fé”, que provocou nele o “desespero”¹⁰¹. Ainda pior: também em 1937, houve um Congresso de Escritores em Madri. Stephen Spender relata que ele e outros convidados foram “tratados como príncipes ou ministros... transportados em

Rolls Royces, banqueteados, festejados com música e danças", embora o clímax da cerimônia tenha sido um vergonhoso ataque a André Gide, que acabara de publicar um livro crítico sobre a Rússia, *Retour de l'URSS*, e era agora publicamente execrado como um monstro fascista. Um estrondo de artilharia trouxe de volta à reunião um sentido de realidade:

Na manhã seguinte, André Chamson (chefe da delegação francesa) anunciou que ele e Julien Benda, autor de *La trahison des clercs*, deveriam deixar Madri imediatamente. Porque, se por algum acaso, algum deles fosse morto, a França não teria escolha senão declarar guerra a Franco e essa ação levaria o mundo à guerra. Chamson se recusava a aceitar a responsabilidade por tal catástrofe¹⁰².

O próprio Spender já era um veterano no *front*, onde, numa plataforma para peças de artilharia,

...um atirador insistia para que eu disparasse alguns tiros na linha mourisca. Eu fiz isso, mas rezando para que, nem por um engano, acertasse um árabe. De repente o *front* passou a ser para mim uma relação de amor entre os dois lados, presos em suas trincheiras opostas... e se um visitante viesse a intervir nos seus orgasmos mortais isso pareceria uma terrível frivolidade¹⁰³

Enquanto isso, a grande frivolidade atrás das linhas republicanas seguia firme. Conforme Orwell salientou, cada uma das facções da esquerda estava obcecada pela necessidade de se encontrar numa posição militar forte após a derrota de Franco; tal fato permitiu que as suas táticas e a condução da guerra fossem afetadas. Para manter o número, eles evitavam baixas e os comunistas muitas vezes, deliberadamente, seguravam a artilharia ou o apoio aéreo para que o P.O.U.M. ou outras unidades que eles queriam enfraquecidas fossem esfaceladas¹⁰⁴. Depois da destruição do P.O.U.M., o moral republicano entrou em declínio rápido. Nessas circunstâncias, Franco optou por uma guerra de atrito por todo o terrível inverno de 1937-38 e, em abril, cortou a Espanha republicana em duas. Daí para frente era apenas uma questão de tempo; não havia necessidade de que Franco se expusesse, afirmando a sua superioridade esmagadora. No outono, Stálin já estava cansado da guerra; tinha extraído o máximo que pôde da utilização da propaganda, havia completado seus expurgos e já estava pensando num novo acordo, seja com as democracias ocidentais ou, mais provavelmente, com Hitler. Ele também conseguira obter todo o ouro da República. Portanto, cortou a ajuda e foi possível para Franco iniciar a sua última ofensiva catalã, pouco antes do Natal, confiante de que o fim estava próximo. Barcelona caiu em 28 de janeiro de 1939 e Madri, em 28 de março. Franco lutou essa guerra sem paixão e, quando soube que estava terminada, nem levantou os olhos de sua mesa de trabalho¹⁰⁵.

No dia em que Madri se rendeu, Hitler repudiou o tratado de 1934 com a Polônia, após ter ocupado uma semana antes a Tchecoslováquia. Era óbvio que uma guerra européia seria inevitável e iminente. A reação de Franco traduziu-se numa tentativa brutal de lacrar a Espanha, protegendo-a não só da catástrofe que adviria, mas, tanto quanto possível, de todo o século XX. A Espanha tinha uma longa tradição de engenharia social primária e de cruzadas internas. Nos séculos XV e XVI, ela

expulsou um grande número de mouros, judeus e protestantes. Através dessas macropersseguições, ela evitara a Reforma e os horrores das Guerras de Religião. A falha, ao não adotar métodos semelhantes de expulsão drástica, permitiu a entrada da Revolução Francesa e, assim, a crucificação do país por 15 anos de guerra civil, como mostram os desenhos de Goya, de eloqüente testemunho. A invasão da cultura totalitária pós-cristã trouxe mais três anos de martírio. Do lado nacionalista, 90.000 foram mortos em ação; do lado republicano, também 110.000 soldados morreram; havia um milhão de aleijados; 10.000 sucumbiram em consequência de ataques aéreos; 25.000, de desnutrição; 130.000, assassinados ou mortos atrás das linhas; e os restantes 500.000 estavam no exílio, talvez para nunca mais voltarem¹⁰⁶. A destruição de tesouros foi imensa, desde a famosa biblioteca de Cuenca, até os primeiros quadros de Goya em seu lugar de nascimento, Fuentodos.

Franco determinou o fim do processo destrutivo da corrupção, ao amputar o já agonizante membro do coletivismo espanhol. Seus sentimentos em relação à esquerda anteciparam os sentimentos dos Aliados do tempo da guerra com relação ao nazismo. Primeiro, ele conseguiu rendição incondicional; depois, descomunizou, mas de um modo mais próximo aos expurgos — que, na França liberada, se realizavam ao som dos tambores — do que aos julgamentos sistemáticos da Alemanha. Não foi um massacre de classes no estilo totalitário de Lênin: a Lei de Responsabilidades Políticas, de 9 de fevereiro de 1938, tratou a responsabilidade por crimes em bases individuais (a única exceção foram os maçons do décimo oitavo grau ou mais altos). Estritamente falando, não havia pena de morte por ofensas políticas¹⁰⁷. Mas existia grande raiva por parte dos conquistadores — o ministro do Interior, Suñer, queria vingança pelos seus irmãos mortos em prisões republicanas, reação típica de milhares de outros homens — e não era difícil atribuir crimes capitais a oficiais republicanos em todos os níveis. O genro de Mussolini, Ciano, mandou um relatório da Espanha, em julho, dizendo: “Julgamentos acontecem diariamente, numa velocidade que eu chamaria de sumária... Há ainda um grande número de fuzilamentos. Somente em Madri, entre 200 a 250 por dia; em Barcelona, 150; em Sevilha, 80”¹⁰⁸. Algumas dezenas de milhares assim morreram, mas o número de 193.000, às vezes dado como o total, é errado, já que muitas sentenças de morte dadas nas cortes foram comutadas. Franco tornou claro, no dia 31 de dezembro de 1939, que muitas sentenças de prisão por longo tempo (15 anos era comum) tinham que ser cumpridas: “É necessário liquidar o ódio e a paixão que nos foram deixados pela nossa guerra passada. Mas tal não se deve realizar de maneira liberal, com anistias enormes e desastrosas, que mais são um engodo do que um gesto de perdão. Deve-se agir de modo cristão, por meio da redenção, através do trabalho acompanhado de arrependimento e penitência”¹⁰⁹. A população dos presídios, em 1941, era ainda de 233.375; milhares daqueles que dirigiram a República morreram na prisão ou no exílio. Outros foram banidos de uma grande diversidade de empregos públicos ou privados, por um decreto de 25 de agosto de 1939, que colocou os objetivos do expurgo na frente da eficiência do governo ou dos interesses da economia¹¹⁰. Assim, a Espanha antiga e tradicional, conduzida por um homem que lamentava cada segundo de sua vida desde que o velho mundo terminara, em 1914, procurou imunizar-se do presente. A tentativa não foi bem-sucedida a longo prazo; mas ela deu à Espanha alguma proteção contra a pandemia que agora avassalava a Europa.

10

O FIM DA VELHA EUROPA

A era da agressão estava destinada a terminar numa guerra mundial. No entanto, é de vital importância compreender precisamente como e por que esse clímax aconteceu, pois o que sucedeu nos anos 30 determinou os contornos de nossa época, os anos 80. No dia 5 de abril de 1940, quatro dias antes que a invasão nazista da Noruega desse início à fase européia de guerra para valer, Goebbels fez um relato secreto dos fatos a alguns jornalistas alemães selecionados, relato esse que foi transcrito por um deles e tem a seguinte passagem-chave:

Até agora, tivemos sucesso deixando os inimigos no escuro, sem que conheçam os verdadeiros objetivos da Alemanha, assim como, antes de 1932, os nossos inimigos internos nunca souberam para onde estávamos indo ou que nosso juramento de obediência à legalidade era apenas um estratagema. Queríamos chegar ao poder legalmente, mas não queríamos usar o poder legalmente... Eles nos poderiam ter suprimido. Poderiam ter prendido alguns de nós, em 1925, e isso teria sido o fim. Mas não, deixaram-nos atravessar a zona perigosa. Isso foi exatamente o que aconteceu com a política externa também... Em 1933, um *premier* francês deveria ter dito (e, se eu estivesse no lugar dele, eu o teria dito): "O novo chanceler do *Reich* é o homem que escreveu *Mein Kampf*, que diz isso e aquilo. Esse homem não pode ser tolerado em nossas redondezas. Ou ele desaparece ou nós avançamos contra ele!" Mas os franceses não fizeram isso. Deixaram-nos em paz e nos permitiram passar sorrateiramente pela zona de risco; foi-nos possível navegar evitando os arrecifes perigosos. *E quando já estávamos prontos, muito bem armados, muito melhor do que eles, só então eles começaram a guerra!*¹

Essa declaração notável é, no todo, um resumo preciso do que aconteceu nos anos 30. Ela foi pronunciada pelas instruções secretas de Hitler aos seus chefes das Forças Armadas, no dia 3 de fevereiro de 1933, data de sua primeira reunião após ter assumido o poder supremo. Hitler os avisou de que iria derrubar o Tratado de Versalhes e transformar a Alemanha na maior potência da Europa, enfatizando: "O período mais perigoso é o do rearmamento. Veremos então se a França tem estadis-

tas. Se ela os tiver, não nos dará nenhum tempo: cairá em cima de nós”².

Todos sabiam que os objetivos de Hitler eram ambiciosos. O povo alemão acreditava que tais objetivos poderiam ser e seriam atingidos sem guerra, por uma diplomacia agressiva, respaldada por uma força armada. Aos generais foi dito que uma guerra seria quase certamente necessária, mas que ela seria limitada e curta. De fato, o verdadeiro programa de Hitler era muito mais extenso do que os generais e o povo supunham, e implicaria, necessariamente, não apenas na guerra, mas numa série de guerras. Hitler estava falando sério, quando escreveu em *Mein Kampf*: “Ou a Alemanha será uma potência mundial ou não deverá existir uma Alemanha”. Ao usar o termo “potência mundial”, estava querendo dizer algo maior do que fora a Alemanha dos Guilhermes, que significava apenas a potência dominante da Europa Central: ele queria dizer “mundial” no sentido total. A lição que ele havia tirado da Primeira Guerra Mundial e da análise que dela fez Ludendorff foi que seria essencial para a Alemanha sair de sua base na Europa Central, pois, a qualquer momento, esta poderia ser cercada³. Na opinião de Hitler, Ludendorff havia apenas começado a atingir esse objetivo em Brest-Litovsk, quando a “punhalada pelas costas” dada pelo *front* de seu próprio país estragou tudo. Por conseguinte, seus planos verdadeiros começaram onde Brest-Litovsk terminou: o relógio deveria ser atrasado até a primavera de 1918, mas com uma Alemanha sólida, unida, renovada e, acima de tudo, “purificada”.

Os objetivos de Hitler podem ser reconstruídos não apenas a partir do próprio livro *Mein Kampf*, com sua ênfase na “Política do Leste”, mas também a partir de seus primeiros discursos e do chamado “Segundo” ou *Livro Secreto* de 1928.⁴ Esse material torna claro que o processo de “purificação” — a eliminação dos judeus — era essencial para a totalidade da estratégia a longo prazo. Sendo um socialista de raça, em oposição a um socialista de classe, Hitler acreditava que a dinâmica da história era a raça. A dinâmica foi interrompida, quando ocorreu o envenenamento da raça. O veneno vinha, acima de tudo, dos judeus. Ele admirava os judeus como “super-homens negativos”. Na sua *Conversa de Mesa*, ele disse que, se 5.000 judeus emigrassem para a Suécia, em tempo mínimo eles ocupariam todas as posições-chave: isso porque a “pureza do sangue”, como ele colocou em *Mein Kampf*, “é algo que o judeu preserva melhor que qualquer outro povo na terra”. Os alemães, por outro lado, tinham sido “envenenados”. Essa foi a razão por que perderam a Primeira Guerra Mundial. Até ele estava envenenado: por essa razão, ocasionalmente cometia erros — “todos nós sofremos da doença do sangue misturado e corrompido”⁵. O envenenamento da raça era uma obsessão comum durante a época da juventude de Hitler, assim como o envenenamento ecológico se tornou uma obsessão para muitos nas décadas de 70 e 80. A idéia do envenenamento agradava fortemente ao tipo de pessoa que aceitava as teorias de conspiração como o mecanismo propulsor dos acontecimentos públicos. Exatamente como os futuros ecologistas, essas pessoas achavam que o veneno da raça estava se espalhando rapidamente, que o desastre total era iminente e que a situação levaria longo tempo para reverter, mesmo se políticas adequadas fossem adotadas prontamente. Hitler calculou que seriam necessários cem anos para que seu regime eliminasse o envenenamento racial na Alemanha; por outro lado, se a Alemanha se tornasse a primeira nação-raça a fazê-lo com sucesso, ela inevitavelmente se tornaria a “senhora do mundo” (*Mein Kampf*).

O que caracterizava a teoria de raça hitleriana era, em primeiro lugar, a crença enraizada de que a “purificação” tornaria a Alemanha a primeira verdadeira superpotência e, em última instância, o primeiro poder supremo no mundo; e, em segundo

lugar, sua convicção absoluta de que “a raça-veneno judia” e o bolchevismo eram um único e mesmo fenômeno. Em 1928, quando ele escreveu o seu *Segundo Livro*, não considerou que o bolchevismo, no velho estilo “judeu”, tinha deixado de existir e que a Rússia de Stálin era, na sua essência, tão anti-semita quanto o czarismo o tinha sido. Ele acreditava, ao contrário, que a União Soviética era um fenômeno cultural judeu. Daí ser objetivo de sua política combater “uma inundação de bacilos doentes que, no momento, têm seu campo de reprodução na Rússia”⁶. Desse modo, a “purificação” se adequava perfeitamente à retomada da política tradicional alemã do Leste, porém numa escala muito mais ambiciosa.

O programa de Hitler era o que se segue. Primeiro, obter o controle da própria Alemanha e começar o processo de purificação em seu próprio país. Segundo, destruir o Tratado de Versalhes e instituir a Alemanha como o poder dominante na Europa Central. Tudo isso poderia ser obtido sem guerra. Terceiro, com base nesse poderio, destruir a União Soviética (pela guerra) para livrar do “bacilo” o “local de reprodução” e, através da colonização, criar uma sólida economia e uma base estratégica de poder, a partir da qual se poderia estabelecer um império continental, onde a França e a Itália seriam meros satélites. Num quarto estágio, a Alemanha obteria um grande império colonial na África, além de uma grande frota oceânica que a transformaria numa das quatro grandes superpotências, junto com a Grã-Bretanha, o Japão e os Estados Unidos. Finalmente, na geração que se seguiria à sua morte, Hitler imaginava uma batalha decisiva entre a Alemanha e os Estados Unidos pela dominação do mundo⁷.

Desde Napoleão, ninguém tinha pensado em termos tão audaciosos. Por suas proporções gigantescas, o conceito era alexandrino. Entretanto, até ser engolido pela guerra que gerou, Hitler sempre foi pragmático. Como Lênin, ele era um oportunista perfeito, sempre pronto a se aproveitar de uma brecha e modificar seus pontos de vista teóricos conforme os fatos. Isso levou alguns historiadores a concluir que ele não tinha nenhum programa de trabalho. De fato, enquanto ia sempre adaptando suas táticas às necessidades do momento, ele perseguia sua estratégia a longo prazo com uma determinação brutal, raramente igualada na história da ambição humana. Diferente de outros tiranos, nunca foi tentado a relaxar por um excesso de poder autocrático. Ao contrário, estava sempre levantando as apostas na mesa e procurando apressar o ritmo da história. Ele temia que a revolução perdesse seu dinamismo. Achava-se indispensável e, pelo menos, seus quatro estágios deveriam ser realizados enquanto ele não apenas estivesse vivo, mas no auge de seus poderes. Foi a sua impaciência que o fez tão perigoso a curto prazo e tão ineficaz a longo prazo (exatamente o oposto dos estrategistas soviéticos). Numa entrevista secreta com editores de jornais alemães, em novembro de 1938, depois de seu grande triunfo em Munique, deplorou o fato de que sua necessidade de falar sobre a paz tivesse conduzido a nação alemã a afrouxar demais. Argumentava que, para a Alemanha, aceitar a paz e a conseqüente estabilidade como um fato permanente da vida internacional era aceitar o próprio espírito do derrotismo. A violência era uma necessidade e o público precisava de estar preparado para ela⁸.

Com tal monstro no horizonte e com o controle irrestrito da segunda mais forte economia do mundo — a primeira e única a surgir inteiramente da Grande Depressão —, que possibilidade haveria de manter um antigo sistema europeu? A maior de todas as potências legítimas, os Estados Unidos, praticamente se desligou da Europa. Escolheu o Protecionismo, em 1930, e essa escolha foi reforçada depois

que Roosevelt assumiu o poder e tornou claro, ao suspender a planejada conferência econômica mundial, em julho de 1933, que o seu *New Deal* era incompatível com um sistema mundial de comércio negociado. Ele defendia a idéia de “Capitalismo em um país”, assim como Stálin defendia o “Socialismo em um país”. Esse isolamento foi formalizado em 1935, quando o Congresso democrático aprovou a Lei de Neutralidade. No mesmo ano, o jovem escritor Herbert Agar traduziu a disposição de ânimo de muitos intelectuais americanos, horrorizados com o que acontecia na Europa, concitando seus compatriotas a esquecerem as suas raízes européias e a serem fiéis à sua própria cultura emergente. Tendo vivido seis anos na Europa, ele escreveu: “Aprendi que os melhores traços da vida americana não são os traços por nós fielmente copiados da Europa, mas aqueles que adaptamos livremente ou que se originaram de outras partes — os traços que são realmente nossos”⁹.

Roosevelt se via, em alguns momentos, como um cidadão do mundo. Todavia, o seu internacionalismo era essencialmente verbal — de fato teórico — muito mais do que prático. Não era culpa dele o estado de desarmamento unilateral em que encontrou a América, em 1933, mas nada fez para remediar os acontecimentos no seu primeiro período e, muito pouco, na primeira parte do segundo período. Como observou George Kennan, um dos seus jovens diplomatas mais capazes, as declarações de Roosevelt eram dadas para efeitos de política interna, mais do que para causar impacto nos acontecimentos mundiais¹⁰. Cercado de seus jovens *New Dealers*, que tinham intenções benevolentes em relação à Europa, mas que eram ignorantes, desgraçadamente amadores em assunto de política exterior e obcecados pelos problemas internos da América, Roosevelt tinha o maior interesse em ser visto como magnânimo e “progressista”. Mas sua magnanimidade se expressava principalmente através da exigência de que a Grã-Bretanha ficasse a postos em prol da ordem internacional, e o seu progressivismo classificava a Rússia soviética, um dos predadores totalitários, como o fator mais importante para a paz do mundo, mais do que a Grã-Bretanha.

Até sua morte, em 1945, havia um elemento incorrigível de frivolidade na maneira como Roosevelt manobrava a política externa. Era característico o fato de que uma de suas principais fontes de informação sobre a Grã-Bretanha e sobre acontecimentos em geral, no final dos anos 30, fosse o boletim de ultra-esquerda, vazado na teoria de conspiração, *The Week*, publicado pelo jornalista do *Daily Worker*, Claud Cockburn¹¹. Algumas das nomeações feitas por Roosevelt para embaixador foram excepcionalmente não-criteriosas. Ele enviou para Londres um homem violentamente antibritânico, Joseph Kennedy, e, para Moscou, o corrupto e briguento Joseph Davies. Essa última atitude foi particularmente prejudicial, pois a Embaixada americana em Moscou contava com pessoal de bom nível e extremamente bem informado, apoiado por uma Divisão para Assuntos do Leste Europeu altamente profissional, no Departamento de Estado. O ministro do Exterior soviético, Litvinov, admitia ter essa divisão arquivos sobre a política externa soviética melhores do que os do seu próprio governo¹². Cinco meses após a nomeação de Davies como embaixador, em 1936, com instruções de conquistar a amizade de Stálin a qualquer preço, a divisão foi extinta, sua biblioteca dispersada e seus arquivos destruídos. Kennan, na Embaixada de Moscou, achava que isso indicava “um cheiro da influência soviética... em algum lugar nos altos escalões do governo”. Certamente que tal fato refletia um desentendimento sério entre o secretário de Estado, Cordell Hull, e o secretário-geral, o taciturno homossexual Sumner Welles¹³. Ambos esses homens eram antibritâ-

nicos. Hull acreditava que o novo sistema de prioridade imperial da Grã-Bretanha, por si só uma resposta à avalanche de restrições comerciais precipitadas pela tarifa Smoot-Hawley, fosse uma ameaça maior para a paz do mundo do que qualquer dos ditadores.

Como atestam documentos diplomáticos abundantes, a administração de Roosevelt nunca esteve preparada para debater o apoio militar e diplomático específico para a Grã-Bretanha e a França contra a Alemanha. Os discursos condenatórios de Roosevelt, tais como o da “quarentena”, pronunciado em outubro de 1937, ou o de abril de 1939, com a exigência absurda de que Hitler desse garantia de não-agressão por dez anos para 31 países especificados, eram piores do que se fossem inúteis. Essa exigência convenceu Hitler de que, em nenhuma circunstância, Roosevelt interviria militarmente, ao que Hitler respondeu, em 28 de abril, no seu último discurso no Reichstag, com desprezo e escárnio indisfarçáveis¹⁴.

A Grã-Bretanha e a França, mesmo sem a América, poderiam ter detido Hitler em 1933-34, caso ambas tivessem sido resolutas e estivessem determinadas a agir em conjunto. Por um breve tempo, a França realmente teve os meios de fazê-lo. Contudo, depois da saída de Poincaré, em 1929, não havia muita chance de a França executar um ataque preventivo. A política de Roosevelt era fortemente antifrancesa. Procurava não somente desarmar a França unilateralmente, mas, depois que tirou a América do padrão-ouro, também pressionava economicamente para dismantelar a tentativa patética da França de criar um “bloco do ouro”, coisa que ocupou suas energias em 1933. Enquanto isso, Hitler estava se consolidando e correndo com o rearmamento secreto, que tinha sido a característica dos últimos anos de Weimar. Os britânicos também estavam ansiosos por enfraquecer o Exército francês. Em maio de 1932, o ministro do Exterior, *sir* John Simon, afirmou à Câmara dos Comuns que nada tinha mais chance de provocar uma guerra futura do que uma “França bem armada”, face a uma Alemanha desarmada. Mesmo depois da chegada de Hitler, a política britânica continuou a pressionar a França para reduzir seu Exército. Na mesma tarde em que a Lei de Autorização foi aprovada no *Reichstag*, Anthony Eden, em nome do governo, anunciou que era política britânica conseguir reduzir o Exército francês de 694.000 para 400.000 homens, e repreendeu Churchill por protestar contra medidas “que assegurassem este período necessário de paz para a Europa”. “A Câmara se mostrava de péssimo humor em relação ao Sr. Churchill”, observou o *Daily Dispatch*¹⁵. Enquanto os aterrorizados socialistas alemães estavam sendo caçados nas ruas pela Gestapo de Goering, seus camaradas britânicos tentavam abafar com gritos o aviso de Churchill de que Hitler tinha dito claramente, em *Mein Kampf*, que ele destruiria a França, assegurando a neutralidade britânica. Mas até o *Führer* não contava com o fato de a Grã-Bretanha tentar impedir os franceses de se defenderem. Na França, os socialistas de Léon Blum eram igualmente repugnantes, lutando desesperadamente para impedir que o serviço militar fosse estendido de um para dois anos. Na direita francesa, o anti-semitismo estava recrudescendo sob o estímulo nazista e o novo *slogan* era “Melhor Hitler do que Blum”. No que dizia respeito à França, Hitler estava provavelmente atravessando a “zona perigosa” no final de 1933; essa era a opinião dos poloneses que, no mês seguinte, excluíram a França como um aliado efetivo e assinaram — por pouco que valesse — um tratado de não-agressão bilateral com Hitler.

A Grã-Bretanha não estava tão desmoralizada quanto a França na década de 30. Mas existiam sinais de decadência. O peso da Grã-Bretanha nos assuntos mun-

diais dependia essencialmente do seu império e o império girava ao redor da Índia. Em 1931, o processo iniciado pelas reformas de Montagu e a queda de Amritsar ganhou velocidade. O *Raj* (soberania) britânico estava palpavelmente se dissolvendo. Lord Birkenhead, o secretário de Estado, tinha avisado, em 1925, que concessões aos hindus apenas provocariam os muçulmanos a exigir a separação (ele via os muçulmanos como os habitantes de Ulster, os hindus como os irlandeses nacionalistas) e predisse: “Todas as conferências no mundo não podem unir o que não é unificável, e entre esses dois países existe um abismo que não pode ser atravessado pelos recursos da moderna engenharia política”¹⁶. Em 26 de janeiro de 1931, Churchill disse aos Comuns que havia agora “60.000 indianos na prisão por agitação política”. Dois meses mais tarde, mais de 1.000 muçulmanos foram massacrados pelos hindus em Cawnpore, seguindo-se levantes públicos por todo o subcontinente. Esse era o padrão dos anos 30. Sem futuro certo, bons candidatos britânicos não mais se apresentavam para o serviço público na Índia, e os indianos passaram a ocupar os melhores lugares nos exames de admissão¹⁷. O investimento britânico estava em declínio e o valor econômico da Índia caiu muito para a Grã-Bretanha¹⁸. Churchill, que amava a Índia e era um apaixonado por esse assunto mais do que por qualquer outro, receava que a fraca política britânica levasse a Índia a uma repetição da tragédia da China: desintegração e desmembramento com a morte de vários “intocáveis” como primeiras vítimas. “Apêtes ambiciosos”, disse ele em 18 de março de 1931, já estão “excitados”, e “muitos dedos indóceis se esticavam coçando a vasta pilhagem de um império abandonado”. A Grã-Bretanha também seria a perdedora. Ele achava que o mundo estava “entrando num período em que a luta pela auto-preservação iria se mostrar com grande intensidade para os países industriais densamente povoados”. A Grã-Bretanha logo estaria “lutando por sua vida”, e seria essencial manter a Índia (maio de 1933)¹⁹.

Churchill conduziu a campanha política mais intensa e concentrada de sua vida contra o projeto de lei de 1935 que versava sobre a Índia. Ele dizia que tal projeto era “um monumento monstruoso de vergonha construído por pigmeus”, que daria à Índia uma legislação federal interna, do tipo que beneficiaria principalmente os profissionais políticos brâmanes e que, na prática, se mostraria inoperante. Mas, apesar de seus esforços titânicos, ele não conseguiu obter o apoio do povo na Grã-Bretanha. Toda a sua oratória foi em vão. Ele não conseguiu nem mesmo entusiasmar a comunidade britânica na Índia: ela já se tinha desligado do Império. Os *backbenchers* (membros do Parlamento que fazem parte do governo) conservadores eram apáticos e resignados diante de uma retirada britânica gradual. Churchill nunca conseguiu persuadir mais do que 89 deles a votar contra esse projeto de lei, que acabou aprovado por maioria absoluta, por 264 votos. A verdade é que, embora o Império Britânico ainda ocupasse um quarto da superfície da terra, em 1935 o imperialismo já estava morto na Grã-Bretanha, apenas aguardando as exéquias. Churchill retornou da Índia em desespero, a fim de se concentrar no rearmamento britânico para a auto-sobrevivência.

Isso, às vezes, também parecia uma causa perdida. A influência de Bloomsbury tinha-se expandido para o norte e para o sul, nos anos 30, até envolver quase toda a nação política. Entre a *intelligentsia* da esquerda, o patriotismo que Strachey tinha procurado destruir com tanto sucesso havia sido substituído por uma lealdade básica a Stálin. Nos anos 30, os Apóstolos deixaram de ser o centro do ceticismo político e se tornaram um centro ativo de recrutamento para a espionagem soviética²⁰.

Enquanto alguns Apóstolos, como Anthony Blunt, Guy Burgess e Leo Long foram encorajados a se infiltrar nas agências britânicas a fim de transmitir informações para Moscou, a totalidade da esquerda, conduzida pelos comunistas, tentou manter a Grã-Bretanha desarmada — política sustentada por Stálin até que Hitler o atacasse em junho de 1941. Na década de 20, o Partido Comunista britânico era composto pela classe operária, e se apresentava inovador e independente. No princípio da década de 30, chegaram os intelectuais da classe média e o PC rapidamente se tornou aviltadamente servil aos interesses da política externa da União Soviética²¹. Os marxistas britânicos — entre os quais pensadores políticos como G.D.H. Cole e Harold Laski, e cientistas como Joseph Needham, J.B.S. Haldane e J.D. Bernal — aceitaram, sem a menor crítica, o raciocínio primário e completamente enganado de que a “Grã-Bretanha capitalista” e a “Alemanha fascista” eram governadas pelos mesmos interesses internacionais e de que o propósito do rearmamento era apenas perpetuar o imperialismo e destruir o socialismo. O Partido Trabalhista assumiu a mesma linha, mas de forma mais diluída. Em junho de 1933, na eleição suplementar de East Fulham, o candidato trabalhista recebeu a seguinte mensagem do líder de seu partido, George Lansbury: “Eu fecharia cada posto de recrutamento, dispersaria o Exército e desarmaria a Força Aérea. Destruiria todo o terrível equipamento de guerra e diria ao mundo: faça todo o mal que puder”²². Clement Atlee, que o sucedeu como líder, disse aos Comuns a 21 de fevereiro de 1933: “Nós nos mantemos inalteravelmente na oposição a qualquer coisa que seja de natureza rearmamentista”. O Partido Trabalhista, consistentemente, votou, falou e fez campanha contra o rearmamento, até a deflagração da guerra.

Igualmente em oposição a qualquer política de alerta ou firmeza achavam-se segmentos variados da benevolência britânica, o que Shaw (que a ela pertencia) chamava de “o exército para o Bem”. “De todos os lados — escreveu Trotsky com veneno — a lesma do humanitarismo deixa seu rastro viscoso, obscurecendo a função da inteligência e atrofiando a emoção”. “Eles querem um visível sistema de nulidade — repetiu D.H. Lawrence antes de sua morte —, o qual chamam de paz e de boa vontade, para que nas suas próprias almas possam ser pequenos deuses independentes... pequenos Absolutos morais, a salvo de dúvidas... Isso é nojento. É a vontade de um verme”²³. Os argumentos concretos para justificar uma política de inatividade quase pacifista eram intelectualmente inconsistentes na época e, numa visão retrospectiva, parecem lamentáveis. A selvagem perseguição de Hitler aos judeus era amplamente ignorada. Isso não se dava tanto porque a Grã-Bretanha fosse anti-semita. Diferentemente da França, atormentadores de judeus como William Joyce, Henry Hamilton Beamish e Arnold Spencer Leese — que defendiam o extermínio em massa e usavam o termo “solução final” — eram uma ínfima minoria²⁴. Acontecia mais exatamente porque o anti-semitismo de Hitler foi racionalizado na explicação global de que “o culpado fora Versalhes”. Como disse *lord* Lothian, figura-chave do anti-rearmamentismo da direita “permissiva”, o assassinato dos judeus era “o reflexo da perseguição externa que os alemães vinham sofrendo desde a guerra”²⁵.

Havia uma tendência generalizada (como acontecia com as atrocidades de Stálin) de ignorar as provas concretas da maldade de Hitler, que era imensa, e de menosprezar suas declarações ferozes como mera “retórica”, a qual “se destinava ao consumo interno” (*The Times*, 10 de julho de 1934). Contra todas as provas, o “exército para o Bem” persistia em sua crença de que Hitler não somente queria a

paz como também era o seu agente. Temple, o imponente primaz de York, achava que ele havia dado “uma grande contribuição para assegurar o estabelecimento da paz”²⁶. Clifford Allen escreveu: “Estou convencido de que ele deseja verdadeiramente a paz”²⁷. O argumento da “paz cartaginesa” de Keynes envolveu de tal maneira tanto o espírito da direita como o da esquerda que a opinião geral era de que, se Hitler destruísse o Tratado pela força, ele estaria dando um passo em direção à paz. Versalhes era “monstruosamente injusto” (Leonard Woolf), “aquele Tratado malvado” (Clifford Allen). Ao remilitarizar a Renânia, disse Lothian, os alemães “não fizeram nada mais do que passear no seu próprio quintal”. Shaw concordou: “Foi como se os britânicos tivessem recuperado Portsmouth”²⁸.

Por trás de toda essa racionalização sem profundidade havia, entretanto, o simples e velho conhecido medo: realmente uma ponta de covardia. Como observou Harold Nicolson durante a crise da Renânia, “o sentimento na Câmara é tremendamente pró-germânico, o que significa medo da guerra”²⁹. Até o advento do radar, no fim da década de 30, mesmo os técnicos aceitavam o ponto de vista de Giulio Douhet, no seu *The Command of the Air* (1921), segundo o qual os aviões de caça pouco podiam fazer para impedir bombardeios em grande escala. Churchill avisou ao Parlamento, em 28 de novembro de 1934, que aproximadamente 40.000 londrinos poderiam ser mortos ou feridos na primeira semana da guerra. Baldwin achava que “o homem da rua” deveria “compreender que não há poder na terra que possa protegê-lo de ser bombardeado. Não importa o que lhe digam, o bombardeiro sempre conseguirá penetrar”³⁰. A verdade é que nada disso lhe foi dito, muito ao contrário. O brilhante filme de H.G. Wells, *Things to Come* (1936), mostrou uma cena aterrozante de devastação total. No mesmo ano, Bertrand Russell (depois um pacifista) argumentava, em *Which Way to Peace?*, que cinquenta bombardeiros carregados de gás, usando levisita, poderiam envenenar Londres inteira. O general Fuller, outro especialista importante, prognosticou que Londres se tornaria “um vasto Bedlam”³¹ delirante” e o governo “seria varrido por uma avalanche de terror”.

Nessa atmosfera altamente emocional, com uma preocupação ostensiva pela humanidade formando uma fina crosta sobre um pântano de medo — tão sugestiva dos pânico nucleares do fim dos anos 50 e do princípio dos 80 —, a questão real de como organizar a segurança coletiva da Europa nunca foi convenientemente debatida. O espírito foi determinado por um debate ridículo na Oxford Union, imediatamente após a chegada de Hitler ao poder, debate esse que resultou numa votação de 275 a 153, e que se baseava no seguinte: “Esta assembléia se recusa, em quaisquer circunstâncias, a lutar pelo rei e pelo país”. Churchill qualificou tal confissão de “abjeta, sórdida e desavergonhada”, de um “sintoma nojento e inquietante”. Era principalmente, e de maneira bastante ilógica, um protesto contra o comportamento negligente da Grã-Bretanha em relação à Manchúria, como explicou Michael Foot, um funcionário da União (e um liberal)³². A União da Liga das Nações, o grupo de *lobby* de segurança coletiva, supostamente realista e bem informada, nunca colocou claramente esses pontos para o público, porque ela mesma era incapaz de tomar uma posição clara sobre quando e como a força poderia ser usada legitimamente em assuntos internacionais³³. Seu presidente e força motriz, *lord* Robert Cecil, sabia que o abandono britânico da China era inevitável, mas ele era demais tortuoso para dizê-lo a seus seguidores³⁴. O clero, usando a questão da paz como remédio para as suas congregações definhantes e para sua própria fé enfraquecida (outro arauto dos anos 80), saturava a discussão num poço encharcado de espiritualidade lacrimosa. Três

sacerdotes, os reverendos Herbert Grey, Maude Royden e "Dick" Sheppard se ofereceram para ir à Manchúria e "se colocar, desarmados, entre os combatentes", um eco ridículo dos delicados ditos espirituosos de Strachey, mas com intenções bastante sérias³⁵. O reverendo Donald Soper (metodista) argumentava: "O pacifismo contém uma força espiritual suficientemente forte para repelir um invasor"³⁶. Cosmo Gordon Lang, arcebispo de Canterbury, não acreditava muito nisso, mas estava bastante confuso, a ponto de se opor ao rearmamento e de escrever ao *Times*, brandindo seu dedo admonitório para Mussolini.

A ala pacifista do clero, liderada por Sheppard, fundou a União em Prol da Paz, para coletar assinaturas com o intuito de amedrontar Hitler; entre os que a patrocinaram estavam Aldous Huxley, Rose Macaulay, Storm Jameson, Vera Brittain, Siegfried Sassoon, Middleton Murry e outros luminares da literatura. Sentindo que o vento gelado da competição soprava da esquerda, lord Cecil organizou, em 1934-35, um "Sufrágio da Paz" em nível nacional, obtendo como resultado 87% de aprovação (cerca de 10 milhões de votos) da posição da Liga. Tal resultado parecia refutar tanto os pacifistas quanto os conservadores pró-rearmamento, como Churchill, mas, na verdade, esses grupos nunca se perguntaram se a Grã-Bretanha deveria se rearmar, caso as ditaduras o fizessem primeiro, o que confundiu ainda mais o debate³⁷. A opinião pública apresentava-se altamente volátil. Em 1933-34, East Fulham era uma das regiões dentre as seis que tiveram eleições suplementares, disputadas parcialmente, sobre a questão da paz. East Fulham registrou guinadas violentas contra o governo (coisa de 50% em outubro de 1934), interpretadas como uma rejeição pública ao rearmamento. Mas todas essas cadeiras voltaram firmemente ao rebanho conservador, nas eleições gerais de 1935, assim como quase todos aqueles que votaram contra o rei e o país, em Oxford, lutaram por eles quando chegou a hora. Mas Hitler pode ser desculpado por acreditar, pelo menos até o fim de 1938, que a Grã-Bretanha não se oporia a ele pela força. Por conseguinte, ele agiu de acordo com essa suposição.

O comando de Hitler, na política externa e militar, no período situado entre sua ascensão ao poder e o final de 1938, foi brilhantemente vigoroso e — dada a completa ausência de respeito por qualquer sistema de lei e moral — impecável. Ele não fez um único erro de julgamento. Nesse estágio, sua escatologia compulsiva foi uma vantagem: a necessidade de rapidez que ele sentia deu às suas jogadas um ritmo que continuamente confundia seus opositores e os deixava desnorteados. Os anos de 1933 e 1934 foram devotados essencialmente à consolidação interna e ao rearmamento. A ação propriamente dita começou a 13 de janeiro de 1935, quando Hitler venceu o plebiscito do Sarre; 11 dias depois que o Sarre reverteu à Alemanha, a 7 de março, Hitler repudiou as cláusulas de rearmamento de Versalhes e, a 18 de junho, apesar da Frente de Stresa, os britânicos, ao assinarem o Tratado Naval Anglo-Germânico, aceitaram covardemente o *fait accompli* de uma Alemanha rearmada. Essa capitulação inexplicável não somente deu à Alemanha o direito de 35% da força da esquadra de superfície, mas também lhe concedeu paridade nos submarinos. Era o começo de uma conciliação positiva, em vez de uma inatividade apática³⁸. Essa concessão enfureceu os franceses e contribuiu para o rompimento do equilíbrio na política anglo-francesa, determinado pela crise da Abissínia. A Abissínia foi uma dádiva descompromissada para Hitler: um golpe de pura sorte.

Está na essência da geopolítica a capacidade de distinguir entre vários graus de perversidade. Esse era um dom que Anthony Eden, agora o ministro do Exterior,

nao possuía. Ele não conseguia diferenciar Mussolini, que era corrompível, mas aberto a influências civilizadas, e Hitler, um homem que já havia assassinado centenas de pessoas e colocado vários milhares de outras em campos de concentração, e que clamava abertamente sua intenção de transformar a Europa. “Meu programa, desde o início, era abolir o Tratado de Versalhes... Tenho escrito isso milhares de vezes. Nenhum ser humano jamais declarou ou registrou o que queria mais vezes do que eu”. Assim disse Hitler, e era verdade³⁹. Não entrou na cabeça de Eden que qualquer ameaça por parte da Itália, com sua economia, que já era fraca, ainda mais debilitada, não pudesse ser comparada ao poder destrutivo em potencial da Alemanha, com a segunda maior economia do mundo, já em franco progresso outra vez, e uma tradição militar de uma ferocidade sem paralelo. Essa extraordinária falta de perspectiva era compartilhada pela opinião pública britânica, ou, de qualquer maneira, pelo segmento dela que tinha voz ativa. A comoção levantada a partir da invasão da Itália foi muito mais ruidosa do que a reação hostil a qualquer dos avanços bem mais premeditados de Hitler, de então ou de qualquer outra época. Os franceses foram mobilizados por tal frivolidade e deixaram claro que não participariam disso.

Dessa maneira, a Abissínia não só destruiu a Frente de Stresa, como também criou um amargo antagonismo anglo-francês, excluindo qualquer possibilidade de se assegurar um acordo conjunto para uma firme represália contra Hitler. A França não daria apoio à Grã-Bretanha na questão da Abissínia; conseqüentemente, a Grã-Bretanha não apoiaria a França na questão da Renânia. Foi a crise da Abissínia que possibilitou a Hitler executar seu plano de remilitarização do Reno, de 1936 a 1937, cronometrado para 7 de março, no auge da confusão anglo-francesa. Mesmo assim, foi um risco. Hitler admitiu mais tarde: “Se os franceses houvessem marchado em direção à Renânia, nós teríamos de nos retirar com o rabo entre as pernas”⁴⁰. Os franceses eram dotados de poder físico para agir sozinhos, como eles o haviam feito em 1923. Mas lhes faltava a vontade de usá-lo.

Daí por diante, Hitler estava em condições de resistir a uma invasão do Ocidente. Em 1936-37, ele se beneficiou enormemente dos tumultos havidos no mundo. Primeiro, a Guerra Civil espanhola, depois, o conflito sino-japonês sobrecarregaram os guardiões da legitimidade com uma quantidade de problemas rapidamente mutáveis e que eles não podiam solucionar. Nesse entretempo, Hitler se rearmava perseverantemente e fortalecia suas alianças. Ao Eixo Roma-Berlim, de 1º de novembro de 1936, seguiu-se mais tarde, ainda no mesmo mês, o Pacto Anti-Comintern com o Japão, alterando as equações aero-navais tão radicalmente quanto os aviões que saíam das novas fábricas de Hitler. Em 1937, a Alemanha contava com 800 bombardeiros, comparados aos 48 da Grã-Bretanha. Em maio desse mesmo ano, calculava-se que as forças aéreas alemã e italiana podiam lançar 600 toneladas de bombas por dia. O que paralisou a diplomacia aliada foi o medo obsessivo dos ataques aéreos, intensificado, depois de julho de 1937, pela propaganda soviética sobre Guernica⁴¹.

No dia 5 de novembro de 1937, Hitler disse aos seus principais conselheiros militares e de política exterior que um período de expansão ativa poderia então começar, tendo a Áustria e a Tchecoslováquia como os primeiros alvos. Von Blomberg, o ministro da Guerra, e von Fritsch, o chefe do Exército, protestaram: os franceses ainda seriam muito fortes⁴². Isso foi o fim deles. Até aquele momento, Hitler tinha deixado o Exército em paz, ordenando apenas que se rearmasse o mais rapidamente possível. Agora, ele decidiu que era chegada a hora de assumir o controle e abrir o caminho para a fase dinâmica de seu programa. A 26 de janeiro de

1938, Blomberg foi dispensado: os arquivos da polícia mostravam que sua nova mulher tinha sido uma prostituta e um modelo pornográfico. Nove dias depois, foi a vez de Fritsch, acusado de homossexualidade, com base em provas dos arquivos de Himmler. Num certo sentido, eles tiveram sorte: Stálin os teria assassinado por muito menos (ou mesmo por nada) — matou duzentos generais em 1937-38! Cerca de 16 outros generais alemães foram aposentados, 44 outros, transferidos. Hitler assumiu o cargo de ministro da Guerra e chefe das Forças Armadas; o medíocre von Brauchitsch foi feito chefe do Exército e Wilhem Keitel, um maleável general nazista, recebeu ordens para organizar um novo Alto Comando operacional. Assim, o último baluarte da velha ordem se dobrou diante de Hitler, sem um murmúrio de quem quer que seja. Ao mesmo tempo, Hitler exonerou Schacht do Ministério da Economia e von Neurath do Ministério do Exterior. Dali em diante, os nazistas tinham o controle total e tudo estava em pé de guerra.

Uma semana depois de ter sido Fritsch posto no olho da rua, Hitler convocou o chanceler austríaco, Kurt von Schuschnigg, à sua casa de montanha, em Berchtesgaden. Nenhum dono de botequim, arrastado a um covil de gângsteres, jamais fora tratado tão brutalmente. Depois de injúrias, o homem aterrorizado assinou uma série de concessões, incluindo a nomeação de um nazista para o Ministério do Interior. Ao voltar para Salzburg, juntamente com von Papen, Schuschnigg ouviu deste último: “Sim, essa é a maneira de ser do *Führer*. Agora o senhor viu por si mesmo. Mas, na próxima vez, o senhor achará que um encontro com ele pode ser muito mais ameno. O *Führer* pode ser encantador”⁴³. A “próxima vez” para Schuschnigg foi uma convocação a Dachau. As tropas de Hitler entraram na Áustria trinta dias depois dessa reunião.

O tratamento que Hitler deu aos seus opositores austríacos foi extremamente brutal. Os professores universitários foram obrigados a limpar as ruas com as suas mãos nuas (uma forma de “reeducação” imitada por Mao Tse-Tung nos anos 60)⁴⁴. Os nazistas invasores roubavam qualquer coisa ao seu alcance. Quando invadiram o apartamento de Freud, em Viena, sua mulher colocou o dinheiro das despesas sobre a mesa: “Os senhores não querem se servir?”. Foi necessária a intervenção de Roosevelt e Mussolini — e um resgate de 250.000 schillings austríacos — a fim de se obter a permissão para que o velho Freud pudesse partir. Ele teve de assinar uma declaração atestando ter sido bem tratado, à qual acrescentou as seguintes palavras: “Recomendo entusiasticamente a Gestapo a qualquer pessoa”. Os alemães ficaram encantados. A piada amarga estava acima da compreensão deles. Assim como a piedade. As quatro irmãs idosas de Freud preferiram ficar: todas morreram nos fornos de gás mais tarde⁴⁵.

Em 21 de abril, cinco semanas após ter engolido a Áustria, Hitler instruiu Keitel para preparar um plano de invasão da Tchecoslováquia, dizendo ao líder da minoria alemã de lá que desse início à crise. Em 21 de março do mês anterior, os chefes do Estado-Maior britânico apresentaram ao gabinete um documento: “As implicações militares da agressão alemã contra a Tchecoslováquia”. A Grã-Bretanha estava agora se rearmando, mas esse documento relatava uma triste história de atrasos e fraquezas, especialmente no ânimo do pessoal da defesa aérea⁴⁶. Dois problemas críticos se levantaram. Primeiro, será que o exército alemão derrubaria Hitler, se os Aliados deixassem claro que a guerra seria o preço de sua política tchecoslovaca? Esse é um dos grandes “se” da história, porquanto caso a resposta fosse “sim”, a Segunda Guerra Mundial — e suas terríveis consequências — teriam sido evitadas.

É verdade que alguns generais alemães acreditavam ser um desastre uma guerra por causa da Tchecoslováquia. Numa reunião organizada por Brauchitsch, em julho de 1938, chegou-se a um acordo, no sentido de que o povo alemão era contra a guerra e que o Exército ainda estava muito fraco para derrotar “as potências”⁴⁷. O chefe do Estado-Maior, Ludwig Beck, disse ao político Ewald von Kleist-Schwenzin, que viajava para a Grã-Bretanha: “Traga-me de volta provas seguras de que a Inglaterra entrará em guerra se a Tchecoslováquia for atacada, e eu porei fim a este regime”⁴⁸. A 15 de agosto, Hitler assegurou aos seus generais que, enquanto Chamberlain e Daladier estivessem no poder, não haveria declaração de guerra por parte dos Aliados — de acordo com Rauschning, ele se referia debochadamente aos Apaziguadores como “meus Hugenburgs”. Esse tom irônico não convenceu Beck, que recusou a responsabilidade e pediu demissão a 27 de agosto. Há algumas provas de que outros generais estavam preparados para derrubar Hitler, quando e se ele desse ordens para atacar⁴⁹. Mas deve-se ficar cético a esse respeito. Os generais alemães aquiesceram no momento em que Hitler, em 1934, assassinou dois deles. E não fizeram nada quando, em janeiro, ele destruiu e aposentou seus líderes. Onde, nos meses seguintes, teriam eles encontrado a coragem que lhes faltara antes? E será que a teriam exercido em circunstâncias que Hitler apresentaria como deserção e traição na face do inimigo?

De qualquer modo, seja o que fosse que os generais tiveram a intenção de fazer, fracassaram na transmissão da mensagem ao gabinete britânico. Na reunião decisiva de 30 de agosto, um único ministro, Oliver Stanley, mencionou que os generais alemães acreditavam não estar o país preparado para a guerra. O que Beck e seus colegas queriam era um ultimato — uma ameaça de guerra. O gabinete decidiu exatamente o contrário, como se depreende das seguintes palavras de Chamberlain: “O gabinete estava unânime na idéia de que nós não pronunciaríamos uma ameaça a *Herr* Hitler, e que, se ele invadissem a Tchecoslováquia, nós não lhe declararíamos guerra. Era da maior importância que tal decisão fosse mantida em segredo”. Uma vez que a publicidade era essencial para a eficácia do procedimento a ser adotado, a decisão do gabinete tornou-se incompreensível, exceto na suposição de que Chamberlain e outros não quisessem que Hitler fosse derrubado.

Este ponto levanta uma questão importante: o fenômeno Hitler não pode ser visto exceto em conjunção com o fenômeno da Rússia soviética. Assim como o medo do comunismo colocou Hitler no poder, da mesma maneira esse medo tendia a mantê-lo lá. Chamberlain não estava certo se, nesse estágio, Hitler era ou não uma ameaça total; ele tinha certeza de que Stálin o era. Os britânicos tendiam a subestimar o poder do Exército soviético. Mas eles, justificadamente, temiam o potencial político da expansão comunista. De um modo indireto, Hitler sempre salientou a afinidade dos totalitarismos rivais. No momento em que o Partido Nazista desapareceu, reiterava ele, “haverá outros dez milhões de votos comunistas na Alemanha”. A alternativa para ele não era democracia liberal, insistia, mas o coletivismo soviético. Chamberlain era um dos que aceitavam esse argumento. Quando, em 26 de setembro, no prelúdio imediato a Munique, o general Gamelin pintou-lhe um quadro mais otimista da força aliada e eles discutiram a respeito da possibilidade da derrubada de Hitler, Chamberlain quis saber: “Quem garantirá que, no caso, a Alemanha não se tornará bolchevique?”. Claro que ninguém poderia lhe dar tal garantia. Daladier adotou uma linha de pensamento semelhante: “Os cossacos governarão a Europa”⁵⁰. Assim, os dois homens escolheram o menor dos males (tal como eles viam): concessões para a Alemanha.

() segundo problema crítico que se levanta é o seguinte: teriam os Aliados agido melhor se lutassem pela Tchecoslováquia de 1938 do que pela Polônia, no outono de 1939? Aqui também há uma controvérsia, mas certamente a resposta é “sim”. É verdade que o ritmo do rearmamento aliado, especialmente da força aérea britânica, estava ultrapassando o da Alemanha. Todavia, somente nesse sentido a equação estratégica era melhor em 1939 do que em 1938. É importante entender que a Conferência de Munique, acontecida na *Brown House*, em 29-30 de novembro, não foi somente uma capitulação diplomática, mas também um desastre militar. Mussolini, que apareceu como a estrela do *show* — ele era o único que falava todas as quatro línguas —, falhou em não perceber esse ponto: ele achava que a única questão era o irredentismo alemão e que “Hitler não tinha a intenção” de absorver a Tchecoslováquia⁵¹. Mas o novo traçado preciso das fronteiras tchecas foi determinado em Munique, pela insistência de Hitler, tanto por motivos raciais como militares. Não houve nenhum plebiscito. Cerca de 800.000 tchecoslovacos foram absorvidos pela Alemanha e 250.000 alemães foram deixados para trás, como uma quinta coluna⁵². As elaboradas fronteiras de defesa dos tchecos, construídas com a assistência dos franceses, foram tomadas pelos alemães. Não havia agora a menor possibilidade de os tchecoslovacos oferecerem resistência armada a uma invasão total. Isso implicava mudança maciça na balança estratégica. Churchill, que percebeu melhor do que ninguém o significado militar da capitulação, chamou a atenção, no debate de Munique (5 de outubro de 1938), para o fato de que a anexação da Áustria tinha dado a Hitler 12 divisões extras. Agora, o desmantelamento da força militar tcheca liberara mais trinta divisões alemãs para agir em outros lugares⁵³.

Na verdade, a mudança foi pior do que isso. As quarenta divisões tchecoslovacas estavam entre as mais bem equipadas da Europa. Quando Hitler finalmente avançou, ele conseguiu os meios de guarnecer unidades equivalentes próprias, além da imensa indústria bélica tcheca. Essa “reviravolta” de cerca de oitenta divisões era equivalente a todo o Exército francês⁵⁴. A capitulação, observou Churchill, também significou o fim do sistema de alianças da França, no Leste, e trouxe um colapso moral para a bacia do Danúbio. Vendo os tchecos abandonados pelas democracias, os pequenos Estados fugiram para se proteger ou se juntaram, como chacais, ao festim. Foi permitido à Polônia desmembrar Teschen, que ela ambicionava desde 1919. A Hungria também conseguiu uma fatia da carcaça tchecoslovaca. Através de toda a Europa Central e Oriental e dos Bálcãs, a amizade e as boas graças dos nazistas eram agora ansiosamente cortejadas pelos governos, e os partidos fascistas incharam em influência e orgulho. O comércio alemão estava triunfante em todas as partes. A economia alemã florescia. Nas últimas semanas de 1938, Hitler, sem dar um tiro, parecia haver restaurado todo o esplendor da Alemanha dos Guíhermes. Não era ele o mais bem-sucedido estadista alemão desde Bismarck? Era o que parecia.

Entretanto, o final de 1938 marcou o divisor de águas para a carreira de Hitler, da mesma forma que para o povo alemão. Hitler sobrestimou a vontade de poder dos alemães. Estes apoiaram fortemente a sua política de irredentismo alemão. Aplaudiram o *Anschluss*: os plebiscitos mostraram 99% de aprovação, na Alemanha, e 99,75%, na Áustria⁵⁵. Queriam a região dos Sudetos de volta. Mas não há prova de que quisessem absorver grandes populações de não-germânicos. Há uma ampla evidência de que muitos alemães não queriam a guerra. Quando, em 27 de setembro de 1938, Hitler, deliberadamente, ordenou que a II Divisão Motorizada atravessasse Berlim a caminho da fronteira tcheca, menos de duzentas pessoas vieram assisti-lo

passá-la em revista na Reichskanzlerplatz. Ele marchou de volta para o edifício, muito irritado⁵⁶. Daí para frente, suas jogadas brutais no tabuleiro de xadrez da Europa, quer fossem bem-sucedidas ou mesmo triunfantes, não provocavam aplausos espontâneos no público alemão. Havia uma total falta de entusiasmo quando as tropas alemãs invadiram Praga.

Hitler percebeu esse vazio nos corações alemães. Contudo, não mais procurou preenchê-lo. Ele seguiria adiante com ou sem o entusiasmo do povo. Tudo o de que fazia questão era de obediência. A partir de 1939, deixou de brincar de político, de orador, de demagogo. Tornou-se, por meio de pactos secretos, um militarista, sediado no quartel-general do Exército. Seus métodos de governo começaram a se aproximar dos de Stálin, perdendo a dimensão pública de aprovação e liderança. Ele deixou de tentar persuadir: agora buscava apenas a força e o terror. Seu discurso perante o *Reichstag*, em 1º de setembro de 1939, justificando a guerra com a Polônia, foi curto e direto; as ruas estavam desertas em seu caminho para o *Reichstag*. Nem sequer as multidões apareceram, quando as tropas voltaram vitoriosas. Como observou George Kennan, da Embaixada americana, os berlinenses se recusavam a ovacionar ou sequer a saudar os nazistas: “Nem mesmo o mais frenético esforço dos agitadores nazistas profissionais podia provocá-los a demonstrar aprovação e ufanismo”. O mesmo aconteceu quando as tropas alemãs tomaram Paris⁵⁷.

No momento em que a opinião alemã deixou de acompanhar o ritmo da acelerante escatologia de Hitler, aí então a opinião britânica se virou contra a conciliação. Ela já havia começado a fazê-lo desde o tempo de Munique, a julgar pelos jornais como *Manchester Guardian*, *News Chronicle*, *Daily Telegraph* e *Daily Herald*. *The Times*, cujo editor, Geoffrey Dawson, era o confidente de imprensa mais próximo de Chamberlain, apoiou Munique; assim também o fez o esquerdista *New Statesman*, cujo diretor era o próprio Keynes⁵⁸. Mas esse entusiasmo logo feneceu. A bestial onda de anti-semitismo que Goebbels soltou sobre a Alemanha durante o mês de novembro completou a debandada dos pacifistas. Durante o inverno de 1938-39, os ânimos na Grã-Bretanha passaram a aceitar a guerra como inevitável. A ocupação alemã, em Praga, no dia 15 de março de 1939, imediatamente seguida pela tomada de Memel, na Lituânia, seis dias depois, convenceu a maioria do povo britânico de que a guerra era iminente. O medo cedeu lugar a um desespero resignado e a uma espécie de prudência covarde — ainda que mal julgada — que resultou numa Munique rendida à incauta e irracional determinação de resistir a Hitler, na primeira oportunidade, independentemente de seus méritos.

Logicamente, esse foi o tipo de resposta histórica que a aceleração da história, provocada por Hitler, estava destinada a produzir, mais cedo ou mais tarde. O resultado foi transformar todos os seus planos em contra-sensos, levando-o a um erro irreparável e o mundo à guerra. Menos de 15 dias depois da ocupação de Praga, no dia 28 de março, Hitler denunciou seu pacto de 1934 com a Polônia e os planos para o desmembramento foram levados adiante. A Polônia, para ele, era uma infeliz anomalia geográfica. Ela continha grande número de populações alemãs, que lhe estavam submetidas, e territórios que Hitler acreditava lhe pertencerem por direito. Mas o mais importante era que a Polônia impedia a rota de invasão para a Rússia, inibindo, assim, os seus planos para lidar com a terra do “bacilo”. Ela teria de se submeter a ele ou ser destruída. Ele não via razão para que os britânicos ou os franceses fizessem resistência aos seus planos. Se eles não estavam preparados para lutar pela Tchecoslováquia, que fazia algum sentido militar para eles, então por que

deveriam lutar pela Polônia, que não fazia sentido algum? De qualquer forma, por que esses países capitalistas não aprovariam sua decisão de avançar sobre o Leste, em última análise, até o centro do bolchevismo?

Ao invés, apenas três dias mais tarde, os britânicos deram à Polônia uma garantia de que, se “algo fosse feito que claramente ameaçasse a independência da Polônia, fazendo com que ela se sentisse obrigada a resistir com suas forças nacionais, o governo de Sua Majestade iria imediatamente emprestar-lhe todo o apoio possível”⁵⁹. Chamberlain fez essa jogada sem consultar o governo francês, embora este fosse mais ou menos obrigado a endossar sua postura. *The Times*, instruído por Chamberlain, apressou-se em insistir no fato de que o compromisso mal alinhavado, um dos mais mal vistos na história britânica, só garantia a “independência” da Polônia, não a sua “integridade” — deixando assim espaço para as alterações de fronteiras de Versalhes em favor da Alemanha⁶⁰. Tal foi a interpretação de Hitler, que entendeu poder essa garantia levar a Grã-Bretanha a pressionar os poloneses, como acontecera com os tchecoslovacos, a satisfazerem suas exigências, entre as quais a liberação de rotas para que invadissem a Rússia. Ele não tinha intenção de provocar a guerra com a Grã-Bretanha. Em janeiro de 1939, Hitler tomara a decisão de construir uma imensa esquadra para os altos mares — composta de dez encouraçados, três cruzadores de guerra, quatro porta-aviões e nada menos do que 249 submarinos — dizendo ao almirante Erich Raeder que a guerra com a Grã-Bretanha tinha de ser evitada até que a esquadra estivesse pronta, o que ocorreria em meados dos anos 40.⁶¹ Achava que a Grã-Bretanha, percebendo não estar funcionando a preferência imperial, provavelmente seria levada, por fatores econômicos, a assumir um espírito conciliatório em relação à Europa, agora dominada pelo comércio alemão. E essa impressão foi confirmada em julho pelas conversações que Helmut Wohlthat, diretor do Plano Quadrienal de Goering, manteve em Londres — prenunciando assim o movimento em direção à Europa, que realmente não aconteceu até os anos 70.⁶²

Entretanto, a garantia polonesa trouxe problemas para Hitler, porque o poder de invocá-la estava colocado nas mãos do governo polonês, um repositório sem bom senso. Aí residia a idiotice da garantia: a Grã-Bretanha não tinha condições de levar ajuda efetiva à Polônia e, no entanto, se obrigava a declarar guerra à Alemanha, caso a Polônia o pedisse. A garantia, entretanto, seria muito mais significativa se a Grã-Bretanha se aliasse à Rússia. Esse sempre foi o objetivo da esquerda européia, que via nisso a solução para todos os seus dilemas — incluindo o desejo de resistir a Hitler, enquanto se opunha ao rearmamento. Em meados de 1939, os chefes do Estado-Maior britânico e francês propiciaram uma aliança russa, no sentido de que eles favoreciam qualquer coisa que pudesse reduzir as desvantagens militares por que agora passavam. Mas, seguindo os expurgos militares de Stálin de 1938, consideravam o Exército soviético inferior ao da Polônia e, se fosse necessária uma escolha, eles optariam pela última. Já que os russos não cooperariam, a não ser que os poloneses permitissem a passagem de suas tropas, e, já que os poloneses não mais queriam permitir que as tropas soviéticas passassem através da Polônia para atacar a Alemanha e nem que as tropas alemãs passassem pelo seu território para atacar a Rússia, nunca houve qualquer possibilidade de um acordo militar anglo-franco-russo. No entanto, a missão anglo-francesa partiu para a Rússia a 1º de agosto, por mar (não havia transporte aéreo apropriado, um reflexo interessante do estado da então Força Aérea britânica)⁶³.

Tal fato foi suficiente para levar Hitler a um significativo, ainda que temporário, *renversement des alliances*. Hitler havia estado sempre convencido de que a guerra era inevitável em alguns estágios do seu programa. Mas, a qualquer preço, queria evitar a guerra de atrito e de exaustão, geral e ilimitada, que a Alemanha tinha experimentado em 1914-18. Queria voltar às guerras curtas, limitadas, mas decisivas politicamente, que Bismark travara nos anos de 1860 e de 1870. A *Blitzkrieg*, (guerra relâmpago) para a qual o seu Exército estava sendo equipado e treinado, era parte integrante de sua filosofia expansionista total. Do seu ponto de vista, nem a economia da Alemanha e nem o povo alemão poderiam suportar mais do que algumas campanhas ferozes e curtas, de poder e intensidade esmagadores, porém de duração muito limitada. A última dessas guerras relâmpago seria decisiva, contra a Rússia: daí por diante, com um vasto império eurasiático a ser explorado, a Alemanha poderia construir a força que sustentasse um longo conflito global. Mas até que isso acontecesse, Hitler tinha de ter o cuidado de enfrentar os inimigos, um de cada vez, e sobretudo de evitar campanhas prolongadas em dois ou mais *fronts* importantes.

O resultado foi o que ele chamava, em particular, de “um pacto com satã para expulsar o diabo”⁶⁵. No dia 28 de abril, em seu último grande discurso público, Hitler atacou ferozmente a inócua proposta de Roosevelt para garantias de não-agressão e mostrou que todos os pactos, tratados ou suposições anteriores estavam agora invalidados. Assim, sua única linha de ação seria os interesses do povo alemão, tais como ele os concebia. A resposta de Stálin a esse discurso foi imediata. Ele temia uma invasão alemã mais do que qualquer outro acontecimento interno ou externo. Foi a ausência de um inimigo alemão, em 1918-20, que permitiu a sobrevivência do Estado bolchevique. Na sessão do plenário do Comitê Central, em 19 de janeiro de 1925, ele tinha formulado uma política soviética em relação à guerra entre os Estados capitalistas: “Se tal guerra começar... nós teremos de tomar partido, mas seremos os últimos a fazê-lo para que possamos colocar o peso decisivo na balança, um peso que se mostraria como o fator determinante”. Desde maio de 1935, enquanto publicamente exercia uma política de Frente Popular contra o “fascismo internacional”, ele tinha de lançar indiretas freqüentes para persuadir os nazistas a desistirem de sua cruzada anti-soviética e se resolverem por uma irmandade totalitária de respeito mútuo e divisão de espólios. A evidente decisão da Alemanha, em março, de retalhar a Polônia, forneceu uma ocasião promissora para começar um novo relacionamento; e a perspectiva de as democracias lutarem pela Polônia era uma razão a mais para se chegar a um acordo com Hitler e ficar fora da guerra — pelo menos naquele momento. No dia 3 de maio, Stálin demitiu o judeu Litvinov e o substituiu por Molotov, como ministro do Exterior: uma limpeza da casa para iniciar as conversações com Hitler. Oito dias mais tarde, a explosão de uma grande batalha com as forças japonesas, no Extremo Oriente, deu à Stálin um incentivo a mais para forçar um acordo, porque ele, tanto quanto Hitler, não desejava um conflito em duas frentes⁶⁶.

O primeiro dos pactos de gângsteres aconteceu no dia 22 de maio: o “Pacto de Aço”, entre Hitler e Mussolini. Este último já tinha absorvido sua consternação relativamente à ocupação de Praga pela Alemanha, e a usava como pretexto para efetuar a invasão da Albânia, a 7 de abril. Reconhecia ainda, juntamente com Hitler, que a ordem internacional tinha finalmente sucumbido e que o reinado da força havia começado. Nesse estágio, Hitler ainda ansiava por ater-se ao seu programa original de desmembrar a Polônia primeiro, a fim de a usar logo depois como um corredor

para uma *Blitzkrieg* contra a Rússia, a Grã-Bretanha mantendo uma neutralidade benevolente. Ele achava viável que, no mais tardar em julho, algum resultado seria possível. Mas a notícia da chegada da missão militar anglo-francesa em Moscou forçou uma tomada de decisão, pois até mesmo a possibilidade de um acordo dos Aliados com Moscou atrapalharia o seu esquema polonês. Decidiu anteceder-se a eles e, no dia 20 de agosto, enviou um telegrama para “*Herr J.V. Stálin, Moscou*”, pedindo-lhe que recebesse Ribbentrop três dias mais tarde. A resposta voltou dentro de vinte e quatro horas, revelando a ansiedade evidente de Stálin. No dia seguinte, 22 de agosto, Hitler se dirigiu ao Alto Comando, em Obersalzberg. De acordo com as anotações feitas por alguns dos presentes, ele disse que a operação polonesa poderia continuar. Eles não teriam nada a temer do Ocidente: “Nossos oponentes são pequenos vermes. Eu os vi em Munique”. E concluiu: “Eu providenciarei o apoio propagandístico para desencadear a guerra, seja isto aceitável ou não. Ao vencedor não se costuma perguntar posteriormente se falou ou não a verdade. O que importa, ao se começar e travar a guerra, não é a probidade, mas a vitória. Fechem seus corações à piedade. Ajam brutalmente. Oitenta milhões de pessoas têm de obter aquilo a que têm direito. Suas existências devem ser garantidas. O mais forte é o correto. *Dureza suprema*”⁶⁷.

O acordo com Stálin foi fechado na noite seguinte. Foi a culminância de uma série de contactos entre os governos alemão e soviético, originados nas semanas seguintes ao *putsch* de Lénin. Eles haviam sido conduzidos, de acordo com a necessidade, por técnicos do Exército, policiais secretos, diplomatas ou intermediários fronteiriços ao mundo criminoso. Tais contactos foram mais estreitos em alguns períodos do que em outros, mas nunca totalmente perdidos; sempre se caracterizaram por um descaso total pelos princípios ideológicos professados ostensivamente por cada parte, por um desprezo por qualquer outra consideração que não fosse o mais brutal interesse mútuo, a necessidade de cada regime se armar, prender, matar seus oponentes e oprimir seus vizinhos. Por duas décadas, essa corrente maligna de trocas havia fluído ocultamente. Agora ela veio à tona. Na noite de 23 para 24 de agosto, houve um banquete horripilante no Kremlin. Conta Ribbentrop: “Parecia que estávamos entre velhos camaradas do partido”. Hitler mostrava-se tão à vontade no Kremlin, disse ele, “como se entre velhos amigos nazistas”. Stálin brindou Hitler e disse que “sabia o quanto o povo alemão amava o *Führer*”. Fizaram piadas grosseiras sobre o Pacto Anti-Comintern, agora já morto; ambos concordaram que esse pacto fora feito simplesmente para impressionar a *City* de Londres e os “comerciantes ingleses”⁶⁸. Houve a súbita descoberta de uma comunhão de objetivos, métodos, maneiras e, sobretudo, de moral. Quando os assassinos, de pileque, cambaleavam pela sala, abrançando-se desajeitadamente, não lembravam outra coisa senão uma reunião de gângsteres rivais que haviam lutado entre si anteriormente e que poderiam voltar a fazê-lo, mas que, essencialmente, naquele momento, estavam no mesmo barco.

Esse acordo foi chamado de pacto de não-agressão. Na verdade, foi um simples pacto de agressão contra a Polônia. Um protocolo secreto, que emergiu em 1945, mas que os juízes russos mantiveram fora dos autos dos julgamentos de Nuremberg, dividia a Europa do Leste em esferas de influência e deixava em aberta a decisão, “se fosse do interesse de ambas as partes, de manter o Estado polonês independente e indicar como deveriam ser delimitadas as fronteiras desse Estado”⁶⁹. Assim, uma quarta partilha da Polônia foi feita e consumada no dia 17 de setembro,

quando as tropas soviéticas a invadiram, sendo a divisão solenizada por um outro pacto de gângteres, o Tratado da Fronteira Soviético-Alemã e da Amizade, datado de 28 de setembro de 1939. A extensão coberta por esse tratado ia além da Polônia, sendo dado a Stálin caminho livre na Finlândia e na maior parte dos Estados bálticos e em parte da Romênia. E, no outono de 1939, foi-lhe possibilitada a imposição dos chamados “tratados de segurança” à Letônia, à Estônia, à Lituânia; tais tratados implicavam a entrada de tropas soviéticas nesses países. Stálin revelou ao ministro do Exterior da Letônia: “No que diz respeito à Alemanha, nós podemos ocupar o seu país”⁷⁰. Quando os finlandeses resistiram, Stálin desencadeou a guerra contra eles (30 de novembro de 1939), com a aquiescência alemã.

Stálin estava encantado com o pacto. Disse que este deixava a Rússia numa posição mais forte do que em qualquer outra época, desde o momento em que o regime soviético tomou o poder. Ele fez tudo o que estava ao seu alcance para que o acordo funcionasse, para cumprir o seu compromisso com Ribbentrop, “dando sua palavra de honra de que a União Soviética não trairia o seu parceiro”⁷¹. Em todo o mundo, os partidos comunistas reverteram sua política anti-nazista e passaram a pregar em favor da paz com a Alemanha a qualquer preço e a sabotar ativamente os esforços de guerra, quando estes apareceram: no auge da invasão nazista, na França, Maurice Thorez, chefe do PC francês, transmitiu um programa de Moscou, implorando às tropas francesas a não resistirem. Stálin colocou à disposição de Hitler todos os imensos recursos de matéria-prima da União Soviética, o que foi vital para Hitler. Em setembro de 1939, a Alemanha precisava importar 80% de sua borracha, 65% de seu estanho, 70% de seu cobre, metade de seu chumbo, um quarto de seu zinco. A Suécia, em troca da promessa de não ser invadida (e do carvão alemão a um terço do que era pago pela Suíça), forneceu a Hitler seu minério de ferro e todos os tipos de trânsito e facilidades aéreas⁷². Mas Stálin preencheu igualmente lacunas importantes nos suprimentos de guerra de Hitler: 1.000.000 de toneladas de grãos, 900.000 toneladas de petróleo (incluindo 100.000 toneladas de combustível para aviões), minério de ferro adicional, manganês e algodão. Em troca, a Rússia conseguiu motores de avião, projetos navais, torpedos e minas⁷³.

O pacto trouxe também uma aproximação pessoal. Stálin apresentou Hitler como um homem genial, que tinha saído do nada, da mesma forma que ele. De acordo com Ribbentrop, Hitler admirava enormemente Stálin, especialmente por sua maneira de se portar contra seus próprios partidários “extremistas” (uma opinião compartilhada amplamente no Ocidente). Hitler disse que Stálin tinha produzido “uma espécie de nacionalismo eslavo-moscovita”, livrando o bolchevismo de seu internacionalismo judaico. Mussolini era de opinião de que o bolchevismo estava morto: Stálin o tinha substituído por “uma espécie de fascismo eslavo”⁷⁴.

Entretanto, o pacto não resolveu quaisquer dos problemas de Hitler. Na verdade, ele promoveu uma inversão nas prioridades originais de seu cronograma. Ele disse a Carl Burckhardt, alto comissário da Liga, em Danzig: “Tudo o que eu empreendo é dirigido contra a Rússia. Se o Ocidente é estúpido e cego o bastante para não compreender isso, então serei forçado a conseguir um entendimento com os russos, esmagando o Ocidente e voltando toda a minha força concentrada contra a União Soviética”⁷⁵. Mesmo depois que Hitler conseguiu o pacto soviético, ele ainda esperava evitar a guerra com o Ocidente, acreditando que o pacto surpreenderia a Grã-Bretanha a ponto de provocar uma passividade impotente. Mas não houve outro efeito sobre a política britânica, a não ser o de fazer com que todos os envolvidos

aceitassem a guerra como inevitável. O pacto foi bem recebido pela direita britânica, como uma prova visível de que os regimes ateus totalitários estavam mancomunados de maneira indisfarçável e vergonhosa, um acordo “a descoberto, imenso e hediondo”, como disse Evelyn Waugh, em sua trilogia de ficção *Sword of Honour*. Quando Hitler invadiu a Polônia, a 1º de setembro, e os poloneses invocaram as garantias, nunca houve qualquer dúvida de que a Grã-Bretanha cumpriria o acordo, ou de que a França, mesmo relutante, seguiria o exemplo.

Dessa forma, o programa de Hitler teve de ser drasticamente revisado e ele se deparou com uma guerra geral, do tipo da que esperava evitar antes de resolver o problema da Rússia. A partir daí, deixou de sustentar a sua imagem de homem sensato, seja em seu país, seja no exterior, e deixou bem claro para todos que conseguiria seus objetivos pela impiedosa aplicação da força e do terror. No mesmo dia em que ele invadiu a Polônia, ordenou o assassinato dos doentes incuráveis nos hospitais alemães⁷⁶. Não fez qualquer tentativa para chegar a um acordo com os poloneses. Simplesmente tratou o país como território ocupado a ser explorado. A vitória sobre a Polônia não foi um fim: apenas um início, o que era exatamente o oposto do ânimo geral alemão. Depois do colapso polonês, o general Ritter von Leeb escreveu em seu diário, a 3 de outubro de 1939: “Pobre população, nenhum entusiasmo, nenhuma bandeira pendurada nas casas. Todos esperando pela paz. As pessoas sentiam a inutilidade da guerra”. Mas Hitler estava determinado a queimar as pontes da Alemanha e atar a nação a um curso irreversível. Ele disse a seus generais, em 23 de novembro de 1939: “Qualquer tentativa de acordo é infantil. Vitória ou derrota! Eu levei o povo alemão às alturas, embora o mundo agora nos odeie. Estou arriscando tudo nesta guerra. Tenho de escolher entre a vitória ou a aniquilação. Não é um único problema que está em jogo, mas sim se a nação será ou não será”. No dia 17 de outubro, ele ordenou ao general Keitel que tratasse o território polonês ocupado como uma “esplanada avançada” para a futura invasão da Rússia⁷⁷. Bem feito para a segurança que Stálin pensou haver comprado! Mas, enquanto isso, o Ocidente tinha de ser eliminado: a França, pela *Blitzkrieg*; a Grã-Bretanha, pelo desespero.

Hitler agora era Generalíssimo. A campanha polonesa foi a última preparada pelo antigo Estado-Maior. Desse ponto em diante, assim como na segurança e nos ministérios civis, Hitler criou uma chefia dupla para o Exército, colocando o OKW (Alto Comando das Forças Armadas) sob suas ordens pessoais e duplicando a ação do OKH (Alto Comando do Exército). Os franceses lhe facilitaram as coisas. Eles não haviam desejado a guerra. Depois de Munique, reconheceram que sua política do Leste estava terminada. No caso da Polônia, eles simplesmente fingiram estar de acordo. Achavam que a garantia britânica era loucura e só a endossaram porque não tinham alternativa⁷⁸. Sabiam que entrar numa guerra total com a Alemanha hitlerista significaria a repetição de 1870; e passaram 56 horas de hesitação agonizante até reagirem ao ataque da Alemanha à Polônia; e esta tinha sido a aliada declarada deles desde 1921.⁷⁹ O protocolo militar assinado em maio de 1939, pelo general Gamelin com o ministro da Guerra polonês, Kasprzycki, prometia que a Força Aérea francesa atacaria imediatamente a Alemanha, tão logo a Polônia fosse invadida, e que uma invasão da Alemanha pelo Exército francês se seguiria dentro dos 16 dias subsequentes. Nenhuma dessas promessas foi cumprida. Tudo o que aconteceu foi uma tentativa de sondagem do Exército, no dia 8 de setembro, logo interrompida. A 22 de setembro, ao receber más notícias do *front* polonês, os franceses se desfizeram de todos os seus planos agressivos. Nessa época, os alemães só tinham 11 divisões de

serviço ativo no Ocidente, mas, em 1º de outubro, estavam transferindo tropas do *front* do Leste. Daí para frente, como mostram as pautas das discussões do Estado-Maior anglo-francês, foi a Grã-Bretanha que pressionou por ação no principal *front* alemão, enquanto os franceses, que não tinham a intenção de fazer coisa alguma lá, planejavam esquemas de tática diversiva na Escandinávia, no Cáucaso, na Salônica, na Finlândia e em outros lugares⁸⁰.

A preferência francesa pela passividade na fronteira franco-germânica, combinada com a atividade altamente inútil em outros lugares, veio a calhar para Hitler. Originalmente, Hitler marcara o ataque à França para o dia 12 de novembro; selecionou entre as alternativas apresentadas o ousado conceito de arremetida blindada através das Ardenas. A inquietação da política francesa forçou-o a comandar o ataque e a voltar atrás por 29 vezes pelo inverno afora, durando essa operação até o princípio da primavera. Enquanto isso, porém, ele mesmo tinha concebido a brilhante operação da Noruega, tida como impossível pelos seus dirigentes militares. As atividades anglo-francesas deram-lhe o pretexto e ele adiou a invasão, desmoralizando os Aliados e desconcertando os generais alemães. Estes não objetaram quando ele fortaleceu a idéia da investida nas Ardenas e a levou a efeito, exatamente no momento em que a França ainda estava tonta com a derrota da Noruega, e a logística aliada se encontrava em desesperada confusão.

A destruição rápida do poder militar francês, em maio-junho de 1940, convenceu Hitler de que os erros do outono anterior não eram irreversíveis e de que ele poderia ir em frente até o seu último alvo, por uma série de rápidos golpes bismarquianos. A campanha tinha as marcas tanto de sua autoconfiança arrogante no ataque quanto de sua engenhosidade em invenções detalhadas: de acordo com Albert Speer, foi Hitler quem pensou em equipar os bombardeiros Stuka com sirenes, um dos golpes psicológicos de mestre da *Blitzkrieg*. Havia muitos outros exemplos de sua inventividade militar, inclusive o alongamento dos canos dos canhões dos tanques⁸¹. Como anteriormente, ele confundia as democracias pela rapidez com que criava e explorava as oportunidades diplomáticas; do mesmo modo ele deixou de dar aos comandantes franceses chance de se refazerem da sua surpresa inicial. “A idéia principal dos alemães na condução desta guerra era a velocidade”, escreveu o historiador Marc Bloch, que serviu como capitão do Estado-Maior do Primeiro Grupo do Exército. Seu relatório dessas semanas fatais, *L'étrange défaite*, enfatizava a idéia de que o colapso era um veredicto tanto contra o sistema francês quanto contra o seu Exército. Ele elogiava tanto o populismo quanto o calibre intelectual do nazismo:

Comparadas ao antigo Exército Imperial, as tropas do regime nazista têm a aparência de serem muito mais democráticas. A distância entre oficiais e homens parece ser menos intransponível agora... O triunfo alemão foi essencialmente um triunfo do intelecto — e é isso que o torna tão peculiarmente sério... É como se as duas forças opostas pertencessem, cada uma delas, a um período inteiramente diferente da história. Nós interpretamos a guerra em termos de azagaia *versus* rifle, visão a nós muito familiar, transmitida pelos longos anos de expansão colonial. Mas desta vez fomos nós que interpretamos o papel dos selvagens!⁸²

Bloch observou que, fossem quais fossem as causas mais profundas, a mais imediata era “a extrema incompetência do Alto Comando”. Agora se sabe que o

general Gamelin sofria de sífilis, o que talvez explique a sua inabilidade em tomar uma decisão, sua falta de concentração, sua memória fraquejante e delírios de grandeza que ele apresentou durante a campanha⁸³. Mas a paralisia dos oficiais graduados era geral. Bloch descreve seu próprio comandante do Grupo do Exército, o general Blanchard, sentado “em imobilidade trágica, nada dizendo, nada fazendo, mas perdido, olhando o mapa aberto sobre a mesa entre nós, como se esperasse achar nele a decisão que era incapaz de tomar”⁸⁴.

Nos moldes de uma jogada militar, o ataque à França foi um completo sucesso. Começou no dia 10 de maio e, seis semanas mais tarde, no dia 22 de junho, a França assinava um armistício que deu a Hitler tudo o que ele queria. O índice das perdas — 27.000 alemães mortos para 135.000 aliados — aponta por alto a magnitude da vitória alemã. No dia 10 de junho, a Itália tinha entrado na guerra ao lado da Alemanha, e os termos do armistício da França com Mussolini, assinado no dia 24 de junho, incluíam a retirada das colônias francesas da guerra. Três dias mais tarde, Stálin invadiu a Romênia e se apoderou das províncias da Bessarábia e Bucovina; ele já se tinha apropriado do istmo da Karelia, na Finlândia, numa capitulação assinada a 12 de março. Ele era, em todo o sentido militar, um aliado de Hitler, apesar de não ser co-beligerante.

A França rapidamente tornou-se simpatizante dos nazistas. A Terceira República desarmada pelos socialistas, traída pelos fascistas e, ainda mais, pelos comunistas, e agora abandonada pela direita e pelo centro, entrava em colapso, sem amigos e sem prantos. Em Riom, uma série de julgamentos, tendo como fundo a aprovação ou a indiferença, apontou *les responsables* pela derrota: Daladier, Reynaud, Blum, Gamelin, Guy la Chambre e outros — um veredicto contra o tipo de política parlamentar praticada na França⁸⁵. O armistício tinha sido assinado pelo marechal Henri Philippe Pétain que agora estava investido de *pleins pouvoirs* pelo que restava do Parlamento na nova capital estabelecida em Vichy. Sua ditadura demorou a chegar. Ele havia sido um herói de guerra, em 1914-18, e dominara a política militar francesa no período de 1920 a 1936, sendo tão responsável pela degradingolada quanto qualquer outro. Era, sem dúvida, o general francês mais popular e seus homens achavam mais improvável serem mortos sob o seu comando do que sob o de qualquer outro. Pouco inteligente, seus livros foram escritos para ele por jovens oficiais capazes. Mas ele tinha a dignidade simples do camponês francês (tal como seu pai). Quando *Lê Petit Journal* fez uma pesquisa, em 1935, para saber em quem os franceses confiariam mais como seu ditador, Pétain veio encabeçando a lista. Em segundo lugar, apareceu Pierre Laval, um ex-socialista do tipo de Mussolini, transformado por Pétain em primeiro-ministro⁸⁶.

Pétain rapidamente tornou-se o governante mais popular, desde Napoleão. Ele encarnava o anti-romantismo, a ansiedade de renunciar aos deveres históricos e globais, o desejo de uma vida tranqüila e segura que se estendia por toda a França. Era um mulherengo compulsivo: “Sexo e comida são as únicas coisas que importam”, dizia. Mas a Igreja o idolotrava. O cardeal Gerlier, o primaz francês, anunciou: “*La France, c’est Pétain, et Pétain c’est la France*”⁸⁷. De uma certa forma isso era verdade. Ele foi tratado com prerrogativas reais. Os camponeses se alinhavam pelos caminhos por onde o seu trem passava. Mulheres erguiam seus bebês para que ele os tocasse. Um relatório oficial narra que, em Tolouse, em novembro de 1940, uma mulher se atirou na frente do seu carro, impedindo-o de continuar, a fim de que pudesse tocar as suas mãos. O prefeito da cidade tentou desculpar-se, mas encontrou o general

levemente adormecido (ele tinha 85 anos), “sem perder a sua dignidade ou a sua pose soberana”, dizia o relatório⁸⁸. Em 1934, ele havia brigado com um dos seus coronéis, Charles de Gaulle, que se recusara a escrever um livro para ele sem que seu nome fosse citado. Agora, investido das funções de sub-secretário da Guerra, de Gaulle recusava-se a aceitar o armistício e, no dia 5 de agosto, a Grã-Bretanha assinava um tratado com o movimento da França Livre, fundado por de Gaulle; mas somente 35.000 pessoas o acompanharam. Nos seus primeiros dias, o regime de Vichy, composto de soldados e funcionários públicos, com a exclusão dos políticos, gerou uma euforia genuína na França, como tinha acontecido na Alemanha de Hitler em 1933.

Hitler não teve dificuldade em fazer de Vichy uma aliada. Em 3 de junho de 1940, faltando aos franceses a tranquilidade adequada, a Marinha Real foi instruída para afundar a esquadra francesa em Oran e em outros pontos do norte da África. Dois dias mais tarde, Pétain rompeu relações com a Grã-Bretanha e daí por diante o regime de Vichy transformou-se inexoravelmente em mero instrumento político nazista, sendo chamado de “vaca leiteira” por Hitler. Cerca de 40% da produção industrial francesa, 1.500.000 trabalhadores e metade da arrecadação do setor público foram para a economia de guerra alemã⁸⁹.

Hitler foi menos feliz com a Espanha. Franco estava determinado a se manter fora da guerra, a qual ele encarava como o mal supremo, principalmente uma guerra forjada por Hitler, em associação com Stálin, que ele achava ser a encarnação de todos os males do século. Ele declarou estrita neutralidade, em setembro de 1939, e também aconselhou Mussolini a que se conservasse fora. No dia 13 de junho de 1940, sentiu que devia mudar para a posição de “não beligerância”, que ele descreveu como “uma forma de solidariedade nacional para com o Eixo”⁹⁰. Mas, para entrar na guerra, pediu um preço alto demais: Oran, todo o território do Marrocos, imensos territórios da África Ocidental, maciças quantidades de suprimentos de guerra e equipamentos para atacar Gibraltar e defender as Canárias. Quando ele encontrou Hitler em Hendaye, a 23 de outubro de 1940, não somente ampliou as exigências, como recebeu o seu benfeitor com uma frieza mortal, chegando às raias do desprezo. Como ele era um soldado profissional, e Hitler, um amador — nem mesmo um cavalheiro, um cabo! —, Franco tratou o *tour d'horizon* habitual de Hitler com aparente desprezo. Eles conversaram — escreveu o intérprete de Hitler, Paul Schmidt — “um com o outro, ou melhor, um para o outro” até duas horas da madrugada e não conseguiram chegar a qualquer acordo. Mais tarde, Hitler disse a Mussolini que preferia perder dois ou três dentes do que passar por tudo aquilo de novo⁹¹.

Uma das razões colaterais de Franco para a recusa de juntar-se a Hitler era sua crença de que a Grã-Bretanha não tinha intenção de fazer a paz. Talvez o maior e único erro de julgamento tenha sido o de Hitler não ter percebido a profundidade da hostilidade que ele criara na Grã-Bretanha. O objetivo principal de sua *Blitzkrieg* na França não foi destruir o Exército francês — o que, para ele, poderia ser feito a qualquer hora que quisesse — mas sim chocar a Grã-Bretanha até fazê-la aceitar seus termos. Em 21 de maio, mesmo dia em que tomou Arras, Hitler disse que queria “sondar a Grã-Bretanha sobre a divisão do mundo”⁹². Sua decisão em parar seus carros blindados fora de Dunquerque, no final do mês — o que permitiu ao grosso da Força Expedicionária Britânica retirar-se pelas praias —, foi tomada por razões militares, mas deve ter sido inspirada pelo desejo de abrir um canal de diálogo com

Londres. No dia 2 de junho, quando as últimas unidades da BEF estavam se preparando para embarcar, Hitler disse ao Estado-Maior do Grupo A do Exército, em Charleville, que queria um “acordo de paz razoável” com a Grã-Bretanha, imediatamente, a fim de que pudesse ficar “finalmente livre” para a sua “grande e verdadeira tarefa: o confronto com o bolchevismo”⁹³. Com o término da campanha francesa, falou, no dia 30 de junho, da necessidade de dar à Grã-Bretanha mais uma “demonstração do nosso poderio militar, antes que ela se entregue e nos deixe livres na retaguarda do caminho para o Leste”⁹⁴. Ele continuava a se agarrar à ilusão de que entraria em acordo com a Grã-Bretanha até o final do outono. “O *Führer* está obviamente deprimido”, observou alguém no dia 4 de novembro. “A impressão no momento é que ele não sabe como a guerra deva ser continuada”⁹⁵. Ele estava esperando por um sinal de Londres, que nunca veio.

Realmente, a Grã-Bretanha tornou-se mais belicosa no decorrer de 1940. Enquanto a França escolheu Pétain e o quietismo, a Grã-Bretanha escolheu Churchill e o heroísmo. Havia sólidas razões econômicas e militares para essa bifurcação. Diferente da França, a Grã-Bretanha não elegeu um governo de Frente Popular nos meados dos anos 30, e as políticas deflacionárias dos governos de Baldwin e Chamberlain, embora dolorosas, eventualmente lhe permitiram conseguir uma recuperação econômica substancial. Embora o desemprego na Grã-Bretanha, no início dos anos 30, fosse muito mais alto do que na França, havia prova de que parte dele era intencional, resultado do alto nível de benefícios, mais do que 50% da média dos salários⁹⁶. A economia era muito mais saudável do que aparecia nas propagandas esquerdistas. Através de quase toda a década de 30, a indústria de construção se expandia, produzindo cerca de três milhões de casas novas, acrescentando 29% ao estoque total, incluindo aí um recorde de 400.000 num período de doze meses (1936-37)⁹⁷. O declínio do poderio dos sindicatos, seguindo o fracasso da Greve Geral de 1926 e a subsequente legislação anti-sindical, tornou possível para a Grã-Bretanha, após haver passado o colapso, adotar novas tecnologias com uma velocidade impossível nos anos 20. De fato, para a Grã-Bretanha, o período entreguerras culminou numa fase de expansão inovatória⁹⁸. O número de pessoas empregadas na nova indústria elétrica-eletrônica subiu de 192.000, em 1930, para 248.000, em 1936, e a Grã-Bretanha foi o primeiro país a criar uma Rede Nacional (National Grid). A indústria química e petroquímica se expandiu rapidamente, com as exportações subindo a 18% em 1930-38. O emprego na indústria aeronáutica ascendeu de 21.000, em 1930, para 35.000, em 1935, muito antes do rearmamento começar. O número de carros produzidos mais do que duplicou, indo de 237.000, em 1930, para 508.000, em 1937.⁹⁹ Esses progressos tinham uma importância muito específica para a capacidade de produção de guerra.

É verdade que, ao se rearmar, a Grã-Bretanha atravessou muitos obstáculos e teve de importar ferramentas especializadas da América, da Hungria e da Alemanha, por exemplo¹⁰⁰. Mas, em algumas áreas-chave, especialmente em motores de avião, e sobretudo radares, que seriam de decisiva importância tanto no ar como no mar, a Grã-Bretanha tinha uma certa supremacia tecnológica sobre a Alemanha¹⁰¹. O rearmamento acelerou-se em 1939 e, em meados de 1940, a Grã-Bretanha estava produzindo mais aviões, treinando mais tripulações do que a Alemanha. Havia, assim, sólidas razões físicas para a transformação do espírito britânico em 1940. O surgimento de Churchill, que no dia 7 de maio se tornou primeiro-ministro e ministro da Defesa (uma importante conjunção que Lloyd George nunca conseguiu conquistar

na Primeira Guerra Mundial), foi natural. Seu espírito resoluto, sua energia e sua oratória eram uma dádiva; ele usava esse último dom com efeitos espantosos, justamente quando Hitler, seu maior rival nesse campo, voluntariamente deixou de fazê-lo. No verão de 1940, ele era pelo menos tão popular na Grã-Bretanha quanto Pétain na França e mais popular do que Hitler o era então na Alemanha¹⁰².

Churchill, apesar de romântico e lutador, era um realista. Ele sabia que a Grã-Bretanha, mesmo com a *Commonwealth*, não poderia derrotar a Alemanha. Tinha certeza de que, mais cedo ou mais tarde, os Estados Unidos seriam obrigados a intervir: aí residia a sua esperança. O que quer que ele dissesse em público não excluía completamente um acordo tático com Hitler. No dia 26 de maio de 1926, Chamberlain comentou em seu diário as palavras dirigidas por Churchill ao gabinete de guerra, dizendo “ser inacreditável que Hitler concordasse com quaisquer termos que nós pudéssemos aceitar, apesar do que, se pudéssemos sair dessa enrascada entregando-lhe Malta e Gibraltar e mais algumas colônias africanas, ele agarraria a idéia”. As anotações do gabinete tinham registradas palavras de Churchill dizendo: “se *Herr* Hitler estivesse preparado para fazer a paz nos termos da restauração das colônias alemãs e o superdomínio da Europa Central”, isso seria considerado, mas “é muito improvável que ele faça tal oferta”¹⁰³. E essa é a única prova de sua vontade de negociar. As ofertas de paz de Hitler não foram aceitas. De acordo com o diário de “Chips” Channon, membro do parlamento então no governo, o Ministério do Exterior sequer transcrevia os discursos de Hitler¹⁰⁴.

Paradoxalmente, depois da queda da França, qualquer possibilidade de uma paz negociada esgotou-se e a posição política de Churchill subiu continuamente. Ele conseguiu sua primeira grande ovação vinda dos bancos conservadores, no dia 4 de julho, quando anunciou a ação contra a esquadra francesa em Oran: até agora, observou ele, “foi dos bancos trabalhistas que eu recebi a mais calorosa acolhida”. A morte de Chamberlain, de câncer, removeu seu único oponente de fato perigoso e, no dia 9 de outubro, Churchill foi eleito para sucedê-lo como líder conservador. Mas ele não era capaz e nem ansiava por expurgar o regime dos elementos que haviam destruído o *Raj* na Índia, negligenciado a defesa e apaziguado Hitler. Ele disse a Cecil King, diretor do *Daily Mirror*:

Seria de todo muito bom pleitear um governo que excluísse os elementos que nos tivessem levado a caminhos errados nesse últimos anos; mas onde se deveria parar? Eles estavam em toda parte — não somente no mundo político, mas também entre os chefes das Forças Armadas e os das forças civis. Acabar com todos eles teria sido tarefa impossível no estado desastroso em que nos encontramos. De qualquer maneira, se tivéssemos que depender das pessoas que haviam agido direito nos últimos anos, teríamos dependido de muito poucos! Mas, dirigir um governo de vingança, nunca!¹⁰⁵

A decisão de Churchill tinha implicações importantes e desastrosas para as atitudes e composições do Partido Conservador pós-guerra. Mas, naquela época, era prudente agir assim. A política externa adotada pela Grã-Bretanha, bem como as políticas de defesa e da *Commonwealth* no período entreguerras tinham sido conduzidas a partir de um julgamento errôneo e inconseqüente. Mas o próprio Churchill havia sido o agente principal dessas políticas nos anos 20 e, embora sua folha de serviço, a partir de 1930, fosse virtualmente impecável, ele, com toda razão, julgou

que um inquérito não absorveria quem quer que fosse (muito menos seus novos aliados trabalhistas) e destruiria a nova e frágil unidade com o apoio da qual ele agora presidia. Sua magnanimidade era justificada. Apesar dos muitos desastres ainda por vir, a autoridade de Churchill nunca foi seriamente desafiada e, de todos os governos de guerra, o seu era, combinando autoridade com popularidade, de longe o mais forte e o mais seguro. Foi este fator, muito mais do que qualquer outro, que permitiu à Grã-Bretanha manter a ilusão de presença global e *status* de superpotência, preservados até o acordo de Potsdam, em 1945.

Entretanto, isso era uma ilusão. O verão de 1940 trouxe o fim de uma velha Europa, varrendo do palco da história a idéia de um mundo conduzido por uma orquestração de potências européias civilizadas, dentro de uma estrutura de convenções internacionais concordantes e de um sistema de moral absoluta. A Grã-Bretanha sobreviveu, mas numa postura defensiva: prisioneira de sua relativa impotência. Em julho, agosto e setembro de 1940, os esquadrões de caça e as cadeias de radar derrotaram uma tentativa dos aviões da *Luftwaffe* de Goering de destruir os campos de pouso da RAF, no sudeste da Inglaterra, uma preliminar necessária para qualquer tentativa de invasão à Grã-Bretanha. Assim, Hitler perdeu a opção de uma campanha conclusiva no Ocidente. De sua parte, Churchill só pôde realizar operações ofensivas eficazes contra Mussolini, o aliado embaraçoso e fraco de Hitler. No dia 11 de novembro, a esquadra italiana foi dizimada em Taranto por um ataque aéreo e naval e, daí por diante, os britânicos nunca perderam o controle geral do mar Mediterrâneo. No início de 1941, a Grã-Bretanha iniciou a ofensiva contra os italianos na Líbia, até desmantelar o precário império de Mussolini, no nordeste da África. Mas o principal embate da Grã-Bretanha com os nazistas — a luta naval e aérea para manter abertos os caminhos do mar — foi defensivo. A única maneira de atacar a própria Alemanha era pelo ar. Uma vez que a escolta de caças para bombardeios à luz do dia não podia ser fornecida e que os bombardeios noturnos não podiam garantir a entrega de suas cargas dentro de um raio de dez milhas dos seus alvos, a única opção agressiva de Churchill foi bombardear indiscriminadamente as cidades. A 8 de julho, ele escreveu uma carta soturna ao seu ministro de Produção de Aviões, o proprietário de jornal *lord* Beaverbrook:

Quando eu olho em volta para saber como podemos vencer a guerra, percebo que há um único caminho possível. Não temos um exército continental que possa derrotar o poderio militar da Alemanha. O bloqueio está rompido e Hitler tem a Ásia e, provavelmente, a África para abastecê-lo. Se ele for repellido aqui e não tentar uma invasão, vai recuar para o Leste e nós não podemos impedi-lo. Mas há uma coisa que o trará de volta e o subjugará: um ataque devastador e exterminador feito por bombardeiros muito pesados deste país sobre a nação nazista¹⁰⁶.

Essa carta, que tem um significado histórico muito grande (deveria ser comparada às observações de Churchill sobre o efeito corruptível da guerra na página 11 deste livro), estabelece o ponto no qual o relativismo moral das sociedades totalitárias invadiu o processo de tomada de decisão de uma potência maior e legítima. É passível de debate o fato de os britânicos ou os alemães terem iniciado um bombardeio sistemático de alvos civis¹⁰⁷. Hitler (como Lênin e Stálin), desde o começo, praticou o uso do terror para conseguir alguns ou todos os seus objetivos. É

claro que, muito antes do fim de 1940, embora sob o pretexto verbal de atacar “objetivos estratégicos”, os bombardeiros britânicos estavam sendo usados numa grande e crescente escala para matar e assustar a população civil alemã em suas casas. Como anotou o gabinete, no dia 30 de outubro, “a população civil, ao redor das áreas de ataque, deve ser levada a sentir o peso da guerra”. A política iniciada por Churchill, aprovada em gabinete, endossada pelo Parlamento e, até onde pode ser julgado, entusiasticamente apoiada pela grande maioria do povo britânico — assim preenchendo todas as condições do processo de aquiescência numa democracia legal — marcou um estágio crítico no declínio moral da humanidade dos nossos tempos.

A adoção do terrorismo pelo bombardeio foi também uma medida ditada pelo desespero da Grã-Bretanha. O Tesouro tinha avisado ao gabinete, no dia 5 de julho de 1939, que, sem o decisivo apoio americano, “a perspectiva de uma longa guerra se tornava excessivamente desanimadora”. A Grã-Bretanha não podia seguir a despótica política econômica da Alemanha. Como as exportações entraram em declínio com a mudança da política para a produção bélica (tomando o ano de 1938 como base 100, as exportações britânicas tinham caído para 29%, em 1943; as importações, somente para 77%), as reservas de dólar e de ouro desapareceram. A administração de Roosevelt era verbalmente simpática aos Aliados, mas, na prática, inoperante. Os penosos pedidos franceses de ajuda aos americanos, no início de junho de 1940, foram friamente desconsiderados por Cordell Hull, por serem “uma série de apelos insólitos, quase histéricos”. Por algum tempo a Grã-Bretanha não teve melhor tratamento. O embaixador Joseph Kennedy, um outro colaborador da campanha de Roosevelt, sequer deu apoio verbal: “Desde o princípio eu lhes disse que podiam esperar zero de ajuda. Nós nada tínhamos a oferecer e eu sei que realmente não podíamos. E quanto a prestar ajuda com matérias-primas, isso seria impossível, pois não podemos passar sem elas”¹⁰⁸. No final de 1940, a Grã-Bretanha tinha ficado sem moeda conversível: possuía apenas US\$12 milhões nas suas reservas, e foi obrigada a suspender as compras em dólar¹⁰⁹.

A 11 de março de 1941, o Congresso promulgou a Lei de Empréstimo e Arrendamento (*Lend-Lease Act*), que permitia ao presidente “vender, transferir títulos, trocar, arrendar, emprestar ou dispor de qualquer outro modo” de matéria-prima para qualquer país cuja defesa fosse por ele considerada vital para a proteção da América. Em teoria, isso permitiu a Roosevelt mandar para a Grã-Bretanha suprimentos bélicos sem custos. Mas, na prática, a Grã-Bretanha continuou a pagar pela maior parte de seus armamentos. Em troca, ela praticamente entregou o restante de seu comércio exterior para os Estados Unidos e (sob o subsequente acordo de Master de 23 de fevereiro de 1942) decidiu abandonar sua Preferência Imperial depois da guerra, o que para Cordell Hull tinha sido, sob todos os pontos de vista, um objetivo de política externa mais importante do que a contenção do poder totalitário¹¹⁰. Os acordos de fornecimento de armas feitos entre Roosevelt e a União Soviética foram bem mais benevolentes. A Lei de Empréstimo e Arrendamento era importante para Churchill simplesmente porque ele acreditava que ela poderia levar Hitler a um conflito com os Estados Unidos. No início de 1941, ele reconheceu que o velho sistema de legitimidade européia tinha desaparecido e que a única esperança de restaurar algum sistema de lei dependia dos erros de cálculo de Hitler. Churchill não seria desapontado.

11

O ANO DIVISOR DE ÁGUAS

Pouco antes da aurora do dia 22 de junho de 1941, o rádio militar alemão interceptou uma mensagem entre uma unidade avançada soviética e seu quartel-general do Exército. “Estamos sendo bombardeados. Que faremos?” “Você deve estar louco. Por que sua mensagem não está em código?”¹ Meia hora mais tarde, às 3h40min da manhã, o chefe do Estado-Maior soviético, G.K. Zhukov, que tinha recebido relatórios dos ataques aéreos alemães, telefonou para Stálin na sua vila Kuntsevo, a sete milhas de Moscou, onde o ditador morava, trabalhava e comia num único aposento. Stálin dormia num sofá. Quando Zhukov anunciou que a Rússia estava sendo invadida, nada se ouviu do outro lado da linha, a não ser um longo silêncio e uma respiração pesada. Stálin, finalmente, disse ao general que fosse ao Kremlin avisar ao seu secretário que convocasse o Politburo. Este se reuniu às 4h30min, com Stálin, pálido e silencioso, tendo um cachimbo apagado em suas mãos. No Ministério do Exterior, Molotov recebia a declaração de guerra do embaixador nazista e perguntava tristemente: “Nós realmente merecemos isso?” Até o meio-dia, 1.200 aviões soviéticos tinham sido destruídos em terra. De acordo com o relato de Nikita Khruchchev, Stálin ficou histérico e desesperado. Ele não conseguiu se dirigir à nação até o dia 3 de julho, ou seja, 11 dias mais tarde. Usou então um novo tom em seu discurso: “Irmãos, irmãs... meus amigos”².

Todos tinham avisado Stálin acerca de um ataque nazista iminente. Churchill lhe mandara informações específicas, que mais tarde foram confirmadas pela Embaixada americana. No dia 15 de maio, Richard Sorge, espião soviético em Tóquio, fornecia detalhes do plano de invasão alemã e da data precisa em que esta se realizaria. Stálin também recebeu avisos circunstanciais de sua própria gente, como o general Kirponos, comandante no distrito de Kiev. Stálin se recusava a ouvir. Ficava furioso se insistissem no assunto. O almirante Kuznetsov disse mais tarde ser perigoso comentar que a invasão fosse provável, mesmo em conversas particulares com subordinados. Qualquer pessoa que dissesse isso ao próprio Stálin, lembrou Khruchchev, o fazia “com medo e nervosismo”³.

Stálin, que não confiava nas pessoas, parece ter sido o último ser humano na terra a confiar na palavra de Hitler. Era um caso de mera veleidade. O Pacto Nazi-Soviético beneficiava Stálin enormemente. Embora mais tarde ele justificasse o

pacto como um acordo unicamente tático e temporário ("Nos asseguramos a paz ao nosso país por um ano e meio e a oportunidade de preparar as nossas forças"), esperava claramente, na época, que durasse indefinida ou alternativamente, até que os alemães e o Ocidente se tivessem exaurido mutuamente numa guerra prolongada; e então, nos termos da sua declaração de 1925, a Rússia avançaria em seu proveito. Nesse meio tempo, o pacto foi de um benefício imenso para Stálin. Em meados da década de 40, ele havia recuperado um grande território perdido pela Rússia em 1918-19. E havia destruído a estrutura da Polônia oriental. Na primavera de 1940, mandou matar 15.000 oficiais poloneses, um terço em Katyn, perto de Smolensk, o resto, dentro ou perto dos campos de concentração soviéticos de Starobelsk e Ostachkov. É possível que esses assassinatos em massa tenham sido efetuados por sugestão da Gestapo⁴. As forças de segurança nazi-soviéticas trabalharam juntas até o dia 22 de junho de 1941. A NKVD entregou muitas centenas de exilados alemães à Gestapo, nessa época, especialmente comunistas e judeus⁵. Os nazistas, por sua vez, ajudaram Stálin a caçar seus próprios inimigos. No dia 20 de agosto de 1940, depois de várias tentativas, Stálin finalmente conseguiu que Trotsky fosse assassinado com um quebrador de gelo. Como o próprio Trotsky observara adequadamente: "Stálin procura abater não as idéias do oponente, mas sim o crânio"⁶. Era uma forma de agir também peculiar a Hitler.

Stálin regozijou-se com o triunfo da *Wehrmacht* sobre a França e prontamente reorganizou seus 13.000 tanques, seguindo o modelo alemão⁷. Ele achava que a queda das democracias fortaleceria sua reivindicação de compensações adicionais na Europa do Norte e do Leste, e, em troca, daria a Hitler o caminho completamente livre no Ocidente e na África, possivelmente em parte do Oriente Médio também. Assim, quando em 12-13 de novembro de 1940 Molotov foi a Berlim para atualizar o Pacto Nazi-Soviético, Stálin o instruiu a fim de que exigisse como condição básica a transferência, para a esfera de influência soviética, da Finlândia, da Romênia e da Bulgária, além do estreito do mar Negro, e que apresentasse, como exigência final, a Hungria, a Iugoslávia, o oeste da Polônia, a Suécia, assim como participação nas saídas do mar Báltico⁸. Tudo somado, essas exigências não eram muito diferentes das que Stálin fizera e, na maioria dos casos, conseguira por sua participação na vitória, ao final da Segunda Guerra Mundial. O "pacote" de Molotov testemunha a continuidade dos objetivos soviéticos.

A lista dos interesses soviéticos foi posta em prática, na suposição de que Hitler estivesse exercendo seus apetites expansionistas principalmente na Europa ocidental, África e Ásia, tendo o Oriente Médio como seu próximo objetivo estratégico. Essa suposição era razoável na época. O desejo mais ardente de Churchill era de que os alemães se arremessassem sobre a União Soviética. O maior medo era de que Hitler fizesse do Oriente Médio o seu alvo. Nos primeiros meses de 1941, isso parecia muito provável. A Alemanha fora arrastada para a guerra do Mediterrâneo pela incompetência e ganância de Mussolini. Ele invadiu a Grécia, no dia 28 de outubro de 1940, mas os gregos, com a ajuda da Grã-Bretanha, humilharam e repeliram os invasores. No dia 9 de dezembro, os britânicos iniciaram uma ofensiva na Líbia, tomando Benghazi no dia 6 de fevereiro de 1941.

Três dias mais tarde, com grande relutância, Hitler foi em auxílio de seu aliado ferido, mandando o *Afrika Korps*⁹ à Líbia, sob o comando do general Rommel. Uma vez comprometidos no teatro da ação, os alemães se movimentaram com velocidade aterradora. A 28 de fevereiro, os nazistas, que já possuíam a Hungria e a Romênia

como seus títeres, invadiram a Bulgária. Três semanas mais tarde, forçaram a Iugoslávia a se entregar. E quando um *coup d'état*, em Belgrado, derrubou o governo pró-nazista, eles enviaram ultimatoss à Iugoslávia e à Grécia. A primeira vitória de Rommel, na África do Norte, deu-se em apenas 11 dias, afugentando os britânicos de volta para o Egito. A Iugoslávia caiu depois de uma semana de luta, em 17 de abril; a Grécia se rendeu seis dias mais tarde. Numa luta desesperada de oito dias, no mês de maio, os britânicos, já expulsos da Grécia, foram humilhados em Creta pelos paraquedistas alemães. No final de maio, o Cairo e o canal de Suez, os campos de petróleo do norte do Iraque, a Pérsia e a Gulf, a maior refinaria do mundo em Abadan, e, não menos importante, as rotas marítimas e terrestres para a Índia estavam começando a se tornar vulneráveis.

A ação sulista de Hitler havia engajado apenas uma pequena fração das suas forças; seus sucessos estrondosos foram conseguidos a um custo insignificante. O almirante Raeder e o Alto Comando Naval suplicaram ao *Führer* que fizesse uma investida de grande porte no Oriente Médio, coisa bem possível para a capacidade da Alemanha na época. Os poderes militares aéreo e naval britânicos pouco cobriam de uma vasta área e eram vulneráveis em todos os lugares. O Japão, aliado de Hitler, já estava planejando um ataque no Extremo Oriente. Pelo que sabemos hoje, parece quase certo que os alemães poderiam ter atravessado a barreira de Suez, entrando no oceano Índico, prontos para dar as mãos aos japoneses, quando eles emergiram no sudeste asiático e na baía de Bengala. Para Raeder, um *coup* ao Império Britânico seria “um golpe mais mortal do que a tomada de Londres”. Hitler tinha 150 divisões, além da maioria da *Luftwaffe*, baseadas na Europa oriental. Quase um quarto dessas forças teria sido suficiente para atravessar a Índia¹⁰.

Essa idéia abre uma perturbadora linha de especulação. Uma união entre o poderio dos alemães e dos japoneses, na Índia, teria dado ao plano de guerra dos japoneses um elemento de lógica estratégica a longo prazo que eles jamais haviam possuído. O poderio e a influência anglo-saxônicas seriam então eliminados da Ásia, certamente por anos, talvez para sempre. Até a Austrália estaria em perigo e, quem sabe, obrigada a fazer um acordo. A África do Sul, com seus grandes recursos minerais, não escaparia ao cerco de Hitler. A Grã-Bretanha e a América, em vez de conseguirem extrair recursos de cinco sextos do mundo e de seus oceanos, estariam confinadas a uma esfera atlântica de operações. A vitória, nessas circunstâncias, pareceria um objetivo distante, ou mesmo inatingível, e a possibilidade de chegar a um acordo com Hitler deve ter parecido, então, mesmo para Churchill, quase irresistível. Aqui temos um dos grandes “se” da história.

Mas Hitler, sem hesitação, rejeitou essa brilhante oportunidade alexandrina. Agarrou-se ao seu ponto de vista de que a guerra “verdadeira”, a guerra que ele sempre quis travar, era contra a Rússia. Essa era a missão que o fado e a lógica inelutável do destino da raça o tinham encarregado de realizar para a Alemanha. A destruição da Rússia não estava destinada a ser o final da estória. Mas, sem ela, a estória não teria sentido e, até que fosse concluída, a Alemanha não poderia desempenhar o seu predestinado papel mundial. Ele estava impaciente pelo sucesso. No dia 31 de julho de 1940, disse ao general Halder que a esperança de sobrevivência da Grã-Bretanha estava depositada na América e na Rússia. Destruir a Rússia era o mesmo que eliminar ambas, já que daria liberdade de ação ao Japão para enfrentar a América. Hitler parecia pensar que Roosevelt estaria pronto a intervir em 1942 e queria a Rússia fora da equação antes que aquilo acontecesse. Essa era a sequência

correta de acontecimentos, segundo suas idéias. Ele disse aos seus generais, no dia 9 de janeiro de 1941, que, uma vez a Rússia vencida, a Alemanha poderia absorver seus recursos e tornar-se “invulnerável”, tendo então o poder de travar guerras contra continentes inteiros. Com o Japão atraindo a América para o Pacífico, ele poderia lançar um tridente através do Cáucaso, do norte da África e do Levante, que conduziria a Alemanha até o Afeganistão e, conseqüentemente, ao coração do Império Britânico na Índia. Uma concepção estratégica de tal ordem era muito arriscada, sobretudo com a Rússia nos flancos¹¹.

Assim, poucos dias depois do armistício de Pétain, Hitler colocou seu Estado-Maior trabalhando num plano para a campanha da Rússia¹². Sua idéia original era iniciá-la naquele outono e, só com muita dificuldade, foi persuadido a desistir de um esquema tão arriscado. O Exército, pediram os generais, precisava de toda uma estação seca, do início de maio em diante, para engolir e aniquilar o poderio militar russo, antes da chegada das primeiras neves. A decisão final de atacar foi tomada por Hitler em dezembro de 1940, após a reeleição de Roosevelt — que para ele foi um acontecimento de mau agouro — e após ter Molotov apresentado a lista de “interesses” de Stálin, os quais, segundo Hitler, tornaram o Pacto Nazi-Soviético insustentável, “mesmo como um casamento de conveniências”. Daí para frente, ele não hesitou na sua resolução de exterminar o bolchevismo na primeira oportunidade. A descida para o Mediterrâneo foi um acontecimento deplorável, resultado da loucura de Mussolini. Mais tarde, ele atribuiu a esse fato a culpa “pelo catastrófico atraso do início da guerra contra a Rússia... Nós deveríamos ter sido capazes de atacar a Rússia, começando no dia 15 de maio de 1941 e... terminando a campanha antes do inverno”¹³. O ataque foi iniciado tão logo foi possível, após o término da campanha do sul.

Ao analisar esse decisivo ano divisor de águas que foi 1941, quando começou a descida da humanidade para a difícil situação em que se encontra hoje, o historiador não pode deixar de se surpreender com o papel fundamental que a vontade pessoal de alguns indivíduos teve na história. Assim, Hitler e Stálin usavam a humanidade para jogar xadrez. Basicamente foi a insegurança pessoal de Stálin e seu medo obsessivo da Alemanha que o levaram a assinar o pacto fatal; foram a sua ganância e ilusão — e as de ninguém mais — que mantiveram o pacto operante, uma cortina de falsa segurança atrás da qual Hitler preparava sua primavera sangrenta. Foi Hitler, e ninguém mais, quem decidiu por uma guerra de extermínio contra a Rússia, guerra essa cancelada uma vez, adiada outra, reintegrada aos seus planos como o ponto central de sua estratégia, a fim de ser levada avante como e quando ele achasse melhor. Nenhum dos dois homens jamais desenvolveu qualquer processo de consulta aos seus povos, ou sequer falou em nome dos colegiados. Eram ambos solitários e intratáveis na maneira como tomavam essas medidas fatais; eram guiados por preconceitos pessoais, os mais primários, e por suas próprias opiniões arbitrárias. Seus substitutos os obedeciam cegamente, tomados por um terror apático. E os imensos países que eles governavam pareciam não ter outra escolha a não ser tropeços em direção à destruição mútua. Temos aqui o verdadeiro oposto do determinismo histórico — a apoteose do autocrata único. Assim é que, quando as restrições morais da religião e da tradição, da hierarquia e da precedência são removidas, o poder de suspender ou desencadear acontecimentos catastróficos não é delegado à benevolência impessoal das massas, mas cai nas mãos de homens isolados pela grande totalidade de suas naturezas maléficas.

A decisão de Hitler de invadir a Rússia foi fatal para sua carreira. Ele destruiu o seu regime e a si próprio. Essa decisão foi também das mais importantes na história moderna, por trazer o totalitarismo soviético bem para dentro do coração da Europa. Mas foi um jogo que poderia ter sido ganho. É vital entender por que isso não aconteceu. No princípio de 1945, Hitler clamava que foram as cinco ou seis semanas de atraso em começar a invasão da Rússia que causaram o seu fracasso na tomada de Moscou e na destruição do regime de Stálin antes que o inverno chegasse. Contudo, naquela época, ele não se sentiu pressionado por um cronograma tão apertado. A verdade é que ele, deploravelmente para seu projeto, subestimou a capacidade militar russa. Existe um velho e sábio ditado diplomático que diz: “A Rússia nunca é tão forte quanto parece, a Rússia nunca é tão fraca quanto parece”. Hitler o ignorou. Ele não estava sozinho no seu desprezo pelo Exército Vermelho. Como já foi dito, os Estados-Maiores britânico e francês classificavam o desempenho russo inferior ao da Polônia. Essa opinião parecia ter sido firmada a partir da campanha finlandesa. Geralmente se acreditava que o expurgo de 1937-38 tinha abalado o moral da tropa russa. O almirante Canaris, chefe do serviço de inteligência alemão, o *Abwehr*, acreditava na afirmação de Heydrich de que sua organização havia deliberadamente incriminado Tukhachevsky e todos os outros oficiais soviéticos capazes¹⁴. Parcialmente baseado nas estimativas errôneas de Canaris, Hitler pensou ser a campanha russa uma proposição mais fácil do que a conquista da França. O Exército Vermelho, disse ele ao embaixador búlgaro, Dragonoff, “não passava de uma piada” e seria “cortado em pedacinhos” e “esquartejado”. Em dezembro de 1940, Hitler previa: “Em três semanas estaremos em São Petersburgo”¹⁵. Embora os japoneses fossem seus aliados, ele não fez qualquer esforço para aceitar as estimativas bem equilibradas que eles faziam sobre a capacidade de luta russa, especialmente no campo da guerra blindada — e os japoneses tinham suficientes razões para tais previsões, baseados que estavam na sua amarga experiência de maio e junho de 1939. O trabalho do Estado-Maior alemão, que fora muito meticuloso e até mesmo brilhante na preparação da campanha francesa, não levou a sério a campanha soviética — havia um clima de euforia pelo fato de a Alemanha ter-se finalmente libertado do “triângulo estratégico” de ferro, formado pela França, Polônia e Tchecoslováquia, podendo daí para frente agir livremente. O general Marcks, o planejador-chefe, achava que seriam necessárias, no mínimo, nove semanas e, no máximo, dezessete, para destruir a resistência militar soviética. A idéia de que a Rússia recuaria para a vastidão de suas terras, como em 1812, foi rejeitada sob a alegação de que Stálin teria de defender as regiões industriais a oeste do Dnieper. Isso estaria provavelmente além de sua capacidade organizacional, pondo em jogo seus nove a doze milhões de reservas: Marcks achava que os russos sequer teriam superioridade numérica¹⁶.

Esse era exatamente o conselho que Hitler queria receber, já que reforçava a sua crença de que poderia travar a guerra facilmente. A *Blitzkrieg* era um conceito tanto econômico quanto militar, baseado na opinião de Hitler de que a Alemanha não poderia sustentar uma guerra prolongada até que se apossasse das riquezas da Rússia. A “Operação Barbarossa”, como foi chamada, seria a última *Blitzkrieg*. Ela foi um fracasso. Mesmo em 1941, Hitler não estava preparado para colocar a economia alemã numa situação de guerra total. Desde a ocupação de Praga, ele não confiava no desejo do povo alemão de travar uma guerra total e relutava em enviar mulheres para as fábricas bélicas ou cortar a produção civil e o consumo mais do que

o absolutamente necessário para atingir seus objetivos militares. Como resultado, Barbarossa foi seriamente minada em termos da magnitude de seus objetivos: havia elementos de 153 divisões envolvidos, mas apenas 3.580 tanques, 7.184 armas de fogo e 2.740 aeronaves. Para efeitos de comparação, a ofensiva soviética de 1945, só no *front* de Berlim, utilizou 6.250 tanques, 7.560 aeronaves e não menos do que 41.600 armas de fogo¹⁷. Muitos dos transportes alemães eram motorizados e a falta de mobilidade tornou-se uma desvantagem crescente com o desenvolver da campanha. Os alemães se viram fazendo uma guerra dos anos 40 e usando armas do final dos anos 30, que sequer eram em número suficiente.

As deficiências mostravam-se mais acentuadas no ar, onde a *Luftwaffe* de Goering, que já evidenciara graves pontos fracos durante a campanha da Grã-Bretanha, fracassou tanto na tentativa de fornecer cobertura sobre todo o *front* quanto na de bombardear as fábricas bélicas de Stálin. Goering se mostrou um líder incompetente e, cada vez mais, ocioso; seu principal oficial técnico e seu chefe de Estado-Maior foram levados ao suicídio ao verem desmascaradas as suas incapacidades¹⁸. Mas a responsabilidade era também de Hitler, por não prover quantidades suficientes de aviões. Também culpável era a política de produção nazista, estatizante e burocrática, totalmente incapaz de produzir um bombardeiro pesado satisfatório. É um fato significativo o de que todos os melhores aviões da Segunda Guerra Mundial, seja o Mosquito britânico ou o Mustang americano (P.51), fossem produtos da iniciativa privada, mais do que do governo ou da equipe da Aeronáutica¹⁹. Hitler permitiu que a *Luftwaffe* se tornasse o mais totalitário dos serviços armados, além de o mais dominado pelo partido. E pagou caro por isso.

Ele também contribuiu com a sua quota de erros, que crescia progressivamente, à medida que a campanha se desenvolvia. Barbarossa foi concebida superotimisticamente, e seus primeiros sucessos levaram Hitler ao erro de achar que a campanha já estava quase terminada. A Rússia tinha indiscutível superioridade em armas no início da guerra: 7 a 1 em tanques, 4 ou 5 a 1 em aeronaves²⁰. Mas Stálin recusou-se a levar em consideração as advertências sobre o ataque. Sua insistência no ponto de vista de que as unidades soviéticas deveriam ser colocadas, com todo o seu potencial de força, ao longo da fronteira, lá permanecendo a qualquer preço, ocasionou perdas assustadoras. Antes do final do ano, os alemães já tinham feito 3,5 milhões de prisioneiros e matado ou ferido outro milhão²¹. A maioria desses grandes sucessos alemães aconteceu no primeiro mês de campanha. Por volta de 14 de julho, Hitler estava convencido de que havia vencido a guerra e deu ordens para que a produção de guerra fosse transferida do Exército para as ordens da Marinha e da Aeronáutica²². A produção de tanques realmente baixou para um terço dos 600 mensais originalmente programados. Ele esperava começar a trazer de volta algumas divisões de infantaria, no final de agosto, seguindo-se a força blindada em setembro, e deixando apenas 50 ou 60 divisões para defender a linha Astrakhan-Archangel e efetuar ataques punitivos aos Urais. Então, começaria a sua descida para o Oriente Médio e em direção à Índia.

Essa estratégia revelou-se absurdamente sanguinária. Na segunda metade de julho, por razões econômicas, Hitler decidiu atacar a Ucrânia. A marcha para Moscou foi adiada por dois meses. Na verdade, ela só começou no dia 2 de outubro. No mesmo dia, o general Guderian, o melhor comandante das forças blindadas de Hitler, percebeu os primeiros flocos de neve. As fortes chuvas começaram quatro dias mais tarde. As grandes geadas logo se seguiram, na segunda semana de

novembro. A ofensiva teve de diminuir seu ritmo. Os tanques alemães chegaram a até vinte milhas do centro de Moscou, pelo lado norte, e a até trinta milhas, pelo oeste. A temperatura caía progressivamente: primeiro para vinte, depois para sessenta abaixo de zero. O relatório apresentado por Wagner, chefe do Serviço de Intendência do Exército, no dia 27 de novembro, foi resumido pelo general Halder em uma frase: “Nós chegamos ao fim de nossas forças materiais e humanas”²³. Então, no dia 6 de dezembro, sem aviso e com uma força considerável, os russos contra-atacaram.

A essa altura, estava claro que Barbarossa era um fracasso. Uma nova estratégia fazia-se necessária. A resposta de Hitler foi demitir Brauchitsch e assumir ele mesmo o comando operacional. Imediatamente emitiu ordens proibindo recuos táticos. Isso logo se estabeleceu como linha de ação, inibindo qualquer tipo de flexibilidade nas manobras. As batalhas defensivas que a *Wehrmacht* então travou, no pior do inverno, custaram mais de um milhão de perdas, 31,4% da força do Exército oriental. Ele nunca recobrou seu *élan*. A era da *Blitzkrieg*, dois anos após seu começo, estava terminada. A ofensiva foi retomada na primavera. A 21 de agosto, os alemães atingiram o cume do Cáucaso, embora nunca tivessem chegado aos campos de petróleo do sul. Dois dias mais tarde, eles penetraram em Stalingrado, no Volga. Mas, nesse momento, a capacidade ofensiva da Alemanha, no seu sentido mais amplo, estava exaurida. O futuro se resumiu numa amarga campanha defensiva.

A mudança de ataque para defesa foi determinada pela crescente interferência de Hitler nos detalhes da campanha. Ele agora, regularmente, dava ordens diretas para grupos do Exército, para as equipes de determinados setores específicos, até para comandantes de divisões e de regimentos. Havia brigas furiosas com os oficiais mais graduados, muitos dos quais eram demitidos. Um foi fuzilado. No inverno de 1941, escreveu Goebbels, Hitler “havia envelhecido muito”. “Sua capacidade de subestimar as potencialidades do inimigo — observou o general Halder —, sempre uma deficiência sua, estava agora assumindo formas grotescas”²⁴. Ele demitiu o comandante de um dos batalhões do Exército, assumindo ele mesmo o controle. Recusava-se a falar com Jodl. Aos poucos, foi-se desentendendo com todos os comandantes-em-chefe, todos os chefes do Estado-Maior, 11 dentre os 18 dos seus marechais-de-campo, 21 dos seus 40 generais de exército e quase todos os comandantes dos três setores do *front* russo²⁵.

A má condução da campanha por Hitler não foi a única razão, ou mesmo a principal, de seu fracasso na Rússia. A causa foi mais profunda, atingindo a própria concepção da guerra e as raízes de todo o propósito político de Hitler. Ao atacar a Rússia, ele estava tentando fazer simultaneamente duas coisas bastante diferentes: conseguir uma vitória militar e pôr em movimento um imenso empreendimento de engenharia social. Os dois objetivos eram mutuamente incompatíveis. Não era incomum para uma campanha militar ter um propósito político paralelo, ser uma “guerra de liberação”. Isso teria sentido em 1941. Stálin governou apenas pelo terror. Seu regime era universalmente impopular no seu país e odiado e temido em toda a Europa. Havia muitos na Alemanha e ainda mais fora da Alemanha que desejavam presenciar uma guerra contra o bolchevismo, como se fosse uma cruzada travada em nome de vários povos oprimidos da Europa, do Ártico ao mar Negro, que tinham sido pisados e oprimidos por russos semi-asiáticos. De Barbarossa participavam mais de 12 divisões da Romênia, duas da Finlândia, três da Hungria e três da Eslováquia — vindo mais tarde três divisões da Itália e uma da Espanha²⁶. Muitos desse soldados

eram voluntários. Além disso, havia muitos russos, tanto dentro como fora do seu país, que viram o ataque de Hitler como uma oportunidade de abraçar a sua liberdade próxima e destruir o regime que tinha provocado mais de vinte anos de miséria, ao preço de 15 milhões de vidas.

Hitler poderia ter-se colocado à frente de tal cruzada. Mas ter feito isso soaria falso para si mesmo. Ele não estava interessado em liberação. Da mesma forma que Stálin, pensava mais em escravidão. Um acidente racial fez com que se tornassem oponentes e se lançassem um contra o outro. Mas, em aspectos essenciais, ambos eram companheiros de ideologia, defendiam Utopias baseadas na divisão fundamental da humanidade em elites e escravos. Os objetivos de Hitler na Rússia não eram de forma alguma idealistas. Eram tacanhos e cruelmente ambiciosos. Ele tentou explicá-los a 250 oficiais graduados alemães das três forças, numa reunião a 30 de março de 1941.²⁷ A guerra contra a França, disse ele, tinha sido uma guerra “dentro do convencional, de caráter estritamente militar, como fora a guerra contra o Ocidente. Foram aplicadas as regras e técnicas que se usam na guerra. Mas, no Leste, as coisas seriam bastante diferentes. A Alemanha declararia guerra total contra a Rússia: “Nós temos uma guerra exterminadora nas nossas mãos”. O propósito da campanha era extermínio, expansão e dominação em bases coloniais. Os generais parecem não ter apreendido a magnitude do que Hitler propunha²⁸. Isso não o surpreendeu. Ele estava preparado. Foi por isso que começou uma vasta expansão da S.S., que agora preencheria o propósito verdadeiro para o qual ele a criara. Ele formou corpos de “especialistas”, compostos de 3.000 homens cada, que eram chamados de *Einsatzgruppen* e que operavam imitando o exemplo das unidades militares regulares, a fim de começar o mais audacioso exercício de engenharia social jamais concebido.

Assim, a pobre, torturada e mal governada Europa oriental, que já tinha, por uma geração inteira, suportado o impacto do aventureirismo ideológico de Lênin e a versão desse aventureirismo brutalmente aumentada por Stálin nos seus piores aspectos, seria o teatro de mais uma experiência totalitária. O objetivo militar de Barbarossa era incidental. O verdadeiro objetivo era exterminar o bolchevismo e sua “área de contágio judeu”, conquistar territórios para povoamento colonial, escravizar as massas eslavas em quatro “*Reich Commissariats*” (chamados Báltico, Ucrânia, Moscóvia e Cáucaso) e criar um sistema econômico autárquico que estaria à prova de qualquer bloqueio que as potências anglo-saxônicas pudessem impor²⁹.

O objetivo final de Hitler era criar um *Volk* alemão de 250 milhões de habitantes. Ele falou de sua proposta de instalar 100 milhões de alemães nas grandes planícies, ao oeste dos Urais. Em 1941, ele imaginou que, na década seguinte, os primeiros 20 milhões avançariam para o Leste. Embora visse o projeto de colonização de modo claro, ele imaginava vagamente de onde viriam os colonizadores. Aqueles qualificados e desejosos de se estabelecerem, os *Volksdeutsche* do sudeste da Europa, somavam apenas cinco milhões, talvez no máximo oito. Alfred Rosenberg considerava a idéia de, quando a guerra fosse vencida, “recrutar” colonizadores escandinavos, holandeses e ingleses, já que se aproximavam racialmente dos alemães. Alguns ângulos dessa grande transferência de população, que seria a mais gigantesca e decisiva da história, foram determinados em detalhes meticulosos. Haveria poligamia e a livre escolha de mulheres para os soldados condecorados. A Criméia, depois de ser “purificada” dos eslavos e dos judeus, seria transformada num gigantesco balneário alemão, sob seu antigo nome grego de Tauria, povoada por camponeses transfe-

ridos em massa do sul do Tirol³⁰. Uma nova civilização *Volk* foi planejada para as vastas áreas da Ucrânia e do sul da Rússia européia. Como Hitler descreveu,

a região tem de perder a característica de uma estepe asiática. Ela tem de ser europeizada!... O “camponês do *Reich*” deverá viver em povoados extremamente belos. As agências e autoridades alemãs têm de ter lindos edifícios, e os governadores, palácios. Ao redor de cada cidade, um anel de lindos vilarejos será colocado num raio de trinta ou quarenta quilômetros... Essa é a razão de estarmos agora construindo grandes artérias de trânsito na ponta sul da Criméia até as montanhas do Cáucaso. Ao redor desse filamento de estradas, as cidades alemãs serão colocadas como pérolas num colar, e em volta das cidades ficarão os povoados alemães. Porque não abriremos *Lebensraum* entrando nos mesmos velhos e esquecidos buracos russos! A ocupação alemã deve ser feita num nível muito superior!³¹

O sonho visionário de Hitler se expandia, nos intoxicantes dias de 1941, e veio a envolver toda a Europa. A Bélgica, a Holanda, o Luxemburgo, toda a França ao norte do Somme seriam incorporadas numa Alemanha maior, sendo o nome das cidades transformados: Nancy seria Nanzig; Besançon, Bisanz; Trondheim seria a principal cidade alemã e base naval com 250.000 habitantes. Os Alpes seriam a fronteira entre o “Império Alemão do Norte”, com a nova “Germania” como sua principal capital, e o “Império Romano do Sul”. O papa seria enforcado, com suas vestes pontificais, na Praça de São Pedro. A catedral de Estrasburgo se transformaria num gigantesco “Monumento ao Soldado Desconhecido”. Novos grãos, tais como o centeio perene, seriam inventados. O fumo seria proibido, o vegetarianismo compulsório, “reviver-se-ia a arte címica de tricotar” e se nomearia um “Comissário Especial para os Cuidados dos Cachorros” e um “Assistente para a Defesa contra Mosquitos e Insetos”³².

Muitas dessas propostas “construtivas” tiveram de esperar. Mas, a partir do dia 22 de junho de 1941, o trabalho preliminar de destruição poderia começar. A “Solução Final” para os judeus estava ligada organicamente ao programa de colonização russa, que examinaremos no próximo capítulo. Em termos militares, o importante em 1941 foi a decisão concretizada nas ordens de Heydrich, em maio, e confirmada por um “decreto do *Führer*”: classificavam-se para execução imediata os funcionários comunistas, judeus, ciganos e “asiáticos inferiores”, e eximiam-se de punição os membros das forças que as levassem a cabo. A “Determinação sobre o Comissário”, do dia 6 de junho de 1941, insistia no fato de os funcionários soviéticos “em princípio serem fuzilados imediatamente”. A “linha de ação” publicada logo antes de Barbarossa exigia “medidas cruéis e enérgicas contra agitadores bolcheviques, guerrilhas, sabotadores, judeus, e a eliminação total de toda a resistência ativa e passiva”³³. Na prática, os *Einsatzgruppen* arrebanhavam todas as pessoas de educação superior e líderes sociais em áreas ocupadas pelos alemães, e fuzilavam-nos em grande número. Cerca de quinhentos mil judeus russos europeus foram mortos em 1941 e, talvez, um número igual de russos. Otto Ohlendorf, um dos comandantes dos *gruppen*, admitiu em Nuremberg que só a sua unidade tinha eliminado noventa mil homens, mulheres e crianças, em 1941. Em junho, a nação russa começou a se conscientizar do fato horripilante de que ela enfrentava o que parecia ser uma guerra de extermínio.

O resultado foi a salvação de Stálin e de seu regime. Quando finalmente Stálin resolveu falar ao povo russo, no dia 3 de julho, estava claro que ele poderia transformar a luta numa Grande Guerra Patriótica. Comparou Hitler a Napoleão. Pediu a guerrilha e uma vasta “tática da terra arrasada”. Esse apelo encontrou algum eco. Pela primeira vez, desde 1918, a prática da religião foi permitida. Esse foi talvez o maior fator isolado na recuperação da identidade nacional. A alguns prisioneiros de campos de concentração foi permitida a liberdade para que formassem “batalhões punitivos” na linha de frente. Boris Pasternak, ao escrever *Doctor Zhivago*, forneceu uma comovente descrição de como os internos receberam entusiasticamente a guerra³³. Stálin até condescendeu na existência de uma pequena “democracia” participatória, deixando o seu gabinete de trabalho, em forma de abóboda, no Kremlin, de onde observava sentado a máscara mortuária de Lênin, e se dirigiu ao Soviet, na segurança dos subterrâneos de Moscou, no dia 6 de novembro. Como era próprio de sua personalidade, mentiu aos membros do Soviet, dizendo que a Rússia tinha “muito menos tanques do que a Alemanha”: de fato, o Exército Vermelho tinha começado com 13.000 tanques³⁵. No dia que se seguiu, ele discursou na praça Vermelha, invocando os santos e os guerreiros da Rússia Imperial: “Deixem que as imagens varonis dos nossos grandes ancestrais — Alexander Nevsky, Dimitry Donskoy, Kuzma Minin, Dimitry Pozharsky, Alexander Suvorov e Mikhail Kutozov — os inspirem nesta guerra!”³⁶.

Mesmo assim, o regime chegou perto da destruição em novembro de 1941. A maior parte dos departamentos governamentais foi evacuada para Kuibyshev, no Volga. Houve uma queima geral dos arquivos que não podiam ser transferidos. Assim que a notícia se espalhou, surgiram tumultos. Multidões invadiram as lojas de comida. Funcionários do partido rasgaram suas carteiras e se esconderam. O que impediu a dissolução foi saber que Stálin permanecia em Moscou³⁷.

Stálin lá permaneceu seguindo as mesmas razões que levaram Hitler a concentrar todo o poder em suas mãos: ele não confiava nos generais e desejava manter o controle pessoal do terror. Era por essa única maneira que ele sabia governar. Embora fizesse o jogo patriótico, nunca afrouxava o peso mortal do medo imposto a todos. O Exército se manteve unido por laços de pavor e de lealdade. Seu ex-secretário, o coronel-general L.Z. Mekhlis, era agora chefe do Diretório Político do Exército e se tinha encarregado de milhares de execuções durante o expurgo. Stálin o tinha enviado à Finlândia durante a *débâcle* do inverno de 1939-40; lá ele demitiu, prendeu e fuzilou comandantes fracassados. Pela lei militar leninista, era crime ser feito prisioneiro. Mekhlis tinha armado uma cena pavorosa, em março de 1940, quando milhares de prisioneiros de guerra que retornavam foram saudados em Leningrado com a faixa “A mãe pátria saúda os seus heróis”; marcharam direto pelos caminhos laterais das estradas de ferro, foram em seguida amontoados em vagões de gado e levados para os campos de concentração³⁸. Sob as ordens pessoais de Stálin, Mekhlis e seu assistente, o comissário do Exército E.A. Shchadenko, continuaram a prender e a fuzilar oficiais selecionados durante os anos de 1940 e 1941. O comandante do Grupo do Exército no Ocidente, D.G. Pavlov, foi assassinado por “traição”. Houve outra leva de fuzilamentos em outubro de 1941 e mais uma em julho de 1942, tendo a última o objetivo de interceptar um *coup*³⁹. A nova e aterrorizante Força de Segurança de Campo, Smersh, que cooperava com batalhões de bloqueio da polícia na linha de trás do *front* para evitar debandadas, ocupava-se das classes inferiores. Os parentes daqueles que se sabiam serem prisioneiros de guerra tornavam-se

prisioneiros por tempo indeterminado⁴⁰. Com a perspectiva da morte ao seu redor, o soldado russo comum não tinha qualquer alternativa, a não ser a de lutar até suas últimas forças.

Qualquer pessoa sobre cuja lealdade pairasse o mínimo de suspeita, mesmo que hipoteticamente, era tratada como um animal. Os prisioneiros políticos encontrados em áreas abertas ao avanço alemão eram massacrados⁴¹. Stálin se envolveu com a engenharia social da defesa num grau pouco menos ambicioso do que o dos planos alucinados de Hitler. Os alemães da República Autônoma Alemã do Volga, que somavam 1.650.000, foram transportados brutalmente para a Sibéria. Seguiram-se outras nações inteiras — os chechens, os inguches, os karachays, os balkars do norte do Cáucaso, os calmuques do noroeste do Cáspio, os tártaros da Criméia, os meskhetians da fronteira turco-soviética. Alguns desses crimes genocidas foram perpetrados muito depois que o perigo de guerra alemão havia passado. Os chechens foram removidos em fevereiro de 1944, sendo transportados em caminhões americanos fornecidos sob a Lei de Empréstimo e Arrendamento⁴².

A crueldade de Stálin, combinada com a loucura de Hitler, assegurou a sobrevivência soviética. Enquanto generalíssimo, os dois homens eram estranhamente parecidos, quer na sua total indiferença a perdas, por mais calamitosas que fossem, quer na sua recusa em visitar os *fronts* (em ambos os casos, por razões de segurança), quer nas suas conduções pessoais das campanhas. Às vezes Stálin, como Hitler, dispunha ele mesmo as tropas em posição de combate. No dia 30 de novembro de 1941, Stálin recebeu um relatório, segundo o qual a cidade de Dedovo-Dedovsk, a vinte milhas a oeste de Moscou, havia caído. Ele ordenou a Zhukov e a mais dois comandantes do Exército, Rokossovsky e Govorov, que reunissem uma companhia de rifles e dois tanques para retomá-la pessoalmente⁴³. Mas crescia-se à maneira de ser de Stálin uma dimensão extra de sigilo, que nem mesmo o desconfiado Hitler possuía. A partir do momento em que recuperou seu sangue-frio, ou seja, no início de julho de 1941, Stálin começou a acumular em silêncio forças militares próprias, a Stavka, que ele pessoalmente comandava, e cuja existência era escondida a qualquer comandante do Exército, mesmo aos mais graduados⁴⁴. O sistema leninista de controle político do Exército, com suas cadeias de comando duplicadas, foi o que tornou tal fato possível. A qualquer hora na guerra, portanto, Stálin tinha seu próprio exército privado, por ele dirigido pessoalmente, seja para lançar ofensivas inesperadas e assim manter o controle da batalha, seja para surpreender seus generais, como Hitler o fez com a S.S. Ele se lembrava dos dizeres de Lênin: “A retaguarda instável de Denikin, Kolchak e Wrangel e os agentes imperialistas predeterminaram suas derrotas”. Stálin “estabilizou” sua retaguarda com a Stavka, tropas da NKVD e do partido, e com uma organização chamada *Tsentral'nyi Shtab*, que controlava as guerrilhas por ele mesmo comandadas⁴⁵.

Nessa luta pessoal pela sobrevivência, Stálin foi sempre grandemente ajudado pelas democracias ocidentais. Pode-se dizer que, se a política de Hitler salvou o regime, Churchill e Roosevelt salvaram Stálin. Quando Hitler atacou, havia pessoas de cabeça fria que argumentavam dever a ajuda ocidental à Rússia ser em base de simples interesse material, altamente seletiva e sem compromisso moral ou político. Segundo o relatório de George Kennan para o Departamento de Estado, essa ajuda deveria “evitar qualquer coisa que nos identificasse política ou ideologicamente com o esforço de guerra da Rússia”. A Rússia deveria ser tratada como um “companheiro de viagem”, em vez de “um associado político”⁴⁶. Essa posição era sensata. No plano

moral, Stálin não estava melhor do que Hitler. Talvez estivesse até pior. Essa posição se constituía num conselho prático também, porque fortalecia uma estrutura dentro da qual acordos podiam ser feitos, sem levantar qualquer suposição de que a Rússia seria consultada quanto à disposição do mundo de pós-guerra.

A Grã-Bretanha não tinha quaisquer obrigações para com a Rússia. Até o momento final da invasão alemã, o regime soviético fez o melhor que pôde para ajudar o esforço de guerra de Hitler, cumprindo escrupulosamente os contratos de entrega de matérias-primas. Ainda em junho de 1941, a RAF considerava a possibilidade de bombardear os campos de petróleo de Baku, que estavam suprindo a *Wehrmacht*⁴⁶. Mas, a essa altura, Churchill estava perto do desespero, ante a perspectiva de uma guerra prolongada e a possibilidade de uma investida alemã bem-sucedida no Oriente Médio. Quando Hitler virou-se contra a Rússia, o alívio de Churchill foi tão intenso que ele reagiu de maneira irracional. Apresentava-se naquele momento a oportunidade de combinar o poder industrial anglo-saxônico com a mão-de-obra russa, objetivando sangrar o Exército alemão até a morte! Esse foi exatamente o mesmo impulso que inspirou a Churchill o plano Galípoli na grande Guerra, e cujo sucesso, ele ainda acreditava, teria alterado todo o curso da história mundial. Na noite da invasão alemã, Churchill, sem consultar seu gabinete de guerra, envolveu a Grã-Bretanha numa operação com a Rússia. Eden ficou muito mais entusiasmado ainda sob a influência de seu secretário Oliver Harvey, um intelectual pró-soviético de Cambridge que encarava o arquipélago Gulag como o preço necessário para a modernização russa⁴⁸. Para lançar a nova aliança, Churchill escolheu como emissário o seu amigo *lord* Beaverbrook. Ele repeliu os argumentos dos especialistas da Embaixada britânica que compartilhavam da opinião de Kennan e que queriam negociações duras “para trocar suprimentos por informações detalhadas sobre a produção e recursos da Rússia”. Beaverbrook pôs em prática a seguinte posição política: “deixar claro, acima de qualquer dúvida, que os governos britânico e americano tinham a intenção de satisfazer as necessidades russas no máximo do alcance deles, dessem os russos qualquer coisa em troca ou não. Seria uma festa de Natal”⁴⁹.

A ajuda foi dada incondicionalmente e passada diretamente à autocracia de Stálin. Jamais se perguntou o que ele fez com essa ajuda. O povo soviético nunca foi oficialmente informado da sua existência. Assim, a América e a Grã-Bretanha ofereceram a Stálin os meios com os quais ele escorou seu poder pessoal, pagando em troca com a moeda barata da vida dos seus soldados. Churchill e Roosevelt ficaram satisfeitos com esse acordo. Entre os dons de Stálin estava a sua capacidade tenaz de se mostrar um moderado. Essa capacidade lhe foi útil por todo o período de 1921 a 1929, quando, passo a passo, abriu caminho para a celebridade solitária. Ao lidar com os extremistas de ambas as alas sucessivamente, ele havia sido sempre um moderado. E, agora, tomava a atitude de um moderado. Churchill e Eden, Roosevelt e seu enviado Averell Harriman, todos aceitavam a idéia de que Stálin era um estadista de centro, que com grande dificuldade tentava controlar seus seguidores fanáticos e violentos. Stálin alimentava tal fantasia com obscuras insinuações ocasionais. (O curioso é que Hitler, tendo usado a mesma tática no passado, também foi tapeado; como o foi Mussolini)⁵⁰. Assim, Stálin e a sua autocracia foram os únicos beneficiários da ajuda democrática.

A importância do auxílio ocidental para a sobrevivência soviética não pode ser avaliada até que os pesquisadores tenham acesso aos arquivos soviéticos; para

isso terão de esperar a extinção do sistema. Em circunstâncias cuidadosamente mantidas sob controle, Stálin recebia informações a respeito de detalhes impressionantes das disposições e planos da Alemanha no *front* oriental, obtidas através do sistema de inteligência Enigma/Ultra⁵¹. Tal estratégia teve um peso muito importante na campanha, a partir de 1942, e atribuiu a Stálin créditos que ajudaram nas suas vitórias retumbantes em 1943-44. De importância ainda mais decisiva foram os suprimentos militares rapidamente enviados para Archangel e Murmansk, no primeiro outono da invasão, o que tornou possível a ofensiva de Stálin a 6 de dezembro e mudou o equilíbrio da balança durante o primeiro inverno desesperador. Estavam incluídos duzentos caças modernos, originalmente destinados a bases altamente vulneráveis da Grã-Bretanha em Cingapura, a qual carecia de um caça moderno. O desvio desses aviões (além de tanques) para a Rússia selou o destino de Cingapura⁵². Assim, por uma das maiores ironias da história, é provável que Churchill, o último grande imperialista britânico, tenha sacrificado um império liberal a fim de preservar um totalitário.

O início da contra-ofensiva soviética, a 6 de dezembro de 1941, marcou a data em que Hitler perdeu o controle da guerra. Ele havia dominado a política mundial desde que invadira a Polónia, em 1939, sempre mantendo qualquer iniciativa em suas mãos solitárias. Agora, de repente, estava sujeito aos fatos, em vez de dominá-los. Talvez por reconhecer inconscientemente essa verdade grave — ou talvez por querer escondê-la —, cinco dias mais tarde tomou uma decisão de tal insensatez que mal se pôde acreditar nela.

Um dos grandes mistérios de toda a carreira de Hitler foi o seu fracasso em coordenar seus planos de guerra com os japoneses. Estes tinham sido seus aliados desde o Pacto Anti-Comintern, de 25 de novembro de 1936. Como potências “mais pobres” com objetivos expansionistas, ambas tinham muito em comum, inclusive uma capacidade militar a curto prazo, de tremenda violência, e de quase insuperáveis fraquezas logísticas a longo prazo (nenhum deles possuía petróleo ou tinha acesso a ele). Para que ambos vencessem, tinham que agir de comum acordo. Apesar disso, não o fizeram. Hitler notificou o Japão sobre seu pacto com Stálin em agosto de 1939, com apenas dois dias de antecedência, o que tornava as garantias do Anti-Comintern um disparate⁵³. Quando ele decidiu reverter a política em 1941, fez com que os japoneses parecessem ainda mais idiotas. Ele sabia que a elite governante japonesa estava dividida entre uma estratégia “setentrional” de atacar a Rússia e uma estratégia “meridional” contra os antigos impérios. O Japão assinou o pacto do Eixo em 27 de setembro de 1940. Se Hitler tivesse atravessado primeiro o Oriente Médio, indo contra a Grã-Bretanha em 1941, então a estratégia japonesa “meridional” lhe seria vantajosa. Se, como ele finalmente decidiu, fosse primeiro contra a Rússia, então seu interesse seria persuadir o Japão a optar por um ataque ao norte. No princípio de abril de 1941, o ministro do Exterior Japonês, Matsuoka Yosuke, que era fortemente pró-Eixo, estava em Berlim. Hitler nada lhe disse sobre o seu plano de atacar a Rússia. Matsuoka foi de Berlim a Moscou e, no dia 13 de abril, assinou um pacto de neutralidade, propiciando assim uma estratégia meridional. Quando Hitler invadiu a Rússia, oito semanas mais tarde, Matsuoka ingenuamente confessou aos seus colegas: “Eu concluí o pacto de neutralidade porque achei que a Alemanha e a Rússia não entrariam em guerra. Se eu tivesse sabido que elas entrariam em guerra... não teria concluído o pacto de neutralidade”⁵⁴. Daí para a frente, o Japão se voltou para a estratégia “meridional” e, em outubro, o espião de Stálin, Sorge, lhe disse que era

seguro transferir umas vinte divisões orientais para o *front* ocidental, onde elas de fato chegaram a tempo para a contra-ofensiva em dezembro.

Apesar disso, Hitler abriu caminho para o ataque japonês, ao permitir que Ribbentrop, no dia 21 de novembro, assegurasse ao Japão que a Alemanha entraria em guerra ao seu lado contra os Estados Unidos, embora não estivesse obrigada a fazê-lo sob o Pacto do Eixo⁵⁵. Do ponto de vista de Hitler, o ataque japonês de surpresa contra a Grã-Bretanha e a América, às duas horas da manhã do dia 8 de dezembro, não podia ter sido pior planejado, já que aconteceu dois dias após as terríveis notícias da ofensiva de Stálin. Entretanto, no dia 11 de dezembro, Hitler declarou guerra à América. Ribbentrop convocou o encarregado de Negócios dos Estados Unidos, Leland Morris, manteve-o de pé, discursou furiosamente sem parar, até que finalmente gritou: "*Ihr Präsident hat diesen Krieg gewollt; jetzt hat er ihn!*" (O seu presidente quis essa guerra. Agora ele a tem!) e depois saiu batendo os pés⁵⁶.

De fato é muito improvável que Roosevelt pudesse ter persuadido o Congresso a declarar guerra à Alemanha, caso Hitler não tivesse tomado a iniciativa, e, menos ainda que pudesse ter dado prioridade à derrota dos nazistas. No dia 22 de junho de 1941, Hitler se arriscou tremendamente numa jogada que não foi bem-sucedida; daí para a frente, o máximo que ele poderia esperar da guerra era um empate. Mas, no dia 11 de dezembro de 1941, ele tomou uma decisão que determinou a sua derrota. A única vantagem que ele obteve a curto prazo foi a chance de lançar uma ofensiva de submarinos no Atlântico, antes que a América se organizasse para enfrentá-la. Ele disse a Ribbentrop: "A razão principal para a guerra está no fato de os Estados Unidos já estarem bombardeando os nossos navios"⁵⁷. Mas a incapacidade de Hitler em compor uma esquadra de 100 submarinos oceânicos, que os seus almirantes lhe haviam exigido em 1939, neutralizou esse ataque preventivo. Apenas 60 submarinos estavam disponíveis em 1941, o restante não ficou pronto até o final de 1942, quando as contramedidas dos Aliados tornaram uma vitória alemã no Atlântico impossível. Sob todos os aspectos, a curto e a longo prazo, a guerra com a América foi de uma desvantagem esmagadora para a Alemanha. O gesto de Hitler não passou de uma bravata. Ele disse ao *Reichstag*: "Sempre atacaremos primeiro. Sempre daremos o primeiro golpe". Foi uma tentativa de persuadir os alemães, o mundo, talvez até a si próprio de que ele, o estadista principal da Europa, ainda estava em posição de ditar os acontecimentos mundiais. Essa bravata resultou no oposto, assinalando o final de uma hegemonia européia e introduzindo a era das superpotências extra-europeias.

A entrada do Japão no conflito foi igualmente equivocada. Mas os seus antecedentes eram mais complicados. Continham elementos do que se podia chamar de histeria racional. Como disse o embaixador americano, Joseph Grew, "uma psicologia de desespero nacional se transforma numa determinação de arriscar tudo"⁵⁸. Os japoneses estavam incomodamente conscientes de seu curto poder de permanecer na guerra, como havia mostrado a guerra russo-japonesa de 1904-1905, que começara com brilhantes vitórias japonesas, mas caminhara para uma guerra de atritos da qual o Japão foi salvo pela intervenção das grandes potências. A guerra com a China, iniciada em 1937, tinha provado ser uma ilusão semelhante. Até 1940, o Japão havia ocupado todas as grandes cidades da China, se apossado do moderno setor da sua economia, e controlado todas as suas principais ferrovias, estradas e comunicações fluviais: entretanto, a guerra resultou num empate. A China era inconquistável; todos os dilemas econômicos do Japão permaneceram os mesmos — na verdade, foram agravados pelo esforço da luta com a China. O que ocorreu não

foi o fato de o Japão ter engolido a China, como os militares exaltados haviam previsto, mas o da China, na sua importância gigantesca e chafurdante, ter engolido o Japão. Os quase indefesos impérios francês, britânico e holandês do sudeste da Ásia e das Índias, as Filipinas americanas, a vastidão do Pacífico ofereciam tentações e perigos análogos. Esse fato não escapou sequer à inteligência limitada do Tenno Hiroito. Quando, no dia 5 de setembro de 1941, os dois chefes do Estado-Maior, o general Sugiyama e o almirante Nagano, lhe disseram que a estratégia meridional podia ser completada com êxito por uma guerra relâmpago de noventa dias, ele respondeu que Sugiyama havia dito a mesma coisa quando da guerra contra a China, durando já três anos e ainda inacabada. Sugiyama: “A China é um continente. O ‘sul’ é constituído na sua maior parte de ilhas”. O Tenno: “Se o interior da China é imenso, o oceano Pacífico não é ainda maior? Como pode você ter certeza de que a guerra vai terminar em três meses?”⁵⁹.

Não havia resposta para tal pergunta. Como colocou o almirante Nagano: “Se me dizem para lutar sem preocupação com as conseqüências, soltarei as rédeas por seis meses ou um ano; mas não tenho a menor confiança no segundo e terceiro anos”⁶⁰. O mais capaz dos comandantes navais, o almirante Yamamoto, disse que o Japão não podia esperar vencer a guerra contra a Grã-Bretanha e a América, por mais que as vitórias iniciais fossem espetaculares. O coronel Iwakuro, especialista em logística, disse numa “conferência de ligação”, na qual se encontravam os militares superiores e chefes do governo, que os diferenciais da produção americana e japonesa eram os seguintes: aço, 20 para 1; petróleo, 100 para 1; carvão, 10 para 1; aviões, 5 para 1; construção naval, 2 para 1; mão-de-obra, 5 para 1; total, 10 para 1. Entretanto, emitir tais opiniões, mesmo no sigilo privilegiado das conferências de ligação, era pôr-se em risco de assassinato ou demissão. Tratava-se de uma atitude contrária ao código relativista “de honra”, o impulso então dominante na vida japonesa. Após Yamamoto haver expressado sua opinião, houve necessidade de se lhe dar um comando naval que o pusesse fora do alcance dos assassinos. O coronel foi enviado imediatamente para o Camboja. O embaixador Grew relatou (22 de outubro de 1940) que o imperador foi informado de que seria assassinado se ele se opusesse à política de guerra⁶¹.

O resultado foi içar ao poder gente inconseqüente ou até emocionalmente instável, como Matsuoka. Esse homem tinha sido chefe das ferrovias da Manchúria e figura proeminente na rede de negócios do Exército que provocou a guerra da China, lucrando com isto. Ele realmente personificava o que mais tarde se tornaria o conceito mítico do “complexo industrial militar”. Foi ele quem deu à estratégia “meridional” algum tipo de fundamento lógico, político e econômico, criando a frase “a esfera de co-prosperidade da Grande Ásia Oriental”⁶². Ele sintetizou a esquizofrenia do Japão, a incompatibilidade conflitante do novo e do velho, do leste e do oeste, mesclando o catolicismo e o xintó, sofisticadas técnicas de negócios e extremo barbarismo. Ele se ressentiu muito quando, depois de assinar o acordo russo, Stálin (caracteristicamente) rodopiou com ele pelo salão, dizendo: “Nós somos todos asiáticos aqui — todos asiáticos!”. Hitler disse a Mussolini, desconfiadamente, que Matsuoka, embora cristão, “fazia sacrifícios a deuses pagãos” e combinava “a hipocrisia de um missionário bíblico americano com a habilidade de um asiático japonês”. Roosevelt, graças à “Operação Magia”, que furou os códigos japoneses, leu algumas das mensagens de Matsuoka e as achou “o produto de uma mente profundamente perturbada”. Essa opinião era compartilhada pelos colegas de Matsuoka. Depois de

uma conferência de ligação, o ministro da Marinha perguntou: “(O ministro do Exterior é louco, não é?”⁶³.

No entanto, na atmosfera da anarquia heróica do governo do Japão, a loucura passava despercebida. Uma vez embarcado na campanha da China, o Japão se tornara moralmente isolado do resto do mundo. A destruição da França por Hitler desequilibrou a balança em favor da tentação. Conforme disse o embaixador britânico, *sir Robert Craigie*: “Como... poderiam os japoneses esperar que Hitler dividisse os espólios com eles, a não ser que estivessem ativamente associados às espoliações?”⁶⁴. Essa foi a base do Pacto Tripartite com a Alemanha e a Itália, assinado por Matsuoka em setembro de 1940. A maneira como a política japonesa foi definida inibia discussões sensatas. A democracia tinha sido destruída em 1938. Os partidos foram abolidos em 1940, sendo substituídos pela Associação de Assistência do Governo Imperial⁶⁵. O gabinete parou de deliberar sobre assuntos importantes. As decisões deveriam ser tomadas nas conferências de ligação, freqüentadas pelo Tenno, o *premier* e o ministro do Exterior, os dois ministros das Forças Armadas (algumas vezes chefes de Estado-Maior também) e dois ministros da corte. Mas as Forças Armadas não confiavam nos políticos ou uma na outra — cada qual dirigia sua própria rede diplomática através de adidos militares.

Tojo, ministro da Guerra desde 1940, escondeu seus planos da Marinha, que ele encarava como irresponsável e covarde. Buscou o seu caminho e se manteve informado, acumulando cargos. Assim, tornou-se ministro do Interior e ministro do Exterior, em julho de 1941 (quando Matsuoka foi demitido por causa da invasão nazista na Rússia), e, finalmente, primeiro-ministro, em 18 de outubro. Mesmo assim, ignorava completamente o plano da Marinha em relação a Pearl Harbor, até oito dias antes de sua execução. Realmente era impossível a qualquer homem possuir o controle central efetivo das informações, sem adotar uma postura de arrogância que provocasse um assassinato instantâneo. É significativo que Tojo, o engolidor de fogo da estratégia “meridional” — ele era conhecido como Navalha — tenha-se tornado muito menos agressivo ao assumir o cargo de primeiro-ministro e que tenha denunciado o plano de Pearl Harbor (quando soube dele) como “inteiramente inadmissível, uma contravenção aos procedimentos aceitos... danoso à honra e ao prestígio nacionais”⁶⁶. Apesar disso, a guerra e o plano seguiram seu curso.

As conferências de ligação inibiam a honestidade. O imperador-deus sentava-se entre dois queimadores de incenso, num tablado em frente a um biombo de ouro, com os meros mortais sentados em duas mesas cobertas de brocado, posicionadas em ângulos retos a ele⁶⁷. Uma linguagem especial e arcaica, própria da corte, tinha de ser usada. O Tenno dava seu ato de aprovação ao bater seu sinete de ouro. Normalmente ele não falava. Ou, se falava, era contra o protocolo anotar suas palavras; portanto, não há registros de suas declarações. Uma vez (6 de setembro de 1941), ele lançou uma advertência através da leitura de um poema escrito por seu avô. Não lhe era permitido fazer perguntas ou expressar opiniões: isso era feito em nome dele pelo presidente do Conselho, baseado no que este último achava ser a intenção do Tenno dizer⁶⁸. Muitas vezes as decisões concretas, caso houvesse alguma, eram tomadas em acordos bilaterais sussurrados, ou então cada um simplesmente agia da maneira que julgasse melhor.

A conferência de 19 de setembro de 1940, quando a aliança com os nazistas foi aprovada, mostrou o sistema na sua pior faceta. Mais tarde, Hirohito chamou a esse fato de “o momento da verdade” e disse que sua falha em quebrar o protocolo

e expressar suas objeções eram “um crime moral”. O instável Matsuoka, que era dessa opinião mesmo antes de Pearl Harbor, foi ao Tenno para “confessar seu pior erro”, avisou sobre a “calamidade” e caiu em pranto⁶⁹. Todos achavam o sistema estabelecido intolerável; tal fato provocou um movimento escapista traduzido num excesso de atividade — sempre atraente aos impacientes japoneses. Tojo, na sua frustração, começou a cavalgar pelos mercados de Tóquio e, como resposta às reclamações dos pescadores, que diziam não ter combustível para seus barcos, ele gritou: “Trabalhem mais, trabalhem mais!”. E disse a um colega: “Há momentos em que nós temos que ter a coragem de fazer coisas extraordinárias, como pular com os olhos vendados da varanda do Templo de Kiyomizu!”⁷⁰.

Pular de olhos vendados do templo é, na verdade, uma imagem precisa da decisão japonesa de ir à guerra. Os relatórios das conferências políticas revelam quatro fatos: que todos os líderes japoneses acreditavam que o Japão, para sobreviver, tinha de ter acesso ao sudeste asiático e às suas matérias-primas; que o Japão estava sendo colocado contra a parede pela América e Grã-Bretanha; que havia uma vontade geral de aceitar riscos e, portanto, uma simples coibição não funcionaria; e que havia uma relutância correspondente em discutir as conseqüências do fracasso. Quando a Alemanha eliminou a França, os japoneses exigiram e conseguiram campos de pouso na Indochina: isso provocou as primeiras sanções econômicas americanas. A essa altura, apenas o Exército queria claramente a guerra. Em 1941, a Indochina foi ocupada e, a 28 de julho, a América aplicou sanções totais, incluindo o petróleo, o que levou a questão ao ponto crítico. Daí para a frente, o Japão teve de reduzir suas reservas de petróleo para 28.000 toneladas por dia e sua única perspectiva de se ressarcir era apoderando-se das Índias Orientais Holandesas. A Marinha insistia no fato de que deveria haver ou um acordo negociável ou a guerra. Como disse Nagano: “A Marinha está consumindo quatrocentas toneladas de petróleo por hora... Nós queremos decidir isso de uma maneira ou de outra, rapidamente”⁷¹.

Será que a América poderia ter apaziguado o Japão? Será que ela desejava isso? Os chefes das Forças Armadas, o general Marshall e o almirante Stark, sem dúvida o queriam, já que achavam ser a destruição do poderio alemão prioritária e precisavam de tempo para fortalecer as defesas das Filipinas e da Malaia. Diferentemente do lado japonês, onde os militares estavam levando os civis à guerra, os americanos tentavam refrear a administração de Roosevelt⁷². Roosevelt era apaixonadamente pró-chineses. Ele podia ser considerado um dos membros fundadores do “lobby da China”, que já estava funcionando vociferantemente em 1940 e já contava com a presença de seus amigos Harry Hopkins e Henry Morgenthau. Ele sempre acreditou na existência de um “plano de conquista” de cem anos (na verdade mítico) que os japoneses haviam delineado em 1889.⁷³ Em contraste com a sua relutância em interferir no teatro europeu, Roosevelt tinha sempre sido incisivo na Ásia, propondo à Grã-Bretanha, desde dezembro de 1937, um bloqueio total ao Japão. A hostilidade ao Japão, ele bem o sabia, foi sempre popular na América. Considerava a guerra com o Japão inevitável e, diferentemente dos oficiais-generais, só via vantagens em precipitá-la. Sempre pró-soviético, sua belicosidade aumentou vertiginosamente quando a Rússia entrou em guerra. Seu amigo íntimo, o secretário do Interior, Harold Ickes, escreveu-lhe no dia seguinte da invasão da Rússia:

Embargar petróleo ao Japão seria um dos atos mais populares que você poderia fazer em qualquer parte do país. O embargo de óleo para o Japão pode

resultar numa situação que tornaria não só possível como fácil entrar na guerra de uma maneira efetiva. E se nós indiretamente fôssemos levados à guerra, evitaríamos a crítica de que teríamos entrado como um aliado da Rússia comunista⁷⁴.

As intercepções da “Magia” fortaleceram Roosevelt em sua política de guerra, porque mostravam claramente que, nas longas negociações que se seguiram ao embargo do petróleo e que duraram até o ataque japonês, o Japão estava sistematicamente enganando enquanto planejava a agressão. Mas essas intercepções não contaram a estória toda. Se Roosevelt e Cordell Hull possuísem transcrições das conferências de ligação, compreenderiam a confusão e as dúvidas angustiadas que se achavam por trás da política japonesa. Na conferência de ligação de 1º de novembro, quando foi tomada a decisão final de se ir à guerra (enquanto as negociações continuavam), não era alto o nível de debate estratégico:

Kaya, o ministro das Finanças: — Se nós continuarmos como no presente, sem guerra, e se daqui a três anos a esquadra americana vier a nos atacar, a Marinha terá chance de vencer ou não? (pergunta feita diversas vezes). *Nagano, chefe do Estado-Maior da Marinha:* — Ninguém sabe. *Kaya:* — Será que a esquadra americana virá nos atacar? Ou não virá? *Nagano:* — Eu não sei. *Kaya:* — Eu acho que eles não virão. *Nagano:* — Nós podemos evitar a guerra agora e entrar nela daqui a três anos. Ou podemos ir à guerra agora e planejar sobre como será a situação daqui a três anos. Acho que seria mais fácil travar a guerra agora⁷⁵.

A Marinha e o Exército estavam seguros do que queriam fazer nos estágios iniciais da guerra, que deveriam durar de três a seis meses. Por conseguinte, planos e maneiras de executá-los tornavam-se cada vez mais vagos. As necessidades de suprimentos de aço independentemente calculadas pela Marinha e pelo Exército, por exemplo, só teriam sentido se o suprimento do outro fosse diminuído ao ponto de ser impossível entrar na guerra⁷⁶. Depois que as operações fossem completadas, havia uma intenção teórica de atacar a Índia e a Austrália, mas não havia nenhum plano de invadir a América, tirá-la da guerra e destruir a sua capacidade de empreendê-la. Em poucas palavras, não havia absolutamente nenhum plano estratégico de como vencer a guerra. Ao invés, havia uma suposição otimista de que, em algum estágio, a América (e a Grã-Bretanha) negociariam um acordo de paz.

Mesmo num nível tático, havia um imenso buraco no plano de guerra japonês. A Marinha tinha quase que negligenciado completamente a guerra submarina, tanto defensiva quanto ofensiva. A estratégia “meridional” do Exército estava baseada no ato de espalhar seus recursos por milhares de ilhas em milhões de milhas quadradas do oceano, todas elas tendo que ser supridas por mar. O desprezo pelo submarino significava que a Marinha não tinha meios de assegurar esses suprimentos; ou, inversamente, os meios de inibir o transporte de seus próprios suprimentos pelos Aliados. A última omissão significou que, a longo prazo, o Japão não podia impedir a América de desenvolver uma estratégia para vencer a guerra. Dada a imensa preponderância industrial da América, não havia incentivo concreto para ela procurar um acordo de paz, por mais espetaculares que fossem os sucessos iniciais do Japão. Olhada com lógica, a decisão do Japão de ir à guerra não fazia sentido. Era um *hara-kiri*.

Além disso, as circunstâncias do ataque japonês devem ter sido planejadas para provocar a intransigência americana. No decorrer de todos os seus cálculos posteriores a 1937, Roosevelt e seus conselheiros admitiram sempre que a fúria do ataque japonês cairia sobre as possessões britânicas e holandesas. Na verdade, as Filipinas também poderiam estar correndo perigo. Mas a idéia de um ataque a Pearl Harbor parece nunca ter sido considerada. O embaixador Grew relatara em 27 de janeiro de 1941: "Há um falatório geral pela cidade, segundo o qual os japoneses, caso rompam com os Estados Unidos, estão planejando arrasar de surpresa Pearl Harbor". Ninguém prestou a menor atenção⁷⁷. A idéia já pairava no ar desde 1921, quando o correspondente naval do *Daily Telegraph*, Hector Bywater, escreveu *Sea Power in the Pacific*, mais tarde transformado num romance intitulado *The Great Pacific War* (1925). A Marinha japonesa não apenas traduziu como colocou o livro no currículo da sua Escola de Guerra⁷⁸. A idéia de Pearl Harbor ficou adormecida até que Yamamoto, altamente impressionado pelos progressos dos treinamentos nos porta-aviões, decidiu que era viável. Nesse ínterim, o conceito de uma série de desembarques do Exército nos trópicos havia sido desenvolvido por um fanático chefe de Estado-Maior, o coronel Masanobu Tsuji, tão dominado pelo xintó que tentou explodir um primeiro-ministro com dinamite e queimou até às cinzas um bordel cheio de oficiais, por pura indignação moral. Suas idéias para invasão da Malaia, Filipinas, Índias Orientais Holandesas e outros alvos exigiam a eliminação da esquadra americana do Pacífico durante o período de desembarque. Isso, por sua vez, deu ao projeto de Pearl Harbor um tipo de virtude estratégica: a esquadra americana seria destruída ancorada e, enquanto ela estivesse sendo reconstruída, o Japão colocaria as mãos em todo o Sudeste asiático. O plano de Pearl Harbor em si, que significava apanhar de surpresa uma força de porta-aviões em milhares de milhas de oceano, era o plano mais complexo e audacioso da história, implicando a criação de uma rede especial de serviço secreto, maquinando novos meios de reabastecimento no mar, projetando novos torpedos e projéteis capazes de perfurar cascos blindados, e programas de treinamento de uma intensidade nunca antes empreendidos. A conferência final de planejamento naval, na Escola Naval perto de Tóquio, no dia 2 de setembro de 1941, foi algo de prodigioso nos anais da Marinha, pelo fato de abranger ataques e desembarques em milhões de milhas quadradas e envolver a fase ofensiva inteira da guerra que o Japão pretendia iniciar.

Entretanto, toda essa engenhosidade de nada serviu. A guerra no Extremo Oriente começou à 1h15min da manhã do dia 7 de dezembro, com o bombardeio marítimo da área de desembarque da Malaia e o ataque a Pearl Harbor, duas horas mais tarde. O ataque a Pearl Harbor conseguiu ser uma completa surpresa tática. Com exceção de 29 aviões, todos os outros retornaram às suas bases nos porta-aviões e a esquadra fugiu tranqüilamente. Mas os resultados, embora parecessem espetaculares na época, foram insignificantes. Cerca de 18 navios de guerra foram afundados ou seriamente danificados. Mas a maior parte em águas não profundas. Eles foram içados, reparados e quase todos voltaram à ativa a tempo de participar de operações maiores; as perdas de homens treinados foram comparativamente pequenas. Por uma questão de sorte, os porta-aviões estavam em mar aberto na hora do ataque, e o comandante da força japonesa, almirante Nagumo, tinha muito pouco combustível para procurá-los e afundá-los; assim, eles escaparam. Os bombardeiros japoneses não conseguiram destruir nem os tanques de armazenamento de petróleo naval, nem as bases dos submarinos; portanto, tanto os submarinos como os porta-

aviões — que agora eram as armas-chave na guerra naval — puderam se reabastecer e operar imediatamente.

Tudo isso teve um parco retorno militar, frente ao risco político de atacar à traição um país imenso, como os Estados Unidos, intensamente moralista, antes de uma declaração formal de guerra. Talvez essa não tenha sido a intenção japonesa (o assunto ainda está em debate), pois seus preparativos foram uma mistura característica de uma fantástica eficiência com uma confusão inexplicável. Mas o efeito causado foi importante. Hull, secretário de Estado, sabia tudo sobre o ataque a Pearl Harbor e sobre o ultimato, pois os dois enviados japoneses lhe entregaram a mensagem às 14h20min. Ensaçou então o seu pequeno veredicto da história (ele era juiz do Tennessee): “Em todos os meus cinquenta anos de serviço público, nunca vi um documento que contivesse tantas distorções e falsidades infames, em proporções tão grandes; eu jamais poderia imaginar que pudesse existir neste planeta governo capaz de expressá-las”. E, dirigindo-se aos diplomatas que se retiravam, disse-lhes: “Canalhas e mijões!”⁷⁹. Assim, a América, até então inofensiva graças a sua distância, a sua diversidade racial e a sua liderança pusilânime, despertou imediatamente unida, furiosa e determinada a declarar guerra total, com toda a sua força de nação ultrajada. A declaração leviana de Hitler, na semana que se seguiu, atraiu contra sua nação uma medida cheia dessa fúria indomável.

Na conferência de ligação do dia 5 de novembro de 1941, o chefe do Estado-Maior do Exército, o general Sugiyama, manifestou-se com relação à ampla série de operações ofensivas que o Japão tinha planejado empreender, dizendo o seguinte: “O Japão levará cinquenta dias para completar as operações nas Filipinas, cem dias na Malaia e cinquenta dias nas Índias Orientais Holandesas...; toda a operação estará completada após cinco meses da declaração de guerra...; nós poderemos continuar uma guerra prolongada se conseguirmos ter sob nosso controle bases militares importantes como Hong-Kong, Manila e Cingapura, e áreas importantes nas Índias Orientais Holandesas”⁸⁰. Fala-se muito da fundamental falta de solidez do plano de guerra japonês e, embora os seus ambiciosos objetivos tenham sido atingidos, o resultado líquido não teve relação com a capacidade do Japão de ganhar a guerra ou mesmo de forçar um impasse. Era significativo que, durante a conferência, os mapas da Índia e da Austrália, os objetivos finais, não tivessem sido nem mesmo apresentados. Nada foi feito no sentido de se treinarem técnicos que explorassem eficazmente os campos de petróleo de Sumatra.

Cingapura se rendeu a 15 de fevereiro de 1942; as Índias Orientais Holandesas, a 8 de março; as Filipinas, a 9 de abril; Corregidor, a 6 de maio, sendo que, uma semana antes, os japoneses haviam tomado Mandalay, no Alto Burma. O custo líquido em equipamentos metálicos bélicos dessas estarrecedoras vitórias foi de 100 aviões, alguns destróieres e apenas 25.000 toneladas da preciosa frota mercante do Japão. Mas esse sucesso foi ajudado por muita sorte. A destruição por meio de ataques aéreos do *Prince of Wales* e do *Repulse*, a 10 de dezembro de 1941, postos a pique em águas profundas junto com quase todas as suas experientes tripulações, foi uma vitória naval muito maior do que Pearl Harbor, ainda mais porque desmoralizou a guarnição de Cingapura-Malaia. A grande fortaleza, cujas inadequações eram um acinte às economias do período entreguerras, aos atrasos e veleidades, teria sobrevivido se o general Percival, o comandante britânico, e o general Gordon Bennet, que comandava os australianos, tivessem mostrado mais espírito de combate. O general Tomoyuki Yamashita, que comandava as forças de ataque japonesas, admitiu, depois

da guerra, que sua estratégia tinha sido “um blefe, um blefe que funcionou”. Ele tinha tão pouca água e combustível quanto Percival, que usou tal fato como pretexto para a capitulação. A nenhuma das armas de fogo japonesas sobravam mais do que cem cartuchos. Os japoneses acreditavam que, se a guarnição resistisse por mais uma semana, a campanha estaria destinada ao fracasso. Churchill havia dado instruções claras ao marechal-de-campo Wavell, comandante da área, no sentido de que “a ilha inteira seja defendida até que cada unidade e cada reduto tenha sido destruído separadamente. Em última instância, a cidade de Cingapura deve ser convertida numa cidadela e defendida até a morte”. Mas Wavell, por si próprio um derrotista melancólico, não forçou a obtenção dos objetivos dessas resoluções sobre o apático Percival⁸¹. A capitulação das forças nas Filipinas foi também um ato pusilânime, levado a termo contra as instruções do comandante-em-chefe. As apertadas vitórias dos japoneses indicavam que, mesmo nesse estágio inicial, eles estavam lutando até os limites de seus recursos físicos.

A idéia de uma estratégia global nazi-japonesa desapareceu no começo do verão. Os japoneses e os alemães haviam assinado um acordo militar, a 18 de janeiro de 1942, no qual a longitude de 70 graus definia as suas respectivas esferas de operações. Havia uma conversa vaga de se associarem na Índia⁸². Mas as forças de Hitler não atingiram o território asiático antes do fim de julho. Nesse momento, os japoneses, bloqueados nas portas da Índia, tinham-se retirado em direção oposta, operando nas ilhas Aleutas, a caminho do Alasca, no princípio de junho — o limite mais longínquo de suas conquistas. Eles já haviam sofrido duas derrotas calamitosas. Nos dias 7 e 8 de maio, uma força de invasão japonesa, dirigindo-se para o porto Moresby, na Nova Guiné, foi levada a combater, a longo alcance, aviões de transporte americanos no mar de Coral: foi tão danificada que teve de retornar ao seu país: a primeira grande derrota depois de cinco meses de triunfos sucessivos. A 3 de junho, outra força de invasão, dirigindo-se para a ilha Midway, levou a pior e foi derrotada, perdendo quatro de seus porta-aviões e a nata da força aérea naval japonesa. O fato de ela ter sido forçada a voltar para águas japonesas indicava que o Japão tinha efetivamente perdido o controle naval e aéreo do Pacífico⁸³. Há seis meses na guerra, Yamamoto se sentiu obrigado a tranquilizar seu pessoal: “Temos ainda oito porta-aviões na esquadra combinada. Não devemos desanimar. Numa batalha, como numa partida de xadrez, é o tolo quem faz uma jogada imprudente levado pelo desespero”⁸⁴. E, portanto, a guerra inteira, assim como a insistência de Hitler em se juntar a ela, eram ambas jogadas desesperadas. No ano anterior, Hitler parecia controlar o tabuleiro de xadrez europeu como o Japão controlava o da Ásia Oriental. Uma vez unidos na predação global, eles rapidamente se encolheram ao *status* de duas potências médias, dando desesperadamente golpes de mangual contra a força arrepiante de magnitude demográfica e econômica. O desequilíbrio se tornou realmente aparente nos fins de 1941. A 3 de janeiro de 1942, Hitler admitiu ao embaixador japonês, general Hiroshi Oshima, que ainda não sabia “como a América poderia ser derrotada”⁸⁵. Os japoneses também não o sabiam. Em 1945, o general Jodl contava que, “do início de 1942 em diante”, Hitler tinha consciência de que a “vitória não era mais alcançável”⁸⁶. O que ele não entendeu, então, mas que se tornou claro em 1942, foi que a grande coalizão que conseguira alinhar contra ele próprio e seus dois aliados tinha uma grande superioridade, não apenas em homens e material, mas também em tecnologia. O verdadeiro significado da batalha de Midway foi o fato de ter sido ela ganha primeiramente pelo sucesso aliado em furar códigos. Ao empreender a guerra,

os alemães e os japoneses empurraram o mundo sobre o divisor de águas de uma nova era, fora do controle deles ou de qualquer outro, cheia de maravilhas e de horrores inenarráveis.

12

SUPERPOTÊNCIA E GENOCÍDIO

No princípio de abril de 1943, os americanos resolveram matar o almirante Yamamoto, força inspiradora da Marinha japonesa. Eles achavam que a superioridade moral da causa que defendiam dava-lhes o direito de fazê-lo. Yamamoto, da maneira como as coisas aconteciam, nunca acreditou que o Japão pudesse vencer sem a intervenção milagrosa de Deus. Ele disse ao seu chefe de Estado-Maior, pouco antes de Pearl Harbor: “A única coisa de que precisamos são as bênçãos do céu. Se nós as obtivermos, não pairam dúvidas quanto ao sucesso”. Mas todos os líderes da guerra haviam-se tornado alvos da morte. Esse era o motivo por que Hitler e Stálin nunca deixavam a sede de seus quartéis-generais. Foi Churchill quem correu os maiores riscos. Depois da Conferência de Arcádia, em Washington, em dezembro de 1941, ele retornou num hidroavião sem escolta que quase foi abatido, primeiro pelas defesas alemãs em Brest, depois pelos *Hurricanes*, interceptadores britânicos. “Eu cometi um ato temerário”, admitiu. No mesmo mês em que os americanos tramavam assassinar Yamamoto, os alemães destruíram um avião britânico vindo de Lisboa, acreditando que Churchill estivesse a bordo: na verdade, eles mataram o ator cinematográfico Leslie Howard¹. A diferença era que, do lado dos Aliados, o moral era reforçado pela superioridade técnica. Os alemães não sabiam dos vôos de Churchill, enquanto que os movimentos de Yamamoto eram estudados com antecedência pelos violadores americanos de códigos.

Os americanos tinham decifrado o código diplomático japonês em 1940. Mas Kazuki Kamejama, chefe da Divisão de Comunicações do Japão, declarava que tal feito era “humanamente impossível”. Assim, o Japão continuava a subestimar a capacidade técnica dos Aliados na violação de códigos². Quando Yamamoto começou a fazer uma inspeção das bases da ilha Salomão, no dia 13 de abril de 1943, seu programa de vôos foi transmitido pelo rádio, tendo o serviço de comunicações afirmado que “o código só entrara em vigor a 1º de abril, não podendo ser decifrado”. Na verdade, os americanos o conseguiram na madrugada do dia seguinte. A derrubada do avião de Yamamoto foi pessoalmente aprovada por Roosevelt. Depois que tudo estava terminado, a notícia foi enviada ao comandante, o almirante Halsey, nos seguintes termos: “*Pop, goes the weasel*”³. Ele ficou mortificado: “O que há de bom nisso? Eu queria fazer desfilar esse canalha acorrentado pela Pennsylvania Avenue”⁴.

A habilidade com que a Grã-Bretanha e a América usavam a tecnologia avançada para orientar a guerra global foi uma das principais razões pelas quais os alemães e os japoneses, mesmo com toda a sua coragem e energia, estavam lutando numa batalha que se achava fora de sincronia com essa superioridade tecnológica desde 1942. Como guerreiros da Idade do Bronze que enfrentam uma potência da Idade do Ferro, eles pareciam, cada vez mais, sobreviventes de uma época ligeiramente anterior. Os britânicos tinham sido os principais violadores de código por meio século. Foi o *Room 40* (sala 40), no velho Edifício do Almirantado em Whitehall, que, já em 1917, decodificara um telegrama de Arthur Zimmerman, o ministro do Exterior alemão, para o presidente do México, propondo a reconquista do Texas com a ajuda alemã. Brilhantemente divulgado, esse *coup* havia ajudado a trazer a América para a guerra⁵. O serviço secreto britânico, que desde o século XVI se apresentava positivamente aos olhos da história, constituía-se num dos aspectos da defesa jamais negligenciado entre as guerras. Os alemães também eram ativos nesse campo, dentro de certos limites. Eles interceptaram e decodificaram o circuito telefônico transatlântico entre a Grã-Bretanha e a América e, algumas vezes, ouviram Roosevelt e Churchill conversarem, embora as informações obtidas fossem poucas, tendo em vista os cuidados que ambos tomavam ao se falarem. Os alemães decifraram alguns códigos russos e o código dos aliados militares americanos no Cairo; Rommel fez excelente uso dos resultados obtidos. Mas o código foi mudado em 1942 e, daí para a frente, não mais pôde ser violado⁶. Os alemães também não conseguiram repetir seus primeiros sucessos de guerra a respeito dos códigos navais britânicos. A partir de meados de 1942 em diante, as comunicações britânico-americanas estavam razoavelmente seguras.

Com os alemães, o assunto foi diferente. Em 1926, o seu Exército havia começado a usar a máquina de código elétrica Enigma, adotada pela Marinha dois anos mais tarde. Ambas as Forças Armadas permaneciam convencidas das virtudes indestrutíveis desse sistema de codificação. Na verdade, o serviço secreto polonês havia reconstituído a máquina Enigma e, em julho de 1939, os poloneses deram uma dessas máquinas para a Grã-Bretanha e outra para a França⁷. Isso se tornou a base para a operação de serviço secreto mais bem-sucedida da guerra, centralizada em Bletchley, em Buckinghamshire. “Ultra”, como era chamado o sistema, conservou-se em segredo até 1974 e alguns aspectos permaneceram em sigilo mesmo nos anos 80, por causa de sua importância em operações contra os códigos soviéticos⁸. Muitas dessas intercepções do “Ultra” ainda não foram publicadas e talvez nunca se possa estimar o seu impacto total no curso da guerra⁹. Mas, desde 1940, “Ultra” desempenhou seu papel, ajudando a vencer a batalha da Grã-Bretanha. Mais importante, a violação do código alemão “Triton”, por Bletchley, em março de 1943, decidiu a batalha do Atlântico, porque os submarinos alemães continuavam a emitir sinais freqüentes, confiantes na segurança de suas comunicações. A violação do código permitiu aos Aliados destruir também os navios de abastecimento alemães. Como resultado, a vitória no Atlântico aconteceu rapidamente em 1943, o que foi muito importante, porque os submarinos eram talvez a arma mais perigosa de Hitler¹⁰. O sistema “Ultra” também era muito bem adaptado para fornecer informações falsas ao Eixo. Isso se tornou uma das características principais do esforço de guerra aliado e foi altamente eficaz, por exemplo, para persuadir os alemães de que os desembarques na Normandia eram simulados¹¹.

Saber decifrar códigos era apenas o cerne de uma operação complexa, ampla e crescente, nos limites alcançados pelo progresso da tecnologia eletrônica. Foi o

sucesso do Sistema de Pesquisa dos Correios Britânicos, ao construir o Colossus, o primeiro computador eletrônico, que produziu a aceleração do processo de análise essencial ao uso eficaz da violação de códigos. A partir do início de 1942, o casamento entre o serviço secreto e a tecnologia dos britânicos e dos americanos conseguiu romper um cinturão de defesa na guerra do Pacífico. A vitória de Midway, em junho de 1942, foi uma vitória do serviço secreto. Daí em diante, os Aliados conheciam a posição de todos os principais navios japoneses, praticamente o tempo todo. E, fato talvez ainda mais importante, foram capazes de conduzir uma ofensiva de submarinos bem-sucedida contra os navios de abastecimento japoneses. Isso transformou o império de ilhas que os japoneses conquistaram nos primeiros cinco meses da guerra (na sua maior extensão, 10% da superfície da terra) num compromisso de difícil defesa, no cemitério da Marinha e da frota mercante japonesas e de suas melhores unidades do Exército: somente a violação elevou as perdas navais em um terço¹².

Mas serviços secretos, por mais que sejam perfeitos, não podem vencer uma guerra. “Enigma” deu aos britânicos a sequência das batalhas alemãs desde a campanha da Noruega, em 1940, mas a batalha foi perdida, porque os recursos não estavam disponíveis e nem no lugar certo. Quando um dos lados é ultrapassado em força militar, o serviço secreto pode, raras vezes, reequilibrar a balança¹³. Mas quando uma esmagadora superioridade do serviço de inteligência está unida a vantagens quantitativas, a combinação é devastadora. Tanto os nazistas quanto os japoneses dirigiam economias de escassez. Os japoneses não tinham alternativas. Apesar de sua prodigiosa engenhosidade, no começo de 1943 eles só conseguiram aumentar sua produção total em 2% acima do nível alcançado em 1940 (a produção americana subiu 36% no mesmo período)¹⁴. Os alemães tinham uma economia muito mais forte e mais abrangente, mas Hitler estava obcecado pelo custo e risco da superprodução e pela necessidade de importar substitutos. Como resultado, a economia foi refreada, pois a pesquisa alemã se dedicava a encontrar materiais sucedâneos. No final de 1941, Fritz Todt, o chefe da produção de Hitler, protestou amargamente contra o deslocamento prematuro da produção, do cenário russo para o ocidental, e contra o fracasso da tentativa de se reduzir a economia civil. Sua morte, num misterioso desastre aéreo a 2 de fevereiro de 1942, pode não ter sido acidental¹⁵. Para a Alemanha, dizia Jodl, “o verdadeiro rearmamento teve de ser realizado depois que a guerra começou”. A 1º de setembro de 1939, a Alemanha tinha apenas 3.906 aviões militares e navais de todos os tipos. Apenas 10.302 foram produzidos em 1940, 12.392 em 1941 e 15.497 em 1942. Somente depois de 1943-44, quando já era tarde demais, a economia de guerra se expandiu ao seu máximo (apesar dos bombardeios aliados), produzindo 24.795 aviões em 1943 e 40.953 em 1944.¹⁶ Em 1949, Stálin argumentava que a Alemanha tinha perdido a guerra porque “os generais de Hitler, educados no dogma de Clausewitz e Moltke, não podiam compreender que a guerra é ganha nas fábricas”. De uma população de oitenta milhões, continuava ele, eles colocaram 13 milhões nas Forças Armadas e “a história nos conta que nenhum Estado pode manter tal feito”. As Forças Armadas soviéticas contavam com apenas 11.5 milhões de homens numa população de 194 milhões¹⁷. Tal era a visão marxista da guerra, que exagerava enormemente o poder dos generais, e se opunha à política de produção de guerra nazista. Ignorava a verdadeira razão pela qual a economia alemã fracassou em sua tentativa de recuperação até, no máximo, o final de 1942 — meta fixada de forma obstinada por Hitler, em função

da doutrina militar-econômica da *Blitzkrieg*. Na verdade, muitos operários, especialmente as mulheres, não foram levados às fábricas bélicas até que os bombardeios aliados tivessem destruído a vida civil.

A idéia de que a indústria “socializada” venceu a guerra é infundada. O setor socializado da indústria alemã (por exemplo, a siderúrgica de Herman Goering) foi um completo fracasso. A economia soviética teve um bom desempenho na produção em grande escala de certos artigos militares. Em agosto de 1942, por exemplo, quando o progresso nazista se achava no seu ponto mais adiantado, as fábricas soviéticas já estavam produzindo 1.200 tanques por mês¹⁸. Mas os veículos de transporte de tropas e os jipes, que deram ao Exército Vermelho a sua mobilidade crescente e decisiva em 1943-44, vieram da indústria americana, e as potências ocidentais, conjuntamente, forneceram a alta tecnologia que gradativamente deu à Rússia o comando aéreo do Leste. Mesmo em 1946, a Grã-Bretanha ainda estava enviando motores de aviões à Rússia, o que constituiu a base da construção do Mig-15, avião da época do pós-guerra, altamente bem-sucedido. Na Grã-Bretanha, a adoção do “socialismo de guerra” ao estilo de Ludendorff e a macroeconomia keynesiana possibilitou à economia capitalista britânica um desempenho muito mais eficiente do que o da Alemanha. Assim, em 1942, a sua produção de guerra era 50% mais alta. Mas a verdadeira força motriz da vitória dos Aliados foi a economia americana. Dentro de um único ano, o número de tanques produzidos foi elevado para 24.000 e o de aviões, para 48.000. No fim do primeiro ano da guerra, a América elevou sua produção militar, superando o total das três potências do Eixo reunidas e, em 1944, havia dobrado outra vez esse número — ao mesmo tempo que criara um Exército que ultrapassava a marca dos sete milhões de homens registrada em 1943.¹⁹

Essa aceleração surpreendente foi possível pelo dinamismo e flexibilidade do sistema americano, combinado à determinação nacional, que representou o mesmo papel galvanizador do otimismo dos anos 20. A guerra serviu para valorizar o mercado, encorajando a capacidade empresarial americana a lançar os seus aparentemente ilimitados recursos materiais e de potencial humano num poço de consumo sem fundo. Uma razão pela qual os americanos venceram a batalha de Midway foi a redução para 48 horas de um trabalho de reparos previsto para durar três meses; tratava-se do porta-aviões *Yorktown*, para cujo conserto foram usados 1.200 técnicos, 24 horas por dia²⁰. O programa estabelecido para a construção do centro de coordenação da defesa, o Pentágono, com suas 16 milhas de corredores e seiscentos mil pés quadrados de espaço para escritórios, foi diminuído de sete anos para 14 meses²¹. A guerra recolocou seus heróis capitalistas nos seus pedestais. Henry Kaiser, Henry Morrison e John McCone, os engenheiros de São Francisco que haviam criado a represa de Boulder (e que tinham sido sistematicamente importunados pelo secretário do Interior de Roosevelt, Harold Ickes, durante o *New Deal*, por infrações aos regulamentos federais), foram os líderes do dinamismo do tempo de guerra. Eles construíram a maior fábrica de cimento e a primeira siderúrgica integrada. Chamados a construir navios a qualquer preço, reduziram de 196 para 27 dias o tempo de construção de um navio *Liberty* e, em 1943, estavam entregando um navio a cada 10h30min²². Só para dar um exemplo, a General Electric, em 1942, estava capacitada para elevar sua produção de turbinas submarinas de US\$1 milhão para US\$300 milhões²³. A América venceu a guerra utilizando essencialmente os métodos capitalistas na produção ilimitada de armas de fogo e no incremento do potencial humano treinado. Depois da perda da batalha decisiva de Guadalcanal, o Tenno

Hiroito perguntou ao chefe do Estado-Maior da Marinha. "Por que os americanos levaram apenas uns poucos dias para construir uma base aérea e os japoneses mais de um mês?" Tudo o que Nagano pôde dizer foi: "Sinto muito, muito mesmo". A verdade era que os americanos tinham toda uma falange de máquinas de terraplanagem e de outros equipamentos de remoção de terra, e os japoneses, somente o poder dos músculos²⁴.

A combinação devastadora da alta tecnologia com a capacidade produtiva sem rival tomou forma mais palpável e significativa no poder aéreo ofensivo. Havia dois motivos para isso. Primeiro, os britânicos²⁵ persuadiram os americanos de que o melhor era usar ao máximo seus vastos recursos econômicos, tendo perdas mínimas de efetivos. Segundo, o ataque de bombardeios atraía fortemente o impulso moralista de ambas as nações: fato classificado pelo cientista atômico britânico P.S.M. Blackett como "complexo de Júpiter", ou seja, a idéia dos Aliados vistos como deuses justos, que fazem chover raios sobre seus malvados inimigos.

Vemos aqui o corruptível processo do relativismo moral em funcionamento. Churchill estava atento ao declínio moral trazido por uma guerra; e se acabrunhava com isso. Ele havia iniciado a estratégia de bombardeios em grande escala a 2 de julho de 1940, porque estava aterrorizado com a perspectiva da ocupação nazista — a catástrofe definitiva — e via os bombardeios como a única arma ofensiva então disponível para os britânicos. Era a velha teoria da moral utilitária, oposta à teoria da lei natural, que dizia ser a capacidade a única maneira legítima de conduzir um combate na destruição direta da guerra²⁶. Mas todas as formas de relativismo moral têm uma tendência inata a gerar o colapso moral, pois eliminam qualquer ancoradouro fixo e lançam o navio do Estado num oceano sem rumo. No fim de 1941, tanto a Rússia quanto a América já estavam na guerra, e a derrota de Hitler, como o próprio Churchill compreendeu, era inevitável a longo prazo. O fundamento lógico utilitário para os ataques às cidades havia desaparecido. O caso moral tinha sempre sido inadmissível. Mas, nessa época, a força do bombardeiro estava em crescimento e a economia se adequou para produzir grandes números de Lancasters de longo alcance. Foi a 14 de fevereiro de 1942 que se expediu ao Comando dos Bombardeiros uma diretriz cujo objetivo primeiro era a destruição do moral dos civis alemães²⁷. O primeiro grande ataque aéreo realizado, de acordo com essa nova diretriz, foi a Lübeck, em 28 de março de 1942. A cidade "queimou como gravetos", disse o relatório oficial. O ataque seguinte, de mil bombardeiros, foi em 30 de maio. E, no verão, a Força Aérea americana se juntou à campanha.

O ato de bombardear usava até 7% do total do efetivo militar da Grã-Bretanha e talvez até 25% da sua produção de guerra²⁸. A estratégia inteira pode ter sido equivocada, mesmo em termos militares. Os bombardeios que mataram 600.000 alemães ao todo reduziram, mas não puderam impedir, a expansão da produção de guerra alemã até a segunda metade de 1944, expansão essa alcançada pela mudança de produção de bens de consumo civis que, contra um índice de 100, em 1939, caiu para 91, em 1943, e 85, em 1944. A Grã-Bretanha chegou ao nível baixo de 54 em ambos os anos²⁹. É verdade que a partir de 1944 os bombardeios efetivamente destruíram a economia de guerra alemã. Mesmo antes disso, a necessidade de defender as cidades alemãs noite e dia impediu a *Luftwaffe* de manter sua superioridade aérea na frente russa. Mas a eficácia de bombardear, vista como um recurso eficaz para se ganhar a guerra, dependia inteiramente da capacidade de manter indefinidamente pesados ataques aéreos sobre os mesmos alvos, noite após noite. De

24 de julho a 3 de agosto de 1943, os aliados chegaram perto de uma “vitória” estratégica nos ataques aéreos a Hamburgo, de longe a mais bem protegida cidade alemã. Usou-se o estratagema do refletor eletrônico anti-radar, o que confundiu os radares alemães. Na noite de 27 para 28 de julho, a RAF criou temperaturas de 800 a 1.000 graus centígrados sobre a cidade, produzindo uma tempestade de fogo de força colossal. Os sistemas de transportes de todos os tipos foram destruídos e ainda 214.350 casas, de um total de 414.500, e 4.301 fábricas, de um total de 9.592; oito milhas quadradas foram queimadas completamente e, numa só noite, as perdas fatais nos quatro distritos atingidos pelas tempestades de fogo foram de 40.000 pessoas ou quase 37,65% da população total³⁰. Albert Speer, que sucedera a Todt como chefe supremo da produção, disse a Hitler que, se outras seis cidades fossem devastadas igualmente, ele não poderia manter operante a produção de guerra. Mas os britânicos simplesmente não possuíam os recursos para possibilitar o Comando dos Bombardeiros a repetir ataques aéreos nessa escala, em rápidas sucessões.

O pior aspecto dos bombardeios de terror era o fascínio que o “complexo de Júpiter” exercia sobre os líderes de guerra que realizavam suas barganhas geopolíticas. Tal fato serviu para explicar o maior desastre moral anglo-americano na guerra contra a Alemanha — a destruição de Dresden, na noite de 13 para 14 de fevereiro de 1945. A origem do ataque surgiu do desejo de Roosevelt e Churchill, na Conferência de Yalta, de provar a Stálin que os Aliados estavam fazendo o melhor para ajudar o esforço russo na frente oriental. Eles queriam, especialmente, desferir um golpe mutilador no moral alemão para ajudar a ofensiva russa que começara no dia 12 de janeiro. Dresden não era um centro industrial, mas sim de comunicações. Sua população de 630.000 habitantes havia duplicado com os refugiados alemães, 80% deles camponeses da Silésia. Stálin os queria destruídos para facilitar seu plano de “transportar” a Polônia em direção ao oeste e, afora isso, acreditava estar a cidade sendo usada como um ponto de concentração para as tropas. Segundo *sir* Robert Saundby, chefe representante do Comando de Bombardeiros, os russos pediram especificamente que Dresden fosse o alvo da “Operação Estrondo do Trovão”. Não muito antes, o capelão do Comando, cônego L. John Collins (que mais tarde iniciou a campanha do desarmamento nuclear), havia convidado o devoto socialista cristão, *sir* Stafford Cripps, ministro da Produção de Aeronaves, para falar aos oficiais graduados. Ele levou como texto “Deus é o meu co-piloto” e lhes disse ser essencial que estivessem seguros de estar atacando objetivos militares: “Mesmo quando vocês estão engajados em atos de maldade, Deus está sempre olhando sobre os ombros de vocês”. Essas palavras geraram uma cena desagradável, porquanto os homens do Comando dos Bombardeiros acreditavam que o Ministério de Cripps os estava deliberadamente privando de aviões por razões pseudo-moralistas. Daí para frente, eles quiseram deixar claro que estavam sob ordens de “políticos”. Por isso questionaram a instrução de atacar Dresden, a qual foi confirmada diretamente da Conferência de Yalta (ou por Churchill ou pelo marechal-do-ar Portal)³¹.

O ataque foi executado em dois movimentos (com um terceiro, a seguir, feito pela USAF), de acordo com a tática adotada pelo Comando de Bombardeiros chamada de “golpe duplo”, que consistia em fazer o segundo ataque quando as forças de assistência se houvessem concentrado na cidade. Mais de 650.000 bombas incendiárias foram atiradas; a tempestade de fogo engolfava oito milhas quadradas, destruiu totalmente 5.200 acres e matou 135.000 homens, mulheres e crianças. Como era a noite da Terça-Feira Gorda, muitas crianças ainda estavam fantasiadas. Pela

primeira vez na guerra, um alvo tinha sido atingido tão duramente, a ponto de não haver sobreviventes capacitados o suficiente para enterrar os mortos. As tropas entraram e coletaram imensas pilhas de cadáveres. O centro em volta do *Altmarkt* foi isolado. Vinte e cinco pés de grades de aço foram erigidas e, no espaço interior, acumulou-se madeira e palha, enquanto lotes de quinhentos cadáveres eram empilhados e queimados. Quinze dias depois do ataque, as piras funerárias estavam ainda ardentes. Goebbels gritava: “Isso é obra de lunáticos!”. Segundo Speer, o ataque espalhou uma onda de terror sobre a nação inteira. Mas nesse estágio não havia meios pelos quais a opinião pública pudesse pressionar um Hitler paranóico, isolado e inacessível, no sentido de negociar a capitulação. E não havia nem recursos, nem a vontade de repetir o ataque, o qual afrontara os próprios pilotos. Um deles comentou: “Pela primeira vez em muitas operações senti pena da população lá embaixo”. Um outro disse que aquela fora a “única vez em que ele teve pena dos alemães”³².

A Alemanha se entregou menos à síndrome de Júpiter, na medida em que Hitler desconfiava da capacidade de Goering de fazer uso eficaz dos vastos recursos que uma campanha estratégica de bombardeios necessitava. Mas a idéia de lidar com a destruição em massa de maneira impessoal, por controle remoto, era de um imenso fascínio para ele. O Tratado de Versalhes proibiu a Alemanha de fabricar bombardeiros, mas não falava nada sobre mísseis. E quando Hitler chegou ao poder, encontrou uma equipe de mísseis militares já operando. Em 1936, seu chefe, Walter Dornberger, foi autorizado a expedir uma encomenda de foguete capaz de ser carregado com cem vezes acima da força explosiva de um canhão *Big Bertha* de 1918 e com duas vezes mais alcance (2.200 libras sobre 156 milhas)³³. Num certo sentido, Hitler estava seguro de que a futura arma estratégica seria um míssil de alta matriz de choque. Um dos poucos a compreender isso, no lado aliado, foi o membro conservador do Parlamento, Duncan Sandys, que, a 23 de novembro de 1944 advertiu: “No futuro, a posse da superioridade através do foguete de artilharia de longo alcance pode muito bem equivaler a uma superioridade-de poder aéreo ou naval”. A ortodoxia aliada estava às voltas com a flexibilidade do bombardeiro grande, um conceito essencialmente da Primeira Guerra Mundial. A resposta do principal cientista de Churchill, *lord Cherwell*, em 5 de dezembro de 1944, foi que um foguete de longo alcance seria altamente impreciso, sem uma carga útil compensatória. Isso era uma crítica irretorquível, enquanto o explosivo permanecesse convencional.

A dificuldade de Hitler residia no fato de que ele tinha de escolher entre duas possibilidades. Projéteis teleguiados (V1) agradavam o seu sentido militar de economia altamente desenvolvido. Foi uma das armas mais baratas jamais produzidas. Pelo preço de um bombardeiro Lancaster, do treinamento da tripulação, de bombas e combustível, Hitler podia disparar mais de trezentos V1, cada um com uma tonelada de alto poder explosivo, um alcance de duzentas milhas e uma melhor oportunidade de atingir o seu objetivo. No período de 12 de junho a 1º de setembro de 1944, para um gasto da ordem de 12.600.190 libras, o custo da ofensiva do V1 para os Aliados correspondeu a 47.645.190 libras em perda de produção, defesas extras antiaéreas e de caças, bem como aviões e tripulação na ofensiva de bombardeios contra os alvos. O Ministério da Aeronáutica fez o seguinte relato (4 de novembro de 1944): “Os resultados foram grandemente a favor do inimigo; o índice estimado de nossos custos em relação aos dele foi de quase quatro por um”. Somente 185 alemães perderam suas vidas, contra 7.810 aliados (incluindo 1.950 membros de tripulações aéreas

treinados). As bombas V1 danificavam vinte mil casas por dia, em julho de 1944, e seu efeito no moral de Londres era muito sério.

Mas Hitler não investiu desde cedo ou extensivamente o suficiente na sua arma eficaz. No caos do programa de produção nazista, era necessário agradar ao romantismo do *Führer* para conseguir prioridade. Os foguetes de Dornberger o conseguiram. O programa das bombas V2 parecia ser a única coisa que gratificava o intenso desejo de Hitler de se vingar de Roosevelt, destruindo Nova Iorque. A dotação de recursos para esse fim não fez sentido em termos de um desempenho plausível. Somente na Alemanha, o projeto empregou duzentos mil trabalhadores, incluindo um grande número de técnicos altamente especializados. O programa privou os alemães de jatos mais aperfeiçoados e de refinarias de petróleo subterrâneas; sua absorção de equipamento elétrico escasso interferiu na produção de aviões, submarinos e radares. Os modernos foguetes usados na campanha das bombas V2, os A4, dos quais somente três mil foram disparados, custaram 12.000 libras cada (contra 125 libras para os V1), tinham uma capacidade de carga de apenas 12.000 libras-peso e eram irremediavelmente imprecisos. O foguete intercontinental projetado, o A9/A10, pesando 100 toneladas e com um segundo estágio alcançando 230 milhas na estratosfera, planejado para ser usado contra Nova Iorque e Washington, nunca passou da mesa de projetos³⁴. Mesmo se construído e disparado, sua carga útil convencional o tornaria insignificante.

A única perspectiva de Hitler de conseguir um empate por meio de um avanço técnico decisivo estava em combinar o foguete A10 a uma carga nuclear. Nunca houve muita perspectiva de que ele conseguisse isso dentro do cronograma da guerra. Portanto, havia um medo contínuo, por parte dos Aliados, de que Hitler entrasse na posse de bombas atômicas. Muitos cientistas acreditavam que a Segunda Guerra Mundial se tornaria nuclear. Havia uma certa simetria no desenvolvimento do conhecimento atômico no período entreguerras. A idéia de uma explosão provocada pelo homem, de poder colossal, estava implícita na Teoria Especial da Relatividade de Einstein. Se a vasta quantidade de energia contida nas partículas de ligação dentro do núcleo atômico pudesse ser liberada — os elementos mais pesados contendo uma energia maior — então o urânio-235, no topo da escala de pesos, era a matéria-prima da pesquisa. A física de alta energia era a ciência que mais se desenvolvia na década de 20. Em 1932, quando a Alemanha se voltou para Hitler, os resultados começaram a surgir em toda a Europa e na América do Norte. Nesse ano, J.D. Cockcroft e E.T.S. Walton, no laboratório de Cavendish, em Cambridge, usando L 500 por peça de equipamento — o que *lord* Rutherford, chefe de Cavendish, achava uma quantia abusiva — fissionaram o átomo. Um colega deles, *sir* James Chadwick, descobriu o nêutron, consistindo no próton e no elétron, com uma energia de ligação de 1-2 milhões de volts de elétron. Em 1934, a equipe Joliot-Curies, na França, fez artificialmente isótopos radioativos, e Enrico Fermi, na Itália, conseguiu com êxito diminuir a velocidade dos nêutrons (isto é, controlá-los), e partiu para produzir elementos transurânicos com massas ainda mais pesadas na escala atômica. O processo de desenvolver a idéia teórica da fissão atômica, envolvendo cientistas na Alemanha assim como na América, atingiu seu ponto alto nos primeiros nove meses do ano fatal de 1939. Assim, na época em que Hitler invadiu a Polônia, já estava claro que uma explosão atômica provocada pelo homem era possível. Os acontecimentos dramáticos de 1939 e a deflagração da guerra constituem uma das mais marcantes e sinistras coincidências da história: uma resenha de janeiro de 1940 conseguiu resumir mais de

com publicações importantes do ano anterior. A mais relevante delas, feita pelo dinamarquês Nils Bohr e seu discípulo americano J.A. Wheeler, explicando o processo de fissão, apareceu apenas dois dias antes de a guerra começar³⁵.

Desde o princípio, a física atômica aplicada tinha as suas dimensões moral e ideológica. O conceito da bomba nasceu principalmente na comunidade judaica refugiada, que estava aterrorizada com a idéia de que Hitler a conseguisse antes. Foi um deles, Leo Szilard, quem propôs uma censura auto-imposta nas publicações científicas. A bomba foi criada por (entre outros) homens que colocaram as considerações ideológicas acima do interesse nacional, e foi exatamente este interesse nacional que foi traído por esses homens. Muitos daqueles que trabalharam no projeto britânico, o maior dos segredos de guerra, foram excluídos, por razões de segurança, de qualquer outro trabalho³⁶. O motivo primordial foi o medo. Robert Oppenheimer, um judeu, construiu a primeira bomba-A porque temia que Hitler o fizesse antes; Edward Teller, um húngaro, construiu a primeira bomba-H porque estava aterrorizado pelo monopólio soviético³⁷.

Assim, o verdadeiro pai da bomba atômica foi Hitler e os fantasmas que ele invocava. Em março de 1940, Otto Frisch e Rudolf Peierls, da Universidade de Birmingham, produziram um memorando espantoso, de três páginas datilografadas, mostrando como fazer uma bomba de urânio enriquecido. O todo-poderoso Comitê “Maud” (assim excentricamente batizado por causa de Maud Ray, uma governanta de Kent) foi criado para avançar e desenvolver a idéia. Em junho, a equipe nuclear francesa se juntou a ele, trazendo todo o estoque de água pesada que tinha obtido na Noruega: 185 quilos em 26 barris, que foram temporariamente abrigados na prisão de Wormwood Scrubs e, depois, colocados na biblioteca do Castelo de Windsor³⁸. A pedido de Einstein (ele também temia uma “bomba anti-semítica”), Roosevelt criou um “Comitê do Urânio”, em outubro de 1939. Este comitê entrou em atividade no outono de 1940, quando os líderes do esforço de guerra científico britânico, *sir* Henry Tizard e *sir* John Cockcroft, foram a Washington levando consigo uma “caixa preta” que continha, entre outras coisas, todos os segredos do programa atômico britânico.

Nessa época, a Grã-Bretanha estava a muitos meses na frente de qualquer outra nação, e andava rápido. Os projetos para uma fábrica de separação nuclear foram completados em dezembro de 1940 e, em março seguinte, a bomba atômica tinha deixado de ser um assunto de especulação científica e estava se instalando nas áreas da tecnologia industrial e da engenharia. Em julho de 1941, o relatório do Comitê Maud, intitulado “O uso do urânio para a bomba”, argumentava que tal arma, que o Comitê achava poder estar pronta em 1943, seria muito mais barata, em custo por libra, do que os explosivos convencionais, e altamente econômica no poder aéreo, mais concentrada no seu impacto e de um profundo efeito no moral do inimigo. Mesmo se a guerra terminasse antes de a bomba estar disponível, o esforço era essencial, pois nenhuma nação “gostaria de se arriscar a ser apanhada desprevenida, sem uma arma de tal capacidade decisiva”³⁹. Já naquela época, a bomba era vista, em termos da era pós-Hitler, como algo permanente na vida internacional. Mas a sua suposta iminência tornou-a um ingrediente natural na política de bombardeio. Não há a menor dúvida de que todas as bombas britânicas, se disponíveis, seriam usadas contra as cidades alemãs, com a aprovação do público britânico que durante todo o tempo apoiou a política de bombardeio.

O otimismo dos programadores britânicos não era justificado. A produção de U-235 puro ou de plutônio (o material alternativo físsil) criou problemas industriais

e de engenharia, inviabilizando o projeto da bomba. O sucesso do projeto só foi possível quando se optou pela combinação da teoria européia com a tecnologia industrial americana e, acima de tudo, pelos recursos e espírito aventureiro empresarial americano. O Relatório Maud se tornou a base para o projeto “Manhattan” da América, com um orçamento de US\$2 bilhões, sendo que US\$1 bilhão foi gasto só em 1944. Para competir com Hitler na construção da bomba (como eles achavam), foram elaborados simultaneamente três métodos completamente diferentes de produzir material, e construídos dois tipos de fábrica para o enriquecimento de urânio (difusão gasosa e eletromagnética) e um conjunto de reatores de plutônio. Isto implicava em algumas das maiores fábricas jamais concebidas.

O projeto estava sob a direção de um general da engenharia do Exército, Leslie Groves, que compartilhava plenamente da filosofia do gigantismo da nova fase dos anos 40 do capitalismo americano⁴⁰. Tendo um objetivo claro e atingível, ele era impermeável às dificuldades qualitativas ou quantitativas. Deleitava-se na prodigalidade. “Nós temos tantos PhDs agora que nem podemos mantê-los sob nossas vistas”, gabava-se o general. Ele pediu ao Tesouro americano milhares de toneladas de prata para a instalação elétrica, e a resposta foi: “No Tesouro nós não falamos em toneladas de prata. Nossa unidade é a onça *troy*”⁴¹. Mas Groves conseguiu a prata. O esforço para inventar o poder nuclear implicou em criar uma série de novas tecnologias: a primeira fábrica inteiramente automatizada, a primeira usina operada por controle remoto, o primeiro processo industrial completamente esterilizado — seis milhões de pés quadrados de maquinaria à prova de vazamento — e uma variedade de aparelhos revolucionários⁴². O desperdício foi enorme e, numa análise retrospectiva, parece em grande parte indesculpável. Mas a guerra trata do desperdício, a guerra é um desperdício. Os americanos estavam comprimindo três décadas de engenharia científica em quatro anos. Não havia outra maneira de se certificar da obtenção da bomba. Não havia outro país ou sistema que pudesse oferecer essa certeza. Era a bomba de Hitler e também era, acima de tudo, uma bomba capitalista.

É irônico que o totalitarismo, tendo gerado o medo que tornou possível a bomba, tenha feito apenas fracos esforços para justificar o justo terror das potências legítimas. O físico de Leningrado, Igor Kurchatov, havia pedido recursos para construir um reator no fim da década de 30, em resposta à profusão de dados ocidentais publicados. Quando um de seus alunos notou que esse fluxo tinha cessado, Kurchatov alertou seus superiores políticos (maio de 1942) e, eventualmente, conseguiu a criação de um Instituto de Urânio, localizado em Moscou. O programa soviético começou poucos meses depois do Projeto Manhattan, mas com uma baixa prioridade de recursos, o que refletia a dúvida sobre a factibilidade da bomba⁴³. Segundo Nikita Khruchchev, só no dia seguinte ao da explosão de Hiroshima foi que Stálin encarregou o chefe de sua polícia secreta, Beria, de um projeto de execução imediata, com absoluta prioridade sobre todos os outros no país⁴⁴. Os japoneses também tinham um programa de bomba-A, sob a direção de seu principal físico, Yoshio Nishina, e construíram cinco ciclotrons. Mas esse projeto também não tinha recursos e, em 1943, os japoneses concluíram que nem mesmo a economia dos Estados Unidos poderia produzir uma bomba num futuro previsível⁴⁵. A Alemanha, apesar do êxodo científico, conservou cientistas nucleares suficientes para conceber a bomba. Mas, para Hitler, o campo nuclear se identificava com Einstein e a “física judaica”. Talvez deliberadamente esses cientistas não conseguiram inflamar o entusiasmo de Hitler, embora um explosivo nuclear fosse exatamente o de que ele

precisava para tornar eficaz o seu programa de foguetes. No seu poder destrutivo colossal, residia uma arma arquetípica de Hitler: o próprio Estado destruidor. Mesmo antes da guerra, ele havia sinistramente delineado a Hermann Rauschning o preço do fracasso alemão: “Mesmo se cairmos na destruição, carregaremos metade do mundo conosco”⁴⁶. A bomba atômica poderia ter trazido essa bazófia leviana para mais perto da realidade. Mas a bomba nunca tomou conta da mente de Hitler, como acontecera com o foguete. Os receios dos cientistas, que foram aliás a causa da produção da bomba, tornaram-se infundados pelo fracasso de Hitler em imaginar esse niilismo romântico.

Por uma ironia ainda maior, apesar de previsível, a corrida para chegar à bomba se intensificou quando a necessidade moral e militar diminuiu. À medida que o poder inimigo retrocedeu, em 1943 e 1944, tornou-se claro que a vitória total era apenas questão de tempo; a necessidade de se antecipar a Hitler foi substituída pela ânsia horripilante de fazer a bomba, enquanto a guerra ainda possibilitasse a oportunidade de usá-la. No final de dezembro de 1941, estava óbvio que Hitler e seus aliados japoneses não poderiam vencer a guerra. No fim do verão de 1942, após o desastre japonês em Midway e a diminuição da ofensiva de Hitler no Volga-Cáucaso, estava também óbvio que o Eixo não conseguiria levar a situação a um impasse. O mês-pivô foi novembro de 1942. A 2 de novembro, os britânicos começaram a batalha de Alamein (para desobstruir o norte da África e o Mediterrâneo), que se fez seguir de desembarques anglo-americanos no Marrocos e na Argélia, seis dias depois. No dia seguinte, os japoneses não conseguiram vencer a batalha de Guadalcanal, nas ilhas Salomão, que seria a última principal tentativa deles, descrita por seu comandante do Exército como a “batalha na qual a ascensão e a queda do Império Japonês seriam decididas”. Nove dias depois dessa catástrofe, os russos lançaram sua contra-ofensiva em Stalingrado. Roosevelt disse ao *Herald Tribune*: “Parecia que o momento decisivo dessa guerra tinha sido atingido”.

A Itália foi a primeira a aceitar a lógica do poder dos Aliados. Ainda em dezembro de 1940, Mussolini disse ao seu genro, Ciano, que os italianos de 1914 tinham sido superiores aos do Estado fascista. Isso refletia mal no seu regime, completou ele⁴⁷. Na época em que os Aliados invadiram a Sicília, 10 de julho de 1943, Mussolini estava com um pessimismo invencível. Nada fez para impedir que seus opositores convocassem o Grande Conselho fascista 15 dias mais tarde; ouviu durante dez horas os debates e, enquanto esperava apaticamente pela sua prisão, autografou uma foto para uma mulher, com os seguintes dizeres: “*Mussolini defunto*”⁴⁸. Enquanto a Itália se apressava para entrar em acordo com os Aliados, Hitler transformou aquele país numa zona ocupada, resgatou o ditador derrotado e lhe permitiu dirigir um regime fantoche. No seu crepúsculo, Mussolini retornou ao socialismo totalitário, do modelo de Lênin, sempre o alicerce de sua filosofia política, e pregava a destruição da “plutocracia” e a supremacia do sindicalismo. Até o final de março de 1945, ele havia concluído, embora mais no papel do que na realidade, uma revolução socialista que nacionalizava todas as firmas que empregassem mais de cem trabalhadores. Logo antes de ser capturado e pendurado de cabeça para baixo, junto com sua amante, ele havia retomado sua violenta germanofobia de 1914-15: “*I tedeschi sono responsabili di tutto*”, foi um dos seus últimos *dicta*⁴⁹.

Levar a guerra até seu fim inevitável foi essencialmente uma decisão de Hitler. Por um certo período, pelo menos Stálin estava preparado para voltar ao Pacto Nazi-Soviético. Ele se ofereceu para negociar com Hitler em dezembro de 1942 e

novamente no verão de 1943. No outono, temendo que uma estratégia anglo-americana a longo prazo implicasse numa guerra nazi-soviética de exaustão, ele enviou seu representante do Ministério do Exterior e ex-embaixador em Berlim, Vladimir Dekanozov, a Estocolmo, com a proposta de uma volta às fronteiras de 1914, além de um pacto econômico⁵⁰. Não há dúvidas de que Stálin esperava ressuscitar sua estratégia de 1925, sair da guerra e retomá-la mais tarde. Mas em novembro de 1942, data do aniversário do *putsch*, Hitler teria dito: “Não haverá mais nenhuma oferta de paz partindo de nós”. E ele se ateve a essa resolução, cumprindo a ameaça, tantas vezes já feita durante a década de 20 e 30, de só haver para a Alemanha duas escolhas: ou a liderança mundial ou a destruição nacional.

Tal posição salvou as potências legítimas de um desgastante debate interno. Ficou claro, no início de 1942, que as opiniões oficiais tanto na Grã-Bretanha quanto nos Estados Unidos estavam divididas entre fórmulas de armistício “duras” e fórmulas “brandas”. Para resolver o impasse, o Departamento de Estado, em maio de 1942, e o Departamento de Defesa, em dezembro do mesmo ano, recomendaram a “capitulação incondicional” como princípio. Roosevelt, procurando evitar as mesmas dificuldades que Wilson teve em 1918-19, empurrou a idéia para um Churchill relutante na Conferência de Casablanca, em 24 de janeiro de 1943. Isto tornou a idéia pública. Mas não existe prova que justifique os temores de Churchill de que Hitler usaria a intransigência para animar a resistência alemã⁵¹. Nenhum poder na Alemanha poderia compelir ou persuadir Hitler a fazer a paz sob quaisquer termos. A classe de oficiais profissionais alemães, ou o que restou dela, não se mobilizou até que ficasse claro que a invasão da Europa pelos Aliados, começada a 6 de junho de 1944, seria bem-sucedida. Em seguida, no dia 15 de junho, o marechal Rommel mandou uma mensagem a Hitler: “A luta desigual se aproxima do fim. Preciso lhe pedir que tire imediatamente as conclusões necessárias dessa situação”⁵². Como Hitler não respondesse, uma conspiração *Junker* à bomba aconteceu no dia 20 de julho. Tivesse Hitler sido morto, uma ditadura militar se teria seguido; porém, não fica muito claro se Roosevelt estava preparado para negociar com ela, copiando o exemplo italiano (a Itália foi excluída da fórmula “de capitulação incondicional” de Casablanca).

Sobrevivendo a isso, Hitler tirou as suas próprias conclusões: “Nada está destinado a me acontecer, principalmente não sendo esta a primeira vez em que escapei da morte miraculosamente... cada vez me convenço mais de que estou destinado a levar avante uma grande causa comum até a sua conclusão feliz”⁵³. Os conspiradores eram, em sua maioria, aristocratas que usufruíam do seu monopólio tradicional de cargos no Estado-Maior. Em consequência disso, não tinham soldados. Eles podiam dar ordens: ninguém as acatava. Também não tinham apoio popular ou quaisquer contactos. Consciente da base social insignificante deles, Hitler emocionalmente se virou, ou melhor dito, retornou à esquerda. Na sua última fase, ele admirava Stálin mais do que nunca. Se Stálin ainda vivesse mais dez ou 15 anos, ele faria da Rússia “a maior potência do mundo”. Ele era um “monstro”, mas um monstro de “vastas proporções”. Hitler ainda disse: “Eu tenho muitas vezes lamentado amargamente não ter expurgado meu corpo de oficiais como o fez Stálin”. Ele agora estava proporcionando à sua “Corte do Povo” à *la* Lênin e a Roland Freisler, seu juiz radical, encarregado das execuções, viver o seu momento de apoteose. “Freisler se encarregará de tudo muito bem”, dizia Hitler. “Ele é o nosso Vishinsky”⁵⁴. Hitler adotou o princípio leninista de “responsabilidade de parentesco”, negando que essa atitude fosse bolchevista — e dizia que esse era “um velho hábito praticado entre os

nossos antepassados". A execução de suspeitos ("Eu os quero enforcados e pendurados como o gado abatido"), embora numa escala menor se comparada com o extermínio de Stálin em 1936-38, prosseguiu até o fim do regime⁵⁵.

Enquanto isso, Goebbels, que entre os líderes nazistas era o mais socialista, tornou-se o conselheiro mais próximo de Hitler. A ele foi permitido radicalizar o esforço de guerra, comandando uma total mobilização, o recrutamento de mulheres, o fechamento de teatros, e outras medidas às quais se vinha resistindo havia muito tempo. A *Wehrmacht* ainda era constituída de mais de nove milhões de soldados. Enquanto alguns nazistas proeminentes tentavam agora entrar em acordo com os anglo-saxões, em nome do *antibolchevismus*, Hitler se atinha à imagem de Frederico, o Grande, sobrevivendo ao cerco sem esperança. Ele e Goebbels leram juntos a multivolumosa biografia do rei, uma estranha obra de Carlyle, aplicando assim um estonteante golpe à já abalada reputação do velho sábio escocês⁵⁶. Longe de procurar uma frente comum contra a Rússia, Hitler transferiu divisões para o Ocidente, a fim de poder lançar sua última ofensiva em Ardenas, no mês de dezembro de 1944, e tornar possível, em janeiro de 1945, a grande ofensiva russa, que levou o poderio soviético ao coração da Europa.

Hitler permaneceu até o fim um socialista, embora de caráter excêntrico. Como Stálin, vivia em abominável desconforto. Ciano ficou horrorizado com os seus aposentos em Rastenburg, e chamou de trogloditas os seus habitantes: "Cheiros de cozinha, uniformes e botas pesadas"⁵⁷. Era um campo de concentração-monastério, o Escorial sem seu esplendor palaciano. Na verdade, Hitler veio a se parecer com Felipe II, naquilo que se refere a seu isolamento, a seu alheamento, a seu espírito resoluto e, sobretudo, a sua "cartomania"; ele gastava horas debruçado sobre mapas já desatualizados pela marcha da guerra, e distribuía ordens, geralmente a soldados imaginários, para a tomada de uma pequenina ponte ou "caixinha de pílulas". Seus companheiros mais chegados eram a sua cadela alsaciana, Blondi, e seu filhotinho Wolf. O professor Morell, um médico desenvolvido de Berlim, dava-lhe injeções glandulares e sulfanilamida; ele tomava glicose, hormônios e pílulas antidepressivas. Um dos seus médicos, Karl Brandt, disse que ele envelhecia "quatro ou cinco anos a cada ano". Seu cabelo ficou grisalho. Mas sua capacidade de trabalho permaneceu impressionante até o fim.

Hitler se transferiu para o seu abrigo, embaixo da Chancelaria de Berlim, em janeiro de 1945, levando Goebbels consigo, ambos inflamados de socialismo. "Sob as ruínas de nossas cidades devastadas — exultava Goebbels — as últimas assim chamadas conquistas do nosso século XIX burguês foram finalmente enterradas"⁵⁸. Num incessante mastigar de bolos cremosos — Hitler se transformara num "farrapo humano devorador de bolos", disse uma pessoa de seu círculo — ele expressou seus arrependimentos radicais: não havia exterminado a nobreza alemã; tinha chegado ao poder "muito facilmente", sem desencadear uma revolução clássica "para destruir elites e classes"; tinha apoiado Franco na Espanha ao invés dos comunistas; tinha fracassado em se colocar na chefia do movimento para a libertação dos povos coloniais, "especialmente os árabes"; não tinha libertado a classe trabalhadora dos "fósseis da burguesia". Acima de tudo, lamentava sua leniência, sua falta de crueldade, tão admirável em Stálin, que a mostrava constantemente e que provocava nas pessoas um "respeito sem reservas". Uma de suas últimas observações anotadas, feita em 27 de abril de 1945, três dias antes de se suicidar (se por bala ou por veneno ainda é debatível) foi a seguinte: "No fim de tudo, vem o arrependimento de se ter sido tão generoso"⁵⁹.

Antes da morte, deplorando sua benevolência, ele havia realizado o maior crime da história: o extermínio dos judeus europeus. O “problema judeu” era central para toda a sua visão da história, filosofia política e programa de ação. Junto com o fornecimento de espaço e matérias-primas para a raça superior alemã, a destruição do “bacilo” judeu e seu aquartelamento na Rússia bolchevista foi a primeira proposta da guerra. Os anos de paz, de 1933 a 39, foram para Hitler meramente anos de preparação, tanto para a política judia como para tudo o mais. Nunca será suficientemente enfatizado que os objetivos de Hitler não poderiam ser obtidos, exceto através da guerra ou sob o disfarce da guerra. Como Lênin e Stálin, Hitler acreditava na engenharia social final. A idéia de destruir categorias inteiras de pessoas cuja existência trazia um perigo para sua missão histórica era para ele, como para Lênin e Stálin, inteiramente aceitável. A única coisa que Hitler temia era a publicidade e a oposição que pudessem impedi-lo de levar a termo sua tarefa principal.

Por conseguinte, a guerra tinha a grande conveniência de atirar a Alemanha no silêncio e nas trevas. A 1º de setembro de 1939, ele mandou uma mensagem para Philip Bouhler, chefe de sua Chancelaria, ordenando o extermínio dos desequilibrados mentais crônicos e dos incuráveis. A tarefa foi executada por médicos da S.S., que assim adquiriram experiência na seleção e no extermínio a gás de grandes números de pessoas. Esse programa, no qual cerca de setenta mil alemães foram assassinados, não pôde ser mantido em completo sigilo. Dois clérigos proeminentes alemães, o bispo Wurm, de Württemberg, e o bispo-conde Galen, de Munster, protestaram — a única vez em que a hierarquia alemã ergueu suas vozes com êxito contra crimes nazistas — e, ao fim de agosto de 1941, um telefonema de Hitler pôs fim ao programa⁶⁰. Mas os “centros de eutanásia” não foram fechados. Eles continuaram a ser usados para eliminar casos de loucura oriundos dos campos de concentração. Numa análise retrospectiva, esse programa parece ter sido um projeto-piloto para o grande genocídio que se seguiu.

Para Hitler, a guerra realmente começou a 22 de junho de 1941. Nessa data, ele pôde iniciar não apenas o programa de purificação do Leste para a expansão alemã, mas o genocídio em grande escala. Há uma confusão sobre a seqüência de acontecimentos e sobre o objetivo da política, refletindo o caos mutante da mente de Hitler e a anarquia da administração nazista. Já em 7 de outubro de 1939, por um decreto secreto, Hitler nomeou Himmler para uma nova posição, como comissário do *Reich* para a Consolidação da Nacionalidade Alemã, com instruções para empreender uma “limpeza racial” no Leste e preparar o caminho para um programa de recolonização. Muitos assassinatos de judeus poloneses já ocorriam. Não se sabe precisamente quando Hitler ordenou que a “solução final” começasse, ou exatamente como ele definia o seu objetivo: todas as suas ordens eram verbais. Em março de 1941, Himmler promoveu a primeira conferência do genocídio, anunciando que um dos seus objetivos da próxima campanha russa era “dizimar trinta milhões da população eslava”⁶¹. No final do mesmo mês, o próprio Hitler falou aos seus oficiais graduados a respeito dos *Einsatzgruppen*, unidades de extermínio que viriam seguindo as tropas alemãs. Dois dias mais tarde, a 12 de abril, Alfred Rosenberg, depois de uma conversa de duas horas com Hitler, anotava em seu diário: “Coisas que eu não quero escrever, mas que nunca esquecerei”⁶². As unidades de extermínio da S.S. começaram o seu trabalho logo após o início da invasão; até o fim de 1941 já tinham assassinado cerca de quinhentos mil judeus russos (assim como outros russos), basicamente por fuzilamento. Entretanto, o documento-chave do programa de genocídio parece estar

contido numa ordem emitida por Goering (autorizada pelo *Führer*), no dia 31 de julho de 1941, dirigida ao representante de Himmler e chefe da S.D., Reinhard Heydrich, a quem Hitler chamava de “o homem com o coração de ferro”. Essa ordem versava sobre uma solução total, a *Gesamtlösung*, e a solução final, *Endlösung*, “para resolver o problema judeu”. Goering definiu oralmente, para Heydrich, o que era “final”, repetindo as próprias ordens verbais de Hitler. Conforme se depreende das provas apresentadas no seu julgamento em 1961 por Adolf Eichmann, a quem Heydrich nomeara seu representante, a palavra “final” significava a “destruição biológica planejada da raça judia em territórios do leste”. A data de operação para o programa era abril de 1942, para dar tempo às preparações⁶³. A conferência executiva que estabeleceu os detalhes foi organizada por Eichmann e presidida por Heydrich, em Wannsee, a 20 de janeiro de 1942. Já agora muitas provas foram acumuladas acerca dos métodos de extermínio. Desde junho de 1941, seguindo instruções de Himmler, Rudolf Hoess, comandante do Campo “A”, em Auschwitz-Birkenau, já vinha fazendo experiências. O fuzilamento era muito lento e complicado. O gás de monóxido de carbono também foi considerado lento. Então, em agosto de 1941, usando quinhentos prisioneiros de guerra soviéticos como cobaias, Hoess conduziu um assassinato em massa com zyklon-B. Esse gás foi desenvolvido por uma firma de controle da peste, chamada Degesch, a corporação de combate às pragas, um ramo da I.G. Farben. A descoberta do zyklon-B, disse Hoess, “faz a minha mente poder descansar”⁶⁴. Uma encomenda enorme do gás foi expedida pela S.S., com instruções de omitir o componente “indicador” que advertia sobre o perigo aos seres humanos. Os dividendos da I.G. Farben, provenientes da Degesch, duplicaram no período de 1942-44, e pelo menos um diretor sabia do uso que estava sendo feito do gás: o único protesto da Degesch era que, se omitisse o “indicador”, poderia comprometer sua patente⁶⁵.

A “solução final” tornou-se uma realidade a partir da primavera de 1942. O primeiro grande extermínio a gás começou em Belzec, no dia 17 de março de 1942. Esse campo tinha a capacidade de exterminar 15.000 pessoas por dia. No mês seguinte, foi a vez de Sobibor (20.000 por dia); a seguir, Treblinka e Maidanek (25.000) e mais Auschwitz, que Hoess chamou de “a maior instituição para a aniquilação humana de todos os tempos”. A documentação sobre o genocídio é enorme⁶⁶. Os números quase desafiam a crença. Até dezembro de 1941, Hitler tinha cerca de 8.700.000 judeus sob seu governo. Desses, já em 1945, ele havia matado pelo menos 5.524.000: 2.600.000 da Polônia, 750.000 da Rússia, 750.000 da Romênia, 402.000 da Hungria, 277.000 da Tchecoslováquia, 180.000 da Alemanha, 104.000 da Lituânia, 106.000 da Holanda, 83.000 da França, 70.000 da Letônia, 65.000 tanto da Grécia como da Áustria, 60.000 da Iugoslávia, 40.000 da Bulgária, 28.000 da Bélgica e 9.000 da Itália. Em Auschwitz, onde dois milhões foram assassinados, o processo foi conduzido como numa operação industrial de grande porte. As firmas alemãs apresentaram concorrência para a “unidade de processamento”, que deveria ter “a capacidade de dispor de dois mil corpos a cada doze horas”. Os cinco fornos foram fornecidos pela firma alemã Topt & Co., de Erfurt. As câmaras de gás, descritas como “subterrâneos de cadáveres”, foram projetadas pela Armamentos Alemães Associados, obedecendo a uma especificação que exigia “portas à prova de gás, com vedação de borracha e postos de observação feitos de um vidro duplo de 8mm, tipo 100/192”. O terreno sobre os subterrâneos de envenenamento a gás era um gramado bem tratado, perfurado por cogumelos de concreto, cobrindo tubos através dos quais os “ordenanças sanitários” jogavam os cristais de cor azul-ametista do zyklon-B. As

vítimas marchavam para os subterrâneos, que lhes eram apresentados como chuveiros, e não percebiam, a princípio, o gás saindo das perfurações nas colunas de metal:

Então eles sentiam o gás e se amontoavam, fugindo das colunas ameaçadoras. Precipitavam-se contra a grande porta de metal com sua pequenina janela, onde eles se empilhavam numa pirâmide viscosa azulada e salpicada de sangue, dilacerando-se e contundindo-se, uns contra os outros, até a morte. Vinte e cinco minutos mais tarde, as bombas elétricas “exaustoras” removiam o ar carregado de gás, a grande porta de metal se abria e os homens do *Sonderkommando* judeu entravam, usando máscaras de gás e botas de borracha e carregando mangueiras, porque sua primeira tarefa era remover o sangue e as fezes, antes de arrastar os mortos entrelaçados com cordas e ganchos, um prelúdio da abominável busca do ouro e da remoção de dentes e cabelos, que para os alemães eram tidos como material estratégico. Depois, o trajeto por elevador ou por carroças para as fornalhas, o moinho que triturava os ossos até transformá-los em cinza fina, que era espalhada por caminhões na corrente do Sola⁶⁸.

Para economizar dinheiro, usavam-se quantidades insuficientes desse gás caro: portanto, as vítimas saudáveis eram apenas atordoadas e então queimadas vivas⁶⁹.

A “solução final”, como aliás muitos dos esquemas nazistas, degenerou-se numa bagunça administrativa de propósitos cruzados. Tal como nos campos soviéticos, a disciplina interna caiu nas mãos de criminosos profissionais, os terríveis *kapos*. Eichmann e Hoess gradualmente perderam o controle efetivo da situação. Havia um conflito fundamental de objetivos na política dos campos de concentração. Hitler queria que todos os judeus (e muitos outros grupos) fossem exterminados a qualquer preço. Ele rejeitava ferozmente as reclamações militares de que os suprimentos para as batalhas desesperadas no *front* do Leste estavam sendo retardados pela necessidade de transportar milhões de vítimas através da Europa (geralmente em trens superlotados de até cem vagões, carregando dezenas de milhares de pessoas). Por outro lado, Himmler queria expandir a sua S.S., “um Estado dentro de um Estado”, transformando-a num imenso império industrial e de construção, que durante a guerra forneceria à Alemanha, numa proporção crescente, os suprimentos militares e, mais tarde, construiria a infra-estrutura das colônias de Hitler programadas para o Leste, com uma população de 150 milhões de habitantes. Essa última tarefa levaria vinte anos e necessitaria de 14.450.000 trabalhadores-escravos, a uma taxa de mortalidade anual de 10%.⁷⁰

O número não é tão fantástico quanto parece: em agosto de 1944, havia 6.930.000 estrangeiros trabalhando só na indústria alemã, número esse formado por 1.930.000 prisioneiros de guerra e por mais de cinco milhões de deportados forçados ou escravos⁷¹. Himmler queria usar a guerra para criar um núcleo do seu império de escravos. Portanto, não estava ansioso por matar judeus, se ele pudesse extrair deles algum trabalho, especialmente se pudesse obter dinheiro em espécie para os cofres da S.S. dos Krupps, Siemens, I.G. Farben, Rheinmetall, Messerschmidt, Heinkel e de outras grandes firmas, em troca de mão-de-obra de campo de concentração. No final de 1944, acima de 500.000 internos dos campos estavam sendo “alugados” para a indústria privada e, além disso, Himmler dirigia as suas próprias fábricas, usando geralmente judeus “armazenados” cuja existência ele ocultava de Hitler⁷².

Himmler resolveu o dilema com uma solução conciliatória. Trouxe a indústria alemã para dentro do sistema dos campos de morte e, a partir daí, fazia os escravos trabalharem até que estivessem no ponto de ser exterminados nos fornos. Auschwitz ocupa um lugar peculiar de desonra nessa história de horror, não apenas por causa do seu tamanho singular, mas porque foi um campo deliberadamente projetado para concretizar essa solução. Foi criado conjuntamente pela S.S. e pela I.G. Farben como um centro de combustível e de borracha sintética (*Buna*). Esse vasto complexo consistia de: A1, o campo de concentração original; A2, a fábrica de extermínio em Birkenau; A3, a fábrica de combustível sintético e do *Buna*; e A4, o campo de concentração da I.G. Farben, em Monowitz. A Farben tinha a sua “divisão de Auschwitz” especial, com seus próprios bombeiros e policiais, armados com chicotes. Contudo, a direção reclamava do barulho e do número de açoitamentos executados pelos *kapos* e exigia que isso acontecesse dentro dos limites do campo de concentração e não nos locais de trabalho.

Quando os trens das vítimas chegavam, estas eram separadas entre os saudáveis, que eram conduzidos para Monowitz, e os fracos, doentes, mulheres e crianças, que iam direto para os campos de morte. Os trabalhadores de *Buna-Monowitz* começavam o dia às três horas da manhã, movimentando-se ao “trote da S.S.”, mesmo quando carregavam materiais pesados, e ficavam confinados, tendo que trabalhar em zonas de dez metros quadrados. Não havia período de descanso e qualquer um que saísse de sua zona era fuzilado “por tentar fugir”. Havia espancamentos todos os dias e “diversos enforcamentos por semana”. Uma sopa de nabo e batata era servida ao meio-dia e um pedaço de pão à noite. Fritz Saukel, chefe do serviço escravo, tinha determinado: “Todos os internos devem ser alimentados, protegidos e tratados de maneira tal que possamos extrair deles o máximo, gastando o mínimo possível”⁷³. Na verdade, eles eram piores do que escravos: 25.000 foram explorados no trabalho até a morte, só em Auschwitz. Cada manhã, o oficial de comando recolhia os doentes para as câmaras de gás. Farben mantinha os registros, inclusive a instrução terminal, *Nach Birkenau*. A média de perda de peso por semana era de 3 a 4 quilos; portanto, os que até então tinham sido normalmente alimentados podiam suprir a deficiência dos seus próprios corpos por até três meses (mais tempo do que nos campos desse tipo na Rússia). Os escravos queimavam suas reservas de calorias e finalmente morriam de exaustão. Como disse um historiador,

I.G. Farben reduziu o trabalho escravo a uma simples matéria-prima consumível, uma matéria humana de onde o mineral da vida era sistematicamente extraído. Quando mais nenhuma energia útil era encontrada, os lixos humanos ainda vivos eram despachados para as câmaras de gás ou fornos de cremação no centro de extermínio de Birkenau, onde a S.S. os reciclava para aproveitamento na economia de guerra alemã — dentes de ouro para o *Reichbank*, cabelos para colchões e gordura para sabonete⁷⁴.

As poucas posses trazidas pelos mortos a Auschwitz eram oficialmente “confiscadas” e enviadas para a Alemanha. Por um período de seis semanas, de 1º de dezembro de 1944 a 15 de janeiro de 1945, esses confiscos incluíram 222.269 ternos de homem e roupas de baixo, 192.652 conjuntos de roupas de mulher e 99.922 conjuntos de roupas de criança⁷⁵. Mesmo assim, apesar de toda essa vergonhosa mesquinhez, tão característica do Estado totalitário, Auschwitz foi um completo

fracasso econômico: muito pouco combustível sintético e nenhum *Buna* foram produzidos.

Dentro da estrutura geral do genocídio, que abrangeu milhões de poloneses e de russos, assim como de judeus, muitas formas bizarras de crueldade foram praticadas. O decreto *Lebensborn* de Himmler, de 28 de outubro de 1939, estabelecia a instituição de fazendas de reprodução, objetivando a criação de “arianos ideais”. As oficiais femininas da S.S. rondavam os campos de concentração, a fim de raptar crianças de tipo ariano para essas fazendas, estocando-as “para que durante a nossa vida nos tornemos um povo de 120 milhões de almas alemãs”. Himmler, que admirava a figura esbelta de *lord* Halifax, ordenou que as mulheres procriadoras se alimentassem de mingau de aveia.

Os ingleses e, em particular, os *lords e ladies* são basicamente criados com esse tipo de comida... Consumi-lo é considerado muito correto. São precisamente essas pessoas, tanto homens quanto mulheres, que são notáveis pelas suas figuras elegantes. Por esta razão, as mães de nossas casas devem se acostumar ao mingau de aveia e ser ensinadas a alimentar seus filhos com ele. *Heil Hitler!*⁷⁶

Do outro lado do espectro, 350 médicos da S.S. (um em cada trezentos que exerciam a profissão na Alemanha) tomaram parte nas experiências com os internos dos campos. O Dr. Sigmund Rascher, por exemplo, aplicava testes de baixa temperatura em Dachau, matando em grande quantidade, e pediu para ser transferido para Auschwitz: “O campo em si é tão grande que chamará menos atenção para o trabalho. Porque os indivíduos urram quando congelam!” Moças polonesas, chamadas de “coelhos”, eram infectadas com gás gangrenante, que produzia feridas para testes de sulfonamida. Havia esterilização em massa dos trabalhadores escravos russos pelo uso do raio-X. Outros projetos incluíam injeção do vírus da hepatite, em Sachsenhausen, de líquidos inflamatórios nos úteros para esterilizar, em Ravensbruck (campo exclusivamente feminino); experiências de indução de fleimão nos padres, em Dachau; injeções de vacina de tifo, em Buchenwald; e transplantes ósseos experimentais, além de água do mar tomada à força pelos ciganos. Os judeus selecionados em Oranienburg eram mandados para a câmara de gás a fim de fornecerem, para a coleção de Himmler, espécimes de esqueletos de “comissários judeu-bolcheviques que personificam uma repulsiva, embora característica, subumanidade”⁷⁷.

Há quem pense que o “crime sem nome”, como o denominou Churchill, era um ato nacional de maldade. É verdade que o programa de genocídios, do princípio ao fim, foi clandestino, apesar de sua abrangência. Hitler jamais se referiu a ele, mesmo nas infundáveis discussões com seus amigos mais íntimos, as quais constituíam os temas de suas *Conversas à mesa* e de outros documentos. Embora ele exultasse com a chacina dos conspiradores de julho de 1944 e assistisse incessantemente aos filmes das suas terríveis execuções, ele nunca visitou nenhum dos campos de concentração e muito menos os campos de morte. A intensidade de sua resolução, cheia de ódio, colocou todo o processo em movimento e assim o manteve até que o objetivo fosse alcançado. Mas o ódio era abstrato. Era como se ele sentisse que mesmo a sua vontade se dissolveria, caso ele encarasse como seres humanos os milhões de indivíduos fadados à morte. Aí, então, sua capacidade de levar a termo o que ele via como supremo serviço à “cultura” alemã desabaria. Ele saboreava os assassinatos dos

generais nobres que conhecia e desprezava. Contudo, o massacre de categorias inteiras de seres humanos nada mais era do que um dever desagradável. Parece que Lênin cultivou exatamente a mesma atitude. Mesmo Stálin, que olhava pelo buraco da fechadura a agonia do julgamento de seus velhos camaradas, nunca visitou os subterrâneos de Lubianka ou pisou em seus campos de morte.

Toda a operação do genocídio, a partir do silêncio de Hitler, foi permeada por uma culpa tácita e inexprimível. Mesmo Himmler, o arquétipo do revolucionário sacerdotal, que supervisionava todos os detalhes do crime, visitou Auschwitz apenas duas vezes. Como em todos os sistemas totalitários, um falso vernáculo teve de ser criado para esconder os horrores concretos do relativismo moral. Os termos usados pela S.S. para assassinato incluíam “tratamento especial”, “repovoamento”, “a linha geral”, “atos soberanos além do alcance do judiciário”, e, acima de tudo, “envio para o Leste”⁷⁸. Como aconteceu com os assassinatos de 1934 — crime maior que deu origem ao crime colossal —, o país foi encoberto por uma conspiração de silêncio. Himmler disse aos seus generais-de-divisão da S.S., a 4 de outubro de 1943: “Entre nós esses atos deveriam ser mencionados abertamente — mas nunca falaremos disso em público”. Assim como, em 1934, o dever deles fora o de “colocar camaradas contra o muro e matá-los”, agora deveriam “exterminar a raça judia”. Himmler e seus generais jamais se referiram publicamente aos assassinatos de 1934; agora também deveriam manter-se em silêncio. Mais uma vez Himmler afirmou aos *gauleiters*, em 29 de maio de 1944, que antes do fim do ano todos os judeus estariam mortos:

Vocês já sabem de tudo sobre isso e é melhor que se calem. Talvez algum dia, mais tarde, bem mais tarde, nós possamos considerar a hipótese de contar ao povo alemão um pouco mais sobre isso. Mas eu acho melhor não! Somos nós aqui que devemos arcar com a responsabilidade da ação e também da idéia, e acho melhor que levemos esse segredo conosco para os nossos túmulos⁷⁹.

A partir desse momento, aumentou a segurança ao redor dos campos de morte. A mulher de um oficial alemão que, num confuso entroncamento de estrada-de-ferro, entrou num trem da morte por engano, foi enviada para os fornos crematórios para que não pudesse contar nada do que vira. Nenhuma vítima havia saído com vida de Auschwitz, até a fuga de dois judeus eslovacos em agosto de 1944. Mesmo assim, milhões de alemães sabiam que alguma coisa terrível estava sendo feita aos judeus. Só na S.S. havia 900.000 pessoas. Inúmeros alemães ouviram e viram o incessante barulho dos trens pela noite afora, sabiam do seu significado, como atesta um comentário registrado: “Esses malditos judeus — eles não nos deixam nem dormir à noite”⁸⁰. Houve uma grande superposição entre o sistema escravagista e a indústria alemã. Deve ser lembrado que os alemães usaram o trabalho escravo e o trabalho à exaustão entre 1916-18. Era uma reação nacional à guerra, uma proeminente parte do “socialismo de guerra” que Lênin tanto admirava. A paranóia racial estava profundamente enraizada na cultura alemã e tinha sido protegida por gerações de intelectuais. Ela antecedeu a Hitler; diminuiu-lhe a importância. Quarenta anos mais tarde é difícil julgar o poder e a ubiquidade do racismo entre brancos, especialmente o anti-semitismo (e não só na Alemanha). Num certo sentido, então foi o povo alemão que determinou os objetivos: Hitler só determinou os meios⁸¹.

Em outro sentido, o crime teve cúmplices no mundo civilizado. Havia 150.000 membros não-germânicos na S.S. Os piores massacres dos poloneses, por exemplo,

foram feitos por uma divisão da S.S. de 6.500 prisioneiros de guerra russos brancos⁸². Hitler sempre achava colaboradores espontâneos, a fim de caçar judeus não-alemães. Ironicamente, os lugares mais a salvo para os judeus na Europa eram a Espanha e Portugal fascistas e a Itália, até que Hitler viesse a criar o seu regime fantoche. O local mais perigoso situava-se na França. Lá, o regime de Vichy, que era anti-semítico na sua origem, tornou-se pior ainda com o passar do tempo. Havia dois tipos de judeus franceses: os assimilados sefardins e alsacianos de um lado, e os recém-chegados e refugiados do outro. Em novembro de 1941, Vichy fundou a *Union générale des israélites de France*, com todos os postos preenchidos por elementos do primeiro grupo e que se constituiu numa máquina burocrática de enviar o segundo grupo para os campos de concentração — uma Vichy judia em miniatura⁸³. De fato, Vichy participou intensamente do envio dos judeus estrangeiros para os campos de morte; e a alegação de que os seus próprios judeus estavam sendo protegidos era falsa, pois, dos 76.000 judeus entregues pela França aos nazistas (dos quais menos de dois mil sobreviveram), um terço era francês de nascimento. Entre aqueles que foram assassinados, encontravam-se 2.000 com menos de seis anos e 6.000 com menos de treze⁸⁴.

A sombra da culpa se espalhou ainda mais. Nos anos de 1933-39, quando Hitler se mostrava ambivalente sobre a emigração e quando os judeus ainda podiam fugir, ninguém os queria. Quase todos os governos europeus tinham um problema anti-semítico e estavam aterrorizados com a idéia de agravá-lo. A Grã-Bretanha, por temer os árabes, fechou com firmeza a porta aberta para a Palestina: o *White Paper* de 1939 limitava a imigração judia a 75.000 pessoas num período de cinco anos. Roosevelt, como era de se esperar, devotava aos judeus grande apoio retórico, mas nada fez de prático para ajudá-los a entrar na América. Os primeiros relatórios do genocídio chegaram ao Congresso Judaico Mundial, em Lausanne, em agosto de 1942. Até os funcionários judeus, habituados ao horror, ficaram céticos a princípio. Em abril de 1943, um encontro de funcionários anglo-americanos nas Bermudas decidiu que nenhuma nação faria qualquer coisa para auxiliar os judeus. E esses funcionários decidiram igualmente que não se criticariam mutuamente: um pacto de anticonsciência. Em agosto de 1943, foi sabido e publicado que 1.702.500 judeus já tinham sido exterminados. No dia 1º de novembro, Roosevelt, Stálin e Churchill, conjuntamente, avisaram aos líderes alemães que eles seriam julgados por tais crimes. No dia 24 de março de 1944, Roosevelt fez uma advertência pública. Mas foi tudo. Embora na América houvesse espaço e alimentos, Roosevelt não estava inclinado a dar asilo. Somente Churchill apoiava uma ação a qualquer custo. Mas foi voto vencido pelos seus colegas, unidos e conduzidos por Anthony Eden, cujo secretário anotou: “Infelizmente A.E. está irremovível com relação ao assunto da Palestina. Ele ama os árabes e odeia os judeus”. A 6 de julho de 1944, Chaim Weizmann, presidente da Agência Judaica Mundial, implorou a Eden que usasse bombardeiros aliados para impedir o traslado de judeus húngaros, que estavam sendo incinerados numa proporção de 12.000 por dia. Churchill ordenou: “Tire tudo o que puder da Força Aérea e recorra a mim, se necessário”. Mas nada foi feito; e não está claro se qualquer coisa que surtisse efeito poderia ter sido feita através de bombardeio⁸⁵.

Mas, nessa época, a maioria dos judeus já estava morta. O que os sobreviventes queriam era uma prova de que o mundo civilizado não os tinha esquecido: “Nós não rezávamos pelas nossas vidas”, disse um deles. E continuou: “Nós não tínhamos esperança de sobreviver; rezávamos por vingança, por dignidade humana, por castigo aos assassinos”⁸⁶. Os judeus pediam o reconhecimento da enormidade sem par

daquele crime. Não se pode dizer que eles o tenham conseguido, seja dos próprios alemães, que poderiam ter-se absolvido da culpa ao assumi-la, seja dos Aliados. A história da punição dos crimes de guerra alemães é quase tão complicada e confusa quanto os próprios crimes. Por acreditar, como Lênin o fizera uma vez, que surgiria da guerra uma Alemanha soviética, Stálin minimizou a culpa de guerra alemã em seus pronunciamentos públicos e encorajou os seus partidários ocidentais a fazerem o mesmo. Seus sentimentos pessoais eram bem diferentes. Na Conferência de Teerã, ele repreendeu Churchill por fazer distinção entre os líderes alemães e a massa do povo. Igualmente para consumo interno, instruiu Ehrenburg e outros escritores a publicar violentos ataques racistas contra os alemães no *Pravda*, na *Estrela Vermelha* e em outros jornais⁸⁷. Publicamente, entretanto, a posição comunista adotada no Ocidente foi a de tratar o crime de guerra como um assunto político e não moral. Em 1942, Victor Gollancz, o principal editor esquerdista da Grã-Bretanha, cunhou a famosa frase no seu folheto de propaganda, *Shall our Children Live or Die?*, que alegava dever a culpa da guerra ser colocada sobre os ombros do imperialismo: portanto “cada um de nós é culpado”, embora os capitalistas fossem mais culpados do que o povo⁸⁸.

Em 1945, os Aliados concordaram em condenar e enforcar os líderes nazistas. Numa escala mais baixa começaram as dificuldades. Os russos foram os primeiros a chegar aos principais campos de morte. Alguns dos funcionários desses campos desapareceram, possivelmente para trabalhar para os seus captores. Os laços entre as forças de segurança nazista e soviética sempre tinham sido fortes e foram retomados cordialmente depois da guerra. Himmler sempre admirou os métodos da polícia soviética (ele acreditava que Stálin tinha sangue mongol ilustre da horda de Gêngis Khan) e o seu chefe da Gestapo, o general Mueller, da S.S., provavelmente foi trabalhar para a NKVD⁸⁹. Muitos dos funcionários da polícia prussiana, que trabalharam para Goering, foram promovidos a altos postos na polícia da República do Povo da Alemanha Oriental, formada por Stálin no devido tempo.

Entre os britânicos e os americanos, o ardor de punir durou mais tempo, mas foi abandonado pela marcha da história. Quando os executivos da I.G. Farben foram condenados em Nuremberg (29 de julho de 1948), o bloqueio de Berlim já tinha começado. A Alemanha era agora um aliado em potencial e a restauração da indústria alemã era um objetivo anglo-americano. Então Karl Krauch, o homem que nazificou a firma e pessoalmente selecionou Auschwitz para a fábrica de *Buna*, pegou apenas seis anos. Onze outros executivos foram condenados entre 8 anos e 18 meses — penalidade “leve o suficiente para agradar um ladrão de galinhas”, como disse enraivecido o promotor Josiah DuBois⁹⁰. Até janeiro de 1951, todos os industriais criminosos de guerra alemães tinham sido libertados por um ato de clemência dos Aliados. Alfred Krupp, setenciado a ter todas as suas propriedades confiscadas, obteve-as de volta, já que John J. McCloy, o alto comissário dos Estados Unidos, achou que “confisco de propriedade era algo de repugnante para a justiça americana”. Quando o trabalho de punição foi entregue pelos Aliados aos próprios alemães, os resultados não indicaram nenhuma intensidade de remorso coletivo. Uma indenização foi paga pelo novo governo federal ao novo Estado Sionista de Israel. Mas trabalhadores-escravos individuais que reclamavam por seus direitos não encontraram eco nas cortes alemãs. Depois de anos de litígio, 14.878 de um total de meio milhão de escravos sobreviventes finalmente receberam quantias que não ultrapassavam US\$1.250 cada. A Rheinmetall, depois de uma longa ação legal, pagou US\$425

a cada ex-escravo. Krupp pagou um total de US\$2.380.000 em 1959, depois de muita pressão do governo americano. Friedrich Flick nada pagou, deixando US\$1 milhão quando morreu, com noventa anos, em 1972.⁹¹ Mas quem é tolo o bastante para acreditar que há justiça no mundo?

Havia muitas razões pelas quais as punições foram confusas e inadequadas. Quando o regime de Hitler terminou em fragmentos, a América e a Grã-Bretanha ainda estavam travando uma guerra cada vez mais unilateral para a total destruição do Japão. A guerra no Pacífico foi palco das maiores batalhas navais da história, determinadas pelas vantagens esmagadoras dos recursos e da tecnologia que cresceram inexoravelmente. Os japoneses começaram com o brilhante avião de caça Zero. Um deles caiu intacto nas mãos dos americanos nas ilhas Aleutas, no dia 4 de junho de 1942. O *Hell-Cat*, um avião construído para enfrentá-lo, foi imediatamente planejado e produzido em prodigiosas quantidades⁹². A produção de aviões japoneses atingiu o auge em junho de 1944, quando foram feitas 2.857 unidades que, daí para frente, foram sendo gradativamente reduzidas pelo bombardeio dos Aliados. Em toda a guerra, o Japão só construiu 62.795 aeronaves, das quais 52.109 foram perdidas⁹³. Os Estados Unidos estavam produzindo mais de 100.000 por ano em 1943. O mesmo acontecia com os navios de guerra. Durante a guerra, o Japão só conseguiu operar 20 porta-aviões, dos quais 16 foram destruídos. Até o verão de 1944, só os Estados Unidos tinham quase 100 porta-aviões operando no Pacífico⁹⁴. O desequilíbrio foi reforçado pela estratégia irracional do Japão. Os submarinos japoneses foram treinados somente para atacar os navios de guerra inimigos. No Estado-Maior das Forças Armadas, só dois oficiais foram designados para manobras antiaéreas, anti-submarinas e de minas, desdenhosamente categorizadas como “defesa da linha de retaguarda”. Nem mesmo um sistema de comboio limitado foi adotado até 1943, e uma operação total de comboios começou apenas em março de 1944: naquela época, a Marinha americana tinha centenas de submarinos e um sistema completo de “alcatéia de lobos”⁹⁵, que eram grupos submarinos operando ofensivamente juntos. Como resultado disso, dos seis milhões de toneladas de navios com os quais o Japão começara a guerra, mais de cinco milhões foram perdidos: 50% para os submarinos, 40% para os aviões e o resto para as minas. Os erros da Marinha se juntaram aos do Exército que, em sua ganância por territórios durante os cinco primeiros meses da guerra, espalhou suas forças por 3.385.000 milhas quadradas, com 250 milhões de “súditos”, cercados por 3.175.000 homens, sendo que a maioria tinha de ser abastecida por mar. O resultado foi que a Marinha japonesa, inclusive a Marinha Mercante, se destruiu no crescente e inútil esforço para manter o Exército ativo e armado. Na verdade, muitos morreram de fome ou, por falta de munição, tiveram que lutar com lanças de bambu⁹⁶.

A estratégia adotada pelo Exército japonês foi a de se apegar aos seus ganhos; argumentavam que os recrutas americanos não seriam páreo para os soldados japoneses em luta de contato direto e que as altas perdas levariam a opinião pública americana a forçar o governo a uma atitude conciliatória. Mas uma vez alcançada pelos Aliados a superioridade no mar e no ar, eles adotaram a “estratégia do Pacífico Central”; saltavam de ilha em ilha, como se estivessem pulando carniça, a caminho do Japão; faziam uso de desembarques anfíbios e tiravam a máxima vantagem da arrasadora potência de fogo⁹⁷. Os japoneses lutaram desesperadamente de todas as maneiras, mas a tecnologia e a produtividade permitiram aos americanos estabelecer e manter o mesmo índice de perdas do tempo colonial. O padrão foi adotado na

batalha "pivô" de Guadalcanal, em novembro de 1942, quando os japoneses perderam 25.000 homens contra apenas 1.592 baixas americanas. Quando as ofensivas do Pacífico Central começaram no atol de Tarawa, em novembro de 1943, os americanos mataram todos, exceto 17, dos cinco mil homens da guarnição inimiga, e perderam eles mesmos mil homens. Em vista desse resultado, aumentaram o poder de fogo e estenderam os saltos através das ilhas. Na ilha seguinte, Kwajalein, o bombardeio aéreo e naval foi tão cataclísmico que, segundo uma testemunha ocular, "toda a ilha parecia ter sido suspensa a vinte mil pés de altura e depois atirada para baixo". Virtualmente todos os 8.500 defensores deveriam ser mortos, mas o poder de fogo manteve a baixa americana inferior a 373. Os índices de perdas foram mantidos⁹⁸. Em Leyte, os japoneses perderam em torno de 5.000 homens de um total de 70.000, enquanto os americanos só perderam 3.500. Em Iwojima, o número de soldados americanos mortos foi o pior de até então: 4.917 contra 18.000 japoneses; ao tomar Okinawa, eles tiveram as maiores perdas: 12.420 mortos ou desaparecidos contra 185.000 japoneses perdidos ou mortos. Mas, de uma maneira geral, as perdas americanas foram pequenas. A maioria dos japoneses foi morta por bombardeios aéreos ou navais, ou eliminada e submetida à inanição. Eles jamais puseram os olhos em qualquer soldado americano ou se aproximaram dos combates à baioneta. Mesmo em Burma, onde a luta foi acirrada e a superioridade aérea e naval não pôde ser usada, o 14º Exército indo-britânico matou 128.000 japoneses, tendo, por sua vez, baixas inferiores a 20.000 homens⁹⁹.

O objetivo da estratégia do Pacífico Central era de atrair o Japão para o alcance dos bombardeiros pesados baseados em terra, mantendo um bombardeio constante numa escala sempre crescente. Em resumo, essa era a guerra que o perito aéreo Douet tinha previsto na década de 20, que os apaziguadores britânicos temiam nos anos 30 e que Churchill tinha tentado travar contra a Alemanha. Essa estratégia começou em novembro de 1944, quando a base capturada de Guam se tornou operacional e as fortalezas voadoras B29, cada uma carregando oito toneladas de bombas, puderam atacar em grupos de até mil com uma escolta de caças. Em 1939, Roosevelt tinha mandando mensagens aos beligerantes, suplicando-lhes evitar a "barbárie desumana" de bombardear os civis. Essa atitude não foi além de Pearl Harbor. De março a julho de 1945, não encontrando resistência alguma, os B29 lançaram 100.000 toneladas de bombas incendiárias sobre 66 cidades e vilarejos japoneses, fazendo desaparecer do mapa 170.000 milhas quadradas de ruas estreitas e populosas. Na noite de 9 para 10 de março, trezentos B29, auxiliados por um forte vento do norte, transformaram a planície pantanosa de Musashi, sobre a qual Tóquio está construída, num inferno, destruindo 15 milhas quadradas da cidade, matando 83.000 pessoas e ferindo outras 102.000. Uma testemunha britânica, que estava num campo de prisioneiros de guerra nas proximidades, comparou o bombardeio ao horror do terremoto de 1923, que ele também havia presenciado¹⁰⁰. Mesmo antes do lançamento das bombas-A, a estatística japonesa mostra que ataques em 69 áreas haviam destruído 2.250.000 construções, desabrigado nove milhões de pessoas, matado 260.000 e ferido 412.000. Esses ataques aéreos aumentaram em número e força; e, em julho, a esquadra aliada se aproximou, usando armas pesadas para bombardear, em curto alcance, as cidades costeiras.

No dia 16 de julho, explodiram a bomba de plutônio de Oppenheimer no campo de testes de Alamogordo, no Novo México. Ela gerou uma bola de fogo com temperatura quatro vezes maior do que a do centro do sol. Oppenheimer citou a

frase do *Bhagavadita*: “o brilho de mil sóis... eu me transformei na morte, destruidora dos mundos”. Fermi, mais prosaicamente, calculou que a onda de choque indicou uma explosão de dez mil toneladas de TNT. A notícia chegou rapidamente ao novo presidente americano, Harry S. Truman, que voltava de Potsdam. Um protocolo, assinado por Churchill e Roosevelt, na propriedade de Hyde Park, pertencente a Roosevelt, no dia 9 de setembro de 1944, afirmava que “quando a bomba estiver finalmente disponível, ela poderia talvez, após madura consideração, ser usada contra os japoneses”. Truman, imediatamente, assinou a ordem de usar a bomba assim que possível, e parece não ter havido discussão prolongada sobre a conveniência ou a moralidade de seu uso, pelo menos em níveis político e militar superiores. Como disse o general Groves: “A nata quer essa bomba o mais cedo possível”¹⁰¹. A América e a Grã-Bretanha já estavam arremessando sobre o Japão onças de explosivo convencional, aumentadas diariamente por novos recursos e tecnologia; deixar de usar a superbomba teria sido ilógico, na verdade irresponsável, já que a sua novidade talvez tivesse um impacto na inflexibilidade inabalável do Japão em continuar a resistência. O imperador tinha sido informado de que a guerra não podia ser vencida antes de fevereiro de 1942. Em 1943, a Marinha havia chegado à conclusão de que a derrota era inevitável. Tojo foi deposto em 1944 por um *putsch* da Marinha. Nada disso fez a menor diferença. O medo de assassinato era muito grande. Em 1945, a Rússia foi chamada para mediar, mas Stálin não se decidia de pronto a aceitar a oferta, já que em janeiro, em Yalta, haviam-lhe prometido substanciais recompensas territoriais para entrar em guerra contra o Japão em agosto. No dia 6 de junho, o Conselho Supremo japonês aprovou um documento intitulado “Política fundamental a ser seguida daqui para a frente na condução da guerra”, e que declarava o seguinte: “Nós prosseguiremos a guerra até o seu amargo final”. O plano final para a defesa do próprio Japão, chamado de “Operação decisiva”, forneceu 10.000 aviões suicidas (a maior parte aviões de treinamento adaptados), 53 divisões de infantaria e 25 brigadas: 2.350.000 soldados treinados lutariam nas praias, respaldados por 4 milhões de funcionários civis da Marinha e do Exército, além de uma milícia civil de 28 milhões de homens. Eles teriam armas que incluíam armas de antecarga, lanças de bambu e arcos e flechas. Uma legislação especial foi homologada pela Dieta para formar esse exército¹⁰². Os comandantes Aliados presumiam que as suas próprias forças receberiam baixas de até um milhão, caso se tornasse necessária uma invasão do Japão. Quantas vidas japonesas seriam perdidas? Supondo índices comparáveis aos já comprovados, isso seria por volta de dez a vinte milhões.

O objetivo dos Aliados era romper a resistência japonesa antes que uma invasão se tornasse inevitável. No dia 1º de agosto, 820 B29 despejaram 6.600 toneladas de explosivos em cinco cidades do norte do Kyushu. Cinco dias mais tarde, a bomba de urânio, ainda não testada na América, foi lançada em Hiroshima, a oitava maior cidade do Japão, quartel-general do 2º Exército Geral e um importante porto de embarque. Cerca de 720.000 folhetos avisando que a cidade seria “obliterada” tinham sido lançados dois dias antes. Ninguém prestou atenção, talvez porque havia um rumor de que a mãe de Truman tinha vivido ali há algum tempo atrás e talvez porque achassem que, sendo a cidade bonita, ela seria usada pelos americanos como um centro de ocupação. Das 245.000 pessoas que lá habitavam, 100.000 morreram imediatamente e cerca de mais 100.000 posteriormente¹⁰³. Algumas morreram sem ferimentos ou causas visíveis. Outras foram cobertas por pontos brilhantes multico-

loridos. Muitas vomitaram sangue. Um homem colocou a sua mão queimada na água e “alguma coisa estranha e azulada saiu dali como se fosse vapor”. Outro, quase cego, recobrou a visão, mas todo o seu cabelo caiu.

Publicamente, a reação do governo japonês foi a de mandar um protesto ao mundo, através da Embaixada da Suíça. Tendo ignorado as leis internacionais por vinte anos, eles agora denunciavam “a desobediência às leis internacionais pelo governo americano, particularmente a brutalidade da nova bomba usada contra Hiroshima”. Em particular, eles chamaram a Tóquio o chefe do programa atômico japonês, Nishina, para saber se a bomba de Hiroshima era uma genuína arma nuclear e, caso o fosse, se ele poderia duplicá-la dentro de seis meses¹⁰⁴. Isso não significa que uma única arma atômica teria sido decisiva.

A segunda bomba, de plutônio, foi lançada no dia 9 de agosto, não no seu alvo original (que o piloto não pôde encontrar), mas num alvo alternativo que, por cruel ironia, era a cidade cristã de Nagasaki, centro da resistência ao xintó; 74.800 pessoas foram mortas naquele dia. Isso talvez houvesse persuadido os japoneses de que os americanos tinham um grande estoque de tais bombas (de fato só duas estavam prontas e programadas para o lançamento, nos dias 13 e 16 de agosto). No dia seguinte, a Rússia, que agora tinha 1.600.000 homens na fronteira da Manchúria, declarou guerra, de acordo com as negociações de Yalta. Poucas horas antes, os japoneses tinham telegrafado, aceitando, em princípio, os termos aliados de rendição incondicional. A guerra nuclear então foi suspensa, embora os ataques convencionais continuassem com 1.500 B29 bombardeando Tóquio, do amanhecer ao entardecer do dia 13 de agosto.

A decisão final de rendição foi tomada no dia 14 de agosto. O ministro da Guerra e os dois chefes do Estado-Maior se opuseram, mas o primeiro-ministro, o almirante Suzuki, teve de pedir ao Tenno que solucionasse a disputa. Como disse Hiroito mais tarde:

Na época da capitulação, não havia perspectivas de acordo, não importando quão debatido o assunto fosse... Quando Suzuki me perguntou, durante a conferência imperial, qual das duas posições deveria ser tomada, eu tive a oportunidade de expressar minha livre vontade, pela primeira vez, sem violar a autoridade ou a responsabilidade de quem quer que fosse¹⁰⁵.

Hiroito então gravou uma mensagem de rendição ao povo japonês, admitindo que “a situação da guerra se havia desenvolvido não necessariamente com vantagem para o Japão” e, a fim de evitar “a total extinção da civilização humana”, o Japão teria que “suportar o insuportável”¹⁰⁶. Os oficiais do Estado invadiram o palácio para destruir essa gravação antes de sua transmissão, mataram o chefe da Guarda Imperial e incendiaram as casas do primeiro-ministro e do ministro-chefe da Corte. Mas eles não conseguiram impedir a transmissão; imediatamente após, o ministro da Guerra e outros ministros cometeram suicídio na praça do Palácio¹⁰⁷.

A evidência não sugere que a capitulação poderia ter sido obtida sem o uso das bombas-A. Sem elas, teria havido luta pesada na Manchúria e uma intensificação posterior dos bombardeios convencionais (já beirando o portal nuclear de cerca de 10.000 toneladas de TNT por dia), mesmo que não fosse necessária uma invasão. O uso das armas nucleares salvou a vida de japoneses, assim como a de Aliados. Os que morreram em Hiroshima e Nagasaki foram vítimas não tanto da tecnologia anglo-

americana quanto de um sistema de governo inerte, tornado realidade por uma ideologia maléfica que tinha expulsado não somente os valores morais absolutos, mas também a própria razão.

A verdadeira natureza da forma de totalitarismo do Japão só se tornou aparente quando os campos de prisioneiros de guerra foram abertos e o Tribunal Militar Internacional iniciou o seu trabalho. *Sir William Webb*, seu presidente, observou:

... os crimes dos japoneses acusados eram menos hediondos, variados e extensos do que aqueles dos alemães acusados em Nuremberg, exceto a tortura, o assassinato, o estupro e outras crueldades do mais bárbaro caráter, que eram praticados numa escala tão vasta e de uma maneira tão comum que a única conclusão possível era que aquelas atrocidades ou foram decretadas secretamente ou permitidas de bom grado pelo governo japonês ou seus membros, ou pelos líderes das Forças Armadas¹⁰⁸.

David James, o intérprete britânico que visitou os campos principais depois da rendição, percebeu o absoluto colapso dos valores morais entre os oficiais admitidos depois da década de 20, que tinham sido “completamente adestrados” no *kodo* e no Estado xintó, e que eram responsáveis pelas crueldades rotineiras: “eles tinham os mesmos instintos selvagens quer em ação, quer fora dela... Por essa razão, havia um padrão comum de atrocidade que parecia surpreender o Tribunal sediado em Tóquio”. O regime não possuía campos de concentração da maneira tradicional: no máximo havia somente quatrocentos prisioneiros políticos. Mas seus campos de prisioneiros de guerra eram dirigidos dentro dos mesmos princípios econômicos que os campos de escravos soviéticos e nazistas. Depois de visitá-los, James relatou, em setembro de 1945:

Os princípios básicos da administração dos campos de prisioneiros de guerra eram: extrair o máximo de trabalho com o menor custo em alimentação e suprimentos militares. No final, isso precipitou os japoneses num abismo de crime que englobava toda a administração e os transformava em assassinos pura e simplesmente... Todos os campos eram dirigidos da mesma maneira: ninguém desobedecia a nenhuma regra... E se nós quiséssemos julgá-los, precisaríamos encontrar provas contra indivíduos, embora sabendo que é o sistema que produz os criminosos¹⁰⁹.

Conseqüentemente, dos 50.000 prisioneiros que trabalharam na ferrovia do Sião, 16.000 morreram de tortura, doença ou fome. Ordens de campo japonesas interceptadas enfatizavam repetidamente que os prisioneiros julgados inúteis deveriam ser mortos. As provas perante a corte mostravam que os médicos oficiais japoneses removiam corações e fígados dos prisioneiros saudáveis ainda vivos. O canibalismo com os prisioneiros aliados foi autorizado na falta de outra comida. Os japoneses mataram mais soldados britânicos nas prisões do que nos campos de batalha. O número recorde de prisioneiros de guerra japoneses foi mais alto do que o de nazistas. Dos 235.000 prisioneiros de guerra anglo-americanos mantidos pela Alemanha e pela Itália, só 4% morreram, enquanto que, entre os 132.000 sob custódia japonesa, a perda foi de 27%.¹¹⁰

O Tribunal Aliado em Tóquio sentenciou 25 principais criminosos de guerra, especialmente os responsáveis pelo planejamento da guerra e seus quatro maiores horrores — o massacre de Nanquim, “a marcha da morte” de Bataan, a ferrovia Thai-Burma e o saque de Manila. Sete, incluindo Tojo, foram enforcados. Comissões militares locais condenaram mais de 920 criminosos de guerra à morte e mais de 3.000 à prisão. Dentre os juízes não-brancos do Tribunal, o indiano Radhabino Pal discordou, dizendo que os japoneses tinham agido sempre em autodefesa e que o julgamento era a justiça dos “vitoriosos”. O juiz filipino Delfin Jarahilla disse que as sentenças foram muito brandas. De fato, as atrocidades japonesas contra soldados hindus e filipinos e contra os chineses, malaaios e outros civis não-brancos foram infinitamente mais selvagens e numerosas do que qualquer uma delas infligidas aos anglo-americanos¹¹¹. A vítima principal do sistema foi o povo japonês, do qual mais de quatro milhões morreram: porque o mesmo dogma que ensinara os homens a tratarem os prisioneiros como criminosos capitais foi o responsável tanto pela decisão de embarcar numa guerra suicida, quanto pela demora em estabelecer o tratado de paz. O primeiro-ministro Konoye, um dos culpados, deixou ao lado de seu leito de morte uma cópia do *De Profundis* de Oscar Wilde, tendo antes, cuidadosamente, sublinhado as palavras: “Tão terrível quanto o que o mundo me fez, o que eu a mim fiz foi muito mais terrível” — um epitáfio para o Japão totalitário¹¹². E como já várias vezes observamos neste livro, o princípio holístico da corrupção moral propicia a satânica Lei de Gresham, na qual o mal expulsa o bem. A força aérea americana que, a 3 de março de 1943, destruiu o comboio que defendia a guarnição Lae, na Nova Guiné, metralhou os sobreviventes que ainda nadavam no mar, fazendo da operação o seguinte relato: “Foi uma tarefa medonha, mas uma necessidade militar, já que os soldados japoneses, a uma distância relativa da praia, não se entregavam. Assim, não podíamos permitir que eles voltassem à terra firme e se juntassem à guarnição Lae”¹¹³. Tornou-se lugar-comum para os Aliados fuzilar japoneses que tentavam se render. Um dos advogados de defesa no Tribunal de guerra, capitão Adolf Feel Jr., exclamou amargamente: “Derrotamos os nossos inimigos nos campos de batalha, mas permitimos que seu espírito triunfe nos nossos corações”¹¹⁴. Isso foi um exagero; mas continha um elemento de verdade. O bombardeio japonês de pequena escala sobre as cidades chinesas, em 1937-38, tinha sido condenado por todo o sistema liberal da América. Quando chegou o tempo de estabelecer o primeiro alvo para a bomba atômica, foi o reitor de Harvard, James Conant, representando os interesses da civilização no Comitê de Pesquisa da Defesa Nacional, que fez a sugestão decisiva “de que o alvo mais aconselhável seria uma imprescindível fábrica bélica que empregasse um grande número de trabalhadores e que fosse rodeada pelas moradias dos próprios trabalhadores”¹¹⁵.

De toda maneira, a confusão de problemas morais ao fim da guerra foi fundamentalmente acobertada pela presença do poder totalitário soviético entre as fileiras dos justos. Não havia quase nenhum crime que os nazistas ou os cavaleiros do *bushido* não tivessem cometido ou sequer imaginado, e que também o regime soviético não tivesse perpetrado, em geral numa escala bem maior. O regime soviético conduzia precisamente o tipo de sistema que tinha gerado a guerra e seus horrores. Mais especificamente, o Pacto Nazi-Soviético, de setembro de 1939, e o Pacto Nipo-Soviético, de abril de 1941, tinham tornado possíveis as agressões do Eixo.

Não obstante, a Rússia soviética não apenas julgava os culpados de guerra que ela tinha ajudado a criar, mas surgia como a única beneficiária, em virtude

justamente de um daqueles tratados de guerra secretos - ou subornos - que o Tratado de Versalhes havia condenado com tanto furor. E não apenas Versalhes. A Carta do Atlântico, de 14 de agosto de 1941 (reiterada na Declaração das Nações Unidas de 1º de janeiro de 1942), declarava que os signatários “não procuravam aumentar suas possessões territoriais ou outras... eles não desejavam mudanças territoriais que não estivessem de acordo com o desejo livremente expresso pelos povos envolvidos”. O Tratado de Aliança Anglo-Russo, de 26 de maio de 1942, declarava (artigo 5º): “... eles agirão de acordo com os dois princípios: o de não buscar aumento de territórios para si mesmos e o de não intervir nos assuntos internos de outros Estados”. Entretanto, na Conferência de Yalta, em janeiro de 1945, em troca da aquiescência de participar da guerra com o Japão, “dois ou três meses depois de a Alemanha ter capitulado”, Stálin exigiu o reconhecimento da possessão russa da Mongólia Ulterior, do sul de Sakhalin e das ilhas adjacentes, assim como a internacionalização de Darien, com a salvaguarda dos “interesses preeminentes da União Soviética, a cessão de Porto Artur como uma base, o direito de operar (conjuntamente com os chineses) a ferrovia Chinesa Oriental e a estrada de ferro da Manchúria do Sul, com salvaguarda para “os interesses preeminentes da União Soviética” e a completa anexação das ilhas Kuril. Roosevelt concordou com todas essas condições aquisitivas, virtualmente sem qualquer argumento; e Churchill, desesperado para obter o apoio de Roosevelt em questões mais ligadas a seu país, aquiesceu, já que o Extremo Oriente era principalmente “um assunto americano... Para nós o problema era remoto e secundário”¹¹⁶.

A China, vítima principal desses atos de apropriação indébita de território - e que teve, por essa razão, seu regime destruído -, não compareceu a Yalta. Embora fosse uma Aliada, sequer foi informada a respeito de tais negociações, quer no início, quer mais tarde, quando a Rússia já havia declarado guerra e o acordo era irreversível. A declaração oficial russa de guerra não foi emitida até o prazo de quatro horas após terem os japoneses concordado, em princípio, em ceder¹¹⁷. Stálin conseguiu suas exigências sangrentas por nada, e as potências legítimas não podiam justificar a rendição de seus mais importantes princípios de guerra, mesmo sob a alegação da férrea necessidade militar.

O que deu um toque de zombaria aos julgamentos dos criminosos de guerra alemães e japoneses foi o seguinte: justamente na hora em que provas contra eles estavam sendo recolhidas, a Grã-Bretanha e a América ajudavam Stálin a perpetrar um crime de dimensão comparável ao deles, chegando a usar a força para entregar as vítimas nas mãos de Stálin. Os aliados sabiam e nada disseram sobre a deportação levada a efeito pelos soviéticos da população inteira de oito países nos anos 1941 e 1943-44, embora isso fosse um crime de guerra definido como genocídio, mais tarde catalogado pelas Nações Unidas (9 de dezembro de 1948). Mas os Aliados não podiam ignorar a exigência soviética, feita a 31 de maio de 1944, de que qualquer pessoa de nacionalidade russa que caísse nas mãos dos Aliados durante a liberação da Europa deveria ser reencaminhada à Rússia, quisesse ela ou não. Na prática, 10% dos prisioneiros “alemães” eram na verdade russos. Alguns queriam voltar, outros não. Eles eram peças de uma vasta convulsão humana que poucos deles compreendiam. O relatório do serviço secreto britânico (17 de junho de 1944) narrou: “A eles nunca foi perguntado se gostariam de se unir ao Exército alemão, mas apenas lhes deram uniformes e lhes entregaram fuzis... Esses russos nunca se consideraram nada além de prisioneiros”¹¹⁸. Os americanos resolveram o dilema, tratando todo e qualquer prisio-

neiro alemão uniformizado como alemão, a menos que ele insistentemente negasse sê-lo. O Ministério do Exterior britânico insistia pedantemente em se manter dentro do espírito de retidão. Seu conselheiro legal, *sir* Patrick Dean, relatou (24 de junho):

Esta é puramente uma questão para as autoridades soviéticas e não diz respeito ao governo de Sua Majestade. No devido tempo, todos aqueles com quem as autoridades soviéticas tenham algum assunto a tratar devem ser-lhes entregues e nós não estamos preocupados com o fato de que eles possam ser fuzilados ou tratados mais duramente do que seriam pela lei inglesa.

Com base nessa opinião, e apesar das apreensões de Churchill, o ministro do Exterior, Anthony Eden, forçou o gabinete de guerra a tomar uma decisão (4 de setembro de 1944) que fazia concessões totais ao pedido de Stálin e que, mais tarde, foi incluída no acordo de Yalta¹¹⁹.

Como resultado, muitas centenas de milhares de seres humanos foram despachados para Stálin. Na primeira leva de 10.000, apenas 12 partiram voluntariamente. Um diplomata americano presenciou a chegada dos 10.000 e narrou: "Obrigaram-nos a marchar, sob a vigilância de uma guarda pesada, para um destino desconhecido". Com o tempo, a relutância aumentou. Os homens, a bordo do *Empire Pride*, que aportou em Odessa a 10 de junho de 1945, tiveram de ser contidos por uma guarda armada. Entre eles havia muitos doentes e feridos por tentativas de suicídio. Um observador britânico anotou:

As autoridades soviéticas se recusaram a aceitar qualquer indivíduo transportado em maca, e mesmo os pacientes moribundos eram obrigados a descer do navio andando e carregando sua própria bagagem... Um prisioneiro que tentara o suicídio foi brutalmente tratado e sua ferida abriu mais ainda, causando-lhe hemorragia. Ele foi retirado do navio e levado para trás de caixotes nas docas. Um tiro foi ouvido e nada mais se viu.

O observador britânico acrescentou ainda que 31 prisioneiros foram levados para trás dos armazéns, e quinze minutos mais tarde uma metralhadora foi ouvida. Um major prisioneiro de guerra entregou cerca de 300 homens que estavam a bordo e que foram provavelmente fuzilados. Logo depois, o próprio major também foi fuzilado — um modo de agir típico de Stálin¹²⁰.

Num excesso de zelo, o Ministério do Exterior britânico também entregou 50.000 cossacos que se tinham rendido no sul da Áustria. Esses homens se haviam refugiado por mais de uma geração e não cabia uma repatriação, mesmo sob a vigência do acordo de Yalta; mesmo assim, eles foram entregues a Stálin como uma espécie de bônus humano, juntamente com suas mulheres e filhos. Cerca de 25.000 croatas foram da mesma maneira "devolvidos" ao regime comunista da Iugoslávia, onde se transformaram num espetáculo de "marcha de morte" pelas cidades: "...famintos, sedentos, macilentos, desfigurados, sofrendo e agonizando, eles foram forçados a correr longas distâncias ao lado de seus 'libertadores', que iam a cavalo ou em carroças"¹²¹. Para obrigar esses homens, mulheres e crianças a atravessar as fronteiras, os soldados ingleses usavam suas baionetas, atirando para quebrar a resistência e mesmo matar, ou faziam uso de lança-chamas. Havia um grande número de suicídios, às vezes de famílias inteiras¹²². Daqueles que chegaram à presença de Stálin, muitos foram

Indicados (incluindo) o caso de...
...que, no caso de...
...de...
...

13

A PAZ PELO TERROR

No dia 10 de janeiro de 1946, “Chips” Channon, membro conservador do Parlamento, um memorialista, foi a um casamento na alta sociedade de Londres e fez o seguinte comentário com uma das convidadas, *lady* (“Emerald”) Cunard: “Como a vida se normalizou rapidamente! Afinal — disse, apontando para a sala repleta — é por isso que vínhamos lutando”. “O quê? — disse Emerald — são todos poloneses?”¹

Era realmente muito fácil esquecer a Polônia. Entretanto, ela foi a causa da guerra, pois se não houvesse existido, a guerra teria tomado um curso radicalmente diferente. E foi a Polônia também que colocou um ponto final na luta, ao provocar o colapso da Aliança de guerra e o início do confronto comunista-democrático. A história foi retomada no ponto em que havia sido deixada quando Stálin e Hitler assinaram o pacto de agosto de 1939. E agora a Rússia soviética representava o princípio da ambição totalitária, no palco mundial. A Polônia era a peça estranha no tabuleiro de xadrez do mundo e lembrava que a guerra não havia sido tanto um conflito entre o certo e o errado, mas uma luta pela sobrevivência.

É claro que a idéia de a “Grande Aliança” ter sido, de alguma forma, altruísta foi uma ilusão desde o início. Deveu-se, até certo ponto, a uma invenção de Roosevelt: em parte em função de seus próprios propósitos políticos, em parte porque ele acreditava nela. Dentre seus compatriotas que há muito tempo lidavam profissionalmente com Stálin e o governo deste, muitos se opunham calorosa e desesperadamente à posição de Roosevelt. O embaixador Laurence Steinhardt, sucessor de Davies, em Moscou, compartilhava do ponto de vista da linha dura do Departamento de Estado, conhecida como a “Escola de Riga”:

Tentativas de aproximação levadas a efeito pela Grã-Bretanha ou pelos Estados Unidos devem ser interpretadas aqui como sinais de fraqueza... Quando as pessoas põem na cabeça que estamos querendo contentá-las, acalmá-las, ou mesmo que precisamos delas, imediatamente deixam de ser cooperativas... Minha experiência tem mostrado que as pessoas só respondem à força; e se a força não pode ser aplicada, então o jeito é passar diretamente para as barganhas orientais².

Roosevelt não queria saber disso. No momento em que a declaração de guerra de Hitler fez da Rússia uma aliada da América, ele arquitetou maneiras de driblar o Departamento de Estado e a Embaixada para lidar com Stálin diretamente³. Seu intermediário era Harry Hopkins, um mediador político que chegou com a informação de que Stálin estava encantado com a idéia: “Ele não confia no nosso embaixador, nem em nenhum dos nossos funcionários”⁴. Roosevelt também queria driblar Churchill, que para ele era um velho imperialista incorrigível, incapaz de compreender idealismos ideológicos. Escreveu então para Churchill, em 18 de março de 1942, dizendo: “Eu sei que você não vai se importar se eu for brutalmente franco e lhe disser que acredito poder lidar com Stálin pessoalmente de forma melhor do que o seu Ministério do Exterior ou o meu Departamento de Estado. Stálin odeia visceralmente todos os seus representantes. Ele acha que gosta mais de mim e espero que continue a pensar assim”⁵. Tal vaidade, tão parecida com a crença de Chamberlain de que ele sozinho podia “manejar” Hitler, vinha acompanhada de uma surpreendente ingenuidade. Roosevelt não acreditava que Stálin quisesse territórios. Censurou Churchill: “Você tem quatrocentos anos de instintiva ganância por aquisição de territórios no sangue e não compreende como um país poderia não querer terra se tivesse a oportunidade de consegui-la”⁶. “Eu acho — disse ele de Stálin — que se eu lhe der tudo o que possa sem pedir algo em troca, *noblesse oblige*, ele não tentará anexar nenhum território e trabalhará comigo em prol de um mundo de democracia e paz”⁷.

A cegueira de Roosevelt constituía uma ameaça para a estabilidade da Europa do pós-guerra, e isso ficou aparente pela primeira vez na Conferência de Teerã, em novembro de 1943, à qual compareceram Churchill, Roosevelt e Stálin. O mais graduado dos chefes de Estado-Maior britânicos, *sir* Alan Brooke, resumiu assim o fato: “Stálin tem o presidente no seu bolso”⁸. Churchill se queixava a um dos seus ministros de Estado, Harold Macmillan: “A Alemanha está acabada, se bem que ainda leve algum tempo para que as coisas sejam postas em seus lugares. O problema real agora é a Rússia, embora eu não consiga fazer com que os americanos o percebam”⁹. Durante todo o ano de 1944, apesar de a invasão da Europa ter sido lançada com êxito, as ansiedades de Churchill aumentaram. Depois que os Aliados forçaram a ofensiva, em julho-agosto de 1944, o ritmo do avanço diminuiu. O general Eisenhower, comandante supremo, se recusou a aceitar a idéia de que o ponto determinante do mapa do pós-guerra fosse o grau de penetração de suas tropas na Europa Central: “Eu me odiaria por arriscar vidas americanas por propósitos puramente políticos”, insistia ele¹⁰. À medida que os soviéticos avançavam, suas intenções hostis tornavam-se perfeitamente claras. Apoderando-se da estação experimental alemã de submarinos em Gdynia, eles impediram o acesso de técnicos navais aliados aos seus segredos, embora a batalha do Atlântico estivesse ainda sendo travada e os comboios que carregavam armas para a Rússia estivessem ainda sob ataques ferozes dos submarinos¹¹. Os generais americanos queriam preservar ao máximo a cooperação com as Forças Armadas soviéticas, a fim de que, o mais rápido possível, pudessem transferir tropas para o Oriente, liquidar com o Japão (com o maciço apoio soviético) e voltar para casa. Como era do conhecimento de Churchill, isso deixaria os britânicos com 12 divisões (cerca de 820.000 homens) para enfrentar 13.000 tanques soviéticos, 16.000 aviões de primeira linha, além de 525 divisões que totalizavam cinco milhões de homens¹². Sua tarefa, de acordo com um memorando do Ministério do Exterior, era descobrir como “fazer uso do poder americano” com o objetivo de conduzir “a

grande balsa de difícil manejo para o porto certo"; caso contrário, ela "vagaria no oceano e seria uma ameaça isolada à navegação"¹³.

Churchill decidiu continuar adotando uma política de duas faces: negociar realisticamente com Stálin, quando pudesse, e, ao mesmo tempo, fazer com que Roosevelt aceitasse o seu ponto de vista. Em outubro de 1944, ele foi a Moscou. Lá impingiu a Stálin o que chamou de "um documento impertinente". Nesse documento estabelecia, já que "o marechal Stálin era um realista", a proporção dos interesses das grandes potências nos cinco países balcânicos. Assim, a Iugoslávia e a Hungria seriam divididas ao meio entre a Rússia e o resto das potências; a Rússia deveria ter 90% da Romênia e 75% da Bulgária; ao passo que a Grã-Bretanha, em acordo com os Estados Unidos, deveria ter 90% da Grécia. Segundo o que escreveu o embaixador *sir* Archibald Clark-Kerr, Stálin regateou em relação à Bulgária, da qual evidentemente ele queria 90%. Finalmente assinou o documento com um rabisco de lápis azul, concordando também em conter os comunistas italianos¹⁴.

O "documento impertinente" era uma tentativa de excluir a Rússia do Mediterrâneo, ao preço de dar-lhe a Romênia e a Bulgária como satélites. Churchill calculava que a Grécia era a única coisa a ser salva do incêndio, visto que as tropas britânicas já lá estavam a postos. O que ele conseguiu em Moscou foi a aquiescência de Stálin em dar uma ajuda desinteressada à Grã-Bretanha, plano que foi prontamente posto em ação. No dia 4 de dezembro, quando a guerra civil estourou em Atenas, Churchill determinou o uso da força para esmagar os comunistas. Ele trabalhou noite adentro, "sentado em sua poltrona giratória" e enviando telegramas que "ditava à sua secretária *Miss Layton*, que nem piscava diante das muitas blasfêmias com as quais o velho homem entrecortava suas frases oficiais". O telegrama-chave que Churchill mandou ao general Scobie, o comandante britânico, insistia no seguinte: "Nós temos de conter e dominar Atenas. Seria ótimo se você conseguisse isso sem derramamento de sangue, mas, caso seja necessário, também com derramamento de sangue"¹⁵. O derramamento de sangue foi necessário, mas a Grécia foi salva para a democracia. De fato, apesar de a estabilidade no palco do Mediterrâneo não ter sido assegurada até os comunistas perderem as eleições italianas em abril de 1948, Churchill, praticamente sozinho e com eficácia manteve o totalitarismo fora do Mediterrâneo por uma geração, graças à sua política vigorosa no final de 1944 — sua última grande contribuição à liberdade humana.

Churchill, porém, era impotente para salvar a Europa oriental. Como ele disse numa nota de gabinete:

Está além do poder deste país evitar os acontecimentos que estão se abatendo sobre o mundo no momento presente. A responsabilidade se encontra com os Estados Unidos e o meu desejo é dar a esse país todo o apoio que esteja a nosso alcance. Se os Estados Unidos não se sentem capazes de fazer alguma coisa, então teremos de deixar as coisas correrem por si mesmas¹⁶.

Na decisiva reunião de Yalta, porém, em janeiro de 1945, Roosevelt deliberadamente bloqueou as tentativas de Churchill de coordenar a política anglo-americana com antecedência. Ele não queria, disse Averell Harriman, "alimentar as suspeitas soviéticas de que os britânicos e os americanos estariam operando de comum acordo"¹⁷. Quando o assunto da Polônia veio à baila, Roosevelt aceitou uma proposta russa de eleições, das quais "todos os partidos democráticos e antinazistas teriam o

direito de participar". Ele não apoiou, contudo, a exigência britânica de supervisão internacional do pleito. Ao contrário, produziu uma peça típica da retórica rooseveltiana, uma "declaração sobre a Europa Liberada", com vagas garantias ao "direito de todos os povos de escolher a forma de governo sob a qual desejassem viver". Os russos ficaram felicíssimos em assinar tal documento, especialmente depois de terem ouvido a desconcertante declaração de Roosevelt de que todas as forças americanas estariam fora da Europa em dois anos: isso era exatamente o que Stálin queria ouvir¹⁸.

Pode-se dizer que a Guerra Fria, considerada a consequência imediata da Conferência de Yalta, data precisamente de março de 1945. Num certo sentido, a Rússia iniciara a Guerra Fria desde outubro de 1917, a qual era inerente ao determinismo histórico do leninismo. A aliança pragmática datada de junho de 1941 foi mera interrupção. Era inevitável que Stálin retomasse sua depredação hostil mais cedo ou mais tarde. Seu erro foi fazê-lo tão depressa. Não que ele fosse impaciente como Hitler: Stálin não acreditava numa escatologia iminente; mas era ganancioso. Era cauteloso demais para seguir o exemplo de Hitler e criar oportunidades de pilhagem; não podia, contudo, resistir a se apoderar dessas oportunidades quando elas se apresentavam. Sua tática sensata seria a de se conter até que os americanos tivessem desaparecido do outro lado do Atlântico. Entretanto, ao ver que a fruta polonesa estava madura, ele não pôde resistir em comê-la. O ajudante de Roosevelt, almirante Leahy, o mais cabeça-dura dos membros da delegação americana, tinha reclamado, mesmo em Yalta, de que o acordo polonês era "tão elástico que os russos podiam esticá-lo de Yalta até Washington, sem sequer quebrá-lo tecnicamente"¹⁹. Mas, quando a comissão criada por Yalta para assegurar a garantia das eleições livres se reuniu em 23 de fevereiro, ficou claro que Stálin pretendia ignorar suas promessas. O momento decisivo veio a 23 de março, na ocasião do anúncio feito por Molotov de que as eleições seriam realizadas no estilo soviético. Ao receber o relato de Harri-mann sobre essa reunião, dois dias mais tarde, Roosevelt deu um murro na sua cadeira de rodas: "Averell está certo. Nós não podemos negociar com Stálin. Ele quebrou todas as promessas feitas em Yalta"²⁰. A educação política de Roosevelt foi ajudada por uma série de 13 mensagens severas que Churchill lhe enviara, de 8 de março a 12 de abril de 1945. Desiludido afinal, foi para Palm Springs para morrer, dizendo a um jornalista que ou Stálin estava fora do controle ou não "era um homem de palavra"²¹.

No entanto, nas suas últimas semanas, Roosevelt não fez coisa alguma para encorajar Eisenhower a avançar rapidamente sobre Berlim, Viena e Praga, como queriam os britânicos. "Os americanos não podiam entender — escreveu o general Montgomery, com tristeza — que pouca valia tinha vencer a guerra estrategicamente se ela fosse perdida politicamente"²². O novo presidente, Harry Truman, não pertencia à rica elite dominante, livre de culpas, do *establishment* da costa leste; não tinha qualquer das fantasias progressistas de Roosevelt tão em voga. Ele era ignorante, mas aprendia rapidamente; seus instintos eram democráticos e diretos. Às 5h30min do dia 23 de abril, convocou Molotov à Blair House (ele ainda não se tinha mudado para a Casa Branca) e lhe disse que a Rússia tinha de pôr em prática o que havia acordado em Yalta sobre a Polônia: "Eu lhe disse na cara. Bem na cara. Foi um soco direto no queixo". Molotov: "Nunca me falaram desse jeito na vida". Truman: "Cumpra seus acordos e nunca mais ninguém lhe falará dessa maneira"²³. Mas Truman não conseguiu modificar a política militar americana nos últimos dias da guerra. O general Bradley calculou que custaria aos Estados Unidos cem mil vidas para tomar Berlim; o general Marshall disse ser impossível capturar Praga; e o general Eisenhower se

opunha a qualquer coisa que terminasse com a cooperação militar do Exército Vermelho; todos queriam a ajuda soviética contra o Japão²⁴. Destarte a Europa oriental e grande parte dos Bálcãs foram perdidos para o totalitarismo.

Não ficou claro, por algum tempo, se a Europa ocidental poderia ser salva também. Mesmo em nível diplomático e político, a modificação da política de Roosevelt demorou algumas preciosas semanas e até meses. Na primeira metade de 1945, o Departamento de Estado ainda estava tentando evitar a publicação de qualquer matéria crítica sobre a Rússia soviética, até mesmo o jornalismo factual direto, como o *Report on the Russians*, de Williams White²⁵. Em Postdam, em julho, Truman tinha ao seu lado o ex-embaixador Davies, agora orgulhoso possuidor da Ordem de Lênin, e que insistia: “Acho que os sentimentos de Stálin estão feridos. Por favor, seja gentil com ele”²⁶. Churchill, derrotado nas eleições de 25 de julho, teve um sonho no qual se via deitado sob um lençol branco, com os pés esticados, morto²⁷. Seus sucessores trabalhistas, obcecados pelos problemas internos e pela consternadora situação financeira da Grã-Bretanha, falavam vagamente em retomar uma aliança européia com a França; mas eles tinham mais medo de uma Alemanha ressurgente do que do rolo compressor soviético²⁸. Havia muitos que acreditavam estar o jogo terminado. Harriman, de volta de Moscou, disse ao secretário da Marinha, James Forrestal, que “metade ou talvez toda a Europa deverá se tornar comunista lá pelo fim do próximo inverno”²⁹.

Foi de novo a ganância de Stálin que o levou a jogar mais alto do que podia e a reverter, assim, o processo da retirada americana. E foi ganância não só por território e poder, mas também por sangue. Ele mandou prender 16 líderes políticos não-comunistas, acusou-os de “terrorismo” e pôs em ação a máquina de encenar julgamentos³⁰. Os emissários e comandantes americanos imediatamente enviaram mensagens confirmando os mesmos acontecimentos em todos os lugares: de Belgrado, Robert Patterson relatou que qualquer pessoa vista com um americano ou um britânico era imediatamente presa; da Bulgária, Maynard Barnes telegrafou contando detalhes sobre um banho de sangue de vinte mil pessoas; da Hungria, Arthur Schoenfeld descreveu a imposição de uma ditadura comunista; de Roma, Ellery Stone advertiu sobre um possível *putsch* comunista na Itália. William Donovan, chefe da Agência de Serviços Estratégicos — o que havia de mais próximo a um serviço secreto americano na época —, aconselhou medidas para coordenar a defesa ocidental, baseado nos aterrorizantes relatórios que se acumulavam em seu escritório, vindos de agentes americanos em toda a Europa³¹. Mas foi a política de Stálin que forneceu a matéria-prima para esses relatórios. E foi a qualidade da diplomacia intransigente de Stálin, conduzida através de Molotov, que levou os fatos a um ponto crítico, na Conferência de Ministros do Exterior em Moscou, em dezembro de 1945. Lá, o novo ministro do Exterior britânico, Ernest Bevin, rudemente classificou as alegações de Molotov de “filosofia hitlerista”; e James Byrnes, secretário de Estado, disse que a Rússia estava “tentando fazer de maneira sinuosa o que Hitler tentou fazer pela força ao dominar os países menores”³². Quando Byrnes, de volta aos Estados Unidos a 5 de janeiro de 1946, notificou Truman dos acontecimentos, este último tomou a seguinte resolução: “Não creio que farei mais concessões... Estou cansado de fazer as vontades dos soviéticos”³³. No mês seguinte, George Kennan enviou de Moscou um oportuno telegrama de oito mil palavras que cristalizava o que a maioria das pessoas da Administração estava começando a sentir sobre a ameaça soviética: o “Longo Telegrama”, como ele veio a ser conhecido. “Ele está redigido

escreveu o autor — como aquelas publicações de alarmados comitês do Congresso ou das Filhas da Revolução Americana, destinadas a chamar a atenção dos cidadãos para os perigos da conspiração comunista”³⁴.

Quinze dias mais tarde, em 5 de março, Churchill tornou a Guerra Fria um fato público, ao fazer um discurso, sob o patrocínio de Truman, na Universidade de Fulton:

De Stettin no Báltico até Trieste no Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente. Além dessa linha estão todas as capitais dos antigos Estados da Europa Central e Oriental... o que eu devo chamar de esfera soviética; e todos os países estão sujeitos, de uma forma ou de outra, não apenas à influência soviética, mas ao controle de Moscou, medida de natureza intensa e, em muitos casos, crescente.

Já que os russos, ele acrescentou, respeitam a força militar, a América e a Grã-Bretanha devem continuar seus acordos de defesa conjunta. Desse modo não haverá uma “trêmula e precária balança de poder que possa servir de tentação à ambição e à aventura”, mas uma “esmagadora certeza de segurança”. Mais tarde, num jantar oferecido por Henry Luce, proprietário da revista *Time*, o triunfante orador devorava caviar e dizia: “Você sabe, o tio Joe³⁵ costumava me mandar montes disso. Mas imagino que agora eu não receba mais caviar”. Ao falar precisamente no momento certo — o pleito americano de maio mostrou que 83% dos eleitores eram favoráveis à idéia de uma aliança militar permanente —, Churchill evitou qualquer possibilidade de uma repetição da trágica retirada americana da Europa em 1919. Ele contou que perdeu US\$75 jogando pôquer com Truman, “mas valcu a pena”³⁶.

Stálin continuou a fazer com que os americanos mergulhassem mais fundo na Guerra Fria. Em março de 1946, ele ultrapassou o limite de tempo estabelecido para a retirada de suas tropas do Irã, e só o fez, finalmente, depois de um sério confronto no novo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em agosto, os iugoslavos derrubaram aviões de transporte americanos e, no mesmo mês, Stálin começou a pressionar a Turquia. Os americanos reagiram à altura. Foi criado o protótipo da CIA e, numa festa para celebrar o fato na Casa Branca, Truman distribuiu chapéus pretos, capas e punhais de madeira e grudou um falso bigode preto no rosto do almirante Leahy³⁷. A América e o Canadá formaram um sistema conjunto de defesa aérea e anti-submarina. As forças aéreas britânicas e americanas começaram a trocar planos de guerra; suas agências de serviço secreto retomaram os contatos. No meio do verão, a aliança anglo-americana já estava funcionando extra-oficialmente outra vez. Truman empreendeu um expurgo em sua administração, para eliminar os elementos pró-soviéticos. O último dos *New Dealers* no gabinete foi Henry Wallace, o secretário de Agricultura, um profundo admirador de Stálin, anglóphobo e anti-Churchill: “não passa de um gato bastardo”, como disse Truman. Em julho, Wallace enviou ao presidente uma carta particular de cinco mil palavras, defendendo o desarmamento unilateral e um maciço programa aéreo e comercial com a Rússia; depois deixou vazar a notícia. Truman confiou ao seu diário: “Wallace é 100% um pacifista. Ele quer que nós dispersemos as nossas Forças Armadas, que entreguemos à Rússia nossos segredos atômicos e confiemos num bando de aventureiros do Politburo do Kremlim... Os Vermelhos, os impostores e os rosados de salão parecem estar unidos e estão se tornando um perigo nacional. Temo que eles sejam uma frente de

sabotagem para o tio Joe Stalin”⁴⁸. No dia seguinte, Truman demitiu Wallace, nenhum rato se moveu. Em outubro, Churchill já podia dizer: “O que eu disse em Fulton tem sido superado pelos acontecimentos”.

Em 1947-49, a América se comprometeu a desenvolver uma série de obrigações formais para com a Europa, o que se tornou a base política global ocidental pela geração seguinte. O processo começou com um aviso desesperado da Grã-Bretanha de que ela não mais poderia sustentar a posição de potência mundial. A guerra lhe havia custado US\$30 bilhões, um quarto de sua riqueza líquida. Ela havia vendido US\$5 bilhões em ativos estrangeiros e acumulado US\$12 bilhões em dívidas estrangeiras. A América lhe havia dado um empréstimo pós-guerra que não cobria nem a diferença em seu comércio — as exportações em 1945 eram menores um terço do que as de 1938 — nem suas despesas com o reduzido pilar da estabilidade na Europa, no Mediterrâneo e no Oriente Médio. Em 1945, a Grã-Bretanha gastou 19% do seu Produto Nacional Bruto em defesa (contra 10% dos Estados Unidos). No começo de 1947, ela havia gasto US\$3 bilhões em programas de ajuda internacional, US\$320 milhões somente para alimentar a Alemanha em 1946, US\$330 milhões para manter a paz na Palestina, e totais cumulativos de US\$540 milhões na Grécia e US\$375 milhões na Turquia. No dia 6 de janeiro, uma tempestade de neve anunciou o pior inverno do século, que continuou até o final de março. O carvão congelou nos estoques das minas e não era possível removê-lo. Os cortes de eletricidade fecharam as fábricas e desempregaram dois milhões de operários. O ministro do Combustível, Manny Shinwell, referiu-se a “uma condição de completo desastre”. O empréstimo já tinha praticamente ido embora; a cada semana US\$100 milhões saíam das reservas.

A 21 de fevereiro, os britânicos informaram a Truman que teriam de quebrar o compromisso grego-turco. Três dias mais tarde, Truman decidiu encampar a idéia, que, a 26 de fevereiro numa reunião muito tensa na Sala Oval, foi apresentada em linhas gerais aos principais congressistas. O general Marshall, o novo secretário de Estado, atrapalhou-se na tarefa, e seu representante, Dean Acheson, resolveu interferir. Este disse que a “pressão soviética” no Oriente Próximo chegara a tal ponto que qualquer brecha na defesa “poderia abrir três continentes à penetração soviética”. Como “maças numa barreira são infectadas por uma única maçã podre”, a “corrupção da Grécia infectaria o Irã e todo o Oriente”. Isso levaria a infecção à África através da Ásia Menor e do Egito, e “à Europa através da Itália e da França”. A Rússia soviética “estava fazendo uma das maiores jogadas da história a um custo mínimo”. Não havia necessidade de vencê-las todas: “mesmo uma ou duas já ofereciam imensos ganhos”. “Somente” a América “estava em posição de acabar com o jogo”. Esses eram os riscos que a retirada britânica oferecia “a um ávido e impiedoso oponente”. Seguiu-se um longo silêncio. Então, Arthur Vandenberg, um ex-isolacionista, falou em nome dos congressistas: “Senhor presidente, se disser isso ao Congresso e ao país, eu o apoiarei e creio que a maioria de seus membros fará o mesmo”³⁹.

A 12 de março de 1947, Truman enviou ao Congresso uma mensagem presidencial, que ficou sendo conhecida como a “doutrina Truman”: “Eu acredito que deva constituir política dos Estados Unidos apoiar os povos livres que estejam resistindo às tentativas de subjugação por minorias armadas ou pressões exteriores... Nós devemos ajudar os povos livres a seguir seus próprios destinos da maneira que escolherem”. A ajuda precisa ser “primordialmente” econômica. Para começar, além de técnicos civis e militares, ele pediu dinheiro ao Congresso para a Grécia e para a

Turquia, e o conseguiu com a maioria de dois a um em ambas as casas legislativas. Assim terminou o isolacionismo, graças a Joseph Stálin. Dois meses depois, a 5 de junho, o secretário de Estado revelou o Plano Marshall numa formatura em Harvard. O plano era vago. Acheson assim o parafraseou: “Se os europeus, todos ou alguns deles, pudessem se unir através de um plano que estipulasse o que seria necessário para tirá-los da situação pavorosa em que se encontram... nós examinaríamos esse plano e tentaríamos descobrir o tipo de ajuda que poderíamos oferecer-lhes de maneira prática”⁴⁰. Ao final, 22 nações européias responderam. Os tchecoslovacos e os poloneses queriam fazer o mesmo — o que Stálin vetou.

O programa começou em julho de 1948; continuou por três anos e custou ao governo americano US\$10,2 bilhões. Esse programa fazia sentido, porque o excesso da exportação americana, no segundo quartel do ano de 1947, atingiu o índice anual de US\$12,5 bilhões. Conforme colocou Hugh Dalton, ministro das Finanças britânico: “A escassez de dólares está acontecendo em todos os lugares. Os americanos têm a metade da renda do mundo, mas não estão querendo gastá-la comprando bens de outros países, nem emprestá-la, nem dá-la... Em quanto tempo a escassez de dólares vai trazer uma crise geral?”. A média de consumo de 3.000 calorias por dia, nos Estados Unidos, contrastava com a média de 1.000 a 1.500 calorias para os 125 milhões de europeus. A ajuda de Marshall reciclou parte desse excedente, diminuiu a diferença de calorias e lançou as bases de uma Europa ocidental e do sul autoconfiantes. Por volta de 1950, o plano já era manifestamente um sucesso avassalador⁴¹. Com ele, iniciou-se o processo de eliminação da distância entre o padrão de vida norteamericano e o europeu; o plano também deu margem a uma diferença igualmente cataclísmica entre a Europa ocidental e a oriental: a Cortina de Ferro tornou-se a fronteira entre a abundância e a escassez.

Mas a América ainda não tinha compromisso militar definido para defender a Europa. Com golpes sucessivos, Stálin tornou isso inevitável. Ele contava com apenas quinhentos soldados na Tchecoslováquia; mas os homens que, no governo, detinham sua confiança controlavam a polícia. Na Tchecoslováquia o governo era misto. Marshall a considerava parte do bloco soviético. Para Stálin, porém, isso não era o suficiente: sua ganância pedia mais. A 19 de fevereiro de 1948, Stálin enviou V.A. Zorin a Praga, como seu representante, no cargo de ministro do Exterior. No dia seguinte, 12 ministros não-comunistas pediram demissão. Após cinco dias de crise, emergiu um novo governo e o país se tornou um satélite da Rússia. O embaixador americano, Laurence Steinhardt, achava que os tchecos poderiam resistir, como fizeram os finlandeses e os iranianos. A culpa por não o fazer era, segundo ele, da covardia do presidente Benes e do ministro do Exterior Masaryk, que cometeram suicídio depois da capitulação⁴². Mas a falta de uma política americana forte foi também um fator que estimulou Stálin a ir ainda mais longe. A 24 de junho, Stálin bloqueou o acesso às zonas ocidentais de Berlin e cortou a eletricidade.

Incapazes de concordar com uma fórmula de paz para uma Alemanha, os blocos rivais começaram a criar duas Alemanhas em 1946. Em 18 de junho de 1948, os três Aliados ocidentais anunciaram uma nova moeda alemã para a zona sob sua proteção. Esse foi o pretexto para a jogada soviética. É significativo observar que o general Lucius Clay, comandante da zona americana, tenha sido o mais relutante dos guerreiros da Guerra Fria e que, nesse momento, ele mudara decisivamente de ponto de vista. Admitiu que o acesso aliado a Berlin era apenas “um acordo verbal... implícito nos quase três anos de aplicação”. Propunha, então, o uso criterioso da força

para examinar as “dificuldades técnicas” que os russos diziam estar bloqueando as vias de acesso a Berlim. Pediu permissão “para usar o equivalente a um regimento de polícia civil, reforçado por uma tropa de fuzileiros e um batalhão de engenheiros... As tropas receberiam ordens para escoltar o comboio até Berlim. Elas seriam orientadas... com o objetivo de eliminar todos os obstáculos, mesmo se tal ação desse origem a um ataque”⁴³.

Essa reação foi discutida demoradamente em Washington e foi rejeitada. Forrestal, o novo secretário da Defesa, disse a Marshall: “Os chefes de Estado-Maior das Forças Armadas não recomendam suprir Berlim por um comboio armado, em vista do risco de guerra que tal operação envolve e da inadequação do preparo dos Estados Unidos para um conflito global”⁴⁴. Quais eram os riscos? Nikita Khruchchev admitiu mais tarde que Stálin estava meramente “espetando o mundo capitalista com a ponta de uma baioneta”. Sua jogada verdadeira era na Iugoslávia, onde havia rompido com o marechal Tito, expulsando-o do Cominform, órgão coordenador dos partidos comunistas nacionais que ele criara em 1947. Isso aconteceu quatro dias depois de a Rússia bloquear as estradas para Berlim. Khruchchev acrescentou: “Eu estou absolutamente seguro de que, se a União Soviética tivesse uma fronteira comum com a Iugoslávia, Stálin teria invadido militarmente esse país”⁴⁵. É difícil visualizar Stálin envolvido numa demonstração de intenções dentro do seu império, permitindo que uma operação de sondagem — a qual ele poderia cancelar ou retomar a qualquer tempo que desejasse — se tornasse incontrolável.

Mas se os riscos eram discutíveis, a inadequação do poder militar dos Estados Unidos estava suficientemente clara. Os chefes de Estado-Maior das Forças Armadas calcularam que o Exército Vermelho se estabilizara em 2.500.000 homens, com mais 400 mil em forças de segurança. Para equilibrar essa situação, a América possuía o monopólio nuclear. Mas era mais um monopólio teórico do que real. A 3 de abril de 1947, foi dito a Truman, para horror seu, que, embora existisse material suficiente para 12 bombas-A, nenhuma delas estava montada. Foi então encomendado um arsenal de 400 bombas-A, que deveriam estar disponíveis em 1953, mas nenhuma quantidade suficiente tinha sido entregue em meados de 1948, nem mesmo para a “Operação Pincher” da Força Aérea, que requeria a completa destruição da indústria petrolífera soviética⁴⁶. Cerca de 60 aviões B29, conhecidos como os “bombardeiros atômicos”, voaram para a Grã-Bretanha em meio a um delírio de publicidade; mas nem todos carregavam bombas atômicas. Por outro lado, tomou-se a decisão de se fazer uma demonstração técnica do poder aéreo americano e suprir Berlim pelo ar. Isso funcionou. O socorro aéreo transportava 4.500 toneladas de suprimentos por dia em dezembro e, na primavera, oito mil — a mesma quantidade que seria transportada por estradas e ferrovias quando do bloqueio⁴⁷. A 12 de maio de 1949, os russos cederam. Foi uma espécie de vitória. Os americanos, porém, perderam a oportunidade de viver em 1940 situação semelhante à crise da Renânia de 1936 e forçar uma capitulação maior dos russos.

O bloqueio de Berlim foi, todavia, um acontecimento decisivo, porque obrigou os Aliados ocidentais a organizar suas idéias e tomar decisões a longo prazo. Levou-os a racionalizar o *fait accompli* de uma Alemanha dividida e a partir para a criação de um Estado alemão ocidental. A Constituição desse novo Estado foi redigida em fevereiro de 1949, adotada em maio e posta em vigor no outono. Tal Alemanha teria de ser rearmada, o que significava embuti-la numa estrutura formal de defesa ocidental. Em vista disso, a 4 de abril de 1949, foi assinado em Washington, por 11

potências democráticas, o Tratado do Atlântico Norte (O'TAN). Por trás da política americana, supunha-se que só havia cinco regiões na terra onde recursos da força militar moderna eram encontrados: a própria América do Norte, o Reino Unido, a área industrial da Renânia-Ruhr, o Japão e a União Soviética. O objetivo da política americana deveria ser garantir que os líderes soviéticos ficassem limitados ao que eles já possuíam. A filosofia geopolítica de "refreamento" fora delineada num artigo, "The Sources of Soviet Conduct", publicado no *Foreign Affairs*, em julho de 1947. Apesar de assinado por "X", esse artigo foi de fato escrito por George Kennan. O autor dizia que a Rússia, mesmo ansiosa por evitar uma guerra direta, estava determinada a se expandir por todos os meios; em vista disso, a América e seus Aliados deveriam reagir através de "um refreamento a longo prazo dessas tendências russas de expansão"; tal fato implicava a "manutenção de uma oposição hábil e vigilante numa série de pontos políticos e geográficos constantemente em mudança"⁴⁸. A crise de Berlim serviu de estímulo para dar uma forma prática a essa filosofia de refreamento.

Por volta de fevereiro-março de 1949, um grupo de funcionários dos Departamentos de Estado e da Defesa dos Estados Unidos esboçou um documento chamado "Conselho de Segurança Nacional 68", que estabelecia as diretrizes principais da política externa e de defesa americanas para os trinta anos vindouros⁴⁹. Tal documento cultuava a idéia de que a América, como maior potência livre do mundo, tinha obrigações ideológicas, políticas e morais de preservar as instituições livres através do mundo, e deveria se equipar com os meios militares para alcançar tais propósitos. Deveria providenciar forças convencionais suficientes, assim como nucleares — uma decisão confirmada a 3 de setembro de 1949, quando um B29, patrulhando o norte do Pacífico, a 18.000 pés de altura, forneceu provas positivas de que os russos haviam explodido seu primeiro dispositivo nuclear no fim de agosto⁵⁰. O monopólio atômico estava terminado e a América deveria agora se organizar para o longo trajeto de cobrir imensas áreas do mundo com sua proteção militar de objetivos variados. O "Conselho Nacional de Segurança 68" observou que a Rússia soviética destinava 13,8% de seu Produto Nacional Bruto para o armamento, contra 6-7% da América. Se necessário, a América poderia chegar a 20%. O documento foi finalmente aprovado em abril de 1950 e representou uma inversão na política tradicional americana em relação ao mundo. Gradualmente, ele gerou compromissos militares com 47 nações e levou as forças americanas a construir ou ocupar 675 bases de além-mar e colocar um milhão de soldados fora de seu país⁵¹.

Seria um erro, entretanto, atribuir lógica e coerência global à política americana; na verdade, ela não as possuía. Nunca houve um plano político magistral, mas uma série de expedientes improvisados, com grandes buracos e lacunas e muitas contradições. Assemelhava-se à política do Império Britânico. Além do mais, como esse império, as coisas não se estabeleceram todas a um só tempo. Enquanto os americanos, com algum sucesso, estavam lançando as bases da estabilidade econômica e militar na Europa ocidental, a visão rósea que tinham a respeito do Extremo Oriente, evocada à luz da estupenda vitória de 1945, estava se dissolvendo. Mais uma vez, eles tiveram de pagar caro pela frivolidade e pelas ilusões de Roosevelt. A ligação emocional de Roosevelt com a China era diferente de tudo o que jamais sentira por qualquer outra nação estrangeira. Para ele a China não era um problema — era a solução. Ele a considerava uma das quatro grandes potências que deveriam e poderiam se transformar na principal força estabilizadora da Ásia Oriental. Uma vez

a América na guerra, ele se esforçou ao máximo para tornar realidade essa idéia, ou ilusão. Stálin ria. Churchill se enfurecia: “É uma farsa absoluta — escreveu ele a Eden pensar que a China seja uma das quatro grandes potências mundiais”. Ele estava pronto a ser razoavelmente cortês “com relação a essa obsessão americana”, mas não mais do que isso⁵². Roosevelt trouxe a China ao sistema dos Quatro Grandes; embora, caracteristicamente, a tenha deixado de fora quando foi conveniente, principalmente no vital tratado secreto de Yalta sobre o Japão, o qual permitiu aos russos entrar na Manchúria. Posteriormente, sentindo-se culpado, encontrou-se com Chiang Kai-shek: “A primeira coisa que perguntei a Chiang foi: Você quer a Indochina? Ele respondeu: Não nos serve para coisa alguma. Nós não a queremos. Eles não são chineses”⁵³.

A imagem que se vendia de Chiang como o arquiteto da estabilidade da Ásia Oriental do pós-guerra era absurda. Em qualquer estágio de sua carreira, ele nunca controlou mais do que a metade da China. Era um administrador medíocre, um general indiferente. Como político, faltava-lhe a compreensão do fato de que a China precisava de uma liderança que combinasse radicalismo com fervor patriótico. Além disso, ele pouco conhecia e pouco se importava com os camponeses. Portanto, o parceiro ideal seria o próprio Mao, com seus seguidores camponeses e seu nacionalismo radical. Mao havia trabalhado com Chiang antes e estava querendo fazê-lo outra vez, pois, mesmo com a sua supremacia no movimento comunista estabelecida com a Grande Marcha, suas ambições eram maiores. Em fevereiro de 1942, Mao começou sua primeira grande campanha ideológica: chamou-a de “retificação” para curar o PCC do estéril e abstrato marxismo e torná-lo consciente da história chinesa. Em 1944, elogiava a democracia americana e dizia que “o trabalho que nós, comunistas, estamos realizando hoje” era essencialmente o mesmo que o de “Washington, Jefferson e Lincoln”⁵⁴. Mas enquanto Mao se dirigia para o centro, Chiang dava uma guinada para a direita. Em 1941, as forças do KMT assassinaram nove mil soldados de Mao ao sul do rio Amarelo. Daí para a frente, os dois grupos chineses lutaram guerras separadas contra os japoneses, nenhuma delas muito eficaz. Muitas vezes lutavam um contra o outro. No fim de 1943, Chiang publicou o *China's Destiny*, no qual denunciava o comunismo e o liberalismo como igualmente danosos para a China, e apontava o conservadorismo de Confúcio como o ideal. O texto era tão hostil ao Ocidente que teve de ser censurado quando apareceu na versão inglesa. Em 1944, os americanos trabalharam com afino para unir as tropas de Chiang e Mao num governo de coalizão KMT-PCC e num comando conjunto do Exército, suprido e financiado pela América. Chiang recusou. Mao se entusiasmou e, em outubro, estava na posição curiosa de defender abertamente os anglo-saxões contra os ataques de Chiang, uma passagem que mais tarde extirpou de suas obras reunidas⁵⁵.

Quando a guerra terminou, os americanos se esforçaram mais uma vez para efetuar uma coalizão. Mas Chiang insistia para que Mao dispersasse o seu exército. Stálin achou a exigência razoável. Seu conselho a Mao foi de “se juntar ao governo e dispersar o exército”, uma vez que “a evolução de um levante na China não tinha futuro”⁵⁶. Mao se recusou. Ele teria um papel secundário, mas não se rebaixaria (e também arriscaria uma execução). Já havia iniciado seu próprio “culto da personalidade” com a Constituição do Partido, de abril de 1945, a qual insistia no fato de “o pensamento de Mao Tse-tung” ser essencial para “guiar o trabalho inteiro” do partido e o aclamava como “não apenas o maior revolucionário e estadista da história

chinesa, mas também como o seu maior teórico e cientista". A maior parte disso tudo foi escrita pelo próprio Mao⁵⁷. Ele era um ambicioso romântico, que fizera uma boa guerra e queria melhorar a sua situação na paz. Chiang era o homem que estava no controle e que não podia suportar a idéia de um eventual sucessor, especialmente alguém com pretensões intelectuais. Por isso não houve uma inevitabilidade histórica na Guerra Civil chinesa. Foi um conflito pessoal.

O resultado da guerra também não foi devido a forças enraizadas de classe e a forças econômicas. A grande maioria da vasta população da China não desempenhou qualquer papel na guerra civil, do início ao fim. É verdade que Mao conseguiu algum êxito ao mobilizar a energia e o descontentamento dos camponeses para os seus propósitos. Mas isso se deveu em parte ao altamente bem-sucedido programa de alfabetização do KMT, que, por volta de 1940, já havia atingido a maioria das aldeias. É verdade também que alguns camponeses temiam uma vitória de Chiang, pois o associavam aos proprietários rurais. Mao, porém, não liderou uma cruzada para "dar" ao povo a sua terra. Nas áreas onde Mao era mais forte, os camponeses já a possuíam. O sistema estatal não era tão difundido como os estrangeiros acreditavam. A terra era trabalhada pelos seus proprietários, nas seguintes proporções: quatro quintos no norte, três quintos na China central e meio a meio no sul⁵⁸. Na maioria dos lugares a questão principal não era a propriedade da terra, mas quem poderia fornecer segurança e paz.

Em resumo, a Guerra Civil de 1945-49 foi a culminância do período de instabilidade dos comandantes de guerra, introduzido pela destruição da monarquia. O sucesso, por todos os lados, foi determinado pelos mesmos fatores: o controle das cidades e das comunicações, e a capacidade de manter os exércitos unidos, pagando-lhes o soldo, deixando-os bem supridos e felizes. Nas circunstâncias do período do pós-guerra, Mao se mostrou um comandante mais bem-sucedido do que Chiang, principalmente pelo fato de manter seus exércitos fora da economia urbana. Se algum fator destruiu o KMT, foi a inflação. A inflação havia-se tornado incontrollável na última fase do Império Japonês, no qual a China urbana tinha um papel importante. Em 1945, no próprio Japão, o papel-moeda perdeu o seu valor, dando lugar a uma verdadeira economia de permuta. A doença se alastrou pelas cidades chinesas e pelos grandes rios acima. Quando o regime de Chiang assumiu o controle, nos últimos meses de 1945, herdou uma hiperinflação latente e fracassou na tomada de medidas adequadas para eliminá-la. Os americanos foram generosos, tanto em dinheiro como em suprimentos. Chiang fora qualificado para o *Lend-Lease* e obteve quantias consideráveis. Recebeu um empréstimo de estabilização econômica da ordem de US\$500 milhões e um total de US\$2 bilhões em 1945-49. Mas, uma vez iniciada para valer a Guerra Civil, trazendo à tona de novo a hiperinflação, a ajuda americana se mostrou irrelevante. O governo de Chiang não era apenas incompetente; era também corrupto. A inflação gerou a fraqueza militar, e o fracasso militar, conseqüentemente, produziu ainda mais inflação.

Chiang compactuou com o problema, ao negar que ele existisse. Sua força declinou aos poucos em 1947 e rapidamente na primeira metade de 1948. Em Pequim, os preços multiplicaram cinco vezes, de meados de setembro a meados de outubro. O *Peiping Chronicle* registrou o seguinte comentário de Chiang: "Os relatos da imprensa sobre os recentes aumentos de preço e as compras motivadas pelo pânico foram grandemente exagerados... Durante uma inspeção feita pessoalmente em Peiping, Tientsin e Mukden, nada foi visto que comprovasse tais alegações"⁵⁹.

Entretanto, na Manchúria e no norte da China, a inflação fez praticamente parar a indústria. Muitos operários entraram em greve de fome, provocada pela carestia crônica do arroz. O consul-geral americano em Mukden fez o seguinte relato:

Esforços pueris têm sido feitos relativamente ao controle de preços e ao combate de estocagem... os resultados... têm sido em sua maioria o confisco de grãos, sob a mira das baionetas, para controlar os preços e possibilitar a revenda do grão confiscado a preços de mercado negro, em benefício dos bolsos do vorazes militares e funcionários públicos⁶⁰.

Em Shanghai, os preços dos produtos de base subiram vinte vezes, entre 19 de agosto e 8 de novembro de 1948, e somente nessa última data o arroz pulou de trezentos dólares chineses por *picul* (133 libras), na parte da manhã, para mil ao meio-dia e um mil e oitocentos ao cair da noite⁶¹. Centenas de pessoas morriam nas ruas todos os dias e seus corpos eram coletados por caminhões de lixo municipais. Chiang colocou seu filho, o general Chiang Ching-kuo, no cargo de ditador econômico. Este fez uma reforma da moeda, o “dólar-ouro” — que de ouro não tinha nada —, que transformou a hiperinflação em pânico incontrolável. Desse modo, ele alijou uma das fontes mais fiéis de apoio a Chiang — a comunidade de gângsteres de Shanghai —, extraíndo-lhe à força US\$5 milhões para o seu próprio “cofre de guerra”⁶².

Admitidos os princípios do despotismo, o colapso econômico se refletiu na força do Exército. No verão de 1948, em sessão secreta, foi dito ao Parlamento KMT que, em agosto de 1945, o Exército tinha contado com 3,7 milhões de soldados e com seis mil canhões. As forças do PCC somavam 320.000 homens, dos quais somente 166.000 estavam armados. Mas as unidades vermelhas haviam se acostumado a viver da terra e a explorar as cidades. As tropas do KMT eram pagas em papel-moeda, que cada vez menos comprava comida suficiente para alimentá-las. Os soldados, então, vendiam suas armas pessoais ou qualquer outro equipamento militar que pudessem conseguir. Os oficiais eram piores do que os soldados, e os generais, os piores de todos. Em junho de 1948, o Exército do KMT estava reduzido a 2,1 milhões de homens; o exército do PCC, por sua vez, aumentara para 1,5 milhão e estava equipado com 1 milhão de fuzis e 22.800 peças de artilharia — mais do que o KMT (21.000). Praticamente todas essas armas haviam sido compradas das tropas do governo. Os americanos, que haviam fornecido a Chiang o excedente da Guerra do Pacífico, no valor de US\$1 bilhão, equiparam assim ambos os lados do conflito⁶³.

Houve uma série de evidentes vitórias comunistas nos últimos meses de 1948, culminando com a batalha decisiva de Hsuehchow, no fim do ano. Em dezembro, praticamente toda a Manchúria e o norte da China estavam nas mãos de Mao. Tientsin caiu em janeiro de 1949 e Pequim capitulou. Hsuehchow custou ao KMT quatrocentas mil perdas. Mas, dessas perdas, duzentos mil prisioneiros, famintos, foram imediatamente integrados, e sem direito a soldo, ao Exército do PCC, com 140.000 fuzis americanos. A 1º de fevereiro de 1949, o Departamento do Exército dos Estados Unidos relatou que o KMT contara com 2.723.000 soldados no começo de 1948 e menos de 1.500.000 no final, dos quais meio milhão era de não-combatentes. No mesmo período, as forças do PCC inflaram para 1.622.000, praticamente todas compostas de efetivos combatentes. Nesse ponto, apesar de Chiang já estar preparado para retirar-se rumo a Taiwan (Formosa), Stálin ainda aconselhava Mao a concordar com uma divisão da China, com o PCC ao norte e o KMT ao sul. Chiang

nao deu a Mao essa oportunidade, pois rejeitou as propostas de uma solucao conciliatoria. Em abril de 1949, Mao atravessou o sul do Yangtze e tomou Nanquim no mesmo mês. Em outubro, ele controlava toda a China continental e restaurou, a seu modo, a unidade precária dos dias imperiais⁶⁴.

Assim, depois de quarenta anos de um feroz conflito civil, no qual morreram milhões de pessoas, nenhum dos objetivos originais de Sun Yat-sen, que incluíam a democracia parlamentar, a liberdade de imprensa e o *habeas-corpus*, foi alcançado. A China estava de volta ao ponto de partida: o despotismo — embora bem mais ousado e opressivo. O primeiro ato de Mao foi estender sua “reforma agrária”, já iniciada no norte, ao país inteiro. Ela era dirigida contra “os provocadores locais e a aristocracia maléfica”. Mao incitava os camponeses a matar “não um ou dois, mas um bom número” deles⁶⁵. Pelo menos dois milhões de pessoas pereceram, sendo metade desse número constituída de tirânicos proprietários com menos de trinta acres. Mao, o romântico revolucionário, atirou a maior nação da terra num frenesi de ativismo violento, rival da engenharia social de Hitler e Stálin.

Os artífices da política americana observavam desnorteados a desintegração do grande pilar de estabilidade de Roosevelt, pilar esse que deixou para trás um gigantesco vácuo. Como preenchê-lo? Embora eles classificassem o Japão como uma das quatro áreas principais que tinham de manter, jamais lhe haviam atribuído, até esse momento, o caráter de centro de sua posição no Extremo Oriente, tal como a Grã-Bretanha o era na Europa. Por um milagroso ato da Providência, os russos haviam entrado na guerra contra o Japão tarde demais para reivindicar sua parte na ocupação. Por conseguinte, com base na declaração de Potsdam, os americanos tiveram carta branca para agir. O general Mac-Arthur governou o país como se fosse um Tenno constitucional. No verão de 1947, com a assinatura de um tratado de paz e a retirada das tropas do território japonês, foi proposto que se abandonasse o Japão à sua própria sorte. Assim, mesmo com o país desarmado e sem possuir um sistema central de polícia para combater a subversão comunista, já que a Rússia soviética controlava as ilhas Kurile, o sul de Sakhalin e a Coréia do Norte, provavelmente o Japão teria de enfrentar um semicírculo de hostilidade ativa⁶⁶. Antes que esse plano pudesse ser posto em ação, o desastre na China de 1948-49 induziu a América a pensar duas vezes. Não tendo a Rússia soviética representação, oficialmente falando, a América podia agir e agiu unilateralmente. Começou-se, em 1949, pela reversão da política dos Estados Unidos: a ocupação foi retirada dos ombros da economia e do governo japoneses; a ênfase foi desviada do castigo para a expansão, e do neutralismo e da desmilitarização para a integração do Japão ao sistema ocidental, através de um generoso tratado de paz.

O “refreamento” implicava em linhas precisas que os russos atravessariam por sua própria conta e risco. Na Europa, essas linhas estavam bastante claras. Na Ásia, em 1949, o Japão se considerava firme sob a proteção do guarda-chuva americano. Mas por onde corriam essas linhas em outros lugares? A 12 de janeiro de 1950, Dean Acheson fez um discurso muito insensato no Clube Nacional de Imprensa, em Washington. Nesse discurso, ele parecia excluir do perímetro da defesa americana não apenas Taiwan e a Indochina, mas também a Coréia, de onde tanto as tropas soviéticas quanto as americanas se haviam retirado, ocasionando a divisão do país em zonas do norte e do sul; lá permaneceram apenas quinhentos militares americanos em treinamento, no sul. O principal ponto de vista de Acheson era de que a comunização da China não era uma perda rematada, já que, em breve, a China e a

Rússia estariam se digladiando. Ele achava que a “absorção” soviética de todas ou de parte das “quatro províncias do norte da China” (Mongólia Ulterior e Interior, Sinkiang e Manchúria) era “o fato mais importante nas relações de qualquer potência estrangeira com a Ásia”. A América não deveria hostilizar a China “desviando dos russos para nós a justa raiva, a ira e o ódio do povo chinês, que certamente adviriam”. Acheson confiara num relato do general W.E. Todd, chefe da seção do Serviço Secreto do Estado-Maior das Forças Armadas, que afirmava “estar a Coreia no fim da lista” em qualquer classificação dos objetivos soviéticos de agressão. Nem sabia ele que, no momento em que discursava, estavam acontecendo negociações que levariam os russos a devolver a ferrovia da Manchúria e porto Artur à China⁶⁷.

Por trás da generosidade não muito característica de Stálin, estava seu desejo de não repetir com Mao o erro que cometera com Tito — isto é, tratá-lo como um fantoche, em vez de como um ditador seu igual, que instituíra seu regime pelos próprios esforços. Depois que o Plano Marshall foi anunciado, Stálin parece haver decidido colocar ordem no seu império, no verão de 1947. Realizou a primeira reunião do Cominform em Belgrado, para mostrar que a Iugoslávia era parte integrante do sistema. Mas seu objetivo real era substituir os líderes comunistas locais, de prestígio nacional, por outros que deviam tudo a Stálin e ao respaldo russo. O golpe tcheco de fevereiro de 1948 foi parte desse processo. Stálin também planejou destruir Tito, a quem ele nunca perdoara por uma mensagem malcriada no tempo da guerra: “Se você não nos pode ajudar, não nos atrapalhe com conselhos inúteis”⁶⁸. No mesmo mês em que teve de engolir a liderança tcheca, Stálin reuniu em Moscou Dmitrov, o líder comunista búlgaro, a quem humilhou, Edward Kardelj e Milovan Djilas, da Iugoslávia, um dos quais — se fosse flexível o suficiente — ele pretendia tornar o substituto de Tito. Ordenou-lhes que organizassem às pressas, entre a Iugoslávia e a Bulgária, uma federação econômica nos moldes do Benelux, que ele pensava ser formada pela Bélgica e Luxemburgo. Quando lhe foi dito que o Benelux também incluía a Holanda, ele negou o fato e gritou raivosamente: “Quando eu digo não, quero dizer não!”. Depois, mudando para a tática do suborno, ofereceu aos iugoslavos a isca da pequena vítima de Mussolini: “Nós concordamos que a Iugoslávia engula a Albânia”, disse ele, fazendo um gesto de chupar o dedo indicador de sua mão direita⁶⁹.

Quando Tito recebeu o relatório da reunião, sentiu no ar o cheiro de um *putsch* contra si próprio. Da mesma forma que Stálin, ele era um experimentado gângster político, familiarizado com as regras da sobrevivência. Seu primeiro ato foi transferir as informações dos órgãos internos do partido, da polícia e do Exército da Iugoslávia para os órgãos correlatos em Moscou. A 1º de março ele levou a crise ao auge, ao fazer com que o seu Comitê Central rejeitasse o tratado proposto por Stálin. Na subsequente disputa teológica, que começou em 27 de março, Tito foi acusado de anti-sovietismo, de antidemocrata, de não ter autocritica, de não possuir consciência de classe, de manter vínculos com o Ocidente e de se engajar na espionagem anti-soviética; eventualmente o partido inteiro foi tachado de menchevista, bukharinista e trotskista, culminando a acusação com uma ameaça grosseira à vida de Tito: “Nós achamos que a carreira de Trotsky é bastante instrutiva”⁷⁰. A 28 de junho, o novo Cominform conscienciosamente advertiu que o plano de Tito era “bajular os imperialistas”, num prelúdio para criar “uma república burguesa medíocre” que, no devido tempo, se tornaria “uma colônia dos imperialistas”. Convocava os “elementos saudáveis” dentro do partido iugoslavo a “substituir os líderes atuais”.

A fúria e a violência da linguagem usada nas comunicações de Stálin refletiam a sua percepção crescente de que Tito estava um passo à frente dele em cada estágio da disputa, a qual servia meramente para identificar aqueles que dentro de seu partido denotavam lealdade primeiro a Moscou. Tito derrubou dois de seus principais colegas, fuzilou seu chefe de Estado-Maior do tempo da guerra, aprisionou o chefe representante político de seu Exército e, no total, colocou atrás das grades 8.400 suspeitos do partido, da polícia e do Exército, continuando as prisões até 1950.⁷¹ Stálin impôs sanções econômicas, realizou manobras nas fronteiras da Iugoslávia e, a partir de 1949, encenou julgamentos nos países satélites, mostrando Tito como o arquivilão. Mas a capacidade de Tito de manter o seu partido unido ao redor de uma linha nacionalista ("não importa o quanto cada um de nós ame a terra do socialismo, a URSS; o que não se pode de maneira alguma é amar menos o seu próprio país") persuadiu Stálin de que ele não poderia derrubar o regime iugoslavo sem uma invasão declarada do país pelo Exército Vermelho e uma luta em grande escala, possivelmente envolvendo o Ocidente. Tito nunca se movimentou formalmente sob o guarda-chuva ocidental, mas a garantia de proteção estava implícita. Quando ele visitou Londres, em 1953, Churchill (outra vez primeiro-ministro) disse-lhe: "caso a Iugoslávia, nossa aliada do tempo da guerra, fosse atacada, nós lutaríamos e morreríamos com vocês". Tito retrucou: "Esse é um voto sagrado e é o bastante para nós. Não precisamos de tratados escritos"⁷².

Khruchchev contou, mais tarde, que a rixa com Tito poderia ter sido resolvida por um debate⁷³. Stálin veio a concordar, apesar de nunca o admitir. O fracasso da sua política iugoslava ficou aparente no verão de 1948, e Zhdanov, que presidiu a excomunhão de Tito, morreu subitamente a 31 de agosto de 1948, provavelmente assassinado por ordem de Stálin⁷⁴. Reconhecendo que Mao era o senhor em sua própria casa, Stálin estava usando táticas diferentes. Ele parece ter decidido vincular o novo regime chinês ao bloco soviético, aumentando a temperatura militar no Extremo Oriente, ao invés de usar ameaças ou interligar a maquinaria econômica. O discurso de Acheson, de janeiro de 1950, com a idéia de que a China, se deixada quieta pelo Ocidente, deveria romper com a Rússia, sugeria o perigo; o fato de oportunamente ter omitido a Coreia sugeria o remédio. Uma limitada guerra substituta na Coreia seria o instrumento para ensinar à China onde estavam seus verdadeiros interesses militares. Se esse foi o raciocínio de Stálin, mostrou-se correto. A guerra da Coreia adiou o rompimento sino-soviético por uma década. Não que Stálin tivesse exatamente planejado a guerra. Parece ter concordado, na primavera de 1950, que Kim Il-sung, o ditador comunista norte-coreano, poderia, em novembro, fazer um avanço limitado sobre o paralelo 38.⁷⁵ Mas Kim não era homem dócil. Ele se descrevia, no seu próprio jornal, como "líder bem-amado e respeitado", como "o grande pensador e teórico" responsável pela "idéia-guia da revolução de nosso tempo", um "grande profissional revolucionário que operava um sem número de milagres fabulosos", um "brilhante comandante, de vontade férrea sem par, que é eternamente vitorioso", assim como "o pai do povo, dotado de um coração brando... e que o abraçava no seu vasto peito". Ele transformou a ardilosa sondagem de Stálin num ataque total, levado a cabo no dia 25 de junho, com sucesso suficiente para pôr em pânico os americanos.

A Guerra da Coreia foi uma tragédia característica do século XX. Foi desencadeada por razões ideológicas, sem uma centelha de justificativa moral ou qualquer evidência de apoio popular. Ela matou 34.000 americanos, 1.000.000 de

coreanos, 25.000 chineses. E não serviu a nenhum propósito. Nenhuma de suas consequências foi intencional. Seu curso foi uma sucessão de disparates. Kim e Stálin subestimaram a reação americana. Truman julgou que a invasão fosse o prelúdio de um ataque ao Japão e um desafio direto à disposição americana de preservar a lei internacional através das Nações Unidas. Até esse ponto, a ONU se tinha destinado a exprimir o acordo das grandes potências e seu Conselho de Segurança, com seu sistema de veto, sustentava esse princípio. Truman não tinha absolutamente necessidade de invocar as Nações Unidas. O acordo de Potsdam dava à América amplos poderes para agir sozinha⁷⁶. Contudo, Truman queria a “autoridade moral” da Assembléia Geral das Nações Unidas. Em virtude disso, ele se desviou do Conselho de Segurança e conseguiu autorização daquela Assembléia, então dominada pela América. Assim, a primeira consequência a longo prazo da Guerra da Coreia foi minar o conceito da ONU como um órgão útil, embora limitado, e colocá-la num caminho que a transformou num instrumento de propaganda ideológica. É evidente que Truman queria o respaldo da ONU porque levava a América à guerra sem pedir primeiro a aprovação do Congresso. A segunda consequência involuntária dessa guerra foi a atribuição, à presidência, de poderes supraconstitucionais no que se referisse a decisões sobre guerras, especialmente no contexto do Extremo Oriente. Uma terceira consequência foi, na verdade, o fato de haver colocado uma espada no meio da reaproximação sino-americana, como era o desejo de Stálin, mas de modo tal que ele não poderia de modo algum ter previsto.

Stálin presumiu que a guerra substituta aumentaria a dependência militar da China em relação à Rússia soviética. Aconteceu o inverso. O general MacArthur lidou rapidamente com os norte-coreanos; em três meses ele havia recapturado a capital do sul, Seul. Mas ele não era mais dócil do que Kim, e disse a Washington: “A menos e até que o inimigo capitule, considero a Coreia aberta às nossas operações”. E avançou até a fronteira chinesa no Yalu. Acobertados pela crise, os chineses começaram por engolir o quase independente Tibet (21 de outubro de 1950) — outra consequência não desejada; depois atacaram MacArthur com um imenso exército de “voluntários” (28 de dezembro). MacArthur foi derrotado e demitido em abril de 1951, coisa que Truman deveria ter feito no outono anterior. Com dificuldade, as forças da ONU restabeleceram o *front* perto do paralelo 38 (outubro de 1951) e começaram as negociações para o armistício. Essas negociações foram marcadas por intenso rancor e frustração por parte da América. De acordo com registros do diário de Truman, este pensou em usar armas nucleares em 27 de janeiro e novamente em 18 de maio de 1952. Quando o general Eisenhower sucedeu-lhe como presidente, a ameaça da guerra nuclear foi transmitida à China através do governo da Índia⁷⁷.

Como resultado do confronto sino-americano, Mao fez da China, pela primeira vez, uma potência militar de primeira linha, coisa que Stálin, certamente, nunca pretendeu. Mao persuadiu os sucessores de Stálin a que ajudassem a China a se tornar uma potência nuclear. Recusou-se a permitir que as forças soviéticas instalassem bases nucleares no solo chinês. Ao invés disso, fez progredir um programa nuclear independente, no qual os russos deram aos chineses “quase tudo o que eles pediram”. Os russos diziam: “Nós não guardamos segredos para eles”; nossos “especialistas nucleares cooperaram com os engenheiros e projetistas chineses, que estavam ocupados em construir uma bomba”. De acordo com o relato de Mao, os russos estavam prontos para entregar à China o protótipo de uma bomba, quando, de repente, resolveram reconsiderar o caso. Dizem os chineses que foi a 20 de junho de 1959 que

“o governo soviético, unilateralmente, rasgou o acordo... e se recusou a fornecer à China uma amostra da bomba atômica”⁷⁸. Mas o impulso que a ajuda soviética deu ao programa chinês não podia mais ser detido. Na época da ruptura sino-soviética, em 1963, a China estava em vésperas de seu primeiro teste da bomba-A. Já no seu sexto teste, ela explodiu um dispositivo militar de multimegaton. A manobra de Stálin retardou a briga por uma década, mas tornou-a muito mais séria quando ela eventualmente aconteceu. A partir desse ponto, a Rússia teve de lidar com outra grande potência militar nas suas fronteiras do sudeste.

Tal alteração na balança foi ainda mais séria, porquanto apareceu outra consequência involuntária do problema coreano: a aceleração fundamental do rearmamento. Embora as crises de Berlim e a crise tcheca tenham levado a América para um sistema coletivo de segurança, foi a Coreia que provocou a corrida armamentista permanente. Truman tomara a decisão de construir a bomba-H, em janeiro de 1950, mas encontrava grandes dificuldades em fazer aprovar o financiamento para o programa NSC-68 pelo Congresso, até o momento em que os norte-coreanos começaram a guerra quente. No ano fiscal de 1950, o gasto com a defesa foi de apenas US\$17,7 bilhões. A Coreia revolucionou a atitude da nação e do Congresso em relação à defesa. Assim, as verbas destinadas à defesa pularam para US\$44 bilhões no ano fiscal de 1952 e ultrapassaram a marca de US\$50 bilhões no ano seguinte. Esses aumentos possibilitaram o desenvolvimento de armas nucleares táticas, quatro divisões extras para a Alemanha, a construção rápida de bases aéreas no exterior, uma disposição em posição de combate do Comando Aéreo Estratégico em termos mundiais, uma esquadra de porta-aviões nucleares e uma capacidade convencional móvel⁷⁹. Em fevereiro de 1951, a produção americana de aviões havia retomado o nível máximo de 1944. Os aliados da América também se rearmavam e a remilitarização da Alemanha se tornou uma realidade. Se a Guerra Fria começara por causa da Polônia, ela atingiu a maturidade por causa da Coreia, abrangendo o mundo inteiro. Na verdade, Stálin havia polarizado a guerra.

Se Stálin não tinha a intenção de invocar legiões contra ele, não pode ter-se arrependido de que seu império e seus satélites estivessem agora separados do resto do mundo por um abismo de medo e desconfiança. Foi ele quem construiu a Cortina de Ferro; e era notável que o império tivesse uma cortina de ferro interna, ao longo das fronteiras soviéticas, que o protegesse do bacilo das idéias ocidentais e mesmo de seus próprios satélites. Stálin odiava os “ocidentais”, da mesma maneira que Hitler odiava os judeus, usando o mesmo termo: “cosmopolitismo”. Isso explica a meticulosidade e o veneno extraordinários com que, em 1945-46, ele destruiu ou isolou em campos todos aqueles que tinham estado em contacto com idéias não-soviéticas: não somente prisioneiros, mas também oficiais em serviço, técnicos, jornalistas e membros do partido cujos deveres no tempo da guerra os haviam levado para o exterior. O número de estrangeiros a quem era permitido visitar a Rússia, e, mais ainda, lá morar foi reduzido para um mínimo inevitável, e os contactos com eles eram limitados aos funcionários do governo e da polícia secreta. Todos os outros russos aprenderam com a experiência que mesmo o contacto mais inocente e casual com um estrangeiro trazia o risco de um engolfamento no Gulag.

A vitória trouxe a esperança de que as imensas indústrias criadas para assegurá-la seriam usadas, daí por diante, para produzir uma modesta melhoria na qualidade de vida de uma nação que perdera vinte milhões de pessoas e passara privações sem paralelo; essas esperanças, porém, foram destroçadas quando Stálin

anunciou, a 9 de fevereiro de 1946, que mais três ou possivelmente quatro planos quinquenais, centralizados na indústria pesada, seriam necessários para aumentar a força soviética e prepará-la para o que ele implacavelmente chamou de “todas as contingências”. Estava claro que Stálin tencionava fazer a nação inteira viver outra vez uma situação angustiante. Andrei Zhdanov, seu colega servil do Politburo, foi destacado para gerenciar uma campanha que, atingindo cada aspecto da vida russa, combatesse a apolitização e instilasse, pelo medo, um compromisso produtivo⁸⁰. Intelectuais de toda espécie foram mantidos sob pressão. A caça às bruxas foi desencadeada a 14 de agosto de 1946, especificamente em Leningrado, cidade que Stálin odiou durante toda a sua vida tão intensamente quanto Hitler odiava Viena. As vítimas do primeiro ataque foram os jornais *Zvezda* e *Leningrad*, a poetisa Anna Akhmatova, o humorista Mikhail Zoshchenko. Mas a perseguição logo se espalhou por todas as artes. Aleksandr Fadaev, que, em 1946, recebeu o prêmio Stálin por seu romance de guerra intitulado *The Young Guard*, foi forçado a reescrevê-lo, em 1947, de acordo com as estritas linhas do partido. Muradelli foi denunciado pela sua ópera *The Great Friendship*. A caça às bruxas focalizou a *Nona Sinfonia* de Shostakovich; aterrorizado, ele prontamente compôs uma ode louvando o plano florestal de Stálin. Depois, foi a vez do *Concerto para Piano* de Kachaturian, que teve seu estilo completamente mudado. A seguir, a perseguição se virou contra Eisenstein, cujo filme *Ivan, the Terrible*, foi criticado por diminuir o valor do personagem. Em junho de 1947, foi a vez dos filósofos, cujo expurgo se motivou pelas deficiências encontradas na obra *History of the West European Philosophy*, de G.F.Aleksandrov. Na economia, o livro de Jenó Varga, que descrevia as economias capitalistas durante a guerra, serviu ao mesmo propósito. A partir de 1948, a física teórica, a cosmologia, a química, a genética, a medicina, a psicologia e a cibernética foram todas sistematicamente remexidas. A Teoria da Relatividade foi condenada não porque (como na Alemanha nazista) Einstein fosse judeu, mas por razões igualmente irrelevantes: Marx havia dito que o universo era infinito e Einstein havia tirado certas idéias de Mach, proscrito por Lênin. Por trás disso tudo estava a desconfiança de Stálin de qualquer idéia remotamente associada aos valores burgueses ou ocidentais. Ele estava levando avante aquilo que os comunistas chineses mais tarde chamariam de Revolução Cultural — uma tentativa de mudar, pelo uso aberto do poder de polícia, as atitudes humanas fundamentais em relação a toda uma gama de conhecimentos⁸¹.

Milhares de intelectuais perderam seus empregos. Outros milhares foram enviados para os campos de concentração. Seus lugares foram tomados por criaturas ainda mais maleáveis, por excêntricos e por impostores. A biologia soviética caiu nas mãos do extravagante e fanático T.D. Lysenko, que pregava uma teoria de caracteres adquiridos por herança, à qual chamou de “vernalização”: a transformação de trigo em centeio, pinheiros em abetos e assim por diante — essencialmente tolices medievais. Stálin ficou fascinado. Ele editou antecipadamente o discurso inaugural de Lysenko na Academia de Ciência Agrícola, em 31 de julho de 1948, dando início à caça às bruxas na biologia (Lysenko costumava mostrar aos visitantes uma cópia com correções feitas à mão por Stálin)⁸². A genética científica foi atacada ferozmente como “uma pseudociência burguesa”, “antimarxista”, que levava à “sabotagem” da economia soviética: aqueles que a praticassem teriam seus laboratórios fechados. V.R. Williams, outro charlatão da agricultura, se glorificava no reino do terror. Na medicina, uma mulher chamada O.B. Lepeshinskaya, pregava que a velhice poderia ser adiada graças a lavagens intestinais de bicarbonato de sódio — uma idéia que,

por breve período, atram Stálin. Na linguística, N.Y. Marr argumentava que qualquer fala humana poderia ser reduzida a quatro elementos básicos: *sal, ber, yon e rosh*⁸³. Stálin se chafurdava voluptuosamente nas águas culturais oleosas que havia remexido, algumas vezes extraíndo de lá seus habitantes estranhos para um breve momento de fama antes de torcer-lhes os pescoços. A 20 de junho de 1950, publicou no *Pravda* um artigo de dez mil palavras intitulado “Marxismo e os problemas lingüísticos”, uma verdadeira peça de colecionador. Habitualmente, entretanto, ele deixava que outros manejassem a pena em seu nome. O *Pravda* escreveu:

Se você encontrar dificuldades em seu trabalho, ou de repente duvidar de sua capacidade, pense nele — em Stálin — e você encontrará a confiança necessária. Se você se sentir cansado numa hora que não deveria, pense nele — em Stálin — e seu trabalho transcorrerá bem. Se você está procurando uma decisão correta, pense nele — em Stálin — e você encontrará essa decisão⁸⁴.

Stálin encenou sua própria apoteose, como a personificação da sabedoria humana, na *Grande enciclopédia soviética*, publicada a partir de 1949 e que estava cheia de “pérolas”. A seção histórica sobre “carros a motor” começava assim: “Em 1751-52, Leonty Shamshugenv, um camponês da província de Nihny-Novgorod, construiu um veículo auto-impulsionado, operado por dois homens”. Stálin se deliciava em editar as passagens relacionadas a seus próprios méritos e realizações. Como o ex-seminarista deve ter-se regozijado, quando fez com que Leonid Leonov, um romancista que parece ter sido cristão, propusesse no *Pravda* que o novo calendário fosse baseado não na data do nascimento de Cristo, mas no de Stálin! O humor negro sempre disputava com a monomania pela posse de um buraco no espírito de Stálin. Leonov reescreveu a *Biografia abreviada de Stálin*, obra oficial, colocando a seguinte frase: “Stálin nunca permitiu que seu trabalho fosse prejudicado pelo menor sinal de vaidade, presunção ou auto-adulação”⁸⁵.

Em 1948-49, o antiocidentalismo de Stálin tomou a forma mais específica de anti-semitismo. Ele sempre odiara os judeus; sempre contava piadas contra os judeus. Khruchtchev dizia que ele encorajava os operários a espancar seus colegas judeus⁸⁶. O último espasmo de fúria anti-semita de Stálin foi provocado quando Golda Meir veio a Moscou para abrir a primeira Embaixada de Israel e foi saudada por uma modesta demonstração de entusiasmo judeu. As publicações em iídiche foram imediatamente banidas. Os banqueiros de Wall Street, nas caricaturas políticas soviéticas, tomaram subitamente as feições “judias”. O ator judeu Mikhoels foi assassinado num acidente simulado de carro. Outros judeus proeminentes desapareceram nos campos de concentração. Aqueles que tinham nomes russos tiveram seus “verdadeiros” nomes judeus publicados na imprensa, uma velha técnica nazista. A campanha foi conduzida por judeus submissos, o que era bem característico de Stálin. Essa campanha confundiu-se na cabeça de Stálin com sua incessante busca de inimigos, reais ou imaginários, dentro do partido. Zhdanov, tendo servido ao propósito de Stálin, desapareceu através de um alçapão depois do fiasco de Tito. Seus seguidores foram perseguidos tenazmente em 1949, durante o chamado “caso Leningrado”, outra caça às bruxas contra a cidade detestada. Beria e Malenkov forneceram as provas para o expurgo, realizado em segredo e no qual foram fuziladas mais de mil pessoas⁸⁷. Os mortos incluíam o principal planejador do Politburo, N.A. Voznesensky, e o secretário do Comitê Central, A.A. Kuznetsov. Ser judeu era o mesmo que

aguardar a prisão ou a morte a qualquer momento; mas nenhuma vida estava a salvo. O marechal Zhukov, por ser muito popular, foi demitido e enviado para as províncias em 1946; uma vez lá, manteve-se apagado. Em 1949, Stálin mandou prender a mulher de Molotov, Polina, e a enviou para o Casaquistão. Ela era judia e foi acusada de “conspirações sionistas”; mas a verdadeira razão deve ter sido sua antiga amizade com a mulher de Stálin, Nadya. Ele também mandou para a prisão a mulher de Kalinin, o chefe de Estado soviético. Houve outros casos de perseguição de mulheres, um dos últimos prazeres do velho homem⁸⁸. Ele odiava o fato de muitos de seus parentes terem se casado com judeus e recusou-se a receber cinco de seus oito netos.

Na segunda metade de 1952, época em que ele estava fabricando suas armas nucleares com o máximo de velocidade, Stálin via por toda parte conspirações de matizes judeus. Os órgãos principais do Estado tinham praticamente parado de funcionar. O verdadeiro trabalho era feito em lúgubres jantares em sua casa de campo de Kuntsevo, onde Stálin dava ordens verbais, muitas vezes sem refletir, para quem estivesse presente, exatamente como Hitler o tinha feito. Ele era agora um ancião com o rosto bexiguento, olhos amarelados, dentes descolorados, “um velho tigre marcado de guerra”, farejando perigo em todos os lugares, como foi definido por um visitante americano. Ele e Beria teceram uma rede de fiscalização em torno de quase todo mundo em Moscou. Naquele verão, foi encontrado um aparelho de escuta no brasão de armas americano na residência do embaixador, o que Kennan descreveu como “uma peça de eletrônica aplicada fantasticamente bem desenvolvida para a época”⁸⁹. Mas tudo indicava que a rede estava se fechando sobre Beria também; isso seria natural, pois Stálin sempre destruía seus assassinos da polícia secreta no final, e ele já estava achando que Beria seria um judeu⁹⁰. Alguns sinais inconfundíveis, envolvendo o XIX Congresso do Partido, em outubro de 1952, indicavam que um novo terror estava para estourar sobre as cabeças dos colegas graduados de Stálin. Khruchchev disse depois que Molotov, Mikoyan e Voroshilov se encontravam entre as vítimas indicadas⁹¹.

A tempestada aconteceu a 4 de novembro, quando médicos judeus vinculados ao Kremlin foram presos. Entre outros crimes, eles foram acusados de assassinar Zhdanov. Suas “confissões” serviriam de base para novas prisões e julgamentos, como acontecera a partir de 1934. Dando ordens sobre a condução do interrogatório, Stálin gritava: “Espanquem, espanquem e outra vez espanquem!”. Ele disse ao chefe de segurança, Ignatov, que se ele não pudesse obter confissões completas, “nós diminuiremos vocês de uma cabeça”. Fazendo circular cópias de confissões preliminares entre inimigos, disse Stálin: “O que aconteceria sem mim? O país pereceria, porque vocês não sabem reconhecer os inimigos”⁹². Ele estava agora completamente isolado. Fez até com que seu último amigo, seu mordomo Vlasik, um general da Polícia de Segurança, fosse preso como espião. Sua comida era analisada num laboratório antes que ele a tocasse. Ele achava que o ar de sua casa poderia estar envenenado por gases mortíferos, mencionados no julgamento de Yagoda em 1938. Tudo isso faz curiosamente lembrar os últimos anos de Hitler.

Stálin perdera completamente o contacto com o mundo normal. Sua filha disse que ele falava em termos dos preços de 1917 e seus envelopes de salário se empilhavam fechados na sua mesa (de onde sumiram misteriosamente quando de sua morte). Quando ela o visitou, em 21 de dezembro de 1952, encontrou-o doente, recusando a aproximação de qualquer médico e se medicando com iodo. Ele achava que seu clínico particular, que o tratara nos últimos vinte anos, fora por todo o tempo

um espião britânico; portanto, ele se considerava então literalmente acorrentado⁹³. Stálin sempre rabiscara desenhos de lobos durante as reuniões. Agora as feras o obcecavam. A 17 de fevereiro de 1953, ele contou ao seu último visitante não-comunista, K.P.S. Menon, como ele lidava com seus inimigos: “Um camponês russo que vê um lobo não precisa da informação do que o lobo tenciona fazer — ele sabe! Logo, não tenta domesticar a fera, ou argumentar, ou perder tempo — ele a mata!”⁹⁴. O ataque cerebral aconteceu 15 dias mais tarde, a 2 de março, deixando Stálin sem o uso da palavra. Sua filha disse que sua morte, a 5 de março, foi “difícil e terrível”; seu último gesto foi o de levantar a mão esquerda como que para amaldiçoar ou se proteger de alguma coisa⁹⁵. Assim como Lênin foi para a eternidade delirando sobre a eletricidade, também partiu Stálin ouvindo o uivar dos lobos imaginários. Na desnorteada movimentação das multidões que se seguiu, de acordo com o poeta Yevtushenko, centenas de pessoas foram mortas pelos homens de Beria que improvisavam barreiras de compressão com caminhões MVD, de cujas laterais pingava sangue⁹⁶.

A agonia da Rússia de Stálin, onde cerca de quinhentas mil pessoas foram judicialmente assassinadas (ou apenas assassinadas) pelo Estado no período do pós-guerra até março de 1953, formava um contraste horrível com a América, com a qual a Rússia competia. Na fase imediata ao pós-guerra, enquanto Stálin estava empilhando novos fardos sobre seus súditos aterrorizados, os americanos, ao contrário das previsões dos economistas do governo que profetizavam um alto índice de desemprego no período de mudança, estavam entrando na mais longa e mais intensa orgia de consumismo da história da nação. Começou no outono de 1946 e se acelerou no ano seguinte: “O grande *boom* americano está acontecendo”, escreveu o *Fortune*. “Não há como medi-lo. Os velhos padrões de comparação não servem mais... Há uma demanda poderosa de consumo para qualquer coisa que se possa comer, vestir, desfrutar, ler, consertar, beber, pintar, ver, conduzir, degustar, ou que possa proporcionar lazer”⁹⁷. Foi o começo do maior ciclo de expansão capitalista na história, que se espalhou para a Europa (por ter o Plano Marshall surtido efeito) na década de 50 e para o Japão e o Pacífico na década de 60, durando, com depressões ocasionais, até os meados dos anos 70. Para os americanos, o gosto da prosperidade sem limites foi especialmente tocante, trazendo de volta as lembranças da Arcádia perdida dos anos 20.

Existiam outros ecos da década de 20. A xenofóbica caça às bruxas da gestão de Woodrow Wilson não se repetiu. Contudo, um ar de tensão patriótica aparecia à medida que os americanos se colocavam à altura da responsabilidade global que eles estavam assumindo. Aqui, mais uma vez, o contraste com a Rússia se mostra marcante e instrutivo. A América era uma sociedade surpreendentemente aberta e, de certo modo, vulnerável. Ela possuía poucas defesas contra a penetração sistemática de elementos estranhos em seus órgãos, coisa que o stalinismo praticava em grande escala na década de 30. Os agentes de governos estrangeiros deviam registrar-se de acordo com a Lei McCormach de 1939. Membros de organizações que defendiam a derrubada do governo dos Estados Unidos pela força estavam sujeitos a ser processados, tanto pela Lei Hatch de 1939, como pela Lei Smith de 1940. Tais leis eram, porém, inúteis no caso de se impedir que ativistas comunistas e viajantes filiados ao comunismo (incluindo agentes soviéticos) fizessem parte do governo, o que aconteceu em grande escala durante o *New Deal* e, mais ainda, durante a guerra. Como disse Kennan,

a penetração de membros e agentes (conscientes ou não) do Partido Comunista americano nos serviços governamentais americanos no fim da década de 30 não foi uma fantasia da imaginação... existiu realmente, e assumiu proporções que, embora não fossem extraordinárias, também não se mostraram insignificantes.

Ele disse ainda que aqueles que serviam em Moscou ou na divisão russa do Departamento de Estado estavam “bastante conscientes” do perigo. A administração de Roosevelt foi lenta na reação: “advertências que deveriam ser consideradas caíam, muitas vezes, em ouvidos surdos ou incrédulos”⁹⁸.

Truman foi mais enérgico. Em novembro de 1947 formou uma Comissão Temporária sobre a Lealdade dos Funcionários e, em março seguinte, agiu sob suas recomendações, usando a Ordem Executiva 9835, que autorizava sindicâncias sobre as crenças políticas e associações de todos os funcionários federais⁹⁹. Tendo esse procedimento começado a funcionar, em 1947, logo provou-se razoavelmente eficaz. Mas foi somente depois dessa data que o Congresso e o público se inteiraram da verdadeira magnitude dos erros do tempo da guerra, que (acreditou-se) levou à “perda” da Europa do leste e, em 1949, da China. A fascinação de Roosevelt por Stálin e sua fundamental frivolidade eram mais culpadas pela fragilidade da política americana durante a guerra do que qualquer agente stalinista. Mas Roosevelt estava morto. E os agentes estavam sendo descobertos à medida que a Guerra Fria se tornava mais intensa e as loucuras do passado eram investigadas minuciosamente.

Nenhuma prova revelada até hoje sugere que os agentes soviéticos tivessem influenciado em qualquer decisão de importância na política dos Estados Unidos — exceto no Tesouro — ou que tivessem passado qualquer informação confidencial vital — exceto no campo de armas nucleares. Mas essas eram grandes exceções. O agente soviético Harry Dexter White era o funcionário mais influente no Tesouro, o homem que criou o sistema monetário internacional do pós-guerra com a ajuda de Keynes. Em abril de 1944, ele foi o responsável pela decisão do governo americano de entregar ao governo soviético os clichês do Tesouro americano para a impressão da moeda de ocupação — uma decisão que custou US\$225 milhões ao contribuinte americano¹⁰⁰. Em 1945, Elizabeth Bentley, uma ex-espiã comunista, contou ao FBI sobre duas redes de espionagem soviética nos Estados Unidos, uma encabeçada pelo economista do Tesouro, Nathan Gregory Silvermaster, e a outra por Victor Perlo, da Comissão de Produção de Guerra: uma informação secreta também era transmitida pelo Departamento de Justiça, pela Administração da Economia e, para o Exterior, pela Comissão de Economia de Operações Militares. As batidas do FBI e da agência de Serviços Estratégicos (OSS) revelaram que informações haviam sido vazadas pelos departamentos do Exército e da Marinha, da Agência de Serviço Secreto de Guerra e da própria OSS. E havia ainda Alger Hiss, do Departamento de Estado, que sentara ao lado de Roosevelt em Yalta e, mais do que isso, fora assistente de Edward Stettinius, tido pelos britânicos como o maior trunfo de Stálin (se bem que involuntário) no campo aliado. Na área atômica, os agentes soviéticos incluíam Julius e Ethel Rosenberg, Morton Sobell, David Greenglass, Harry Gold, J. Peter (vulgo Alexander Stevens), de quem Whittaker Chambers era o correio, Jacob Golos, assim como Klaus Fuchs, que tinha sido liberado pela segurança britânica.

A extensão do dano que esses espiões causaram aos interesses ocidentais não poderá ser avaliada até que os arquivos soviéticos sejam finalmente abertos. Mas o

fato de que a Rússia soviética tenha levado apenas quatro anos para produzir uma bomba-A (1945-49), não mais do que o próprio Projeto Manhattan, foi um choque atordoante para a Administração Truman e seus chefes da Defesa (apesar de não o ser para alguns membros da comunidade científica). O fato foi mal recebido pelo público americano. Coincidiu com o colapso do KMT na China. Chegou numa época em que o problema da penetração soviética no governo tinha sido resolvido, mas os funcionários ainda estavam sendo levados a julgamento. Alger Hiss só foi declarado culpado de perjúrio ao esconder sua filiação ao Partido Comunista, em 25 de janeiro de 1950. O seu caso foi o que atraiu mais atenção.

Uns 15 dias depois, o senador Joe McCarthy fez o seu notório discurso em Wheeling, na Virgínia ocidental, afirmando que 205 comunistas reconhecidos estavam trabalhando no Departamento de Estado. Com isso, deu-se início à caça às bruxas em âmbito geral. Em resumo, o fenômeno ocorreu depois de resolvidos os fatos que o haviam provocado. McCarthy era um republicano radical e não um direitista. Interessara-se por espionagem no outono anterior, quando viu um relatório oficial do FBI (já obsoleto há dois anos). Um pouco antes do discurso de Wheeling, ele jantou com o padre Edmund Walsh, membro do Conselho da Escola de Serviço Exterior da Universidade de Georgetown. Essa era uma universidade jesuíta conservadora (os jesuítas não se radicalizaram até a década de 60) que fornecia um grande número de formandos para o Departamento de Estado; e que se preocupava com o número de ultraliberais que haviam ingressado na Universidade durante o período de 1933-45. O senador farejou um tema interessante e o agitou. Ele era um aventureiro, não um político sério, e tratava a política como se fosse um jogo. Um de seus biógrafos mais sagazes disse dele o seguinte: “Ele não era do tipo fanático... Era tão incapaz de animosidade, malevolência e rancor verdadeiros como um eunuco o é em relação ao casamento... Ele fabricou isso tudo e não podia compreender os que não concordavam com ele”¹⁰¹. Robert Kennedy, o futuro ministro da Justiça, que trabalhou para ele, negava que ele fosse maléfico: “Seu método completo de operação era complicado porque ele sofria de sentimento de culpa e se sentiria muito infeliz caso fulminasse alguém. Ele queria desesperadamente ser amado; não previa os resultados do que estava fazendo”¹⁰².

McCarthy não teria tido a menor importância se a guerra da Coreia não houvesse estourado naquele verão. Seu período de ascendência coincidiu exatamente com o amargo e frustrante conflito — pode-se dizer que o macarthismo foi o último presente de Stálin ao povo americano. McCarthy foi rapidamente destruído, tão logo aquele conflito terminou. Ele se beneficiou do sistema de comitês do Congresso que autoriza investigações: é legítimo que o legislativo conduza inquéritos quase judiciais. Este era um velho procedimento parlamentar inglês que se mostrou de valor inestimável para estabelecer liberdades constitucionais nos séculos XVII e XVIII. Foi deploravelmente abusado, particularmente na condução das caças às bruxas religiosas e políticas. Dois aspectos foram especialmente contestáveis: o uso do procedimento inquisitorial, tão estranho ao direito consuetudinário, e o poder de punir por contumácia qualquer pessoa que obstruísse esse procedimento. O Congresso herdou tanto as virtudes quanto os defeitos do sistema, ambos inseparáveis. Na década de 30, os liberais no Congresso haviam acossado a comunidade Wall Street; agora era a vez dos liberais. Na década de 60 e mais tarde, seria a vez do mundo dos negócios; e nos meados da década de 70 foi a vez da administração Nixon. No geral, as vantagens foram mais importantes do que os defeitos e, por conseguinte, o sistema permanece.

Além disso, ele contém seu próprio mecanismo de autocorreção, que funcionou nesse caso, embora lentamente: McCarthy foi repudiado, censurado e, na verdade, aniquilado pelos seus próprios colegas, os membros do Senado. Os danos infligidos por McCarthy à vida particular dos indivíduos foram devidos a dois fatores especiais: o primeiro foi a inadequação das leis de libelo americanas, que permitiam à imprensa publicar impunemente suas alegações não corroboradas, mesmo quando não tinha essa prerrogativa. Foi a imprensa, especialmente a imprensa falada, que transformou o abuso num escândalo, da mesma maneira que nos anos 70 iria maximizar o caso Watergate numa caça às bruxas¹⁰³. O segundo foi a covardia moral mostrada por algumas instituições, notavelmente em Hollywood e Washington, ao se curvarem diante da irracionalidade dominante. Mais uma vez, esse é um fenômeno recorrente, que se repetiria na década de 1965-75, quando muitas universidades se renderam à violência estudantil.

Sem esses dois fatores o macarthismo nada significava. O contraste com o zhdanovismo na Rússia é esclarecedor. McCarthy não tinha uma polícia. Não tinha autoridade executiva. Ao contrário: tanto as administrações de Truman como a de Eisenhower fizeram tudo o que puderam para impedi-lo. Acima de tudo, McCarthy não era parte do processo legal: ele não tinha tribunais. Na verdade, os tribunais não foram afetados pelo macarthismo. Como mostrou Kennan: "Quem quisesse levar seu caso a um tribunal poderia estar seguro de encontrar um nível de justiça na mesma proporção que em qualquer outra época da recente história americana"¹⁰⁴. Os tribunais resistiram ao macarthismo, ao contrário de seu comportamento vinte anos mais tarde, quando se tornaram fortemente marcados pela história de Watergate. Em última instância, a arma de McCarthy foi a publicidade; e numa sociedade livre a publicidade é uma faca de dois gumes. McCarthy foi destruído pela publicidade; e o homem que orquestrou a sua destruição por trás do pano foi o novo presidente, Dwight Eisenhower.

Eisenhower percebeu, acertadamente, que a Guerra da Coréia e a incerteza que envolvia as negociações do cessar-fogo eram as fontes de frustração e medo sobre as quais McCarthy se movia. Eisenhower fora eleito em novembro de 1952, para terminar a guerra. A paz sempre constituiu uma boa plataforma eleitoral nos Estados Unidos. Entretanto, há um contraste instrutivo nos anais democratas e republicanos. Wilson venceu em 1916 com a promessa de manter a América fora da guerra: no ano seguinte, a América estava em guerra. Roosevelt venceu em 1940 com a mesma promessa e teve o mesmo resultado. Lyndon Johnson venceu em 1964 com uma plataforma de paz (contra a "fomentação de guerra" republicana) e prontamente tornou o Viet-Nam palco de uma grande guerra. Eisenhower, em 1952, e Richard Nixon, em 1972, foram os dois únicos presidentes deste século que levaram adiante suas promessas de paz.

Entretanto, no caso de Eisenhower, seus empreendimentos foram subestimados. Ele encarava a Coréia como um conflito desnecessário e repetidamente mal avaliado. Estava estarecido com o número de vezes em que a administração anterior julgou necessário usar armas nucleares contra a Manchúria, a própria China e mesmo contra a Rússia. Além disso, espantava-o ainda o fato de, por ser leviana, a administração anterior considerar importante levar avante o bombardeio convencional em grande escala contra a China¹⁰⁵. Ele começou por romper o impasse do armistício e, ao invés de planejar o uso da força nuclear em segredo, usou de ameaças nucleares pela diplomacia. Essa tática funcionou. Dentro de nove meses ele havia obtido uma

especie de acordo. Foi asperamente criticado, na época e desde então, por nada fazer para deter a histeria anticomunista¹⁰⁶. A verdade é que ele captou o ponto essencial: foi a guerra que tornou possível o macarthismo e, uma vez a guerra fora do caminho, o senador poderia logo ser reduzido à sua insignificância. Deu prioridade ao esforço de paz e, somente depois, organizou a derrocada de McCarthy. Com considerável astúcia e em sigilo absoluto, orientou seus amigos no Senado para condenar McCarthy, enquanto usava seu assessor de imprensa, Jim Haggerty, para organizar a publicidade. O processo culminou em dezembro de 1954 e é talvez o melhor exemplo do estilo de liderança do tipo “mão oculta”, que Eisenhower se deleitava em empregar e que a pesquisa trouxe à luz muitos anos depois de sua morte¹⁰⁷.

Eisenhower foi o mais bem-sucedido dos presidentes americanos do século XX; o período em que ele governou (1953-61), o mais próspero da história americana e mesmo da história mundial. Sua gestão foi marcada por mitos, muitos dos quais ele mesmo maquinou deliberadamente. Procurou dar a impressão de que era apenas um monarca constitucional que delegava decisões aos seus colegas e ao Congresso, e que ansiava passar o máximo de seu tempo jogando golfe. Seu estratagema funcionou. Seu rival direitista na liderança republicana, senador Robert Taft, escarnecia: “Eu realmente penso que ele deveria ter sido um profissional do golfe”¹⁰⁸. Seu primeiro biógrafo afirmava que era “consenso unânime” de “jornalistas e acadêmicos, eruditos e profetas da comunidade nacional de intelectuais e críticos” o fato de que a conduta de Eisenhower na presidência fora “inábil, e sua definição do cargo imprecisa... Sua escolha foi deixar a nação voando com o piloto automático”¹⁰⁹. Eisenhower era visto como bem-intencionado, intelectualmente limitado, ignorante, inarticulado, muitas vezes fraco e sempre preguiçoso.

A realidade era muito diferente. “Complexo e sinuoso” foi a síntese de seu vice-presidente (e não de qualquer juiz medíocre), Richard Nixon; “ele sempre usava duas, três ou quatro linhas de raciocínio para um único problema, e normalmente preferia a abordagem indireta”¹¹⁰. No final da década de 70, a revelação de arquivos secretos mantidos pela sua secretária particular, Ann Whitman, assim como de registros telefônicos, diários e outros documentos pessoais, mostrou que Eisenhower trabalhava muito mais do que qualquer pessoa poderia supor. Um dia típico seu começava às 7h30min da manhã, quando ele já havia lido o *New York Times*, o *Herald Tribune* e o *Christian Science Monitor*, e terminava por volta da meia-noite (muitas vezes ele trabalhava até mais tarde ainda). Várias de suas entrevistas (especialmente as que diziam respeito ao partido, à defesa e à política externa) eram deliberadamente deixadas fora das listas entregues à imprensa por Haggerty. Longos e vitais encontros com os secretários de Estado e da Defesa, com o chefe da CIA e outras personalidades aconteciam sem registros e em segredo, antes das sessões formais do Conselho de Segurança Nacional. A direção da defesa e da política externa, longe de ser burocrática e inflexível, como supunham seus críticos, realizava-se de acordo com os princípios de uma equipe altamente eficiente, em forte contraste com a anarquia romântica do regime Kennedy que se seguiu. O próprio Eisenhower se ocupava de tudo o tempo todo¹¹¹.

Eisenhower praticava a pseudodelegação de poderes. Todos pensavam que Sherman Adams, seu chefe de equipe, tomava as decisões domésticas. Até certo ponto, Adams compartilhava dessa ilusão. Ele dizia que Eisenhower era a última grande personalidade mundial que detestava e evitava usar o telefone¹¹². Os registros telefônicos mostram que ele fazia inúmeras chamadas sobre as quais Adams nada

sabia. Longe de delegar a política externa a John Foster Dulles, seu secretário de Estado, Eisenhower se aconselhava com muitas fontes de informação, sobre as quais Dulles nada sabia; e Dulles era mantido sob rédea firme e secreta: ele se comunicava com Eisenhower diariamente por telefone, mesmo quando no exterior. Eisenhower lia grandes volumes de documentos oficiais e mantinha uma correspondência abundante com amigos de alto nível, tanto em seu país como no exterior, nas comunidades diplomáticas, militares e de negócios. Usava Dulles como se usa um empregado; este se queixava de que, apesar de trabalhar até tarde da noite com o presidente, na Casa Branca, ele “nunca fora convidado para um jantar em família”¹¹³. A idéia de que Dulles e Adams eram prima-donas foi alimentada deliberadamente por Eisenhower; assim eles poderiam ser acusados dos erros, quando ocorressem, protegendo a presidência — uma técnica freqüentemente usada no passado por autocratas coroados, tais como Elisabeth I. Mas, inversamente, Eisenhower algumas vezes explorava sua reputação de ingenuidade política para levar a culpa de erros feitos pelos seus subordinados, como, por exemplo, quando Dulles cometeu uma série de disparates no encontro com Winthrop Aldrich, na Embaixada de Londres, em 1953.¹¹⁴ Kennan compreendeu a metade da verdade ao escrever que, em assuntos externos, Eisenhower era “um homem de aguçada inteligência política e perspicácia... Quando ele falava seriamente sobre esses assuntos num seletto círculo oficial, *insights* profundos faiscavam um atrás do outro através de um curioso jargão militar, no qual ele estava acostumado a se expressar e esconder seus pensamentos”¹¹⁵. De fato, Eisenhower usava um jargão pomposo, especialmente em conferências de imprensa, para evitar dar respostas, coisas que a comunicação em inglês coloquial não conseguiria esconder; muitas vezes ele fingia ignorância, pelo mesmo motivo. Era maquiavélico o suficiente para fingir não compreender seu próprio intérprete quando lidava com estrangeiros difíceis¹¹⁶. Transcrições de suas conferências mostram o poder e a lucidez de seus pensamentos. As modificações dos rascunhos dos redatores de discursos e de discursos de Dulles revelam o domínio da língua inglesa que ele podia exercer quando queria. Churchill era dos poucos que o apreciavam pelo seu valor. Pode-se dizer que eles eram os dois maiores estadistas dos meados do século.

Eisenhower escondia seus dons e atividades por achar essencial que a liderança autocrática, reconhecida por ele como necessária tanto para a América quanto para o mundo, deveria ser exercida sub-repticiamente. Tinha três princípios bastante claros. O primeiro era evitar a guerra. É claro que, se a Rússia soviética estivesse inclinada a destruir o Ocidente, a resistência deveria ser feita e a América deveria ser forte o bastante para fazê-la. Mas as ocasiões de guerra desnecessária (como ele julgava ser a da Coréia) deveriam evitar-se pela clareza, firmeza, cautela e sabedoria. E ele teve êxito nesse objetivo limitado¹¹⁷. Terminou o conflito coreano. Evitou a guerra com a China. Reprimiu a guerra de Suez em 1965 e habilmente afastou outra guerra no Oriente Médio, em 1958. Sobre o Viet-Nam, ele disse: “Eu não posso conceber maior tragédia para a América do que se envolver opressivamente agora numa guerra total em qualquer dessas regiões”. De outra vez afirmou: “Não haverá envolvimento dos Estados Unidos... a menos que este seja o resultado do processo constitucional que coloca no Congresso o poder de declará-la”¹¹⁸. A autorização do Congresso, o apoio aliado — essas foram as duas condições que ele impôs para o envolvimento militar americano em qualquer lugar, o que se refletiu nos sistemas de aliança, no Oriente Médio e no sudoeste da Ásia, que ele adicionou à OTAN.

O segundo e correlato princípio de Eisenhower era a necessidade de um controle constitucional sobre o empenho militar. Ele usava muito a CIA e foi o único presidente americano a controlá-la eficazmente. Presidiu habilmente as operações da CIA no Irã e na Guatemala, sem nenhum dano para a sua reputação¹¹⁹. O golpe da CIA na Indonésia, em 1958, fracassou porque, por uma vez, o trabalho foi delegado a Dulles. É difícil acreditar que Eisenhower houvesse permitido que a operação da Baía dos Porcos, em 1961, tivesse se encaminhado daquela forma. Em 1954, ele havia criado uma Comissão de Consultores para Atividades do Serviço Secreto Exterior Civil, dirigida por um astuto velho diplomata, David Bruce — e essa foi uma das inúmeras maneiras que ele empregou para manter o sistema militar sob sua autoridade¹²⁰. Ele não gostava de generais na política. A convenção republicana de Chicago, em 1952, que o escolheu para concorrer à presidência, estava tão repleta de generais, seguidores do senador Taft e de MacArthur, que Eisenhower manteve seu principal ajudante, o coronel Bob Schultz, e seu médico, general Howard Snyder, fora da cidade¹²¹. Eisenhower estava sempre ciente de sua necessidade de seguir o rumo certo entre o isolacionismo e o superativismo nos assuntos internacionais. Ele usava Dulles para satisfazer os ativistas do Senado. Para Dulles, que era sobrinho de Robert Lansing, secretário de Estado de Wilson e que estivera envolvido com Versalhes, a rejeição do Tratado de 1919, por parte do Senado, foi uma lição para jamais ser esquecida. Ele estava sempre, escreveu Kennan, “intensamente cômico da dependência de um secretário de Estado relativamente ao apoio senatorial para o sucesso de sua política”¹²². Sob a direção de Eisenhower, que examinava antecipada e cuidadosamente suas declarações, Dulles empregava o que algumas vezes parecia ser uma linguagem bombástica (“redução de preços”, “chegar à beira”, “reavaliação torturante”) para unir o apoio legislativo ao realismo político e militar. Somente os dois homens sabiam quais eram os compromissos externos reais da América e quais os retóricos.

O medo principal de Eisenhower, na atmosfera densa engendrada pela Guerra Fria, era de que o governo caísse nas mãos de uma combinação de senadores belicosos, oficiais de alta patente superansiosos e fornecedores de armas gananciosos — o que ele chamava de “o complexo militar-industrial”. O seu terceiro princípio, refletido nos seus diários e em outros documentos pessoais, consistia na idéia de que a segurança da liberdade através do mundo repousava, em última instância, na saúde da economia americana. E a força dessa economia poderia duplicar-se na Europa ocidental e no Japão. Mas a economia dos Estados Unidos poderia também ser destruída por gastos imoderados. Ele dizia dos oficiais-generais: “Eles pouco sabem de como lutar contra a inflação. Este país pode sufocar-se até a morte ao amontoar gastos militares, tão certo quanto pode derrotar-se por não gastar o suficiente para a sua proteção”. Ou, de outra vez: “Não é concebível defesa, para qualquer país, que arrebe a própria economia”¹²³. Eisenhower era igualmente temeroso de gastos irresponsáveis na área interna. Ele não se opunha às medidas keynesianas para lutar contra a recessão incipiente. Em 1958, objetivando superar tal declínio, ele acumulou um déficit de US\$9,4 bilhões, o maior jamais alcançado por um governo americano em tempo de paz¹²⁴. Mas foi uma emergência. Eisenhower se empenhou fortemente para evitar um imenso e permanente aumento nos compromissos federais. Ele colocou o controle da inflação na frente da previdência social, pois achava que, em última instância, esse controle era a única forma confiável de previdência social. Ele detestava a idéia de a América se transformar em um Estado no qual o bem-estar

social dos cidadãos fosse conseguido pelos esforços organizados do governo. Era, na verdade, arraigadamente conservador. Admitiu, em 1956, que "Taft era realmente mais liberal do que ele em assuntos internos"¹²⁵. Seu verdadeiro pesadelo reunia uma combinação de gastos excessivos com a defesa e uma máquina estatal de previdência social descontrolada — uma conjunção destrutiva que se tornou realidade no fim da década de 60. Enquanto ele estava no comando, o gasto federal como percentagem do PNB e a conseqüente inflação foram mantidos em números viáveis, apesar de todas as pressões. Foi um feito notável, que explica a razão de a década de Eisenhower ter sido a mais próspera dos tempos modernos. E essa prosperidade se irradiava para uma porção sempre crescente do mundo.

O mundo também estava mais seguro. Em 1950-2, o risco de uma grande guerra era bastante considerável. No fim da década, uma espécie de estabilidade foi alcançada, as linhas demarcadas, as regras elaboradas, alianças e compromissos estabelecidos através do globo. A política de "refreamento" havia sido aplicada. O leninismo militante, que se expandira rapidamente nos anos 40, tanto na Europa quanto na Ásia, teve de diminuir sua marcha impetuosa ou mesmo sustá-la completamente. E tão logo o sistema de refreamento foi completado, deixou de ser a resposta integral. Esse fato teve como causa o colapso dos velhos impérios liberais, gerando uma nova categoria de Estados que provocaram novos e intratáveis perigos.

14

A GERAÇÃO BANDUNG

O mesmo processo histórico que criou as superpotências colocou as potências tradicionais num dilema. Que papel lhes caberia? As nações derrotadas, como a França, Alemanha e Japão, foram levadas, pela necessidade, a uma reavaliação profunda. Mas a Grã-Bretanha não fora derrotada: resistiu sozinha e saiu vitoriosa. Não poderia, então, continuar como antes? Churchill lutou desesperadamente pelos interesses britânicos, rejeitando totalmente a idéia de Roosevelt de que a América e a Rússia eram duas potências “idealistas” e a Grã-Bretanha, a velha e gananciosa imperialista. Ele sabia do cinismo sem fim contido na observação do embaixador Maisky, segundo a qual as perdas aliadas e nazistas eram somadas numa mesma coluna¹. Mostrou ao embaixador britânico em Moscou que a Rússia “sempre atuou em seu próprio interesse e com total desprezo por nossas vidas e destinos”². Tinha plena consciência de que a Rússia estava ansiosa para desmembrar o Império Britânico e fazer um festim dos seus pedaços. E de que também a América, ajudada pelos Domínios e especialmente pela Austrália e a Nova Zelândia, era favorável à “descolonização”. H.V. Evatt, o impertinente ministro do Exterior da Austrália, conseguiu que essas idéias fossem transcritas na carta da ONU³. Churchill rosnou em Yalta: “Enquanto houver vida em meu corpo, nenhuma cessão de direitos da soberania britânica será permitida”⁴.

Seis meses mais tarde, Churchill foi alijado pelo eleitorado. Seus sucessores trabalhistas planejaram o desarmamento, a descolonização, o reatamento de laços de amizade com a Rússia e a construção de um Estado previdenciário. Na prática, eles ficaram à mercê dos acontecimentos. Em agosto de 1945, *lord* Keynes, num estudo que lhes enviou, demonstrava que o país estava na bancarrota. Sem a ajuda americana, “a base de esperança do país é inexistente”⁵. Ernest Bevin, o líder de sindicato transformado em secretário do Exterior, lançando o *slogan* “a Esquerda pode conversar com a Esquerda”, esperava compartilhar dos segredos atômicos com a Rússia. Mas, a seguir, dizia ao seu colega Hugh Dalton: “Molotov é exatamente como um comunista de um Partido Trabalhista local. Se você tratá-lo mal, ele fica ressentido ao máximo; se você tratá-lo bem, ele apenas eleva seu preço e o ofende no dia seguinte”⁶. Gradualmente, Bevin veio a personificar a determinação da Grã-Bretanha em organizar a segurança coletiva. Disse a Molotov em 1949: “Você está

querendo colocar a Áustria atrás de sua Cortina de Ferro? Não pode fazer isso. Está querendo a Turquia e o Estreito? Não pode tê-los. Está querendo a Coreia? Não pode tê-la. Você está colocando o pescoço de fora e um dia o terá decepado”⁷.

Segundo a política externa de Bevin, a Grã-Bretanha tinha de permanecer na corrida armamentista estratégica. Exatamente um ano após a entrega do relatório de Keynes sobre a falência, o chefe do Estado-Maior da Aeronáutica requisitou ao governo bombas nucleares. As especificações para o primeiro bombardeiro atômico britânico foram assentadas a 1º de janeiro de 1947.⁸ O principal cientista nuclear da Grã-Bretanha, P.S.M. Blackett, se opunha à bomba britânica, supondo, então, que a Grã-Bretanha pudesse e devesse adotar uma postura de neutralidade *vis-à-vis* à América e à Rússia soviética⁹. O principal conselheiro científico, *sir* Henry Tizard, também era contra uma força nuclear independente: “*Não* somos uma grande potência e nunca o seremos de novo. Somos uma grande nação, mas, se continuarmos a nos comportar como uma Grande Potência, logo deixaremos de nos comportar como uma grande nação”¹⁰. Mas Tizard ficou chocado com o sucesso soviético ao explodir uma bomba-A, já em agosto de 1949: atribuiu tal sucesso a roubo de material. De qualquer maneira, a decisão de construir uma bomba foi tomada em janeiro de 1947, no auge da desesperada crise de combustível e pouco antes de Truman receber o fardo da Grécia e da Turquia. Somente Attlee, Bevin e outros quatro ministros estavam presentes à reunião decisória¹¹. O gasto foi “escamoteado” no meio do orçamento e ocultado do Parlamento. Quando Churchill voltou ao cargo em 1951, ficou surpreendido ao encontrar o projeto bem adiantado e ao saber que L 100 milhões tinham sido secretamente desembolsados para esse fim¹².

A decisão de construir a bomba e o brilhante sucesso que cercou seu processamento e distribuição mantiveram, sem dúvida, a Grã-Bretanha no clube dos grandes por mais trinta anos. O primeiro teste da bomba-A britânica, ao largo da ilha de Monte Bello, em outubro de 1952, foi o que levou os americanos a retomarem a parceria atômica. O primeiro teste da bomba-H britânica, na ilha de Natal, em maio de 1957, formalizou essa parceria, quando o Congresso foi então persuadido a emendar a Lei McMahon, de 1946: os acordos bilaterais de 1955 e 1958 não podiam ser firmados sem uma comprovação da capacidade nuclear britânica. Uma vez no clube, a Grã-Bretanha pôde desempenhar papel importante nas negociações de interdição dos testes de 1958-63 e no processo que redundou no Tratado de Não-Proliferação de 1970. Em 1960, numa frase famosa, Aneurin Bevan defendeu a bomba britânica diante dos correligionários do Partido Trabalhista, sob o pretexto de que, sem ela, um secretário do Exterior britânico “sairia nu pelas câmaras de conselho do mundo”. Mas isto foi um erro de formulação. Em primeiro lugar, sem ela a Grã-Bretanha não participaria dessas e de outras negociações, porque, como qualquer outro clube de cavalheiros, o clube nuclear não admite pessoas nuas na sua câmara de conselho. O acordo anglo-americano de Nassau, de 1962, concedeu à Grã-Bretanha o direito de ter 64 modernas plataformas de lançamento nucleares em contraposição às 1.038 concedidas aos Estados Unidos e cerca de 365 à Rússia soviética. Em 1977, os números aproximados eram: América, 11.330; Rússia, 3.826; e Grã-Bretanha, 192. Foi essa queda no índice que a excluiu das Negociações de Limitação de Armas Estratégicas (SALT), embora, na época, a “intimidação” britânica pudesse destruir todos os principais centros industriais e populacionais da Rússia soviética e infligir-lhes vinte milhões de perdas¹³.

Em 1945-6, tornou-se um axioma da política britânica, em associação com os americanos, engajar-se em acordos de segurança coletiva para conter a expansão

soviética e contribuir com uma força nuclear britânica para esse fim. Atravessando todas as mudanças de tendências e de governos, esse cordão sólido percorre a política britânica até a década de 80. Mas foi o único elemento estável. Todo o resto era confusão e irresolução. Houve falta de visão; colapso da vontade. No fim do verão de 1945, o Império e a Comunidade Britânicos pareciam ter retornado ao meridiano de 1919. O poder britânico se estendia por quase um terço do globo. Além das possessões legítimas, a Grã-Bretanha administrava o Império Italiano no norte e no leste da África, grande número de ex-colônias francesas e territórios liberados na Europa e na Ásia, incluindo os fulgurantes impérios da Indochina e das Índias Orientais Holandesas. Jamais responsabilidades tão extremas pesaram sobre qualquer outra nação. Vinte e cinco anos mais tarde, tudo estava perdido. Jamais a história fora testemunha de uma transformação tão profunda e tão rápida.

Freqüentemente se ouve dizer que, à medida que a desintegração ocorria, o colapso do Império foi prenunciado pela queda de Cingapura no princípio de 1941. Mas isso não é verdade. Não houve nenhuma desonra em 1941. Embora tivesse havido uma falha de liderança na defesa da cidade, não houve vergonha na campanha como um todo. Os britânicos, na Malaia, não podiam ser acusados de *hubris* (arrogância) ao desprezarem os japoneses. Ao contrário, eles prognosticaram com argúcia o que aconteceria, a menos que a guarnição fosse reforçada e, acima de tudo, rearmada. Em vez disso, a decisão tomada foi a de salvar a Rússia. Mesmo assim, 200.000 soldados japoneses bem equipados e com muita experiência, com uma esmagadora superioridade de poder aéreo e naval, foram mantidos à distância, durante setenta dias, por apenas três divisões e meia de soldados de combate da Comunidade Britânica. De qualquer maneira, a imagem da vitória asiática foi completamente obnubilada pela magnitude da derrota japonesa. A Grã-Bretanha capitulou em Cingapura com 91.000 homens. Quando o general Itagaki entregou sua espada ao almirante Mountbatten, em 1945, tinha 656.000 homens no comando de Cingapura. Em outros lugares, os britânicos obtiveram a capitulação de mais de um milhão. Mais de 3.175.000 soldados japoneses se entregaram — a maior derrota jamais sofrida por qualquer nação asiática ou não-branca. Em cada departamento, a tecnologia e a organização ocidentais (isto é, brancas) comprovaram ser avassaladoramente superiores. Não era apenas uma vitória caracterizada, mas a própria arquetípica vitória, ao estilo colonial, do poder de fogo sobre o poder dos músculos¹⁴.

Também não foi registrada prova concreta de queda da lealdade dos súditos em relação ao Império Britânico. Ao contrário. Os intensos esforços empreendidos pelos japoneses para estabelecer um “Exército Nacional Indiano” e um regime independente foram um fracasso total. Em outubro de 1942, foi criado um “governo” sob Chandra Bose, que declarou guerra à Grã-Bretanha e localizou sua capital em Rangum. O Exército Nacional Indiano desintegrou-se imediatamente ao entrar em luta contra o Exército indiano. Os japoneses nunca conseguiram persuadir ou forçar mais de trinta mil indianos, civis e militares, a atuar contra a Grã-Bretanha. Muitos milhares de prisioneiros de guerra indianos preferiram a tortura e a morte a trocar o compromisso de fidelidade: por exemplo, dos duzentos oficiais e soldados capturados em Kuching, todos foram praticamente assassinados em abril de 1945, alguns espancados até a morte, outros decapitados ou mortos a baioneta. A oposição à guerra, por parte da “nação política” da Índia, não surtiu efeito sobre a “nação militar”. Enquanto 1.457.000 indianos serviram ao Exército em 1914-18, durante a Segunda Guerra Mundial o número ultrapassou a marca de 2.500.000: nesta guerra

os indianos que receberam a condecoração *Victoria Cross* foram 31 contra 11 na guerra anterior¹⁵.

Quem falava pela Índia? A “nação política”? A “nação militar”? Poderia alguém falar pela Índia? Em 1945, a Índia tinha mais de 400 milhões de habitantes: 250 milhões de hindus, 90 milhões de muçulmanos, 6 milhões de sikhs, milhões de sectarianos, budistas, cristãos; 500 príncipes independentes e marajás; 23 línguas principais, 200 dialetos; 3.000 castas, com 60 milhões de “intocáveis” na base dessa pilha; 80% da nação viviam em 500.000 aldeias, a maioria delas inacessível, mesmo por estradas aplainadas. Entretanto, em 1917, por objetivos práticos, foi tomada a decisão, quando das reformas de Montagu, de iniciar o processo de passagem do poder exercido sobre essa vasta e disparatada nação. E o poder não foi para os seus líderes tradicionais religiosos ou raciais ou econômicos ou militares — ou todos combinados — mas para uma ínfima elite que tinha absorvido a ideologia, as técnicas e, acima de tudo, a linguagem da política ocidental. A decisão foi confirmada pela reação a Amritsar. Foi um indício de que o *Raj* britânico já não mais estava determinado a fazer cumprir a lei a qualquer custo. A Lei de 1935 desencadeou o processo de abdicação. O sistema britânico — não importava o protesto geral que pudesse gerar — sabia exatamente o que estava acontecendo. Como J.C.C. Davidson, a eminência parda de Baldwin, lhe declarou:

O fato é que Ghandi levou o governo britânico, o vice-rei e, até certo ponto, os estados a acreditarem que uns poucos semi-instruídos e um tanto crus agitadores urbanos representavam o ponto de vista de 365 milhões de agricultores que trabalhavam seriamente e que estavam comparativamente satisfeitos. Parece-me que a mosca fez o elefante fugir em pânico¹⁶.

A Índia ilustra o processo pelo qual o político profissional de tempo integral herdou a terra no século XX. As reformas criaram um sistema aleatório de representação, e uma categoria de homens, principalmente advogados, se organizou para manipulá-lo. No devido tempo, o poder de governar lhes foi entregue. O diálogo se passava inteiramente entre as velhas e as novas elites. O povo não entrou em cena, exceto como uma gigantesca multidão de figurantes no pano de fundo. O processo seria repetido em toda a Ásia e África. As aparências do modelo de Westminster, Paris ou Washington foram preservadas. A substância estava apenas tenuemente presente — ou completamente ausente. Os bolcheviques de Lênin, de 1917, os quadros do PCC de Mao, de 1949, e os congressistas da Índia chegaram ao poder por caminhos diversos. Mas tinham esta característica em comum: os três novos grupos governantes eram homens que nunca se ocuparam de outra atividade que não fosse a política, e haviam devotado suas vidas à exploração de um conceito flexível chamado “democracia”.

Lênin assegurara seu mandato de governo através de métodos próprios de um caudilho; Mao, de um senhor de guerra. Gandhi e Nehru preencheram um vácuo criado pelo colapso da vontade de governar. Com a Lei de 1935, o *Raj* só se tornou exeqüível pela repressão permanente. Em 1942, em parte pressionado por Roosevelt, Churchill concordou com uma declaração que concedia à Índia autogoverno depois da guerra. A 28 de julho, ele almoçou com Jorge VI, que registrou em seu diário: “Ele me surpreendeu ao dizer que ele e seus correligionários, ou ambas as casas do Parlamento, estavam preparados para entregar a Índia aos indianos, depois da

guerra"¹⁷. Esta declaração de Churchill veio a se confirmar como verdadeira. Os debates parlamentares de 1945-47 sobre a Índia giravam em torno do *modus operandi* da retirada britânica e do momento mais conveniente para essa retirada. Não se discutia o âmago da questão. O verdadeiro Projeto de Lei da Independência da Índia, que se tornou lei a 18 de julho de 1947, passou em ambas as Casas do Parlamento sem qualquer polarização e num clima de completa indiferença por parte da opinião pública.

Na verdade, não tivesse a Grã-Bretanha abdicado, com tanta pressa e fastio, é difícil prever de que maneira a independência indiana poderia ter sido assegurada. Gandhi não foi um libertador, mas um político exótico, cujo florescimento só foi possível graças à proteção proporcionada pelo liberalismo britânico. Era um ano mais velho que Lênin, com quem tinha grande afinidade no tocante a uma abordagem quase religiosa da política, embora tivesse, por uma questão de pura excentricidade, muito mais em comum com Hitler, vinte anos mais jovem. Na sua língua local, o *gujarati*, Gandhi significa merceeiro, e tanto ele como sua mãe, da qual herdara uma prisão de ventre crônica, eram obcecados pelas funções orgânicas e pelo processo digestivo de ingestão de alimentos e sua expulsão do corpo humano. Essa preocupação se aprofundou quando foi a Londres e começou a freqüentar os grupos vegetarianos. Conhecemos mais sobre as intimidades de sua vida do que a de qualquer outro ser humano na história. Ele vivia em público no seu *ashram*¹⁸ ou acampamento religioso, atendido por um numeroso círculo de mulheres devotas, cuja maioria estava sempre pronta a descrever sua forma de viver nos mínimos detalhes. Em meados dos anos 70, já existiam mais de quatrocentas biografias dele, e a edição inglesa de seus pronunciamentos, compilada por cinquenta pesquisadores e trinta funcionários do Ministério da Informação indiano — que criou um departamento especial com esse propósito — preencheria oitenta volumes com uma média de 550 páginas cada¹⁹.

Todas as manhãs, ao se levantar, a primeira pergunta de Gandhi às mulheres que o serviam era: “Os seus intestinos funcionaram bem essa manhã, irmãs?”. Um dos seus livros favoritos era *Constipation and our Civilization*, que lia constantemente. Estava convencido de que o mal nascia da sujeira e da alimentação inadequada. Apesar de comer com grande apetite — “Era dos homens de maior apetite dentre os que conheci”, disse um discípulo — sua alimentação era cuidadosamente escolhida e preparada. Bebia uma mistura de bicarbonato de sódio, mel e suco de limão, e mastigava grande quantidade de alho esmagado disposto em tijelas ao lado dos pratos vegetarianos (não tinha olfato — um atributo útil na Índia)²⁰. Ao atingir a meia-idade, Gandhi se voltou contra a mulher e os filhos, isto é, voltou-se, na verdade, contra o próprio sexo. Achava as mulheres melhores que os homens porque supunha que não tinham prazer com o sexo. Realizou experiências de sua chamada *Brahmacharya* dormindo com moças nuas apenas para se aquecer. Sua única ejaculação seminal na passagem da meia-idade para a velhice foi durante o sono, em 1936, quando tinha 66 anos, fato que o perturbou bastante²¹.

As excentricidades de Gandhi fascinaram uma nação que venera as originalidades sacras. Mas seus ensinamentos não foram relevantes quanto aos problemas ou aspirações da Índia. Tecelagem artesanal não fazia sentido num país cuja principal indústria era a têxtil em grande escala. Sua política de alimentação teria levado à inanição em massa. Na verdade, o próprio *ashram* de Gandhi, com seus gostos “simples”, porém muito dispendiosos, e inumeráveis “secretários” e empregadas, só se sustentava com pesados subsídios estipendiados por três príncipes mercadores.

Assim observou uma pessoa do seu círculo: "Custa muito dinheiro manter Gandhi vivendo na pobreza"²². Sempre houve uma densa névoa de mistificação sobre o fenômeno Gandhi no século XX. Seus métodos só poderiam funcionar num império ultraliberal. "Não foi tanto porque os britânicos o tivessem tratado com indulgência", escreveu George Orwell,

mas também porque ele sempre foi capaz de dominar a publicidade... É difícil imaginar de que modo os métodos de Gandhi poderiam ser aplicados num país cujos opositores ao regime desaparecem no meio da noite e nunca mais se ouve falar deles. Sem uma imprensa livre e o direito de expressão, é impossível não somente apelar para a opinião pública exterior mas também fazer surgir um movimento de massa... Nos dias atuais, existiria um Gandhi na Rússia?²³

A carreira de Gandhi demonstrou não mais que a natureza não-repressora da administração britânica e sua vontade de abdicar. E Gandhi representou alto custo em vida humana, assim como alto custo financeiro. Os acontecimentos de 1920-21 indicaram que ele era capaz de suscitar grandes movimentos de massa mas incapaz de controlá-los. Continuava, entretanto, a desempenhar o papel de aprendiz de feiticeiro, enquanto o montante das perdas atingia a casa das centenas, dos milhares e dezenas de milhares, e os riscos de uma explosão racial e sectária se acumulavam. Essa cegueira diante da lei de probabilidades, num subcontinente rancorosamente dividido, tornaram os protestos de Gandhi, segundo os quais ele não aceitaria, em qualquer circunstância, sacrifícios de vida humana, uma tolice.

Havia um elemento similar de notória frivolidade em Jawaharlal Nehru. Ele era um brâmane, de uma casta sacerdotal que, nos tempos modernos, se voltara para o trato das leis e da política. Era filho único, um filhinho de mamãe, educado por governantas e teosofistas; depois, um expatriado em Harrow, onde era conhecido como Joe, em Cambridge. Enquanto jovem, vivia uma vida elegante em Londres e nos *spas* (estação de águas), com 800 libras por ano. Entediava-se facilmente com tudo. Permitiu que seu pai, um diligente advogado de Allahabad, escolhesse uma mulher para ele, uma brâmane de Kashmir. Mas (como Lênin) nunca demonstrou o menor interesse em arranjar um emprego para sustentar a família, conforme lamenta seu pai:

Tens reservado algum tempo para cuidar das pobres vacas... aquelas que foram reduzidas à posição de vacas pela censurável negligência não só da tua parte quanto da minha — ou seja: tua mãe, tua mulher e tuas irmãs?... Não acredito que um homem capaz de deixar à míngua seus próprios filhos possa vir a construir alguma coisa de real importância para a nação²⁴.

Nehru foi empurrado para a política pelas águas da campanha de Gandhi, e em 1929 o Mahatma o fez presidente do Congresso. Dedicou-se amadoristicamente à vida camponesa: "Tive o privilégio de trabalhar para eles, de misturar-me com eles, morando em seus casebres de barro e compartilhando, respeitosamente, de sua vida humilde", escreveu ele. Preso por ter participado de agitação nas ruas, por ocasião da passagem de Hitler por Landsberg, declarou: "A prisão será experiência nova e, nesse mundo *blasé*, já é alguma coisa ter uma nova experiência". Achava que a Índia poderia ser salva através de "um curso de estudo da obra de Bertrand

Russell". Sob vários aspectos, era um personagem de Bloomsbury, um Lytton Strachey politizado, transplantado para uma região exótica. "Um intelectual entre os intelectuais", escreveu Leonard Woolf. "A última palavra em refinamento e cultura aristocrática dedicada à salvação dos oprimidos", entusiasmou-se a Sra Webb²⁵. Engoliu toda a farmacopéia da esquerda européia, entusiasmou-se pela Espanha republicana, aceitou os julgamentos encenados por Stálin em função do seu significado aparente — um apaziguador e um conciliador unilateral. Passou a maior parte da guerra na prisão, para onde foi enviado em 1942 por ter participado de uma suposta revolta, para a qual recebeu pouquíssimo apoio. Assim, adquiriu extenso conhecimento do sistema penal indiano. Mas ignorava tudo que dizia respeito ao processo de geração de riqueza e de administração, através do qual quatrocentos milhões de pessoas eram alimentadas e governadas. Até o fim da década de 40, parecia imaginar que a Índia era subpovoada²⁶. Quase no derradeiro minuto recusou-se a acreditar — porque pouco sabia a respeito da verdadeira Índia — que, se o *Raj* britânico entregasse o poder ao Congresso, os muçulmanos exigiriam um Estado separado. Mais surpreendente ainda era a sua visão de que o sectarismo violento — que fora endêmico antes do século XIX e recomeçara depois do movimento de Gandhi e de Amritsar — foi basicamente criado pelo governo britânico. Disse a Jacques Marcuse, em 1946: "Quando os britânicos se forem, não haverá mais distúrbios comunais na Índia"²⁷.

As eleições indianas do pós-guerra, nas quais a Liga Muçulmana obteve praticamente todas as cadeiras reservadas para os muçulmanos com o seu programa de separação, indicaram que a divisão era inevitável e a violência em grande escala muito provável. A transferência de poder tinha sido apresentada como um habilidoso exercício de condução dos negócios públicos anglo-indianos. Na realidade, o governo britânico simplesmente perdeu o controle. Com a economia britânica à beira do colapso, *lord* Mountbatten foi nomeado vice-rei a 20 de fevereiro de 1947, com a recomendação de que podia fazer o que quisesse (*carte blanche*, como disse ele ao rei), contanto que fosse mantido o prazo de junho de 1948 para a independência²⁸. Os massacres começaram antes mesmo da chegada do novo vice-rei à Índia. Churchill defendia o ponto de vista de que "um intervalo de tempo de 14 meses é fatal para uma transferência ordenada do poder", já que proporcionaria aos extremistas de ambos os lados tempo para se organizar. *Lord* Wavell, o vice-rei anterior, argumentava que a Grã-Bretanha deveria entregar um país unido, deixando para os indianos a tarefa de dividi-lo, se assim o quisessem. O general *sir* Francis Tuker, que elaborara um plano de contingência para a divisão, julgou que a partilha seria inevitável, se acelerassem a transferência. Mountbatten apressou essa transferência, ao decidir-se favoravelmente à partilha uns 15 dias depois de sua chegada. *Sir* Cyril Radcliffe, que chefiava a comissão de fronteiras, teve de tomar as decisões sozinho porque os hindus e muçulmanos estavam aterrorizados demais para tomar decisões independentes.

O resultado foi idêntico ao esfacelamento do Império Habsburgo em 1918-19: o princípio unificador desapareceu e foram criados mais problemas do que soluções. Os príncipes foram ignorados. O Punjab, Bengala, Kashmir, a fronteira noroeste, Sind, Beluchistão britânico — regiões onde se localizam os reais problemas — ficaram entregues a si mesmos para, sozinhos, encontrarem soluções. Mountbatten tinha um dom especial para relações públicas e enfrentou tudo com grande coragem. Mas a transferência e a partilha foram uma carnificina catastrófica, um final ignominioso de dois séculos de administração extremamente bem-sucedida baseada num

blete. Cerca de cinco a seis milhões de pessoas fugiram em todas as direções para sobreviverem. Uma procissão de hindus e *sikhs* aterrorizados, por exemplo, se estendeu por 57 milhas a partir do Punjab Ocidental. A força destacada para as fronteiras de 23.000 efetivos era muito fraca e é possível que alguns de seus soldados tenham participado da matança²⁹. O massacre chegou até o extraordinário palácio de Lutyens, pois muitos dos empregados muçulmanos de *lady* Mountbatten foram assassinados; ela ajudou a transportar muitos cadáveres para a casa mortuária. Gandhi, que havia tornado tudo isso possível, confessou-lhe: “Tal acontecimento não tem paralelos na história do mundo e me faz baixar a cabeça de vergonha”³⁰. Nehru, que havia olhado para os indianos liberados como um bloomsberiano, admitia agora para *lady* Ismay: “As pessoas perderam completamente a razão e estão se comportando pior do que brutos”³¹.

Gandhi, cuja hora era chegada, esteve entre as vítimas, assassinado em janeiro de 1948 por um dos fanáticos. Nunca se saberá quantos desapareceram junto com ele. As estimativas dos mortos, na época, era de um a dois milhões. Cálculos mais modernos estimam um total de duzentos a seiscentos mil³². Mas há um desejo generalizado de minimizar e esquecer o evento devido ao medo de repeti-lo. Na anarquia, acontecem outras grandes injustiças. Em Kashmir, o estado de Nehru, este empregou tropas para reforçar o governo indiano, apesar de a maioria dos kashmiris ser muçulmana e o governante, hindu: os muçulmanos de lá eram “bárbaros”. Em Hyderabad, onde a maioria era hindu e o governante muçulmano, reverteu o princípio e outra vez empregou tropas argumentando que “loucos estão encarregados do destino de Hyderabad”³³. Assim, Kashmir, a mais bela província da Índia, foi dividida e como tal permanece, mais de trinta anos depois. Desta forma, estava preparado o caminho para as duas guerras entre a Índia e o Paquistão.

Nehru governou a Índia durante 17 anos, fundando uma dinastia parlamentar. Era um governante popular, conquanto não fosse eficiente. Fez o máximo que podia para colocar em funcionamento o Parlamento da Índia, o Lok Sabha, ao qual dedicava muito de seu tempo. Mas era por demais autocrático para permitir o florescimento de um governo de gabinete: seu governo era um *show* de um homem só — “Penso que a minha partida pode assumir as proporções de um desastre”, admitia complacentemente³⁴. De um modo geral, esse ponto de vista era compartilhado no exterior: “A maior figura da Ásia”, escreveu Walter Lippmann. “Se ele não existisse — disse Dean Acheson — teria de ser inventado”. “Um titã do mundo”, pronunciou o *Christian Science Monitor*. “O Sr. Nehru, sem se vangloriar, pode dizer que Delhi é a escola da Ásia”, ecoou o *Guardian*. Adlai Stevenson considerava-o um dos poucos homens habilitados “a usar um halo quando ainda em vida”³⁵. Privadamente, Nehru chegou a duvidar de tudo isso. “É terrível pensar que nós podemos estar perdendo todos os nossos valores e afundando na sordidez da política oportunista”, escreveu ele em 1948. Executou uma reforma agrária que beneficiou apenas uns poucos camponeses ricos e nada fez pela produtividade agrícola. Quanto ao planejamento, pensava que iria “mudar o cenário do país tão completamente que o mundo ficaria assombrado”. Mas quase nada foi realizado. Em 1953, confessou no tocante à economia: “Estou completamente por fora”. Uma hora lhe aprazia abrir uma ou duas barragens; mais tarde, seu interesse minguava. “Nós funcionamos mais e mais como o velho governo britânico”, escreveu ao governador-geral Rajagopalachari, “apenas com menos eficiência”³⁶. Nehru dava a impressão de não saber como governar. Todos os dias passava de quatro a cinco horas ditando para oito datilógrafos respostas para

as duas mil cartas diárias de reclamações que os indianos escreviam para o seu gabinete³⁷.

Na verdade, Nehru gostava mesmo era de discursar sobre moralidade internacional no palco mundial. Nos anos 50 tornou-se o expoente máximo do grande embuste. No seu país, praticava a ganância. Em 1952, subjuguou os membros da tribo Naga utilizando o Exército (embora tenha vetado a deliberação de que fossem metralhados por avião). Quando os habitantes de Goa, possessão portuguesa, obstinadamente se recusaram a se rebelar para se unir à Índia, enviou “voluntários” e libertou-os de Portugal à força. Na política externa, entretanto, denunciava o “imperialismo”, mas apenas quando praticado pelo Ocidente. Criticava os americanos na Coreia, cujo comportamento revelava que eram “mais histéricos que qualquer outro povo, com exceção, talvez, dos bengalis” (cujos massacres mútuos perduraram até os anos 50). As operações anglo-francesas contra o Egito, em 1956, segundo Nehru, representavam “um retrocesso histórico absolutamente intolerável”. “Não posso imaginar caso pior de agressão.”³⁸

Contudo, em relação ao mundo comunista, os padrões de julgamento adotados por Nehru eram bastante diferentes. Até o fim, a sua bíblia sobre a Rússia foram os falazes volumes de Webbs: “a grande obra” — era assim que os chamava. Percorrendo o país em 1955, achou o povo “feliz e animado ... bem alimentado”. Julgava que as liberdades civis não faziam falta. Havia uma “impressão geral” de “contentamento”, estando todos “ocupados e atarefados”; e “reclamações, se as há, prendem-se a assuntos de pouca importância relativamente”³⁹. Nunca demonstrou o menor interesse pelo colonialismo soviético e nem mesmo admitiu reconhecer a sua existência de fato. Quando *sir* John Kotelawala, primeiro ministro do Ceilão, criticou o sistema soviético de estados satélites na Europa oriental, Nehru se voltou furiosamente contra ele. Recusou-se a condenar a invasão soviética da Hungria, em 1956, alegando “falta de informação”, mas, a portas fechadas, satisfez sua consciência com irrelevantes censuras ao ato⁴⁰. É evidente que Nehru nada podia fazer pela Hungria. Mas poderia ter salvo o Tibete quando da invasão e posterior absorção pela China, cujas reivindicações territoriais eram puramente imperialistas. Muitos indianos o exortaram para que agisse, mas recusou-se, argumentando que a agressão tinha de ser compreendida do ponto de vista da “psicologia chinesa” relativamente a seus “antecedentes de um prolongado sofrimento”⁴¹. Não explicou por que os chineses sofredores tinham de descarregar sua dor sobre os impotentes tibetanos, esmagando uma antiga sociedade como se esmaga uma caixa de fósforo, e expulsando-os para a China central, onde seriam substituídos pelos “colonizadores” chineses. Os argumentos de Nehru em defesa da China foram idênticos aos empregados em defesa de Hitler nos anos 30: Nehru não foi apenas o último dos vice-reis, foi também o último dos apaziguadores.

Na época, Nehru ansiava por atuar como empresário e introduzir a nova China na comunidade internacional. Envaidecia-se com a bajulação escorregadia de Chou En-lai (“Sua Excelência tem um conhecimento do mundo e da Ásia mais amplo que o meu”). Idolatrava o viril e militarista Mao e se encantou com o feroz e sinistro vizinho, Ho Chi Minh (“Refinado, de rosto franco, gentil e bondoso”). Quando visitou a China, ficou “estupefato” com a “espantosa reação emocional do povo chinês” à sua passagem⁴². Tudo indica não lhe ter ocorrido que a China e a Índia tinham fundamentais conflitos de interesse, e que, ao exaltar o prestígio chinês, estava cavando a própria sepultura. O primeiro golpe aconteceu em 1959, quando os

chineses, tendo conseguido do Pandit tudo o que queriam, começaram a retificar suas fronteiras no Himalaia e a construir estradas militares. De nada serviu a política de Nehru de respeitar os “direitos” da China no Tibete, pois foi apunhalado pelas costas. A grande crise irrompeu em 1962, quando o fustigado Nehru, induzido em erro pelo excesso de confiança dos seus generais, enredou-se na guerra e foi gravemente derrotado. Passou pela humilhação de pedir ajuda imediata aos americanos, porque, em pânico, temia que pára-quedistas chineses se precipitassem sobre Calcutá. Assim, Washington enviou-lhe os “neo-colonialistas” C130s e movimentou a Sétima Esquadra “imperialista” para socorrê-lo na baía de Bengala. Misteriosamente, então, o rolo compressor chinês deteve-se, e Nehru, desanuviado, recebeu com júbilo conselhos dos Estados Unidos e aceitou um cessar-fogo⁴³. Mas, a partir de então, era apenas um homem velho a quem pouco se considerava.

Até meados dos anos 50, entretanto, Nehru foi o centro das atenções de uma nova entidade que os jornalistas franceses progressistas já estavam chamando *le tiers monde*. O conceito era baseado em prestidigitação verbal, isto é, baseado na suposição de que a invenção de novas palavras e frases iria mudar (e melhorar) fatos indesejáveis e intratáveis. Havia o primeiro mundo do Ocidente, com o seu capitalismo predatório; o segundo mundo, do socialismo totalitário, com seus campos de escravos: ambos com seus abomináveis arsenais de destruição em massa. Por que não a existência de um terceiro mundo, emergindo como uma fênix das cinzas do império, livre, pacífico, não-alinhado, industrioso, expurgado dos vícios capitalistas e stalinistas, radiante de virtude pública, hoje salvando-se pelo seu esforço, amanhã salvando o mundo pelo seu exemplo? Assim como, no século XIX, os idealistas viam o proletariado oprimido como o repositório da excelência moral — e um provável Estado proletário como a Utopia — também agora, o próprio passado colonial e uma pele não-branca eram considerados como títulos valiosos para a obtenção do respeito internacional. Um Estado ex-colonial era justo por definição. Uma assembléia de tais Estados seria um senado de sabedoria.

O conceito se tornou realidade na Conferência Afro-Asiática realizada entre 18 e 24 de abril de 1955 em Bandung, convocada pelo presidente Sukarno, da Indonésia. Cerca de 23 Estados independentes da Ásia e quatro da África estiveram presentes, além da Costa do Ouro e do Sudão, ambos prestes a serem liberados. Foi o apogeu da celebridade mundial de Nehru, que considerou a ocasião como uma oportunidade brilhante para apresentar Chou En-lai ao mundo. Mas havia muitas outras estrelas: U Nu, de Burma; Norodom Sihanouk, do Camboja; Mohammed Ali, do Paquistão; Kwame Nkrumah, o primeiro negro da África a se tornar presidente; o arcebispo Makarios, de Chipre; o congressista negro Adam Clayton Powell; e o Grande Mufti de Jerusalém⁴⁴. Calcula-se que havia 1.700 polícias secretas em atividade durante o evento. Alguns dos presentes, subsequenteemente, conspiravam e acabaram por assassinar-se uns aos outros; outros terminariam suas vidas na prisão, na desgraça ou no exílio. Mas, na época, o Terceiro Mundo ainda não se maculara publicamente em consequência das invasões, anexações, massacres e crueldades ditatoriais. Ainda estava na idade da inocência, na idade em que se acreditava, confiantemente, que o poder abstrato de números e sobretudo o das palavras transformariam o mundo. “Essa é a primeira conferência intercontinental de povos de cor na história da humanidade”, disse Sukarno no seu discurso de abertura. “Irmãs e irmãos! Como é tremendamente dinâmico o nosso tempo!... Nações e Estados acordaram de um sono de séculos!” A velha era do homem branco, que devastara o

planeta com guerras, estava morrendo; uma era melhor que amanhecia dissolveria a Guerra Fria e introduziria uma nova irmandade multirracial e multirreligiosa, porque: "Todas as grandes religiões são uma só na sua mensagem e tolerância". As raças de cor introduziram nova moralidade: "Nós, o povo da Ásia e da África... que representamos muito mais do que a metade da população humana do mundo, nós podemos mobilizar o que costumo chamar de *Violência moral das nações* em favor da paz"⁴⁵. Depois dessa frase surpreendente, seguiu-se um luculiano festim de oratória. Entre aqueles que ficaram acabrunhados com tudo aquilo, estava o escritor negro americano, Richard Wright: "Esta é a raça humana falando", escreveu⁴⁶.

Sukarno estava eminentemente qualificado para presidir essa reunião. Ninguém melhor do que ele representava as ilusões, a religiosidade política e a insensibilidade da liderança pós-colonial. As Índias Orientais Holandesas tinham sido amalgamadas de qualquer maneira, numa unidade administrativa de um *corpus* espalhado em milhares de ilhas. Eram, em si mesmas, um império. Até 1870, tinham sido administradas segundo princípios de pura cupidez. A partir de então, sob a inspiração do grande erudito islâmico, C. Snouck Hurgronje, uma combinação de ocidentalização, "associação" e criação de elites nativas foi introduzida, sob o nome de "política ética"⁴⁷. Apesar de bem-intencionada, esta política era na realidade um reflexo do nacionalismo holandês; não reagiu quando um nacionalismo rival, javanês, apareceu nos anos 30. Este nacionalismo parece ter sido concebido, a partir de 1927, por Sukarno e outros, no campo de internamento para agitadores nativos, no alto Digul, na Nova Guiné⁴⁸. Era uma mistura inexpressiva de clichês liberais islâmicos, marxistas e europeus, enfeitados por uma fraseologia de efêito. Acima de tudo, Sukarno foi o grande criador de frases de seu tempo. Quando os holandeses foram expulsos, em 1941, sua vontade de governar entrou em colapso. Em 1945 os nacionalistas javaneses começaram a assumir o controle. Os holandeses partiram, levando com eles 83% das raças miscigenadas. Os chineses se tornaram uma minoria não representativa e cada vez mais perseguida. Os não-javaneses, muitos deles reunidos em confederações tribais primitivas, tornaram-se, de repente, na sua maioria, súditos coloniais de um império javanês chamado "Indonésia".

Sukarno não tinha um mandato moral para governar cem milhões de pessoas, da mesma forma que Nehru na Índia. Na verdade, tinha até menos. Também ele era destituído de capacidade administrativa. Mas tinha o dom da palavra e, em face de um problema, resolvia-o com uma frase. Depois, transformava a frase num acróstico, para ser cantado por uma multidão de analfabetos bem adestrados. Governava por *Konsepsi* (conceitos). Seus quadros partidários pintavam os edifícios com o *slogan* "Implementem os conceitos do presidente Sukarno". O primeiro conceito, em 1945, foi *Pantja Sila*, ou os Cinco Princípios Fundamentais: Nacionalismo, Internacionalismo (Humanitarismo), Democracia, Prosperidade Social, Crença em Deus. Esses princípios eram "a Essência do Espírito Indonésio"⁴⁹. O gabinete, NASAKOM, unia as três principais correntes da "revolução": *Nasionalisme*, *Agama* (religião) e *Komunisme*. A constituição era UŞDEK; o manifesto político, MANIPOL; uma coalizão de gabinete, *gotong-rojong* ("assistência mútua"). Além disso, havia *musjawarah* e *mufakat*, respectivamente "Deliberação para o Consenso" e "Representação Funcional" (designação sua para corporativismo). Insatisfeito com o governo partidário, fez o discurso "Enterrem os partidos", a que se seguiu uma introdução ao que chamou de "democracia orientada" ou *Demokrasi Terpimpin*, que incluía uma "economia orientada" ou *Ekonomi Terpimpin*, na qual expressava a "identidade indonésia",

Kepribadian Indonesia. Considerava-se o escolhido para orientar, conforme ele mesmo declarou: “O Presidente Sukarno chamou o Cidadão Sukarno para formar um governo”⁵⁰.

Como as dificuldades internas de Sukarno aumentassem nos anos 50, passou a dedicar mais tempo aos assuntos externos. Ora discorria sobre “neutralismo livre e ativo”; ora sobre a dicotomia entre as “velhas forças já estabelecidas” e as “forças recém-emergentes”; ora sobre o “Eixo Djakarta-Phnom-Penh-Pequim-Pyongyang”. Atormentava os súditos chineses. Investia contra o movimento internacional de escoteiros. Um de seus axiomas era “Uma nação sempre precisa de um inimigo”. Introduziu outro *Konsepsi*, “Indonésia Maior”, que significava expansão em direção à Nova Guiné Holandesa — rebatizada por ele com o nome de Irian Ocidental —, à Malásia, ao Timor português e aos territórios australianos. Para atingir esses objetivos, criou o termo “confrontação” e a frase *Ganjang Malaysia*, “Esmague a Malásia!”, além de desenvolver uma técnica cênica de “demonstrações controladas” em frente às embaixadas estrangeiras, permitindo que casualmente essas demonstrações se tornassem “excessivamente apaixonadas”, (como em 1963, por exemplo, quando a embaixada britânica foi incendiada). A multidão tinha um *slogan* para cada ocasião. Para insultos externos era NEKOLIM (“Neo-colonialismo, Colonialismo e Imperialismo”). Quando o auxílio externo era interrompido ou quando ele era criticado pela ONU, o *slogan* era BERDIKARI (“manter-se de pé com os próprios recursos”). O ano de 1962, quando se apoderou da Irian Ocidental, foi “o ano do triunfo”; o de 1963, quando fracassou na Malásia, foi “o ano de viver perigosamente”. Esse último, *Tahun Vivere Pericoloso* e o *slogan* pilar RESOPIM (“Revolução, socialismo indonésio, liderança natural”) são curiosos amálgamas de palavras (assim como de idéias) holandesas, indonésias, francesas, italianas e inglesas com os quais Sukarno manteve seu titubeante império em funcionamento⁵¹.

Se alguém acreditou em viver perigosamente, esse alguém foi o falante, hiperativo e amante do prazer Sukarno. Colocando em prática sua política multirracial, adquiriu uma variada e notável coleção de esposas e amantes que foi aumentando ainda mais quando das numerosas excursões fora de seu país. A polícia secreta chinesa filmou-o em ação, preservando assim seu *Konsepsi* sexual para a posteridade. Khruchtchev, apesar de informado sobre esse assunto pelos relatórios privados da Tass, ficou profundamente chocado, por ocasião de uma visita, em 1960, ao ver o presidente conversando alegremente com uma mulher nua⁵². Mas, à medida que a década de 60 progredia, a economia indonésia chegava à beira do colapso. A virtual extinção da minoria chinesa destruiu o sistema de distribuição interna. Os alimentos apodreciam no campo. As cidades morriam de fome. O investimento estrangeiro desapareceu. Afora o petróleo, que ainda jorrava, a indústria foi nacionalizada e pouco a pouco afundava sob uma burocracia voraz. No outono de 1965, a dívida externa chegou a mais de US\$2.400 milhões e o crédito estava exaurido. Até os *slogans* faltaram a Sukarno. Sem saber o que fazer, parece que Sukarno deu o sinal verde para um golpe do Partido Comunista Indonésio (PKI).

Oputsch aconteceu nas primeiras horas de 1º de outubro. O plano era destruir a liderança das forças armadas. O general Abdul Yani, chefe do Estado-Maior do Exército, e dois outros generais foram fuzilados na hora. O ministro da Defesa, o general Nasution, escapou escalando o muro de sua casa, mas sua filha foi assassinada. Três outros generais foram capturados e em seguida torturados até a morte, de maneira ritual, pelas mulheres e crianças do PKI: depois de lhes arrancarem os olhos

e lhes cortarem os órgãos genitais, seus corpos foram atirados no Lubang Bunja, a Cova dos Crocodilos⁵³. Mais tarde, os acontecimentos foram objeto de investigação por um tribunal militar especial, cujas conclusões transcritas em alentados volumes não deixaram dúvidas quanto à culpa dos comunistas⁵⁴. Contudo, esse movimento, denominado *Gestapu*, foi um fracasso. O general Suharto, comandante da Reserva Estratégica, assumiu o controle. Deu-se seqüência a uma terrível represália. As matanças por vingança começaram a 8 de outubro, quando a sede do PKI em Jacarta foi incendiada. Os massacres foram organizados, segundo a tradição local, coletivamente, de modo tal que todos fossem igualmente responsabilizados, e famílias inteiras expiaram a culpa. Foi uma das grandes carnificinas sistemáticas do século XX, o século das carnificinas. O número de mortos pode ter atingido o total de um milhão, embora o cálculo consensual das autoridades aponte para uns 200.000 a 250.000.⁵⁵ Sukarno, em prisão domiciliar no palácio, embora impotente, clamava insistentemente pelo fim da matança, pois, basicamente, estavam sendo mortos os seus defensores. Mas seus apelos foram ignorados e, gradualmente, lhe retiravam os cargos que ocupava, através de um processo de tortura política lenta. A cada estágio progressivo de sua degradação, cada uma de suas mulheres o abandonava e apenas uma permaneceu a seu lado quando morreu, de moléstia renal, a 21 de junho de 1970, esquecido e sem a faculdade da palavra.

Mas isso também pertenceria ao futuro. Em Bandung, em 1955, a palavra de ordem era ainda a da conquista global. Entre os presentes estava o presidente egípcio, Gamal Abdul Nasser, o belo recém-chegado à nova mistificação, por natureza já um consumado retórico. Israel, sem dúvida um Estado afro-asiático, não estava representado na Conferência. Por detrás disso há uma longa e complexa história, concernente à bissecção de duas das mais fortes e paranóicas forças do século XX: a demanda insaciável de petróleo e o daninho anti-semitismo.

A Grã-Bretanha se instalara nos campos de petróleo do Oriente Médio em 1908 e os Estados Unidos, em 1924. Por volta de 1936, a Grã-Bretanha controlava 524 milhões de toneladas de reservas, segundo dados comprovados, contra 93 milhões dos Estados Unidos; em 1944, esses números saltaram respectivamente para 2.181 bilhões e 1.768 bilhões; e, em 1949, a produção americana, oriunda, principalmente, dos mais ricos campos da Arábia Saudita, ultrapassou a britânica⁵⁶. No início de 1940 já se sabia que o Oriente Médio possuía a maior parte das reservas mundiais de petróleo: “o centro de gravidade da produção petrolífera mundial”, disse Everett DeGollyer, chefe da Comissão de Petróleo dos Estados Unidos em 1944, “está sendo deslocado até que se estabeleça firmemente nesta área”. Ao mesmo tempo, surgiam os primeiros indícios de que baixavam sensivelmente as reservas de petróleo em seu país — em 1944 calculava-se que restavam 14 anos de abastecimento⁵⁷. Quatro anos mais tarde, Forrestal, o secretário de Defesa, dizia à indústria petrolífera: “A menos que tenhamos acesso ao petróleo do Oriente Médio, as companhias de automóvel americanas, em futuro próximo, terão de projetar carros de quatro cilindros”⁵⁸. A dependência européia agravou-se muito mais rapidamente. Na época da Conferência de Bandung, seu consumo de petróleo crescia 13% ao ano. A quantidade que vinha do Oriente Médio saltara numa proporção de 25%, em 1938, para 50%, em 1949, e então mantinha-se acima de 80%.⁵⁹

A crescente dependência da indústria dos Estados Unidos e da Europa a uma única fonte de petróleo era, em si mesma, preocupante. Esse problema se tornou incontornável quando se conjugou às reivindicações irreconciliáveis de árabes e

judeus sobre a Palestina. A Declaração de Balfour e a criação de uma Pátria Nacional Judaica foi um dos cheques pré-datados que a Grã-Bretanha assinou para vencer a Grande Guerra. É evidente que esse cheque — exceto por um erro crítico britânico — poderia ter sido honrado sem prejudicar os árabes, uma vez que não implicava a criação de um Estado sionista como tal. Em 1921, os britânicos autorizaram um Conselho Supremo Muçulmano a dirigir os assuntos religiosos. Esse Conselho nomeou Mohammed Amin al-Husseini, chefe do maior clã de proprietários de terras na Palestina, para o cargo de principal juiz ou mufti vitalício de Jerusalém. Foi uma das mais fatais nomeações da história moderna. No ano anterior, al-Husseini tinha sido condenado a cumprir uma sentença de dez anos de trabalhos forçados porque instigara sangrentos levantes contra os judeus. Tinha inocentes olhos azuis e maneiras suaves, quase servis, embora fosse um assassino empedernido, que devotou toda a sua vida ao assassinio racial. Numa fotografia em que aparece ao lado de Himmler, os dois homens sorriem docemente um para o outro e, abaixo, uma dedicatória encantadora feita pelo chefe da S.S. a “Sua Eminência, o Grossmufti”: a data era de 1943, quando a “Solução Final” estava a pleno vapor.

O mufti superava Hitler no seu ódio aos judeus. E praticou um crime ainda mais hediondo do que matar os colonizadores judeus. Organizou a destruição sistemática dos moderados árabes, que eram bem numerosos na Palestina dos anos 20. Alguns deles até receberam cordialmente os colonizadores judeus com idéias modernas sobre agricultura e lhes venderam terras. Os árabes e os judeus poderiam ter vivido juntos como duas comunidades prósperas. Mas o mufti encontrou em Emile Ghorri um líder terrorista de excepcional capacidade, cujos esquadrões de extermínio assassinavam sistematicamente os principais moderados árabes — as vítimas do mufti, em grande maioria, eram árabes — e silenciavam os restantes. No fim dos anos 30, a opinião moderada árabe não existia mais (pelo menos em público). Com os Estados árabes mobilizados pelo extremismo, o ministro do Exterior britânico foi persuadido de que o acesso ao petróleo era incompatível com a imigração contínua dos judeus. O *White Paper* de 1939 praticamente acabou com a imigração e repudiou a Declaração de Balfour: “um abuso de confiança”, como Churchill colocou⁶⁰.

Em 1942 chegaram os primeiros relatórios autenticados da “Solução Final”. Não suscitaram piedade, mas, medo. A América arrochou os regulamentos de vistos de entrada. Sete países latino-americanos seguiram o exemplo, assim como a Turquia⁶¹. Nesse estágio, Chaim Weizmann ainda acreditava num acordo com a Grã-Bretanha para a retomada do fluxo de imigrantes. Em outubro de 1943, Churchill (na presença de Attlee, que representava o Partido Trabalhista) afirmou que a partilha era aceitável e, a 4 de novembro de 1944, prometeu a Weizmann que seria permitida a partida de um milhão a 1,5 milhões de judeus para a Palestina num período de dez anos⁶². Mas Churchill era praticamente o único sionista na alta política britânica. Sua decisão de criar, dentro do exército britânico, uma brigada de judeus independente teve mais êxito que qualquer outra, por ser concreta e imediata. Os membros de tal brigada vieram a formar o núcleo profissional do Haganah, a força de defesa da Agência Judaica, quando esta se transformou num Exército.

Nesse estágio, Churchill ainda achava que a Grã-Bretanha poderia controlar o destino da Palestina. Mas, na verdade, a Palestina já estava fugindo ao seu controle, principalmente por dois fatores: o primeiro era o terrorismo judeu, criado por Abraham Stern, um judeu polonês anglófilo que se tornou fascista na Universidade de Florença e, mais tarde, tentou obter financiamento nazista para a sua organização,

através da Síria de Vichy. Stern foi morto pela polícia em 1942, mas sua gangue continuou atuando, transformando-se num grupo terrorista muito maior, o Irgun, que seria comandado, a partir de 1944, por Menahem Begin. Essa foi uma evolução fatal, porque, pela primeira vez, a propaganda moderna foi combinada com a estrutura celular leninista e a tecnologia avançada para levar adiante os objetivos políticos através de assassinatos. Durante os quarenta anos seguintes, o exemplo seria seguido pelo mundo inteiro: um câncer dos tempos modernos, corroendo o coração da humanidade. Churchill, com seu infalível dom de chegar às raízes dos problemas, advertiu sobre a tragédia: "Nossos sonhos de sionismo podem terminar na fumaça da pistola de um assassino e a conseqüente produção futura de uma nova série de gângsteres dignos da Alemanha nazista". Weizmann prometeu que o povo judeu iria "aos extremos limites do poder para extirpar esse mal de seu meio"⁶³. O Haganah, na verdade, tentou destruir o Irgun e a gangue de Stern. Mas como a guerra terminara e o empenho dos judeus para dominar a Palestina se tornara mais frenético, o Haganah resolveu consagrar energias ao objetivo legítimo de prestar ajuda à imigração ilegal. A "Solução Final" não acabou com o anti-semitismo. Assim, a 5 de julho de 1946, na cidade polonesa de Kielce, um boato de que os judeus estavam decididos a matar crianças não-júdas agitou uma multidão que, com a conivência da polícia e do exército comunista, espancou até a morte quarenta judeus⁶⁴. Este foi um dos muitos incidentes que aceleraram o estouro da boiada.

Estando o Haganah ocupado com outros problemas, as gangues floresceram, instigadas por elementos fanáticos da imprensa americana. Um fato típico foi descrito no *New York Post*, por Ruth Gruber, sobre a polícia da Palestina:

Esses homens que odiavam a idéia de lutar contra seus amigos, os nazistas, abraçaram com paixão a idéia de lutar contra os judeus. Andavam pelas ruas de Jerusalém e Tel-Aviv, a cidade construída pelos judeus, cantando o *Horst Wessel Song*. Marchavam contra os mercados apinhados fazendo a saudação: *Heil Hitler!*⁶⁵

A 22 de julho de 1946, o Irgun explodiu o principal hotel de Jerusalém, o *King David*, matando 40 árabes, 28 britânicos, 17 judeus e cinco outras pessoas. Parte do hotel era uma agência governamental britânica, e Begin afirmou que o objetivo da bomba era destruir os arquivos secretos. Mas, neste caso, como observou o Haganah, a bomba deveria ter sido explodida fora do horário de trabalho. Begin sustentou que tinham avisado: na verdade, o aviso chegou ao telefonista apenas dois minutos antes e a bomba explodiu enquanto este relatava o telefonema ao gerente do hotel⁶⁶. Esse crime se tornou o protótipo do ultraje terrorista por muitas décadas. Os primeiros a imitar as novas técnicas foram, naturalmente, os terroristas árabes: a futura Organização para a Libertação da Palestina foi filha legítima do Irgun.

O terrorismo judeu foi contraprodutivo sob outros aspectos também. A 30 de julho de 1947, dois sargentos britânicos capturados foram assassinados a sangue frio e seus corpos jogados num campo minado. A Agência Judaica descreveu o ocorrido como "um assassinato covarde de dois homens inocentes por um bando de criminosos"⁶⁷. Houve levantes anti-semitas em Manchester, Liverpool, Glasgow e Londres; uma sinagoga foi incendiada em Derby. Mas a conseqüência desse episódio particular entre todos os outros foi a de ter tornado o exército britânico anti-semita. Tal como na Índia, a Grã-Bretanha atuava com pouca severidade. Os números mostram que,

de agosto de 1945 a 18 de setembro de 1947 (não contando as mortes do *King David*), 141 britânicos morreram, assim como 44 árabes e 25 judeus não-terroristas; além desses, 37 terroristas judeus foram mortos em lutas armadas, mas somente sete foram executados (dois cometeram suicídio na prisão)⁶⁸. As tropas britânicas sabiam que estavam sendo julgadas injustamente. Assim, quando da retirada, oficiais e soldados conspiraram para entregar armas, postos e suprimentos aos árabes. As consequências militares foram muito sérias. Na verdade, o terrorismo judeu custou ao Estado a Cidade Velha de Jerusalém e a margem esquerda do Jordão, que só foram retomadas em 1967 e, mesmo assim, sem direito legal.

O terrorismo foi um dos fatores que levou a Grã-Bretanha a lavar as mãos, como Pilatos, com relação ao problema da Palestina. Ernest Bevin, que assumiu o governo a partir de julho de 1945, era um antiquado anti-semita da classe trabalhadora, embora não fosse extremado. Chegou a dizer no Congresso do Partido Trabalhista, em 1946, que a idéia americana de incentivar a imigração de mais cem mil pessoas para a Palestina foi proposta pelos “mais puros motivos — eles não queriam tantos judeus em Nova Iorque”⁶⁹. O terrorismo tornou-o amargo. Julgava que, se a Grã-Bretanha se retirasse, todos os judeus seriam massacrados e achava que as tropas britânicas estavam sendo assassinadas justamente por aqueles cujas vidas protegiam. No início de 1947, já havia suportado o suficiente. Com a crise de combustível, a balança pendeu em favor da retirada precipitada. A 14 de fevereiro — no mesmo mês em que Attlee decidiu sair da Índia imediatamente e entregar a responsabilidade da Grécia e Turquia à América — Bevin chamou os líderes judeus e lhes disse que estava transferindo o problema para a ONU. Na sua sala não havia eletricidade; somente velas a iluminavam. Bevin brincou: “Não há necessidade de velas enquanto os israelitas estiverem aqui”⁷⁰.

O segundo fator foi a intromissão da América. David Ben-Gurion visitou os Estados Unidos em 1941 e sentiu o “pulso do judaísmo representado pelos cinco milhões de judeus”⁷¹. Pela primeira vez percebeu que, com a ajuda dos judeus americanos, o sionismo seria vitorioso num futuro imediato, e a partir de então concitou Weizmann a alcançar esse objetivo. Trata-se ainda de matéria controversa se seria correto transformar num Estado o conceito de pátria nacional judaica. Weizmann teve a magnanimidade de reconhecer que o custo para os árabes ia ser pesado. Declarou ao Comitê de Inquérito anglo-americano, criado depois da guerra, que não era uma escolha entre certo e errado, mas entre maior e menor injustiça. Ben-Gurion teve um ponto de vista determinista: “A história decretou que nós deveríamos retornar ao nosso país e restabelecer aqui um Estado judeu”⁷². Era o mesmo que falar com a voz de Lênin ou Hitler. Não há uma pessoa chamada História. São os seres humanos que decidem.

A verdade é que, durante os anos da guerra, a comunidade americana judaica começou a desenvolver uma autoconfiança coletiva e a colocar em ação a força política que seu contingente, riqueza e capacidade haviam criado. No pós-guerra imediato, isto se tornou o mais bem organizado e mais influente *lobby* na América. A comunidade judaica mostrou que tinha o poder de mudar a situação eleitoral em estados como Nova Iorque, Illinois e Pensilvânia. A base política de Roosevelt era suficientemente forte para induzi-lo a ignorar essa pressão. Com a frivolidade que o caracterizava, parecia ter-se tornado anti-sionista quando, ao voltar de Yalta, teve um breve encontro com o rei da Arábia Saudita. “Aprendi mais sobre o problema — disse ele ao Congresso — ... conversando com Ibn Saud por cinco minutos do que

teria aprendido numa troca de duas ou três dúzias de cartas"⁷³. David Niles, o assistente profissional apaixonadamente pró-sionista, testemunhou: "Tenho sérias dúvidas de que Israel teria existido se Roosevelt ainda vivesse"⁷⁴. Truman era muito mais fraco politicamente. Achava que necessitava do voto judeu para vencer a eleição de 1948. Também era genuinamente pró-sionista e não confiava no arabismo dos "rapazes de calças listradas" do Departamento de Estado⁷⁵. Na ocasião, foi por ingerência sua que se efetuou o esquema da partilha, através da ONU em 29 de novembro de 1947, e se reconheceu o novo Estado de Israel, proclamado por Ben-Gurion em maio seguinte. Poderosas forças se opunham a Truman. Max Thornburg, da Cal-Tex, falando em nome dos interesses petrolíferos, escreveu que Truman "se prevalecera de sua posição na Assembléia para declarar que os critérios raciais e religiosos eram a base da política do Estado" e, desse modo, "destruía o prestígio moral da América" e "a fé árabe nos ideais americanos"⁷⁶. O Departamento de Estado profetizou a ruína. O secretário de Defesa, Forrestal, ficou estarecido: "A nenhum grupo neste país — escreveu amargamente, referindo-se ao *lobby* judeu — "deveria ser permitido influenciar nossa política a ponto de colocar em perigo a segurança nacional"⁷⁷.

Sem dúvida, é provável que, se a crise tivesse irrompido um ano mais tarde, quando a Guerra Fria caminhava realmente a passos largos, as pressões anti-sionistas sobre Truman teriam sido fortes demais. O apoio americano a Israel foi o último luxo idealista que os americanos se permitiram antes que a *Realpolitik* do confronto global surgisse. A mesma escala de tempo influenciou a Rússia. Apoiou o sionismo a fim de implodir a posição britânica no Oriente Médio. A Rússia não somente reconheceu Israel como, a fim de intensificar a luta e o caos resultante, deu instruções aos tchecoslovacos para vender-lhe armas⁷⁸. Essas considerações não viriam prevalecer um ano mais tarde, quando da corrida para conseguir aliados na Guerra Fria. Israel escorregou para a existência através de uma fenda na massa contínua do tempo.

Assim, afirmar que o Estado de Israel foi criado pelo imperialismo não é apenas um erro, é, também, uma inverdade. Em todos os países do Ocidente, os ministérios do Exterior e da Defesa e o mundo dos negócios se opunham ao sionismo. Mesmo os franceses enviaram armas só para prejudicar os britânicos que os tinham feito "perder" a Síria. O Haganah tinha 21.000 homens que, para começar, praticamente não possuíam armas, blindados ou aviões. Foram os tchecos comunistas que, instruídos pelos soviéticos, tornaram possível a sobrevivência de Israel e colocaram à disposição um aeroporto militar inteiro para transporte de armas para Tel-Aviv⁷⁹. Todos, virtualmente, esperavam que os judeus perdessem. Havia 10.000 soldados egípcios, 4.500 da Legião da Jordânia, 7.000 sírios, 3.000 iraquianos, 3.000 libaneses, além do "Exército de Libertação Árabe" dos palestinos. Essa foi a razão pela qual os árabes rejeitaram o esquema de partilha da ONU, que dava aos judeus apenas 5.500 milhas quadradas, principalmente no deserto de Negev. Apesar das desvantagens (a ONU criaria um Estado com 538.000 judeus e 397.000 árabes), os sionistas, ao aceitar a partilha, mostraram que estavam dispostos a submeter-se ao arbítrio das leis internacionais. Os árabes escolheram a força.

Foi uma luta heróica em pequena escala. Como a Guerra de Tróia, envolveu muitas personalidades famosas: o general Neguib, o coronel Nasser, Hakim Amir, Yigal Allon, Moshe Dayan. No cerne do fracasso árabe estava o ódio entre o comandante-de-campo, Fawzi al-Qawukji, e o mufti e sua família hedionda. O mufti acusou Qawukji de "espionar para a Grã-Bretanha... beber vinho e correr atrás de

mulheres”⁸⁰. Os iraquianos e os sírios não tinham mapas da Palestina. Alguns exércitos árabes possuíam bom equipamento, mas eram todos mal treinados, com exceção dos jordanianos. O rei Abdullah, da Jordânia, só queria a Velha Jerusalém, que obteve. Ele não queria ver um Estado palestino árabe com o mufti à frente. Como disse Golda Meir num encontro secreto: “Ambos temos um inimigo em comum — o mufti”⁸¹. Em retrospecto, é claro que a única chance dos árabes fora um sucesso esmagador nos primeiros dias da guerra. Ben-Gurion arrebatou-lhes esse sucesso com um golpe de audácia em abril de 1948 — a decisão mais importante da sua vida, só possível graças às armas comunistas tchecas⁸². A partir de então, apesar de momentos angustiantes, o poder de Israel aumentou de maneira constante: em dezembro, já possuía um exército de cem mil homens adequadamente equipado e conseguira uma ascendência militar que se estendeu pelos anos 80.

A criação de Israel finalmente terminou com o anti-semitismo europeu, exceto atrás da Cortina de Ferro. Criou o problema do refugiado árabe, obra dos extremistas de ambos os lados. A população árabe da Palestina era de 93% em 1918, depois da Declaração de Balfour, e de 65% em 1947, quando a crise estourou. Os árabes poderiam, então, ter seu Estado independente, além de uma participação maior no governo de Israel. Mas esquadrões da morte do mufti já tinham agido nefastamente. A 14 de outubro de 1947, quando Azzam Pasha, secretário-geral da Liga Árabe, reuniu-se com o negociador judeu Abba Eban, em Londres, disse-lhe rudemente que o tempo da razão já era passado: se aceitasse a partilha, seria “um homem morto apenas algumas horas após seu retorno ao Cairo”⁸³.

Vemos aqui um caso típico do malefício que os assassinatos políticos causam. Até o início da luta propriamente dita, Azzam falava, pelo rádio, a linguagem do terror: “Esta será uma guerra de extermínio e um massacre significativo”, anunciou ele⁸⁴. Mesmo antes que a luta começasse, trinta mil árabes prósperos, inclusive *muhktars*, juízes e *cuids*, haviam deixado a Palestina temporariamente, esperando retornar em triunfo. Sem qualquer administração para protegê-los, muitos árabes fugiram. Quando os judeus capturaram Haifa, vinte mil árabes tinham partido e os remanescentes cinquenta mil saíram logo depois, embora os judeus lhes pedissem para ficar. Nas outras localidades, a Liga Árabe ordenou que os árabes permanecessem em suas casas; não há provas que justifiquem a afirmação dos judeus de que os governos árabes foram responsáveis pela fuga dos refugiados⁸⁵. O êxodo árabe foi, sem dúvida, ajudado pelo terrível massacre executado pelo Irgun na aldeia de Deir Yassin, a 9 de abril de 1948, exatamente no começo da luta. Cerca de 250 homens, mulheres e crianças foram assassinados. Um porta-voz do Irgun declarou na noite dessa atrocidade: “Temos a intenção de atacar, conquistar e manter esta gente sob nosso domínio, até que tenhamos toda a Palestina e a Transjordânia transformadas num grande Estado judeu... Esperamos aperfeiçoar nossos métodos no futuro e tornar possível poupar mulheres e crianças”⁸⁶. As unidades do Irgun foram expulsas do Exército de Israel durante a trégua de junho: e foram os honrados soldados do Haganah que, para todos os efeitos, criaram e salvaram Israel.

Mas então o estrago já tinha sido feito. Quando a poeira assentou, havia mais de meio milhão de refugiados árabes (os números da ONU indicavam cerca de 650.000; os de Israel, 538.000)⁸⁷. Por outro lado, 567.000 judeus, em dez países árabes, foram forçados a fugir nos anos de 1948-57.⁸⁸ Quase todos foram para Israel e todos os que o fizeram foram assentados em colônias em 1960. Os refugiados árabes poderiam, da mesma forma, ser assentados, como aconteceu com número idêntico

de refugiados, de ambos os lados, depois dos conflitos greco-turcos de 1918-23. Ao invés disso, os estados árabes preferiram manter os refugiados em campos, onde estes e seus descendentes permaneceram como valores humanos para reconquista da Palestina e como justificativa para outras guerras, em 1956, 1967 e 1973.

Se tivessem atendido ao desejo de Abdullah de firmar um acordo, o conflito árabe-israelense poderia ter sido rapidamente resolvido. Ele possuía o melhor título histórico para liderar a causa árabe. Mas seu país contava com apenas 300.000 habitantes nativos e uma renda de menos de 1.200.000 libras. Foram os britânicos que, para auxiliar o esforço de guerra, encorajaram os árabes a criar uma Liga. Contudo, como dirigiam a guerra do Cairo e como o Egito era o maior país da região, a Liga se tornou uma instituição essencialmente egípcia e cairense. Em consequência desse fato, o Egito liderou a quadrilha contra Israel, o que foi, ao mesmo tempo, uma anomalia e uma tragédia. Por razões geográficas, Egito e Israel eram aliados naturais, como já tinham sido na Antigüidade. Os árabes "puros" do Hejaz, como Abdullah, não consideram, de modo algum, os egípcios como árabes. Abdullah dizia que eles eram africanos atrasados, miseráveis e pobres. O rei *playboy* do Egito, Faruk, provocava, particularmente, seu desprezo: quando mencionava seu nome a visitantes, Abdullah cuspiam no canto de sua tenda atapetada⁸⁹. Os egípcios, em contrapartida, se consideravam os herdeiros da mais antiga civilização do mundo e os líderes naturais da causa árabe: Faruk via o Egito como um Estado muçulmano autoritário, que gradualmente abrangia não só todos os árabes mas também todos os muçulmanos. Consequentemente, identificava a campanha ininterrupta contra Israel com o próprio auto-respeito do Egito e com as aspirações de liderança sobre a região. Desse frívolo conjunto de idéias nasceu a tragédia que tornou o Egito o rancoroso inimigo de Israel por um quarto de século.

O elemento de instabilidade se agravou com a crescente relutância da Grã-Bretanha em agir como o poder preponderante na área. Ainda em outubro de 1946, a Grã-Bretanha decidiu transferir a maioria de suas tropas do Oriente Médio para a África Oriental e a grande base naval de Alexandria para Simonstown, perto da cidade do Cabo. Attlee antipatizava com os líderes árabes: "Confesso que tenho uma triste opinião das classes governantes"⁹⁰. A confusão palestina, mais ainda do que a derrocada da Índia, enojou a opinião pública britânica, vinculada que estava com a idéia da responsabilidade imperial. Mobilizou até Churchill: "É simplesmente um desastre tão infernal — disse ele a Weizmann em 1948 — que não posso assumi-lo outra vez... e devo, tanto quanto possível, afastá-lo da minha mente"⁹¹. Mas isso foi apenas o começo. O estilo de vida grotescamente luxuoso de Faruk e a corrupção de seu regime (a derrota de 1948 foi atribuída a um escândalo de armas) foram alvo de constantes críticas, que atingiram o auge quando se casou com uma nova rainha, a Princesa Narriman, e envolveu em grande publicidade sua lua-de-mel durante o Ramadhan de 1951. Para distrair a atenção do público, revogou unilateralmente o Tratado Anglo-Egípcio a 8 de outubro. No início do ano seguinte, começou uma campanha de guerrilhas contra a Zona do Canal, onde a Grã-Bretanha tinha uma base de grandes proporções: 38 campos e 10 aeroportos, capazes de acomodar 41 divisões e 38 esquadrões. Monarcas do velho estilo são sempre imprudentes quando convidam a turba para subir ao palco. A 26 de janeiro, a multidão tomou de assalto o Cairo, assassinando europeus, judeus e ricos de todas as nações. Os oficiais jovens, que estavam amargamente ressentidos com a alta direção da guerra contra Israel, viram aí uma abertura. Seis meses mais tarde, um Comitê de Oficiais Livres enviou

Fatuk e sua bagagem para o seu iate, carregado com as quinquilharias e a pornografia que colecionou a vida inteira.

O líder espiritual era o coronel Gamal Abdul Nasser, que desde cedo se juntou ao popular general, Mohammed Neguib, inicialmente alçado a figura de proa. Filho de um funcionário dos Correios, neto de um comerciante de carvão, Nasser começou a governar com alguns ideais radicais. No desastre de 1948, declarou a um oficial israelense do Estado-Maior que invejava o sistema de *kibutz* socialista na agricultura, em contraste com os proprietários de terra ausentes do Egito. Nessa ocasião, não culpava os judeus, mas os britânicos: "Eles nos manobraram em direção a essa guerra. O que é a Palestina para nós? Tudo não passou de um truque britânico para desviar a nossa atenção de sua ocupação no Egito"⁹². Sua *Philosophy of the Revolution* era uma inconsistente mistura de rótulos marxistas, liberalismo ocidental e islamismo: uma boa e pretensiosa droga. Era um arquétipo da "geração Bandung": perito em palavras, mas nada além disso. Como Sukarno, era brilhante em arquitetar *slogans* e rótulos: muitas vezes, mudava o nome do partido que criara e das federações árabes de mero efeito que negociava. Sua especialidade característica era a manipulação das massas. Sua retórica cheia de vento atingia especialmente os estudantes, e, segundo dizem, era capaz de incitar a multidão do Cairo a cantar qualquer *slogan* que desejasse, muitas vezes trocando-os diariamente⁹³.

Uma vez no poder, Nasser foi logo corrompido por ele. Como Sukarno, dissolveu os partidos. Criou as Cortes do Povo e fez três mil prisioneiros políticos. Sempre manteve um moderado nível de terror. Era "necessário". O Egito era um país pobre, com uma população que aumentava rapidamente (quarenta milhões nos anos 70) e uma área cultivável menor do que a Bélgica. A filosofia de Nasser não abarcava idéias viáveis para a geração de riqueza. Tais idéias, ele mesmo as havia abandonado. Conseqüentemente, o terror não era suficiente. Como Sukarno, precisava de um inimigo externo; de preferência, muitos. Seu governo foi uma ensurdecadora série de crises externas para cobrir o triste silêncio da miséria interna. Primeiro, ele intensificou a campanha contra a base de Suez. Mas os britânicos concordaram em evacuar a base, deixando para trás apenas unidades de reparos e manutenção. O acordo assinado a 27 de julho de 1954 deu a Nasser quase tudo o que pedia. Quando os colegas de Churchill defenderam o acordo na Casa dos Comuns, o velho homem sentou-se com a cabeça baixa. Nasser, então, se voltou contra o Sudão, um satélite em potencial. Mas este conseguiu escapar e caminhou em direção à independência.

Nasser, a seguir, foi a Bandung, o que completou sua corrupção, como ocorreu com outros jovens políticos nacionalistas. Por que suar pela ingrata tarefa de manter um país pobre alimentado e vestido, quando o palco mundial acenava atraindo-o? Bandung revelou-lhe as oportunidades que se ofereciam a um perito de publicidade e criador de *slogans*, especialmente a quem estivesse preparado para a jogada anticolonialista. E ele vinha guardando há muito tempo uma carta na mão: os judeus! Foi fácil racionalizar a generalizada teoria de conspiração imperialista relativamente a Israel. Desde julho de 1948, Azzam Pasha já havia produzido toda uma mitologia que justificava essa racionalização. Os árabes tinham perdido por causa do Ocidente: "A Inglaterra e a América observaram cada esforço árabe para obter armas e se opuseram a isso com todo o vigor, enquanto, ao mesmo tempo, trabalharam resoluta e vigorosamente para assegurar o fluxo de material de guerra e tropas para os judeus"⁹⁴. Depois de Bandung, Nasser inverteu sua análise anterior. Trabalhou para formar uma coalizão de Estados árabes antiimperialistas que derrubasse a decisão

de 1948 e depois criasse um superestado árabe, cuja direção ele mesmo queria ocupar.

A Guerra Fria beneficiou-o. Para conter os soviéticos, a Grã-Bretanha e a América vinham construindo uma aliança no Oriente Médio, que envolvia a Turquia, o Irã e o Paquistão. Essa aliança ficou conhecida como a “fileira do norte”. Contra a vontade da América, a Grã-Bretanha estava ansiosa para unir esse grupo ao próprio sistema de clientes árabes, especialmente o Iraque e a Jordânia. Anthony Eden, que finalmente sucedera a Churchill como primeiro-ministro, queria sustentar com a assistência americana a debilitada liderança da Grã-Bretanha na região. O novo governante da Rússia, Nikita Khruchchev, ansioso em remediar os erros de Stálin de 1948, viu na emergência de Nasser uma chance de transpor a fileira do norte e criar seus próprios estados clientes. Os russos, em apoio à coalizão contra Israel, ofereceram um grande suprimento de armas — a crédito — da Cortina de Ferro. Nasser ficou encantado. Num único golpe os russos transpuseram a fileira do norte, e Nasser se firmou como o estadista-soldado do Terceiro Mundo.

Nasser não esqueceu uma outra lição de Bandung: o não-alinhamento, cujo objetivo era jogar o Ocidente contra o Oriente, o que significava lidar com ambos e ser propriedade de nenhum. Segundo a filosofia de Bandung, as novas nações criariam as próprias bases industriais, tão rapidamente quanto possível, tornando-se independentes do “imperialismo”. Desde que haja dinheiro, é realmente mais fácil e rápido — e, é claro, mais espetacular — construir uma fábrica de aço do que aumentar a produtividade agrícola. Nasser voltou de Bandung determinado a apressar um projeto de construção de uma gigantesca represa no Nilo, em Aswan, que forneceria energia para a industrialização e água extra para a irrigação, elevando a área cultivável em 25%.⁹⁵ Mas a represa requeria um empréstimo do Banco Mundial de US\$200 milhões, que viriam, principalmente, dos Estados Unidos. Contra esse projeto alinhavam-se muitas objeções econômicas, além das relativas ao problema do meio ambiente, objeções que, no final, se comprovaram perfeitamente justificadas — o efeito concreto da represa, completada pelos russos em 1970, foi na verdade o de aumentar o desemprego e diminuir a produtividade agrícola. Em todo o caso, depois de muitas conversas, os americanos rejeitaram o projeto, em 19 de julho de 1956. Foi uma espécie de golpe que um regime de alto risco como o de Nasser não poderia agüentar em silêncio. Revidou, nacionalizando o canal anglo-francês de Suez.

A crise de Suez de 1956-57 foi um desses acontecimentos tragicômicos internacionais, como a da Abissínia, em 1935, que ilustram as tendências mais do que as determinam. O declínio da Grã-Bretanha como potência mundial era talvez inevitável. A taxa de declínio, entretanto, foi determinada pela própria vontade nacional. Os acontecimentos do pós-guerra sugeriam que essa vontade era praticamente inexistente. O relativo declínio industrial também se precipitara, tendo em vista a crise do outono de 1955. Sir Anthony Eden, que havia esperado por muito tempo à sombra de Churchill, não era o homem para recuperar a partida perdida. Era nervoso, irritável, intermitentemente doente e tinha uma fatal propensão a confundir a importância relativa dos fatos. Na década de 30, ele julgara Mussolini mais ameaçador do que Hitler. Agora, obcecado pela necessidade de ver a Grã-Bretanha desempenhar importante papel no Oriente Médio, independentemente da América, via em Nasser um outro *Duce*. “Nunca achei que Nasser fosse um Hitler”, escreveu para Eisenhower, “mas o paralelo com Mussolini é perfeito”⁹⁶. Era uma forma de agir equivocada. Nasser, além de querer, sentia necessidade de dramas. A indiferença

era o caminho mais fácil para esvaziá-lo. Essa foi a tática de Eisenhower, sobretudo em se tratando de um ano eleitoral quando a “paz” sempre provou ser o caminho certo para os corações dos eleitores americanos. A dificuldade estava em que o próprio Eden precisava de um drama. Seu primeiro ano no poder, já não mais à sombra de Churchill, fora uma decepção. Sofreu críticas, especialmente dentro do seu próprio partido, por lhe faltar “o toque de governo firme”. Sobre ele escreveu o *Daily Telegraph*: “Há um gesto favorito do primeiro-ministro. Para enfatizar um ponto, ele cerra um punho e dá socos na palma da outra mão. Mas o soco é poucas vezes ouvido”. O fato de Eden se permitir ficar mortalmente irritado com esse tipo de zombaria, a ponto de soltar “uma imprecação dolorosa e pungente”, era a medida da sua inaptidão⁹⁷. Seria capaz de lhes dar um soco, sem dúvida!

Na noite em que Eden recebeu a notícia do decreto de nacionalização de Nasser, chamou os chefes das Forças Armadas a Downing Street. Pediu-lhes para preparar uma invasão do Egito. Comunicaram-lhe que tal invasão era impossível de ser realizada em menos de seis semanas, e esta afirmativa deveria ter encerrado o assunto. Um país que não pode invadir um pequeno Estado árabe em menos de seis semanas não é uma grande potência e, assim, seria melhor que cuidasse de seus interesses de outra maneira. Por outro lado, não ficou claro se a ação de Nasser fora ilegal. Ele não rompera a convenção de 1888 que governava o Canal. Nacionalizar bens estrangeiros com a devida compensação (como foi proposto) era um direito que cabia a todos os Estados soberanos. Quando o regime iraniano de Mohammed Mussadeq nacionalizou, em 1951, a refinaria de petróleo britânica em Abadan, a Grã-Bretanha — depois, diga-se de passagem de muitos insultos — deixou sensatamente a cargo da CIA a tarefa de fazer Mussadeq pular fora do seu poleiro. De qualquer maneira, o acordo do Canal deveria terminar em 12 anos. Na hora em que o primeiro assomo de raiva desapareceu, tudo isso se tornou claro. Eden deveria ter mantido Nasser ocupado com as negociações, esperado até que Eisenhower fosse reeleito, para depois combinar com ele os meios a serem empregados para abater o coronel. Mas o primeiro-ministro queria dar a sua bofetada. O mesmo espírito dominava os franceses: a Quarta República estava nos estertores, pois perdera a Indochina, a Tunísia e estava em vias de perder o Marrocos; além disso, via-se enredada na revolta argelina que Nasser instigava abertamente. Os franceses queriam derrubá-lo e preferiam fazê-lo num assalto frontal e não com intrigas. Também desejavam um drama particular.

A tomada anglo-francesa de Alexandria, chamada de “Operação Mosqueteiro”, estava preparada para 8 de setembro⁹

. Esse projeto, apesar de tosco, teria provavelmente funcionado se tivesse sido resolutamente posto em prática. Mas Eden continuou adiando e, eventualmente, anulou-o em favor de um plano de ocupação do próprio Canal, muito mais lento e difícil, que lhe parecia mais legal. A verdade é que Eden não conseguia decidir-se a sair de uma vez da legalidade ou permanecer firme dentro dela. Uma alternativa perfeitamente viável era permitir aos israelenses desalojar Nasser. Israel e os estados árabes ainda estavam tecnicamente em guerra. Os egípcios bloqueavam o acesso de Israel ao oceano Índico, o que, em si, era um ato de guerra, e recusavam passagem aos navios israelenses através do Canal, numa quebra flagrante da convenção de 1888. Muito mais sério, entretanto, era o fato de Nasser estar claramente tornando mais poderosa a força militar, com a ajuda soviética e as sistemáticas alianças militares e diplomáticas, visando lançar um ataque conjunto sobre Israel, o que terminaria em

genocídio. O processo foi realmente concluído a 25 de outubro de 1956, quando formou um comando unificado egípcio-sírio-jordaniano. Esse processo fornecia a justificativa moral para um ataque israelense preventivo. Os franceses aprovavam tal ação e estavam fornecendo armas a Israel para que levassem adiante o projeto, inclusive caças modernos. Mas faltavam a Israel os bombardeiros para destruir a força aérea egípcia e, assim, garantir suas cidades de um ataque aéreo. Somente a Grã-Bretanha poderia fornecê-los. Mas Eden também rejeitou essa opção, que ia de encontro aos seus instintos mais profundos pró-árabes.

Decidiu-se finalmente por um plano que, depois de muita confusão, parecia ter sido calculado para conceder-lhe o pior de todos os mundos possíveis. A 22-24 de outubro, em reuniões secretas em Sèvres, perto de Paris, os representantes britânicos, franceses e israelenses tramaram um plano secreto complicadíssimo, pelo qual Israel atacaria o Egito a 29 de outubro. Isso forneceria à Grã-Bretanha um pretexto justo para a reocupação do Canal: proteger vidas e também a navegação. A Grã-Bretanha enviaria um ultimato que Israel aceitaria. A recusa do Egito permitiria à Grã-Bretanha bombardear os aeroportos. Então, os ingleses e franceses desembarcariam em Porto Said. Muita tinta foi derramada sobre essa “conspiração”, que tanto Eden quanto seu secretário do Exterior, Selwyn Lloyd, negaram até o fim dos seus últimos dias⁹⁹. Mais tarde, porém, participantes israelenses e franceses insistiram em declarar a veracidade do plano combinado. O general Moshe Dayan, comandante do Exército israelense, relatou que Lloyd insistia em “que nossa ação militar não fosse um embate em pequena escala, mas ‘um ato verdadeiro de guerra’, que justificasse o ultimato britânico; a Grã-Bretanha, portanto, não apareceria diante dos olhos do mundo como agressora”¹⁰⁰.

Mesmo esse plano absurdo poderia ter funcionado se Eden fosse dotado de vontade férrea para levá-lo adiante até o amargo fim. Mas ele era um homem honrado. Lembrava um Maquiavel sem muita coragem. Como um agressor por procuração, era totalmente incompetente. A transparência do plano era óbvia. A oposição trabalhista repudiou-o e protestou veementemente. O gabinete, mal informado, estava apreensivo desde o começo e aterrorizado diante da reação americana, uma vez que a invasão já começara. Em cartas datadas de 2 e 8 de setembro, Eisenhower advertira Eden nos mais enfáticos termos para que não usasse a força, o que, afirmava com segurança, seria contraprodutivo: “Nasser viceja no drama”¹⁰¹. Estava furioso com Eden pela explosão dessa mal concebida mina sob seus pés, na última etapa de sua campanha eleitoral. Literalmente rangeu os dentes, hábito seu quando zangado, e instruiu o Tesouro americano a vender libras esterlinas, o que muitos outros já estavam fazendo. O efeito foi imediato no gabinete de Eden, no momento em que este era pressionado por dois possíveis sucessores: o velho apaziguador, R.A. Butler, que queria empurrar o partido em direção à esquerda, e Harold Macmillan, que queria atraí-lo para si mesmo. Ambos desempenharam bem os seus papéis. Butler não se manifestou mais a respeito, embora nos bastidores se opusesse ao plano. Macmillan continuou defendendo-o com audácia, mas, quando o fracasso se tornou patente, voltou atrás e, como ministro das Finanças, insistiu em que não havia alternativa a não ser dobrar-se ao desejo de Eisenhower de um cessar-fogo. Eden caiu a 6 de novembro, uma semana depois que a aventura foi deslanchada e 24 horas depois dos primeiros desembarques anglo-franceses. Sua capitulação seguiu-se a uma mensagem particularmente veemente de Eisenhower, na qual se incluíam possivelmente ameaças de sanções petrolíferas¹⁰². Com esse desfecho, Eden afastou-se da política, doente e resignado.

O episódio contribuiu para uma expressiva vitória da geração de Bandung. Nehru, administrando reprimendas morais por todos os lados, estava no seu elemento. Nasser emergiu com um incalculável prestígio, porque, com toda aquela excitação, poucos se deram conta de que os israelenses, em menos de uma semana, haviam infligido uma fragorosa derrota na poderosa força armada dos soviéticos. Qualquer constrangimento por parte do Egito foi atribuído às forças anglo-francesas. E o que poderia ter sido um golpe fatal no prestígio de Nasser veio, na verdade, a fortalecê-lo, uma vez que a “conspiração” forneceu subsídios concretos à mitologia árabe de que Israel era meramente um agente do imperialismo. Suez contribuiu para que se firmasse a opinião de Bandung sobre o mundo: a mitologia se concretizava.

Muitas vezes foi atribuído a Suez o papel de dar o golpe final no *status* britânico de grande potência mundial. Isso não é verdade. Esse *status* já não existia desde 1947. Com Suez, o mundo viu claramente a derrocada do império britânico. A causa subjacente estava no fracasso da vontade, não da força, e o fiasco de Suez era apenas o reflexo dessa tibieza, da qual Eden foi uma vítima patética. Macmillan, que o sucedeu, aprendeu que, num mundo de superpotências, uma potência média sobrevive mais pela virtude das boas relações públicas do que por seus navios de guerra. O verdadeiro perdedor, a longo prazo, foram os Estados Unidos. Eisenhower deu a impressão de agir com decisão e bastante rapidez, obrigando a Grã-Bretanha a submeter-se às regras do jogo. Preservou, assim, sua reputação de homem pacífico. Mas, ao proceder desta forma, ajudou a forjar um poderoso açoite para as costas dos Estados Unidos, sob a forma de um conceito tendencioso de “opinião mundial”, articulado primeiramente em Bandung e, agora, por decisão do próprio Eisenhower, transferido para a ONU.

Até o princípio da década de 50, os americanos controlavam a ONU. Seu primeiro erro foi envolvê-la na Coreia, especialmente através de um corpo pseudo-representativo que falava somente em nome dos governos, dos quais uma proporção crescente era não-democrática. A Coreia esmagou Trygve Lie, o secretário-geral norueguês, que era leal aos princípios da velha aliança ocidental. Ele se demitiu, quando os russos o boicotaram e fizeram com que a esquerda instigasse seu próprio secretariado contra ele. Nesse ponto, as democracias ocidentais deveriam ter abandonado a ONU, concentrando-se na expansão da OTAN em direção a um sistema de segurança mundial de nações livres.

Em vez disso, passada a grande irritação, as potências nomearam secretário-geral um diplomata graduado sueco, Dag Hammarskjöld. Não se poderia imaginar uma escolha pior. Era oriundo de uma família extremamente bem-sucedida de funcionários públicos, numa nação com a consciência culposa de que se tornara imensamente próspera por ter ficado fora de duas guerras mundiais. Era a culpa personificada e estava determinado a fazer o Ocidente expiá-la. Severo, muito lido, destituído de humor, celibatário (embora não fosse homossexual: “Na vida de Hammarskjöld”, escreveu seu biógrafo oficial, “o sexo ocupou uma pequena ou nenhuma parte”)¹⁰³, dele emanava uma religiosidade secular. Era característica de sua personalidade e marca do bom gosto do fim da década de 50 a redecoreação da velha Sala de Meditação da ONU: de um aposento simples e despretensioso, fez uma caverna dramática e escura, com surpreendente perspectiva e iluminação insólita, no centro da qual colocou um imenso bloco retangular de minério de ferro iluminado por um único foco de luz. O que isto simbolizava? Talvez a moralidade relativa. Era intenção manifesta de Hammarskjöld cortar o cordão umbilical que ligava a ONU à velha

aliança ocidental do tempo da guerra, e alinhar a organização com o que ele considerava a nova força emergente da justiça no mundo: as nações “não-comprometidas”. Em resumo, também ele era um membro da geração de Bandung apesar ou melhor, por esse motivo — de sua face pálida. Quando Eisenhower se voltou contra Eден por causa de Suez, destruindo-o e relegando todo o problema para a ONU, deu a Hammarskjöld a oportunidade que exatamente ele vinha esperando.

O secretário-geral se pôs a trabalhar para expulsar a força anglo-francesa e os israelenses, substituindo-os por um contingente de “manutenção da paz” multinacional. Viu-se no papel de um estadista mundial, levado pela locomotiva do não-alinhamento. A partir de então, embora aparentasse imparcialidade, jogou todo o seu peso no campo afro-asiático. Isto significava tratar Israel não como uma nação pequena e vulnerável, mas como um posto avançado do imperialismo. Uma resolução da ONU de 1951, declarada publicamente, exigia do Egito a permissão de deixar passar os navios israelenses. Em nenhum momento Hammarskjöld fez qualquer tentativa de implementar a resolução ou admitiu que a recusa árabe em dar liberdade de navegação a Israel no Golfo de Aqaba fosse uma ameaça à paz — embora essa recusa, reforçada pelo pacto militar árabe das três potências, de 25 de outubro de 1956, tivesse sido a causa imediata do ataque israelense. Repetidas vezes recusou-se a condenar a tomada do Canal por Nasser e outros atos arbitrários. No que lhe dizia respeito, o ataque israelense e a intervenção anglo-francesa eram atos de agressão não provocados. Declarou-se “chocado e insultado” com tal comportamento. A 31 de outubro, tomou a iniciativa sem precedentes de, publicamente, repreender os governos britânico e francês. Tratou a ocorrência da invasão soviética da Hungria, encoberta pela crise de Suez, como um transtorno aborrecido. A constante benevolência em relação aos egípcios e a fria hostilidade em relação à Grã-Bretanha, França e Israel mostravam claramente o direcionamento de suas simpatias de fundo emocional. Almejou a humilhação pública das três potências e conseguiu. Ao dispor da força de emergência da ONU para preencher o vácuo deixado pela retirada das três potências, insistia em afirmar que a presença ali da ONU era por obra e graça do Egito. Assim, declarou: “A base legítima e o ponto de partida foi o reconhecimento, pela Assembléia Geral, dos direitos soberanos completos e ilimitados do Egito”¹⁰⁴. Conseqüentemente, essa força poderia ser retirada através de um simples pedido do Egito, um direito que foi exercido em 1967, logo que o Egito se julgou suficientemente forte para destruir Israel. Hammarskjöld deixou, portanto, para seus sucessores outra guerra no Oriente Médio. Mais importante ainda, entretanto, foi a sua demonstração de como a ONU poderia ser usada para, como organismo, expressar o ódio contra o Ocidente. Em 1956, foi a vez da Grã-Bretanha e da França. Logo seria a dos Estados Unidos.

A América também foi uma perdedora com o impacto de Suez na França. Se Suez empurrou um pouco mais rápido a Grã-Bretanha ladeira abaixo, ajudou a França a atingir o auge na crise nacional criada pela agonia da Argélia francesa. A Argélia foi a maior — e sob muitos aspectos, o arquétipo — de todas as guerras anticolonialistas. No século XIX, os europeus venceram as guerras coloniais porque os povos nativos tinham perdido a vontade de resistir. No século XX, os papéis se inverteram e foi a Europa que perdeu a vontade de defender as conquistas. Mas por trás dessa relatividade de vontades há fatos demográficos. Uma colônia está perdida toda vez que o nível de colonização é excedido pela taxa de crescimento dos povos nativos. O colonialismo do século XIX reflete o grande surto populacional da Europa.

A descolonização do século XX reflete a estabilidade demográfica europeia e a expansão violenta das populações nativas.

A Argélia foi um caso clássico dessa inversão. Era mais uma colonização mediterrânea que propriamente uma colonização francesa. Em 1830, apenas um milhão e meio de árabes habitavam a região. E esse total diminuía. O povo mediterrâneo se deslocou da costa norte para a costa sul, para o que parecia ser um vazio: este grande mar interno era uma unidade e eles tinham tanto direito a sua orla como qualquer outro povo, contanto que justificassem sua existência pela geração de riqueza. E o fizeram: expandiram duas mil milhas quadradas de terra cultivada em 1830 para 27.000 em 1954.¹⁰⁵ Esses *pieds noirs* eram somente 20% franceses de origem (incluindo corsos e alsacianos). Predominavam os espanhóis, no oeste, italianos (e malteses) no leste. Ao aumentar a prosperidade, atraíram outros: cabilas, chauias, mazabites, mauritanos, turcos e árabes puros das montanhas, do oeste, do sul e do leste. Os serviços médicos franceses praticamente eliminaram a malária, o tifo e a febre tifóide, provocando mudança prodigiosa na taxa de mortalidade infantil não-européia. Em 1906, a população muçulmana saltou para 4,5 milhões; em 1954, para 9 milhões. Em meados da década de 70, tinha dobrado outra vez. Se a população francesa tivesse crescido na mesma proporção, seriam mais de 300 milhões em 1950. A política francesa de “assimilação”, portanto, não fazia sentido, já que no ano 2.000 os muçulmanos argelinos ultrapassariam em número mais da metade da população francesa e a Argélia teria “assimilado” a França e não o inverso¹⁰⁶.

Lá pelos anos 50 não havia *pieds noirs* em número suficiente para a sobrevivência a longo prazo de uma classe dominante, mesmo como um enclave. Apenas um terço dos novecentos mil habitantes de Argel era europeu. Em Oran, constituíam a maioria. Mesmo na parte mais colonizada, o Mitidja, as fazendas funcionavam com mão-de-obra muçulmana. Em 1914, 200.000 europeus viviam da terra; em 1954, apenas 93.000. Por volta da década de 50, a maioria dos *pieds noirs* tinha empregos urbanos regulares e mal pagos, tal como acontecia com os árabes. A estrutura social era como um arqueológico bolo em camadas de preconceito racial: “Os franceses desprezavam os espanhóis, que desprezavam os italianos, que desprezavam os malteses, que desprezavam os judeus; por sua vez, todos desprezavam os árabes”¹⁰⁷. Não havia pretensão de igualdade de oportunidades: em 1945, 1.400 escolas primárias atendiam 200.000 crianças européias, 699 atendiam 1.250.000 muçulmanas. Os livros de texto começavam: “Nossos ancestrais, os gauleses...”

Mais séria, entretanto, era a fraude do sistema eleitoral. Ou as reformas votadas pelo Parlamento francês não foram aplicadas no todo, ou os votos eram adulterados pelas autoridades locais. Foi isso o que puxou o tapete debaixo de muitos moderados muçulmanos cultos que, genuinamente, queriam uma fusão das culturas francesa e muçulmana. Assim se manifestou um dos mais nobres dentre eles, Ahmed Bumendjel: “A República Francesa trapaceou. Ela nos fez de bobos”. Declarou à Assembléia: “Por que devemos nos sentir presos aos princípios dos valores morais franceses... quando a própria França recusa sujeitar-se a eles?”¹⁰⁸ As eleições de 1948 foram fraudadas; assim como também as de 1951. Em tais circunstâncias, os moderados não podiam desempenhar um papel efetivo. Os homens da violência assumiram o posto.

Em maio de 1945, quando os árabes massacraram 103 europeus, houve uma amostra do que iria acontecer. A represália francesa processou-se em escala selvagem. Caças de mergulho reduziram quarenta aldeias a escombros; um cruzador

bombardou outras tantas. O jornal do Partido Comunista Argelino, o *Liberté*, exigiu que os rebeldes fossem "punidos prontamente e sem piedade, e que os instigadores fossem colocados diante de um pelotão de fuzilamento". De acordo com o relatório oficial francês, 1.020 a 1.300 árabes desmobilizados voltaram às suas terras para encontrar as famílias mortas e as casas demolidas. Foram estes ex-oficiais não comissionados que compuseram a liderança do futuro *Front de Libération Nationale*¹⁰⁹ (FLN). Assim, Ahmed Ben Bella, o mais notável deles, se manifestou: "Os horrores da área constantinense, em maio de 1945, persuadiram-me de que o único caminho era dar a Argélia para os argelinos". O comandante francês, general Duval, declarou aos *pieds noirs*: "Eu lhes dou paz por dez anos".

Essa previsão foi certa. A 1º de novembro de 1954, os rancorosos ex-oficiais estavam prontos: Ben Bella, agora um terrorista urbano experiente, uniu forças com Belkacem Krim para dar início a um levante nacional. É importante compreender que o objetivo, do princípio ao fim, não era derrotar o exército francês. Isto seria impossível. A meta era destruir o conceito de assimilação e o multirracismo, pela eliminação dos moderados de ambos os lados. O primeiro francês a ser eliminado foi um professor liberal pró-árabe, Guy Monnerot. A primeira perda árabe foi um governador regional pró-francês, Hadj Sakok. A maioria das operações da FLN foram dirigidas contra o muçulmano leal à França: funcionários do Estado foram assassinados, suas línguas decepadas, seus olhos arrancados e uma sigla "FLN" espetada nos corpos mutilados¹¹⁰. Foi a mesma estratégia empregada pelo mufti na Palestina. Na verdade, muitos dos líderes rebeldes estiveram a seu serviço. O mais capaz, Muhammad Said, comandante do "Wilaya 3" nas montanhas Cabilas, juntara-se à "Legião S.S. Muçulmana", do mufti, e, aterrissando de pára-quedas na Tunísia como um agente da *Abwehr*, declarou: "Acreditei que Hitler destruiria a tirania francesa e libertaria o mundo". Usava ainda o capacete da S.S., de tempos em tempos. Entre seus discípulos estavam alguns dos piores matadores do século XX, tais como Ait Hamouda, conhecido como Amirouche, e Ramdane Abane, que extirpara seios e testículos nos massacres de 1945, lera Marx e *Mein Kampf* na prisão, e cuja máxima era: "um cadáver num terno vale mais do que vinte em uniformes". Esses homens que absorveram tudo que de mais maléfico o século XX tinha a oferecer impuseram sua vontade nas aldeias pelo puro terror; nunca usavam outro método. Krim declarou a um jornal iugoslavo que a iniciação de um recruta consistia em forçá-lo a assassinar um "traidor" designado, o *mouchard* (espião ou informante da polícia), um policial francês ou um colonialista: "Um assassinato é a prova final do aprendizado de cada candidato". Declaração feita a uma repórter americana pró-FLN: "Quando fuzilamos a [vítima muçulmana], a cabeça é cortada e penduramos uma etiqueta na orelha para mostrar que era um traidor. Deixamos, a seguir, a cabeça na rua principal". As ordens escritas de Ben Bella incluíam: "Liquidem todas as personalidades que querem assumir o papel de *interlocuteur valable*". "Matem qualquer pessoa que tente desviar os militantes e imprimam neles um espírito *bourguibien*". Outra: "Matem os *cuids*... Peguem os filhos deles e matem-nos. Matem todos os que pagam impostos e os que os recolhem. Queimem as casas dos oficiais muçulmanos que estejam no serviço ativo". A FLN tinha também seus próprios *règlements des comptes* internos: o homem que expediu a última ordem, Bachir Chihani, foi acusado (como Roehm) de pederastia e assassinatos sexuais sádicos e picado em pedacinhos junto com oito de seus amantes. Mas eram os muçulmanos favoráveis à paz que os assassinos realmente odiavam. Nos primeiros dois anos e meio da guerra eles assassinaram

apenas 1.035 europeus para 6.352 árabes (casos autenticados; o número verdadeiro está mais perto de vinte mil)¹¹¹. Naquele momento, os moderados só podiam sobreviver tornando-se eles próprios assassinos ou partindo para o exílio.

A estratégia da FLN era colocar a massa de muçulmanos entre a cruz e a caldeirinha do terror. Por um lado, os assassinos da FLN substituíam os moderados. Por outro lado, as atrocidades da FLN eram programadas para provocar os franceses a praticarem represálias selvagens e, assim, levar a população muçulmana ao campo extremista. A doutrina da FLN foi explicada com precisão e sangue frio pelo terrorista brasileiro Carlos Marighela:

É necessário transformar a crise política num conflito armado, executando ações violentas. Assim, os que estão no poder serão forçados a transformar a situação política do país numa situação militar. Esse fato alienará as massas que, a partir daí, se revoltarão contra o Exército e a Polícia... (Só restará ao governo intensificar a repressão, tornando assim as vidas dos cidadãos mais difíceis do que nunca... o terror policial se converterá na ordem do dia... A população se recusará a colaborar de tal forma com as autoridades que estas chegarão à conclusão que a única solução para os seus problemas está em liquidar fisicamente os seus oponentes. A situação política do país se transformará [então] numa situação militar¹¹².

É claro que essa variante odiosa do leninismo, uma vez levada a cabo com suficiente impiedade, tem uma certa força irresistível. O governo francês, em 1954, era composto, em geral, de homens civilizados e liberais sob o radical-socialista Pierre Mendès-France. Compartilhavam a ilusão — ou a visão — de que a Argélia poderia se tornar uma genuína sociedade multirracial, sob os princípios da liberdade, igualdade e fraternidade. Mendès-France, que tinha acertadamente liberado a Indochina e a Tunísia, declarou à Assembléia: “Os *départements* argelinos são parte da República Francesa... eles são irrevogavelmente franceses... não pode haver nenhuma secessão concebível”. No que diz respeito à Argélia, o seu ministro do Interior, François Mitterrand, declarou: “a única negociação possível é a guerra”¹¹³. Ambos acreditavam que, se naquele momento os próprios princípios da França pudessem enfim ser inteira e generosamente inseridos numa realidade argelina, o problema estaria resolvido. Enviaram Jacques Soustelle, um brilhante etnologista e ex-membro da Resistência, para criar essa nova realidade. O que não perceberam foi que o objetivo da FLN era precisamente transformar a generosidade francesa em selvageria.

Soustelle via a FLN como fascista. Achava que podia derrotá-la, dando aos árabes uma genuína democracia de justiça social. Criou quatrocentos destacamentos de *Képis bleus* (SAS) em áreas remotas para proteger os legalistas. Trouxe liberais dedicados como Germaine Tillon e Vincent Monteil para montar redes de *centres sociaux* e manter contactos com líderes de opinião muçulmanos¹¹⁴. Procurou desesperadamente atrair muçulmanos para todos os níveis de governo. Suas instruções à Polícia e ao Exército proibiam o terror e a brutalidade sob qualquer forma e, em particular, represálias coletivas¹¹⁵. De qualquer maneira, é improvável que a política de integração genuína de Soustelle pudesse alcançar êxito, uma vez que os próprios franceses compreenderam o que ela implicava: a França não queria se tornar uma nação metade-árabe ou metade-muçulmana, da mesma maneira que a maioria dos

árabes não queria que sua nação se tornasse francesa. De qualquer modo, a FLN assassinava sistematicamente os franceses ou árabes instrumentos da política liberal de Soustelle. Os membros da FLN se empenharam firmemente em matar os membros da administração francesa que amavam os árabes; e, geralmente, obtinham bons resultados. Uma das vítimas foi Maurice Dupuy, descrito por Soustelle como um “santo secular”. No funeral, Soustelle estava em lágrimas quando condecorou o mais velho dos oito filhos órfãos de Dupuy com a *Légion d'Honneur* e, pela primeira vez, usou a palavra “vingança”¹¹⁶.

No verão de 1955, a FLN avançou um estágio, adotando a política de genocídio: matar todos os franceses sem distinção de idade ou de sexo. A 20 de agosto, os primeiros massacres começaram. Como sempre, incluíam muitos árabes, tais como Alluah Abbas, sobrinho do líder nacionalista moderado Ferhat Abbas, que criticara as atrocidades da FLN. O principal objetivo era provocar uma represália do exército francês. Em Ain-Abid, perto de Constantino, por exemplo, 37 europeus, incluindo dez com menos de 15 anos de idade, foram literalmente picados em pedaços. Os homens tiveram seus braços e pernas extirpados; as crianças tiveram os cérebros arrancados; as mulheres foram estripadas — no ventre aberto de uma mãe *pied noir* colocaram seu bebê de cinco dias retalhado até a morte. Esse “massacre de Philippeville” atingiu o objetivo: os paraquedistas da área receberam ordens de atirar em todos os árabes, matando (pelo cálculo de Soustelle) 1.273 “insurgentes”, que a propaganda da FLN exagerou contabilizando 12.000. Era a repetição do massacre de 1945. Como disse Soustelle, “foi, na verdade, cavado um abismo, pelo qual corria um rio de sangue”. Os liberais franceses e muçulmanos, como Albert Camus e Ferhat Abbas, aparecendo juntos em palanques para fazer apelos à razão, foram vaiados fragorosamente¹¹⁷.

A partir desse momento, a experiência de Soustelle caiu por terra. A guerra se tornou uma competição de terror. O foco concentrou-se na Casbah de Argel, onde cada quilômetro quadrado abrigava cem mil argelinos. Começou com a execução de um assassino aleijado, Ferradj, que matara uma menina de sete anos e sete outros civis. O comandante da FLN, Ramdane Abane, ordenou que cem civis franceses fossem assassinados para cada execução de um membro da FLN. De 21 a 24 de junho de 1956, seu principal assassino, Saadi Yacef, que controlava uma rede de fábricas de bombas e 1.400 “operadores”, cometeu 49 assassinios. A violência cresceu ininterruptamente na segunda metade de 1956, quando estava em curso a aventura de Suez. O prefeito francês de Argel foi assassinado, e uma bomba, cuidadosamente colocada, explodiu durante os funerais: Yacef ordenou secretamente que todos os seus operadores saíssem da área com antecedência para garantir que nas represálias violentas subseqüentes somente muçulmanos inocentes fossem mortos¹¹⁸.

O desastre de Suez foi importante porque, finalmente, convenceu o Exército de que os governos civis não poderiam vencer a guerra. Robert Lacoste, o sucessor socialista de Soustelle, admitiu a validade deste ponto de vista. A 7 de janeiro de 1957, concedeu ao general Jacques Massu e seus 4.600 homens liberdade absoluta de ação para eliminar a FLN de Argel. Pela primeira vez todas as limitações do Exército, incluindo a interdição de torturas, foram suspensas. A tortura tinha sido abolida na França, a 8 de outubro de 1789. O artigo 303 do Código Penal impunha a pena de morte para todos os que a praticassem. Em março de 1955, um relatório secreto, escrito por um funcionário público graduado, recomendara o uso da tortura supervisionada como a única alternativa para evitar uma tortura desautorizada muito mais

brutal. Soustelle recusou categoricamente. Agora, Massu a autorizava. Mais tarde, admitiu: "Em resposta à pergunta 'havia mesmo tortura?', só posso dizer que sim, ainda que a tortura nunca tivesse sido institucionalizada ou sistematizada"¹¹⁹. Argumentava-se que o interrogatório bem-sucedido salvava vidas, principalmente dos árabes; que os árabes que forneciam informações seriam torturados à morte, irremediavelmente, pela FLN, e era vital que os franceses fossem olhados com extremo temor. A certeza dos árabes de que Massu operava sem limitações, assim como a própria tortura, era o que levava os prisioneiros a revelar o que sabiam. Mas os não-muçulmanos também eram torturados. Um deles, o judeu comunista Henri Alleg, escreveu um *best-seller* que provocou uma explosão de fúria moral na França inteira, em 1958.¹²⁰ Massu firmava que os interrogatórios feitos pelos seus homens jamais deixavam seqüelas permanentes. Vendo Alleg, com bom aspecto, nos degraus do Palácio da Justiça em 1970, exclamou:

Será que os tormentos pelos quais passou têm tanta importância, diante dos tormentos das pessoas que tiveram o nariz ou os lábios, quando não o pênis, cortados — um presente ritualístico dos *fellahs* aos recalcitrantes "irmãos"? Todo mundo sabe que esses apêndices corporais não crescem mais!"¹²¹

Mas a idéia de que era possível fiscalizar de maneira eficaz a tortura limitada, durante uma guerra pela sobrevivência, é absurda. O secretário-geral da Prefeitura de Argel testemunhou que cerca de três mil prisioneiros "desapareceram" durante a batalha de Argel. Seja como for, Massu venceu-a. Foi a única vez que os franceses combateram a FLN com as próprias armas. O terrorismo foi erradicado de Argel. Os árabes moderados ousaram levantar a voz de novo. Mas a vitória foi desperdiçada por uma nova política de *regroupement* de mais de um milhão de *fellahs* pobres, um caso grosseiro de engenharia social calculado para favorecer a FLN. Além disso, a experiência de Massu criou tensões intoleráveis dentro do sistema francês. Por um lado, ao liberar unidades do Exército do controle político e enfatizar a personalidade dos comandantes, encorajou os exércitos particulares: cada vez mais os coronéis se sentiam proprietários de seus regimentos, tal como sob a monarquia, e começaram a induzir seus generais à desobediência. Na confusão moral, os oficiais começaram a encarar não o Estado, mas os seus homens como obrigação primeira¹²².

Ao mesmo tempo, as notícias que vazavam sobre a atuação do Exército em Argel começaram a mudar a opinião dos liberais franceses e a dos centristas, levando-os a se voltarem contra a guerra. De 1957 em diante, muitos franceses passaram a considerar preferível a independência argelina, por mais que a idéia lhes repugnasse, à corrupção total da consciência pública francesa. Assim, a busca da restauração do controle político da guerra — incluindo negociações com a FLN — intensificou-se exatamente quando o Exército francês — segundo este acreditava — vencera para assegurar a independência. Esse conflito irreconciliável produziu a explosão de maio de 1958, que trouxe de volta o general de Gaulle ao poder e criou a Quinta República.

De Gaulle não era um colonialista. Achava que a era das colônias havia terminado. Seu corpo parecia estar no passado, mas sua mente estava no futuro. Afirmava que em Brazzaville, 1944, quando estava organizando na África negra a Resistência, procurara "transformar as velhas relações dependentes em elos preferenciais de cooperação cultural, econômica e política"¹²³. Via sem entusiasmo a

continuação do colonialismo francês como o resultado direto da debilidade da constituição da Quarta República, que desprezava, e do “regime dos partidos”, incapaz de “decisões inequívocas que a descolonização exigia”. “Como poderia a descolonização — perguntava ele — ter dominado e, quando necessário, dobrado toda a oposição, baseada no sentimento, hábitos e interesses próprios que tal empreendimento certamente provocaria?” O resultado foi indecisão e inconsistência, primeiro na Indochina, depois na Tunísia e no Marrocos, e, finalmente e acima de tudo, na Argélia. Naturalmente, disse ele, o Exército “tinha um ressentimento crescente contra um sistema político que era a personificação da irresolução”¹²⁴.

O golpe foi detonado, com certeza e deliberadamente, pela decisão da FLN, a 9 de maio de 1958, de “executar” três soldados franceses por “tortura, estupro e assassinato”. Quatro dias depois, estudantes brancos assaltaram o quartel-general do governo em Argel. Massu perguntou a Lacoste, que fugira para a França, se tinha permissão de atirar contra a multidão branca. A permissão lhe foi negada. Nessa noite, numa peça de Brecht que atacava os generais, o público de esquerda aplaudiu delirantemente¹²⁵. Mas ninguém estava realmente preparado para lutar pela Quarta República. Em Argel, os generais assumiram o controle e pediram a volta de de Gaulle. Cerca de trinta mil muçulmanos se dirigiram à sede do governo para demonstrar sua aprovação. Cantaram a *Marseillaise* e a canção do exército, *Chant des Africains*: uma demonstração espontânea em favor da civilização francesa contra o barbarismo da FLN. Disse Massu: “Deixe-os saber que a França nunca os abandonará”¹²⁶. Na verdade, os generais mentiam quando chamaram de Gaulle, pois o viam meramente como um aríete para destruir a República, o que lhes permitiria tomar, eles mesmos, o poder. De Gaulle julgava que a Argélia era insustentável e o Exército acabaria sendo destruído. Na verdade, temia que o pior ainda viesse a acontecer. A 24 de maio, um destacamento da Argélia desembarcou na Córsega. As autoridades locais confraternizaram. A polícia enviada de Marselha consentiu em ser desarmada. De Gaulle assumiu o controle para evitar uma invasão na própria França. Essa invasão, provavelmente, seria vitoriosa ou talvez desse origem a uma guerra civil. Via sinistros paralelos entre o que acontecia e o início da catástrofe espanhola em 1936. Essa guerra, julgava ele, iria finalmente destruir a França como grande potência civilizadora. Se Paris valia uma missa, a própria França valia umas poucas mentiras.

Assim, tendo assumido o poder, de Gaulle foi para Argel com a única finalidade de despistar. A 4 de junho, disse à ululante turba de *colons* em Argel: “*Je vous ai compris*”. “Dirigi-lhes palavras”, escreveu, “aparentemente espontâneas, mas na realidade cuidadosamente calculadas, com as quais eu esperava inflamar o seu entusiasmo sem me comprometer mais do que desejava fazê-lo”¹²⁷. Dissera, em particular, no ano anterior: “Naturalmente a independência virá, mas eles são estúpidos demais para compreendê-lo”. “Longa vida tenha a Argélia francesa!”, celebrou publicamente em junho de 1958; e, particularmente: “*L’Afrique est foutue et l’Algérie avec!*”. Chamou a Argélia francesa de “uma Utopia ruínosa”. Publicamente continuava a tranquilizar os *colons* e o Exército. “Independência? Em 25 anos” (outubro 1958). “O Exército francês nunca se retirará desse país e nunca negociarei com aquela gente do Cairo e de Túnis” (março de 1959). “Não haverá um Dien Bien Phu na Argélia. A insurreição não nos expulsará desse país”. “Como podem vocês ouvir os mentirosos e conspiradores que lhes dizem que, ao conceder a livre escolha aos argelinos, a França e de Gaulle querem abandoná-los, sair da

Argélia e entrega-las a rebelião?" (janeiro de 1960). "Independência... uma loucura, uma monstruosidade" (março de 1960).¹²⁸

Nesse ínterim, ele conseguiu um controle mais firme sobre o Estado. A 28 de setembro de 1958, os franceses adotaram a constituição da Quinta República, que concentrava todo o poder no presidente. A 21 de dezembro, de Gaulle foi eleito presidente. O mesmo referendo que criara a nova Constituição deu a todos os territórios franceses de além-mar o direito de associação ou desligamento. A idéia de anuência tornou-se, assim, universal. Um por um, de Gaulle venceu ou removeu os homens que o alçaram ao cargo. Em fevereiro de 1960, pediu e conseguiu "poderes especiais". Quatro meses mais tarde, iniciou conversações secretas com os líderes da FLN. Em janeiro de 1961, presidiu um referendo que concedia a liberdade da Argélia em associação com a França e obteve um esmagador voto "Sim". Foi o fim da *Algérie française* que mostrou ao mundo os partidários extremistas, com bombas na mão.

Se a liderança do Exército tivesse insistido em tomar o poder em 1958, poderia tê-lo tomado, com ou sem de Gaulle. Por volta de abril de 1961, quando finalmente compreendeu o logro de de Gaulle e tentou derrubá-lo, a oportunidade havia passado. A opinião francesa já era outra. Os recrutas tinham rádios transistores; podiam ouvir as notícias de Paris e recusavam-se a acatar ordens dos oficiais. A revolta fracassou; os líderes se entregaram ou foram perseguidos e aprisionados, o que deixou o caminho aberto para uma fuga precipitada. Os líderes capturados da FLN foram soltos para se juntar às conversações no momento exato em que os generais franceses começavam a cumprir suas sentenças.

Foi mais demorado resolver o problema do terrorismo branco, a OAS (Organisation de l'Armée Secrète), que vinha operando com grande eficácia há mais de um ano, usando bombas, metralhadoras e bazucas, matando mais de 12.000 civis (principalmente muçulmanos) e cerca de quinhentos policiais e homens de segurança. Isto ilustra bem o terrível poder de corrupção da violência política. Na verdade, de muitas maneiras, era a imagem da FLN. A 23 de fevereiro de 1962, seu líder, o general Salan, que tivera uma brilhante carreira de soldado honrado, expediu ordens para

uma ofensiva generalizada... Abrir fogo sistematicamente contra a CRS e unidades policiais. "Coquetéis Molotov" deverão ser jogados contra os veículos blindados... dia e noite... [O objetivo] é destruir os melhores elementos muçulmanos de profissões liberais, com a finalidade de obrigar a população muçulmana a recorrer a nós... paralisar os poderes em atuação e tornar-lhes impossível o exercício da autoridade. Ações brutais serão generalizadas sobre todo o território... sobre obras de arte e tudo que represente o exercício da autoridade, de maneira a provocar ao máximo a insegurança geral e levar o país à paralisia total¹²⁹.

A corrupção não parou na OAS. Com a finalidade de vencê-la e proteger de Gaulle (quase assassinado duas vezes), o Estado formou suas próprias unidades de terror, que assassinaram, em grande escala e impunemente, os prisioneiros¹³⁰. Nesse caso, nem a França liberal nem a comunidade internacional levantou qualquer sussurro de protesto. O terrorismo da OAS conseguiu terminar com a idéia de um acordo branco. No final de 1961, o conselheiro mais próximo de de Gaulle, Bernard Tricot, noticiou de Argel: "Os europeus... estão tão endurecidos na oposição a tudo

que está sendo preparado e o relacionamento com a maioria dos muçulmanos é tão ruim que... o ponto fundamental agora é organizar o retorno deles à França"¹³¹.

O fim chegou em março de 1962, numa orgia de matança e intolerância. A turba muçulmana, sentindo o cheiro da vitória, já saqueava a Grande Sinagoga, no coração da Casbah, destruindo-a por dentro, rasgando os rolos do Torah, matando os funcionários judeus e escrevendo nos muros "Morte aos judeus" e outros *slogans* nazistas. A 15 de março, a OAS invadiu o centro social de Germaine Tillion, onde crianças deficientes físicas eram assistidas, levaram seis homens e atiraram neles até a morte, começando pelas pernas. Um deles foi Mulud Feraun, amigo de Camus, que o descrevera como "o último dos moderados". Feraun, certa vez, escrevera: "Há francês em mim, há cabila em mim. Mas tenho horror daqueles que matam... *Vive la France*, tal como sempre amei! *Vive l'Algérie*, tal como sempre a esperei! Vergonha para os criminosos!"¹³². O cessar-fogo, em 19 de março de 1962, provocou uma outra irrupção de matança da OAS: 18 policiais e sete soldados foram assassinados. O comandante francês, general Ailleret, numa ação de represália, destruiu o último reduto da *Algérie française*, o bairro da classe operária *pied noir*, Bab-el-Ued, com sessenta mil habitantes. Atacou-o com caças de mergulho equipados com mísseis, tanques que atiravam à queima-roupa e vinte mil soldados da infantaria. Era o extermínio da Comuna de 1870 revivido; mas esse episódio não figura nos textos marxistas¹³³. Foi, efetivamente, o fim da Argélia como uma comunidade multirracial. O êxodo para a França começou. Foram deliberadamente destruídos muitos hospitais, escolas, laboratórios, terminais de petróleo e outras evidências da cultura e empreendimento franceses — incluindo a biblioteca da Universidade de Argel. Cerca de 1.380.000 pessoas (incluindo alguns muçulmanos) partiram. Por volta de 1963, de uma grande e histórica comunidade mediterrânea, somente trinta mil permaneceram¹³⁴.

Os acordos de Evian, segundo os quais ficou decidido que a França se retiraria, continham muitas cláusulas destinadas a salvar as aparências da França. Cláusulas que não tinham o menor sentido. Era uma capitulação de fato. Entretanto, nem mesmo uma proteção por escrito foi dada a 250.000 funcionários muçulmanos, muitos deles bastante humildes, que continuaram fielmente a prestar serviços à França. De Gaulle estava muito ocupado em salvar a França, livrando-a do horror, para pensar neles. Quando um deputado muçulmano, de cuja família dez pessoas já haviam sido mortas pela FLN, disse a de Gaulle que com a autodeterminação "nós sofreremos", esse último replicou firmemente: "*Eh, bien — vous souffrirez*". E sofreram. Apenas 15.000 tinham dinheiro e meios para partir. Os outros foram fuzilados sem julgamento, usados como detectores humanos de minas para desobstruir os campos minados ao longo da fronteira tunisiana, torturados, obrigados a cavar suas próprias sepulturas e a engolir suas condecorações militares antes de serem mortos: alguns foram queimados vivos, castrados, arrastados por caminhões, jogados aos cães como alimento: houve casos em que famílias inteiras, incluindo tenras crianças, foram assassinadas em bloco. As unidades do Exército francês que permaneceram, seus ex-companheiros de armas, ficaram observando horrorizados e impotentes, pois os Acordos lhes retiraram o direito de interferir. Os soldados franceses aos quais prometeram armas mais modernas para desarmar os *harkis* muçulmanos foram simplesmente usados para cumprir essa tarefa, uma vez que de fato estavam sendo enviados para serem assassinados. Foi um crime de traição comparável à entrega, pelos britânicos, dos prisioneiros de guerra russos à ira de Stálin; pior ainda, sem dúvida. A estimativa do número dos assassinados varia de 30.000 a 150.000.¹³⁵

Quem sabe? Uma grande escuridão baixou sobre vários aspectos da nova Argélia, uma escuridão que ainda não foi levantada. As mentiras continuaram até o fim. "A França e a Argélia", disse de Gaulle a 18 de março de 1962, "marchariam juntas como irmãs no caminho da civilização"¹³⁶. A verdade é que a nova nação devia a sua existência ao exercício da crueldade sem limites e na maior escala possível. Seu regime, composto principalmente de gângsteres bem-sucedidos, rapidamente expulsou os membros que tinham sido educados na tradição ocidental: em meados da década de 60, estavam todos mortos ou no exílio.

Exatamente vinte anos depois que o acordo foi assinado, um dos principais signatários e primeiro presidente da Argélia, o próprio Ben Bella, resumiu as primeiras duas décadas de independência argelina. O resultado líquido, disse ele, era "totalmente negativo". O país era "uma ruína". Sua agricultura fora "assassinada". "Nós não temos nada. Nem indústria — somente sucata". Tudo na Argélia era "corrupto de cima a baixo"¹³⁷. Não há dúvida de que a amargura de Ben Bella foi agravada pelo fato de haver passado a maior parte dos anos subsequentes como prisioneiro dos companheiros revolucionários. Mas a substância do seu julgamento era bastante verdadeira. E, infelizmente, a nova Argélia não guardou seus crimes para si mesma. Tornou-se por muitos anos a base principal dos terroristas internacionais de toda a espécie. Uma grande corrupção moral fora implantada na África, estabelecendo um padrão de crime e desordem pública que contaminaria todo o vasto e trágico continente, agora dono do próprio destino.

15

OS REINADOS DE CALIBAN

Em março de 1959, Evelyn Waugh, visitando a África Oriental, escreveu para a mulher: "Passei um dia com os massai... Eles viveram momentos memoráveis durante o levante Mau Mau. Arregimentados, foi-lhes pedido que trouxessem todas as *arms* dos kikuyus. Voltaram, orgulhosos, com cestos cheios de braços amputados"¹. Waugh já nos havia dado uma medonha imagem premunitória da África independente nos romances pré-guerra *Black Mischief* e *Scoop*. Agora, o anarquista que havia em Waugh assistia, com deleite, a ficção se transformar em realidade: a confusão de objetivos e línguas, a desintegração da ordem efêmera, a volta ao caos.

Vimos no capítulo 4 que é impossível fazer qualquer generalização confiável sobre o colonialismo. O mesmo se aplica em relação ao processo de descolonização. O máximo que se pode dizer com precisão é: ocorreu. O resto é propaganda; racionalização *ex post facto*. O colonialismo tem sido apresentado como uma conspiração dos Estados capitalistas; a descolonização, como uma ulterior conspiração deles, a partir do momento em que se tornou mais prudente, economicamente, optar pelo "neo-colonialismo". Mas se houve uma conspiração, por que os conspiradores nunca se reuniam ou trocavam idéias e planos? A verdade é que o colonialismo nasceu de uma intensa rivalidade e morreu com ela. As potências coloniais não conspiravam contra os nativos. Conspiravam umas contra as outras. Cada potência colonial odiava a outra, desprezava seus métodos, regozijava-se com seus infortúnios e habilmente provocava a outra quando lhe convinha. Não cooperariam entre si, mesmo que um imperativo interesse comum assim o exigisse. Em agosto de 1941, na véspera da violenta investida japonesa, verificou-se que absolutamente nada tinha sido feito para coordenar os planos de defesa de seus impérios do sudeste da Ásia, embora a Grã-Bretanha e a Holanda tenham sido aliadas de guerra durante 14 meses². Durante todo o processo de descolonização, que transcorreu de 1945 a 1975, as potências coloniais jamais se reuniram para elaborar um plano de ação, e nem mesmo parece que algum esforço informal foi tentado no sentido de buscar uma coordenação. O historiador que procurar provas de tais contatos nada encontrará exceto o vácuo.

Uma das razões da ausência de uma política de alinhamento para a descolonização era o fato de que as duas maiores potências colonialistas, Grã-Bretanha e França, realmente não possuíam qualquer política dessa natureza. Ambas emitiam

rundos lógicos. Na verdade, a conveniência é que dominava tudo. Quando de Gaulle estabeleceu o padrão França Livre, em 1940, os territórios franceses árabes e indochineses alinharam-se com Vichy; apenas a África negra juntou-se a ele, apoiando-o. Em consequência, na Conferência de Brazzaville, de janeiro de 1944, de Gaulle lhes abriu o caminho para a liberdade. Mas os oficiais coloniais, presentes à reunião, deram uma interpretação diferente: “A idéia da formação de governos independentes nas colônias, embora longínqua, não pode ser contemplada”, declararam. “Nós visualizamos império no sentido romano, não no anglo-saxão”³. De Gaulle, no governo do pós-guerra, aboliu o trabalho forçado e o odioso código penal aplicado aos nativos, mas um levante em Madagascar, em 1947, foi debelado com surpreendente ferocidade, com a morte de 80.000 nativos⁴. Bem mais tarde, em 1957, François Mitterrand declarou: “Sem a África, a França não terá história no século XXI”. Até a derrocada na Argélia, a política francesa fora um labirinto de contradições: paternalismo do velho estilo, na selva e no sertão, com *colons*⁵ incendiários e nacionalistas negros de alto nível de instrução sentados, lado a lado, na Assembléia de Paris. Às vezes, um deputado “africano” transferia-se de um distrito eleitoral “branco” para um distrito “negro”, como aconteceu com o sub-secretário Colonial, Dr. Aujoulat, em 1951, que mudou a tática política durante o processo, fazendo campanha com o *slogan* “Seu rosto pode ser branco, mas seu coração é tão negro quanto o de um homem negro”⁶.

Quando de Gaulle retornou ao poder em maio de 1958 e deparou com uma Quarta República destrocada e com uma Argélia em situação de caos, abruptamente decidiu libertar os africanos franceses negros. No referendo de 28 de setembro, foi-lhes dada a escolha de votar “Sim” (interdependência) ou “Não” (separação). Com exceção da Guiné e de Madagascar, todos votaram “Sim”; era a independência sob outro nome. De Gaulle queria manter alguma espécie de união. A 12 de dezembro de 1959, numa reunião de chefes de Estado afro-franceses em Saint Louis, declarou-lhes: “Conforme os peregrinos de Emaús disseram ao viajante: ‘Permaneçam conosco, pois a noite já se aproxima e o dia já vai longe’”⁷. Contudo, eles escolheram “associação”, no sentido de ajuda e apoio militar, ao invés de “comunidade”. Alguns desses líderes africanos, tais como Houphouët-Boigny (Costa do Marfim), Philibert Tsiranana (República Malgaxe), Léopold Senghor (Senegal), Hamani Diori (Níger), Ahmadou Ahidjo (República dos Camarões), Leon M’Ba (Gabão), François Tombalbaye (Chade) e Mokhtar Ould Daddah (Mauritânia), estabeleceram um relacionamento pessoal com o fascinante general: “tornaram-se íntimos”, segundo palavras dele.⁸ Mas isso foi transitório; cada um deles seguiu seu próprio caminho. Todos aqueles territórios, com exceção da Costa do Marfim, eram muito pobres. Uns estavam mais “preparados” para a independência do que outros; alguns, totalmente despreparados. Mas é impossível discernir qualquer princípio por trás do processo que lhes assegurasse a independência, a não ser a decisão da França de liberá-los.

Teoricamente, o Império Britânico, mais tarde *Commonwealth*, sempre trabalhara a partir de pressupostos bastante diferentes: de que todos os territórios seriam preparados para a independência, a qual lhes seria dada tão logo estivessem prontos para tal. O *White Paper* britânico, de junho de 1948, declarava: “O propósito central da política colonial britânica... é orientar os territórios coloniais para um autogoverno responsável dentro da *Commonwealth*, em condições de assegurar às pessoas envolvidas não só um padrão decente de vida, mas também a liberdade em qualquer ponto da terra”⁹. Mas ambas as condições eram invariavelmente abandonadas quando a

conveniência acenava. Até meados da década de 50, o ritmo foi muito lento; a partir de 1960, foi rápido demais. Em nenhum momento ficou patente o preparo e as verdadeiras necessidades dos territórios envolvidos, mas sim as pressões exercidas sobre o governo britânico e a vontade — ou falta de vontade — de resistir a essas pressões. As forças geradas pelo movimento de Bandung foram o fator decisivo. Quando a França resolveu pular fora em 1948, a Grã-Bretanha decidiu seguir o exemplo um ano depois, quando Harold Macmillan se sentiu livre para acompanhar de Gaulle. Como *sir* Michael Blundell, o mais arguto dos líderes dos colonizadores do Quênia, analisou: "... uma mudança dramática ocorreria na política do governo britânico depois da eleição geral de outubro de 1959... a decisão de se retirar da África tão rapidamente quanto a decência o permitisse"¹⁰. Mas, mesmo essa mudança, embora racionalizada no discurso *Winds of Change* de Macmillan na cidade do Cabo a 3 de fevereiro de 1960, foi mais uma série de hesitações do que uma retirada tranqüila. O agente de Macmillan, o secretário Colonial Iain Macleod, admitiu mais tarde que não houve nenhuma "retumbante decisão", mas apenas "uma série de deliberadas decisões"¹¹.

Quando Macleod usava o termo "deliberado", queria dizer que as formalidades das negociações eram reservadas, finalizando numa grandiosa orgia de constituições, geralmente em Lancaster House, em Londres. Uma coisa que não faltava à descolonização eram constituições no papel. É irônico que a Grã-Bretanha, que nunca teve constituição, produzisse (pelos meus cálculos) mais de quinhentas para os territórios coloniais entre os anos de 1920 e 1975, as quais, na maioria, duraram somente poucos anos; algumas, poucos meses; outras sequer foram inteiramente aplicadas; nenhuma sobreviveu até a década de 80. Os impérios europeus atuaram de início com paternalismo, rejeitando o espírito de política. Terminaram no extremo oposto: na superdemocratização e na elefantíase política. A idade da prata do império foi completamente dominada por intermináveis conferências e pela elaboração de constituições. Assim, as duas Rodésias e a Niassalândia tremeram por trinta anos na expectativa de ter ou não uma federação. Houve a Comissão Hilton-Young, de 1927-29, a Comissão Bledisloe, de 1948-49, a Constituição dos Colonizadores, de 1936 (jamais implementada), duas conferências separadas em 1951 (boicotadas pelos africanos) e uma terceira em 1953. Isso tudo produziu a constituição "final", complexa demais para a compreensão da maioria dos eleitores e já ultrapassada no momento em que foi posta em prática.

As listas eleitorais dependiam de uma fantástica mistura de qualificações: propriedade, renda, residência e alfabetização; os distritos eleitorais e as candidaturas "se equilibravam" de forma incompreensível. Resultado: homens e mulheres nem sempre sabiam se tinham de votar ou onde e como depositar o voto. Frequentemente, acontecia haver vários estratos governamentais e uma multiplicidade de partidos em cada um deles. Assim, o destino de um país podia ser decidido por um punhado de pessoas ou por uma absoluta trapalhada. Na eleição de 1962, que levou à mais longa crise da Rodésia, quando milhares de pessoas morreram, apenas 12.000 africanos — de possíveis 65.000 — realmente votaram; quinhentos votos africanos a mais, e os moderados teriam vencido. E toda a história do país, pelos vinte anos seguintes, teria sido diferente¹². A maioria dos africanos, e um bom número de brancos, não sabia o que estava fazendo.

As complexidades constitucionais proliferavam mesmo quando não havia problemas raciais fundamentais. Assim, a "reforma" da Tanzânia, de 1955, produziu

uma das mais complicadas constituições jamais imaginadas para um território colonial, principalmente porque excluía os nacionalistas mais beligerantes. Mudanças adicionais em 1957 e 1958 acrescentaram mais sutilezas, ao incluir um dispositivo eleitoral tripartite que exigia de cada eleitor inscrito o voto para um candidato de cada raça (africana, europeia e asiática), sob pena de ter seu voto anulado. Um novo tipo de burocracia, perita em constituições “equilibradas”, emergiu, invadiu o Secretariado da ONU e se internacionalizou. A partir de 1956, sob pressão da ONU, os belgas de Ruanda-Urundi elaboraram uma das mais rococós constituições jamais concebidas pelo homem, com várias listas eleitorais para os Conselhos de Subchefes, Conselhos de Chefes, Conselhos Territoriais, Conselho Africano e, no topo, um Conselho Geral para assessorar o vice-governador geral: um sistema de cinco camadas superpostas. Diante de nós estava um dos países mais primitivos do mundo, porém com uma estrutura política mais elaborada que a dos Estados Unidos¹³.

Anteriormente, as colônias eram subgovernadas. Agora, eram supergovernadas. Isto se deve ao fato de que a “independência” acarretava soberania completa e tudo que tal *status* implicava. A Gâmbia, com uma população de trezentos mil habitantes — na verdade, o país consistia numa única cidade, a de Bathurst; e seu interior era circundado pelos três lados pelo Senegal — tornou-se um verdadeiro Estado, assoberbado por todo o aparato do governo, que finalmente o aniquilou com a bancarrota em 1981. A alternativa era unir esses pequenos nacos isolados de colonialismo em federações. Contudo, essas federações pouco ou mesmo nunca funcionavam. Esse processo também implicava a formação de camadas extras de governo, cada uma delas, muitas vezes, com duas câmaras legislativas, além da elaboração de salvaguardas para acalmar os ódios e os medos mútuos dos territórios, em diferentes estágios de desenvolvimento e com variadas misturas de raças. Assim, as Índias Ocidentais Britânicas foram superadministradas, por razões históricas, mesmo quando ainda eram colônias da Coroa. A independência adicionou outra camada; a federação, uma terceira, de modo que, enquanto duraram — geralmente não por muito tempo —, essas ilhas, na maioria pobres e atrasadas, provavelmente tiveram mais legisladores *per capita* do que qualquer outra comunidade na história.

As antigas colônias tornaram-se, assim, excelentes presas para o grande flagelo humano do século XX: o político profissional. Se a descolonização tivesse realmente sido dotada de um princípio ético, este seria o de considerar as formas políticas como o padrão máximo de valor, o único critério verdadeiro para a dignificação do Estado. O princípio tinha sido prenunciado na Índia. O Relatório Montagu, de 1918, que o introduziu, observou condescendentemente: “Se falamos de ‘opinião pública indiana’, queremos deixar claro que estamos nos referindo, generalizadamente, à maioria daqueles que tiveram ou são capazes de ter uma opinião sobre o assunto de que estamos tratando”¹⁴. Mas cada adulto, mesmo que seja um analfabeto, vivendo na mais remota aldeia, é capaz de ter uma opinião sobre o futuro da sociedade à qual pertence. O que o Relatório estava realmente dizendo — e isso permaneceu como o critério convencional até o trágico e selvagem fim do processo de descolonização — era que, ao negociar a independência, o único discurso válido era o daqueles que faziam da política a sua sobrevivência em tempo integral: se uma opinião não fosse expressa segundo o repertório e os termos referenciais absorvidos desse discurso, não era absolutamente levada em consideração e seria, portanto, ignorada ou, se necessário, esmagada.

Consequentemente, as pretensões em que a descolonização se apoiava e, ainda mais, a confusão constitucional que a acompanhava tendiam a aumentar a lacuna entre a nação “verdadeira” e a “política”, e a definir essa última no mais estreito e sectário sentido. Os beneficiários da descolonização eram, por conseguinte, os manipuladores de votos. Aí estavam as sementes de um grande logro. Os políticos profissionais vêem a *res publica* em termos de votos; as pessoas comuns, em termos de justiça. Para a nação “verdadeira”, a democracia importa menos que o preceito da lei: a primeira é a forma, a segunda, a substância. Quando os povos ex-coloniais receberam a independência, pensavam que estavam recebendo justiça: tudo o que obtiveram foi o direito de eleger políticos. O colonialismo, é lógico, não podia produzir igualdade política; o que podia providenciar, e o fez da melhor maneira possível, era a igualdade diante da lei. Mas o processo de transferência, considerando o voto como padrão de comparação do progresso, deixou que a lei cuidasse de si mesma, de modo que, a longo prazo, a grande maioria dos africanos terminou sem nada.

Isso ajuda a explicar por que aqueles territórios onde o processo de transferência foi mais demorado e mais elaborado não tiveram, via de regra, melhor sorte que aqueles onde o processo foi rápido. O mais notável e talvez o mais patético exemplo foi o da Costa do Ouro, que, no período pós-1945, era o Estado negro mais rico da África. Era visto, geralmente, como o mais promissor. Não tinha problemas raciais. Foi o primeiro a conseguir a independência. O caminho para a liberdade havia sido longo. Tivera um conselho legislativo desde 1850, um membro negro (nomeado) desde 1888, e seis por volta de 1916. As eleições gerais para o governo local chegaram em 1925. Em 1946, o Conselho Legislativo contava com uma maioria africana. 1948: comissão de inquérito constitucional. 1949: comitê de maioria africana para elaborar a nova constituição. 1951: eleições sob a nova constituição. 1952: Kwame Nkrumah primeiro-ministro. 1954: “constituição da independência” final. 1956: novas eleições. 1957: independência total. Esse foi o lento, certo e textual progresso até o autogoverno. Nkrumah era considerado o estadista-modelo africano e seu novo país, Gana, o protótipo do autogoverno africano. Jovem, belo, ultra-articulado, ele fez uma bonita figura em Bandung.

Entretanto, havia presságios mesmo antes da independência. A garra de Gana pela independência fora trabalho do advogado J. B. Danquah, que contratara Nkrumah em tempo integral para organizar o partido. Nkrumah foi, assim, desde o início, nada mais que um político profissional. Apoderou-se da organização partidária, transformou-a num movimento de massa que girava em torno de sua própria personalidade e persuadiu os britânicos de que ele era o melhor e o mais sincero homem para defender os interesses da independência. Os britânicos lhe facilitaram as coisas. Os Regulamentos do Governo Local de 1951 e 1953, ao criarem conselhos políticos, que imediatamente caíram nas mãos do Partido da Convenção do Povo de Nkrumah, removeu o poder dos chefes, as tradicionais autoridades. Assim, Gana era um Estado embrionário de um só partido, mesmo antes da transmissão do poder. Uma vez no controle, Nkrumah usou de estratégias britânicas, tais como “inquéritos judiciais”, e empregou conselheiros políticos e legais britânicos da ala esquerda para destruir todos os outros centros de influência, para acabar com os limites constitucionais ao seu governo pessoal e para levar a oposição à ilegalidade. Concentrando o poder no partido e em si próprio, destruiu o Estado de direito. O ponto decisivo chegou em dezembro de 1963. No dia 9, três líderes da oposição (antigos colegas de Nkrumah)

foram absolvidos de traição por três juízes de um tribunal especial. Um julgamento cuidadoso que durou cinco horas — um modelo de raciocínio judicial inglês — foi lido pelo presidente do Supremo Tribunal, *sir* Arku Korsah, que fora advogado de *Middle Temple* por 44 anos, juiz desde 1945 e presidente do Supremo Tribunal desde 1956. Era símbolo do mais vital princípio governamental: numa sociedade civilizada, cada pessoa e cada instituição, inclusive o Estado, é igual perante a lei e a ela está sujeito. Ele era, no verdadeiro sentido, o resultado final de um milênio de aperfeiçoamento constitucional britânico. A 11 de dezembro, Nkrumah demitiu-o. Os três homens foram julgados de novo e condenados. Dois anos mais tarde, o velho Danquah morria na prisão, onde fora encarcerado sem julgamento¹⁵.

A destruição do Estado de direito encontrou um paralelo na destruição moral de Nkrumah e na destruição econômica do país. Os três fatos estavam intimamente ligados. Na atmosfera intoxicante de Bandung, em 1955, Nkrumah absorveu duas falácias fatais. A primeira era a de que todos os problemas econômicos podem ser resolvidos por meios políticos. As colônias e as ex-colônias eram pobres e atrasadas por causa da política de colonização e não por intrínsecas razões físicas e humanas. A teoria estava emergindo e Bandung lhe deu um enorme impulso — o colonialismo não apenas refreava o progresso econômico mas também sujeitava a colônia a um processo deliberado de “subdesenvolvimento”¹⁶. O que os políticos tinham feito, podiam desfazer. O “subdesenvolvimento” poderia ser revertido por programas de investimento em grande escala, politicamente motivados. A prosperidade continental poderia ser promovida pelo processo político. Nkrumah pregou essa doutrina nos Congressos Pan-Africanos que inaugurou em Accra, em 1958. Resumiu a teoria em Adis Abeba, em maio de 1963: “A unidade africana é acima de tudo um reino político que só pode ser obtido por meios políticos. O desenvolvimento social e econômico da África só chegará com o reinado político, não o inverso”. Pediu, portanto, que se organizasse um Governo da União dos Estados Africanos, um Mercado Comum, uma Moeda Corrente Pan-Africana, uma Zona Monetária Africana, um Banco Central, um sistema de comunicações continental e uma política externa comum: “Assim começaremos a marcha triunfante do reinado da personalidade africana”¹⁷. Nkrumah não se limitou a pregar essas fantasias: tentou praticá-las em Gana. O território fora um reconhecido sucesso do colonialismo. Se gerenciado diligentemente, seu nível modesto de prosperidade poderia ter sido consolidado e mesmo aumentado. Ao politizar a economia, Nkrumah rapidamente eliminou o saldo positivo do balanço de pagamentos de Gana; em meados da década de 60, o país acumulara uma montanha de dívidas externas e um baixo grau de crédito internacional.

A segunda falácia ou doença que Nkrumah (e outros) contraíram em Bandung — que funcionava como uma sociedade de admiração mútua — foi a noção de que a saída dos novos países do processo maligno do “subdesenvolvimento” exigia a liderança de personalidades carismáticas. Essa noção estava implícita no leninismo, que contemplava as elites de vanguarda (e seu espírito condutor) com discernimentos quase sagrados sobre o processo histórico. Esta visão estava também implícita no gandhismo, que atribuiu um papel político determinante ao auto-eleito “homem santo”, que teve primordial influência na geração de Bandung. Nehru, Sukarno, U Nu, e, posteriormente, Nasser e Nkrumah — e muitos outros — não eram apenas líderes políticos: eram também líderes espirituais, no sentido de que a nação encarnava os anseios espirituais de um povo, e os “libertadores” encarnavam a nação.

Pouco tempo depois de voltar de Bandung, Nkrumah começou a admitir que seus seguidores se referissem a ele como *Osgyefo*, “o Redentor”. A corrupção se estabeleceu rapidamente; uma forma de stalinismo bastardo se implantou. Em 1960, uma biografia autorizada registrou: “Ele é nosso pai, professor, nosso irmão, nosso amigo, nossa vida realmente, pois, sem ele, sem dúvida nós existiríamos mas não teríamos vivido... O que lhe devemos é mais do que o ar que respiramos, pois ele nos fez, tão certo quanto fez Gana”¹⁸. O próprio Redentor começou a acreditar nessa bobagem. “Todos os africanos sabem”, disse ele em 1961, “que eu represento a África e falo em nome dela. Por conseguinte, nenhum africano pode ter uma opinião diferente da minha”¹⁹. Foi nesse ambiente que Nkrumah esmagou a oposição e destruiu o Estado de direito. O carisma se manteve por algum tempo, especialmente em conferências internacionais. Mas mesmo aí, na medida em que a década de 60 progredia, novas figuras mais avançadas e mais modernas começaram a despontar, tornando-se alvo de admiração. Nkrumah perdeu o brilho. Na sua pátria, o próprio fato de arrogar-se poderes quase divinos tornou-o vulnerável quando a gradual e depois a rápida queda do padrão de vida provou que a mágica não funcionava. Mas, em meados dos anos 60, não se dispunha de meios constitucionais para afastar o Redentor. Foi derrubado por um golpe militar em fevereiro de 1966 e morreu no exílio em 1972.

A passagem do primeiro Estado-modelo da África negra para um regime militar foi um golpe confrangedor, especialmente porque o imenso país quase vizinho, a Nigéria, tinha revertido do constitucionalismo para o militarismo no mês anterior. A população da Nigéria decididamente fez deste país o mais importante dos Estados da África negra e, durante os anos 60, o incremento do petróleo tornou-o economicamente mais seguro. Também a Nigéria emergira de um longo processo preparatório para a autogestão, com os primeiros africanos eleitos em 1922-23. Foi a obra-prima do sistema de “mandato a dois” de *lord* Lugard, o exercício mais consciencioso e nobre de administração colonial jamais arquitetado. A tensão interna entre as tribos dominantes, a Hausa e a Fulani do norte, a Ibo do leste e a Yoruba do oeste, era anterior à soberania britânica. Apesar dos mais elaborados esforços para organizar um sistema federal garantido, essa tensão perdurou. A história da Nigéria ilustra o essencialmente superficial e efêmero impacto do colonialismo. Um impacto ainda maior foi sentido com o surgimento do nacionalismo, na forma afro-asiática, com ênfase nos “direitos” de cada comunidade étnica. Se todos esses direitos tivessem sido concedidos, a Nigéria seria uma federação de duzentos estados²⁰. A fragmentação, induzida pela asserção dos “direitos”, inviabilizou na Nigéria os processos normais do debate e conciliação democrática. Em 1964, apenas quatro anos após a independência, quase aconteceu um colapso, que acabou chegando em 1966. Em 30 de maio de 1967, o governo militar provocou a secessão do leste, que veio a se chamar “Biafra”, seguida, dois anos depois, de uma guerra civil e imensa perda de vidas.

Esse conflito trágico dividiu a África. Somente a Tanzânia, Zâmbia, Gabão e Costa do Marfim defenderam Biafra. Os outros Estados africanos apoiaram o regime militar nigeriano, porque, na sua maioria, temiam secessões similares que, imaginavam eles, iriam favorecer os “imperialistas”. Mas se a balcanização era um objetivo imperial, por que tanto se empenharam as potências coloniais para criar Estados unitários ou, falhando esse objetivo, criar federações viáveis? E por que todas as grandes potências apoiaram a Nigéria contra os separatistas, principal motivo pelo qual Biafra foi esmagada? Não há respostas para essas perguntas. A filosofia política

do nacionalismo africano era baseada numa teoria de colonialismo não meramente falsa, mas fundamental e sistematicamente ilusória. Estava destinada a conduzir à desilusão, à frustração e à guerra.

Infelizmente, nos anos divisores de águas de 1959-60, quando as potências coloniais começaram a se retirar da África em ritmo acelerado, essa falsa teoria se tornou o critério predominante da ONU sob o impacto da geração Bandung e, sobretudo, de Dag Hammarskjöld. O momento crítico souou quando a Bélgica foi persuadida, contra a sua vontade, a se retirar do Congo, em 30 de junho de 1960. A Bélgica governara essa vasta e valiosa, embora primitiva, região com paternalismo excessivamente político, mas, de 1920 em diante, com crescente sucesso econômico. O retorno de investimentos industriais substanciais começou a despontar nos anos 50. O índice da produção industrial subiu, em 1948-58, de 118 para 350, com um aumento de produtividade de duas vezes e meia naquele período. Contradizendo diretamente todas as teorias de imperialismo do tipo leninista, a produção industrial crescia a um índice de 14,3% nos anos 50, e passou a cair diante da perspectiva de independência²¹. Como resultado, na época da independência, o Congo tinha, por exemplo, um índice maior de leitos de hospital — 560 para cem mil habitantes — do que qualquer outro país africano (um índice maior do que o da própria Bélgica) e o maior índice de alfabetização — 42% (os índices nas colônias britânicas variavam de 30% em Uganda a 15% em Tanganica e Nigéria; os índices franceses eram, em média, de 10%)²². Mas o esforço educacional da Bélgica estava concentrado principalmente no setor primário. Não havia médicos, engenheiros ou administradores graduados congoleses e, acima de tudo, apenas um único oficial africano na *Force Publique*, composta de 25.000 soldados.

O que o sistema havia rapidamente produzido, nos últimos anos frenéticos de abdicação iminente, foi uma safra de políticos profissionais, que encobriam profundas afiliações tribais sob uma camada superficial de ideologia ao estilo europeu. Os três mais importantes, Joseph Kasavubu, o presidente, Patrice Lumumba, o primeiro-ministro, e Moise Tshombe, o *premier* de Katanga, a mais rica das províncias, eram ferozmente tribais e rivais populistas²³. Os três eram personalidades voláteis, mas Lumumba era decididamente o mais instável. De ex-funcionário dos correios e ex-operário de cervejaria transformou-se em agitador político em tempo integral e era então ministro da Defesa, assim como chefe de governo. O legado belga era bastante frágil e poderia, em tese, ter durado alguns anos. Lumumba, entretanto, escolheu as cerimônias da independência para um ataque ao governo branco, visando a incitar a multidão; cinco dias mais tarde, a 5 de julho, a guarnição de Leopoldville, a capital, se amotinou e expulsou os oficiais brancos, antes de se atirar à pilhagem, estupro e assassinio tanto de europeus quanto de africanos. Os belgas esperaram cinco dias, enquanto o terror se alastrava e se agravava, e enquanto Hammarskjöld, na sede da ONU em Nova Iorque, nenhuma providência tomava em relação ao próprio pessoal no Congo, expulso dos quartos de hotel, sob a mira de revólveres, pelos amotinados exultantes. Somente a 10 de julho os belgas enviaram tropas para restaurar a ordem. Imediatamente, Hammarskjöld percebeu que tinha uma chance: decisivamente voltou-se irado contra os belgas e, a 13 de julho, diante do Conselho de Segurança, denunciou suas tropas como uma ameaça à paz e à ordem²⁴. O secretário-geral vinha sonhando com uma oportunidade para expandir o papel da ONU e ser conduzido ao governo mundial por uma onda cada vez maior de emoção terceiro-mundista. O grande estadista belga, Paul-Henri Spaak, assim se referiu a ele:

Il a vécu l'anticolonialisme exacerbé et triomphant. Il y participait par devoir, mais aussi, j'en suis sûr, par conviction"²⁵. Acreditava que a ONU seria a catalizadora da nova África. As relações da França com a África, disse a André Malraux, eram como um bom martini: "A França poderia ser o gim, mas a ONU era definitivamente a angustura" (o que sugeria que era tão confuso a respeito de martinis quanto a respeito da África). Sobre os assuntos da Afro-Ásia, declarou: "Somente a ONU, da qual são membros, pode quebrar o feitiço colonial e afastar o assunto para a órbita da Guerra Fria"²⁶. Se Hammarskjöld nada tivesse feito, e tivesse permitido à Bélgica restaurar a ordem, a crise poderia ter sido rapidamente resolvida, com um mínimo de derramamento de sangue. Tshombe, para defender do caos a indústria de mineração de Katanga, declarou a independência da província a 11 de julho. Também esse problema poderia ter sido resolvido pela negociação. Mas, ao invés disso, o secretário-geral resolveu criar e colocar à disposição um exército da ONU, formado de elementos não das potências do Conselho de Segurança (como a Carta das Nações Unidas claramente tencionava) mas dos Estados "não-alinhados", onde Hammarskjöld tinha seguidores. Além do mais, pretendeu empregar a força expedicionária para reunir o Catanga ao Congo pela violência, não apenas para restaurar a ordem. Imaginava-se como um fazedor de reis, e Lumumba, o rei. Não é difícil compreender por que apoiou Lumumba, que, segundo parece, teve poucos seguidores — e mesmo estes eram essencialmente tribais — entre os próprios congoleses, mas cuja retórica exercia um forte fascínio sobre os intelectuais pan-africanos e sobre os líderes afro-asiáticos de quem o secretário-geral buscava o apoio.

Nessa lastimável diligência, Hammarskjöld não atentava para as vidas, brancas ou negras, que colocava em risco. Frio, distante, devorado por uma desmedida ambição mascarada sob um ideal, pensava em termos de abstração política e não de seres humanos. Formulou o que se tornou o padrão de moral característico da ONU: enquanto o assassinato de africanos por brancos (como em Sharpeville, na África do Sul, a 21 de março de 1960) era de responsabilidade internacional e uma ameaça à paz, a matança de africanos por africanos (ou de brancos por africanos, ou de asiáticos por africanos ou das três raças por africanos) era um assunto puramente interno, fora da esfera de ação da ONU. Assim, a ONU começou a ser marcada por uma forma de racismo às avessas, que custaria um número incalculável de vidas africanas nas duas décadas seguintes. Mesmo no tempo de Hammarskjöld, esse número era alto. O exército da ONU se tornou uma fonte de mais instabilidade, ao contrário do que se esperava. O protegido, Lumumba, tentou criar um Estado separatista, caiu nas mãos do exército congolês, agora controlado pelo ex-oficial não comissionado, "general" Mobutu, foi entregue aos catangueses e assassinado em 17-18 de janeiro de 1961. O eclipse desse canalha inútil, responsável pela morte de milhares de pessoas, foi descrito por Hammarskjöld como "um crime revoltante e contra os princípios que esta Organização representa"²⁷. Na verdade, não era mais do que um incidente sem significação numa longa luta pelo poder. O secretário-geral perdeu o controle emocional e, obcecado pela necessidade de vingar a morte do rei em cuja criação fracassara, empregou as tropas da ONU para expulsar os brancos do Catanga e mudar o seu regime — o primeiro exemplo do que poderia ser chamado de imperialismo da burocracia internacional. Mas, assim procedendo, cometeu o erro de sair do abstrato mundo de ficção dos escritórios da ONU e descer ao mundo real da bacia do Congo, o que lhe custou a vida, quando seu avião bateu numa árvore, perto de Ndola, em setembro de 1961.

Hammatskjold, como muitos outros estranhos, supôs que se poderia discernir e ser sensível aos princípios e situações políticas do tipo ocidental, nas quais na verdade, nada mais existia além de um caldeirão fervente de política pessoal e tribal. Todos os políticos congolese mudaram seus posicionamentos, à medida que a conveniência e a autopreservação ditavam uma nova atitude. Era absurdo que a política da ONU estivesse ligada a qualquer um deles. Os argelinos e outros diligentes afro-asiáticos cometeram o mesmo erro. Ben Bella (que logo desapareceria numa *oubliette*)²⁸ dispensou Tshombe como “um museu itinerante do imperialismo”²⁹. Esse último comprovava ser um primeiro-ministro popular quando Kasavubu, abandonando todas as antigas opiniões, o nomeou. Mas não por muito tempo. A multidão arruaceira congolese era tão volátil quanto a romana de Shakespeare (ou a do Cairo, treinada por Nasser). Numa hora o grito era: “Viva Tshombe! Fora os árabes!”. Em outra, era: “Abaixo Tshombe! Árabes, mandem-no embora!” (acabou, então, sendo condenado à morte por traição)³⁰. O divisor de águas foi dezembro de 1965, quando, como seria inevitável provavelmente, a era política Mobutu terminou com um golpe militar. Nas celebrações seguintes do Dia da Independência, ele continuou saudando o homem por cujo assassinato fora responsável: “Honra e glória a um cidadão ilustre do Congo e ao primeiro mártir de nossa independência — Patrice Emery Lumumba, vítima do complô imperialista!”. Daí para a frente, Mobutu, então presidente, governou com o apoio dos interesses ocidentais, para o enriquecimento de muitas centenas de amigos, seguidores e parentes, sem contar consigo mesmo: no início dos anos 80, foi considerado um bilionário, talvez o homem mais rico do mundo, mais rico que o rei Leopoldo da Bélgica, que uma vez fora dono do país³¹.

Os anos divisores de águas, 1959 e 1960, que culminaram na longa crise congolese e, para a qual a ONU deu uma contribuição tão desastrosa, provavelmente destruíram qualquer chance, embora remota, de o constitucionalismo vir a se tornar a norma dos novos Estados africanos. A nova classe de políticos profissionais criara grandes expectativas de esperança às quais eles não podiam corresponder. Sucumbiram ou “foram sucumbidos” sob pressão, e os militares assumiram o controle. Nas primeiras décadas do século XIX, a mesma coisa acontecera no primeiro continente “libertado”, a América Latina: à geração de Bolívar, o *Libertador*, seguiu-se a primeira geração de *caudillos* (fenômeno que se repetiu no mundo árabe, onde os militares, dirigidos pelo coronel Nasser e seus colegas, começaram a surgir em 1952). Na África negra, o primeiro golpe militar bem-sucedido aconteceu no Togo, em janeiro de 1963, quando Sylvanus Olympio foi assassinado. Seis meses mais tarde, Fulbert Youlou foi expulso de Brazzaville. Dois meses depois, Hubert Maga foi derrubado em Cotonou. Houve motins no Quênia, Uganda e Tanzânia, em janeiro de 1964, seguidos, no mês seguinte, pela expulsão de Leon Mba no Gabão (anulada, depois, pelos pára-quedistas de de Gaulle). Ao golpe de Mobutu, no Zaire, em novembro de 1965, sucederam-se rapidamente dois no Daomé, outros na República Central Africana e no Alto Volta, em janeiro seguinte, e em Gana, em fevereiro. O primeiro golpe do Togo atraiu uma grande publicidade mundial, mas no segundo, exatamente cinco anos mais tarde, ninguém fora do país prestou a menor atenção. Nessa data (janeiro de 1968), a África negra já tinha sofrido 64 golpes militares, várias tentativas de golpe e motins³². No fim da década de 60, a década da independência, o Daomé conhecera seis golpes; a Nigéria e a Serra Leoa, três; Gana, Congo-Brazzaville, Togo, Alto Volta e Zaire, dois; muitos outros países conheceram apenas um. Durante os anos 70, o *putsch* militar se tornou o principal meio de mudar a direção

política ou as elites da África negra; e, por volta de 1975, 20 dos 41 países eram governados por militares ou juntas civis-militares³³.

Mesmo quando o poder militar não se colocava como árbitro normal da política, a democracia parlamentar no sentido ocidental, que inclui o direito essencial de afastar um governo pelo processo eleitoral, desaparecia em poucos anos após a independência, sendo substituída por sistemas leninistas de um único partido. Em pouquíssimos casos, sendo o Quênia o exemplo de maior projeção, o governo de partido único era acompanhado pela permanência da economia de livre mercado e do Estado de direito. Nesse caso, o partido governante se tornava simplesmente uma organização não idealista, que servia para promover as carreiras das elites das tribos dominantes³⁴. Mesmo nesses Estados quase constitucionais, a corrupção tinha sido institucionalizada, os *signes extérieurs de la richesse* interpretados como prova da capacidade de liderança. O presidente Jomo Kenyatta, do Quênia, um dos poucos líderes terroristas a fazer, com sucesso, a transição ao governo responsável, repreendeu, numa reunião pública, um de seus oponentes, o esquerdista Bildad Kaggia, por não ter conseguido enriquecer:

Nós estivemos juntos na prisão, com Paul Ngei. Se você for à casa de Ngei, [verá] que ele plantou muito café e outras coisas mais. O que você fez para si mesmo? Se você for à casa de Kubai, verá que ele tem uma casa grande e um bom *shamba*. E você, Kaggia, o que fez para si mesmo? Nós estivemos juntos na prisão, com Kungu Karumba. Agora, ele tem a sua empresa de ônibus. E você, o que fez para si mesmo?³⁵

Um grau modesto de corrupção, contanto que funcionasse dentro de bem compreendidas convenções africanas, cujas violações seriam respondidas nos tribunais, era o menor dos males do período pós-independência. Nos lugares onde era permitido operar o sistema de mercado, e o papel do Estado era restrito, a corrupção podia ser convencionalizada (como, por exemplo, na Inglaterra do século XVIII) e, desta forma, limitada. Apenas onde o Estado se atribuiu papéis utópicos, o que mais e mais veio a se tornar moda na África durante os anos 60, acentuando-se nos anos 70, a corrupção fixou-se como um câncer orgânico. A adoção do leninismo foi, em parte, responsável por isso; mais ainda a interpretação de Bandung do leninismo, que exaltava a competência do processo político para produzir resultados vantajosos, tais como pregavam impetuosos acólitos como Nkrumah.

Mas não foram somente as filosofias coletivistas que encorajaram o frágil Estado africano a se expandir e se corromper. Alguns aspectos do colonialismo também são censuráveis. É verdade que a maioria das colônias era conduzida por princípios inócuos do *laissez-faire*. Essa era, certamente, a teoria que predominava no império colonial britânico, por exemplo. O governo protegia a colônia da agressão externa, policiava-a e colocava em circulação a sua moeda. O mercado fazia o resto. Infelizmente, havia inúmeras exceções a esses princípios que, em alguns casos, importavam a adoção de um sistema alternativo.

A grande tentação do colonialismo, o verme na maçã do livre mercado, foi o desejo de entregar-se à engenharia social. Era muito fácil que o administrador colonial se convencesse de que poderia progredir segundo as leis da oferta e da procura, tratando suas terras como um formigueiro e seus habitantes como formiguinhas trabalhadeiras que teriam o benefício de uma organização benevolente. O

Congo belga, a cujos colonizadores brancos foi negado o poder político, porque se temia que oprimissem os nativos, foi um monumento ao caciquismo bem-intencionado. A lei recomendava às empresas a conduta de “um bom chefe de família”. Como na Rússia soviética, havia restrições ao movimento dos nativos, especialmente nas grandes cidades; em Elizabethville, os nativos eram obrigados a obedecer ao toque de recolher. Defendiam a idéia de que o africano, para seu próprio bem, podia ser empurrado de um lado para o outro. A prática, evidentemente, era muito menos benevolente do que a teoria. Até 1945, os franceses empregaram em grande escala a engenharia social sob a forma de trabalhos forçados e códigos penais nativos. Isto era infinitamente menos selvagem e extenso que o Arquipélago Gulag, mas se baseava em algumas de suas premissas.

Os mais dedicados engenheiros sociais foram os portugueses, que dirigiram o primeiro e o último dos impérios. Em Angola e Moçambique, adotaram dos africanos a escravidão, instituíram-na e a integraram ao sistema administrativo. O comércio de escravos, especialmente para o Brasil, foi, por trezentos anos, o sustentáculo econômico desses dois territórios. Os portugueses assinaram com os chefes africanos tratados de mão-de-obra, não de produtos (embora em Moçambique os árabes funcionassem como intermediários). Os portugueses eram os principais fornecedores de escravos entre as potências européias. Defendiam desesperadamente o comércio e resistiam à sua supressão, abolindo-o somente quando pressionados pelos britânicos e substituindo-o por um sistema comercializado de trabalhos forçados. Mantiveram essa situação até o final da década de 70, ainda com a cooperação dos chefes africanos que, nos dias de escravidão, operavam as gangues de trabalho ou *shabalos*.

Cecil Rhodes queria incorporar Angola e Moçambique ao sistema livre britânico, pois considerava o colonialismo português um anacronismo: em sua inocência, não percebeu que aquele anacronismo era um presságio do totalitarismo do século XX. No período pós-1945, os portugueses forneciam, todos os anos, 300.000 trabalhadores de Moçambique contratados e 100.000 de Angola, principalmente para a África do Sul. Os africanos que não tinham sido assimilados e, portanto, não tinham recebido a cidadania (os portugueses não faziam discriminação racial) tinham que possuir uma *caderneta* ou livro de passe, com a ficha de trabalho. Os maus trabalhadores eram enviados para o chefe do posto local, para castigos corporais na mão, com uma palmatória ou uma raquete de pingue-pongue perfurada. O último meio de intimidação eram trabalhos forçados nas “ilhas” (São Tomé e Príncipe). Da mesma maneira que os belgas, os portugueses adotaram o toque de recolher — normalmente, os africanos não podiam sair de casa depois das nove horas da noite³⁶.

As autoridades portuguesas defendiam veementemente seus métodos, por motivos morais. Argumentavam que, em troca de exportação de mão-de-obra, as duas colônias conseguiam construir portos e estradas de ferro e fazer outros investimentos que seriam inacessíveis por outros meios. Afirmavam encarar sua missão civilizadora com seriedade: os africanos não eram crianças, mas adultos que deveriam assumir responsabilidades sociais. Importava, então, tirar os homens da ociosidade e levá-los ao trabalho, deixar as mulheres fora da escravidão dos campos para que se dedicassem ao trabalho digno nos lares³⁷. Contudo, tal como acontece com a maioria das formas de interferência moralizadora, os efeitos colaterais eram imprevisíveis. Em 1954, o bispo de Beira protestou contra a exportação de trabalho, afirmando que destruíam totalmente a vida familiar, uma vez que 80% dos homens da diocese viviam

habitualmente longe de casa, na Rodésia, na África do Sul ou em projetos de trabalho dentro do território³⁸.

Mesmo os territórios influenciados pelos britânicos lançavam mão da engenharia social em grande escala, enviando os nativos para as áreas que melhor conviessem às divisões sociais. No Quênia, a expulsão dos kikuyus das *White Highlands*, no período entreguerras (como vimos no capítulo 4), provocou as mesmas objeções morais levantadas contra a coletivização das fazendas de Stálin. Foi a causa decisiva do feroz levante Mau Mau nos anos 50. A legislação da distribuição proporcional das terras da Rodésia do Sul, que tinha uma política semelhante, foi uma das causas fundamentais da guerrilha que dominou a história da Rodésia nos anos 70 e não terminaria com a passagem do governo para os negros em 1979. Mas o exemplo mais notável foi o da África do Sul, onde a engenharia social foi promovida a princípio central (na verdade, filosofia) de governo, na forma do *apartheid*.

Na África do Sul, as leis de passe (e suas carteirinhas) como forma de controle social datavam do século XVIII; supostamente abolidas em 1828, voltaram sub-reptamente, até que as repressões, em nome dessas leis, passaram a encher as prisões nos anos 70, chegando à média de seiscentos mil prisioneiros por ano³⁹. Suas origens se assentam nos regulamentos elisabetanos para controlar “vigorosos mendigos”, resultantes estes do rápido aumento da população. Mas é irônico que as primeiras medidas positivas de engenharia social da África do Sul tenham sido obra de Jan Christian Smuts, um dos principais arquitetos tanto da Liga das Nações como da ONU e que, em 1945, em São Francisco, pessoalmente redigiu a Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas⁴⁰.

Smuts era um dos bôeres moderados que, no acordo de paz liberal, depois da Guerra dos Bôeres se associaram aos britânicos na reconstrução do país. Foram eles que assentaram as fundações legislativas de um Estado semitotalitário, baseado no princípio de ordenação racial. Em 1911, as greves de trabalhadores contratados (isto é, negros) foram consideradas ilegais, enquanto a Lei do Trabalho nas Minas reservava certas categorias profissionais para os brancos. Em 1913, a Lei das Terras Nativas introduziu o princípio de segregação territorial pela cor da pele. Nesta lei está a chave de tudo que se sucedeu, pois determinou a natureza da reação africana manifesta na proliferação de variadas seitas religiosas sionistas⁴¹. Em 1920, a Lei dos Negócios Nativos introduziu instituições políticas segregadas para africanos, criando a Conferência Nativa de Líderes Africanos, designada pelo governo e orientada pela Comissão de Assuntos Nativos, formada por “especialistas” brancos. Em 1922, uma lei restringiu os aprendizados técnicos àqueles com um mínimo de qualificações educacionais (isto é, não-africanos). Em 1923, a Lei para as Áreas Urbanas Nativas criou áreas residenciais africanas segregadas, dentro e próximas das cidades. Em 1925, a Lei de Conciliação Industrial negou direitos de negociação coletiva aos africanos. Também em 1925, a Lei dos Salários e, em 1926, a Lei da Discriminação Racial foram especificamente programadas para estabelecer um abismo entre os brancos pobres e as massas africanas⁴².

Foi Smuts, outra vez, quem conduziu a África do Sul numa direção diametralmente oposta à seguida pelo governo da Índia depois de Amritsar. Em 1921, massacrrou uma seita “israelita” africana, que havia ocupado, em Bulhoek, terras proibidas, e, no ano seguinte, debelou uma rebelião de trabalhadores negros no Rand, com setecentas perdas. Essa política impiedosa foi reforçada com outras legislações. Em 1927, a Lei da Administração Nativa fez do governador-geral (isto é, o governo) o

chele supremo de todos os africanos, com poderes autoritários para nomear os chefes, definir os limites tribais, deslocar tribos e indivíduos e controlar os tribunais africanos e a propriedade da terra. Seu artigo 29 punia “qualquer pessoa que pronuncie uma palavra ou cometa qualquer ato com a intenção de promover sentimentos de hostilidade entre nativos e europeus”. O poder da polícia do governo foi ainda ampliado pela Lei de Trabalhos nas Minas e Lei de Reuniões Turbulentas, ambas datadas de 1930.⁴³ Essa massa granítica de poder totalitário surgiu exatamente na mesma época em que Stálin estava assentando sua tirania no pedestal leninista. Dando ao governo poderes comparáveis aos de Stálin, foi planejada para produzir os mesmos resultados.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Smuts, que anteriormente destruíra as esperanças das raças negra e mestiça de assegurar igualdade política em relação aos eleitores brancos, estendeu àquelas raças a engenharia social. Em 1943, criou um Departamento de Assuntos de Cor para “administrar” as pessoas de cor da cidade do Cabo e, no mesmo ano, introduziu uma lei que delimitava as áreas ocupáveis no país, a fim de impedir que os indianos se instalassem nas áreas brancas. Longe de criar uma causa comum entre brancos, asiáticos e pessoas de cor contra a maioria avassaladora de negros, foi o Partido Unido de Smuts que os levou para os braços dos nacionalistas negros (que odiavam os asiáticos e os de cor mais do que aos brancos), e não esqueçamos que o elemento indiano era vital para mudar a opinião asiática e da ONU contra a África do Sul⁴⁴. Portanto, a essência estrutural necessária à supremacia branca e à segregação racial já existia antes de o Partido Unido perder o poder para os Nacionalistas Bôeres, em maio de 1948.

O que os nacionalistas fizeram foi tão somente transformar a segregação numa doutrina filosófica quase religiosa, o *apartheid*. Sob muitos aspectos, esta evolução foi semelhante à do nacionalismo africano. O slogan inicial, *Afrika voor de Afrikaners*, era idêntico ao dos negros, “África para os africanos”, das décadas de 60 e 70. O sectarismo religioso dos nacionalistas africânderes floresceu ao mesmo tempo que o sionismo africano, e com os mesmos propósitos: visando à defesa coletiva, unir os oprimidos, os indesejáveis e os discriminados. Era também extraordinariamente semelhante ao sionismo judeu, tanto nas origens como nas conseqüências. Os bôeres criaram seu próprio Sion, que atuou como foco do ódio e força unificadora dos africanos, tal qual Israel em relação aos árabes. As primeiras instituições nacionalistas bôeres foram criadas entre 1915 e 1918, com a finalidade de ajudar os brancos pobres através de agências de emprego, bancos de crédito e sindicatos. Eram ferozmente anti-semitas, assim como antinegras e antibritânicas. O movimento começou com a defesa dos oprimidos, depois se ampliou promovendo os interesses culturais, econômicos e políticos dos africânderes como um todo e, em 1948, tornou-se privilegiado e vingativo⁴⁵. O *apartheid* surgiu em 1948, inicialmente como um programa político, que considerava serem as reservas o local de habitação adequado para os africanos, onde estavam as raízes de seus direitos e cidadania, embora suas origens remontassem à fundação, em 1935, do *Suid-Afrikaanse Bond vir Rassestudie*. Era, por conseguinte, um programa diretamente influenciado pelas idéias raciais de Hitler e seus planos de colonização segregada na Europa do leste. A esse programa, entretanto, acrescentou-se um apoio bíblico que faltava ao panorama ateu de Hitler. Sob a superfície, o *apartheid* era uma confusão, uma vez que combinava elementos incompatíveis: um racismo pseudocientífico, que derivava, tal como o hitlerismo e o leninismo, do darwinismo social; um racismo religioso, que derivava das crenças fundamentalistas

que negavam o darwinismo sob qualquer forma. Na superfície, entretanto, tinha uma certa clareza e simplicidade. É o sistema político que Smuts criara — reforçado pela Lei de Representação em Separado dos Eleitores — (1951), a qual eliminava as pessoas de cor da lista comum de eleitores — deu aos nacionalistas um domínio seguro do poder, já agora na quarta década. Tiveram, assim, os meios para embarcar numa rota de engenharia social que, pela coerência e duração, é rivalizada apenas pela Rússia soviética.

O objetivo do *apartheid* era reverter a maré de integração e criar comunidades inteiramente separadas. A Lei sobre a Proibição de Casamentos Mistos (1949) estendeu a interdição, aos africanos brancos, de realizar uniões que cruzassem a fronteira da cor. A Lei da Imoralidade tornou ilegal, em qualquer circunstância, o sexo extraconjugal, que seria ainda mais severamente punido se envolvesse miscigenação. A Lei sobre Inscrição da População (1950) fixava todas as pessoas num determinado grupo racial, como as Leis de Nuremberg. A Lei das Áreas Grupais, do mesmo ano, dava poderes ao governo para designar áreas residências e comerciais para grupos raciais específicos. Iniciou-se o processo de transportar seres humanos como se fossem carregamentos de terra e concreto, e de demolir casas e lojas com máquinas de terraplanagem. A primeira fase do *apartheid* foi consolidada pelas providências de segurança da Lei sobre a Supressão do Comunismo (1950), que definia o comunismo não apenas como marxismo-leninismo mas também como "qualquer outra forma relacionada a essa doutrina" e qualquer atividade que procurasse trazer "uma mudança política, industrial, social ou econômica da União com a promoção de distúrbios ou desordem". Isso fez com que os elementos autoritários do Estado ficassem, pela primeira vez, contra uma porção significativa da população branca.

A segunda fase seguiu-se à nomeação do ideólogo H. F. Verwoerd como ministro dos Assuntos Nativos, em 1950. Verwoerd era um intelectual, professor de psicologia social em Stellenbosh, e que, significativamente, não era um limitado bôer à moda antiga; nascera na Holanda e fora educado na Alemanha. Deu ao sistema uma nova unidade, especialmente depois que se tornou *premier*, em 1958.⁴⁶ A sua Lei sobre a Educação Banto, de 1954, impôs controle governamental sobre todas as escolas africanas, dominou as missões, introduziu programas de cursos diferenciados e um sistema educacional planejado especificamente para preparar os de língua banto para ocupar seu lugar na sociedade. Ao mesmo tempo, introduziu a criação sistemática de áreas separadas de moradia, as *bantustans*. A segregação começou a penetrar em todas as áreas, incluindo o esporte, a cultura e, não menos importantes, os serviços religiosos; em 1959, o governo já havia definitivamente segregado a educação superior.

Durante os anos de 1959 e 1960, depois de efetivamente criado o continente africano, muitos observadores acreditaram que o *apartheid* estava destinado a desaparecer num futuro próximo. Essa era a visão de Harold Macmillan quando fez seu discurso *Winds of Change*, em Pretória, a 3 de fevereiro de 1960, a que se seguiu quase que imediatamente um tiroteio em Sharpeville, no qual 69 africanos foram mortos⁴⁷. Pensava-se que a síndrome de Amritsar finalmente se manifestaria, que a maré do avanço africano era irresistível e que os bôeres perderiam a força de vontade e a coragem. Houve uma fuga de capital. A África do Sul saiu da Commonwealth. Da mesma maneira, havia uma crença de que o *apartheid*, mesmo segundo seus termos, era inoperável. Conflitava com muitas demandas da economia de mercado, da qual

a África do Sul dependia para a sobrevivência. Conflitava também com a lógica inelutável da demografia. O plano central para o *apartheid* progressivo era o chamado Relatório Tomlinson, de 1956, provavelmente a mais elaborada descrição e justificativa de engenharia social em grande escala jamais concebida. Declarava que “o fato dominante da situação da África do Sul” era de que não havia “a menor base para se acreditar que a população européia, seja agora ou no futuro, estivesse disposta a sacrificar seu caráter como uma entidade nacional e um grupo racial europeu”. E partiu desse ponto para dar ao país uma forma apropriada⁴⁸. O Relatório foi criticado na época pelo absurdo excesso de otimismo, tanto em relação à facilidade com que a indústria poderia ser localizada perto das áreas bantas quanto sobre o crescimento da população negra. As provas acumuladas dos anos 60 parecem confirmar esses *caveats*. Em 1911, quando a política racial começou, os europeus eram quase um terço da população negra (1.276.242 brancos para 4.000.000 de negros, 500.000 de cor e 150.000 asiáticos). Em 1951, quando o *apartheid* estava em funcionamento, havia 2.641.689 brancos, 8.560.083 negros, 1.103.016 de cor e 366.664 asiáticos. Em 1970, os brancos tinham alcançado apenas o número de 3.752.528, os negros haviam saltado para 15.057.952, os de cor para 2.018.453 e os asiáticos para 620.436. Calculou-se que, pelo ano 2.000, os africanos e os de cor superariam os brancos na proporção de 10 por 1.⁴⁹ Conseqüentemente, as áreas destinadas aos brancos e aos pretos apresentariam um quadro irreal, especialmente porque a criação de empregos industriais perto das áreas bantas estava avançando somente oitomil por ano contra a projeção de Tomlinson de cinquenta mil. As iniquidades morais do sistema vieram à tona de forma repulsiva. Em 1973, somente 1.513 famílias brancas foram forçadas a se mudar das áreas raciais “erradas”, enquanto 44.885 famílias de cor e 27.694 asiáticas foram retiradas de suas casas, algumas delas ocupadas desde os tempos da Companhia das Índias Orientais Holandesas⁵⁰. Havia um processo de constante ocupação africana de áreas proibidas, a que se sucediam constantes expulsões e terraplanagens, sob a guarda da polícia e do exército, fortemente armados — terríveis reminiscências da Rússia de 1929-1932. Presidindo esse exercício de utopia pervertida estavam os intelectuais bôeres, treinados em ciências sociais. Admitidas as contradições e as implausibilidades internas e o fato de que a opinião africana e, cada vez mais, a mundial se mobilizavam contra a política do *apartheid*, a experiência parecia destinada ao fracasso.

Entretanto, a lição que se tira da coletivização soviética é a de que tais projetos, não importa quão indefensáveis moral e economicamente, podem-se sustentar se processados com muita crueldade e um brutal poder físico. Além do mais, havia certos fatores que favoreciam o regime. Da mesma forma que a Rússia, a África do Sul é imensamente rica em minerais: ouro, carvão, diamantes, manganês e cobre (em ordem de importância), além de antimônio, amianto, cromo, espato-flúor, minério de ferro, manganês, mica, platina, fosfatos, estanho, urânio, vanádio, zinco e muitos outros⁵¹. Longe de declinar, como se previra em 1961, a economia da África do Sul floresceu vigorosamente de 1962 em diante, durante todo o *boom* dos anos 60 e início dos 70. Quando o *boom* declinou, em 1973-74, a inflação mundial provocou uma revolução de preços em relação ao ouro, da qual a África do Sul — o maior produtor mundial deste minério que representa a metade do total de sua riqueza mineral — foi a maior beneficiária. Enquanto a renda na África do Sul subia, em todo o resto da África, praticamente, incluindo seus mais dedicados e ativos inimigos, ela caía. Entre 1972 e 1980, por exemplo, um lingote padrão de ouro, de sessenta libras,

subiu em valor de varejo de US\$250.000 para US\$2,5 milhões, um aumento de dez vezes⁵². A revolução dos preços beneficiou a receita do governo em mais de US\$1 bilhão ao ano e também supriu fundos para um brutal aumento em investimentos de capital.

A subida constante da renda da África do Sul nas duas décadas posteriores ao impacto no continente de *Winds of Change* deu condições ao regime para se defender desses ventos — sob a forma de uma indústria bélica auto-suficiente, o que tornou a África do Sul praticamente independente dos relutantes fornecedores estrangeiros — e para realizar um programa militar de armas nucleares. No início dos anos 80, a África do Sul estava gastando US\$2,5 bilhões anuais na defesa, não mais que 6% do PNB, um encargo considerado tolerável (naquela época, muitos países negros e árabe-africanos estavam gastando de 25 a 50% de seu PNB com as forças armadas)⁵³. As forças da África do Sul periodicamente eram chamadas a manter a segurança na África do Sudoeste, uma ex-colônia alemã que Smuts perdeu definitivamente no Tratado de Versalhes, em 1919, e que passou à África do Sul em fideicomisso, uma fórmula que, por ironia, o próprio Smuts tinha inventado. Mas, em geral, a África do Sul sobreviveu com pouco prejuízo — tanto no tocante ao poder militar quanto no tocante ao dado moral da classe governante branca — à descolonização pela força de Angola, Moçambique e Rodésia do Sul (Zimbábue), durante a década de 70.

Os nacionalistas bôeres, em oposição a Smuts, sempre criticaram seu projeto, não realizado, de criar um “grande domínio branco”, incluindo Rodésia e Moçambique, e que ia da cidade do Cabo até o Quênia. Eles argumentavam, na década de 20, que tal esquema estava fadado a apenas “engolir” os brancos numa futura África negra. Nos anos 70, sua cautela se provou justificada, quando o índice percentual de brancos em relação aos negros, mesmo na África do Sul, caiu para 1:5. O regime da África do Sul recusou-se a comprometer seus haveres para a preservação dos fragmentáveis baluartes do colonialismo do norte. Quando, a seu tempo, eles caíram, o *langer*⁵⁴ branco recuou. Isso trouxe o nacionalismo negro triunfante, militante e armado para as próprias fronteiras da África do Sul, apoiado pela maioria esmagadora da ONU e da Organização da Unidade Africana e por ajudas concretas do bloco soviético, principalmente sob a forma de pára-quedistas e consultores cubanos.

Entretanto, o “confronto” entre o *apartheid* da África do Sul e o nacionalismo negro foi mais verbal e político do que militar; menos ainda econômico. Quanto mais os Estados africanos se aproximavam da África do Sul, mais sentiam a pujança de sua próspera economia e menos se sentiam inclinados a acatar a resolução de ir além das palavras para destruir o *apartheid*. Os africanos comuns, embora, evidentemente, fossem contra o *apartheid*, votavam com pés no chão, seguindo as próprias cabeças, a favor dos empregos que a economia sul-africana distribuía. Na época do boicote organizado pela OUA, em 1972, a Câmara de Mineração sul-africana empregava 381.000 negros, um terço dos quais vinha do norte, latitude 22 graus S, e um terço de Moçambique. O número de negros que chegava à África do Sul cresceu de maneira constante nos anos 70, porque os salários reais dos negros, em *rand*, se elevavam rapidamente, numa época em que caíam na maior parte da África negra. Os regimes vizinhos se autodenominavam “Estados da linha de frente” e mantinham a retórica *antiapartheid*. Na prática, entretanto, os governos de Zâmbia, Malauí, Zimbábue e, sobretudo, Moçambique se tornaram sistemáticos colaboradores do sistema do *apartheid* ao aumentar deliberadamente as exportações de mão-de-obra para o Rand.

Malauí, Botsuana e Zâmbia afastaram-se da política de boicote da OUA; outros Estados simplesmente furaram-no, como haviam feito anteriormente, quando do boicote da Rodésia do Sul. A África do Sul construiu a nova capital do Malauí em Lilongwe, e a represa de Cabora Bassa em Moçambique; e quando um presidente de linha de frente, Seretse Khama, de Botsuana, ficou doente, foi imediatamente transportado de avião para um hospital "só para brancos", em Jóhanesburgo⁵⁵.

É significativo que, no início dos anos 80, o mais ativo dos inimigos da África do Sul fosse a remota Nigéria, o único importante país negro produtor de petróleo. Seus *royalties*, que excederam US\$23 bilhões em 1980, preservaram-na da recessão dos anos 70 (como o ouro também preservou a África do Sul) e deram-lhe o luxo de manter uma política externa econômica independente. Mas os Estados ao sul do Congo e dos Grandes Lagos não puderam resistir à força do magnetismo do *rand* e, na prática, acabaram ajustando suas políticas de acordo com a ideologia do *rand*.

De qualquer modo, as diferenças entre a política de Pretória e a política da maioria dos Estados africanos negros eram mais teóricas do que reais. Todos os Estados africanos praticavam políticas racistas. Nos anos 50 e 60, o Egito, a Líbia, a Argélia, o Marrocos e a Tunísia expulsaram mais de 250.000 judeus e confinaram num gueto os poucos milhares que permaneceram. Nos anos 60, a República Unida da Tanzânia expulsou árabes ou privou-os de direitos iguais aos dos tanzanianos. Nos anos 70, os asiáticos foram expulsos da maioria dos países do Horn e da África Central-Oriental e discriminados em todos os lugares; mesmo no Quênia, foram ameaçados de expulsão em 1982. Na maioria dos casos, a discriminação racial era um ato deliberado de política de governo, mais do que uma reação à exigência popular. Quando o governo de Uganda expulsou os asiáticos em 1972, visava a apropriar-se de casas e lojas para cedê-las de graça aos membros do governo e seus seguidores; não era sua intenção agradar aos ugandenses negros, cujas relações com os asiáticos eram amigáveis⁵⁶. Normalmente, a propaganda do racismo antiasiático era difundida por jornais oficiais ou semi-oficiais. Na década de 70, esses jornais publicavam regularmente matéria de cunho racista, com temas tais como: as mulheres asiáticas se julgavam superiores, donde sua recusa em dormir com homens negros; os asiáticos contrabandeavam moeda para fora do país, em malas; os homens de negócio asiáticos eram monopolistas e exploradores. Uma manchete típica dizia: "Médicos asiáticos matam seus pacientes"⁵⁷.

A partir da independência, na maioria dos Estados africanos, a prática da discriminação antibranca passou a ser objeto de política de governo. Na segunda metade dos anos 70, o Quênia e a Costa do Marfim eram virtualmente as únicas exceções. Houphouët-Boigny, presidente deste último, apontou para o problema do racismo contra os brancos na OUA, apelando para os outros chefes de Estado:

É verdade, caros colegas, que há mais de 400.000 franceses no meu país, e isso é mais do que tínhamos antes da independência. Mas espero que, em dez anos, a situação seja diferente: espero que haja 100.000 franceses aqui. E gostaria que, então, nos encontrássemos outra vez e comparássemos a força econômica de seus países com a da Costa do Marfim. Mas temo, caros colegas, que poucos de vocês estarão em condições de comparecer a esse encontro⁵⁸.

Porém a forma mais comum de racismo na África negra era intertribal e foi essa forma de racismo, cujo eufemismo — controle social — é um dos mais comuns,

que levou um crescente número de Estados africanos, na década de 60 e principalmente na de 70, a aplicar formas de engenharia social que não diferiam do *apartheid*. Um dos méritos da administração colonial na África (exceto onde as políticas de supremacia branca exigiam outra postura) foi o fato de ela ter-se adaptado, do ponto de vista gerencial, aos movimentos nômades tribais, tanto cíclicos quanto permanentes. Isto permitia um nível alto de liberdade de movimento. À medida que as populações cresciam e as pressões sobre os recursos disponíveis de alimento aumentavam, tornava-se mais difícil manter essa política do *laissez-faire*. Mas foi uma tragédia, quando, no início dos anos 60, com a independência, os Estados sucessores recolheram imitar não o liberalismo ao estilo colonial, mas a supremacia do controle do branco. Era a doutrina Bandung-leninista do grande, onipotente e onisciente Estado, em comunhão pecaminosa com o segregacionismo. Mas é lógico que o Estado soviético sempre controlara todos os movimentos e colonizações internas, além das próprias tribos árabes. A prática leninista e a da África do Sul ajustavam-se perfeitamente uma à outra. Por toda a África negra, a documentação de controle social — permissão de trabalho, passaportes internos e externos, requisitos necessários para vistos, autorização de residência, ordens de expulsão — proliferou rapidamente com a independência. E, como testemunhava a experiência sul-africana, quando esses documentos aparecem, a máquina de terraplanagem não está muito longe. No início dos anos 70, a máquina surgiu em muitos lugares da África Ocidental, para remover os posseiros das cidades costeiras para o interior⁵⁹.

A grande seca que atingiu uma dúzia de países centro-africanos, perto da fronteira dos arbustos desérticos, nos anos 70, fez crescer o movimento nômade e, conseqüentemente, a prática do violento controle social. Há muito tempo já havia inimizade racial ao longo da linha do deserto, desde que as tribos nômades (especialmente os tuaregues) capturaram habitantes do sul para servirem de escravos. Um dos primeiros atos do Mali independente, que colocou palissadas na linha divisória, foi massacrar os tuaregues do norte. Quando os fundos de assistência à seca se tornaram disponíveis, o Mali (e outros países) os empregaram para financiar sistemas de controle. Assim se manifestou o secretário do Comitê Internacional de Assistência à Seca: "Temos de disciplinar esses povos e controlar seus pastos e movimentos. A liberdade deles nos custa muito caro. Esse desastre é a nossa oportunidade"⁶⁰. O controle do movimento, em Mali e outros lugares, foi acompanhado de outras formas de engenharia social. Em tais países, os planos de desenvolvimento foram deliberadamente redigidos no fim dos anos 60 e nos anos 70, para forçar a todos, inclusive nômades, a adotar a economia monetária através de impostos. Não eram planos diferentes, na essência, do velho sistema de trabalho forçado, planejado pelos colonizadores franceses, espanhóis, portugueses e belgas⁶¹.

A Tanzânia apresentou o caso mais sugestivo de mudança para o totalitarismo de um novo Estado africano. Seu líder, Julius Nyerere, era um político profissional da geração de Nkrumah. Nos anos 60, quando os políticos eram derrubados pelos soldados, ele conseguiu sobreviver graças à militarização da retórica e do regime. Em 1960, em reação à crise do Congo, disse: "Não há a menor chance de que as forças da lei e da ordem se amotinem em Tanganica"⁶². Mas elas se amotinaram em 1964 e Nyerere só conseguiu sobreviver com a ajuda das tropas britânicas, que desarmaram seu exército de negros. Ele então dispersou-o e recriou-o do nada, como um exército do partido: "Convoco todos os membros da Liga da Juventude Tanu"⁶³, onde quer que estejam, para irem ao escritório Tanu local e se alistarem: com esse grupo

tentaremos construir o núcleo do novo exército”⁶⁴. Quatro dias mais tarde, anunciou a nomeação de um comissário político para as Forças de Defesa do Povo da Tanzânia.

A imitação consciente do leninismo era acompanhada da formação de um Estado de partido único. Em 1961, Nyerere declarou que acolheria bem um partido de oposição ao Tanu: “Eu seria o primeiro a defender seus direitos”⁶⁵. Mas em janeiro de 1964, com a juventude do partido sendo reorganizada como um exército, nomeou uma comissão para programar o que chamou de “um Estado democrático de um só partido”, observando que a tarefa não era “decidir se a Tanzânia seria ou não um Estado de partido único. Essa decisão já havia sido tomada. A tarefa era dizer que espécie de Estado de um só partido nós teríamos”⁶⁶. Na eleição subsequente, houve uma escolha de candidatos, mas sob o mesmo rótulo partidário (o que significava que precisavam da aprovação de Nyerere para concorrer). Esses candidatos não eram livres para sugerir assuntos para debates⁶⁷.

A forma pela qual Nyerere, o ex-pacifista, usou a terminologia militarista para promover seu Estado totalitário era engenhosa e ajudava a explicar o extraordinário fascínio que exercia sobre a *intelligentsia* ocidental, o que levou um sociólogo negro a cunhar o termo “tanzafilia”⁶⁸. Defendendo a supressão dos direitos humanos, tais como liberdade de expressão, imprensa e reunião, Nyerere observou: “Até que seja vencida nossa guerra contra a pobreza, ignorância e doenças, não permitiremos que nossa unidade seja destruída por um livro de regulamentos de um estranho”. Mas é lógico que tal “guerra”, por definição, jamais poderia ser “ganha”. Além do mais, tal “guerra” poderia facilmente ser estendida dos oponentes internos aos externos: Nyerere seguiu o conselho de Sukarno, que lhe sugerira encontrar um inimigo. A partir do período pós-motim, já estava à testa dos líderes africanos que pediam uma campanha político-militar em conjunto contra a Rodésia, territórios portugueses e África do Sul. A filosofia do novo Estado autoritário foi resumida na “Declaração de Arusha”, de fevereiro de 1967, eivada de imagens militaristas e *slogans*, e que proclamava claramente: “Nós estamos em guerra”⁶⁹.

É evidente que a Tanzânia não estava em guerra com ninguém. Mas a ficção foi usada para justificar as restrições de guerra e a suspensão de direitos. A Declaração de Arusha era uma versão modernizada e africanizada de Bandung, e com idêntica fragrância de extremo embuste. Qualquer coisa “incompatível com a existência de uma sociedade sem diferenças de classe” era banida. “Não deve ser permitido a ninguém viver do trabalho dos outros”: *slogan* que ocasionou muitas prisões “capitalistas”, especialmente de asiáticos. O governo “deve ser escolhido e liderado por camponeses e trabalhadores”; tal fato permitiu a Nyerere excluir da atividade política qualquer pessoa que desejasse. “Preguiça, embriaguez e ociosidade” foram condenadas: um pretexto para trabalhos forçados. “É necessário estarmos em guarda contra os impostores usados pelos inimigos externos visando a nos destruir”: um pretexto para uma caça às bruxas permanente. “Vadiagem” era especialmente condenada: um pretexto para operações de limpeza e busca, tão caras a todos os governos africanos negros, abjetamente copiadas dos manuais de polícia sul-africanos. A máquina de controle estava contida na estrutura partidária: “a célula de dez casas”, unidade básica, avançando para o bairro, distrito, região, até a nação. A filosofia que permeava a Declaração de Arusha foi denominada por Nyerere de *ujamaa*, “a família”, baseada no passado mítico: “Na nossa sociedade africana tradicional, éramos indivíduos numa comunidade. Cuidávamos da comunidade e a comunidade cuidava de nós. Não precisávamos nem queríamos explorar nossos

semelhantes"⁷⁰. O *Ujamaa* foi planejado para reincorporar esse espírito. Entretanto, na prática, era tão antifamília quanto qualquer outra doutrina totalitária. Os infratores eram levados aos tribunais das "células de dez casas". "Oficiais de educação política" distribuíam panfletos que diziam, por exemplo:

O líder da célula deve manter vigilância firme para investigar qualquer rosto novo nas suas dez casas. Quando vir um estranho, deve informar-se e descobrir quem ele é, de onde veio, para onde vai, quanto tempo permanecerá na área, e assim por diante. Habitualmente, o anfitrião notifica o líder da célula sobre seus hóspedes e dá todas as informações necessárias. Se o líder duvidar das informações desses estrangeiros, deve comunicar aos oficiais da seção ou à polícia⁷¹.

Os líderes das células tinham o direito de deter qualquer pessoa classificada como "foragida" (usualmente, dos trabalhos forçados) e ordenar o recolhimento dos "patifes". Uma frase favorita era *e serikali yeze kuyesula*, "o governo sabe como deventerrar". Depois dos motins de 1964, Nyerere parecia não só ter abandonado suas aparências democráticas britânicas, como também ter descido ao passado prussiano da colônia. Sua milícia aprendeu o passo de ganso. Introduziu uma legislação suntuária e uma uniformidade minuciosa. Em 1968, decidiu que os massai não podiam entrar em Arusha usando "reduzido vestuário de pele ou um cobertor solto", ou mesmo qualquer espécie de roupa classificada de "inconveniente", ou usando "rabo-de-cavalo com cabelo sujo"⁷². Mas, tendo banido os trajes típicos africanos tradicionais, mudou o ataque, oito meses depois, para "os remanescentes da cultura estrangeira", autorizando a Liga da Juventude Tanu a maltratar e despir as moças africanas que usassem minissais, perucas e calças justas⁷³. Assim, as moças eram proibidas de usar calças, enquanto que os homens tinham de vesti-las: mais ou menos o velho padrão missionário branco. Quando os massai reclamaram, foi-lhes dito que Deus havia obrigado Adão e Eva a se vestirem antes que fossem expulsos do Jardim do Eden⁷⁴. Mas os missionários não colocavam espões na casa de todo o mundo.

O *Ujamaa* de Nyerere era apenas a mais elaborada e carola das novas filosofias autoritárias desenvolvidas pelos carismáticos e banais tiranos da África negra. Em nível de aldeia, era meramente um eufemismo para a coletivização forçada. Em Zâmbia, o mesmo processo foi chamado de "reagrupamento de aldeia". Seu ditador, do único partido existente, Kenneth Kaunda, denominou a filosofia nacional de "humanismo". Derivava, dizia ele, da verdade de que todas as pessoas são "humanas por baixo da pele". Mas algumas vieram a se mostrar mais do que outras. "O humanismo de Zâmbia", declarou, "visa a erradicar todas as tendências más no homem... e a obter a perfeição humana", livrando a sociedade de "inclinações humanas negativas, tais como egoísmo, ganância, hipocrisia, individualismo, preguiça, racismo, tribalismo, provincianismo, nacionalismo, colonialismo, neo-colonialismo, fascismo, pobreza, doenças, ignorância e exploração do homem pelo homem"⁷⁵. A lista deu ao Estado um campo de ação infinito para a ação autoritária. Em outros países, apareceram outros "ismos". Gana produziu "conscientismo"; o Senegal, "negritude". No Congo, o presidente Mobutu ficou indeciso, até conseguir definir a ideologia ideal: "mobutuísmo".

Uma vez surgidas no início dos anos 60, as tiranias logo passaram dos comparativamente sofisticados (e incruentos) despotismos da Tanzânia de Nyerere

para os horrores ressuscitados do passado mais negro da África. A comédia de horror que Evelyn Waugh criara em *Black Mischief* se tornou realidade. No “Dia Kenyatta”, em outubro de 1965, o presidente do Quênia, que uma vez fora chamado pelo governador britânico de “o líder da escuridão e da morte”, e era então chamado pelos aliados colonizadores brancos de “o velho”, realizou uma “Última Ceia”, refeição comemorativa que antecedeu sua prisão como um terrorista mau-mau⁷⁶. Em Malauí, o Dr. Hastings Banda, conhecido como o “Conquistador” e o “Salvador”, empregava feitiçaria para sacramentar seu governo. No Zaire, Joseph Mobutu banuiu nomes cristãos e trocou o seu próprio para Monutu Sese Seko Kuku Ngbendu Wa Za Banga, traduzido livremente como “o galo que não deixa as galinhas em paz”⁷⁷. O presidente Bongo, do Gabão, banuiu a palavra pigmeu (ele tinha menos de 1,50m), mas manteve uma guarda pessoal de gigantes, ex-legionários estrangeiros alemães, cujo prazer era cantar o *Horst Wessel Lied* no hotel principal⁷⁸. À medida que a década de 60 progredia, a violência golpeava as novas elites com crescente frequência. Dois primeiros-ministros do Burundi foram assassinados em rápida sucessão. O golpe nigeriano de 1966 custou as vidas do primeiro-ministro federal e de dois dos três *premiers* regionais. Futuros *caudillos* também morreram: na República do Povo do Congo, um militar graduado foi mostrado morto na TV, com a boca atulhada de dólares. Os governantes mostraram certa inclinação para dar sua contribuição pessoal: o presidente do Benin (antigo Daomé) assassinou seu ministro do Exterior e a mulher. Outro ministro do Exterior, dessa vez na Guiné Equatorial, foi morto a pauladas pelo próprio chefe de Estado.

O último incidente foi um dos numerosos crimes cometidos pelo presidente Francisco Macias Nguema. Nos países africanos mais pobres — dos quais existem quase trinta — os governantes criaram Estados de partido único e, em teoria, dispunham de autoridade absoluta. Mas, na prática, tendiam a ter pouco poder para enfrentar acontecimentos difíceis de desenredar ou mesmo para arbitrar rixas tribais. Tudo o que podiam fazer era tyrannizar, geralmente pela violência pessoal. Macias era um desses casos. Nasceu na colônia espanhola, em 1924, serviu na administração, tornou-se presidente quando da independência, em 1968, e se fez presidente vitalício em 1972. Durante os sete anos que se seguiram, transformou o país num verdadeiro campo de concentração. Muitos habitantes simplesmente fugiram para se salvar. Um golpe armado pela Espanha derrubou-o a 3 de agosto de 1979 e ele foi julgado por “genocídio, traição, peculato e violação sistemática dos direitos humanos”. Foi executado por um pelotão de fuzilamento marroquino, para lá transportado de avião, pois as tropas locais declaravam que o espírito dele era muito forte para ser morto por meras balas e que ele voltaria “como um tigre”⁷⁹.

O caso do presidente (mais tarde imperador) Bokassa, da República Africana Central, foi idêntico. Quando os franceses concederam independência à colônia, colocaram um político profissional escolhido a dedo, David Dako, como presidente. Dako tentou, em vão, jogar o chefe de polícia, Izamo, contra Bokassa, que chefiava o Exército, mas Bokassa provou ser o mais ágil do trio⁸⁰. A partir de 1965, Bokassa se tornou presidente vitalício e, a partir de 1977, imperador. Realizou uma cerimônia de coroação rebuscada, inspirada na coroação de Napoleão e à qual compareceram 3.500 convidados estrangeiros. Na ocasião, exibiu um trono em forma de águia e uma coroa com dois mil diamantes e insígnias reais. Tudo isso custou US\$30 milhões, um quinto das magras rendas do país. Sua amizade com o expansivo presidente Giscard D’Estaing, da França, a quem presenteou com diamantes, não foi o menor dos fatores

que deram sustentação a seu regime. Celebrou o primeiro ano como imperador, demitindo e exilando seu filho mais velho, o príncipe Georges, por ter este feito comentários desabonadores sobre o pai. Dois meses mais tarde, em janeiro de 1979, chacinou quarenta escolares que se revoltaram ao serem forçados a comprar uniformes feitos na fábrica de Bokassa. Em abril, outras trinta ou quarenta crianças foram assassinadas na prisão de Ngaragba — parece que na presença de Bokassa e, em parte, também por ele — fato que foi confirmado por uma comissão de advogados francófonos sob a liderança de Youssoupha Ndiaya, do Senegal. Quando Giscard, alarmado pela publicidade, enviou seu conselheiro para assuntos africanos, René Journiac, para pedir ao imperador que abdicasse, Bokassa atingiu o conselheiro na cabeça com o cetro imperial. Em represália, Giscard desembarcou tropas em Bangui, a 21 de setembro de 1979, que levavam na bagagem Dako como presidente substituto. A pedido de Giscard, a Costa do Marfim deu asilo a Bokassa, que mais tarde foi condenado à morte *in absentia*, por assassinato, canibalismo, “serviço secreto com a Líbia”, e fraude em ouro e diamantes.

O regime de Sékou Touré na República da Guiné foi um pouco melhor; o do coronel Kadhafi, na Líbia, consideravelmente pior; ambos cometeram ainda o crime de exportar seus horrores para os seus vizinhos. Entretanto, o caso mais instrutivo foi o do “general” Amin, em Uganda, porque tornou manifestas as inúmeras fraquezas do sistema mundial dos anos 70. Foi também o mais trágico, porque praticamente destruiu Uganda, que já fora o país mais aprazível da África. Churchill, que o visitou em 1908, como subsecretário das Colônias, chamava-o “aquele paraíso na terra”, “aquele jardim tropical”. “Uganda é um conto de fadas”, escreveu. “Você sobe uma estrada de ferro, em vez de em um pé de feijão, e no topo há um maravilhoso mundo novo”⁸¹. A independência foi proclamada, às pressas, em outubro de 1963, de acordo com a política *Winds of Change* de Macmillan. A tribo que governava, baganda, tinha bom nível e sempre impressionou os europeus pelo seu charme. Mas, sob certos aspectos, o país era primitivo, rachado por complexas rivalidades tribais, por inimizades raciais entre muçulmanos do norte e cristãos do sul, e um sectarismo há longo tempo existente nas comunidades cristãs. A magia violenta imperava em todos os lugares. Os kakwas e os núbios do norte muçulmano bebiam o sangue das vítimas e comiam os fígados, acreditando no preceito mahdita “Yakan da água de Alá”, segundo o qual o sangue assim bebido tornava os soldados invulneráveis. Mas os sofisticados reis bagandas também mutilavam os corpos com o propósito de provocar terror político-religioso⁸². Para agravar ainda mais a situação, Milton Obote, político profissional investido como primeiro-ministro na independência, era um medíocre secretário antibaganda de excepcional incompetência administrativa. Em 1966, destruiu a constituição ao usar Amin para tomar de assalto o palácio do Kabaka⁸³ e expulsá-lo à força. Quando Obote, por sua vez, foi derrubado por Amin, em janeiro de 1971, muita gente saudou o governo militar com aprovação, como o menor dos males.

É importante compreender que, mesmo nesse estágio, Idi Amin era conhecido por ser um homem excepcionalmente esperto e perverso. Esse gigante, filho de uma feiticeira lugbara, tornou-se muçulmano aos 16 anos e recebeu o poder dos kakwas e núbios do norte. Alistou-se no *King's African Rifles* ainda menino. Sua promoção a oficial, embora ele fosse praticamente analfabeto, refletiu a necessidade desesperada de se evitar um motim do tipo congolês, quando a independência se aproximava. Adquiriu rapidamente má reputação no Quênia, lutando contra os

ladroes de gado. Descobriu-se que assassinara os membros da tribo pokot, abandonando-os às hienas; que conseguira informações dos membros da tribo karamajog, ameaçando-os de cortar seus pênis com uma *panga*⁸⁴ e cortando verdadeiramente os órgãos genitais de oito deles para obter confissões. Soube-se também que assassinara oito habitantes da aldeia de Turkana. As autoridades britânicas relutavam em processar um dos poucos oficiais negros às vésperas da independência, e entregaram o caso a Obote, já designado primeiro-ministro. Obote decidiu-se por uma “severa repreensão”, um curioso castigo por assassinato em massa⁸⁵. Por outro lado, promoveu Amin a coronel, usando-o para derrubar os baganda, e permitiu-lhe formar uma base militar tribal no norte, envolver-se em contrabando de ouro e marfim em grande escala, recrutar para o governo muçulmanos sem referências, assassinar o único oficial graduado negro, o brigadeiro Okoya (e sua mulher), em janeiro de 1970 e, a partir de então, tratar o exército como se fosse seu. Quando o auditor-geral disse a Obote que estavam faltando 2,5 milhões de libras dos fundos do Exército, o primeiro-ministro, ao partir para uma conferência em Cingapura, exigiu de Amin que lhe desse uma “explicação completa” quando voltasse. Era o mesmo que pedir o golpe, que Amin já estava preparando, pressionado pelo coronel Kadhafi e pelo líder palestino Yasser Arafat, que queriam expulsar os consultores israelenses de Obote.

O regime de Amin era racista e defendia abertamente os interesses árabe-muçulmanos desde o início. Poucas semanas depois de ter assumido o controle, iniciou os massacres das tribos langi e acholi. Em julho de 1971, pediu aos israelenses que o ajudassem a invadir a Tanzânia, tomando o porto de Tanga; a resposta deles foi retirarem-se do país. Naquele instante, os britânicos se arrependeram do apoio que lhe deram e, a partir de então, Amin era cliente de Kadhafi. Os muçulmanos totalizavam apenas 5% da população e sua longa tirania não teria sido possível sem a proteção líbia, embora os terroristas palestinos fornecessem a guarda pessoal a Amin, assim como os melhores executores-torturadores. Kadhafi persuadiu Amin a expulsar os asiáticos, e foi nessa altura, em agosto de 1972, que a verdadeira pilhagem começou. Mas deve ser registrado que a Grã-Bretanha ainda estava enviando carros blindados para Amin até dezembro de 1972.⁸⁶ Na verdade, o frete de artigos de luxo escassos, que seguiam do aeroporto de Stansted para Uganda — um importante comércio que permitiu a Amin manter o moral dos seus soldados —, continuou tendo a aprovação do governo britânico, quase até o fim do terror.

Remanescentes anotações de gabinete nos dão uma idéia invulgar do surgimento de uma primitiva tirania tribal nos moldes aparentes do constitucionalismo burocrático britânico. Assim, o documento 131, datado de 14 de março de 1972, dizia: “Se algum ministro sentir que sua vida está em perigo, por causa de multidões ingovernáveis ou pessoas insatisfeitas, está livre para atirar e matar”⁸⁷. Os ministros não temiam pessoas insatisfeitas, mas o próprio presidente. O ministro da Educação, Edward Rugumayo, que fugiu em 1973, enviou um memorando a todos os chefes de Estado africanos, no qual afirmava que Amin não tinha “princípios, valores morais ou escrúpulos” e que “mataria ou mandaria matar qualquer pessoa sem hesitar”⁸⁸. O ministro da Justiça, Godfrey Lule, escreveu: “Ele mata fria e racionalmente”. Henry Kyemba, ministro da Saúde, dizia que foi o assassinato de Michael Kagwar, presidente do Tribunal Industrial, em setembro de 1971, que “revelou ao país inteiro que os massacres não se limitavam ao Exército e às tribos de acholi e langi”⁸⁹. Incluía qualquer personagem pública que, de alguma maneira, criticasse ou obstruísse os planos de Amin: o presidente do Banco de Uganda, o vice-reitor da Universidade de

Makereke, o ministro do Exterior, o presidente do Supremo Tribunal (arrancado do tribunal a luz do dia), o arcebispo Janan Luwun — este último espancado até a morte, juntamente com dois ministros, pelo próprio Amin. Muitas vezes Amin participava das atrocidades, algumas de natureza privada. Teresa, a mulher de Kyemba, superintendente do hospital Mulago, estava presente quando foi trazido o corpo fragmentado de Kay, mulher de Amin: parece que não somente ele a matou, mas também a esquartejou, pois colecionava ilustrações de manuais de anatomia. Dizem também que matou seu filho e comeu-lhe o coração, aconselhado por um médico feiticeiro que mandou buscar de avião em Stanleyville⁹⁰. Há poucas dúvidas de que fosse um canibal ritualístico e de que mantivesse órgãos selecionados na geladeira.

A imagem de canibalismo refrigerado envolveu o regime, uma grotesca caricatura do terror encontrado no modelo soviético. A polícia tradicional simplesmente desapareceu, quando os oficiais graduados foram assassinados por investigar os crimes de Amin. No estilo de Stálin, Amin tinha serviços de segurança para-militares. Incluíam sua criadagem pessoal, a Unidade de Segurança Pública, a Polícia Militar e uma organização chamada Centro de Pesquisa do Estado (o equivalente da KGB), que evoluiu da velha Seção de Pesquisa do Gabinete e ainda guardava os volumes encadernados do *Economist*. Esse centro (o SRC) era dirigido sob a orientação de palestinos e líbios que receberam, em algumas ocasiões, treinamento russo. O SRC normalmente, matava com marretas — mas não era de modo algum primitivo sob todos os aspectos. O SRC se comunicava através de um túnel à mansão de Amin; assim, as vítimas que vinham visitá-lo (ele gostava de convidá-las para *cocktails*) poderiam ser levadas embora e jamais serem vistas de novo. Os espancamentos do SRC eram metódicos, realizados em horas certas diariamente. Em contraste com a natureza impulsiva de Amin, havia um dado de rotina totalitária e de ordem burocrática no tocante ao terror. Como no bloco soviético, pelo menos dois agentes do SRC eram vinculados às missões exteriores de Uganda. Como a KGB, o SRC se autofinanciava através de atividades comerciais (incluindo redes de tráfico de drogas) e frequentemente matava para obter moedas fortes⁹¹. Amin não era apenas um caso de retrocesso ao primitivismo africano. Sob muitos aspectos, seu regime era um reflexo característico dos anos 70. Seu tipo de terror era um fenômeno árabe-muçulmano; seu regime era, de alguma forma, estrangeiro, dirigido por núbios, palestinos e líbios.

É questionável se a política de poder da ONU dos anos 70, e as vis consequências da moral relativista infundida por Hamarskjöld e sua escola naquela organização seriam responsáveis pelo prolongamento do regime de Amin por seis terríveis anos. De acordo com uma autoridade, a falha na decisão de empreender uma ação internacional em 1972, quando a natureza do regime já estava manifestamente aparente, custou a vida de duzentos mil ugandenses. À Grã-Bretanha coube uma pesada responsabilidade. Os arquivos do SRC revelaram quão importante foi o "envio de uísque de Stansted" para o regime. A política de conciliação britânica chegou ao extremo em junho de 1975, quando Amin ameaçou executar o conferencista britânico Denis Hills, porque este o chamara de "tirano de aldeia". James Callaghan, que foi um primeiro-ministro fraco, mesmo pelos padrões dos anos 70, enviou o general sir Chandos Blair com uma carta da rainha suplicando clemência para Denis Hills. Mais tarde, o próprio primeiro-ministro voou para Kampala. Permitiu, contudo, que continuasse o fluxo de exportação de Stansted até 4 de março de 1979, véspera da derrubada de Amin. O único governo a sair desse episódio com algum crédito foi

Israel, que agiu com firmeza para salvar vidas, quando Amin e os palestinos sequestravam um avião em Entebbe, em junho de 1976.

A maioria dos Estados africanos apoiou Amin, seguindo o velho princípio latino-americano de que “caudilhos se mantêm unidos”. Apesar das revelações de suas atrocidades genocidas, feitas pelos ex-ministros, a Organização da Unidade Africana (OUA) elegeu-o presidente, e todos os membros, com exceção de três, estiveram presentes à reunião de cúpula da OUA em Kampala. Nyerere se opôs, não tanto por razões morais, mas porque era um aliado de Obote e temia, com razão, uma invasão de Amin. “Ao se reunir em Kampala”, protestou ele, “os chefes de Estado da OUA estão conferindo respeitabilidade a uma das administrações mais criminosas da África”. Furiosa, a OUA chegou a pensar numa moção condenando a Tanzânia. Os chefes de Estado cumularam Amin de felicitações durante o encontro, quando, depois de devorar pedaços de sua ex-mulher, casou-se com outra, uma dançarina go-go de sua Unidade Mecanizada Suicida. Eles aplaudiram na hora em que Amin apareceu, carregado numa liteira por quatro empresários brancos, acompanhado de um sueco que segurava um guarda-sol sobre sua cabeça. E aplaudiram também quando a Força Aérea ugandense, numa demonstração de sua capacidade de bombardeio, realizada sobre o lago Vitória contra um alvo intitulado “Cidade do Cabo”, falhou porque nem todas as bombas atingiram o alvo. Em consequência desse fiasco, o comandante da Força Aérea foi assassinado assim que os delegados partiram. Os chefes de Estado da OUA, mais uma vez, receberam Amin calorosamente em 1977 e, até 1978, nenhuma crítica lhe fizeram; até essa data houve apenas mutismo⁹³.

A maior parte dos membros da ONU, onde os blocos afro-asiático-árabe e soviético eram a maioria, se comportou com igual cinismo. Na condição de presidente da OUA, Amin se dirigiu à Assembleia Geral a 1º de outubro de 1975 com um discurso enfurecido, no qual denunciava a “conspiração sionista-americana” e pedia não só a expulsão de Israel mas também a sua extinção (isto é, um genocídio). Quando chegou, a Assembleia aplaudiu-o de pé e continuou aplaudindo durante o discurso, e outra vez se levantou quando ele partiu. No dia seguinte, o secretário-geral da ONU e o presidente da Assembleia Geral ofereceram um jantar público em homenagem a Amin⁹⁴. Tentativas de levantar a questão da violação dos direitos humanos de Uganda na ONU, em 1976 e 1977, foram bloqueadas pelos votos africanos, que prestaram o mesmo serviço a Amin na Conferência da *Commonwealth*, em 1977. Mesmo quando invadiu a Tanzânia, em 30 de outubro de 1978, ato que resultou na sua queda cinco meses mais tarde, a OUA recusou-se a condená-lo, aconselhando Nyerere a aceitar a mediação. Desta vez, o ditador socialista da Tanzânia pôs fim à sua reserva verbal:

Desde que Amin usurpou o poder, tem matado mais gente do que Smith na Rodésia, mais do que Vorster na África do Sul. Mas a África tem uma propensão a não se importar se um africano mata outros africanos... Ser negro está agora se tornando o próprio certificado de permissão para matar outros negros⁹⁵.

Essa foi a consequência do princípio relativista moral adotado por Hammarhjöld: matança entre africanos não era de responsabilidade da ONU. Assim, Amin poderia ser perdoado, pois ficava implícito que a ONU lhe dera licença para praticar assassinato em massa e, até mesmo, genocídio. O regime de Amin foi decorrência da filosofia da geração Bandung, assim como do barbarismo que, uma

vez mais, emergia na África. Contudo, um ano depois de sua queda, a História estava sendo reescrita. Afirmou-se que o aplauso com que foi recebido na ONU fora "trônico". O terror estava sendo vinculado ao "imperialismo"⁹⁶. As desgraças de Uganda não terminaram quando o "exército de libertação" da Tanzânia chegou, trazendo Obote. A primeira coisa que os tanzanianos fizeram ao entrar em Kampala foi saqueá-la. Embora Amin tivesse recebido asilo no mundo muçulmano (Líbia, depois Arábia Saudita), suas forças tribais continuaram a ocupar e a aterrorizar parte do país. Com o apoio armado de Nyerere, Obote "venceu" as eleições de 1980. O UPC, partido de Obote, e a "comissão militar" controlada por Nyerere dividiram arbitrariamente os limites dos distritos eleitorais; declararam, ilegalmente, que 17 cadeiras foram vitórias incontestáveis do UPC; mataram um candidato de oposição do Partido Democrático (PD) e espancaram outros; removeram ilegalmente quatorze oficiais que não faziam parte do UPC; demitiram o presidente do Supremo Tribunal e outros funcionários, a fim de intimidar o Judiciário; e, finalmente, depois que se tornou claro, na noite da eleição, que o PD estava, apesar de tudo, ganhando, anunciaram na rádio oficial que todos os resultados seriam "examinados cuidadosamente" pelos militares — o que fez com que o secretário da comissão de eleição tivesse de fugir para sobreviver. O Exército, subsequentemente, destruiu as provas das vitórias do PD e Obote foi declarado vencedor⁹⁷. O resultado foi uma guerra tribal e regional. E o terrorismo generalizado, praticado por três "exércitos" indisciplinados que, na sua maioria, não eram pagos, prolongou indefinidamente a agonia da "terra de contos de fadas" de Churchill⁹⁸.

O caso de Uganda ilustrou a tendência pós-colonial da África, a partir dos anos 60, de se empenhar em lutas internas e externas, e tanto a OUA quanto a ONU, longe de arbitrar tais disputas, exacerbavam o impulso para a violência. Isso não foi fortuito. A militarização da OUA começou em Adis Abeba em 1963, quando, abandonando a resistência passiva, a força foi adotada como recurso para terminar com os regimes coloniais remanescentes, tendo sido formado um "comitê de libertação" sob a presidência da Tanzânia. No ano seguinte, no Cairo, foi o ex-pacifista Nyerere quem pediu a expulsão de Portugal pela força e, em 1965, foi o seu segundo-em-comando, Rashidi Kawawa, quem afirmou aos membros do Comitê da ONU sobre Colonialismo, em Dar es Salaam, que a função deles era idêntica à do Comitê da OUA: "dois comitês de libertação de importância histórica na luta contra o colonialismo". M. Coulibaly, de Mali, presidente do comitê da ONU, a princípio protestou: a ONU não podia ser identificada com um corpo militar regional. Depois capitulou, e seu comitê decretou que era legítimo que qualquer Estado usasse a força para expulsar os portugueses. Esta foi a primeira vez que a ONU se comprometeu com os militares, em oposição a uma solução pacífica dos problemas políticos. Quatro meses depois, em novembro de 1965, Nyerere persuadiu a OUA a estender o princípio à Rodésia⁹⁹.

Com a ONU e a OUA endossando e, mais ainda, incitando e mesmo ordenando o uso da violência, os Estados africanos usaram-na cada vez mais para resolver as guerras civis intertribais e disputas de fronteira, que o colonialismo havia congelado. A África tem a maior variedade lingüística e étnica de todos os continentes. Dos 41 estados independentes, somente o Egito, a Tunísia, o Marrocos, o Lesoto e a Somália eram basicamente homogêneos e, mesmo esses, tinham fronteiras questionáveis. Muitas guerras civis, uma vez que envolvem conflitos tribais que ultrapassam fronteiras, tendem a se tornar guerras externas. Uma das primeiras, a revolta

racial hutu de 1958, em Ruanda, contra seus suseranos tutsi, envolveu o Burundi, fato repetido três vezes nos 15 anos seguintes. A revolta dos polisários contra o Marrocos e a Mauritânia, a luta entre muçulmanos do norte e cristãos do sul, as guerras civis em Angola, no Sudão e na Nigéria, cinco dos mais longos e sérios conflitos, todas redundaram em intervenção estrangeira. A ONU e a OUA, o que não é de estranhar, deram prova de total incompetência para arbitrar esses conflitos. Um exemplo típico foi a divisão, em dezembro de 1975, do velho Saara espanhol entre o Marrocos e a Mauritânia, o que lembrava as divisões da Polônia no século XVIII (ou em 1939). A Argélia foi esquecida e, por conseguinte, apoiou os insurgentes polisários. A ONU tomou resoluções mutuamente excluentes, uma apoiando o Marrocos, a outra a Argélia. A OUA nunca tentou fazer valer sua principal máxima de que os Estados não deveriam interferir nos assuntos internos uns dos outros, exceto (bastante interessante) no caso da Uganda de Amin. Fracassou ao censurar Kadhafi, da Líbia, por suas tentativas de derrubar Sadat no Egito, Niheimi no Sudão, Bourguiba na Tunísia, Francis Tombalbaye e Felix Malloum no Chade, além das intervenções espalhafatosas em meia dúzia de outros Estados. A OUA também não foi capaz de evitar incursões de potências não-africanas, já que ninguém queria repetir o envolvimento desastroso com a ONU. Foram os próprios países, individualmente, que pediram o auxílio de tropas estrangeiras, como no caso de Quênia, Uganda e Tanzânia com a Grã-Bretanha e a Costa do Marfim, e no do Gabão e Senegal com a França¹⁰⁰.

As complexidades fronteiriças aumentaram consideravelmente depois de 1973-74, quando a Rússia soviética e seu satélite, Cuba, enviaram um grande número de tropas ao teatro africano. Um exemplo foi a Etiópia, país governado pelo velho imperador Hailé Selassié em regime semifeudal, semiliberal, através de um cuidadoso equilíbrio de assistência externa. Os indianos treinavam o Exército; os britânicos e os noruegueses, a Marinha; os suecos, a Força Aérea; os franceses operavam as ferrovias; os australianos, os hotéis; os iugoslavos, o porto; os russos, a refinaria de petróleo; os búlgaros, a frota pesqueira; os italianos, as cervejarias; os tchecos, as fábricas de sapato, e os japoneses, a indústria têxtil¹⁰¹. Os russos aproveitaram a chance de derrubar o velho rei em 1974 — foi asfixiado com um travesseiro — e ganharam o monopólio da influência, abandonando a sua protegida — a Somália. O pior que se pode dizer sobre a censura imposta pelo imperador foi o fato de ter ordenado o corte da cena de morte do rei na peça *Macbeth*; depois da queda do imperador, Shakespeare nunca mais foi encenado. O regime se tornou totalitário, massacrando oponentes às dezenas de milhares e se empenhou, até os anos 80, em guerras de grande escala nas fronteiras. Depois que a Rússia levou a Guerra Fria até a África, esta se tornou o teatro clássico da *Realpolitik*, da criação e anulação de alianças, e do princípio “o inimigo de meu inimigo é meu amigo”. Um exemplo característico foi a invasão do Zaire por Catanga, através da fronteira angolana em 1977-78. Os comunistas, que substituíram os “separatistas imperialistas”, ajudaram os catangueses com tropas cubanas e russas; a França e o Marrocos apoiaram o Zaire.

Aproximadamente trinta guerras civis e externas, que varreram os novos Estados africanos nas duas primeiras décadas de independência, foram responsáveis por um número cada vez maior de refugiados. Por volta de 1970, estes já totalizavam um milhão, cuja existência estava estatisticamente comprovada pela ONU. Esse número passou a 4,5 milhões em 1978, sem contar os dois milhões descritos como “não instalados” depois do retorno ao país natal. Em 1980, havia 2.740.300 refugiados

registrados pela ONU em 17 países africanos, além de dois milhões de "pessoas deslocadas", fruto, em sua grande maioria, das atividades militares da Rússia soviética, Cuba e Líbia¹⁰². O realocamento de uma proporção significativa dessa gente era remoto. Por volta dos anos 80, todos os Estados recém-independentes, com exceção da Costa do Marfim, Quênia e dos três países com reservas petrolíferas, Argélia, Líbia e Nigéria, estavam mais pobres do que sob o sistema colonial. Alguns estavam completamente alijados da economia de mercado.

Nessas circunstâncias, o rápido progresso material que marcara a fase inicial do colonialismo, em 1945-60, foi revertido. Embora a independência fosse fértil em pactos regionais — tais como o Grupo de Casablanca, composto de seis nações, o Grupo de Monróvia, composta de 15 nações, e os Doze de Brazzaville — esses pactos eram principalmente acordos verbais com objetivos políticos e se provaram efêmeros. Todavia, acordos específicos e práticos entre os países em relação às moedas, transporte e comunicações foram rompidos ou prescreveram. As guerras, as "emergências" e o fechamento de fronteiras interromperam as comunicações rodoviárias e ferroviárias. O material circulante ferroviário não foi renovado. As estradas deterioraram. O padrão de viagem retornou ao padrão de 1890, quando as conexões se davam principalmente entre as cidades costeiras (mais pelo ar do que por mar) e eram poucas no interior distante. A mobilidade se tornou instável e não confiável. No fim dos anos 70, os maiores engarrafamentos de trânsito, jamais provocados pelo homem, se verificaram em Lagos, e não no Ocidente, que é mais desenvolvido. Dizia-se que o chefe de Estado, general Mohammed, morrera porque não conseguiu solucionar o problema do engarrafamento: seu carro ficava preso todas as manhãs, à mesma hora (8h), tendo possibilitado desta forma o planejamento de seu assassinato. Em 1976, uma encomenda do governo nigeriano de 18 milhões de toneladas de cimento enfrentou um engarrafamento de cerca de quinhentos navios no porto de Lagos e, quando o navio que a transportava conseguiu desembarcar a carga, esta estava totalmente perdida¹⁰³.

O tráfego terrestre, em muitas áreas interioranas, mesmo na Nigéria, declinou, como atesta um relato: "Mais e mais a vida digna de nota da África se passa num raio de vinte milhas em torno de três dúzias de aeroportos internacionais"¹⁰⁴. Com o declínio do nível de controle do tráfego aéreo e os freqüentes fechamentos do espaço aéreo interno, muitas vezes era mais fácil e mais barato viajar entre as capitais africanas via Europa do que internamente. O mesmo acontecia com as ligações telefônicas: por exemplo, era impossível telefonar da Monróvia para Abidjan, numa distância de quatrocentas milhas, a não ser através da Europa ou dos Estados Unidos. Houve quem denunciasse que essa decadência, imobilizando a manifestação crítica, favorecia os governos autoritários africanos, que, na sua maioria, mantinham o transporte militar e as redes de comunicação para uso exclusivo, costume copiado da Cortina de Ferro. O Estado era também vítima dessa política. Em 1982, o embaixador do Chade em Bruxelas se queixava de que não se comunicava com o seu governo havia mais de um ano¹⁰⁵.

Igualmente marcante foi a deterioração do nível dos serviços médicos. O progresso com a erradicação da malária, que tinha sido espetacular no fim da década de 40 e década de 50, sofreu um retrocesso. O programa de vinte anos OMS, iniciado em 1958, foi um fracasso. Até o fim dos anos setenta, houve duzentos milhões de casos de malária no mundo e um bilhão de pessoas viviam em áreas de risco. Essa reversão de modo algum ficou confinada à África; os resultados na

América Central e na Ásia foram, de certa forma, ainda mais frustrantes¹⁰⁶. O fim da década de 70 testemunhou um inquietante aumento de casos de malária em capitais africanas onde a doença havia sido eliminada nos anos 50.¹⁰⁷ O retorno dos flagelos tradicionais era reflexo do aumento da desnutrição e da fome, do colapso da saúde pública e dos serviços hospitalares, e da escassez de médicos qualificados. Em 1976, a OMS reverteu sua política e decidiu que, a partir daquele momento, os “curandeiros das aldeias” seriam empregados nos serviços de saúde rurais, embora estabelecesse uma distinção entre parteiras, especialistas em encantar ossos fraturados, herbanários do tipo africano e “curandeiros” que usavam “bruxarias e superstição”. Em 1977, entretanto, essa distinção foi abandonada e os “curandeiros”, prestigiados por 90% da população rural, receberam o mesmo *status* que os práticos treinados cientificamente¹⁰⁸. Em Lagos, em meio ao caos do maior engarrafamento de trânsito mundial, foi aberto um hospital que preparava não só os médicos, mas também os “curandeiros”.

Uma geração depois da independência, o aspecto sombrio e diversificado do continente africano se manifestava no seguinte resumo de acontecimentos registrados no último ano da década de 70 e no primeiro ano da década de 80: Em 1979: *Sudão*: tentativa de golpe. *Marrocos*: guerra do Saara ocidental contra os guerrilheiros polísários, custando 750.000 libras por dia. *Etiópia*: vinte mil cubanos, além de tropas etíopes, lutavam em três frentes contra a Eritreia e a Somália, onde os refugiados chegaram a mais de um milhão. *Djibuti*: levante na região de Adar. *Quênia*: eleições pluripartidárias bem-sucedidas. *Tanzânia*: quarenta mil soldados invadiram *Uganda*, onde Amin, apoiado por 2.500 soldados da *Líbia*, foi derrubado. *Gana*: golpe comandado pelo capitão-aviador Jerry Rawlings; três ex-chefes de Estado e muitos outros políticos executados pelo pelotão de fuzilamento; açoites públicos de cidadãos corruptos; greve de policiais; país declarado oficialmente falido. *Nigéria*: tumultos por falta de alimentos, setenta mortos. *Senegal*: criado um quarto partido legal. *Mauritânia*: golpe — Ould Salack, que derrubara Ould Daddah em 1978, foi por sua vez derrubado por Ould Hardallah; paz assinada com os gerrilheiros polísários. *Mali*: eleições de um único partido. *Guiné*: libertação de prisioneiros políticos, incluindo o arcebispo de Conakry. *Benin*: eleições de um único partido. *Togo*: eleições de um único partido; julgamentos encenados dos chamados “elitistas brasileiros”. *República dos Camarões*: tentativa de golpe seguida de um pequeno massacre. *Chade*: guerra civil. *República do Povo do Congo*: golpe. *Guiné Equatorial*: derrubada do ditador Macias. *República Central Africana*: derrubada de Bokassa. *Zaire*: a maioria das estradas principais em estado lastimável; dois terços dos veículos imprestáveis por falta de peças; a ferrovia de Benguela fechada; 38% do câmbio exterior destinado ao serviço da dívida; 42% das crianças de menos de cinco anos de idade em estado de desnutrição. *Burundi*: 52 missionários expulsos por “subversão”. *Guiné-Bissau*: a arrecadação cobre somente 65% dos gastos. *Cabo Verde*: importação de mais de 90% da alimentação consumida. *Moçambique*: pena de morte estendida à sabotagem, terrorismo e atividades mercenárias; muitas execuções políticas; o presidente Machel ataca os homens de cabelo comprido e as mulheres de roupas justas; igrejas católicas e anglicanas fechadas. *Angola*: guerra civil. *Zâmbia*: muitas prisões políticas. *Malauí*: controles de importação. *Zimbábue*: fim do governo branco depois de uma década de guerra civil; vinte mil mortos. *Namíbia*: guerrilhas. *Lesoto*: guerrilhas. *Suazilândia*: economia sob pressão por causa dos refugiados. *Botsuana*: idem. *África do Sul*: guerrilhas.

Em 1980: *Sudão*: eleições unipartidárias. *Tunísia*: tentativa de golpe. *Marrocos*: guerra contra os polisários. *Argélia*: concentração na indústria pesada, ao estilo soviético, abandonada por fracasso. *Etiópia*: metralhadoras de helicópteros soviéticos usadas contra os somalis, oromos, galas e outras raças não-amáricas. *Somália*: mais de 1,5 milhões de refugiados. *Tanzânia*: Nyerere, único candidato, eleito presidente; fome. *Zanzibar*: tentativa de golpe. *Uganda*: despesa com a manutenção do Exército, de 20.000 homens, para ocupação da *Tanzânia*; despesa com o Exército de *Uganda*, de seis mil homens, que consumia 37% da arrecadação; cinquenta assassinatos políticos por semana em Kampala; fome. *Gana*: inflação de 114%; universidades fechadas. *Nigéria*: tentativa de golpe; mil mortos. *Gâmbia*: partidos de oposição banidos; muitas prisões. *Libéria*: golpe; muitas execuções por pelotão de fuzilamento. *Senegal*: afastamento voluntário de Senghor depois de vinte anos de governo. *Mauritânia*: golpe: Ould Hardallah derrubado por Ould Louly. *Mali*: greve nas escolas; economia descrita como “catastrófica”. Golpe financiado em *Guiné*, após disputas sobre direitos petrolíferos. *Costa do Marfim*: eleições unipartidárias. *Alto Volta*: golpe. *Níger*: invasão de nômades financiados pela Líbia. *Benin*: presidente Kerekou “convertido” ao islamismo durante uma visita a Kadhafi. *República dos Camarões*: economia sob pressão por causa dos refugiados do Chade. *Chade*: guerra civil e invasão pela Líbia. *Zaire*: Mobutu declara em 4 de fevereiro: “Enquanto eu viver nunca tolerarei a criação de um outro partido”. *Guiné-Bissau*: golpe. *São Tomé*: ameaça de invasão por exilados; mil angolanos e cem cubanos aí se instalam. *Angola*: guerra civil. *Zâmbia*: tentativa de golpe. *Zimbábue*: eleições livres supervisionadas pelos britânicos. *Namíbia*: guerrilhas. *Lesoto*: invasão pelo “Exército de Libertação do Lesoto”. *África do Sul*: guerra de guerrilhas¹⁰⁹.

Esse resumo oculta muitos matizes, mas confirma um padrão de declínio no recorrente ciclo de interesses na África. O primeiro ciclo, que pode ser chamado de período Rhodes, durou dos anos 1880 até a Primeira Guerra Mundial, quando muitos acreditavam que os recursos da África seriam o esteio da futura prosperidade da Europa. Este ciclo se manteve por um breve período no início da década de 20 e depois evaporou-se. Um outro ciclo de interesses começou no fim dos anos 40 e chegou ao clímax no início dos anos 60, durante a fase de passagem do colonialismo para a independência. Começou a desmoronar com a militarização, no fim da década de 60. Por volta do início dos anos 80, o ciclo se fechava: isto é, o interesse do mundo pela África confinava-se, em grande parte, a certos produtores importantes, especialmente Nigéria e África do Sul. Nessa época, ficou claro que grande parte do continente se tornara e ia permanecer politicamente instável e incapaz de um crescimento econômico auto-sustentável, ou mesmo conseguir um lugar na economia internacional. A África se tornou simplesmente um local para as guerras substitutas, como foi a da Espanha dos anos 30. Na África, a casta política profissional e o Estado onipotente foram responsáveis por dispendiosos e sangüinários fracassos. Devemos agora examinar até que ponto o mesmo modelo foi aplicado, especialmente nos dois gigantes golpeados que abrigavam quase a metade da população mundial — a China e a Índia.

16

EXPERIMENTANDO COM A METADE DA HUMANIDADE

No verão de 1966, a imprensa oficial de Pequim noticiou que, a 16 de julho, Mao Tse-tung, o presidente do Partido Comunista Chinês, então no seu 70º ano, organizara e liderara uma multidão para nadar no rio Yangtse. Algumas fotografias imprecisas, do que parecia ser sua grande cabeça redonda emergindo da água, foram publicadas. A reportagem dizia que ele nadara quase dez milhas em apenas pouco mais de sessenta minutos e o descrevia “radiante de vigor e cheio de animação”¹. Este fato era meramente um dos prodígios que parecem ter acontecido na China no quarto de século entre a ascensão de Mao ao poder e sua morte em 1976. Todos acreditavam que a China, com grande perseverança, estava superando os problemas econômicos que os países altamente populosos, atrasados e de grande extensão territorial tinham de enfrentar. E o conseguia com o apoio de um entusiástico consenso nacional.

Os visitantes retornavam ardentes admiradores do comunismo de Mao. A China, um deles escreveu, era “uma espécie de monarquia indulgente dirigida por um imperador-sacerdote que tinha conquistado a devoção total de seus súditos”. Seu povo, predisse outro, seria a “encarnação da nova civilização do mundo”. Simone de Beauvoir declarou: “A vida na China de hoje é excepcionalmente agradável”. O país se tornara, disse outra testemunha, “quase tão meticulosamente cuidadoso sobre as vidas humanas quanto a Nova Zelândia”. David Rockefeller elogiou “o sentido de harmonia nacional” e argumentou que a revolução de Mao tinha sido bem-sucedida, “não apenas porque promoveu uma administração mais eficiente e dedicada, mas também porque fomentou uma elevada moral e uma comunidade de propósitos”. Outro visitante americano achou as mudanças “milagrosas... A revolução maoísta é, de um modo geral, a melhor coisa que aconteceu ao povo chinês em séculos”. O que atraía mais admiração era o progresso no aspecto moral. “De todas as comunas que visitei”, comentou Felix Greene, “todas, com exceção de uma, negaram ter conhecimento de qualquer criança nascida fora do casamento”. A lei e a ordem, disse outro visitante americano, ... “são mantidas muito mais pelo alto código moral reinante do que por qualquer ameaça de ação policial”. Outro insistia que os arrecadadores de impostos haviam-se tornado “incorruptíveis” e que os intelectuais, para provar sua ausência de “desprezo pelos camponeses”, “arrastavam tinhas de estrume em suas horas de folga”².

Esses testemunhos lembravam os acrílicos elogios esbanjados por aqueles que visitaram Stálin e seu regime, durante os horrores da coletivização e dos grandes expurgos. Quando questionados sobre esses testemunhos, replicavam, cheios de admiração, que as lições dos erros soviéticos tinham sido absorvidas, especialmente graças ao gênio extraordinário de Mao. Ele era, escreveu Jan Myrdal, “o terceiro na linha de Marx e Lênin”, e solucionara o problema de como “se poderia impedir que a revolução se degenerasse”. Ele “combinava”, escreveu um cientista político americano, “qualidades que raramente coexistem num único ser humano com tal intensidade”. Han Suyin argumentava que, ao contrário de Stálin, Mao “é extremamente paciente e acredita em debate e reeducação”, e tinha “uma preocupação permanente com a prática da democracia”. Quando surgia um problema, relatou um sinólogo americano, Mao “invariavelmente” reagia “de forma incomparavelmente criativa e profundamente ética”. Felix Greene acreditava que a fome de poder tinha sido eliminada e que “não havia provas de manobras para obter o poder ou de rivalidades pessoais, que muitas vezes foram observadas no Kremlin”. Mao não era apenas um soldado, um líder, um poeta, um filósofo, um professor, um pensador e um carismático: era também uma espécie de santo. O que mais impressionou Hewlett Johnson foi “algo que nenhum quadro jamais estampou: um olhar indescritível de bondade e simpatia, uma óbvia preocupação com as necessidades dos outros... esses elementos formavam o conteúdo profundo de seus pensamentos”³.

É desnecessário dizer que essas histórias de viajantes, assim como na Rússia de Stálin, tinham pouca ou nenhuma relação com a verdade, o que era mais curioso ou infinitamente mais deprimente. A imagem pública de Mao, também, era tão distante da realidade quanto a de Stálin. Mao não era um santo. Não tinha nada de sábio ou de mandarim. Era um camponês forte, grosseiro, brutal, simples e impiedoso — na verdade, um *kulak*; uma versão instruída de seu pai. Khruchtchev, com muita propriedade, comparou-o a “um urso, balançando de um lado para o outro quando se movia, calma e vagarosamente”⁴. Falando ao Politburo em 1956, Mao advertiu: “Nós não devemos seguir cegamente a União Soviética... Cada peido tem uma espécie de cheiro e não podemos dizer que todos os peidos soviéticos cheiram bem”⁵. Três anos mais tarde, admitindo o fracasso do “Grande Salto”, ele disse ao mesmo grupo: “Camaradas, vocês devem analisar a própria responsabilidade. Se vocês devem cagar, caguem! Se vocês devem peidar, peidem! Vocês se sentirão muito melhor assim”⁶. De outra vez, em 1974, revendo as deficiências da Revolução Cultural, filosofou: “A necessidade de cagar depois de comer não significa que comer é uma perda de tempo”⁷. Um comunista belga conta que, durante a concentração dos Guardas Vermelhos na praça da Paz Celestial, em 18 de agosto de 1966, quando Mao se afastava, de tempos em tempos, para tirar a túnica e enxugar o peito e as axilas, comentava: “Não é saudável deixar o suor secar no corpo”⁸.

Sob esse exterior grosseiro, entretanto, batia um forte coração romântico — certamente, arrebatado. E provavelmente pode ser verdade, como Stálin insistia em 1949, que Mao não fosse um verdadeiro marxista: “Ele não compreende as verdades marxistas elementares”⁹. Enquanto usava as formulações marxistas e mesmo se considerava um grande pensador marxista, muito superior aos desprezíveis sucessores de Stálin, na prática, Mao nunca tentou aplicar a análise objetiva marxista. Não acreditava de todo em “situações objetivas”. Tudo estava na mente: ele poderia ser descrito como um Emile Coué geopolítico que acreditava no “espírito sobre a matéria”. Baseando-se na “tremenda energia das massas”, argumentava ele, “é

possível realizar qualquer tarefa"¹⁰. "O que existe é o pensamento improdutivo", disse ele, "e não regiões improdutivas. O que existem são métodos pobres de cultivar a terra e não uma terra pobre"¹¹. Esse desprezo pela realidade objetiva explica sua disposição de aceitar a perspectiva de uma guerra nuclear e sua convicção de que a China seria vencedora. "O vento do Oriente prevalece sobre o vento do Ocidente", disse em 1957. "Se o imperialismo insiste numa guerra, não temos alternativa senão lutar até o fim, antes de prosseguir com a nossa construção"¹². No mesmo ano, em Moscou, chocou os companheiros comunistas com o mesmo argumento: "Nós podemos perder mais de trinta milhões de pessoas. E daí? Guerra é guerra. Os anos passarão e voltaremos a trabalhar produzindo mais bebês do que nunca" (segundo Khrushchev, ele "usou uma expressão indecente")¹³. Mais tarde, assumiu uma posição semelhante sobre uma guerra com a Rússia: "Mesmo que ela continue indefinidamente, o céu não desabará, as árvores crescerão, as mulheres darão à luz e os peixes nadarão"¹⁴. Durante toda a vida, parece ter acreditado que a verdadeira dinâmica da história não era tanto a maturação das classes (essa poderia ser a expressão aparente) mas a determinação heróica. Ele se via como o super-homem nietzschiano encarnado.

Nas aspirações artísticas, no romantismo e na crença de que a vontade é a chave não apenas do poder mas também da realização, Mao era um Hitler oriental. Embora o culto de Mao mostrasse uma semelhança superficial com o stalinismo, na verdade desempenhava um papel muito mais criativo e central no Estado maoísta. Como Hitler, Mao adorava a política enquanto teatro. O *décor* do seu regime era muito mais impressionante e original do que as desbotadas imitações de Stálin da pompa nazista. Ele usou e transformou a majestade da era imperial. As multidões eram treinadas para saudá-lo com o canto ritual. "Vida infinita para o presidente Mao". Imitando os imperadores, fazia, todos os anos, o gesto simbólico de arar a terra, usava a Cidade Imperial como sua residência e dava instruções caligráficas para os monumentos¹⁵. Considerando-se o próprio sol, introduziu um culto ao sol, isto é, a si mesmo, no hino "O Oriente é vermelho", que impôs à China como um segundo hino nacional:

Do Oriente Vermelho o sol se levanta:
Surge na China um Mao Tse-tung.

Seu rosto redondo como o sol aparecia em grandes cartazes; e, como o sol, ele aparecia na aurora para inspecionar os Guardas Vermelhos, no verão de 1966. Esses eventos, dos quais oito aconteceram sucessivamente em poucas semanas, permitiam que o sol brilhasse sobre 11 milhões de pessoas, e se assemelhavam extremamente aos comícios monstros de Nuremberg. Os Guardas Vermelhos cantavam ritmadamente *slogans* maoístas, enquanto Lin Piao (à feição de Goebbels) puxava a ladainha: "Abaixo os capitalistas no poder! Abaixo as autoridades burguesas reacionárias! Desapareçam todos os demônios perversos e os espíritos maléficos! Sumam as Quatro Coisas Velhas: o velho pensamento, a velha cultura, os velhos costumes, os velhos hábitos. O Pensamento de Mao Tse-tung deve dirigir e transformar o espírito, até que o poder do espírito transforme a matéria!" (18 de agosto de 1966)¹⁶. O pensamento de Mao era "o sol de nossos corações, a raiz de nossas vidas, a fonte de nossa força"; "seu pensamento é um compasso e um alimento espiritual", era "como um porrete maciço brandido por um macaco de ouro", um "brilhante raio

de luz" expondo "monstros e duendes", uma série de "espelhos mágicos para detectar os demônios", e ele próprio era "a fonte de toda a sabedoria". A Revolução e suas realizações eram (digamos) uma forma gigantesca do pensamento de Mao, já que "todas as nossas vitórias são vitórias do Pensamento de Mao Tse-tung"¹⁷.

O *Livrinho vermelho* desempenhava papel semelhante ao de *Mein Kampf* e, da mesma maneira que Hitler, Mao organizava desfiles militares, com grandiosas bandas de música e espetáculos de *son et lumière* para provocar ilusão e histeria. Em seus comícios monstros de 1966, bandas de mil instrumentos tocavam "O Oriente é vermelho"; um filme do IX Congresso Nacional do PCC em 1969 registrava delegados que brandiam o *Livrinho vermelho* como se fossem estandartes, sacudiam-se em frenesi, com lágrimas rolando pelas suas faces, uivando e latindo como animais, no Grande Salão do Povo¹⁸. A virulenta linguagem insultuosa que Mao e seus assecclas usavam para evocar o ativismo violento e intolerante tinha muito do anti-semitismo de Hitler.

A mais marcante semelhança de Mao com Hitler estava em sua iminente escatologia. Mao era, acima de tudo, um homem profundamente impaciente. Falta-lhe o estoicismo sem precipitações, e sem remorsos, com que Stálin perseguia seus objetivos e seus desafetos. Mao, como fazia Hitler, queria acelerar a história. Pensava que seus sucessores seriam poltrões e pusilânimes e que, se as coisas não fossem feitas durante a sua existência, nunca mais seriam feitas. Estava sempre ouvindo a carruagem alada do tempo atrás dele e sua impetuosidade encontrou expressão no insaciável amor pelo drama. Num sentido, Mao nunca fez a transição da revolução para a administração. Faltava-lhe o apetite burocrático de Stálin. Para ele, a história era uma encenação cósmica, uma sucessão de episódios espetaculares, na qual era o ator, o empresário e o espectador. Logo que a cortina descia estrepitosamente após uma cena — "a Longa Marcha", digamos, ou "a Queda do KMT" — exigia que novamente se levantasse, e que a ação recomeçasse, mais rápida e com mais fúria do que antes.

Em consequência, o reinado de Mao era um sinistro melodrama, que algumas vezes degenerava para a farsa, mas era sempre, no sentido mais profundo, uma tragédia, já que a encenação não era teatro, mas uma série gigantesca de atos experimentais com centenas de milhões de pessoas reais, vivas e sofridas. O primeiro drama depois da derrota do KMT parece ter ocorrido no final de 1950. Inicialmente, a reforma agrária introduzida no sul, sob a lei de 1949, não foi radical. Um discurso de Lin Piao, em 14 de junho de 1950 conseguiu freá-la. A expressão benevolente "próspero camponês médio" substituiu "camponês rico", e as novas categorias "pequena nobreza esclarecida" e "pequenos proprietários" foram cunhadas para manter os fazendeiros eficientes em ação¹⁹. A Guerra da Coréia deu a Mao o pretexto para acionar o primeiro cataclisma do pós-guerra. Em 1951, e ainda mais em 1952-53, a reforma agrária foi continuamente acelerada e conduzida com a maior selvageria. Houve a "Campanha dos Três Anti", imediatamente seguida da "Campanha dos Cinco Anti". A 21 de fevereiro, novos "Regulamentos relativos ao castigo dos contra-revolucionários" estabeleceram sentenças de prisão perpétua e morte para uma ampla variedade de "crimes". Todas as cidades importantes realizavam comícios monstros nos quais os "inimigos" sociais eram denunciados publicamente e sentenciados. Alguns meses depois, só em Pequim, quase trinta mil reuniões desse tipo foram realizadas, com a presença de três milhões de pessoas. Diariamente os jornais publicavam extensas listas de nomes de "contra-revolucionários" executados. Em outubro de 1951, declarou-se que foram comprovados oitocentos mil casos nos

primeiros seis meses do ano (Chou En-lai afirmou mais tarde que 16,8% foram sentenciados à morte, o que corresponde a 135.000 execuções no total, ou 22.500 por mês — um índice alto, mesmo para os piores padrões de Stálin). O número total de mortos nesse primeiro drama do pós-guerra de Mao pode ter alcançado o elevado número de 15 milhões, embora seja mais provável um número entre um e três milhões²⁰.

Essa gigantesca peça de engenharia social foi acompanhada pela primeira tentativa de Mao de engenharia mental ou lavagem cerebral, que denominou “reforma do pensamento”. Era destinada a substituir a tradicional devoção à família pela devoção filial ao Estado, considerado como o valor central moral da nação, e também para fazer de Mao o substituto da figura do pai²¹. Mao definiu a “reforma do pensamento” (23 de outubro de 1951) como uma pré-condição vital para “a integral transformação democrática e a industrialização progressiva de nosso país”. Criou um “Movimento para o estudo dos Pensamentos de Mao Tse-tung”, de âmbito nacional; aqueles que o rejeitavam, rotulados de “ocidentais”, eram “reformados” nas prisões, muitas vezes acorrentados (por períodos variáveis) com pesados e dolorosos ferros. O drama, entretanto, não abrangia somente as vítimas da “reforma agrária” e os que criticavam a forma pela qual era feita. Do total dos oito “Anti”, muitos eram dirigidos a comerciantes, diretores industriais e burocratas: a campanha, na verdade, abrangia praticamente a nação inteira.

Como todos os demais dramas de Mao, este fracassou quando perdeu interesse e confiança nos resultados, ou quando as consequências desastrosas se tornavam óbvias pela baixa produtividade agrícola e pela alta do custo de vida. Mas, por volta de 1955, a impaciência de Mao era visível de novo. Num discurso de 31 de julho de 1955, anunciou, subitamente, uma aceleração no processo de coletivização das fazendas e nacionalização abrupta de todo o comércio e indústria que ainda eram de propriedade privada. Chamou 1955 de “o ano de decisão na luta entre o socialismo e o capitalismo”²³. Era igualmente uma campanha para mudar as mentalidades: os “camponeses pobres” adquiririam o “controle” e depois “fortaleceriam a unidade” com os “camponeses médios”, e mesmo com os “camponeses médio-altos”, contra a “infiltração” dos “contra-revolucionários”, “tratantes” e “demônios”. Desiludido com os resultados, em 1976 Mao lançou repentinamente, como era seu costume, a campanha política “Deixe que uma centena de flores floresça”, para persuadir uma grande variedade de vozes a manifestar-se livremente. Afirmava que “as idéias corretas, se não forem tratadas em estufa, longe da exposição às forças da natureza, ou não tiverem imunização contra doenças, não vencerão as idéias erradas”. Khrushchev era de opinião que todo o episódio das “cem flores” fora mera “provocação”. Mao, a “pretexto de abrir as comportas da democracia” para “incitar as pessoas a expressar seus pensamentos mais íntimos”, visava a “destruir aqueles cujos pensamentos considerasse perigosos”²⁴. Em todo caso, houve uma total reversão da campanha, sem qualquer aviso. “Elementos direitistas” foram enviados a campos de trabalho; professores que haviam, por um breve período, “florescido”, se viram limpando lavatórios; e, em 1957, as experiências de proteção à “legalidade socialista” foram revogadas²⁵.

Esses acontecimentos confusos, ou mini-dramas abortivos, devem ser analisados à luz da crescente insatisfação de Mao em relação às políticas dos sucessores de Stálin em Moscou. Ele não gostava e não concordava com Stálin: reagiu à morte dele provocando o suicídio ou o assassinato, em fevereiro de 1954, de Kao Kang,

agente stalinista e chefe do Comitê de Planejamento do Estado. Mas condenava firmemente a “desestalinização” como uma tentativa de culpar o caráter de um único homem pelos erros coletivos. Considerou uma hipocrisia o discurso de Khruchchev, pronunciado em 1956, que repudiava o stalinismo. Os outros, inclusive Khruchchev, estavam afundados até o pescoço com os crimes de Stálin. Como podia Khruchchev assumir aquele papel, perguntava ele, “se batia no peito, esmurrava a mesa e gritava imprecensões no mais alto tom de voz?”. Seria, também ele, um “assassino” e um “bandido”? Ou apenas um “tolo” e um “idiota”²⁶? Era óbvio que Mao temia que a campanha de Moscou contra o “culto da personalidade” pudesse ser usada contra ele. Fundamentalmente, entretanto, achava que a absoluta pobreza intelectual da nova liderança de Moscou — agora que Stálin estava morto — fortalecia sua posição, na primazia pontifícia do bloco. Decidiu-se a estarrecer os camaradas, a leste e a oeste, com o golpe de audácia de sua próxima jogada, anunciando, em setembro-outubro de 1957, o novo drama do Grande Salto para a Frente, lançado com espetacular publicidade na primavera seguinte.

O Grande Salto foi, talvez, a mais pura expressão da impaciência crônica de Mao, sua crença no domínio do espírito sobre a matéria, sua confiança em que, se a vontade assim o determinasse, a era dos milagres ainda não terminara. Queria chegar, num grande salto, ao comunismo, até mesmo a um estágio em que o Estado “murcharia”. Projetou sua ansiedade para introduzir os camponeses na história: eles eram “pobres e vazios”, o que era uma “boa coisa — gente pobre quer mudanças, quer fazer coisas, quer revolução. Uma folha limpa de papel não contém borrões, e, assim, nela as mais novas e mais lindas palavras podem ser escritas”²⁷. Como peça de engenharia social, o Salto foi irresponsável e impulsivo, mesmo para os padrões de Mao. Justificou-o com o argumento de que Stálin andara “numa perna só” — isto é, criara áreas agrícolas e industriais, separadas e monópodes. A China começaria “andando sobre as duas pernas”, movendo-se em linha reta para comunas auto-suficientes (calcadas historicamente na Comuna de Paris de 1870), contando cada uma delas com setores de serviço, setores industriais e agrícolas e uma milícia de defesa: “unidade de trabalho e de armas”²⁸.

A dimensão e rapidez de seu teatro experimental foi quase inacreditável. Em janeiro-fevereiro de 1958, depois de breve intervalo para organizar a confusão, entre agosto e dezembro, a vida econômica, política e administrativa de cerca de setecentos milhões de chineses (90% da população) foi completamente transformada. Na província de Henan, por exemplo, 5.376 fazendas coletivas foram transformadas em 208 grandes “comunas do povo”, com uma média de oito mil residências em cada. Esperava-se que essas unidades viessem a ser praticamente auto-suficientes e, principalmente, produzissem seu próprio aço. Foi uma resolução, como disse Khruchchev, em que “Mao agiu como um lunático no trono e virou o país de cabeça para baixo”. Declarou também que, quando Chu En-lai estivera em Moscou, e admitira que a indústria siderúrgica chinesa se tornara uma só confusão, A. F. Zasyadki, presidente-adjunto da Comissão de Planejamento do Estado, foi então destacado para investigar o caso. No relatório a Khruchchev, confirma que engenheiros siderúrgicos, treinados pelos soviéticos, estavam sendo obrigados a trabalhar na agricultura e a indústria siderúrgica se transformara “numa ruína”. A usina siderúrgica que ele visitou estava “sob a direção de um velho”. Todo o equipamento, dinheiro e força de trabalho da Rússia estavam sendo desperdiçados²⁹. Segundo parecia, Khruchchev concluía que Mao era outro Stálin, e, pior, que era um louco que arruinaria

o país e explodiria o mundo se dispusesse de meios para isso. Por conseguinte, o Grande Salto foi o ponto final do programa de assistência técnica da Rússia (inclusive armas nucleares), em 1959, e a declaração de ruptura admitida pelo Congresso do Partido Romano no ano seguinte, quando denunciou a liderança chinesa como constituída de "homens loucos", "puros nacionalistas" que queriam desencadear uma guerra nuclear.

Na China, a política do Grande Salto cessou em 23 de julho de 1959, quando Mao deu o sinal para baixar o pano, afirmando abruptamente que "o caos se instaurou em grande dimensão e eu assumo a responsabilidade"³⁰. Mas as conseqüências do drama tiveram seu irresistível momento próprio. Foi o ano dos desastres naturais que, combinados com o desastre artificial do Grande Salto, registraram uma fome que durou até 1962 e cujas dimensões catastróficas se assemelhavam à produzida por Stálin no início da década de 30.³¹ Até hoje os estrangeiros não sabem exatamente o que aconteceu à agricultura chinesa durante esses anos terríveis. A indústria do aço foi destruída e teve de ser reconstruída praticamente do nada. A agricultura também teve de ser reorganizada pela volta às cooperativas e redução para dois mil lares nas unidades das comunas. Mas os grãos e o gado se perderam para sempre. As pessoas morriam de fome. Quantos milhões morreram em decorrência do Salto é uma conjectura: os números não estão disponíveis.

O desastre do Grande Salto parece ter exaurido em grande parte o capital político que Mao conseguiu junto a seus companheiros, durante a bem-sucedida guerra revolucionária. Ele nunca manteve o poder supremo e solitário de um Hitler ou de um Stálin, não só por causa da natureza inacessível dos problemas da China — falta de centralização e comunicações modernas — mas também porque nunca possuíra um dispositivo de terror de dimensões idênticas às da KGB ou da Gestapo-S.S. O partido era mais regionalizado que na Rússia; havia uma profunda polarização entre o conservadorismo de Pequim e o radicalismo de Shanghai. Depois que a cortina caiu sobre o drama de 1959, Mao absteve-se de histrionismo por uns tempos; parece que decidiu "descansar". Foi dessa época o começo da "luta das duas linhas", com os "revisionistas" temporariamente em superioridade. Nunca mais estes permitiram que Mao interferisse no processo produtivo diretamente, tanto na agricultura quanto na indústria pesada. Agora, Mao envolvia-se com a cultura e a educação. Jamais gostara do mandarinismo e do sistema cultural. Em certo sentido, odiava a "civilização" tanto quanto Hitler. Na China, ela não representava a conspiração internacional judaica, mas o insuportável peso morto de um passado de quatro mil anos. Nesse aspecto, a sua revolução não parece ter mudado coisa alguma — e foi por causa desse fracasso cultural, raciocinou ele, que o Grande Salto se provou impraticável.

A 13 de fevereiro de 1964, Mao fazia declarações prenunciadoras de mudanças: "O método atual de educação destrói o talento e a juventude. Não aprovo a leitura de tantos livros. O método de exames assemelha-se ao método de combate ao inimigo. É muito prejudicial e deve ser suprimido"³². Nove meses depois já se revelavam inequívocos sinais de impaciência e desejo ardente de um novo drama: "Não podemos seguir os velhos caminhos de desenvolvimento técnico trilhados por todos os países do mundo, arrastando-nos, passo a passo, atrás deles. Temos de esmagar as convenções... quando falamos do Grande Salto para a Frente, é a isso que nos referimos"³³. Assim, o Salto passou de físico para mental: no início de 1965, renasceu o interesse de Mao pela lavagem cerebral, a qual veio a ser a marca predominante de seu seguinte e maior drama.

Nessa época, a China foi, efetivamente, dirigida por um triunvirato: o próprio Mao, Liu Shao-chi, chefe de Estado, encarregado do Partido e, especialmente, de todo o aparato de Pequim, e Lin Piao, chefe do Exército. Mao resolveu encenar o novo drama de forma indireta, colocando no centro do palco a sua mulher, a atriz de cinema Chiang Ching. Ela foi escolhida para desempenhar o papel de estrela do que logo viria a ser denominado "Revolução Cultural". Era característico do romantismo de Mao sua atração por atrizes. Tivera um caso, por exemplo, com a famosa Lily Wu. Ho Tzu-chen, que na época era sua mulher, descobrindo esta ligação, entrou com uma petição e obteve o divórcio num tribunal especial do Comitê Central que, então, baniu ambas as mulheres. Em 1939, Mao casou-se com Chiang Ching, que atuara no teatro, na década de 30, em Shangai, usando o nome de Lan Ping. Segundo declarações suas, ela se tornou profissional com a idade de 13 anos, ingressou no partido com 19 e, aos 23, conheceu Mao em Yenan, quando este lhe ofereceu uma entrada grátis para uma conferência que faria no Instituto Marxista-Leninista³⁵. Mas, em outras versões, ela aparece como uma pessoa mais velha, que se casara umas três ou quatro vezes em Shangai nos anos 30, tivera inúmeros casos no mundo cinematográfico e despertara ódios e inimizades.

Durante os primeiros vinte anos de seu casamento, Chiang Ching se manteve, ou foi mantida, nos bastidores. Há uma suspeita profundamente enraizada na China de que, em seu papel de esposa, tenha sido responsável por clamorosas intrigas políticas, fato a que se deu o nome de "síndrome da imperatriz viúva". No início dos anos 60, era considerado extraordinário o fato de Wang Kwangmei, mulher do chefe de Estado, Liu, se vestir na moda, usar pérolas e até dançar (nascera nos Estados Unidos) quando acompanhava seu marido em viagens ao exterior, o que deve ter provocado ciúmes em Chiang. Esta se tornara a figura central de um grupo de pseudo-intelectuais descontentes e escritores fracassados, atores e diretores de cinema de menor importância, principalmente em Shangai, todos desejosos de controlar as artes e radicalizá-las. Havia uma certa injunção partidária na "linha" deles. Em 1950, em sequência aos expurgos culturais de Zhdanov na Rússia soviética, foi criado na China um "departamento de reforma da ópera", que se inspirou num grupo de teatro fundado na Academia do Exército Vermelho, em 1931, e no chamado "Regimento Chinês de Túnica Azul", que usava o teatro de improviso para, em palcos móveis, disseminar a ideologia. Em 1952, foi criado o Teatro de Arte do Povo de Pequim, para produzir dramas didáticos "modernos"³⁶. Mas os resultados foram muito pobres. Na década de 60, os clássicos chineses continuavam dominantes e, paralelamente, muitos teatros independentes floresciam, com montagens de Ibsen, O'Neill, Shaw, Tchekhov, e empregando o método Stanislavsky³⁷. O próprio grupo de Chiang — a Liga dos Dramaturgos da Ala-Esquerda — não conseguia encenar seus trabalhos e era até suspeito de trotskismo³⁸. Consta que Chiang levou ao cenário chinês, já envenenado pelo rancoroso facciosismo sectário, inerente à política marxista-leninista, a vendeta teatral.

Chiang obteve uma vitória, em junho-julho de 1964, quando o frustrado Mao lhe permitiu realizar o Festival da Ópera de Pequim sobre Temas Contemporâneos no Grande Salão do Povo. Esse evento consistiu em 37 novas óperas (33 sobre a Revolução, 4 sobre revoltas anteriores), representadas por 28 companhias proletárias oriundas de 19 províncias. O mais surpreendente ainda foi o fato de Mao ter-lhe permitido fazer um discurso, o primeiro feito por uma mulher, desde que ele assumiu o poder. Nesse discurso, ela declarou que havia três mil companhias teatrais profis-

naoais na China, incluindo noventa que supostamente tratavam do drama "moderno". Contudo, o palco chinês era dominado por velhos temas, heróis e heroínas, "por imperadores, príncipes, generais, ministros, eruditos e beldades e, ainda por cima, fantasmas e monstros". Havia "mais de seiscentos milhões de trabalhadores, camponeses e soldados em nosso país", em oposição a "apenas um punhado de proprietários de terra, camponeses ricos, contra-revolucionários, maus elementos, direitistas e burgueses". Por que deveria o teatro servir a esses poucos e não aos seiscentos milhões? E recomendava à representação universal certas "óperas-modelo", tais como *Raid on the White Tiger Regiment* e *Taking Tiger Mountain by Strategy*³⁹. Nada disso foi bem aceito em Pequim, repositório e guardião da cultura chinesa. O prefeito e chefe do partido, o ultramandarim Peng Chen, comentou que suas óperas "ainda estavam no estágio de usar fraldas e de chupar o dedo". Todos detestavam o hábito de Chiang de telefonar para seus oponentes e críticos para "brigar com eles". Quando pediu a Peng que lhe cedesse uma companhia de ópera — "para reformar ao meu jeito" — e mostrou-lhe uma nova ópera revolucionária, com a qual se propunha reformar a companhia, ele recusou categoricamente, arrancou a partitura de suas mãos e desafiou-a a "tomar uma atitude drástica, se assim lhe aprouvesse"⁴⁰.

Sua atitude drástica foi convencer Mao a deixar Pequim e passar a maior parte de 1956 em Shangai. Lá, muitos e variados assuntos lhe vieram à cabeça: o ódio à Rússia soviética, à sua liderança e à nova classe de burgueses burocratas que haviam frustrado o Grande Salto; o anseio por um herói maduro que fascinasse outra vez os jovens; o desprezo pela educação formal; a aversão às pessoas que floresceram em virtude do mandarinismo; os ciúmes de Liu. O livro de Liu, *How to be a Good Communist*, vendeu 15 milhões de cópias em 1962-6, tantas quanto os livros de Mao na época. Os editoriais oficiais incitavam os camaradas a estudar Liu par a par com Mao. Os dois homens haviam brigado violentamente sobre as causas do fracasso do Salto⁴¹. Assim, às ambições sufocadas de uma atriz fracassada se juntaram os ressentimentos de um autor injuriado. Mao desistiu de ler o *People's Daily* de Pequim, mudando para o jornal das Forças Armadas, *Liberation Army Daily*. Estava engendrando outra explosão dramática. Observou carrancudo a André Malraux: "Estou sozinho com as massas — esperando". Para o bajulador embaixador francês que lhe disse que a juventude estava com ele, Mao retrucou: "As coisas que o senhor viu representavam apenas um lado da situação — o senhor não viu o outro lado". Declarou a um grupo de albaneses que a nova elite privilegiada na Rússia saíra primeiro dos círculos literários e artísticos e que o mesmo estava acontecendo na China: "Por que há tantas associações literárias e artísticas em Pequim? Eles não têm o que fazer... as *performances* do exército são as melhores; as companhias locais estão em segundo lugar e as de Pequim são as piores". Os grupos oficiais de cultura, disse ele a um grupo de planejadores, eram "apenas transplantes da União Soviética... todos orientados por estrangeiros e homens mortos". A Academia de Ciências de Pequim era "um país de fadas", abarrotado de "antiquários" que "liam ilegíveis periódicos"⁴². Ele só podia confiar no telúrico exército de campônios. Removeu o chefe de Estado-Maior, Luo Rui-qing por pretensas atividades pró-soviéticas. Jogou o chefe do Exército, Lin Piao, contra Liu e sua "panelinha" de Pequim. As coisas foram-se encaminhando até que deu permissão a Chiang Ching para organizar, em Shangai, um "Forum sobre Literatura e Arte nas Forças Armadas". Antes da realização deste Forum, um Lin nervoso instruiu os oficiais graduados:

Ela é politicamente muito arguta em questões de literatura e arte... Tem opiniões muito valiosas. Vocês devem prestar muita atenção a elas e se assegurar de que sejam aplicadas ideologicamente e organizacionalmente. A partir de agora, todos os documentos do Exército, que dizem respeito à literatura e à arte, devem ser enviados a ela⁴³.

Tendo alinhado o Exército atrás de si, Mao partiu para o ataque. O verdadeiro detonador do que logo seria conhecido como a “Revolução Cultural” foi um melindre pessoal — a reação de Mao a uma peça, *Hai Jui Dismissed from Office*, escrita em 1961 por Wu Han, prefeito-adjunto de Pequim e outro mandarim oficial⁴⁴. Versava sobre um honrado funcionário da dinastia Ming que discordou da política agrária do imperador e foi injustamente punido pela franqueza. Quando Mao finalmente assistiu à peça, sentiu-a como claramente inspirada por Liu e, portanto, um ataque direto a si mesmo. Mais mortificado ficou, ainda, porque os desastres agrícolas, pelos quais ele foi de público responsabilizado, haviam inegavelmente acontecido. Lançou-se ao ataque com uma crítica à peça no jornal de Shanghai, *Literary Currents*, a 10 de novembro de 1965. De volta a Pequim, perto do fim do ano, recebeu o *premier* soviético, Alexei Kosyguin, e sarcasticamente perguntou-lhe se a Rússia soviética viria em ajuda da China, caso a América a atacasse por causa da guerra do Viet-Nam: Kosyguin não teve como responder. Mao, porém, admitiu-lhe francamente que tinha fortes desavenças com seus colegas. Na verdade, nem tentou esconder a explosão que estava a caminho. De volta a Shanghai, no início do ano seguinte, dirigiu-se de modo ríspido a Teng Hsiao-ping e outros companheiros chineses graduados (que tinham vindo de Pequim), diante de uma perplexa delegação de comunistas japoneses, dizendo-lhes: “Vocês, gente de joelho mole de Pequim”, por considerá-los “moles com a Rússia”. Os japoneses “encolheram-se, atônitos”⁴⁵.

A partir de então, a Revolução Cultural tomou impulso. Mao (como ele disse mais tarde) “deu o assentimento”. Em fevereiro de 1966, Lin, agora o firme mas apreensivo aliado de Chiang Ching, nomeou-a “Conselheira Cultural” de todas as Forças Armadas. O odioso mandarim, prefeito de Pequim, foi demitido e enviado, junto com Liu, às sombras, embora estes dois, Teng e outros não tenham sido aprisionados até o ano seguinte. A 20 de março, Mao, o velho feiticeiro, decidiu conjurar a força brutal da juventude ignorante. “Nós precisamos de gente determinada, jovem e de pouca instrução, de atitude firme e experiência política para assumir a tarefa”, disse ele. “Quando começamos a fazer a revolução, éramos meros rapazes de 23 anos, ao passo que os governantes daquela época... eram velhos e experientados. Tinham mais instrução — mas nós tínhamos mais verdades”⁴⁶. A 16 de maio, Chiang Ching, agora o espírito condutor de um grupo de ativistas, especialmente de Shanghai, e a quem Mao oficialmente designara como responsável pela Revolução Cultural, emitiu sua primeira circular. Atacava “os tiranos eruditos” que tinham uma linguagem “abstrusa” para silenciar a luta de classes e manter a política fora da academia, usando da falácia “todos são iguais diante da verdade”. O sexto item de sua circular era um convite aberto ao vandalismo: “O presidente Mao muitas vezes diz que não há construção sem destruição. A destruição significa crítica e repúdio — significa revolução”. O *People's Daily* e outros jornais de Pequim se recusaram a imprimir essas declarações. Dois dias mais tarde, Lin Piao, diante do Politburo, fez um extraordinário discurso sobre o poder, analisando a história dos *coups d'état*. Fazendo eco a Goebbels, argumentou que a força e a propaganda eram irresistíveis

em conjunção: "A tomada do poder político depende dos canos das armas de fogo e dos tinteiros". E para que servia o poder? "O poder político é um instrumento pelo qual uma classe oprime a outra. O mesmo acontece com a revolução e a contra-revolução. Do meu ponto de vista, *o poder político é o poder para oprimir os outros*"⁴⁷. Esta declaração era de uma franqueza absoluta; e, vinda de um homem que se supunha ser o responsável pela estabilidade da nação, ela deve ter feito tremer os homens à volta da mesa. Notícias ainda piores foram as de que o responsável pela polícia secreta se havia bandado para o lado dos revolucionários culturais. Tudo isso significava que não haveria barreiras para os novos "canos das armas e tinteiros", os quais, na segunda metade de maio, rapidamente surgiram sob forma dos Guardas Vermelhos e cartazes nos muros.

A violência escolástica e a mudança política sempre andaram juntas na China. A revolta estudantil em Pequim havia detonado o Movimento de 4 de maio em 1919 e o Movimento de 9 de dezembro em 1935. Houve um levante semelhante durante as "cem flores", eventualmente sufocado (por Teng e Liu, entre outros, prontamente reagindo ao "assentimento" de Mao), com a demissão de cem mil professores em 1957-8.⁴⁸ Mas isto ocorreu num contexto completamente diferente. Com uma população de oitocentos milhões, a China tinha agora noventa milhões de crianças nas escolas primárias, dez milhões nas secundárias e seiscentas mil nas universidades⁴⁹. Os primeiros Guardas Vermelhos apareceram a 29 de maio. Vinham das escolas secundárias, com idades de 12 a 14 anos, usando braçadeiras de algodão vermelhas com os caracteres *Hung Wei Ping* (Guardas Vermelhos) escritos em amarelo. O primeiro ato foi atacar a Universidade de Tsinghua⁵⁰. Foram logo seguidos por crianças que pertenciam a grupos mais novos e mais velhos, por estudantes e, mais importante, por membros das Ligas da Juventude do PCC que, encorajados por Mao, se revoltaram contra a liderança oficial das Ligas e saíram às ruas em gangues. No início do verão, todo o sistema educacional da China paralisou: professores, inclusive universitários, fugiram aterrorizados (quando tinham sorte de escapar à captura e à "reeducação") e a lei de linchamento juvenil assumiu o controle.

No Ocidente, houve mais tarde uma interpretação equivocada sobre a Revolução Cultural. Foi compreendida como uma revolta de intelectuais. Na verdade, foi o oposto. Foi uma revolução de analfabetos e semi-alfabetizados contra os intelectuais, os "portadores de óculos", como eram chamados. Foi xenofóbica, dirigida contra aqueles que "acham que a lua é mais redonda no exterior". Os Guardas Vermelhos tinham muito em comum com os Camisas-Marrons de Roehm, e o movimento inteiro se assemelhava à campanha de Hitler contra a "civilização cosmopolita". Foi a maior caça às bruxas da história: fez os expurgos de Zhdanov, na Rússia do pós-guerra, parecerem banais. Entretanto, é significativo que essa grande onda de vandalismo atraísse um certo tipo de acadêmico radical, que viria a se tornar depressivamente familiar na Europa e na América do Norte nos anos seguintes. Em Pequim, o primeiro "grande cartaz com caracteres", que atacava as autoridades universitárias, foi colocado por uma professora de filosofia, Nieh Yuan-tzu, que se tornaria a *madame* Defarge dos horrores do campus. Dizia: "Por que você tem tanto medo dos cartazes? Esta é uma luta de vida ou morte contra a Gangue Negra!". Em uma semana, dez mil estudantes já haviam levantado dez mil cartazes, "grandes como portas", muitas vezes com caracteres de quatro pés de altura⁵¹. As frases eram reiteradas: "Você não escapará disso... nossa paciência está esgotada". Paralelamente começava a primeira violência. As tumultuadas gangues de rua apanhavam as

moças de longos cabelos trançados e os cortavam curtos; rasgavam a roupa dos rapazes vestidos com calças de modelos estrangeiros. Ordenavam aos cabelereiros que não fizessem cortes de cabelo ao estilo “rabo de pato”; aos restaurantes, que simplificassem os cardápios; às lojas, que parassem de vender cosméticos, vestidos com saias de cortes laterais, óculos escuros, casacos de pele e outros refinamentos. Anúncios de néon eram estilhaçados. Havia grandes fogueiras nas ruas para queimar bens proibidos, que incluíam (como mostrou uma exibição de “confiscos”) peças de seda e brocados, barras de ouro e prata, peças de xadrez, arcas antigas, cartas de baralho, jogos de *mah-jong*, vestidos, sobrecasacas, cartolas, discos de *jazz* e uma série enorme de obras de arte. Os Guardas Vermelhos fecharam casas de chá, cafeterias, teatros particulares independentes e todos os restaurantes privados; tiraram o trabalho de músicos itinerantes, acrobatas e atores ambulantes, proibiram cerimônias de casamento e funerais, passear de mãos dadas e empinar pipas. Em Pequim, os velhos muros foram derrubados, o parque Bei Hai e o Museu Nacional de Belas Artes foram fechados. As bibliotecas eram saqueadas e fechadas, os livros queimados. Mesmo quando as bibliotecas permaneciam abertas, poucas pessoas ousavam frequentá-las. Dez anos mais tarde, Teng declarou que dos oitocentos técnicos do Instituto de Pesquisas de Metais Não-Ferrosos, por exemplo, apenas quatro tiveram coragem de usar a biblioteca durante a Revolução Cultural; que qualquer um dos 150.000 técnicos da Academia de Ciências que visitasse os laboratórios durante essa época obscura era denunciado como “especialista branco”⁵².

Não havia autoridade para impedir essas atividades. Quando os comerciantes e outras pessoas prejudicadas procuravam a proteção da polícia, era-lhes lembrado que “a decisão do Comitê Central do Partido Comunista Chinês relativa à Grande Revolução Cultural Proletária” (1º de agosto de 1966) dizia: “O único método é fazer com que as massas se liberem... confiem nas massas, contem com elas e respeitem suas iniciativas. ... Não tenham medo dos distúrbios... Deixem que as massas se eduquem... nenhuma medida deverá ser tomada contra os estudantes nas universidades, faculdades, escolas primárias e secundárias...”⁵³ Os líderes dos partidos que procuravam conter os Guardas Vermelhos eram levados em desfiles pelas ruas usando orelhas de burro e cartazes. Todos os superintendentes de escolas parecem ter sido demitidos.

Enquanto o movimento prosseguia o caminho traçado, a violência se tornava comum e, depois, universal. Os líderes dos Guardas Vermelhos pareciam ter saído das camadas sociais mais baixas⁵⁴. Alguns eram simples ladrões de rua e arruaceiros, que exibiam grossos cintos de couro com fivelas de latão. Seus cartazes incitavam: “Queime-o em óleo”, “Esmague sua cabeça de cachorro” e assim por diante. Homens e mulheres classificados como “fantasmas e monstros”, “maus elementos” e “contra-revolucionários” tinham a cabeça raspada. Fragmentos de “debates políticos” foram mais tarde relatados: “Claro que ele é capitalista. Ele tem um sofá e duas poltronas combinando”⁵⁵. Centenas de milhares de casas foram assaltadas e pilhadas pelas mesmas razões. Mas os Guardas Vermelhos também invadiam as repartições do governo e forçavam os funcionários a lhes entregar os arquivos, sob pena de serem denunciados como “instrumentos dos revisionistas”. O Ministério do Exterior foi invadido por uma gangue dirigida por Yao Teng-shan, um ex-funcionário subalterno. Ele convocou todos os embaixadores, com exceção de um, rebaixou-os de posto e os designou para tarefas inferiores. Suas notas para países estrangeiros, escritas ao estilo dos cartazes dos Guardas Vermelhos, foram polidamente devolvi-

das com a solicitação de que os futuros comunicados fossem assinados pelo *premier* Chou. Mas o próprio Chou, o centro tranquilo da vida chinesa em meio a todos os dramas de Mao, segundo parece, esteve em perigo num certo estágio. Embora seja verdade que, em nível superior, os Guardas Vermelhos não estivessem autorizados a matar quem quer que seja, muitos morreram na prisão. Deixaram, contudo, Liu morrer (1973) estendido no próprio excremento, nu, no chão gelado de sua cela de concreto⁵⁶. Mas, num nível mais baixo, a perda de vidas foi catastrófica. A agência *France Presse*, em números amplamente respeitados como verídicos, estimou (em 3 de fevereiro de 1979) que os Guardas Vermelhos haviam assassinado cerca de quatrocentas mil pessoas.

Nesse ínterim, Chiang Ching estava governando o mundo da cultura e fazendo confissões, nos quais denunciava o capitalismo (que, dizia ela, havia destruído a arte), o jazz, o *rock and roll*, o *strip-tease*, o impressionismo, o simbolismo, a arte abstrata, o fauvismo, o modernismo — “numa palavra, decadência e obscenidade para envenenar e corromper o espírito do povo”. Sua oratória era modelada na do chefe da polícia secreta, Kang Sheng, com quem ela sempre aparecia. “Querem estudar o Comunicado e a Diretiva dos Dezesesseis-Pontos?” “Sim”. “Querem estudá-los sempre e sempre?” “Sim”. “Querem estudá-los a fundo?” “Sim”. “Querem compreendê-los?” “Sim”. “Querem aplicá-los?” “Sim”. “Querem usá-los para levar avante a Revolução Cultural na sua escola?” “Sim, sim, sim!”⁵⁷. Na segunda metade de 1966, praticamente toda a organização cultural de importância na China foi submetida à organização militar de Chiang. Todas as velhas contas contra o mundo teatral e cinematográfico, algumas remontando aos anos 30, foram acertadas. Os principais diretores, dramaturgos, poetas, atores e compositores foram acusados de “bajular os estrangeiros”, elogiar “os diabos secundários estrangeiros”, “ridicularizar os *boxers* (vistos agora como heróis culturais) e de retratar os chineses comuns como “prostitutas, fumadores de ópio, malabaristas e mulheres com os pés atados”, dando origem, assim, a um “complexo de inferioridade nacional”. Os Guardas Vermelhos receberam ordens para “desenterrar as raízes da Linha Negra”, “rasgar as máscaras”, destruir filmes, canções e peças da “linha nacional de defesa” e “escorraçar os membros da Gangue Negra”.

A 12 de dezembro de 1966, muitos “inimigos públicos”, além do ex-prefeito de Pequim e importantes mandarins culturais — incluindo, parece, todos os diretores de teatro e cinema que aborreceram Chiang Ching — foram levados ao Estádio dos Trabalhadores diante de dez mil pessoas, com pesados cartazes de madeira pendurados em seus pescoços⁵⁸. Um dos piores aspectos da Revolução Cultural foi o tratamento dado às esposas, muitas vezes mais brutalmente humilhadas que seus maridos. A 10 de abril de 1967, por exemplo, a mulher de Liu foi arrastada diante de trezentas mil pessoas no campus da Universidade de Tsinghua, com um apertado vestido de noite, sapatos de salto alto fino, um chapéu de palha inglês e um colar de bolas de pingue-pongue decoradas com caveiras, enquanto a multidão urrava: “Abaixo os demônios-boi e deuses-serpente!”⁵⁹.

Os esquadrões de Chiang Ching assumiram o controle das estações de rádio e de televisão, de jornais e revistas; confiscaram todos os filmes existentes e os redistribuíram reeditados; apreenderam textos, cópias de peças usadas pelo ponto com anotações e partituras musicais. Os pintores não mais ousavam assinar os seus trabalhos com o próprio nome e usavam, ao invés, o *slogan* “Dez mil anos para o presidente Mao”⁶⁰. “Com um martelo nas mãos”, disse Chiang Ching, “eu me dispus

a atacar as velhas convenções". Ela assistia aos ensaios da Orquestra Filarmônica Central e os interrompia, espicaçando o maestro, Li Te-lun, levando-o a gritos estridentes de fúria: "Você está me atacando com um martelo muito grande!". Fazia os compositores escreverem obras que eram testadas nas "massas" e alteradas segundo sua reação. Insistia em "golpeá-los com um martelo" para que obedecessem e eliminassem "influências estrangeiras"⁶¹. Alguns de seus sequazes tomavam sua retórica ao pé da letra, a ponto de um concertista de piano, formado no Ocidente, ter as mãos literalmente esmagadas. Martelos, punhos, pancadas e despedaçamentos eram os emblemas da arte revolucionária. Assumindo o controle do balé, Chiang Ching proibiu "dedos de orquídea" e palmas da mão viradas para cima, substituindo-os por punhos cerrados e movimentos violentos para mostrar o "ódio à classe de proprietários" e a "determinação de vingança"⁶².

Tendo proibido praticamente todas as formas de expressão artística em 1966, Chiang Ching empenhou-se desesperadamente em preencher o vazio. Mas pouca coisa foi produzida: duas obras para orquestra, o concerto para piano *Rio amarelo*, a sinfonia *Shachiaping*, quatro óperas e dois balés, classificados como *yang-pan hsi* ou "repertório-modelo", em analogia às fazendas-modelo. Houve uma série de esculturas denominadas o *Pátio dos cobradores de aluguel* e umas poucas pinturas, das quais a mais conhecida era um retrato de Mao com o uniforme azul inspecionando as minas do início dos anos 20, obra que foi "composta" por uma coletiva de estudantes de Pequim e pintada pelo filho de um "camponês pobre". Foram realizados poucos filmes porque (afirmou ela depois) havia "sabotagem"; atores, atrizes e diretores recebiam "dormitórios em más condições", refeições frias; além disso, cortava-se a energia elétrica dos palcos e cenários⁶³.

Depois dos pesados dias de 1966, enquanto Mao nadava e o culto de sua personalidade chegava ao apogeu, a China mergulhava na guerra civil. A 5 de fevereiro de 1967, os protegidos de Mao em Shangai criaram uma "comuna", uma clara indicação de que ele desejava alguma coisa mais, depois da política do Grande Salto. A base dessa comuna eram os estivadores, especialmente os 2.500 militantes do 5º Distrito de Carga e Descarga, que, num único dia (em junho de 1966), prepararam dez mil cartazes de grandes caracteres. Desse distrito, 532 trabalhadores se rebelaram. Fizeram infamantes cartazes contra eles e, colocando-lhes grandes orelhas de burro, obrigaram-nos a carregar cartazes, com misteriosos *slogans*, tais como "Aldeia de Quatro-Famílias" e "Grupo Antipartido"; suas casas foram vasculhadas e receberam sentenças "simbólicas" de morte, que poderiam facilmente se tornar verdadeiras⁶⁴. Acreditava-se que a comuna de Shangai viria a detonar outras através do país, mas os trabalhadores não se insurgiram. É verdade que muitas vezes resistiram às invasões dos Guardas Vermelhos nas suas fábricas. Mesmo em Shangai, as autoridades municipais lutaram contra seus próprios Guardas Escarlates. Cada facção possuía uma batelada de potentes alto-falantes, cujos *slogans* competiam entre si ensurdecedoramente, do nascer ao pôr-do-sol: "A tomada do poder de fevereiro é ilegal", "A tomada do poder de fevereiro é admirável". Houve seqüestros, torturas e guerra entre gangues, que usavam correias de bicicleta e soqueiras de ferro: as "tropas" corriam de um lado para o outro da cidade.

Nas universidades, foram organizados exércitos particulares. O "regimento Chingkanshang" da Universidade Tsinghua, um "grupo de elite" da extrema esquerda, travou batalhas campais contra "fantasmas e monstros", usando lanças de bambu, carros blindados e canhões fabricados por eles. Outras unidades incluíam o Cinco-

Um Seis, a comuna da Nova Peta, a comuna do Instituto Geológico, o "Oriente é vermelho", e a facção do Instituto da Aeronáutica, "Céu". Essas unidades foram imitadas nas fábricas e nas cidades não-universitárias; uma espécie de anarquia feudal começou a se desenvolver, enquanto a China retrocedia às guerras de gangues organizadas e aos comandos de guerra. Em julho de 1967 houve um "motim", como foi chamado, em Wuhan — na verdade, uma batalha de grandes proporções entre uma força de trabalhadores da Guarda Vermelha e um grupo conservador conhecido como "Um Milhão de Heróis". O comandante do exército local apoiou os Heróis; Chou En-lai, enviado para restaurar a paz, teve sorte em escapar com vida, mas dois de seus acompanhantes foram aprisionados e torturados. Esses episódios resultaram no *slogan* criado por Chiang Ching, "Ofenda pela razão e se defenda pela força", e na distribuição de grande quantidade de armas entre os grupos da Guarda Vermelha⁶⁵.

A violência parece ter atingido o clímax no fim do verão de 1967. Nessa ocasião, Mao, como de costume, ficou não só alarmado com o que fizera, como cansado das brigas incessantes. Parece ter dito a Chiang para colocar um ponto final em tudo aquilo. Em setembro, ela anunciou que a violência deveria ser apenas verbal; que as metralhadoras só deveriam ser usadas quando "absolutamente necessário". Aqueles que desobedeceram às ordens foram acusados de "baluartes das montanhas". Os ataques à Embaixada britânica foram obra dos "ultra-esquerdistas insuflados pelo grupo Dezesesseis de Maio"⁶⁶. Mao também contribuiu. "A situação desenvolveu-se tão rapidamente que me surpreendeu", disse ele ao Comitê Central. "Não os censuro se tiverem queixas contra mim". Aborreceu-se porque o ministro do Exterior, Chen Yi, perdera cerca de 12 quilos durante as torturas a que foi submetido pelos Guardas Vermelhos. E disse: "Não posso mostrá-lo a visitantes estrangeiros nessas condições". Ordenou aos "jovens incendiários" e "diabinhos" que voltassem às escolas. Acabou com a comuna de Shanghai. "A China agora é como um país dividido em oitocentos estados principescos", ele se queixava⁶⁷.

No outono de 1967, Mao retirou seu apoio oficial à Revolução Cultural, pelo menos ao ativismo da Guarda Vermelha, e empregou o Exército de Libertação do Povo (ELP) para restabelecer a ordem e assumir o controle de grupos que agora denunciava como "incompetentes" e "imatuross politicamente". Justificava esse uso da força quando advertia: "Soldados são apenas trabalhadores e camponeses que usam uniformes". Em 1968, a luta continuava em alguns lugares, mas em menor número. No verão, em sua residência nos Lagos do Sul e Centrais, ele teve um curioso "diálogo matutino" com os líderes da Guarda Vermelha: "Jamais anteriormente gravei fitas, mas estou gravando hoje. Caso contrário, vocês interpretarão o que digo hoje da maneira que lhes aprouver quando voltarem para casa... Um número excessivo de pessoas foi aprisionado, só porque eu balancei a cabeça". O ministro da Polícia: "Eu sou culpado por essas prisões excessivas". Mao: "Não tente me liberar de meus erros ou me dar cobertura". Chen Boda (teórico da ala esquerda): "Sigam à risca os ensinamentos do presidente Mao". Mao (irritado): "Não me fale sobre ensinamentos". Mais tarde fez ameaças advertindo que, se os Guardas Vermelhos lutassem contra o Exército, matassem pessoas, "destruíssem os meios de transporte" ou "provocassem incêndios", seriam "aniquilados". Mas não estava disposto a abandonar completamente o seu anarquismo: "Deixem os estudantes lutar por outros dez anos. A terra girará como de costume. O céu não vai desabar". Mesmo assim, os cinco principais líderes da Guarda Vermelha breve se viram trabalhando em fazendas de criação de porcos no interior⁶⁸. O drama chegara ao fim.

Os anos que se seguiram ao colapso da Revolução Cultural, durante os quais a economia e o povo chinês pagavam a conta, foram sombrios. A culpa tinha de recair em alguém. A 12 de setembro de 1971, um avião Trident se espatifou a 250 milhas além da fronteira chinesa, na República do Povo Mongol. Continha os corpos do comandante do Exército de Libertação do Povo, Lin Piao, e sua segunda mulher, Yeh Chun. Todos a bordo morreram e alguns corpos estavam crivados de balas. De acordo com Pequim, Lin estava fugindo, porque seu complô para assassinar Mao fora descoberto. "Documentos apreendidos", que se referiam a Mao pelo codinome "B-52", foram apresentados como provas de que Lin planejava várias alternativas para matar Mao: num acidente de trânsito, envenenando sua comida, empregando a força aérea para bombardear sua casa e fazendo explodir o seu trem. Escrevera no documento: "B-52 é um paranóico e um sádico... o maior ditador e tirano na história da China... Aqueles que hoje são seus melhores amigos serão seus prisioneiros amanhã... Seu próprio filho foi levado à loucura por ele". O complô foi pretensamente denunciado a Chou En-lai por uma filha de Lin, nascida de um casamento anterior, "Feijãozinho", que odiava a sua madrasta⁶⁹. Uma versão mais plausível foi a de que Lin tinha sido morto algum tempo antes, por seus colegas, num comício no Grande Salão do Povo — dessa vez um drama revolucionário da vida real. No ano seguinte, foi "desmascarado" um importante complô dentro do Exército, e um bom número de oficiais graduados tentou fugir para Hong Kong. Muitos livros e documentos que tiveram a participação de Lin foram retirados de circulação, assim como os seus "epitáfios" e retratos. Onze famosas fotos de Mao, onde Lin aparecia, foram recolhidas. O episódio, a respeito do qual a verdade permanece obscura, terminou com uma nota na imprensa chinesa, a 20 de fevereiro de 1974, na qual se revelava que "Feijãozinho" tinha sido morta a tiros perto de Cantão, e no seu corpo foi espetada uma tira de tecido vermelho com as seguintes palavras: "Traição e crime hediondo"⁷⁰.

Nesse momento, a era de Mao estava chegando ao fim. Chou já estava sofrendo de câncer, e o próprio Mao, da doença de Parkinson. Sua última fase foi marcada pela acrimônia, consciência do fracasso e confusão. Brigava muito com Chiang Ching e em 1973 já não viviam juntos. Ela tinha de submeter-se a fazer por escrito seus pedidos para vê-lo, declarando as razões. Uma nota de Mao para ela, datada de 21 de março de 1974, dizia: "É melhor não nos vermos. Você não conseguiu executar o que eu lhe vinha ordenando há vários anos. Para que serve nos vermos ainda? Você tem os livros de Marx e Lênin e também os meus. Você se recusa, obstinadamente, a lê-los". Dizia-lhe que seus "pedidos" lhe prejudicavam a saúde. "Já estou com oitenta anos de idade. Mesmo assim você me aborrece dizendo várias coisas. Por que não mostra um pouco de solidariedade? Invejo Chou En-lai e sua mulher". O que deve tê-la assustado muito foi o reaparecimento de seu inimigo Teng, de volta do mundo dos mortos e desde então conhecido como "Lázaro". Declarou aos jornalistas que tinha estado num "reformatório", na província de Jiangsi. Em 1975, Mao produziu seu *slogan* final, "Três Mais e Um Menos": "Chou deveria descansar mais, Teng trabalhar mais, Wang estudar mais e Chiang Ching falar menos". Ele incorporou a máxima: "As orelhas são modeladas de forma a permanecer abertas, mas a boca pode-se fechar"⁷¹.

Nos últimos anos de vida, em alguns momentos, Mao revelava sua arrogância: "O povo diz que a China ama a paz. Isto é uma bazófia. Na verdade, os chineses adoram a luta. Eu vibro com uma". Manteve o ódio pela educação formal: "Mais livros se lêem, mais obtuso se fica". Por outro lado, um pouco antes de sua morte,

recebeu um relatório sobre o sistema de educação, do reitor da Universidade de Qinghua, que fora expurgado por Chiang Ching e depois reabilitado. Mao disse-lhe para falar apenas por três minutos. A resposta foi sombria: "Trinta segundos bastam. Os estudantes universitários usam livros das escolas secundárias e seu nível acadêmico é de escola primária". Mao (tristemente): "Se essa situação continuar, não somente o Partido fracassará como a própria nação perecerá"⁷². Seu espírito perambulava entre crenças religiosas e seculares. "Meu corpo está crivado de doenças. Tenho um encontro com Deus". Em outra ocasião, perguntou aos colegas: "Entre vocês não há quem tenha pensado que eu iria ver Marx mais cedo?" "Ninguém". "Não acredito"⁷³. A última coisa que disse foi enigmática: "O povo não aguenta as revogações dos veredictos".

O ano divisor de águas de 1976 abriu uma era de tenebrosa confusão. Chou morreu no princípio de abril. Esse discreto mandarim, muito respeitado no exterior, que se mantinha curiosamente afastado dos fracassos e sujeiras assassinas do regime, parece ter sido o único membro a despertar genuínos sentimentos populares na China. Quando, a 5 de abril, as autoridades removeram as coroas funerárias colocadas em sua memória na principal praça de Pequim, cem mil pessoas se insurgiram. Teng foi imediatamente recriminado por esse distúrbio e caiu em desgraça pela segunda vez. Mao morreu no dia 9 de setembro. Durante os últimos meses de sua vida, houve uma intensa luta de facções ao redor de seu leito. Assim que ele morreu, Chiang Ching afirmou que os dois se tinham reconciliado. Mostrou um pedaço de papel com um poema que, segundo afirmava, Mao lhe havia escrito *in extremis*: "Tens sido injustiçada", dizia. "Tentei alcançar o cume da revolução mas não tive êxito. Mas tu poderias alcançar o topo"⁷⁴.

Entretanto, outro pedaço de papel foi acenado por Hua Kuo-feng, que sucedera a Chou como *premier*. Hua tinha então cinquenta anos, relativamente um recém-chegado, uma vez que só a partir de 1969 fazia parte do Comitê Central e era ministro da Segurança Pública desde o ano anterior. Era quase um "helicóptero", termo habitualmente mais aplicado ao protegido de Chiang Ching, Wang Hung-wen, de fulminante ascensão e agora chefe do partido em Shangai. Mao gostava de Hua, em parte porque Hua era um camponês oriundo de sua província favorita, Hunan, mas principalmente porque era astuciosamente um delator. Em 30 de abril, o velho tirano desenhou seis caracteres para Hua: "Com você à frente, não tenho preocupações". O pedaço de papel de Hua era, sem dúvida, autêntico. De qualquer modo, ele tinha a mais impressionante credencial: o controle da unidade de segurança máxima em Pequim, Número 8.341, que protegia o próprio Mao e que Hua herdara do velho chefe da Segurança, Kang Sheng, morto em dezembro de 1975.

A demonstração de força aconteceu a 6 de outubro, um mês depois da morte de Mao, numa reunião do Politburo realizada na casa de seu velho camarada, Yeh Chien-ying, ministro da Defesa e segundo homem do regime. Chiang Ching estava presente com Wang e dois outros amigos íntimos de Shangai. Ela brandiu o seu papel e exigiu a presidência para ela e seus "cérebros": o jornalista de Shangai, Chang Chun-chiao, como *premier*, e Wang como chefe do Congresso Nacional do Povo. Mas a "Gangue dos Quatro", como ficaram conhecidos, perdeu na "argumentação" e foi levada da reunião diretamente para a prisão. Em Shangai, um de seus redutos, seus seguidores planejaram armar trinta mil membros da milícia de esquerda, mas a liderança do partido local e o comandante da guarnição foram removidos antes que qualquer coisa de decisivo pudesse ser feita. Hua tinha em suas mãos os serviços de

segurança e Chiang Ching era muito odiada no Exército⁷⁵. Talvez tivesse seguidores em Shanghai, mas em Pequim a multidão execrava-a e a chamava de “Imperatriz”, uma palavra ofensiva desde os tempos dos *boxers*. O levante de 5 de abril fora dirigido contra ela e seus amigos. Chiang Ching teve pouca sorte também, porque 1976 foi um ano de terríveis desastres naturais, fato que os chineses associam à mudança de dinastia. Em abril, o maior meteoro jamais registrado caiu na província de Kirin. Em julho e agosto, três terremotos atingiram o norte da China, destruindo partes de Pequim e todo o centro industrial de Tangshan, matando cerca de 665.000 pessoas (775.000 foram feridas) — o segundo pior desastre provocado por terremotos na história da China.

Era muito simples jogar a culpa de tais fenômenos e das genuínas catástrofes produzidas pelo homem — fracasso econômico, colapso do sistema educacional, destruição de tesouros de arte e da vida cultural chinesa — na influência maligna da “Imperatriz” e sua gangue. Logo foram levantados cartazes: “Cortem Chiang Ching em dez mil pedaços”, “Fritem a Gangue dos Quatro em óleo”. Em seu julgamento de 1980-1, a acusação final cobria 48 páginas. Todos os quatro foram acusados de uma surpreendente variedade de crimes e, cada um, separadamente, de específicos atos de maldade, vaidade e extravagância — este último item para enfatizar que o puritano reinado de terror deles fora hipócrita. Chang fora até mesmo “uma espiã a soldo de Chiang Kai-shek”. Wang foi acusado de namorador, de importar equipamento estereofônico caro e de ter tirado nada menos que 114 fotos de si mesmo, apenas quatro dias antes de sua prisão. Yao Wen-Yuan, o quarto membro da gangue, gastara \$500 num suntuoso banquete para celebrar a morte de Chou. Chiang Ching bebera água de açafão, jantara carpas douradas, possuía um acervo completo de filmes pornográficos, incluindo o notório *Sound of Music*, a que ela assistia todas as noites, andara a cavalo, o qual depois substituíra por uma limusine, retirara das bibliotecas livros que versavam sobre imperatrizes, dissera que “mesmo sob o comunismo ainda pode haver uma imperatriz”, fechara um estaleiro porque o barulho a perturbava, proibira aviões de aterrissar para que pudesse dormir, chamara a imperatriz-viúva de “legalista”, desviara o trânsito, ordenara que tirassem o pó das folhas, em Cantão, antes de sua chegada, dissera “é melhor ter trens socialistas que chegam atrasados do que trens revisionistas que chegam na hora”, apressara a morte de Mao mudando-o de uma cama para outra, jogara pôquer enquanto ele morria e declarara: “O homem deve abdicar e deixar que a mulher assuma o controle”. Ela e os outros eram “ovos estragados” que “idolatravam objetos estrangeiros, adulavam e mantinham relações ilícitas com estrangeiros” e “comprometeram-se com flagrante capitulação e traição nacional”. Eram “os malignos senhores da literatura e do teatro”⁷⁶. Chiang Ching permaneceu desafiadora no decorrer das sete semanas do julgamento (que terminou no início de 1981): exacerbando ainda mais o clima dramático do processo, num certo momento, repentinamente, ficou nua⁷⁷. Foi considerada culpada de todas as acusações e condenada à morte, mas teve a sentença provisoriamente suspensa por dois anos.

Nessa época, o próprio Hua estava nas sombras, para onde o empurrou Teng, o velho Lázaro, que havia ressurgido para a vida pública em 1977 e que, a partir de 1978, estava de fato no poder. Este era um rude e inflexível homem de Szechuan, com alguma coisa da própria brutalidade vulgar de Mao, mas sem qualquer indício de romantismo ou qualquer interesse pela política como uma forma de arte. Teng fora o mais consistente opositor dos dramas políticos de Mao, embora tenha sido obriga-

do, algumas vezes, a desempenhar pequenos papéis. Pronunciara-se, muitas vezes, com firmeza, contra os excessos da Revolução Cultural. Agora que a Revolução fora condenada e punida, sua emergência na crista do poder era lógica e talvez inevitável. Desprezava as pessoas para as quais a política era a única coisa que importava na vida, especialmente a esquerda inflexível: "Eles se sentam na privada e não conseguem cagar". "Não se deve falar em luta de classe todos os dias. Na vida real, nem tudo é luta de classe". Tinha desprezo pela arte proletária. "Só se vê um bando de gente correndo de um lado para outro no palco. Nem um vestígio de arte... Os estrangeiros só aplaudem por cortesia". Tendo ouvido a Orquestra Filarmônica de Viena, disse: "Isto é o que eu chamo de alimento para o espírito". As óperas chinesas "hoje em dia", continuou, nada mais são que "espetáculos de gongos e tambores". "Vai-se ao teatro e parece que se está num campo de batalha". Teng não tinha animosidades particulares: "São águas passadas. Os que foram dispensados dos cargos devem ser reintegrados". Disse que queria pôr ponto final nos "gritos e berros". O país deve voltar ao trabalho. "A maioria dos estudantes universitários agora nada carregam além de um pincel para todos os cartazes. Não sabem fazer mais nada". "Não concedem tempo aos cientistas para pesquisas. Como podem eles criar ou inventar coisas?" O Exército estava desmoralizado como nos dias de Chiang Kai-shek e passível de voltar aos tempos das guerras feudais. Tornara-se "paquidérico, desunido, arrogante, preguiçoso e fraco"⁷⁸.

Em resumo, Teng era um disciplinador reacionário e antiquado, agora beirando os oitenta anos, que acreditava em lei, ordem e trabalho duro. Enviou prontamente o Exército para o Viet-Nam, em parte para punir a liderança vietnamita pró-soviética que perseguiu a minoria chinesa que lá vivia, mas principalmente para ensinar ao Exército para a Libertação do Povo que a vida era um negócio sério: unidades indisciplinadas foram enviadas para a linha de frente e sofreram baixas espantosas. Isso feito, pôs-se a arrumar a confusão que o longo reinado de Mao tinha feito na economia. Admitia-se agora publicamente que a era de Mao tinha sido caracterizada não pela austeridade puritana tão alardeada, mas pela estorrecedora corrupção nos altos escalões⁷⁹. O *People's Daily*, de pequim, pediu desculpas aos leitores por "todas as mentiras e distorções" que publicou e, mais notável ainda, advertiu-os contra "reportagens falsas, jactanciosas e mentirosas" que "são frequentemente publicadas ainda"⁸⁰.

Em 1978-9, foram tomadas decisões no sentido de mudar a ênfase stalinista-maoísta dada à indústria pesada a favor de uma estrutura econômica mais adequada a um país semidesenvolvido. O percentual de investimentos do PNB deveria cair dos insustentáveis 38% de 1978 para cerca de 25% em meados dos anos 80. O estímulo do lucro e do bônus seriam introduzidos; a lei seria reformada com ênfase nos direitos civis; meios democráticos seriam planejados para conter abusos burocráticos; e, acima de tudo, às forças do mercado seria admitido exercer seu poder regulador⁸¹. O partido deixaria de ser a força toda-poderosa na vida nacional. Seus membros, 39 milhões em 1982, aparentemente se curvaram durante a Revolução Cultural e Teng advertiu que muitos deles não tinham sido convenientemente "educados" e estavam "abaixo do nível". Num relatório distribuído na primavera de 1981, afirmava que muitos membros do partido "adoravam a bajulação", eram "complacentes e vagos", haviam deixado de "se preocupar com as vicissitudes das massas", estavam "cobertos pela poeira da burocracia" e eram "arrogantes, conservadores, preguiçosos, só interessados no prazer e imbuídos da ideologia do privilégio"⁸². O "novo realismo"

coincidiu com mais calamidades da natureza, inclusive uma seca que dominou a agricultura em 1980 e 1981 e forçou um orgulhoso regime a pedir ajuda ao Ocidente. Por conseguinte, ao se iniciar a década de 80, a China deixava de ser a nova superpotência milagrosa, e finalmente baixava a cortina no fictício mundo do romantismo maoísta, que terminara num deplorável melodrama. Entrava, então, no mundo real do lento, doloroso e pragmático progresso.

O regime de Mao na China foi uma tragédia. Na época, porém, pelo menos para o mundo exterior, nem sempre dava essa impressão. Nas décadas de 50 e 60 estava em moda opor o centralismo autoritário, que dera à China unidade, estabilidade e (foi comprovado) um nível de vida cada vez melhor, à ineficácia da democracia parlamentar da Índia. Como já vimos, a era de Nehru em assuntos mundiais, quando ele surge como o principal estadista internacional, o mais harmonizado com as necessidades dos tempos, foi baseada numa série de ilusões, das quais a que mais se destacava era a sua crença de que a Índia e a China, as duas mais populosas nações, podiam agir em conjunto, uma união a que deu o nome de *Hindi-Chini-Bhai-Bhai* (os irmãos Índia e China). Essa política começou a ser solapada pelo primeiro conflito Índia/China, em 1959, e ruiu com a grave invasão chinesa de 1962. Para Nehru, na época com 73 anos, foi um absoluto desastre pessoal, do qual ele nunca se recuperou. Quando morreu, dormindo, em maio de 1964, era um homem triste e desnorteado.

Em países como a Índia e a China, de grandes dimensões, superpopulosos, pobres e atrasados industrialmente, o principal problema é elementar: como preservar a integridade do Estado? Como manter um sistema de governo que a maioria da população respeite e aprove? Paralelamente, a principal tentação é sustentar a popularidade, tirando vantagem dos infortúnios do vizinho. Mao sucumbiu a esse impulso em 1959 e 1962, tirando vantagens da fraqueza e divisão em que se encontrava a Índia. Agravou as dificuldades da Índia, embora a longo prazo não tivesse feito nada para diminuir as suas.

Desde o momento da separação, em 1947-48, tanto a Índia quanto o Paquistão foram considerados inimigos mútuos. Por um quarto de século, os economistas vêm debatendo se o domínio britânico acelerou ou impediu o progresso econômico da Índia⁸³. Nehru indubitavelmente acreditava que “hoje, a maioria dos nossos problemas são resultantes do... controle do crescimento econômico e do impedimento de ajustes normais pela autoridade britânica”⁸⁴. Mas isso era ignorar que a mais importante contribuição britânica foi impor unidade ao subcontinente e impedir “os ajustes normais” de desintegração. O domínio britânico teve como norma um progressivo processo de integração econômica. A separação marcou o primeiro estágio da reversão desse processo. Os conflitos internos do Paquistão, especialmente entre os territórios a leste e a oeste, análogos às tensões entre o governo central da Índia e as províncias, sugeriam que um destino idêntico ao da China da década de 20 se aproximava. O Paquistão mostrava uma tendência inata para o militarismo sob a forma de efêmeras ditaduras militares. A Índia manifestava uma preferência contrária por frágeis governos parlamentares.

Quando Nehru morreu, um grupo de chefes da província e do Partido do Congresso, conhecido como “o Sindicato”, reuniu forças para impedir a sucessão de seu mais respeitável adepto, Morarji Desai. O homem que escolheram, Lal Badahur Shastri, parecia simbolizar a impotência. Conhecido como “o Pardalzinho”, era tão pequeno que apenas chegava até a parte inferior da barriga do general de Gaulle. No

outono de 1965, a Índia e o Paquistão estavam em guerra pelo Kashmir. Militarmente, essa guerra foi inconclusa; economicamente, muito destrutiva para ambos os lados. A questão foi resolvida numa reunião entre o ditador do Paquistão, marechal Ayub Khan, e Shastri, em Tashkent, em janeiro de 1966. Esse esforço esgotou tanto o "Pardalzinho" que ele morreu na noite seguinte.

Desnorteados, os chefes se voltaram para a filha de Nehru, a Sra. Gandhi, que fora ministra da Informação de Shastri. Muitos hindus, acreditando que ela era a reencarnação do pai, gritavam *Jawaharlal ki jai* ("Vida longa para Nehru")⁸⁵. Ela possuía cinco cães de caça irlandeses, cada um maior do que o predecessor dela, e ela não possuía nada de pequeno ou fraco. Com a hostilidade da China, a Sra. Gandhi via o futuro da Índia ligado à União Soviética por uma aliança e, assim, impeliu o país para a esquerda. Em 1969 brigou com Desai, ministro das Finanças, demitiu-o, nacionalizou os bancos, destruiu o velho Partido do Congresso e criou um novo partido que girava em torno de sua facção pessoal. Quebrou o poder financeiro da classe dos príncipes e, quando a Corte Suprema julgou suas ações inconstitucionais, ela dissolveu o Parlamento em março de 1971 e teve uma vitória esmagadora, elevando as 350 cadeiras para 525.

Contudo, a Sra. Gandhi, calculista e inescrupulosa, por detrás de seus olhos de lince, como seu pai, pouco captava da realidade econômica, e, como ele, procurou uma compensação, voltando-se para os assuntos externos. Encontrou logo o problema da crescente desgraça do Paquistão. Os dois territórios do Paquistão nunca tiveram algo em comum, a não ser a religião muçulmana e o medo da Índia hindu. O governo se localizava em território a oeste e isso se refletia na disparidade cada vez maior da renda *per capita*: no oeste subiu, em 1959-67, de 366 para 463 rúpias; no leste, de 278 para 313. Embora o grosso da população vivesse no leste (70 dos 125 milhões, no fim da década de 60) e produzisse a maior parte das exportações do país, era no oeste que entravam as importações. O oeste tinha um volume de produção cinco a seis vezes maior que o do leste e dispunha de 26.000 leitos de hospital para 6.900 no leste⁸⁶. Entre as muitas queixas do leste em relação ao governo paquistanês figura a de que não tivesse sido tomada qualquer medida efetiva quanto ao controle das enchentes, na baía de Bengala. Na noite de 12 de novembro de 1970, um ciclone atingiu a área, produzindo um dos maiores desastres naturais do século. Uma onda de cinquenta milhas de extensão varreu a costa, inundando centenas de aldeias, transformando-as num oceano de lama, e, quando retrocedeu, carregou outras tantas centenas: trezentas mil pessoas perderam a vida nesta catástrofe.

Uma das conseqüências foi a imediata mobilização do líder do Paquistão Oriental, *sheik* Mujib Rahman, no sentido de reivindicar um sistema federal. Com esta plataforma ele venceu as eleições. O governo do Paquistão enviou para o leste o general Tikka Khan, conhecido como o "açougueiro do Beluchistão" pelas suas atividades no Paquistão Ocidental, e o nomeou administrador da lei marcial, com instruções do então ditador, Yahya Kahn, "para separar essa gente". Mujib, a 25 de março de 1971, invadiu com suas tropas a Universidade de Dacca e, no dia seguinte, proclamou independente a República de Bangladesh. A Índia provavelmente não poderia se manter alheia à guerra civil, já que, em meados de 1971, havia dez milhões de refugiados em seu território. Mas o Paquistão, ao se lançar num ataque às bases aéreas indianas, resolveu, antecipadamente, o dilema da Sra. Gandhi. A 4 de dezembro, ele declarou guerra, a Índia reconheceu Bangladesh e invadiu o leste. Para o Exército indiano foi uma campanha fácil, que terminou com a capitulação do Paquis-

tao Oriental. O comandante-em-chefe indiano e o comandante paquistanês do leste tinham estudado juntos na Academia Militar de Sandhurst. O primeiro enviou a esse último seu ajudante-de-ordens com uma mensagem: "Meu caro Abdullah, estou aqui. Terminou o jogo. Sugiro que se entregue a mim, que tomarei conta de você".

A vitória sobre o Paquistão foi o ponto alto da carreira da Sra. Gandhi. Daí em diante, os acontecimentos se voltaram contra ela. A amizade com Bangladesh não durou muito. Na condição de país independente, logo se tornou um aliado natural do Paquistão. Seus próprios problemas regionais se multiplicaram, exacerbados pelos desastres naturais que dividiram o Paquistão. Em 1972, a monção falhou, trazendo seca e fome. Em 1973, as forças de segurança em Uttar Pradesh se amotinaram. A Sra. Gandhi teve de pedir socorro ao Exército e assumir o controle do Estado. No ano seguinte, debelou uma revolta em Gujarat e, também lá, assumiu o controle. No mesmo ano, em Bihar, precisou usar a Força de Segurança da Fronteira e a Polícia Central de Reserva contra os dissidentes, liderados pelo velho amigo de seu pai, Jayaprakash Narayan, que empregava as mesmas táticas de Gandhi: um *gherao*, ou bloqueio pacífico do Parlamento, e um *bundh*, ou fechamento obrigatório de lojas e escritórios. Todas as disruptivas forças regionais de oposição à nação começaram a se congregar na nova Frente de Janata e, em 1975, Narayan organizou demonstrações por toda a Índia, ameaçando criar *Janata Sarkars* (governos do povo) por todo o norte. Ao mesmo tempo, a Sra. Gandhi, por ter cometido transgressões eleitorais, teve problemas com a Suprema Corte, que declarou nula sua eleição em 1971. Foi essa, precisamente, a combinação que destruiu a Índia britânica: agitações concertadas para tornar a administração normal impossível, e conseqüente dificuldade para controlá-las dentro do Estado de direito.

Como expoente da crueldade, a Sra. Gandhi era páreo duro para qualquer vice-rei. Só para Bihar enviou sessenta mil policiais e paramilitares para romper o *gherao* de Narayan. Fez frente a uma greve ferroviária, determinando prisões em massa sem os devidos mandados. Desde a guerra do Paquistão, beneficiava-se de um Estado de Emergência Externa, mas isto não a autorizava a ignorar ou a reverter os veredictos dos tribunais. A 25 de junho de 1975, paralisou a circulação de jornais e prendeu Narayan, Desai, e a maioria de seus opositores. No dia seguinte, declarou o Estado de Emergência Interna, na verdade um *putsch* do governo contra a oposição. Convidou seus amedrontados líderes partidários à sua casa para dar-lhes coragem. E lhes perguntou se conheciam o famoso provérbio: "Quando a grande águia voa sob as estrelas, os passarinhos se escondem". Depois, dirigindo-se a um membro do Parlamento, perguntou ameaçadoramente: "Qual era o provérbio? Repita-o!". Petrificado, ele respondeu: "Senhora, quando o grande mal assa sob as estrelas, os passarinhos se escondem"⁸⁷.

Desde a independência, a Índia se apegara com tenacidade à democracia e formulara condescendentes comparações com o Paquistão militarista. Uma das razões pelas quais a Sra. Gandhi escorregava para o autoritarismo era porque achava que tinha de competir com a demagogia populista de Zulfikar Ali Bhutto. Bhutto, um político profissional, foi alçado ao poder como alternativa à incompetência militar depois do desastre de Bangladesh. Governou o Paquistão com grande *éclat*, principalmente ao transformar todos os regulamentos em seu próprio benefício, destituindo juizes, suspendendo jornais e fraudando as altas nomeações do Exército⁸⁸. Mas, precisamente porque Bhutto era um civil, a Sra. Gandhi sentiu que não poderia dispensar completamente o parlamentarismo. Por conseguinte, o período de emer-

gência foi uma sucessão de arranjos *ad hoc*, sem real encadeamento de comando ou nitidas responsabilidades legais, justificáveis perante as cortes: a perfeita fórmula para a crueldade e a corrupção. Milhares de ativistas políticos foram postos na prisão, muitas vezes em condições terríveis. Incluía-se pessoas proeminentes, tais como as rainhas-viúvas de Gwalior e Jaipur, e Snehalata Reddy, a filha socialista do famoso produtor de cinema, cuja morte foi resultante do tratamento que lhe deram. George Fernandez, que havia organizado a greve ferroviária, foi para a clandestinidade, mas seu irmão foi preso e torturado.

Antes mesmo do estado de emergência, várias acusações de corrupção foram feitas contra a Sra. Gandhi, especialmente contra o seu filho Sanjay, e, na confusão decorrente da ausência da lei, o declínio da vida pública indiana se alastrou rapidamente. Nesse momento, a Sra. Gandhi fez de seu filho Sanjay chefe do Congresso da Juventude, e encarregou-o de gerir os mais radicais aspectos do seu programa de controle da natalidade, que desde 1970 ela considerava o mais importante de todos os programas internos da Índia. Sanjay e amigos aproveitaram a oportunidade para se engajar na engenharia social, de acordo com o modelo maoísta. Removeu brutalmente os favelados de Delhi para subúrbios afastados e, pior ainda, criou extensos campos de esterilização, nos quais centenas de milhares de homens indianos eram, mediante suborno e agressões, submetidos a operações de vasectomia, realizadas sob as mais primitivas condições. Com a censura à imprensa e ao rádio, os indianos tinham de sintonizar a BBC para descobrir o que estava acontecendo no seu próprio país. E, segundo declaração da própria Sra. Gandhi, ela não ouvia a BBC ("a BBC sempre me foi hostil"), ficando, muitas vezes, mal informada⁸⁹. Quando Bhutto anunciou eleições para março de 1977, ela sentiu que tinha de competir e continuar a luta, acreditando (em função de relatórios de funcionários regionais e bajuladores) que poderia vencer e, assim, legitimar o estado de emergência. Os resultados foram desastrosos para ambos. Bhutto venceu amplamente, mas os meios que empregou para conseguir a vitória provocaram distúrbios que levaram o país à lei marcial e a outro golpe militar. Foi acusado de conspiração e, depois de dois longos e controversos julgamentos, foi enforcado em abril de 1979.⁹⁰ A Sra. Gandhi perdeu as eleições e o mandato, tragada pela engenharia social de Sanjay e uma profusão de outras irregularidades.

Entretanto, o Partido Janata, vitorioso, era menos uma alternativa ao gandhismo do que uma coalizão de descontentes. Seu representante mais importante, Desai, tinha muitos dos vícios de Gandhi e nenhuma das suas virtudes. Ele não bebia nem fumava, e afirmou, alto e bom som, que os britânicos haviam introduzido no país bebidas alcoólicas e tabaco para corromper os nativos. Fazia grande uso de sua roca de fiar. Não aceitava o uso da medicina moderna. Para se manter em boa forma, bebia um copo de sua própria urina todas as manhãs. O ministro da Saúde, Raj Narain, também acreditava no tratamento pela urina e recomendava-o oficialmente. Quando lhe faziam perguntas sobre o controle da natalidade, dizia que as mulheres deveriam ingerir ervas para impedir a gravidez. Tais excentricidades não eram acompanhadas de sólidos dons administrativos ou probidade. Na verdade, o governo de Janata foi ainda mais corrupto que o do Partido do Congresso da Sra. Gandhi. Tentativas de conduzir uma Comissão de Inquérito contra as iniquidades da Sra. Gandhi ou levá-la a julgamento (ela passou uma semana na prisão) apenas agitaram um imenso mar de lama que se espalhou em todas as direções. De volta ao Parlamento por uma eleição suplementar e depois expulsa, ela pôde inverter os papéis e se apresentar como vítima

de perseguições, lançando mão, de forma inspirada, do sucesso de 1939 da cantora de Lancashire, Gracie Fields, *Wish me luck as you wave me good-bye* (Deseje-me sorte quando me acenar adeus) — um exemplo singular da sobrevivência dos “valores” coloniais⁹¹. Na eleição de 3 de janeiro de 1980, os indianos defrontaram-se com uma escolha entre males da mesma família; o instinto levou-os a votar no que lhes parecia mais próximo a uma dinastia real. A Sra. Gandhi teve uma vitória esmagadora — seu partido obteve 351 das 524 cadeiras. O resultado de 1977 foi um veredicto contra a tirania, mesmo com o risco do caos; o resultado de 1980 foi o voto contra o caos, mesmo com o risco de uma outra tirania.

A história da Índia na pós-independência tendia a enfatizar a difícil natureza do problema que a Grã-Bretanha havia enfrentado: como manter a paz numa vasta e tão diversificada coleção de povos e, ao mesmo tempo, preservar as salvaguardas constitucionais e legais? A suposição de Nehru de que o problema seria atenuado depois da independência se provou totalmente infundada. Na verdade, as dificuldades foram aumentando cada vez mais, também porque a população dobrou no curso da geração seguinte. De acordo com os cálculos do governo, a população era de 683.810.051, em janeiro de 1981.⁹² Sob a pressão dessa massa ondulante, a estrutura das liberdades civis sob o governo britânico começou a ceder, embora nunca tenha ruído completamente. O estado de emergência da Sra. Gandhi foi, entretanto, um estágio importante nesse declínio. O controle civil eficaz sobre a polícia e as forças de segurança não foi restabelecido. Uma espécie de ordem foi mantida, mais pelo terror que pela justiça. Em novembro de 1980, a imprensa revelou que, no estado de Bihar, a polícia, sistematicamente, usava ácido e travões de bicicleta para cegar os suspeitos. Cerca de trinta casos comprovados vieram à tona. Em janeiro seguinte, foram relatados casos, na cidade santa de Benares, em que a polícia quebrava as pernas dos homens sob custódia⁹³. A polícia também foi acusada de assassinios, quando atuava para reprimir o banditismo hindu; o emprego que a polícia fazia da tortura se tornou assunto de freqüente censura por parte do judiciário. Sobre estes fatos assim se expressou o juiz da Suprema Corte de Allaha-bad: “Não há melhor força organizada para o crime na Índia do que a polícia indiana”⁹⁴.

Tal selvageria tornou-se particularmente mais detestável porque parecia refletir preconceito de casta. Foi motivo de orgulho do domínio britânico o fato de ter conseguido não a eliminação das castas, mas o abrandamento de suas piores conseqüências, fazendo valer o princípio da igualdade perante a lei. A principal razão da resistência de Churchill em apoiar uma independência precipitada era seu profundo medo de que as castas mais baixas fossem as grandes vítimas, enquanto as mais altas (especialmente os brâmanes, como os Nehrus) fossem os indubitáveis beneficiários. O aspecto mais repreensível das atrocidades policiais era o fato de que a própria polícia, e mais ainda os políticos que a protegiam, vinham das castas mais altas, ao passo que as vítimas, em sua quase totalidade, pertenciam às castas mais baixas. A independência nada fez pelos “intocáveis”, que somavam mais de cem milhões no início dos anos 80. Sua própria representação simbólica no Parlamento e no governo comprovava um aspecto de sua exploração. Sua maneira de viver, a capacidade de sobreviver a tudo, permanecia um mistério — o lado menos explorado da sociedade indiana⁹⁵. Havia muitas indicações de que o terror policial, ao qual as autoridades pareciam cada vez mais indiferentes, era uma forma de controle social enraizado nas infinitas gradações do privilégio.

Mais da metade da raça humana vive nas grandes nações continentais da Ásia. No início da década de 80, a população chinesa sozinha passou da marca de um bilhão. Todos, seja para assegurar a independência, seja para escapar à tutela estrangeira, se engajaram em experimentos "sociais". A China optou pelo comunismo, o que incluiu a agricultura coletivizada e a total nacionalização da indústria. Burma escolheu o socialismo de partido único, consolidado, a partir de 1962, por um ulterior controle militar sob o comando do general Ne Win (mais tarde presidente). Com Bhutto, o Paquistão realizou um extenso programa de nacionalização. Tanto o Paquistão quanto a Índia se mantiveram fora da economia de mercado, impondo barreiras alfandegárias de altas tarifas. A economia predominantemente socialista da Índia foi planejada de acordo com a ênfase convencional stalinista na indústria pesada. Até mesmo o vigoroso e essencial setor privado estava sujeito a intensos regulamentos e só se agüentava pela corrupção onipresente. Passada uma geração, os resultados em cada um dos casos foram depressivamente similares e escassos. Embora a China e o Paquistão tivessem uma aliança desconfortável, ditada pelo seu ódio comum pela Índia, essas forças se observavam com variados graus de hostilidade. A China fabricou as primeiras armas nucleares em 1964, a Índia em 1974, o Paquistão em 1978. Todas essas nações (incluindo Bangladesh, a mais pobre) gastaram um percentual muito mais alto do PNB na defesa do que durante o período colonial. Em Burma, por exemplo, especialmente por causa do apoio chinês aos grupos comunistas rebeldes, o gasto militar em 1980 absorvia um terço do orçamento e quase todos os ganhos do comércio exterior⁹⁶. Em cada caso, as grandes esperanças — despertadas pela geração de Bandung — de súbita e espetacular obtenção de um nível de vida de padrão ocidental, junto a uma experiência de paz e não-alinhamento, tinham sido abandonadas no fim dos anos 70.

No fim da década de 40, fora afirmado à metade asiática da raça humana que havia uma solução direta, imediata e essencialmente política para os seus problemas. A experiência mostrou que essa crença era uma falácia. Havia fundamentos muito sólidos que levavam à conclusão de que a política, e especialmente a política ideológica, contribuía de forma contundente para a miséria humana. A melhor prova era fornecida pela sinistra entidade a que davam o nome de Distrito Metropolitano de Calcutá, dentro e em torno do qual se agrupavam 150 milhões dos mais pobres seres da terra. Mesmo nos tempos coloniais, inspirava horror administrativo. Kipling, com a sua costumeira presciência, chamava-o de "Cidade da Noite Pavorosa". "Tinha", escreveu ele, "um atributo peculiar: o GFC ou o Grande Fedor de Calcutá"⁹⁷. No início da década de 40, estava-se tornando difícil para as autoridades municipais, política à parte, manter uma rede de esgotos adequada na maior parte da cidade. A independência foi um golpe do qual a cidade nunca mais se recuperou. Destruindo a economia de grande parte de Bengala, quatro milhões de refugiados bengaleses, sem possibilidade de serem empregados, acorreram para Bengala Ocidental, e um milhão para Calcutá. Entre os censos de 1921 e 1961, a população havia triplicado, e o esforço para fornecer um padrão de serviços modernos fora abandonado. No fim dos anos 60, um observador escreveu que a maior parte do Distrito "está sem sistema de esgoto organizado municipalmente, sem água encanada, escoamento ou canos de esgoto, e sem disponibilidade de sistema de esgoto, mesmo de propriedade privada, como são os tanques sépticos". Havia cerca de duzentos mil banheiros públicos primitivos, "barracões abertos de tijolos, baixos e exíguos, com plataformas sobre cumbrucas de barro ou sobre um chão imundo"⁹⁸. Como observamos, a crise de

Bangladesh despejou outras dez mil pessoas desabrigadas na Bengala indiana, das quais uma grande proporção terminou nas ruas de Calcutá, a ponto de, no fim dos anos 70, dormirem ao relento um milhão de pessoas, e isso apenas no centro da cidade. A política doutrinária e acirradamente partidária de Bengala Ocidental, dirigida pelos marxistas nos anos 60 e 70, quando não sob suspensão constitucional e “governo presidencial” direto, gerou imprevidência e corrupção sem limites.

A situação difícil de Calcutá atraiu muitos voluntários, que se juntaram aos esforços de Madre Teresa e suas Missionárias da Caridade, que haviam montado postos em Calcutá, em 1948. Mas muitas vezes o governo marxista parecia mais ansioso em mandar embora os organismos voluntários médicos, que chamavam a atenção para as suas falhas, do que atacar o problema pela raiz⁹⁹. Calcutá se tornou a antiutopia dos tempos modernos, a cidade das ilusões despedaçadas, a escuridão, e não a luz da Ásia. Constituiu-se numa advertência impressionante de que tentativas de fazer experiências com a metade da raça humana eram mais suscetíveis de construir monstros do tipo Frankenstein que milagres sociais.

17

O LÁZARO EUROPEU

Se a história do pós-guerra levou as novas nações da África e da Ásia a uma série de becos sem saída, terminando muitas vezes em horror e selvageria, a experiência da Europa, por seu lado, trouxe mais alívio. E isso foi inesperado. O clima reinante em 1945 era de desespero e impotência. A era européia da história tinha chegado ao fim. Em certo sentido, Hitler fora o último verdadeiro líder europeu capaz de precipitar os acontecimentos mundiais a partir de uma visão eurocêntrica. Ele perdeu esse poder no final de 1941 e o vazio resultante de sua queda colossal não poderia ser preenchido por rivais europeus. No fim da guerra, as duas superpotências não-européias se encontravam à beira de um vulcão extinto, do qual perscrutavam insolentemente as profundezas em combustão, descomprometidas com o seu colapso, mas contentes porque ele não tinha mais a energia demoníaca de aterrorizar a humanidade.

A 26 de outubro de 1945, na estréia de um novo balé, no Théâtre des Champs-Élysées, repleto de gente da alta sociedade, o pano de boca pintado por Picasso foi vaiado pela audiência¹. Essa era a velha Paris. Três dias mais tarde, no Clube Maintenant, Jean-Paul Sartre fez uma conferência intitulada “O existencialismo é um humanismo”. Aqui estava a nova Paris. Esse evento também foi concorrido. Homens e mulheres desmaiaram, lutaram por assentos, estraçalhando umas trinta cadeiras, gritaram e fizeram barricadas. Isso coincidiu com o lançamento da nova revista de Sartre, *Les temps modernes*, na qual ele argumentava que a cultura literária e a *haute couture* das lojas da moda eram as únicas coisas que haviam sobrado para a França — na verdade, um símbolo da Europa — e que ele inventara o existencialismo para dar às pessoas um pouco de dignidade e preservar a individualidade das mesmas em meio à degradação e ao absurdo. A reação foi esmagadora. Como disse Simone de Beauvoir, sua companheira, “nós ficamos perplexos com o furor que causamos”². O existencialismo era extraordinariamente não-gaulês, daí, talvez, a sua atração. Sartre era metade alsaciano (Albert Schweitzer era seu primo) e foi criado na casa de seu avô, Karl Schweitzer. Sua cultura tinha origens tanto germânicas quanto francesas. Ele era essencialmente um produto da escola de filosofia de Berlim e, em especial, de Heidegger, de quem derivava a maioria de suas idéias. Sartre tinha passado por uma boa guerra. Apesar de controvérsias superficiais,

havia pontos de aproximação entre o espírito francês e o alemão. Paris era um lugar harmônico para um intelectual, contanto que se pudessem ignorar alguns desgostos (tais como as prisões de judeus), o que muitos conseguiram fazer sem a menor dificuldade³. Conforme salientaria mais tarde o intelectual judeu Bernard-Henry Levy, formas radicais protofascistas de racismo repugnavam muito pouco aos franceses e não menos aos intelectuais franceses: ele até as denominou “ideologia francesa”⁴.

O teatro de Paris floresceu sob os nazistas. André Malraux, mais tarde, disse rispidamente: “Eu estava enfrentando a Gestapo enquanto Sartre, em Paris, deixava suas peças serem produzidas com a autorização dos censores nazistas”⁵. Albert Büssche, crítico teatral do jornal das forças nazistas, o *Pariser Zeitung*, chamou a peça de Sartre, *Huis-clos*, de “um acontecimento teatral de primeira ordem”. Sartre não foi o único beneficiário da aprovação alemã. Quando a nova peça escrita pelo *pied-noir* Albert Camus, *Le malentendu*, foi apresentada no Théâtre des Mathurins, a 24 de junho de 1944, foi vaiada pela elite intelectual francesa (na época, totalmente fascista) porque era sabido que Camus pertencia à Resistência. Büssche achou-a “densa, de pensamentos profundos... um trabalho pioneiro”⁶. Camus não participou do alheamento de Sartre em relação à guerra; de fato, foi um dos 4.345 franceses e francesas que receberam a *rosette* especial da medalha da Resistência. Seus pensamentos, porém, refletiam a contigüidade crescente das filosofias francesa e alemã que a Ocupação promovia e que se constituíam num elemento importante do padrão do pós-guerra. A influência mais importante de sua vida foi a de Nietzsche, cujo pensamento Camus afrancesou e apresentou a uma geração inteira da juventude francesa, através de seus romances *L'étranger* e *La peste*.

Sartre e Camus chegaram juntos em 1943-4, protagonistas — e eventualmente antagonistas — de um culto centralizado em Saint Germain-des-Prés, que procurava relacionar a filosofia e a literatura à ação pública. O caravançarã de ambos era o Café Flore, símbolo das ambigüidades da vida intelectual francesa. Saint-Germain havia sido a guarida de Diderot, Voltaire e Rousseau, que se reuniam no velho Café Procope. O Flore datava do Segundo Império, sendo freqüentado por Gautier, Musset, Sand, Balzac, Zola e Huysmans; mais tarde, por Apollinaire e, depois, pelo círculo da *Action Française*, liderado pelo próprio Maurras: Sartre continuava ocupando a cadeira deste, que ainda se achava quente⁷. O existencialismo, na sua apresentação do pós-guerra, derivava de uma lei de Kant, que dizia: “Age de tal modo que o motivo que te levou a agir possa tornar-se, através da tua vontade, lei universal”. Nossos atos positivos, ensinava Sartre, criavam “não somente o homem que desejávamos ser”, mas também “uma imagem do homem tal como pensamos que ele deveria ser”. O homem poderia moldar sua própria essência por atos políticos positivos. Sartre oferecia assim ao desespero um gesto humano, racionalizado, de desafio — que Karl Popper chamava de “a nova teologia sem Deus”. O existencialismo continha um elemento da histeria germânica, característica tanto de Heidegger quanto de Nietzsche, quando punha ênfase exagerada entre o *self* e o mundo⁸. Mas para os jovens, isso era mágico. Era uma forma de romantismo utópico, com muitos dos mesmos atrativos do movimento romântico de 150 anos atrás. Na verdade, era mais atraente porque também oferecia ativismo político. Como Popper se queixou, era uma forma respeitável de fascismo que, inútil dizer, poderia ser facilmente aliada às formas do marxismo. Camus insistiu na afirmação de que jamais fora um existencialista e, em 1951, ele e Sartre brigaram mortalmente por causa da

defesa que Sartre fazia das formas variadas de violência totalitária. Mas foi a recriação feita por Camus, em termos modernos, do herói solitário byroniano, que resiste ao destino e ao mundo estranho através de atos desafiadores, que reacendeu tão vivamente a chama do culto à vida, dando-lhe significação concreta para a juventude em ambos os lados do Reno.

Assim, o existencialismo era uma importação cultural francesa, que Paris depois reexportou para a Alemanha, seu país de origem, sob uma aparência sofisticada e muito mais atraente. É necessário enfatizar esse ponto, pois foi a primeira vez, desde a época de Goethe, Byron e de Staël, que os jovens na França e na Alemanha sentiram uma afinidade cultural espontânea, uma *Weltanschauung* compartilhada. Serviu, então, como preparação para uma harmonização mais sólida, econômica e política, à qual as circunstâncias também eram propícias. Entretanto, isso poderia não ter acontecido se não fosse por duas outras circunstâncias. A primeira foi a maturação final (e possivelmente terminal) do ativismo cristão na política, fato que, para uma geração em plena vitalidade, tornou-se o modelo dominante na Europa. A segunda circunstância foi o aparecimento de um grupo de titãs europeus — não byronianos, não jovens, não românticos, não heróicos em qualquer sentido óbvio, e muito menos existencialistas — que iria revivificar o cadáver da Europa que se havia matado. Tanto a agência, o Cristianismo, como os agentes, Adenauer, de Gasperi e de Gaulle, eram, por natureza, repugnantes para os fundadores do ativismo existencialista. Mas a história habitualmente caminha ao longo de tais ironias.

Adenauer, de Gasperi e de Gaulle eram os grandes sobreviventes; homens que perderam a vez, que poderiam nunca ter aparecido, mas que surgiram, em rica plenitude, pelo ensejo da catástrofe. No fim da guerra, em 1945, Alcide de Gasperi tinha 75 anos e Adenauer, 69. Ambos eram homens das fronteiras, católicos devotos, antinacionalistas, que reverenciavam a família como a unidade social, odiavam o Estado (exceto como uma necessidade mínima e lamentável) e acreditavam que a característica mais importante da sociedade organizada era o Estado de direito, que deve refletir a Lei Natural, ou seja, a predominância dos valores absolutos. Em resumo, eles se colocaram contra muitos aspectos proeminentes do século XX. E os seus rostos eram obstinados, eram rostos estranhos. Um acidente terrível, em 1917, havia dado a Adenauer a impassividade do mogno típica de um índio de porta de tabacaria⁹. De Gasperi, como Adenauer, alto e excessivamente magro na juventude, encarava a vida com a carranca de um cão de guarda. Ambos eram confederalistas. Adenauer representava a Alemanha policentrista do Sacro Império Romano, de Gasperi, o norte da Itália dos Habsburgos.

De Gasperi, na verdade, nasceu sob o domínio austríaco. Como seu pai comandasse os gendarmes locais, ele se sentia invadido de uma lealdade secular à casa real, mais do que a um estado-nação. Mas a sua lealdade básica era espiritual. Durante toda sua vida, ia à missa diariamente, se possível. Na notável carta em que ele propõe casamento à futura mulher, Francesca Romani, em 1921, escreveu: “A personalidade do Cristo vivo me puxa, me escraviza e me conforta como se eu fosse uma criança. Vem, eu quero você comigo, para ser arrastada para a mesma atração, como se fosse um abismo de luz”¹⁰. Foi para a Universidade de Viena e admirava o famoso prefeito da cidade, Karl Lueger, embora por razões bastante diferentes das de Hitler. Acreditava que Lueger havia sempre mostrado os caminhos nos quais as “encíclicas sociais” dos papas mais progressistas podiam ser realizadas. Sua formação

era o populismo católico germânico e seus primeiros escritos foram no jornal católico austríaco *Reichspost*. De Gasperi era quase imune às duas grandes doenças dos tempos modernos: nacionalismo étnico e crença de que Estados nele baseados podem ser transformados em utopia. No seu primeiro discurso, feito em Trento, em 1902, incitava seus ouvintes: “Sejam católicos em primeiro lugar, depois italianos!”. Dizia que “deplorava” a “idolatrização” da nação e a *religione della patria*. Seu lema era “Católico, italiano e depois democrata!” — nessa ordem¹¹.

De Gasperi era o antípoda natural de Mussolini. Os dois homens debateram “Socialismo na história” numa cervejaria de Merano, em 1909, Mussolini instigando a necessidade da violência, de Gasperi, a necessidade de se basear uma ação política no princípio absoluto. De Gasperi teve de partir mais cedo para apanhar um trem e foi seguido até a porta pelas chacotas fluentes de Mussolini, que mais tarde o chamaria de “homem de prosa agramatical e desalinhada, homem superficial, que invoca um horário de trem para evitar um debate embaraçoso”¹². De Gasperi, por seu lado, nunca reconheceu em Mussolini outra coisa senão um radical destrutivo: “Bolchevismo de preto”. O seu próprio *Partito Popolare Trentino* foi acolhido por Don Luigi Sturzo no Partido Popular Católico, o qual poderia ter governado a Itália de entreguerras, não fosse o golpe de Mussolini. De Gasperi não apreciava a política parlamentar italiana (“um circo equestre”) com seus truques teatrais e de oratória, à qual sempre tratou com desdém. Odiava ainda mais o grande Estado totalitário. Como ele mesmo disse no último Congresso Nacional do *Partito Popolare*, a 28 de junho de 1925: “Os princípios teóricos e práticos do fascismo são a antítese do conceito cristão de Estado, que estabelece que os direitos naturais da personalidade, família e sociedade estão acima do Estado”. O fascismo não passava do “velho Estado policial reaparecendo disfarçado, mantendo sobre as instituições cristãs a espada de Dâmocles”. Arrastado a um tribunal fascista, em novembro de 1926, de Gasperi insistia: “É o próprio conceito de Estado fascista que não posso aceitar, porque há direitos naturais nos quais o Estado não pode pisar”¹³. De Gasperi teve sorte. Mussolini atirou-o na prisão Regina Coeli em 1927. Ele poderia não ter sobrevivido ao regime mais do que Gramsci. Mas a assinatura do Tratado de Latrão possibilitou a Pio XI transferir a custódia de de Gasperi para a biblioteca do Vaticano, onde ele ficou abrigado pelos 14 anos seguintes.

Assim, quando o fascismo desmoronou, de Gasperi era a única figura ilibada importante que oferecia ao povo italiano uma opção que não fosse outra forma de estatismo. Formou o primeiro governo de coalizão do pós-guerra, em dezembro de 1945, e nas eleições para a Assembléia Constituinte levou o seu novo Partido Democrata Cristão para o primeiro lugar, com 35,2% dos votos (contra 20,7% dos socialistas e 18,9% dos comunistas). Sua verdadeira oportunidade chegou em janeiro de 1947, quando os social-democratas, sob o comando de Giuseppe Saragat, se separaram dos socialista-marxistas de Pietro Nenni. Isso possibilitou a de Gasperi formar um governo homogêneo democrata-cristão, que ganhou as primeiras e cruciais eleições sob a nova Constituição, em abril de 1948, com 48,5% dos votos e uma maioria absoluta das cadeiras (304 dentre 574). Essa foi uma das mais importantes eleições da Europa do pós-guerra, pois estabeleceu, por uma geração, o padrão de estabilidade relativa na Itália. Durante a “era de de Gasperi”, 1945-53, a Itália alcançou respeitabilidade política como membro de centro da sociedade européia, aceitou o Plano Marshall, entrou na OTAN, filiou-se ao Conselho da Europa e à Comunidade Européia de Carvão e Aço, e lançou seu próprio *miracolo* econômico,

simbolizado pela Vespa, pelas cores de Emilio Pucci, pelas carrocerias Pininfarina, pelas máquinas de costura Necchi, pelas máquinas de escrever Olivetti e pela saudação matinal na central de recuperação econômica, Milão: "*Buon*" *lavoro*!

O sucesso de de Gasperi ajudou indubitavelmente a preparar o caminho para Konrad Adenauer, na Alemanha. Esses dois homens constituíam alternativas possíveis aos regimes totalitários do entreguerras em seus países. Como vimos, Adenauer poderia ter sido chanceler em 1926. Mas ele achava que não teria sucesso. Weimar e sua chancelaria não eram apreciados e sua visão política mostrava que os problemas eram insolúveis. Não tinha a menor simpatia pelo critério que prevalecia na Alemanha. Não endossava o separatismo do Reno — era antes um federalista — mas não tinha de forma alguma confiança em qualquer "gênio alemão". "Os alemães são belgas com megalomania", insistia ele. Os prussianos eram os piores: "Um prussiano é um escravo que se esqueceu de quem era o seu avô". Costumava dizer: "Quando o trem noturno de Colônia para Berlim atravessava o Elba, eu não conseguia mais dormir"¹⁴. Na época de Weimar, o prefeito de Colônia era o chefe oficioso da comunidade católica alemã, e isso bastava para Adenauer. Ele não tinha o menor vestígio de sentimento racial alemão, nenhuma partícula de respeito pelo Estado bismarquiano. O que Bismark oferecera aos católicos alemães? Os tormentos da *Kulturkampf*. Hitler demitiu-o a 13 de março de 1933 e ele teve sorte de não ter sido morto junto com Schleicher no expurgo de Roehm. Adenauer achava Hitler um louco por querer a guerra, estando destinado a perdê-la. Segundo sua filha mais moça, Libeth Werhahn, a família rezava pela derrota¹⁵. Ele não acreditava numa resistência alemã e não tinha queixas da política de rendimento incondicional dos Aliados, coisa que achava necessária.

A carreira do pós-guerra de Adenauer ilustra a importância da sorte na política. Quando os americanos tomaram Colônia, a cidade havia praticamente deixado de existir. A população caíra de 750.000 para 32.000 habitantes; André Gide, visitando as ruínas, ficou tão horrorizado que imediatamente pediu para ser levado embora. A política dos Aliados baseou-se então no fato de trazer de volta (se disponíveis) aqueles que tinham exercido cargos até que os nazistas os demitissem. Assim, os americanos colocaram Adenauer na administração da cidade. Poucos meses depois de Colônia ter passado a fazer parte da zona britânica, ele foi demitido e expulso (outubro de 1945), por razões que jamais foram explicadas satisfatoriamente¹⁶. Sem dúvida, a Grã-Bretanha, agora sob um governo trabalhista, favorecia os social-democratas onde fosse possível. Os administradores britânicos viam a Alemanha unida e desarmada, ligeiramente socialista, com sua indústria retirada das mãos de homens como os Krupps e nacionalizada. Os setores de educação e de política do governo militar britânico eram constituídos por funcionários de tendência socialista, que asseguravam aos social-democratas o controle do rádio, das agências de notícias e dos jornais quase oficiais como *Die Welt*.

Apoiar os social-democratas foi o primeiro de muitos erros sérios da política externa britânica em relação à Europa. Significou jogar o que tinham no líder do PSD (Partido Social Democrata), Kurt Schumacher. Vítima trágica do passado, ele só tinha um braço e logo teve sua perna amputada; suas dores incessantes tornaram-no amargo, irritadiço, impaciente e muitas vezes desarrazoado. De muitas maneiras ele era o oposto de Adenauer: um prussiano, protestante, adepto do grande Estado, de uma "Alemanha Grande"¹⁷. Recusava-se a compreender que essa visão da Alemanha dependia essencialmente do consentimento soviético em relação à reunificação: não

funcionaria nas truncadas zonas ocidentais. Da mesma forma, recusava-se a ver (e os britânicos também) que a verdadeira alternativa para a Alemanha hitleriana, algo que retiraria o veneno do sistema, não se encontrava na reconstrução de uma Alemanha bismarquiana em bases social-democratas, com um Estado paternalista todo-poderoso, uma direção leninista centralizada da indústria nacionalizada, uma imensa burocracia ao estilo prussiano e uma ênfase na igualdade, uniformidade e coletividade. Tal foi a forma que os russos escolheram para a Alemanha Oriental, e tudo o que resultou disso foi uma versão radicalizada do Estado nazista, uma espécie de versão que Goebbels (e Hitler, no seu estágio final) favoreceriam. A antítese verdadeira do Nacional-Socialismo era o individualismo, uma sociedade onde acordos privados teriam prioridade sobre os públicos, onde a família se apresentava como a unidade social preferencial e onde o princípio voluntário era o valor supremo.

Esses eram precisamente os ideais nos quais Adenauer acreditava, com a convicção de uma vida inteira. Como membro, depois patriarca, de uma vasta, íntima e ramificante família, ele veio a encarar a família (como muitos milhões de pessoas por trás da Cortina de Ferro estavam também descobrindo) como o único refúgio confiável contra a invasão totalitária. É claro que poderia ser destruída completamente — Hitler varreu da terra famílias judias inteiras — mas não podia ser corrompida, nem pervertida. Mesmo perdendo muitos dos seus membros, a família cerrou fileiras e se reorganizou com notável firmeza, como provou a experiência judia. Adenauer acreditava numa sociedade na qual a família, enquanto oposição ao partido político e ao programa ideológico, era o ponto de partida para a reconstrução, a resposta ao mal totalitário. A alegação de Schumacher de que as idéias de Adenauer conduziram à “restauração” de tudo o que havia de pior na Alemanha foi um dos grandes enganos da história. Era difícil aceitar-se tal afirmação a respeito do homem que mais antipatia teve pelo critério convencional alemão, de 1860 em diante.

Se os britânicos houvessem permitido que Adenauer permanecesse à frente de Colônia, ele, talvez, nunca teria entrado na política nacional. Foram os britânicos que o empurraram nessa direção. As autoridades soviéticas o ajudaram, ao excluírem o seu mais perigoso rival, Andreas Hermes. Durante o verão e o outono de 1956, agrupamentos democrata-cristãos surgiram em várias partes da Alemanha. A demissão de Adenauer em Colônia poderia ter sido deliberadamente cronometrada para possibilitá-lo assumir o controle da Nova União Democrata-Cristã, organizando-a como um partido federal da Alemanha Ocidental, com base na área de Colônia. Ele criou, assim, um organismo partidário precisamente adequado aos aspectos importantes do novo Estado alemão que estava emergindo¹⁸. Em março de 1946, em seu primeiro discurso público, Adenauer delineou seus objetivos. O novo Estado não mais deveria dominar o indivíduo. A todos era permitido tomar uma iniciativa em todas as facetas da existência. A ética cristã seria a base da comunidade alemã. O Estado deveria ser federal e concebido com vistas a uma eventual criação dos Estados Unidos da Europa¹⁹.

Esse discurso, um dos mais importantes do mundo do pós-guerra, que marcou o verdadeiro começo da Alemanha à época e também o da política da Europa Ocidental, foi feito na Universidade de Colônia. Adenauer pronunciara lá outro discurso notável, 27 anos antes, em junho de 1918: “Qualquer que seja a forma final do tratado de paz”, havia advertido, “aqui, no Reno, nas antigas encruzilhadas internacionais, a civilização germânica e a civilização das democracias ocidentais se encontrarão nas décadas que virão. A menos que uma reconciliação genuína seja

possível entre elas... a liderança europeia se perderá para sempre”²⁰. A oportunidade foi perdida; a liderança europeia se fora, provavelmente para sempre. Mas a estabilidade e a prosperidade europeias eram ainda objetivos realizáveis. Em 1919, Adenauer havia concebido a idéia de um estado Reno-Ruhr dentro de uma federação alemã. Em julho de 1946, os britânicos criaram o *Land* (estado) do Reno do Norte-Westfália, unindo a Renânia industrial e a Westfália agrícola, com um modelo de fronteiras quase idêntico ao existente em 1919, e entregou a Adenauer o instrumento perfeito para os seus desígnios: outra vez, a sua sorte.

Nos três anos seguintes, Adenauer, com uma *finesse* consumada, jogou as cartas que a Grã-Bretanha lhe havia, inadvertidamente, dado. Ele era um sujeito firme; havia aprendido a arte da paciência. Mantinha a sua dignidade e seu sangue-frio. Era flexível, calmo, jamais esmurrava a mesa ou bajulava, mas sabia cativar e, por vezes, era discretamente lisonjeiro. Havia levado a sério o que Churchill dissera: “Os alemães, ou se digladiam ou são subservientes”; ele não fazia nenhuma das duas coisas. Como disse um ministro britânico, ele tinha “o poder de estar acima dos alemães”; conhecia “as fraquezas que os haviam induzido ao erro”²¹. Os acontecimentos lhe foram favoráveis. Quanto mais os russos apertavam a Cortina de Ferro, maior era o compromisso dos Aliados para a criação do Estado da Alemanha Ocidental que Adenauer queria. Excluiu Berlim como capital: “Quem fizer de Berlim a nova capital estará criando uma nova Prússia espiritual”. A capital deve se situar “onde as janelas da Alemanha estão totalmente abertas para o Ocidente”²². A primeira crise de Berlim reforçou essa opinião. Adenauer bloqueou os planos de nacionalização geral da indústria alemã, dos social-democratas, fato que, inicialmente, teve o apoio britânico. Ao rejeitar o Plano Marshall para a Alemanha Oriental, os russos fizeram um favor duplo a Adenauer: prejudicaram Jakob Kaiser, o líder sindical democrata-cristão e seu principal rival no partido, e tornaram possível o desenvolvimento econômico separado da Alemanha Ocidental, fator necessário para que Adenauer realizasse seus planos a longo prazo. Pois ele entendeu, mesmo nesse estágio inicial, que a França nunca consentiria na constituição de um tipo de Estados Unidos da Europa que incluíssem uma Alemanha forte, com sua base industrial íntegra e todos os seus oitenta milhões de habitantes. Os russos foram os verdadeiros criadores da Alemanha de Adenauer, com a política que desenvolveram de manter a Alemanha dividida. As jogadas sucessivas para intensificar a Guerra Fria, em 1947-8, aceleraram a formação do Estado alemão ocidental. Adenauer fez protestos a favor da reunificação, naquela época e posteriormente, da mesma maneira que todo alemão supostamente deveria fazê-lo. Mas, na realidade, queria mantê-la dividida; e os russos fizeram o trabalho para ele.

A sorte maior de Adenauer foi a de ter podido, na condição de presidente do Conselho Parlamentar, elaborar a sua própria Constituição. Dedicou muito de seu tempo e de sua atenção a isso, e produziu uma das melhores constituições talvez jamais elaboradas para um Estado moderno, equilibrando habilmente a autoridade do chanceler e os poderes entrincheirados dos constituintes federais. Comparada à Constituição de Weimar, a de Adenauer era uma obra de arte. Para as primeiras eleições, marcadas para 14 de agosto de 1949, Adenauer formou uma aliança com o professor Ludwig Erhard, chefe do Conselho Econômico Bizonal²³, cuja filosofia econômica de livre mercado, baseada em baixas tarifas, comércio livre, importação barata e exportação cara, adequava-se perfeitamente à sua própria filosofia política e já estava produzindo resultados no verão de 1949. Os britânicos, errados até o fim,

concluíram que os social-democratas venceriam facilmente. De fato, os votos para o PDC (Partido Democrata Cristão) totalizaram 7.360.000 contra pouco menos de 7.000.000 para os socialistas. Adenauer, ao rejeitar a idéia de um governo de coalizão não-partidário, pôde argumentar que um total de 13 milhões de alemães havia votado a favor da livre iniciativa — isto é, pelas idéias de Erhard — e apenas 8.000.000 a favor da nacionalização. Aconteceu que depois das eleições Adenauer estava com o total controle de seu partido (e de Erhard). Ao conseguir a posição de chanceler e formar o seu governo, ele se comportou de maneira autoritária, para não dizer ditatorial. Disse que, a conselho médico, só poderia permanecer no cargo por dois anos²⁴. Permaneceu quatorze. A eleição de agosto foi, assim, um dos acontecimentos críticos do mundo do pós-guerra. Um governo do PSD, com a filosofia econômica e o programa que então possuía, nunca teria alcançado a *Wirtschaftswunder* alemã. A combinação Adenauer-Erhard foi essencial para que isso acontecesse. No momento em que o PSD chegou finalmente ao poder, em 1969, já se havia renunciado à propriedade coletiva marxista e se adotara a filosofia de mercado erhardiana.

Adenauer desfrutava de uma vantagem ainda mais importante, outra vez graças aos britânicos. Hitler destruíra o movimento sindical alemão completamente. Os britânicos acreditavam que esse movimento era essencial à democracia alemã e encorajaram a formação de sindicatos, em 1945, muito antes de permitir a formação dos partidos. O homem que apoiaram para essa finalidade foi o líder dos metalúrgicos, Hans Boeckler. Este pensava em termos de um grande sindicato único, uma noção sindicalista fatal, que datava dos tempos anteriores a 1914. Os britânicos enviaram Will Lawther, presidente dos metalúrgicos, e Jack Tanner, presidente dos mecânicos, para persuadir Boeckler a se decidir por sindicatos por empresas. O que foi oferecido à Alemanha, por *diktat*, o que qualquer processo normal de desenvolvimento histórico o faria, foi uma versão aperfeiçoada do modelo britânico de sindicatos, enxugada de suas fraquezas, anomalias, contradições e ineficiências. Por um ato de generosidade suicida, único na história, uma estrutura sindical, planejada com exatidão para as necessidades da indústria moderna, que a Grã-Bretanha experimentara com insucesso por mais de meio século de consultas democráticas, foi entregue “grátis” à Alemanha pelo seu principal competidor comercial.

Criaram-se cerca de 16 sindicatos empresariais, dentro de uma única federação, a DGB (*Deutscher Gewerkschaftsbund*). Por pressão da Grã-Bretanha, deram-se à DGB não apenas poderes constitucionais de expulsão, mas também a alavanca financeira de uma percentagem fixa sobre todas as subscrições sindicais; possibilitou-se-lhe assim manter enormes reservas financeiras, que poderiam ser retiradas e, nos casos de greve, os sindicatos estavam obrigados a retirá-las. Para se fazer uma greve, era necessário alcançar em votação 75% dos votos, sendo que a DGB detinha o poder de veto²⁵. As greves com objetivos políticos eram proibidas, bem como qualquer ligação entre sindicatos e movimentos políticos. Dessa maneira, a Alemanha Ocidental adquiriu a mais eficaz estrutura sindical de qualquer país industrial importante, sem federações rivais (caso dos Estados Unidos), sem divisões religiosas-marxistas (caso da Itália e da França), sem sindicatos políticos (exemplo da Grã-Bretanha) e, acima de tudo, sem sindicato de ofícios, essa relíquia desastrosa de uma primeira fase industrial que constituía a principal barreira aos aumentos de produtividade.

Adenauer capitalizou habilmente esse presente da Grã-Bretanha. Boeckler, eleito o primeiro presidente da DGB, em outubro de 1949, e daí em diante seu virtual

ditador, havia servido com Adenauer no Conselho Municipal, em Colônia. O novo chanceler tornou-o, junto com Erhard, o co-arquiteto da sua política econômica e social. Persuadiu Böckler a renunciar à propriedade pública em favor da *Mitbestimmung* (co-parceria de trabalho e capital) e de uma política de salários altos baseada em acordos de produtividade²⁶. Adenauer fez passar a lei de co-parceria no Bundestag, em 1951, com a ajuda dos votos do PSD e arriscando a sua coalizão, mas a lei pagou fantásticos dividendos econômicos e políticos. No ano seguinte, a Alemanha já era rica o suficiente para que Adenauer reorganizasse o seguro social de maneira a garantir a maioria dos objetivos do PSD²⁷. Em meados da década de 50, o operariado alemão havia chegado a um acordo sobre o que era essencialmente uma política apolítica, baseada em altos lucros, altos salários e bonificações, alta produtividade, excelente seguro social e participação nas comissões de planejamento das diretrizes políticas. No decorrer desse processo, a guerra de classes desapareceu da Alemanha Ocidental e uma de suas conseqüências foi a rejeição, pelos social-democratas, em 1959, da filosofia marxista original.

Adenauer foi um dos mais bem-dotados estadistas dos tempos modernos; certamente o mais bem-sucedido na história alemã recente. Enquanto permaneceu como chanceler, as rendas reais na Alemanha triplicaram. Em 1953, obteve a maioria das cadeiras no Bundestag e, em 1957, quando a moeda alemã era a mais forte na Europa, obteve a maioria absoluta dos votos. Colocou a democracia alemã em bases quase inexpugnáveis, e não apenas a levou de volta ao concerto das nações civilizadas, mas também a tornou um pilar do sistema legítimo. Não poderia ter atingido todas essas coisas sem um forte traço de idealismo genuíno e amplas reservas de cínica astúcia. Erhard achava que ele tinha um *Menschenverachtung*, um desprezo pela humanidade. Melhor dito, possuía uma consciência vívida da fraqueza humana e, especialmente, dos vícios alemães. No novo Bundestag, cujo *décor* ele supervisionou pessoalmente e o quis espetacular (“como um cenário de Max Reinhardt para uma produção de *Julius Caesar*”), os tinteiros e a parte de cima das mesas eram aparafusados para impedir o vandalismo. Mesmo assim, as cenas eram terríveis, realçadas pelo contraste da própria impassibilidade, dignidade e maturidade de Adenauer; embora ele tivesse o mesmo gosto curioso de Calvin Coolidge por trotes, que incluíam esconder o calço de madeira sobre o qual o atarracado Dr. Eugen Gerstenmaier, presidente do Bundestag, subia para se dirigir à Assembléia, Adenauer não achava que os alemães fossem um povo confiável, tanto coletiva quanto individualmente. Espionava seus ministros. Certa vez seguiu um deles até um bordel de Paris e, por isso, demitiu-o do Ministério do Exterior²⁸. Afeiçoava-se somente às pessoas de seu círculo familiar e seu companheiro mais íntimo era Hans Globke, co-autor das Leis de Nuremberg, que dirigia a Chancelaria e o serviço secreto particular de Adenauer. “E quem sabe”, Adenauer sorria zombateiramente, “o que *Herr* Globke tem guardado no seu cofre?”²⁹. Acreditava que um estadista tinha de ser mais astuto e mais bem informado do que seus rivais totalitários. Coletivamente, achava que só podia confiar nos alemães dentro da estrutura férrea do absoluto Estado de direito, intimidando até mesmo o Estado; a elaboração dessa estrutura provará, talvez, a longo prazo, sua principal contribuição à cultura política alemã.

Foi por causa dos líderes soviéticos que, à feição de Hitler, odiavam e ridicularizavam a lei, que Adenauer decidiu-se contra qualquer trato com eles que não fosse garantido e supervisionado até os menores detalhes. Costumava dizer que o regime soviético se apropriara de quinhentas mil milhas quadradas de território

européu durante a guerra; e que a União Soviética era a única potência expansionista que restava. No decorrer de quarenta anos, ela havia rompido ou revogado 45 tratados que assinara³⁰. Ao insistir em testar as intenções soviéticas, Adenauer revelou que suas propostas de “reunificação” de 1952, 1955 e 1959 eram fraudulentas. Não podia esquecer que 1.150.000 prisioneiros de guerra alemães tinham desaparecido na Rússia soviética, dos quais se teve notícia de apenas 9.628, classificados como “criminosos de guerra”³¹. Por isso ele usou de todos os meios para persuadir os alemães a se refugiarem no Ocidente, onde teriam leis e liberdade para trabalhar. Depois do levante dos trabalhadores na Alemanha Oriental, em junho de 1953, debelado com grande ferocidade pelo Exército Vermelho, os líderes soviéticos transformaram o regime comunista de Walter Ulbricht num perfeito satélite. O regime não prosperou e a política de Adenauer de encorajar a vinda de refugiados para a Alemanha Ocidental estava provocando mortes num ritmo de mil por dia, em julho de 1961. A 13 de agosto, Ulbricht, com autorização soviética, começou a levantar o Muro de Berlim. Isso era ilegal e Truman ou Eisenhower o teriam feito derrubar. Mas com um presidente fraco, Jack Kennedy, o *fait accompli* foi aceito. Não havia nada que Adenauer pudesse fazer, pois ele não tinha jurisdição em Berlim, cidade que permanecia sob a responsabilidade das quatro potências. Nos últimos anos de vida, Adenauer assistia a tudo isso com tristeza, enquanto o fluxo de refugiados era cortado e o muro salvava a economia da Alemanha Oriental, transformando-a de prejuízo sufocante em trunfo cada vez maior para a União Soviética, e único parque industrial confiável do bloco vermelho.

Nesse momento, entretanto, o trabalho de Adenauer estava completo. Ele havia atado os alemães ocidentais econômica, militar e politicamente à cultura ocidental, e amarrado a legitimidade de forma tão apertada e segura quanto o engenho humano pode planejar. Estava aí o verdadeiro idealismo que equilibrava a sua *Realpolitik*. Ele foi o primeiro estadista alemão a colocar a Europa na frente dos interesses alemães. É provável, como disse um dos seus críticos, que ele tenha sido “um bom europeu e um mau alemão”³². Nesse sentido, Adenauer queria ser um “mau” alemão; odiava o retrato que o professor Kallmann fizera dele, porque o mostrava como “um huno”. Achava que a reunificação da Alemanha não era viável a um preço que a Alemanha ou o Ocidente pudessem pagar. Prova de que ele estava certo foi o fracasso demonstrado por seus sucessores, no decorrer de vinte anos, em obter qualquer outro tipo de resultado. Ao contrário, a integração com o Ocidente era um objetivo viável e ele o alcançou. E aqui, mais uma vez, ele teve sorte. Adenauer compreendeu, racionalmente, mais do que emocionalmente, que o futuro da Alemanha estava na França. Ele não nutria um sentimento especial pela França, não tinha gostos franceses; sabia muito pouco sobre o país e, até a idade de setenta anos, só o havia visitado uma vez, para uma conferência de dois dias. Contudo, como sempre, ele via realisticamente os fatos políticos: “Não há política européia sem a França ou contra a França, assim como não pode haver política européia sem ou contra a Alemanha”.

O parceiro com quem Adenauer esperava trabalhar na França, Robert Schuman, tinha muito em comum com ele e de Gasperi. Schuman vinha da Lorena, sua língua materna era o alemão. Até 1919, quando já estava numa idade madura, ele ainda não era cidadão francês. Adenauer o via como um cidadão do Reinado de Lotar, o neto de Carlos Magno, o chamado “Reinado Central”, ao qual tanto a Lorena quanto Colônia haviam pertencido. A 9 de maio de 1950, Adenauer vendeu a

Schuman a idéia de um *pool* europeu de carvão e aço que se tornou a semente da Comunidade Econômica Europeia. E foi graças a Schuman que o problema marginal, mas emocionalmente vital do Sarre, foi resolvido, em outubro de 1955. Mas Schuman era por demais um francês não-representativo para poder “entregar” a França ao grandioso projeto que Adenauer tinha na cabeça. Schuman fora sargento do exército alemão em 1914-18. Os franceses argumentavam que era desculpável um nativo da Lorena se tornar um soldado ou mesmo um oficial alemão: era um acidente de nascimento; mas tornar-se um oficial não comissionado graduado já implicava entusiasmo. De qualquer modo, a Quarta República não podia entregar a França ao projeto de Adenauer, pois era muito fraca para poder entregar permanentemente o que quer que fosse. Para que a França se juntasse à Alemanha, impunha-se a autoconfiança proveniente da força renovada; e era também necessário um homem e um regime que representassem essa confiança. A grande sorte de Adenauer foi ele ter vivido o tempo suficiente para capitalizar o retorno triunfante de de Gaulle e o nascimento da Quinta República.

A recuperação da França nos anos 60 e 70 é um dos fenômenos mais marcantes dos tempos modernos. Na década de 30, como vimos, essa possibilidade parecia inconcebível. E o caminho que levaria a esse destino era complexo e paradoxal. Na sua última fase, a Terceira República tinha sido a personificação da idéia “o pequeno é belo”: diminuição da população, produção, produtividade, investimento, salários e consumo baixos; o culto — quase a exaltação — do “homem pequeno”, da fábrica pequena, da fazenda pequena, da cidade pequena. Esse conceito estava morto mesmo antes que os alemães o derrotassem, e ruiu, transformando-se num monte de poeira, no verão de 1940. É importante compreender que Vichy foi o começo da recuperação porque foi criada não só por fascistas e colaboradores franceses, mas também por todos aqueles que deploravam a podridão e as inconveniências de seu predecessor. O próprio Pétain pode ter-se inclinado ao arcaísmo, como demonstrou quando disse: “A França nunca será grande outra vez, até que os lobos estejam uivando ao redor das portas de suas aldeias”³⁴. Mas muitos daqueles que ocupavam postos-chave no regime eram modernizadores radicais. Sob a orientação de Jean Coutrot, fundador do Centro Politécnico para Estudos Econômicos, em 1930, uma nova geração de tecnocratas tomou a frente sob o regime de Vichy. Entre eles estavam o ministro da Produção Industrial, Bichelonne; Henri Culman, o principal teórico econômico de Vichy; Jacques Rueff, conselheiro de Laval em 1934 e, mais tarde, de de Gaulle; Roland Boris, que também teria influência com de Gaulle (e Pierre Mendès-France); e ainda Pierre Massé, posteriormente diretor de Planejamento da Quinta República³⁵.

No meio de confusões, contradições e traições extraordinárias, Vichy, pelo mero fato de derrubar a ordem existente, foi um tempo de experimentos e riscos. Um de seus beneficiários foi o jovem empreendedor camponês francês, protótipo dos novos fazendeiros que mais tarde se dariam tão bem na C.E.E.. Pela primeira vez os camponeses se interessaram pela modernização, maquinaria e produtividade³⁶. Surgiu um sistema quase voluntário de planejamento (“planejamento indicador”), o embrião do *Commissariat général du Plan*. Foi Vichy que primeiro pôs em prática a idéia de pensão familiar, retirada dos fundos públicos, concebida em 1932 pelo demógrafo Adolphe Landry para elevar a taxa de natalidade; e no governo de Vichy, pela primeira vez em mais de um século, a taxa de natalidade francesa começou efetivamente a subir outra vez. O efeito psicológico foi profundo. Vichy devotava-se

a juventude, mania que imitou dos alemães. Gastou muito mais com educação do que a Terceira República. Foi Vichy que efetivamente criou o esporte popular na França, especialmente o futebol: em 1939, havia apenas trinta jogadores de futebol profissionais no país; em 1943, havia dez vezes mais³⁷. Um dos aspectos mais marcantes do projeto educacional de Vichy foram os “Seminários da Juventude” ou *Chantiers de la Jeunesse* (literalmente estaleiros), que enfatizavam a educação técnica inexistente até então. O objetivo era o rejuvenescimento da França. Paul Marion, na qualidade de ministro da Informação de Pétain, disse: “Graças a nós, a França dos acampamentos, dos esportes, das danças, das viagens e das caminhadas em grupo varrerá a França dos aperitivos, dos antros de tabaco, dos congressos partidários e de longas digestões”³⁸. Essa profecia foi realizada em larga escala.

Muitas das realizações de Vichy foram jogadas fora na sua própria derrocada e na divisão da nação que se seguiu. Cerca de 170.000 franceses trabalhavam na Resistência; um número maior — 190.000 — foi acusado de colaboração, e cerca de 100.000 foram mandados para a prisão. Ninguém, até hoje, sabe quantos foram assassinados em 1944: cerca de 4.500 casos foram registrados³⁹. Os comunistas, que se opuseram à guerra em 1939-40, foram os grandes beneficiários em 1944, quando lhes foi possível matar a maioria de seus inimigos. Eles reivindicavam o título de *parti des fusillés*, afirmando que 75.000 “patriotas comunistas” foram fuzilados pelos nazistas e por Vichy. Mas, nos julgamentos de Nuremberg, o número oficial francês do total dos mortos sob a Ocupação foi de apenas 29.660, enquanto os comunistas nunca comprovaram os nomes de mais do que 176 “heróis” do PC⁴⁰. Os principais comunistas se ofereceram para testemunhar contra os líderes socialistas no julgamento de Riom, e *l'Humanité*, o jornal do partido, protestou quando Vichy liberou os antinazistas⁴¹. Ao contrário de outros partidos, o PC nunca expurgou seus colaboradores, o que incluiria entre eles o seu líder, Maurice Thorez; as únicas pessoas de quem o PC se livrou foram aquelas que desobedeceram à linha de Stálin em 1939-40 e lutaram contra os nazistas. Entretanto, o PC saiu da guerra por causa de seu retardatário entusiasmo pela Resistência, de longe o mais rico, mais organizado e, em muitos aspectos, o maior dos partidos franceses. De 1,5 milhões de votos em 1936, alcançaram mais de 5 milhões em 1945 e 5,5 milhões em 1946; esse total continuou subindo até 1949 e, no fim da década de 40, o PC possuía cerca de novecentos mil membros filiados. O PC francês era completamente stalinista e assim permaneceu depois da morte de Stálin; era sistematicamente corrompido, intelectual e moralmente, por Thorez, o arquétipo do político profissional do século XX, que se tornou funcionário do partido em tempo integral com a idade de 23 anos e nunca fez outra coisa — foi, na verdade, um funcionário de Moscou durante toda a sua vida⁴². Ele criou guetos a partir dos votos do partido, levantando pequenas cortinas de ferro em volta de seus enclaves, de tal maneira que o PC se tornou uma sociedade dentro da França, com seus próprios jornais, peças de teatro, romances, poemas, revistas para mulheres, histórias em quadrinhos para crianças, livros culinários e almanaques para fazendeiros⁴³.

A existência desse imenso e intransigente partido, cujo primeiro compromisso de fidelidade era para com um país estrangeiro, trouxe problemas quase insuperáveis ao governo da França. De Gaulle, que havia (como ele mesmo disse) “tirado a República do esgoto”, acreditava não poder confiar, na prática, seus “três grandes” ministérios aos membros comunistas da sua coalizão. Não poderia, disse no rádio, “conceder-lhes qualquer dos três postos que determinam a política externa: a diplo-

macia, que a expressa, as Forças Armadas, que a defendem, e a polícia, que a protege”⁴⁴. A incapacidade de formular um sistema de defesa nacional, enquanto sistema oposto a uma postura ideológica e partidária, levou de Gaulle à renúncia em janeiro de 1946. Em vista disso, ele não chegou a desempenhar um papel direto na formulação da nova Constituição, o que acabou sendo primordialmente o trabalho dos comunistas e dos socialistas. As conseqüências desse fato foram trágicas. Desde o fim da monarquia por direito divino, a França não conseguiu planejar uma Constituição que reconciliasse as exigências de uma autoridade central com os direitos de representação; havia sempre alternância entre a ditadura e o caos, dependendo do lado para o qual a Constituição pendesse. As primeiras doze Constituições foram um fracasso. A Terceira República, em 1875, foi aprovada pela diferença de um voto na Assembléia, constituída por uma maioria de monarquistas que não chegavam, contudo, a um acordo sobre quem seria o rei. Durou, aos trancos e barrancos, 65 anos e terminou num fracasso absoluto, sendo que metade da nação nunca a aceitara do fundo da alma — razão por que Vichy foi acolhida com tanto entusiasmo. Pétain foi incumbido de idealizar uma nova Constituição, mas (repetindo Hitler) nunca o fez. De Gaulle tinha suas próprias idéias, baseadas numa presidência forte, que ele esboçou num discurso em Bayeux (“a Constituição de Bayeux”), em junho de 1946. Esta, porém, nunca foi submetida à votação.

A primeira Constituição proposta para a nova Quarta República, elaborada pelos comunistas e socialistas, foi rejeitada num referendo. Uma versão modificada, que obteve o apoio relutante do Partido Católico de Centro, foi finalmente aprovada pelos franceses, mas somente nove milhões de pessoas votaram a favor — menos do que na versão anterior. Mais de oito milhões votaram contra e 8,5 milhões se abstiveram, por repulsa⁴⁵. Elaborada na correria, contra o tempo, no meio de disputas cáusticas, foi uma das piores constituições jamais impingidas a uma grande e inteligente nação. Até mesmo a sua gramática era atroz. Muitas das cláusulas eram contraditórias entre si; outras eram tão complicadas que chegavam à incompreensão. Alguns detalhes foram simplesmente abandonados. Capítulos inteiros (sobre o sindicalismo francês e as “organizações coletivistas locais”) nunca foram implementados. Alguns procedimentos — por exemplo, a formação do governo, votos de não-confiança e dissoluções parlamentares — provaram ser impraticáveis. Continha tantos acordos confusos que mesmo aqueles que os recomendavam não os aprovavam⁴⁶. Retinha a maioria dos vícios caóticos da Terceira República e ainda somava outros.

Fazer uma Constituição é tarefa ingrata. A análise constitucional é um aspecto enfadonho da história. Mas as constituições são importantes. Weimar fracassou porque sua Constituição era inepta. A da República Federal teve êxito porque Adenauer lhe deu uma base habilmente equilibrada. A Constituição transformou a Quarta República numa arena para apresentar o que de Gaulle desdenhosamente chamou de “o balé dos partidos”. Graças ao sistema de representação proporcional, nenhum partido poderia formar um governo homogêneo. O presidente era uma nulidade, o primeiro-ministro, como regra, altamente impotente e muitas vezes sem expressão. O sistema ambíguo de coalizão não considerava a continuidade e a estabilidade do governo e, pior ainda, tornava excessivamente difícil fazer passar grandes decisões, especialmente medidas impopulares rechaçadas pelos poderosos *lobbies* interpartidários, sobretudo pelos coloniais. Não foi por acidente que o regime foi levado a uma guerra invencível na Indochina — terminando na capitulação de

Dien Ben Phu (1954) — e que veio finalmente a solrer reveses, quatro anos mais tarde, na *Algérie française*.

Entretanto, os doze anos da Quarta República não foram inteiramente perdidos. A revolução tecnocrata, começada com Vichy, continuou. Na verdade, até foi acelerada, graças principalmente aos esforços de um entusiasta diligente, Jean Monnet. Sua família dirigira um comércio de conhaque, de maneira bem antiquada, ao estilo francês, mas com resultados excelentes: exportava mundialmente e possuía assim horizontes internacionais. Jean Monnet começou a trabalhar fora do país aos 16 anos de idade, geralmente em bancos mercantis e em instituições de empréstimo estatais. Passou grande parte da Grande Guerra no escritório de Etienne Clementel, ministro do Comércio, o primeiro francês a acreditar na necessidade de o governo ajudar à empresa capitalista a planejar e na necessidade de os “povos democráticos” (o que para ele significava a Europa Ocidental e a América) formarem uma “união econômica”⁴⁷. Na Segunda Guerra Mundial, Monnet prestou relevantes serviços na coordenação da produção de armas dos Aliados; foi escolha natural de de Gaulle colocá-lo à frente da reconstrução da economia destruída da França. Monnet criou o *Commissariat général du Plan* e, a partir dessa base, partiu para a organização dos primeiros órgãos da futura Comunidade Econômica Européia (C.E.E.). Ele era uma raridade: um homem de idéias e de uma convicção apaixonada, que não acreditava em ideologias. Achava que a única espécie de planejamento industrial que funcionava era a persuasão e a anuência. Para ele, a maquinaria de planejamento era mera estrutura. Os regulamentos deveriam ser destinados a produzir uma competição perfeita e não utopias. A função do pessoal de planejamento não era emitir ordens, mas unir as mentes. O planejamento era uma diplomacia essencialmente econômica. Era a virtude do enfoque de Monnet que tornava possível uma reconciliação entre planejamento e sistema de mercado. A burocracia do planejamento e a tirania por ela gerada foram reduzidas ao mínimo: no seu *Commissariat*, ele contava apenas com trinta funcionários graduados. Monnet era pequeno, retraído, calmo, monótono, não-apreciador da retórica: na aparência e nas maneiras, o exato oposto de de Gaulle. O que os dois homens possuíam em comum era uma enorme persistência e força de vontade e, também importante, a capacidade de inspirar e liderar os jovens. De Gaulle gerou os gaullistas e Monnet, os eurocratas.

O sistema de “planejamento indicador” de Monnet foi uma das grandes realizações da Quarta República. Para produzir resultados plenos, necessitava de uma estrutura de estabilidade política capaz de produzir uma moeda forte, além de decisões básicas e severas que fossem concernentes a todas as categorias do povo, o que a Quarta República não podia fornecer. Monnet fez igualmente funcionar a Comunidade Econômica Européia, embora não a tenha inventado. A C.E.E., fruto de uma união aduaneira (sua característica essencial), tinha uma longa história. A tarifa comum externa prussiana, de 1818, que se expandiu na *Zollverein* (união aduaneira) de 1834, fora a base da unidade alemã, finalmente alcançada em 1871. A experiência parecia mostrar que tarifas em comum eram o caminho mais seguro para a unidade política. Luxemburgo, originariamente um membro da *Zollverein*, havia assinado um convênio com a Bélgica, em 1921, que envolvia balanço de pagamentos e alfândega comuns. Depois da Segunda Guerra Mundial, o convênio se estendeu à Holanda, através da adoção de uma tarifa externa comum pelos três países, a 1º de janeiro de 1948, e de um “processo de harmonização” de tarifas internas, começando a 15 de outubro de 1949. Foi idéia de Monnet expandir o conceito do Benelux para

incluir as três potências principais da Europa ocidental (ele também queria a Grã-Bretanha), começando com o carvão e o aço. Seus amigos alemães venderam essa idéia para Adenauer, que não pretendeu entender detalhes econômicos, mas reconheceu a importância política do princípio que encerrava. O Tratado de Paris, assinado em abril de 1951 pelo Benelux, pela França, pela Alemanha e a Itália, fez nascer um mercado comum de carvão e produtos de aço. Seis anos mais tarde, a 25 de março de 1957, os Seis convenientes concordaram em assinar o Tratado de Roma, criando um mercado comum generalizado com propostas para tarifas internas e externas, o fim de todas as restrições sobre movimentos de pessoas, serviço e capital, procedimentos “harmonizantes” para produzir uma competição perfeita e, mais difícil que tudo, um sistema comum de sustentação de preços agrícolas.

A Quarta República foi capaz de levar a França à C.E.E., mas lhe faltou resolução para fazer funcionar o sistema, pois o funcionamento deste dependia essencialmente de sacrifícios mútuos, acima de tudo da França e da Alemanha. Para sobreviver dentro de um mercado comum, a França não deveria apenas industrializar-se, mas deveria cortar três quartos de seu tradicional e ineficiente setor agrícola, do tipo camponês. No início dos anos 50, a França contava apenas com um operário para cada trabalhador rural (na Grã-Bretanha eram nove para cada um). Do total de uma população ativa de 20,5 milhões de habitantes, 9,1 milhões moravam em comunas rurais e, desses, 6,5 milhões trabalhavam de fato na agricultura; outros 1,25 milhões viviam em comunas semi-rurais⁴⁹. A maioria dessas pessoas teve de ser persuadida a se mudar para as fábricas, o que implicava uma convulsão social bastante acima da capacidade da Quarta República. Para tornar possível a revolução voluntária na agricultura, enormes, apetitosas e, por fim, lucrativas somas de dinheiro tiveram de ser investidas nesse setor. A França calculou que esse dinheiro deveria ser fornecido pela Alemanha Ocidental, sob a forma de transferência de pagamentos ou de taxas de mercado internas, num sistema conhecido como a Política Comum Agrícola. Em troca, a altamente eficiente indústria manufatureira alemã teria acesso ao mercado de consumo francês. O Tratado de Roma foi, assim, uma barganha de sacrifício mútuo, mas extremamente equilibrada. A revolução agrícola francesa teve de ser realizada rapidamente para justificar a Política Comum agrícola. A indústria francesa, da mesma forma, apressou sua modernização e expandiu-se com convicção suficiente para impedir que a Alemanha tirasse o melhor proveito do acordo e tornasse a França uma colônia econômica. Ambos os processos exigiam um governo forte e autoconfiante, do tipo que a Quarta República não podia fornecer.

Mais ainda era necessário: uma reafirmação da nacionalidade francesa. Na França dos anos 50, os “europeus” formavam essencialmente uma minoria elitista. Um tom, geralmente xenófobo e até racista, perpassava a política francesa, sendo os comunistas os que lideravam tal posição. Falavam de “Schuman *le boche*”. Um líder sindical do PC gritou para Léon Blum: “Blum, em iídiche, quer dizer flor!”. Um jornal provinciano do PC publicou: “Blum, Schuman, Moch, Mayer não cheiram ao bom solo francês”. *L’Humanité* publicou uma caricatura dos “homens do partido americano” — Schuman, Moch e Mayer — com narizes recurvados, comentando, embaraçados, enquanto os comunistas cantavam a *Marseillaise*: “Será que conhecemos essa canção?” “Não, deve ser uma daquelas canções francesas”⁵⁰. O plano do carvão e do aço sofreu ataques por parte da direita e do centro como sendo revelador de “uma Europa sob a hegemonia alemã”, e foi atacado pela esquerda como revelador da “Europa do Vaticano”. Um radical de centro como o velho Daladier insistia:

“Quando eles dizem Europa, estão querendo dizer Alemanha; e, quando dizem Alemanha, querem dizer a Grande Alemanha”. Na direita, Pierre-Etienne Flandin, o velho *municher*, argumentava que a “federação européia” significava “o suicídio da França”. O esplendidamente chamado Léon Gingembre, da Associação de Pequenas e Médias Empresas (*Petites et moyennes entreprises*) — talvez a instituição mais característica da velha França — resumiu a C.E.E. que havia sido proposta como “a Europa dos cartéis, dos negócios internacionais e das altas finanças”. Era, argumentava um historiador, uma tentativa reacionária de fazer ressurgir “a idéia do Sacro Império Romano”. “O passado não está morto”, argumentava, “mas sobrevive no mundo cultural alemão de Adenauer, Schuman e de Gasperi”⁵¹.

Essa combinação de inimigos teria tornado a C.E.E. inoperável, especialmente porque também tinha poderosos oponentes xenófobos dentro da Alemanha Ocidental: Schumacher chamava o Tratado de Paris de “europeuzinho, quero dizer, uma concepção pan-francesa... aquele que assinar esse tratado deixará de ser alemão”, já que era obra de Adenauer, “o chanceler dos Aliados”⁵². Tivesse a Quarta República sobrevivido, faltaria a resolução necessária para provar que um acordo franco-germânico poderia ser justo para ambos os lados.

A volta de de Gaulle ao poder, em maio de 1958, foi um divisor de águas não apenas para a história francesa como para a história européia do pós-guerra. Num primeiro momento, ele não parecia o homem adequado para levar adiante a unidade econômica européia, enquanto parecia ser o homem capaz de dissolver a *Algérie française*. Mas de Gaulle nunca era exatamente o que aparentava. Era uma das grandes inteligências dos tempos modernos, infinito em sutilezas, rico em paradoxos, insondável em suas ironias ferinas; um personagem do pré-guerra com uma cabeça do pós-guerra, na verdade uma cabeça futurista. Era um monarquista que acreditou que Dreyfus fosse inocente. Nasceu para amar o Império Francês e a França provincial, *la France des villages*. Na verdade, acabou com ambos.

O ponto essencial a se destacar está no fato de de Gaulle não ser um soldado ou mesmo um estadista, mas um intelectual. Era um tipo especial de intelectual, cuja vida inteira se pautou na meditação sobre o tema da mente, o poder e a ação. Tinha, além do mais, a capacidade do historiador de observar os acontecimentos atuais *sub specie aeternitatis*. Seu pai lhe ensinara as palavras de Napoleão: “Se Pierre Corneille estivesse vivo hoje, eu faria dele um príncipe”⁵³. Ansiava sempre por cortejar os intelectuais, não apenas porque muitos franceses eram classificados como tal: mais de 1.100.000 no censo de 1954.⁵⁴ Em Argel, em 1943, ele conquistou uma delegação de intelectuais liderados por Gide, ao dizer: “A arte tem a sua honra, da mesma maneira que a França tem a dela”. Eles compreenderam que de Gaulle era um intelectual como eles⁵⁵. Ao voltar ao poder em 1958, deu lugar de proeminência a André Malraux, que se sentava à sua direita nas reuniões de gabinete e que pesava mais nos sentimentos profundos de de Gaulle do que qualquer de seus ministros importantes. Quanto a Malraux, como disse Gaston Palewski, ele “entrou na epopéia de de Gaulle, como todos nós o fizemos, na qualidade de um homem que entra numa ordem religiosa”⁵⁶.

Era característico do intelectualismo de de Gaulle abordar assuntos militares — quando pretendia tratá-los, era teoricamente através de idéias filosóficas e políticas. “A verdadeira escola de comando”, escreveu ele em *L’armée du métier*, “está na cultura geral”. E completou: “Por trás das vitórias de Alexandre, encontra-se sempre Aristóteles”. A mesma abordagem determinava o seu estadismo. Sua

citação favorita (com a qual ele abriu suas *Mémoires de guerre*) era o famoso “hino ao poder”, do *Fausto* de Goethe, no qual Fausto rejeita o “no começo era o Verbo” e afirma: “No começo era o Ato”⁵⁷. Usava isso para provar que os franceses tinham clareza de pensamento, mas lhes faltava a vontade de agir. Daí, numa primeira instância, a necessidade de um Estado forte na França: “Nada de eficaz e sólido pode ser feito sem a renovação do Estado... pois é por aí que é necessário começar”⁵⁸. O “papel e a *raison d'être* do Estado é servir ao interesse geral”. Apenas ele pode personificar a comunidade inteira, um leviatã com mais força do que a dos átomos que o compõem. Era a força centrípeta, equilibrando as forças centrífugas que, especialmente na França, ameaçavam a desintegração geral. Para de Gaulle, o Estado não era totalitário. Ao contrário, simbolizava os valores culturais e morais: na França, em particular, o idealismo, “o traço principal de seu caráter e o elemento essencial da sua influência”. Ele o identificava com a liberdade e a civilização clássica, vendo a civilização francesa como a civilização democrática *par excellence*, uma vez que combinava uma longa história de progresso cultural com liberdade. A democracia, no que tinha de melhor, unia o povo numa consciência de comunidade moral, o que ele denominava *rassemblement*. Os rituais democráticos eram um símbolo concreto de unidade. O consenso precedia as formas democráticas. “Há um pacto antigo, de vinte séculos, entre a grandeza da França e a liberdade do mundo”. Por isso “a democracia está insolúvelmente ligada aos melhores interesses compreendidos da França”⁵⁹.

A visão de Estado de de Gaulle era então essencialmente totalitária. Identificava Estado com legitimidade, esta personificada na figura do governante sacralizado. O monarca constituía-se no único indivíduo cujos interesses pessoais estavam dedicados inextricavelmente — na verdade organicamente — aos interesses da comunidade inteira, não apenas a uma ou mais partes dela (como um líder partidário). O conselho que ele deu à rainha Elizabeth II da Inglaterra, quando esta lhe perguntou a respeito do papel que ela exercia na sociedade moderna, foi o seguinte: “Nesta posição para a qual Deus a chamou, seja quem a Senhora é, *Madame!* Isso quer dizer, a pessoa em relação à qual, pela virtude do princípio da legitimidade, tudo no seu reino é ordenado, na qual o seu povo compreende a sua própria nacionalidade e por cuja presença e dignidade a unidade nacional é mantida”⁶⁰. No momento crítico, e querendo o melhor, ele próprio teve de assumir esse papel, em 1940: “De Gaulle, só e quase desconhecido, teve de assumir o fardo da França”, como ele mesmo disse. Outra vez, em 1958, quando a crise hedionda da Argélia ameaçou a França com uma guerra civil do tipo da guerrilha da Espanha, mais uma vez ele assumiu o papel: “De Gaulle, agora conhecido mas sem outra arma a não ser a sua legitimidade, deve tomar as rédeas do destino em suas mãos”⁶¹. Ele havia “desaparecido” em 1946, precisamente com esse propósito: manter “uma imagem pura”, pois (como ele próprio colocou), “se Joana d’Arc se tivesse casado, ela não mais seria Joana d’Arc”⁶². De Gaulle desenvolveu a capacidade de se dissociar como pessoa de sua *persona* pública (“de Gaulle só me interessa como uma personalidade histórica”), ao ponto de poder dizer: “Houve muitas coisas que eu gostaria de ter feito, mas que não pude, porque não seriam adequadas para o general de Gaulle”⁶³.

A consequência lógica dessa teoria de Estado era, para de Gaulle, criar sua própria monarquia, o que ele indubitavelmente teria feito um século antes. Em 1958, entretanto, rejeitou a monarquia em favor de uma democracia referendária, usando o plebiscito, e (a partir de 1962), a eleição universal direta de um presidente,

contemplado com fortes poderes reais, assim como com um papel transcendental simbólico. Sua Constituição de 1958, adotada com a aprovação de 17,5 milhões de votos contra 4,5 milhões (com 15% de abstenções) e baseada nas propostas de Bayeux, era de longe a mais clara, mais consistente e habilmente equilibrada que a França jamais teve⁶⁴. Ela induzia, como era a sua intenção, a uma polarização do sistema partidário em dois grandes blocos, de direita e de esquerda (embora com uma estrutura de quatro partidos), forçando os eleitores, no segundo escrutínio, a fazerem escolhas patentes. Revigorava o executivo, capacitando-o a tomar decisões com autoridade e a prosseguir na linha política estabelecida de forma consistente. Acima de tudo, o sistema eleitoral presidencial de 1962, aprovado por 13,15 milhões de votos contra 7,97 milhões, concedeu ao chefe de Estado, ao se desviar dos partidos, um mandato direto indicado pelo eleitorado inteiro. Como resultado, a França desfrutou do mais longo período de estabilidade política em toda a sua história moderna. Foram 23 anos, a partir de 1958, antes que houvesse, efetivamente, uma mudança na filosofia governamental. Mesmo depois da vitória dos socialistas na eleição presidencial de 1981, a Constituição continuou a funcionar tranquilamente, indicando que era para todas as épocas. A França, da mesma forma que a Alemanha, tinha finalmente conseguido uma estrutura pública de primeira ordem.

Essa nova estabilidade possibilitou o que apenas havia sido insinuado no governo de Vichy e na Quarta República: a “renovação” da França. A longa decadência de mais de um século foi revertida e, ainda mais, maravilhosamente cuidada para que fosse revertida. Em assuntos econômicos, de Gaulle procedeu com a sua mistura paradoxal de tradicionalismo e modernidade. O tecnocrata que ele tornou diretor da Comissão Econômica, o verdadeiro arquiteto do sucesso econômico de seu governo, foi Jacques Rueff, homem que confiava no ouro como a melhor medida disponível de valor; foi esse homem que primeiro pôs em prática as políticas neo-conservadoras que, nos anos 70, estariam internacionalmente em moda, sob o nome enganador de “monetarismo”. O plano de Rueff de 8 de dezembro de 1958 englobava a deflação, cortes severos nos gastos governamentais, desvalorização e convertibilidade da moeda e a criação de um “franco novo”, cem vezes menor do que seu valor anterior. O plano estava ligado à redução ou supressão geral, a partir de 1º de janeiro de 1959, das tarifas e quotas externas. A França, em resumo, foi entregue à livre empresa e ao mercado. “Foi a coerência e o zelo do plano”, observou de Gaulle mais tarde, “assim como a sua ousada ambição, que me conquistaram”. Seu objetivo, disse ele na TV, era “assentar a nação numa base de verdade e austeridade”⁶⁵.

A França é fundamentalmente um país rico; seu povo altamente inteligente e diligente. Para fazer a França funcionar eficientemente, bastaria uma estrutura estável e uma liderança enérgica. Os resultados chegaram depressa. O PNB subiu aproximadamente 3%, na segunda metade de 1959, 7,9% em 1960, 4,6% em 1961, 6,8% em 1962; o nível de vida começou a melhorar numa taxa de 4% ao ano. Pela primeira vez, desde a Revolução Industrial, a França se tornou um marca-passo econômico. O que o gaullismo fez foi acelerar o modesto progresso econômico da Quarta República e depois estabilizá-lo num pedestal alto, dentro de uma estrutura de estabilidade monetária e (pelo padrão francês) uma inflação muito baixa. As exportações duplicaram de 1956 a 1962, e a produção industrial triplicou, pelo período de vinte anos, a partir de 1952. O franco tornou-se uma moeda forte. No início de 1968, as reservas francesas alcançaram o extraordinário total de 35 bilhões de francos (novos)⁶⁶. Esses resultados acompanharam e reforçaram outras tendên-

cias a longo prazo. A população, que tinha sido de 41 milhões em 1946, subiu para 52 milhões em 1974. Esses novos milhões de pessoas eram mais instruídos, tinham, como nunca, melhores condições de moradia. O número de unidades habitacionais, estagnado entre 1914 e 1939, aumentou, durante os anos 60, dez vezes o índice do período entreguerras, a tal ponto que, em 1968, chegou a 18,25 milhões, o dobro de 1939. A partir dos anos 60, iniciou-se o uso generalizado de remédios modernos na França; criou-se também um serviço de saúde eficaz⁶⁷. O número de professores das escolas secundárias estatais subiu de 17.400, em 1945, para 67.000, em 1965, e o setor privado (graças à famosa Lei Debré, assim chamada por causa do primeiro-ministro de de Gaulle) também se desenvolvia rapidamente. A educação em massa de alta qualidade na França data do fim da década de 50. O número de estudantes universitários, apenas 78.691 em 1939, chegou a 563.000 em 1968.⁶⁸

Em resumo, no governo de de Gaulle a França se tornou, pela primeira vez, um país moderno e industrializado, na dianteira do progresso técnico e da assimilação de novas idéias. Era a própria antítese da França dos anos 30. Tal reversão de profundas tendências históricas é muito rara na história, particularmente para uma velha nação. Isso dá a de Gaulle o direito de ser considerado o estadista proeminente dos tempos modernos. A transformação, é claro, não foi realizada sem dor e choque ou sem protesto. Contudo, a própria consciência do povo francês de que seu país era outra vez uma força dinâmica, tal como na época do jovem Luís XIV ou de Napoleão I, reconciliou-o com a destruição da tradicional França rural e, igualmente importante, robusteceu-o na aceitação da co-parceria com a Alemanha de Adenauer numa comunidade européia.

De Gaulle não compartilhava da paixão de Monnet pela integração e supranacionalidade. Publicamente, ele sempre falava de Europa como "*l'Europe des patries*". Entretanto, como sempre, o comportamento ostensivo de de Gaulle muitas vezes mascarava propósitos bastante diferentes e mais sutis. Ele permaneceu pragmático. Não era contra grandes entidades de objetivos específicos se, dentro delas, os interesses franceses pudessem ser mantidos com mais segurança. Na primavera de 1950, ponderou sobre a batalha das planícies catalãs, "na qual os francos, os galo-romanos e os teutos desbarataram juntos as hordas de Átila... Já é tempo de o Reno se tornar um ponto de convergência e não uma barreira... Se não se analisarem os fatos com frieza, corre-se o risco de se ficar perplexo diante da possibilidade daquilo que as qualidades alemãs e os valores franceses, estendidos à África, poderiam gerar. Esse é um campo para o desenvolvimento comum que poderia transformar a Europa, mesmo além da Cortina de Ferro"⁶⁹.

De certa maneira, de Gaulle era mais do que um nacionalista francês; era um carolíngio. Participava da visão dos historiadores franceses pertencentes à nova escola de *Annales*, tais como Fernand Braudel, de que a história é essencialmente determinada pela geografia. Na verdade, isso não era novo: retrocedia pelo menos até Albert Sorel, que argumentara no seu grande livro, *L'Europe et la Révolution française* (1885), que "a política de Estado francesa foi determinada pela geografia. Tal constatação se baseava num fato — o império de Carlos Magno. O ponto de partida para o grande litígio que marca a história da França é a disputa insolúvel sobre a herança do imperador"⁷⁰. A partir dos tempos de Filipe, o Belo, dos Valois, de Henrique IV e Sully, de Richelieu e Mazarino, de Luís XIV e até a época de Danton e Napoleão, a França procurou recriar esse império pela força e sob a solitária égide francesa. Não seria agora possível, com uma Alemanha truncada,

privada de seus territórios carolíngios anexados, recria-la pacificamente, fraternalmente e sem a idéia de posse? Essa era exatamente o tipo de idéia pragmática que atraía de Gaulle. Diferente da maioria dos intelectuais franceses modernos, ele detestava Nietzsche; sua concepção da Alemanha vinha através do *De l'Allemagne*, de *Madame* de Staël (1810), que começou na França o culto dos alemães “bons”, os ocidentalizados. Ele compartilhava, também, de sua admiração apaixonada por Goethe. Percebeu em Adenauer o homem que se encaixava nesse aspecto da Alemanha, outro *homme providentiel* como ele, a quem a auspiciosa detenção do poder forneceu uma oportunidade para a França que poderia nunca mais ocorrer. Adenauer, escreveu ele, era um renano...

... imbuído de um senso da natureza complementar dos gauleses e dos teutos, os quais uma vez fertilizaram a presença do Império Romano no Reno, trouxeram sucesso aos francos e glória a Carlos Magno, forneceram um fundamento lógico à Áustria, justificaram as relações entre o rei de França e os eleitores, inflamaram a Alemanha com a chama da Revolução, inspiraram Goethe, Heine, *Madame* de Staël e Victor Hugo e, apesar das lutas ferozes nas quais os dois povos estiveram envolvidos, continuaram a procurar um caminho, tateando através da escuridão.

Foi com esse espírito que de Gaulle convocou Adenauer ao seu *château* em Colombey-les-deux-églises, a 14 de setembro de 1958, chamando a esse encontro de “encontro histórico entre o velho francês e o velhíssimo alemão”⁷¹.

A reunião foi de um sucesso incalculável. De Gaulle entusiasmou *der Alte* ao lhe dizer que, uma vez no cargo, ele recobriria a juventude, como “tem acontecido comigo”⁷². Adenauer elogiou o francês: “tão inequivocamente íntegro, correto e digno”. Esse foi o primeiro de quarenta encontros entre os dois homens, que aconteciam num clima de amizade cada vez maior, até que Adenauer se aposentou, em 1962. Eles lançaram as fundações do eixo franco-alemão, que resistiu até o início dos anos 80. Esse eixo se baseava na desvalorização dos aspectos supranacionais da C.E.E. e, ao mesmo tempo, fazia funcionar, em alto nível, aspectos econômicos, pelo entrelaçamento mútuo das economias francesa e alemã. Assim, o acordo equilibrado do qual dependia o sucesso da C.E.E. transformou-se numa realidade viável por esses dois antiquados católicos conservadores, cujas políticas precediam a era da Democracia Cristã e cujas opiniões sobre o mundo haviam sido formadas antes de 1914, mas que tinham permanecido surpreendentemente alertas às mudanças e às oportunidades que os trágicos acontecimentos do tempo de suas vidas fizeram surgir. Foi uma amizade genuína e um exemplo da maneira como a personalidade e, ainda mais, as relações pessoais afetam radicalmente o curso dos assuntos internacionais.

À semelhança de muitas amizades, essa foi selada por uma antipatia comum: a Grã-Bretanha. De Gaulle não considerava a Grã-Bretanha uma verdadeira potência continental. Era atlântica, “anglo-saxã”, como ele dizia, o membro menos importante da parceria de língua inglesa que o havia excluído, e também à França, do seu lugar de direito nos organismos de tomada de decisão, na época das alianças dos tempos de guerra. Era objetivo de de Gaulle usar o conceito carolíngio da C.E.E. para criar na Europa um centro de poder alternativo aos Estados Unidos e à Rússia soviética. Não desejava uma intrusão britânica que, inevitavelmente, desafiaria a reivindicação francesa de se sentar no trono de Carlos Magno. Na primeira década

depois da guerra, a política externa britânica fora confusa e irreal, e só faria sentido na suposição de que a França permanecesse fraca e que a Alemanha Ocidental dependesse exclusivamente dos Estados Unidos. A liderança de uma federação européia seria da Grã-Bretanha gratuitamente. Mas esta não queria desempenhar esse papel por causa da tradicional política de alimentos baratos, baseada nas importações da *Commonwealth* e na confiança no “relacionamento especial” com a América. Em Zurique, em 1946, foi o próprio Churchill quem pediu “algo que os assombrará... uma espécie de Estados Unidos da Europa”, baseado na “parceria entre a França e a Alemanha”. A França e a Alemanha, disse ele, “devem tomar a frente juntas. A Grã-Bretanha... a América e, espero, a Rússia soviética... devem ser os amigos e os patrocinadores da nova Europa”⁷³.

Essa visão condescendente baseava-se na suposição de que a Grã-Bretanha ainda poderia ser uma grande potência independente, ocupando a posição geopolítica singular que o império mundial uma vez lhe concedera; como colocou Churchill, em 1950, a Grã-Bretanha era a interação de três círculos superpostos — o mundo de língua inglesa, a *Commonwealth* e a Europa. Essa estimativa era pouco plausível em 1950. Não fazia sentido depois de Suez, que demonstrara que nem a *Commonwealth* e nem o “relacionamento especial” tiveram qualquer mérito em ajudar a Grã-Bretanha a proteger o que ela considerava ser de interesse vital. O caminho, então indicado claramente, seria uma política européia. Harold Macmillan, que sucedeu Eden no cargo de primeiro-ministro em janeiro de 1957, teve a oportunidade de embarcar num rumo completamente novo e procurar se juntar às negociações para o ainda incompleto Tratado de Roma. Perdeu-a. Ainda tinha delírios de grandeza. Em fevereiro de 1959, ele foi a Moscou, automeando-se porta-voz da aliança. *The Times* (sem dúvida instruído para tal) comentou que, sendo o presidente Eisenhower “uma força em declínio, o chanceler alemão um homem velho e descontente, e estando o presidente francês inteiramente preocupado com outros problemas, é suprema a responsabilidade que recai sobre o primeiro-ministro britânico para conduzir sensatamente e com firmeza a aliança...”⁷⁴

A visita a Moscou, em si, a nada levou (nem a reunião de cúpula das Grandes Potências, em Paris, em 1960), e provou ser um erro caro, pois persuadiu Adenauer de que a Grã-Bretanha em geral, e Macmillan em particular, eram parceiros de pouca confiança, capazes de fazer um acordo com a Rússia pelas costas da Alemanha e às suas custas⁷⁵. Fez renascer a anglofobia de Adenauer. Ele encarava a Grã-Bretanha como uma vigarista internacional, pretendendo um *status* injustificado pelos seus recursos e seus esforços. “A Inglaterra”, escreveu ele, “é como um homem rico que perdeu todas as suas propriedades, mas não se dá conta do fato”⁷⁶. Dizia que as suas três principais antipatias eram “os russos, os prussianos e os britânicos”. Macmillan estava tentando nos explorar, a “nós, os pobres, tolos continentais”. A política britânica era apenas *ein einziges Feilchen*, uma grande bobagem⁷⁷. De Gaulle, durante suas longas e freqüentes conversas, manipulou habilmente a antipatia e as suspeitas de Adenauer. Macmillan finalmente pediu a inclusão da Grã-Bretanha na C.E.E., em julho de 1961, época em que a C.E.E. já era uma comunidade operante, resoluta nos seus caminhos. A adesão da Grã-Bretanha significava mudanças estruturais que ameaçavam o equilíbrio delicado das vantagens franco-alemãs. Quando isso se tornou claro, de Gaulle vetou a entrada da Grã-Bretanha, numa espetacular conferência de imprensa, a 14 de janeiro de 1963. Se a Grã-Bretanha entrasse, disse ele, seria um novo Cavalo de Tróia e, “no final, apareceria uma colossal” Comunidade

Atlântica, sob a dependência e liderança americanas, que logo engoliria completamente a C.E.E." Isso poria em risco "a amizade da Alemanha e da França, a união da Europa como ambos países desejavam, e sua ação comum no mundo", que se baseava "no incomparável apoio popular"⁷⁸. Para a tristeza da Grã-Bretanha, Adenauer dera sua aprovação silenciosa ao *non* francês.

Contudo, a maneira pela qual esses dois velhos viam o mundo não foi a única razão para a rejeição da entrada da Grã-Bretanha. A cada ano que passava, a Grã-Bretanha ficava mais pobre em relação aos membros da C.E.E. Isso significava outros tipos de problemas. Se a estrutura da C.E.E. (especialmente a CAP) se baseava num acordo entre a França e a Alemanha, o acordo se aplicaria, ainda mais forçosamente, à Grã-Bretanha, que teria de pagar os alimentos caros da C.E.E. em troca do acesso aos mercados para a colocação de seus produtos manufaturados. Esses produtos se mostrariam suficientemente competitivos para fazer o acordo funcionar? Em novembro de 1967, de Gaulle mais uma vez vetou a entrada britânica, apresentando então como justificativa as fraquezas crônicas da economia britânica e a dificuldade de corrigi-las.

As fraquezas estruturais da economia britânica, diante de seus principais competidores industriais, tornaram-se visíveis no período de 1870-1914 e, por outra vez, na década de 20. Mas houve uma recuperação na segunda metade dos anos 30, especialmente nas áreas da alta tecnologia: a economia teve um bom desempenho durante a Segunda Guerra Mundial e continuou assim até 1950, quando as exportações estavam em 144, tomando-se por base uma escala de 100, em 1938.⁸⁰ Em 1950, o PNB britânico era da ordem de US\$47 bilhões contra apenas US\$75 bilhões dos seis futuros membros da C.E.E. reunidos. As exportações britânicas, com um valor em torno de US\$6,3 bilhões, eram mais do que dois terços das dos Seis futuros membros da C.E.E., que estavam em torno de US\$9,4 bilhões, e o PNB *per capita* era quase o dobro (US\$940 contra US\$477). Vinte anos mais tarde, em 1970, o PNB britânico *per capita* havia mais que dobrado, indo para US\$2.170 e o dos Seis havia-se multiplicado mais do que cinco vezes, indo para US\$2.557. Enquanto as exportações britânicas haviam triplicado, as dos Seis haviam-se multiplicado dez vezes. Suas reservas, menores do que as da Grã-Bretanha em 1950 (US\$2,9 bilhões contra US\$3,4 bilhões) haviam também aumentado dez vezes mais, enquanto que as da Grã-Bretanha haviam encolhido⁸¹. Medida por qualquer padrão continental aceitável, a economia britânica tivera um mau desempenho. A lacuna se alargou através dos anos 70, apesar do fato de a Grã-Bretanha ter entrado na C.E.E. em 1º de janeiro de 1973.

Por que essa fraqueza crônica? A Grã-Bretanha tinha sido o primeiro país a se industrializar, um processo que começou em grande escala em 1760. Duzentos anos depois, era a única potência industrial importante que não havia passado por convulsões ou revoluções, conquistas externas ou guerra civil: são esses rompimentos fundamentais com o passado que, como indicavam a história do pós-guerra da França e da Alemanha, promovem o dinamismo social e econômico. A Grã-Bretanha não tinha uma carta de direito constitucional, nenhuma garantia escrita destinada a proteger as pretensões de uma sociedade liberal. Tinha, em lugar disso, a tradição do direito consuetudinário, arbitrado por juízes que efetivamente mantinham os direitos de liberdade e propriedade, e que era a estrutura legal dentro da qual os britânicos criaram a primeira sociedade industrial moderna. Isso continuou a funcionar através do século XIX com uma base legal eficaz para a empresa industrial. Em 1900, entretanto, os sindicatos, que já refletiam o anacronismo e as anomalias da

industrialização precoce, especialmente na multiplicidade de sindicatos de antigos ofícios, criaram o Partido Trabalhista, com o objetivo de promover a “legislação para o interesse direto do trabalho” e opor-se a “medidas com tendências opostas”⁸². A característica principal do Partido Trabalhista britânico, enquanto oposto a outros movimentos socialistas no Ocidente, era a de não ser primordialmente marxista ou mesmo socialista, mas uma forma de sindicalismo parlamentar. Os sindicatos eram os donos do partido. Patrocinavam diretamente o lastro de membros do Parlamento (por exemplo, 128 em 1975) e, mais importante, pagavam cerca de três quartos dos fundos nacionais do partido e 95% dos custos eleitorais⁸³. A constituição do partido, por um sistema de filiação de membros dos sindicatos expresso por votos em bloco, tornava os sindicatos o elemento esmagadoramente dominante na formação da política partidária.

O poder parlamentar foi imediatamente refletido nas medidas estatutárias tomadas para destruir o equilíbrio do direito consuetudinário dentro da Constituição não-escrita da Grã-Bretanha, fazendo-a pender decisivamente para o lado do trabalho organizado. Em 1906, o primeiro ano em que o Partido Trabalhista estava fortemente representado no Parlamento, fez passar uma lei (*Trade Disputes Act*) que dava aos sindicatos imunidade completa contra processos civis por danos (delitos de natureza civil) que “alegadamente fossem cometidos por ou em nome dos sindicatos”. Tal imunidade não existia em qualquer outro lugar no Ocidente, pois tornava esses organismos impermeáveis às ações por quebra de contrato, embora as outras partes contratantes, os empregadores, pudessem ser processadas pelos sindicatos. Mesmo os Webbs consideravam isso “uma extraordinária e ilimitada imunidade”. O advogado constitucional, A.V. Dicey, protestou: “Desta forma o sindicato se torna um organismo privilegiado, isento da lei ordinária do país. Nenhum organismo privilegiado a tal ponto foi deliberadamente criado anteriormente pelo Parlamento inglês”⁸⁴. Essa lei perigosa, que dava aos sindicatos um *status* especial do ponto de vista legal, tornou-se o pedestal sobre o qual se erigiu subsequente uma superestrutura, pesada e complexa, de privilégio estatutário sindical. A lei sindical de 1913 (*Trade Union Act*) legalizou os gastos dos fundos sindicais para objetivos políticos, isto é, para o Partido Trabalhista, e estabeleceu que os membros dos sindicatos com outras filiações partidárias deviam “abster-se” de suas obrigações políticas (um procedimento difícil e impopular), se não quisessem contribuir para os fundos do Partido. Em 1927, esse procedimento foi transformado em “compromisso” por uma lei (*Conservative Trade Disputes Act*), que também tornou ilegais as greves políticas. Mas logo que o Partido Trabalhista conseguiu maioria absoluta no Parlamento, em 1945, foi revogada a lei de 1927 e deu-se um *status* especial aos sindicatos nas indústrias por eles nacionalizadas e nas leis de política econômica e social. Os juízes continuavam, de tempos em tempos, a manter a proteção através do Direito Consuetudinário – dos indivíduos contra os sindicatos. Mas sempre que encontravam alguma falha na lei de privilégios sindicais, os sindicatos se dirigiam diretamente ao Parlamento, que era dominado pelos trabalhistas, a fim de consertá-la. Dessa maneira, a Câmara dos Lordes, no processo *Rookes X Barnard* (1964), afirmou que uma greve não-oficial por quebra de contrato podia ser acionada. No ano seguinte (1965), um novo governo trabalhista transformou essa decisão em lei (*Trade Disputes Act*).

Nas décadas de 60 e 70, o poder crescente dos sindicatos foi exercido de várias maneiras. Em 1969, vetaram a chamada legislação “Em lugar da discórdia”, que o primeiro-ministro trabalhista, Harold Macmillan, propôs decretar para reduzir o

número de greves. Em 1972, os sindicatos introduziram novas formas de ação direta, incluindo “piquetes em massa”, “piquetes voadores” e “piquetes secundários”, os quais a polícia não queria, ou não era capaz de refrear. Em 1974, usaram essas estratégias para destruir um governo conservador, responsável por uma lei, de 1971, que regulava as relações de trabalho na indústria (*Industrial Relations Act*), e que tentou, embora ineficazmente, introduzir uma conduta estatutária de código sindical. O governo trabalhista que se seguiu não apenas revogou a lei de 1971 como também fez passar no Parlamento uma boa quantidade de leis aumentando os privilégios sindicais, destacando-se dentre eles a *Trade Union Act* e *Labour Relations Act*, de 1974 e 1976, e as *Employment Protections Act*, de 1975 e 1979. Essas imunidades, cada vez maiores, para casos de processos de delitos, em que os sindicatos induziam as outras partes a romper contratos, obrigavam os empregadores a reconhecer os sindicatos e a manter “estabelecimentos que só admitem empregados sindicalizados” — (chegou-se ao ponto de um empregado poder ser demitido sem recurso legal pelo fato de se recusar a pertencer a algum sindicato) — e a oferecer facilidades às organizações sindicais. O efeito dessa quantidade exagerada de leis foi aumentar o número de “empresas que só admitem empregados sindicalizados” e levar o sindicalismo, pela primeira vez, a ultrapassar a barreira de 50% da força de trabalho, comparada com 25% ou menos nos Estados Unidos, França e Alemanha Ocidental. Mais importante ainda foi o fato de se haverem removido todos os limites no poder de barganha dos sindicatos. Como observou *lord Denning*, juiz da Corte de Apelação: “Todos os limites legais foram suspensos; desse modo, os sindicatos agora podem fazer o que bem desejarem”⁸⁵. Nos primeiros meses de 1979, sob uma liderança caótica, os sindicatos, sem a menor restrição, destruíram o seu benfeitor, o governo trabalhista. Logo em seguida, o governo sucessor, de caráter conservador, introduziu algumas restrições de menor importância ao privilégio dos sindicatos nas leis sobre os empregos (*Employments Act*), de 1980 e 1982.

O excessivo privilégio legal sindical e o poder político contribuíram de três maneiras principais para o lento crescimento da Grã-Bretanha. Primeira: promoveu práticas restritivas, coibiu o crescimento da produtividade e, assim, desencorajou os investimentos. No período entre 1950 e 1975, o nível de produtividade e de investimento da Grã-Bretanha foi o pior de todos dentre as potências industriais. Segunda: aumentou enormemente a pressão da inflação salarial, especialmente a partir do fim dos anos 60.⁸⁶ Terceira: as exigências sociais e legislativas dos sindicatos sobre o governo exerceram uma tendência cumulativa de aumentar o tamanho do setor público e da participação estatal no PNB. Tradicionalmente, a Grã-Bretanha havia sido um país com intervenção estatal mínima: isso fazia parte da estrutura benevolente que tornou possível a Revolução Industrial. O censo de 1851 registrou menos de 75.000 funcionários públicos que estavam, em sua maioria, na Alfândega, na Fazenda e nos Correios, dos quais apenas 1.628 ocupavam cargos nos departamentos centrais do governo civil, numa época em que, na França (1846), eles eram em número de 932.000. No século que se seguiu, a proporção da população ativa no setor público subiu de 2,4% para 24,3%. Dito de outra maneira, durante 120 anos, de 1790 a 1910, a proporção do PNB destinada aos gastos públicos nunca subiu acima de 23% e era, em média, de 13%. Depois de 1946, nunca foi menor do que 36%.⁸⁷

Entretanto, o aumento mais prejudicial da proporção do PNB destinada aos gastos públicos ocorreu depois de 1964, quando os trabalhistas, de um período de 15 anos, permaneceram 11 no poder. Na década de 50 e no início da de 60, os gastos

publicos haviam ultrapassado a proporção de 40%. Em 1965, atingiram a marca de 45% e, em 1967, 50%. A marca de 55% foi imediatamente ultrapassada, depois que o Partido Trabalhista retornou ao poder, em 1974, e, no ano seguinte, alcançou 59,06%. Em 1975-76, a dívida do setor público alcançou 11,5% da produção total, e a soma dos empréstimos nos últimos cinco anos excedeu a cifra de 31 bilhões de libras⁸⁸. Nesse estágio, a combinação do gasto público demasiado com a inflação salarial ameaçava jogar a taxa de inflação da Grã-Bretanha para a faixa de 40%. No outono de 1976, a Grã-Bretanha foi obrigada a chamar os agentes do Fundo Monetário Internacional e se submeter ao seu *diktat*. Daí em diante, houve compressão de despesas e, depois da vitória eleitoral conservadora de 1979, uma tentativa sistemática de reduzir a dívida pública, de restringir o setor público e abandonar a economia à disciplina deflacionária das forças do mercado. Paralelamente, houve o impacto dos campos de petróleo *off-shore* do mar do Norte, que tornaram a Grã-Bretanha auto-suficiente em petróleo em 1980, e com uma exportação líquida substancial em 1981. Esse conjunto de forças contribuiu para a estabilização da economia e elevação da produtividade a níveis competitivos, embora ainda no nível mais baixo de atividade econômica, desde o fim dos anos 60. Em 1983, a Grã-Bretanha estava se recuperando, mas muito devagar e, possivelmente, incapaz de exercer qualquer forma de liderança, dentro ou fora da C.E.E., por um bom tempo ainda.

O relativo fracasso da Grã-Bretanha, entretanto, foi uma exceção. Em toda a Europa e a oeste da Cortina de Ferro, as quatro décadas do pós-guerra testemunharam um espetacular progresso econômico e social. Isso foi conseguido, acima de tudo, sobre uma base de legalidade constitucional e paz política. O contraste com o período entreguerras era estarrecedor, mesmo nas áreas menos favorecidas. Os países escandinavos tinham tido um dos piores registros de desemprego durante os anos 20 e os anos 30. No inverno de 1932-3, a percentagem da força de trabalho desempregada subiu para 31,5 na Suécia, 42,4 na Noruega e 42,8 na Dinamarca⁸⁹. Foi um período de intensa luta de classes. Forças paramilitares tiveram de ser criadas para manter a ordem, e foi da amargura desse antagonismo social que Vidkun Quisling organizou seu movimento de estilo nazista, com seus *birdmenn* uniformizados, modelados na S.A.⁹⁰

A mudança aconteceu na segunda metade da década de 30. Na Noruega (1935), Suécia e Dinamarca (1936) surgiram os governos social-democratas que introduziram abrangentes programas de bem-estar social. Esses programas foram financiados pela rápida recuperação econômica. Em 1938, na Noruega, o PNB era 75% maior do que em 1914, e na Suécia aumentou 50% nos anos 1932-9, embora a social-democracia não fosse mais capacitada a resolver o problema do desemprego em massa do que qualquer outro sistema do pré-guerra — com exceção apenas do hitlerismo⁹¹. Já no fim dos anos 30, os observadores americanos e britânicos, tais como o marquês Childs e *lord* Simon of Wythenshawe, estavam chamando a atenção para o que Simon intitulava “a coisa mais encorajadora do mundo de hoje”⁹². Os social-democratas continuaram a dominar a política escandinava até o fim dos anos 70, alcançando uma continuidade democrática prodigiosa. Na Suécia, Tage Erlander manteve o cargo de primeiro-ministro por um período recorde de 23 anos. Einar Gerhardsen manteve um recorde semelhante na Noruega, até a sua aposentadoria em 1965. Os social-democratas retiveram o poder de 1936 a 1976, na Suécia, e de 1935 a 1981 na Noruega (exceto entre 1965 e 1971). Também dominaram durante esse período na Dinamarca e na Finlândia. A estabilidade política e social permitiu à

Escandinávia fazer uma notável contribuição — proporcional à sua população — à economia mundial. Nos meados dos anos 70, 22 milhões de escandinavos produziram quase 20 milhões de toneladas de grãos, 5,6 milhões de toneladas de peixe (o dobro da América e cinco vezes a produção britânica), 25,2 milhões de toneladas de minério de ferro (mais do que a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha juntas) e 49 milhões de toneladas de madeira e papel (um quarto da produção dos Estados Unidos). A Escandinávia gerou mais energia elétrica do que a França, e sua construção naval excedeu as da América, Grã-Bretanha, França e Alemanha combinadas⁹³. Mas, nos anos 70, o custo crescente dos serviços de bem-estar social, as exigências dos poderosos movimentos sindicais, como na Grã-Bretanha, e o impacto de impostos muito altos combinados com a crise de energia, destruíram o dinamismo das economias escandinavas, especialmente na Suécia, e acabaram com o monopólio do poder social-democrata. Os não-socialistas recuperaram o poder em 1976-82 na Suécia, na Dinamarca e, em 1981, até mesmo na Noruega, que se havia beneficiado do petróleo do mar do Norte. A experiência escandinava mostrou que, mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, havia rigorosos limites práticos em relação ao que uma democracia de bem-estar social poderia oferecer.

É notável que, durante os anos 70, a Suíça tenha ultrapassado a Suécia como o país com o maior nível de vida socialmente equilibrado — um resultado alcançado pelo que se pode chamar de conservadorismo plebiscitário. A industrialização chegou à Suíça a partir de 1800 e, em 1920, mais de 40% da população empregada estava na indústria (além de nos serviços bancários e hoteleiros), contra um total de 25% na agricultura. O sufrágio masculino universal foi introduzido ainda em 1848, junto com um sistema de referendo constitucional, acrescido de opções de referendos em 1874 e 1891, fazendo do voto direto o processo normal de mudança legislativa. Isso foi acompanhado de um programa conhecido como “democracia de concordância”, que vincula a representação de todos os principais partidos do executivo, o Conselho Federal e o conhecimento público de grupos de pressão⁹⁴. Esse sistema tinha duas conseqüências políticas importantes. Primeira: o plebiscito forçava os conservadores a organizar partidos de massa, que sempre tinham sido populistas, mais do que elitistas. O partido anti-socialista *Bürgerblock*, formado de radicais, conservadores católicos e camponeses, que dominaram a política suíça de 1919 em diante, era um partido de múltiplas classes, incluindo os elementos mais pobres da nação: católicos de língua italiana, que se sentiam discriminados pelos progressistas protestantes liberais de língua francesa e alemã. O conservadorismo se tornou uma poderosa força negativa capaz de bloquear as mudanças pelo plebiscito⁹⁵. Segunda: ao impedir a radicalização dos trabalhadores, o populismo conservador levou os socialistas em direção ao centro. Em 1935, o Partido Democrata suíço se tornou o primeiro a renunciar ao princípio da luta de classes e, dois anos depois, negociou um “Acordo de Paz” no setor da engenharia. Isso abriu caminho para um governo socialista se associar ao governo federal em 1943, e, por sua vez, criar um Estado integrado burguês-social-democrata, baseado no negativismo conservador.

A abordagem negativista, paradoxalmente, promoveu o dinamismo da economia suíça, especialmente na indústria de maior crescimento, a bancária. Durante os anos 60 e 70, foi a recusa dos elementos conservadores em aceitar as exigências dos social-democratas que permitiu que a economia continuasse a crescer e os bancos a sobreviver ao “Caso Chiasso” de 1977 (que envolvia uma sucursal do Crédit Suisse e contrabandistas de moeda italianos). Os bancos suíços estavam proibidos de divulgar

qualquer informação sobre contas, em função de uma lei aprovada em 1934, feita para impedir ao governo nazista descobrir as poupanças dos judeus alemães. Essa informação só podia ser obtida através da Interpol, em casos de seqüestro e roubo, e, desde 1980, pelo governo americano, para que pudesse lidar com determinados casos de crime organizado. Mas a Suíça, resolutamente, se recusava a divulgar dados financeiros para objetivos políticos, embora tenha sido muito pressionada quando o xá do Irã foi expulso em 1979. Há muitos milhares de contas “políticas” numeradas na Suíça, muitas delas provenientes da Cortina de Ferro. Mas representam uma fração ínfima no sistema bancário suíço, que, no fim de 1978, mantinha depósitos estrangeiros da ordem de US\$115,06 bilhões, além de US\$123,7 bilhões em títulos e ações⁹⁶. No início dos anos 80, o total dos valores nos bancos suíços estava no patamar do trilhão de dólares, e “democratizar” o sistema, argumentavam os conservadores, destruiria a eficiência do sistema cujo sigilo era unido à informalidade, à rapidez e ao ódio à burocracia. Já que as transações bancárias eram a fonte do crescimento industrial suíço (em 1980, os três maiores bancos suíços mantinham 2.200 cadeiras em 1.700 corporações suíças), uma fuga de capital jogaria a economia inteira na recessão. Defender o sigilo bancário é talvez a causa mais impopular que uma pessoa possa apoiar neste final de século. Entretanto, graças à democracia suíça de plebiscito, que facilitou a construção de coalizões negativistas, a linha foi mantida através dos anos 70, a economia suíça permaneceu ativa, o franco suíço continuou uma das moedas mais fortes do mundo e a renda *per capita* suíça ultrapassou os níveis escandinavo e norte-americano.

O alto desempenho e a estabilidade democrática da Suíça e dos países escandinavos, geralmente classificados como “protestantes”, adequavam-se às teorias, primeiramente lançadas na França, por volta de 1830, que culminaram com a tese de Max Weber, “ética protestante”, pela qual a crença religiosa tendia a determinar os padrões econômicos. Isso foi demolido em bases históricas nas décadas de 40 e 50, mas ainda mais interessante foi a sua refutação prática, durante o período do pós-guerra, demonstrada pelo desenvolvimento das economias do sul europeu, “não-protestantes”. A Suíça italiana alcançou os cantões franceses e alemães. A Itália teve o seu “milagre” industrial nos anos 50 e a França nos anos 60. Ainda mais impressionante, em vista do desempenho passado, foi o progresso político e social da Península Ibérica e da Grécia.

Antonio Salazar em Portugal e Franco na Espanha mostraram-se não apenas os mais estáveis, mas, de longe, os mais bem-sucedidos ditadores do pré-guerra; a história provavelmente formará uma opinião mais favorável sobre ambos do que a usualmente emitida desde o início dos anos 80. Salazar assumiu as finanças em 1928; o cargo de primeiro-ministro, em 1932; e sobreviveu até 1970, sendo o único tirano a ser derrubado por um instrumento perigoso: uma espreguiçadeira dobrável. Ele foi também o único a dirigir uma ditadura de intelectuais (embora Lênin tivesse chegado perto). Entre 1932 e 1961, professores universitários nunca ocuparam menos do que 21% dos postos do gabinete de Salazar. Obtiveram metade dos cargos ministeriais em 1936-44; cerca de um em quatro dos colegas do ditador vinha de uma única instituição: a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Essa *catedratiocracia*, ou o governo dos catedráticos, foi altamente bem-sucedida na promoção de um lento mas constante crescimento econômico, mantendo uma moeda forte, segurando a inflação e, acima de tudo, dando a Portugal o que ele nunca possuía nos tempos modernos: estabilidade política. Essa estabilidade foi alcançada, em parte, por uma

pequena, mas altamente eficiente, força da polícia secreta, a PIDE (Polícia Internacional para a Defesa do Estado), que datava de 1926. Salazar defendia os interesses das classes proprietárias, porém, muitas vezes, ia contra os desejos destas, especialmente quando se agarrava, a um custo muito alto, às colônias africanas que o meio empresarial já pretendia abandonar. Ele se encontrava com o chefe da PIDE todos os dias e supervisionava seus menores movimentos. Aprisionava seus inimigos por longos períodos: em meados da década de 60, os 22 membros do Comitê Central Comunista afirmavam terem cumprido uma pena na prisão que somava um total de 308 anos, uma média de 14 para cada⁹⁷. Mas Salazar não decretou a pena de morte, embora tenha autorizado à PIDE um assassinato ocasional não-oficial, como a morte do general Delgado, líder da oposição, em fevereiro de 1965.⁹⁸ A PIDE era muito discreta na sua brutalidade e, por conseguinte, muito difícil de ser desmascarada, tendo, inclusive, desfrutado de certa estima popular. Seu comandante, Agostinho Lourenço, foi chefe da Interpol em Paris, no fim dos anos 40. Quando o papa Paulo VI visitou Fátima, em 1967, chegou até a condecorar vários oficiais graduados da PIDE.

Quando Salazar perdeu os sentidos em 1969, por causa do acidente da espreguiçadeira, os professores foram mandados de volta às universidades e a PIDE foi “extinta” ou, melhor dito, teve o nome mudado. Como a maioria das reformas burocráticas, essa produziu um grande aumento na quantidade de funcionários e uma redução catastrófica na eficiência (embora não na crueldade e desrespeito à lei). A polícia secreta foi tomada de surpresa pelo levante que derrubou o regime a 25 de abril de 1974.⁹⁹ Portugal foi democratizado, o império desapareceu, a economia tropeçou, a inflação aumentou. Mas, após três anos de confusão, Portugal saiu das manchetes e voltou aos básicos padrões econômicos salazarianos. Surpreendente e encorajante foi o fato de Portugal ter sido capaz de fazer a transição de um estado policial durável para uma democracia operante, sem banho de sangue e conservando a maioria das realizações do velho regime.

A Espanha passou por experiência similar e em circunstâncias ainda mais notáveis, nos anos 70. Quando Franco entregou seu cargo, no verão de 1974, a Juan Carlos (coroadado rei em novembro de 1975, imediatamente após a morte de Franco), ele havia mantido o poder efetivo por 38 anos, um feito que mesmo Filipe II teria respeitado. Provavelmente ele estava certo ao pensar que uma vitória republicana teria produzido outra guerra civil e que seu regime era o “que nos dividiu menos”, pois havia duas facções monárquicas rancorosamente opostas, uma fascista e uma conservadora tradicional, assim como uma inimizade mortal entre o PC e outros republicanos. Em outubro de 1944, depois da libertação da França, dois mil republicanos “invadiram” a Espanha através dos Pirineus, esperando uma insurreição geral: nada aconteceu. Um governo republicano foi formado a 26 de agosto de 1945: acontecimento sem nenhuma significação. Os aliados não agiram contra Franco porque não queriam uma guerra civil na Espanha. Para agradá-los, Franco desistiu da saudação fascista (da qual nunca havia gostado), mas não abriu mão da Falange, por muito que deplorasse suas posturas, porque era uma válvula de segurança para a Direita extremada e era controlável.

Em sua essência, Franco era um personagem apolítico, que governava através de homens reconhecidos pela Igreja: as classes proprietárias rurais e empresariais. Isso era o que o Exército queria, e o Exército tinha poder de veto na política anterior a Franco. Franco, da mesma forma que o Exército, era uma força negativa. Mantinha

o Estado imóvel e sem ousadias, impedia que os políticos profissionais fizessem coisas. Ele se descrevia melancolicamente aos oficiais graduados do Exército como sendo “a sentinela que jamais é rendida, o homem que recebe os telegramas indesejáveis e que dita as respostas, o homem que vigia enquanto os outros dormem”¹⁰⁰. Se ele fosse mais jovem, poderia ter arquitetado uma estrutura plebiscitária. A 6 de julho de 1947, submeteu à votação uma “Lei de Sucessão”, pela qual ficava incorporado o princípio monárquico à legislação espanhola. De um eleitorado de quase 17.200.000 vozes, 15.200.000 compareceram às urnas, sendo que 14.145.163 votaram “sim”, sob condições que observadores testemunharam como decentes¹⁰¹.

Com esse assunto resolvido, Franco educou e treinou Juan Carlos para ser seu sucessor. Para um governo que inibia a ação, não muito diferente do de Salazar ou, já que falamos nisso, do da Confederação Suíça, a economia até que se modernizou nesse espaço de tempo, com a ajuda das forças do mercado. Em vinte anos, 1950-70, a Espanha se transformou. A população das cidades com mais de vinte mil habitantes aumentou de 30% para quase 50%. O analfabetismo caiu de 19% para 9% em trinta anos e, em apenas 15 anos, a população estudantil dobrou. A Espanha foi, de certa maneira, mais bem-sucedida na modernização do sul atrasado do que a Itália. Física e visualmente, o cenário da Andaluzia foi transformado em 25 anos, 1950-75, e o rápido decréscimo da população rural beneficiou os trabalhadores em termos de salários reais, em relação aos trabalhadores industriais das cidades superpovoadas. Mas a mudança mais importante foi a criação, no espírito do povo, da expectativa de melhores dias. Assim, levantamentos mostraram que os trabalhadores puderam esperar melhores empregos, tanto em salários como em prestígio, mais do que seus pais puderam esperar; que um homem poderia ter maiores expectativas aos quarenta do que aos vinte anos. A velha desesperança da Espanha, a fonte de sua miséria soturna e, ocasionalmente, de sua frenética violência, havia desaparecido¹⁰². Durante as décadas de 50 e 60, a Espanha tomou parte na economia européia moderna em geral, participando de seus sucessos e fracassos e de sua global prosperidade: os Pirineus deixaram de ser um muro econômico-cultural.

A prosperidade relativa tornou possível a estabilidade do governo de Franco; a ausência de atividade política ajudou a explicar o sucesso da transição. Era típico de Franco o fato de que seu primeiro-ministro, e também o primeiro-ministro do rei Juan Carlos, Carlos Arias, não fosse nem político, nem tecnocrata, nem membro da Falange, mas pessoa protegida de um importante general do Exército¹⁰³. Igualmente característico de sua personalidade foi o fato de a Espanha, embora com relutância, reconhecer as virtudes de Franco e aceitar que o verdadeiro primeiro-ministro do regime democrático, Adolfo Suárez, embora só nascido em 1932, tenha criado o partido de centro-direita, a União do Povo Espanhol (UDPE), sob o princípio do *continuismo*. Suárez foi ajudado pela experiência do gaullismo: tanto pelo seu sucesso intrínseco como pela sua capacidade de sobreviver à morte de seu criador. Conseguiu realizar a reforma política que planejava — aprovada por 94,2% dos votos em 15 de dezembro de 1976 — através do último Parlamento de Franco, sem ter precisado dissolvê-lo. Nos onze meses anteriores às eleições, ele aboliu o monopólio da estrutura partidária de Franco, introduziu um sistema pluripartidário (incluindo o PC), legalizou os sindicatos, restaurou a liberdade de expressão e de imprensa, além de haver organizado a própria eleição — a primeira eleição livre desde fevereiro de 1936. O sistema foi preconcebido para favorecer às áreas rurais: as 15 menores províncias, com 3,4 milhões de habitantes, tiveram 53 cadeiras no Parlamento, enquanto que

Barcelona, com 4,5 milhões de habitantes, obteve apenas 33. Mas isso permitiu que surgisse, na eleição de junho de 1977, uma estrutura quadripartidária (igual à francesa), rebatizada por Suárez com o nome de União do Centro Democrático, o partido mais forte, com 34% dos votos, seguido pelos socialistas (29%) e pelos comunistas e conservadores, em alas equilibradas¹⁰⁴.

A concentração do poder, no centro, era importante, pois o novo Parlamento tinha autoridade para redigir a constituição. O documento que eventualmente foi produzido e aprovado por referendo, em dezembro de 1978, definiu a Espanha como “um Estado social e democrático governado pela lei”, cuja forma de governo era a “monarquia parlamentar”; também garantia a autonomia das “nacionalidades, a primeira forma de saída do centralismo, não apenas de Franco, mas da própria Espanha, desde que esta aceitou o domínio de Castela, no fim do século XV. O rei foi feito chefe das Forças Armadas, assim como do Estado, uma decisão que se provaria vital durante a tentativa de golpe de 1981: a Espanha continua sendo um país no qual se conferiu papel importante ao Exército, embora este não seja, curiosamente, uma grande força (220.000 homens, além de 46.000 na Marinha e 35.700 na Força Aérea). A Constituição aboliu a pena de morte; reconheceu, embora sem *status* oficial, a Igreja Católica; abriu caminho para o divórcio e deu *status* legal aos sindicatos e partidos. Levantou uma série de problemas, ao estabelecer procedimentos complicados para a devolução regional, tema que provavelmente dominará a política espanhola nos anos 80. Por ser a Constituição um texto parlamentar e não um *diktat*, era extensa (169 artigos), complexa, detalhada ao absurdo e terrivelmente mal escrita; seu grande mérito, entretanto, foi o de representar um consenso: a primeira constituição da Espanha que não encerrou qualquer ideologia ou monopólio partidário de poder¹⁰⁵. No início dos anos 80, o novo sistema espanhol, liderado por um monarca sereno e hábil (que mostrou autoconfiança ao fazer de Suárez um duque, em 1981: o primeiro novo duque sem sangue azul desde a guerra), isolou por um lado o terrorismo radical e, por outro, a conspiração militar. Dessa forma afastou com sucesso tais perigos da vida pública, tanto que, em 1982, o primeiro governo socialista desde 1936 pôde tomar posse pacificamente. Também no sentido político, a Espanha, a partir de então, se juntava à cultura européia.

Fato ainda mais surpreendente e que teria alegrado a sombra de Lloyd George foi que a pobre e destroçada Grécia finalmente se fundiu nessa mesma cultura. A Grécia democrática de Eleutherios Venizelos, intencionalmente grande beneficiária de Versalhes, na verdade tinha ganho pouco, apesar de, nesse país, a Grande Guerra haver durado uma década inteira (1912-22). Seu chefe de Estado-Maior no tempo da guerra, general John Metaxas, tentara um golpe ainda em 1923, conseguindo finalmente criar uma ditadura em 1936. O general prometeu “disciplinar” o povo grego, substituir o individualismo grego pelo *ernst*, “o sério espírito alemão”; era “o Primeiro Camponês”, “o Primeiro Trabalhador”, “o Pai Nacional”. De qualquer maneira, foi Metaxas quem derrotou os italianos em 1940 (ele morreu no início de 1941), e foi o Exército, mais do que qualquer outra instituição, que saiu com a maior honra da longa guerra da Grécia e da agonia do pós-guerra. O famoso telegrama de Churchill para o general Scobie pode ter salvado a Grécia para o Ocidente, mas a resistência comunista sobreviveu no norte. Somente no verão de 1944, o velho chefe do Estado-Maior de Metaxas, o marechal-de-campo Papagos, restabeleceu a autoridade governamental sobre todo o país. Para a Grécia, também a Segunda Guerra Mundial durou uma década inteira. A guerra civil havia matado oitenta mil gregos, enviado vinte mil

para a prisão (incluindo cinco mil execuções ou prisões perpétuas), transformado setecentas mil pessoas em refugiados e forçado 10% da população a se mudar¹⁰⁶.

Houve dezesseis governos transitórios entre 1946 e 1952, mas, nas eleições de 1952, Papagos, que criara um partido "nacional", na linha do RPF de de Gaulle, obteve uma vitória esmagadora e começou um governo de direita que durou onze anos. Quando morreu, em 1955, Constantine Karamanlis assumiu o controle de seu partido, vencendo as eleições de 1958 e de 1961. Essa era a única espécie de "normalidade" que o Exército estava pronto a aceitar. Quando George Papandreou, que havia reconstruído a velha coalizão centro-esquerda de Venizelos, expulsou Karamanlis em 1963, levando-o ao exílio, seguiu-se um período de confusão que culminou com um golpe militar, sob um grupo de oficiais de nível médio, dirigidos pelo coronel Papadopoulos.

Como na Espanha, o Exército se considerava muito mais uma instituição nacional do que qualquer dos partidos. Esses últimos eram dirigidos por castas hereditárias, pertencentes às classes média e alta, que operavam um sistema de distribuição de cargos públicos, ou seja, o empreguismo. O Exército, ao contrário, afirmava que era dirigido pelo mérito, sendo a maioria de seus oficiais recrutados no meio camponês. Era também mais próximo da Igreja; seu ódio aos políticos profissionais era amplamente compartilhado. O regime de Papadopoulos lembrava o de Metaxas, com ênfase na "disciplina" e na "civilização helênico-cristã". Produziu uma nova Constituição autoritária em 1968 e, em 1973, acabou com a insatisfatória monarquia grega. Teve pouca oposição entre os trabalhadores e camponeses, mas também não causou grande entusiasmo. Aprisionava e, ocasionalmente, torturava seus inimigos da classe média. Poderia ter sobrevivido indefinidamente, mas Papadopoulos perdeu a confiança de seus colegas, foi deposto e a junta que se seguiu atuou inabilmente na política de Chipre, provocando a invasão turca de 1974. Derrotada, a junta se dissolveu no caos. Karamanlis foi convocado a voltar de seu exílio em Paris. Alcançou imensa vitória eleitoral (219 cadeiras em 300) e, assim, teve a possibilidade de fazer passar, em 1975, uma Constituição pela qual o executivo era forte, nos moldes de de Gaulle — um outro exemplo do extraordinário impacto de de Gaulle sobre a Europa dos anos 60 e 70. Essa estrutura elástica produziu alguma esperança de que, na próxima vitória eleitoral do clã de Papandreou, que ocorreu devidamente em 1981, numa plataforma socialista, não se introduziria outro ciclo de instabilidade política.

O que mais importava aos gregos não era o balé político, ou o próprio exercício da política profissional, mas o fato de que em 1952 Papagos havia iniciado uma longa era de progresso social e econômico. Isso continuou, mais ou menos no mesmo ritmo, com Karamanlis, com os militares, e depois com Karamanlis outra vez. Ilustrou uma das lições que surgem de um estudo dos tempos modernos. As atividades políticas raramente promovem bem-estar econômico, embora possam miná-lo, caso sejam muito intensas e demoradas. A mais útil função do governo era manter a ordem, dentro da qual os indivíduos pudessem fazer progredir seus próprios interesses e, desta forma, beneficiar o interesse comunitário. O aumento da fortuna do cidadão grego comum, nas três décadas (1950-1980), foi de longe o mais substancial na história do país¹⁰⁷. Isso ficou refletido num índice confiável de aprovação popular: movimento. Homens e mulheres são mais sinceros quando votam não nas urnas, mas com seus pés. Os gregos haviam emigrado desde o século XVIII a.C.. Durante a década de 70, de 13 milhões de gregos, quatro milhões moravam no exterior; desses, três milhões permanentemente. A emigração chegou ao pique de 117.167 em 1965, mas esse

parece ter sido o ponto crítico. Durante os últimos anos do regime militar, o índice de emigração caiu rapidamente, exceto para os Estados Unidos, e cada vez mais os gregos começaram a voltar para casa. Em 1974, pela primeira vez, desde que as estatísticas foram compiladas em 1850, o número de gregos que se juntavam à economia de seu país era maior do que o dos que deixavam o país para trabalhar no exterior. Em 1979, quando a emigração chegou a menos de vinte mil, as remessas do exterior (US\$1,2 bilhões) haviam sido ultrapassadas pelo turismo (US\$1,7 bilhões) e pela frota mercante — que juntamente com o turismo se tornara a principal fonte de receita da Grécia. Durante os anos 70, o índice de crescimento econômico da Grécia, numa média de 5-6%, com apenas 2% de desemprego, era muito superior aos da Europa Ocidental¹⁰⁸. No início dos anos 80, a Grécia estava se aproximando rapidamente do padrão de vida europeu ocidental, e essa foi uma razão a mais para se supor que sua nova estabilidade política e social deveria ser duradoura.

O processo pelo qual, em mais de 35 anos, cerca de trezentos milhões de pessoas na Europa, ao sul e a oeste da Cortina de Ferro, alcançaram uma riqueza relativa dentro de uma estrutura democrática e sob o Estado de direito foi um dos mais marcantes de toda a história. Isso pode ter sido inesperado, já que se seguiu a duas tentativas de suicídio continental que quase atingiram o sucesso. Entretanto, havia um paradoxo nessa nova estabilidade e prosperidade. No início dos anos 80, três décadas e meia após o final da guerra, a Europa democrática, apesar de sua riqueza acumulada, ainda era dependente das garantias da América transatlântica e da presença física constante das forças americanas no que dizia respeito à sua segurança. Isso era anômalo. A história da América nos anos 60 e 70 sugeria que tal fato era também perigoso.

18

A TENTATIVA DE SUICÍDIO DA AMÉRICA

Os anos do governo de Eisenhower marcaram a culminância da supremacia americana. Um muro de segurança coletiva foi concluído em torno do perímetro do bloco comunista. Por trás de suas escarpas, primeiro a América, depois a Europa Ocidental desfrutaram de uma prosperidade sem precedentes. As lições econômicas e diplomáticas do período entreguerras tinham sido aprendidas. Ou, pelo menos, se supunha que tivessem. Era a prosperidade dos anos 20 de volta, menos frenética e mais segura, com uma dimensão social muito maior em ambos os lados do Atlântico. Os anos 50 foram de afluência, uma palavra popularizada por J. K. Galbraith, economista tão em voga, no seu *best-seller* de 1958, *The Affluent Society*. O livro atacava a velha “sabedoria convencional”. Ao fazê-lo, criou uma nova. Galbraith e sua escola argumentavam que os dias de escassez estavam terminados. O mundo tinha abundância de recursos. As economias avançadas haviam dominado a dificuldade de produzir bens de consumo. O problema econômico estava resolvido. O que permanecia era um problema político: distribuí-los equitativamente. O Estado deveria desempenhar um papel criativo, usando a “afluência privada” para acabar com a “esqualidez pública” e superar perigosos desequilíbrios de riquezas, não apenas dentro das nações mas também entre elas. Eisenhower não compartilhava desse otimismo. Ele achava que a economia americana poderia ser facilmente destruída em consequência de excesso de gastos em armamentos ou em bem-estar social, sem falar nos dois combinados. Era realmente notável que, ao contrário dos anos 20, não fosse a direita e sim a esquerda a acreditar que a prosperidade continuaria para sempre e transformaria os anos 60 na década da ilusão.

Em 1960, Eisenhower era o mais velho presidente a ocupar a Casa Branca. Dava a impressão de comatoso. A palavra de ordem era ativismo, era necessário “fazer a América se agitar outra vez”. A América era apresentada como um país que perdia terreno, tanto em bem-estar social quanto em poderio militar. Falava-se de um “*missile gap*”¹. O candidato republicano na eleição de 1960, o vice-presidente Richard Nixon, era jovem (47 anos), mas associado à imobilidade administrativa e, enquanto californiano de linha dura, detestado pelos liberais da mídia da costa leste. O democrata John Kennedy era ainda mais jovem (43 anos), rico e bonito. Sua força se baseava nas relações públicas e numa eficiente e implacável máquina política,

dirigida pelo irmão Robert. Isto lhe deu a vitória eleitoral; isto é, caso ele tenha vencido legalmente. Dos quase 69 milhões de votos apurados, Kennedy ganhou por uma margem de apenas 120.000, vitória que ficou obscurecida por interpretações rivais sobre a votação em Alabama. Kennedy obteve maioria de 84 votos no Colégio Eleitoral, e era o que importava. Contudo, uma vez mais, irregularidades no Texas e sobretudo em Illinois, cometidas pela notória máquina Daley, lançam dúvidas sobre a validade da vitória de Kennedy. Nixon não contestou o resultado, pois achava que isto prejudicaria a presidência e, conseqüentemente, a América². Tal comportamento de nada lhe valeu. O desprezo de Kennedy por Nixon evidenciou-se no seu comentário, depois das eleições, em 1960: "Ele saiu da mesma maneira que entrou — sem classe"³.

Kennedy tinha "classe". Foi o primeiro presidente, desde Roosevelt, que nunca precisou de ganhar a vida. Tal como FDR, transformou Washington em cidade da esperança, ou seja, num lugar para onde os intelectuais da classe média afluíam em busca de emprego. Sua mulher, Jackie, era uma beldade da alta sociedade, e tinha refinado gosto pela alta cultura. Com tão glamoroso casal na Casa Branca, alguns se referiam a Washington como "a nova Camelot". Outros não se impressionavam tanto. A invasão dos Kennedy, conforme observou um estadista visitante, era "como ver os irmãos Borgia tomar posse de uma respeitável cidade do norte da Itália". O primeiro beneficiário desse novo regime foi o "complexo militar-industrial", assim rotulado pelo desconfiado Eisenhower. Os gastos em armas convencionais e nucleares aumentaram vertiginosamente. De certa forma, Kennedy e o secretário de Estado, Dean Rusk, revelaram-se os maiores entusiastas dos Frios Guerreiros, embora não os mais hábeis. Kennedy deu um cunho universalista às obrigações externas da América, uma rotação inteiramente nova. A clássica atitude americana tinha sido definida pelo secretário de Estado, John Quincy Adams, em 1821: "Sempre que o padrão de liberdade e independência tiver sido ou vier a ser desfraudado", ele jurou, "aí estará o coração da América, sua bênção e suas orações". Mas, acrescentou, "ela não irá ao exterior em busca de monstros para destruir. Ela é simpatizante da liberdade e da independência de todos. É a campeã e a vingadora somente de si mesma"⁴. Com Truman e Eisenhower, a doutrina tinha sido modificada, pois a vingança direcionada apenas para "si mesma" poderia estender-se, incorporando os aliados cuja sobrevivência era vital para o auto-interesse americano.

Kennedy foi mais além. Estava consciente de que a Guerra Fria ao velho estilo, empreendida por Stálin para ampliar suas fronteiras, não era mais a única possível. Os sucessores de Stálin haviam introduzido uma guerra de movimento, na qual as barreiras defensivas da América poderiam sobrepor-se. Nikita Khruchchev definiu a nova política — na realidade uma política tão velha quanto Lênin e que, para ser desencadeada com eficácia, a Rússia dispunha então dos recursos — num discurso a 6 de janeiro de 1961, pouco antes da posse de Kennedy. A vitória comunista, disse Khruchchev, não aconteceria através da guerra nuclear que destruiria a humanidade, nem através da guerra convencional, que logo poderia tornar-se nuclear, mas sim através de "guerras de libertação nacional" na África, Ásia e América Latina, os "centros da luta revolucionária contra o imperialismo". Já que "os comunistas são revolucionários", eles "se aproveitariam" dessas "novas oportunidades". Kennedy interpretou este pronunciamento como uma espécie de declaração de guerra e usou seu discurso de posse para aceitar o desafio. Declarou que os tempos representavam "uma hora de máximo perigo" para a liberdade. Sua geração tinha recebido a missão

de defendê-la. "Eu não fujo dessa responsabilidade", disse ele, "eu lhe dou as boas-vindas". A América "pagaria qualquer preço, carregaria qualquer fardo, aguentaria qualquer adversidade, apoiaria qualquer amigo, se oporia a qualquer inimigo, para assegurar a sobrevivência e o sucesso da liberdade"⁵. Era uma garantia extraordinária; um cheque em branco jogado aos pés do mundo.

Kennedy foi capaz desse expansivo gesto porque ele e seus conselheiros acreditavam que a América poderia competir com sucesso com a Rússia soviética, pois contava com o compromisso de fidelidade dos povos mais pobres ao promover regimes democráticos e liberais para servi-los. Uma variedade de estratégias ativou essa nova "diplomacia de ação": o *Peace Corps* de jovens voluntários dos Estados Unidos para servir no exterior; os boinas-verdes para atividades que exigissem força, denominadas "contra-insurgências", campanhas para conquistar "corações e mentes", a "Aliança para o Progresso" da América Latina; maior ajuda econômica e militar por toda a parte⁶. Mas isso era ignorar a lição capital do Império Britânico de que o melhor para qualquer força de ocupação é a estabilidade, por mais imperfeita que seja. Promover o dinamismo é convidar ao caos. No final, uma força de ocupação sempre terá de defender seu sistema pela força ou vê-lo desintegrar-se, como acontecera com a Grã-Bretanha. A América estava criando um novo sistema pós-colonial, conforme Kennedy admitira em seu discurso. Mas era ainda um sistema de ocupação, que dependia da estabilidade para seu funcionamento. Os recursos da América eram muito mais consideráveis do que tinham sido os da Grã-Bretanha. Mas, mesmo assim, eram limitados. A arte, conseqüentemente, estava em selecionar as posições que deveriam e só poderiam ser defendidas pela força, e em planejar alternativas viáveis para as outras. Neste ponto residia a fraqueza do universalismo de Kennedy.

De imediato, o problema se tornou crítico na América Latina. Sob a Doutrina Monroe, de 1823, os Estados Unidos haviam policiado o continente para, em teoria, preservar a independência das nações da cobiça européia, mas, na realidade, com a intenção de proteger os próprios interesses da América. Isso muitas vezes implicava intervenções militares, especialmente na América Central e no Caribe. A Doutrina Monroe baseava-se na premissa de que o Caribe era um "mar interno" da América e parte da estrutura econômica dos Estados Unidos. No caso de Cuba, que a América havia libertado da Espanha, o direito de intervenção dos Estados Unidos era de fato texto de lei constante da Constituição cubana, através da chamada "Emenda Platt". No período entreguerras, sob o impacto das doutrinas wilsonianas de autodeterminação, o sistema soçobrou. No Memorando Clark de 1928, o próprio Departamento de Estado argumentou que Monroe não justificava a intervenção americana, já que "expressa uma questão Estados Unidos x Europa e não Estados Unidos x América Latina"⁷. Roosevelt aceitou essa lógica, revogou a Emenda Platt em 1934, substituindo-a por uma política de "Boa Vizinhança" que, em teoria, tratava os países da América Latina de igual para igual. Com o tempo poderia ter funcionado muito bem, se as nações maiores tivessem estabelecido, com seu patrono gigante, o mesmo tipo de relacionamento que o Canadá estabeleceu.

O candidato mais provável para este papel era a Argentina, cuja economia, no período entreguerras, estava se desenvolvendo segundo o mesmo perfil do Canadá e da Austrália. Da mesma forma que o Canadá, a Argentina florescera rapidamente de 1900 a 1914. Experimentou um crescimento menor nos anos 20, um retrocesso agudo de 1929 a 1933, mas, a partir de então, conheceu um longo período de

crecimento, numa média de 2-3% ao ano, com um constante progresso na manufatura, mineração, petróleo, utilidades públicas e setores elétricos, conseguindo dar, de fato, o grande salto econômico — o primeiro país da América Latina a fazê-lo⁸. Possuía uma economia de mercado, um mínimo de governo, uma classe média crescente, uma imprensa livre, e se mantinha sob o Estado de direito. Durante a Segunda Guerra Mundial, desfrutou de uma prosperidade desconhecida no hemisfério sul — com exceção da Austrália —, com níveis de salários que ascendiam aos níveis europeus ocidentais. Acumulou reservas, consideradas principescas na época, de 1,500 milhões de dólares e libras esterlinas — mais do que a Grã-Bretanha, o principal parceiro econômico da Argentina, fora capaz de investir naquele país durante mais de setenta anos⁹. Se o dinheiro tivesse sido empregado no investimento de aço, petróleo e outras indústrias de substituição de importação, a probabilidade é de que a Argentina tivesse alcançado um dinâmico e auto-suficiente crescimento econômico durante os anos 50 — e toda a história da América Latina teria sido diferente.

Ao invés disso, a Argentina caiu vítima dos males gêmeos que envenenaram a América Latina: militarismo e política. No século XIX, o golpe militar se tornou o padrão de mudança de governo. Essa prática desastrosa continuou depois da implantação do sufrágio universal. Nos anos 1920-66, por exemplo, houve oitenta vitoriosos golpes militares em 18 países latino-americanos. Equador e Bolívia na frente, com nove cada um, Paraguai e Argentina logo depois, com sete cada um¹⁰. O golpe-chave na Argentina aconteceu em 1943. A junta militar nomeou para o Ministério do Trabalho um certo coronel Juan Perón, filho de um fazendeiro pobre que se saíra bem no Exército. Tratava-se de um elegante campeão de esqui e esgrima, vaidoso de corpo e de espírito, estudante de sociologia, pseudo-intelectual do tipo que se tornaria muito comum no pós-guerra. Os militares tinham até então pisoteado os sindicatos. Perón descobriu que, se patrocinasse o trabalhismo, poderia erigir para si uma multidão de seguidores. No posto de ministro do Trabalho, assumiu o controle dos sindicatos. Até então os líderes sindicais tinham sido subornados individualmente. Perón subornou o movimento trabalhista sindical inteiro¹¹.

A carreira de Perón ilustra a essencial identidade do desejo de poder marxista e fascista, pois às vezes imitava Lênin, Mussolini, Hitler, Franco e Stálin. Tinha um grande charme pessoal; voz soberba, dom da palavra ideológica. Falava de seus seguidores trabalhistas como “os descamisados” (que, na verdade, eram bem pagos). Chamava a sua filosofia de *justicialismo*, o primeiro dos “ismos” espúrios do que viria a ser o Terceiro Mundo. Perón poderia declarar-se o protótipo não somente da nova espécie de ditadores latino-americanos, mas também de todos os carismáticos pós-coloniais da África e da Ásia. Era o elo entre o velho estilo de ditador charlatão e o novo modelo de Bandung. Mostrou como manipular uma democracia de votos marcados. Não tinha substância. Quando brigou com os colegas militares em 1945, tudo o que conseguiu fazer foi cair de joelhos e implorar piedade. Foi a sua amante, Eva Duarte, uma militante feminista, quem levantou os trabalhadores e conseguiu soltá-lo. Ao se casar com ela, reconciliou-se com a Igreja. Desta forma, alcançou uma bela vitória (24 de fevereiro de 1945), numa das poucas eleições livres da história argentina¹².

Na presidência, Perón deu uma demonstração clássica, em nome do socialismo e do nacionalismo, de como destruir uma economia. Nacionalizou o Banco Central, as ferrovias, as telecomunicações, o gás, a eletricidade, a pesca, o transporte

aéreo, o aço e o seguro. Criou uma agência estatal para exportação. Criou o Grande Governo e um Estado providenciário numa só tacada: os gastos dos serviços públicos, em termos de percentagem do PNB, subiram de 19,5 para 29,5% em cinco anos¹³. Não tinha sistema de prioridade. Dizia ao povo que teria tudo de uma só vez. Teoricamente, o povo teve. Os trabalhadores receberam um pagamento de 13 meses por um ano de trabalho; férias pagas; benefícios sociais em nível escandinavo. Quando descobria uma empresa altamente bem-sucedida que gastasse prodigamente com os operários, forçava todas as outras a copiar suas práticas, independentemente de seus recursos. Ao mesmo tempo, lançou-se a um ataque frontal ao setor agrícola, a principal fonte de capital interno. Em 1951, exaurira as reservas e descapitalizara o país, destruíra o balanço de pagamentos e inserira salários inflacionários no sistema. No ano seguinte, uma seca arruinou a terra, trazendo à luz a crise pública. Vendo desaparecer seu apoio, Perón passou da demagogia econômica para a tirania política. Destruiu a Suprema Corte, assumiu o controle da estação de rádio e de *La Prensa*, o maior jornal da América Latina. Corrompeu as universidades e fraudou a Constituição. Acima de tudo, criou “inimigos” públicos: a Grã-Bretanha, a América, todos os estrangeiros. O Jockey Clube, queimado por suas gangues em 1953, teve destruída a biblioteca e a coleção de arte. No ano seguinte, voltou-se contra o catolicismo e, em 1955, trabalhadores arruaceiros destruíram duas belíssimas igrejas, San Francisco e Santo Domingo, além de muitas outras.

Isso foi a gota d'água. O Exército expulsou-o. Fugiu numa canhoneira paraguaia. Mas seus sucessores nunca mais conseguiram restaurar o governo mínimo que permitira à Argentina tornar-se rica. Muitos interesses adquiridos estavam em jogo: um imenso Estado parasita, sindicatos todo-poderosos, um exército infundável de funcionários públicos. Eis uma das melancólicas lições que se pode tirar do século XX: uma vez permitida a expansão do Estado, é quase impossível restringi-lo. A herança de Perón comprovou ser mais duradoura que sua verbosidade. E ele próprio foi um exemplo desta permanência. Em 1968, o chefe dos militares, general Alejandro Lanusse, jurou: “Se esse homem... colocar os pés neste país outra vez, um de nós, ele ou eu, o deixará primeiro, porque não deixarei meus filhos sofrerem o que eu sofri”. Cinco anos mais tarde, na presidência, Lanusse organizou as eleições que trouxeram Perón de volta ao poder, com a idade de 79 anos: um caso, como disse Dr. Johnson a propósito do segundo casamento, “do triunfo da esperança sobre a experiência”¹⁴. Nessa altura, o curso inteiro da história argentina tinha sido mudado. O país deixara escapar a oportunidade de se tornar uma economia avançada e fora permanentemente degradado à condição de república latino-americana de segunda categoria, condenada ao atraso industrial, instabilidade política e tirania militar. No fim da década de 70 e início da década de 80, a vida pública argentina foi tornando-se cada vez mais selvagem e, em 1982, chegou até a embarcar numa aventura militar contra as ilhas Falkland, da Grã-Bretanha, que terminou numa humilhante derrota.

A revolução peronista foi o maior desastre para a América Latina, e também para os Estados Unidos. A analogia do seu crescimento com o Canadá retrocedeu. Na frustração e no desespero, a demagogia floresceu; e os demagogos, como o próprio Perón o fizera, escolheram uma saída fácil e culpavam os Estados Unidos. Além do mais, Perón continuava sendo um convincente exemplo. Ele se “levantara contra os ianques”; tornara o país verdadeiramente independente pela primeira vez. Seu fracasso econômico foi esquecido, seu sucesso político lembrado e imitado.

A sombra de Perón caiu sobre Cuba. Analogamente à Argentina de antes de Perón, Cuba era um dos países mais ricos da América Latina. Mas sua estrutura econômica era muito diferente. Fazia realmente parte da economia dos Estados Unidos. Quando de sua independência em 1898, deveria, pela lógica, tornar-se um estado americano, da mesma maneira que o Texas ou o Novo México, ou então uma colônia, como ocorreu com Porto Rico, para ser mais tarde elevada a outro *status*. Em 1924, o investimento americano em Cuba já chegava a US\$1,2 bilhões. Cuba importava dos Estados Unidos 66% e lhe mandava 83% de suas exportações, principalmente açúcar. Em 1934, o Acordo de Comércio Recíproco proibiu Cuba de impor tarifas e quotas a uma grande quantidade de produtos americanos importados; a Lei Jones-Costigan, um quiproquó, garantia que os Estados Unidos comprariam o açúcar cubano a preços generosos. O acordo foi definido por Earl Babst, o cabeça da Companhia Americana de Refinaria de Açúcar, como sendo “um passo na direção de uma sólida política colonial”¹⁵. Depois de 1945, o domínio dos Estados Unidos sobre a economia cubana começou a declinar lentamente. Mas, mesmo na década de 50, o embaixador americano em Havana, como ficou atestado, era “o segundo homem mais importante em Cuba; algumas vezes ainda mais importante do que o presidente”¹⁶. Cuba era uma espécie de satélite americano. Mas o fim da Emenda Platt fez de Cuba um Estado totalmente independente — em teoria. Neste ponto se localizava a fonte de tanta raiva.

No estilo da ampla maioria dos ditadores latino-americanos, os de Cuba sempre começaram sendo liberais e terminaram sendo tiranos, geralmente reconciliando-se com a supremacia americana neste processo. O último ditador ao velho estilo — um ex-liberal, é claro — tinha sido Gerardo Machado, derrubado em 1933 por um golpe de oficiais não-comissionados liderados por Fulgencio Batista. Este sargento-estenógrafo era um típico homem do povo, metade índio, cujo pai trabalhava nas plantações de açúcar. Também ele trabalhara nas plantações. Era um radical extremista. O embaixador americano, Sumner Welles, achava o regime “francamente comunizante” e pediu o envio de navios de guerra¹⁷. O líder comunista, Blas Roca, chamava Batista o pai da Frente Popular, “essa magnífica reserva da democracia cubana”, “o ídolo do povo, o grande homem de nossa política nacional”¹⁸. Batista governou como presidente, em 1940-44, mas frequentemente através de outros. Estava coligado com os estudantes radicais e seu substituto favorito como presidente era o líder Ramón Grau San Martín, que criou o Movimento Revolucionário Autêntico (*Auténticos*, em oposição aos *Ortodoxos*, os revolucionários de oposição). Mas Grau se revelou um vigarista, um homem fraco dominado por uma amante gananciosa. “Fale com Paulina”, era o seu sistema de governo. No momento em que Batista assumiu novamente o poder, em 1952, o dano estava feito, e ele próprio foi sugado pelo atoleiro do suborno. O mesmo aconteceu com virtualmente todos na vida pública.

Nos anos 40 e 50, Cuba se transformou numa sociedade radical de gângsteres. Nos velhos tempos, os Estados Unidos teriam intervindo e imposto alguém honesto. Agora isso estava fora de cogitação. Mas os Estados Unidos estavam fatalmente envolvidos com todas as principais transações cubanas. Na época do *peronismo*, eles eram os culpados de tudo. Cuba ilustrava o abismo entre as palavras e a realidade, o que viria a ser a mais marcante característica do Terceiro Mundo. Todas as pessoas envolvidas na política falavam de revolução e praticavam o suborno. É evidente que a corrupção estava ligada à violência. A presidência da União dos Estudantes da

Universidade de Havana, uma instituição quase tão importante quanto o Exército, era resolvida à bala. Não era admitida a entrada da polícia no campus. A polícia do campus era assassinada ou aterrorizada. Muitos estudantes carregavam revólveres 45 e as preleções eram pontuadas com tiros. Os comunistas eram tão corruptos quanto quaisquer outros. Grau costumava dizer, quando era saudado por punhos cerrados: "Não se preocupem: amanhã teremos punhos abertos!"¹⁹. Os únicos que se opunham à corrupção eram uns poucos homens ricos, tais como o excêntrico Eduardo Chibás, líder dos *Ortodoxos*, e mesmo ele usava da violência ao participar de duelos. As várias forças policiais travavam batalhas umas contra as outras; a maioria dos gângsteres tinha *status* policial ou político. Os *pistoleros* políticos, organizados em "grupos de ação" e dizendo pomposamente *slogans* marxistas, fascistas e peronistas, lembravam a Alemanha do início dos anos 20. Os estudantes forneciam os piores matadores e as mais patéticas vítimas.

Um dos estudantes pistoleiros era Fidel Castro. Seu pai tinha vindo da Galícia, de uma família de carlistas de direita, que, como a maioria dos imigrantes espanhóis, odiava os americanos. Trabalhava para a *United Fruit*, adquiriu uma fazenda, prosperou e terminou com dez mil acres e quinhentos trabalhadores. Seu filho, Fidel, tornou-se um estudante profissional político — e parece nunca ter desejado qualquer outra ocupação além da política — e, sendo rico, apoiava os *Ortodoxos* de Chibás. Como ele próprio admitiu, quando era estudante andava armado²⁰. Em 1947, com vinte anos de idade, participou, armado com uma metralhadora, de uma invasão à República Dominicana feita por um "grupo de ação". No ano seguinte, esteve envolvido em estardalhaços atos de violência em Bogotá, durante a Conferência Pan-Americana; dizem que ajudou a organizar os tumultos, nos quais três mil pessoas morreram²¹. No mesmo ano, participou de uma luta armada contra a polícia cubana, e dez dias mais tarde foi acusado de assassinar o ministro dos Esportes. Batista, ouvindo dizer que ele era um gângster político excepcionalmente inteligente, tentou alistá-lo. Castro recusou, alegando "razões de geração". Segundo um estudante de direito, ele era "uma pessoa sedenta de poder, completamente sem princípios, que se juntaria a qualquer grupo que pudesse ajudá-lo na carreira política"²². Mais tarde, afirmaria que sua "vocação" era "ser um revolucionário". Tinha, em suma, os anseios de um Lênin e de um Hitler: estas duas correntes se uniram na sua personalidade violenta. Mas, assim como Perón, copiava o estilo político de prosa do proto-fascista espanhol Primo de Rivera, até adotar os clichês marxistas²³.

A chance de Castro chegou em 1951-52, quando Chibás enlouqueceu e se matou, deixando vazio o papel de "idealista", e quando Batista, numa tentativa de acabar com o gangsterismo, aboliu os partidos e se fez ditador. O "golpe de liberdade" de Batista era popular entre os trabalhadores e ele teria provavelmente restaurado o governo constitucional, como o fizera anteriormente. Mas Castro não lhe deu tempo. Parece ter recebido o golpe como uma chance para começar a verdadeira luta: *La hora es de lucha*, como colocou em sua primeira declaração política. Foi para Sierra com outros 150 pistoleiros. Sua campanha de guerrilha nunca foi muito séria, embora o terrorismo urbano tenha custado muitas vidas. A economia cubana continuou a florescer até 1957. Em sua essência, a batalha por Cuba foi uma campanha de relações públicas, disputada em Nova Iorque e Washington. O principal advogado de Castro era Herbert Matthews, do *New York Times*, que o apresentou como o T. E. Lawrence do Caribe²⁴. Assim como a imprensa de Hearst ajudou a fazer a revolução de 1898, o *Times* patrocinou Castro. Isso balançou o Departamento de Estado. William

Wieland, encarregado dos negócios do Caribe, tinha, até então, a seguinte opinião: “Eu sei que Batista é considerado por muitos um filho da puta... mas os interesses americanos estão em primeiro lugar... pelo menos ele é o nosso filho da puta”²⁵. Agora, Wieland mudava de lado. Earl Smith, nomeado embaixador em Havana, em 1957, recebeu as seguintes instruções: “Você foi designado para Cuba a fim de presidir à queda de Batista. A decisão tomada é a de que Batista deve sair”. Wieland enviou-o a Matthews para receber as instruções. Este lhe disse: “Seria de grande interesse para Cuba... para o mundo... que Batista fosse removido”. Também Roy Rubottom, assistente do secretário de Estado, era pró-Castro, assim como a CIA, em Havana²⁶.

Entretanto, uma vez em Cuba, Smith compreendeu que uma vitória de Castro seria um desastre para a América, e tentou impedi-la. Insistiu em voar para Washington às próprias custas (Rubottom recusou-se a autorizar a viagem paga pelo governo), para realizar uma admonitória entrevista à imprensa, na qual declarou que “o governo americano” nunca conseguiria “fazer negócios com Fidel Castro”, porque ele “não honraria obrigações internacionais”²⁷. A partir desse momento o Departamento de Estado passou a trabalhar pelas suas costas. As trapalhadas, duplicidade e objetivos cruzados lembravam a diplomacia de Roosevelt nos seus piores aspectos e as tentativas de alguns funcionários do Departamento de Estado de sabotar o xá do Irã, em 1979. A 13 de março de 1958, Smith esteve com Batista em seu gabinete — decorado com bustos de Lincoln enfileirados — e ambos chegaram a um acordo em relação à realização de eleições livres e à retirada de Batista, a 24 de fevereiro de 1959. No dia seguinte, sem que Smith o soubesse, Washington tomou a decisão de suspender todas as vendas oficiais de armamentos para Cuba. Uma remessa de rifles Garrand foi sustada nas docas de Nova Iorque. Como os admiradores americanos de Castro continuassem a levantar dinheiro para armá-lo, a América estava agora, a partir do início de 1958, armando só um dos lados: os rebeldes. O embargo de armas americanas foi o ponto decisivo da caminhada de Castro para o poder. Anteriormente, ele nunca chegara a ter mais de trezentos homens. Depois disso, os cubanos, concluindo que os americanos haviam mudado sua política, também trocaram de lado. O apoio a Castro subiu às alturas, a economia afundou. Mesmo assim, Castro nunca teve mais de três mil seguidores. Suas “batalhas” eram exercícios de relações públicas. Na chamada “Batalha de Santa Clara”, suas perdas foram de seis pessoas e, na derrota da ofensiva de verão de 1958 de Batista — o maior combate da “guerra” —, as perdas foram de apenas quarenta. No total, as perdas de Batista foram de apenas trezentas pessoas. Os verdadeiros combatentes foram os anti-Batistas das cidades, dos quais foram mortos de 1.500 a 2.000. A “guerra de guerrilha” foi, em grande parte, apenas propaganda²⁸. Como admitiu “Che” Guevara depois que tudo terminou: “A presença de um jornalista estrangeiro, americano de preferência, era mais importante para nós do que qualquer vitória militar”²⁹. Além da mudança de atitude americana, o moral do regime de Batista foi destruído por bandos armados não-castristas. No último minuto, em novembro de 1958, o governo americano empenhou-se em organizar a sucessão de um governo não-Castro, sem, como de praxe, avisar o seu embaixador³⁰. Mas já era muito tarde. Batista saiu em janeiro de 1959 e Cuba estava à mercê de Castro.

Em que momento Castro se tornou leninista não está claro. Obviamente, estudara cuidadosamente os métodos que Lênin e Hitler empregaram para se tornarem senhores absolutos. Quando assumiu o poder em janeiro de 1959, fez-se

comandante-em-chefe, e a pretexto de ser necessário impedir o ressurgimento do gangsterismo, assegurou para si o monopólio da força. Todas as forças policiais foram postas não sob as ordens do Ministério do Interior, mas sob as suas ordens, e postos-chave da Polícia e do Exército foram rapidamente assumidos por companheiros de guerrilha. O momento crítico ocorreu quando conseguiu que as forças rivais anti-Batista, especialmente o democrático *Directorio Revolucionario*, depusessem as armas³¹. Daí em diante ele poderia fazer o que bem lhe aprouvesse; e fez. O presidente provisório, o juiz Manuel Urrutia, teve de concordar com a exigência de Castro de adiar as eleições por 18 meses, governando por decreto neste ínterim. Essa fora a técnica de Lênin. Um de seus primeiros decretos aboliu todos os partidos políticos, ato que explicou pelo jornal *Revolución*: “Homens dignos que pertencem a partidos políticos definidos já obtiveram cargos no governo provisório... Os outros... ficariam melhor em silêncio” (7 de janeiro de 1959). Esse era o toque de Hitler. Também o era o decreto de 7 de fevereiro, descrito como “uma lei fundamental da república”, investindo o gabinete de poder legislativo — o equivalente à *Enabling Law* de Hitler. Imediatamente depois, Castro assumiu a função de primeiro-ministro, banindo o presidente das reuniões ministeriais³². Assim, dentro de poucas semanas, após a tomada do poder, os liberais e democratas tinham sido efetivamente excluídos do poder. O gabinete era o Politburo; e, dentro dele, graças às suas relações e amizades, Castro era o ditador, exatamente como o fora Batista. Mas Batista tinha a virtude de gostar de dinheiro tanto quanto de poder. Castro só queria o poder.

Castro já estava conduzindo cortes marciais de expurgo para matar seus inimigos. O primeiro ato óbvio de tirania aconteceu a 3 de março de 1959, depois que 44 homens da Força Aérea de Batista, acusados de “crimes de guerra”, foram absolvidos, numa corte de Santiago, por falta de provas. Castro imediatamente anunciou na TV que o julgamento tinha sido um erro. Haveria um outro. O presidente da corte foi encontrado morto. Uma pessoa da confiança de Castro foi nomeada para o cargo. Os homens foram julgados de novo e sentenciados a vinte e trinta anos de prisão. Castro anunciou: “A Justiça Revolucionária não é baseada em preceitos legais e sim na convicção moral”. Foi o fim do Estado de direito em Cuba³³. Quando Grau perguntou quando seriam realizadas as eleições, Castro respondeu que seriam no momento em que a reforma agrária estivesse concluída, quando todas as crianças pudessem ir à escola e pudessem ler e escrever, quando todos tivessem acesso à medicina e aos médicos. Em resumo, nunca. Ele se livrou de Urrutia com a Lei da Reforma Agrária, no verão de 1959. O presidente fugiu para a Embaixada da Venezuela e depois para fora do país.

O movimento em direção à Rússia soviética começou ao mesmo tempo. A verdade é que Cuba teve e tem uma economia dependente. Se não se podia aceitar a América como protetora, outro grande poder deveria desempenhar esse papel. A América era inaceitável, no sentido de que Castro, da mesma maneira que outros ditadores do Terceiro Mundo, precisava de um inimigo. Depois que Batista se foi, esse inimigo tinha de ser a América. E tendo a América como inimiga, precisava de um aliado; tinha de ser a Rússia soviética. Tendo a Rússia como aliada e, a partir de meados de 1959, como tesoureira, a ideologia de Castro tinha de ser marxista, o que muito se adequava ao seu tipo de autocracia doméstica de esquerda fascista. Castro nunca foi um dirigente marxista-leninista ortodoxo, pois governava não apenas por intermédio de comitês secretos, mas por intermédio da oratória pública, na tradição de Mussolini, Hitler e Perón. Mas na segunda metade de 1959 assinou um pacto com

Metistoleles a fim de obter armas soviéticas, consultores e assistência da KGB para organizar os serviços de segurança. Estava amarrado. A partir de então bastava um cubano emitir qualquer opinião anticomunista, para que fosse preso. Ao mesmo tempo começaram as primeiras matanças dos inimigos de Castro, com a morte misteriosa do comandante-em-chefe militar, Camilo Cienfuegos. Processos de expurgo de velhos associados de Castro, tais como Hubert Matos, que não aceitavam seu sistema totalitário, começaram em dezembro de 1959. No fim desse ano, Cuba era uma ditadura comunista³⁴.

Para uma ilha distante apenas quarenta milhas da América, transformar-se abruptamente de aliada dependente em satélite soviético era em si um momento grave na balança mundial de poder, especialmente porque o próprio Castro, num manifesto de quatro mil palavras, publicado em 1957, declarara abertamente que, uma vez no poder, conduziria uma política externa ativa contra "outros ditadores do Caribe"³⁵. A América, se quisesse, estaria no seu direito de reverter esse quadro por qualquer meio, inclusive à força. Talvez a melhor analogia fosse a neutra Finlândia, cujas políticas externa e de defesa, por causa da proximidade com a Rússia, estavam sujeitas ao veto soviético. Mas no fim de 1959, Dulles havia morrido e Eisenhower era um presidente ultrapassado, que não disputaria a reeleição. Nada foi feito de definitivo, embora muitos planos fossem avaliados. Quando Kennedy tomou posse, no início de 1961, encontrou uma proposta, apoiada pela CIA e pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, no sentido de que 12.000 exilados cubanos armados, conhecidos como o Corpo de Libertação Cubano, desembarcassem na baía dos Porcos, em Cuba, e detonassem um levante popular contra Castro. É difícil acreditar que o astuto e experimentado Eisenhower tivesse consentido na aprovação final do projeto. Este tinha todas as desvantagens de envolver a América moral e politicamente (os dois primeiros a desembarcar em terra firme eram operadores da CIA)³⁶ e nenhuma das vantagens reais da participação americana naval e aérea. Fraca e ingenuamente, Kennedy permitiu que se executasse o plano a 17 de abril. Foi um fiasco. Ou a invasão teria um total apoio americano ou então deveria ser abandonada. Esse foi o instinto de Kennedy. Como disse para seu irmão Robert, "melhor seria ser chamado de agressor do que de vagabundo"³⁷. Mas neste caso faltou-lhe resolução; com seus erros políticos e militares, na Baía dos Porcos ressoaram inquietantes ecos da desventura de Eden em Suez³⁸. Para Cuba foi um desastre, pois deu a Castro a oportunidade de lançar uma campanha de terror contra a oposição. A maioria dos que já estavam sob custódia foram fuzilados. Talvez cerca de cem mil foram presos. Aí estavam incluídos os verdadeiros resistentes clandestinos, a maioria dos 2.500 agentes da CIA e 20.000 contra-revolucionários simpatizantes³⁹. A 1ª de maio, Castro anunciou que Cuba era um Estado socialista. Não haveria mais eleições: haverá, disse ele, uma eleição diária em Cuba, já que o regime exprime a vontade do povo⁴⁰.

A opinião americana, ultrajada pelo fracasso da Baía dos Porcos, teria apoiado uma intervenção direta em Cuba. Um político influente nas decisões, Chester Bowles, achava que uma decisão de Kennedy "de enviar tropas ou lançar bombas ou o que fosse... teria a aprovação de pelo menos 90% do povo". Richard Nixon, consultado, disse ao presidente: "Eu tentaria encontrar uma saída legal e iria em frente"⁴¹. Mas a Administração tremeu diante da idéia. O secretário de Defesa, Robert McNamara, admitiu: "Nós estávamos histéricos a respeito de Castro, desde a época da Baía dos Porcos"⁴². Em diversas ocasiões, houve planos de usar gângsteres para atacar funcionários cubanos, espalhar boatos de que Castro era o Anticristo e

o Juízo Final iminente, lançar de submarinos foguetes para atacar, com produtos químicos não-letais, os plantadores de cana-de-açúcar, usar sais de tálio para fazer cair a barba de Castro, impregnar seus charutos com o mortal bacilo botúlico ou com produtos químicos, a fim de desorientá-lo, dar cápsulas de veneno à sua amante, Marie Lorenz, usar sob contrato gângsteres cubano-americanos para assassiná-lo, dar-lhe uma roupa de mergulho impregnada com bacilo da tuberculose e com um fungo de pele, e colocar uma concha rara na qual seria inserida um dispositivo com explosivo no local em que ele mergulhava. Richard Helms, nomeado chefe da CIA por Kennedy, testemunhou mais tarde:

A política do momento consistia em livrar-se de Castro, e matá-lo era uma das coisas a serem feitas ... Nós acreditávamos estar agindo bem dentro das linhas pré-fixadas... Ninguém queria desconcertar o presidente... com a discussão, em sua presença, do assassinato de líderes estrangeiros⁴³.

Nenhum desses planos loucos resultou em algo. Incidentalmente, foi Khrushchev quem ensejou a Kennedy resolver o problema cubano. Também Khrushchev tinha seu "*missile gap*", real ou imaginário. Se colocasse mísseis de alcance médio em Cuba, alteraria drasticamente a equação nuclear estratégica a favor da Rússia; e, praticamente, sem custo extra. Uma vez os mísseis instalados e adequadamente defendidos, não poderiam ser atacados sem guerra nuclear, assegurando assim a inviolabilidade do regime de Castro — Khrushchev estava, ao que parece, com medo de "perder" Cuba para a América e ser culpabilizado pelos companheiros. Segundo relato de Castro, feito a dois jornalistas franceses, a "idéia inicial era dos russos e só deles... Não era para assegurar a nossa própria defesa, mas principalmente para fortalecer o socialismo no plano internacional". Castro declarou que finalmente concordou, porque "para nós era impossível não compartilhar dos riscos que a União Soviética estava assumindo para nos salvar... Em última análise, tratava-se de uma questão de honra"⁴⁴.

Na verdade, não era a honra que estava em questão. Para a Rússia, o custo de sustentação da economia cubana e o financiamento dos planos ambiciosos de Castro estavam subindo rapidamente, e Castro não tinha alternativa senão, em troca, oferecer sua ilha como base de mísseis. Também achava que o regime — mas não o povo cubano — estaria mais seguro com os mísseis do que sem eles. O plano era tão doido quanto a aventura da Baía dos Porcos, e infinitamente mais perigoso. Castro afirmava que Khrushchev se vangloriava de ter dado um passo que Stálin jamais ousaria dar. Anastas Mikoyan, nas instruções secretas aos diplomatas soviéticos em Washington, declarou que o plano estava destinado a alcançar "uma mudança definitiva na relação de poder entre os mundos socialistas e capitalista"⁴⁵. O que tornou essa aventura ainda mais irresponsável foi o fato de Khrushchev ter mentido deliberadamente a Kennedy. Ele admitiu que a Rússia estava armando Castro e assegurou secretamente que só seriam instalados mísseis de curto alcance, de terra para o ar. Em nenhuma circunstância seriam enviados mísseis estratégicos de longo alcance. Na verdade, ele enviou 42 de médio alcance, mísseis nucleares de 1.100 milhas, e 24 mísseis de 2.200 milhas (estes últimos nunca chegaram), juntamente com 24 grupos de mísseis antiaéreos SAM e 22.000 soldados e técnicos soviéticos.

Nunca houve qualquer possibilidade de esconder, da observação aérea americana, essa atividade e sua verdadeira natureza. Os locais foram fotografados por um

avião U-2, a 15 de outubro. Ficou claro que, em dezembro, pelo menos cinquenta mísseis estratégicos seriam distribuídos, armados com dispositivos nucleares e fortemente protegidos, a poucas milhas do território americano. A partir de 16 de outubro, a Administração começou a discutir as medidas a serem tomadas. Ela ficou dividida entre “Gaviões” e “Pombos”, como passaram a ser chamados. Os Gaviões foram liderados por Dean Acheson, que foi trazido para o debate secreto, que advogou, segundo suas próprias palavras, “eliminar decisivamente as bases de mísseis com um ataque aéreo”, sem qualquer advertência. Os Pombos, liderados por Robert Kennedy e Robert McNamara, deploraram a idéia de um “Pearl Harbor ao inverso”, que certamente mataria “muitos milhares” de russos, assim como civis cubanos — os chefes do Estado-Maior calcularam que seriam necessárias oitocentas investidas. Moscou, argumentou McNamara, seria obrigada a reagir com a maior flexibilidade. Em tal caso, os Estados Unidos perderiam o controle da situação, o que poderia detonar uma guerra generalizada”. Em lugar de um ataque, ele sugeriu um bloqueio ou (para empregar um termo mais sutil, usado por Roosevelt em relação ao Japão) uma “quarentena”, que daria à Rússia a oportunidade de recuar sem perder muito o prestígio⁴⁶.

O presidente Kennedy oscilava de um lado para o outro. Deu ordens para que os preparativos do ataque aéreo prosseguissem, mas finalmente optou pela quarentena e anunciou-a publicamente a 22 de outubro, dando um prazo limite de dois dias para então iniciar o bloqueio. Esse prazo foi imposto porque, a 23 de outubro, quatro das seis bases de mísseis de médio alcance já estavam em fase de operacionalização, e era essencial impedir que os russos comessem a trabalhar nesses locais, acobertados por adiamentos diplomáticos. A 24 de outubro, os navios de carga soviéticos que transportavam os mísseis se aproximaram da linha de quarentena e pararam. Mas ainda restava a retirada dos mísseis já instalados. Assim sendo, no dia seguinte, o presidente Kennedy telegrafou a Khruchchev pedindo “uma restauração da situação anterior” (isto é, retirada dos mísseis). Khruchchev mandou duas respostas. A primeira, a 26 de outubro, indicava aquiescência em troca do compromisso americano de não invadir Cuba. A segunda, no dia seguinte, pleiteava outra concessão americana: retirada dos mísseis americanos de médio alcance da Turquia. Kennedy ignorou a segunda carta e aceitou o acordo de não-invasão proposto na primeira. Foi assim que Khruchchev concordou em retirar os mísseis a 28 de outubro⁴⁷.

O tratamento que o presidente Kennedy deu à crise dos mísseis foi muito elogiado na época e por alguns anos subsequentes. Khruchchev foi acusado pelos próprios companheiros. Quando o *Presidium* Soviético o demitiu, em outubro de 1964, referiu-se a “planejamento irresponsável, conclusões precipitadas, decisões temerárias e ações baseadas em desejos próprios nem sempre fundamentados”⁴⁸. Não há dúvida de que o mundo havia chegado perto de uma guerra nuclear em grande escala. A 22 de outubro, todas as tripulações de mísseis estavam sob “alerta máximo”. Cerca de 88 B-47, 550 B-52 e 70 B-58 estavam preparados, com os compartimentos de bombas fechados, prontos para uma decolagem imediata de pontos diversos. No Atlântico, havia 90 B-52 com carregamento de bombas de multi-megatons. Ogivas nucleares foram ativadas em cem mísseis Atlas, em cinquenta Titãs e 12 Minuteman, assim como nos porta-aviões americanos, submarinos e bases de além-mar. Todos os comandos estavam em estado de Defcon-2, o mais alto estágio de prontidão, o mais próximo da guerra⁴⁹. Robert Kennedy falava de “sessenta milhões de americanos mortos e outros tantos russos, ou mais”. O próprio Khruchchev afirmava que,

discutindo com os militares, advertiu-os sobre a possibilidade de “quinhentos milhões de seres humanos mortos”⁵⁰. Ele assumiu um gigantesco risco, mas retrocedeu no último momento, quando o seu blefe foi desmascarado. Castro, que não fora consultado sobre a retirada, ficou furioso quando recebeu a notícia. Segundo “Che” Guevara, que estava presente, ele xingou, deu pontapés nas paredes e estilhaçou um espelho⁵¹. Mais de uma década depois, entretanto, ele disse a George McGovern: “Eu teria adotado uma linha mais dura do que Khruchchev. Fiquei furioso quando ele cedeu. Mas Khruchchev era mais velho e mais experiente. Vejo, em retrospecto, que ele chegou a um acordo correto com Kennedy. Se a minha posição tivesse prevalecido, poderia ter acontecido uma guerra terrível”⁵².

De fato, tanto Castro quanto a Rússia se saíram muito bem diante da atitude temerária de Khruchchev. Antes que a Rússia começasse a armar Cuba em grande escala, em setembro de 1962, Castro era um alvo fácil para a intervenção americana. Nenhum presidente americano governou sob quaisquer restrições legais para controlar o perigo. Se considerada corretamente, a instalação de mísseis estratégicos decidida por Khruchchev era equivalente a um sério ato de agressão. Quando Kennedy desmascarou o blefe de Khruchchev, a Rússia ficou em desvantagem. De Gaulle percebeu com exatidão que a Rússia não tinha alternativa senão a de recuar na totalidade. O próprio Khruchchev admitiu isso: “Cuba estava distante 11.000 km da União Soviética. Nossas comunicações navais e aéreas eram tão precárias que um ataque contra os Estados Unidos era impensável”⁵³. A crise dos mísseis aconteceu numa época em que a equação nuclear estratégica ainda pendia fortemente a favor da América, e num teatro onde a América levava uma esmagadora vantagem em força convencional. Kennedy estava, então, em posição de exigir a restauração absoluta do *status quo ante*. Poderia ter ido mais longe: poderia ter insistido numa punição — a aceitação soviética de uma Cuba neutra e desarmada: a analogia finlandesa. Como observou Dean Acheson corretamente: “Enquanto nós tínhamos o parafuso em Khruchchev, deveríamos ter-lhe dado uma volta todos os dias”⁵⁴.

Em vez disso, Kennedy, obtendo uma vitória nas relações públicas, premiou o agressivo ato soviético com duas concessões substanciais. A menor delas foi a retirada dos mísseis Júpiter, por estarem pretensamente obsoletos⁵⁵. Muito mais grave, entretanto, foi a aquiescência de Kennedy na continuação de um regime comunista em Cuba, em aliança militar aberta com a Rússia soviética⁵⁶. Na questão prática de segurança de Cuba e do Caribe, Kennedy perdeu a crise dos mísseis. Foi uma derrota americana: a pior que sofreu na Guerra Fria.

Assim, numa área que, por qualquer definição, era vital para os interesses americanos, Castro sobreviveu para se tornar, por um quarto de século, seu mais persistente e bem-sucedido inimigo; para exportar a revolução para a América do Sul nos anos 60 e, com mais sucesso ainda, para a América Central, no fim dos anos 70 e início dos 80; para vilipendiar o “imperialismo” americano sistematicamente nas reuniões do Terceiro Mundo, enquanto posava como um país “não-alinhado”; e, em 1970, para enviar nada menos do que três forças expedicionárias para a África, como executantes da política soviética. Com incrível audácia, Castro se colocou na posição de defensor dos oprimidos nos próprios Estados Unidos e foi premiado pela adulação de um segmento da opinião progressista americana. Para Saul Landau, Castro estava “impregnado de democracia”; para Leo Huberman e Paul Sweezy, era um “humanitário apaixonado”; e outros visitantes testemunharam seu “conhecimento enciclopédico”. Castro lembrava-lhes “a conexão entre socialismo e cristianismo”. Ele era “de

lala mansa, tímido, sensível” e, ao mesmo tempo, vigoroso, belo, informal, não-dogmático, aberto, humano, estupendamente acessível e caloroso. Para Norman Mailer, ele era “o primeiro e maior herói a aparecer no mundo, desde a Segunda Guerra Mundial”. Quando Castro fica em pé, escreveu Abbie Hoffman, “é como um poderoso pênis ganhando vida, e, sendo ele alto e ereto, a multidão imediatamente se transforma”⁵⁷. Grande parte das fantasias liberais ocidentais, que uma vez se teceram em torno de Stálin, foram transferidas para Castro. Quando, eventualmente, Mao caiu no desagrado público, deixou Castro na posição de último líder carismático do mundo totalitário.

Os cubanos comuns, em contrapartida, votavam com a própria cabeça e seus motores de popa: só nos anos 60, mais de um milhão de pessoas fugiram de Castro. Em torno de 1980, ano em que mais 150.000 refugiados políticos vieram se somar ao total, cerca de um quinto da população estava vivendo no exílio, a maioria nos Estados Unidos. Em 1981, calculou-se que, desde que Castro tomou o poder, Cuba registrou um índice de crescimento anual *per capita* de menos de 1,2%; de um país dos mais ricos da América Latina transformou-se no mais pobre, com uma renda nacional de apenas US\$180 *per capita*, mais baixa que a dos vizinhos Jamaica, República Dominicana, Colômbia e México; finalmente, com uma força armada de duzentos mil homens (um quarto no exterior em serviço ativo), era a maior potência militar na América Latina, com exceção do Brasil — na verdade, *per capita*, provavelmente tinha mais homens armados do que qualquer país no mundo⁵⁸. Essa foi a obra de Castro e o legado de Kennedy.

A maneira pela qual o presidente Kennedy conduziu os problemas concernentes a Cuba sugeria uma imperfeita compreensão dos interesses vitais americanos e um fracasso na distinção entre imagem e realidade. Essas fraquezas, características da abordagem política de relações públicas de Kennedy, foram reveladas em outras áreas, notadamente no programa espacial e no Viet-Nam. Com a ajuda de cientistas alemães capturados, a Rússia soviética dera a mais alta prioridade (paralelamente ao próprio programa nuclear) aos foguetes pesados de longo alcance. As recompensas começaram a surgir no fim dos anos 50. A 4 de outubro de 1957, os americanos ficaram perplexos quando a Rússia colocou em órbita o Sputnik 1, um satélite pesando 184 libras. No ano seguinte, seguiu-se um muito maior, de 1.120 libras, com a cachorra Laika no seu bojo. O primeiro satélite americano, Explorer 1, somente entrou em órbita a 31 de janeiro de 1958, e pesava apenas trinta libras. Ouviu-se um general americano dizer: “Nós capturamos os generais errados”. Na realidade, a América também estava construindo grandes foguetes, incluindo o enorme foguete do Exército, Saturno, desenvolvido por Werner von Braun, em Huntsville, Alabama. Igualmente importante foi o progresso americano na miniaturização, o que explica a maior prontidão dos americanos em aprovar cápsulas de precisão leves⁵⁹. Tudo era uma questão de objetivos, prioridades e finanças. Eisenhower, justamente porque era obcecado pela pujança da economia americana, não investiria pesadamente em projetos espaciais, além das necessidades pragmáticas do programa de defesa. Opunha-se inteiramente a aventuras espaciais luxuosas que tivessem como único propósito o “prestígio”, palavra que ele detestava. Não deu a menor importância ao pânico pós-Sputnik.

Com Kennedy, as prioridades mudaram completamente. Seu vice-presidente, o texano Lyndon Johnson, que foi colocado à frente do programa espacial, gostava de gastar e tinha muitas conexões no mundo dos negócios aeroespaciais. Escolheu

James Webb, um consciencioso homem de negócios da publicidade, para diretor da Administração Espacial e Aeronáutica Nacional. A 12 de abril de 1961, menos de três meses depois da posse de Kennedy, a Rússia lançou o primeiro homem, Yuri Gagarin, em órbita, passando à frente dos americanos cerca de quatro semanas. Temos um vívido registro de um encontro frenético que Kennedy promoveu dois dias mais tarde na Casa Branca, esbravejando:

Há algum lugar onde possamos superá-los? Podemos chegar à Lua antes deles? Podemos colocar um homem na Lua antes deles?... Podemos ultrapassá-los?... Se alguém pudesse me dizer como conseguir alcançá-los! Vamos encontrar alguém, qualquer um. Não me importo que seja o porteiro ali adiante, se ele souber como fazer isso⁶⁰.

Três dias depois aconteceu o desastre da Baía dos Porcos e, a 19 de abril, um severo Kennedy convocou Johnson para uma sessão de quarenta e cinco minutos, seguida de exaltadas diretivas de governo (20 de abril de 1961) e uma ordem para que seu vice examinasse se: “Temos alguma chance de derrotar os soviéticos colocando um laboratório no espaço? Ou fazendo uma viagem ao redor da Lua? Ou aterrissando um foguete na Lua? Ou mandando à Lua um foguete tripulado por um homem, que retornasse à Terra? Há algum outro programa espacial que nos prometa resultados dramáticos e com o qual possamos vencer?”⁶¹. O palavreado era característico: “derrotar”, “resultados dramáticos”, “vencer”.

De certa forma Kennedy era um esportista profissional, muito mais um propagandista e agente de publicidade político do que um estadista. Em maio, comprometeu publicamente a América no programa Apolo, com o objetivo de aterrissar na Lua uma espaçonave dirigida pelo homem, “antes do fim da década”. Foi um projeto típico da ilusão dos anos 60, com desprezo pelas finanças e a suposição de que os recursos eram ilimitados. O programa começou a funcionar em 1963 e, nos dez anos seguintes, a América estava gastando US\$5 bilhões por ano no programa espacial. Claro que o objetivo foi alcançado. A 20 de julho de 1961, o Apolo-11 aterrissou Neil Armstrong e Edwin Aldrin na Lua. Houve mais quatro aterrissagens na Lua até 1972, quando o programa foi desaparecendo. Nesse momento, a Rússia e a América já haviam lançado mais de 1.200 satélites e sondas espaciais a um custo total de aproximadamente US\$100 bilhões. Nas condições mais austeras de meados dos anos 70, o esforço espacial desviou-se da propaganda para o pragmatismo — para laboratórios espaciais e pontes espaciais. Em 1981, a NASA criou o primeiro genuíno navio espacial, enquanto os russos desenvolviam um cargueiro de 300 pés, capaz de carregar 220.000 libras numa órbita terrestre baixa. A era de exibição teatral da viagem espacial estava terminada.

Ao lançar os Estados Unidos na corrida lunar para reafirmar prestígio e liderança na tecnologia, o presidente Kennedy estava, na verdade, procurando uma área onde pudesse obter um retumbante sucesso com sua política externa, especialmente depois da humilhação da Baía dos Porcos. Um membro do Conselho Nacional de Segurança aconselhou-o: “É muito importante que o governo tenha uma vitória significativa anticomunista a seu crédito... aqui [Viet-Nam] a superioridade ainda é nossa”. A 1^a de maio de 1961, duas semanas depois da Baía dos Porcos, o Departamento de Defesa produziu um relatório delineando como o Viet-Nam poderia ser “salvo”; onze dias mais tarde, Kennedy aprovou o plano, no Memorando

52 do Conselho Nacional de Segurança, que autorizava várias ações com o fim de alcançar um objetivo claramente determinado, “para impedir o domínio comunista no Viet-Nam do Sul”. No mês seguinte, depois da Conferência de Cúpula em Viena, com Khruchtchev, Kennedy disse a um jornalista: “O problema que temos agora é dar credibilidade a nosso poder, e parece que o Viet-Nam é o lugar”⁶².

Entretanto, as culpas que recaíam sobre Kennedy por envolver a América no Viet-Nam só em parte são merecidas. Ele herdou uma crise. Imediatamente após sua posse, recebeu um relatório escrito por Edward Lansdale (o agente da CIA retratado por Graham Greene no romance de 1956, *The Quiet American*), que advertia sobre a situação em Saigon, em rápida deterioração. Ele ainda comentava: “Essa é a pior situação que já tivemos, não é?”⁶³. A guerra na Indochina, começada logo depois do colapso da ocupação japonesa e prolongada até os anos 80, foi cercada de mais mitologia do que qualquer outro acontecimento do pós-guerra. Era suficientemente complicada para desconcertar qualquer estadista ocidental, tal como eventualmente desconcertou os chineses. Cada presidente americano contribuiu com sua quota de erros. Roosevelt, nada entendendo a respeito, ofereceu o país à China. Imediatamente depois de sua morte, os fervorosos anticolonialistas da Agência de Serviços Estratégicos (a precursora da CIA) se empenharam em criar um regime nacionalista de esquerda. Três semanas depois da capitulação japonesa, o líder comunista Ho Chi Minh, patrocinado pela OSS (Office Strategic Services, Agência de Serviços Estratégicos), montou um golpe, conhecido como a “Revolução de Agosto”, que expulsou o abdicante imperador do Viet-Nam. O homem que na verdade coroou Ho como o novo governante foi um agente da OSS, Archimedes Patti⁶⁴.

É importante compreender que a América nunca teve qualquer ambição territorial na Indochina, seja para uma base, seja para qualquer outro fim. Mas sua política era normalmente atrapalhada e invariavelmente indecisa. Na primeira fase, foi inteiramente orientada para a Europa. Truman, ao tomar posse, foi advertido de que a Indochina era secundária no tocante à necessidade absoluta de sustentar a França como poder estabilizador na Europa e ajudá-la, “moral assim como fisicamente, a recuperar sua força e influência”⁶⁵. Para se sentir outra vez confiante, a França precisava ter de volta o império da Indochina (ou era este o argumento); e, em dezembro de 1946, os franceses empurraram Ho para a selva e trouxeram de volta de Hong Kong o imperador Bao Dai. Relutantemente, os americanos concordaram que os franceses criassem três nações satélites: Laos, Camboja e Viet-Nam, e as reconheceram como Estados independentes, dentro da União Francesa, a 7 de fevereiro de 1950. Na mesma ocasião, a Rússia e a China reconheceram o regime de Ho. Foi nesse momento que a luta se tornou internacional. Choveram armas da China e da Rússia. Em maio, a América fez o mesmo, e, com o início da Guerra da Coreia no mês seguinte, o programa de ajuda americano acelerou-se rapidamente. Em 1951, foram US\$21,8 milhões para a economia e US\$425,7 milhões em assistência militar. No ano seguinte, a ajuda militar tinha chegado a mais de meio bilhão de dólares: 40% dos custos franceses. Dean Acheson foi avisado, por um funcionário do Departamento de Estado, de que a América estava “chegando a um ponto na Indochina” em que “as nossas responsabilidades tendem mais a suplantar do que a complementar as dos franceses”. Mas Acheson decidiu que já que “metemos as mãos à obra, não mais olharemos para trás”. Argumentava que a situação na Europa era muito perigosa para a América pensar em abandonar a França no Oriente⁶⁶. Em 1953-54, a América estava pagando 80% do esforço de guerra francês.

Então, a 8 de maio de 1954, a fortaleza em Dien Bien Phu entregou-se. A derrota aconteceu por causa da escalada inesperada de assistência armada que então estava sendo fornecida pela Rússia e pela China para as forças de Ho. Os franceses pediram participação direta da Força Aérea americana e, quando foi recusada, formaram um novo governo sob a presidência de Pierre Mendès-France para negociar a retirada francesa e um acordo político. O cessar-fogo, assinado em Genebra, em julho, fixava a divisão do país no paralelo 17, destinando aos comunistas o norte, aos ocidentais o resto, e determinava que a unificação seria resolvida por eleições dentro de dois anos, sob a supervisão de uma Comissão de Controle Internacional.

Foi nesse ponto que o habitual bom senso de Eisenhower falhou: pode-se até afirmar que foi mais responsável pela confusão eventual no Viet-Nam do que qualquer outro americano. Ele deveria ter assinado os acordos, obrigando o *premier* do Sul, Ngo Dinh Diem, a mantê-los. É possível que Ho tivesse vencido as eleições livres, tornando-se o governante de um país comunista unificado. Seria isso um desastre para a América? Mesmo Acheson, em seu famoso discurso do “perímetro”, datado de janeiro de 1950, não considerara que um governo não-comunista na Indochina fosse essencial para a segurança da América⁶⁷. George Kennan, num memorando datado de 21 de agosto de 1950, argumentava que era “preferível permitir às turbulentas correntes políticas desse país encontrarem seu próprio nível... mesmo provavelmente às custas de um eventual acordo entre o Viet-Nam e o Vietminh, e com a disseminação da autoridade Vietminh em todo o país”⁶⁸. Era essa a opinião de Eisenhower. Declarou ele que não poderia “conceber uma tragédia maior para a América do que se envolver definitivamente”. “Não haverá envolvimento”, ele repetia. Se a América consentisse nisso, tal fato só seria possível com a concordância dos principais aliados e com a explícita aprovação constitucional do Congresso. Analisou detidamente o problema com os chefes de Estado-Maior e obteve deles a garantia (maio de 1954) de que a “Indochina é desprovida de objetivos militares decisivos e a locação de Forças Armadas americanas nessa área, além das já existentes, seria um sério desvio das limitadas possibilidades americanas”⁶⁹.

Mas Eisenhower estava dividido. Popularizou a teoria de que, se o Viet-Nam fosse “perdido”, a Indochina inteira desapareceria nas mãos dos comunistas; e se a Indochina fosse engolida, outros países do Sudeste Asiático seguiriam o mesmo caminho. Ele falava de uma “rolha de garrafa”, uma “reação em cadeia” e “queda dos dominós”⁷⁰. Não apenas se recusou a assinar os Acordos de Genebra, mas concordou com a recusa de Diem de se submeter ao teste de eleições livres. Isto representou um fundamental afastamento da política global americana na Guerra Fria, uma política que sempre se baseou na asserção de que um conflito entre o Ocidente e o Oriente deveria ser decidido não pela força das armas mas pelo teste de eleições honestas. Foi permitido a Diem fugir desse princípio básico, o qual, na verdade, foi, pela primeira vez, recompensado pela assistência militar e econômica americana, diretamente e não mais por intermédio da França. Assim, foi Eisenhower quem cometeu o pecado original da América no Viet-Nam. Na falta de eleições gerais e unificadoras, apareceu em 1957 o Vietcong, e uma nova guerra começou no Sul. Eisenhower transformou a América numa das parceiras dessa guerra, afirmando, em sua última mais importante declaração sobre o assunto (4 de abril de 1959): “A perda do Viet-Nam do Sul desencadearia um processo de desmoronamento que teria, à medida que progredisse, graves conseqüências para nós e para a liberdade”⁷¹.

Quando Kennedy chegou a Casa Branca, o Viet-Nam já era um dos maiores e mais caros compromissos da América. É difícil compreender por que ele não tentou voltar aos Acordos de Genebra e realizar eleições livres unificadoras. Em Paris, a 31 de maio de 1961, de Gaulle insistiu com ele para se desengajar com urgência: “Eu preannuncio que o senhor se afundará, passo a passo, no atoleiro, sem fundo, militar e político”⁷². Entretanto, em novembro desse mesmo ano, Kennedy autorizou o envio para o Viet-Nam dos primeiros sete mil soldados americanos para “segurança de base”. O general Maxwell Taylor, que recomendou esse passo, advertiu-o de que, se as coisas piorassem, “seria difícil resistir à pressão de reforçar” e de que “não haveria limite para o nosso possível compromisso”⁷³. O próprio Kennedy compartilhava dessa apreensão. Disse ao colega Arthur Schlesinger: “As tropas marcharão; as bandas tocarão, as multidões aplaudirão: e em quatro dias todos já terão esquecido. Depois nos dirão que devemos enviar mais tropas. É como tomar um drinque, o efeito desaparece e você tem de tomar outro”⁷⁴. Foi uma previsão acurada. O instinto de Kennedy lhe dizia para ou se manter fora ou chegar ao ponto crítico de um ataque americano direto sobre Hanói. Uma invasão americana ao Norte, que seria vitoriosa nesse estágio, teria, pelo menos, o mérito de atrasar o relógio a 1954 e aos Acordos de Genebra. Não poderia haver objeção moral fundamental a esse rumo, já que em 1961 o Norte havia efetivamente invadido o Sul. Deve-se sempre ter em mente, ao analisar a longa tragédia da Indochina, que a determinação de Ho, de seus companheiros e sucessores, de dominar o país inteiro, inclusive o Laos e o Camboja, é que foi, a partir de 1945, a principal dinâmica da luta e a causa última de todo o derramamento de sangue. Os erros da América eram meramente um fator de contribuição. Apesar de tudo, eram erros sérios. Não querendo abandonar o país a seu destino, Kennedy resolveu-se por um acordo inauspicioso, no qual seria concedida ajuda militar, em volume crescente mas nunca decisivo, a um governo-cliente que ele não podia controlar. Diem era de longe o mais capaz dos líderes vietnamitas e tinha o grande mérito de ser um civil. Lyndon Johnson, então vice-presidente, denominou-o, com algum exagero, “o Churchill do Sudeste Asiático”, e disse a um jornalista: “Merda, cara, ele é o único homem que temos por lá”⁷⁵. Mas Kennedy, exasperado pelo fracasso em conseguir um estrondoso sucesso no Viet-Nam, culpou o agente em vez da política. No outono de 1963, autorizou secretamente o apoio americano para um golpe anti-Diem. Esse golpe aconteceu a 1º de novembro, com o assassinato de Diem e os subornos de US\$42.000 distribuídos pela CIA aos soldados que montaram a junta militar. Foi este o segundo grande pecado da América: “o pior erro que jamais cometemos”, como declarou Lyndon Johnson⁷⁶. Três semanas mais tarde, o próprio Kennedy foi assassinado e Johnson era o presidente.

Johnson não foi mais decidido que Kennedy, cuja política de conciliação ele continuou de maneira irresoluta, até agosto de 1964, quando o Viet-Nam do Norte atacou os destróieres americanos no golfo de Tonkin. Não há provas, como foi mais tarde alegado, de que o incidente tivesse sido arquitetado para lançar a América cada vez mais fundo na guerra⁷⁷. Na verdade, Johnson estava muito relutante em fazer uma escalada: estava entrando numa campanha presidencial com uma plataforma de paz contra o republicano Barry Goldwater, que queria usar armas nucleares, se necessário, para vencer a guerra. Mas o Congresso, por esmagadora maioria (de todos os 535 membros de ambas as casas, só os senadores Wayne Morse e Ernest Gruening votaram contra) votou a favor da resolução, que se tornou conhecida como a “Resolução do golfo de Tonkin”, pela qual se autorizava o presidente a tomar

medidas vigorosas para proteger as forças americanas. O senador William Fulbright, na época um partidário da guerra, que conduziu a moção através do Senado, disse que ela dava a Johnson o direito de entrar em guerra sem qualquer outra autorização. Johnson não lançou mão desse direito por quase seis meses. Então, tendo conseguido uma esmagadora vitória eleitoral com uma plataforma antiescalada, comportou-se como seus antecessores Wilson e Roosevelt, fazendo o oposto do que pregara. Em fevereiro de 1965, depois de pesadas perdas americanas, num ataque vietcongue contra um quartel, ordenou o bombardeio do Norte⁷⁸.

Foi este o terceiro erro crítico americano. Tendo-se envolvido, era de se esperar que a América seguisse a lógica de sua posição e reagisse à agressão ocupando o Norte. Bombardear foi uma solução fraca, muito característica da falta de resolução que atormentou a política americana durante toda a tragédia. Uma vez que os aviões de Da Nang começaram a bombardear o Norte, era preciso dar proteção à base: assim, a 8 de março, 3.500 fuzileiros navais desembarcaram em Da Nang. O efetivo das tropas subiu para 82.000 em abril. Em junho, chegou um pedido para mais 44 batalhões. A 28 de julho, Johnson anunciou: “Hoje, ordenei que fossem enviados ao Viet-Nam a Divisão Aeromóvel e outras forças que elevarão nosso poder de fogo... para 125.000 homens, quase de imediato. Mais tarde, as forças adicionais necessárias serão enviadas quando solicitadas”⁷⁹. Não houve qualquer tentativa dos militares de enganar os políticos (conforme Kennedy havia suspeitado). Os chefes do Estado-Maior das Forças Armadas relataram a 14 de julho: “Parece não haver razão para não vencermos, se tal é o nosso desejo — e *se esse desejo estiver manifesto na estratégia e nas operações táticas*”. O grifo estava no original⁸⁰. Quando Johnson perguntou ao general Wheeler, do Comando do Estado-Maior, “Bus, o que você acha que será necessário para resolver o assunto?”, a resposta foi: setecentos mil a um milhão de homens e sete anos⁸¹. Johnson foi para a guerra com os olhos abertos. Ele assoviava para manter a coragem: “Depois de Alamo”, disse ele, “ninguém imaginou que Sam Houston resolvesse isso tão rápido”⁸².

Mas Johnson não era Sam Houston. Mesmo como bombardeador, era indeciso. A Força Aérea lhe afirmou que poderia prometer resultados se a ofensiva fosse pesada, veloz, repetida infundavelmente e sem restrições. Foi essa a grande lição da Segunda Guerra Mundial. Nada prometiam se a ofensiva fosse lenta e restrita⁸³. Ainda assim, foi precisamente o que Johnson fez. Do princípio até o fim, o bombardeio foi limitado por restrições inteiramente políticas. Todas as terças-feiras, Johnson realizava um almoço no qual determinava os alvos e as cargas das bombas: era Eden e Suez outra vez. Johnson não era o homem implacável que gostava de parecer: ficava paralisado por restrições morais. Como o seu biógrafo, Doris Kearns, argutamente observou, para ele “bombardeio limitado era sedução, não era estupro, e sedução era controlável e até reversível”⁸⁴. Assim, o bombardeio intensificou-se muito lentamente e o Vietminh teve tempo de construir abrigos e se ajustar. Quando a Rússia soviética instalou mísseis defensivos, não era permitido aos bombardeiros americanos atacar enquanto os locais estavam em construção. Além do mais, houve 16 “pausas de bombardeios”, sem que nenhuma delas provocasse a menor reação, e 72 “iniciativas de paz” americanas, que caíram em ouvidos moucos⁸⁵. Ao contrário dos americanos, os líderes norte-vietnamitas nem por uma vez vacilaram em sua determinação de atingir seu objetivo político — dominação total do país inteiro — a qualquer custo. Não parecem ter sido influenciados nem um pouco pelas perdas que sua gente sofreu ou infligiu. Havia assim uma amarga ironia nas acusações de genocídio lançadas aos

americanos. Um exame do material confidencial nos arquivos do Pentágono revelam que todas as acusações feitas contra as forças americanas no “Tribunal Internacional de Crimes de Guerra”, em Estocolmo, 1967, eram infundadas. A evacuação de civis das zonas de guerra, para criar campos de “fogo livre”, não apenas salvou vidas civis, mas eram, na verdade, determinadas pela Convenção de Genebra de 1949. A grande incidência de combates nas áreas civis foi o resultado direto das táticas vietcongues de converter as aldeias em cidadelas fortificadas, o que, em si, era uma violação do Acordo de Genebra. Foram as restrições aos bombardeios americanos para proteger vidas civis e propriedades que os fez tão ineficazes. A proporção de civis mortos, cerca de 45% de todas as mortes na guerra, estava dentro da média para uma guerra do século XX. A população, de fato, aumentou constantemente durante a guerra, inclusive por causa dos programas médicos norte-americanos. No Sul, o padrão de vida se elevou bem rápido⁸⁶.

Mas a experiência do século XX indica que restrições auto-impostas por uma potência civilizada agem mais danosamente do que se fossem inócuas. São interpretadas, tanto por amigos como por inimigos, como evidências, não de humanidade mas de culpa e falta de acertada convicção. Apesar delas, e certamente por causa delas, Johnson perdeu a batalha da propaganda, não somente no Ocidente, mas particularmente nos Estados Unidos, que era o que mais importava. Inicialmente, a guerra do Viet-Nam teve o apoio do consenso liberal moderado. “Os Estados Unidos têm um grande interesse na defesa do Viet-Nam”, publicou o *Washington Post* a 7 de abril de 1961. “O prestígio americano está muito envolvido no esforço de proteger o povo vietnamita da absorção comunista”. O *New York Times* admitiu, a 12 de março de 1963, que “o custo [para salvar o Viet-Nam] era grande, mas o custo da queda do Sudeste Asiático sob domínio da Rússia e da China comunista seria ainda maior”. A 21 de maio de 1964, o *Times* pedia: “Se demonstrarmos que faremos qualquer esforço militar e político [negando a vitória ao comunismo], os comunistas, mais cedo ou mais tarde, também reconhecerão a realidade”. O *Post* insistiu, a 1º de junho de 1964, para que a América continuasse a mostrar no Viet-Nam que a “persistência na agressão é infrutífera e possivelmente mortal”. Mas o *Times* abandonou Johnson no início de 1966; o *Post*, no verão de 1967.⁸⁷ Mais ou menos ao mesmo tempo, as redes de televisão se tornaram neutras e, a seguir, cada vez mais hostis.

O que a Administração temia não era tanto a censura editorial mas a apresentação tendenciosa do noticiário. A mídia americana se tornou fortemente preconceituosa em alguns casos. Muitas vezes era hábil e deliberadamente mal conduzida; ou se enganava. Uma fotografia muito divulgada de um “prisioneiro” sendo atirado de um helicóptero americano foi, na realidade, encenada. Relatos sobre “jaulas de tigre”, na ilha de Con Son, eram inexatos e sensacionalistas. Outra foto muito divulgada de uma jovem queimada por *napalm* criou a impressão, que de fato não era verdadeira, de que vários milhares de crianças tinham sido incineradas pelos americanos⁸⁸.

Ainda mais séria foi a idéia, cada vez mais transmitida pela mídia, de que a vitória vietcongue era inevitável. Tal atitude chegou a um ponto crítico no caso da “Ofensiva Tet” vietcongue, a 30 de janeiro de 1968. Foi a primeira grande ofensiva em aberto que os comunistas tentaram. Foi planejada para alcançar um completo sucesso tático e para detonar um levante de grandes proporções. Fracassou nesses dois aspectos. Pela primeira vez, os vietcongues tiveram perdas consideráveis num combate convencional, e seu Exército saiu da luta muito mais enfraquecido militar-

mente⁸⁹. Mas a mídia, especialmente a televisão, apresentou-a como uma decisiva vitória vietcongue, um Dien Bien Phu americano. Um elaborado estudo da cobertura, publicado em 1977, mostrou exatamente como essa inversão da verdade, que não era de todo deliberada, aconteceu⁹⁰. A imagem e não a realidade de Tet foi provavelmente decisiva, especialmente entre os liberais influentes da costa leste. Em geral, a opinião pública americana apoiava firmemente a guerra, que foi, em todo o seu curso, mais popular do que a Guerra da Coréia. De acordo com os pesquisadores de opinião pública, a única categoria hostil foi a identificada com “o subgrupo judeu”⁹¹. O índice de popularidade de Johnson subia sempre que fazia pressão: subiu 14% quando deu início ao bombardeio⁹². Durante todo o tempo da luta, um número muito maior de americanos criticava mais o pouco que se fazia do que o muito que fosse feito. A idéia de que a opinião pública quisesse uma retirada da guerra e, sobretudo, o axioma da oposição dos jovens foram uma invenção. O apoio a uma retirada nunca superou 20%, até depois da eleição de 1968, época em que a decisão de sair já tinha sido tomada. O apoio para intensificar a guerra foi sempre maior entre as pessoas de menos de 35 anos do que entre os mais velhos; os jovens brancos formavam o grupo mais coerente de apoio à escalada⁹³.

Não foi o povo americano que não agüentou a espécie de sacrifícios que Kennedy pediu no discurso de posse. Foi a liderança americana. Nos últimos meses de 1967, e especialmente depois de Tet, o sistema americano fraquejou. O secretário de Defesa, Clark Clifford, se voltou contra a guerra; o mesmo aconteceu com o velho Dean Acheson. Os senadores de linha dura começaram a se opor a mais reforços⁹⁴. Finalmente, o próprio Johnson, fazendo campanha timidamente para a reeleição, perdeu o ânimo quando sua votação fraquejou nas primárias de New Hampshire, a 12 de março de 1968. Jogou a toalha e anunciou que passaria o restante de seu mandato fazendo a paz. Não foi o fim da guerra. Mas foi o fim da força de vontade americana de vencê-la. O problema com a classe governante americana foi acreditar no que lia nos jornais e encarar New Hampshire como uma vitória da paz. Entre os que votaram contra Johnson, os “Gaviões” superaram os “Pombos” por três a dois⁹⁵. Johnson perdeu a primária, e com ela a guerra, porque não foi duro o suficiente.

Houve, entretanto, um fator adicional e mais sinistro que arrasou com o Presidente e cujo *slogan* era “*All the Way with L.B.J.*”. Em março de 1968, quando o comando do Viet-Nam pediu mais 206.000 homens, o secretário do Tesouro, Henry Fowler, protestou. Atender à solicitação, advertiu, significaria fazer cortes não só em outros programas de defesa mas também nos principais programas internos; e, mesmo assim, o dólar sofreria⁹⁶. Essa jogada lembrava a intervenção desalentadora de Macmillan durante a crise do Suez. Foi um significativo ponto crítico da história americana: pela primeira vez, a Grande República, a nação mais rica sobre a terra, se viu limitada pelos recursos financeiros. Para o próprio Johnson essa advertência foi um golpe especialmente amargo. Mais ainda do que Kennedy, mais talvez do que qualquer outra pessoa, ele se deleitou com as ilusões da década de 60. Ninguém jamais acreditou tão apaixonadamente na força do Ocidente e, em particular, na capacidade ilimitada da economia americana. Ele não foi apenas o último, foi o maior dos grandes gastadores. Referia-se ao seu programa de gastos internos como “a linda mulher”. Disse ao seu biógrafo: “Eu estava determinado a ser um líder na guerra e um líder na paz. Eu queria ambas as coisas, acreditava em ambas e acreditava que a América tinha os recursos para ambas”⁹⁷. Sob Truman e Eisenhower, a defesa era o maior item no gasto federal. O gasto em habitação, educação, bem-estar social e outros “recursos humanos” (como

eram chamados), era de apenas um quarto do orçamento e de menos de 5% do PNB. Foram feitas algumas tentativas para equilibrar o orçamento, exceto num mau ano de recessão. Até a saída de Eisenhower, a condução das finanças públicas americanas, no essencial, seguiu as linhas convencionais.

A grande mudança de princípio chegou com Kennedy. No outono de 1962, a Administração se comprometeu com o novo e radical princípio de criar déficits orçamentários, mesmo quando não havia uma emergência econômica, estando o orçamento já deficitário e a economia avançando. Assim, concedendo a si mesmo liberdade financeira, Kennedy introduziu um novo conceito de “grande governo”: o “eliminador de problemas”. Todas as áreas de miséria humana poderiam ser classificadas como um “problema”; o governo federal poderia, então, se preparar para “eliminá-lo”. “O problema da pobreza” se tornara um assunto em moda no início dos anos 60, pelo *best-seller* de Michael Harrington, *The Other America* (1962), que Kennedy achou chocante e estimulante. Em 1963, introduziu o “programa da pobreza”, juntamente com uma enorme quantidade de outras legislações de alto custo. Kennedy encontrou dificuldades em reeducar o Congresso para as novas idéias expansionistas, e sua legislação se empilhava. Mas a resistência estava começando a cair por terra, mesmo antes do assassinio de Kennedy⁹⁸; e Lyndon Johnson teve a habilidade de saber aproveitar a comoção que se seguiu ao assassinio, a que vieram se somar suas fantásticas habilidades como administrador do Congresso, para conseguir que este aprovasse o maior e mais caro programa legislativo da história americana.

No primeiro discurso à União, em 8 de janeiro de 1964, Johnson anunciou: “Essa Administração hoje, aqui e agora declara guerra incondicional à pobreza”. Quando assinou o seu primeiro projeto de lei antipobreza, a Lei de Oportunidades Iguais, a 20 de agosto de 1964, vangloriou-se: “Hoje, pela primeira vez na história da raça humana, uma grande nação é capaz e está disposta a assumir um compromisso para erradicar a pobreza de seu povo”⁹⁹. Naquele verão, preparando a sua campanha eleitoral, transformou sua “linda mulher” em realidade: a “Grande Sociedade”. A América, disse ele, tinha que adquirir “a sabedoria de usar a opulência de recursos, para enriquecer e elevar a nossa vida nacional”, para ir ao encalço não apenas “da sociedade rica e poderosa, mas até da Grande Sociedade”, que se baseava na “abundância e liberdade para todos”, onde “cada criança encontraria o conhecimento para enriquecer o espírito e desenvolver o talento”, e todos estariam aptos a satisfazer “o desejo de beleza e o anseio de comunhão”¹⁰⁰.

A Grande Sociedade foi pretensamente endossada pelas eleições de 1964, de onde Johnson saiu vitorioso contra um oponente excessivamente fraco. As leis chegaram de roldão: a Lei sobre a Educação Elementar e Secundária (*Elementary and Secondary Education Act*), a Lei sobre o Sistema Federal de Seguros de Saúde para Pessoas de mais de 65 Anos (*Medicare Act*), a Lei de Suplementação de Aluguéis (*Rent Supplement Act*), várias leis relativas à pobreza. Johnson chamou a semana de 20 a 27 de julho de 1965 como, “do ponto de vista legislativo, a mais produtiva e histórica semana de Washington, em todo o século”. “Dizem que Jack Kennedy tinha estilo”, esbravejou ele com desdém, “mas fui eu quem conseguiu a aprovação das leis”. Um jornalista liberal, Tom Wicker, exultou no *New York Times*: “Nesse momento eles estão aprovando leis no Congresso, tal como Detroit faz emergir da linha de montagem seus super lustrosos e envenenados automóveis”. A primeira sessão do 89º Congresso foi a mais produtiva na legislação fundamental desde os primeiros tempos

de Woodrow Wilson Johnson teve índice de sucesso de 68%, o maior da história, em seus projetos de lei, dos quais 207 se tornaram leis, "os blocos construtivos de uma América melhor", como ele as chamou¹⁰¹. Usando uma espalhafatosa metáfora militar, ele traçou um intencional paralelo com a guerra do Viet-Nam, que, para ele, era também um exercício de idealismo. Assim, criou dez "forças-tarefa" antipobreza. Disse aos burocratas da habitação: "Vou convertê-los de generais de cadeira em comandantes da linha de frente". Havia um *Youth corps* para os "bairros", uma *Job corps* para "marginais", o *Head Start* para crianças antes da idade escolar, *Outward Bound* para os estudantes universitários, e inúmeros outros programas. Os gastos subiram às alturas: US\$30 bilhões anuais no primeiro programa da pobreza; depois, outros US\$30 bilhões adicionais no fim do mandato¹⁰². Essas somas logo se fixaram na estrutura das despesas federais; e a impossibilidade de sua redução logo se evidenciou. Na verdade, elas cresceram. Graças aos esforços de Johnson, em 1971, pela primeira vez o governo gastou mais em bem-estar social do que na defesa. Entre 1949 e 1979, os gastos com a defesa subiram dez vezes (de US\$11,5 bilhões para US\$114,5 bilhões), mas permaneceram mais ou menos em torno de 4 a 5% do PNB. Mas o gasto social subiu 25 vezes, de US\$10,6 bilhões para US\$259 bilhões, e sua participação no orçamento subiu mais da metade, e a proporção do PNB que absorveu triplicou para quase 12%.¹⁰³

Essa mudança significativa no objetivo fundamental e custo do governo central americano começou a impor crescentes desgastes, mesmo antes de Johnson deixar a presidência. Nesse estágio, a fatia do governo no PNB subira de 28,7%, no governo de Eisenhower, para 33,4%. O controle do tesouro desintegrou-se. Na época de Eisenhower, o eficiente *Bureau of the Budget* (como era chamado até 1970) operava como Harding o havia concebido: uma agência objetiva, como se fosse uma tribuna, para supervisionar todos os gastos. Tipicamente, no governo de Kennedy, o órgão foi politizado e na época de Johnson se tornou ativista: o diretor de Orçamento tinha de distribuir os custos dos grandes gastos¹⁰⁴. Além do mais, embora o Congresso votasse a favor dos programas, não se mostrava muito disposto a providenciar os impostos para pagá-los. Johnson teve brigas ásperas com o diretor de finanças da Câmara, Wilbur Mills, e com o líder republicano, Gerald Ford. Impossibilitado de recolher impostos, imprimiu dinheiro. Seu medo da inflação e sua incapacidade de lidar com ela foram fatores que ocultou em sua decisão de abandonar a vida pública, em 1968. "Eu lhe disse [Mills] que, percebesse ele ou não, a economia do país estava indo pelo ralo"¹⁰⁵.

Nessa época, as próprias ilusões de Johnson sobre as virtudes dos grandes gastos tinham sido abaladas. Não lhe parecia mais tão claro que os resultados justificassem o impacto prejudicial na economia. O impacto mais importante e certamente o mais permanente não foi intencional: a participação do governo na contratação de funcionários dobrou, e, em 1976, um em cada seis (mais de 13 milhões) constavam diretamente da folha de pagamento de Washington. Mas os beneficiários dessa mudança, em sua grande maioria, vinham da classe média. Johnson afirmava que, no período em que ocupou o cargo, dos 35 milhões de "capturados na armadilha da pobreza" em 1964, ele "retirou" 12,4 milhões, ou quase 36%.¹⁰⁶ Mas era apenas um modo de ver as estatísticas. Quando o padrão de vida subiu, a definição de pobreza mudou, e os pobres "se sentiram" tão pobres quanto antes, embora sua renda real tivesse aumentado. O perigo do tipo de Estado previdenciário que Johnson estava criando estava no fato de que tirava permanentemente as pessoas da economia

produtiva e as tornava dependentes do Estado. A pobreza aumentava quando as famílias se dividiam, seja porque os velhos iam morar separados, seja pelos divórcios, com conseqüentes divisões de renda¹⁰⁷. Muitas vezes, a legislação fomentava esses processos. Consta que, talvez, a única e maior causa da pobreza nos Estados Unidos seja a instabilidade dos casamentos negros. Daniel P. Moynihan, o secretário-adjunto do Trabalho de Johnson, sustentou, no *Relatório Moynihan* (março de 1965), que a metade da população negra sofria de uma “patologia social” cuja fonte era a família, em que mulheres e crianças, penosamente em grande número, eram abandonadas pelos homens. O objetivo da política deveria ser “o estabelecimento de uma estrutura familiar estável”¹⁰⁸. Mas a guerra contra a pobreza não fez isso. Fez o oposto, pois muitas vezes a estrutura da previdência social pagava para que uma família pobre se separasse. Na época em que Johnson estava pronto para partir, Moynihan afirmava que todo o programa da pobreza fora mal concebido e mal administrado¹⁰⁹.

Ainda mais trágica e dolorosa foi a desilusão com a educação. Esta foi, sem dúvida, a miragem central da década da ilusão. Era a velha crença liberal, popularizada por Macaulay, de que somente a educação universal poderia tornar a democracia satisfatória. O consumado fabricante de clichês progressistas, H. G. Wells, havia definido a história moderna como “uma corrida entre a educação e a catástrofe”. Essa crença sobreviveu ao melancólico fato de que a nação que acolheu Hitler e travou a sua terrível guerra com apaixonada diligência era, tranqüilamente, a mais instruída da terra. Nos anos 50, o mito de que a educação era a cura milagrosa para a sociedade ressurgiu mais forte que nunca. Ninguém acreditava nisso mais piamente do que Johnson, como atesta esta declaração sua: “A resposta para todos os nossos problemas nacionais está contida numa única palavra. Essa palavra é educação”¹¹⁰.

Johnson era o reflexo da sabedoria convencional de sua época. No fim da década de 50, C.P. Snow demonstrou que havia uma ligação de causa e efeito entre a quantidade de dinheiro investido na educação superior e o PNB do país¹¹¹. E. F. Denison mostrou que, em três décadas, de 1930 a 1960, a metade do crescimento americano se deveu à expansão da educação, especialmente das universidades. No mesmo ano, 1962, Fritz Machlup calculou que a “indústria do saber” era responsável por 29% do PNB dos Estados Unidos e estava crescendo duas vezes mais do que o índice da economia em seu todo¹¹². Em 1963, nas Conferências Godkin, em Harvard, o presidente de Berkeley, Clark Kerr, o principal estadista acadêmico americano, afirmou que o saber era agora “o setor líder” do crescimento da economia. “O que as ferrovias fizeram pela segunda metade do século passado e o automóvel pela primeira metade deste século”, afirmou ele, “a indústria do saber poderá fazer pela segunda metade deste século: isto é, servir de centro irradiador para o crescimento nacional”¹¹³.

Com esse *background*, a década de 60 se tornou a mais explosiva na história da expansão educacional. Na América, o processo começara com o “projeto de lei GI”, de 1941, destinando fundos públicos para a educação universitária dos veteranos que retornavam da guerra, e continuou com o projeto de lei GI da Guerra da Coréia, de 1952. A Lei de Defesa da Educação Nacional (*National Defense Education Act*), de 1958, dobrou o orçamento federal para a educação e, pela primeira vez, deslocou para o governo federal a dinâmica financeira da educação. O número de professores públicos, em 1970, cresceu de um milhão para 2,3 milhões, assim como o custo por pessoa subiu em mais de 100%. O crescimento da educação superior foi o mais marcante, porque então se sustentava que ela deveria ser oferecida a todos. “A

questão importante", atestou um relatório oficial, "não deve ser quem merece ser admitido, mas quem a sociedade pode, em consciência e por auto-interesse, excluir", já que não se poderia negar "de maneira justa" uma educação universitária a ninguém, a menos que "suas deficiências fossem tão graves" que mesmo "a instituição mais flexível e dedicada" não pudesse ajudar¹¹⁴. No Ocidente, esse fenômeno foi internacional. Na Grã-Bretanha, o Relatório Robbins, de 1963, levou à duplicação das vagas universitárias em uma única década, tendo em vista uma projeção de dois milhões de vagas para 1981. Planos de expansão similares foram adotados na França, Canadá, Austrália, Alemanha Ocidental, entre outros países. A experiência americana foi a mais impressionante em virtude das estatísticas envolvidas. Entre 1960 e 1975, o número de faculdades e universidades subiu de 2.040 para 3.055. Durante os "anos dourados" da expansão, novas universidades estavam abrindo numa proporção de uma por semana. O número de estudantes cresceu para 3,6 milhões em 1960, 9,4 milhões em 1975, sendo que o grosso desse crescimento (quatro milhões) vinha do setor público. Incluindo-se os estudantes não-graduados, eles ultrapassaram a marca de 11 milhões em 1975, a um custo anual de US\$45 bilhões¹¹⁵.

Esperava-se confiantemente que esse enorme investimento em recursos humanos não apenas estimulasse ainda mais o crescimento, mas alcançasse os propósitos morais e sociais, promovendo o *embourgeoisement* da classe operária. Isto conduziria à "democracia da classe média... com todas as suas liberdades", como comentou Clark Kerr, "a afluência do futuro", assegurando assim o contentamento geral e a estabilidade política, e, em particular, justificando o sistema capitalista esclarecido, que tornava tudo possível. O que aconteceu foi exatamente o contrário. No nível pré-universitário, enquanto o gasto dobrava e depois triplicava, o desempenho caiu. Esperava-se que acontecesse um certo declínio, porquanto o sistema absorvia amplos grupos minoritários, mas não um declínio de tal magnitude. O melhor índice, os escores do Teste de Aptidão Acadêmica, mostrou que entre 1963 e 1977 houve um declínio em verbalização de 49 pontos e em habilidade matemática de 32 pontos (numa escala de 800)¹¹⁶. Em meados da década de 70, uma avalanche de desalentadores relatórios sugeriam que mais educação, e educação mais cara, não resolveria qualquer problema social¹¹⁷. O índice de crimes entre crianças com escolaridade em tempo integral subiu inexoravelmente. Na segunda metade dos anos 70, a opinião pública se voltou contra o processo educacional, à proporção que as cidades e estados reduziam o número de professores. O fim do "aumento da produção de bebês" do pós-guerra foi apenas um dos fatores. A razão principal foi a perda de confiança nas vantagens econômicas de mais educação. Nos anos de 1970-78, cerca de 2.800 escolas e faculdades públicas foram fechadas, a primeira vez que isso aconteceu na história da América. Em meados dos anos 80, esperava-se que o número de matrículas declinasse em 4 milhões¹¹⁸. Em 1978, os trabalhadores americanos tinham uma média de 12 anos e meio de escolaridade, e 17% tinham grau universitário. Mas os graduados (especialmente as mulheres) estavam encontrando dificuldades cada vez maiores para conseguir empregos na sua categoria profissional ou mesmo empregos administrativos. A relação entre a duração da educação e o salário declinou bruscamente. Ficou claro que a igualdade de oportunidades na educação não promoveu maior igualdade entre os adultos¹¹⁹. Dessa maneira, o interesse pela universidade declinou. A proporção de rapazes que entravam para a faculdade, que nos anos 60 tinha subido rapidamente para 44%, caiu para 34% em 1974. Entre as mulheres, também atingiu o mesmo nível.

Mais educação também não promoveu estabilidade. Ao contrário. O que aconteceu tinha sido previsto por Joseph Schumpeter, nascido no mesmo ano que Keynes, com quem tinha pretensões de rivalizar-se como o maior economista dos tempos modernos. Segundo o ponto de vista de Schumpeter, expresso pela primeira vez num artigo que escreveu em 1920 e posteriormente desenvolveu no livro *Capitalism, socialism and democracy* (1942), o capitalismo tendia a promover a própria autodestruição, de várias maneiras. Entre elas havia a propensão a criar rédeas e depois entregá-las — em virtude de seu compromisso com a liberdade — a uma classe de intelectuais sempre em expansão, que fatalmente desempenhava um papel socialmente destrutivo¹²⁰. Essa questão não foi levada em consideração nos planos de expansão da universidade nos anos 50 e 60, embora até certo ponto tenha sido defendida, na década de 30. De qualquer maneira, ficou provado, na época de Johnson, que Schumpeter tinha razão. Os primeiros sinais de radicais interesses estudantis por temas políticos e sociais apareceram em 1958. Na primavera de 1960, surgiram os primeiros protestos sob a forma de “sit-in”, demonstrações em São Francisco contra o Comitê sobre as Atividades Antiamericanas da Câmara e as “vigílias” da costa oeste contra a execução do assassino da moda, Caryl Chessman. Protestos contra o Corpo de treinamento militar da universidade, juramentos de lealdade, discriminações contra associações estudantis de rapazes e moças e outros assuntos da disciplina universitária — ou simples temas de direitos civis — se ampliaram em campanhas políticas diretas.

A princípio, o ativismo estudantil foi recebido como um sinal de “maturidade” e de “conscientização”. O primeiro sinal da escalada da violência aconteceu no “verão da liberdade”, em 1964, na própria universidade de Clark Kerr, Berkeley. O que se supunha ser o “setor líder” do crescimento do PNB se tornou o setor líder de alguma coisa completamente diferente: a “revolta estudantil”. Em dezembro, o governador da Califórnia chamou a polícia de choque: Berkeley se transformara no principal campus “político” do mundo¹²¹. O programa da Grande Sociedade de Johnson só serviu para atear fogo nessa conflagração que se aproximava. No ano seguinte, 25.000 estudantes invadiram Washington para protestar contra a Guerra do Viet-Nam. Em 1966-67, mais e mais campi “se radicalizaram”. O “tumulto no campus” se tornou parte da cultura universitária, enquanto os reitores buscavam soluções conciliatórias, capitulavam ou abdicavam. Em 23 de abril de 1968 houve um devastador impacto em Colúmbia, uma das principais universidades americanas. O professor Archibald Cox, da Escola de Direito de Harvard, foi chamado para fazer uma análise da situação, e o fez com o presunçoso otimismo da época: “A geração atual dos jovens das nossas universidades é a mais bem informada, a mais inteligente e a mais idealista que este país jamais conheceu”. O comentário azedo de Lionel Trilling foi de que Cox “exaltou como conhecimento e inteligência” o que era de fato “meramente um amontoado de ‘avançadas’ atitudes públicas”. Cox, insistiu ele, estava extraíndo os seus valores não do saber e da experiência, mas sim dos jovens: o “testemunho” deles era suficiente para provar que seus argumentos eram sólidos¹²².

Fossem ou não os estudantes os mais inteligentes da história, o certo é que eram os mais destrutivos. A complacência ao estilo de Cox não sobreviveu ao verão de 1968, especialmente depois dos violentos tumultos de Paris, em maio, que deram início a um novo e muito mais selvagem ciclo de violência estudantil no mundo inteiro, especialmente na América. A Associação Nacional dos Estudantes afirma que houve 221 grandes manifestações nos Estados Unidos em 1968.¹²³ Foram os estudantes

radicais que dirigiram a campanha de Eugene McCarthy, que pôs Johnson fora da disputa presidencial, em New Hampshire. O poder estudantil foi essencialmente negativo. Na Convenção Democrática de Chicago, em agosto de 1968, os estudantes travaram uma batalha contra 11.900 policiais do prefeito Daley, 7.500 da Guarda Nacional de Illinois e mil agentes do FBI e do Serviço Secreto. Eles conquistaram a mídia para a sua causa quando conseguiram rotular o cumprimento da lei por parte de Daley como um "tumulto policial", mas não conseguiram a indicação de McCarthy e nem puderam impedir que o homem que mais detestavam, Richard Nixon, se tornasse presidente. Quando, em 1972, eles finalmente asseguraram a indicação do nome escolhido pelo Partido Democrático, George McGovern, o resultado foi a vitória de Nixon.

O que a violência estudantil conseguiu, acima de tudo, foi prejudicar a educação superior e desmoralizar os professores. Em 1971, refletindo sobre tudo isso, o professor Louis Kampf, no seu discurso de posse na presidência da Associação de Línguas Modernas, disse que, desde 1968, "os jovens entram na profissão com medo, os velhos mal podem esperar a aposentadoria e os de meia-idade só pensam na licença prêmio"¹²⁴. O grande erudito alemão, Fritz Stern, observando a "linguagem excrementícia" dos estudantes ativistas, viu nesse aspecto a única novidade: o restante reproduzia o modelo de comportamento extremista dos estudantes que levaram a Alemanha a colocar Hitler no poder¹²⁵.

O estímulo à violência estudantil provocado pela bem intencionada expansão da educação superior foi um excelente exemplo da "lei do efeito involuntário". A tentativa de sucessivos presidentes de obter justiça para os negros americanos foi outro exemplo. Aqui, mais uma vez, as boas intenções produziram morte e destruição. O problema era triplo. Em primeiro lugar, terminar a segregação, especialmente na educação. Em segundo, permitir aos negros o exercício do direito de voto. Em terceiro, equiparar o salário dos negros ao dos brancos. Supunha-se que, resolvidos os dois primeiros itens, o terceiro acabaria por se resolver sozinho. Em 1954, a Suprema Corte determinou que a educação pública deveria ser integrada. O problema era conseguir que, na prática, a lei fosse obedecida. Em 1957, quando o governador Orval Faubus, de Arkansas, desafiou a Corte Suprema, Eisenhower enviou tropas federais a Little Rock para que se fizesse cumprir a lei. Numa outra ocasião, em 1962, Kennedy teve de usar tropas para que um estudante negro, James Meredith, frequentasse a universidade pública do Mississippi, até então exclusiva para brancos. Fazia parte da política de Kennedy proceder mediante ação executiva: isto é, usar o poder federal para manter firme a lei existente. A dificuldade desse procedimento residia no enfrentamento de conflitos públicos que se sucediam uns após outros; e no decorrer desse processo foi criado um amplo movimento de direitos civis cada vez mais militante, do qual foram progressivamente eliminados os liberais brancos. Os negros viram na ação física a resposta, e assim como a agitação que Gandhi criou na Índia, o protesto tendeu a degenerar em violência. A verdadeira solução seria permitir que os negros votassem o mais depressa possível, porque, uma vez que os políticos iriam precisar dos seus votos, as concessões se seguiriam, mesmo no Sul. Eisenhower tinha conseguido que fossem aprovadas no Congresso duas leis de Direitos Civis, uma em 1957 e outra em 1960. Eventualmente, Kennedy apresentou uma lei muito mais vigorosa, que, entretanto, foi bloqueada pelo Congresso. Johnson teve mais êxito. Conseguiu a aprovação de uma monumental Lei de Direitos Civis, em 1964, e imediatamente depois de sua vitória eleitoral de novembro começou a

trabalhar num projeto de lei que veio a ser a decisiva Lei sobre o Direito de Votar (*Voting Rights Act*), de 1965. O Estado do Mississippi, em que havia uma proporção muito maior de negros (36%) do que qualquer outro, somente 6% tinham título de eleitor, por causa de testes complicados e outras barreiras mais. Com a nova lei, o cumprimento do direito de voto foi reforçado por inspetores federais; assim, em trinta dias de sua decretação, as inscrições negras no Mississippi subiram em 120%. No fim de 1970, a percentagem de eleitores negros inscritos no Estado era comparável à dos brancos (71 para 82%) e, em 1971, cinquenta negros foram eleitos para cargos públicos no Estado¹²⁶. No início dos anos 70, o voto negro tinha-se transformado num significativo fator em muitos estados do velho sul, provocando uma transformação progressiva na política sulista¹²⁷.

Mas votar não equiparava os salários dos negros aos dos brancos. E nem as abundantes e crescentes somas de dinheiro federal que Johnson derramava sobre o “problema” negro tampouco resolviam. Quanto maior o progresso, quanto maior a soma de dinheiro disponível, mais aumentava a raiva negra. Nos anos 50 e no início dos anos 60, o poder federal fora acionado para proteger os negros da violência branca. No curso de uma série de batalhas para fazer cumprir a lei instituída no governo Kennedy, a iniciativa da violência partiu dos negros. O ponto crítico foi a noite de 10 de maio de 1962, em Birmingham, Alabama. Houve um levante negro, durante o qual a polícia foi forçada a ficar na defensiva, e as lojas dos brancos foram demolidas: “Deixem esta cidade fodida se queimar inteira”, gritou um líder do motim, “isso será uma lição aos brancos filhos da puta!”. Era um novo grito e uma nova atitude na política racial americana, que não poderia se restringir ao Sul¹²⁸.

Para a consternação de Johnson, a escalada e a intensidade da violência negra, especialmente nas grandes cidades fora do Sul, progrediam passo a passo com seus enérgicos esforços para assegurar os direitos dos negros. Os primeiros realmente grandes e feios tumultos negros rebentaram no Harlem e em Brooklyn, a 18 de junho de 1964, apenas duas semanas depois da aprovação da Lei de Direitos Civis. A violência se espalhou para Rochester, no Estado de Nova Iorque, para Jersey City, Patterson e Elizabeth, em Nova Jersey, para Dixmoor, em Chicago, e para a Filadelfia. Em agosto de 1965, os tumultos de Watts, em Los Angeles, duraram seis dias, envolvendo 15.000 homens da Guarda Nacional, matando 34, ferindo 856 e destruindo propriedades no valor de US\$200 milhões. Daí em diante, tumultos em grande escala nas cidades interioranas se tornaram um recorrente traço dos anos 60, em sinistro contraponto e, às vezes, em intencional conformidade com a violência estudantil nos campi. Os tumultos de Detroit, de 24-28 de julho de 1967, entre os mais sérios da história dos Estados Unidos, mataram 43 pessoas e forçaram o atormentado presidente Johnson a acionar o 18º Corpo de Pára-quedistas, cujo comandante declarou que entrara numa cidade “saturada de medo”¹²⁹. Em 1968, com a Guerra do Viet-Nam chegando a um doentio clímax, os estudantes revoltando-se em mais de 200 campi, os negros ateando fogo nas maiores cidades, Johnson era a imagem do fracasso. Sua decisão de não tentar a reeleição foi uma admissão de derrota. Ele foi a primeira vítima importante das ilusões dos anos 60. Mas não foi a última. Os problemas da América estavam apenas começando.

Johnson não foi, também, apenas a vítima das ilusões perdidas. Foi, na verdade, uma vítima da mídia e especialmente dos liberais da costa leste, que controlavam os mais influentes jornais e as três grandes redes de televisão. Os dois pontos estavam ligados, porquanto uma das mais profundas ilusões dos anos 60 era

a de que muitas formas de autoridade tradicional poderiam ser diluídas: a autoridade da América no mundo e, internamente, o presidente dos Estados Unidos. Lyndon Johnson, um presidente poderoso e, sob alguns aspectos, eficiente, defendia o princípio da autoridade. Isto, para muitos, era motivo suficiente para castrá-lo. Outro motivo era não compartilhar ele das pretensões liberais da costa leste, como aconteceu com Roosevelt e Kennedy. Mesmo em 1964, estava em dúvida quanto a se candidatar a presidente, conforme declarou: "Eu não acreditava... que a nação se manteria unida definitivamente sob um governo sulista. Uma das razões... era que a imprensa metropolitana jamais o permitiria"¹³⁰. Esse prognóstico se confirmou, embora a sua efetivação tivesse sido adiada. Em agosto de 1967, o correspondente em Washington do *St. Louis Post-Dispatch*, James Deakin, noticiou: "O relacionamento entre o presidente e a imprensa de Washington se consolidou num modelo de descrédito crônico"¹³¹. A falsa versão da mídia da Ofensiva Tet foi a responsável imediata pela saída de Johnson. Contudo, mais fundamental ainda foi a sua habitual apresentação de qualquer ato decisivo e enérgico da Casa Branca como fatalmente malévolos.

Isto significava um novo desdobramento. A oposição a uma presidência forte partia, até então, como era natural, do Legislativo, especialmente do Senado. Roosevelt já declarara: "A única maneira de se fazer qualquer coisa no governo americano era desviar-se do Senado"¹³². Seu opositor republicano, Wendell Wilkie, falara em dedicar sua vida para "salvar a América do Senado"¹³³. No governo de Roosevelt e Truman, os constitucionalistas acadêmicos e a imprensa apoiaram uma liderança presidencial firme, especialmente em política externa, e confrontaram essa liderança com o obscurantismo do Congresso¹³⁴. Durante as investigações de McCarthy, Eisenhower foi duramente criticado pela imprensa pelo fracasso na defesa dos direitos do Executivo contra as devassas do Congresso. O *New Republic* comentou (1953): "A gravitação atual do poder nas mãos do Congresso às custas do Executivo é um fenômeno tão insensato quanto inacreditável, se os fatos não fossem tão patentes"¹³⁵. Quando Eisenhower invocou o "privilégio do Executivo" para negar informação sobre atos do governo ao Comitê de Atividades Antiamericanas, foi calorosamente aplaudido pela mídia liberal. O Comitê, disse o *New York Times*, não tinha o direito de "saber os detalhes do que acontecia nos conselhos internos da Administração". Eisenhower, escreveu o *Washington Post*, estava "cheio de razão" de proteger "a natureza confidencial das conversações do Executivo"¹³⁶. Até meados dos anos 60, a mídia continuou a apoiar uma liderança presidencial resoluta na questão dos direitos civis, nos problemas sociais e econômicos e, acima de tudo, na política externa, endossando o *dictum* de Kennedy (1960): "Só o presidente é quem deve tomar as decisões principais em nossa política externa"¹³⁷.

A mudança veio depois da resolução sobre o golfo de Tonkin. Na época em que Johnson entregou a Casa Branca a Nixon em 1969, a mídia da costa leste, paralelamente a muitos outros elementos vociferantes da nação, passou-se em caráter permanente para a oposição. Assim expressou-se um articulista: "Os homens e o movimento que derrubaram a autoridade de Lyndon Johnson, em 1968, estão a postos para derrubar Nixon em 1969... derrubar um presidente é, como na maioria das façanhas, mais fácil de realizar na segunda vez"¹³⁸. Nixon era peculiarmente vulnerável. Era um californiano detestado pela imprensa desde o fim dos anos 40. Ele achava que a mídia concorrera para que ele fosse impedido de chegar à presidência, em 1960, e que ela fizera um esforço conjunto a fim de destruir para sempre sua

carreira política, em 1963; ele devolveu essa aversão com juro. "Lembrem-se", disse ele à sua equipe, "a imprensa é o inimigo. No concernente às notícias, ninguém é amigo na imprensa. São todos inimigos"¹³⁹. Em 1968, Nixon venceu, apesar da mídia, mas por um fio. Obteve 43,4% dos votos, contra os 42,7% de Hubert Humphrey. Esta foi a menor proporção de voto popular que qualquer presidente alcançou desde 1912 e, como o comparecimento dos eleitores foi baixo (61%), conclui-se que somente 27% dos eleitores votou a seu favor. Não venceu em qualquer das grandes cidades¹⁴⁰. Certos setores da mídia questionaram sua legitimidade como presidente e tentaram reverter o veredicto por meios não-constitucionais. Não obstante essas desvantagens, Nixon conseguiu um considerável sucesso em resolver os problemas da herança anárquica dos anos Johnson-Kennedy e, em especial, em se desvencilhar habilmente do Viet-Nam. Proclamou o mesmo objetivo de todos os antecessores: "Nós buscamos dar oportunidade ao povo vietnamita do sul de determinar seu próprio futuro político sem interferência externa"¹⁴¹. Enquanto manteve o completo domínio da política americana, esse propósito foi assegurado, mas a um custo muito menor. Em quatro anos, reduziu as forças americanas no Viet-Nam de 550.000 homens para 24.000. Os gastos diminuíram de US\$25 bilhões anuais no governo Johnson para menos de US\$3 bilhões¹⁴². Isto se tornou possível pelo uso mais inteligente e flexível das forças americanas no Camboja, em 1970, no Laos, em 1971, e no bombardeio do Viet-Nam do Norte, em 1972, o que causou perplexidade e apreensão aos determinados homens de Hanói em relação às intenções americanas. Ao mesmo tempo, Nixon prosseguiu com as negociações de paz com os vietnamitas do norte. E, mais importante ainda, fez o que Kennedy e Johnson jamais ousaram: explorou a lógica da disputa sino-soviética e chegou a um entendimento com a China.

Foi a orientação californiana de Nixon que o inclinou para Pequim: ele viu no Pacífico a arena mundial do futuro. Começou a nova política em relação à China em 31 de janeiro de 1969, apenas 11 dias depois de haver começado a trabalhar na Casa Branca. Essa política ficou expressa no Memorando de Estudo da Segurança Nacional nº 14 (4 de fevereiro de 1969) e foi reforçada pela conversa de Nixon com André Malraux, que lhe disse ser uma "tragédia" o fato de "o povo mais rico e mais produtivo do mundo" estar em desavença com "o povo mais pobre e mais populoso do mundo"¹⁴³. Por causa dos medos chineses, os movimentos em direção a um *rapprochement* com a China foram conduzidos secretamente, e Nixon fez consideráveis esforços para conseguir promessas de sigilo dos líderes do Congresso que consultou. Declarou à sua equipe: "Um quarto do povo que habita o mundo vive na China comunista. Hoje eles não são uma potência significativa, mas dentro de 25 anos podem ser decisivos. Se os Estados Unidos não fizerem o que podem agora, quando podem, seremos levados a uma situação de grande perigo. Podemos chegar a uma *détente* total com a União Soviética, mas nada significará se os chineses ficarem fora da comunidade internacional"¹⁴⁴.

A nova política chinesa e a mudança na estratégia militar americana tornaram possível a paz com Hanói. A 27 de janeiro de 1973, em Paris, o secretário de Estado de Nixon, William Rogers, e Nguyen Duy Trinh, do Viet-Nam do Norte, assinaram um "Acordo sobre o Término da Guerra e a Restauração da Paz no Viet-Nam". Foi o mérito desse entendimento que possibilitou à América deixar o Viet-Nam e que reservou a Nixon o direito de manter porta-aviões em águas indochinesas e de usar aviões baseados em Taiwan e na Tailândia, caso o acordo fosse rompido por Hanói¹⁴⁵. Enquanto Nixon esteve no poder, essa sanção foi efetiva. Tendo em vista a situação

que herdara e os erros de seus antecessores, Nixon realizou uma notável proeza ao se desembaraçar de um problema de tal magnitude.

Mas foram negados à América e, mais tragicamente, aos povos da Indochina, os frutos desse sucesso, porque, em 1973, Nixon e a nação já estavam sendo tragados pelo redemoinho de histeria conhecido como *Watergate*. A América parece ser peculiarmente propensa a esses espasmos de emoção política farisaica, nos quais todo o sentido de perspectiva e interesse nacional se perde. A explosão de xenofobia de 1918-20 foi obra dos democratas da ala direita. O pânico anticomunista do fim da década de 40 e início da década de 50 foi principalmente conduzido pelos republicanos conservadores. A caça às bruxas de *Watergate*, ao contrário, foi acionada pelos liberais da mídia. Aos olhos deles, o verdadeiro crime de Nixon foi a popularidade. Embora sua vitória tenha sido apertada em 1968, seu sucesso na presidência empolgou os antiquados e inarticulados “americanos médios”, respeitadores da família, freqüentadores da igreja, patriotas, laboriosos e antiliberais, e passou por cima das cabeças de formadores de opinião e do Congresso democrático. Em 3 de novembro de 1969, fez um discurso de grande sucesso, pedindo o apoio para a nova política externa àqueles a quem chamou de “vocês, a grande e silenciosa maioria de meus companheiros americanos”. Isso pôs termo, por algum tempo, à campanha feita pela mídia com o objetivo de “arrebentar Nixon”¹⁴⁶. Na campanha de 1972, Nixon ficou encantado quando os democratas indicaram o ultraliberal George McGovern. “Estamos diante de uma situação”, disse ele a sua equipe, “na qual a mídia do Sistema do Leste tem, finalmente, um candidato que compartilha quase todas as suas opiniões”. “A real tendência ideológica do *New York Times*, *Washington Post*, *Time*, *Newsweek* e das três redes de TV” se voltava “para o lado da anistia, maconha, aborto, confisco de riqueza (desde que não fosse a deles), substanciais aumentos previdenciários, desarmamento unilateral, redução de nossas defesas e rendição no Viet-Nam”. No fim de tudo, concluiu, “o país descobrirá se o que a mídia tem defendido durante esses últimos cinco anos representa verdadeiramente o pensamento da maioria”¹⁴⁷. Fossem esses ou não os pontos de controvérsia, Nixon venceu esmagadoramente, dominando o Colégio Eleitoral por 521 a 17 e assegurando 60,7% do voto popular, um pouco menos do que o recorde de Johnson em 1964.¹⁴⁸

Entre o pessoal da mídia, houve muitos que não apenas se sentiram humilhados pelo triunfo de Nixon, mas também realmente assustados. Um poderoso editor assim se manifestou: “Tem que haver uma sangria. Precisamos nos assegurar de que ninguém chegue nem mesmo a pensar em fazer uma coisa dessas outra vez”¹⁴⁹. O objetivo era usar a publicidade para reverter o veredicto eleitoral de 1972, que, num sentido metafísico, era visto como ilegítimo — da mesma maneira que os alemães conservadores viram Weimar como ilegítima. A Casa Branca de Nixon fez o jogo desse desejo, recorrendo a meios extralegais para proteger o presidente e seus programas. A tradição de trapagens presidenciais começara com Franklin Roosevelt, que criara sua própria “unidade de serviço secreto”, sob sua inteira responsabilidade, com uma equipe de onze pessoas e financiada por verba da rubrica “Emergência Especial” do Departamento de Estado¹⁵⁰. Ele usava o FBI de Hoover e o Departamento de Justiça para atormentar os inimigos, especialmente os da imprensa, e para grampear seus telefones — dos quais uma das vítimas foi o líder dos mineiros, John L. Lewis¹⁵¹. Fez um esforço desesperado para “levar” o *Chicago Tribune*, que ele odiava, aos tribunais. Chegou mesmo a usar o serviço secreto para colocar aparelhos de escuta no quarto de hotel de sua mulher¹⁵². Embora Truman e Eisenhower se

mantivessem alastados das atividades clandestinas das suas equipes e da CIA, estavam inteirados da existência delas, uma vez que, no trato com a Rússia soviética e outros regimes totalitários, elas eram inevitáveis. Kennedy e seu irmão Robert positivamente se divertiam com esse jogo, e o maior arrependimento de Kennedy foi não ter feito de Robert chefe da CIA, para poder trazê-la sob estrito controle familiar. No Departamento de Justiça, em 1962, Robert Kennedy ordenou a agentes do FBI que realizassem batidas, durante a madrugada, em casa dos executivos da US Steel, que desafiara os programas de governo de seu irmão¹⁵³. Em sua campanha em prol dos direitos civis, os irmãos Kennedy exploraram o sistema federal de contratos e usaram atos do Executivo, sobre financiamento de habitação (ao invés do Legislativo), para conseguir o que queriam¹⁵⁴. Tramaram contra estações de rádio e TV de direita¹⁵⁵. Nos governos de Kennedy e de Johnson, o grampeamento de telefones aumentou de forma marcante¹⁵⁶. O mesmo ocorreu com a ordem do Executivo para a colocação de aparelhos de escuta: os inúmeros adultérios do líder dos direitos civis, Martin Luther King, foram gravados e entregues aos editores de jornais¹⁵⁷. Johnson usou os arquivos secretos do governo, o serviço Interno de Rendas e outros dispositivos do Executivo para proteger-se contra o desmascaramento no escândalo Bobby Baker de 1963, potencialmente o maior desde Teapot Dome.

Até a presidência de Nixon, a mídia era extremamente seletiva quando publicava qualquer erro de conduta presidencial. Os jornalistas protegeram Roosevelt da revelação pública de seus casos de amor¹⁵⁸. Fizeram o mesmo com Kennedy, escondendo o fato de que, quando presidente, mantinha um apartamento em Washington para suas amantes, uma das quais compartilhava com um gângster¹⁵⁹. Na luta de Johnson para não ser envolvido no escândalo Bobby Baker, o *Washington Post* realmente ajudou-o a denegrir seu principal acusador, o senador John Williams¹⁶⁰. Johnson, enquanto vice-presidente, aceitava subornos, tal como o vice-presidente de Nixon, Spiro Agnew, também aceitava: Agnew foi desmascarado e condenado; Johnson foi para a Casa Branca¹⁶¹.

Nixon não desfrutou de tal indulgência por parte da mídia. Ao contrário. Mas por outro lado é provável que, sob certos aspectos, ele tenha ultrapassado qualquer de seus antecessores. Isso era, em parte, uma questão de dimensão: a Casa Branca estava expandindo-se fora de controle. Lincoln, na sua época, teve de pagar uma secretária de seu próprio bolso. Hoover teve de lutar muito para conseguir três. Roosevelt nomeou os primeiros seis “assistentes administrativos”, em 1939. Kennedy tinha 23. O número total do pessoal da Casa Branca chegou a 1.664 no último ano de Kennedy. No governo de Johnson esse número era quarenta vezes maior do que no tempo de Hoover. No governo de Nixon subiu para 5.395, em 1971, com o custo saltando de US\$31 milhões para US\$71 milhões¹⁶². Grande parte dessa expansão se deve a Henry Kissinger, o assistente de Segurança de Nixon e mais tarde secretário de Estado, que controlava as negociações com o Viet-Nam. Foi Kissinger quem basicamente expandiu as operações de grampeamento de telefones, teoricamente para auxiliar sua ofensiva de paz¹⁶³. O Viet-Nam, onde a paz mundial e as vidas americanas estavam em jogo, era a justificativa ostensiva e, para Nixon, a verdadeira justificativa para muitas atividades questionáveis. Ele via o sigilo como fator de grande importância para o sucesso. Em 1971, uma série enorme de documentos secretos da Administração (os “Pentagon Papers”) foram roubados e entregues ao *New York Times*, que os publicou. Na Grã-Bretanha e na maioria das outras democracias ocidentais, os envolvidos teriam sido presos em nome das leis de sigilo do governo.

Isso não era possível nos Estados Unidos, onde a imprensa desfruta de privilégios constitucionais contidos na Emenda Numero Quatro (*Fourth Amendment*). Para Nixon, conforme declarou um de seus colegas, essa publicação foi “um desafio da elite, da imprensa não-eleita, à primazia do poder do governo eleito democraticamente. Uma questão moral estava em jogo”¹⁶⁴. Uma “Unidade de Investigações Especiais” do Executivo foi autorizada a usar meios ilegais (inclusive uma entrada forçada), para pegar o informante. Essa unidade de “encanamento” se tornou o protótipo de outras forças-tarefa, uma das quais na sede do Partido Democrático, no edifício Watergate, no final de maio de 1972, e outra vez a 17 de junho. Na segunda ocasião, sobre a qual os democratas deviam saber com antecedência, os “encanadores” foram presos¹⁶⁵.

A espionagem política e, mesmo o furto, nunca, até então, haviam sido levados a sério na América. Johnson colocara aparelhos de escuta contra Goldwater, em 1964. A rede de TV, a NBC, fizera o mesmo na sede do Partido Republicano, em 1968. Tanto o *Washington Post* quanto o *New York Times* publicaram material furtado, de natureza extremamente valiosa (as memórias de Haldeman e de Kissinger), durante esse período. Mas o *Washington Post*, numa série de artigos que começaram em 10 de outubro de 1972, decidiu fazer do arrombamento de Watergate uma grande questão moral, no que foi seguido pelo resto da mídia da Costa Leste. Isso, em si, não teria sérias consequências. Fracassou em impedir a vitória de Nixon. Mas chamou a atenção de um juiz federal, ansioso por publicidade, John Sirica, conhecido como “*Maximum John*”, pela severidade de suas sentenças — mas que não era, em qualquer outra circunstância, um juiz que merecesse a aprovação da imprensa liberal. Quando os arrombadores compareceram diante dele, deu-lhes sentenças de prisão perpétua provisória, para forçá-los a fornecer provas contra os membros da Administração. Sirica condenou o único homem que se recusou a ceder, Gordon Liddy, a 25 anos, além de aplicar-lhe uma multa de US\$40.000. Por ser Liddy réu primário de um delito de arrombamento e invasão, no qual nada foi roubado e onde não houve resistência à polícia, esse fato indicava que Sirica estava determinado a agir com seriedade. Esse ato de terrorismo judicial, que teria sido impossível em qualquer outro país sob o Estado de direito, seria tristemente típico de uma jurídica caça às bruxas, por meio da qual os membros da Administração de Nixon foram perseguidos, condenados (em alguns casos os réus se declararam culpados para evitar a ruína financeira de uma defesa extremamente cara) e sentenciados¹⁶⁷. Mas conseguiu o efeito desejado e “estourou” o escândalo Watergate, isto é, permitiu que fosse acionada a máquina de investigação do Congresso, onde, é claro, os democratas tinham o controle majoritário, para um assalto frontal à “presidência imperial”. No decorrer desse processo, a idéia de privilégio do Executivo, tão calorosamente defendida pela mídia liberal, foi reduzida a zero. Na verdade, no afã de destruir Nixon, todas as considerações de segurança nacional foram postas de lado.

Na sexta-feira, 13 de julho de 1973, constituiu-se em pretexto para os caçadores de bruxas o fato de um membro da equipe da Casa Branca admitir que todas as conversas de trabalho de Nixon eram automaticamente gravadas. Mais uma vez, nenhuma novidade nessa declaração. Roosevelt havia colocado estenógrafos num cubículo construído para esse fim, abaixo de sua sala, com o objetivo de escutar às escondidas o que diziam os visitantes. Foi revelado em 1982 que, em 1940, ele também fizera gravações secretas com a ajuda da *Radio Corporation of America*, que era proprietária de uma das grandes redes de TV. Ao mesmo tempo, veio à tona que

Truman fazia gravações, que Eisenhower usava uma combinação de fitas e ditafones, que Kennedy gravava secretamente o que diziam os visitantes (e sua mulher) nos últimos 16 meses da sua presidência, e que Johnson inveteradamente gravava tudo¹⁶⁸. Um dos primeiros atos de Nixon, em fevereiro de 1969, foi mandar arrancar o sistema de gravação de Johnson: não considerava isso correto. Depois, em fevereiro de 1971, preocupado com os historiadores liberais do futuro, que poderiam interpretar erroneamente sua política no Viet-Nam, ele ordenou a instalação de um novo sistema. Seu chefe de Pessoal, Bob Haldeman, escolheu um que era indiscriminado e ativado pela voz: “o maior desserviço que um ajudante presidencial jamais prestou a seu chefe”¹⁶⁹. Essas fitas transcritas, que os tribunais e os investigadores do Congresso exigiram que Nixon entregasse – sob o olhar irônico, presumivelmente, do fantasma do senador Joe McCarthy – foram usadas para armar um pretense *impeachment* do presidente. Se Nixon era realmente culpado de uma tentativa de interferir no curso da justiça, como foi alegado, ou se tal tentativa, se é que foi feita, foi encoberta por uma legítima interpretação de *raison d'état*, nunca ficou esclarecido. Nixon elucidou sua participação no caso, na época, e, para evitar o risco de uma prolongada convulsão nacional causada por um *impeachment*, que poderia ter durado anos, renunciou, em agosto de 1974. Assim, o veredicto eleitoral de 1972 foi derrubado pelo que pode ser chamado de um *putsch* da mídia. A “presidência imperial” foi substituída pela “imprensa imperial”¹⁷⁰.

A queda de Nixon ocasionou uma mudança radical no equilíbrio do poder em direção ao Legislativo. Um movimento nesse sentido estava, talvez, atrasado. Mas, nesse caso, foi longe demais na direção oposta. Em 1973, a Resolução sobre os Poderes da Guerra (*War Powers Resolution*), passou por cima do veto de Nixon, impôs limites sem precedentes ao poder do presidente no sentido de comprometer as forças americanas no exterior, obrigando-o, em qualquer caso, a solicitar a autoridade do Congresso no prazo de sessenta dias. Outras limitações na política externa presidencial foram impostas pelas Emendas *Jackson-Vanik e Stevenson* de 1973-74. Em julho e agosto de 1974, o Congresso paralisou a ação do presidente na crise de Chipre; no outono, impôs restrições ao recurso à CIA. Em 1975, o Congresso efetivamente inviabilizou a política do presidente em Angola. Mais tarde, nesse mesmo ano, o Congresso aprovou a Lei do Controle sobre a Exportação de Armas (*Arms Export Control Act*), que retirava o arbítrio do presidente quanto ao suprimento de armas. Usava de controles financeiros para limitar rigorosamente o sistema de “acordos presidenciais” com potências estrangeiras, dos quais mais de 6.300 tinham sido concluídos de 1946 a 1974 (em contraste com os apenas 411 tratados que requeriam sanção do Congresso). Reforçou as agressivas restrições ao poder presidencial, autorizando nada menos que 17 comissões do Senado e 16 da Câmara para supervisionar a orientação dada à política externa, e ampliando seu pessoal técnico para mais de três mil (a equipe da Comissão de Relações Internacionais da Câmara triplicou em 1971-77), a fim de controlar as atividades da Casa Branca¹⁷¹. No fim dos anos 70, calcula-se que havia nada menos do que 70 emendas restritivas à conduta presidencial em política externa. Foi, inclusive, afirmado que um exame da Resolução sobre os Poderes da Guerra (*War Powers Act*) revelaria que o presidente não mais seria o comandante-em-chefe é que a decisão de manter ou não as tropas americanas no exterior deveria ser deixada para a Suprema Corte¹⁷².

O impacto imediato e, em termos de vida humana, o mais sério da histeria de Watergate foi a destruição das instituições livres em toda a Indochina. A política de

Nixon de retirada só fazia sentido se os vietnamitas do norte ficassem na dúvida sobre a disposição americana de dar apoio substancial a seus aliados do sul. A Resolução sobre os Poderes da Guerra, a interdição do Congresso em 1974 no envolvimento militar americano e posteriores reduções do Congresso de toda a assistência dada ao sul — resultados diretos da degringolada de Watergate — deram fim às necessárias ambigüidades sobre a política americana. Nixon e seu sucessor, Gerald Ford, eram impotentes para impedir que os vietnamitas do norte rompessem acordos e se apoderassem de tudo. Alguns especialistas franceses argumentaram, ao longo do tempo, que a verdadeira causa e dinâmica da luta na Indochina era o agressivo expansionismo dos vietnamitas do norte e o seu desejo secular de dominar todos os povos da Indochina. Os recursos para a consecução desse objetivo provinham da organização implacável dos comunistas. Essa tese foi confirmada pelos acontecimentos. À medida em que o auxílio americano ia-se diluindo, a balança militar pendeu decisivamente para o Norte, em 1973. No fim desse ano, o Norte havia alcançado uma superioridade de dois por um e encetou uma invasão generalizada. Em janeiro de 1975, todo o Viet-Nam Central teve de ser evacuado e um milhão de refugiados correu em direção a Saigon. Num último e desesperado apelo ao Congresso, o presidente Ford suplicou: “A relutância americana em fornecer assistência adequada aos aliados que lutam por suas vidas poderia afetar seriamente a nossa credibilidade como um país aliado pelo mundo afora”¹⁷³. Mas o Congresso nada fez. Em entrevista à imprensa, a 26 de março, Ford apelou novamente, advertindo sobre “uma mudança maciça na política externa de muitos países e uma ameaça fundamental... à segurança dos Estados Unidos”¹⁷⁴. O Congresso permaneceu impassível. Em menos de quatro semanas, a 21 de abril, o governo vietnamita abdicou. Os helicópteros dos fuzileiros navais retiraram oficiais americanos e alguns poucos amigos vietnamitas do telhado da Embaixada americana, em Saigon. Nove dias mais tarde, os tanques comunistas entravam na cidade. Foi a derrota mais séria e humilhante da história americana. Para os povos da região, foi uma catástrofe.

As elites comunistas que tomaram o poder pela força em toda a Indochina, em abril de 1975, imediatamente embarcaram em programas de engenharia social, de âmbito nacional, que lembravam a coletivização dos camponeses por Stálin, embora, em alguns aspectos, tenham sido até mais desumanos. O programa melhor documentado foi o da “ruralização conduzida no Camboja pelo Khmer Vermelho, que entrou na capital, Phnom Penh, em meados de abril, tendo sido evacuada a Embaixada americana no dia 12. As atrocidades começaram a 17 de abril. Foram realizadas, principalmente, por soldados camponeses analfabetos, mas tinham sido planejadas dois anos antes por um grupo de ideólogos de classe média, que se denominava *Angka Loeu* (“a Organização Superior”). Detalhes desse plano foram obtidos por um especialista do Departamento de Estado, Kenneth Quinn, que os inseriu num relatório datado de 20 de fevereiro de 1974.¹⁷⁵ O projeto era uma tentativa de condensar, num único golpe aterrorizante, as mudanças sociais que se realizaram em mais de 25 anos na China de Mao. Teria de ser “uma total revolução social”. Tudo acerca do passado era “anátema e deveria ser destruído”. Era necessário “reconstruir psicologicamente os membros individuais da sociedade”. Isto requeria “desmantelar, pelo terror e outros meios, as bases, as estruturas e as forças tradicionais que haviam moldado e guiado a vida de um indivíduo” e depois “reconstruí-las de acordo com as doutrinas do partido, pela substituição de uma série de novos valores”¹⁷⁶. *Angka Loeu* era constituído de cerca de vinte intelectuais políticos

profissionais, principalmente professores e burocratas. Dos oito líderes, todos em torno de quarenta anos (entre eles, uma mulher), havia cinco professores, um professor universitário, um economista e um burocrata. Todos tinham estudado na França nos anos 50, onde haviam absorvido as doutrinas da “violência necessária”, pregada pela esquerda radical. Eram os filhos de Sartre. É notável que, enquanto esse grupo de ideólogos pregava as virtudes da vida rural, nenhum deles jamais empreendeu um trabalho manual ou teve qualquer experiência de gerar riqueza. Da mesma forma que Lênin, eram puros intelectuais. Eram a síntese da grande força destrutiva do século XX: o fanático religioso reencarnando o político profissional. O que eles fizeram ilustrou a suprema crueldade das idéias. Em qualquer outra época ou lugar, os planos desses pedantes selvagens teriam permanecido em suas imaginações febris. No Camboja de 1975, foi possível colocá-los em prática.

Em 17 de abril, mais de três milhões de pessoas viviam em Phnom Penh. Foram literalmente empurradas para o campo na periferia da cidade. A violência começou às 7 horas da manhã, com ataques às lojas chinesas; depois, a pilhagem generalizada. As primeiras matanças começaram às 8h45min. Quinze minutos depois, as tropas começaram a desocupar o Hospital Militar, levando médicos, enfermeiras, doentes e moribundos para o meio da rua. Uma hora depois, abriram fogo sobre qualquer pessoa que avistassem na rua, para começar o pânico na cidade. Ao meio-dia, o hospital Preah Ket Melea foi desocupado: centenas de homens, mulheres e crianças, levados sob a mira de um revólver, moviam-se com dificuldade sob o sol a pino, numa temperatura acima de 40° C. Dos vinte mil feridos da cidade, todos estavam na selva no fim da tarde. Um homem carregava nas costas seu filho, que acabava de ter ambas as pernas amputadas; outros empurravam as camas dos doentes, carregando recipientes de plasma e soro. Todos os hospitais da cidade foram esvaziados. Todos os documentos e relatórios da cidade foram destruídos. Todos os livros foram lançados no rio Mekong ou queimados às suas margens. O papel moeda do Banque Khmer de Commerce foi incinerado. Automóveis, motocicletas e bicicletas foram recolhidos. Foguetes e bazucas eram disparados em direção às casas onde se percebia qualquer movimento. Houve muitas execuções sumárias. Aos restantes, foi ordenado: “Partam imediatamente ou fuzilaremos todos vocês”. Ao anoitecer, o suprimento de água foi cortado. O que imprimiu ao episódio um peculiar horror kafkiano foi a ausência de qualquer autoridade visível. Os soldados-camponeses, obedecendo a ordens, simplesmente matavam e aterrorizavam, invocando os comandos do *Angka Loeu*. Nada foi explicado. Os intelectuais que planejaram tudo isso jamais apareceram¹⁷⁷.

A 23 de abril, as tropas começaram a esvaziar outras cidades, cujas populações variavam entre 15.000 e 200.000 pessoas. Cometeram muitas atrocidades. Em Siem Reap, mais de cem pacientes do hospital Monte Peth foram assassinados em seus leitos com cacetes e facas; outros quarenta foram mortos no Hospital Militar. Seguindo os padrões de Stálin na Polônia, houve massacres de oficiais: em Mongkol Borei, por exemplo, um grupo de duzentas pessoas foram levadas a um campo minado, especialmente com esse objetivo. No pagode de Svay, perto de Sisophon, 88 pilotos foram mortos a pauladas. Outros grupos assassinados em massa foram os mendigos de rua, prostitutas, os feridos gravemente e doentes incuráveis encontrados em hospitais, funcionários públicos, professores e estudantes. Como ocorreu no grande massacre da Indonésia, as famílias dos “culpados” foram chacinadas para prevenir uma futura “vingança”: as moças-soldados do Khmer Vermelho levavam as mulheres e criancinhas para as covas da morte. Mas poucas tentativas foram feitas

para esconder a matança, muitos corpos foram deixados em decomposição ou boiando, rio abaixo¹⁷⁸.

Em junho, 3.500.000 pessoas das cidades e quinhentas mil das “más” aldeias tinham sido espalhadas pelos campos, para trabalhar na construção de novas aldeias, muitas vezes com as próprias mãos. Aos desertores diziam que seriam “esmagados pela roda da história”, uma surpreendente imagem do leninismo posta em prática. As relações sexuais eram proibidas, adultério e fornicação punidos com a morte, sentença que era executada impiedosamente. Os casais eram proibidos de manter conversações prolongadas a sós: chamavam a esta prática de “briga”; e eles eram punidos com a morte, se tentassem pela segunda vez. Quando surgiu a fome e a epidemia, os velhos, os doentes e os muito jovens (especialmente os órfãos) eram abandonados. As execuções eram públicas; parentes eram obrigados a assistir ao irmão, mãe ou filho ser estrangulado ou decapitado, apunhalado, espancado a cacete ou morto a machadadas. Algumas vezes famílias inteiras eram executadas juntas; ex-funcionários, muitas vezes torturados até a morte ou mutilados antes da execução. Em Do Nauy, o coronel Saray Savath teve o nariz e as orelhas decepados, depois foi crucificado numa árvore e morreu no terceiro dia. No mesmo lugar, um professor chamado Tan Samay, que havia desobedecido às ordens de nada ensinar a seus alunos que não fosse o cultivo do solo, foi enforcado, e seus próprios alunos, com idades entre oito e dez anos, forçados a levar a cabo a execução, gritando “Professor inepto!”, enquanto o matavam¹⁷⁹. A lista nauseante de crueldades é infinita.

Em abril de 1976, o líder da *Angka Loeu*, Khieu Samphan, se tornou chefe de Estado, sendo sucedido como chefe de governo por outro intelectual fanático da classe média, Pol Pot. Como chefe de Estado, esteve presente numa conferência das chamadas nações não-alinhadas, em Colombo, em agosto de 1976, e, numa confusa entrevista dada a uma revista italiana, pareceu ter admitido que um milhão de “criminosos de guerra”, como os denominava, havia morrido desde que o Khmer Vermelho assumira o poder. Nesse momento ainda continuavam os assassinatos em massa. De acordo com uma série de cálculos, baseados em entrevistas com mais de trezentas testemunhas e com o trabalho do erudito francês François Ponchaud, que entrevistou muitas mais, cerca de 100.000 cambojanos foram executados, 20.000 morreram ao tentar fugir, 400.000 morreram no êxodo forçado das cidades, outros 430.000 morreram nos campos e “aldeias” antes do final de 1975 e mais de 250.000 em 1976. Assim, entre abril de 1975 e começo de 1977, os ideólogos marxistas-leninistas acabaram com a vida de 1.200.000 pessoas, um quinto da população¹⁸⁰.

Embora as atrocidades do Camboja atraíssem a maior parte das atenções do Ocidente, uma engenharia social de tipo semelhante acontecia no Laos e no Viet-Nam do Sul. No Laos, a classe média fora destruída ou impelida para a Tailândia no final de 1975, quando foi declarada uma República Democrática do Povo, o que, na realidade, era uma cobertura para a colonização pelos vietnamitas do norte. As minorias foram destruídas ou expulsas e, no norte, a colonização em massa pelos camponeses vietnamitas do norte foi efetuada nos anos 1977-78. Em julho de 1976, o Viet-Nam do Sul foi “unificado” ao Norte, sob seu controle total. Como no Camboja, um contingente imenso de habitantes da cidade, cujo total se desconhece, foi removido à força para o campo. O secretário-geral do Partido Comunista Vietnamita, Le Duan, anunciou que o padrão de vida então cairia. “O povo do Sul”, disse ele, havia “alcançado um padrão de vida muito alto para a economia do país”. Tal “sociedade de consumo” era o “completo oposto de uma vida civilizada e verdadeiramente feliz”.

Isse era, pois, o problema. O jornal do partido escreveu sobre “a submissão da totalidade do nosso povo à vontade da classe avançada que representa a sociedade”. Em janeiro de 1977, havia 200.000 prisioneiros políticos, além de muitos milhares de execuções. Em dezembro de 1978, a elite do Viet-Nam do Norte finalmente rompeu com o regime de Pol Pot no Camboja, invadiu o país e ocupou Phnom Penh a 7 de janeiro de 1979. A Indochina inteira estava agora praticamente “unida”, sob uma ditadura militar vietnamita do Norte, com duzentos mil soldados viets em Kampuchea (o novo nome do Camboja) e vinte mil no Laos. Em 1980, o Viet-Nam tinha muito mais do que um milhão de pessoas nas Forças Armadas — depois de Cuba, a maior força armada *per capita* no mundo¹⁸¹. Foi um horripilante clímax para a “luta de libertação”, que agora entrava em nova fase, com movimentos de guerrilha, apoiados pela China, contra Hanói, e com a Rússia soviética fornecendo aos imperialistas vietnamitas do Norte helicópteros armados para manter a supremacia. Mas o século XX está repleto de tais ironias.

Esses acontecimentos eram observados com apatia pela América, e, na verdade, pelo Ocidente em geral. Eram meramente um aspecto marginal do processo de desilusão tão característico da década de 70, e que se centrava cada vez mais no fraco desempenho da economia mundial. A Guerra do Viet-Nam e sua seqüência amarga, a Grande Sociedade e seu colapso, a Presidência Imperial e sua demolição; todos esses fatos constituíram, combinados, uma tentativa de suicídio da superpotência do Ocidente. Foram fatores poderosos para o término da grande expansão econômica do pós-guerra e retorno da sociedade internacional ao medo e à desordem dos anos 30. Outro fator igualmente importante: eles solaparam a capacidade de liderança americana de reagir à nova instabilidade.

19

OS COLETIVISTAS ANOS 70

A desordem econômica precede a desordem militar da guerra. O colapso econômico do início dos anos 30 tornou possível, indubitavelmente, a Segunda Guerra Mundial. Em consequência desse colapso, os estadistas ocidentais procuraram ansiosamente um caminho para impedir que esse modelo se repetisse. O resultado foi o aparecimento da era keynesiana. Keynes definira a essência de sua filosofia numa famosa carta enviada ao *New York Times*, em 1933: "Atribuo grande importância ao aumento do poder aquisitivo nacional que resulta de gastos governamentais financiados por empréstimos"¹. Durante os anos 50 e 60, essa ênfase keynesiana se tornou um princípio dominante na política econômica de todas as principais economias do Ocidente. Além do mais, o keynesianismo foi adotado em escala internacional. Em julho de 1944, em Bretton Woods, em New Hampshire, Keynes e um funcionário do Tesouro Americano, Harry Dexter White, criaram o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. O arrogante homem de King's achou White intoleravelmente rude: ele não tinha "a mais pálida concepção de comportamento civilizado". White chamava Keynes de "Vossa Alteza Real". Mas, na prática, esses dois homens, que guardavam pesados segredos, trabalhavam muito bem juntos. Keynes defendia a idéia de que o papel assumido pela Londres da era pré-1914 na condução do sistema monetário internacional fora deixado vazio, em virtude da fraqueza britânica no período entreguerras: donde o desastre. O novo sistema iria preencher a lacuna criada. Estenderia "os princípios do sistema bancário local ao âmbito internacional... Quando alguém deseja deixar seus recursos ociosos, esses recursos não são retirados de circulação, mas ficam disponíveis para que outra pessoa, devidamente preparada, possa usá-los; essa operação deve-se tornar possível sem que os recursos percam a sua liquidez"².

O novo sistema foi implantado em maio de 1946. Funcionou muito bem, principalmente porque a economia americana progredia rapidamente e os políticos americanos estavam preparados para dirigir o mundo dentro das linhas do pensamento keynesiano. Em âmbito mundial, houve uma procura insaciável de dólares, e Washington estava em condições de fornecê-los, quer através do Plano Marshall, quer através de outros programas de assistência ou empréstimos baratos. Resultou daí a mais rápida e prolongada expansão econômica da história mundial. O comércio

mundial, com 30% de contração no início dos anos 30, só recuperada ao final da mesma década, cresceu, nos vinte e três anos seguintes, entre 1949 e 1971, na média anual notável de 7,27%.³ Nada igual acontecera antes. Mesmo no curto período de frenesi de 1926 a 1929, o índice anual fora de apenas 6,74%. A expansão industrial mostrou-se, comparativamente, invulgar. Durante todos os 260 anos para os quais se dispõe de estatísticas aceitáveis — 1705 a 1971 —, a quantidade de produção industrial no mundo subiu 1.730 vezes. Consideravelmente mais da metade desse aumento aconteceu no quarto de século pós-1948. O crescimento da produção industrial, no mundo inteiro, era em média de 5,6%, média essa mantida ano após ano⁴.

A condição de estabilidade que possibilitou esse progresso material fenomenal para a humanidade foi proporcionada pelo dólar, visto como moeda internacional administrada generosamente. Mas a confiança no dólar dependia da força da economia americana. E, nos anos 60, os sucessivos presidentes americanos colocaram a economia sob pressão crescente. Ademais, a economia da América era essencialmente a do homem de negócios. Seu sucesso se baseava, em grande parte, na existência de um clima favorável, no qual o empresário se sentia seguro e apreciado. Esse clima havia existido nos anos 20. Desaparecera nos anos 30. Reaparecera durante a guerra, quando os negócios eram necessários para destruir Hitler, e se manteve ininterrupto até o fim da administração de Eisenhower. Nos anos 60, aconteceu a grande mudança. O clima nacional se tornou hostil aos negócios. O primeiro sinal de dificuldade foi constatado com o retorno a um processo vigoroso de produção de leis anticartéis. O Departamento de Justiça investiu frontalmente contra a indústria elétrica. No início de 1961, altos funcionários da General Electric e da Westinghouse, e mesmo as próprias companhias, foram condenados por fixarem seus preços. Só a sentença durou dois dias para ser pronunciada. Sete importantes empresários foram mandados para a prisão; as multas totalizaram quase \$2 milhões⁵.

Isso foi apenas um prenúncio. Os irmãos Kennedy haviam sido educados pelo pai-especulador para odiar os empresários⁶. A consequência dessa forma de educação evidenciou-se no ataque de 1962 à indústria do aço, conduzido pelo ministro da Justiça, Robert Kennedy, que aprendera as técnicas de importunar e de manipular judicialmente como se fosse membro da equipe de Joe McCarthy. O *Christian Science Monitor* questionou: “Depois dessa demonstração de poder discricionário... quanto livre será a economia americana?” O *Wall Street Journal* queixou-se de que o governo estava coagindo a indústria do aço “pela pressão do medo — pelo poder discricionário, por ameaças, por agentes pertencentes à polícia de segurança”⁷. Deu-se então a primeira grande queda do pós-guerra na Bolsa de Nova Iorque. A Bolsa se recuperou, mas as ações de certas indústrias nunca mais se mantiveram à frente da inflação. Em 1966, com a inflação atingindo mais de 3% pela primeira vez, e com taxas de juros ao nível assustador de 5,5%, apagou-se a centelha no Grande Mercado Especulativo. Em 1968, ano culminante dos problemas de Lyndon Johnson, o aumento das ações se deteve completamente, com o índice industrial Dow-Jones menor do que a mágica marca de mil. Doze anos mais tarde, ajustado para a inflação, o índice havia caído para cerca de trezentos⁸. Somente na década de 70, o valor da ação ordinária na Bolsa de Nova Iorque caíra cerca de 42%.⁹ Cumulativamente, a perda de confiança nas ações, isto é, nas atividades empresariais americanas, foi tão grande quanto o colapso de Hoover, embora tenha perdurado por um período muito mais longo.

O fato de as bolsas de valores despencarem foi apenas o começo dos problemas dos negócios americanos. Em 1961, Rachel Carson publicou *The Sea Around Us* e, no ano seguinte, *The Silent Spring*, chamando a atenção para a poluição alarmante dos recursos naturais e para a destruição da vida orgânica causada pelos processos de explosão das economias modernas, especialmente o derramamento de produtos químicos tóxicos e o uso de inseticidas para elevar a produção agrícola. Em 1965, Ralph Nader publicou *Unsafe at Any Speed*, apresentando o produto característico da indústria automobilística americana, o cerne da economia industrial, como uma armadilha de morte. Esses livros agiram como corretivos necessários para os efeitos colaterais daninhos do rápido crescimento dessa economia. Iniciaram, contudo, uma era na qual a proteção ambiental e o consumidor se transformaram em agentes de uma cruzada quase religiosa, levada avante com zelo fanático cada vez mais forte. Essa luta possuía um fascínio peculiar para centenas de milhares de graduados, saídos aos borbotões das universidades, em consequência da expansão do ensino superior, e ávidos de encontrar meios para expressar o radicalismo que haviam absorvido nessas universidades. Não se inventou nada mais eficiente para produzir um clima hostil aos negócios do que o crescimento do *lobby* da saúde e da segurança. Este tornou-se um dos aspectos importantes da vida americana a partir de meados dos anos 60, e logo se refletiu numa série de dispositivos legais que o regularam. Dotado de extraordinária capacidade de fazer passar as leis que propunha no Congresso, Lyndon Johnson começou o processo: em 1964, a Lei do Uso Múltiplo (*Multiple Use Act*) e a Lei da Terra e da Água (*Land and Water Act*); em 1965, a Lei da Poluição da Água (*Water Pollution Act*) e a Lei do Ar Puro (*Clean Air Act*); em 1966, a Lei da Despoluição da Água (*Clean Water Restoration Act*). Quando Johnson vacilava, o “Congresso da Preservação” de 1968 tomava a iniciativa, mantida até os anos 70, de criar uma série gigantesca de leis, denominadas de “Ecotopia”, e impostas ao mundo de negócios americano: a Lei sobre a Proteção do Meio Ambiente (*Environmental Protection Act*), a Lei sobre o Controle de Substâncias Tóxicas (*Toxic Substances Control Act*), a Lei sobre a Saúde e a Segurança no Trabalho (*Occupational Health and Safety Act*), a Lei sobre Multas contra a Poluição do Ar (*Clean Air Amendments Act*) e uma série completa de Leis sobre Drogas e Alimentos (*Food and Drugs Acts*). Em 1976, calculou-se que a obediência a todas as novas regulamentações estava custando às empresas americanas US\$63 bilhões anuais, além de mais US\$3 bilhões ao contribuinte, a fim de manter as agências reguladoras do governo. Os custos totais dessa obediência subiram para mais de US\$100 bilhões, em 1979.¹⁰

Igualmente sério foi o efeito sobre a produtividade. Exemplifica bem isso a indústria de carvão, cuja produção estava em torno de 19,9 toneladas por trabalhador/dia, em 1969. Por volta de 1976, quando se fizeram sentir os efeitos completos da Lei sobre Segurança e Saúde nas Minas de Carvão (*Coal-Mine Health and Safety Act*) de 1969 (em certos aspectos um estatuto altamente desejável), essa indústria teve a sua produção diminuída para 13,6 toneladas — uma queda de 32%.¹¹ Em 1975, em função dos regulamentos governamentais sobre poluição e das normas de segurança no trabalho,¹² toda a indústria americana teve sua produtividade decrescida em 1,4%. No fim dos anos 60 e durante os anos 70, por conseguinte, a excessiva regulamentação governamental estava provocando o mesmo tipo de desgaste destrutivo na economia americana que o privilégio legal dos sindicatos ocasionava na Grã-Bretanha. Como resultado, durante o período de 1967-77, o índice de produtividade da indústria manufatureira cresceu de apenas

27%, mais ou menos a mesma coisa que na Grã-Bretanha (na Alemanha, o número correspondente foi de 70%; na França, 72%; e no Japão, 107%). A partir de meados da década de 70, a produtividade americana realmente declinou. O dinamismo econômico sugeria que as causas eram principalmente políticas: o fracasso no controle da oferta de dinheiro, cargas excessivas de impostos e, acima de tudo, intervenção e regulamentação governamentais¹³.

Mas o clima antiempresarial não foi somente fruto da política. Foi também trabalho dos tribunais que, nos anos 60, entraram num período de expansão agressiva — parte do movimento em direção a uma sociedade litigiosa — dirigidos pela Suprema Corte. Waite, o presidente do Supremo Tribunal, havia estabelecido o princípio correto em 1877: “Para proteção contra os abusos do legislativo, o povo deve recorrer às urnas eleitorais e não aos tribunais”. Contudo, nos anos 50 e no início dos anos 60, a América apelara aos tribunais para remediar a recusa do Congresso em aprovar uma legislação efetiva de direitos civis. Os tribunais reagiram e, tendo provado o gosto do poder, dele desfrutaram por muito tempo, mesmo depois que a batalha dos direitos civis estava ganha. Eles corroeram a legitimidade do poder, tanto do Congresso como da Presidência, e não apenas na área dos direitos, mas também na condução da economia. Assim, o início dos anos 70 viria nascer a “imprensa imperial” e o “judiciário imperial”.

A animosidade dos tribunais foi dirigida particularmente contra os homens de negócios, notadamente quando o judiciário, por extensão do conceito de direitos civis, abraçou o princípio da “ação afirmativa” (isto é, a discriminação em favor dos “grupos desprivilegiados”) e começou o processo de imposição de “quotas raciais”. Esse era apenas um dos aspectos dos “direitos”: os direitos das mulheres, dos homossexuais, dos incapacitados físicos e de muitas outras entidades coletivas foram considerados leis vigentes pelos tribunais contra as instituições poderosas, tais como as instituições do mundo de negócios ou o governo. A Suprema Corte reinterpretou a Constituição para apoiar as preferências específicas do judiciário — legislativas e políticas —, que eram liberais. Destarte, os princípios constitucionais e a prática legal deles derivada mudaram com rapidez assustadora¹⁴. Uma crescente proporção de recursos empresariais e de tempo dos executivos era dedicada à reação contra o litígio: nos anos 70, a América possuía quatro vezes mais advogados *per capita* do que a Alemanha Ocidental, e vinte vezes mais do que o Japão¹⁵.

A ação dos tribunais também tornou difícil para o governo — em nível municipal, estadual e federal — reduzir o tamanho e o custo do setor público. Quando Nixon deixou de destinar fundos para o Escritório de Oportunidade Econômica, em 1974, o que significava fechar suas novecentas agências de Ação Comunitária (uma extravagância burocrática sem o menor valor prático), um juiz federal julgou a ação ilegal¹⁶. Os tribunais também entenderam que, se uma autoridade governamental não providenciasse os serviços de bem-estar social, infringindo, assim, os direitos civis dos cidadãos, seria passível de condenação por danos; que, se uma autoridade reduzisse o pessoal das penitenciárias em virtude de medidas econômicas, causaria danos aos direitos civis dos prisioneiros; que, se o Congresso se recusasse a alocar verbas para uma área específica dos direitos civis (por exemplo, o direito ao aborto), essa atitude seria inconstitucional; e que todos os departamentos governamentais e todas as empresas privadas que recebiam verbas ou contratos governamentais deveriam empregar pessoas das várias raças por sistemas de quotas¹⁷. Essas decisões e muitas outras similares tiveram um efeito cumulativo: tornaram excessivamente difícil rever-

ter o crescimento do gasto governamental e criar espaço para a recuperação da confiança e da eficiência empresarial.

O ano de apogeu do pós-guerra para a economia americana em relação ao resto do mundo foi o de 1968, quando a produção industrial americana estava em mais de um terço (34%) do total mundial. Foi também o ano do auge da supremacia global americana, o ano da agonia de Lyndon Johnson, o ponto em que a combinação dos gastos externos e internos se tornou um fardo pesado demais para ser suportado. Daí para a frente tudo foi decadência. E com o declínio econômico da América veio o enfraquecimento progressivo do dólar como moeda de reserva. Isso inevitavelmente solapou os acordos de Bretton Woods. A partir do fim dos anos 60, Washington deixou de controlar o sistema monetário internacional. De certa forma, deixou de controlar sua própria moeda, já que a quantidade de dólares não-repatriados — o que de Gaulle estigmatizou como “a exportação americana de sua própria inflação” — agora alcançava proporções catastróficas. A era do dólar estava acabada. Amanhecia a era do eurodólar.

Havia muito tempo atrás, em 1949, os chineses comunistas, temendo que a América bloqueasse os dólares que eles ganhassem, decidiram guardá-los fora dos Estados Unidos, num banco soviético, em Paris. O endereço telegráfico desse banco era “Eurobank” — donde o termo eurodólar. A primeira vez que a América entrou em déficit foi em 1958, e daí em diante o fluxo de dólares para a Europa passou a aumentar sistematicamente. Um financista britânico, *sir* George Bolton, do Bank of London and South America, entendeu que, pela primeira vez, uma moeda poderia crescer fora da supervisão nacional: uma moeda expatriada, capaz de fornecer quantidades colossais de crédito. Ele transformou Londres em centro do novo sistema de eurodólares¹⁸. Apenas em 1959, o mercado de eurodólares triplicou; dobrou outra vez em 1960. As tentativas de Kennedy para, através do controle, romper com esse mercado só serviram para aumentar os seus atrativos. Medidas similares tomadas por governos europeus foram igualmente contraproducentes. Tratava-se de um bom exemplo de como o mercado desafia o puritanismo repressivo dos governos e das agências mundiais. No dizer de Walter Wriston, do Citibank de Nova Iorque, o mercado de euromocda foi “gerado pelo controle”. Foi, na verdade, uma espécie de sistema financeiro mundial sob a forma de mercado negro. Livre da interferência governamental, esse sistema foi capaz de fazer uso máximo dos novos dispositivos de comunicações eletrônicas que surgiram nos anos 60 e 70. Para citar Wriston mais uma vez: “A raça humana agora tem um mercado internacional financeiro e de informação, completamente integrado, capaz de movimentar dinheiro e idéias para qualquer lugar deste planeta, em minutos”¹⁹.

Mas é óbvio que o mercado de eurodólar, o produto da inflação americana, era, em si, altamente inflacionário. Reproduzia alguns dos piores aspectos do mercado monetário de Nova Iorque dos anos 20, especialmente em empréstimos internacionais. Aumentou a natureza volátil do dinheiro, amontoou o crédito em múltiplas camadas de empréstimos, criando assim “dólares que não existiam”²⁰. Euroações e eurocréditos foram inventados. Todos os principais bancos do mundo entraram no mercado e formaram sociedades para fornecimento de empréstimos, em proporções nunca antes imaginadas, aos governos de diferentes países. O primeiro empréstimo de eurodólares feito por essas sociedades de banqueiros foi para o xá do Irã, no ano de 1969. Foi da ordem de US\$80 milhões. A Itália obteve US\$200 milhões mais tarde, no mesmo ano. Logo, cerca de duzentos bancos se juntaram a esses grupos, e a

velocidade com que esses pacotes de dinheiro se amontoaram em tamanho e número cresceu dramaticamente. Empréstimos de um milhão de dólares tornaram-se rotina. Os bancos comerciais fizeram de abastados governos ocidentais e da assistência para o desenvolvimento a principal fonte financeira para o Terceiro Mundo. Em 1967, os bancos comerciais eram responsáveis por apenas 12% da dívida externa do mundo. No fim de 1975 eles passaram correndo a marca de 50%.²¹

Enquanto os bancos assumiam o controle do sistema monetário internacional, Washington ruía em seu papel de supervisor. Em 1971, a administração Nixon perdeu ou abandonou o controle do que estava acontecendo²². Dois anos mais tarde, em março de 1973, Nixon cortou o elo entre o ouro e o dólar, e daí por diante a maior parte das moedas principais flutuaram, em grupo ou separadamente. Essa flutuação revelava a fraqueza do dólar, que perdeu 40% de seu valor em relação ao *deutschmark*, entre fevereiro e março de 1973. Também aumentaram a velocidade e a histeria dos movimentos monetários que, graças aos dispositivos eletrônicos, eram jogados para a frente e para trás através das fronteiras, em ondas gigantescas (no fim dos anos 70, as transações monetárias, somente em Nova Iorque, foram da ordem US\$23 bilhões por dia)²³. Em resumo, no outono de 1973, a espora financeira da economia mundial estava se despedaçando. Para acontecer um desastre, faltava apenas um choque súbito. E sobreveio não um simples choque, mas um terremoto.

Não foi por acidente que o terremoto emanou do Oriente Médio. A energia barata é que impulsionou o grande *boom* do pós-guerra. Entre 1951 e 1972, o preço do combustível declinou sistematicamente, comparado ao preço dos manufaturados. Caiu vertiginosamente, em termos relativos, entre 1953 e 1969, e, de 1963 a 1969, caiu em termos absolutos²⁴. Tal queda de preço tornou-se possível em virtude do aumento rápido da exportação do petróleo barato do Oriente Médio. É significativo que os três setores principais do *boom* econômico ocidental — automotores, químicos e eletricidade — estivessem todos concentrados na energia: na verdade, concentrados no petróleo²⁵. Ao assumirem os preços baixos da energia, todas as nações industrializadas se mostraram míopes. Porém, a política de energia americana foi uma história de imprevidência particularmente triste, já que a intervenção governamental manteve os preços internos muito abaixo das médias mundiais. Deixando de ser um país exportador de energia, a América se tornou um importador líquido — 7% do total em 1960 — com o consumo de energia subindo rapidamente a cada ano (5% anualmente, na segunda metade dos anos 60). A importação de produtos petrolíferos foi particularmente aflitiva: em 1960 importou 10%; em 1968, 28%; em 1973, 36%.²⁶ A produção de petróleo americana chegou ao auge em 1970; daí em diante entrou em declínio.

Os governantes dos países petrolíferos do Oriente Médio perceberam a crescente dependência do Ocidente e do Japão de suas exportações de petróleo; perceberam também o fracasso desses países em encontrar fontes de energia alternativas ou suplementares. Alguns deles, em especial o Irã, se impressionaram pelos argumentos dos ecologistas de que as nações industriais avançadas, principalmente a América, estavam usando recursos naturais rapidamente demais, visto que estes estavam com preços baixos. Em 1972-73 já havia sinais de que as matérias-primas e outros produtos de base, tais como os produtos agrícolas, aumentavam de preço; conseqüentemente, o petróleo começou a seguir pelo mesmo caminho. O xá do Irã tentou persuadir os outros governantes de que os países do Oriente Médio exportadores de petróleo se dariam melhor se elevassem a produção mais lentamente e,

também, os seus preços — dessa maneira o petróleo no solo aumentaria em valor. Contudo, para acatar esse conselho, eles necessitavam não de uma razão, mas de uma emoção — o ódio de Israel e sua aliada, a América.

Estritamente falando, não havia uma potência líder no Oriente Médio desde o fiasco de Suez, em 1956-57. E embora a Grã-Bretanha mantivesse uma postura muito mais humilde, agiu com muito dinamismo e com uma eficiência surpreendente durante esses poucos anos que se seguiram. As intervenções militares britânicas na Jordânia, em 1958, em Omã, em 1959, no Kuwait, em 1961, tiveram êxito ao manterem a área razoavelmente estável. Foi a progressiva retirada militar britânica de Aden e do Golfo, no fim dos anos 60, que ocasionou toda a diferença²⁷. Daí para a frente faltou na área um policiamento internacional. A força das Nações Unidas do finado Dag Hammarskjöld era, de fato, uma força que trabalhava para a instabilidade, já que, pela doutrina da ONU, o presidente Nasser poderia pedir a retirada dessa força tão logo se sentisse forte o suficiente para esmagar Israel. E assim ele procedeu, em 16 de maio de 1967. Três dias mais tarde, as Nações Unidas aquiesceram e, nessa mesma noite, a rádio do Cairo anunciou: “Árabes, essa é a nossa oportunidade de aniquilar Israel com um golpe mortal”. A 27 de maio, Nasser afirmou: “Nosso objetivo básico será a destruição de Israel”. O presidente Aref, do Iraque, a 31 de maio, acrescentava: “Nossa meta é clara: varrer Israel do mapa”. Ahmed Shukairy, presidente da Organização pela Libertação da Palestina, a 1º de junho propunha: “Os judeus da Palestina terão que partir... A velha população da Palestina judaica que sobreviver pode permanecer, mas a minha impressão é de que ninguém sobreviverá”.

Diante da retirada das Nações Unidas, das ameaças e da concentração de exércitos em suas fronteiras — os quais superavam o próprio exército de Israel numa relação de 3 para 1 e estavam fortemente armados com moderno material soviético — Israel iniciou uma guerra preventiva a 4 de junho, começando com ataques contra a Força Aérea egípcia. Durou seis dias essa guerra e foi totalmente bem-sucedida. As forças egípcias, jordanianas e sírias foram desbaratadas e, no caso do Egito, humilhadas. O Sinai e a margem ocidental do Suez foram ocupados. O planalto do Golan sírio, que facilitava o bombardeio das colônias de Israel da Alta Galiléia, foi tomado de assalto. Acima de tudo, a velha Jerusalém, incluindo o Muro das Lamentações e os lugares sagrados, o grande troféu que Israel havia perdido em 1948, foi reintegrada ao novo Estado. Dessa maneira, a guerra corrigiu uma anomalia dolorosa. Ao longo de sua história de quatro mil anos, Jerusalém foi sitiada, ocupada, destruída e reconstruída repetidamente, sob os cananeus, jebusitas, judeus, babilônios, assírios, persas, romanos, bizantinos, árabes, cruzados, mamelucos, otomanos e britânicos. Mas nunca havia sido dividida, exceto entre os anos de 1948 a 1967. A reunificação da cidade sob os israelenses tornou possível uma administração conjunta de muçulmanos, judeus e cristãos, dentro de uma estrutura de capital nacional²⁸.

Em outros aspectos, a vitória de Israel não trouxe ganhos permanentes. Nasser sobreviveu, graças à sua habilidade em manipular o povo²⁹. As forças de Nasser foram rearmadas pela Rússia soviética, em mais do dobro do número do que haviam sido em 1967. E a investida da propaganda de Nasser tornou-se cada vez mais antiamericana, resumida no repetido *slogan* “Israel é a América, a América é Israel”. Um dos argumentos de Nasser era que, atacando a América, prejudicaria Israel; Nasser dizia ainda que a crescente dependência americana do petróleo do Oriente Médio constituía um meio de se obter isso. Mas o Egito não era uma potência petrolífera. Nasser morreu de ataque cardíaco a 28 de setembro de 1970; foi um propagandista

de gênio e um fracasso total como líder militar e político. Não havia ninguém para substituí-lo na qualidade de estrela — guia das esperanças árabes, embora tão delusórias. Porém, o papel destrutivo de Nasser como advogado e praticante da violência foi logo preenchido pelo coronel Mohammed Kadhafi, da Líbia. Um ano antes, ele e outros jovens oficiais haviam derrubado a monarquia pró-ocidental da Líbia, da mesma maneira que Nasser liquidara Farouk. De muitas maneiras Kadhafi imitou Nasser e repetiu a sua retórica pan-árabe e anti-Israel, palavra por palavra. A Líbia era um dos menores países árabes, com apenas dois milhões de habitantes. Era, contudo, de longe, o maior produtor árabe de petróleo a oeste do Suez. A importância de sua localização geográfica ficou acentuada após a guerra de 1967, quando o Canal foi fechado e os suprimentos de petróleo do Oriente Médio para o Ocidente foram interrompidos. A partir dos primeiros dias de sua ditadura, Kadhafi enfatizou a importância do petróleo como arma para revidar o “imperialismo ocidental” evidenciado no apoio a Israel.

Kadhafi revelou-se extremamente hábil em negociar com as companhias petrolíferas e com as nações consumidoras, mostrando que ambas poderiam ser divididas com sucesso e chantageadas separadamente. Quando assumiu o poder, o petróleo líbio era praticamente o mais barato do mundo. Numa série de negociações em 1970, 1971 e de novo em 1973, ele obteve os aumentos mais altos no preço do petróleo de todos os países árabes, com ajustes adicionais para compensar a queda do dólar. A importância de seu sucesso logo se evidenciou, quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), dominada pelos árabes, seguiu o seu exemplo. A OPEP foi criada como um organismo defensivo para proteger o preço do petróleo por ocasião de sua queda. Até então a OPEP não havia desenvolvido qualquer ação coletiva, exceto para entrar em acordo a respeito de uma fórmula para cobrança de *royalty*, em 1965. Em 1971, pela primeira vez, seguindo a jogada de Kadhafi, os Estados do Golfo pertencentes à OPEP negociaram em grupo contra as companhias de petróleo³⁰. A 14 de fevereiro de 1971, em Teerã, eles asseguraram um aumento de preço de 40 centavos de dólar por barril. Começou aí a revolução do preço da energia. Esse novo acordo deveria se manter por cinco anos, “uma promessa solene”, como disse Henry Kissinger, “que alcançaria o recorde mundial em escala e rapidez na violação de promessas”³¹.

A possibilidade de a arma petrolífera ser usada então com mais habilidade aumentou muito em julho de 1972, quando o sucessor de Nasser, o general Anwar Sadat, abandonou a aliança soviética, expulsou os consultores técnicos soviéticos e alinhou o Egito com a Arábia Saudita e outros Estados petrolíferos do Golfo. Sadat não era um verbalista como Nasser. Em espírito, não pertencia à geração de Bandung. Era um realista. Reconheceu que o antagonismo Egito-Israel era oposto à tradição histórica egípcia e prejudicial a seus interesses correntes, especialmente os econômicos. Queria acabar com essa situação. Mas para conquistar o poder de fazer a paz, ele precisava primeiro do prestígio de uma vitória militar. No sábado, 6 de outubro de 1973, na festa do *Yom Kippur*, ou Dia do Perdão, o dia mais sagrado do calendário judaico, ele deslançou um ataque conjunto egípcio-sírio contra Israel. O sucesso inicial dessa proeza foi considerável. A “Linha Bar-Lev” israelense no Sinai foi furada. Uma grande parte da Força Aérea israelense foi destruída por mísseis soviéticos de terra-ar. Golda Meir, a primeira-ministra israelense, em pânico, pediu socorro a Washington. Cerca de US\$2,2 bilhões em armas americanas, as mais avançadas, foram transportadas de avião para Israel. A partir de 8 de outubro, os

israelenses começaram o contra-ataque. Antes que um cessar-fogo fosse assinado a 24 de outubro, Israel havia recuperado o território perdido, avançando para dentro da mira de Damasco, estabelecido uma cabeça de ponte no lado ocidental de Suez e cercado uma grande parte do Exército egípcio³². O Egito havia demonstrado uma capacidade militar inesperada, e isso era o suficiente para Sadat; Israel havia mostrado que poderia sobreviver a um desastre inicial.

A guerra revelou a definitiva dependência militar de Israel da vontade americana. Também chamou a atenção para os prejuízos infligidos à liderança americana no Ocidente, em razão do prosseguimento do caso Watergate, levado avante pela mídia americana e pela maioria democrática do Congresso. Quando Israel contra-atacou com êxito, Sadat apelou para o apoio soviético e Brejnev encarninhou uma mensagem a Nixon, em 24 de outubro, advertindo-o de que tropas soviéticas poderiam ser enviadas para lutar contra os israelenses, sem qualquer aviso prévio. Embora Nixon já tivesse dado ordens para um completo apoio logístico aos israelenses e, posteriormente, concordado com um estado de alerta das forças americanas no mundo inteiro — o primeiro em tal escala desde a crise cubana dos mísseis, em 1962 —, ele estava tão emaranhado na confusão de Watergate que se sentiu obrigado a entregar o controle da crise a Kissinger, já nomeado secretário de Estado. Foi Kissinger, e não o presidente, quem presidiu a reunião da Casa Branca e respondeu à mensagem de Brejnev. Foi Kissinger também quem emitiu as ordens para o estado de alerta. Kissinger desdenhosamente replicou as acusações de alguns caçadores de bruxas de Watergate, no sentido de que a crise fora engendrada para distrair a atenção das dificuldades de Nixon (Conferência de imprensa, 25 de outubro):

Estamos tentando conduzir a política externa dos Estados Unidos tendo em vista o que devemos não só ao eleitorado, mas também às futuras gerações. O fato de se sugerir que os Estados Unidos estão colocando suas forças em estado de alerta por razões internas é um sintoma do que está acontecendo no nosso país³³.

Com o presidente americano paralisado por seus inimigos internos, não havia ninguém para liderar o Ocidente em nome dos consumidores mundiais de petróleo, no momento em que os Estados árabes da OPEP reagiram à sobrevivência de Israel e empregaram a arma do petróleo com brutal violência. Já em 16 de outubro, eles haviam politizado as exportações de petróleo, cortado a sua produção e (junto com os produtores não-árabes) elevado o seu preço em 70%. A 23 de dezembro, subiram os preços de novo, dessa vez em 128%. Como resultado, os preços do óleo cru quadruplicaram em menos de um ano. A decisão, como assinalou Kissinger, “foi um dos acontecimentos centrais na história deste século”³⁴. Transformou os aumentos gerais, porém graduais, num tipo de revolução de preços que o mundo jamais experimentara em tão breve período. O pior golpe foi para os países mais pobres. A maioria deles tinha dívidas imensas e importava toda a sua energia. Países com renda *per capita* de cerca ou abaixo de US\$100 anuais, nos quais viviam um bilhão de pessoas, e cujas rendas estavam subindo lentamente (cerca de 2% ao ano) na década de 60, já apresentavam uma reviravolta no seu crescimento quando a revolução dos preços do petróleo os atingiu. Para esses países foi uma catástrofe³⁵. No fim da década de 70, eles se encontravam numa situação pior do que no início da mesma — a primeira reversão dos tempos modernos. Em níveis tão baixos, uma queda direta nas

rendas significou subnutrição e, como resultado, epidemias. O número de africanos e asiáticos que morreu em consequência da política petrolífera árabe, na década que se seguiu a 1973, pode ser calculado em dezenas de milhões.

O mundo como um todo experimentou um declínio de riqueza, já que a perda de potência efetiva era o equivalente ao dobro das reservas extras transferidas para os países produtores de petróleo. Para os países industrializados, o resultado foi uma forma de doença econômica que o keynesianismo não previra: estagflação. De um crescimento da ordem de 5,2%, com um aumento médio de preços de 4,1%, o mundo chegou em 1974-75 a um crescimento zero ou negativo, com um aumento médio de preços de 10 a 12% anuais. Isso constituía uma inflação alta que, em muitos países, caminhou para a hiperinflação. A revolução dos preços, tendo como centro o salto do petróleo, atravessou os anos 1972-76. Foi de longe o acontecimento econômico mais destrutivo desde 1945. Agiu como um freio feroz nos principais setores de energia intensiva responsáveis pela expansão prolongada das economias americana, européia ocidental e japonesa; produziu declínios abruptos na produtividade e desemprego em escala desconhecida desde os anos 30.³⁶ No início dos anos 80, o número de desempregados, somente na América e na Europa Ocidental, acercava-se dos 25 milhões de pessoas.

O desastre poderia ter sido ainda mais sério, não fosse a capacidade de rápida recuperação do sistema bancário. Em novembro de 1973, imediatamente em seguida à crise do Oriente Médio, um grande banco secundário de Londres, o London and County, baqueou. O Bank of England rapidamente lançou um “barco salva-vidas” para providenciar um apoio de US\$3 bilhões para 26 outros bancos secundários. Outro baque ocorreu em junho seguinte, quando o Herstatt Bank alemão entrou em colapso, ficando devendo imensas somas a bancos americanos e britânicos, com ecos perturbadores da queda do Credit Anstalt em 1931. Porém, mais uma vez, o sistema de apoio funcionou. No fim de 1974, a Controladoria da Moeda, em Washington, mantinha em observação cerca de 150 bancos americanos, incluindo dois dos maiores, os quais, era sabido, estavam sob pressão. Em Londres, o *boom* imobiliário afundou, carregando junto algumas companhias brilhantes. O índice do *Financial Times*, 543 em março de 1972, caiu para 146 no início de 1975, com as ações valendo menos, em termos reais, do que na época das profundezas da guerra em 1940. Na América, na cidade de Nova Iorque, as finanças, há muito sob suspeita, finalmente sucumbiram quando os bancos se negaram a conceder mais empréstimos. A cidade mais rica do mundo apelou para a Casa Branca. Todavia, Gerald Ford se negou a intervir, fato celebrado na famosa manchete do *New York Daily*: “Ford disse à cidade: Caia morta!”³⁷. Mas, nesse momento, a pior fase da crise financeira estava terminada e todos os bancos e instituições que realmente importavam ainda se achavam de pé.

Os bancos comerciais, cujo frenesi do eurodólar havia contribuído para a sua instabilidade, usavam agora métodos similares para produzir algum tipo de ordem dentro do caos. O problema era o seguinte: com a revolução dos preços do petróleo, os países da OPEP embolsaram US\$80 bilhões extras anuais da economia mundial. Tal soma significava 10% de toda a exportação mundial. Só a Arábia Saudita e o Kuwait, com populações ínfimas, receberam US\$37 bilhões extras anuais, 25 vezes o suficiente para comprar todas as principais companhias e todas as Bolsas do mundo. Havia um verdadeiro terror de que os árabes usassem essa “arma de dinheiro”, como usaram a do petróleo. De qualquer modo, esse foi um fator essencial para se receber de volta, e rapidamente, a moeda corrente na economia produtiva mundial. Washing-

ton, ainda paralisada por Watergate, não podia mais oferecer liderança. Felizmente, o sistema de eurodólar extragovernamental, usado para responder às mais puras necessidades do mercado sem amarras burocráticas, estava esperando para ser usado. Os eurodólares foram rebatizados como petrodólares. Um novo termo, "reciclagem", foi adotado. Os petrodólares foram rapidamente empacotados em imensos empréstimos para os países industriais avançados que tinham sido duramente golpeados, e para os países em desenvolvimento, ainda mais tumultuados, como a Indonésia, o Zaire, o Brasil, a Turquia e mesmo novos competidores dos produtores árabes de petróleo, como o México.

Os árabes não tinham a menor vontade de ajudar o Terceiro Mundo, exceto através de empréstimos governamentais vinculados. Mas, uma vez colocado dinheiro dos árabes no sistema bancário mundial, eles o perderam de vista. E eles não contavam com outro lugar onde empregá-lo. Como Creso, os árabes foram malogrados. Não lhes agradava o que estava acontecendo. Porém, não possuindo ainda um sistema bancário próprio, por razões religiosas, nada pôde ser feito. Conforme disse uma testemunha do Congresso, "tudo o que os árabes têm é um IOU³⁸ numa conta bancária que pode ser congelada a qualquer momento, quer nos Estados Unidos, quer na Alemanha ou onde for"³⁹. Se uma nação tem mais dinheiro do que pode gastar, tem de partilhar a sua aplicação, queira ela ou não. A América o fez voluntariamente nos anos que se seguiram a 1945, na forma da Ajuda Marshall, Ajuda do Ponto Quatro, e no refreamento militar da expansão soviética. Os árabes não possuíam tal altruísmo, mas não podiam impedir que os bancos emprestassem o seu dinheiro. Walter Wriston, do Citibank, apresentou essa situação de maneira bem clara:

Se a Exxon paga à Arábia Saudita US\$50 milhões, tudo o que acontece é que nós debitamos essa soma à Exxon e a creditamos à Arábia Saudita. A folha de balanço do Citibank permanece a mesma. E se eles dizem que não gostam dos bancos americanos, colocarão o dinheiro no Crédit Suisse: nossa folha de balanço permanece a mesma. Assim, quando as pessoas vão de um lado para o outro esperando que o céu caia sobre suas cabeças, não há jeito de o dinheiro sair do sistema. É um circuito fechado⁴⁰.

É óbvio que teria sido diferente se os árabes possuísem uma rede bancária sofisticada, tão tardiamente conseguida por eles. Na época em que começaram a montar seus próprios bancos internacionais, no início dos anos 80, as nações industrializadas já haviam introduzido fontes alternativas de energia, incluindo o petróleo não-árabe; o abastecimento de petróleo mundial se tornou excedente; e quanto ao problema dos petrodólares, era improvável que voltasse a ocorrer, pelo menos de forma tão intensa. O ponto máximo do poder árabe estava superado. Esse ponto chegou nos anos 1974-77, quando os árabes tinham a metade da liquidez mundial. Graças ao sistema bancário comercial, ao mercado negro financeiro mundial, o dinheiro desapareceu no poço sem fundo das necessidades das nações em desenvolvimento. Em 1977, esses países deviam aos bancos comerciais US\$75 bilhões, sendo que mais da metade a bancos americanos. Quase toda essa quantia era dinheiro árabe. Em termos globais, isso foi menos eficiente do que o padrão pré-1973, que mantinha o Ocidente em crescimento constante. A Indonésia fez um empréstimo de mais de US\$5 bilhões, sendo que a maior parte desse dinheiro foi desperdiçada, antes

de aquele país ficar inadimplente. Um funcionário depositou US\$80 milhões na sua própria conta⁴¹. No Zaire, que tomara emprestados US\$3 bilhões até 1979, houve igualmente extravagâncias financeiras e corrupção⁴². Quem mais pediu emprestado — Brasil e México — fez uso produtivo da maior parte do que recebeu. E muito dinheiro terminou onde começou, nas economias industriais. Mas o imenso total de endividamento levou ao receio recorrente de uma crise bancária mundial. Por isso, os anos 70 foram um período de profundo desalento para o Ocidente. Os aspectos reconfortantes da reciclagem levaram algum tempo para se fazer sentir. Nesse ínterim, a recessão teve um impacto político e econômico. Como observamos, a Grande Depressão dos anos 30 desmoralizou as democracias; produziu falta de vontade de lidar com a agressão ou a falta de energia para planejar um sistema coletivo de segurança contra o crescimento do poder ilegítimo e a prática da violência. Dessa vez, felizmente, a OTAN e outros pactos regionais já existiam. Eles continuaram a funcionar até certo ponto. Faltava, contudo, liderança para planejar reações a novas ameaças ou variações das velhas ameaças. O declínio relativo da determinação e do poderio americanos foi grandemente acelerado pela recessão e pela revolução de preços. O dólar perdeu a metade de seu valor no fim dos anos 70. O “Século Americano” parece ter terminado apenas 25 anos depois de haver começado. Da virtual auto-suficiência, a América caminhou para a dependência mundial. Importava a metade de seu petróleo do Canadá, da Venezuela, do México, da Nigéria e da Indonésia, assim como dos Estados árabes, e a maior parte de seu cromo, bauchita, manganês, níquel, estanho e zinco vinha de todo o hemisfério ocidental e da Malásia, da Zâmbia, da Austrália, do Zaire e da África do Sul⁴³. Enquanto a confiança nos caminhos marítimos havia crescido, a capacidade de mantê-los abertos havia decrescido. O secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, no relatório orçamentário para 1977, observou que a “frota [americana] em circulação pode controlar as rotas do Atlântico Norte para a Europa”, porém, somente após “sérias perdas” para a frota mercante. A “capacidade de operar no Mediterrâneo do leste seria, pelo menos, incerta”. A esquadra do Pacífico poderia “manter abertos os caminhos para o Havaí e o Alasca”, contudo “encontraria dificuldade em proteger as nossas linhas de comunicação do Pacífico ocidental”. Numa guerra global, advertiu ele, a América teria dificuldades em proteger aliados como Japão e Israel ou reforçar a OTAN⁴⁴. Essa foi uma mudança radical, desde os anos 50 e mesmo desde o início dos anos 60. E o poder físico decadente foi ainda mais minado pelo colapso da liderança. Os anos 70 foram o nadir da presidência americana. Depois da primavera de 1973, a presidência de Nixon foi convertida em total ineficiência pelo caso Watergate. Seu sucessor, Gerald Ford, ocupou o cargo por apenas dois anos, com um mandato não legitimado por eleição. Passou o primeiro ano desemaranhando desesperadamente a Administração de Watergate, e o segundo, tentando fazer uma coalizão para conseguir se eleger. Por trás da fachada organizada da Casa Branca de Ford, havia batalhas inconclusas pelo poder entre seus subordinados rivais; faltava a Ford a autoridade e a selvageria para terminar essas batalhas. Como disse um colega, “o bom velho Gerry era bom demais para o seu próprio bem”⁴⁵. As opiniões de Ford, nas raras ocasiões em que as emitia, eram geralmente sensatas. Mas faltava-lhe *gravitas*. Em público, ele desenvolveu uma tendência infeliz de sempre tropeçar⁴⁶.

O sucessor de Ford foi muito pior. Ford quase conseguiu eleger-se em 1976, apesar de Watergate e de todas as suas incapacidades. E o teria conseguido, caso lhe fosse permitido escolher seu vice-presidente, Nelson Rockefeller, como companheiro

de chapa. Nesse momento, em consequência da impertinência da mídia, a presidência era vista como um encargo quase impossível. A competição foi pobre e a indicação democrática pendeu para um georgiano sem brilho, Jimmy Carter, vendido, num pacote televisivo, por um esperto executivo de propaganda, Gerald Rafshonn⁴⁷. Ele ganhou a presidência por pequena margem de votos contra o mais fraco titular da história; e tornou-se um titular ainda mais fraco. Carter levou adiante a política Nixon-Kissinger de *détente* com a Rússia soviética, muito depois de os acontecimentos terem tornado obsoleta qualquer validade algum dia alcançada com essa política e de os seus próprios autores terem deixado de acreditar nela⁴⁸. Em meados dos anos 70, a primeira Limitação de Armas Estratégicas (conhecida como SALT I), assinada em maio de 1972, estava alcançando um impacto inesperado na política de defesa americana. Ela criou um *lobby* de controle de armas dentro da burocracia de Washington, especialmente no Departamento de Estado, que assegurava o direito de examinar os programas de novas armas ainda em estágio de pesquisa e desenvolvimento, e procurava vetá-los, caso colocassem problemas especiais de controle nocivos aos acordos nucleares — SALT I⁴⁹. O programa de Carter promoveu essa perturbadora marcha dos acontecimentos.

Ainda mais prejudicial foi a mal considerada política de Carter sobre “direitos civis”, baseada num acordo assinado em Helsinki, pelo qual os signatários se propuseram a tentar terminar com as violações dos direitos humanos mundo afora. Pensava-se, assim, em forçar a Rússia soviética a liberalizar sua política interna. O efeito foi bastante diferente. Ignoraram-se os Acordos de Helsinki por trás da Cortina de Ferro e aprisionaram-se grupos voluntários criados para monitorizar a observância desses direitos. No Ocidente, a América se viu fazendo campanha contra os seus mais antigos aliados. Outra vez, um *lobby* de direitos humanos cresceu dentro da Administração, incluindo um setor inteiro do Departamento de Estado, que trabalhou ativamente contra os interesses americanos. Em setembro de 1977, o Brasil reagiu contra as críticas do Departamento de Estado, cancelando os quatro remanescentes acordos de defesa estabelecidos com os Estados Unidos, dois dos quais datavam de 1932. Também a Argentina se afastou dos Estados Unidos. O Departamento de Estado desempenhou papel significativo na derrubada do regime de Somoza, na Nicarágua. Um secretário-adjunto, Viron Vaky, anunciou em nome do governo americano: “Nenhuma negociação, mediação ou acordo podem ser feitos com o governo de Somoza. A solução só virá através do rompimento violento com o passado”⁵⁰. O “rompimento violento” tomou a forma, em 1979, de substituição de Somoza — um fiel, embora repugnante, aliado do Ocidente — por um regime marxista. A atitude desse regime em relação aos direitos humanos foi igualmente de desprezo, e logo se começou a fazer campanha contra os aliados americanos na Guatemala, em El Salvador e em outros lugares da América Central. Mais uma vez, em 1978, o Departamento de Direitos Humanos do Departamento de Estado trabalhou contra o regime do xá do Irã, desempenhando papel de importância na sua derrubada, em 1979, e na sua substituição por um regime terrorista violentamente anti-ocidental⁵¹. A política americana de direitos humanos, embora valiosa em teoria, foi ingênua na prática.

O programa de Carter foi tão confuso que não conheceu outras características ressaltáveis a não ser a propensão a causar danos a amigos e aliados. As batalhas internas de Ford eram praticamente nada, se comparadas à luta pela supremacia triangular travada no governo Carter entre seu secretário de Estado, Cyrus Vance,

seu conselheiro para a Segurança, Zbigniew Brzezinski, e seu assistente georgiano, Hamilton Jordan. Essa luta aconteceu, por vezes, em público — sem falar nas atividades autônomas do etílico irmão de Carter, Billy, que trabalhava para o governo líbio, antiamericano, na condição de lobista remunerado. O único ponto em que os homens de Carter pareciam concordar era quanto à incapacidade de a América controlar os acontecimentos. Cyrus Vance acreditava que “se opor ao envolvimento cubano e soviético na África seria inútil”. “O fato é”, acrescentou ele, “que nós não podemos impedir as mudanças da mesma maneira que Canuto não pode fazer parar as águas”. Brzezinski insistia na idéia de que “o mundo está mudando sob influências de forças que nenhum governo pode controlar”. O próprio Carter afirmou que o poder da América de influenciar os acontecimentos era “muito limitado”. Achando-se impotente, a Administração se refugiou em metáforas nebulosas, para as quais Brzezinski tinha enorme talento. O Viet-Nam se tornara “a Waterloo da elite WASP”: nenhuma intervenção parecida poderia ser outra vez empreendida. “Há muitos eixos de conflito diferentes no mundo”. A Ásia ocidental era o “arco da crise”. Mas: “a necessidade não é de acrobacia, e sim de arquitetura”⁵². Nenhuma arquitetura de política externa, porém, apareceu. Quando o governo terrorista iraniano tomou o pessoal da Embaixada americana como refém, foi necessário usar a acrobacia para se terminar numa pilha de helicópteros carbonizados no deserto, em maio de 1980. Esse foi talvez o momento mais crítico da sorte americana neste século.

O declínio da América nos anos 70 parecia ainda mais precipitado, em contraste com a aparente solidez e autoconfiança do regime soviético. Em 1971, a Rússia soviética ultrapassou a América em número de mísseis nucleares submarinos e baseados em terra. No mesmo ano, Andrei Gromyko se vangloriava de que, no mundo inteiro, “nenhum problema de significância... pode agora ser decidido sem a União Soviética ou em oposição a ela”⁵³. Ele próprio era um símbolo, tanto da estabilidade interna quanto da coerência externa da política soviética, já que vinha sendo ministro do Exterior Assistente desde 1946 e, desde 1957, ministro do Exterior, cargo que exerceria pelos anos 80 afora.

Isso não significa que a história interna da Rússia pós-Stálin tenha sido rotineira. Beria, o último dos chefes da polícia secreta de Stálin, não sobreviveu por muito tempo a seu patrão: ele sabia demais sobre todo o mundo da cúpula. Seus colegas redigiram uma acusação que, segundo a filha de Stálin, Svetlana, levou três horas para ser lida, e metade dela se relacionava com as suas extravagâncias sexuais — resumidas pelo poeta Yevtushenko em suas memórias: “Eu vi a face de abutre de Beria, meio escondida por um cachecol, colada à janela de sua limusine enquanto ele dirigia junto ao meio-fio, caçando uma mulher para a noite”⁵⁴. Beria foi aprisionado a 26 de junho de 1953 e oficialmente fuzilado em dezembro, depois de um julgamento. Mas Khruchchev, o secretário do Partido, disse a um comunista italiano em 1956 que Beria, na verdade, fora assassinado no momento em que foi preso: enquanto tentava apanhar um revólver, foi segurado por Malenkov, Mikoyan, pelo marechal Konev e pelo marechal Moshkalenko, e estrangulado (uma outra versão de Khruchchev afirmou que ele foi fuzilado)⁵⁵. Em 1955, Khruchchev expulsou Malenkov da liderança da oligarquia pós-Stálin. Dois anos depois, confirmou o seu poder, afastando dos respectivos cargos o “Grupo Anti-Partido”, integrado por velhos stalinistas como Molotov e Kaganovich, que se haviam unido a Malenkov e a Bulganin, seu sucessor como *premier*. Segundo o relato do próprio Khruchchev, esses homens tinham a maioria contra ele, no *Presidium*. Contudo, com a ajuda do marechal Zhukov, ele

pôde transportar de avião para Moscou seus aliados do Comitê Central e conseguiu reverter a decisão do *Presidium*. Quatro meses depois, Khruchchev se virou contra Zhukov, a quem acusou de nutrir “aspirações bonapartistas” e de “violar as normas leninistas”. Finalmente, em 1958, ele demitiu Bulganin e assumiu o seu cargo. Daí para a frente, comandou por seis anos.

Não havia, entretanto, uma “desestalinização”. O termo nunca fora usado dentro da Rússia soviética. O que culminou com mudanças na era pós-Stálin e provocou o discurso de Khruchchev na “Sessão Secreta” do XX Congresso do Partido, em 1956, foi o fim do terrorismo em massa contra os membros do Partido, ou seja, integrantes do sistema governante⁵⁶. A estrutura totalitária do Estado leninista, que deu monopólio absoluto de poder ao Partido — na prática, uma ínfima elite que o controlava —, permaneceu intacta, apoiada, como antes, pela Polícia Secreta e o Exército, este mesmo controlado por uma estrutura interna de oficiais do Partido. A base autocrática resistiu e, a qualquer momento, um homem brutal poderia construir uma superestrutura de terror a partir dela. Khruchchev se comportou, em várias situações, como autocrata, e teve de ser afastado em virtude disso. Seus colegas não gostavam de seu aventureirismo. Viam-no como influência perturbadora. Ele tentou introduzir mais democracia dentro do Partido, um conceito não-leninista. Sua idéia de “um Estado do povo inteiro”, implicando o fim do monopólio de poder do Partido, era completamente antileninista. De algum modo, Khruchchev, ao contrário de Lênin, era um marxista: isto é, ele acreditava que o comunismo era alcançável. No XXII Congresso do Partido, em 1961, ele apresentou um programa visando a superar o padrão de vida americano nos anos 60, iniciar verdadeiramente o comunismo (habitação grátis, transporte grátis, etc.) nos anos 70 e alcançar a sua conclusão nos anos 80. Khruchchev pode ser descrito como mais um otimista que sucumbiu às ilusões dos anos 60. Seus críticos no *Presidium* achavam que tais promessas, impossíveis de serem cumpridas, só produziriam desapontamento e raiva, como acontecera com a aventura dos mísseis cubanos que ele inventara em 1962 e com o projeto das “terras virgens”, de 1954, segundo o qual seriam cultivados cem milhões de acres incultos, na Ásia Central soviética e na Sibéria, onde, em 1960, houve as maiores tempestades de areia da história. Em outubro de 1964, durante as férias de Khruchchev na Criméia, o *Presidium* votou contra a permanência dele no cargo; esta decisão foi confirmada pelo Comitê Central no dia seguinte. O complô fora arquitetado pelo ultraleninista e principal teórico do partido, Michael Suslov, e realizado pelo chefe da KGB, Alexander Shelepin, que aguardava Khruchchev no aeroporto e o transportou para Moscou sob guarda cerrada⁵⁷. O objetivo e a forma do golpe confirmaram a conexão entre as “normas leninistas” e a Polícia Secreta.

Suslov, que preferia permanecer por trás da cena, ajudou o novo primeiro-secretário, Leonid Brejnev, em sua subida para a supremacia. Brejnev foi designado secretário-geral, em 1966, chefe do Estado e presidente do *Presidium*, em 1977, e ainda presidente do Conselho da Defesa, além de marechal da União Soviética, em 1976, recebendo o Prêmio Lênin para a Paz (1972) e de Literatura (1979). Essa brilhante concentração de cargos e honras foi um prêmio conferido pelos mais velhos pares de Brejnev na liderança do Partido, a fim de trazer nova estabilidade, confiabilidade e previsibilidade aos assuntos soviéticos, com base na determinação absoluta de concentrar o poder na elite comunista⁵⁸. Brejnev resumiu essa filosofia de governo na frase-código “confiança nos quadros” — isto é, a consolidação e perpetuação de uma classe governante privilegiada, a divisão do país entre os governantes e os

governados. Não poderia haver discussão sobre onde a linha seria traçada, e estaria fora de questão entregar a menor fatia de poder, por pequena que fosse, a um grupo mais amplo do que a liderança do Partido. Posições de poder, uma vez adquiridas, nunca seriam renunciadas, e o princípio se aplicava tanto externa quanto internamente. Como ele próprio disse ao comunista liberal tcheco Dubcek, em 1968: "Não me fale sobre 'socialismo'. O que nós temos, nós seguramos"⁵⁹.

A Rússia de Brejnev esteve mais próxima da realização do que da mera esperança. Oferecia sempre a mesma coisa e não uma mudança qualitativa. Ele admitiu no XXVI Congresso do Partido, em fevereiro de 1981, que as metas de 1961 estavam obsoletas: não mais haveria objetivos específicos "comunistas". Restaurou a prioridade stalinista para os armamentos, setor que, dentro da economia, permaneceu o mais favorecido e o mais florescente. Nos anos 60 e 70, os gastos militares, em termos reais, cresceram cerca de 3% ao ano, significando que, entre a queda de Khruchchev e meados de 70, a Rússia gastou em armas, em relação aos recursos disponíveis, cerca de duas vezes mais do que a América⁶⁰. A totalidade da economia soviética cresceu mais lentamente. Em 1978, segundo cálculos, o PNB russo era de US\$1.235,6 bilhões contra US\$2.107,6 bilhões nos Estados Unidos; isso equivalia a uma renda *per capita* de US\$4.800 para a Rússia e US\$9.650 para os Estados Unidos⁶¹. A dificuldade de tais cifras apresenta-se no fato de a renda *per capita* significar pouco numa sociedade esmagadoramente dominada pelo setor público; de qualquer maneira, baseiam-se em estatísticas compiladas pelo governo soviético, para as quais não existe possibilidade de verificação independente. Como caracteristicamente observou Khruchchev sobre os funcionários que dirigiam a Agência de Estatísticas Soviética, "eles são do tipo que podem derreter merda para fazer balas de revólver"⁶². Durante os anos 60 e 70, Brejnev tornou acessíveis quantidades consideráveis de bens de baixa qualidade para consumidores comuns. Um cálculo diz que, no fim da década de 70, o padrão de vida do operário soviético era aproximadamente o mesmo do operário americano no começo dos anos 20.⁶³ Mas essa comparação estava sujeita a três qualificações importantes. Na Rússia soviética, a habitação urbana não acompanhava o ritmo do deslocamento para as cidades, as quais tinham apenas 19% da população em 1926 e cerca de 62% cinquenta anos depois. Como resultado, as acomodações russas eram as mais pobres de qualquer outra nação industrializada, com um espaço de ocupação de apenas 72 pés quadrados *per capita* (contra 1.200 na América). Segundo: apenas um russo entre quarenta possuía carro (embora o índice de mortes nas estradas fosse mais alto do que nos Estados Unidos). Terceiro: a situação alimentícia se deteriorou no governo de Brejnev, particularmente no fim dos anos 70 e no início dos 80.⁶⁴

Entretanto, a Rússia era próspera o bastante para os propósitos de Brejnev. Este não queria uma revolução de "altas expectativas", pois outro não era o objetivo do regime senão perpetuar-se. Igualava-se ao que disse Alexander Herzen sobre o regime czarista: "Ele exerce o poder para poder exercer o poder". Mas tal comparação não faz justiça aos czares que, muitas vezes, eram movidos por um genuíno desejo de levantar o seu povo. Em exílio na América, Alexander Soljenitsin repetida e raivosamente repudiou a idéia de que o regime soviético fosse de alguma forma a continuação da autocracia czarista⁶⁵. Política e moralmente, o regime soviético era uma sociedade totalitária, de tipo completamente diferente: muito mais uma conspiração autoperpetuante do que uma forma legítima de governo. Embora o banditismo de Stálin, à moda de Chicago, tivesse sido substituído pela máfia de baixo nível

de Brejnev e seus associados, a criminalidade essencial permanecia. O regime se apoiava numa base de força e não na lei. Quem o definiu bem, em termos econômicos, foi um autor, de pseudônimo Fedor Zniakov, em seu *sanizdat*⁶⁶ *Memorandum*, que circulou em maio de 1966; comparava o regime a um “capitalismo de supermonopólio”, com todas as suas propriedades significativas reunidas num único centro⁶⁷. O problema político de Brejnev era assegurar a distribuição dos lucros desse supermonopólio pela classe governante. Essa classe poderia ser classificada em três categorias. Assim, dos 260 milhões de habitantes da Rússia, cerca de 15 milhões pertenciam ao Partido, em 1976. Constituíam não apenas a própria classe governante, mas também os membros potenciais desta. Através da diligência e da subserviência, uma fração deles conseguiu integrar verdadeiramente essa classe. Outros eram eliminados a um índice de trezentos mil por ano, pela recusa das autoridades em renovar suas carteiras do Partido. A verdadeira classe governante era composta de quinhentos mil funcionários graduados do governo, além de suas famílias, todos atuando em regime de tempo integral. Eram recompensados pelo poder administrativo, o que se fazia possível graças ao descomunal tamanho da máquina estatal e à existência de um vasto império soviético, com pomposos cargos, pelo mundo afora — “pasto suficiente para todos os carneiros”, no dizer de *sir* Robert Walpole. Eram também compensados por privilégios econômicos baseados no acesso a um fechado sistema distributivo, que incluía lojas de alimentos e outros bens de consumo, além de habitação, viagens ao exterior, saúde, estações de veraneio e educação superior. O *establishment* soviético se tornou desse modo a verdadeira classe dominante, no velho sentido feudal (e marxista), destacando-se do resto da sociedade não somente pela riqueza em termos comparativos, mas também por direitos administrativos e legais claramente distintos. No governo de Lênin e de Stálin e, mais ainda, no governo de Brejnev, a sociedade soviética se tornou completamente estratificada. Na colônia científica de Norosibirsk, nos anos 70, por exemplo, distribuíam-se as residências da seguinte maneira: um membro efetivo da Academia recebia uma casa; um membro correspondente, metade de uma casa; um pesquisador graduado, um apartamento com o pé-direito de três metros; um pesquisador novato, um apartamento com o pé-direito de 2,25m e apenas um banheiro, comum a outros⁶⁸. A verdadeira divisão, entretanto, acontecia entre o meio milhão que estava na cúpula e os demais: eram eles a verdadeira elite, a elite que se opunha às massas russas (“eles” x “nós”). Dessa classe governante, 426 pessoas exerciam o verdadeiro poder político na qualidade de membros do Comitê Central. Cerca de duzentas ocupavam cargos ministeriais. Queriam de Brejnev privilégios extensivos, segurança de vida e de propriedade e segurança no emprego: tudo lhes era dado. Em 1976, por exemplo, 83,4% dos membros do Comitê Central foram reeleitos, o que não passa de um índice proporcional simbólico. No fim dos anos 70, a maioria dessas duzentas pessoas tinha mais de 65 anos de idade, muitas delas já tendo passado dos setenta. Por causa do isolamento do resto da sociedade, do acesso especial à mais alta qualidade de educação superior e da tendência a casamentos de seus membros entre si, a nova classe governante já estava se tornando hereditária, sendo um bom exemplo disso a família de Brejnev.

No governo de Stálin, como ocorreu na Alemanha de Hitler, a oposição era ou conspiratória ou inexistente. De um modo geral, um regime totalitário não se torna internamente vulnerável até que tente liberalizar-se. Houve algumas tentativas nessa direção no governo de Khruchtchev. Parte da estrutura de *gulag* foi desmantelada,

embora o cerne tenha permanecido. A 25 de dezembro de 1958, decretaram-se novos "Princípios Fundamentais da Lei Criminal e de Procedimento", dando direitos teóricos aos acusados e provocando o primeiro debate legal jamais conduzido na imprensa soviética. Mas essa reforma vinda de cima estava destinada a produzir instabilidade e, conseqüentemente, reversão, já que a Rússia soviética não era uma sociedade sob o Estado de direito. O marxismo nunca produziu uma filosofia da lei. O único verdadeiro filósofo legal soviético, Evgeny Pashukanis, argumentava que numa sociedade socialista a Lei deveria ser substituída pelo Planejamento⁶⁹. Isso era lógico, pois o conceito de processo legal independente era incompatível com o conceito de processo histórico inevitável, interpretado por uma elite governante marxista. O próprio caso de Pashukanis provou isso: a lei foi substituída pelo planejamento — o de Stálin — e ele foi assassinado nos anos 30. O decreto de 1958 não pôde ser aplicado na prática porque teria dado aos tribunais o começo de um *status* independente, permitindo assim a erosão do monopólio do poder de que o Partido desfrutava. Mesmo na época de Khruchtchev, nenhum tribunal jamais proferiu um veredicto sequer de "inocente" num caso político; da mesma maneira que nenhum tribunal de apelação soviético derrubou um veredicto de "culpado" num caso político, preservando assim um recorde ininterrupto de inteira subserviência ao partido governante, do primeiro ano de poder de Lênin até o presente⁷⁰.

Mais importante ainda foi o abrandamento da censura feito por Khruchtchev. O *Presidium* recusou seu pedido de mudança no sistema e por isso o próprio Khruchtchev autorizou algumas publicações sob sua inteira responsabilidade⁷¹. Material heterodoxo apareceu na imprensa e em livros. Em 1962, Alexander Soljenitsin pôde publicar *One Day in the Life of Ivan Denisovich*, talvez o livro mais influente a circular livremente na Rússia desde a Revolução. Mas no mesmo ano houve protestos em massa em Novocherkassk contra o aumento de preços dos alimentos. A 2 de junho, as tropas atiraram contra a multidão, matando muitas pessoas. Os levantes eram e continuam sendo um aspecto recorrente da sociedade soviética; fazem o papel, como nos tempos feudais, das greves e da política, a fim de chamar a atenção para as reivindicações sociais. O levante de junho foi de proporções incomuns e pode ter tido influência na queda de Khruchtchev, dois anos mais tarde. Entretanto, mesmo antes de sumir do mapa, Khruchtchev recusou-se a permitir a publicação de qualquer outro livro que se referisse aos campos de trabalho. Segundo Roy Medvedev, nosso mais valioso informante, o movimento de dissensão datou de 1965, o ano seguinte à queda de Khruchtchev, e houve algo que se assemelhou a um protesto de massa em 1966-67, quando a publicação clandestina do tipo *samizdat* estava no auge⁷². A repressão começou ao mesmo tempo, com o julgamento de dois dos principais dissidentes, Sinyavsky e Daniel, em fevereiro de 1966. Isso terminou com qualquer pretensão de reforma judicial ou de liberalização em geral. Logo depois, dois oficiais de alto nível da polícia secreta foram nomeados juizes da Corte Suprema soviética. A pior fase da repressão foi de 1968 a 1970, começando com "o julgamento dos quatro" (Galanskov, Ginzburg, Dobrovolsky e Lashkova) em janeiro de 1968. Esse julgamento, um dos mais bem documentados, foi uma farsa política predeterminada, e mostrou que o sistema soviético permaneceu, em sua essência, uma tirania totalitária, tão incapaz de se reformar quanto de tornar quadrado um círculo⁷³.

Depois de 1970, houve um certo abrandamento do novo terror. Aqueles, no Ocidente, que, como parte da política de *détente*, insistiam na aceitação do pedido soviético de realização da Conferência de Helsinki sobre "Segurança Européia e

Cooperação" (julho 1972 – julho 1975) argumentavam que os líderes soviéticos poderiam ser forçados a respeitar os direitos humanos como parte do acordo. Essa foi a política oficial das administrações de Ford e Carter. Pelo princípio número sete dos Acordos de Helsinki, o governo soviético se comprometeu a "respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais". Mas isso não passava de outro tratado a ser rompido. Na verdade, o processo de Helsinki levou diretamente à retomada da repressão difundida, não apenas na Rússia soviética, como também em todos os lugares por trás da Cortina de Ferro. Pois o acordo encorajou os dissidentes a saírem da clandestinidade. Formavam-se grupos de controle "Para Promover a Observância dos Acordos de Helsinki" em Moscou, na Ucrânia, na Geórgia, na Armênia e na Lituânia. Movimentos similares surgiram na Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Polônia e outros países satélites. Informações sobre a violação dos Acordos eram passadas aos jornalistas ocidentais.

Uma onda de violência se seguiu, começando em 1975 e atingindo o clímax nos anos posteriores a 1977. Os líderes dos grupos de controle foram as principais vítimas. Em alguns casos a KGB usou de uma nova política de ação, dando vistos de saída aos dissidentes e expulsando-os de seu próprio país. Mas muitos outros receberam longas penas de prisão com trabalhos forçados. Assim, os Acordos de Helsinki aumentaram radicalmente o volume e a ferocidade das violações dos direitos humanos na Rússia soviética. A farsa culminou na subsequente reunião de Belgrado, 1977-78, quando a delegação soviética produziu documentos sobre a perseguição dos católicos em Ulster e dos negros na América, e se recusou terminantemente a discutir as práticas soviéticas. Imediatamente após o término da reunião, dois membros do grupo de controle ucraniano pegaram, cada um, sete anos de trabalhos forçados; os fundadores do grupo de Moscou, sob custódia, sem julgamento há 15 anos, foram condenados a sete anos num campo "rigoroso", e o mais famoso dos dissidentes soviéticos, Andrei Sakharov, foi acusado de "desordeiro" e depois colocado em prisão domiciliar e exílio interno⁷⁴. Os julgamentos dos membros de grupos de controle georgianos lembravam os ecos sinistros do período de Stálin, com acusações de espionagem fabricadas pelas agências ocidentais de serviço secreto e com sugestões de tortura e confissões forçadas⁷⁵.

Sob certo aspecto, a política soviética era, em relação aos elementos de oposição, consistente. Da primeira fase do governo de Lênin até o início dos anos 80, a dissensão sempre foi tratada como doença mental, e os dissidentes eram sempre passíveis de "tratamento" em hospitais psiquiátricos especiais. O primeiro caso conhecido deu-se em 1919, quando Lênin fez com que Maria Spiridonova, uma líder do Partido Socialista Revolucionário, fosse condenada pelo Tribunal Revolucionário de Moscou a internamento num sanatório⁷⁶. O uso sistemático, em grande escala, de punições psiquiátricas começou no fim dos anos 30, quando a NKVD construiu um estabelecimento penal especial com quatrocentos leitos, no terreno do hospital para doenças mentais já existente em Kazan. No fim dos anos 40, o Instituto Serbsky, o principal centro soviético para ensino e pesquisa em psiquiatria criminal, tinha um departamento especial para trabalho "político"⁷⁷. No início dos anos 50, pelo menos três estabelecimentos "tratavam" de casos de prisioneiros políticos, já que temos notícia de um homem, Ilya Yarkov, que passou por todos eles. O castigo psiquiátrico era dado principalmente a transgressores do capcioso artigo 58 do código criminal, que lidava com atos "anti-soviéticos": entre os internos companheiros de Yarkov estavam incluídos cristãos, trotskystas sobreviventes, opositores a Lysenko, escritores

heterodoxos, pintores e músicos, letões, poloneses e outros nacionalistas⁷⁸. O sistema, longe de ser abandonado, expandiu-se enormemente no governo de Khruchchev, que desejava persuadir o mundo de que a Rússia soviética não mais aprisionava infratores políticos, mas somente os desequilibrados. Em 1959, o *Pravda* publicou a seguinte citação de Khruchchev: "Um crime é um desvio dos padrões de comportamento geralmente reconhecidos, com frequência causado por distúrbios mentais... Aqueles que começam a exigir a oposição ao Comunismo... é claro que o estado mental de tais pessoas não é normal"⁷⁹.

A primeira vez em que o Ocidente ficou inteirado da psiquiatria penal soviética foi em 1965, com a publicação de *Ward 7*, de Valery Tarsis; daí em diante foram feitos esforços dentro da profissão psiquiátrica para obter documentação de casos específicos e para levantar o tema em reuniões da Associação Psiquiátrica Mundial⁸⁰. Esses esforços foram em parte frustrados pela ansiedade de alguns psiquiatras (particularmente os americanos) de preservar a participação da Cortina de Ferro nesse organismo a qualquer custo, em parte pela habilidade com que o sistema psiquiátrico soviético encobriu os fatos e, em 1973, organizou uma visita do tipo Potemkin a Serbsky⁸¹. Entretanto, durante o período 1965-75, foram obtidos detalhes de 210 casos totalmente comprovados⁸². Além da primeira prisão com punição psiquiátrica em Kazan, pelo menos outros 13 Hospitais Psiquiátricos Especiais foram abertos nos anos 60 e 70. Nenhum ocidental, psiquiatra ou não, teve permissão de visitar qualquer um deles. Mas ficou claro que estavam sob controle do Ministério do Interior (MVD) e não do Ministério da Saúde, e que eram dirigidos por oficiais militares e administrados como se fossem prisões. Relatórios de ex-prisioneiros mostraram que esses hospitais assemelhavam-se de maneira marcante às clínicas-prisões experimentais dirigidas pelos médicos da S.S. e que eram parte do programa racial de Himmler; tal semelhança se concretizava tanto pelas crueldades praticadas nessas "clínicas" como pelo tipo de médicos delas encarregados. A tortura mais comum, o método de "enrolar" o "paciente" em lonas molhadas, parece ter sido inventado por uma tal Dra Elizaveta Lavritskaya, uma das criaturas mais duras descritas por Yarkov⁸³. Detalhes das torturas, espancamentos e de uso punitivo de drogas foram fornecidos nas audiências do Senado americano em 1972.⁸⁴ Foram identificados como sendo os piores torturadores o professor Andrei Snezhnevsky, diretor do Instituto de Psiquiatria da Academia de Ciências Médicas, que liderou a campanha de diagnóstico da dissensão como forma de esquizofrenia; o professor Ruben Nadzharov, seu assistente; o Dr. Georgy Morozov, chefe do Serbsky; e o professor Daniel Lunts, de acordo com a visão dos dissidentes, o mais terrível dos praticantes do psicoterror. Da mesma forma que na S.S., alguns médicos tinham patente militar: Lunts era coronel da KGB ou major-general da MVD. A esses homens permitia-se viajar para o exterior, a fim de representar a psiquiatria soviética; tinham salários três vezes maiores do que os outros psiquiatras e desfrutavam do acesso a artigos de luxo e de privilégios dos escalões mais altos da classe governante soviética⁸⁵.

O castigo psiquiátrico se difundiu muitíssimo no governo de Brejnev, embora, após a campanha de desmascaramento no Ocidente, tenha ficado restrito, em sua maior parte, ao humilde protestador-operário, que dificilmente atrairia a atenção externa. Para as figuras proeminentes, havia muitos níveis rigorosos de opressão e nenhum deles veio a precisar de julgamento. Comentando o exílio de Sakharov em Gorki, observou Medvedev: "De Gorki, Sakharov poderia ser enviado a Irkutsk, na

Sibéria, para Tomsk ou para Chita. Cada vez pior... O importante é que a vítima tenha sempre algo a perder e, conseqüentemente, algo a temer”⁸⁶. No fim de março de 1977, Brejnev tornou claro, de forma brutal, que o retorno à liberdade de crítica estava fora de cogitação: \

Em nosso país não é proibido “pensar diferente” da maioria... Mas não é o caso de uns poucos indivíduos que... têm-se posicionado ativamente contra o sistema socialista; tomam a estrada da atividade anti-soviética, violam as leis e, não encontrando apoio dentro de seu próprio país, procuram apoio no exterior, em centros subversivos imperialistas... Nosso povo exige que tais... ativistas sejam tratados como opositores do socialismo, como pessoas que agem contra a mãe-pátria, como cúmplices e, quem sabe mesmo, agentes do imperialismo... Nós temos tomado e tomaremos contra eles medidas previstas pela nossa lei⁸⁷.

A identificação da crítica política com traição, até mesmo a traição efetiva, era, evidentemente, a base do terror de Lênin-Stálin. Brejnev deixou claro que poderia retomar a idéia a qualquer momento. Para isso, foram tomadas providências na nova versão da Constituição, ratificada pelo Soviete Supremo a 7 de outubro de 1977. O artigo 6º reafirmava o total monopólio do poder político e da atividade estatal do Partido Comunista. O artigo 62 dizia: “Os cidadãos da URSS são obrigados a salvaguardar os interesses dos estados soviéticos e intensificar o seu poder e prestígio”. O primeiro desses dois artigos mencionados contradizia o artigo 2º, que estabelecia que todo poder pertencia ao povo. O segundo contradizia o artigo 49º, que dava ao cidadão o direito de criticar os organismos do Estado. Os artigos 6º e 62º eram assim o cerne totalitário da Constituição, dando à classe governante toda a autoridade de que ela necessitava para subjugar os opositores internos em qualquer nível de terror que achasse necessário. A dissensão continuava, apesar da repressão de Brejnev. Em 1977-80, por exemplo, 24 publicações *samizdat* apareciam regularmente. O número de artigos individuais no *samizdat* em circulação passou a marca dos cem mil em 1980.⁸⁸ Mas qualquer espécie de atividade política organizada, ou a ampla difusão de opiniões heterodoxas, tornou-se totalmente impossível. Durante os anos 70, em resumo, enquanto a autoridade legítima do governo americano estava sendo irresponsavelmente erodida, o poder autocrático do governo soviético estava sendo sistematicamente reforçado. O processo teve uma conclusão lógica depois da morte de Brejnev, em 1982, com subida ao poder de Yuri Andropov, que fora chefe da KGB por 15 anos e que, durante esse período, institucionalizara o castigo psiquiátrico para os dissidentes.

Operando a partir de uma base politicamente estável, o poder global soviético se expandiu consistentemente durante os anos 70. O sinal mais marcante e visível dessa expansão foi o crescimento espetacular da Marinha soviética, comparável, de muitas maneiras, ao programa naval alemão das décadas de 1890 e 1900: esse crescimento não era justificado por qualquer necessidade de proteger as linhas de suprimento e comunicações, mas foi dirigido deliberadamente para mudar o equilíbrio existente do poder naval⁸⁹. Da mesma maneira que a Marinha inglesa do século XIX, o poder naval-aéreo americano constituía o fator altamente estabilizador no mundo do pós-guerra. Em 1945, a frota americana comportava 5.718 navios no serviço ativo, incluindo 98 porta-aviões, 23 encouraçados, 72 cruzadores e mais de 700 destróieres e navios de escolta. Já em junho de 1968, os Estados Unidos contavam

com 976 navios no serviço ativo⁹⁰. Nos anos 70, a esquadra americana reduziu-se rapidamente para 13 porta-aviões e seus respectivos navios de escolta. Enquanto isso, a Marinha soviética se expandia. Ao final de 1951, ainda era possível ao almirante Carney, comandante das forças da OTAN, no sul da Europa, afastar o poder naval soviético no Mediterrâneo: "Ele afirmava que provavelmente existiriam alguns poucos submarinos soviéticos desgarrados no Mediterrâneo e que se poderiam enviar mais algum reforço numa tentativa de preparação para a guerra. Mas não era viável manter os russos distantes por muito tempo"⁹¹. A grande mudança aconteceu após 1962. A crise cubana dos mísseis persuadiu a liderança soviética a, caso quisesse expandir o comunismo para fora das terras eurásianas, ter de criar uma grande marinha de superfície.

A nova estratégia foi obra do almirante Gorshkov. Seus trabalhos se constituíram numa doutrina comparável à do almirante Mahan. Gorshkov defendia a existência de uma grande esquadra somada a uma força de superfície global; tal ponto de vista tornou-se a política adotada no início dos anos 60.⁹² Durante os quatorze anos que se seguiram à crise dos mísseis, a Rússia soviética construiu um total de 1.323 navios de todos os tipos (comparados a 302 americanos), incluindo 120 navios de combate de grande porte, 83 anfíbios e 53 auxiliares. Na mesma data (1976), Gorshkov havia reunido uma esquadra de 188 submarinos nucleares, 46 deles carregando mísseis estratégicos⁹³. No fim dos anos 70, apareceram os primeiros porta-aviões genuinamente soviéticos. O impacto da nova Marinha soviética na geopolítica se tornou inegável durante a guerra árabe-israelense de 1967, quando uma imponente presença naval soviética no Mediterrâneo do leste ficou estabelecida como base permanente. Em 1973, durante a guerra do *Yom Kippur*, a posição da esquadra americana nesse teatro foi apontada por um de seus comandantes, pela primeira vez desde a destruição do poderio naval japonês, como "muito desconfortável"⁹⁴. Nesse ponto, a Marinha soviética, já predominante no nordeste do Atlântico e no noroeste do Pacífico, estava pronta para se deslocar para o Atlântico Sul e para o Oceano Índico.

O poder naval foi um dos elementos favorecedores da incursão soviética na África negra, o que vem a ser um dos principais aspectos do fim da guerra dos anos 70. Outro elemento foi a utilização de Cuba como mercenária-satélite. Nos anos 60, a Rússia soviética comprou a lealdade cubana por um preço relativamente barato: menos de meio bilhão de dólares por ano. Como retorno, conseguiu o apoio verbal daquele país: Castro defendeu em alto e bom som a invasão soviética na Tchecoslováquia, em 1968. No início dos anos 70, a economia cubana estava se degenerando rapidamente e, em 1972, houve uma reavaliação angustiada das relações soviético-cubanas. A dívida cubana para com a Rússia era então da ordem de quase US\$4 bilhões. Brejnev não via alternativa para Cuba senão adiar todos os pagamentos dos juros e do capital para 1986 e, nesse meio tempo, afiançar Cuba⁹⁵. O custo dessa operação para a Rússia subiu primeiro para US\$8 milhões, depois, para US\$10 milhões e (no início dos anos 80) para US\$12 milhões por dia: quase US\$4,5 bilhões por ano. Em troca, entretanto, Brejnev adquiriu um instrumento valioso para penetrar na África do sub-Sahara. É claro que a Rússia soviética fora atuante na África árabe desde o acordo com Nasser em 1955. Mas as missões econômicas e militares soviéticas, muitas vezes, se tornaram impopulares; sendo brancos, os russos foram facilmente acusados de "imperialismo". Como declarou Mahgoub, *premier* árabe do Sudão, os Estados árabes obtinham "maquinaria obsoleta" da Rússia soviética em

troca de produtos de base — “uma forma de escambo”; e o bloco soviético “muitas vezes revendia as matérias-primas de nós obtidas para o Ocidente capitalista a preços abaixo do mercado”⁹⁶. Uma das muitas vantagens de usar a intermediação de Cuba residia no fato de que, por um paradoxo inexplicável, Cuba era um país membro do “bloco não-alinhado”, embora, na verdade, o mais vociferantemente fiel dos Estados-clientes dos soviéticos. Por não serem brancos (muitos, aliás, eram negros), os soldados cubanos não eram facilmente vistos como imperialistas. Castro já estava com a vida ganha ao defender a Rússia soviética da acusação de imperialismo na Conferência dos países não-alinhados, em Argel, no ano de 1973. Nessa conferência, ele perguntou: “Onde estão os cartéis” da Rússia? Onde está a sua “participação nas companhias multinacionais”? Que fábricas, que minas, que campos petrolíferos pertencem à Rússia no mundo subdesenvolvido? Que trabalhador é explorado em qualquer país da Ásia, África ou América Latina pelo capital soviético?⁹⁷ Pediram-lhe então para ir além e fornecer forças de invasão não-imperialistas. Em dezembro de 1975, sob a escolta naval soviética, as primeiras tropas cubanas desembarcaram em Angola. Em 1976, elas se deslocaram para a Abissínia, transformada em campo soviético, e para a África Central e Oriental. Há muito tempo atrás, em 1963, a velha colônia do Congo Francês se proclamara a República do Povo do Congo, o primeiro Estado marxista-leninista na África. Não se comportou sempre como tal. As categorias políticas européias nem sempre se adaptavam bem às realidades africanas⁹⁸. E, no fim dos anos 70, havia dez dos mesmos Estados africanos fornecendo à Rússia soviética, em vários níveis, apoio diplomático e propaganda, vantagens econômicas e bases militares. Em 1979, na Nicarágua, Cuba obteve o seu primeiro satélite na América Central.

Durante os anos 70, a expansão da Guerra Fria para, virtualmente, todas as partes do globo deu à década o ar de insegurança crônica tão característico dos anos 30 — a mesma síndrome de desemprego, decadência econômica, armamentos e agressão. A política soviética não era de modo algum o único fator. A América era em parte responsável pela guinada para a violência. Para compensar a queda nas compras de armamentos causada pelo fim da guerra do Viet-Nam, a indústria americana passou para a venda internacional de armas, em escala sem precedentes. Em 1970, a América vendeu armas para o exterior, no valor de US\$952 milhões. Esse número saltou para mais de US\$10 bilhões em 1977-78. Mas outros países também estavam nessa corrida. Nos anos 60 e 70, as vendas francesas de armamentos se multiplicaram trinta vezes. A exportação de armas soviéticas aumentou de forma ainda mais rápida do que na América. Em 1979-81, a América deixou de ser o exportador principal de armas, caindo para o terceiro lugar, depois da Rússia soviética e da França (à Grã-Bretanha cabendo um pobre quarto lugar). No início dos anos 80, as vendas internacionais de armas aproximavam-se do valor anual de cerca de US\$70 bilhões, quase todas negociadas de Estado para Estado. Somente uma fábrica soviética de tanques cobria 23 milhas quadradas de terras e exportava para trinta países, a maioria deles pobre. A velha empresa privada *Merchants of Death* parecia inocente em comparação aos Estados modernos, competindo para vender destruição por megatons.

É verdade que nenhuma das grandes potências vendia armas nucleares. Fracassaram, porém, na tentativa de impedir a sua proliferação. Nos anos 50, cientistas bem-intencionados espalharam a idéia de que o plutônio usado nos reatores para a “paz” não era normalmente adequado para bombas. Nessa suposição bastante

talaciosa, a América lançou a “operação sinceridade”, em dezembro de 1953, com o programa “Átomos para a Paz”. Autorizou a publicação de mais de onze mil documentos secretos, incluindo detalhes do método Purex de produzir plutônio puro, vital para grandes explosões⁹⁹. Alguns detalhes dos programas de assistência foram escritos sem o menor cuidado. Assim, quando se deu uma violação evidente — por exemplo, quando a Índia explodiu uma bomba em 1974 — os funcionários americanos puderam fingir que nada havia acontecido. O Tratado de Não-Proliferação negociado pela América, Rússia e Grã-Bretanha, em julho de 1968, logo ratificado por quarenta outros países, na realidade pouca diferença fez, já que mesmo os países que o assinaram poderiam, de acordo com o regulamento, chegar muito perto da capacidade nuclear e atingi-la rapidamente depois de anunciar, com três meses de antecedência, a sua saída do Tratado, de acordo com o artigo 11 do mesmo Tratado.

De fato, as potências nucleares não se multiplicaram tão rapidamente quanto os pessimistas previram. Em 1960, calculou-se que 12 novos países haveriam atingido a capacidade nuclear por volta de 1966.¹⁰⁰ Mas as alianças do guarda-chuva nuclear, tais como a OTAN, SEATO e CENTO, tendiam a desencorajar os Estados a embarcarem em aventuras independentes. A proliferação ocorreu como resultado do “emparelhamento” antagônico. A bomba da China, em 1964, foi em função da sua briga com a Rússia; a bomba de 1974 foi o resultado direto da bomba da China; a suposta bomba do Paquistão foi o filhote da bomba da Índia. Tanto Israel como a África do Sul se tornaram potências nucleares veladas nos anos 60, principalmente devido ao fato de não serem membros dos seguros pactos militares que incluíam a cobertura nuclear. A bomba de Israel provocou o surgimento de um programa de armas nucleares iraquiano, frustrado em 1981, quando os aviões israelenses destruíram o reator “pacífico” iraquiano, construído pelos franceses.

Os países adiantados também propendiam a se lançar em programas de armas nucleares. Assim aconteceu na França, na Quarta República, muito antes de de Gaulle haver tomado a decisão de produzir bombas. Segundo disse um funcionário, “a manufatura de uma bomba atômica... consolidou-se na nossa vida pública como uma espécie de subproduto de um trabalho oficialmente pacífico”¹⁰¹. Esse era o caminho mais provável que a Alemanha Ocidental e o Japão, até então incentivados a permanecer fora do clube nuclear pelas garantias americanas, tomariam para chegar à bomba. No fim dos anos 70, o Japão havia desenvolvido uma grande e inovadora indústria espacial; encontrava-se já no ponto de produzir muito rapidamente ogivas nucleares, e de desenvolver também um avançado sistema de lançamento nas linhas do Tridente americano. Mas para se transformar numa potência nuclear de primeira classe, nesse estágio, seria necessário desenvolver proteção, contradição e capacidade de segundo arremesso: tudo isso era desanimadoramente caro¹⁰². A não ser pela retirada da América para o isolamento, seria improvável que a Alemanha e o Japão se juntassem ao clube. O perigo estava, mais exatamente, no desenvolvimento esfarrapado da capacidade nuclear marginal pelos instáveis países árabes que, por uma razão ou por outra, se sentiam inseguros e inadequadamente protegidos por alianças feitas com países tais como o Brasil, a Argentina, a Coreia do Sul, Taiwan e a Indonésia. No início dos anos 80, 22 países (além de Israel e África do Sul) encontravam-se no ponto de poder desenvolver armas nucleares a um custo comparativamente baixo, no prazo de um a quatro anos¹⁰³.

Na prática, todavia, o mundo se preocupava menos durante os anos 70 com a possibilidade de uma guerra nuclear, do que com a crescente realidade de outras

formas de violência. Mais de trinta guerras convencionais foram travadas nessa década, a maioria delas na África. A proliferação do terrorismo internacional, com menos perdas de vidas humanas, foi política e psicologicamente muito mais perturbadora para o mundo. Muitas linhas históricas tomaram o rumo desse fenômeno. Havia a tradição muçulmana do terrorismo político-religioso, remontando à seita sunita-persa dos Assassinos na Idade Média. Renasceu na luta árabe-israelenses na Palestina, tomando a forma definitiva de Organização pela Libertação da Palestina. Tal organização, nos anos 60 e 70, era o maior, mais rico, mais bem armado e o mais ativo de todos os grupos terroristas, com seus próprios campos de treinamento, aproveitados por muitos outros grupos e movimentos terroristas, de objetivos completamente diferentes.

Em segundo lugar, havia a tradição russa, transmutada por Lênin (que repudiava o terrorismo individual como forma de “esquerdismo infantil”) em terrorismo de Estado, tanto para uso interno como para exportação. Durante esse período, a Rússia soviética manteve um esquema de treinamento terrorista, dirigido pela Academia Militar de Simteropol, na Criméia, onde “guerrilheiros” e “sabotadores” estrangeiros se prepararam para o serviço no Oriente Médio, na América Latina e na África. A maioria dos especialistas e instrutores da OLP se beneficiaram desse curso¹⁰⁴.

Em terceiro lugar, havia uma tradição européia, principalmente alemã, de intelectualizar a violência como uma necessidade moral. A primeira fase moderna do terrorismo político em grande escala aconteceu, como vimos, na Alemanha, em 1919-22, quando assassinos de direita mataram 354 pessoas. Foi o fracasso da sociedade em obrigar essas pessoas a prestar contas de seus atos que preparou o caminho para o terror instituído por Hitler. Esse terror tomou muitas formas, incluindo seqüestro, praticado pelas *Brown Sisters* da S.S., que esquadrinhavam os campos de concentração à procura de crianças louras e de olhos azuis, menores de seis anos. A tradição terrorista alemã encontrou a sua expressão filosófica no existencialismo, popularizado no período do pós-guerra por Sartre, que permaneceu fascinado pela violência durante toda a sua vida e cujo aluno, Franz Fanon, publicou, em 1961, o mais influente de todos os manuais terroristas, *Les damnés de la Terre*.

Em quarto lugar, havia a tradição apolítica da pirataria mediterrânea, datando do segundo milênio a.C.. Foi um sinal sinistro do poder debilitado de Roma a volta dos piratas, com toda a força, no terceiro século d.C.. No século XVIII, a Marinha britânica eliminou a pirataria dos oceanos, mas a ameaça bárbara permaneceu até 1830, quando os franceses ocuparam Argel. Nos 130 anos seguintes, a era do colonialismo, o seqüestro e a pirataria em grande escala praticamente deixaram de existir. Mas logo retornaram, quando a onda imperialista retrocedeu, especialmente nos centros tradicionais — Argel e Trípoli — com o fim da guerra argelina e o golpe de Kadhafi, em 1969. Mas agora os fatos adquiriam uma coloração política diferente, com os líderes argelinos nos anos 60 e Kadhafi nos anos 70 fornecendo dinheiro, armas e os recursos necessários para treinamento, refúgio e organização. Essas quatro linhas, reunidas nos anos 70, tornaram o problema do terrorismo imensamente complexo e difícil de definir. Não podia ser encarado como simples conspiração soviética para desestabilizar os Estados legítimos. Na verdade, o Estado mais seriamente prejudicado pelo terrorismo nos anos 70, a Itália, era mais vítima da violência comercial, especialmente de seqüestros que renderam US\$100 milhões nos anos 1975-80, do que do puro terror político¹⁰⁵.

Entretanto, não havia dúvidas de que os movimentos terroristas individuais, tais como o Baader-Meinhof, na Alemanha Ocidental, o IRA, em Ulster, as Brigadas Vermelhas, na Itália, os separatistas bascos, na Espanha, a OLP e talvez uma série de outros grupos terroristas árabes, latino-americanos e africanos negros, se beneficiaram da rede radical internacional, cujos espíritos insufladores, tais como o assassino venezuelano conhecido como “Carlos”, eram todos comunistas¹⁰⁶. Dois incidentes selecionados dessa série ilustram o caráter marxista e internacional do movimento. O massacre de 26 peregrinos, em sua maioria porto-riquenhos, no aeroporto de Lod, em Israel, no ano de 1972, foi executado por japoneses marxistas, treinados pela OLP no Líbano, equipados com armas japonesas que lhes foram entregues, em Roma, pelo próprio Carlos. De outra vez, os assassinos bascos que mataram um almirante espanhol, em 1974, tinham sido treinados em Cuba e no Iêmen do Sul por alemães orientais, palestinos e cubanos; haviam também usado explosivos adquiridos dos gângsteres do IRA, os primeiros a encontrar os bascos em Argel, sob os auspícios da KGB¹⁰⁷.

É significativo salientar que, durante os anos 70, enquanto o poder relativo americano declinava e o poder soviético aumentava, os incidentes terroristas internacionais (explosões, bombas, assassinatos, tomada de reféns, seqüestros, etc.) aumentavam sistematicamente: de 279, em 1971, chegou-se a 1.079, em 1980. O número de assassinatos, nos quais a KGB e seus antecessores haviam sempre se especializado, aumentaram espetacularmente de 17, em 1971, para 1.169, em 1980.¹⁰⁸ As sociedades totalitárias, que permitiam à polícia secreta insinuar-se em todos os lugares, prendendo e aprisionando sem julgamento, torturando e praticando assassinato judicial, ou simplesmente assassinando, tinham pouco a temer do terrorismo. As sociedades liberal-democráticas tinham muito a perder. A lição tirada dos anos 60 mostrou que o terrorismo, ativa, sistemática e necessariamente, auxiliava a disseminação do Estado totalitário; que a diferença entre os Estados legítimos e os Estados totalitários, foi estabelecida pelo terrorismo para favorecer estes últimos; foi ele também que explorou o aparato da liberdade nas sociedades liberais e, por conseguinte, colocou-as em perigo; e finalmente foi o terrorismo que esgotou a vontade da sociedade civilizada de se defender¹⁰⁹.

Num sentido mais profundo, o terrorismo político dos anos 70 foi produto do relativismo moral. Em particular, as crueldades inenarráveis praticadas em seu nome tornaram-se possíveis apenas pelo hábito marxista de pensar em termos de classe, em vez de indivíduos. Jovens ideólogos radicais — que mantinham as suas vítimas (geralmente diplomatas ou homens de negócios escolhidos somente pela profissão) acorrentadas em calabouços mínimos de concreto localizados em subsolos, de olhos vendados, os ouvidos tapados com cera, durante semanas ou meses, e que depois as liquidavam sem piedade ou hesitação — não viam os torturados e assassinados como seres humanos, e sim como peças de uma mobília política. No desenrolar desse processo, eles se desumanizaram, tal como aqueles que eles destruíram, e se tornaram almas perdidas, como as criaturas degradadas que Dostoievsky descreveu no seu grande romance antiterrorista, *The Devils*.

Visto como ameaça à estabilidade de todas as sociedades que vivem sob o Estado de direito, o terrorismo internacional deveria ter-se constituído na preocupação primeira das Nações Unidas. Mas, já nos anos 70, as Nações Unidas eram um organismo corrompido e desmoralizado, e todas as suas mal consideradas intervenções estavam mais inclinadas a promover a violência do que a impedi-la. O erro

fatal de Truman, ao permitir que o poder executivo passasse para a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1950, aliado ao erro de Eisenhower, em 1956, de consentir que Hammarskjöld perseguisse a Grã-Bretanha e a França como agressoras, dava agora frutos amargos e abundantes. O organismo das Nações Unidas foi fundado por 51 Estados, em sua grande maioria democracias. Em 1975, contava com 144 membros, tendo a expectativa de aumentar para 165; todos, com exceção de 25, eram países totalitários ou de partido único, principalmente de esquerda. Os Estados soviéticos, árabe-muçulmanos e africanos juntos constituíam maioria operante. Estava assim fora de cogitação a possibilidade de qualquer posicionamento contra o terrorismo. Muito pelo contrário. Como observamos, Idi Amin, um terrorista autêntico, além de patrocinador e beneficiário do terrorismo, recebeu aplausos de pé, em 1975, quando defendeu o genocídio. Yasser Arafat, chefe da OLP, a maior organização terrorista do mundo, recebeu uma cadeira na Assembleia. O secretariado das Nações Unidas há muito havia deixado de aplicar os princípios da Carta. O secretário-geral funcionava como mero correio. Os membros comunistas do Secretariado moravam em recintos isolados e entregavam os cheques de seus salários em moeda forte aos funcionários do setor financeiro de suas Embaixadas. À falta de membro mais graduado, o subsecretário-geral para o Conselho de Segurança, Arkady Shevchenko, tinha um “zelador” da KGB só para ele¹¹⁰.

Falando de um modo geral, durante os anos 70, a maioria das Nações Unidas se concentrou em três temas: organizar a destruição da África do Sul, organizar a destruição de Israel e condenar o “imperialismo” tal como era personificado pela América. Em 1974, as credenciais da África do Sul, país membro fundador da ONU, foram rejeitadas como alternativa da expulsão. Na reunião das Nações Unidas dos países não-alinhados, realizada em março de 1975, em Havana, cidade que era uma capital satélite soviética, delineou-se um plano para expulsar Israel; este plano, porém, foi abandonado, quando os Estados Unidos ameaçaram deixar a Assembleia e interromper sua contribuição financeira. Em vez disso, o Terceiro Comitê das Nações Unidas fez passar uma Resolução anti-semita, condenando Israel como “racista”, por 70 votos contra 29 e com 27 abstenções. A Resolução foi fabricada por Cuba, Líbia e Somália, todos satélites soviéticos. Como demonstrou o delegado americano, Leonard Garment, a Resolução era execrável, pois usava “racismo” não como palavra “com o significado de um conjunto verdadeiro e concreto de injustiças, mas apenas como um epíteto para ser aplicado a quem quer que fosse o adversário”. Transformava “um conceito de significado vívido e destestável” em “apenas um instrumento ideológico”¹¹¹. Alguns discursos a favor da moção eram abertamente anti-semitas e provocariam um estrondo de aplausos em Nuremberg. Dos setenta países que votaram a favor dessa moção, somente oito tinham as mais remotas reivindicações no sentido de serem considerados democracias, e mais de dois terços praticavam formas variadas de racismo. Em Moscou, Andrei Sakharov, que ainda não fora preso, observou que a Resolução “só pode contribuir para um aumento das tendências anti-semitas em muitos países, atribuindo-lhes uma aparência de legalidade internacional”. Mais grave ainda era o medo de que o voto pudesse, subsequentemente, ser usado como justificativa, tanto de ordem moral quanto legal, no plano internacional, para que os países árabes, em conjunto, tentassem, exterminar o povo israelense, que havia fundado o Estado de Israel precisamente como um refúgio do racismo e do assassinato racial. O embaixador americano nas Nações Unidas anunciou colericamente, quando a Assembleia Geral ratificou a votação de 67 contra 55:

“Os Estados Unidos se levantam para declarar diante da Assembléia Geral das Nações Unidas e diante do mundo que não reconhecem, não se sujeitarão e nunca concordarão com esse ato infame”¹¹². É bem verdade que o voto era apenas no papel. Mas o verdadeiro perigo das Nações Unidas se achava na hipótese de as majorias no papel tenderem a crescer como políticas reais: a aritmética corrupta da Assembléia, onde, nos anos 70, os votos podiam ser comprados através de armas ou subornos pessoais dos delegados, tendia a se tornar imperceptivelmente o critério convencional da sociedade internacional.

Tal fato revelava-se particularmente verdadeiro no tocante aos ataques à América. Esta estava agora cada vez mais isolada e, enquanto a crise econômica dos anos 70 se aprofundava, era acusada de ser a fonte de todos os males do mundo. A aritmética da ONU teve como consequência marcante a ausência absoluta de críticas em qualquer resolução da Assembléia ou de qualquer comitê, justamente no momento em que aumentos de preços do petróleo adicionaram US\$70 bilhões anuais às rendas dos países árabes produtores no ano 1974-75 e, tudo isso, às custas das nações industrializadas e dos países subdesenvolvidos. Não foi feita sequer uma tentativa, por parte da maioria das Nações Unidas, no sentido de conseguir que os países árabes entregassem esses lucros excessivos sob a forma de ajuda obrigatória. A ira das Nações Unidas se concentrava especificamente sobre a América, uma de suas principais vítimas, e, por extensão, sobre o Ocidente em geral. É esclarecedor rastrear a gênese desse ataque. A tese original marxista era de que o capitalismo ruiria. Isso não aconteceu. A primeira posição de recuo (a de Khruchchev) ficou patente na declaração de que o “bloco socialista” ultrapassaria o Ocidente em padrão de vida. Isso também não aconteceu. A segunda posição de recuo, usada a partir do início dos anos 70, que foi “vendida” ao Terceiro Mundo e se tornou ortodoxia das Nações Unidas, defendia que o alto nível de vida ocidental, longe de ser a consequência de um sistema econômico mais eficiente, era o resultado dos salários imorais e do empobrecimento sistemático e deliberado do resto do mundo. Assim, em 1974, as Nações Unidas adotaram uma “Carta dos Direitos Econômicos e Deveres dos Estados” que condenava o funcionamento das economias ocidentais. A Conferência Mundial de População das Nações Unidas, em 1974, foi um ataque prolongado ao egoísmo americano. A Conferência Mundial de Alimentos das Nações Unidas, em 1974, denunciou a América e outros países, os únicos que realmente produziam excedentes de alimentos. O ministro da Alimentação indiano achou “óbvio” que eles fossem “responsáveis pela difícil situação” dos países pobres e que tinham o “dever” de ajudá-los. Tal ajuda não era “caridade”, mas “compensação devida pelo que fora feito a esses países pobres no passado pelas nações desenvolvidas”. Logo depois, em fevereiro, os países “não-alinhados” criticaram severamente “a obstinação das potências imperialistas em preservar as estruturas da exploração colonial e neocolonial que sustentam suas sociedades de consumo supérfluo e cheias de luxo, enquanto mantêm grande parte da humanidade na miséria e na fome”.

O ataque foi especialmente destituído de razão, pois, durante somente os 14 anos anteriores (1960-73), a ajuda oficial, direta ou através de agências das nações avançadas para o desenvolvimento dos países mais pobres, chegou a US\$91,8 bilhões, a maior transferência voluntária de recursos na história¹¹³. Se o dinheiro foi usado de maneira eficaz, é outra história. Houve quem dele se servisse apenas para manter no poder regimes ineficientes e tirânicos, praticando formas de “socialismo”, tais como o de Julius Nyerere, na Tanzânia, e assim perpetuando

o subdesenvolvimento. A alegação de que o Ocidente era de alguma forma culpado pela pobreza mundial foi uma invenção ocidental. Tal como a descolonização, a invenção foi um produto da culpa, essa desorganizadora da ordem e da justiça. Refletia a mesma tendência de categorizar as pessoas moralmente não como indivíduos, mas como membros de classe, procedimento que se caracterizou como a falácia fundamental do marxismo. A nação-estrutura era análoga à classe-estrutura. Já observamos o efeito do conceito "Terceiro Mundo" na geração de Bandung. Analogamente a muitas idéias brilhantes, mas enganosas, esse conceito veio da França. Em 1952, o demógrafo Alfred Sauvy escreveu um famoso artigo, "Três mundos, um planeta", no qual citou os famosos comentários de Sieyès, em 1789: "O que é o Terceiro Estado? Tudo. O que ele tem sido até então na ordem política? Nada. O que ele pede? Tornar-se alguma coisa". A Guerra Fria, argumentou ele, era essencialmente uma luta entre o mundo capitalista e o mundo comunista pelo Terceiro Mundo. Esse "Terceiro Mundo", ignorado, explorado, desprezado, na condição de Terceiro Estado, ele também quer alguma coisa¹¹⁴. Gradualmente, a expressão "Terceiro Mundo" se tornou uma das grandes frases feitas do período do pós-guerra¹¹⁵. Nunca foi definido, pela simples razão de que, no momento em que alguém tentasse fazê-lo, o conceito se mostraria sem sentido e cairia por terra. Mas foi imensamente influente. Satisfazia o anseio humano de distinções morais e simples. Havia nações "boas" (as pobres) e nações "más" (as ricas). As nações eram ricas precisamente porque eram más, e, pobres porque eram inocentes. O conceito foi o *leit-motiv* da Assembléia Geral das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), em 1962, que popularizou a falácia. Inspirou o perseguido-pela-culpa Relatório Pearson, de 1969, que supervisionou todo o programa de assistência de 1950-67, e considerava as pessoas que haviam fornecido o dinheiro culpadas pelos seus fracassos.

No devido tempo, o termo "Terceiro Mundo" começou a parecer um pouco surrado pelo excesso de uso. A fábrica de modas intelectuais de Paris prontamente produziu um novo termo: "Norte-Sul". Foi cunhado em 1974, quando o presidente francês, Giscard d'Estaing, pediu uma conferência de "importadores de petróleo, exportadores de petróleo e nações não-petrolíferas em desenvolvimento". A idéia era ligar a culpa ao "Norte" e a inocência ao "Sul". Isso implicava muita violência para a simples geografia, assim como para os fatos econômicos. O chamado "Sul" era representado pela Argélia, Argentina, Brasil, República dos Camarões, Egito, Índia, Indonésia, Iraque, Irã, Jamaica, México, Nigéria, Paquistão, Peru, Arábia Saudita, Venezuela, Iugoslávia, Zaire e Zâmbia. O "Norte" consistia no Canadá, nos países da CEE, no Japão, na Espanha, na Austrália, na Suécia, na Suíça e nos Estados Unidos. Onze dos países do "Sul" estavam na verdade ao norte do equador, e um deles, a Arábia Saudita, tinha a mais alta renda *per capita* do mundo. A Austrália, o único continente inteiramente ao sul do equador, teve de ser classificada como "Norte", presumivelmente porque era predominantemente branca e capitalista. O bloco soviético foi completamente omitido, embora tivesse em sua totalidade no "Norte". Em resumo, o conceito era sem sentido, exceto para propósitos de abuso político. Mas para isso serviu muito bem. Levou a uma elaborada reunião em Paris, em maio-junho de 1977.¹¹⁶ No devido tempo, inspirou um documento chamado Relatório Brandt (1980), que, assim como o Relatório Pearson, culpava o Ocidente, agora chamado "o Norte", e propunha um sistema internacional de tributação sob o qual o Norte subsidiaria o Sul, em analogia aos Estados de bem-estar social¹¹⁷.

Inevitavelmente, a América foi apresentada como o vilão principal no melodrama do Norte-Sul. Ela também foi o alvo de outro termo de insulto dos anos 70: “multinacional”, termo esse igualmente oriundo da França. Em 1967, o publicitário Jean-Jacques Servan-Schreiber produziu um livro sensacionalista, *Le défi américain*, chamando a atenção para a expansão das firmas americanas no exterior. Lá pelos anos 80, previu ele, “a terceira potência industrial do mundo” não seria a Europa, mas “os investimentos americanos na Europa”. A “multinacional” era o “desafio americano para o mundo”. Essa concepção foi avidamente adotada pelos intelectuais de esquerda, e, traduzida em termos de “Terceiro Mundo”, a “multinacional” passava por cima da soberania dos Estados, como ponta de lança do “imperialismo americano”. Na Assembleia Geral das Nações Unidas, de abril-maio de 1974, a “multinacional” foi exposta à vituperação mundial, quase que no mesmo nível que a África do Sul e Israel. Como acontece com a maioria das modas intelectuais, a idéia era equivocada e já estava fora de época. As multinacionais eram simplesmente negócios que operavam em vários países. Datavam do início do século, quando a Gillette, a Kodak e outras firmas se estabeleceram na Europa, e incluíam também bancos, companhias petrolíferas e outras firmas cujos negócios eram essencialmente internacionais. Elas eram de longe os meios mais eficientes em custos para a exportação de capital, tecnologia e perícia dos países ricos para os países pobres. Foi também importante o fato de, no período pós-guerra, terem as multinacionais aprendido muito mais rápido do que os governos a se incorporar ao cenário local e se ajustar aos preconceitos nacionais. Estudos sobre as multinacionais americanas no Chile e no Peru, por exemplo, mostraram que sua influência política, considerável até 1939, há muito declinava rapidamente, na época em que o termo entrou em moda¹¹⁸. Dentro da América, o poder das companhias internacionais foi equilibrado pelos lobbies trabalhistas e étnicos. A “explosão multinacional” foi realmente um fenômeno dos anos 50 e do início dos 60, e estava perto de seu clímax quando Servan-Schreiber escreveu seu livro. Em 1959, a América tinha 111 ou 71% das maiores firmas do mundo. Em 1976 esse número caiu para 68 e a percentagem para 44. O ano em que as multinacionais atingiram o seu ápice foi 1968, ano do apogeu da supremacia americana, com 540 subsidiárias americanas no além-mar, adquiridas ou estabelecidas. Em 1974-75, entretanto, as 187 maiores multinacionais americanas estavam gerando apenas duzentas subsidiárias por ano¹¹⁹. É verdade que, no período que cobriu a década de 1967-77, os investimentos americanos na Europa subiram de US\$16 bilhões para US\$55 bilhões¹²⁰. Mas a visão apocalíptica de Servan-Schreiber parecia absurda nos meados da década de 70, quando as firmas alemãs ocidentais e japonesas estavam se expandindo no exterior muito mais rapidamente do que seus competidores americanos. Em 1970, os dez maiores bancos eram americanos. Em 1980, apenas dois; e os restantes, franceses (quatro), alemães (dois), um japonês e um britânico. Os japoneses mantinham seis lugares entre os vinte maiores banqueiros e um outro lugar pertencia ao Brasil¹²¹. A evidência mostra que durante os anos 70 o poder econômico internacional estava se tornando cada vez mais difuso. Entretanto, o medo da multinacional foi imensamente pernicioso para a América, exatamente no momento em que sua relativa influência estava declinando rapidamente. Longe de possuir um poder excessivo, as companhias americanas estavam sendo cada vez mais discriminadas. “Posso lhe dizer”, queixava-se um funcionário do Chase Manhattan, “que, sendo um banco americano no México, nós somos tratados como lixo pelas autoridades mexicanas”¹²². E isso apesar de o México, ao lado do Brasil, ter uma

divida de US\$69 bilhões de juros flutuantes, em grande parte com o Chase¹²³. A hostilidade artificialmente criada contra as multinacionais americanas chegou até a penetrar na própria América, onde houve uma tentativa de fazer passar uma lei sobre investimento e comércio estrangeiros, a *Foreign Trade And Investment Act* (1971), que exigia controle sobre as exportações de capital e tecnologia americanos e criava impostos mais altos sobre o lucro das multinacionais. A luta daí decorrente foi altamente danosa para os interesses econômicos americanos¹²⁴.

Os ataques à América durante a década de 70 foram tão venenosos e, em sua maior parte, tão irracionais que foram descritos como uma verdadeira caça internacional às bruxas. Pode-se dizer que a forma mais disseminada de racismo durante essa década foi o antiamericanismo. O adágio “saber tudo é perdoar tudo” não se aplica a assuntos internacionais. Uma razão pela qual se atacou tanto a América prende-se ao fato de muito se conhecer sobre ela, principalmente graças à mídia e ao mundo acadêmico americano, que despejaram no mundo uma torrente inexaurível de material autocrítico¹²⁵. Uma razão ainda mais fundamental residiu na representação que a América, como grande potência, e o americanismo, como conceito, tiveram do princípio do individualismo em oposição ao coletivismo, porquanto a livre vontade era oposta ao determinismo. O fim dos anos 60 e, ainda mais, os meados dos 70 caracterizavam-se por um espírito fortemente coletivista e determinista.

Muitas dessas coisas deveram-se, mais uma vez, às tendências intelectuais de Paris; e o dinamismo econômico recente na França ajudou a projetar tais tendências no cenário mundial. Nos anos 40 e 50, Sartre, pelo menos, acreditou na livre vontade. Foi, na verdade, a essência de sua filosofia que a tornou fundamentalmente incompatível com o marxismo, por mais que Sartre se ligasse aos marxistas no nível puramente político. Sartre viveu até 1980, mas já era um intelectual antiquado na época da revolta estudantil de 1968. Os mandarins que tomaram seu lugar eram todos, em níveis variados, influenciados pelo determinismo marxista, que nega qualquer importância ao indivíduo, à vontade livre ou à consciência moral na formação do mundo. Ao contrário dos marxistas ortodoxos, eles não encaravam as forças econômicas, agindo através de classes, como a única dinâmica da história humana. Cada um deles adiantava alternativas ou explicações complementares. Mas todos aceitavam o ponto de partida de Marx de que os acontecimentos eram determinados não pela vontade humana, como se supunha tradicionalmente, mas pelas estruturas ocultas da sociedade. Como afirmou Marx: “a *configuração final* dos relativos econômicos tais como são vistos na superfície... é muito diferente, é até mesmo o inverso de sua *configuração essencial interna (embora oculta)* e da *concepção que a ela corresponde*”¹²⁶. O homem era prisioneiro das estruturas: o homem do século XX, das estruturas burguesas. Claude Lévi-Strauss, na sua *Structural Anthropology*, amplamente lida e traduzida pela primeira vez em 1963, insistia no seguinte fato: as estruturas sociais, embora não visíveis a olho nu, ou detectáveis por observações empíricas, estão presentes da mesma maneira que as estruturas moleculares, que existem, apesar de não serem aparentes para todos, a não ser com o auxílio do microscópio eletrônico. Essas estruturas determinam a disposição das pessoas e, assim, o que parece ser atos da vontade humana são meramente concordância com a estrutura. Para Lévi-Strauss, como para Marx, a história não era uma sucessão de acontecimentos, mas um padrão discernível que operava de acordo com leis a serem descobertas. Uma variação desse argumento foi fornecida por historiadores franceses da escola de *Annales*, especialmente por Fernand Braudel, cujo livro *Mediterr-*

ranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II (1949) provou ser de longe o trabalho histórico mais influente publicado desde a Segunda Guerra Mundial. Eles dispensavam a narrativa, considerada superficial, e os indivíduos, considerados sem importância; pregavam, em contrapartida, uma doutrina de determinismo geográfico e econômico da história, cujo curso a longo prazo era decidido inteiramente pelas estruturas apontadas por Lévi-Strauss. Na psicologia, Jacques Lacan reinterpretou Freud (até então bastante ignorado na França) para fornecer um novo determinismo no comportamento humano, baseado em gestos, sinais, códigos e convenções que, quando analisados, deixavam pouco espaço para a escolha humana. Na literatura, Roland Barthes alegava que um romancista não criava por um ato de vontade imaginativa, mas pela resposta às estruturas sociais das quais ele derivava seus impulsos, expressos nos símbolos que usava e que podiam ser codificados pela nova ciência da semiologia. Na lingüística, o erudito americano Noam Chomsky desprezou as características físicas da fala e da linguagem como superficiais, determinadas pelas chamadas estruturas profundas das regras lingüísticas.

O que todos os estruturalistas tinham em comum era a suposição marxista de que os atributos e as atividades humanas eram governados por leis, analogamente às leis científicas que governam a natureza inanimada. E a função das ciências sociais era, portanto, descobrir tais leis, a fim de que a sociedade pudesse agir de acordo com essas descobertas. O surgimento dessa forma de Utopia intelectual, com seu forte componente de engenharia social compulsória no fim do caminho, coincidiu exatamente com a rápida expansão da educação superior, especialmente das ciências sociais, no fim da década de 50 e através da década de 60. Entre meados dos anos 50 e o fim dos anos 60, a média do aumento anual no gasto com a educação superior chegou a 10% na Grã-Bretanha, mais de 11% na América, Espanha e Japão, 13,3% na França, mais de 15% na Itália, na Bélgica, na Holanda e na Dinamarca, e mais de 16% no Canadá e na Alemanha Ocidental. As matrículas universitárias subiram numa média anual de 12% nesse período¹²⁷. Por um acidente histórico, que nada tinha a ver com as estruturas profundas ou o que fosse, os estruturalistas tiveram assim uma influência bastante desproporcional em relação à plausibilidade intrínseca de suas teorias, e atingiram seu impacto máximo na sociedade durante os anos 70, quando milhões de novos formandos saíam aos borbotões das universidades.

O auge do estruturalismo coincidiu com a desmoralização da América e com a expansão regular do poderio e da influência dos soviéticos. Reforçava ambas as tendências porque o estruturalismo, igual ao marxismo, do qual ele se originou, era antiempírico, negando o mundo real a favor do mundo teórico, desprezando os fatos a favor das “explicações”. Os comunistas sempre se enfureceram com a tendência de os fatos se oporem às teses marxistas. Pode-se dizer que a ditadura inteira de Stálin fora uma campanha contra os fatos, ou melhor, uma tentativa sobre-humana de transformar os fatos constrangedores da humanidade numa nova “estrutura profunda”, seis pés abaixo da terra. Para os estruturalistas, os fatos estavam por definição na superfície e, portanto, eram enganadores. Tentar organizá-los na forma de argumentação era, obviamente, nada mais do que uma defesa desavergonhada do *status quo*¹²⁸. O estruturalismo se adequava muito bem ao mundo Potemkin das Nações Unidas, onde os fatos não tinham importância, onde o Norte era Sul, e vice-versa, onde a riqueza criava a pobreza, onde o sionismo era racismo e o pecado era o monopólio do homem branco. A multinacional, essa infra-estrutura sinistra da injustiça internacional, era a quintessência do conceito estruturalista. O estruturalismo,

assim como o marxismo, era uma forma de gnosticismo, isto é, um sistema arcano de conhecimento, revelado à elite. Ambos se expandiram rapidamente nos anos 60. Mas a realidade não pode ser banida por muito tempo da história. Os fatos têm a sua maneira de fazer sentir a sua presença. O padrão dos anos 70, tão desalentador para as poucas sociedades democráticas que permaneciam sob o Estado de direito, estava começando a se esfacelar antes que a década terminasse.

20

OS PALIMPSESTOS DA LIBERDADE

Nas seis décadas que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, o conhecimento se expandiu mais rapidamente do que nunca, ainda que, sob vários aspectos, o homem instruído dos anos 80 fosse menos provido de certezas do que o antigo egípcio em 2.500 a.C.. Pelo menos o egípcio do Reino Antigo tinha uma cosmologia bem definida. Em 1915, Einstein destruiu o universo newtoniano. A cosmologia que o substituiu, nos anos 20, era meramente especulativa, já que a Teoria Geral da Relatividade era uma explicação clássica e não podia ser usada para descrever uma singularidade tal como foram as condições no momento da criação. O modelo matemático do *Big Bang*, que afirma que a matéria se expandiu a partir de zero, há cerca de seis a dez bilhões de anos, embora o essencial tenha acontecido nos primeiros vinte minutos, não era mais demonstrável do que a hipótese judaico-cristã, descrita pela primeira vez, grosseiramente, no capítulo I do Livro do Gênesis, ainda que ambos se pareçam de maneira surpreendente. Nos sessenta anos seguintes à destruição do universo newtoniano, o conhecimento empírico do universo se acumulou com uma rapidez impressionante, principalmente nos anos 70, quando dados fornecidos pelas sondas espaciais chegaram à terra em quantidades prodigiosas. A medida da radiação presente nas microondas que preenchem o universo indicavam a quase certeza de um *Big Bang*¹. Mas qual? Em 1973, um cosmólogo observou laconicamente: “Nosso universo é simplesmente um entre milhares que aparecem de tempos em tempos”². Uma imagem clara dos acontecimentos originais continuava tão indefinível como sempre o fora.

Na verdade, o historiador do mundo moderno é tentado a chegar à deprimente conclusão de que o progresso é destruidor das certezas. No século XVIII, e mais ainda, no século XIX, as elites ocidentais estavam confiantes na evolução da humanidade em direção a governos dirigidos pela razão. Uma importante descoberta dos tempos modernos é que a razão desempenha uma parte muito pequena nos nossos assuntos. Mesmo os cientistas não são impelidos por ela. Como Max Planck tristemente observou: “Uma nova verdade científica não é habitualmente apresentada de modo a convencer seus opositores. Mais exatamente, eles se dissipam, e uma nova geração já nasce familiarizada com a verdade desde o início”³. Três anos depois de Eddington comprovar a Teoria Geral, terminando com a crença de espaço e tempo

fixos, Ludwig Wittgenstein, uma das figuras-chave de nosso período, publicou o seu *Tractatus Logico-Philosophicus*, que, através das décadas, veio destruindo a confiança na filosofia sistemática na sua condição de guia para a razão humana. À relatividade do tempo-espço foi acrescentada a relatividade da lógica. Cerca de dois séculos antes, Kant afirmara com segurança na sua *Logik* (1800): “Há poucas ciências que podem chegar a um estado definitivo, que não admite posterior alteração. A lógica é uma delas... Não necessitamos de novas descobertas na lógica, já que ela contém apenas uma forma de pensamento”. Mesmo em 1939, um filósofo britânico afirmou: “Os ditadores podem ser poderosos hoje, mas não podem alterar as leis da lógica; nem mesmo Deus pode fazê-lo”⁴. Treze anos mais tarde, Willard Quine aceitou tranqüilamente o fato de a lógica estar em processo de fundamental mudança: “Que diferença existe, em princípio, entre tal mudança e a mudança pela qual Kepler sucedeu a Ptolomeu, ou Einstein a Newton, ou Darwin a Aristóteles?”⁵. Nas duas décadas seguintes surgiram vários sistemas rivais da lógica clássica: a lógica plurivalente de Bochvar, a lógica quântica de von Neumann, a lógica presumptiva de van Fraassen, novos sistemas de Birkhoff, Destouches-Février e Reichenbach, a lógica minimalista, as lógicas deônticas, as lógicas tensoriais. Tornou-se possível falar de prova empírica ou de refutação da lógica⁶. “Quais seriam as conseqüências para a teoria da verdade... com a adoção de um sistema não padronizado?”⁷ — perguntou, preocupado, um lógico, em 1974. Outro, examinando sistemas de lógica modal, observou (1973): “Fica-se com uma sensação desconfortável quando se estuda mais profundamente os sistemas pertencentes a essa família e se percebe que é literalmente uma família que tem o poder de reproduzir e multiplicar, proliferando ilimitadamente novos sistemas”⁸.

Em um mundo no qual mesmo as regras da lógica mudaram e se desintegraram, não é surpreendente que os tempos modernos não se tenham desenvolvido de uma forma que a geração de 1920 teria considerado “lógica”. O importante na história não são apenas os acontecimentos que sucedem, mas também os acontecimentos que obstinadamente não sucedem. Um importante não-acontecimento dos tempos modernos foi o fracasso do não-desaparecimento da crença religiosa. Nietzsche, que tão acuradamente previu a transmutação da fé em fanatismo político e vontade de poder, fracassou em ver que o espírito religioso poderia coexistir, de maneira bastante ilógica, com a secularização, e ressuscitar o Deus moribundo. Nos anos 80, o que parecia antiquado, mesmo risível, não era a crença religiosa, mas as confiantes previsões de seu desaparecimento expostas por Feuerbach, Marx e Comte, Durkheim e Frazer, Wells, Shaw, Gide e Sartre e inúmeros outros. Ao final de nossa época, mesmo o termo “secularização” estava em descrédito. “No todo” — escreveu enraivecido um professor de sociologia — “esse conceito parece um instrumento de ideologias contra-religiosas que identifica o elemento ‘real’ na religião com propósitos polêmicos, para depois relacioná-lo arbitrariamente à idéia de um processo unitário e irreversível ...[Esse termo] deveria ser apagado do vocabulário sociológico”⁹. O movimento secularista, isto é, o ateísmo militante, parece ter chegado ao ápice nos anos de 1880, exatamente no mesmo momento em que o seu grande rival, o não-conformismo protestante, também chegava; diante disso, Lênin aparentava mais um sobrevivente do que um precursor¹⁰. Nos anos 80, os museus anti-Deus e as cadeiras de ateísmo científico que ele fundou se tornaram meras curiosidades históricas. As alternativas à religião, tais como o positivismo, desapareceram quase sem deixar vestígios, confirmando a observação de John Henry Newman: “A verdadeira

religião é lenta no seu crescer e, uma vez plantada, é difícil de ser desalojada; mas sua contrafação intelectual não tem raiz em si mesma; brota de repente e, de repente, murcha"¹¹. É provável que houvesse menos ateístas em 1980 do que em 1880.

Entretanto, a religião organizada era cheia de paradoxos. Muitos deles estavam personificados em Karol Wojtyła, que a 16 de outubro de 1978 se tornou o 263º pontífice romano com o título de papa João Paulo II. Ele foi o primeiro não-italiano a ser eleito papa desde 1522, e o mais jovem desde 1846. Wojtyła tinha sido o cardeal-arcebispo de Cracóvia. Nenhum bispo do Leste eslavo jamais se tornara papa anteriormente. A escolha, contudo, era agora altamente conveniente, porquanto a Polônia se tornara o mais intenso centro mundial do catolicismo. Primeiro Hitler, depois Stálin fizeram tudo o que estava a seu alcance para destruir a Igreja polonesa. Hitler fechara as escolas, universidades e seminários, e assassinara um terço do clero. Quando o Exército Vermelho impôs o governo de Lublin em 1945, acreditava-se confiantemente que a Igreja desapareceria dentro de, no máximo, uma geração. Entretanto, na Polônia do pré-guerra, quando a Igreja desfrutava de um *status* especial, o ambiente era menos favorável ao catolicismo do que na República Popular do pós-guerra, quando foi ativamente perseguida. As novas fronteiras tornaram a Polónia um dos mais homogêneos Estados da terra: mais de 95% da população eram agora de poloneses, todos eles praticamente católicos batizados. O catolicismo se transformou em foco da resistência ao regime comunista estrangeiro. Nos anos 60, o sacerdócio voltava a ter a mesma força do pré-guerra, com um contingente de 18.000 padres. O número de religiosos, 22.000 em 1939, crescera para 36.500. Havia mais 50% de fundações monásticas, prioratos e conventos do que antes da guerra. Cerca de 92% a 95% das crianças fizeram a Primeira Comunhão depois de serem instruídas em 18.000 centros catequéticos. Mais de 90% dos poloneses eram enterrados segundo os ritos católicos. O movimento dos camponeses em direção às cidades reevangelizou a população urbana. Mais de três quartos dos habitantes das cidades se casavam nas igrejas. O comparecimento às missas de domingo passava de 50%, mesmo nas cidades. Esses números não foram igualados em nenhum outro lugar do mundo¹².

O novo papa personificava o paradoxal vigor desse espírito religioso efervescente, que brotava da estrutura de um Estado ateu. Ele era o próprio paradoxo: um intelectual, um poeta, um teatrólogo, um filósofo profissional educado na tradição fenomenológica que tentara cristianizar o existencialismo; por outro lado, também um apaixonado devoto, que amava a cultura do catolicismo populista, os santuários, os milagres, as peregrinações, os santos, o rosário da Virgem. Fora um dos mais ativos membros do Concílio Vaticano II, convocado pelo papa progressista João XXIII, em 1962, para realizar o que ele chamava de *aggiornamento* (modernização) da Igreja, e que durante quatro anos modernizou cada aspecto de suas atividades, introduzindo uma nova liturgia vernácula e práticas dialógicas de democracia. O Concílio refletia o otimismo e as ilusões dos anos 60. Esse espírito não sobreviveu a 1968, ano-clímax para o catolicismo, bem como para a sociedade secular, quando um novo papa, Paulo VI, recusou-se a suspender a proibição relativa ao controle artificial da natalidade, condenando-o novamente em sua encíclica *Humanae Vitae*. Para a Igreja, e para o mundo fora dela, os anos 70 foram um período de desilusão, de declínio no comparecimento aos cultos, de diminuição de autoridade, de divisões internas amargas e desaparecimento da fé, em que milhares de padres renunciavam às suas vocações. Os jesuítas, a maior e a mais influente das ordens da Igreja, foram um dos exemplos. Quando o Concílio se abriu havia 36.000 padres jesuítas, o dobro da quantidade de

1920. Essa expansão reverteu-se na segunda metade dos anos 60; e nos anos 70 os jesuítas tiveram um declínio de um terço, e o número de estudantes e noviços caiu de 16.000 para apenas 3.000.¹³

O papa João Paulo II, refletindo o novo espírito de realismo, conservadorismo e volta à autoridade, que caracterizou a transição dos anos 70 para os 80, empreendeu uma restauração do catolicismo tradicional. Utilizando a moderna conexão de jatos e helicópteros, fez das viagens pelo mundo uma rotina do pontificado. Durante os seus primeiros três anos de papado, visitou grande parte da América do Sul e Central, do Oriente Médio e do Extremo Oriente. Essas aparições atraíram algumas das maiores multidões da história. Mais de cem milhões assistiram às suas cerimônias. Na África e na América Latina, as concentrações de mais de um milhão de pessoas tornaram-se banais.

Na Irlanda, metade da população saiu para ouvi-lo. Na Polônia, em Czeszochowa, houve uma afluência de 3,5 milhões, a maior concentração humana jamais registrada¹⁴. João Paulo II sobreviveu a uma tentativa de assassinato, em maio de 1981, e retomou suas viagens internacionais assim que se recuperou. Essas viagens serviam para divulgar tanto a extensão do cristianismo quanto o grau de mudança que se operava em suas características. Quando João Paulo II subiu ao pontificado em 1978, havia 739.126.000 católicos romanos, cerca de 18% de uma população total mundial de 4.094.110.000. Esse corpo era uma poderosa força educacional e cultural, já que dirigia 79.207 escolas primárias, 28.000 escolas secundárias e dispunha de quase um milhão de vagas universitárias. No início dos anos 60, os católicos das tradicionais terras do coração da Europa (além da América do Norte) ainda perfaziam 51,5% de sua totalidade. Na entronização de João Paulo II, o catolicismo já se tornara essencialmente uma religião do "Terceiro Mundo". Dos 16 países com populações católicas de mais de dez milhões, oito eram do Terceiro Mundo: sendo por ordem, o Brasil (com mais de cem milhões de católicos e, de longe, com o maior contingente de bispos, 330, na Igreja), México, Itália, Argentina, Colômbia, Peru, Venezuela, França, Espanha, Polônia, Alemanha Ocidental, Tchecoslováquia, Estados Unidos, Canadá, Zaire e Filipinas¹⁵. Calculou-se que, pelo ano 2000, 70% dos católicos viveriam em países em desenvolvimento, principalmente na África e na América Latina. O catolicismo não estava apenas deixando de ser predominantemente europeu: ele estava se tornando urbano, ou melhor, megalopolitano. No ano 2000, uma grande proporção de católicos viveria nas cidades gigantes de mais de cinco milhões de habitantes; muitos deles, nas duas maiores cidades: a cidade do México, com 31 milhões de habitantes e a de São Paulo, com 26 milhões¹⁶. Mas, enquanto o centro demográfico de gravidade do catolicismo se deslocava para a América Latina, em consequência das altas taxas de natalidade responsáveis pela duplicação da população desde 1945, o catolicismo, na verdade, se expandia mais rapidamente na África negra, através de conversões. Uma pesquisa em meados dos anos 70 mostrou que o catolicismo, cujo número de missionários dobrara desde 1950, era o principal beneficiário de uma generalizada expansão do cristianismo na África — de 25 milhões em 1950, para cerca de 100 milhões em 1975.¹⁷

Essas mudanças significativas deram origem a outros paradoxos. Na América Latina, especialmente no Brasil e na América Central, o aspecto mais divulgado do catolicismo foi a chamada "teologia da libertação" (em última instância oriunda da Alemanha), que procurou transformar o atavismo católico numa radical força política, operando a partir de "comunidades de base", organizadas segundo o princípio

de células comunistas e que até mesmo defendiam a violência para a derrubada de governos repressivos de direita. Na Nicarágua, satélite de Castro, quatro sacerdotes católicos tiveram cargos ministeriais em 1979 e dois anos depois se recusaram a obedecer às ordens de seus bispos para voltar aos seus deveres pastorais. Um setor do clero, que até então havia normalmente obedecido à autoridade estabelecida, tornou-se fortemente opositivo nos anos 60 e 70.¹⁸ Entretanto, essa politização do catolicismo, embora fonte de fascínio para a mídia, confinava-se a uma pequena parcela das elites. A maioria dos padres e bispos permaneceu tradicionalista; o laicato, ainda mais. Um fenômeno mais poderoso e ubíquo na América Latina dos anos 70 foi o aumento da *religiosidade popular*, antipolítica, antiintelectual, espontânea, devota, fervorosa, caracterizada pelo culto aos santos — muitas vezes não reconhecidos —, às relíquias e aos santuários. João Paulo II deu ao movimento a marca de sua aprovação, em janeiro de 1979, quando insistiu em visitar o santuário da Virgem de Guadalupe e colocou o povo do México sob a proteção dessa madona ao estilo índio. Mas é claro que esses cultos eram freqüentemente heterodoxos, mistura de paganismo e cristianismo, gerados nas aldeias e depois levados por camponeses migrantes para diferentes cidades, a fim de se protegerem contra a alienação urbana. Essas formas de sincretismo religioso sempre tenderam a aparecer em períodos de rápido crescimento populacional, mistura cultural e racial, movimento e mudança. Nos anos 70, foram particularmente marcantes no Brasil, onde a imensa população negra de antigos escravos conservara costumes e crenças trazidos da África¹⁹. Essas formas de sincretismo eram um aspecto ainda mais importante do cristianismo na própria África, um turbilhão efervescente de expansão, revivescência de seitas estranhas, gnosticismo, evangelhismo, sionismo, ortodoxia fervorosa e zelo fanático, tal como fora o cristianismo primitivo nos Bálcãs e na Ásia Menor, no terceiro século depois de Cristo²⁰. Enquanto os teólogos das Universidades de Tübingen e Utrecht reduziam a crença cristã, estranhos carismáticos, nas favelas da cidade do México e São Paulo, Recife e Rio, da cidade do Cabo e Johannesburgo, de Lagos e Nairobi, adicionavam elementos novos a essa crença. O primeiro grupo falava em nome de milhares de pessoas; o segundo, em nome de muitos milhões.

O islamismo também fazia progressos na África negra, muitas vezes com a ajuda de dinheiro árabe, de armas e mesmo da força. Nos anos 60, a elite governante do norte do Sudão tentou impor o islamismo ao sul cristão. Nos anos 70, assim como Kadhafi tentou, repetidamente, converter todo o Chade a ferro e fogo, ou melhor, com *napalm* e helicópteros, também Amin tentou islamizar Uganda pelo assassinio em massa. Mas o islamismo desfrutava de um natural crescimento e também de um novo dinamismo, incentivado pelo próprio renascimento interno. Aponta-se como uma das razões desse fenômeno o aumento da autoconfiança dos povos muçulmanos, resultante da nova riqueza advinda do petróleo. Com o islamismo infiltrando-se nas grandes massas, observou-se uma expansão sem precedentes do número de peregrinos que se dirigiam a Meca, transportados por jatos fretados, a fim de beijar a caaba. Retornavam cheios de zelo pelo islamismo, uma fé muito mais politizada e terrena que o cristianismo. Os principais beneficiários do novo fanatismo dos anos 70 não foram os muçulmanos ortodoxos sunitas, que constituíam a maioria, especialmente entre os árabes, e representavam o pensamento de direita, conservador e estático do sistema islâmico, inclusive as duas principais famílias governantes, os Hashimitas e os Saudis. A consequência desse renascimento do fervor religioso foi a ressurgência da dramática bifurcação do islamismo dos séculos VII e VIII, quando da dissidência

islâmica surgiram os xiitas e as muitas seitas heterodoxas que estes geraram, tais como drusos, ismaelitas e *alawis*. O islamismo xiita, com a crença messiânica no “Imame oculto” e o conseqüente milenarismo, o culto dos mártires e sofredores, o puritanismo e, não menos importante, a inclinação para a violência (a seita dos assassinos [de haxixe] tem sua origem nos ismaelitas xiitas), tem sido sempre uma fonte de desordem no mundo muçulmano, especialmente na Síria, Líbano e Iraque, onde são numerosos, e no Irã, onde são maioria. Eles sustentavam que os sunitas, sempre que possível, os tratavam como cidadãos de segunda classe. Com o renascimento islâmico, exigiram um novo tratamento, assim como uma nova atitude agressiva por parte do islamismo em relação ao mundo infiel. Criaram um cinturão de crise que superou os padrões familiares da Guerra Fria.

A primeira conseqüência foi a destruição do Líbano, um pequeno mas altamente civilizado país, a única democracia árabe, cuja sobrevivência só se tornou possível mediante uma série de acordos verbais das elites dos principais grupos religiosos: maronitas (cristãos do leste em comunhão com Roma), cristãos ortodoxos, muçulmanos sunitas e xiitas e os drusos. Tais acordos só se tornaram exeqüíveis em função dos preceitos de renúncia e abjuração do fanatismo, comum a todas essas religiões e seitas. A disputa árabe-israelense tornou tal restrição cada vez mais difícil. Em 1949, o Líbano foi obrigado a acomodar 300 mil refugiados palestinos, 100 mil dos quais em 15 campos principais, cinco deles ao redor da capital, Beirute, onde controlavam todas as vias de entrada e saída da cidade. As sucessivas crises árabe-israelenses golpeavam maciçamente a frágil unidade do Líbano. Em 1958, logo depois da invasão de Suez, houve o primeiro indício de guerra civil, que resultou numa intervenção americana a pedido dos maronitas dominantes. A guerra de 1967 dobrou o número de refugiados na Jordânia e quando, em 1970-71, o rei Hussein expulsou de seu reino, pela força, os palestinos militantes, eles se dirigiram para o Líbano, desafiando as autoridades legítimas e formando dentro do país enclaves controlados pelos terroristas da OLP. Em 1975, após a guerra do Yom Kippur, o presidente Sadat, do Egito, encorajado pelos Estados Unidos, deu um passo histórico, ao abrir as negociações de paz com Israel. O “processo de Camp David”, assim chamado por causa da casa de campo presidencial em Maryland, onde o presidente Carter reuniu pela primeira vez Sadat e o primeiro-ministro Begin, de Israel, terminou num tratado de paz com imensos benefícios para ambos os signatários: a ameaça potencialmente mortal a Israel foi removida e o Egito libertado do ônus de uma vingança que não tinha nada a ver com ele e que estava destruindo suas aspirações econômicas. O Tratado de Paz Israel-Egito foi um dos poucos atos criativos de uma década desanimadora e que tornou não só possível mas, a longo prazo, inevitável a paz entre Israel e seus vizinhos.

Mas, nesse ínterim, o mesmo Tratado de Paz provocou a guerra civil libanesa, iniciada pela OLP e ampliada com a intervenção da Síria, cuja minoria importante, os *alawis*, queria tomar do Egito a liderança do mundo árabe. O precário equilíbrio do poder público do Líbano foi finalmente destruído. Até então, ele tinha sido preservado pela atitude conciliatória do Alto Conselho Muçulmano local, que falava em nome de todas as seitas muçulmanas, inclusive pelos drusos, e era dominado por um antiquado sistema sunita. Esse Conselho foi derrubado quando os xiitas, liderados por um fundamentalista de origem libanesa, o imame Moussa Sadr, exigiram um Alto Conselho Muçulmano xiita. Os xiitas fizeram uma destrutiva aliança com a esquerda secular da OLP. Todas as seitas, cristãs e muçulmanas, formaram exércitos particu-

lares. Nas lutas subsequentes — que eclodiram ferozmente em 1975-76, e depois, esporadicamente — tanto Israel quanto a Síria foram forçados a intervir. Bandidos desclassificados floresceram como respeitáveis líderes guerrilheiros e políticos; quarenta mil pessoas foram mortas; Beirute foi destruída como centro comercial; o Líbano deixou de existir como país independente; a antiga comunidade cristã perdeu a supremacia, embora a mantivesse nas suas principais áreas, e a luz da razão se extinguiu no mundo árabe²¹. Em 1982, Israel se sentiu compelido a realizar uma invasão maciça que resultou na expulsão e dispersão da OLP.

Os fundamentalistas islâmicos — os xiitas especialmente mas não exclusivamente — golpearam repetidas vezes as forças de equilíbrio do Oriente Médio. Tentaram com todas as suas forças derrubar o governo do Egito e finalmente conseguiram, em 1981, assassinar Sadat. Em 1979, apoderaram-se à força do santuário de Meca, numa tentativa de destruir a família real saudita, mas foram expulsos de seus labirintos de túneis subterrâneos depois de uma semana de luta implacável. Seu mais retumbante sucesso, porém, chegou em 1978-79, quando derrubaram o xá do Irã do Trono do Pavão. Esse acontecimento cataclísmico, muito mal compreendido, lança uma luz nas forças que operam nos tempos modernos. O regime deveria ser consideravelmente forte. Fora armado até os dentes pelos americanos e britânicos para ser a “força estabilizadora” remanescente no Golfo, depois da retirada militar ocidental. A monarquia, muito antiga e respeitada enquanto instituição, era a única força unificadora num país constituído essencialmente de uma coleção de minorias lingüísticas e geográficas, culturais, religiosas e raciais, minorias que, em grande parte, se odiavam umas às outras e muitas das quais contavam com a proteção do trono. Em contraposição, os fundamentalistas xiitas de Qum e de Meshed falavam apenas em nome de uma parte dos muçulmanos, e seu líder, o aiatolá Khomeini, era tão odiado quanto amado e temido. O xá não foi derrubado porque era pró-Occidente, ou capitalista, ou corrupto, ou cruel — a maioria dos governantes do Oriente Médio era cruel, e, segundo seus padrões, ele era até um liberal — e menos ainda porque era um rei. A verdade é que ele se destruiu ao sucumbir à tentação fatal dos tempos modernos: a sedução da engenharia social. Caiu porque tentou ser um Stálin persa.

Estava no sangue. Seu pai era um oficial cossaco persa que tomou o poder em 1925 e adotou o modelo de Atatürk, o grande secularizador da Turquia moderna; mais tarde chegou a admirar e invejar a crueldade com que Stálin coletivizou os camponeses. Declarou torpemente: “Fiz os iranianos compreenderem que, quando se levantam de manhã, devem ir trabalhar e trabalhar duro o dia inteiro”²². Jogou, pessoalmente, porta afora um ministro preguiçoso. O filho subiu ao trono ainda criança, em 1944, começou a governar aos 21 anos, mas só nos anos 60 foi tomado de grandiosas visões decorrentes do rápido aumento das rendas do petróleo. Começou a distribuir terras reais aos camponeses, depois mudou de idéia e decidiu, como Stálin, modernizar o país durante a sua vida pessoal. Não havia uma demanda mais popular na Rússia soviética: era a revolução vinda de cima, à qual ele dava o nome de “Revolução Branca”. Seus programas assentados em modestos planos de investimentos mudaram, numa sequência de saltos, a megalomaniaca engenharia social. O planejamento foi introduzido, primeiramente, no fim dos anos 40: o primeiro Plano dos Sete Anos implicava um modesto investimento de US\$58 milhões, principalmente na agricultura, produtos básicos, estradas e cimento. O segundo Plano dos Sete Anos, 1955-62, pulou para um bilhão de dólares, em estradas, ferrovias e represas para energia e irrigação. Um terceiro Plano dos Cinco Anos gastou US\$2,7 bilhões em

oleodutos, aço, indústrias petroquímicas e, passando para o campo social, começou a jogar as pessoas de um lado para outro, pela primeira vez. O quarto Plano, 1968-72, custou US\$10 bilhões em estradas, portos, aeroportos, represas, gás natural, água, habitação, metalurgia pesada e indústrias agrícolas. A fase stalinista começou com o quinto Plano, em 1973-78, que instituiu uma meta de gastos da ordem de US\$36 bilhões, rapidamente majorada para US\$70 bilhões, quando os preços do petróleo quadruplicaram²³. Para o ano financeiro de 1978-79, o último ano do xá, cerca de US\$17,2 bilhões se destinaram somente para o desenvolvimento, trezentas vezes o custo do primeiro plano inteiro, aos quais se somaram US\$8,5 bilhões para a saúde, educação e previdência, assim como US\$10 bilhões para gastos militares²⁴.

Os planejadores, educados no exterior e conhecidos como *massachusettsi* (por causa do famoso Instituto de Tecnologia, o MIT), tinham a arrogância de *apparatchiks* do partido e uma fé stalinista no planejamento centralizado, nas virtudes do crescimento e da grandeza. Acima de tudo, ansiavam por mudança. Havia uma tremenda expansão extrativista: ouro, sal, cal, fósforo, gipsita, mármore, alabastro, pedras preciosas, carvão, chumbo, zinco, cromita, ferro e a sexta maior indústria de cobre no mundo, recém-construída no Irã Central, com 25.000 mineiros morando em acampamentos de tijolo. Foram iniciados quatro reatores nucleares, além de uma eclosão de fábricas pelo país inteiro, que produziam carros, motores a diesel, elevadores, bicicletas, medidores de água, amianto, areia para fundição, glicose, alumínio, roupas, tratores, peças de máquinas e armamentos. O xá se vangloriava de que sua Revolução Branca combinava “os princípios do capitalismo... com o socialismo e mesmo o comunismo... Nunca houve tanta mudança em três mil anos. Toda a estrutura está [sendo virada] de cabeça para baixo”²⁵. Ao tentar gastar excessivamente e muito depressa, comprou para si a inflação. Para frear a inflação, organizou gangues de estudantes para prender comerciantes e pequenos empresários “especuladores”. Dessa forma deu à juventude o gosto pela violência, e o trono pagou um preço alto por isto.

Nada disso teria muita importância, porque os xás, até então, sempre podiam conclamar o campo conservador para domar o radicalismo urbano. Contudo, o xá cometeu o mais grave erro ao alienar o campo, os camponeses, cujos filhos compunham o seu exército. Tendo dado aos camponeses as terras reais e as propriedades confiscadas ao clero, ele constatou que a produção, como era de se prever, declinara. Em 1975, tendo transformado o Irã de país exportador em importador de alimentos, mudou a política e aceitou a coletivização. O modelo foi o projeto da Irrigação Dez de 1972-75, ao norte do Khuzestan, que, retomando cem mil hectares de terra agrícola de superior qualidade, doada aos camponeses somente cinco anos antes, transformou tudo e todos no que foi chamado de “empresa de administração agrícola”. Assim, os pequenos proprietários de fazendas se transformaram no proletariado rural, ganhando um dólar por dia e morando em casas de duas peças, de blocos de concreto, geminadas, em novas “cidades-modelo”, chamadas de *shahracks*²⁶. A lei de junho de 1975 estendeu esse modelo ao país inteiro, forçando os camponeses independentes a morar em muitas centenas de “unidades de empresas agrícolas” ou vastas “corporações de fazendas” ou em 2.800 cooperativas. É verdade que os camponeses, quando renunciavam às propriedades, recebiam ações das novas companhias. Mas, no essencial, o processo não era muito diferente da coletivização forçada²⁷. O programa consistia em amalgamar 67.000 pequenas aldeias em trinta mil maiores, cada uma delas com extensão suficiente para justificar a existência de clínicas, água

encanada e estradas. Famílias grandes eram divididas. Ameaçadores comboios de máquinas de terraplanagem e equipamento para revolver a terra, muitas vezes de gigantescas dimensões, baixavam, sem aviso ou explicação, sobre comunidades de aldeias de dois mil anos e literalmente as extirpavam. As placas com nomes de pequenos povoados, e até pomares, eram mudadas. Os planejadores da agricultura e os “soldados da justiça”, como eram chamados, se comportavam com toda a arrogância dos ativistas partidários que Stálin costumava enviar para executar os programas, embora não houvesse, na realidade, nem resistência nem brutalidade²⁸. O programa era, na sua totalidade, um assalto deliberado à diversidade tribal, aos patriarcas locais, à coesão da família, às línguas e sotaques provincianos, às roupas regionais, aos costumes e interesses dos grupos, a qualquer coisa que de fato oferecesse centros alternativos de influência ao Estado central todo-poderoso. Foi fundamental para a Revolução Branca que o domínio último de todas as terras e propriedades ficasse com a coroa, isto é, o Estado. Assim, o xá, apesar do seu liberalismo e postura pública de pilar do Ocidente, estava seguindo uma política de totalitarismo radical. Ele alegava: “Isso mostra que se alguém pensa que é apenas através do derramamento de sangue que se pode fazer uma revolução, esse alguém está enganado”²⁹. Mas era o xá quem estava enganado. Os mais velhos foram jogados nos *shahraks*, mas seus filhos adultos foram para as cidades e formaram a turba do Aiatolá; e seus irmãos, no Exército, ficaram relutantes em atirar neles quando chegou a hora. O xá também ficou relutante. A coletivização é impossível sem o terror; e ele não tinha coragem para isso. Quando foi atingido o momento crítico, no fim de 1978, ele se sentiu traído por seu aliado, o presidente Carter³⁰. Mas ele também se traiu a si mesmo. No fim lhe faltou a vontade de poder.

Tanto o xá quanto o presidente traíram os iranianos. Entregaram a nação, inclusive muitas minorias sem defesa, a um clero que não tinha tradição nem preparo para o exercício do poder político³¹. O resultado foi um terror bárbaro, exercido por um pequeno grupo de déspotas fundamentalistas, agindo em nome de uma “República Islâmica”, estabelecida em fevereiro de 1979. Nos primeiros dois anos de sua existência, executou mais de oito mil pessoas, condenadas nas cortes islâmicas como “inimigos de Alá”³². O terror de Khomeini se voltou primeiro contra o antigo regime, massacrando 23 generais, 400 outros oficiais do Exército e da Polícia e 800 funcionários civis; depois, voltou-se contra os seguidores dos aiatolás rivais, 700 dos quais foram executados; e depois voltou-se contra seus antigos aliados liberal-seculares, 500, e contra a esquerda, 100. Desde o início o terror organizou a execução ou assassinio de líderes de minorias religiosas e étnicas, matando mais de mil curdos, duzentos turcomanos e muitos judeus, cristãos, shaikhis, sabeus e membros dissidentes das seitas xiitas, assim como sunitas ortodoxos³³. A perseguição aos bahais foi particularmente feroz³⁴. As igrejas e sinagogas foram arrasadas, cemitérios profanados, santuários vandalizados e demolidos. Os judicialmente assassinados iam do poeta curdo Allameh Vahidi, de 102 anos de idade, a uma menina de nove anos, condenada por “atacar guardas revolucionários”. O tormento que causaram à minoria sunita iraquiana e as medidas recíprocas contra os xiitas persas no Iraque levaram à guerra Irã-Iraque — guerra que se iniciou em 1980 e se estendeu até 1988 — e à conseqüente destruição da grande refinaria de Abadan, além do bombardeio iraniano dos campos de petróleo iraquianos. Mantendo como refém o pessoal da Embaixada americana, que foi finalmente libertando em troca do pagamento de um resgate, o regime de Khomeini se identificou com o terrorismo internacional, e por algum

tempo financiou grupos tais como a OLP, mas em certas ocasiões brigou até com os seus protegidos terroristas.

É verdade que o novo regime terminou com a engenharia social do xá. O confisco de seus bens no exterior, a guerra contra o Iraque, a virtual suspensão da produção petrolífera e a fuga da classe média para fora do país ou para esconderijos levaram o setor moderno da economia iraniana à paralisação. Foram inevitáveis as conseqüências: desemprego, colapso do serviço de saúde e de outros serviços básicos, epidemia em massa, subnutrição e fome. As horripilantes experiências do Irã ilustraram mais uma vez a lei do efeito involuntário. Os esforços do xá em forçar uma nação a trilhar o caminho da modernidade geraram atavismo. O caminho estatal para a Utopia só conseguiu conduzir para o Gólgota.

O renascimento islâmico, a queda do xá e o terror fundamentalista contribuíram diretamente para o início, em dezembro de 1979, de uma guerra civil no Afeganistão, um outro caso de engenharia social que levou ao barbarismo, embora o impulso utópico tivesse vindo do campo comunista. O caso foi instrutivo porque mostrou as forças e as limitações da política soviética. A meta do governo soviético era a longo prazo. Apoiou o príncipe Mohammed Daud, que não era um marxista, quando este organizou uma monarquia constitucional em 1953; e o fez novamente, vinte anos mais tarde, quando o príncipe expulsou o rei e se fez presidente. Nos anos 50, o governo soviético deu um pouco de dinheiro ao Afeganistão; nos anos 60, construiu estradas que vinham do norte (e que serviram posteriormente para o deslocamento das tropas soviéticas); nos anos 70, concentrou-se na consolidação de um partido marxista unido. Esse último objetivo foi alcançado, ou assim se pensava em 1977, quando os soviéticos conseguiram reunir três facções revolucionárias integradas ao Partido Democrático do Povo, liderado por Babrak Karmal, Nur Muhammad Taraki e Hafizullah Amin. Em 1978, considerou-se que chegara a hora de se começar a engenharia social e, em abril, um *putsch*, sancionado pelos soviéticos, derrubou Daud³⁵.

Mas a experiência do século XX mostra enfaticamente que a Utopia nunca está distanciada do banditismo. Os líderes soviéticos poderiam começar uma revolução no Afeganistão, mas não poderiam controlá-la. O trio agora no poder não era diferente dos ideólogos saturninos que disseminaram o terror no Camboja. Amin, o mais enérgico deles, era um professor de matemática, que se desviou avidamente das abstrações dos números para um quantitativo derramamento de sangue. Seu primeiro ato foi fuzilar trinta membros da família de Daud diante dele; depois, os membros do governo, depois o próprio Daud³⁶. Segundo a Anistia Internacional, 12.000 prisioneiros foram mantidos em cárcere sem julgamento; muitos foram torturados. Acelerar o "programa" marxista-leninista, ao estilo do Camboja, implicava a destruição de aldeias inteiras. De acordo com relatório de uma testemunha ocular:

Enquanto os soldados arrasavam e queimavam as casas, 13 crianças foram recolhidas e mantidas em pé diante de seus pais. Então, alguns soldados perfuraram os olhos das crianças com varas de aço. As crianças mutiladas foram lentamente estranguladas até a morte. Em seguida foi a vez dos pais... Os campos circundantes foram devastados por escavadoras, todas as árvores e arbustos arrancados e todo o local ficou reduzido a uma cicatriz coberta de cinzas³⁷.

Embora Karmal mais tarde tenha acusado Amin de ser um “carrasco sangüinário” que “liquidava coletivamente”, as provas mostram que ele foi igualmente culpado de tais atrocidades até março de 1979, quando Amin se tornou o único ditador e despachou Karmal para Praga como “embaixador”. Amin intensificou o terror, fundamentalmente porque o novo regime de Khomeini estava agora ajudando os muçulmanos insurgentes dentro do Afeganistão. Parece que ele acalentou a idéia de eliminar o Islã completamente. A violência cresceu durante o ano de 1979. O embaixador americano, um especialista em rebeliões, foi assassinado, provavelmente pelos russos. A 12 de agosto, trinta consultores soviéticos foram esfolados vivos perto do santuário muçulmano de Kandahar. O general Alexei Yepishev, o funcionário mais graduado do partido dentro do Exército Vermelho, que tratou do aspecto político da invasão tcheca de 1968, foi a Kabul e, ao retornar, Taraki, considerado o mais “confiável” do trio, recebeu ordens de afastar Amin. Mas, no curso de uma discussão acalorada na Embaixada soviética, foi Taraki quem levou um tiro, e Moscou foi obrigada a enviar um telegrama a Amin (17 de setembro de 1979), congratulando-o por ter sobrevivido a um “complô contra-revolucionário”. Na semana seguinte, a pedido de Amin, três batalhões soviéticos entraram no país e, a 17 de dezembro, entraram também pára-quedistas. Sem o conhecimento de Amin, os soviéticos tinham Karmal a seu lado e, no dia de Natal, a Rússia soviética começou uma invasão maciça, usando duas das sete divisões transportadas pelo ar. Eram a 4ª e a 105ª divisões, todas compostas de “Grandes Russos” (isto é, europeus brancos). O corpo principal da força expedicionária, composto de oitenta mil homens, chegou pelas novas rodovias, construídas para esse mesmo propósito. Amin foi assassinado dois dias depois, junto com a mulher, sete filhos, um sobrinho e vinte a trinta pessoas de sua equipe³⁸. O general soviético encarregado do *putsch*, Viktor Papertin, suicidou-se. Karmal formou um novo governo, mas o novo ano revelou-o um mero títere soviético a enfrentar um levante generalizado³⁹. Três anos mais tarde, o Exército de ocupação soviético dominava ainda as principais cidades e estradas, mas em pequena escala, e combatia as guerrilhas com tanques, canhões, bombardeios, *napalm*, armas químicas e com a destruição sistemática das chamadas “aldeias de bandidos”. Havia 1.500.000 refugiados afeganes no Paquistão e quinhentos mil no Irã: um oitavo da população. É um funesto dado numérico o fato de que, durante os anos 70, as políticas praticadas pela Rússia soviética e seus satélites cubano, etíope e indochinês concorreram para um aumento de cerca de nove milhões de pessoas no total mundial de pessoas deslocadas: façanha que nada fica a dever às de Stálin e Hitler, se comparados os dados estatísticos.

Como a demarcação das fronteiras da Ásia Central não tem muita relação com as divisões étnicas, a guerra do Afeganistão ameaçava se espalhar não só para o Beluchistão, ao sul, onde os helicópteros do falecido presidente Bhutto mataram 17.000 guerrilheiros beluchistaneses em 1974,⁴⁰ mas também rumo ao norte, na direção da Ásia soviética. Os bolcheviques não tinham atribuído grande peso ao problema islâmico. “O tecido putrefato do Islã”, achava Trotsky, “desaparecerá ao primeiro sopro”. Era o Islã que tinha de temer a mudança, advinda “da mulher oriental, que deverá ser o grande centro das futuras revoluções”⁴¹. Stálin, e mais ainda Khruchchev e Brejnev, procuraram controlar o Islã como controlavam a Igreja Ortodoxa, através de flexíveis clérigos do Estado. Na Conferência Muçulmana de Tashkent, em 1970, o mufti Ahmed Habibullak Bozgoviev elogiou os líderes soviéticos que, embora infiéis, moldavam suas políticas sociais segundo “as leis ditadas por Deus

e explanadas pelo seu Profeta". Disse outro delegado: "Nós admiramos o gênio do Profeta que pregou os princípios sociais do socialismo"⁴². Nos anos 70, o crescimento de peregrinações internas, o culto dos xeques (santos), vivos e mortos, o sufismo e os exaltados movimentos de multidões atestaram a revivescência muçulmana dentro do território soviético. Essa revivescência ainda podia ser observada nas tentativas de líderes muçulmanos, algumas vezes desesperadas, de ajustar a prática muçulmana, incluindo orações públicas, o Ramadã e outros jejuns, às regras soviéticas, de "legitimar o Islã" em termos de uma sociedade comunista. Eles procuraram encorajar os muçulmanos, especialmente os jovens, a se juntar às organizações sociais soviéticas "como muçulmanos"⁴³. Mas os religiosos muçulmanos que trabalhavam para o xá tinham feito exatamente a mesma coisa.

O reflorescimento do islamismo foi o maior problema do império soviético, a grande anomalia não resolvida do fim do século XX. No prefácio da edição de 1921 de seu livro *Imperialism*, Lênin admitiu que o escreveu com "um olho na censura czarista", que permitiu sua publicação na primavera de 1916, contanto que deixasse o imperialismo czarista em paz, mesmo atacando outros impérios. Assim, disse Lênin, "fui forçado a tomar como exemplo... o Japão! O leitor cuidadoso poderá facilmente substituir o Japão pela Rússia"⁴⁴. A teoria do imperialismo de Lênin, por conseguinte, não atacava a sua variante russa, um fato que ele e mais ainda seus sucessores, acharam muitíssimo conveniente quando subiram ao poder e decidiram manter tantas possessões czaristas quanto pudessem. O imperialismo da Grande Rússia continuou, portanto, com as províncias e os territórios czaristas transformados em satélites internos batizados de "repúblicas socialistas". Nos anos 50, Khruchtchev introduziu um cosmético processo de "descolonização" quando baixou decretos (29 de agosto de 1957, 22 de junho de 1959) que ampliavam os poderes dos gabinetes nas repúblicas federativas, e lhes concediam independência judicial e administrativa. Mas alguns membros do colegiado não aprovaram essas tímidas medidas, que foram revogadas depois de sua queda. A Constituição de 1977, no artigo 70, manteve um sistema federal formal, assim como o irreal "direito de secessão", no artigo 72. Contudo, no tocante a todos os outros aspectos, era um documento monolítico, que visava à centralização, à unidade e à emergência do "povo soviético" como nova comunidade histórica, que abrangia e eventualmente suplantava as 53 principais comunidades nacionais da URSS⁴⁵.

Conclui-se que, em seus aspectos essenciais, a política imperial soviética se parecia com a francesa: uma união, na qual as "colônias" adquiririam gradualmente vantagens econômicas e culturais em situação de igualdade com os Grandes Russos, se, em troca, renunciassem às suas aspirações nacionais. A política, exatamente como a da França, era baseada em eleições simuladas e *diktat* administrativo. E muito mais, sem dúvida, já que a política imperial era decretada pelo Partido, que tinha o monopólio de todo o poder político, falado e escrito, algo que os imperialistas franceses nunca possuíram ou mesmo tentaram. Sob a Constituição de 1977, os principais instrumentos de integração eram as Forças Armadas e o Partido, sendo que os eslavos (principalmente os Grandes Russos) perfaziam o total de 95% de todos os oficiais gerais e do Soviete Supremo. Os eslavos dominavam todos os organismos-chave estatais e, através do Partido, controlavam a seleção dos quadros político, administrativo e técnico, em todos os níveis, nas repúblicas não-russas⁴⁶. Nos anos 60, a língua era usada como desintegradora da coesão nacional, o número de escolas que ensinavam em russo aumentava rapidamente e o conhecimento da língua russa

era essencial para o progresso social. Mesmo quando existia um completo sistema nacional de educação, o russo era obrigatório do princípio ao fim⁴⁷. Onde os sistemas nacionais de educação eram incompletos, uma mudança para o russo em algum estágio tornou-se obrigatória. Em consequência, entre os grupos nacionais cujos idiomas estavam em declínio, a partir dos anos 50 incluíam-se os povos bálticos, os bielorrussos, os moldávios, 1.8 milhões de alemães e 3.4 milhões de judeus. Mesmo na Ucrânia, houve acusações de que os russos estavam ultrapassando os ucranianos em educação superior. O ensino em idiomas nacionais estava em declínio por toda a Rússia soviética⁴⁸.

Como vimos, entretanto, o imperialismo assimilativo francês fracassou, não apenas por razões demográficas. Uma das lições do século XX é a de que os altos índices de natalidade nos povos subjugados representam um inimigo mortal do colonialismo. Até a chegada do bolchevismo, a Rússia tinha uma das mais dinâmicas populações do mundo. O “déficit demográfico” total causado pela Primeira Guerra Mundial, pela Guerra Civil, pela fome do período de Lênin e Stálin, pelos Grandes Expurgos e pela Segunda Guerra Mundial chegou a sessenta milhões em todo aquele período, e em parte foi compensado pelos vinte milhões de habitantes absorvidos pela incorporação dos Estados Bálticos, Bessarábia, Carélia, Polônia soviética, Bukovina e outros territórios⁴⁹. Houve, de certa forma, um dinamismo demográfico em 1945-58 e o índice de crescimento anual, em 1959-70, foi de 1,34%, alto pelos padrões europeus, embora começasse a declinar. Nos anos 70, parece que a média foi inferior a 1%. Os demógrafos soviéticos esperavam que o censo de 1970 revelasse um número acima de 250 milhões, com uma projeção de 350 milhões para o final do século. Na verdade, o total de 1970 caiu em 10 milhões e os números de 1979 revelaram apenas 262.436.000, o que aponta para uma população de pouco mais de 300 milhões no ano 2000. O que o censo de 1970 revelou pela primeira vez foi um índice de natalidade dual: baixo na Rússia eslava e báltica, alto na URSS oriental, na Ásia Central e no Cáucaso. Somente na década de 60, a população muçulmana aumentou de 24 para 35 milhões, a que se somaram outros 14 milhões nos anos 70, perfazendo um total de cerca de 50 milhões no começo dos anos 80. Nesse momento, ficou claro que na virada do século a Ásia Central e a Caucásia contribuiriam com cerca de 100 milhões, isto é, um terço do total⁵⁰. Mesmo em 1979, os 137 milhões de Grandes Russos, uma população significativamente idosa comparada aos não-eslavos, caiu demograficamente na defensiva. Foi significativo também o fato de que entre os muçulmanos o conhecimento da língua russa estivesse declinando⁵¹.

A cultura oficial soviética foi também colocada em situação desvantajosa pela perda da autoconfiança. Nos anos 60 e mais ainda nos 70, os sociólogos soviéticos estavam perturbados com o predomínio de batistas, pentecostais, menonitas, adventistas e outras seitas difundidas entre a juventude urbana instruída. A explicação que encontraram — de que tais religiões preenchiem, sob algum aspecto, necessidades estéticas e emocionais frustradas, e aliviavam a tensão em tempos de desgraça pessoal — era profundamente não-marxista, subentendendo que a religião era um fenômeno humano universal, existente em qualquer sociedade, independente do sistema econômico⁵². Uma das poucas coisas com que Marx e Lênin realmente concordaram era que a religião não poderia ser auto-sustentada, entregue a si mesma, agindo como uma contra-cultura ao comunismo. Entretanto, uma das fraquezas do marxismo, independentemente de seus fracassos políticos e econômicos, foi sua falta de ética, não mais que uma versão das teorias de utilidade social do Iluminismo

francês, cuja inadequação lamentável foi comprovada, mesmo na França dos anos 1790. No seu clássico livro *Egoism* (1969), E. F. Petrov reconheceu que “o ser humano não nasce um ser moral e civilizado” e a razão tem de suprir as deficiências da natureza. Os pensadores do Iluminismo encaravam o Estado como “o legislador racional”, a agência para a reconstrução da humanidade. Para Petrov, e outros escritores soviéticos que discorriam sobre ética, a agência era a História e a criada, o Partido Comunista, guiado pelo conhecimento “científico” das leis da História. “O egoísmo”, escreveu Petrov, “está relacionado à categoria do mal aproximadamente da mesma forma que as leis de Kepler estão relacionadas à lei geral da gravidade universal de Newton”. A função da coletividade era suprimir o egoísmo. A dificuldade estava na indivisibilidade do egoísmo e na indivisibilidade individual. De acordo com o típico modo de pensar soviético, G. M. Gak (1955) declarou:

Embora a coletividade consista de pessoas, é uma realidade não redutível a uma conjunção de indivíduos que a compõem... Sendo cada coletividade constituída de pessoas, seus interesses se tornam objetivamente os interesses de cada um de seus membros. Assim, o interesse de classe do proletariado é objetivamente o interesse de cada proletário individualmente⁵³.

Mas isso só poderia significar que algo considerado subjetivamente indesejável por uma pessoa, tal como ser morto, ainda poderia ser objetivamente vantajoso e, se alguém se opusesse a ser morto, conforme várias vítimas de Stálin o foram, seria culpado de egoísmo e, portanto, de maldade. Mas esse era exatamente o argumento de Stálin! Assim, a teoria ética reconduziu ao stalinismo, como estava fadado a acontecer, já que o stalinismo não surgiu do nada, mas dos fundamentos leninistas. Não seria concebível um cidadão soviético moderno aceitar a ética oficial, até porque o Partido, o guardião de suas “leis”, era a fonte primeira da corrupção.

Se a realização puramente material tivesse sido mais substancial, a incoerência da ética soviética poderia não ter sido tão prejudicial, já que o comunismo era essencialmente um sistema materialista. As realizações técnicas soviéticas nas décadas de 50 e 60 pareceram impressionantes, mas estavam restritas fundamentalmente aos setores militar e espacial, uma vez que o regime era incapaz de traduzi-las (ou não queria fazê-lo) em bens de consumo de alta qualidade. Aparentemente, a Rússia soviética, em comparação com os Estados Unidos nos anos 70, estava em ritmo de progresso, mas isso foi realmente uma ilusão criada pela política de *détente* de Nixon-Carter, que permitiu ao bloco soviético importar tecnologia ocidental e maquinaria, maciçamente, durante toda a década, através de empréstimos fornecidos por ávidos bancos ocidentais, especialmente os alemães. Parece que esse investimento causou um efeito significativo no índice de crescimento da produtividade, por detrás da Cortina de Ferro⁵⁴. A ilusão acentuou-se com o efeito dramático, causado pela elevação do custo da energia e da inflação dos anos 70, sobre o desemprego no Ocidente, em geral. Mas as exportações de tecnologia ocidental decresceram abruptamente depois da invasão do Afeganistão. Simultaneamente, o bloco soviético, com um habitual atraso de cinco anos em relação ao Ocidente no que concerne aos rumos da economia, foi atingido pela estagflação que paralisara o desempenho ocidental por quase toda a década de 70.

Nesse momento de crise, o bloco soviético devia cerca de US\$80 bilhões aos bancos ocidentais, US\$27 bilhões dos quais eram dívida só da Polônia, o segundo

maior membro do bloco em termos econômicos. A Polônia importara do Ocidente cerca de 30% de seu investimento total em maquinaria nos anos 1972-76 e, pelo fim da década, o pagamento de juros era maior do que seus ganhos de exportação em moeda forte. O desempenho do gerenciamento equivocado da economia polonesa estava causando preocupações desde 1976; e a razão pela qual os bancos alemães continuavam a lhe conceder empréstimos foi um dos mistérios do sistema bancário internacional⁵⁵. Como comentou Keynes, os banqueiros são “os mais românticos e menos realistas dos homens”. Em julho de 1980, a inflação mergulhou a Polônia numa crise econômica e política, cuja consequência foi a emergência do movimento sindical independente “Solidariedade”. Nos 18 meses que se seguiram, a economia polonesa despencou em queda livre, culminando na lei marcial e numa ditadura militar, em dezembro de 1981. As dívidas da Polônia foram reescaladas em 1981, mas no fim do ano o país não conseguiu pagar os juros. As dívidas da Romênia também precisaram de reescalonamento, e todos os satélites, mesmo a Rússia soviética, ficaram em dificuldades para pagar os juros. No começo de 1982, todo o bloco soviético afundava em profunda recessão, da mesma maneira que o Ocidente afundara imediatamente após a crise em meados dos anos 70. Um indício certo do revés soviético foram as vendas substanciais e continuadas de sua reserva de ouro, provocando no preço deste metal, que tinha alcançado um recorde de US\$800 a onça em 1980, uma queda vertiginosa para US\$300 e US\$500 a onça. Pela primeira vez, desde que as incorporara, a Rússia soviética concluía que suas colônias européias constituíam um penoso ônus econômico e que todo o sistema COMECON era uma arriscada responsabilidade.

A difícil situação agravou-se pela evidência do fracasso que há longo tempo a política soviética vinha acumulando. A coletivização de Stálin marcou com o estigma de Caim a face do regime, que simplesmente se foi deteriorando à medida que os anos se passavam. A Rússia, um dos maiores exportadores de alimentos na época dos czares, se tornou um importador líquido nos primeiros anos do comunismo, e o déficit se alargou no decorrer das décadas. A colheita de 1963 foi realmente o primeiro grande desastre da agricultura soviética do pós-guerra. Khruchchev queixou-se de que poderia ter sido ainda maior se não fosse pelo trigo das terras virgens. Sua política agrícola, tal como a de Stálin, era confusa e mutável; parece que nenhum marxista jamais defendeu uma idéia sensata sobre a agricultura, talvez porque nem Marx nem Lênin se interessassem pelo assunto. O marxismo é uma religião essencialmente urbana. Khruchchev oscilava entre fazendas estatais e coletivas, entre centralização e descentralização. Nem ele nem qualquer um dos colegas ou sucessores ousaram sugerir a devolução das terras ao setor privado. Mas, quando já estava afastado do governo, Khruchchev se queixava amargamente da escassez de alimentos. Mesmo num hospital em Moscou, reservado para funcionários graduados, ele se lamuriava de que a comida era repugnante. E Moscou, como sempre, era a vitrina dos alimentos da Rússia soviética. Era muito pior nas províncias. Khruchchev costumava encontrar pessoas das áreas tradicionais de produção alimentícia “que me dizem, em alto e bom som, com amargura, que ovos e carne são simplesmente impossíveis de se obter, e que elas têm de perder alguns dias, viajando de trem até Moscou” para o privilégio de fazer fila nas mercearias. Por que, perguntava ele, são os ovos e a carne inacessíveis “depois de cinquenta anos de poder soviético?”. “Eu aguardo o dia”, escreveu ele, “em que um camelo possa caminhar de Moscou a Vladivostok sem ser comido por camponeses famintos no caminho”⁵⁶. Dez anos depois, a escassez de alimentos estava

ainda pior. A medida que os anos 70 progrediam, carne e ovos se tornaram escassos nas lojas não-privilegiadas, até em Moscou. Colocar a culpa pelas “más” colheitas em enchentes, secas e outros desastres naturais tornou-se norma. Embora a Rússia soviética tivesse duas vezes mais terras em cultivo do que qualquer outro país, inclusive os solos mais férteis do mundo na Ucrânia, e uma densidade de população relativamente baixa, as demandas de importação, algumas vezes de 15 milhões de toneladas de grãos ao ano, outras vezes de 30 milhões de toneladas, colocaram um peso cada vez maior no excedente disponível de alimentos no mundo.

Os soviéticos não estavam sozinhos na sua imprevidência doutrinária. A Polônia, grande exportador de alimentos nos anos 30, também se transformou em grande importador, apesar de não ter sido implantada a coletivização no campo, porque o regime insistia num sistema socializado de distribuição. A Romênia, Hungria e Bulgária, com agricultura coletivizada, produziam um escasso excedente líquido, ou mesmo nenhum. Assim, o grupo do COMECON, que já fora uma área de prodigiosos excedentes, tornou-se um fardo mundial. Em outros lugares, e especialmente no Terceiro Mundo, tradicionais exportadores de alimentos, abraçando a miragem utópica do Grande Governo e da administração estatal como solução para todos os problemas, transformaram o excedente em déficit. O Irã foi um exemplo; o Iraque e a Síria, ambos sob ditaduras militares radicais, foram outros. A Indonésia de Sukarno e a Burma socialista deixaram de exportar arroz. A Índia, com uma economia centralizada e supostamente planejada, importava grãos num volume sempre crescente. Em toda a África, os territórios das ex-colônias embarcaram avidamente nos experimentos agrícolas socialistas, como em Gana e na Tanzânia, o que, rapidamente, transformou os excedentes em déficits. Os principais exportadores, por exemplo Quênia e Rodésia (mais tarde Zimbábue), dilacerados por problemas políticos e terroristas, produziram bem menos para a exportação. Também na América Latina, grandes países exportadores de alimento, a Argentina, o México e o Brasil, apresentaram margens disponíveis bem menores, decorrentes de temerárias e doutrinariamente motivadas tentativas de administração estatal. No mundo inteiro, nas décadas de 60 e 70, políticos profissionais forçaram fazendeiros e camponeses a entrar nos sistemas planejados; no mundo inteiro o resultado foi o mesmo — menos comida. A politização da agricultura acabou com os ganhos de produtividade de avançados fertilizantes, inseticidas e maquinaria. Nos anos 70, a crise de alimentos se tornara, em certo sentido, mais séria do que a crise de energia, deixando os sistemas agrícolas capitalistas da América, Canadá, Europa Ocidental e Austrália virtualmente sozinhos na produção de substanciais excedentes (que felizmente aumentavam)⁵⁷.

O contraste entre o fracasso coletivista e o sucesso capitalista na agricultura não foi explorado politicamente. O sucesso da América em produzir alimentos foi acompanhado de uma extraordinária inépcia da diplomacia econômica, enquanto os russos, tão incompetentes como fazendeiros, mostravam-se astuciosos regateadores. Se, na primavera de 1972, Nixon tivesse simplesmente negociado um acordo quantitativo direto de Estado a Estado — ou, melhor ainda, se tivesse deixado simplesmente para o mercado resolver —, não teria havido nenhum prejuízo. Ao contrário, ele forneceu aos compradores estatais russos créditos baratos a longo prazo, deixando-os livres para percorrer o mercado. Rapidamente compraram 13 milhões de toneladas no mercado futuro a preços baixos, com cerca de um bilhão de dólares dos contribuintes americanos creditados a juros baixos. Quando, naquele verão, a própria

colheita dos Estados Unidos foi um fracasso, os preços subiram vertiginosamente, provocando a ira dos fazendeiros e consumidores americanos; os europeus se queixaram a Washington que, além de os preços dos alimentos serem responsáveis pelo aumento da inflação europeia, o alto custo do grão americano restante foi um dos fatores que levou a OPEP a quadruplicar o preço do petróleo⁵⁸. Em 1974, na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Alimentação, a América foi ferozmente atacada por todos. A CIA argumentava que, como “depositária da maior parte do grão exportável mundial”, a América poderia “retomar a primazia nos assuntos mundiais, lugar que ocupou no período imediato ao pós-guerra”⁵⁹. Mas o presidente Ford recusou: não faz parte da política americana, disse ele à ONU, “usar o alimento como arma política, a despeito do embargo do petróleo”. Uma sugestão canadense para o grupo de “exportadores de alimentos”, segundo os critérios empregados pela OPEP, foi também rejeitada⁶⁰. A América não obteve créditos para a sua indulgência. De certa forma continuou a ser acusada pela carestia mundial, embora produzisse o excedente disponível, enquanto a Rússia soviética, que o consumia, escapou da censura.

Os erros americanos continuaram. Em setembro de 1977, no auge das tensas negociações em Moscou, o Departamento de Estado e o Conselho Nacional de Segurança ficaram furiosos ao ler nos jornais que o Departamento de Agricultura acabara de vender à União Soviética 15 milhões de toneladas de grãos, sete milhões de toneladas a mais do que o permitido pelo acordo americano-soviético de grãos⁶¹. Somente no fim da década, a América conseguiu estabelecer alguma ordem no caos da diplomacia de grãos. Não obstante, a realidade estava caminhando sistematicamente a favor do Ocidente, pois, enquanto os excedentes da América, Canadá, Australásia e da CEE estavam aumentando, os países do COMECON, ano após ano, se afundavam em déficits. Por mais hábil que fosse a diplomacia das negociações de mercado, o contraste acabaria por ser levado em conta.

O mísero desempenho da agricultura coletivista e “planejada” em cerca de dois terços das nações foi a razão subjacente do medo do crescimento populacional mundial. A população cresceu de 1.262 bilhões, em 1900, para 2.525 bilhões, em 1950, e, nos anos 60, calculou-se que seria da ordem de 6.130 bilhões no ano 2000.⁶² Como seriam alimentados esses bilhões adicionais? As sociedades modernas desenvolvidas passam por um ciclo conhecido como “transição demográfica”. Na primeira fase, a medicina científica e a saúde pública reduzem a mortalidade infantil e as doenças infecciosas, diminuindo assim o índice de mortalidade, enquanto o índice de natalidade permanece alto, de acordo com os anteriores percentuais de reposição. Dessa forma, a população cresce rapidamente. Na segunda fase, quando aumenta o padrão de vida, o índice de natalidade cai. O índice de crescimento populacional diminui e eventualmente chega a um equilíbrio. Entre a primeira e a segunda fase, entretanto, a população aumenta de forma alarmante, o que pode acarretar consequências políticas violentas. Na Europa, a “transição” começou com a Revolução Industrial, em 1760-1870, e estava praticamente terminada nos anos de 1970, época em que o índice de natalidade caiu abaixo da marca crítica de 20 por mil, inclusive na Rússia (1964), Iugoslávia (1967) e Portugal e Espanha (1969). A transição demográfica europeia se estende e ajuda a explicar todo o ciclo de colonização e descolonização⁶³. O Japão seguiu um padrão semelhante, algum tempo depois, ao da média europeia. Na década de 20, seu índice de natalidade ainda era de 34 por mil e o índice de mortalidade estava caindo velozmente, de 30

por mil no começo da década para 18 por mil no final. Daí, o desespero crescente do Japão. Mas mesmo no período entreguerras, a segunda fase estava começando, já que, no fim dos anos 30, o índice de natalidade caiu abaixo da marca de 30 pela primeira vez. Apesar de uma reviravolta no pós-guerra (um fenômeno universal), o índice continuou a cair a partir de então, chegando abaixo da marca dos 20 na segunda metade dos anos 50.⁶⁴ O problema populacional japonês, antes tão ameaçador, foi, por conseguinte, resolvido nos anos 60.

As conclusões a serem tiradas da teoria de transição demográfica são duplas. Em primeiro lugar, não havia necessidade de se entrar em pânico, mesmo quando a primeira fase produziu seus efeitos máximos na Ásia, América Latina e África. Em segundo lugar, entretanto, havia necessidade real de se tentar melhorar os índices de crescimento industrial nos países em desenvolvimento, a fim de se alcançar a segunda fase tão depressa quanto possível. Os programas e as técnicas de controle de natalidade foram de grande ajuda, embora não decisivos, já que o uso eficaz dos anticoncepcionais era mais um sintoma do que uma causa da desaceleração do índice de natalidade, uma consequência do progresso econômico. A chave residia na elevação do padrão de vida: isto era a verdadeira resposta para aqueles que, nos anos 70, se opunham a políticas de crescimento com base em razões ambientais.

Havia sinais de que a China estava entrando na segunda fase da transição nos anos 70 e que a Índia a seguiria nos anos 80. O problema é que, em ambos os países, o índice de mortalidade ainda precisava baixar muito, antes que houvesse a estabilização. E, no início dos anos 70, os índices de natalidade ainda estavam acima da marca de 40 por mil, no Afeganistão, Burma, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Laos, Mongólia, Nepal, Paquistão, Filipinas, Síria, Tailândia, Iêmen e na República do Kimer (e apenas um pouco abaixo na Turquia e na Malásia). Em certos países da América Latina (especialmente na América Central), a situação era ainda pior. No México, por exemplo, o índice de mortalidade caiu de 25,6 em 1930 para meros 9,9 em 1970, enquanto o índice de natalidade permanecia acima de quarenta⁶⁵. No fim dos anos 60, o crescimento da população latino-americana apresentava um índice anual de 2,9%, sendo que na América Central era de 3,4%. A África foi a última a entrar na transição demográfica, e nos anos 60 seu índice de crescimento populacional global vinha acelerando-se rapidamente.

É verdade que o PNB em elevação não acarreta necessariamente a queda do índice de natalidade; ou, quando isto ocorre, a queda não se processa de maneira uniforme. Mas, no final, há sempre consequências, fato que foi confirmado pela experiência populacional dos anos 70, distintamente menos alarmante que nos anos 60. A 1ª de julho de 1979, a população mundial foi estimada pela Agência do Censo americana em 4.410 bilhões, dos quais 1.010 bilhões na China e 667 milhões na Índia. O índice de crescimento diminuiria 2,1% ao ano no fim da década de 60 e 1,9% no fim da década de 70. Essa baixa se deve em grande parte à brusca queda do índice de crescimento na China, que entrava agora claramente na segunda fase de transição. O índice de crescimento asiático total foi de apenas 1,9%, não muito mais alto do que a média mundial. O da América Latina havia diminuído de 2,4%. A única área onde o índice de crescimento havia realmente aumentado, de 2,5% para 2,9%, foi a África, fato que os demógrafos já esperavam⁶⁶. Assim, as linhas gerais da teoria foram fundamentadas pela experiência dos anos 70. A “explosão da população” não foi de todo uma explosão, mas sim uma curva côncava ligada ao desenvolvimento econômico: podia ser contida por políticas de crescimento sensatas.

A experiência dos anos 60 mostraram que, quando a renda *per capita* passava a barreira dos US\$400 (a preços de 1964), os padrões de vida mais altos começavam a afetar o índice de natalidade. Quanto mais se acelera a elevação das rendas, mais rápida é a queda do índice de natalidade. A Ásia Oriental forneceu o exemplo mais marcante desse princípio. Em 1960, Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coreia do Sul tinham índices de natalidade que variavam de 36 (Hong Kong) a 42,9 (Coreia do Sul) em mil. Em todos esses quatro países, o padrão de vida nos anos 60 se elevou mais rapidamente do que em qualquer outro lugar do mundo. Em 1971, o índice de natalidade de Hong Kong estava abaixo do índice de 20 em mil, Cingapura estava aproximando-se e tanto Taiwan quanto a Coreia do Sul estavam bem abaixo do índice de 30 em mil⁶⁷.

É significativo que esses quatro países tenham operado economias capitalistas e de livre mercado. Um dos mistérios do período pós-colonial foi o fato de os países pobres escolherem modelos coletivistas para seus programas econômicos. Como vimos, o coletivismo na agricultura provou ser um fracasso em todo o mundo. Mas provou igualmente ser ineficaz na indústria e na tarefa geral de elevar a renda *per capita* tão rapidamente quanto possível, a fim de sair do fundo do poço demográfico. O modelo de mercado livre, ao contrário, muito bem-sucedido na América do Norte e na Europa Ocidental, no período de 1945-73, mostrou um dinamismo ainda maior no Pacífico, nas décadas de 60 e 70. Na verdade, fez surgir um fenômeno inteiramente novo: o Estado de livre empresa do Pacífico, que, no início dos anos 80, talvez tenha sido o mais encorajador aspecto da sociedade humana.

O processo começou no Japão no fim dos anos 40. Assim como na Alemanha Ocidental, em 1948-49, e na França, em 1958, a base era uma excelente constituição. Como vimos, a Constituição japonesa do pré-guerra era um desastre e todo o sistema de lei do país era primitivo e instável. A Ocupação, da qual a América detinha o poder investido num autocrata, o general MacArthur, mostrou ser uma decisiva bênção. MacArthur conseguiu desempenhar o papel do déspota esclarecido ao impor ao Japão uma revolução de cima para baixo, como a Restauração de Meiji dos anos 1860, que lançou o Japão como nação moderna. A Constituição de 1947, redigida no quartel-general de MacArthur, não era um acordo intrapartidário (representante do mais baixo denominador comum de um acordo), mas um conceito homogêneo que incorporava os melhores aspectos das Constituições britânica e americana. Analogamente à Constituição de de Gaulle, apontava na direção de um hábil equilíbrio entre o Executivo e o Legislativo e entre o poder central e o delegado⁶⁸. Juntamente com outras leis da Ocupação — que criavam sindicatos livres, a livre imprensa e a delegação do controle da Polícia (as Forças Armadas como tais foram abolidas) — a Constituição japonesa, na qual estava sintetizada a “era americana”, conseguiu destruir o controle mesmeriano que o Estado tinha até então exercido sobre o povo japonês. A ocupação americana do Japão foi provavelmente o empreendimento mais construtivo da política americana de além-mar, em todo o período do pós-guerra, e foi executado virtualmente sem qualquer ajuda⁶⁹. E, da mesma forma que a Inglaterra criou um modelo de movimento sindical para a Alemanha Ocidental, a Ocupação fez nascer um poderoso competidor.

O que as reformas constitucionais essencialmente fizeram foi persuadir os japoneses de que o Estado existia para os cidadãos, e não vice-versa. Assentou as bases de um novo individualismo saudável ao encorajar a emergência, como centro alternativo de lealdade ao Estado, da família e das várias instituições japonesas que

personificam a metáfora da família. Da mesma forma que na Alemanha e na Itália do pós-guerra, a família, na sua forma biológica e ampliada, fornecia o antídoto natural à infecção do totalitarismo. Esta política foi ajudada por uma reforma agrária altamente eficiente, que deu o título de posse a 4,7 milhões de fazendeiros arrendatários e elevou a proporção da terra cultivada pelo próprio dono para mais de 90%. A reforma do governo local completou o processo de criação de comunidades fortes, democráticas e proprietárias, como as da Europa Ocidental Cristã Democrática⁷⁰. A independência do Judiciário e uma Suprema Corte ao estilo americano garantiram os direitos individuais de propriedade e as liberdades civis em detrimento do Estado e do coletivo⁷¹. Sobre essas bases foi levantada uma estrutura parlamentar excepcionalmente estável, dirigida por uma aliança liberal-conservadora (eventualmente chamada de Partido Liberal Democrata), cujas facções internas, assim como numa grande família, forneceram flexibilidade e mudança, mas cuja unidade externa deu à economia do país uma estrutura de uma consistente livre iniciativa. Os democratas liberais forneceram assim a mesma coesão que os democratas cristãos na Alemanha e na Itália, e os gaullistas-independentes na 5ª República da França. O paralelo foi ainda mais longe. Os expurgos do pós-guerra de MacArthur tornaram possível a emergência de um gênio político mais idoso que, à feição de Adenauer, de Gasperi e de Gaulle, tinha estado na oposição ao regime do pré-guerra. Yoshida Shigeru era um ex-diplomata e por isso tinha antecedentes próximos das tradições anglo-saxônicas de democracia e do Estado de direito. Tinha 67 anos quando se tornou primeiro-ministro em 1946. Manteve o cargo com tenacidade brilhante por cerca de nove anos, tendo sido comparado a “uma veterana *bonsai* (ameixeira) com alguma antigüidade, em cujos galhos retorcidos flores brancas florescem ano após ano”⁷². Ele fez com que novo sistema desabrochasse e amadurecesse e, na época em que se aposentou, em 1954, o padrão de estabilidade estava assentado não apenas para os anos 50, mas para o próximo quarto de século e além.

Como resultado, o Japão completou sua reconstrução do pós-guerra em 1953, apenas quatro anos depois da Alemanha. E desde então iniciou um período de crescimento de vinte anos, que foi da ordem de 9,7% anuais. Este índice representava quase o dobro do índice de qualquer outra nação industrializada no período do pós-guerra. A única comparação que se pode fazer é com o crescimento espetacular da economia americana nos quarenta anos anteriores a 1929.⁷³ O “milagre” assentou-se no crescimento da produção de automóveis de passeio, no pujante período de 1966-72, ao índice surpreendente de quase 29% ao ano, enquanto o número de japoneses proprietários de carros se elevava 1/3 anualmente⁷⁴. Entre o fim da década de 50 e da década de 70, a produção japonesa de carros aumentou cem vezes, chegando a mais de dez milhões em 1979, mais ou menos o total americano, e ultrapassando-o decisivamente no início dos anos 80. Cerca da metade dessa produção era exportada. Além da indústria automobilística, os japoneses expandiram-se por quase toda a variedade de bens de consumo. Em 1979, tornaram-se o principal produtor de relógios, com sessenta milhões anuais (contra cinquenta milhões da Suíça). Suplantaram a América como o principal produtor de rádios na década de 60 e aparelhos de televisão na de 70, a mesma década em que passaram à frente dos alemães na produção de máquinas fotográficas. Durante os anos 70, a produção industrial *per capita* do Japão se igualou à da América e, em determinados aspectos de relevo, tornou-se a principal do mundo. Em 1978, tinha um excedente de comércio industrial de US\$76 bilhões (contra um déficit de comércio industrial americano de

US\$5 bilhões). No fim da década, o Japão tinha uma capacidade na indústria de aço tão grande quanto a da América e quase tão grande quanto a da CEE inteira. Estava ultrapassando a todos também em qualidade, particularmente em áreas de alta tecnologia, tais como jatos, máquinas-ferramentas, robôs, semicondutores, calculadoras e copiadoras, computadores e telecomunicações, sistemas energéticos avançados, incluindo energia nuclear e foguetes. Seu investimento *per capita* era o dobro da América e logo a superaria em termos absolutos⁷⁵.

Não havia nada de milagroso nesse milagre. Era um caso típico da economia *à la* Adam Smith, com um ligeiro toque de keynesianismo. As razões para o sucesso eram bem simples. Uma alta percentagem de formação de capital fixo e muito pouca aplicação desse capital em investimentos improdutivos. Impostos moderados. Baixos gastos com a defesa e com o Estado. Alto índice de poupança pessoal, eficientemente canalizada para a indústria, através do sistema bancário. Inteligentes importações de tecnologia estrangeira sob licença. Reposição rápida das fábricas existentes, possibilitada por uma extraordinária restrição salarial e uma produtividade muito acima dos salários. A mão-de-obra era abundante em virtude da contração do setor agrícola, e excepcionalmente instruída e especializada, porque o Japão (e geralmente os Estados de mercado asiáticos) direcionava sua expansão educacional para as necessidades industriais e não para ideologias de ciências sociais. Na verdade, os países do Leste da Ásia que adotaram a economia de mercado foram os únicos a lucrar economicamente com a revolução da educação superior dos anos 60, que na Europa e na América do Norte demonstrou estar em desvantagem. É verdade que o Japão foi beneficiado substancialmente com a sorte inesperada que lhe coube, primeiro com a guerra da Coreia, depois com a do Viet-Nam. Mas todos os outros fatores foram alcançados por mérito próprio. O governo japonês forneceu certo nível de proteção externa e apoio para a exportação. Mas a sua contribuição principal foi erigir uma estrutura de intensa competição interna, segundo o modelo de Adam Smith, e um clima de benevolência em relação aos negócios — exatamente o oposto da experiência americana na era pós-Eisenhower⁷⁶.

O que era singular no Japão, e talvez seja a sua contribuição mais criativa para o mundo moderno, era a maneira pela qual o empresariado usou o princípio do antropomorfismo e a nova pressão antioletiva sobre a família para humanizar o processo industrial e, assim, reduzir o impacto destrutivo da luta de classes. Os sindicatos não eram de modo algum inativos no Japão: havia, efetivamente, 34.000 em 1949.⁷⁷ Nem eram malsucedidos. A negociação nas fábricas e as melhorias na produtividade, que partiam mais da pressão dos trabalhadores do que da gerência, tiveram como resultado a elevação mais rápida do índice de salários dos japoneses, em termos reais, do que o de qualquer outro importante país industrializado durante a década de 70, inclusive com um nível mais alto de estabilidade de emprego e o mais baixo de desemprego. Não menos importante é o fato de o Japão, nos anos 70, haver alcançado maior igualdade de distribuição de renda do que qualquer outra economia industrial e, com a possível exceção das economias escandinavas, ter ido além, em relação a outras economias de mercado, na eliminação da pobreza absoluta⁷⁸. Mas a maioria das empresas japonesas suplementava os esforços dos sindicatos, envolvendo o trabalhador num familiar abraço que incluía habitação, refeições, atendimento médico, orientação moral, esportes e férias. O antropomorfismo se estendeu ao produto e mesmo aos costumes. Na Fábrica de Ferro e Maquinaria Kubota, por

exemplo, ensinava-se aos trabalhadores a ver as máquinas como mães e pais, gerando filhos e filhas — os produtos finais da companhia — que “se casavam” então com os clientes, usando os vendedores como intermediários do casamento. Os agentes da Kubota forneciam então “cuidados pós-natais”, para a satisfação tanto da “noiva” quanto do “noivo”. No principal produto da companhia, um agricultor mecânico, o caráter da máquina era tratado como um corpo, o motor como o coração. Os visitantes da fábrica eram “parentes”, “amigos da família”. Os trabalhadores dirigiam “comitês de automelhoria” fundamentais para promover a produtividade e as vendas, compunham e caligrafavam estandartes exortativos e eram supridos com montes de números sobre a produção e o investimento para que pudessem meditar sobre eles. Contribuíam com poemas entusiastas para as revistas das fábricas⁷⁹. O tipo de propaganda de produção coletivizada, que havia falhado tão notoriamente na Rússia soviética, e mesmo na China, onde foi aplicada bem mais habilmente, funcionou no contexto não-totalitário do Japão, que lhe deu uma dimensão humana, um impulso voluntário e uma imagem familiar, atingindo lucros imediatos e substanciais provenientes do consumo pessoal.

A imensa e ininterrupta expansão da economia japonesa foi decisiva para criar um dinâmico mercado em toda a área circundante do Pacífico. Atuou não só como estímulo direto, mas também como exemplo. O exemplo mais marcante foi a Coreia do Sul, que bem recentemente, em 1961, tinha uma renda *per capita* de menos de US\$100 ao ano. Em 1976, essa renda havia subido para US\$800 ao ano e, em 1979, a Coreia do Sul estava bem acima da marca dos US\$1.000 (a Coreia do Norte, com sua economia coletivizada, subira para cerca de US\$400)⁸⁰. Uma equipe do Banco Mundial relatou, em 1977: “O alto índice de expansão das rendas, ininterrupto durante 15 anos, transformou a Coreia, um dos países em desenvolvimento mais pobres, com grande dependência na área da agricultura e fraco balanço de pagamentos, numa semi-industrializada nação de renda média, com uma posição de pagamentos externos cada vez mais forte”⁸¹. O progresso de Taiwan seguiu o mesmo rumo. Em 1949, quando o regime totalmente desacreditado do KMT assumiu o controle, a economia era substancialmente pré-industrial, com uma renda *per capita* abaixo da marca dos US\$100. A transformação, como a do Japão, começou com uma muito bem-sucedida reforma agrária, seguida de um aumento rápido da renda dos fazendeiros, que criou um mercado local para novas fábricas. Nos anos 70, 90% de toda a terra era de propriedade dos fazendeiros que a cultivavam. No fim da década, graças a uma lei antigreve e a zonas de processamento de exportações livres de impostos, a renda *per capita* havia subido para mais de US\$1.300, e as exportações chegavam a 90% do PNB (a maior proporção do mundo); o índice de crescimento era de 12%, a despeito da recessão; a população tinha um alto nível de alfabetização e o complexo de economia industrial girava em torno da construção naval, produtos têxteis, petroquímicos e equipamento elétrico⁸².

O crescimento talvez mais notável ocorreu principalmente na economia de entrepostos. Hong Kong, graças à economia de mercado puro e, apesar de sobrecarregada pelas alegadas desvantagens do colonialismo (continuou sendo uma colônia da Coroa Britânica), elevou sua renda *per capita* para cerca de seis vezes mais que a da China continental. No decorrer do processo, absorveu quatro milhões de refugiados, mais de quatro vezes o número de palestinos que o mundo árabe inteiro não conseguiu assentar. Aqui, mais um vez, repetindo as experiências do Japão e de Taiwan, a estabilidade do governo e a coerência da política econômica, durante um

quarto de século ou mais, forneceu o ambiente acolhedor ideal para os negócios. Cingapura, depois de alguma instabilidade na década que se seguiu a 1945, finalmente encontrou uma estrutura de governo sólida, em 1959, sob a liderança do Partido de Ação do Povo de Lee Kuan Yew. Mais de vinte anos depois, e já na época em que a renda *per capita* de Cingapura estava rapidamente alcançando a do Japão, Lee fez esta observação: “O problema era como sobreviver... uma questão de vida ou morte para dois milhões de pessoas... A maneira como isso poderia ser alcançado, seja pelo socialismo, seja pela livre empresa, era uma questão secundária. A resposta veio a ser a livre empresa, temperada com a filosofia socialista e oportunidades iguais na área de educação, emprego, saúde e habitação”⁸³.

O notável dessas quatro economias do Pacífico (inclusive a do Japão) era a falta de recursos naturais. É o que se pode ler num relatório: “O sucesso decorre quase inteiramente de um bom programa político e da capacidade do povo, e muito pouco de circunstâncias favoráveis ou de um bom começo”⁸⁴. Entretanto, a maneira pela qual essas economias de mercado floresceram, a partir dos anos 60, encorajou os vizinhos mais bem-aquinhoados do Pacífico a adotar a política de livre mercado. O crescimento da Tailândia acelerou-se rapidamente, depois de ter conseguido um governo pró-mercado estável em 1958 e alcançado a “decolagem” econômica nos anos 60, com índices anuais de crescimento de 9%. A Tailândia, além do mais, foi virtualmente o único país do Terceiro Mundo que conseguiu manter a posição de exportador agrícola, ao elevar sua produtividade em 1,5% ao ano e ao expandir suas áreas de cultivo⁸⁵. No fim dos anos 70, sua renda *per capita* era quatro vezes maior que a de seu vizinho, Burma, que estava agora, furtivamente, abandonando o socialismo. Durante os anos 70, a Malásia se saiu muito bem, caminhando firmemente em direção à categoria de renda média. As Filipinas também fizeram progressos, e mesmo a Indonésia, depois de sua mudança do coletivismo para o mercado livre, elevou a renda *per capita* rapidamente, apesar de seu triste cadastro de crédito.

Nos anos 70, o Pacífico, desafiando a tirania de suas imensas distâncias, tornou-se a primeira área de desenvolvimento comercial do mundo, graças à economia de mercado. Antigas ex-colônias, como Fiji e Nova Caledônia, alcançaram uma renda *per capita* acima de US\$1.000. A pequena república da ilha de Nauru, rica em fosfatos, tornou-se, “acre por acre e corpo por corpo”, a nação mais rica do mundo⁸⁶. A Austrália, que temia desesperadamente o Japão durante o período entreguerras, transformou-o em seu principal parceiro comercial, e as demandas insaciáveis do Japão por matéria-prima (e alimentos) provocaram uma demanda de recursos que tornou a Austrália, durante os anos 70, um dos maiores fornecedores de minerais — carvão, ferro, petróleo e uma grande variedade de metais básicos, preciosos e semipreciosos, chegando a rivalizar com a África do Sul. Exceto por um breve e desastroso episódio socialista durante o governo de Gough Whitlam, em 1972-75, a filosofia pública de Camberra permaneceu, de um modo geral, de mercado livre.

Houve um renascimento do espírito de livre mercado na orla oriental do Pacífico. O caso mais interessante foi o do Chile. Em meados dos anos 60, o Chile cristão-democrata, sob a presidência de Eduardo Frei, era visto pelos Estados Unidos como a melhor esperança, junto com a Venezuela de Romulo Betancourt, para implantar a Aliança para o Progresso de Kennedy. Mas o Chile tinha uma inflação crônica: cerca de 20% ao ano no fim dos anos 50, 26,6% em 1968, 32,5% em 1970. A única causa desta inflação era o gasto exagerado do governo e a impressão de dinheiro. Nas eleições de 1970, o reformista socialista Salvador Allende, na sua

quarta tentativa, chegou finalmente a presidência, em virtude de uma dissidência no voto anti-socialista, que, entretanto, obteve 62% dos votos combinados contra os 36,2% de Allende. O novo presidente conseguiu um mandato com um mínimo de votos e, segundo o princípio de Thomas Jefferson de que as grandes inovações não se deveriam apoiar em maiorias apertadas, ele deveria ter-se concentrado em arrumar bem a casa.

Mas Allende era um homem fraco, com seguidores divididos e revolucionários pela metade, que rapidamente escaparam ao seu controle. Enquanto embarcava num programa de nacionalização indiscriminada, que isolou o Chile da comunidade comercial mundial, os militantes de sua ala esquerda não estavam preparados para aceitar qualquer restrição constitucional. Lançaram o "Poder do Povo", constituído de Conselhos de Camponeses, que se apoderavam das fazendas, e de Assembléias de Trabalhadores, que ocupavam as fábricas⁸⁷. A estratégia era leninista — "A tarefa do momento", dizia o Partido Socialista, "é destruir o Parlamento" — mas o verdadeiro paralelo era com a Espanha de 1936, quando as divisões da esquerda e o caminho da violência produziram a Guerra Civil. Allende foi apanhado numa encruzilhada, tendo, de um lado, os revolucionários e, de outro, uma classe média cada vez mais ultrajada. Seu Exército, originariamente relutante em intervir, com o colapso da ordem foi-se politizando gradualmente.

Em janeiro de 1971, quando Allende assumiu o controle, a inflação havia caído para cerca de 23%. Em poucos meses tornou-se hiperinflação. Em 1972 estava em 163%. No verão de 1973, atingiu 190%, de longe a mais alta do mundo⁸⁸. Isto aconteceu antes da quadriplicação do preço do petróleo: a inflação de Allende, então, foi obra dele próprio. Em novembro de 1971, o Chile declarou moratória unilateral de suas dívidas externas (isto é, foi à falência). Os bancos cortaram o crédito; o capital evadiu-se; com as fazendas no caos, produzindo pouco, as fábricas ocupadas, produzindo menos ainda, as exportações desapareceram, as importações chegaram às alturas e logo depois também desapareceram, quando o dinheiro acabou. As lojas se esvaziaram. A classe média começou a fazer greves. Os trabalhadores, achando que seus salários estavam diminuídos em termos reais, também atacaram. A estrutura de preços oficiais se tornou irracional e depois irrelevante, quando o mercado negro tomou conta de tudo. A esquerda começou a contrabandear armas em julho de 1971 e, em maio do ano seguinte, iniciou-se uma séria violência política. A esquerda tinha, de fato, mais armas (30.000) do que o Exército, que era composto de apenas 26.000 homens, além de 25.000 policiais armados⁸⁹. Allende oscilou entre ordenar à polícia que lutasse contra a extrema-esquerda e acusar o Exército de tramar um golpe. Mas também aprovou um plano para armar os guerrilheiros esquerdistas e, em 4 de setembro de 1973, permitiu uma demonstração de 750.000 pessoas no aniversário da eleição. Uma semana mais tarde, o general Augusto Pinochet, nomeado pelo próprio Allende, liderou um golpe das três Forças Armadas. O Chile mantivera, até então, um registro excepcionalmente bom, para os padrões latino-americanos, de constitucionalismo e estabilidade. De forma alguma, o golpe poderia ser executado sem derramamento de sangue. Allende foi assassinado, ou se suicidou, e o número oficial de mortos no necrotério foi de 2.796.⁹⁰ A maior parte da resistência veio de refugiados políticos não-chilenos, que somavam 13.000 em Santiago nessa época. O fracasso dos trabalhadores que ocupavam as fábricas, dos camponeses nas fazendas ocupadas, ou mesmo dos "bandos revolucionários" armados no sentido de lutar seriamente sugere que a extrema-esquerda não era apoiada com grande entusiasmo.

A oposição a Pinochet, embora barulhenta, veio principalmente do exterior. Foi brilhantemente orquestrada por Moscou, apesar de a Rússia soviética ter categoricamente se recusado a ajudar Allende com oferta de créditos: ele era mais útil morto do que vivo⁹¹. Embora a crítica externa se concentrasse no aspecto repressivo do regime militar de Pinochet, o mais importante foi a decisão de reverter o crescimento do setor público, que Allende havia acelerado, e abrir a economia para as forças do mercado, segundo o modelo das economias do Pacífico. Era notório que praticamente todos os Estados empresariais do Pacífico tinham sido acusados de dirigir regimes repressivos. A Tailândia, a Coreia do Sul e Taiwan tinham todos eles atravessado uma prolongada fase de regime militar. O governo de Lee Kuan Yew, embora inquestionavelmente democrático, também tinha sido alvo de violentos ataques por parte da extrema-esquerda. Mas o fato de o Estado se tornar representativo através de governantes eleitos era apenas um aspecto do problema; o que era igualmente importante era saber que dimensão da vida nacional ele controlaria. Por definição, a economia de mercado exigia a retirada do Estado de uma grande área de tomada de decisões, área que era de responsabilidade dos indivíduos. A liberdade política e a econômica eram inseparáveis. A liberdade do mercado levava inevitavelmente à erosão das restrições políticas: essa foi uma lição da Tailândia, Taiwan e Coreia do Sul.

A lição se aplicava igualmente ao Chile. O desastre de 1973 produziu um completo colapso econômico e político. A reconstrução da economia teve de começar durante uma recessão mundial. O mérito do regime foi o de mostrar-se capaz de reverter o rumo da inflação provocada pelo governo e que persistira por muitas décadas, tornando-se parte da estrutura da economia chilena⁹². Foi um processo doloroso e impopular que, inicialmente, acarretou a queda do PNB e uma alta taxa de desemprego, mas permitiu que a economia, com a ajuda de empréstimos do Fundo Monetário Internacional, emergisse assentada no mercado livre. No fim dos anos 70, com a inflação finalmente sob controle, o crescimento foi retomado e, no começo de 1980, o Banco Mundial pôde relatar: "Sob circunstâncias extraordinariamente desfavoráveis, as autoridades chilenas executaram uma reviravolta econômica sem precedentes na história do Chile"⁹³.

Mais ao norte, ao longo do Pacífico leste, o México seguiu um caminho semelhante ao do Chile, embora três anos mais tarde e de maneira menos dramática. A economia cresceu muito rapidamente no período compreendido entre 1940-70 e, nos anos 70, o presidente Luís Echeverría tentou transformar o México em líder do Terceiro Mundo, apresentando-o como um Estado-modelo de Governo Grande. Aumentou a participação do Estado na economia em 50% e o número das corporações estatais de 86 para 740. O resultado, previsível, foi a hiperinflação e uma crise no balanço de pagamentos. A economia estava se dissolvendo no caos, quando Lopez Portillo chegou ao poder no fim de 1976 e forçou o México a voltar à economia de mercado⁹⁴. Declarou ao FMI que temia a "sul-americanização" da vida mexicana: golpes e ditaduras de esquerda e de direita⁹⁵. Foi ajudado pelas grandes descobertas de petróleo em 1977, que sugeriram que o México poderia, eventualmente, vir a ser um produtor do mesmo nível do Kuwait ou da Arábia Saudita. Por outro lado, a estrutura do México, país essencialmente de partido único, dirigido por uma elite intermediada pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), dificultou o corte de empregos estatais (e o direito à nomeação de cargos públicos)⁹⁶. No início dos anos 80, a dívida externa chegou a exceder até

mesmo a do Brasil. No verão de 1982, o México não conseguiu pagar os juros e nacionalizou os bancos.

A economia mexicana, na verdade, estava se incorporando à economia do nordeste do Pacífico, formada pelo oeste dos Estados Unidos, oeste do Canadá e Alasca. Cerca de 70% das exportações mexicanas iam para a América nos anos 70; 60% de suas importações eram americanas. Havia talvez uns dez milhões de imigrantes mexicanos ilegais nos Estados Unidos: uma em cada sete famílias na Califórnia e uma em cada três, no Novo México, eram hispânicas. É verdade que a economia do México era caribenha. A da América também o era, especialmente desde a hispanização da economia da Flórida, que cresceu rapidamente nos anos 70, inclinando-se numa direção latino-americana. Mas, nos anos 70, tanto a economia mexicana quanto a americana sentiram a atração do Pacífico, uma atração crescente pelo mercado livre.

O deslocamento do centro de gravidade da América do nordeste para o sudoeste, tanto do ponto de vista demográfico quanto econômico, foi uma das mudanças mais importantes dos tempos modernos. Nos anos 40, o geógrafo E. L. Ullman identificou o nordeste como "área central" da economia dos Estados Unidos, embora apenas 8% da área total contivesse 43% da população e 68% do emprego industrial⁹⁷. O modelo permaneceu estável na maior parte dos anos 50. O geógrafo H.S. Perloff, escrevendo em 1960, viu que aquilo que chamava de "cinturão industrial" constituía "ainda o âmago da economia nacional"⁹⁸. Mas, enquanto escrevia, o padrão já estava mudando. Em 1940-60, o norte continuava ganhando população (em dois milhões), mas isso se deveu inteiramente ao influxo de mão-de-obra negra não-qualificada e de baixa renda, proveniente do sul. Também estava sofrendo uma perda líquida de brancos, que logo se tornou absoluta. A mudança chegou nos anos 60 e se acentuou nos anos 70. Nos anos 1970-77, o nordeste perdeu 2,4 milhões de pessoas por causa da migração; o sudoeste recebeu 3,4 milhões, cuja maioria era de brancos especializados. Como esse deslocamento era essencialmente do cinturão gelado para o cinturão solar, ocorreu uma elevação do preço da energia, como mostrou o censo de 1980. As variações regionais da renda, que acentuadamente favoreciam a velha "área central", convergiram para o sudoeste, favorecendo-o. O investimento acompanhou o fluxo da população. A participação da "área central" no emprego industrial caiu de 66%, em 1950, para 50%, em 1977. No sudoeste subiu de 20 para 30%.⁹⁹

O deslocamento demográfico trouxe mudanças no poder político e sua filosofia. Na eleição de Kennedy, em 1960, o cinturão gelado tinha 286 votos colegiais, para 245 do cinturão solar. Em 1980, o cinturão solar liderava por quatro votos. As projeções da Agência do Censo mostraram que, para as eleições de 1984, o cinturão solar lideraria por 26 votos¹⁰⁰. Esse deslocamento marcou o fim da velha coalizão intervencionista de Roosevelt, dominante por duas gerações, e o surgimento de uma coalizão do sudoeste unida ao mercado livre, cujo sintoma foi, em 1980, a eleição de Ronald Reagan. O domínio da velha área central na mídia (imprensa e televisão), uma anomalia perigosa no início dos anos 80, ajudou a encobrir a transferência do poder. Mas essa transferência se tornou inevitável, uma vez que as indústrias de alta tecnologia se concentraram no sudoeste, acima de tudo na Califórnia, direcionada para o Pacífico, agora a sétima maior economia mundial, aproximando-se da marca de US\$400 bilhões.

O círculo das economias do Pacífico foi completado pela China continental, que buscava também admitir algum elemento de mercado em sua economia, no início

da década de 80. Para o Japão e outros países empresariais do sudeste asiático, a oportunidade de levar um bilhão de chineses a uma era de consumo em massa abriu a perspectiva de aumentar seu dinamismo econômico até o fim do século. A volta ao mercado não ficou absolutamente confinada ao Pacífico. A Grã-Bretanha, por exemplo, começou o doloroso reajuste em 1979, no governo de Margaret Thatcher. No fim dos anos 70, a maioria dos governos estava procurando reduzir a participação do setor público na economia e expandir o mercado. A necessidade se fazia presente até mesmo atrás da Cortina de Ferro, especialmente nas desanimadoras economias dos satélites, embora nesse caso (e no da Rússia soviética) a restrição tenha resultado da inabilidade fundamental de separar a liberdade política da econômica: “o Comunismo de mercado” era uma contradição em termos, uma tentativa de tornar o círculo quadrado, assim como qualquer erosão do monopólio do poder absoluto do Partido Comunista ameaçava a própria existência dos regimes do tipo soviético. Esses fatos sombrios da vida totalitária impediam qualquer crescimento real do princípio voluntário no interior do bloco soviético, evidenciado, de forma brutal, pela crise da Polônia, em 1980-82. Em todos os outros lugares, entretanto, o mercado progredia e, à proporção que progredia, e o preço da energia novamente voltava a cair, a curva inflacionária, tão exagerada na década de 70, começou a se achatar. Com o descrédito de economias inflacionárias, o critério convencional mudou. Keynes, ou de qualquer maneira, o vulgarizado keynesianismo, em moda desde 1945, foi desacreditado. F. A. Hayek e a Escola Austríaca, e Milton Friedman e a Escola de Chicago viraram moda. Adam Smith, enquanto adaptado por Alfred Marshall, começou a parecer mais relevante do que Marx, enquanto adaptado por Lênin. Mesmo no interior do bloco soviético — na verdade, principalmente lá — o marxismo, como uma ciência viva, em oposição à filosofia oficial, morreu. Leszek Kolakowski, em *Main Currents of Marxism*, uma das obras mais influentes do início dos anos 80, observou de forma contundente: “Pode-se dizer, sem medo de contradições, que se permitissem a liberdade de pensamento no bloco soviético, seria provado que o marxismo é a forma menos atraente da vida intelectual em toda aquela área”¹⁰¹. No Terceiro Mundo, o entusiasmo pelo coletivismo murchou, embora muitos regimes quase totalitários que o praticavam não ousassem correr risco político de mudar para a economia de mercado. No Ocidente, o eurocomunismo apareceu e desapareceu: uma miragem. Foi feita uma distinção entre “socialismo democrático”, que na prática significava socialismo não-democrático, uma forma de elitismo leninista que algumas vezes se chamava de “a democracia dos comprometidos”, e a “social democracia”, que na prática significava capitalismo de bem-estar social. Não mais parecia possível definir o socialismo em si, ou mesmo decidir se tal coisa existia ou podia existir. No curso dos tempos modernos, a única forma satisfatória de sociedade socializada foi o movimento dos *kibbutz* em Israel: mas foi um movimento de minoria, que envolvia apenas 10% de um pequeno país, o qual, em 1980, estava perdendo e não ganhando adeptos. Evidentemente, um socialismo voluntário não era para as massas; e a versão compulsória do socialismo nada mais era que o capitalismo estatal.

A desilusão com o socialismo e outras formas de coletivismo era apenas um dos aspectos da perda da fé no Estado, visto como uma agência de benevolência. O Estado foi o grande ganhador do século XX e o ponto central do fracasso. Até 1914 era raro que o setor público abrangesse mais de 10% da economia; na década de 70, mesmo em países liberais, o Estado açambarcou até 45% do PNB¹⁰². Mas enquanto na época do Tratado de Versalhes a maioria das pessoas inteligentes acreditava que

um Estado desenvolvido poderia aumentar a soma total da felicidade humana, em 1980 essa opinião não era defendida por mais ninguém fora de um pequeno, reduzido e desanimado bando de fanáticos. A experiência foi tentada de inúmeras formas; e fracassou em quase todas elas. O Estado comprovou ser um gastador insaciável, um desperdiçador incomparável. Na verdade, no século XX, ele revelou-se o mais assassino de todos os tempos. Em 1980, a ação do Estado tinha sido responsável pelas mortes violentas e antinaturais de mais de cem milhões de pessoas, talvez mais do que conseguiu destruir até então, em todo o curso da história humana até 1900. Sua desumana malignidade caminhava passo a passo com a extensão de seu crescimento e meios de expansão.

Não se conseguiu deixar claro se o fato de o Estado ter caído em desgraça desacreditaria da mesma maneira seus agentes, os políticos ativistas, cuja fenomenal ascensão em números e em autoridade foi o acontecimento mais importante dos tempos modernos. Como observamos, na virada do século, os políticos estavam substituindo a religião como a forma principal de fanatismo. Para arquétipos da nova classe, tais como Lênin, Hitler e Mao Tse-tung, a política — que para eles significava a engenharia social com propósitos grandiosos — foi uma legítima forma de atividade moral, o único meio seguro de melhorar a humanidade. Essa visão, que em determinada época teria sido irreal, tornou-se até certo ponto a ortodoxia por toda a parte: diluída no Ocidente e virulenta por trás da Cortina de Ferro e no Terceiro Mundo. Na extremidade democrática do espectro, o político fanático oferecia *New Deals*, Grandes Sociedades e Estados de Bem-Estar Social; na extremidade totalitária, revoluções culturais; sempre e em toda a parte, Planos. Os fanáticos atravessaram décadas e hemisférios: charlatões, carismáticos, exaltados, santos seculares, assassinos de massas, unidos pela crença de que a política era a cura dos males humanos: Sun Yat-sen e Atatürk, Stálin e Mussolini, Khruchchev, Ho Chi Minh, Pol Pot, Castro, Nehru, U Nu e Sukarno, Perón e Allende, Nkrumah e Nyerere, Nasser, o xá Pahlavi e Kadhafi, geralmente trazendo morte e pobreza à sua passagem. Nos anos 80, a nova classe governante ainda estava, de um modo geral, no poder; porém, não mais confiante. A maioria deles, vivos ou mortos, era agora execrada nos próprios países. Era possível esperar que a “era da política”, como a “era da religião” antes dela, estivesse chegando ao fim?

Um acontecimento correlato foi o descrédito nas ciências sociais, que tanto contribuíram para o surgimento da era política e do aumento de reivindicações ilusórias. A economia, a sociologia, a psicologia e outras ciências inexatas — dificilmente ciências à luz da experiência moderna — haviam construído o *juggernaut*¹⁰³ da engenharia social, que esmagou tanta riqueza e tantas vidas humanas. A tragédia maior foi o fato de as ciências sociais terem caído em descrédito somente nos anos 70, depois de se beneficiarem da grande inspiração da educação superior. Os efeitos da falácia das ciências sociais, por conseguinte, ainda serão sentidos até a virada do século. Mas sua influência diminuirá sistematicamente e nunca mais, talvez, a humanidade colocará tanta confiança nessa metafísica moderna.

Em contrapartida, as ciências exatas cumprirão suas promessas. Os tempos modernos foram dominados pela física, especialmente a física nuclear e a astrofísica. Os físicos levaram o homem à beira do abismo, mas depois o detiveram e lhe pediram que baixasse os olhos. Pode ser que, depois da aparente inevitabilidade de duas guerras mundiais, a criação de armas nucleares tenha sido um presente de advertência que nos poupou de um terceiro embate de grandes nações e introduziu o mais

longo período de paz geral, embora uma paz de terror, desde os tempos vitorianos. Mas a física parece ter chegado ao fim de sua supremacia na década de 60. De qualquer maneira, ela não nos poderia dizer aquilo que incessantemente perguntamos: o que aconteceu de errado com a humanidade? Por que a promessa do século XX foi quebrada? Por que o século XX se transformou numa idade do terror ou, como diriam alguns, do mal? As ciências sociais, que reivindicavam tais questões como de sua competência, não puderam fornecer a resposta, o que não causou surpresa: elas faziam parte, e uma parte muito importante, do problema.

Um aspecto desse problema, que se pode observar, é que as ciências exatas, até então, puderam nos dizer pouco sobre a vida enquanto oposição à matéria. Mas durante o período de 1950-70, quando a idade de ouro da física teórica chegava ao fim, uma nova era começava — a da biologia. Nesse momento, a maneira como o mundo não-orgânico atua era conhecido de um modo geral; o que agora começava a amadurecer era o conhecimento das leis da vida. Tais sistemas de lei são unitários e holísticos. Assim como Einstein remodelou a lei da física aplicada, tanto na ordenação das gigantescas congregações estelares quanto nas estruturas diminutas das partículas atômicas, também as regras biológicas evolutivas se aplicaram a todo o espectro da matéria viva, do menor ao maior.

Em meados do século XX, a teoria da evolução de Charles Darwin forneceu, pela primeira vez, um princípio organizador científico para explicar por que plantas e animais desenvolviam as características que exibiam. Não era um sistema dedutivo, que permitia a previsão de futuros desenvolvimentos ou mesmo a reconstrução do passado: nesse sentido era diferente das leis de Newton ou das modificações nelas efetuadas por Einstein. O próprio Darwin sempre enfatizou os limites de suas descobertas. Ele desencorajou aqueles que tentaram construir projeções ambiciosas a partir delas. Foi por isso que não concedeu licença para as teorias dos “darwinistas sociais”, as quais resultaram no holocausto de Hitler. Da mesma forma, repeliu as tentativas de Marx de se apropriar do darwinismo para aplicá-lo em suas teorias de determinismo social, que eventualmente produziram os assassinatos em massa induzidos por Stálin, Mao Tse-tung e Pol Pot. Nas décadas que se sucederam a 1945, entretanto, apareceram finalmente sinais de uma teoria unificada saída de laboratório e que vieram alcançar as extremidades do espectro.

Na extremidade microcósmica, a biologia molecular, a neurofisiologia, a endocrinologia e outras disciplinas novas começaram a explicar processos tais como o mecanismo da herança e programação genéticas. A mais importante das descobertas em nível micro surgiu na Universidade de Cambridge em 1953, quando James Watson e Francis Crick tiveram sucesso em decodificar a configuração de hélice dupla do ácido desoxirribonucleico (DNA)¹⁰⁴. Descobriram que as moléculas do DNA, que determinam a estrutura e a função de cada animal ou planta vivos, tinham a forma de uma espiral dupla, como uma escada em espiral, construída de açúcares e fosfatos e formada de degraus contendo ácidos variados. A estrutura, tal qual um magnífico computador vivo e complexo, constitui o código particular que diz à célula que proteína produzir, o coração da operação criativa¹⁰⁵. Mais admirável ainda foi a velocidade com que essa descoberta foi usada numa profusão de aplicações práticas. A defasagem entre a base teórica da física nuclear e o poder nuclear real foi de meio século. Na nova biologia, a defasagem foi de menos de vinte anos. Em 1972, os cientistas da Califórnia descobriram as “enzimas de restrição” que permitiram que o DNA fosse cortado de maneira altamente específica e depois recombinado ou unido

para um fim determinado. O DNA recombinado era recolocado na sua célula ou bactéria e, operando de acordo com os princípios biológicos normais, dividia-se e se duplicava para formar novo material protéico. O microorganismo fabricado pelo homem era então alimentado com nutrientes e fermentado por processos já em uso pela indústria farmacêutica, por meio século, na produção de antibióticos¹⁰⁶.

Explorado o DNA, os formidáveis recursos da química comercial não encontraram dificuldades em projetar uma gama de produtos para uso imediato. O *marketing* e o processo de produção em massa começaram em junho de 1980, quando a Suprema Corte dos Estados Unidos, numa decisão histórica, deu a proteção da lei de patentes para os organismos fabricados pelo homem. Antigos medos de que “vírus do tipo monstro Frankenstein” estivessem sendo secretamente desenvolvidos e “escapassem” dos laboratórios evaporaram-se rapidamente. Na América, onde se concentrava a recombinação de genes, a estrutura regulatória e restritiva sobre a pesquisa do DNA foi substituída, em setembro de 1981, por um código voluntário¹⁰⁷. Em 1976, um número reduzido de laboratórios e firmas se especializaram em recombinação. No início dos anos 80, havia milhares desses laboratórios. Com suas aplicações imediatas, que se multiplicavam no campo dos alimentos vegetal e animal, da energia e, acima de tudo, na ciência médica e produtos farmacêuticos, a nova biologia industrial prometia ser a dinâmica primeira dos últimos anos do século.

A rapidez com que a descoberta do DNA foi desenvolvida e aplicada a problemas práticos levantou questões sobre a extremidade macroscópica do espectro biológico: o processo de explicar a evolução do comportamento social em termos de crescimento e de estrutura de longevidade de todas as populações animais, inclusive a da humanidade, e em termos de sua constituição genética. Uma vez admitida a natureza unitária das leis biológicas, se uma revolução científica viesse a ocorrer numa das extremidades dessa linha, não seria de se esperar (ou de se temer) que acontecesse outra? Foi nessa área que as ciências sociais falharam visivelmente, sobretudo por terem sido impregnadas pela superstição marxista. O imperialismo acadêmico de alguns cientistas sociais impediu o que muitos trabalhos sérios na linha das descobertas darwinistas haviam sugerido: que as mentes e as atitudes mentais evoluíam como corpos e que o comportamento poderia ser estudado como outras propriedades orgânicas, por meio de genealogias comparativas e análise evolutiva. Tais abordagens foram, bastante irracionalmente, desacreditadas pela estranha eugenia racista que os fascistas do período entreguerras — e, nos anos 20, também os comunistas — acreditavam e praticavam.

Nos anos 30, entretanto, o cientista de Chicago, Warder Alee, publicou *Animal Aggregations* (1931) e *The Social Life of Animals* (1938), que deu exemplos significativos sobre o efeito da evolução no comportamento social. A verdadeira ruptura chegou quase ao mesmo tempo que a descoberta de Watson-Crick, quando o ecologista britânico V. C. Wynne-Edwards publicou o seu *Animal Dispersion in Relation to Social Behaviour* (1962). Ele demonstrou que praticamente todo comportamento social, como as hierarquias e as ordens dadas através de bicadas, a demarcação de territórios, a reunião das aves em bandos, a reunião em rebanhos e as danças, eram meios de regular os números e impedir as espécies de exceder aos suprimentos de alimentos disponíveis. Socialmente, os membros subordinados eram impedidos de se reproduzir; cada animal procurava maximizar a própria reprodução; os mais aptos conseguiam êxito. Em 1964, outro geneticista britânico, W. D. Hamilton, demonstrou em seu *The Genetic Evolution of Social Behaviour* quão

importante era o zelo pelos próprios genes na organização do comportamento social: a “proteção” dos pais era um caso de preocupação para os outros, à proporção que estes compartilhavam dos genes dos pais. A abnegação ou altruísmo encontrados na seleção natural, por conseguinte, não era moral em sua origem, nem implicava uma consciência de motivação pessoal: havia pintos altruístas e mesmo vírus altruístas. A teoria do parentesco genético afirmava que a ocorrência de comportamento altruísta aumentava em proporção ao número de genes compartilhados por causa da ascendência comum. Havia um elemento de custo-benefício, e era mais provável esse elemento ocorrer quando o custo para o doador era pequeno e o lucro do beneficiário grande. A teoria do parentesco foi depurada pelo biólogo de Harvard, Robert Trivers, que desenvolveu a idéia do “altruísmo recíproco” (uma forma de auto-interesse esclarecido) e do “investimento paterno” que intensificava as chances de sobrevivência de sua prole ao custo da capacidade dos pais de investir em proles subseqüentes. As fêmeas investiam muito mais do que os machos, já que os ovos “custavam” mais do que o esperma. A escolha da fêmea era grandemente responsável pela evolução dos sistemas de acasalamento, harmonizando-se à maximização da aptidão evolutiva. À medida que essa metodologia se desenvolvia, foi possível mostrar que os padrões sociais em quase todas as espécies tinham a sua origem na seleção natural evolutiva.

Em 1975, outro cientista de Harvard, Edward Wilson, reuniu duas décadas de pesquisa especializada num livro magistral, *Sociobiology: the New Synthesis*. Seu trabalho era aplicado, na verdade, a insetos, mas ele se baseou numa vasta série de estudos empíricos detalhados para defender o argumento de que estava na hora de se elaborar uma teoria geral análoga às leis de Newton ou Einstein. “O principal objetivo de uma teoria geral de sociobiologia”, escreveu ele, deveria ser “a capacidade de predizer aspectos da organização social a partir de um conhecimento dos parâmetros da população” e “de informar sobre as coações comportamentais impostas pela constituição genética das espécies”. O livro de Wilson despertou a mesma fúria que o livro de Darwin, *Origin of Species*. Ofendeu uma gama de interesses constituídos: dessa vez, não das igrejas, mas dos cientistas sociais radicais, especialmente os marxistas, que tinham em grande parte assumido o papel de doutrinadores religiosos. As afirmações da sociobiologia, uma ciência exata, sugeriam que o trabalho e crenças dos marxistas não passavam de uma metafísica, uma forma de superstição. Wilson, da mesma forma que Darwin anteriormente, nada afirmou além dos limites de suas provas empíricas; ele não era, em qualquer sentido, um ideólogo. Porém, mais uma vez como Darwin, era firme no que dizia respeito às aplicações limitadas da nova ciência. “Os centros de controle emocional no hipotálamo e no sistema límbico do cérebro”, escreveu ele, “inundam nossa consciência com todas as emoções” que são usadas pelos “filósofos éticos” para determinar “padrões de bem e mal”. O que produzia aqueles centros de controle? “Eles evoluíram pela seleção natural”. Num livro posterior, *On Human Nature* (1979), de novo ele insistiu que a mente era “um epifenômeno do cérebro”. As “mínimas reivindicações” da teoria evolutiva residiam no fato de que as leis das ciências sociais e biológicas tinham de ser “compatíveis” com as leis das ciências físicas e “unidas em cadeias de interpretação causal”; que “a vida e a mente têm uma base física”; que “o mundo tal qual o conhecemos evoluiu de mundos anteriores, obedientes a essas mesmas leis”; e que “o universo hoje visível está sujeito, em todos os lugares, a essas explanações materialistas”¹⁰⁸.

O ataque marxista à *Sociobiologia* foi seguido de radicais ataques doutrinários aos estudos empíricos sobre o comportamento humano. Em maio de 1976, a Escola de Medicina de Harvard foi obrigada a abandonar um projeto de pesquisa a longo prazo sobre anormalidades genéticas e padrões sociais. Houve outros exemplos de terrorismo acadêmico, notavelmente em relação a trabalhos sobre níveis de inteligência em diferentes grupos raciais¹⁰⁹. É significativo que a sociobiologia tenha sido atacada por personificar “uma forma da profecia social que concorda confortavelmente com a dinâmica das sociedades de mercado modernas. Oferece... um convite a cultivar o que Wilson chama de ‘um conforto filosófico’ em direção ao desdobramento dos assuntos humanos contemporâneos”. Significava, diziam os críticos, aceitar “a discriminação, o militarismo e a injustiça social como reflexos inevitáveis e naturais de algum vasto e insensato esquema sociobiológico das coisas”¹¹⁰. Claro que não era nada disso. O próprio Wilson escreveu: “É forte a evidência de que quase todas as diferenças entre as sociedades humanas são baseadas no aprendizado e no condicionamento social, mais do que na hereditariedade”. O homem e as sociedades poderiam ser melhorados pela ação humana consciente. O que a sociobiologia fez foi chamar a atenção para o processo biológico de automelhoria que está em *continuum* e é um elemento vital para o progresso humano. A sociobiologia sugeriu que o processo deveria ser estudado pela ciência empírica — e não pela metafísica — e pela metodologia tão brilhantemente categorizada por Karl Popper, na qual a teoria é limitada, especificada e falsificável por dados empíricos, em oposição às explicações de múltiplas finalidades, não-testáveis e automodificadoras feitas por Marx, Freud, Lévi-Strauss, Lacan, Barthes e outros profetas.

Poder-se-ia argumentar que, se os homens são geneticamente programados para se aperfeiçoar, uma dúvida fundamental foi lançada sobre todo o processo da busca de igualdade social e econômica. Não poderia isso ir contra um processo biológico benéfico que está acontecendo a cada segundo da criação, sem qualquer decisão humana consciente? Não seria o planejamento humano para produzir uma “sociedade sem classes” não só intrinsecamente inatingível mas também positivamente prejudicial, no sentido em que entraria em conflito com planos ocultos magistrais da própria natureza? Pode ser. A experiência dos tempos modernos — quando o ativismo humano levou tantas vezes, e em tão grande dimensão, à destruição humana — assim o sugeriu. Por outro lado, pode ser que não. Talvez fosse possível que o progresso humano pudesse reforçar a seleção natural. O essencial seria descobrir a verdade. Assim, nos anos 80, as mentes mais sábias haviam retornado à conclusão de Alexander Pope: “O estudo correto da natureza humana é o homem”¹¹¹.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E NOTAS

1 UM MUNDO RELATIVISTA

- 1 A. Einstein, in *Annalen der Physik*, 17 (Leipzig 1905), 891p.
- 2 Banesh Hoffman, *Einstein* (Londres 1975 ed.), 78; John White, *The Birth and Rebirth of Pictorial Space* (Londres 1967 ed.), 236-73.
- 3 Hoffman, op cit., 81-2.
- 4 A. Vibert Douglas, *The Life of Arthur Stanley Eddington* (Londres 1956), 39-40.
- 5 'Red shift': corresponderia, em português, a "desvio para o vermelho". (N.R.)
- 6 *Daily Telegraph*, 25 de junho de 1980; D.W. Sciama, *The Physical Foundations of General Relativity* (Nova Iorque 1969).
- 7 Karl Popper, *Conjectures and Refutation* (Londres 1963), 34p.; e Popper, *Unended Quest: an Intellectual Autobiography* (Londres 1976 ed.), 38.
- 8 A.N. Whitehead, *Science and the Modern World* (Londres 1925).
- 9 A. Einstein, *Out of My Later Years* (Londres 1950), 41.
- 10 The Born-Einstein Letters 1916-1955 (Londres 1971).
- 11 Ibid., 149.
- 12 Corresponderia em português, a "neurose de guerra" (N.R.)
- 13 Ernest Jones, *The Life and World of Sigmund Freud*, ed. Lionel Trilling e Steven Marcus (Nova Iorque 1961), 493p.
- 14 Ibid., 493.
- 15 B.A. Farrell, *The Standing of Psychoanalysis* (Oxford 1981); Anthony Clare, *The Times Literary Supplement*, 26 de junho de 1981, 735.
- 16 P.B. Medawar, *The Hope of Progress* (Londres 1972).
- 17 Jones, op. cit., 493.
- 18 Letter of 18 December 1912. William McGuire (ed.), *The Freud-Jung Letters*, (tr. Londres 1971), 534-5.
- 19 Ver ensaio de Freud, "Psychoanalysis Exploring the Hidden Recesses of the Mind", in Encyclopaedia Britannica survey, *These Eventful Years: the Twentieth Century in the Making*, 2 v. (Nova Iorque 1924), II 511p.
- 20 Sigmund Freud, *The Future of an Illusion* (Londres 1927), 28.
- 21 Citado por Richard Buckle, *Diaghilev* (Nova Iorque 1979), 87.
- 22 Walter Laqueur, *Weimar : a Cultural History, 1918-1933* (Londres 1974).
- 23 Não há evidências de que se tenham encontrado. A reunião dos três gera o cenário para a peça de Tom Stoppard, *Travesties* (1977).
- 24 George Painter, *Marcel Proust*, 2 v. (Nova Iorque 1978), II 293p.
- 25 Theodore Zeldin, *France 1848-1945*, 2 v. (Oxford, 1977), v. II *Intellect, Taste, Anxiety*, 370p.
- 26 Citado por Lionel Trilling, *The Last Decade: Essays and Reviews 1965-1977* (Nova Iorque 1979), 28.
- 27 Visão do mundo (N.R.)
- 28 Painter, op.cit., II 339.
- 29 Camille Vettard, "Proust et Einstein", *Nouvelle Revue Française*, agosto de 1922.
- 30 Trocadilho perverso de James Joyce, quando, bebendo à saúde de Proust, já morto, empregava a expressão alemã: *Prost* (saúde), que lembra o nome Proust, e *bitte* (por favor). (N.R.)

- 31 Tulling, op.cit., 28-9.
- 32 Karl Marx, *A Contribution to the Critique of Political Economy*, 20.
- 33 Sigmund Freud, *Beyond the Pleasure Principle* (1920) 70-81.
- 34 Citado em Fritz Stern, *The Failure of Illiberalism* (Londres 1972), "Bethmann Hollweg and the War", 77-118.
- 35 Frederick R. Karl, *Joseph Conrad: the Three Lives* (Nova Iorque 1979), 737-8.
- 36 J.B. Bury, *The Idea of Progress* (Londres 1920), 352; ver I.F. Clarke, *The Pattern of Expectation, 1744-2001* (Londres 1979).
- 37 Citado por Martin Gilbert in R.S. Churchill e Martin Gilbert, *Winston S. Churchill*, 5 v. (até agora) (Londres, 1966) IV 913-14.
- 38 Randolph Bourne, *Untimely Papers* (Nova Iorque 1919), 140.
- 39 Foster Rhea Dulles, *The United States Since 1865* (Ann Arbor 1959), 263.
- 40 Dados fornecidos por Karl Deutsch, "The Crisis of the State", *Government and Opposition* (London School of Economics), Verão de 1981.
- 41 W.W. Rostow, *The World Economy: History and Prospect* (University of Texas 1978), 59.
- 42 Margaret Miller, *The Economic Development of Russia, 1905-1914* (Londres 1926), 299.
- 43 Olga Crisp, *Studies in the Russian Economy Before 1914* (Londres 1976).
- 44 G. Garvy, "Banking under the Tsars and the Soviets", *Journal of Economic History*, XXXII (1972), 869-93.
- 45 Stephen White, *Political Culture and Soviet Politics* (Londres 1979), 50.
- 46 Stern, op.cit., 91.
- 47 E.H. Carr, *The Bolshevik Revolution, 1917-1923*, 2 v. (Londres 1952) II 81.
- 48 Riezler's diary, 4 de agosto de 1917; Stern, op.cit., 118. *Schweinhud*: insulto correspondente a "porcalhão". (N.R.)
- 49 Hajo Holborn, *A History of Modern Germany 1840-1945* (Londres 1969), 466, 454.
- 50 Arthur M. Schlesinger, *The Crisis of the Old Order 1919-1933* (Boston 1957), 20p.
- 51 Dulles, op.cit., 260-1.
- 52 John Dewey, "The Social Possibilities of War", *Characters and Events*, 2 v. (Nova Iorque 1929) II 552-7.
- 53 Dulles, op.cit., 262.
- 54 Ver Henry Kissinger, *A World Restored: Castlereagh, Metternich and the Restoration of Peace* (Londres 1957).
- 55 Harold Nicolson, *Peacemaking 1919* (Londres 1945 ed.), 25.
- 56 Citado por Robert Wohl, *The Generation of 1914* (Londres 1980), 44.
- 57 Ibid., 25p.
- 58 Professor Carl Pribham e Professor Karl Brockhausen, "Austria" in *These Eventful Years*.
- 59 Carr, op.cit., I 254.
- 60 F. Lorimer, *The Population of the Soviet Union* (Genebra 1946), dá a lista completa, Tabela 23, 55-61.
- 61 Nicolson, op.cit., 200-1.
- 62 *Papers Respecting Negotiations for an Anglo-French Pact*, Cmnd 2169 (Londres 1924), 5-8.
- 63 Sobre os tratados secretos ver Nicolson, op.cit., 108p.; Howard Elcock, *Portrait of a Decision: the Council of Four and the Treaty of Versailles*, (Londres 1972), cap.1.
- 64 P.S. Wandycz, *France and Her Eastern Allies* (Minneapolis 1962), 11-14.
- 65 H. e C. Seton-Watson, *The Making of a New Europe: R.W. Seton-Watson and the last years of Austria-Hungary* (Londres 1981).
- 66 Peter A. Poole, *America in World Politics: Foreign Policy and Policymakers since 1898* (Nova Iorque 1975), 39.
- 67 Ibid., 46.
- 68 L.E. Gelfand, *The Inquiry: American Preparations for Peace, 1917-1919* (Yale 1963).
- 69 Nicolson, op.cit., 21-2.
- 70 Ibid., 31-3.
- 71 Holborn, op.cit., 502.
- 72 Sobre as negociações do armistício, ver Harold Temperley, *A History of the Peace Conference of Paris*, 4 v. (Londres 1920-4), I 448p.
- 73 Sobre "Commentary", ver C. Seymour (ed.), *The Intimate Papers of Colonel House*, 4 v. (Londres 1928), IV 159p.
- 74 Keith Middlemas (ed.), *Thomas Jones: Whitehall Diary, 1916-1925* (Oxford 1969), 70.
- 75 Nicolson, op.cit., 83-4.
- 76 Sobre esse episódio, ver o relato pessoal de Robert Lansing, *The Peace Negotiations: a Personal Narrative* (Boston 1921).
- 77 Nicolson, op.cit., 79-82.
- 78 Elcock, op.cit., 241.
- 79 Nicolson, op.cit., 270.
- 80 Elcock, op.cit., 270-89.
- 81 Foreign Relations of the United States: Paris Peace Conference 1919, 13 v. (Washington DC 1942-7), XI 600.
- 82 François Kersaudy, *Churchill and de Gaulle* (Londres 1981).
- 83 Elcock, op.cit., 320-1.

- 84 André Tardieu, *The Truth About the Treaty* (Londres 1921), 287.
- 85 Elcock, op.cit., 310.
- 86 Paris Peace Conference, XI 547-9.
- 87 Lansing, op.cit., 3.
- 88 Paris Peace Conference, XI 570-4.
- 89 Walter Lippmann, carta a R.B. Fosdick, 15 de agosto de 1919, in *Letters on the League of Nations* (Princeton 1966).
- 90 Howard Elcock, "J.M.Keynes at the Paris Peace Conference" in Milo Keynes (ed.), *Essays on John Maynard Keynes* (Cambridge 1975), 162p.
- 91 Collected Writings of J.M.Keynes, XVI *Activities 1914-1919* (Londres 1971), 313-34.
- 92 Ibid., 375 (o artigo vai de 334 a 383).
- 93 Ibid., 418-19.
- 94 R. Roy Harrod, *Life of John Maynard Keynes* (Londres 1951), 246.
- 95 Transcrições de Lloyd George Papers, Beaverbrook Library (F/7/2/27 and F/3/34) citado em Elcock, "Keynes at the Paris Peace Conference".
- 96 Ver, por exemplo, Arthur Walworth, *America's Moment 1918: American Diplomacy at the end of World War One* (Nova Iorque 1977).
- 97 Keynes, *Collected Writings*, XVI, 438.
- 98 Harrod, op.cit., 250.
- 99 Elcock, Keynes, 174; Harrod, op.cit., 253.
- 100 Paul Levy, "The Bloomsbury Group" in Milo Keynes, op.cit., 68.
- 101 Citações de ibid., 67, 69.
- 102 De Anthony Trollope, autor de 46 romances realistas que retratam o auge do período vitoriano da Inglaterra de 1860, e, com toques prosaicos e fiéis, o clima que envolvia a Igreja e o Parlamento da época. (N.R.)
- 103 Sobre Cecil, ver Kenneth Rose, *The Later Cecils* (Londres 1975), 127-84.
- 104 Hankey minute, 1916, Foreign Policy Committee 27/626/, FP(36)2; Crowe memo, 12 de outubro de 1916 Admiralty minute 23 de dezembro de 1918 CAB 27/626/, FP(36)2. Citado em Corelli Barnett, *The Collapse of British Power* (Londres 1972), 245.
- 105 G. Clemenceau, *Grandeur and Misery of a Victory* (Londres 1930); A. Tardieu, op.cit.
- 106 Henry Cabot Lodge, *The Senate and the League of Nations* (Nova Iorque 1925).
- 107 R.S. Baker and W.E. Dodds (ed.), *The Public Papers of Woodrow Wilson*, 6 v., (Nova Iorque 1925-7), VI 215.
- 108 Sobre os detalhes dos últimos dezoito meses de Wilson no gabinete, ver Gene Smith, *When the Cheering Stopped: the last years of Woodrow Wilson* (Nova Iorque 1964).
- 109 Ibid., 153.
- 110 Ibid., 107, 111-13, 126-8.
- 111 Dulles, op.cit., 273.
- 112 G. Smith, op.cit., 149; Robert Murray, *The Harding Era: Warren G. Harding and his Administration* (Universidade de Minnesota 1969), 91.
- 113 Sobre a importância do Artigo 19, ver Nicolson, op.cit., 73-5.
- 114 Ver Table of Wholesale Prices, *US Federal Reserve Bulletin* (1924).
- 115 Ver R.L. Schuettinger e E.F. Butler, *Forty Centuries of Wage and Price Controls* (Washington DC 1979).
- 116 *These Eventful Years*, v. I; este dá uma tabela completa do endividamento internacional, 410.
- 117 Crack: refere-se ao crack da Bolsa de Nova Iorque. (N.R.)
- 118 A.J.P. Taylor, *English History 1914-45* (Londres 1970 ed.), 74, 169.
- 119 Ver o ensaio Dulles, "Reparations" in *These Eventful Years*, v. I.
- 120 Karl Popper, *Conjectures and Refutations* (Londres 1972 ed.), 367-9.
- 121 Progroms: massacre organizado de judeus (política originária da Rússia). (N.R.)
- 122 Stern, op.cit., 119.
- 123 Martin Kaplan and Robert Webster, "The Epidemiology of Influenza", *Scientific American*, dezembro de 1977.
- 124 Lee Williams, *Anatomy of Four Race Riots 1919-1921* (Universidade do Mississippi 1972).
- 125 S.W. Horrall, "The Royal NW Mounted Police and Labour Unrest in Western Canada 1919", *Canadian Historical Review*, junho de 1980.
- 126 Jones, *Whitehall Diary*, I 132-6.
- 127 Anschluss: anexação da Áustria (e outros países) à Alemanha. (N.R.)
- 128 Sobre esse parágrafo e os seguintes, ver Roy Mellor, *Eastern Europe: a Geography of the Comecon Countries* (Londres 1975), 65p.
- 129 Citado por Norman Stone, *The Times Literary Supplement*, 2 de outubro de 1981, 1131.
- 130 Mellor, op.cit., 73.
- 131 H. e S. Seton-Watson (eds), *R. W. Seton-Watson and the Yugoslavs: Correspondence 1906-1941*, 2 v. (Londres 1979), II 97.
- 132 Mellor, op.cit., 75-7.
- 133 4 de janeiro de 1918. Stephen Roskill, *Hankey: Man of Secrets*, 3 v. (Londres 1970-4), I 479.

- 134 *Statistics of the Military Effort of the British Empire during the Great War* (Londres 1922), 756.
- 135 Ver S.F. Waley, *Edwin Montagu* (Londres 1964).
- 136 Barnett, op.cit., 144p.
- 137 Nicholas Mansergh, *The Commonwealth Experience* (Londres 1969), 256.
- 138 *Report on Indian Constitutional Reforms*, Cmnd 9109 (1918), 3; citado em Barnett, op.cit., 147.
- 139 Ibid, 120; citado em Barnett, 148.
- 140 Ver "History and Imagination", conferência de despedida de Hugh Trevor-Roper, Oxford University, 20 de maio de 1980, publicado por Hugh Lloyd-Jones et al. (eds), *History and Imagination* (Londres 1981).
- 141 S.W. Roskill, *Naval Policy Between the Wars*, 2 v. (Londres 1968), I 70.
- 142 John Gallagher, "Nationalism and the Crisis of Empire 1919-22", in Christopher Baker et al. (ed.), *Powers, Profit and Politics: essays on imperialism, nationalism and change in twentieth-century India* (Cambridge 1981).
- 143 C.E. Callwell, *FM Sir Henry Wilson*, 2 vols (Londres 1927) II 240-1.
- 144 Jones, *Whitehall Diary*, I 101.
- 145 Philip Woodruff, *The Men Who Ruled India*, 2 v. (Londres 1954), I 370.
- 146 *Guardian* (London), 21 de setembro de 1981.
- 147 Percival Griffiths, *To Guard My People: the History of the Indian Police* (Londres 1971), 243p; entrada Dyer no *Dictionary of National Biography*; Alfred Draper, *Amritsar: the Massacre that Ended the Raj* (Londres 1981), e a revisão disto em *Booknews*, setembro de 1981, pelo brigadeiro Sir John Smyth, que também foi o comandante das Forças de Segurança do Punjab, em abril de 1979.
- 148 Caverna da Índia, onde há famosas pinturas nas paredes e tetos. (N.R.)
- 149 Gilbert: op.cit., IV, cap. 23, 401-11.
- 150 Jawaharlal Nehru, *Autobiography* (Edição indiana 1962), 43-4; Nehru, *India and the World* (Londres 1936), 147.
- 151 Woodruff, op.cit., II 243.
- 152 Griffiths, op.cit., 247p.
- 153 Citado por J.P. Stern, *Nietzsche* (Londres 1978), 93. A passagem é retirada da 5ª parte de *The Joyous Science*, traduzida como *The Gay Science* (Nova Iorque 1974).

2 AS PRIMEIRAS UTOPIAS DESPÓTICAS

- 1 A respeito de uma discussão sobre a *Revolutionierungspolitik*, ver G. Katkof, *The February Revolution* (Londres 1967).
- 2 Há vários relatos de testemunhas sobre o retorno de Lênin à Rússia. Ver Edmund Wilson, *To the Finland Station* (Londres 1966 ed.), 468p.
- 3 Carr, op.cit., I 77 (e nota ao pé de página 2), 78; Wilson, op.cit., 477-8.
- 4 David Shub, *Lenin: A Biography* (Londres 1966), 13-16.
- 5 Ibid., 39.
- 6 J.M. Bochenski, "Marxism-Leninism and Religion" in B.R. Bociurkiw et al. (ed), *Religion and Atheism in the URSS and Eastern Europe* (Londres 1975).
- 7 V.I. Lenin, "Socialism and Religion", *Collected Works*, XII 142; todos os textos relevantes estão em *V.I. Lenin ob ateisme i tserkvi* (V.I. Lenin on Atheism and the Church) (Moscow 1969).
- 8 Krupskaya, *Memories of Lenin* (tr. Londres 1930), 35.
- 9 Maxim Gorky, *Days with Lenin* (tr. Londres 1932), 52.
- 10 Lenin, *Collected Works*, IV 390-1.
- 11 G.V. Plekhanov, *Collected Works*, XIII 7, 90-1.
- 12 *Iskra* Nº 70, 25 July 1904.
- 13 Isaac Deutscher, *The Prophet Armed: Trotsky 1879-1921* (Londres 1954), 91-6.
- 14 Shub, op.cit., 137.
- 15 Ibid., 153-4.
- 16 Ibid., 180.
- 17 Ibid., 88.
- 18 Lenin, "Materialism and Empiro-Criticism", *Collected Works*, XIV 326.
- 19 Nikolai Valentinov, *My Talks with Lenin* (Nova Iorque 1948), 325.
- 20 Lenin, *Collected Works*, XX 102, XXVI 71.
- 21 Trotsky, *O Lenine* (Moscou 1924), 148.
- 22 Jean Variot, *Propos de Georges Sorel* (Paris 1935), 55.
- 23 F. Engels, *The Class War in Germany*, 135.
- 24 Lenin, *Collected Works*, V 370p.
- 25 Lenin, *Collected Works*, IV 447, 466-9.
- 26 Vera Zasulich in *Iskra*, 25 July 1904.
- 27 Rosa Luxemburg, *Neue Zeit*, XXII (Viena 1903-4).
- 28 Rosa Luxemburg, *The Russian Revolution and Leninism and Marxism* (tr. Ann Arbor 1961), 82-95.
- 29 Ensaios de crítica do marxismo. (N.R.)
- 30 A. James Gregor, *Italian Fascism and Development Dictatorship* (Princeton 1979). O artigo de Olivetti foi publicado

- em *Página Livre*, 1º de julho de 1989.
- 31 Benito Mussolini, *Opera Omnia*, 36 vols (Florença 1951-63), II 32, 126.
 - 32 Ibid., I 92, 103, 185-9.
 - 33 Ibid., V 69.
 - 34 Braccianti: trabalhadores do campo. (N.R.)
 - 35 Ernst Nolte, *Three Faces of Fascism* (tr. London 1965), 155; ver também o ensaio de Nolte "Marx und Nietzsche im Sozialismus des jungen Mussolini", *Historische Zeitschrift*, CXCI 2.
 - 36 Nolte, *Three Faces of Fascism*, 154.
 - 37 Mussolini, *Opera Omnia*, V 346.
 - 38 A. James Gregor, *Young Mussolini and the Intellectual Origins of Fascism* (Berkeley 1979); Denis Mack Smith, *Mussolini* (Londres 1982), 10-12, 17, 23.
 - 39 Lenin, *Collected Works*, XVIII 44-6.
 - 40 Ibid., XIX 357.
 - 41 Stalin, *Collected Works*, VI 333-4.
 - 42 "April Theses" foi publicado in *Pravda*, 7 April 1917.
 - 43 Carr, op.cit., I 40-1.
 - 44 Ibid., 82.
 - 45 John L.H. Keep, *The Russian Revolution: a study in mass-mobilization* (Londres 1976), 9.
 - 46 Kulak: próspero fazendeiro russo de outrora. (N.R.)
 - 47 D.J. Male, *Russian Peasant Organization before Collectivization* (Cambridge 1971); T. Shanin, *The Awkward Class: Political Sociology of the Peasantry in a Developing Society: Russia 1910-1925* (Oxford 1972); Moshe Lewin, *Russian Peasants and Soviet Power* (tr. Londres 1968).
 - 48 Keep, op.cit., 172-85.
 - 49 Ibid., 207p., 216.
 - 50 M. Ferro, *La Révolution* (Paris 1967), 174, 183.
 - 51 Carr, op.cit., I 80.
 - 52 Ibid., 83-6.
 - 53 Ibid., 89.
 - 54 Perguntei a Kerenski numa entrevista da televisão BBC por que não tinha atirado em Lênin. Respondeu-me: "Não o considere importante".
 - 55 Lenin, *Collected Works*, XXI 142-8.
 - 56 Carr, op.cit., I 94-9.
 - 57 Stalin, *Collected Works*, VI 347.
 - 58 Kadet (ou K.D.): partido legal, monarquista, que surgiu na Rússia, sob o nome de Partido Constitucional Democrata. (N.R.)
 - 59 S.R.: sigla do Partido Socialista Revolucionário. (N.R.)
 - 60 John Reed, *Ten Days that Shook the World* (Penguin ed. 1966), 38-40, 61, 117.
 - 61 Ver decreto em Mervyn Matthews (ed.), *Soviet Government. A selection of official Documents on Internal Policies* (Londres 1974).
 - 62 Boris Pasternak, *Doctor Zhivago* (Londres 1961), 194.
 - 63 Citado em Victor Woroszynski, *The Life of Mayakovsky* (Londres 1972), 194.
 - 64 Nicholas Sukhanov, *The Russian Revolution* (Oxford 1955), 518.
 - 65 G. Vellay (ed.), *Discourses et Rapports de Robespierre* (Paris 1908), 332.
 - 66 Karl Marx-Friedrich Engels: Historisch-Kritische Gesamtausgabe, 1^{er} Teil, VII 423; ver Carr, op.cit., I 155.
 - 67 *Bericht über den Gründungsparteitag der Kommunistischen Partei Deutschlands (Spartakusbund)* (Berlim 1919), 52.
 - 68 Dados citados por Alexander Solzhenitsyn, discurso em Washington, 30 June 1975, *Alexander Solzhenitsyn Speaks to the West* (Londres 1978).
 - 69 Carr, op.cit., I 153, nota de pé de página 2.
 - 70 Lenin, *Collected Works*, IV 108.
 - 71 V. Adoratsky, *Vospominaniya o Lenine* (1939), 66-7; V. Bonch-Bruевич, *Na Boevykh Postakh Fevral'skoi i Oktyabr'skoi Revolyutsii* (1930), 195; ambos citados em Carr, op.cit., I 156-7 nota de pé de página 4.
 - 72 Trotsky, *Collected Works*, II 202.
 - 73 Ver Lenin, *Collected Works*, XXII 78.
 - 74 Carr, op.cit., I 158, nota de pé de página 3; *The History of the Civil War in the URSS*, II (tr. Londres 1947), 599-601; J. Bunyan and H.H. Fisher, *The Bolshevik Revolution 1917-1918* (Stanford 1934), 297-8.
 - 75 Carr, op.cit., I 157.
 - 76 George Leggett, *The Cheka: Lenin's Political Police* (Oxford 1981).
 - 77 Solzhenitsyn, op.cit.
 - 78 Carr, op.cit., I 158-9.
 - 79 Ibid., 159.
 - 80 Leggett, op.cit.
 - 81 Lenin, *Collected Works*, XXII 166-7, 243, 449, 493.
 - 82 *Pravda*, 23 February 1918; Bunyan and Fisher, op.cit., 576.
 - 83 Citado em Leggett, op.cit.
 - 84 Ibid.
 - 85 Douglas Brown, *Doomsday 1917: the Destruction of Russia's Ruling Class* (Londres 1975), 173-4.
 - 86 *Zemstvo*: Câmaras Municipais. (N.R.)
 - 87 A. Solzhenitsyn, *The Gulag Archipelago* (Londres 1974), 3 vols, I 28.
 - 88 Citado em Harrison Salisbury *Black Night, White Snow: Russia's Revolutions, 1905-1917* (Londres 1978), 565.
 - 89 Lenin, *Collected Works*, XXII 109-10.
 - 90 Ibid., XXII 131-4.

- 91 *Izvestiya*, 22 de dezembro de 1917.
- 92 *Izvestiya*: órgão de imprensa do Soviete Supremo. (N.R.)
- 93 Carr, op.cit., I 117-18.
- 94 Ibid., 119 nota de pé de página 2, 120.
- 95 Holborn, op.cit., 490.
- 96 Gilbert, op.cit., IV 220.
- 97 J.M. Thompson, *Russia, Bolshevism and the Versailles Peace* (Princeton 1966).
- 98 Gilbert, op.cit., IV 225.
- 99 Ibid., 227, 278, 235, 275, 362-4.
- 100 Ibid., 257-9.
- 101 Ibid., 244, 228, 305-6, 261.
- 102 Ibid., 316.
- 103 E.g., telegrama do general Sir H.C. Holman a Churchill em 8 de janeiro de 1920, editado por Gilbert, op.cit., IV 366-7.
- 104 Carr, op.cit., I 263p., 291-305, e nota B 410p.
- 105 Stalin, *Collected Works*, IV 31-2.
- 106 Leon Trotsky, *Stalin* (Nova Iorque 1946), 279.
- 107 Carr, op.cit., I 364.
- 108 Ibid., 380-409.
- 109 Ibid., 141.
- 110 Ibid., 143.
- 111 Bertrand Russell, *The Practice and Theory of Bolshevism* (Londres 1920), 26.
- 112 Sobre o caso do Kronstadt, ver Leonard Schapiro, *The Origin of the Communism Autocracy* (Londres 2ª ed., 1977), 301-14.
- 113 Lenin, *Collected Works*, XXVI 352.
- 114 Ibid., XXVI 208.
- 115 Carr, op.cit., 221-2.
- 116 Ibid., 205-8.
- 117 S. Liberman, *Building Lenin's Russia* (Chicago 1945), 13.
- 118 Lydia Bach, *Le Droit et les Institutions de la Russie Soviétique* (Paris 1923), 48.
- 119 Ver George L. Yaney, *The Systematization of Russian Government... 1711-1905* (Urbana, Illinois, 1973).
- 120 T.H. Rigby, *Lenin's Government: Sovnarkom, 1917-1922* (Cambridge 1979), 230-5.
- 121 Shapiro, op.cit., 343.
- 122 Carr, op.cit., I 190 nota de pé de página 3.
- 123 Lenin, *Collected Works*, XXVI 227.
- 124 CC: Comitê Central. (N.R.)
- 125 Citado em Shapiro, op.cit., 320.
- 126 Rigby, op.cit., 236-7.
- 127 Shapiro, op.cit., 322; Carr, op.cit., I 204-5.
- 128 Carr, op.cit., I 213.
- 129 Lenin, *The State and the Revolution* (1917).
- 130 Lenin, *Collected Works*, XXVII 239-40.
- 131 Ibid., XXVII 296.
- 132 Rigby, op.cit., 191-2.
- 133 Ronald Hingley, *Joseph Stalin: Man and Legend* (Londres 1974), 141.
- 134 Shapiro, op.cit., 320.
- 135 Hingley, op.cit., 44-5.
- 136 Lincoln Steffens, *Autobiography* (Nova Iorque 1931), 791-2; William Bullitt, *The Bullitt Mission to Russia* (Nova Iorque 1919).
- 137 Carr, op.cit., II 24.
- 138 Keep, op.cit., 261.
- 139 A. Moriset, *Chez Lénine et Trotski à Moscou* (Paris 1922), 240-2.
- 140 K. Marx, *Capital*, II cap. XVI; *Communism Manifesto; Critique of the Gotha Programme*.
- 141 Lenin, *Collected Works*, XXII 378.
- 142 Ibid., XXII 516-17. Mais tarde, Lénin abandonou essa referência a Pedro o Grande, único período em que se comparou aos czares.
- 143 Carr, op.cit., II 68.
- 144 Lenin, *Collected Works*, XXII 493.
- 145 Carr, op.cit., II 102-8.
- 146 Lenin, *Collected Works*, XX 417.
- 147 Carr, op.cit., II 109-10.
- 148 *Corvée*: trabalho imposto e pesado. (N.R.)
- 149 Ibid., 202 nota de pé de página 2.
- 150 Os decretos-lei são: *Sobranie Uzakonenii*, 1919, nº 12 artigo 124; nº 20 artigo 235; nº 12 artigo 130 etc.
- 151 Carr, op.cit., II 212-13; *Izvestia*, 2 April 1920; *Sobranie Uzakonenii* 1920, No. 35 artigo 169.
- 152 Carr, op.cit., II 215-16.
- 153 *Sobranie Uzakonenii*, 1918, artigo 11(e).
- 154 Lenin, *Collected Works*, XXII 356-7.
- 155 Ibid., XXVI 204.
- 156 Sobre NEP, ver Carr, op.cit., II 273-82.
- 157 Lenin, *Collected Works*, XXVII 35.
- 158 Lenin, *Collected Works*, XXV 389, 491; *Pravda*, 22 fevereiro 1921.
- 159 Holborn, op.cit., 512-13, 526-32; Sebastian Haffner, *Failure of a Revolution: Germany 1918-1919* (Londres 1973).
- 160 *Freikorps*: Unidade militar livre. (N.R.)
- 161 *Espartacistas*: Na Alemanha, membros de um grupo socialista radical extremo, fundado em 1918, denominado Liga de Spartakus. (N.R.)
- 162 A. MacCartney, *October 15: A History of Modern Hungary 1929-1945*, 2 v. (Edimburgo 1956).
- 163 David O. Roberts, *The Syndicalist Tradition and Italian Fascism* (Manchester 1979).
- 164 Mussolini, *Opera Omnia*, XIII 170.
- 165 Nolte, op.cit., 10.
- 166 Mussolini, *Opera Omnia*, III 206; V 67.
- 167 Luigi Barzini, *From Caesar to the Mafia: sketches of Italian life* (Londres 1971), 139.
- 168 Dado citado em Giordano Bruno Guerri,

Cialdazzo Ciano, uma vita 1901-1914
(Milan 1980).

- 169 G. d'Annunzio, "Il Trionfo della Morte", *Prose di Romani* (Milão 1954), 1958.
- 170 Mussolini, *Opera Omnia*, VI 82; VI 248.
- 171 Ibid., XIV 60.
- 172 Ver Walter L. Adamson, *Hegemony and Revolution: Antonio Gramsci's Political and Cultural Theory* (Universidade da Califórnia 1980).
- 173 Citado em Angelo Tasca, *Nascita e avvento del fascismo* (Florença 1929), 78.
- 174 Sobre a violência socialista, ver Giorgio Alberto Chiurco, *Storia della rivoluzione fascista*, 5 v. (Florença 1929-), II 78, 168.
- 175 Mussolini, *Opera Omnia*, XV 267.
- 176 Giorgio Rochat, *Italo Balbo: aviatore e ministro dell'aeronautica, 1926-1933* (Bolonha 1979).
- 177 Mussolini, *Opera Omnia*, XVI 31, XI 344, XVI 44, 276, 288, 241.
- 178 Tasca, op.cit., 276; Nolte, op.cit., 210-11.
- 179 Mussolini, *Opera Omnia*, XVIII 581.
- 180 The incident is described in Ivone Kirkpatrick, *Mussolini: Study of a Demagogue* (Londres 1964), 144.
- 181 Mussolini, *Opera Omnia*, XIX 196.
- 182 Gaetano Salvemini, *La Terreur Fasciste* (Paris 1930).
- 183 *Rubicão*: rio que separava a Itália da Gália Cisalpina, transposto pelas tropas de César, quando o imperador decidiu marchar sobre Roma; usado em sentido figurado na expressão *atravessar o Rubicão* (transpor o Rubicão): tomar uma decisão temerária e definitiva, enfrentando as consequências. (N.R.)
- 184 Mussolini, *Opera Omnia*, XX 379.
- 185 Ibid., XXII 109.
- 186 Ibid., XXIX 2.
- 187 Citado em Roberts, op.cit., 301.
- 188 13ª Sessão Plenária do Comitê Executivo da Internacional Comunista, dezembro de 1933; citado em Nolte, op.cit.
- 189 Ernst Mach: físico austríaco (1838-1916), que mostrou o papel da velocidade do som em aerodinâmica. (N.R.)
- 190 Arthur Koestler, "Whereof one cannot speak", *Kaleidoscope* (Londres 1981), 323p.
- 191 Sobre o problema da malária, ver Norman Douglas, *Old Calabria* (Londres 1915), cap. 34.
- 192 Sergio Romano, *Giuseppe Volpi: Industria e finanza tra Giolitti e Mussolini* (Milão 1979).

3 A ESPERA DE HITLER

- 1 Adolf Hitler, *Mein Kampf*, 202-4; Joachim Fest, *Hitler* (tr. Londres 1977), 117.
- 2 Holborn, op.cit., 487.
- 3 Ibid., 561.
- 4 Ibid., 602.
- 5 Traduzido por F. Fisher, *Germany's Aims in the First World War* (Londres 1967).
- 6 Sobre a controvérsia Fisher, ver Fritz Stern, *The Failure of Illiberalism* (Londres 1972); *International Affairs* (1968).
- 7 J. Tampke, "Bismarck's Social Legislation: a Genuine Break-through?" in W.J. Mommsen (ed.), *The Emergence of the Welfare State in Britain and Germany, 1850-1950* (Londres 1981), 71p.
- 8 Fritz Fisher, *The War of Illusions: German Policies from 1911 to 1914* (tr. Londres 1975).
- 9 Riezler's diary, 18 de abril de 1915. Citado em Stern, op.cit.
- 10 Ibid., 4 de outubro de 1915.
- 11 *Diktat*: imposição categórica, em política internacional. (N.R.)
- 12 Ibid., 1º de outubro de 1918.
- 13 Holborn, op.cit., 562-3.
- 14 Stern, op.cit., 118.
- 15 Gerhard Ritter, *Staatskunst und Kriegshandwerk* (2ª ed., Munique 1965), 2 v., II 129.
- 16 Holborn, op.cit., 514.
- 17 Ibid., 519-21.
- 18 George L. Mosse, *The Crisis of German Ideology* (Londres 1966); Fritz Stern, *The Politics of Cultural Despair* (Berkeley 1961).
- 19 Laqueur, op.cit., 27-30.
- 20 Martin Esslin, *Brecht: the Man and his Work* (Londres 1959); John Willett, *The Theatre of Bertolt Brecht* (Londres 1959).
- 21 H.F. Garten, *Modern German Drama* (Londres 1958).
- 22 Laqueur, op.cit., 36.
- 23 Frederick V. Grunfeld, *Prophets Without Honour: a Background to Freud, Kafka, Einstein and their World* (Nova Iorque 1979).
- 24 Laqueur, op.cit., 155.
- 25 Roger Manvell e Heinrich Fraenkel, *The German Cinema* (Londres 1971); Lotte Eisner, *The Haunted Screen* (Londres 1969).
- 26 Walter Gropius, *The New Architecture and the Bauhaus* (Londres 1965); Barbara Miller Lane, *Architecture and Politics in Germany, 1918-1945* (Nova Iorque 1970).
- 27 Arts Council, *Neue Sachlichkeit and German Realism of the Twenties* (Londres 1979).

- 28 Kurt Tucholsky, *Deutschland, Deutschland über alles* (Berlim 1931). Ver Harold Poor, *Kurt Tucholsky and the Ordeal of Germany 1914-1935* (Nova Iorque 1969).
- 29 Citado em Laqueur, op.cit., 81.
- 30 Ver Ruth Fisher, *Stalin and German Communism* (Londres 1948).
- 31 Ver Fritz Stern, *Gold and Iron* (Londres 1977).
- 32 Grunfeld, op.cit., 26-7; Laqueur, op.cit., 73.
- 33 F. Nietzsche, *Zur Genealogie der Moral* (1887).
- 34 *Die Tat*, abril de 1925.
- 35 Gerhard Loose, "The Peasant in Wilhelm Heinrich Riehl's Sociological and Novelistic Writings", *Germanic Review*, XV (1940).
- 36 Mosse, op.cit., 23.
- 37 Ibid., 171p., 112, 82.
- 38 Laqueur, op.cit., 87.
- 39 Sobre Lagarte e Lengbehn, ver Fritz Stern, *The Politics of Cultural Despair*.
- 40 Mosse, op.cit., 96-7.
- 41 Ibid., 143.
- 42 Citado em Laqueur, op.cit., 75.
- 43 Ibid., 76.
- 44 Fest, op.cit., 138.
- 45 H-P Ullmann, "German Industry and Bismarck's Social Security System", in Mommsen, op.cit., 133p.
- 46 Max Weber, "Politics as Vocation", printed as *Gesammelte Politische Schriften* (Munique 1921).
- 47 K. Hornung, *Der Jungdeutsche Orden* (Dusseldorf 1958).
- 48 S.A. (abrev. de Sturmabteilung, "seção de assalto"): formação paramilitar da Alemanha nacional-socialista, sob o comando de Ernst Röhm, o organizador dessa tropa de choque nazista. (N.R.)
- 49 Georg Franz-Willing, *Die Hitlerbewegung* 2 v. (Hamburgo 1926), I 82.
- 50 Junker: fidalgo alemão provinciano. (N.R.)
- 51 Holborn, op.cit., 585.
- 52 Ibid., 586.
- 53 Dados de E.J. Gumpel, *Vier Jahre politischer Mord* (Berlim 1922); citado em Grunfeld, op.cit., 211, nota de pé de página.
- 54 Fritz K. Ringer, *The Decline of the German Mandarins: the German Academic Community, 1890-1933* (Harvard 1969), 446; Laqueur, op.cit., 189.
- 55 Holborn, op.cit., 658.
- 56 Joseph Bendersky, "The Expendable Kronjurist: Carl Schmitt and National Socialism 1933-6", *Journal of Contemporary History*, 14 (1979), 309-28.
- 57 Sobre van den Bruck ver Fritz Stern, *The Politics of Cultural Despair*.
- 58 Michael Steinberg, *Sabres and Brownshirts: the German Students' Path to National Socialism 1918-1935* (Chicago 1977), 7.
- 59 Laqueur, op.cit., 186.
- 60 Istavan Meszaros, *Marx's Theory of Alienation* (Londres 1970), 29-30.
- 61 Robert S. Wistrich, *Revolutionary Jews from Marx to Trotsky* (Londres 1976).
- 62 Citado por Robert S. Wistrich, "Marxism and Jewish Nationalism: the Theoretical Roots of Contradiction", in *The Left Against Zion* (Londres 1981), 3.
- 63 Laqueur, op.cit., 103. O retrato de Hitler como um cavaleiro nobre, pintado por Hubert Lanzinger está reproduzido numa prancha em Joseph Wulf, *Die Gildenden Künste im Dritten Reich* (Gutersloh 1963).
- 64 Fest, op.cit., 76.
- 65 Ibid., 32.
- 66 August Kubizek, *Young Hitler: the story of our friendship* (tr. Londres 1954), 140p.
- 67 Wilfried Daim, *Der Mann, der Hitler, die Ideengab* (Munique 1958).
- 68 Hans Jürgen Syberberg, "Hitler, Artiste d'Etat et l'Avant-Garde Méphistophélique du XXe siècle" in *Les Réalismes 1919-1939* (Paris 1980), 378-403.
- 69 Adolf Hitler, *Monologe im Führerhauptquartier 1941-1944* (Hamburgo 1980), 54, 90, 331.
- 70 *Valhalla* (em alemão antigo, *Walhalla*): na mitologia escandinava, residência dos principais deuses escandinavos, guardada por guerreiros mortos heroicamente nos campos de batalha, onde eram recolhidos pelas Valquírias. (N.R.)
- 71 Hitler, *Mein Kampf*, 474p.
- 72 Fest, op.cit., 482.
- 73 William Carr, *Hitler: a Study in Personality and Politics* (Londres 1978), 2-3.
- 74 Fest, op.cit., 49.
- 75 H.P. Knickerbocker, *The German Crisis* (Nova Iorque 1932), 227.
- 76 Weigand von Miltenberg, *Adolf Hitler Wilhelm III* (Berlim 1931), II.
- 77 Max H. Kele, *The Nazis and the Workers* (Chapel Hill 1972), afirma que Hitler tinha uma poderosa classe trabalhadora apoiando-o; J. Noakes, *The Nazi Party in Lower Saxony 1921-1933* (Oxford 1971), e R. Heberle, *From Democracy to Nazism* (Baton Rouge 1970) sustenta exatamente o contrário.
- 78 W. Carr, op.cit., 6.
- 79 Holborn, op.cit., 596-8.
- 80 Fest, op.cit., 271-88.
- 81 *Lederhosen*: calças de couro. (N.R.)
- 82 Ernst Hanstaengl, *Zwischen weissem und brannen Haus* (Munique 1970), 114.

- 83 Werner Maser, *Hitler's Mein Kampf: an Analysis* (Londres 1970); ver também seu *Hitler: Legend, Myth and Reality* (Nova Iorque 1973).
- 84 Hitler, *Mein Kampf*, 654.
- 85 "Letters" de Lawrence foi publicado primeiramente em *New Statesman*, 13 de outubro de 1924; reimpressa em *Phoenix* (Londres 1936), 107-10.
- 86 *Autobahnen*: auto-estradas. (N.R.)
- 87 Hans Frank, *Im Angesicht des Galgens* (2ª ed., Neuhaus 1955), 47.
- 88 Otto Dietrich, *Zwölf Jahre mit Hitler* (Munique 1955), 180.

4 LEGITIMIDADE EM DECADÊNCIA

- 1 *Rentier*: capitalista. (N.R.)
- 2 *Enrichissez-vous!*: Enriquecei! (N.R.)
- 3 Pierre Miquel, *Poincaré* (Paris 1961).
- 4 Harold Nicolson, *Curzon: the Last Phase 1919-1925* (Londres 1934), 273-4.
- 5 Charles Petrie, *Life of Sir Austen Chamberlain*, 2 v. (Londres 1939), II 263.
- 6 Lord Murray of Elibank, *Reflections on Some Aspects of British Foreign Policy Between the World Wars* (Edimburgo 1946), 10.
- 7 Ver D'Abernon's *An Ambassador of Peace*, 3 v. (Londres 1929-30), I 14.
- 8 Barnett, op.cit., 323; Lord Vansittart, *The Mist Procession* (Londres 1958), 341.
- 9 L.B. Namier, *Facing East* (Londres 1947), 84.
- 10 Zeldin, op.cit., II 949-50.
- 11 *Département*: departamento, divisão administrativa da França. (N.R.)
- 12 J.M. Read, *Atrocity Propaganda 1914-19* (Yale 1941); Alfred Sauvy, *Histoire Economique de La France entre les deux guerres*, 4 v. (Paris 1967-75).
- 13 André Bisson: *L'Inflation française 1914-1952* (Paris 1953).
- 14 Zeldin, op.cit., 961, 971.
- 15 Ibid., 78-81.
- 16 Ibid., 623-5, 637-42.
- 17 Sauvy, op.cit.
- 18 Richard Kuisel, *Ernest Mercier, French Technocrat* (Universidade da Califórnia 1967); J.N. Jeanneney, *François de Wendel en République: l'Argent et le pouvoir 1914-1940* (Paris 1976).
- 19 *Centre National de la Recherche Scientifique* (C.N.R.S.): Centro Nacional de Pesquisa Científica. (N.R.)
- 20 Zeldin, op.cit., 324-9.
- 21 François Chatelet, *La Philosophie des professeurs* (Paris 1970).

- 22 G. Pascal, *Alain éducateur* (Paris 1969), B de Huszar (ed.), *The Intellectuals* (Glencoe, Illinois, 1960).
- 23 Zeldin, op.cit., 1032.
- 24 *Curé*: cura, pároco. (N.R.)
- 25 Jean Pélissier, *Grandeur et servitudes de l'enseignement libre* (Paris 1951).
- 26 *Emigré*: aquele que emigrou da França por oposição ou medo da Revolução de 1789. (N.R.)
- 27 Joseph de Maistre, *Les Soirées de Saint-Petersbourg*, 7ª conversação; *Du Pape* (819), Livro 3, cap. 2; *Les Soirées*, 2ª conversação. Citado em Nolte, op. cit., 34-5.
- 28 Ver Erich Maria Remarque, *Arch de Triomphe* (Nova Iorque 1946).
- 29 Zeldin, op.cit., 15-16.
- 30 Jacques Barzun, *Race: a Study in Modern Superstition* (Londres 1938), 227-41.
- 31 Estas eram as próprias alegações de Maurras em seu livro, póstumo, *Le Bienheureux Pie X, sauveur de la France* (Paris 1953), 52, 71.
- 32 Eugen Weber, *Action Française* (Stanford University, 1962), 189.
- 33 Anatole France, *L'Orme du Mail* (Paris s.d.), 219; citado em Nolte, op.cit., 267.
- 34 Citações de *Le nouveau Kiel et Tanger; Enquête sur la monarchie; Le Mauvais traité*.
- 35 Jacques Bainville, *Journal*, 2 v. (Paris 1948), II 172, 174.
- 36 Nolte, op.cit., 79.
- 37 Keith Middlemass and John Barnes, *Baldwin: a Biography* (Londres 1969), 356.
- 38 Barnett, op.cit., 332.
- 39 Committee of Imperial Defence, encontro de 13 de dezembro de 1928; Barnett, op.cit., 324.
- 40 "A Forecast of the World's Affairs", *These Eventful Years* (Nova Iorque 1924), II 14.
- 41 *France d'Outre-mer*: França de além-mar. (N.R.)
- 42 Christopher Andrew and A.S. Kanya-Forstner, *France Overseas: the Great War and the Climax of French Imperial Expansion* (Londres 1981), 208-9, 226-7.
- 43 J.L. Miller, "The Syrian Revolt of 1925", *International Journal of Middle East Studies*, VIII (1977).
- 44 *Quai-d'Orsay*: cais ao longo da margem sul do rio Sena, em Paris, onde se localiza o Ministério das Relações Exteriores. (N.R.)
- 45 Andrew and Forstner, op.cit., 248, 238.
- 46 Citado em W.P. Kirkman, *Unscrambling an Empire: a Critique of British Colonial Policy 1955-1966* (Londres 1966), 197.
- 47 A.P. Thornton, *Imperialism in the Twentieth Century* (Londres 1978), 136.

- 48 *Boche* (alérese de *Alboche*, alteração de *Allemoche* — gíria de "alemão" — a partir de um jogo de palavras com "cabeça de boche, cabeça de bois" (= cabeça de madeira; = cabeça dura; pouco inteligente): termo injurioso que designa "alemão". (N.R.)
- 49 Andrew and Forstner, op.cit., 245.
- 50 Robin Bidwell, *Marocco under Colonial Rule: French Administration of Tribal Areas 1912-1956* (Londres 1973); Alan Scham, *Lyautey in Morocco: Protectorate Administration 1912-1925* (Universidade da Califórnia 1970).
- 51 J.L. Hymans, *Léopold Sedar Senghor: an Intellectual Biography* (Edimburgo 1971).
- 52 *Indigénat*: regime administrativo especial francês, aplicado aos povos colonizados. (N.R.)
- 53 Andrew and Forstner, op.cit., 244-5.
- 54 Citado em H. Grimal, *Decolonization* (Londres 1978).
- 55 A. Savvant, *Grandeur et Servitudes Coloniales* (Paris 1931), 19.
- 56 Alistair Horne, *A Savage War of Peace: Algeria 1954-1962* (Londres 1977), 37.
- 57 Ronald Robinson and John Gallagher, "The Imperialism of Free Trade", *Economic History Review*, 2ª série, 6 (1953), 1-15.
- 58 Donald Winch, *Classical Political Economy and Colonies* (Harvard 1965).
- 59 Citado em Raymond Betts, *The False Dawn: European Imperialism in the Nineteenth Century* (Mineápolis 1976).
- 60 J.S. Mill, *Principles of Political Economy* (Londres 1848).
- 61 Bernard Porter, *Critics of Empire: British Radical Attitudes to Colonialism in Africa, 1895-1914* (Londres 1968), 168-79.
- 62 J.A. Hobson, *Imperialism* (Londres 1954 ed.), 94.
- 63 Richard Koebner, "The Concept of Economic Imperialism", *Economic History Review*, 2 (1949), 1-29.
- 64 J. Schumpeter, *Imperialism and Social Classes* (Nova Iorque 1951); citado em Fieldhouse, *Colonialism 1870-1945: An Introduction* (Londres 1981), 20.
- 65 A.S. Kanya-Forstner, *The Conquest of the Western Sudan* (Cambridge 1968).
- 66 Citado em Andrew and Forstner, op.cit., 11.
- 67 Ibid., 13.
- 68 Fieldhouse, op.cit.
- 69 D.K. Fieldhouse, *Unilever Overseas* (Londres 1978), cap.9.
- 70 H.S. Ferns, *Britain and Argentina in the Nineteenth Century* (Oxford 1960).
- 71 David S. Landes, "Some Thoughts on the Nature of Economic Imperialism", *Journal of Economic History*, 21 (1961), 496-512.
- 72 A.F. Cairncross, *Home and Foreign Investment 1870-1913* (Cambridge 1953), 88; S.G. Checkland, "The Mind of the City 1870-1914", *Oxford Economic Papers* (Oxford 1957).
- 73 Lord Lugard, *The Dual Mandate* (Londres 1926 ed.), 509.
- 74 C. Segre, *Fourth Shore: The Italian Colonization of Libya* (Chicago 1974).
- 75 Fieldhouse, *Colonialism*, 93-5. Sobre a Índia ver D.H. Buchanan, *The Development of Capitalist Enterprise in India, 1900-1939* (Londres 1966 ed.); A.K. Bagchi, *Private Investment in India 1900-1939* (Cambridge 1972).
- 76 I. Little et al., *Industry and Trade in Some Developing Countries* (Londres 1970).
- 77 Sobre esse debate, ver C. Furtado, *Development Accumulation and Underdevelopment* (Londres 1978); H. Myint, *Economic Theory and the Underdeveloped Countries* (Oxford 1971).
- 78 J.J. Poquim, *Les Relations économiques extérieures des pays d'Afrique noire de l'Union française 1925-1955* (Paris 1957), 102-4; impresso sob forma de tabela por Fieldhouse, *Colonialism*, 87.
- 79 V. Purcell, *The Chinese in South-East Asia* (Londres 1962 ed.); H. Tinker, *A New System of Slavery* (Londres 1974).
- 80 J.S. Furnivall, *Netherlands India: a study of plural economy* (Nova Iorque 1944), cap. 5.
- 81 Lord Hailey, *An African Survey* (Oxford 1975 ed.), 1362-75.
- 82 E.J. Berg in the *Quarterly Journal of Economics*, 75 (1961).
- 83 Betts, op.cit., 193 nota de pé de página 7.
- 84 *Dubars*: na Índia, audiência pública ou recepção matinal conduzida por um príncipe nativo ou por um governador britânico ou vice-rei. (N.R.)
- 85 *Bunker* (nome alemão): casamata construída pelos alemães na última guerra; fortaleza, abrigo subterrâneo abobadado e blindado, para instalar ou proteger materiais e pessoas. (N.R.)
- 86 B.R. Tomlinson, *The Political Economy of the Raj, 1914-1947* (Londres 1979).
- 87 Malcom Muggeridge, *Chronicles of Wasted Time* (Londres 1972), I 101.
- 88 Evelyn Waugh, *Remote People* (Londres 1931).
- 89 L.S. Amery, *My Political Life*, II 1914-1929 (Londres 1953), 336.
- 90 H. Montgomery Hyde, *Lord Reading* (Londres 1967), 317-27.

- 91 Jones, *Whitehall Diary*, I 274.
- 92 George Orwell, "Shooting an Elephant", *New Writting* 2 (1936).
- 93 Sobre um exame das baixas britânicas ver John Terraine, *The Smoke and the Fire: Myths and Anti-Myths of War 1861-1945* (Londres 1980), 35-47.
- 94 Paul Fussell, *The Great War and Modern Memory* (Oxford 1975).
- 95 Ver Brian Gardener (ed.), *Up the Line to Death: War Poets 1914-1918* (Londres 1976 ed.).
- 96 H.J. Massingham, *The English Countryman* (Londres 1942), 101.
- 97 C.F.G. Masterman, *England After the War* (Londres 1923), 31-2.
- 98 H. Williamson, *The Story of a Norfolk Farm* (Londres 1941), 76-7.
- 99 J.M. Keynes, *General Theory of Employment, Interest and Money* (Londres 1954 ed.); 333, 348-9;
- 100 Evelyn Waugh, *Brideshead Revisited* (Londres 1945), Book Two, cap.3.
- 101 Rostow, *World Economy*, Tabela III-42, 220.
- 102 Alan Wilkinson, *The Church of England and the First World War* (Londres 1979).
- 103 "Lansbury Lambs": "Cordeiros de Lansbury". (N.R.)
- 104 Sidney Dark (ed.), *Conrad Noel: an Autobiography* (Londres 1945), 110-20.
- 105 F.A. Iremonger, *William Temple* (Oxford 1948), 332-5.
- 106 Ibid., 340
- 107 Ibid., 438-9.
- 108 *King's College*: Colégio da Universidade de Cambridge. (N.R.)
- 109 Citado em Barnett, op.cit., 241.
- 110 Peter Allen, *The Cambridge Apostles: the early years* (Cambridge 1978), 135.
- 111 Michael Holroyd, *Lytton Strachey* (London, Penguin ed. 1971), 37-8, 57p.
- 112 G.E. Moore, *Principia Ethica* (Cambridge 1903), "The Ideal".
- 113 Strachey to Keynes, 8 de abril de 1906, citado em Holroyd, op.cit., 211-12.
- 114 De E.M. Forster, "What I Believe" (1939), impresso em *Two Cheers for Democracy* (Londres 1951).
- 115 Leon Edel, *Bloomisbury: a House of Lions* (Londres 1979).
- 116 P. Allen, op.cit., 71.
- 117 Jo Vallacott, *Bertrand Russell and the Pacifists in the First World War* (Brighton 1980).
- 118 Holroyd, op.cit., 629.
- 119 Carta a C.R.L. Fletcher, citado em Charles Carrington, *Rudyard Kipling* (Londres 1970 ed.), 553.
- 120 *Balliol*: Colégio da Universidade de Oxford, fundado antes de 1268. (N.R.)
- 121 *Jowett*: Benjamin Jowett (1817-1893), educador inglês e professor de grego. (N.R.)
- 122 Holroyd, op.cit., 200.
- 123 Noël Annan, "Georgian Squares and Charmed Circles", *The Times Literary Supplement*, 23 de novembro de 1979, 19-20.
- 124 *Raj*: soberania. (N.R.)
- 125 E.M. Forster, *Goldsworthy Lowes Dickinson* (Londres 1934).
- 126 Frank Swinnerton, *The Georgian Literary Scene* (Londres 1935), 291.
- 127 Holroyd, op.cit., 738, 571.
- 128 Kingsley Martin, *Father Figures* (Londres 1966), 120.
- 129 Ibid., 121.
- 130 Holroyd, op.cit., 200.
- 131 Citado em Paul Levy, *G.E. Moore and the Cambridge Apostles* (Londres 1979), 176.
- 132 Alan Wood, *Bertrand Russell: the Passionate Sceptic* (Londres 1957), 87-8.
- 133 Holroyd, op.cit., 164-5.
- 134 John Pearson, *Façades: Edith, Osbert and Sacheverell Sitwell* (Londres 1978), 124, 126.
- 135 Citado em Ronald Clark, *The Life of Bertrand Russell* (Londres 1975), 380.
- 136 Ibid., 395.
- 137 Lionel Trilling, *E.M. Forster: a Study* (Londres 1944), 27.
- 138 Clarke, op.cit., 386-7.
- 139 Barnett, op.cit., 174.
- 140 John Darwin, "Imperialism in Decline? Tendencies in British Imperial Policy between the Wars", *Cambridge Historical Journal*, XXIII (1980), 657-79.
- 141 Barnett, op.cit., 252.
- 142 R.W. Curry, *Woodrow Wilson and Far Eastern Policy 1913-1921* (Nova Iorque 1957).
- 143 H.C. Allen, *The Anglo-American Relationship since 1783* (Londres 1959).
- 144 Microfilme, AR/195/76 US Navy Operational Archives, Historical Section, Washington Navy Yard, Washington DC.
- 145 Barnett, op.cit., 252-65.
- 146 Vincent Massey, *What's Past is Prologue* (Londres 1963), 242.
- 147 H.C. Allen, op.cit., 737.
- 148 Gilbert, *Churchill*, V 69-70.
- 149 Barnett, op.cit., 217-18.
- 150 Gilbert, *Churchill*, V, (Companion Volume) Parte I, 303-7.

5 UMA TEODRACIA INFERNAL, UM CAOS CELESTIAL.

- 1 L. Mosley, *Hirohito: Emperor of Japan* (Londres 1966), 2, 21, 23 nota de pé de página.
- 2 David James, *The Rise and Fall of the Japanese Empire* (Londres 1951), 175.
- 3 See Kurt Singer, *Mirror, Sword and Jewel: a study of Japanese characteristics* (Londres 1973), 98-100.
- 4 Fosco Maraini, *Japan: Patterns of Continuity* (Palo Alto 1971), 191.
- 5 Chie Nakane, *Japanese Society* (Londres 1970), 149.
- 6 George Macklin Wilson, "Time and History in Japan", em edição especial, "Across Cultures: Meiji Japan and the Western World", *American Historical Review*, junho de 1980, 557-72.
- 7 Singer, op.cit., 147; Tetsuro Watsuji, *A Climate: a Philosophical Study* (Tokyo 1961).
- 8 W.G. Beasley, *The Modern History of Japan* (Londres 1963 ed.), 212-17.
- 9 Robert E. Ward and Dankwart A. Rustow (eds), *Political Modernization in Japan and Turkey* (Princeton 1964).
- 10 Singer, op.cit., 57-8, 71p.
- 11 I. Nitobe, *Bushido* (Londres 1907); ver também Sir George Sanson, *Japan: a short cultural history* (Nova Iorque 1943), 495.
- 12 B. Hall Chamberlain, *Things Japanese* (Londres 1927), 564.
- 13 CHECA: Na U.R.S.S., comissão especial encarregada de coibir atividades contra-revolucionárias. (N.R.)
- 14 In William Stead (ed.), *Japan by the Japanese* (Londres 1904), 266, 279.
- 15 Ito Hirobumi, "Some Reminiscences" in S. Okuma (ed.), *Fifty Years of New Japan*, 2 vols (Londres 1910), I 127.
- 16 Chie Nakane, *Kinship and Economic Organization in Rural Japan* (Londres 1967); and his *Japanese Society* (Londres 1970).
- 17 Ozaki Yukio, *The Voice of Japanese Democracy* (Yokohama 1918), 90f.
- 18 Beasley, op.cit., 226-7.
- 19 A.M. Young, *Japan under Taisho Tenno* (Londres 1928), 280.
- 20 Beasley, op.cit., 237-9.
- 21 James, op.cit., 162.
- 22 Hugh Byas, *Government by Assassination* (Londres 1943), 173-92.
- 23 Ibid., 173-92.
- 24 Citado em Harold S. Quigley and John E. Turner: *The Japan: Government and Politics* (Minneapolis 1956), 35.
- 25 James, op.cit., Appendix VIII, 376.
- 26 Ibid., 163-4
- 27 Richard Storry, *The Double Patriots* (Londres 1957), 52.
- 28 A.M. Young, *Imperial Japan 1926-1928* (Londres 1938), 179-80.
- 29 Byas, op.cit., 17-31, 41-2.
- 30 Sobre exemplos, ver Young, *Japan under Taisho Tenno*.
- 31 Joyce Lebra, *Japan's Greater East-Asia Co-Prosperity Sphere in World War Two* (Londres 1975).
- 32 M.D. Kennedy, *The Estrangement of Great Britain and Japan 1917-1935* (Manchester 1969).
- 33 *Buschels*: medida de capacidade para cereais, frutas, líquidos etc. (Ing, 36,367 litros, EUA 35,238 litros) (N.R.)
- 34 James, op.cit., 16; Beasley, op.cit., 218.
- 35 Citado em W.T. de Bary (ed.), *Sources of the Japanese Tradition* (Nova Iorque 1958), 796-7.
- 36 Ibid., 134.
- 37 Ibid., 138.
- 38 Singer, op.cit., 39-40.
- 39 Charles Drage, *Two-Gun Cohen* (Londres 1954), 131.
- 40 Stuart Schram, *Mao Tse-tung* (Londres 1966), 25, 36.
- 41 *Hutuktu de Urga* (hutuktu = príncipe; Urga = antiga capital da Mongólia): em 1912, após a queda da dinastia mandchu, os príncipes mongóis declararam a independência da Mongólia Exterior; o tratado negociado com os governantes mongóis de Urga (atualmente Ulan Bator) reconheceu a autoridade mas não a independência total da Mongólia Exterior, que se transformou num protetorado russo, *de fato*. (N.R.)
- 42 Joseph Levenson, *Confucian China and its Modern Fate* (Londres 1958).
- 43 Drage, op.cit., 130-1.
- 44 Hallett Abend, *Tortured China* (Londres 1931), 14-15.
- 45 Schram, op.cit., 74.
- 46 Drage, op.cit., 154-5.
- 47 Schram, op.cit., 79.
- 48 Ibid., 83 nota de pé de página.
- 49 Ibid., 93.
- 50 Abend, op.cit., 39.
- 51 Conrad Brandt, *Stalin's Failure in China 1924-1927* (Harvard 1958), 178.
- 52 G.P.U. (O.G.P.U.): polícia política soviética criada por Stálin, a qual atuou de 1924 a 1932. (N.R.)
- 53 Drage, op.cit., 167p.; John Tolland, *The Rising Sun: the decline and fall of the Japanese Empire, 1936-1945* (Londres 1971), 38, nota de pé de página.

- 54 Abend, op.cit., 49-50, 61, 251
- 55 Hsiao Hsu-tung, *Mao Tse-tung and I were Beggars* (Siracusa 1959).
- 56 Benjamin Schwartz, *In Search of Wealth and Power: Yen Fu and the West* (Harvard 1964).
- 57 Chow Tse-tung, *The May Fourth Movement: Intellectual Revolution in Modern China* (Harvard 1960).
- 58 *Far Eastern Review*, dezembro de 1923.
- 59 Reminiscências do professor Pai Yu, citado em Schram, op.cit., 73.
- 60 Sun Yat-sen, conferência de 3 de fevereiro de 1924, citada por John Gittings, *The World and China 1922-1975* (Londres 1974), 43; Stalin, *Collected Works*, IX 225.
- 61 Gittings, op.cit., 39-40.
- 62 Cf. o poema de Mao "Snow", escrito em fevereiro de 1936; Schram, op.cit., 107-8.
- 63 Stuart Schram, *The Political Thought of Mao Tse-tung* (Londres 1964), 94-5.
- 64 Chalmers A. Johnson, *Peasant Nationalism and Communist Power: the Emergence of Revolutionary China 1937-1945* (Stanford 1962).
- 65 Schram, *Mao Tse-tung*, 127.
- 66 Ibid., 153.
- 67 Abend, op.cit., 147-8.
- 68 Ibid., 80, 67.
- 69 Li: na China, medida de distância equivalente a cerca de 576 metros. (N.R.)
- 70 Ibid., 75, 82.
- 71 James, op.cit., 139.
- 72 John Tolland, op.cit., nota de pé de página 7.
- 73 Citado por Dulles, op.cit., 281.

6 A ÚLTIMA ARCÁDIA

- 1 O número 106 (que inclui muitos subgrupos) é empregado in Stephan Thernstrom and Ann Orlov, *Harvard Encyclopedia of Ethnic Groups* (Nova Iorque 1980).
- 2 Madison Grant, *The Passing of the Great Race* (Nova Iorque 1916), 3-36.
- 3 "The Klan's Fight for Americans", *North American Review*, março de 1926.
- 4 William C. Widenor, *Henry Cabot Lodge and the Search for an American Foreign Policy* (Universidade da Califórnia 1980); Robert Murray, *The Harding Era* (Universidade de Minesota 1969), 64.
- 5 John Morton Blum, *The Progressive Presidents: Roosevelt, Wilson, Roosevelt, Johnson* (Nova Iorque 1980), 97.
- 6 Dulles, op.cit., 295.
- 7 A. Michell Palmer, "The Case Against the

- Reds', *Forum*, fevereiro de 1920.
- 8 Citado em Arthur E. Kirch, *Ideologies and Utopias and the Impact of the New Deal on American Thought* (Chicago 1969), 13-14.
- 9 *Baltimore Evening Sun*, 27 de setembro de 1920.
- 10 *Know-Nothingism*, referente a *American party* ou *Know-Nothing party*: partido político, cujo objetivo era manter o controle do governo nas mãos de americanos natos, e cuja proeminência se estendeu de 1853 a 1856. (N.R.)
- 11 Horace Kellen, *Culture and Democracy in the United States* (Nova Iorque 1924).
- 12 V.W. Brooks, "Towards a National Culture" e "The Culture of Industrialism", *Seven Arts*, abril de 1917.
- 13 V.W. Brooks, "Trans-National America", *Atlantic Monthly*, 1916.
- 14 Van Wyck Brooks, *An Autobiography* (Nova Iorque 1965), 253-6.
- 15 James Hoopes, *Van Wyck Brooks in Search of American Culture* (Amherst 1977), 130.
- 16 William Jennings Bryan (and Mary Baird Bryan), *Memoirs* (Filadélfia 1925), 448.
- 17 Ibid., 479-84.
- 18 *New Republic*, 10 de maio de 1922.
- 19 Robert Sklar (ed.), *The Plastic Age 1917-1930* (Nova Iorque 1970), 14.
- 20 Albert E. Sawyer, "The Enforcement of National Prohibition", *Annals*, setembro de 1932.
- 21 Alan Block, *East Side, West Side: Organized Crime in New York 1930-1950* (Cardiff 1980).
- 22 *The Illinois Crime Survey* (Chicago 1929), 909-19.
- 23 Lloyd Wendt and Herman Cogan, *Big Bill of Chicago* (Indianapolis 1953), 271p.
- 24 Charles Fecher, *Mencken: a Study of his Thought* (Nova Iorque 1978), 159.
- 25 *Sidney Bulletin*, 20 de julho de 1922; sobre a não-eficácia, ver Charles Merz, *The Dry Decade* (Nova Iorque 1931), 88, 107, 123-4, 144, 154.
- 26 T.K. Derry, *A History of Modern Norway 1814-1972* (Oxford 1973), 301-4.
- 27 *The Prohibition Amendment: Hearings before the Committee of the Judiciary, 75 th Congress, Second Session* (Washington DC 1930), parte I, 12-31.
- 28 Mark H. Haller, "The Changing Structure of American Gambling in the Twentieth Century", *Journal of Social Issues*, XXXV, (1979), 87-114.
- 29 Por exemplo, Annelise Graebner Anderson, *The Business of Organized Crime: a Cosa Nostra Family* (Stanford 1979).

- 30 Citado em Seymour Martin Lipset, "Marx, Engels and America's Political Parties", *Wilson Review*, Inverno de 1979.
- 31 David Shannon, *The Socialist Party of America: a History* (New York 1955).
- 32 Theodore Draper, *The Roots of American Communism* (Nova Iorque 1957).
- 33 John Hicks, *The Republican Ascendancy 1921-1933* (Nova Iorque 1960).
- 34 Robert Murray, *The Harding Era* (Universidade de Minesota 1969), 67.
- 35 Dulles, op.cit., 302.
- 36 Murray, op.cit., 70.
- 37 Ibid., 420.
- 38 Andrew Turnbull (ed.), *Letters of F. Scott Fitzgerald* (Nova Iorque 1963), 326.
- 39 Murray, op.cit., 112.
- 40 Citado em Murray N. Rothbard, *America's Great Depression* (Los Angeles 1972), 167.
- 41 Murray, op.cit., 178-9.
- 42 *New York Times*, 14 de outubro de 1922; ver Fritz Marx, "The Bureau of the Budget: its Evolution and Present Role", *American Political Science Review*, agosto de 1945.
- 43 Murray, op.cit., 168-9.
- 44 Ibid., 117-19.
- 45 Ibid., 108.
- 46 *Investigation of Veterans Bureau: Hearings before Select Committee, US Senate* (Washington DC 1923).
- 47 Burl Noggle, "The Origins of the Teapot Dome Investigation", *Mississippi Valley Historical Review*, setembro 1957; M.R. Werner and John Starr, *Teapot Dome* (Nova Iorque 1959), 194-277; Murray, op.cit., 473.
- 48 Murray, op.cit., 486-7.
- 49 Alice Roosevelt Longworth, *Crowded Hours* (Nova Iorque 1933), 324-5.
- 50 Arthur M. Schlesinger, "Our Presidents: A Rating by Seventy-five Historians", *New York Times Magazine*, 29 de julho de 1962; sobre uma completa análise da historiografia de Harding, ver Murray, op.cit., 487-528.
- 51 William Allen White, *A Puritan in Babylon* (Nova Iorque 1938), 247.
- 52 Donald McCoy, *Calvin Coolidge: the Quiet President* (Nova Iorque 1967), 33, 158p., 139-41.
- 53 Ishbel Ross, *Grace Coolidge and her Era* (Nova Iorque 1962), 65.
- 54 Mark de Wolf Howe (ed.), *The Holmes-Laski Letters 1916-1935*, 2 v. (Harvard 1953), I 673.
- 55 Citado em Sklar, op.cit., 297.
- 56 *Keep cool with Coolidge* ("Fique frio com Coolidge"): um jogo de palavras com cool e Coolidge. (N.R.)
- 57 McCoy, op.cit., 256-63.
- 58 *Stasis* (grego, "parada"): estado de equilíbrio ou inatividade causado pela oposição de forças iguais; em sentido figurado, paralisia, êxtase. (N.R.)
- 59 Gamaliel Bradford, *The Quick and the Dead* (Boston 1931), 241.
- 60 *Silent Cal*: Cal silencioso. (N.R.)
- 61 McCoy, op.cit., 99, 58, 208ff., 255.
- 62 Calvin Coolidge, *Autobiography* (Nova Iorque 1929).
- 63 Howard Quint and Robert Ferrell (ed.), *The Talkative President: Off-the-Record Press Conferences of Calvin Coolidge* (Amhurst 1964), prefácio.
- 64 McCoy, op.cit., 384, 395.
- 65 Ibid., 53-5.
- 66 Calvin Coolidge: "Government and Business" in *Foundations of the Republic: Speeches and Addresses* (Nova Iorque 1926), 317-32.
- 67 F. Scott Fitzgerald, *The Crack-up*, ed. por Edmund Wilson (Nova Iorque 1945).
- 68 Carta para Maxwell Geismar, 10 June 1942, in Elena Wilson (ed.), *Edmund Wilson: Letters on Literature and Politics 1912-1972* (Nova Iorque 1977), 385.
- 69 James Truslow Adams, *The Epic of America* (Boston 1931), 400.
- 70 Michael Rostovtzeff, *A Social and Economic History of the Roman Empire* (Yale 1926), 487.
- 71 Stuart Chase, *Prosperity: Fact or Myth?* (Nova Iorque 1947).
- 72 George Soule, *Prosperity Decade from War to Depression 1917-1929* (Nova Iorque 1947).
- 73 Citado em Sklar, op.cit.
- 74 Rostow, *World Economy 209 and Table III-38*; Harold Underwood Faulkner, *American Economic History* (Nova Iorque 7ª ed. 1954), 622.
- 75 Faulkner, op.cit., 624.
- 76 Ibid., 607-8.
- 77 *Main Street*: romance de Sinclair Lewis, publicado em 1920.
- 78 Sinclair Lewis, "Main Street's Been Paved!" *Nation*, 10 de setembro de 1924.
- 79 Herbert Blumer, *Movies and Conduct* (Nova Iorque 1933), 243-7, 220-3.
- 80 Sophia Breckenridge, "The Activities of Women Outside the Home" in *Recent Social Trends in the US* (Nova Iorque 1930), 709-50.
- 81 Samuel Schmalhausen and V.F. Calverton (eds), *Woman's Coming of Age: a Symposium* (Nova Iorque 1931), 536-49.
- 82 R.S. and H.R. Lynd, *Middletown: a Study*

- in *Modern American Culture* (Nova Iorque 1929), 251-63.
- 83 R.W. Dunn, *The Americanization of Labour* (Nova Iorque 1927), 153, 193-4.
 - 84 Kenneth M. Goode and Harford Powel, *What About Advertising?* (Nova Iorque 1927).
 - 85 Warren Suzman (ed.), *Culture and Commitment 1929-1945* (Nova Iorque 1973).
 - 86 Ver Leon Edel, *The Life Of Henry James* (Londres 1977 ed.), I cap.84: "A Storm in the Provinces".
 - 87 Nathaniel Hawthorne, Prefácio de *A Marble Faun* (Boston 1860).
 - 88 Lionel Trilling, "Manners, Morals and the Novel", citado em *The Liberal Imagination* (1950).
 - 89 E.g. "Best Sort of Mother", escrito para o burlesco de J.M. Barrie, *Rosy Rapture*; ver Gerald Boardman, *Jerome Kern: his Life and Music* (Oxford 1980).
 - 90 Ver a introdução de Edward Jablonski a *Lady, Be Good!* in Smithsonian Archival Reproduction Series, in Smithsonian Collection R008 (Washington DC 1977).
 - 91 Citado em McCoy, op.cit., 392.
 - 92 Charles and Mary Beard, *The Rise of American Civilization*, 2 v. (Nova Iorque 1927), II 800.
 - 93 Walter Lippmann, *Men of Destiny* (Nova Iorque 1927), 23p.
 - 94 Lincoln Steffens, *Individualism Old and New* (Nova Iorque 1930), 35p.
- ## 7 DEGRINGOLADA
- 1 Norman Mursll, *Come Dawn, Come Dusk* (Londres 1981).
 - 2 Gilbert, op.cit., V, parte 2, 86-7.
 - 3 J.K. Galbraith, *The Great Crash 1929* (Boston 3ª ed. 1972), 83.
 - 4 Ibid., 104-16.
 - 5 William Williams, "The Legend of Isolationism in the 1920s", *Science and Society* (Inverno de 1954).
 - 6 William Williams, *The Tragedy of American Diplomacy* (Nova Iorque 1962); Carl Parrini, *The Heir to Empire: US Economic Diplomacy 1916-1923* (Pittsburg 1969).
 - 7 Ver a carta de Jude Wanninski in *Wall Street Journal*, 16 de junho de 1980.
 - 8 Rothbard, op.cit., 86.
 - 9 Federal Reserve Bank, *Annual Report 1923* (Washington DC 1924), 10.
 - 10 Seymour E. Harriss, *Twenty Years of Federal Reserve Policy* (Harvard 1933), 91.
 - 11 Rothbard, op.cit., 128-30.
 - 12 Harris Gaylord Warren, *Herbert Hoover and the Great Depression* (Oxford 1959), 27.
 - 13 *Congressional investigation of Stock Exchange Practices: Hearings 1933*, 209p.; *Report 1934*, 220-1. Galbraith, op.cit., 186-7.
 - 14 Rothbard, op.cit., 158p.
 - 15 Sobre Strong, ver Lester V. Chandler, *Benjamin Strong Central Banker* (Washington DC 1958).
 - 16 Rothbard, op.cit., 133.
 - 17 Melchior Palyi, "The Meaning of the Gold Standard", *Journal of Business*, julho de 1941.
 - 18 Rothbard, op.cit., 139.
 - 19 Citado em Lionel Robbins, *The Great Depression* (Nova Iorque 1934), 53. Lord Robbins repudiou esse livro em sua *Autobiography of an Economist* (Londres 1971), 154, 5, escrito antes da grande recessão dos anos 70 por ter provocado a derrubada do keynesianismo.
 - 20 Citado em Chandler, op.cit., 379-80.
 - 21 Rostow, *World Economy*, Tabela II-7, 68.
 - 22 Rothbard, op.cit., 157-8;
R. Hawtrey, *The Art of Central Banking* (Londres 1932), 300.
 - 23 Galbraith, op.cit., 180.
 - 24 Dulles, op.cit., 290.
 - 25 Schmalhausen and Calverton, op.cit., 536-49.
 - 26 Selma Goldsmich et al: "Size Distribution of Income Since the Mid-Thirties", *Review of Economics and Statistics*, fevereiro 1954; Galbraith, op.cit., 181.
 - 27 Walter Bagehot, *Lombard Street* (Londres 1922 ed.), 151.
 - 28 Sobre coleção de depoimentos de "experts", ver Edward Angly, *Oh Yeah?* (Nova Iorque 1931).
 - 29 Galbraith, op.cit., 57ff.
 - 30 *Securities and Exchange Commission in the Matter of Richard Whitney, Edwin D. Morgan etc* (Washington DC 1938).
 - 31 Bagehot, op.cit., 150.
 - 32 Galbraith, op.cit., 140.
 - 33 Ibid., 147.
 - 34 As principais obras são: E.K. Lindley, *The Roosevelt Revolution. First phase* (Nova Iorque 1933); Raymond Moley, *After Seven Years* (Nova Iorque 1939); Dixon Wecter, *The Age of the Great Depression* (Nova Iorque 1948); Richard Hofstadter, *The American Political Tradition* (Nova Iorque 1948); Robert Sherwood, *Roosevelt and Hopkins* (Nova Iorque 1950); Rexford Tugwell, *The Democratic Roosevelt* (Nova Iorque 1957); e, não menos importantes,

- os numerosos trabalhos de J. K. Galbraith e de Arthur M. Schlesinger, especialmente o último, *The Crisis of Old Order* 1919-1933 (Boston 1957).
- 35 Ver John P. Diggins, *The Bard of Savagery: Thorstein Veblen and Modern Social Theory* (Londres 1979).
- 36 Sobre o início de vida de Hoover, ver David Burner, *Herbert Hoover: a Public Life* (Nova Iorque 1979).
- 37 Citado em William Manchester, *The Glory and the Dream, a Narrative History of America 1932-1972* (Nova Iorque 1974), 24.
- 38 Murray Rothbard: "Food Diplomacy" in Lawrence Gelfand (ed.), *Herbert Hoover: the Great War and its Aftermath, 1914-1923* (Universidade de Iowa 1980).
- 39 J.M. Keynes, *Economic Consequences of the Peace* (London 1919), 257, nota de pé de página.
- 40 A carta era para Hugh Gibson, e Hoover guardou-a nos seus arquivos; está agora em *Hoover Papers*.
- 41 Herbert Hoover, *Memories*, 3 v. (Stanford 1951-2), II 42-4.
- 42 Ibid., II 41-2.
- 43 Martin Fasault and George Mazuzan (eds), *The Hoover Presidency: a Reappraisal* (Nova Iorque 1974), 8; Murray Benedict, *Farm Policies of the United States* (Nova Iorque 1953).
- 44 Murray, *The Harding Era*, 195.
- 45 Ellis Hawley: "Herbert Hoover and American Corporatism 1929-33" in Fasault and Mazuzan, op.cit.
- 46 Eugene Lyons, *Herbert Hoover, a Biography* (Nova Iorque 1964), 294.
- 47 Joan Hoff Wilson, *American Business and Foreign Policy 1920-1933* (Lexington 1971), 220; Donald R. McCoy's "To the White House" in Fasault and Mazuzan, op.cit., 55; sobre o anti-semitismo de Wilson, David Cronon (ed.), *The Cabinet Diaries of Josephus Daniels 1913-1921* (Lincoln, Nebraska 1963), 131, 267, 497; sobre FDR, Walter Trohan, *Political Animals* (Nova Iorque 1975), 99.
- 48 Citado em Galbraith, op.cit., 143.
- 49 Hoover to J.C. Penney, citado por Donald McCoy in Fasault and Mazuzan, op.cit., 52-3.
- 50 Hoover para o General Peyton Marsh, in *War Food Administration*; citado por Arthur Schlesinger, *The Crisis of the Old Order*, 80.
- 51 Rothbard, *The Great Depression*, 187.
- 52 Hoover, op.cit., II 108.
- 53 Ibid., III 295.
- 54 *American Federation*, January, March 1930.
- 55 Harrod, op.cit., 437-48.
- 56 Galbraith, op.cit., 142.
- 57 Rothbard, op.cit., 233-4.
- 58 Discurso de Hoover, na Convenção do Partido Republicano, de aceitação de sua candidatura, 11 de agosto de 1932; discurso em Des Moines, 4 de outubro de 1932.
- 59 Rothbard, op.cit., 268.
- 60 Ibid., 291.
- 61 Rostow, *World Economy*, Table III-42, 220.
- 62 *Fortune*, setembro de 1932.
- 63 Manchester, op.cit., 40-1.
- 64 C.J. Enzler, *Some Social Aspects of the Depression* (Washington DC 1939), capítulo 5.
- 65 Ekirch, op.cit., 28-9.
- 66 Don Congdon (ed.), *The Thirties: a Time to Remember* (Nova Iorque 1962), 24.
- 67 James Thurber, *Fortune*, January 1932; Rothbard, op.cit., 290.
- 68 Thomas Wolfe, *You Can't Go Home Again* (Nova Iorque 1934), 414.
- 69 Edmund Wilson: "The Literary Consequences of the Crash", *The Shores of Light* (Nova Iorque 1952), 498.
- 70 *Harper's*, December 1931.
- 71 Charles Abba, *Business Week*, 24 de junho 1931.
- 72 Fausold and Mazuzan, op.cit., 10.
- 73 Citado em Albert Romasco, "The End of the Old Order or the Beginning of the New's, in Fausold and Mazuzan, op.cit., 80.
- 74 Ibid., 91, 92.
- 75 H.G. Wells, *An Experiment in Autobiography* (Londres 1934).
- 76 Roger Daniels, *The Bonus March: an Episode in the Great Depression* (Westport 1971), esp. cap. 10, "The Bonus March as Myth".
- 77 Theodore Joslin, *Hoover Off the Record* (Nova Iorque 1934); Donald J. Lision, *The President and Protest: Hoover, Conspiracy and the Bonus Riot* (Universidade de Missouri 1974), 254p.
- 78 "Wei" Roosevelt: nos EUA designava-se por "wei" quem fizesse oposição à Lei Seca ou quem não a aceitasse. (N.R.)
- 79 Groton: Na Grã-Bretanha, escola fundada em 1440 por Henrique VI, que se tornou o mais célebre estabelecimento de ensino secundário, frequentado, tal como a escola Eton americana alguns séculos depois, por estudantes oriundos das mais elevadas (e aristocráticas) classes sociais. (N.R.)
- 80 James MacGregor Burns, *Roosevelt: the Lion and the Fox* (Nova Iorque 1956), 20.
- 81 Citado em Ekirch, op.cit.
- 82 Ekirch, op.cit., 87-90.

- 83 Carta a Christian Gaus, 24 de abril de 1934, in Elena Wilson (ed.), op.cit., 245.
- 84 Discurso de Hoover no Madison Square Garden, 31 de outubro de 1932.
- 85 Discurso de Roosevelt, na Convenção do Partido Democrático, de aceitação de sua candidatura.
- 86 Frank Freidel, "The Interregnum Struggle Between Hoover and Roosevelt", in Fausold and Mazuzan, op.cit., 137.
- 87 Ibid., 137-8. Entre os documentos de Hoover, há um intitulado "My personal relations with Mr Roosevelt".
- 88 Burns, op.cit., 162.
- 89 Trohan, op.cit., 83-4.
- 90 Sobre a composição desse discurso, ver Samuel I. Rosenman, *Working with Roosevelt* (Nova Iorque 1952), 81-99. A idéia central partiu de Thoreau.
- 91 Moley, op.cit., 151.
- 92 Burns, op.cit., 148-9.
- 93 Entrevista coletiva à imprensa de 24 de março e de 19 e 26 de abril de 1933.
- 94 Burns, op.cit., 167, 172; Elliot Roosevelt (ed.), *FDR: His Personal Letters*, 4 v. (Nova Iorque 1947-50), I 339-40, carta a Josephus Daniels 27 de março de 1933; Trohan, op.cit., 64.
- 95 J.M. Keynes in *New York Times*, 31 de dezembro de 1933.
- 96 Joan Robinson, "What Has Become of the Keynesian Revolution?" in Milo Keynes (ed.) op.cit., 135; Raymond Moley, *The First New Deal* (Nova Iorque 1966), 4.
- 97 Faulkner, op.cit., 658-62.
- 98 Arthur M. Schlesinger, *The Coming of the New Deal* (Boston 1958), 123; Manchester, op.cit., 89.
- 99 Leverett S. Lyon et al., *The National Recovery Administration* (Washington DC 1935).
- 100 Citado em Eric Goldman, *Rendezvous with Destiny* (Nova Iorque 1952).
- 101 Broadus Mitchel, et al., *Depression Decade* (Nova Iorque 1947).
- 102 Walter Lippmann, "The Permanent New Deal", *Yale Review*, 24 (1935), 649-67.
- 103 Por exemplo, William Myers and Walter Newton, *The Hoover Administration: a Documented Narrative* (Nova Iorque 1936).
- 104 Francis Sill Wickware in *Fortune*, January 1940; *Economic Indicators: Historical and Descriptive Supplement, Joint Committee on the Economic Report* (Washington DC 1953); Galbraith, op.cit., 173; Rostow, *World Economy*, Tabela III-42.
- 105 Keynes in *New Republic*, 29 de julho de 1940.
- 106 Trohan, op.cit., 59ff., 67-8, 115.
- 107 Joseph P. Lash, *Eleanor and Franklin* (Nova Iorque 1971), 220p.; Doris Feber, *The Life of Lorena Hickok, ER's Friend* (Nova Iorque 1980), *passim*; Richard W. Steele, "Franklin D. Roosevelt and his Foreign Policy Critics", *Political Science Quarterly*, Primavera 1979.
- 108 "The Hullabaloo over the Brains Trust", *Literary Review*, CXV 1933.
- 109 Bernard Sternsher, *Rexford Tugwell and the New Deal* (Rutgers 1964), 114-15; Otis Graham: "Historians and the New Deals", *Social Studies*, abril de 1963.
- 110 Manchester, op.cit., 84.
- 111 Lippmann, *Saturday Review of Literature*, 11 de dezembro de 1926.
- 112 Fecher, op.cit.
- 113 Mencken foi, de modo vário, descrito como um maritacaca, um prussiano, um britânico adulator, uma hiena ululante, um parasita, um vira-lata sarnento, um burro afetado, uma repugnante criatura de alma pútrida, uma praga pública, um literato desprezível, um charlatão, um bombástico, um histérico vaidoso, um pária, um literato renegado e um elefante treinado que escrevia a algaravia de um imbecil: Charles Fecher: *Mencken: A Study of his Thought* (New York, 1978), 179, nota de pé de página. (N.A.)
- 114 George Wolfskill and John Hudson, *All But the People: Franklyn D. Roosevelt and his Critics* (Nova Iorque 1969), 5-16.
- 115 Elizabeth Nowell (ed.). *The Letters Of Thomas Wolfe* (Nova Iorque 1956), 551p.
- 116 Citado em Ekirch, op.cit., 27-8.
- 117 Stuart Chase, *The New Deal* (New York 1932), 252.
- 118 Frank Warren, *Liberals and Communism* (Bloomington 1966), cap. 4.

8 OS DEMÔNIOS

- 1 Dmitri Shostakovitch, *Memoirs*.
- 2 Boris I. Nicolaevsky, *Power and the Soviet Elite: "The Letter of an Old Bolshevik" and Other Essays* (Nova Iorque 1965), 3-65.
- 3 Citado em K.E. Voroshilov, *Stalin and the Armed Forces of the URSS* (Moscou 1951), 19.
- 4 Albert Seaton, *Stalin as Warlord* (Londres 1976), 29ff.
- 5 Stephen F. Cohen, *Bukharin and the Bolshevik Revolution* (Londres 1974).
- 6 E.H. Carr, *From Napoleon to Stalin and Other Essays* (Londres 1980), 156.
- 7 Os três volumes sobre a vida de Trotsky, de Isaac Deutscher, são *The Prophet*

- Armed* (Oxford 1954), *The Prophet Unarmed* (1959), *The Prophet Outcast* (1963), mas é seu *Stalin: a Political Biography* (1949, 1966, 1967) que dá a mais conhecida análise da dicotomia Stálin-Trotsky. Sobre um exame desse trabalho, ver Leopold Labedz, "Isaac Deutscher's 'Stalin': an Unpublished Critique", *Encounter*, janeiro de 1979, 65-82.
- 8 W.H. Chamberlin, *The Russian Revolution 1917-1921*, 2 v. (Nova Iorque 1935), II 119.
 - 9 Hingley, op.cit., 162-3; Paul Avrich, *Kronstadt 1921* (Princeton 1970), 176-8, 211.
 - 10 Leon Trotsky, *Their Morals and Ours* (Nova Iorque 1942), 35.
 - 11 Kolakowski, op.cit., III 186, 199.
 - 12 Leonard Schapiro, *The Communist Party of the Soviet Union* (2ª ed. Londres 1970), 353.
 - 13 Boris Bajanov, *Avec Staline dans le Kremlin* (Paris 1930), 74-7, 91, 145, 156p.
 - 14 Trotsky, *My Life* (London 1930), 433, se queixava de ter sido deliberadamente mal-informado sobre a hora do funeral.
 - 15 Ian Grey, *Stalin: Man of History* (Londres 1979), 199-200.
 - 16 Stalin, *Collected Works*, VI 328.
 - 17 As circunstâncias da morte de Frunze estão descritas no romance de Boris Pilnyak, *Tale of the Unextinguished Moon*; e in Trotsky's *Stalin: an Appraisal of the Man and his Influence*, 2 v. (tr. Londres 1969), II 250-1.
 - 18 Hingley, op.cit., 168.
 - 19 Citado em Deutscher, *Stalin*, 311.
 - 20 E.H. Carr and R.W. Davies, *Foundations of a Planned Economy* (Londres 1974 ed.), I 84-5.
 - 21 Carr, *Foundations*, II 65-6; Hingley, op.cit., 191; Deutscher, *Stalin*, 314; B. Souvarine, *Stalin* (Londres, n.d.), 485.
 - 22 Stalin, *Collected Works*, X 191.
 - 23 Eugene Lyons, *Assignment in Utopia* (Londres 1937), 117, 123, 127.
 - 24 Abdurakhman Avtorkhanov, *Stalin and the Soviet Communist Party* (Londres 1959), 28-9.
 - 25 Hingley, op.cit., 197.
 - 26 Lyons, op.cit., 372.
 - 27 Stalin, *Collected Works*, XII 14.
 - 28 Cohen, op.cit., 372.
 - 29 Hingley, op.cit., 201; Souvarine, op.cit., 577.
 - 30 Hingley, op.cit., 200.
 - 31 Schapiro, *Communist Party*, 368.
 - 32 Kolakowski, op.cit., III 25ff.
 - 33 Stalin, *Collected Works*, VIII 142; Carr, *Foundations*, I 28-9.
 - 34 Sobre Carr, *Foundations*, I 120-1.
 - 35 M. Fainsod, *Smolensk under Soviet Rule* (Londres 1958), 46; Stálin, *Collected Works*, XI, 44-5, 48.
 - 36 Tatiana Chernavin, *Escape from the Soviets* (tr. Londres 1933), 37.
 - 37 Robert C. Williams, "The Quiet Trade: Russian Art and American Money", *Wilson Quarterly*, Inverno de 1979.
 - 38 Stalin, *Collected Works*, XI 90.
 - 39 Carr, *Foundations*, I 201.
 - 40 M. Hindus, *Red Bread* (Londres 1931), 335; Carr, op.cit., 223.
 - 41 T.H. Rigby (ed.), *The Stalin Dictatorship: Khrushchev's "Secret Session" Speech and Other Documents* (Sydney 1968).
 - 42 Carr, *Foundations*, I 283.
 - 43 Deutscher, *Stalin*, 320; Stálin, *Collected Works*, XII 170.
 - 44 Deutscher, *Stalin*, 325 nota de pé de página 1.
 - 45 Lewin, op.cit., 514.
 - 46 Kolakowski, op.cit., III 38.
 - 47 Winston Churchill, *The Second World War*, 12 v. (Londres 1964), VIII 78.
 - 48 S. Swianiewicz, *Forced Labour and Economic Development: an Inquiry into the Experience of Soviet Industrialization* (Londres 1965), 123; Lewin, op.cit., 508.
 - 49 Kolakowski, op.cit., III 39.
 - 50 Robert Conquest, *The Great Terror: Stalin's Purge of the Thirties* (Londres 1969), 22.
 - 51 Deutscher, *Stalin*, 325; Roy Medvedev, *Let History Judge: the Origins and Consequences of Stalinism* (tr. Nova Iorque 1971), 90-1; dados de *Istoriia SSSR* (1964), No. 5, p.6.
 - 52 Ver o artigo-síntese, "Revising Stalin's Legacy", *Wall Street Journal*, 23 de julho de 1980; M. Mskudov, "Pertes subies par la population de l'URSS 1918-1958", *Cahier du monde russe et soviétique*, março de 1977.
 - 53 Kolakowski, op.cit., III 43.
 - 54 Cohen, op.cit., 364.
 - 55 Alexander Orlov, *The Secret History of Stalin's Crimes* (Londres 1954), 317-18; Alexander Barmine, *One Who Survived* (Nova Iorque 1945), 256, 264; Svetlana Alliluyeva, *Twenty Letters to a Friend* (tr. Londres 1967), 351.
 - 56 Svetlana Alliluyeva, *Only One Year* (Nova Iorque 1969), 143.
 - 57 Wolfgang Leonhard, *Kreml ohne Stalin* (Colônia 1959), 95; Nicolaevsky, op.cit., 93-4.
 - 58 Stalin, *Collected Works*, XIII 161-215.
 - 59 Borys Lewytzki, *Die rote Inquisition: die*

- Geschichte der sowjetischen Sicherheitsdienste* (Frankfurt 1967), 76.
- 60 Hingley, op.cit., 214.
- 61 Albert Speer, *The Slave State* (Londres 1981), 303.
- 62 Muggeridge, op.cit., I 234-5.
- 63 Victor Serge, *Memoirs of a Revolutionary* (tr. Nova Iorque 1963), 250.
- 64 Paul Hollander, *Political Pilgrims: Travels of Western Intellectuals to the Soviet Union, China and Cuba 1928-1978* (Oxford 1981), cap. 4.
- 65 Amabel Williams-Ellis, *The White Sea Canal* (Londres 1935), introdução; Sidney and Beatrice Webb, *Soviet Communism: a New Civilization?* (Londres 1935); Harold Laski, *Law and Justice in Soviet Russia* (Londres 1935); Anna Louise Strong, *This Soviet World* (Nova Iorque 1936); G.B. Shaw, *The Rationalization of Russia* (Londres 1931); Relato de Soljenitsyn sobre o Canal está em *The Gulag Archipelago* (Nova Iorque 1975), II 80-102.
- 66 Julian Huxley, *A Scientist Among the Soviets* (Londres 1932), 67; Lyons, op.cit., 430; Shaw, op.cit., 28.
- 67 Hesketh Pearson, *GBS: a Full-Lenght Portrait* (Nova Iorque 1942), 329-31.
- 68 Wells, *Autobiography*, 799-807; para outras referências, ver Hollander, op.cit., 167-73.
- 69 Williams, op.cit.
- 70 Muggeridge, op.cit., 254.
- 71 Edward N. Peterson, *The Limits of Hitler's Power* (Princeton 1969), 154.
- 72 Mosse, op.cit., 294ff.
- 73 Bendersky, op.cit.
- 74 Mosse, op.cit., 280.
- 75 Holborn, op.cit., 658.
- 76 Fritz Stern, "Adenauer in Weimar: the Man and the System" in *The Failure of Illiberalism*, 178-87; Paul Weymar, *Konrad Adenauer* (Munique 1955), 129-43; a citação é da carta de Adenauer a M. Tirard, presidente do Comitê dos Aliados do Reno em 1923, in "Stresemann Papers"; ver Henry Turner, *Stresemann and the Politics of the Weimar Republic* (Princeton 1963).
- 77 Por exemplo, seu relatório secreto ao gabinete, 31 de março de 1931, citado em Barnett, op.cit., 340.
- 78 Michael Balfour, *West Germany* (Londres 1968), 85-6.
- 79 Rostow, *World Economy*, Table III-42; Holborn, op.cit., 639-40.
- 80 Holborn, op.cit., 732.
- 81 Laqueur, op.cit., 257.
- 82 Holborn, op.cit., 687.
- 83 Karl Dietrich Bracher, *The German Dictatorship: the Origins, Structure and Effects of National Socialism* (tr. Londres 1970), 6.
- 84 Christopher Isherwood, *The Berlin Stories* (Nova Iorque 1945 ed.), 86.
- 85 Fest, op.cit., 517.
- 86 Francis Carsten, *Reichswehr und Politik 1918-1933* (Colônia 1964), 377.
- 87 Fest, op.cit., 545.
- 88 Ibid., 507.
- 89 Ibid., 546.
- 90 Thomas Mann, *Betrachtungen eines Unpolitischen* (Berlim 1918).
- 91 Citado em E.K. Bramstedt, *Dictatorship and Political Police* (Oxford 1945), 98.
- 92 Ver Arnold Brecht, *Prelude to Silence: the End of the German Republic* (Nova Iorque 1944).
- 93 Citado em Fest, op.cit., 618.
- 94 Roger Manvell and Heinrich Fraenkel, *Goering* (Nova Iorque 1962) 296.
- 95 Manvell and Fraenkel, *Heinrich Himmler* (Londres 1965), 10-15, 31-2.
- 96 Ibid., 34.
- 97 *Neueste Nachrichten* (Munique), 21 de março de 1933.
- 98 Citado em Manvell and Fraenkel, *Himmler*, 35-6.
- 99 Ibid., 41.
- 100 Ibid., 38-9.
- 101 Grunfeld, op.cit., 126-9.
- 102 Peterson, op.cit., 14; Hans Buchheim, *SS und Polizei im NS Staat* (Duisberg 1964).
- 103 Hans Frank, *Im Angesicht des Galgens* (Munique 1953).
- 104 *Hitler's Secret Conversations* (Nova Iorque 1953), 420.
- 105 Peterson, op.cit., 70-1.
- 106 *Hitler's Secret Conversations*, 306; Peterson, op.cit., 72.
- 107 Peterson, op.cit., 133-42.
- 108 Frank, op.cit., 167; Lutz Graf Schwerin von Krosigk, *Es geschah in Deutschland* (Tübingen 1951).
- 109 Paul Seabury, *The Wilhelmstrasse: a Study of German Diplomacy under the Nazi Regime* (Berkeley 1954).
- 110 Herbert Jacob, *German Administration Since Bismarck* (New Haven 1963), 13; Peterson, op.cit., 37.
- 111 Helmut Heiber, *Adolf Hitler* (Berlim 1960), 92ff.; Alan Bullock, *Hitler: a Study in Tyranny* (Londres 1964), 386; Joseph Nyomarkay, *Charisma and Factionalism in the Nazi Party* (Minneapolis 1967).
- 112 Fest, op.cit., 807.
- 113 Otto Dietrich, *Zwölf Jahre mit Hitler* (Munique 1955), 153.
- 114 Thomas Hobbes, *Leviathan*, parte I, cap.XI.

- 115 Peterson, *op.cit.*, 75-6.
- 116 David Schoenbaum, *Hitler's Social Revolution* (Nova Iorque 1966), 159-86, 200-1, 285.
- 117 Heinrich Uhlig, *Die Warenhäuser im Dritten Reich* (Colônia 1956).
- 118 Friedrich Facius, *Wirtschaft und Staat (Schriften des Bundesarchiv)* (Koblenz 1959) 147.
- 119 Raul Hilberg, *The Destruction of the European Jews* (Chicago 1961), 98.
- 120 Esta é a opinião de E.K. Bramsted, *Goebbels and National Socialist Propaganda* (Lasing 1965); Helmut Heiber, *Josef Goebbels* (Berlim 1962) afirma que Goebbels não era anti-semita.
- 121 Bullock, *op.cit.*, 121.
- 122 Arthur Schweitzer, *Big Business in the Third Reich* (Londres 1964), 643, nota 25.
- 123 Hermann Rauschning, *Hitler's Revolution of Destruction* (Londres 1939).
- 124 Citado in Holborn, *op.cit.*, 753.
- 125 Joseph Borking, *The Crime and Punishment of I.G. Farben* (Londres 1979), 56-60.
- 126 Sobre a competência de Todt, ver Alan Milward, *The German Economy at War* (Londres 1965).
- 127 Speer, *op.cit.*, 4ff.
- 128 David Schoenbaum, *Die braune Revolution* (Colônia 1968), 150.
- 129 Fest, *op.cit.*, 559.
- 130 David Carlton, *Anthony Eden* (Londres 1981), 46.
- 131 Hans Gisevius, *Adolf Hitler* (Munique 1963), 173.
- 132 Holborn, *op.cit.*, 745-7; Manvell and Fraenkel, *Himmler*, 42-6.
- 133 Fest, *op.cit.*, 705.
- 134 Nicholaevsky, *op.cit.*, 28-30.
- 135 Sobre a influência do expurgo de Roehm sobre Stálin, ver Kennan, *Russia and the West Under Lenin and Stalin* (Nova Iorque 1960), 285.
- 136 Conquest, *op.cit.*, 44.
- 137 Medvedev, *op.cit.*, 236p.; Conquest, *op.cit.*, 47p.
- 138 Orlov, *op.cit.*, 17-18, 129.
- 139 Orlov, *op.cit.*, 350.
- 140 Rigby, *The Stalin Dictatorship*, 39-40.
- 141 W.G. Krivitsky, *I Was Stalin's Agent* (Londres 1940), 166.
- 142 Ibid., 228.
- 143 Paul Blackstock, *The Secret Road to World War Two: Soviet versus Western Intelligence 1921-1939* (Chicago 1969); Hingley, *op.cit.*, 292p.
- 144 John Erickson, *The Soviet High Command, a Military and Political History, 1918-1941* (Londres 1962), 374; Conquest, *op.cit.*, 224; Hingley, *op.cit.*, 258-9.
- 145 Schapiro, *Communist Party*, 440.
- 146 Medvedev, *op.cit.*, 294-6.
- 147 Ibid., 219-23.
- 148 Fitzroy Maclean, *Eastern Approaches* (Londres 1966 ed.) 119-20.
- 149 Sobre detalhes do emprego da tortura, ver Medvedev, *op.cit.*, 259-70, 286.
- 150 Simon Wolin and Robert M. Slusser, *The Soviet Secret Police* (Nova Iorque 1957), 194; Antoni Ekart, *Vanished Without Trace* (Londres 1954), 244.
- 151 Medvedev, *op.cit.*, 239; Conquest, *op.cit.*, 525-35; ver também cálculos de Iosif Dyadkin, *Wall Street Journal*, 23 de julho de 1980, que são similares.
- 152 Laqueur, *op.cit.*, 266-7.
- 153 Sobre os intelectuais de direita, ver Richard Griffiths, *Fellow-Travellers of the Right: British Enthusiasts for Nazi Germany 1933-1938* (Londres 1980), and Alastair Hamilton, *The Appeal of Fascism: a Study of Intellectuals and Fascism 1919-1945* (Londres 1971); ver também Malcolm Muggeridge, *The Thirties* (Londres 1940), 281-2.
- 154 Sobre o anti-semitismo de Stálin, ver Medvedev, *op.cit.*, que dá a lista de livros proibidos por Stálin na p.524; sobre Gorki, ver Hingley, *op.cit.*, 241-2.
- 155 *The Letters of Lincoln Steffens*, ed. E. Winter and G. Hicks, 2 v. (Nova Iorque 1938), II 1001.
- 156 Shaw, *The Rationalization of Russia* (Bloomington, Ind., 1964 ed.), 112.
- 157 Citado por Jean Lacourure, *André Malraux* (Nova Iorque 1975), 230.
- 158 Citado por Sidney Hook in *Encounter*, março de 1978.
- 159 Cohen, *op.cit.*, 376.
- 160 Muggeridge, *Chronicles of Wasted Time*, 254-5.
- 161 Walter Durancy, *The Kremlin and the People* (Nova Iorque 1941), 65.
- 162 Citado in Hollander, *op.cit.*, 164.
- 163 Trilling, in *The Last Decade*, "Art, Will and Necessity".
- 164 Ibid., "A Novel of the Thirties".

9 O CLÍMAX DA AGRESSÃO

- 1 Manchester, *op.cit.*, 7.
- 2 James Margach, *The Abuse of Power* (Londres 1978).
- 3 Barnett, *op.cit.*, 291; Mary Agnes Hamilton, *Arthur Henderson* (Londres 1938).

- 4 Beasley, op.cit., 245.
- 5 *Documents on British Foreign Policy*, 2, IX Nº 43; ver Ian Nish, *Japanese Foreign Policy, 1869-1942* (Londres 1977), 260p.
- 6 Barnett, op.cit., 300.
- 7 Middlemass and Barnes, op.cit., 729.
- 8 James Neidpath, *The Singapore Naval Base and the Defence of Britain's Eastern Empire 1919-1941* (Oxford 1981).
- 9 James, op.cit., 167.
- 10 *Bushido*: código dos samurais que exigia lealdade e obediência incondicionais e tinha como ponto central a valorização da honra acima da própria vida.
- 11 *Xintó ou xintoísmo* ("xintó" = caminho dos deuses): religião oficial do Japão até 1945; anterior ao budismo, o xintoísmo se caracteriza pelo culto aos antepassados e um politeísmo animista que se traduz pela exaltação do imperador e da raça japonesa; atualmente, um novo xintoísmo renasce no Japão, marcado, nos meios oficiais e entre os intelectuais, por um movimento de reação ao budismo e de reabilitação das tradições nacionais. (N.R.)
- 12 Harold S. Quigley and John E. Turner, *The New Japan: Government and Politics* (Minneapolis 1956), 38-9.
- 13 Citado por Hugh Byas, op.cit., 265-6.
- 14 Ibid., 97.
- 15 Mosley, op.cit., 154-5.
- 16 Tolland, op.cit., 13.
- 17 Byas, op.cit., 119p.; Tolland, op.cit., 13-33; Beasley, op.cit., 250; James, op.cit., 170p.
- 18 Tolland, op.cit., 21.
- 19 Ibid., 33 nota de pé de página; sobre Sorge, ver William Deakin and G.R. Storry, *The Case of Richard Sorge* (Londres 1964).
- 20 Anthony Garavente, "The Long March", *China Quarterly*, 22 (1965), 84-124.
- 21 Edgar Snow, *Red Star over China* (London 1938); Chen Chang-Feng, *On the Long March with Chairman Mao* (Peking 1959); *The Long March: Eyewitness Accounts* (Peking 1963).
- 22 Edgar Snow, *Random Notes on Red China* (Harvard 1957), 1-11; J.M. Betram, *Crisis in China: the Only Story of the Sian Mutiny* (Londres 1937).
- 23 Agnes Smedley, *Battle Hymn of China* (London 1944), 96-143.
- 24 Tolland, op.cit., 44-7; ver também James B. Crowley in *Journal of Asian Studies*, maio de 1963, e C.P. Fitzgerald, *The Birth of Communist China* (Baltimore 1964).
- 25 Nish, op.cit., 232; Katsu Young, "The Nomohan Incident: Imperial Japan and the Soviet Union", *Monumenta Nipponica*, 22 (1967), 82-102.
- 26 Tolland, op.cit., 44 footnote.
- 27 Ibid., 47.
- 28 Mosley, op.cit., 177-81; Tolland, op.cit., 50.
- 29 Citado por Nish, op.cit., 260.
- 30 Hugh Byas in *New York Times*, 31 de julho de 1938.
- 31 Hans Frank, *Im Angesicht des Galgens* (Munich 1953), 92; Joseph Goebbels, *Der Faschismus und seine praktischen Ergebnisse* (1935).
- 32 Nolte, op.cit., 230.
- 33 Mussolini, *Opera Omnia*, XXVI 233.
- 34 Barnett, op.cit., 344-8.
- 35 Ibid., 379-80; Carlton, op.cit., 68.
- 36 Carlton, op.cit., 84-6.
- 37 Barnett, op.cit., 381.
- 38 *Ciano's Diplomatic Papers* (Londres 1948), 56.
- 39 Sobre o rascismo do fascismo italiano, ver Antonio Spinoso, "Le persecuzioni razziali in Italia", *Il Ponte* VIII (1952), 964-78, 1078-96, 1604-22, IX (1953), 950p.
- 40 Salvador de Madariaga, *Spain: a Modern History* (Londres 1961), 455.
- 41 Citado em Paul Preston, *The Coming of the Spanish Civil War* (Londres 1978), 15.
- 42 Largo Caballero, *Mis Recuerdos* (Cidade do México 1954), 37.
- 43 Mariano Perez Galan, *La Enseñanza en la II Republica española* (Madri 1975), 332-3.
- 44 Ver artigos de Luís Araquistain, *El Sol* (Madri), 18, 21, 24 de julho de 1931.
- 45 Preston, op.cit., 107.
- 46 Stanley Payne, *The Spanish Revolution* (Nova Iorque 1970), 108.
- 47 Testemunha de 1933, citado por Ramón Sender, *Viaje a la aldea del crimen* (Madri 1934), 33-42.
- 48 J. Arrarás Irribaren (ed.), *Historia de la Cruzada Española*, 8 v. (Madri 1940-4), II 263; J.A. Ansaldi, *Para Qui? De Alfonso XIII a Juan III* (Buenos Aires 1951), 51.
- 49 George Dimitrov, *The Working Classes Against Fascism* (Londres 1935), 47.
- 50 Hugh Thomas, *The Spanish Civil War* (Londres 1961ed.), 95; George Hills, *Franco: the Man and his Nation* (Londres 1967), 210.
- 51 J.W.D. Trythall, *Franco: a Biography* (Londres 1970), 80.
- 52 R.A.H. Robinson, *The Origins of Franco's Spain* (Newton Abbot 1970), 12.
- 53 Thomas, op.cit., 5.
- 54 Preston, op.cit., 162-3, 172.
- 55 Trythall, op.cit., 81; Preston, op.cit., 176.
- 56 Burnett Bolloten, *The Grand Camouflage* (Londres 2ª ed. 1968), 115-16; Juan-Simeón Vidarte, *Todos fulmos*

- culpables (México 1973), 56-7.
- 57 Robinson, op.cit., 259-60; Preston, op.cit., 185.
- 58 Vidarte, op.cit., 100, 115-27; Idalecio Prieto, *Convulciones de España*, 3 vols (México 1967-9), III 143-4.
- 59 Constanza de la Mora, *In Place of Splendour* (Londres 1940), 214-15; Claud Bowers, *My Mission to Spain* (Londres 1954), 200-8; Henry Buckley, *Life and Death of the Spanish Republic* (Londres 1940), 129; Stanley Payne, *Falange: a History of Spanish Fascism* (Stanford 1961), 98-105; Ian Gibson, *La Represión nacionalista de Granada en 1936* (Paris 1971) 40-3.
- 60 Thomas, op.cit., 5; Os dados de Robles estavam perfeitamente corretos.
- 61 Vidarte, op.cit., 213-17.
- 62 J. Gutiérrez-Ravé, *Gil Robles: caudillo frustrado* (Madri 1967), 198-9.
- 63 Thomas, op.cit., 52-4.
- 64 Ibid., 269, nota de pé de página 1.
- 65 Antonio Montero, *La Persecución religiosa en España 1936-1939* (Madri 1961), 762.
- 66 Thomas, op.cit., 270-2.
- 67 Arthur Koestler, *The Invisible Writing* (Londres 1954), 347; Ignacio Escobar, *Así empezó* (Madri 1974).
- 68 Thomas, op.cit., 270, nota de pé de página 2.
- 69 Juan de Iturralde, *El Catolicismo y la cruzada de Franco*, 2 v. (Bayonne 1955), II 88-9.
- 70 Ignacio de Azpiazu, *Siete meses y siete días en la España de Franco* (Caracas 1964), 115.
- 71 Georges Bernanos, *Les Grands Cimetières sous la lune* (Paris 1938), 72-3; Koestler, *Invisible Writing*, 333-5.
- 72 Thomas, op.cit., 265, cita autoridades em notas de pé de página; Ian Gibson, *The Death of Lorca* (Londres 1973), 167-9.
- 73 Trythall, op.cit., 94.
- 74 S.G. Payne, *Politics and the Military in Modern Spain* (Stanford 1967), 371-2.
- 75 Thomas, op.cit., edição 1977, dá detalhes sobre a intervenção estrangeira in Apêndice 7, 974-85; ver também Jesus Salas, *Intervenciones extranjeras en la guerra de España* (Madri 1974).
- 76 D.C. Wart, "Soviet Aid to the Republic", *Slavonic and East European Review*, June 1960; Thomas op.cit., 981-2.
- 77 Thomas, op.cit., 982 nota de pé de página 2; Neal Wood, *Communism and British Intellectuals* (Londres 1959), 56.
- 78 Citado por Trythall, op.cit., 65; Luis de Galinsoga, *Centinela del Occidente: Semblanza biográfica de Francisco Franco* (Barcelona 1956), 134-9.
- 79 Rudolf Timmermans, *General Franco* (Olten 1937), 135; Francisco Franco, *Diario de una Bandera* (Madri 1922), 46, 179; Trythall, op.cit., 58.
- 80 Alejandro Vicuña, *Franco* (Santiago de Chile 1956) 222-3; Ignacio González, *La Guerra nacional española ante la moral y el derecho* (Salamanca 1937); Jay Allen, *Chicago Tribune*, 29 de July 1936; *Cruzada Española*, II 84.
- 81 Thomas, op.cit., Apêndice 5, 971.
- 82 Ibid., 974-7; Salas, op.cit., 510.
- 83 Carlos Baker, *Ernest Hemingway* (Penguin 1972), 472.
- 84 Thomas, op.cit., 533.
- 85 Jesús Hernández Tomas, *La Grande Trahison* (Paris 1953), 66; Thomas, op.cit., 650-1.
- 86 Thomas, op.cit., 664 nota de pé de página 1; Manuel Azaña, *Obras Completas*, 4 v. (Cidade do México 1966-8), IV 867; Caballero, op.cit., 204; Idalecio Prieto, *Convulciones de España*, 3 v. (Cidade do México 1967-9) III 220.
- 87 George Orwell, *Homage to Catalonia* (Londres 1938), 169p.; Thomas, op.cit., 651p.
- 88 Hernández, op.cit., 124-6.
- 89 Thomas, op.cit., 705-6; Bernard Crick, *George Orwell: a Life* (Londres 1980), 224-6.
- 90 Krivitsky conseguiu publicar seu livro, *I Was Stalin's Agent*, (Londres 1940) first; Hingley, op.cit., 268p.
- 91 Thomas, op.cit., 702-3 e nota de pé de página.
- 92 Orlov, op.cit.
- 93 Thomas, op.cit., 624-7, Apêndice 8, 986-91; Vincente Talon, *Arde Guernica* (Madri 1970); Hebert Southworth, *La Destruction de Guernica* (Paris 1975); Adolf Galland, *The First and the Last* (Londres 1957).
- 94 Allen Guttman, *The Wound in the Heart: America and the Spanish Civil War* (Nova Iorque 1962).
- 95 Koestler, *Invisible Writing*.
- 96 *New English Weekly*, 29 de julho, 2 de setembro de 1937; sobre esse célebre episódio, ver Kingley Martin, *Editor, 1931-1945* (Londres 1968), 218; George Orwell, *Collected Essays, etc.*, 4 v. (Penguin 1970), I 333p.; Crick, op.cit., 227p.
- 97 Sean Day-Lewis, *C. Day-Lewis: an English Literary Life* (Londres 1980), 94, 102.
- 98 Cyril Connolly, "Some Memories" in Stephen Spender (ed.), *W.H. Auden: a tribute* (Londres 1975), 70.

- 99) Hugh Thomas, "The Lyrical Illusion of Spain 1936" in Mestine de Courcel (ed.), *Malraux: Life and Work* (Londres 1976), 42-3.
 - 100 Carlos Baker, op.cit., 465.
 - 101 Martin, op.cit., 219-20.
 - 102 Stephen Spender, *World within World* (Londres 1951), 242-3.
 - 103 Ibid., 223.
 - 104 Orwell, "Notes on the Spanish Militias", *Collected Essays*, I 350-64.
 - 105 Jose Diaz de Villegas, *La Guerra de liberación* (Barcelona 1957), 384.
 - 106 Thomas, op.cit., 926-7.
 - 107 Texto de lei in *Boletín Oficial del Estado*, 13 de fevereiro de 1939; Trythall, op.cit., 141.
 - 108 Ciano's *Diplomatic Papers*, 293-4.
 - 109 Citado por Max Gallo, *Spain under Franco: a History* (tr. Londres 1973), 88. O total de 193.000 é dado por Charles Foltz, *The Masquerade in Spain* (Boston 1948), 97; ver Thomas, op.cit., 924-5.
 - 110 Trythall, op.cit., 142ff.
- ## 10 O FIM DA VELHA EUROPA
- 1 H.A. Jacobsen, *Der Zweite Weltkrieg: Grundzüge der Politik und Strategie in Dokumenten* (Frankfurt 1965), 180-1; citado em Andreas Hillgruber, *Germany and the Two World Wars* (tr., Harvard 1981), 56-7.
 - 2 Notas tomadas pelo General Liebmann, citado em Hillgruber, op.cit., 57.
 - 3 Rudolph Binion, *Hitler among the Germans* (Nova Iorque 1976), 61-3, 78-82.
 - 4 *Hitlers Zweites Buch: Ein Dokument aus dem Jahre 1928* (Stuttgart 1961); traduzido como *Hitler's Secret Book* (Nova Iorque 1962).
 - 5 Citado em Fest, op.cit., 793.
 - 6 *Hitlers Zweites Buch*, 130.
 - 7 Hillgruber, op.cit., 50.
 - 8 Fest, op.cit., 796-7.
 - 9 Herbert Agar, "Culture v. Colonialism in America", *Southern Review*, 1 (Julho de 1935), 1-19.
 - 10 George Kennan, *Memoirs, 1925-1950* (Boston 1967), 53.
 - 11 C.A. MacDonald, *The United States, Britain and Appeasement 1936-1939* (Londres 1981).
 - 12 Kennan, *Memoirs 1925-1950*, 84.
 - 13 Ibid., 86; Daniel Yergin, *Shattered Peace: the Origins of the Cold War and the National Security State* (Boston 1977), 34-5.
 - 14 Fest, op.cit., 869.
 - 15 Gilbert, *Churchill*, V 459-62.
 - 16 Citado em Montgomery Hyde, *Churchill* (Londres 1953), 387.
 - 17 Roland Hunt and John Harrison, *The District Officer in India 1940-1947* (Londres 1980).
 - 18 B.R. Tomlinson, "Foreign private investment in India 1920-50", *Modern Asian Studies*, XII 4 (1978).
 - 19 Gilbert, op.cit., 399p.; 480-1.
 - 20 Andrew Boyle, *The Climate of Treason* (Londres 1979), com correções in Noel Annan's review, *The Times Literary Supplement*, 7 de dezembro de 1979, 83-4.
 - 21 Stuart Macintyre, *A Proletarian Science: Marxism in Britain 1917-1933* (Cambridge 1980).
 - 22 Middlemas and Barnes, op.cit., 745.
 - 23 Citado em John Gross, *The Rise and Fall of the Man of Letters* (Londres 1969), 283.
 - 24 Gisela Lebzelter, *Political Anti-Semitism in England 1918-1939* (Nova Iorque 1978).
 - 25 J.R.M. Butler, *Lord Lothian* (Londres 1960), 206.
 - 26 Viscount Templewood, *Nine Troubled Years* (Londres 1954), 133.
 - 27 *Daily Telegraph*, 28 January 1935.
 - 28 Martin Gilbert, *The Roots of Appeasement* (Londres 1966), 354-5; Barnett, op.cit., 389p.
 - 29 Nicolson, *Diaries*, 23 de março de 1936.
 - 30 Gilbert, *Churchill*, V 456.
 - 31 *Bedlam*: nome popularmente dado ao Hospital St. Mary of Bethlen, de Londres, hospital de doentes mentais; essa corruptela estendeu seu significado, designando qualquer hospício. (N.R.)
 - 32 V.K. Krishna Menon (ed.), *Young Oxford and War* (Londres 1934).
 - 33 Barnett, op.cit., 423-4.
 - 34 Christopher Thorne, "Viscount Cecil, the Government and the Far Eastern Crisis of 1931", *Cambridge Historical Journal*, XIV (1971), 805-26.
 - 35 Ver Donald S. Birn, *The League of Nations Union 1918-1945* (Oxford 1981).
 - 36 Carta ao *Manchester Guardian*, 26 de fevereiro de 1932.
 - 37 Michael Pugh, "Pacifism and Politics in Britain 1931-1935", *Cambridge Historical Journal*, XXIII (1980), 641-56.
 - 38 Para uma elucidação (não justificação) da concessão, ver Paul Haggie, *Britannia at Bay* (Oxford 1981).
 - 39 Anthony Eden, discurso, 30 de janeiro de 1941.
 - 40 Paul Schmidt, *Hitler's Interpreter* (tr. Londres 1951), 320.
 - 41 Barnett, op.cit., 409-10.

- 42 A conferência é descrita em Friedrich Hossbach, *Zwischen Wehrmacht und Hitler 1934-1938* (Hanover 1949); Fest, op.cit., 800.
- 43 Fest, op.cit., 809-10.
- 44 Ver Stefan Zweig, *The World of Yesterday* (Nova Iorque 1943).
- 45 Jones, *Life and Work of Freud*, 636p.
- 46 Barnett, op.cit., 474-5.
- 47 Robert J. O'Neill, *The German Army and the Nazi Party 1933-1939* (Londres 1966), 152-9.
- 48 Peter Hoffman, *Widerstand, Staatsstreich, Attentat: Der Kampf der Opposition gegen Hitler* (Munique 1969), 83; Fest op.cit., 829p., e 1174-5; notas 20-3 sobre fontes.
- 49 O'Neill, op.cit., 163-5.
- 50 Fest, op.cit., 832-3.
- 51 "Letter to Runciman", 15 September 1938; *Opera Omnia*, XIX 143.
- 52 Holborn, op.cit., 780p.
- 53 Gilbert, *Churchill*, V 999p.
- 54 Abdré Beaufre, *1940: the Fall of France* (tr. Londres 1967), 84; Barnett, op.cit., 526-7.
- 55 Holborn, op.cit., 777.
- 56 William Shirer, *The Rise and Fall of the Third Reich* (Londres 1960), 399.
- 57 Fest, op.cit., 892; Kennan, *Memoirs 1925-1950*, 108.
- 58 Ver Franklin Reid Gannon, *The British Press and Germany 1936-1939* (Oxford 1971); Martin, Editor, 254-7.
- 59 Barnett, op.cit., 560.
- 60 *The Times*, artigo de fundo, 1º de abril de 1939; Gilbert, *Churchill*, V 1052-3.
- 61 Hillgruber, op.cit., 61-2.
- 62 Ibid., 66.
- 63 Barnett, op.cit., 569.
- 64 Fest, op.cit., 917; Hillgruber, op.cit., 63.
- 65 Fest, op.cit., 869.
- 66 Hubertus Lupke, "Japans Russlandpolitik von 1939 bis 1941", *Schriften des Instituts für Asienkunde in Hamburg*, X (Frankfurt 1962), 7-24.
- 67 Fest, op.cit., 884-5; sobre fontes, ver 1177-8, nota 27.
- 68 Hans Gunther Seraphim (ed.), *Das politische Tagebuch Alfred Rosenbergs* (Gottingen 1956), 82; Gustav Hilder and Alfred G. Meyer, *The Incompatible Allies: a Memoir-History of the German-Soviet Relationship, 1918-1941* (Nova Iorque 1953), 315.
- 69 Fest, op.cit., 879-80.
- 70 Albert Tarulis, *Soviet Policy towards the Baltic States 1919-1940* (Notre Dame 1959), 154-5.
- 71 Michael Freund, *Weltgeschichte der Gegenwart in Dokumenten* (Freiburg 1954-6), III 166p.
- 72 F. La Ruche, *La Neutralité de la Suède* (Paris 1953).
- 73 Henri Michel, *The Second World War* (tr. Londres 1975), para detalhes.
- 74 A. Rossi, *Deux Ans d'alliance germano-sovietique* (Paris 1949), 88-90; *Hitler's Table-Talk* (tr. Londres 1953), 8.
- 75 Carl Burckhardt, *Meine Danziger Mission 1937-1979* (Munique 1960), 348; citado in Hillgruber, op.cit., 69.
- 76 Fest, op.cit., 908; fontes, 1179, nota 27.
- 77 Ibid., 906, 921-2.
- 78 J.B. Duraselle, *La Décadence 1932-1939* (Paris 1979).
- 79 Dominique Leca, *La Rupture de 1940* (Paris 1979).
- 80 François Bedarida (ed.), *La Strategie secrète de la Drole de Guerre* (Paris 1979).; ver também *Français et Britanniques dans la Drôle de Guerre: Actes du Colloque Franco-Britannique de décembre 1975* (Paris 1978).
- 81 Fest, op.cit., 940, 1181 nota 10; Helmut Heiber (ed.), *Hitlers Lagebesprechungen* (Stuttgart 1962), 30.
- 82 Marc Bloch, *Strange Defeat* (tr. Oxford 1949), 36-7.
- 83 Ver Dr Pierre Renchnick in *Médeciné et Hygène* (Genebra, setembro de 1981).
- 84 Bloch, op.cit., 28.
- 85 Henri Michel, *Le Procès de Riom* (Paris 1979).
- 86 Richard Griffith, *Marshal Pétain* (Londres 1970); Judith Hughes, *To the Maginot Line: the Politics of French Military Preparation in the 1920s* (Harvard 1971).
- 87 Citado em Raymond Tournoux, *Pétain et la France* (Paris 1980).
- 88 Citado em Robert Aron, *The Vichy Régime 1940-1944* (tr. Londres 1958), 122.
- 89 Alan Milward, *The New Order and the French Economy* (Oxford 1970), 272-88.
- 90 Trythall, op.cit., 161-3; *Documenti Diplomatici Italiani* 9ª série (Roma 1954), IV Nº 260.
- 91 Schmidt, op.cit., 191-4; *Ciano's Diplomatic Papers*, 412.
- 92 Franz Halder, *Kriegstagebuch: Tägliche Aufzeichnungen des Chefs des Generalstabes des Heeres 1939-1942* (Stuttgart 1962) I 308.
- 93 Karl Klee, *Das Unternehmen "Seelöwe"* (Gottingen 1958), 189-90.
- 94 Halder, op.cit., I 375.
- 95 Citado em Hillgruber, op.cit., 354n.
- 96 Daniel Benjamin and Levis Kochin, "Voluntary Unemployment in Interwar

- Britain", *The Banker*, fevereiro 1979).
- 97 A.J. Younger, *Britain's Economic Growth 1920-1966* (Londres 1967), 112.
 - 98 R.S. Sayers in *Economic Journal*, junho de 1950.
 - 99 Younger, op.cit., 107ff.; H.W. Richardson, *Economic Recovery in Britain 1932-1939* (Londres 1967).
 - 100 Barnett, op.cit., 482-3.
 - 101 Ver M.M. Postan, D. Hay and J.D. Scott, *The Design and Development of Weapons* (Londres 1964).
 - 102 Sobre a popularidade de Churchill no verão de 1940, ver Brian Gardner, *Churchill in his Time: a Study in a Reputation 1939-1945* (Londres 1968), 65-96.
 - 103 Carlton, op.cit., 163.
 - 104 Robert Rhodes James (ed.), *Chips: the Diaries of Sir Henry Channon* (Penguin 1967), 19 de julho de 1940, 320.
 - 105 *Aide-mémoire* de Cecil publicada por Hugh Cudlipp, *Publish and Be Damned* (Londres 1953), 144.
 - 106 Winston Churchill, *The Second World War: Their Finest Hour* (Londres 1949), 567.
 - 107 Ver, por exemplo, Taylor, op.cit., 629p. e nota C 648-9.
 - 108 Citado em Gardner, op.cit., 69.
 - 109 H. Duncan Hall, *North American Supply* (Londres 1955), 247p.
 - 110 Taylor, op.cit., 623-4, 647.
- ## 11 O ANO DIVISOR DE ÁGUAS
- 1 Erickson, op.cit., 587.
 - 2 G. Zhukov, *The Memoirs of Marshal Zhukov* (tr. Londres 1971), 268; Kennan, *Memoirs 1925-1950*, 324; Rigby, *Stalin*, 57; Stalin, *Collected Works*, XV 3; Ivan Maiski in *Novy Mir*, Moscou 1964, 12, 162-3.
 - 3 Seaton, op.cit., 95; Hingley, op.cit., 309; Rigby, op.cit., 55.
 - 4 J.K. Zawodny, *Death in the Forest: the story of the Katyn Forest Massacre* (Londres 1971), 127; Hilder and Meyer, op.cit., 330; Hingley, op.cit., 301p.
 - 5 Margarete Buber-Neuman, *Als Gefangene bei Stalin und Hitler: eine Welt im Dünkel* (Stuttgart 1958), 179.
 - 6 Conquest, op.cit., 449.
 - 7 Seaton, op.cit., 91.
 - 8 *Akten zur deutscher auswärtigen Politik, 1918-1945* (Bonn 1966), séries D, XI, nº 329, 472.
 - 9 *Afrika Korps*: formações militares alemães que combateram na Segunda Guerra Mundial, na Líbia, Egito e Tunísia, de 1941 a 1943; formações compostas de duas divisões blindadas e uma motorizada. (N.R.).
 - 10 Fest, op.cit., 957-8; Bullock, op.cit., 639.
 - 11 Fest, op.cit., 952-5; *Le Testament politique de Hitler*, 93ff.
 - 12 Halder, op.cit., II 6.
 - 13 Fest, op.cit., I 104.
 - 14 Heinz Hohne, *Camaris* (tr. Londres 1980).
 - 15 Hillgruber, op.cit., 80-1; Fest, op.cit., 955.
 - 16 Sobre o "Marck's Plan" ver Alfred Philippi, *Das Pripjetproblem: Eine Studie über die operative Bedeutung des Pripjets-Gebietes für den Feldzug des Jahres 1941* (Frankfurt 1956), 69p.
 - 17 Fest, op.cit., 962, 1091.
 - 18 Matthew Cooper, *The German Air Force 1933-1945: an Anatomy of Failure* (Londres 1981).
 - 19 Postan, op.cit.
 - 20 Erickson, op.cit., 584.
 - 21 Alexander Werth, *Russia at War 1941-1945* (Londres 1964), 401; Seaton, op.cit., 271.
 - 22 Hillgruber, op.cit., 90.
 - 23 Fest, op.cit., 972.
 - 24 Ibid., 978.
 - 25 Ibid., 996.
 - 26 Ibid., 962.
 - 27 Halder, op.cit., II 335-8.
 - 28 Hans-Adolf Jacobsen, "The Kommissarbefehl and Mass Executions of Soviet Russian Prisoners of War" in Hans Buchheim et al., *Anatomy of the SS State* (tr. Nova Iorque 1968).
 - 29 Hillgruber, op.cit., 86-7.
 - 30 *Hitler's Table-Talk*, 426; Fest, op.cit., 1017, 1021p.
 - 31 Adolf Hitler, *Monologe im Führerhauptquartier 1941-1944* (Hamburgo 1980), 54, 90, 331.
 - 32 Fest, op.cit., 1025.
 - 33 Nuremberg Document NOKW 1962; publicado juntamente com outros relevantes documentos in Jacobsen, op.cit.; Fest, op.cit., 968-9.
 - 34 Boris Pasternak, *Doctor Zhivago* (tr. Londres 1958), 453.
 - 35 Seaton, op.cit., 91.
 - 36 J. Stalin, *War Speeches and Orders of the Day* (Londres 1945), 26.
 - 37 Deutscher, *Stalin*, 468-9.
 - 38 Gustav Herling, *A World Apart* (Londres 1951), 59.
 - 39 Conquest, op.cit., 486-90.
 - 40 Albert Seaton, *The Russo-German War 1941-1945* (Londres 1971), 90.
 - 41 Hingley, op.cit., 318.

- 42 Robert Conquest, *The Nation Killers: the Soviet Deportation of Nationalities* (Londres 1970), 65, 102; Hingley, op.cit., 348.
- 43 Deaton, *Stalin as Warlord*, 131-3.
- 44 Ibid., 126.
- 45 Ibid., 265-6.
- 46 Kennan, *Memoirs 1925-1950*, 133-4.
- 47 R.J.M. Butler, *Grand Strategy* (Londres 1957), II 543-4.
- 48 Carlton, op.cit., 184-5. *Diaries* não censurados de Harvey estão em Londres, British Library, Add. MS 56398.
- 49 A.J.P. Taylor, *Beaverbrook* (Londres 1972), 487.
- 50 Churchill, *War Memoirs*, X 210.
- 51 See F.H. Hinsley et al., *Second World War* (Londres 1981), II.
- 52 Haggie, op.cit.; Neidparth, op.cit.
- 53 Nish, op.cit., 232.
- 54 Ibid., 242.
- 55 Ibid., 246; B. Martin, *Deutschland und Japan in 2. Weltkrieg* (Gottingen 1969), cap. 1.
- 56 Kennan, *Memoirs 1925-1950*, 135.
- 57 Tolland, op.cit., 244.
- 58 Ibid., 95.
- 59 Nobutaka Ike, *Japan's Decision for War: records of the 1941 policy conferences* (Stanford 1967), 133p.; Mosley, op.cit., 215.
- 60 Mosley, op.cit., 207 e nota de pé de página.
- 61 Tolland, op.cit., 94, 148; Mosley, op.cit., 200 nota de pé de página.
- 62 Barbara Teters, "Matsuoka Yusuke: the diplomacy of bluff and gesture" in R.B. Burns and E.M. Bennett (eds), *Diplomats in Crisis: United States, Chinese, Japanese Relations 1919-1941* (Oxford 1974).
- 63 Tolland, op.cit., 75 footnote, 77.
- 64 Robert Craigie, *Behind the Japanese Mask* (Londres 1945).
- 65 Nish, op.cit., 235.
- 66 Tolland, op.cit., 179 e nota de pé de página.
- 67 R.J.C. Butow, *Tojo and the Coming of War* (Princeton 1961), 172.
- 68 Ike, op.cit., 151 nota de pé de página 36; Mosley, op.cit., 216-20.
- 69 Mosley, op.cit., 200.
- 70 Tolland, op.cit., 112.
- 71 Ike, op.cit., 188.
- 72 Tolland, op.cit., 133.
- 73 Ibid., 47, 68 nota de pé de página.
- 74 Ibid., 82.
- 75 Ike, op.cit., 201.
- 76 Ibid., 189-92.
- 77 Mosley, op.cit., 205 nota de pé de página.
- 78 Tolland, op.cit., 150 nota de pé de página.
- 79 Ibid., 225, 235p.
- 80 Ike, op.cit., 233.

- 81 Tolland, op.cit., 273-5.
- 82 Martin, *Deutschland und Japan*, cap. 1.
- 83 Ver Masatake Okumiya, *Midway: the Battle that Doomed Japan* (Annapolis 1955).
- 84 Tolland, op.cit., 339.
- 85 Hans-Adolf Jacobsen, *1939-1945: Der Zweite Weltkrieg in Chronik und Dokumenten* (Darmstadt 1961) 290.
- 86 Hillgruber, op.cit., 96.

12 SUPERPOTÊNCIA E GENOCÍDIO

- 1 George Bruce, *Second Front Now: the Road to D-Day* (Londres 1979); Ian Colvin, *Flight 777* (Londres 1957) sobre Leslie Howard.
- 2 Tolland, op.cit., 75-6 e nota de pé de página.
- 3 *Pop, goes the weasel* ("Papai, lá se vai a doninha"): canção infantil inglesa.
- 4 Ibid., 441-4; Burke Davis, *Get Yamamoto* (Nova Iorque 1969).
- 5 Barbara Tuchman, *The Zimmerman Telegram* (Nova Iorque 1958).
- 6 David Kahn, "Codebreaking in World Wars I and II: the Major Successes and Failures, their Causes and their Effects", *Cambridge Historical Journal*, setembro de 1980.
- 7 Richard Woytak, *On the Border of War and Peace: Polish Intelligence and Diplomacy in 1939 and the Origins of the Ultra Secret* (Boulder 1979).
- 8 Foi revelado pela primeira vez por F.W. Winterbotham, *The Ultra Secret* (Londres 1974), escrito in memoriam.
- 9 Ralph Bennett, "Ultra and Some Command Decisions", *Journal of Contemporary History*, 16 (1981), 131-51.
- 10 Vice-Admiral B.B. Schofield, "The Defeat of the U-boats During World War Two", *ibid.*, 119-29; P. Beesley, *Very Special Intelligence* (London 1977), 152-85; ver também Jürgen Rohwer and Eberhard Jackel (eds), *Die Funkaufklärung und ihre Rolle in 2 Weltkrieg* (1979), relatório da conferência internacional, realizada de 15 a 18 de novembro de 1978, a respeito da derrota do U-boat.
- 11 John Masterman, *The Double-Cross System in the War of 1939-1945* (Yale 1972).
- 12 Edward Van Der Rhoer, *Deadly Magic: a personal account of communications intelligence in World War Two in the Pacific* (New York 1978); W.J. Holmes, *Double-Edged Secrets: US Naval*

- Intelligence Operations in the Pacific during World War Two* (Annapolis 1979).
- 13 Harold Deutsch, "The Historical Impact of Revealing the Ultra Secret", US Army War College: *Parameters*, VII 3 (1978).
 - 14 Tolland, op.cit., 444-6.
 - 15 Milward, *German Economy at War*.
 - 16 Andreas Hillgruber, *Hitlers Strategie: Politik und Kriegführung 1940 bis 1941* (Frankfurt 1965), 38 nota de pé de página; Fest, op.cit., 1179-80, note 11.
 - 17 Citado in Seaton, *Stalin as Warlord*, 263.
 - 18 Fest, op.cit., 980.
 - 19 Ibid., 974.
 - 20 Tolland, op.cit., 327.
 - 21 Susman (ed.), op.cit.
 - 22 Charles Murphy, "The Earth Movers Organize for War", *Fortune*, agosto-outubro de 1943.
 - 23 Gilbert Burck, "GE Does IT", *Fortune*, March 1942.
 - 24 Tolland, op.cit., 426.
 - 25 Ike, op.cit., XXVI; Bruce, op.cit., sobre o episódio concernente a Churchill.
 - 26 Ver Geoffrey Best, *Humanity in Warfare* (London 1981); e o artigo Hans Blix in *British Yearbook of International Law* (Londres 1978).
 - 27 Charles Webster and Noble Frankland, *The Strategic Air Offensive Against Germany*, 4 v. (Londres 1961), I 323.
 - 28 Ibid., III 287; Taylor, *English History 1914-45*, 693.
 - 29 Taylor, *English History, 1914-45*, 692, nota de pé de página 4.
 - 30 David Irving, *The Destruction of Dresden* (London 1963), 44-5; Martin Middlebrook, *The Battle of Hamburg* (Londres 1980).
 - 31 Irving, op.cit., 51-2, 99-100.
 - 32 Ibid., 154-8, 175, 142-3.
 - 33 Hugo Young, *Brian Silcock and Peter Dunn, Journey to Tranquility: the History of Man's Assault on the Moon* (Londres 1969), 29-32.
 - 34 David Irving, *The Mare's Nest* (Londres 1964), 299, 306-14.
 - 35 Nils Bohr and J.A. Wheeler, *Physics Review*, 56 (1939), 426.
 - 36 Margaret Gowing, *Britain and Atomic Energy, 1939-1945* (Londres 1964), 54.
 - 37 Ver Freeman Dyson, *Disturbing the Universe* (Nova Iorque 1979).
 - 38 Gowing, op.cit., 45-51.
 - 39 Ibid., 76-8.
 - 40 Richard Hewlett and Oscar Anderson, *The New World 1939-1946* (Washington DC 1972).
 - 41 Stephane Groueff, *Manhattan Project* (Boston 1967), 62; Leslie Groves, *Now It Can Be Told: the Story of the Manhattan Project* (Nova Iorque 1962), 107.
 - 42 Peter Pringle and James Spigelman, *The Nuclear Barons* (Londres 1982), 26p.
 - 43 David Holloway, "Entering the Nuclear Arms Race: the Soviet Decision to Build the Atomic Bomb 1939-45", *Working Paper N.9*, Woodrow Wilson Center (Washington DC 1979).
 - 44 Strobe Talbor (ed.), *Khrushchev Remembers: the Last Testament* (Londres 1974), 60.
 - 45 Deborah Shapley, "Nuclear Weapons History: Japan's Wartime Bomb-projects Revealed", *Science*, 13 de janeiro de 1978.
 - 46 Rauschning, op.cit.
 - 47 Nolte, op.cit., 234.
 - 48 Mussolini, *Opera Omnia*, XXXI 223.
 - 49 Ibid., XXXII 1-5, 190.
 - 50 Fest, op.cit., 1031.
 - 51 Michael Balfour, "The Origins of the Formula 'Unconditional Surrender' in World War Two", *Armed Forces and Society* (Universidade de Chicago, Inverno de 1979).
 - 52 Hans Speidel, *Invasion 1944* (Tübingen 1961), 155.
 - 53 Citado por Schmidt, op.cit.
 - 54 *Hitler's Table-Talk*, 657, 661, 666, 684; Fest, op.cit., 1057, 1063.
 - 55 Fest, op.cit., 1057-9.
 - 56 Ver Hugh Trevor-Roper, "Thomas Carlyle's Historical Philosophy", *The Times Literary Supplement*, 26 de junho de 1981, 731-4.
 - 57 Citado em Hugh Trevor-Roper *The Last Days of Hitler* (London 1947), 51.
 - 58 Albert Zollar, *Hitler privat* (Dusseldorf 1949), 150.
 - 59 Fest, op.cit., 1069ff., 1077, 1104-12.
 - 60 A. Mitscherlich and F. Mielke, *The Death Doctors* (Londres 1962), 236ff.; Manvell and Fraenkel, *Himmler*, 87p.; Holborn, op.cit., 811.
 - 61 Manvell and Fraenkel, *Himmler*, 117.
 - 62 Fest, op.cit., 1011.
 - 63 Manvell and Fraenkel, *Himmler*, 118-19.
 - 64 Ibid., 120-2.
 - 65 Borkin, op.cit., 122-3.
 - 66 Sobre uma seleção ver Raul Hilberg (ed.), *Documents of Destruction: Germany and Jewry 1933-1945* (Nova Iorque 1971), e sua obra *Destruction of the European Jews* (Nova Iorque 1961).
 - 67 Martin Gilbert, *Final Journey: the Fate of the Jews in Nazi Europe* (Londres 1979), 69-70.
 - 68 Transcrito de Gerald Reitlinger, *The Final Solution* (Londres 1953).

- 69 Gilbert, *Final Journey*, 77-8.
- 70 Speer, op.cit., 302-4.
- 71 Ibid., 368 note 23.
- 72 Ver Benjamin B. Ferencz, *Less than Slaves: Jewish Forced Labor and the Quest for Compensation* (Harvard 1981).
- 73 *Trial of the Major War Criminals before the International Military Tribunal*, ed. L.D. Egbert, 42 v. (Nuremberg 1947-9), I 245.
- 74 Borkin, op.cit., 111-27.
- 75 Gilbert, *Final Journey*, 78.
- 76 Manvell and Fraenkel, *Himmler*, 91.
- 77 Ibid., 104-11. Ver também Mitscherlich and Mielke, op.cit.
- 78 Manvell and Fraenkel, *Himmler*, Apêndice B, 252-3.
- 79 Ibid., 136-7, 196-7.
- 80 Gilbert, *Final Journey*, 70; Luba Krugman Gurdus, *The Death Train* (Nova Iorque 1979).
- 81 Ver, a respeito de uma discussão sobre esse aspecto, Rainer C. Baum, *The Holocaust and the German Elite: Genocide and National Suicide in Germany 1871-1945* (Londres 1982).
- 82 Gerald Reitlinger, *The SS: Alibi of a Nation, 1922-1945* (Londres 1956), 377.
- 83 Maurice Raisfus, *Les Juifs dans la Collaboration: L'UGIF 1941-1944* (Paris 1981).
- 84 Michael R. Marrus and Robert O. Paxton, *Vichy France and the Jews* (Nova Iorque 1981).
- 85 Martin Gilbert, *Auschwitz and the Allies* (London 1981), 267-70.
- 86 Citado em ibid.
- 87 John Wheeler-Bennett and Anthony Nicholls, *The Semblance of Peace: the Political Settlement after the Second World War* (Nova Iorque 1972), 146-8, 166; Alexander Werth, *Russia at War 1941-1945* (Nova Iorque 1965), 267-8.
- 88 Aaron Goldman, "Germans and Nazis: the controversy over 'Vansittartism' in Britain during the Second World War", *Journal of Contemporary History*, 14 (1979), 155-91.
- 89 Manvell and Fraenkel, *Himmler*, 157, 169-70, 266 nota de pé de página 20.
- 90 Borkin, op.cit., 135-56.
- 91 Dados de Ferencz, *Less than Slaves*.
- 92 Tolland, op.cit., 499 nota de pé de página.
- 93 James, op.cit., 322.
- 94 Tolland, op.cit., 477-8.
- 95 James, op.cit., 246-7, 321, 396.
- 96 Ibid., 299; Tolland, op.cit., 468.
- 97 Tolland, op.cit., 469-71.
- 98 James, op.cit., 246-7.
- 99 Ibid., 293.
- 100 Lansing Lamont, *Day of Trinity* (Nova Iorque 1965), 235.
- 101 Sobre a decisão da bomba, ver Martin Sherwin, *A World Destroyed: the Atomic Bomb and the Grand Alliance* (Nova Iorque 1975), cap.8.
- 102 Tolland, op.cit., 756.
- 103 Cálculo do professor Shogo Nagaoka, primeiro Curador do Peace Memorial in Hiroshima, Tolland, op.cit., 790 nota de pé de página.
- 104 James, op.cit., 328; Shapley, op.cit.
- 105 Tolland, op.cit., 813 nota de rodapé.
- 106 Texto in R.J.C. Butow, *Japan's Decision to Surrender* (Stanford 1954) 248.
- 107 Beaseley, op.cit., 277-8.
- 108 Ver o Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente, *Proceedings*, 3 de maio de 1946 a 16 de abril de 1946, *Judgment*, novembro de 1948, Tóquio.
- 109 James, op.cit., 259-60.
- 110 Philip R. Piccigallo, *The Japanese on Trial: Allied War Crimes Operations in the East 1945-1951* (Austin 1979), 27.
- 111 Ibid., 23, sobre opiniões discordantes.
- 112 Citado em Mosley, op.cit.
- 113 Samuel Eliot Morrison, *History of the US Naval Operations in World War Two: VII Aleutians, Gilberts and Marshall* (Washington DC 1951).
- 114 Tolland, op.cit., 677 nota de pé de página.
- 115 Sherwin, op.cit., 302.
- 116 Poole, op.cit., 130.
- 117 James, op.cit., 335-40.
- 118 Nicholas Bethell, *The Last Secret: Forcible Repatriation to Russia 1944-1947* (Londres 1974), 5.
- 119 Ibid., 8-13; Carlton, op.cit., 239-42.
- 120 Ibid.; Berthell, op.cit., 57-60.
- 121 Joseph Hecomovic, *Tito's Death-Marches and Extermination Camps* (Nova Iorque 1962) 23.
- 122 Bethell, op.cit., 82, 101, 131-3, 142-3.

13 A PAZ PELO TERROR

- 1 Rhodes James (ed.), op.cit., 505.
- 2 Citado em Charles Bohlen, *Witness to History 1929-1969* (Nova Iorque 1973), 26-9.
- 3 Robert Sherwood, *Roosevelt and Hopkins*, 2 v. (Nova Iorque 1950), I 387-423; Adam B. Ulam, *Stalin: the Man and his Era* (Nova Iorque 1973), 539-42, 560-1.
- 4 Yergin, op.cit., 54.
- 5 Winston Churchill, *Wartime Correspondence* (Londres 1960), 196.
- 6 Cairo Conference 1943. Citado em Terry Anderson, *The United States, Great Britain*

- and the Cold War 1944-1947 (Colômbia 1981), 4.
- 7 Citado em Robert Garson, "The Atlantic Alliance, East Europe and the Origin of the Cold War" in H.C. Allen and Robert Thompson (ed.), *Contrast and Connection* (Athens, Ohio 1976), 298-9.
 - 8 Lord Moran, *Churchill: the Struggle for Survival, 1940-1944* (Londres 1968), 154.
 - 9 John Wheeler-Bennett and Anthony Nicholls, *The Semblance of Peace: the Political Settlement after the Second World War* (Nova Iorque 1972), 290.
 - 10 Anderson, op.cit., 15.
 - 11 John R. Deane, *The Strange Alliance: the Story of American Efforts at Wartime Co-operation with Russia* (Londres 1974), 298.
 - 12 Lisle A. Rose, *Dubius Victory: the United States and the End of World War Two* (Kent, Ohio 1973), I 6-7.
 - 13 Memo do Ministério das Relações Exteriores 21 de março de 1944, "Essentials of an American Policy".
 - 14 A minuta está em Inverchapel Papers in PRO; ver Carlton, op.cit., 244; Churchill, *Second World War*, VI 196-7.
 - 15 Diário de Sir Pierson Dixon, 4 de dezembro de 1944, citado em Carlton, op.cit., 248-9; Churchill, *Second World War*, VI 252.
 - 16 Citado por Carlton, op.cit., 248.
 - 17 Averell Harriman and Elie Abel, *Special Envoy to Churchill and Stalin 1941-1946* (Nova Iorque 1975), 390.
 - 18 Churchill, *Second World War*, VI 337.
 - 19 William D. Leahy, *I Was There* (Nova Iorque 1950), 315-16.
 - 20 Anderson, op.cit., 47.
 - 21 Ibid., 50.
 - 22 Viscount Montgomery, *Memoirs* (Nova Iorque 1958), 296-7.
 - 23 Harry S. Truman, *Memoirs*, 2 v. (Nova Iorque 1955-6), I 81-2.
 - 24 Omar Bradley, *A Soldier's Story* (Nova Iorque 1951), 535-6; Forrest Pogue, *George C. Marshall: Organizer of Victory* (Nova Iorque 1973), 573-4.
 - 25 Thomas Campbell and George Herring, *The Diaries of Edward R. Stettinius Jr, 1943-1946* (Nova Iorque 1975), 177-8.
 - 26 Anderson, op.cit., 69.
 - 27 Moran, op.cit., 305.
 - 28 Victor Rothwell, *Britain and the Cold War 1941-1947* (Londres 1982).
 - 29 *Forrestal Diaries* (Nova Iorque 1951), 38-40, 57.
 - 30 Z. Stypulkowski, *Invitation to Moscow* (Londres 1951).
 - 31 Anderson, op.cit., 75-6.
 - 32 Patricia Dawson Ward, *The Threat of Peace: James F. Byrnes and the Council of Foreign Ministers 1945-6* (Kent, Ohio 1979).
 - 33 Yergin, op.cit., 160-1; George Curry, "James F. Byrnes" in Robert H. Ferrell and Samuel Flagg Bemiss (ed.), *The American Secretaries of State and their Diplomacy* (Nova Iorque 1965).
 - 34 Kennan, *Memoirs 1925-1950*, 294.
 - 35 *Uncle Joe (Tio Joe)*: maneira pela qual governantes americanos se referiam a Joseph Stálin. (N.R.)
 - 36 Texto do discurso in Robert Rhodes James, *Churchill Complete Speeches* (London 1974), VII 7283-96; Jerome K. Ward, "Winston Churchill and the Iron Curtain Speech", *The History Teacher*, janeiro de 1968.
 - 37 Leahy Diaries, 24 January, 7 de fevereiro de 1946.
 - 38 John Morton Blun, *The Price of Vision: the Diary of Henry A. Wallace* (Boston 1973), 589-601; Yergin, op.cit., 253-4.
 - 39 Dean Acheson, *Present at the Creation* (Nova Iorque 1969), 219; Yergin, op.cit., 253-4.
 - 40 Acheson, op.cit., 234.
 - 41 Ver "Overseas Deficit", datado de 2 de maio de 1947, Dalton Papers; Harry Bayard Price, *The Marshall Plan and its Meaning* (Cornell 1955).
 - 42 Yergin, op.cit., 348-50.
 - 43 Jean Edward Smith (ed.), *The Papers of General Lucius D. Clay: Germany, 1945-1949* (Bloomington 1974), 734-7.
 - 44 Yergin, op.cit., 380.
 - 45 Talbot (ed.) op.cit., 205.
 - 46 David Alan Rosenberg, "American Atomic Strategy and the Hydrogen Bomb Decision", *Journal of American History*, June 1979; David Lilienthal, *Atomic Energy: a New Start* (Nova Iorque 1980).
 - 47 W. Phillips Davison, *The Berlin Blockade* (Princeton 1958).
 - 48 Kennan, *Memoirs 1925-1950*, 354p.
 - 49 Warner Schilling et al., *Strategy, Politics and Defence Budgets* (Colômbia 1962), 298-330.
 - 50 Richard Hewlett and Francis Duncan, *Atomic Shield 1947-1952* (Pensilvânia 1969), 362-9.
 - 51 Anderson, op.cit., 184.
 - 52 Churchill, *Second World War*, VI: *Triumph and Tragedy* (Londres 1954), 701.
 - 53 Samuel I. Rosenman (ed.), *Public Papers and Addresses of Franklin D. Roosevelt: Victory and the Threshold of Peace*

- 1944-1945 (Nova Iorque 1950), 562.
- 54 Schram, op.cit., 220p.; Tang Tsou, *America's Failure in China 1941-1950* (Chicago 1963), 176p.
- 55 Schram, op.cit., 228-9; Tang Tsou, op.cit., 100-24.
- 56 Milovan Djilas, *Conversations with Stalin* (Londres 1962), 182; *Tito Speaks* (Londres 1953), 331.
- 57 Schram, op.cit., 232-3.
- 58 Wolfram Eberhard, *History of China* (4ª ed., Londres 1977), 344.
- 59 Derk Bodde, *Peking Diary: a Year of Revolution* (tr. Londres 1951), 32.
- 60 Citado em Noel Barber, *The Fall of Shanghai: the Communist Takeover in 1949* (Londres 1979), 42.
- 61 Bodde, op.cit., 47.
- 62 Barber, op.cit., 49-50.
- 63 Ibid., 51.
- 64 Tang Tsou, op.cit., 482-4, 497-8; Schram, op.cit., 245.
- 65 Mao Tse-Tung, *Selected Works*, VI 201-2, decreto de 13 de fevereiro de 1948.
- 66 Kennan, *Memoirs 1925-1950*, 376.
- 67 Samuel Wells, "The Lessons of the Korean War", in Francis Heller (ed.), *The Korean War: a 25-Year Perspective* (Kansas 1977).
- 68 Duncan Wilson, *Tito's Yugoslavia* (Cambridge 1979), 50 nota de pé de página.
- 69 Djilas, op.cit., 129, 141.
- 70 Hingley, op.cit., 385; D. Wilson, op.cit., 55.
- 71 D. Wilson, op.cit., 61.
- 72 Ibid., 87.
- 73 Robert Conquest, *The Soviet Police System* (Londres 1968), 41.
- 74 Hingley, op.cit., 388.
- 75 S. Wells, op.cit.
- 76 Kennan, *Memoirs, 1925-1950*, 490.
- 77 *New York Times*, 3 August 1980; S. Wells, op.cit.
- 78 Talbot (ed.), op.cit., 269; *China Quarterly*, abril-junho de 1964.
- 79 Yergin, op.cit., 407; S. Wells, op.cit.
- 80 Robert C. Tucher, "Swollen State, Spent Society: Stalin's Legacy to Brezhnev's Russia", *Foreign Affairs*, 60 (Inverno 1981-2), 414-45.
- 81 Kolakowski, op.cit., III 132-5; Hingley, op.cit., 380-2.
- 82 Zhores A. Medvedev, *The Rise and Fall of T.D. Lysenko* (tr. Nova Iorque 1969), 116-17.
- 83 Robert Payne, *The Rise and Fall of Stalin* (Londres 1968), 664.
- 84 *Pravda*, 17 de fevereiro de 1950, citado em Hingley, op.cit., 508.
- 85 Rigby, *Stalin*, 71; Marc Slonim, *Soviet Russian Literature* (Nova Iorque 1964), 289.
- 86 Svetlana Alliluyeva, *Twenty Letters*, 171, 193, 197, 206; Talbot (ed.), op.cit., 263.
- 87 Robert Conquest, *Power and Policy in the USSR* (Londres 1961), 100.
- 88 Grey, op.cit., 453-4.
- 89 Kennan, *Memoirs 1950-1963*, 154-6.
- 90 Hingley, op.cit., 404.
- 91 Rigby, *Stalin*, 81.
- 92 Conquest, *Power and Policy*, 165-6; Rigby, *Stalin*, 66-7; Hingley, op.cit., 414.
- 93 Svetlana Alliluyeva, *After One Year*, 365; Hingley, op.cit., 393-5, 416.
- 94 K.P.S. Menon, *The Flying Troika: extracts from a diary* (Londres 1963), 27-9.
- 95 Svetlana Alliluyeva, *Twenty Letters*, 13-18.
- 96 Hingley, op.cit., 424, 427.
- 97 Sidney Olson, "The Boom", *Fortune*, junho de 1946.
- 98 Kennan, *Memoirs 1950-1963* 191-2.
- 99 Alan Harper, *The Politics of Loyalty* (New York 1969).
- 100 Roy Cohn, *McCarthy* (Nova Iorque 1968), 56p.
- 101 Richard Rovere, *Senator Joe McCarthy* (Nova Iorque 1968), 56p.
- 102 Citado em Arthur Schlesinger, *Robert Kennedy and his Times* (Boston 1978).
- 103 Edwin R. Bayley, *Joe McCarthy and the Press* (Universidade de Wisconsin 1981), 66-87, 214-22.
- 104 Kennan, *Memoirs 1950-1963*, 220.
- 105 Barton J. Bernstein, "New Light on the Korean War", *International History Review*, 3 (1981), 256-77.
- 106 Robert Griffith, *The Politics of Fear: Joseph McCarthy and the Senate* (Lexington 1970); Richard M. Friend, *Men Against McCarthy* (Nova Iorque 1976).
- 107 Fred I. Greenstein, "Eisenhower as an Activist President: a look at new evidence", *Political Science Quarterly*, Inverno de 1979-80; Robert Wright, "Ike and Joe: Eisenhower's White House and the Demise of Joe McCarthy", tese não publicada (Princeton 1979).
- 108 Trohan, op.cit., 292.
- 109 Emmet John Hughes, *Ordeal of Power: a Political Memoir of the Eisenhower Years* (Nova Iorque 1963), 329-30.
- 110 Richard Nixon, *Six Crisis* (Nova Iorque 1962), 161.
- 111 Greenstein, op.cit., ver também Douglas Kinnaird, *President Eisenhower and Strategic Management* (Lexington 1977).
- 112 Sherman Adams, *First Hand Report* (Nova Iorque 1961), 73.
- 113 Trohan, op.cit., 111.
- 114 Robert H. Ferrell, *The Eisenhower Diaries* (New York 1981), 230-2.

- 115 Kennan, *Memoirs 1950-1963*, 196.
- 116 Verno A. Walters, *Silent Missions* (Nova Iorque 1978), 226.
- 117 Ver Robert A. Divine, *Eisenhower and the Cold War* (Oxford 1981).
- 118 *Public Papers of Dwight D. Eisenhower 1954* (Washington 1960), 253, 206.
- 119 Ver Richard H. Immerman, "The US and Guatemala 1954", tese de PHD não publicada (Boston College 1978), citado em Greenstein, op.cit.; Richard Cotton, *Nationalism in Iran* (Pittsburgo 1964).
- 120 Joseph B. Smith, *Portrait of a Cold Warrior* (Nova Iorque 1976), 229-40; Schlesinger, *Robert Kennedy*, 455, 457.
- 121 C.L. Sulzburger, *A Long Row of Candles* (New York 1969), 767-9.
- 122 Kennan, *Memoirs 1950-1963*, 183.
- 123 Sherman Adams, op.cit., cap.17, 360p.
- 124 Ver Joan Robinson, "What has become of the Keynesian Revolution?" in Milo Keynes (ed.), op.cit., 140.
- 125 Arthur Larsen, *Eisenhower: the President that Nobody Knew* (Nova Iorque 1968), 34.

14 A GERAÇÃO DE BANDUNG

- 1 E.L. Woodward, *British Foreign Policy in the Second World War* (Londres 1970), I XLIV.
- 2 16 de junho de 1943; citado em David Dilks (ed.), *Retreat from Power* (Londres 1981), II After 1939.
- 3 William Roger Louis, *Imperialism at Bay: the United States and the Decolonization of the British Empire 1941-1945* (Oxford 1978).
- 4 Registrado no diário do Almirante Leahy, 9 de fevereiro de 1945, citado em, Anderson, op.cit.
- 5 W.K. Hancock and Margaret Gowing, *The British War Economy* (Londres 1949), 546-9.
- 6 Dalton Diary, 10 de setembro de 1946.
- 7 *Harold Nicolson Diaries and Letters 1945-1962* (Londres 1968), 115-16.
- 8 A. Goldberg, "The Military Origins of the British Nuclear Deterrent", *International Affairs*, XL (1964).
- 9 Edward Spiers, "The British Nuclear Deterrent: problems, possibilities", in Dilks, op.cit., II 183-4.
- 10 M.H. Gowing, *Independence and Deterrence, Britain and Atomic Energy 1945-52*, 2 v. (Londres 1974), I 131.
- 11 Ibid., 182-3.
- 12 Ibid., 406.
- 13 Dilks, op.cit., II 161.
- 14 Sobre as estatísticas do fim da guerra ver

- James, op.cit.
- 15 Ibid., 251-3.
- 16 Robert Rhodes James, *Memoirs of A Conservative: J.C.C. Davidson's Letters and Papers 1910-1937* (Londres 1969), 390.
- 17 John Wheeler-Bennett, *King George VI: his Life and Times* (Londres 1958), 703.
- 18 *Ahsram*: na Índia, lugar onde o povo se reúne para celebração de ofícios religiosos ou para ensinamentos religiosos do hinduísmo. (N.R.).
- 19 Ver Mehta, *Mahatma Gandhi and his Apostles* (Nova Iorque 1976), 33p.
- 20 Ibid., 13-16.
- 21 Ibid., 44.
- 22 Ibid., 56.
- 23 Orwell, *Collected Essays, etc.*, IV 529.
- 24 Citado em Sarvepalli Gopal, *Jawaharlal Nehru: a biography* (Londres 1965), I 38-9.
- 25 Ibid., 79, 98, 236; Leonard Woolf, *Downhill All the Way* (Londres 1967), 230.
- 26 Discurso de Nehru em Ootacamund, 1º de junho de 1948; Gopal, op.cit., II 308.
- 27 Richard Hughes, *Foreign Devil* (Londres 1972), 289-92.
- 28 Richard Hough, *Mountbatten* (Londres 1980), 216.
- 29 R. Jeffrey, "The Punjab Boundary Force and the problem of order, August 1947", *Modern Asian Studies* (1974), 491-520.
- 30 M. Masson, *Edwina Mountbatten* (Londres 1958), 206-7.
- 31 Gopal, op.cit., II 13.
- 32 Penderal Mood, *Divide and Quit* (Londres 1961), dá 200.000; G.D. Khosla, *Stern Reckoning* (Delhi n.d.), 4-500.000; Ian Stephens, *Pakistan* (Londres 1963), 500.000; M. Edwardes, *Last Years of British India* (Londres 1963), 600.000.
- 33 Gopal, op.cit., II 21, 42.
- 34 Carta de Nehru a Krishna Menon, 24 de agosto de 1949.
- 35 Walter Lippmann in *Herald Tribune*, 10 de janeiro 1949; Acheson, op.cit., 336; *Christian Science Monitor*, 26 de outubro de 1949; *Manchester Guardian*, 26 de maio de 1954; W. Johnson (ed.), *The Papers of Adlai E. Stevenson* (Boston 1973), III 181.
- 36 Nehru, carta datada de 9 de junho de 1951.
- 37 Gopal, op.cit., 311.
- 38 Carta de Nehru a Rajagopalachari, 3 de julho de 1950; telegrama para o presidente Nasser, 31 de outubro de 1956; telegrama para J.F. Dulles, mesma data.
- 39 Citado por Gopal, op.cit., II 246.
- 40 S. Durt, *With Nehru at the Foreign Office* (Calcutá 1977), 177.
- 41 Carta de Nehru a Ernest Bevin, 20 de novembro de 1950.

- 42 Gopal, *op.cit.*, II 194-5, 227.
- 43 J.K. Galbraith, *A Life in Our Times* (Londres 1981), cap. 27, 420p.
- 44 Keith Irvine, *The Rise of the Coloured Races* (Londres 1972), 540p.; G. McT. Kahin, *The Asian-African Conference, Bandung* (Ithaca 1956).
- 45 J.D. Legge, *Sukarno: A Political Biography* (Londres 1972), 264-5.
- 46 Richard Wright, *The Colour Curtain* (Londres 1965), 15.
- 47 Harry J. Benda, "Christian Snouck Hurgronje and the Foundation of Dutch Islamic Policy in Indonesia", *Journal of Modern History*, XXX (1958), 338-47.
- 48 E.H. Kossman, *The Low Countries, 1780-1940* (Oxford 1978), 672p.
- 49 Ver Sukarno's book, *The Birth of Panjia Sila* (Djakarta 1950).
- 50 D.S. Lev, *The Transition to Guided Democracy: Indonesia Politics 1957-1959* (Ithaca 1966).
- 51 Sobre *slogans*, ver Legge, *op.cit.*, 288-90, 324, 332-3, 359 e *passim*.
- 52 Talbot (ed.), *op.cit.*, 322.
- 53 Legge, *op.cit.*, 387; John Hughes, *The End of Sukarno* (Londres 1968), 44.
- 54 J.R. Bass, "The PKI and the attempted coup", *Journal of SE Asian Studies*, março de 1974; sobre bibliografia crítica do golpe, ver Legge, *op.cit.*, 390 nota de pé de página 45.
- 55 Hughes, *op.cit.*, chapter 16.
- 56 Howard M. Sachar, *Britain Leaves the Middle East* (Londres 1974), 391.
- 57 *Petroleum Times*, junho de 1948; *Oil Weekly*, 6 March 1944.
- 58 *Forrestal Diaries*, 356-7.
- 59 Sachar, *op.cit.*, 395.
- 60 Churchill, *Second World War*, IV 952.
- 61 Sachar, *op.cit.*, 442.
- 62 Chaim Weizmann, *Trial and Error* (Filadélfia 1949), II 437.
- 63 Yehudah Bauer, *From Diplomacy to Resistance: a History of Jewish Palestine 1939-1945* (Filadélfia 1970), 230.
- 64 Sachar, *op.cit.*, 447.
- 65 *New York Post*, 21 de maio de 1946.
- 66 Nicholas Bethell, *The Palestine Triangle: the struggle between the British, the Jews and the Arabs, 1935-1948* (Londres 1979), 254-5.
- 67 Bethell, *The Palestine Triangle*, 261p., baseado em gravações liberadas em 1978.
- 68 *Jerusalem Post*, 1º de agosto de 1947.
- 69 Bethell, *The Palestine Triangle*, 243-4.
- 70 *Israelites e lights: trocadilho com lites e lights*, luzes de Israel. (N.T.)
Jon and David Kimche, *Both Sides of the Hill. Britain and the Palestine War* (Londres 1960), 21-2.
- 71 Bauer, *op.cit.*, 230.
- 72 *The Jewish Case for the Anglo-American Committee of Inquiry on Palestine* (Jerusalém 1947), 6-7, 74-5.
- 73 Joseph Schechtman, *The US and the Jewish State Movement* (Nova Iorque 1966), 110.
- 74 Citado em Alfred Steinberg, *The Man from Missouri: the life and times of Harry S. Truman* (Nova Iorque 1952), 301.
- 75 Truman, *Memoirs*, II 135.
- 76 *Petroleum Times*, junho de 1948.
- 77 *Forrestal Diaries*, 324, 344, 348.
- 78 Howard Sachar, "The Arab-Israeli issue in the light of the Cold War", *Sino-Soviet Institute Studies* (Washington DC), 1966, 2.
- 79 Sachar, *Europe Leaves the Middle East*, 546-7.
- 80 *Ibid.*, 518p.
- 81 Kimche, *op.cit.*, 60.
- 82 Netanel Lorch, *The Edge of the Sword: Israel's War of Independence 1947-1948* (Nova Iorque 1961), 90.
- 83 David Horowitz, *State in the Making* (Nova Iorque 1953), 232-5.
- 84 Rony E. Gabbay, *A Political Study of the Arab-Jewish Conflict* (Genebra 1959), 92-3.
- 85 Sachar, *Europe Leaves the Middle East*, 550-1; Walid Khalidi, "Why Did the Palestinians Leave?", *Middle East Forum*, julho de 1955; Erkin B. Childers, "The Other Exodus", *Spectator*, 12 de maio de 1961. Instruções da Liga Árabe foram publicadas em *Al-Kayaf* (Líbano 30 de abril, 5-7 de maio de 1948).
- 86 Colonial Office transcript (CO 733 477) citado em Bethell, *The Palestine Triangle*, 355.
- 87 Walter Pinner, *How Many Arab Refugees?* (Nova Iorque 1959), 3-4.
- 88 Sachar, *op.cit.*, 191; sobre a distribuição do êxodo judeu, ver Martin Gilbert, *The Arab-Israeli Conflict: its History in Maps* (Londres 1974), 50.
- 89 Jon Kimche, *Seven Fallen Pillars* (Londres 1974), 46.
- 90 Francis Williams: *A Prime Minister Remembers* (Londres 1961), 175-6.
- 91 Bethell, *The Palestine Triangle*, 358.
- 92 Sachar, *Europe Leaves the Middle East*, 51.
- 93 Sobre um incisivo retrato de um governante muçulmano amigo, ver Mohammed Ahmed Mahgoub, *Democracy on Trial: Reflections on Arab and African Politics* (Londres 1974).
- 94 Constantine Zurayak, *The Meaning of the Disaster* (Beirute 1956), 2.
- 95 Sobre o projeto da represa, ver P.K.

- O'Brien, *The Revolution in Egypt's Economic System* (London 1966) e Tom Little, *High Dam at Aswan* (London 1965).
- 96 Carlton, op.cit., 416.
- 97 Ibid., 389.
- 98 André Beaufre, *The Suez Expedition 1956* (tr. Londres 1969), 28-34; Hugh Stockwell, "Suez: Success or Disaster?", *Listener*, 4 de novembro de 1976.
- 99 Ver o relato do próprio Eden em *Memoirs: Full Circle* (Londres 1960); Selwyn Lloyd, *Suez 1956: a Personal Account* (Londres 1978).
- 100 Moshe Dayan, *Story of My Life* (Londres 1976), 181.
- 101 Dwight D. Eisenhower, *The White House Years: Waging Peace 1956-1961* (Nova Iorque 1965), 666-7.
- 102 Carlton, op.cit., 451-3.
- 103 Brian Urquhart, *Hammar skjöld* (Londres 1973), 26.
- 104 Ibid., 170, 174, 185-9.
- 105 Horne, op.cit. (Londres 1977), 60.
- 106 Ver Robert Aron et al., *Les Origines de la guerre d'Algérie* (Paris 1962).
- 107 Albert-Paul Lénin, *L'Algérie des colonels* (Paris 1958).
- 108 Horne, op.cit., 72.
- 109 *Front de Libération Nationale (FLN)*: Frente de Libertação Nacional (FLN). (N.R.)
- 110 Ibid., 91-2, 101; Pierre Leulliette, Sr *Michael and the Dragon* (tr. Londres 1964).
- 111 Horne, op.cit., 132-5.
- 112 C. Marighela, *For the Liberation of Brazil* (Penguin 1971).
- 113 Horne, op.cit., 98-9.
- 114 Germaine Tillion, *L'Algérie en 1957* (Paris 1957); Vincent Monteil, *Soldat de fortune* (Paris 1966).
- 115 Jacques Soustelle, *Aimée et Souffrante Algérie* (Paris 1956).
- 116 Horne, op.cit., 117-18.
- 117 Albert Camus, *Chroniques Algériennes 1939-1958* (Paris 1958).
- 118 Horne, op.cit., 187.
- 119 Jacques Massu, *La Vrai Bataille d'Alger* (Paris 1971).
- 120 Henri Alleg *La Question* (Paris 1958).
- 121 Horne, op.cit., 201.
- 122 Sobre exemplos, ver J.R. Tournoux, *Secret d'Etat* (Paris 1960); J.J. Servan-Schreiber, *Lieutenant en Algérie* (Paris 1957).
- 123 Charles de Gaulle: *Memoirs of Hope* (tr. Londres 1970-1), I 12.
- 124 Ibid., 15.
- 125 Simone de Beauvoir, *La Force des choses* (Paris 1963).
- 126 Horne, op.cit., 291.
- 127 De Gaulle, op.cit., 47.
- 128 Horne, op.cit., 376-8.
- 129 Ibid., 515-16.
- 130 Ibid., 495.
- 131 Ibid., 506.
- 132 Mouloud Feraoun, *Journal 1955-1962* (Paris 1962).
- 133 Horne, op.cit., 524.
- 134 Ibid., 540-3.
- 135 Ibid., 537-8.
- 136 De Gaulle, op.cit., I 126.
- 137 Ben Bella, entrevista à Radio Monte Carlo: *Daily Telegraph*, 19 March 1982.

15 OS REINADOS DE CALIBAN

- 1 Mark Amory (ed.), *Letters of Evelyn Waugh* (Londres 1980), 517.
- 2 James, op.cit., 193.
- 3 Citado em Dorothy Pickles, *French Politics: the First Years of the Fourth Republic* (Londres 1953), 151.
- 4 Stewart Easton, *The Twilight of European Colonialism* (Londres 1961).
- 5 *Colon*: colono; o que foi habitar uma colônia; o fazendeiro colonizador, em oposição ao nativo da colônia súdita. (N.R.)
- 6 *Le Monde*, 21 de junho de 1951.
- 7 De Gaulle, op.cit., I 66.
- 8 Ibid., 68.
- 9 Citado em Easton, op.cit.
- 10 Michael Blundell, *So Rough a Wind* (Londres 1964).
- 11 *Weekend Telegraph*, 12 de março de 1965.
- 12 Miles Hudson, *Triumph or Tragedy: Rhodesia to Zimbabwe* (Londres 1981), 38-9.
- 13 Jean Labrique, *Congo Politique* (Leopoldville 1957), 199-219.
- 14 Comnd 9109 (1918), 3, citado em Barnett, op.cit., 147.
- 15 Kirkman, op.cit., 15ff.
- 16 Sobre a elaboração dessa teoria, ver P.A. Baran, *The Political Economy of Growth* (Nova Iorque 1957); C. Leys, *Underdevelopment in Kenya: the Political Economy of Neo-Colonialism 1964-71* (Londres 1975).
- 17 Citado em Mahgoub, op.cit., 250ff.
- 18 Tawia Adamafio, *A Portrait of the Osagyefo, Dr Kwame Nkrumah* (Accra 1960), 95.
- 19 Mahgoub, op.cit., 284.
- 20 John Rogge, "The Balkanization of Nigeria's Federal System", *Journal of Geography*, abril-maio de 1977.
- 21 J.L. Lacroix, *Industrialization au Congo* (Paris 1966), 21p.

- 22 Easton, op.cit., 445; ver também R Anstey, *King Leopold's Legacy: the Congo Under Belgian Rule 1908-1960* (Oxford 1966).
- 23 Ver G. Heinz and H. Donnay, *Lumumba: the Last Fifty Days* (Nova Iorque 1969).
- 24 Urquhart, op.cit., 392-3, 397.
- 25 Paul-Henri Spaak, *Combats Inachevés* (Paris 1969), 244-5.
- 26 Urquhart, op.cit., 385.
- 27 Ibid., 507.
- 28 *Oubliette*: masmorra.
- 29 *Sunday Times*, 11 de outubro de 1964.
- 30 Ali Mazrui, "Moise Tschombe and the Arabs, 1960-8" in *Violence and Thought: Essays on Social Tension in Africa* (Londres 1969).
- 31 *Wall Street Journal*, 25-26 de junho de 1980; Patrick Marnham, *Fantastic Invasion* (Londres 1980), 203 nota 10.
- 32 K.W. Grundy, *Conflicting Images of the Military in Africa* (Nairobi 1968).
- 33 Samuel Decalo, *Coups and Army Rule in Africa* (Yale 1976), 5-6 e tabelas 1.1 e 1.2.
- 34 A point made in Shiva Naipaul, *North of South: an American Journey* (Londres 1978).
- 35 *African Standard*, Nairobi, 12 April 1965; citado em Mazrui op.cit., 210-11.
- 36 Marvin Harris, *Portugal's African "Wards"* (New York 1958); James Duffy, *Portuguese Africa* (Harvard 1959).
- 37 Marcello Caetano, *Colonizing Traditions: Principles and Methods of the Portuguese* (Lisboa 1951).
- 38 Easton, op.cit., 506.
- 39 T.R.H. Davenport, *South Africa: a Modern History* (Londres 1977), 346.
- 40 W.K. Hancock, *Smuts* (Londres 1968), II.
- 41 Sobre essas seitas, ver Bengt G.M. Sundkler, *Bantu Prophets in South Africa* (2ª ed. Oxford 1961) and *Zulu Zion and some Swazi Zionists* (Oxford 1976).
- 42 Davenport, op.cit., 176ff.
- 43 Ibid., 207; sobre as leis referentes aos nativos, ver M. Ballinger, *From Union to Apartheid* (Londres 1969).
- 44 B. Patchai, *The International Aspects of the South African Indian Question 1860-1971* (Londres 1971).
- 45 N.M. Stultz, *Afrikaaner Politics in South Africa 1934-48* (Londres 1974).
- 46 G.D. Scholtz, *Dr H.F. Verwoerd* (Londres 1974).
- 47 Ambrose Reeves, *Shooting at Sharpeville* (Londres 1961).
- 48 Davenport, op.cit., 270-1.
- 49 Ibid., 296-7, com gráficos de crescimento populacional.
- 50 Ibid., 304-5.
- 51 Ibid., 376, sobre mapas de minérios.
- 52 *Wall Street Journal*, 10 de julho de 1980.
- 53 Ibid., 4 de agosto de 1980.
- 54 *Laager* (África do Sul): acampamento. (N.R.)
- 55 Naipaul, op.cit., 231.
- 56 Richard West, *The White Tribes Revisited* (Londres 1978), 16p.
- 57 Naipaul, op.cit., 232-3.
- 58 Citado em Marnham, op.cit., 196.
- 59 West, op.cit., 147.
- 60 Marnham, op.cit., 112.
- 61 Ibid., 125p.
- 62 *Inside East Africa*, agosto-setembro de 1960.
- 63 TANU: sigla da organização política denominada União Nacional Africana de Tanganica. (N.R.)
- 64 *Sunday News* (Dar es Salaam), 26 de janeiro de 1964.
- 65 "One Party Government", *Transition*, dezembro de 1961.
- 66 *Report of the Presidential Commission on the Establishment of a Democratic One Party State*, (Dar es Salaam 1965), 2.
- 67 Lionel Cliffe (ed.), *One-Party Democracy in Tanzania* (Nairobi 1967).
- 68 Mazrui, op.cit., 255.
- 69 *The Arusha Declaration and Tanu's Policy on Socialism and Self-Reliance* (Dar es Salaam 1967); Marzui, op.cit., 48.
- 70 Naipul, op.cit., 144p.
- 71 Citado em ibid., 200-1.
- 72 *Daily Nation*, Nairobi, 6 de fevereiro de 1968.
- 73 Ali Mazrui, "Mini-skirts and Political Puritanism", *Africa Report*, outubro de de 1968.
- 74 *Reporter*, Nairobi, 23 de fevereiro de 1968.
- 75 Naipaul, op.cit., 237-8.
- 76 *The Times*, 7 de outubro de 1965.
- 77 Marnham, op.cit., 199.
- 78 West, op.cit., 146.
- 79 *Annual Register* (Londres), 1980.
- 80 Pierre Kalck, *Central African Republic: a Failure of Decolonization* (Nova Iorque 1971).
- 81 Winston Churchill, *My African Journey* (Londres 1908).
- 82 *Mahdista*: de *mahdi*, nas seitas muçulmanas, nome dado ao enviado de Alá, que é esperado para completar a obra de Maomé; por extensão, chefe de tribos que se dizem *mahdi*/madi. (N.R.)
- 83 George Ivan Smith, *Ghosts of Kampala* (Londres 1980), 34.
- 84 *Kabaka*: rei. (N.R.)
- 85 *Panga*: espécie de sabre africano. (N.R.)

- 86 Ibid., 51p.
 - 87 West, op.cit., 24-5.
 - 88 Citado por Smith, op.cit., 96.
 - 89 Ibid., 101 sobre texto de memorandum.
 - 90 Henry Kyemba, *State of Blood* (Londres 1977).
 - 91 Smith, op.cit., 111-12.
 - 92 Ibid., 124-31.
 - 93 Ibid., 166-7.
 - 94 Daniel Patrick Moynihan, *A Dangerous Place* (Londres 1978), 154-5.
 - 95 Citado por Smith, op.cit., 181.
 - 96 J.J. Jordensen, *Uganda: a Modern History* (Londres 1981); Wadada Nabudere, *Imperialism and Revolution in Uganda* (Tanzânia 1981).
 - 97 Victoria Brittain, "After Amin", *London Review of Books*, 17 de setembro de 1981.
 - 98 Por exemplo, *Daily Telegraph*, 5 de setembro de 1981.
 - 99 Mazrui, *Violence and Thought*, 37-9.
 - 100 Colin Legum et al., *Africa in the 1980s* (Nova Iorque 1979).
 - 101 West, op.cit., 6-7.
 - 102 Sobre dados detalhados, ver *New York Times*, 11 de maio de 1980.
 - 103 Marnham, op.cit., 165, 205.
 - 104 Ibid., 168.
 - 105 David Lomax, "The civil war in Chad", *Listener*, 4 de fevereiro 1982.
 - 106 Genganne Chapin and Robert Wasserstrom, "Agricultural production and malarial resurgence in Central America and India", *Nature*, 17 de setembro de 1981.
 - 107 *New York Times*, 11 de maio de 1980.
 - 108 Marnham, op.cit., 240.
 - 109 Transcrito de *Annual Register* (Londres 1980, 1981) and *New York Times*.
-
- 16 EXPERIMENTANDO COM A METADE DA HUMANIDADE
 - 1 Jack Chen, *Inside the Cultural Revolution* (Londres 1976), 219-20.
 - 2 Hollander, op.cit., cap.7, "The Pilgrimage to China", 278p.
 - 3 Ibid., 326-30.
 - 4 Talbot (ed.), op.cit., 249.
 - 5 John Gittings, *The World and China, 1922-1975* (Londres 1974), 236.
 - 6 Bill Brugger, *China: Liberation and Transformation 1942-1962* (Nova Jersey 1981), 212.
 - 7 Ross Terrill, *Mao: a Biography* (Nova Iorque 1980), 383.
 - 8 Citado em Han Suyin, *Wind in the Tower: Mao Tse-Tung and the Chinese Revolution 1949-1975* (Londres 1976), 291.
 - 9 Talbot (ed.), op.cit., 249.
 - 10 Schram, op.cit., 253-4.
 - 11 Ibid., 295.
 - 12 Ibid., 291.
 - 13 Talbot (ed.), op.cit., 255.
 - 14 Terrill, op.cit., 53.
 - 15 Roger Garside, *Coming Alive: China After Mao* (Londres 1981), 45.
 - 16 Ibid., 46-7.
 - 17 Robert Jay Lifton, *Revolutionary Immortality* (Londres 1969), 72-3.
 - 18 Garside, op.cit., 50.
 - 19 Brugger, op.cit., 44-55.
 - 20 Schram, op.cit., 267, nota de pé de página; ver Jacques Guillermez, *La Chine Populaire* (3ª ed., Paris 1964).
 - 21 Robert Jay Lifton, *Thought Reform and the Psychology of Totalism: a Study of Brainwashing in China* (Nova Iorque 1961), cap. 19.
 - 22 Schram, op.cit., 271 nota de pé de página.
 - 23 Ibid., 277.
 - 24 Talbot (ed.), op.cit., 272.
 - 25 Jerome A. Cohen, "The criminal process in the People's Republic of China: an introduction", *Harvard Law Review*, janeiro de 1966.
 - 26 Editoriais, *Peking Review*, 6, 13, 20 de setembro de 1963.
 - 27 Citado por Schram, op.cit., 253.
 - 28 Brugger, op.cit., 174ff.
 - 29 Talbot (ed.), op.cit., 272-8.
 - 30 Brugger, op.cit., 212.
 - 31 K. Walker, *Planning in Chinese Agriculture: Socialization and the Private Sector 1956-62* (Londres 1965), 444-5.
 - 32 Bill Brugger, *China: Radicalism and Revisionism 1962-1972* (Nova Jersey 1981), 36.
 - 33 Ibid., 47.
 - 34 Roxane Witke, *Comrade Chiang Ching* (Londres 1977), 162.
 - 35 Ibid., 154; Chiang Ching confiou inteiramente em Witke.
 - 36 Colin Mackerras, *The Chinese Theatre in Modern Times* (Amherst, Mass., 1975).
 - 37 Witke, op.cit., 383.
 - 38 Ibid., 158-9.
 - 39 Ibid., 309-10.
 - 40 Ibid., 312-14.
 - 41 Terrill, op.cit., 305 nota de pé de página.
 - 42 Ibid., 304-9.
 - 43 Witke, op.cit., 318.
 - 44 Sobre as origens remotas da Revolução Cultural, ver Roderick MacFarquhar, *The Origins of the Cultural Revolution, 1 Contradictions Among the People 1956-7* (Londres 1974).

- 45 *China Quarterly*, 45.
- 46 Terrill, *Mao*, 315.
- 47 Witke, op.cit., 320, 356p.
- 48 Naranarayan Das, *China's Hundred Weeds: a Study of the Anti-Rightist Campaign in China 1957-1958* (Calcutá 1979); Garside, op.cit., 69.
- 49 Chen, op.cit., 388.
- 50 Ibid., 226.
- 51 Ibid., 211.
- 52 Garside, op.cit., 70, 91; Witke, op.cit., 379; Terrill, op.cit., 315; Chen, op.cit., 226p.
- 53 Chen, op.cit., 221-4.
- 54 Anita Chan, et al., "Students and class warfare: the social roots of the Red Guard conflict in Guangzhon (Cantão)", *China Quarterly*, 83, setembro de 1980.
- 55 Chen, op.cit., 228-31.
- 56 Ver Simon Leys em *The Times Literary Supplement*, 6 March 1981, 259-60.
- 57 Witke, op.cit., 324-5.
- 58 Witke, op.cit., 328.
- 59 William Hinton, *Hundred Days War: the Cultural Revolution at Tsinghua University* (Nova Iorque 1972), 101-4.
- 60 Terrill, op.cit., 319.
- 61 Witke, op.cit., 388-90.
- 62 Ibid., 435.
- 63 Ibid., 391-2, 402.
- 64 Parris Chang, "Shanghai and Chinese politics before and after the Cultural Revolution" in Christopher Howe (ed.), *Shanghai* (Cambridge 1981).
- 65 Philip Bridgham, "Mao's Cultural Revolution in 1967" in Richard Baum and Louis Bennett (eds), *China in Ferment* (Yale 1971), 134-5; Thomas Robinson, "Chou En-lai and the Cultural Revolution in China" in Baum and Bennett (eds), *The Cultural Revolution in China* (Berkeley 1971), 239-50.
- 66 Witke, op.cit., 349; Edward Rice, *Mao's Way* (Berkeley 1972), 376-8.
- 67 *Far Eastern Economic Review*, 2 de outubro de 1969; Terrill, op.cit., 321-8.
- 68 Terrill, op.cit., 328-30.
- 69 Chen, op.cit., 344ff; Terrill, op.cit., 345ff.
- 70 Terrill, op.cit., 369; Witke, op.cit., 365.
- 71 Terrill, op.cit., 387-90; Witke, op.cit., 475-6.
- 72 Terrill, op.cit., 402 nota de pé de página.
- 73 Ibid., 381, 420.
- 74 Citado em Ross Terrill, *The Future of China After Mao* (Londres 1978), 121.
- 75 Ibid., 115-17.
- 76 Witke, op.cit., 472p.; Terrill, *China After Mao*, 121-3.
- 77 *Daily Telegraph*, 9 January 1981, citado na revista *Zheng Ming*.
- 78 Garside, op.cit., 67p.
- 79 Ibid., 73p.
- 80 Leys, op.cit.
- 81 Michael Oksenberg, "China Policy for the 1980s", *Foreign Affairs*, 59 (Inverno de 1980-1), 304-22.
- 82 *Guardian*, 5 de fevereiro de 1982.
- 83 M.D. Morris et al., (eds), *India's Economy in the Nineteenth Century* (Delhi 1969); W.J. Macpherson, "Economic Development in India under the British Crown 1858-1947" in A.J. Youngson (ed.), *Economic Development in the Long Run* (Londres 1972), 126-91; Peter Robb, "British rule and Indian 'Improvement'", *Economic History Review*, XXXIV (1981), 507-23.
- 84 J. Nehru, *The Discovery of India* (Londres 1946).
- 85 Dom Moraes, *Mrs Gandhi* (Londres 1980), 127.
- 86 Dom Moraes, *The Tempest Within* (Delhi 1971).
- 87 Moraes, *Mrs Gandhi*, 224.
- 88 Shahid Javed Burki, *Pakistan under Bhutto 1971-1977* (Londres 1979).
- 89 Moraes, *Mrs Gandhi*, 250.
- 90 Victoria Scholfield, *Bhutto: Trial and Execution* (Londres 1980).
- 91 Moraes, *Mrs Gandhi*, 319.
- 92 Depoimento do Ministro de Relações Exteriores no Parlamento; 15 de março de 1981.
- 93 *The Times*, 3 de fevereiro de 1981.
- 94 *Daily Telegraph*, 2 de fevereiro de 1981.
- 95 Ver, por exemplo, James Freeman, *Untouchable: an Indian Life History* (Londres 1980).
- 96 *New York Times*, 20 de julho de 1980.
- 97 R. Kipling, *From Sea to Sea* (Londres 1899).
- 98 Ver Mehta, *Portrait of India* (Londres 1970), Part VII, 362.
- 99 Ver, por exemplo, *Daily Telegraph*, 8 de fevereiro de 1982.

17 O LÁZARO EUROPEU

- 1 Jacques Dumaine, *Quai d'Orsay 1945-1951* (tr. Londres 1958), 13.
- 2 Simone de Beauvoir, *Force of Circumstance* (tr. Londres 1965), 38p.
- 3 David Pryce-Jones, *Paris in the Third Reich: A history of the German Occupation 1940-1944* (Londres 1981).
- 4 Bernard-Henri Levy, *L'Idéologie française* (Paris 1981).
- 5 Citado em Herbert R. Lottman, *Camus* (Londres 1981 ed.), 705.

- 6 Ibid., 322.
- 7 Guillaume Hanoteau, *L'Age d'or de St-Germain-des-Près* (Paris 1965); Herbert Lottman, "Splendours and miseries of the literary café", *Saturday Review*, 13 March 1963, and *New York Times Book Review*, 4 de junho de 1967.
- 8 Popper, *Conjectures and Refutations*, 363.
- 9 Terence Prittie, *Konrad Adenauer 1876-1967* (London 1972), 35-6.
- 10 Maria Romana Catti, *De Gasperi uomo solo* (Milão 1964), 81-2.
- 11 Elisa Carrillo, *Alcide de Gasperi: the Long Apprenticeship* (Notre Dame 1965), 9.
- 12 Ibid., 23.
- 13 Catti, op.cit., 104-11; Carrillo, op.cit., 83-4.
- 14 Prittie, op.cit., 224-312.
- 15 Ibid., 97.
- 16 Ibid., 106-10.
- 17 Lewis J. Edinger, *Kurt Schumacher* (Stanford 1965), 135-6.
- 18 Arnold J. Heidenheimer, *Adenauer and the CDU* (The Hague 1960).
- 19 Sobre o discurso, ver Leo Schwering, *Frühgeschichte der Christlich-Demokratische Union* (Recklinghausen 1963), 190-3.
- 20 Citado em Prittie, op.cit., 171.
- 21 Frank Pakenham, *Born to Believe* (Londres 1953), 198-9.
- 22 *Die Welt*, 30 de novembro de 1946.
- 23 *Conselho Econômico Bizonal: Conselho econômico para as zonas americana e britânica*. (N.R.)
- 24 Konrad Adenauer, *Memoirs*, 4 v. (tr. Londres 1966), I 180-2.
- 25 Aidan Crawley, *The Rise of West Germany 1945-1972* (Londres 1973), cap.12.
- 26 Walter Henkels, *Gar nicht so Pingelig* (Dusseldorf 1965), 161.
- 27 Hans-Joachim Netzer (ed.), *Adenauer und die Folgen* (Munique 1965), 159.
- 28 Prittie, op.cit., 173 nota de pé de página.
- 29 Henkels, op.cit.
- 30 Prittie, op.cit., 236.
- 31 Adenauer, *Memoirs*, II 509ff.
- 32 Rudolf Augstein, *Konrad Adenauer* (tr. Londres 1964), 94.
- 33 Programa de rádio, 2 de julho de 1954; Prittie, op.cit., 173.
- 34 Citado em J. Galtier-Boissière, *Mon Journal pendant l'occupation* (Paris 1945).
- 35 Philippe Bauchard, *Les Technocrates et le Pouvoir* (Paris 1966); Zeldin, op.cit., 1068-9.
- 36 G. Wright, *Rural Revolution in France* (Stanford 1964), cap.5.
- 37 Zeldin, op.cit., 687.
- 38 W.D. Halls, *The Youth of Vichy France* (Oxford 1981); Zeldin, op.cit., 1141.
- 39 Robert Aron, *Histoire de l'Épuration Vv* (Paris 1967); Peter Novick, *The Resistance v. Vichy* (Nova Iorque 1968).
- 40 Herbert Lüthy, *The State of France* (tr. Londres 1955), 107.
- 41 André Rossi, *Physiologie du parti communiste français* (Paris 1948), 83, 431-2.
- 42 Annie Kriegel, *The French Communists: Profile of a People* (Chicago 1972).
- 43 Ver Herbert Lüthy, "Why Five Million Frenchmen Vote Communist", *Socialist Commentary*, December 1951, p.289.
- 44 Citado por Lüthy, *State of France*, 117.
- 45 Philip Williams, *Politics in Post-War France* (Londres 1954 ed.), 17-19.
- 46 Lüthy, *State of France*, 123.
- 47 Zeldin, op.cit., 1045ff.
- 48 Jean Monnet, *Memoirs* (tr. Londres 1978).
- 49 *Bulletin mensuel de statistique* (Paris), outubro de 1952, p.44.
- 50 Lüthy, *State of France*, 432.
- 51 Joseph Hours in *Année politique et économique*, primavera de 1953.
- 52 Citado por Lüthy, op.cit., 385.
- 53 Jean-Raymond Tournoux, *Pétain and de Gaulle* (tr. Londres 1966), 7.
- 54 Zeldin, op.cit., 1121.
- 55 Gaston Palewski, "A Surprising Friendship: Malraux and de Gaulle" in Martine de Curcel (ed.), *Malraux: Life and Work* (Londres 1976), 70.
- 56 Ibid., 69.
- 57 *Goethe's Faust* (Penguin Classics), Part I, 71.
- 58 De Gaulle, discurso, 17 de abril de 1948.
- 59 De Gaulle, discursos de 13 de abril de 1963; 22 de novembro de 1944; 1º de março de 1941; 25 de novembro de 1943; ver Philip Cerny, *The Politics of Grandeur: Ideological Aspects of de Gaulle's Foreign Policy* (Cambridge 1980).
- 60 De Gaulle, op.cit., 235.
- 61 Ibid., 18.
- 62 Citado em Jacques Fauvet, *La Quatrième République* (Paris 1959), 64, nota.
- 63 David Schoenbrun, *Three Lives of Charles de Gaulle* (Londres 1965), 94-5.
- 64 J.R. Frears, *Political Parties and Elections in the French Fifth Republic* (Londres 1977), 18p.
- 65 De Gaulle, op.cit., 144-6.
- 66 John Ardagh, *The New France: a Society in Transition 1945-1977* (Londres, 3rd ed., 1977), 31-2.
- 67 Zeldin, op.cit., 625, 635-6.
- 68 Ibid., 300-30.
- 69 Citado em Lüthy, *State of France*, 382.
- 70 Albert Sorel, *Europe and the French Revolution* (tr. Londres 1968), I 277p.

- 71 De Gaulle, op.cit., 173-4.
 - 72 Adenauer, op.cit., III 434.
 - 73 Texto in Uwe Kitzinger, *The European Common Market and Community* (Londres 1967), 33-7.
 - 74 Citado em Anthony Sampson, *Macmillan* (Londres 1967), 146.
 - 75 Prittie, op.cit., 268-9.
 - 76 Adenauer, op.cit., III 434.
 - 77 Prittie, op.cit., 268.
 - 78 Transcrito da entrevista coletiva à imprensa in Harold Wilson, *The Labour Government 1964-1970* (Londres 1971), 392-4.
 - 79 Sobre os vetos de de Gaulle, ver Uwe Kitzinger, *Diplomacy and Persuasion: how Britain joined the Common Market* (Londres 1973), 37-8.
 - 80 Rostow, *World Economy*, 234-5 e tabela III-47.
 - 81 Kitzinger, *Diplomacy and Persuasion*, Table p.29.
 - 82 Citado em B. Simpsonm, *Labour: the Unions and the Party* (Londres 1973), 39.
 - 83 A. Flanders, *Trades Unions* (Londres 1968); John Burton, *The Trojan Horse: Union Power in British Politics* (Leesburg 1979), 48, 50.
 - 84 Sydney and Beatrice Webb, *The History of Trade Unionism* (Londres 1920); Dicey's *Law and Public Opinion in England* (Londres 1963 ed.).
 - 85 *BBC v. Hearn and Others* (1977); ver J.H. Bescoby and C.G. Hanson, "Continuity and Change in Recent Labour Law", *National Westminster Bank Quarterly Review*, fevereiro de 1976; *Trade Union Immunities* (Londres, HMSO, 1981), 34-101.
 - 86 F.W. Paish, "Inflation, Personal Incomes and Taxation", *Lloyds Bank Review*, abril de 1975.
 - 87 Geoffrey Fry, *The Growth of Government* (Londres 1979), 2-3; A.T. Peacock and J. Wiseman, *The Growth of Public Expenditure in the UK* (Londres, 2ª ed., 1967); M. Abramovitz and V.F. Eliasberg, *The Growth of Public Employment in Great Britain* (Londres 1957).
 - 88 J.M. Buchanan, John Burton and R.E. Wagner, *The Consequences of Mr Keynes* (Londres, Institute of Economic Affairs, 1978), 67 e tabela II, p.34.
 - 89 Rostow, *World Economy*, Tabela III-42, p.220; *League of Nations Statistical Yearbook 1933-4* (Genebra 1934), tabela 10.
 - 90 Derry, *Norway*, 325; P.M. Hayes, *Quisling* (Newton Abbot 1971).
 - 91 T.K. Derry, *A History of Scandinavia* (Londres 1979), 322-4; Rostow, *World Economy*, 220.
 - 92 E.D. Simon, *The Smaller Democracies* (Londres 1939); Marquis Childs, *Sweden: the Middle Way* (Nova Iorque 1936).
 - 93 Derry, *Scandinavia*, 336-7.
 - 94 Christopher Hughes, *Switzerland* (Londres 1975), 167-72.
 - 95 Urs Altermatt, "Conservatism in Switzerland: a study in anti-Modernism", *Journal of Contemporary History*, 14 (1979), 581-610.
 - 96 *Wall Street Journal*, 23 de junho de 1980.
 - 97 Kenneth, Maxwell, "Portugal under Pressure", *New York Review of Books*, 29 de maio de 1975, 20-30.
 - 98 Tom Gallagher, "Controlled Repression in Salazar's Portugal", *Journal of Contemporary History*, 14 (1979) 385-402; para a PIDE, ver "Para a História do Fascismo Português: a PIDE", *Portugal Informação*, junho-julho de 1977.
 - 99 Neil Bruce, *Portugal: the Last Empire* (Newton Abbot 1975), 108.
 - 100 Franco, discurso no Museu do Exército de Madri, 9 de março de 1946, citado em Trythall, op.cit.
 - 101 Ibid., 206.
 - 102 *Estudios sociológicos sobre la situación social de España 1975* (Madri 1976).
 - 103 Raymond Carr and Juan Pablo Fusi, *Spain: Dictatorship to Democracy* (Londres 1979), 195p.
 - 104 Stanley Meisler, "Spain's New Democracy", *Foreign Affairs*, outubro de 1977.
 - 105 Carr and Fusi, op.cit., 246.
 - 106 Richard Clogg, *A Short History of Modern Greece* (Cambridge 1979), 164-5.
 - 107 William McNeil, *Metamorphosis of Greece since World War II* (Chicago 1978).
 - 108 *New York Times*, 6 de julho de 1980.
-
- 18 A TENTATIVA DE SUICÍDIO DA AMÉRICA
 - 1 Edgar M. Bottome, *The Missile Gap* (Rutherford, N.J. 1971).
 - 2 Schlesinger, *Robert Kennedy*, 220 nota de pé de página; William Safire, *Before the Fall: an inside view of the pre-Watergate White House* (Nova Iorque 1975), 152-3.
 - 3 Pierre Salinger, *With Kennedy* (Nova Iorque 1966), 51.
 - 4 Citado por William F. Buckley Jr, "Human Rights and Foreign Policy", *Foreign Affairs*, primavera de 1980.

- 5 J.F. Kennedy, *Public Papers etc.*, 3 v. (Washington DC 1963-4), 11p.
- 6 R.J. Walton, *Cold War and Counter-revolution: the Foreign Policy of John F. Kennedy* (Nova Iorque 1972).
- 7 Poole, op.cit., 28.
- 8 Rostow, *World Economy*, 222p.; Carlos Díaz Alejandro, *Essays on the Economic History of the Argentine Republic* (Yale 1970).
- 9 H.S. Ferns, *Argentina* (Londres 1969), 184p.
- 10 Claudio Veliz (ed.), *The Politics of Conformity in Latin America* (Oxford 1967), Apêndice, "Successful Military Coups 1920-1966", 278.
- 11 Ferns, *Argentina*, 173.
- 12 Walter Little, "The Popular Origins of Peronism" in David Rock (ed.), *Argentina in the Twentieth Century* (Londres 1975).
- 13 Ferns, *Argentina*, 190.
- 14 David Rock, "The Survival and Restoration of Peronism", in *Argentina in the Twentieth Century*.
- 15 Martin Shermin and Peter Winn, "The US and Cuba", *Wilson Review*, Inverno 1979.
- 16 Testemunho no Congresso de Earl Smith ao Comitê Judiciário do Senado, 30 de agosto de 1960.
- 17 Hugh Thomas, *Cuba, or the Pursuit of Freedom* (Londres 1971), 639.
- 18 Blas Roca, *En Defensa del Pueblo* (1945), 41-3; citado em Thomas, *Cuba*, 736.
- 19 E. Suarez Rivas, *Un Pueblo Crucificado* (Miami 1964), 18; citado em Thomas, *Cuba*.
- 20 *America Libre*, Bogotá, 22 de maio de 1961; Thomas, *Cuba*, 811.
- 21 Thomas, *Cuba*, 814-16.
- 22 Apud ibid., 816.
- 23 Sobre Castro, ver Luis Conte Agüero, *Fidel Castro, Psiquiatria y Política* (Mexico City 1968 ed.), que é crítico; e Herbert Matthews, *Castro: a Political Biography* (Londres 1969), que é mais favorável.
- 24 Thomas, *Cuba*, 946.
- 25 Apud ibid., 977.
- 26 Sobre a política dos E.U.A. em relação a Batista e Castro, ver Earl Smith, *The Fourth Floor* (Nova Iorque 1962) e *Communist Threat to the USA through the Caribbean: Hearings of the Internal Security Sub-committee, US Senate* (Washington DC 1959-62).
- 27 Smith, *Fourth Floor*, 60.
- 28 Thomas, *Cuba*, 1038-44.
- 29 E. Guevara, *Oeuvres Révolutionnaires 1959-1967* (Paris 1968), 25.
- 30 Smith, *Fourth Floor*, 170.
- 31 Thomas, *Cuba*, 1071p.
- 32 Ibid., 1197.
- 33 Ibid., 1202-3.
- 34 Ibid., 1233-57.
- 35 Ibid., 969-70.
- 36 Schlesinger, *Robert Kennedy*, 452.
- 37 Ibid., 445.
- 38 Sobre a atuação de J.F. Kennedy na baía dos Porcos, ver Haynes Johnson, *The Bay of Pigs* (Nova Iorque 1964) e Arthur Schlesinger, *A Thousand Days* (Boston 1965), cap. 10-11.
- 39 Thomas, *Cuba*, 1365.
- 40 Ibid., 1371.
- 41 Schlesinger, *Robert Kennedy*, 472; *Readers' Digest*, novembro de 1964.
- 42 *Alleged Assassination Plots involving Foreign Leaders* (Washington DC 1975), 14.
- 43 Ibid., relatórios intermediários e finais; Schlesinger, *Robert Kennedy*, cap.21.
- 44 H.S. Dinerstein, *The Making of a Missile Crisis* (Baltimore 1976), 156; ver também Talbot (ed.), op.cit.
- 45 Jean Daniel in *L'Express*, 14 de dezembro de 1963 e *New Republic*, 21 de dezembro de 1963; Claude Julien, *Le Monde*, 22 de março de 1963.
- 46 Schlesinger, *Robert Kennedy*, 504-5.
- 47 Ibid., 507-11.
- 48 Sobre um relatório interno da crise dos mísseis, ver Robert Kennedy, *Thirteen Days: a memoir of the Cuban Missile Crisis* (Nova Iorque 1971 ed.).
- 49 Citado em Michel Tatu, *Power in the Kremlin: from Khrushchev to Kosygin* (Nova Iorque 1969), 422.
- 50 *Newsweek*, 28 de outubro de 1963.
- 51 Edwin Guthman, *We Band of Brothers* (Nova Iorque 1971), 26; *Saturday Review*, 15 de outubro de 1977.
- 52 Thomas, *Cuba*, 1414.
- 53 Apud Schlesinger, *Robert Kennedy*, 531.
- 54 Talbot (ed.), op.cit., 511.
- 55 Apud Schlesinger, *Robert Kennedy*, 530-1.
- 56 Ibid., 523 e nota de rodapé.
- 57 Thomas, *Cuba*, 1418.
- 58 Citado em Hollander, op.cit., cap.6: "Revolutionary Cuba and the discovery of the New World", esp. 234p.
- 59 Hugh Thomas in *The Times Literary Supplement*, 10 de abril de 1981, 403.
- 60 Ver Werner Von Braun and F.I. Ordway, *History of Rocketry and Space-Travel* (Nova Iorque, ed. revista 1969).
- 61 Citado por Hugh Sidey, que estava presente, em seu *John F. Kennedy: Portrait of a President* (Londres 1964).
- 62 H. Young et al., *Journey to Tranquility: the History of Man's Assault on the Moon* (Londres 1969, 109-10).

- 63 Citado em Leslie H. Gelb and Richard K. Betts, *The Irony of Vietnam: the System Worked* (Washington DC 1979), 70-1.
- 64 W.W. Rostow, *The Diffusion of Power: an essay in recent history* (Nova Iorque 1972), 265.
- 65 Ver Archimedes L.A. Patti, *Why Viet Nam? Prelude to America's Albatros* (Universidade da Califórnia 1981); ver também Dennis Duncanson, *The Times Literary Supplement*, 21 de agosto de 1981, 965.
- 66 Truman, op.cit., I 14-15.
- 67 Acheson, op.cit., 675-6.
- 68 Acheson, National Press Club speech, *Department of State Bulletin*, 23 de janeiro de 1950, 115p.
- 69 Kennan, *Memoirs 1950-1963*, 59.
- 70 D. Eisenhower, *Public Papers* (1954), 253, 306; Gelb and Betts, op.cit., 60.
- 71 Entrevista coletiva à imprensa de Eisenhower, 7, 26 de abril de 1954; Gelb and Betts, op.cit., 59.
- 72 Eisenhower, *Public Papers* (1959), 71.
- 73 De Gaulle, op.cit., 256.
- 74 J.F. Kennedy, *Public Papers*, 11 90.
- 75 Schlesinger, *A Thousand Days*, 547.
- 76 David Halberstam, *The Best and the Brightest* (Nova Iorque 1972), 135.
- 77 Citado em Henry Graff, *The Tuesday Cabinet: Deliberation and Decision in Peace and War under Lyndon B. Johnson* (Nova Iorque 1970), 53.
- 78 Gelb and Betts, op.cit., 104 nota de pé de página 31; mas ver também Joseph C. Goulden, *Truth is the First Casualty: the Gulf of Tonkin Affair* (Nova Iorque 1969), 160.
- 79 Gelb and Betts, op.cit., 117-18.
- 80 Ibid., 120-3.
- 81 Lyndon Johnson, *Public Papers*, IV 291.
- 82 Citado em Halberstam, op.cit., 596.
- 83 Graff, op.cit., 81.
- 84 Gelb and Betts, op.cit., 135p.
- 85 Doris Kearns, *Lyndon Johnson and the American Dream* (Nova Iorque 1976), 264.
- 86 Gelb and Betts, op.cit., 139-43.
- 87 Guenther Lewy, "Vietnam: New Light on the Question of American Guilt", *Commentary*, fevereiro de 1978.
- 88 Gelb and Betts, op.cit., 214-15.
- 89 Lewy, op.cit.
- 90 Gelb and Betts, op.cit., 171.
- 91 Peter Braestrup, *Big Story: How the American Press and TV Reported and Interpreted the Crisis of Tet 1968 in Vietnam and Washington*, 2 v. (Boulder 1977).
- 92 John Mueller, *War, Presidents and Public Opinion* (Nova Iorque 1973).
- 93 Gelb and Betts, op.cit., 130.
- 94 William Lunch and Peter Sperlich, "American Public and the War in Vietnam", *Western Political Quarterly*, Utah, março de 1979.
- 95 Don Oberdorfer, *Tet!* (Nova Iorque 1971), 289-90.
- 96 Sidney Verba et al., *Vietnam and the Silent Majority* (Nova Iorque 1970); Stephen Hess, "Foreign Policy and Presidential Campaigns", *Foreign Policy*, outono de 1972.
- 97 Herbert Y. Shandler, *The Unmaking of a President: Lyndon Johnson and Vietnam* (Princeton 1977), 226-9.
- 98 Kearns, op.cit., 286, 282-3.
- 99 Schlesinger, *Robert Kennedy*, 1002.
- 100 Lyndon Baines Johnson, *The Vantage Point: perspectives of the Presidency 1963-1969* (Nova Iorque 1971), 81.
- 101 Discurso de Johnson na Universidade de Michigan, maio de 1964, citado em Lawrence J. Wittner, *Cold War America: from Hiroshima to Watergate* (Nova Iorque 1974), 239-40.
- 102 Johnson, *Vantage Point*, 322-4; *New York Times*, 10 de agosto de 1965; Wittner, op.cit., 247-8.
- 103 Johnson, *Vantage Point*, 330, 172-3.
- 104 *Office of Management and Budget: Federal Government Finances* (Washington DC 1979); sobre um cálculo ligeiramente diferente, ver Rostow, *World Economy*, 272, tabela III-65.
- 105 Larry Berman, *The Office of Management and Budget and the Presidency 1921-1979* (Princeton 1979).
- 106 Johnson, *Vantage Point*, 435, 442p., 450-1.
- 107 Ibid., 87.
- 108 Stanley Lebergott, *Wealth and Want* (Princeton 1975), 11-12.
- 109 Daniel P. Moynihan, *The Negro Family* (Nova Iorque 1965).
- 110 Daniel P. Moynihan, *Maximum Feasible Misunderstanding* (Nova Iorque 1968).
- 111 Citado por Diane Divoky, "A Loss of Nerve", *Wilson Review*, outono de 1979.
- 112 C.P. Snow, *The Two Cultures and the Scientific Revolution* (Cambridge 1959).
- 113 Edward F. Denison, *Sources of Economic Growth* (Nova Iorque 1962); Fritz Machlup, *The Production and Distribution of Knowledge in the United States* (Princeton 1962).
- 114 Clark Kerr, *The Uses of the University* (Nova Iorque 1966).
- 115 Citado por Lewis B. Mayhew, *Higher Education in the Revolutionary Decades* (Berkeley 1967), 101p.

- 116 Charles E. Fynn, *Scholars, Dollars and Bureaucrats* (Washington DC 1978), 22
- 117 *On Further Examination: Report of the Advisory Panel on the Scholastic Aptitude Test score decline* (College Entrance Examination Board, Nova Iorque 1977).
- 118 Por exemplo, *National Institute of Education Compensatory Education Study* (Nova Iorque 1978).
- 119 Divoky, op.cit.
- 120 Christopher Jenks, *Who Gets Ahead? The Determinants of Economic Success in America* (Nova Iorque 1979).
- 121 Ver Arnold Heertje (ed.), *Schumpeter's Vision: Capitalism, Socialism and Democracy after Forty Years* (Eastbourne 1981).
- 122 Wittner, op.cit., 246-7.
- 123 Trilling, *Last Decade*, 174.
- 124 Wittner, op.cit., 292.
- 125 Citado por Trilling, *Last Decade*, 111.
- 126 Fritz Stern, "Reflections on the International Student Movement", *The American Scholar*, 40 (Inverno de 1970-1), 123-37.
- 127 Paul Joubert and Ben Crouch, "Mississippi blacks and the Voting Rights Act of 1965", *Journal of Negro Education*, primavera de 1977.
- 128 Jack Bass and Walter de Vries, *The Transformation of Southern Politics* (Nova Iorque 1976).
- 129 *Apud* Schlesinger, *Robert Kennedy*, 330; ver D.W. Matthews e J.R. Prothero, *Negroes and the New Southern Politics* (Nova Iorque 1966), 240p.
- 130 *Report of the National Advisory Commission on Civil Disorders* (Washington DC 1968), 56.
- 131 Johnson, *Vantage Point*, 95.
- 132 Citado em Wittner, op.cit., 283.
- 133 Bohlen, op.cit., 210.
- 134 Citado em Arthur Schlesinger, *The Imperial Presidency* (Boston 1973), 123.
- 135 Thomas Cronin, "The Textbook Presidency and Political Science", *Congressional Record*, 5 de outubro de 1970.
- 136 Wilfred Binkley, *New Republic*, 18 de maio de 1953.
- 137 *New York Times*, 18 de maio de 1954; *Washington Post*, 20 de maio de 1954.
- 138 Schlesinger, *Imperial Presidency*, 169.
- 139 David Broder citado em Safire, op.cit., 171.
- 140 Ibid., 70, 75.
- 141 Wittner, op.cit., 300-1.
- 142 Richard Nixon, *Public Papers, 1969* (Washington DC 1971), 371.
- 143 Gelb and Betts, op.cit., 350.
- 144 Safire, op.cit., 369.
- 145 Ibid., 375-9.
- 146 *Teste de Agrément in State Department Bulletin*, 12 de fevereiro de 1973; Gelb and Betts, op.cit., 350.
- 147 Safire, op.cit., 117-18.
- 148 Ibid., 360.
- 149 Wittner, op.cit., 370-1.
- 150 Citado em Safire, op.cit., 264.
- 151 Richard W. Steele, "Franklin D. Roosevelt and his Foreign Policy Critics", *Political Science Quarterly*, primavera de 1979, 22, nota de pé de página 27.
- 152 Ibid., 18; Saul Alinsky, *John L. Lewis* (Nova Iorque 1970), 238; Safire, op.cit., 166.
- 153 Trohan, op.cit., 179; *Daily Telegraph*, 4 de março de 1982.
- 154 Schlesinger, *Robert Kennedy*, 403p.; Roger Blough, *The Washington Embrace of Business* (Nova Iorque 1975).
- 155 Schlesinger, *Robert Kennedy*, 311-12.
- 156 Fred Friendly, *The Good Guys, the Bad Guys and the First Amendment* (Nova Iorque 1976), cap.3.
- 157 Safire, op.cit., 166.
- 158 Schlesinger, *Robert Kennedy*, 362p.; Senate Select Committee (on) Intelligence Activities (Church Committee), *Final Report* (Washington 1976), II 154, III 158-60.
- 159 Trohan, op.cit., 136-7.
- 160 Ibid., 326; Judith Exner, *My Story* (Nova Iorque 1977).
- 161 Alfred Steinberg, *Sam Johnson's Boy* (Nova Iorque 1968), 671.
- 162 Sobre delitos de Johnson, ver Robert A. Caro, *The Years of Lyndon Johnson* (Nova Iorque 1982 e os seguintes).
- 163 Charles Roberts, *LBJ's Inner Circle* (Nova Iorque 1965), 34; Schlesinger, *Imperial Presidency*, 221; ver "The Development of the White House Staff", *Congressional Record*, 20 de junho de 1972.
- 164 Safire, op.cit., 166p.
- 165 Ibid., 357.
- 166 Fred Thompson, *At That Point in Time* (Nova Iorque 1980).
- 167 *Will: the Autobiography of G. Gordon Liddy* (Londres 1981), 300.
- 168 Ver, por exemplo, Maurice Stans, *The Terrors of Justice: the untold side of Watergate* (Nova Iorque 1979), e James Nuechterlein, "Watergate: towards a Revisionist View", *Commentary*, agosto de 1979. Sirica apresentou seu próprio relatório: John J. Sirica, *To Set the Record Straight* (Nova Iorque 1979).
- 169 *Daily Telegraph*, 15 de janeiro e 5-6 de fevereiro de 1982.

- 170 Anthony Lukas, *Nightmare. the Under side of the Nixon Years* (Nova Iorque 1976), 375p.; Safire, op.cit., 292.
- 171 Tom Berthell and Charles Peters, "The Imperial Press", *Washington Monthly*, novembro de 1976.
- 172 Lee H. Hamilton and Michael H. Van Dusen, "Making the Separation of Powers Work", *Foreign Affairs*, outono de 1978.
- 173 Conferência sobre Liderança na Universidade de Georgetown, Williamsburg, Virgínia, transcrita in *Wall Street Journal*, 15 de maio de 1980.
- 174 Gerald Ford, *Public Papers 1975* (Washington DC 1977), 119.
- 175 *State Department Bulletin*, 14 de abril de 1975.
- 176 *Political Change in Wartime: the Khmer Krahom Revolution in Southern Cambodia 1970-4*, documento apresentado à Convenção da Associação Americana de Ciência Política, São Francisco, 4 de setembro de 1975.
- 177 Ibid.
- 178 Testemunhos recolhidos de mais de 300 refugiados em campos de refugiados na Tailândia, Malásia, França e E.U.A., outubro 1975-outubro 1976, publicados em John Barron and Anthony Paul, *Peace with Horror* (Londres 1977), 10-31.
- 179 Ibid., 66-85; *New York Times*, 9 de maio de 1974, 31 de outubro de 1977, 13 de maio de 1978; *Washington Post*, 21 de julho de 1977, 2, 3, 4 de maio e 1º de junho de 1978.
- 180 Barron and Paul, op.cit., 136-49.
- 181 Ibid., 202p.
- 182 *Annual Register 1981* (Londres 1982).

19 OS COLETIVISTAS ANOS 70

- 1 *New York Times*, 31 de dezembro de 1933.
- 2 Carta a Montagu Norman, *Collected Writings of J.M. Keynes* XXV 98-9.
- 3 Rostow, *World Economy*, 68 tabela II-7.
- 4 Ibid., 49.
- 5 Richard Austin Smith, "The Incredible Electrical Conspiracy", *Fortune*, abril-maio de 1961.
- 6 Schlesinger, *Robert Kennedy*, 405.
- 7 *Christian Science Monitor*, 16 de abril de 1962; *Wall Street Journal*, 19 de abril de 1962.
- 8 Robert Sobell, *The Last Bull Market: Wall Street in the 1960s* (Nova Iorque 1980).
- 9 James Lorie, "The Second Great Crash", *Wall Street Journal*, 2 de junho de 1980.
- 10 Robert DeFina, *Public and Private Expenditures for Federal Regulation of Business* (Washington University, St Louis

- 1977); Murray L. Weidenbaum, *Government Power and Business Performance* (Stanford 1980).
- 11 Weidenbaum, op.cit.
- 12 Edward F. Denison in *Survey of Current Business* (US Department of Commerce, Washington DC), janeiro de 1978.
- 13 Denison, *Survey of Current Business*, agosto de 1979 (Parte II); and his *Accounting for Slower Economic Growth: the United States in the 1970s* (Washington DC 1980).
- 14 R.A. Maidment, "The US Supreme Court and Affirmative Action: the Cases of Bakka, Weber and Fullilove", *Journal of American Studies*, dezembro de 1981.
- 15 Laurence H. Silberman, "Will Lawyers Strangle Democratic Capitalism?", *Regulation* (Washington DC), março/abril de 1978.
- 16 John Osborne, *White House Watch: the Ford Years* (Washington DC 1977), 68.
- 17 *Washington Star*, 16 de abril de 1980; *Washington Post*, 18 de abril de 1980; *Wall Street Journal*, 24 de abril de 1980; Carl Cohen, "Justice Debased: the Weber Decision", *Commentary*, setembro de 1979.
- 18 Richard Fry (ed.), *A Banker's World* (Londres 1970), 7.
- 19 Speech, International Monetary Conference, Londres 11 de junho de 1979; citado em Anthony Sampson, *The Money Lenders: Bankers in a Dangerous World* (Londres 1981), cap.7, 106p., descreve a origem do sistema eurodólar.
- 20 Geoffrey Bell, *The Euro-dollar Market and the International Financial System* (Nova Iorque 1973).
- 21 Irving Friedman, *The Emerging Role of Private Banks in the Developing World* (Nova Iorque 1977).
- 22 Charles Coombs, *The Arena of International Finance* (Nova Iorque 1976), 219.
- 23 Geoffrey Bell, "Developments in the International Monetary System Since Floating", *Schroders International*, novembro de 1980.
- 24 Rostow, *World Economy*, 248-9.
- 25 Ibid., 260-1 e tabela III-59.
- 26 Ibid., 254-5.
- 27 J.B. Kelly, *Arabia, the Gulf and the West* (Londres 1980).
- 28 Teddy Kollek, "Jerusalem", *Foreign Affairs*, julho de 1977.
- 29 P.J. Vatikiotis, *Nasser and his Generation* (Londres 1978).
- 30 Ruth First, *Libya: the Elusive Revolution* (Harmondsworth 1974), 201-4.

- 31 Henry Kissinger, *Years of Upheaval* (Londres 1982).
- 32 Martin Gilbert, *The Arab-Israel Conflict* (Londres 1974), 97.
- 33 Citado em Poole, op.cit., 247; Scott Sagan, "The Yom Kippur Alert", *Foreign Policy*, outono de 1979.
- 34 Kissinger, op.cit.
- 35 Rostow, *World Economy*, 295.
- 36 Ibid., 290-5.
- 37 Charles R. Morris, *The Cost of Good Intentions: New York City and the Liberal Experiment* (Nova Iorque 1980), 234.
- 38 IOU: nota promissória. (N.R.)
- 39 House Banking Committee: *International Banking Operations, hearings* (Washington DC 1977), 719.
- 40 Citado em Sampson, *The Money Lenders*, 126-7.
- 41 Seth Lipsky, *The Billion Dollar Bubble* (Hong Kong 1978).
- 42 *Wall Street Journal*, 25-26, junho de 1980.
- 43 Bruce Palmer (ed.), *Grand Strategy for the 1980s* (Washington DC 1979), 5.
- 44 *Annual Defence Department Report, Financial Year 1977* (Washington DC 1977), seção V.
- 45 Osborne, op.cit., XXXIII.
- 46 Ibid., 32.
- 47 Paula Smith: "The Man Who Sold Jimmy Carter", *Dun's Review* (Nova Iorque), agosto de 1976.
- 48 Robert W. Tucker, "America in Decline: the Foreign Policy of 'Maturity'", *Foreign Affairs*, 58 (Outono de 1979), 450-84.
- 49 Comunicações de Judith Reppy and Robert Lyle Butterworth in Symposium on American Security Policy and Policy-Making, *Policy Studies Journal*, outono de 1979.
- 50 Citado por Jeane Kirkpatrick, "Dictatorships and Double Standards: a Critique of US Policy", *Commentary*, novembro de 1979.
- 51 Michael A. Ledeen and William H. Lewis, "Carter and the Fall of Shah: the Inside Story", *Washington Quarterly*, verão de 1980, 15p.
- 52 Citado em Thomas L. Hughes: "Carter and the Management of Contradictions", *Foreign Policy*, 31 (Verão de 1978), 34-55; Simon Serfaty, "Brzezinski: Play it Again, Zbig", *Foreign Policy*, 32 (Outono de 1978), 3-21; Elizabeth Drew, "Brzezinski", *New Yorker*, 1º de maio de 1978; and Kirkpatrick, op.cit.
- 53 Ver Robert Legvold, "The Nature of Soviet Power", *Foreign Affairs*, 56 (Outono de 1977), 49-71.
- 54 Citado em Ronald Hingley, *The Russian Secret Police* (Londres 1970), 222.
- 55 Robert Payne, *The Rise and Fall of Stalin* (Londres 1968), 718-19.
- 56 Kolakowski, op.cit., III "Destalinization".
- 57 Sobre o golpe, ver Michel Tatu, *Power in the Kremlin* (tr. Londres 1969); Hingley, *Russian Secret Police*, 43-5.
- 58 Hélène Carrère d'Encausse, *Le Pouvoir Confisqué: Gouvernants et Gouvernés en URSS* (Paris 1981).
- 59 Citado em Robert C. Tucker, "Swollen State, Spent Society: Stalin's Legacy to Brezhnev's Russia", *Foreign Affairs*, 60 (Inverno de 1981-2), 414-25.
- 60 Ver CIA, *A Dollar Comparison of Soviet and US Defence Activities 1967-1977* (Washington DC janeiro de 1978); Les Aspin, "Putting Soviet Power in Perspective", *AEI Defense Review* (Washington DC), junho de 1978.
- 61 National Foreign Assessment Center, *Handbook of Economic Statistics 1979* (Washington DC).
- 62 Talbot (ed.), op.cit., 131.
- 63 Arcadius Kahan and Blair Rible (eds), *Industrial Labour in the USSR* (Washington DC 1979).
- 64 Ver Joint Economic Committee, Congress of the USA, *Soviet Economy in a Time of Change* (Washington DC 1979).
- 65 Ver Solzhenitsyn's "Misconceptions about Russia are a Threat to America", *Foreign Affairs*, 58 (Primavera de 1980), 797-834.
- 66 *Samizdat*: difusão clandestina na U.R.S.S. de obras proibidas pela censura; obras que contêm críticas ao regime através de textos clandestinos, datilografados ou mesmo manuscritos; obras assim difundidas. (N.R.)
- 67 *Arkhir samizdata*, Documento nº 374, citado em Tucker, op.cit.
- 68 Mark Popovsky, *Manipulated Science: the Crisis of Science and Scientists in the Soviet Union Today* (tr. Nova Iorque 1979), 179.
- 69 Ver Evgeny Pashukanis, *Selected Writings on Marxism and Law* (tr. Londres 1980); Eugene Kamenka, "Demythologizing the Law", *The Times Literary Supplement*, 1º de maio 1981, 475-6.
- 70 Tufton Beamish and Guy Hadley, *The Kremlin Dilemma: the struggle for Human Rights in Eastern Europe* (Londres 1979), 24.
- 71 Roy Medvedev, *On Soviet Dissent: interviews with Piero Ostellino* (tr. Londres 1980), 61.
- 72 Ibid., 53-4.
- 73 Bavel Litvinov (ed.), *The Trial of the Four* (Londres 1972).

- 74 Beamish and Hadley, *op.cit.*, 216p.
- 75 *Ibid.*, 221p.
- 76 I.Z. Steinberg, *Spiridonova: Revolutionary Terrorist* (Londres 1935), 241-2; de fato, ela foi mantida na prisão do Krêmlin até sua fuga em 1919.
- 77 Sidney Bloch and Peter Reddaway, *Russia's Political Hospitals: the Abuse of Psychiatry in the Soviet Union* (Londres 1977), 51-3.
- 78 A autobiografia *samizdat* de Yarkov foi contrabandeada para o Ocidente em 1970.
- 79 *Pravda*, 24 de maio de 1959.
- 80 Ver a evidência de quarenta e quatro psiquiatras britânicos em C. Mee (ed.), *The Internment of Soviet Dissenters in Mental Hospitals* (Londres 1971).
- 81 Bloch and Reddaway, *op.cit.*, 311p.; ver também I.F. Stone, *New York Review of Books*, 10 de fevereiro de 1972, 7-14.
- 82 Todos estão sumariados em Bloch e Reddaway, *op.cit.*, Apêndice I, 347-98.
- 83 *Ibid.*, 57.
- 84 *Abuse of Psychiatry for Political Repression in the Soviet Union*, US Senate Judiciary Committee (Washington DC 1972).
- 85 Bloch and Reddaway, *op.cit.*, 220-30.
- 86 Medvedev, *On Soviet Dissent*, 142-3.
- 87 *Reprints from the Soviet Press*, 30 de abril de 1977, 22-3.
- 88 *Index on Censorship* (Londres), nº 4 1980; Vladimir Bukovsky, "Critical Masses: the Soviet Union's Dissident Many", *American Spectator*, agosto de 1980; ver também Joshua Rubenstein, *Soviet Dissidents: their Struggle for Human Rights* (Boston 1981).
- 89 Alva M. Bowen, "The Anglo-German and Soviet-American Naval Rivalries: Some Comparisons", in Paul Murphy (ed.), *Naval Power and Soviet Policy* (Nova Iorque 1976).
- 90 James L. George (ed.), *Problems of Sea-Power as we approach the 21st Century* (Washington DC 1978), 18.
- 91 Sulzberger, *op.cit.*, 698.
- 92 Os artigos completos de Gorshkov foram publicados pelo US Naval Institute (Anápolis) como *Red Star Rising at Sea and Sea-Power and the State*.
- 93 George, *op.cit.*, 17.
- 94 Admiral Elmo Zumwalt, *On Watch* (Nova Iorque 1976), 444-5.
- 95 Richard Fagen, "Cuba and the Soviet Union", *Wilson Review*, inverno de 1979.
- 96 Mahgoub, *op.cit.*, 277.
- 97 Citado em Fagen, *op.cit.*
- 98 Jonathan Kwitny, "'Communist' Congo, 'Capitalist' Zaire", *Wall Street Journal*, 2 de julho de 1980.
- 99 Albert Wohlstetter (ed.), *Swords from Ploughshares: the Military Potential of Civilian Nuclear Energy* (Chicago, 1979), XIII.
- 100 *Ibid.*, 17.
- 101 Lawrence Scheinman, *Atomic Policy in France under the Fourth Republic* (Princeton 1965), 94-5.
- 102 Sobre o Japão, ver Wohlstetter, *op.cit.*, cap.5, 111-25; Geoffrey Kemp, *Nuclear Forces for Medium Powers* (Londres 1974).
- 103 Wohlstetter, *op.cit.*, 44-5.
- 104 Ver Claire Sterling, *The Terror Network* (Nova Iorque 1981).
- 105 Caroline Moorehead, *Fortune's Hostages: Kidnapping in the World Today* (Londres 1980).
- 106 Christopher Dobson and Ronald Payne, *The Carlos Complex: a pattern of violence* (Londres 1977), 30-44.
- 107 Sobre esses dois casos, ver Sterling, *op.cit.*
- 108 "The Most Sinister Growth Industry", *The Times*, 27 de outubro de 1981.
- 109 Esse argumento é desenvolvido em Paul Johnson, "The Seven Deadly Sins of Terrorism", Jerusalem Conference on International Terrorism, publicado por the Jonathan Institute, Jerusalém 1979.
- 110 Moynihan, *A Dangerous Place*, 86.
- 111 Citado em *ibid.*, 157-8.
- 112 *Ibid.*, 197.
- 113 Rostow, *World Economy*, tabela II-71, 285.
- 114 Alfred Sauvy, *L'Observateur*, 14 de agosto de 1952.
- 115 Carl E. Pletsch, "The Three Worlds, or the Division of Social Scientific Labour, 1950-75", *Comparative Studies in Society and History*, outubro de 1981.
- 116 Jahangir Armuzegar, "A Requiem for the North-South Conference", *Foreign Affairs*, 56 (outubro de 1977), 136-59.
- 117 *North-South: a Programme for Survival* (Massachusetts Institute of Technology, março de 1980).
- 118 Theodore Moran, *Multinational Corporations and the Politics of Dependence: Cooper in Chile* (Princeton 1974); Charles Goodsell, *American Corporations and Peruvian Politics* (Harvard 1974).
- 119 Lawrence Franco, "Multinationals: the end of US dominance", *Harvard Business Review*, Nov.-Dez. 1978.
- 120 "Finis for the American Challenge?", *Economist*, 10 de setembro de 1977.
- 121 *The Banker* (Londres), junho de 1980; Sampson, *The Moneylenders*, 200-2.
- 122 Euromoney, junho de 1980; citado por Sampson in *The Moneylenders*, 257.

- 123 Estimativa do Banco Mundial, dezembro de 1981.
- 124 Richard Baricuck, "The Washington Struggle over Multinationals", *Business and Society Review*, verão de 1976.
- 125 Paul Hollander, "Reflections on Anti-Americanism in our time", *Worldview*, junho de 1978.
- 126 Marx, *A Contribution to the Critique of Political Economy*, citado em Maurice Godelier, "Structuralism and Marxism", in Tom Bottomore (ed.), *Modern Interpretations of Marx* (Oxford 1981).
- 127 Rostow, *World Economy*, tabela III-68, 279.
- 128 Ernest Gellner, "What is Structuralism?", *The Times Literary Supplement*, 31 de julho de 1981, 881-3.

20 OS PALIMPSESTOS DA LIBERDADE

- 1 John Gribbin, *Our Changing Universe: the New Astronomy* (Londres 1976).
- 2 Dr Edward Tryon, *Nature*, 246 (1973), 393.
- 3 *Wissenschaftliche Selbstbiographie* (Leipzig 1948), citado por Thomas Kuhn in A.C. Crombie (ed.), *Scientific Change* (Londres 1963), 348.
- 4 A.C. Ewing, "The linguistic theory of a priori propositions", *Proceedings of the Aristotelian Society*, XI 1939-40, 217.
- 5 W.V.O. Quine, *From a Logical Point of View* (Nova Iorque 1953).
- 6 H. Putnam, "Is Logic Empirical?", in R.S. Cohen (ed.), *Boston Studies in the Philosophy of Science*, v 1969.
- 7 Susan Haack, *Deviant Logic: some philosophical issues* (Londres 1974), XI.
- 8 J. Jay Zeman, *Modal Logic: the Lewis-modal System* (Oxford 1973).
- 9 David Martin: *The Religious and the Secular* (Londres 1969).
- 10 Edward Royle, *Victorian Infidels* (Manchester 1974).
- 11 H. Newman, *The Ideal of a University* (Londres 1853).
- 12 Vincent C. Chrypinski, "Polish Catholicism and Social Change", in Bociurkiw et al. (eds), op.cit., 241-59; Peter Raina, *Political Opposition in Poland 1954-1977* (Londres 1978), 406p.
- 13 J.C.H. Aveling, *The Jesuits* (Londres 1981), 355-65.
- 14 *Annuario Ufficiale* (Cidade do Vaticano), 1978.
- 15 Peter Nichols, *The Pope's Divisions: the Roman Catholic Church Today* (Londres 1981), 22-38.
- 16 Ibid., 35p.
- 17 Edward Fashole-Lake et al., *Christianity in Independent Africa* (Londres 1979).
- 18 Sobre dois pontos de vista referentes a esse processo, ver Ivan Vallier, *Catholicism, Social Control and Modernization in Latin America* (Santa Cruz 1970), and Edward Norman, *Christianity in the Southern Hemisphere* (Oxford 1981).
- 19 Roger Bastide, *The African Religions of Brazil* (Baltimore 1978).
- 20 Bengt G.M. Sundkler, *Zulu Zion and Some Zwazi Zionists* (Oxford 1976).
- 21 John Bullock, *Death of a Country: Civil War in Lebanon* (Londres 1977).
- 22 William Forbis, *Fall of the Peacock Throne* (Nova Iorque 1980), 45.
- 23 Kayhan Research Associates, *Iran's Fifth Plan* (Teheran 1974); Jahangir Amuzagar, *Iran: an Economic Profile* (Washington DC 1977).
- 24 Forbis, op.cit., 237p.
- 25 Ibid., 73-4.
- 26 Grace Goodell, "How the Shah De-Stabilized Himself", *Policy Review* (Washington DC), primavera 1981.
- 27 Forbis, op.cit., 259-61.
- 28 Goodell, op.cit.
- 29 Forbis, op.cit., 74.
- 30 Michael A. Ledeen and William H. Lewis, "Carter and the Fall of the Shah", *Washington Quarterly*, verão de 1980.
- 31 Shahrough Akhavi, *Religion and Politics in Contemporary Iran: Clergy-State Relations in the Pahlavi Period* (Nova Iorque 1980).
- 32 Dados fornecidos pela antiga Iran Bar Associations numa carta ao Secretário-Geral da ONU, agosto de 1981.
- 33 Ver relatório de Almir Taheri, *Sunday Times*, 23 de agosto de 1981.
- 34 *Sunday Times*, 6 de setembro de 1981.
- 35 Sobre diferentes versões do envolvimento soviético, ver M.E. Yapp in *The Times Literary Supplement*, 3 de julho, 753, e 25 de setembro de 1981, 1101; e Anthony Arnold, *The Soviet Invasion of Afghanistan in Perspective* (Stanford 1981), 68-71.
- 36 John Griffiths, *Afghanistan: Key to a Continent* (Londres 1981).
- 37 *The Times*, 21 de janeiro de 1980.
- 38 *Daily Telegraph*, 21 de fevereiro de 1980.
- 39 Nancy Peabody Newell and Richard S. Newell, *The Struggle for Afghanistan* (Cornell 1981).
- 40 Selig S. Harrison, "Nightmare in Baluchistan", *Foreign Policy*, outono de 1978.
- 41 Citado em Cecil Kaye, *Communism in India*, editado por Subodh Roy (Calcutá 1971), 272.

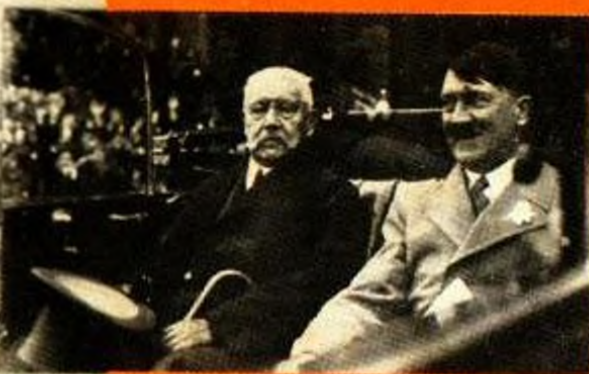
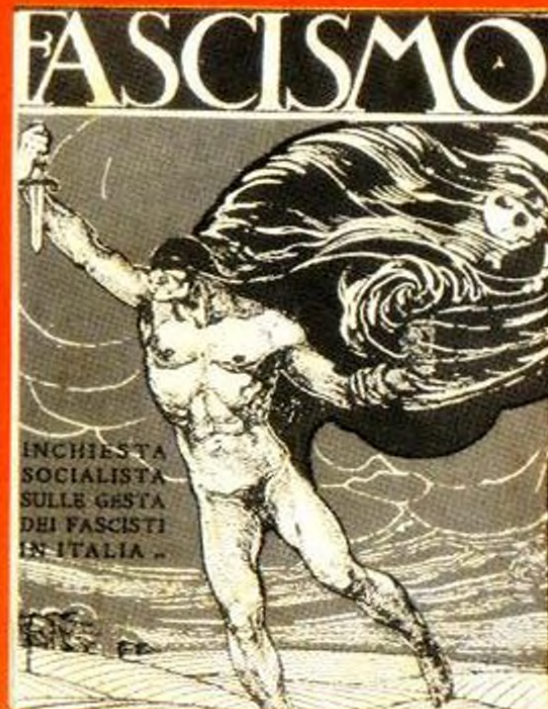
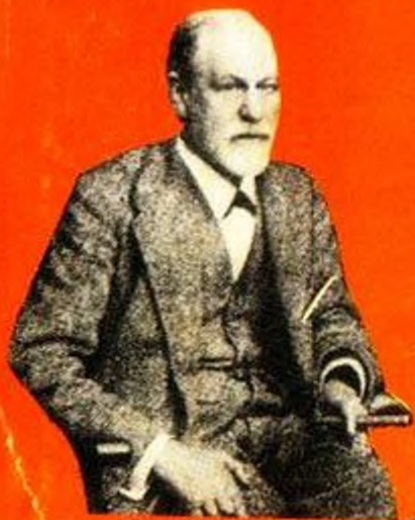
- 42 Hélène Carrère d'Encausse, *Decline of an Empire: the Soviet Socialist Republics in Revolt* (tr. Nova Iorque 1979), 239.
- 43 Ibid., 237, 240.
- 44 Lenin, *Imperialism*, prefácio.
- 45 Carrère d'Encausse, *Decline of an Empire*, 122-3 e 42-3 sobre mapas de nacionalidades.
- 46 Ibid., 155.
- 47 Brian Silver, "The status of national minority languages in Soviet education: an assessment of recent changes", *Soviet Studies* 25 nº 1 (1974).
- 48 Y. Bilinsky, "Politics, Purge and Dissent in the Ukraine" in L. Kamenetsky (ed.), *Nationalism and Human Rights: Processes of Modernization in the USSR* (Colorado 1977); P. Botychnyi (ed.), *The Ukraine in the Seventies* (Oakville, Ontario 1975), 246; Carrère d'Encausse, *Decline of an Empire*, 170-1, 180 (tabela 37).
- 49 Msksudov, op.cit.; Carrère d'Encausse, *Decline of an Empire*, 50-1.
- 50 Carrère d'Encausse, *Decline of an Empire*, 67p.
- 51 Ibid., 173-4.
- 52 Christel Lane, "Some explanations for the persistence of religion in Soviet society", *Sociology*, May 1974; ver Trevor Ling, *Karl Marx and Religion* (Londres 1980).
- 53 Citado por Philip T. Girer, *Marxist Ethical Theory in the Soviet Union* (Dordrecht 1978), 147.
- 54 "Macroeconomic evidence of the value of machinery imports to the Soviet Union", in J.R. Thomas et al. (eds), *Soviet Science and Technology* (Washington DC 1977); Stanislaw Gomulka, "The growth and the import of technology: Poland 1971-80", *Cambridge Journal of Economics*, março de 1978.
- 55 Sampson, *The Moneylenders*, 265-6.
- 56 Talbot (ed.), op.cit., 120p., 139-43.
- 57 Rostow, *World Economy*, 303, 587; US Department of Agriculture, *The World Food Situation and Prospects to 1985* (Washington DC, dezembro de 1974).
- 58 Raymond F. Hopkins, "How to make food work", *Foreign Policy*, 27 (Verão de 1977), 89-107; Dan Morgan, *Merchants of Grain* (Nova Iorque 1979).
- 59 CIA, *Potential of Trends in World Populations, Food Production and Climate* (Washington DC, agosto de 1974).
- 60 Emma Rothschild, "Food Politics", *Foreign Affairs*, 54 (janeiro 1976), 285-307.
- 61 Samuel P. Huntington, "Trade, Technology and Leverage: Economic Diplomacy", *Foreign Policy*, 32 (Outono de 1978), 75.
- 62 John D. Durand, "The Modern Expansion of World Population", *Proceedings of the American Philosophical Society*, 111 (junho de 1967), 136-59.
- 63 Rostow, *World Economy*, tabela I-8, 16.
- 64 Ibid., Table I-13, 25.
- 65 *UN Demographic Yearbook* 1971.
- 66 *Washington Post and Wall Street Journal*, 10 de julho de 1980.
- 67 Rostow, *World Economy*, Tabela I-15, 30.
- 68 Texto da Constituição in H. Borton, *Japan's Modern Century* (Nova Iorque 1955), 490-507.
- 69 Kazuo Kawai, *Japan's American Interlude* (Chicago 1960).
- 70 R.P. Dore, *Land Reform in Japan* (Oxford 1959); Kurt Steiner, *Local Government in Japan* (Stanford 1965).
- 71 John M. Maki, *Court and Constitution in Japan* (Seattle 1964).
- 72 Richard Storry, *The Times Literary Supplement*, 5 de setembro de 1980, 970; ver J.W. Dower, *Empire and Aftermath: Yoshida Shigeru and the Japanese Experience, 1878-1954* (Harvard 1980).
- 73 Andra Boltho, *Japan: an Economic Survey* (Oxford 1975), 8 nota de pé de página; S. Kuznets, *Economic Growth of Nations* (Harvard 1971), 30-1, 38-40.
- 74 Rostow, *World Economy*, 275.
- 75 Ezra F. Vogel, "The Challenge from Japan", Harvard Conference on US Competitiveness, 25 de abril de 1980.
- 76 J.A.A. Stockwin, *Japan: Divided Politics in a Growth Economy* (Londres 1975), 1-3.
- 77 Beasley, op.cit., 286.
- 78 Boltho, op.cit., 167-8.
- 79 James Kirkup, *Heaven, Hell and Hara-Kiri* (Londres 1974), 248-52.
- 80 CIA, *Handbook of Economic Statistics 1979* (Washington DC 1980).
- 81 Citado por Frank Gibney, "The Ripple Effect in Korea", *Foreign Affairs*, outubro de 1977.
- 82 Ver edição especial de *Wilson Review*, outono de 1979.
- 83 Citado por Sampson, *The Moneylenders*, 183-4.
- 84 I.M.D. Little, "The experience and causes of rapid labour-intensive development in Korea, Taiwan, Hong Kong and Singapore, and the possibilities of emulation", *ILO Working Paper* (Bangkok 1979).
- 85 Rostow, *World Economy*, 548-51.
- 86 *Handbook of Economic Statistics 1979*; David Nevin, *The American Touch in Micronesia* (Nova Iorque 1977).
- 87 Stefan de Vylder, *Allender's Chile: the*

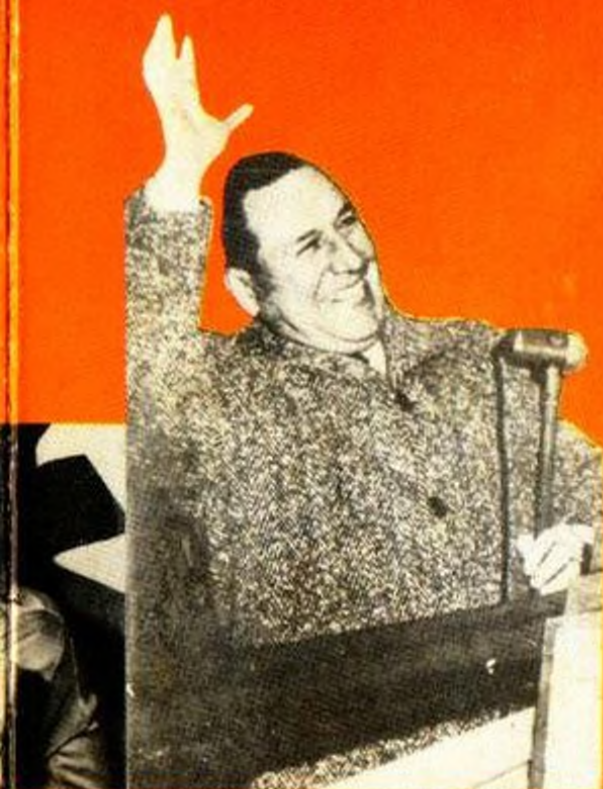
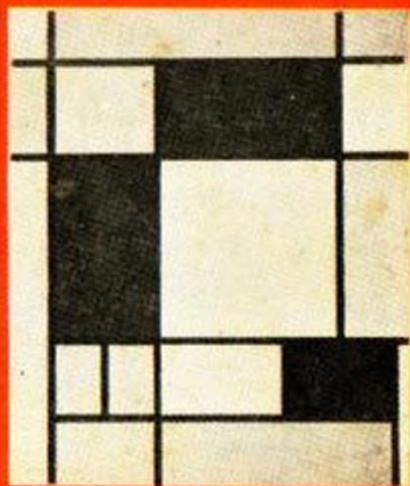
- political economy of the rise and fall of the *Unidad Popular* (Cambridge, Mass., 1976); Brian Loveman, *Struggle in the Countryside: politics and rural labour in Chile, 1919-1973* (Indiana 1976).
- 88 Ian Roxborough *et al.*, *Chile: the State and Revolution* (Londres 1977), 146-7.
 - 89 *Ibid.*, 226.
 - 90 *Newsweek*, 8 de outubro de 1973.
 - 91 Joseph L. Noguee and John W. Sloan, "Allende's Chile and the Soviet Union", *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, agosto de 1979.
 - 92 W. Baer and I. Kerstenetsky (eds), *Inflation and Growth in Latin America* (Homewood, Illinois, 1964).
 - 93 Citado por Sampson, *The Moneylenders*, 303.
 - 94 Edição especial sobre o México, *Wilson Quarterly*, verão de 1979; Michael Meyer and William Sherman, *The Course of Mexican History* (Oxford 1979).
 - 95 Richard R. Fagen, "The Realities of Mexico-American Relations", *Foreign Affairs*, julho de 1977.
 - 96 Peter Smith, *Labyrinths of Power: Political Recruitment in Twentieth-century Mexico* (Princeton 1979).
 - 97 E.L. Ullman, "Regional Development and the Geography of Concentration", *Papers and Proceedings of the Regional Science Association*, 4 (1958), 179-98.
 - 98 H.S. Perloff *et al.*, *Regions, Resources and Economic Growth* (Universidade de Nebraska 1960), 50.
 - 99 Robert Estall, "The Changing Balance of the Northern and Southern Regions of the United States", *Journal of American Studies* (Cambridge), dezembro de 1980.
 - 100 Ben J. Watterburg, "A New Country: America 1984", *Public Opinion*, out.-nov. 1979.
 - 101 Kolakowski, *op.cit.*
 - 102 Deutsch, *op.cit.*
 - 103 *Juggernaut*: qualquer força ou objeto superpotente, destrutivo, como a guerra, um gigantesco navio de guerra, um poderoso tanque de combate, etc; qualquer coisa que requeira devoção cega ou sacrifício cruel. A origem dessa palavra, e seus significados, se reporta à religião hindu: *Jaganath*, ídolo de Krishna que, em Puri, Índia, é todos os anos carregado numa enorme carroça sob cujas rodas os devotos se lançam para serem esmagados. [Carro de Jagrená]. (N.R.)
 - 104 James Watson, *The Double Helix: being a personal account of the discovery of the structure of DNA* (Nova Iorque 1977 ed.).
 - 105 Franklin Portugal and Jack Cohen, *A Century of DNA: a history of the discovery of the structure and function of the genetic substance* (Massachusetts Institute of Technology 1977).
 - 106 Nicholas Wade, *The Ultimate Experiment: man-made evolution* (Nova Iorque 1977).
 - 107 *Nature*, 17 de setembro de 1981, 176.
 - 108 Citações de Edward Wilson, *Sociobiology* (Harvard 1975) e *On Human Nature* (Harvard 1979).
 - 109 Charles Frankel, "Sociobiology and its Critics", *Commentary*, julho de 1979.
 - 110 Carta coletiva para *Science*, 30 de abril de 1976; sobre outros textos, ver *The Sociobiology Debate: Readings on Ethical and Scientific Issues* (Nova Iorque 1978).
 - 111 Alexander Pope, *An Essay on Man* (1733-4), Ep.I, line 2.

**Este livro é dedicado
à memória de meu pai, W.A. Johnson,
artista, educador e entusiasta.**

AGRADECIMENTOS

Entre as muitas instituições e pessoas a quem sou grato, gostaria de agradecer especialmente ao American Enterprise Institute for Public Policy Research em Washington, que me concedeu hospedagem como professor visitante; ao Dr. Norman Stone, que leu os manuscritos e corrigiu muitos erros; à minha editora em Weidenfeld, Linda Osband; à copidesque Sally Mapstone; e ao meu filho mais velho, Daniel Johnson, que também trabalhou no manuscrito.





TEMPOS MODERNOS é leitura obrigatória para quem estiver interessado em compreender a história da humanidade neste século. Com muito *sense of humour* e apoiado numa impressionante massa de informações, Johnson consegue levar seus leitores a uma necessária conclusão final: o progressivo abandono da ordem liberal-democrática por diferentes formas e graus de totalitarismo, autoritarismo, intervencionismo e engenharia social resultou em agressões a direitos e liberdades individuais, em guerras, servidão, genocídio e os mais variados tipos de abusos, sem ao menos oferecer a contrapartida efetiva da eliminação da pobreza e suas mazelas. TEMPOS MODERNOS nos conduz à lição que aparentemente o mundo atual está aprendendo: a de que as liberdades e os direitos individuais constituem de fato os ingredientes fundamentais da paz e da prosperidade. Certamente não é por outro motivo que estamos assistindo ao renascimento do liberalismo e das suas duas instituições mais importantes: o Estado de direito e a economia de mercado.